

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto Superior de Economia e Gestão



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O caminho do sacrifício, ou retrato do capital como forma social de fetiche –
Repensar a modernidade capitalista à luz das teorias de Marx e da Nova Crítica do
Valor

Nuno Miguel Cardoso Machado

Orientador: Prof. Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Económica e
das Organizações

2020

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto Superior de Economia e Gestão



O caminho do sacrifício, ou retrato do capital como forma social de fetiche – Repensar a modernidade capitalista à luz das teorias de Marx e da Nova Crítica do Valor

Nuno Miguel Cardoso Machado

Orientador: Prof. Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Económica e das Organizações

Júri

Presidente:

Prof. Doutor Nuno João de Oliveira Valério, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Vogais:

Prof. Doutor Rui Manuel Leitão da Silva Santos, Professor Associado com agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Prof. Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça (orientador), Professor Auxiliar com agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor José Manuel Viegas Neves, Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Prof. Doutor Daniel Alexandre da Silva Seabra Lopes, Professor Auxiliar no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Investigação financiada pela Universidade de Lisboa no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Aos meus pais,
Helena e Fernando

“You give me love when I don't deserve it
‘Cause you know that's when I need it the most”

4LYN, “Pearls and Beauty”

À memória de Robert Kurz (1943-2012)

A todos aqueles que sofrem. Mas não desistem.

“Apenas uma vez escreveste uma frase, com giz negro:
A mim também me dói.”

Julio Cortázar, *Gostamos Tanto da Glenda*

“Animai-vos tanto quanto puderdes, pois longa é só a
noite à qual o dia não sucede.”

William Shakespeare, *Macbeth*

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Índice

Resumo	xix
Abstract	xx
Agradecimentos	xxi
Prelúdio literário	xxiii
Leitmotiv	xxvii
Introdução Geral	1
α – Considerações sobre o objeto de estudo	6
$\alpha.1$ – A crítica categorial de Karl Marx	6
$\alpha.1.1$ – A relevância contemporânea de Marx	6
$\alpha.1.2$ – A publicação dos escritos inéditos e o papel da Internet na sua divulgação	8
$\alpha.1.3$ – Obra multidisciplinar que contém reflexões sociológicas e económicas	9
$\alpha.1.4$ – Marxismo tradicional e sociologia: a receção truncada do Marx exotérico	10
$\alpha.2$ – A teoria social da Nova Crítica do Valor	13
$\alpha.2.1$ – Breve apresentação conteudística	13
$\alpha.2.2$ – Uma corrente de pensamento pouco conhecida	15
$\alpha.2.3$ – Novo paradigma? A NCV como “movimento científico/intelectual”	16
β – Considerações metodológicas	18
$\beta.1$ – Teoria social	18
$\beta.2$ – História/sociologia das ideias	19
$\beta.3$ – Estudo dos clássicos	22
$\beta.4$ – Metateoria	23
 1.^a Parte – A Crítica da Economia Política de Marx: introdução detalhada às suas categorias	 27
Introdução – Karl Marx: Ensaio biobibliográfico	31
1835-1844: Da universidade aos <i>Manuscritos Económico-Filosóficos</i>	31
1845-1849: <i>A Ideologia Alemã</i> , <i>A Miséria da Filosofia</i> e o <i>Manifesto Comunista</i>	35
1850-1859: Museu Britânico, <i>Grundrisse</i> e <i>Para a Crítica da Economia Política</i>	39
1860-1863: <i>O Manuscrito Económico de 1861-63</i> (e as <i>Teorias da Mais-Valia</i>)	45
1863-1867: A Internacional, o <i>Manuscrito de 1863-65</i> e o Livro Primeiro de <i>O Capital</i>	47
1868-1883: Rascunhos do Livro Segundo, novas edições do Livro Primeiro e extratos	50
Breve reflexão: Porque é que Marx nunca publicou o resto de <i>O Capital</i> ?	53
Adenda 1: Cronologia da publicação (póstuma) das obras económicas de Karl Marx	55
Adenda 2: O papel de Engels e do(s) marxismo(s) na vulgarização de Marx	58
 Capítulo 1 – O Capital. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital	 61
1.1 – A mercadoria	62
1.1.1 – Valor de uso, valor e valor de troca	62
1.1.2 – Trabalho concreto e trabalho abstrato (substância do valor)	64
1.1.2.1 – Aproximação à problemática	64
1.1.2.2 – O trabalho abstrato como mecanismo redutor social	66
1.1.2.3 – Trabalho abstrato: produção vs. mercado	67
1.1.2.4 – Trabalho abstrato: fisiológico e historicamente específico	70

1.1.2.5 – O trabalho é um “universal concreto” ou “identidade-na-diferença”	71
1.1.3 – Trabalho socialmente necessário (grandeza do valor)	72
1.1.4 – A forma do valor (valor de troca)	74
1.1.4.1 – Forma simples do valor	74
1.1.4.2 – Forma do valor total ou desdobrada	77
1.1.4.3 – Forma geral do valor	78
1.1.4.4 – Forma dinheiro	79
1.1.5 – O fetichismo da mercadoria	83
1.1.5.1 – O valor como “aparência objetiva”: a projeção fetichista	83
1.1.5.2 – O trabalho abstrato e a inversão entre sujeito e objeto	86
1.1.5.3 – O dinheiro e a reificação das relações sociais	88
1.1.5.4 – O fetichismo não é uma mera mistificação ou falsa consciência	91
1.2 – A troca mercantil	92
1.3 – As funções do dinheiro e o processo de circulação das mercadorias	94
1.3.1 – O dinheiro como medida dos valores	94
1.3.2 – O dinheiro como padrão de preços	95
1.3.3 – O dinheiro como meio de circulação	96
1.3.3.1 – A metamorfose das mercadorias	96
1.3.3.2 – O curso do dinheiro e o dinheiro simbólico	98
1.3.3.3 – A determinação do volume de meio circulante	100
1.3.4 – O dinheiro como dinheiro	101
1.3.5 – Primeiros apontamentos sobre o fenómeno da inflação	103
1.3.5.1 – Relação entre o valor do ouro e o valor das mercadorias	103
1.3.5.2 – Desvalorização do padrão de preços	106
1.3.5.3 – Emissão excessiva de meio circulante	107
1.3.6 – Digressão: a impossibilidade do “dinheiro-trabalho”	108
1.3.6.1 – No capitalismo o trabalho não é diretamente social	108
1.3.6.2 – A diferença entre valor e preço de mercado	111
1.4 – A transformação do dinheiro em capital	113
1.4.1 – A fórmula geral do capital: $D - M - D'$	113
1.4.2 – Força de trabalho: a origem da mais-valia	116
1.4.2.1 – A diferença entre força de trabalho e trabalho	116
1.4.2.2 – A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor <i>criado</i> pelo trabalho	117
1.4.2.3 – A exploração e o (suposto) “trabalho não-pago”	119
1.4.2.4 – A força de trabalho como categoria fetichista	120
1.4.2.5 – Os pressupostos históricos da força de trabalho e do capital	121
1.5 – Conteúdo material e forma social da (re)produção	123
1.5.1 – O conceito de modo de (re)produção	123
1.5.1.1 – O processo (material) de trabalho <i>transhistórico</i> e as forças produtivas	123
1.5.1.2 – Forma social e relações sociais de (re)produção	124
1.5.1.3 – Modo de (re)produção e precedência da (re)produção <i>social</i>	126
1.5.2 – O modo de (re)produção capitalista	127
1.5.2.1 – Processo de valorização: o valor como forma social hodierna	127
1.5.2.2 – Processo de valorização: a mais-valia e o capital como relação social	128
1.5.2.3 – A unidade de processo de trabalho e processo de valorização	129
1.5.2.4 – A (re)produção material especificamente capitalista	130
1.5.2.5 – Breve conclusão	130
1.5.3 – Adenda: para uma crítica do “materialismo histórico”	133
1.5.3.1 – O esquema “base/superestrutura”	133
1.5.3.2 – Ser social, práxis, mediação e formas de pensamento	136
1.6 – Digressão: a aporia do conceito de trabalho em Marx	138
1.6.1 – O trabalho nas obras da juventude de Marx	138

1.6.2 – O trabalho nos <i>Grundrisse</i>	141
1.6.3 – O trabalho a partir de <i>Para a Crítica da Economia Política</i>	143
1.6.4 – Epílogo: para uma crítica radical do trabalho	146
1.6.4.1 – As contradições de Marx	146
1.6.4.2 – A insustentável leveza do trabalho concreto	147
1.6.4.3 – Trabalho concreto e subsunção real	149
1.6.4.4 – Crítica do valor de uso: breves apontamentos	151
1.6.4.5 – Do tempo de trabalho ao tempo disponível	152
1.7 – Capital constante e capital variável	154
1.8 – Taxa de mais-valia: o grau de exploração da força de trabalho	157
1.9 – Os limites da jornada de trabalho	159
1.10 – A mais-valia absoluta	161
1.11 – A mais-valia relativa	163
1.11.1 – O conceito de mais-valia relativa	163
1.11.2 – Subsunção formal e subsunção real do trabalho no capital	169
1.11.2.1 – Subsunção formal do trabalho no capital e cooperação simples	169
1.11.2.2 – Divisão técnica do trabalho e produção manufatureira	170
1.11.2.3 – Subsunção real do trabalho no capital e desenvolvimento da maquinaria	172
1.11.3 – Finalidade da maquinaria: embaratecer as mercadorias	174
1.11.4 – Maquinaria e intensificação do trabalho	176
1.11.5 – Mais-valia absoluta e relativa: recapitulação	177
1.12 – O salário	178
1.13 – O processo de acumulação do capital: reprodução simples e reprodução ampliada	179
1.14 – A lei geral da acumulação capitalista	183
1.14.1 – Composição-valor, composição técnica e composição orgânica do capital	183
1.14.2 – Decréscimo relativo do capital variável: o aumento da composição orgânica	184
1.14.3 – O exército industrial de reserva	187
1.15 – A acumulação primitiva	189
1.16 – Digressão: a “primeira versão” da teoria da crise marxiana	194
1.16.1 – As dificuldades crescentes da produção de mais-valia relativa	194
1.16.2 – Divergência entre valor e riqueza material	197
1.16.3 – A eliminação absoluta do trabalho vivo	199
1.16.4 – A “primeira versão” da teoria da crise: sistematização	201
1.16.5 – Da crise à (possível) emancipação: o tempo disponível como base do comunismo	205
Capítulo 2 – O Capital. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital	209
2.1 – Os três ciclos do capital	210
2.1.1 – O ciclo do capital monetário	210
2.1.2 – O ciclo do capital produtivo	213
2.1.3 – O ciclo do capital-mercadoria	214
2.1.4 – As três figuras do circuito do capital	216
2.2 – Tempo de produção, tempo de circulação, tempo de trabalho e tempo de rotação	217
2.2.1 – Tempo de produção e tempo de circulação	217
2.2.2 – Tempo de produção e tempo de trabalho	218
2.2.3 – Tempo de rotação e número de rotações	218
2.3 – Capital fixo e capital circulante	220
2.3.1 – Definição dos conceitos	220
2.3.2 – Rotação agregada do capital	222
2.3.3 – O período de trabalho e os adiantamentos adicionais de capital circulante	223
2.4 – Tempo de rotação e grandeza do(s) adiantamento(s) de capital (circulante)	224
2.5 – A rotação do capital variável e a circulação da mais-valia	228
2.5.1 – A taxa anual de mais-valia	228

2.5.2 – Tempo de rotação e reposição do capital variável	229
2.5.3 – Reservas monetárias: a formação de capital latente	230
2.5.4 – A origem do dinheiro necessário para a realização da mais-valia	230
2.6 – A reprodução macrossocial do capital	231
2.6.1 – A reprodução simples do capital social	232
2.6.1.1 – Reprodução do(s) valor(es) e do(s) valor(es) de uso	232
2.6.1.2 – Os dois departamentos da produção social	233
2.6.1.3 – Condição de proporcionalidade: $I_v + I_m = IIc$	234
2.6.1.4 – Esquema de reprodução simples	235
2.6.1.5 – Observações suplementares: reservas, adiantamentos e II_m	239
2.6.1.6 – Observações suplementares: I_c	240
2.6.1.7 – Observações suplementares: a reposição do capital fixo	240
2.6.1.8 – Observações suplementares: produto-valor anual e valor do produto anual	242
2.6.2 – A reprodução ampliada do capital social	243
2.6.2.1 – Condição de proporcionalidade: $IIc + acIIc = I_v + acI_v + I_m$	243
2.6.2.2 – Esquema de reprodução ampliada	244
2.6.2.3 – Observações suplementares: a acumulação em ambos os departamentos	249
2.6.3 – A reprodução desequilibrada do capital, as limitações dos esquemas e a crise	250
2.7 – Digressão: o conceito de trabalho (im)produtivo em Marx	252
2.7.1 – Critério geral: produção de (mercadorias preñhes de) mais-valia	252
2.7.2 – Trabalho assalariado: intercâmbio por capital e intercâmbio por rendimento	253
2.7.3 – Esfera da produção vs. esfera da circulação	256
2.7.4 – O setor terciário	260
2.7.5 – As atividades estatais	261
2.7.6 – Notas finais	262
 Capítulo 3 – O Capital. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista	267
3.1 – Preço de custo, (taxa de) lucro e (taxa de) mais-valia	269
3.1.1 – Preço de custo e (taxa de) lucro: a mistificação da origem da mais-valia	269
3.1.2 – Relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia	271
3.1.3 – Considerações adicionais sobre a taxa de lucro	272
3.2 – O valor de mercado	274
3.2.1 – Valor de mercado como valor social médio	275
3.2.2 – Valor de mercado como valor modal	278
3.2.3 – Valor de mercado, relação entre oferta e procura e preço de mercado	279
3.2.4 – Notas finais	282
3.3 – A transformação dos valores de mercado em preços de produção	283
3.3.1 – Preâmbulo: as hipóteses assumidas por Marx	283
3.3.2 – Composições orgânicas e taxas de lucro setoriais	284
3.3.3 – A formação da taxa média de lucro e o estabelecimento dos preços de produção	286
3.3.3.1 – Os exemplos numéricos da transformação	286
3.3.3.2 – Massa de mais-valia global: o prius lógico	290
3.3.3.3 – Concorrência intersectorial e equalização das taxas de lucro	291
3.3.3.4 – Preços de produção, lucro médio e transferência intersectorial de mais-valia	293
3.3.3.5 – Fatores que originam uma mudança dos preços de produção	296
3.3.3.6 – Efeitos do aumento geral dos salários sobre os preços de produção	298
3.3.3.7 – A mistificação do preço de produção	299
3.3.4 – Preço de produção, preço de mercado, relação entre oferta/procura e (des)equilíbrio	301
3.3.5 – A polémica em torno do chamado “problema da transformação”	307
3.3.5.1 – Introdução	307
3.3.5.2 – A suposta contradição entre o Livro Primeiro e o Livro Terceiro	308
3.3.5.3 – A suposta necessidade de “transformar os <i>inputs</i> ”	310

3.3.5.4 – Notas finais	312
3.3.6 – Concorrência intrasectorial e concorrência intersectorial: súmula dos seus efeitos	313
3.3.6.1 – Complemento �� análise da concorrência intrasectorial	313
3.3.6.2 – A atua��o conjunta da concorrência intrasectorial e intersectorial	314
3.4 – A “segunda versão” da teoria da crise marxiana	315
3.4.1 – A lei da queda tendencial da taxa de lucro	315
3.4.2 – Causas contrariantes da lei	319
3.4.2.1 – A eleva��o da taxa de explora��o da fôrça de trabalho	319
3.4.2.2 – O embaratecimento dos elementos do capital constante	321
3.4.2.3 – Outras causas contrariantes	321
3.4.3 – Notas finais	322
3.5 – Digressão: para uma sistematiza��o da teoria da crise de Marx	322
3.5.1 – Teorias da crise marxistas: breve revisão crítica	322
3.5.2 – A “primeira versão” da teoria da crise de Marx: recapitula��o	325
3.5.3 – A impossibilidade de deduzir o limite interno absoluto da queda da taxa de lucro	326
3.5.4 – Liga��es entre a “primeira versão” da teoria da crise e o Livro Terceiro	327
3.5.4.1 – A mistifica��o dos preços de produ��o e a elimina��o do trabalho vivo	327
3.5.4.2 – A divergência entre riqueza material e valor: a essência da teoria da crise	329
3.5.5 – O socialismo como “necessidade facultativa”	331
3.5.6 – Notas finais	332
3.6 – O capital comercial	333
3.6.1 – O capital de comércio de mercadorias	334
3.6.1.1 – A fun��o específica do comerciante	334
3.6.1.2 – O lucro comercial	335
3.6.1.3 – A rota��o do capital comercial	336
3.6.2 – O capital de comércio de dinheiro	337
3.7 – O capital portador de juros	338
3.7.1 – Defini��o do conceito e divisão do lucro industrial em juro e ganho empresarial	338
3.7.2 – O juro como categoria fetichista	340
3.7.3 – A determina��o da taxa de juros	341
3.8 – O sistema de crédito	342
3.8.1 – Crédito comercial, crédito bancário e mercado de capitais	342
3.8.2 – O papel do sistema de crédito	344
3.8.3 – As limita��es do crédito e as crises monetárias	346
3.8.4 – O capital fictício	348
3.9 – Digressão: crédito, dinheiro fiduciário e infla��o	350
3.9.1 – Breve resumo histórico	350
3.9.2 – O pressuposto da teoria marxiana do dinheiro e a sua relevância atual	353
3.9.3 – Teorias marxistas da infla��o	354
3.9.3.1 – Teoria do capital monopolista	355
3.9.3.2 – Teoria da elasticidade de cria��o monetária e de crédito	355
3.9.3.3 – Teoria do conflito distributivo	359
3.9.4 – Infla��o: alguns dados empíricos	360
3.9.5 – Notas finais	362
3.10 – O ciclo económico	363
3.10.1 – As crises per��dicas de sobreacumula��o	363
3.10.2 – As várias fases do ciclo	365
3.10.2.1 – Prosperidade	365
3.10.2.2 – Crise	365
3.10.2.3 – Retoma	366
3.10.2.4 – Ciclo e taxa de juros	367
3.10.3 – As crises cíclicas e a trajetória histórica da acumula��o de capital	368

3.11 – A renda fundiária	369
3.11.1 – A renda diferencial	370
3.11.2 – A renda absoluta	374
3.11.3 – O preço da terra	377
3.12 – A fórmula trinitária	378
3.13 – Adenda: a ideologia	383
3.13.1 – A de-socialização da consciência	384
3.13.2 – A ideologia como legitimação do <i>status quo</i> burguês	385
3.13.3 – Formas de aparência e ideologia	386
3.13.3.1 – O binómio essência/aparência em Marx	386
3.13.3.2 – A ideologia como representação das aparências	389
3.14 – As classes sociais	392
3.14.1 – Capitalista e trabalhador como personificações antagonistas do valor	392
3.14.2 – Critérios para a definição empírica das classes sociais	394
3.14.2.1 – Papel desempenhado no processo de produção	394
3.14.2.2 – Qualificação, posição hierárquica e nível salarial	395
3.14.2.3 – Consciência de classe	396
 Capítulo 4 – Breves apontamentos sobre a teoria marxiana do Estado	399
4.1 – As sociedades pré-capitalistas	399
4.2 – As sociedades capitalistas	400
4.2.1 – As relações mercantis e o surgimento do indivíduo	400
4.2.2 – Sociedade civil versus Estado; <i>bourgeois</i> versus <i>citoyen</i>	401
4.2.3 – Igualdade jurídica e desigualdade económica: a comunidade imaginária do Estado	403
4.2.4 – Sujeito de direito e trabalho	403
4.3 – Da emancipação política à emancipação humana	404
4.4 – Conclusão	405
 No lugar de uma conclusão: a centralidade do fetichismo na obra marxiana	407
 2.ª Parte – Com Marx para além de Marx: a teoria da Nova Crítica do Valor	411
Introdução	415
Acerca de alguns precursores da Nova Crítica do Valor	415
Década de 1920: Lukács, Rubin e Pachukanis	415
Década de 1930 até meados da década de 1960: a Escola de Frankfurt	419
Final da década de 1960 (i): Camatte, Perlman, Debord e Rosdolsky	423
Final da década de 1960 (ii): a Nova Leitura de Marx	426
Final da década de 1960 (iii): Colletti e Sohn-Rethel	430
Década de 1980: André Gorz	432
A Nova Crítica do Valor: brevíssima visão panorâmica	432
 Capítulo 5 – O Marx obstinado: a teoria social de Jean-Marie Vincent	437
5.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos	437
5.2 – A crítica da economia política: trabalho, valor e fetichismo	442
5.2.1 – A crítica da economia política marxiana: aceção, objeto de estudo e método	442
5.2.2 – Trabalho e capitalismo	444
5.2.2.1 – O trabalho como categoria moderna	444
5.2.2.2 – Trabalho abstrato e trabalho concreto	445
5.2.3 – Problemas associados à leitura vincentiana da teoria do valor de Marx	447
5.2.4 – O fetichismo	448

5.2.4.1 – Cristalização das práticas sociais e autonomização das relações de produção	448
5.2.4.2 – O trabalho e a socialização abstrata	448
5.2.4.3 – O trabalho impregna o cotidiano, o simbólico e a (inter)subjetividade	449
5.2.4.4 – Totalidade negativa: o capital como sujeito automático	451
5.2.4.5 – Fetiche e ideologia	452
5.2.5 – A homologia entre o capital e a lógica especulativa hegeliana	453
5.2.5.1 – A relação dialética entre finito e infinito em Hegel	453
5.2.5.2 – A metafísica real do capital	455
5.2.5.3 – Limites da homologia: a não-identidade	456
5.3 – Identidade <i>versus</i> não-identidade	457
5.3.1 – (Re)produção material, técnica, tecnologia e valor de uso	457
5.3.1.1 – Identidade	457
5.3.1.2 – Não-identidade	459
5.3.2 – O operário	460
5.3.2.1 – Identidade	460
5.3.2.2 – Não-identidade	462
5.3.3 – O sujeito	463
5.3.3.1 – Identidade	463
5.3.3.2 – Não-identidade	466
5.3.4 – A (des)razão moderna	467
5.4 – A centralidade das relações de gênero na reprodução da força de trabalho	469
5.5 – Teoria da crise	472
5.5.1 – A 3ª Revolução Industrial não põe um limite interno absoluto ao capital	472
5.5.1.1 – A crise do trabalho é reconhecida...	472
5.5.1.2 – ... E negada: a automação não implica o colapso	472
5.5.2 – A crise como obstáculo repetidamente posto e o papel do proletariado	475
5.5.2.1 – A crise econômica como barreira continuamente posta, superada e reposta	475
5.5.2.2 – O colapso do capitalismo requer a ação política do proletariado	476
5.6 – O Estado e o direito	477
5.6.1 – As funções do Estado e do direito no modo de (re)produção capitalista	477
5.6.2 – A falta de autonomia da política	479
5.6.2.1 – A política como parente pobre da economia	479
5.6.2.2 – A administração repressiva do Estado	482
5.7 – Imperialismo	483
5.8 – Antissemitismo	484
5.8.1 – A concorrência gera indiferença, distância e violência	484
5.8.2 – Nazismo e antissemitismo	484
5.8.2.1 – O Holocausto como apogeu da violência das relações sociais capitalistas	484
5.8.2.2 – Crise, ideologia e maniqueísmo: o judeu como bode expiatório	485
5.9 – O Socialismo real e o movimento operário	487
5.9.1 – Análise crítica da URSS	487
5.9.1.1 – A “contrarrevolução estalinista” e a consolidação da burocracia estatal	487
5.9.1.2 – O fetiche do trabalho e a falsa oposição mercado/planificação	488
5.9.1.3 – O colapso do socialismo real	490
5.9.2 – Os equívocos do movimento operário ocidental	492
5.9.2.1 – Reformismo: o fetiche do Estado de direito	492
5.9.2.2 – Revolução: o fetiche do proletariado e do trabalho	492
5.10 – Emancipação	494
5.10.1 – Luta de classes: o papel imprescindível do proletariado na emancipação	494
5.10.1.1 – Classe operária, partido revolucionário e conselhos	494
5.10.1.2 – A relação entre reforma e revolução	496
5.10.2 – Luta de classes: perspectivas críticas nos últimos anos de vida	497

5.10.2.1 – O proletariado não se exime às categorias capitalistas	497
5.10.2.2 – Reinventar as formas de ação e de organização coletiva	500
5.10.3 – Negação determinada e transformação da (re)produção material e social	502
Capítulo 6 – Com Marx contra o marxismo tradicional: a teoria social de Moishe Postone	507
6.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos	507
6.2 – Hegel, Marx e a dialética	516
6.2.1 – A homologia entre o <i>Geist</i> hegeliano e o capital	516
6.2.2 – A identidade entre método e objeto de estudo na crítica da economia política	517
6.2.3 – Algumas implicações epistemológicas	518
6.2.3.1 – Prática, mediação e constituição social	518
6.2.3.2 – Relações sociais e formas de pensamento: a reflexividade da teoria	519
6.2.3.3 – O capitalismo como totalidade negativa	520
6.3 – A reformulação da crítica da economia política: a mercadoria como forma social	521
6.3.1 – A configuração qualitativa da síntese social moderna	521
6.3.1.1 – A mercadoria como ponto de partida da exposição de Marx	521
6.3.1.2 – A mercadoria é <i>constituída</i> pelo trabalho concreto-abstrato	522
6.3.1.3 – Trabalho abstrato, valor e síntese social	523
6.3.1.4 – A co-constituição da subjetividade e objetividade sociais pela prática	524
6.3.1.5 – Fetichismo: a dominação impessoal, quasi-objetiva	527
6.3.1.6 – Problemas associados à conceptualização postoniana do trabalho	528
6.3.2 – A configuração quantitativa da síntese social capitalista	531
6.3.2.1 – O trabalho socialmente necessário	531
6.3.2.2 – A divergência entre valor e riqueza material	532
6.3.2.3 – Tempo concreto e tempo abstrato	533
6.4 – A reformulação da crítica da economia política: o capital como forma social	535
6.4.1 – O dinheiro, a fórmula geral do capital e a dinâmica fetichista da modernidade	535
6.4.2 – A subsunção real da (re)produção e a crítica da sua dimensão concreta	536
6.4.3 – A <i>treadmill dynamic</i> e o tempo histórico	537
6.4.3.1 – Aproximação à problemática	537
6.4.3.2 – A dialética de transformação e reconstituição	539
6.4.3.3 – O tempo histórico	539
6.4.3.4 – A dinâmica histórica é exclusiva da modernidade capitalista	542
6.4.4 – <i>Time, Labor, and Social Domination</i> : crise? Qual crise?	543
6.4.4.1 – Contradição sem crise: o anacronismo do valor e do trabalho	543
6.4.4.2 – A destruição acelerada da natureza	545
6.4.5 – Últimos anos de vida: a crise estrutural do modo de (re)produção capitalista	547
6.4.5.1 – A crise do trabalho	547
6.4.5.2 – Estagnação da mais-valia produzida sem colapso económico	548
6.5 – Antissemitismo	549
6.5.1 – Antissemitismo e nazismo	549
6.5.1.1 – Aproximação à problemática	549
6.5.1.2 – Explicação: a ideologia antissemita como anticapitalismo truncado	550
6.5.2 – Antissemitismo contemporâneo	553
6.5.2.1 – A ideologia “anti-imperialista”: os EUA como personificação do capital	553
6.5.2.2 – A ideologia “antissionista”: Israel como personificação do capital	555
6.6 – O “marxismo tradicional” e o socialismo real	558
6.6.1 – Crítica do marxismo tradicional	558
6.6.1.1 – Ontologia do trabalho, classes e mercado	558
6.6.1.2 – O Marx de Postone: crítica do trabalho e do fetichismo	560
6.6.2 – Crítica do socialismo real	561

6.6.2.1 – O estatismo e a trajetória do século XX	561
6.6.2.2 – O socialismo real como processo de acumulação primitiva de capital	563
6.7 – Emancipação social	564
6.7.1 – Década de 1970: o proletariado como agente da revolução	564
6.7.1.1 – Da não-identidade do valor de uso à consciência de classe transcendente	564
6.7.1.2 – A revolução como auto-abolição do proletariado	566
6.7.2 – Década de 1980: adeus ao proletariado	567
6.7.3 – A negação determinada do capital	569
6.7.3.1 – A contradição entre valor/riqueza material fundamenta a oposição imanente	569
6.7.3.2 – Apropriação do tempo histórico e nova forma de vida social	571
6.7.3.3 – Nova forma de (re)produção material	573
6.7.3.4 – Súmula: contingência, necessidade e liberdade	574
Capítulo 7 – Na senda do Marx esotérico: a teoria social de Robert Kurz	577
7.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos	577
7.2 – Fetichismo social: o conceito de constituição-fetice/matriz <i>a priori</i>	587
7.3 – Sociedades pré-capitalistas	589
7.3.1 – Matriz religiosa, fetice transcendente e personificação	589
7.3.2 – Sociedades sem economia e sem trabalho	591
7.3.3 – Dinheiro sem valor	592
7.4 – O processo de transição para o modo de (re)produção capitalista	593
7.4.1 – Aproximação à problemática	593
7.4.2 – A economia política das armas de fogo	594
7.4.2.1 – A revolução militar e o advento da modernidade	594
7.4.2.2 – A transformação qualitativa do dinheiro	595
7.5 – Sociedades capitalistas	597
7.5.1 – O trabalho como princípio socialmente sintético fetichista	597
7.5.1.1 – O trabalho abstrato resulta de uma redução apriorística social e fisiológica	597
7.5.1.2 – O trabalho abstrato como absurdo fim-em-si	599
7.5.1.3 – Indiferença face ao conteúdo sensível, trabalho concreto e valor de uso	600
7.5.1.4 – A economia como esfera funcional desincrustada: o espaço-tempo abstrato	602
7.5.1.5 – O tempo histórico	604
7.5.1.6 – O mercado como extensão lógica do trabalho	604
7.5.2 – A constituição-fetice capitalista	605
7.5.2.1 – Dominação sem sujeito: o capital como relação social quasi-automática	605
7.5.2.2 – Metafísica real: o idealismo como núcleo (ir)racional da dialética hegeliana	606
7.5.2.3 – A matriz transcendental	607
7.5.2.4 – Súmula: história (negativa) das relações de fetice	608
7.5.3 – Digressão: a relação entre o todo e as partes na exposição de <i>O Capital</i>	609
7.5.4 – A forma do sujeito	611
7.5.4.1 – O sujeito como portador abstrato da ação social determinada	611
7.5.4.2 – A inconsciência em relação à forma social e a prisão do sujeito	612
7.5.4.3 – A não-identidade do indivíduo: contradição, sofrimento e emancipação	614
7.5.5 – A razão abstrata iluminista	615
7.5.5.1 – Racionalidade instrumental e princípio da identidade	615
7.5.5.2 – O Iluminismo como ideologia legitimadora do capitalismo	616
7.5.6 – A dissociação sexualmente conotada	617
7.5.6.1 – A matriz sobrejacente da dissociação-valor	617
7.5.6.2 – O sujeito social masculino e o objeto “natural” feminino	619
7.5.6.3 – A “dupla socialização” das mulheres	620
7.5.7 – O Estado e o direito	621
7.5.7.1 – A política como complemento necessário da economia	621

7.5.7.2 – As funções da instância político-jurídica	622
7.5.7.3 – A falta de autonomia do Estado e os limites da política	624
7.5.7.4 – Crise da economia = crise do Estado: a administração repressiva da miséria	625
7.6 – Teoria da crise: o limite interno absoluto do capitalismo	627
7.6.1 – A contradição contida na mais-valia relativa e a 3ª Revolução Industrial	627
7.6.2 – O conceito negativo de substância e a queda da massa de mais-valia	630
7.6.3 – A mistificação da concorrência	632
7.6.4 – A compensação histórica e os seus limites	634
7.6.4.1 – A expansão geográfica do modo de (re)produção capitalista	634
7.6.4.2 – A expansão interna: inovação de processos versus inovação de produtos	635
7.6.5 – O aumento do trabalho improdutivo	636
7.6.6 – Subterfúgios que permitiram adiar temporariamente o limite interno absoluto	638
7.6.6.1 – O crédito como antecipação da mais-valia futura	638
7.6.6.2 – O capital fictício e a simulação da acumulação	640
7.6.6.3 – Os circuitos comerciais deficitários da Europa e do Pacífico	641
7.6.6.4 – Dinheiro sem substância, inflação e crise: um olhar sobre o século XX	642
7.6.6.5 – A Grande Recessão de 2007-08: a caminho da desvalorização geral	645
7.7 – O “duplo Marx” e o marxismo do movimento operário	646
7.7.1 – Marx exotérico versus Marx esotérico	646
7.7.2 – O marxismo tradicional	647
7.8 – Socialismo real	650
7.8.1 – Modernização recuperadora	650
7.8.2 – Produção de mercadorias sem concorrência amplifica as irracionalidades	651
7.8.3 – A derrocada do socialismo real faz parte da crise global do capital	653
7.8.3.1 – A trajetória histórica ascendente da modernização	653
7.8.3.2 – O colapso da modernização	654
 3ª Parte – Em vez de uma conclusão, um novo começo: prolegómenos para uma (meta)teoria socioeconómica crítica e reflexiva da modernidade capitalista	 657
 Nota liminar	 659
 Capítulo 8 – <i>Economics</i>: análise crítica de alguns postulados centrais	 661
8.1 – A teoria do valor marginalista	661
8.1.1 – Subjetivismo psicologista: utilidade e preço	661
8.1.2 – Individualismo metodológico	663
8.1.3 – Fórmula trinitária <i>reloaded</i>	665
8.2 – Essência/aparência, forma social e fetichismo	666
8.2.1 – O foco ideológico no mercado	666
8.2.2 – Produção entendida em termos técnico-naturais	667
8.2.3 – As categorias capitalistas pressupostas e matematizadas não são explicadas	668
8.2.4 – A redução do valor ao preço e a sua subsunção na (re)produção material	669
8.2.5 – A contradição micro/macroeconomia e a ocultação da totalidade fetichista	670
 Capítulo 9 – Sociologia: análise crítica de alguns postulados centrais	 673
9.1 – A problemática divisória <i>economics</i>/sociologia	673
9.2 – Aparência e imediatez: a pressuposição cega das categorias capitalistas	674
9.3 – Mercadorização e instrumentalização do conhecimento	677
9.4 – A antinomia agência/estrutura	678
9.4.1 – A prevalência contemporânea do individualismo metodológico	678
9.4.2 – A historicidade e a decifração da antinomia	680

9.5 – A miséria do pós-modernismo	681
9.5.1 – A redução da realidade social às práticas discursivas	682
9.5.2 – O desaparecimento da totalidade negativa real do capital	683
Capítulo 10 – Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica	685
10.1 – A sociologia económica polanyiana	685
10.1.1 – A abordagem substantivista e a desincrustação da economia capitalista	685
10.1.2 – Comércio, dinheiro e mercado(s)	687
10.2 – A Nova Sociologia Económica	688
10.2.1 – <i>Embeddedness</i>: Granovetter versus Polanyi	688
10.2.2 – De-socialização do mercado e pressuposição das categorias capitalistas	689
10.2.3 – Súmula: o fracasso da NSE	691
Capítulo 11 – Conclusão: princípios básicos de uma (meta)teoria crítica e reflexiva do capitalismo	693
11.1 – Recuperação e aprofundamento da crítica categorial marxiana	693
11.2 – A precedência real da totalidade negativa do capital	695
11.3 – Trabalho, mediação e constituição social	696
11.4 – Contradição e não-identidade: a reflexividade da teoria crítica	699
11.5 – Pontos de contacto entre a NCV e outras teorias sociais	703
11.5.1 – Max Weber: a (ir)racionalidade formal da modernidade capitalista	703
11.5.2 – Karl Polanyi: a autonomização das relações sociais capitalistas	706
11.5.3 – Pierre Bourdieu: o habitus e a constituição recíproca de prática e estrutura	707
11.6 – Pistas para investigações futuras	708
Posfácio literário	713
Anexos	715
Anexo 1 – Os planos de <i>O Capital</i>, o “capital em geral” e a concorrência	717
A1.1 – A distinção entre capital em geral e concorrência (muitos capitais)	717
A1.2 – Análise cronológica dos planos de <i>O Capital</i>	718
A.1.2.1 – 1857-59: <i>Grundrisse</i> e <i>Para a Crítica da Economia Política</i>	718
A.1.2.2 – O <i>Manuscrito Económico</i> de 1861-63 (e as <i>Teorias da Mais-Valia</i>)	720
A.1.2.3 – A redação final de <i>O Capital</i>	721
A1.3 – O plano de 6 Livros foi abandonado?	724
Anexo 2 – Marx e a economia política clássica	729
A2.1 – Introdução	729
A2.2 – Forma social, trabalho concreto/abstrato e fetichismo	730
A2.3 – A origem do valor excedente: “valor do trabalho”, força de trabalho e mais-valia	732
A2.4 – Tempo de trabalho, valor e equalização das taxas de lucro	733
Anexo 3 – Índices de três obras não traduzidas de Robert Kurz	735
A3.1 – <i>O Livro Negro do Capitalismo – Um canto de despedida da economia de mercado</i>	735
A3.2 – <i>A Ideologia Anti-Alemã – Do antifascismo ao imperialismo de crise: crítica da novíssima essência sectária alemã de esquerda nos seus profetas teóricos</i>	737
A3.3 – <i>O Capital Mundial – Globalização e Limites Intrínsecos do Moderno Sistema Produtor de Mercadorias</i>	739
Referências bibliográficas	743

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Resumo

A presente tese inscreve-se nos domínios disciplinares da história das ideias e da teoria social. O seu principal objetivo é repensar o modo de (re)produção capitalista a partir do legado conceptual e epistemológico de Karl Marx e da denominada Nova Crítica do Valor. Na 1.^a Parte são expostas detalhadamente as categorias da crítica da economia política marxiana da maturidade com base na literatura primária e na revisão da literatura secundária mais importante dos últimos 50 anos. Em particular, é evidenciada a identidade entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx, assim como a sua relevância, juntamente com a teorização da crise, para compreender o capitalismo do século XXI. Na 2.^a Parte são discutidas as teorias de três dos principais autores contemporâneos pertencentes à Nova Crítica do Valor: Jean-Marie Vincent (1934-2004) no espaço francófono, Moishe Postone (1942-2018) no mundo anglo-saxónico e Robert Kurz (1943-2012) no universo germanófono. Destacam-se entre as ideias fundamentais destes autores: i) A precedência da (re)produção social face à (re)produção material e a consequente refutação do “materialismo histórico”; ii) A crítica do “marxismo tradicional”, que apenas se apropriou da parcela “exotérica” do pensamento de Marx, e, por isso, apreende o capitalismo de modo truncado somente com base na propriedade privada, no mercado e na exploração, naturalizando o trabalho e a produção industrial; iii) A historicidade do trabalho enquanto categoria exclusivamente moderna; iv) A peculiaridade realmente metafísica do trabalho abstrato como substância do capital e, assim, como categoria constitutiva e mediadora das relações sociais burguesas; v) A conceptualização do capitalismo como modo de vida ou de existência social; vi) A prevalência, na modernidade, de formas sociais de fetiche (capital, mercadoria, valor, trabalho, dinheiro) que exercem uma dominação impessoal de cariz temporal, espacial e simbólico; vii) A superação da antinomia agência/estrutura através do entendimento das categorias mercantis como formas simultâneas de subjetividade e objetividade social e do recurso aos conceitos de prática, síntese social e constituição-fetiche; viii) A centralidade das relações de género para a reprodução social hodierna; ix) A fundamentação histórico-social do Estado, do sujeito de direito (indivíduo abstrato) e das formas de pensamento abstratas típicas do Iluminismo; x) O diagnóstico do limite interno absoluto do capital na sequência da de-substancialização do valor provocada pela revolução microeletrónica. Finalmente, na 3.^a Parte, após a crítica imanente de alguns postulados básicos da *economics*, da sociologia e da sociologia económica, são apresentados os prolegómenos de uma metateoria social crítica e reflexiva da modernidade capitalista.

Palavras-chave: Capital(ismo), Marx, Vincent, Postone, Kurz.

Abstract

The way of sacrifice, or portrait of capital as a fetishistic social form – Rethinking capitalist modernity in light of the theories of Marx and the New Critique of Value.

This thesis pertains to the disciplinary domains of the history of ideas and social theory. Its main goal is to rethink the capitalist mode of (re)production from the vantage point provided by Marx's conceptual and epistemological legacy and by the so-called New Critique of Value. In the 1st Part the categories of Marx's mature critique of political economy are presented in detail through the analysis of the primary literature and the review of the most important secondary literature published in last 50 years. In particular, it is emphasized the identity between Marx's theories of value and fetishism, as well as its relevance, along with his theorization of crisis, to the understanding of 21st century capitalism. In the 2nd Part the theories of three of the major contemporary authors who belong to the New Critique of Value – Jean-Marie Vincent (1934-2004) in the francophone space, Moishe Postone (1942-2018) in the Anglo-Saxon world, and Robert Kurz (1943-2012) in the German-speaking universe – are discussed. Among the fundamental ideas of these authors stand out: i) The precedence of social (re)production with regard to material (re)production and the consequent refutation of "historical materialism"; ii) The critique of "traditional Marxism", which appropriated solely the "exoteric" layer of Marx's thought, and, therefore, grasps capitalism in a foreshortened way only on the basis of private property, the market and exploitation, naturalizing labor and industrial production; iii) The historicity of labor as an exclusively modern category; iv) The really metaphysical peculiarity of abstract labor as the substance of capital and, thus, as a category that is constitutive of and mediates bourgeois social relations; v) The conceptualization of capitalism as a mode of social life or mode of social existence; vi) The prevalence, in modernity, of fetishistic social forms (capital, commodity, value, labor, money) that exert an impersonal form of temporal, spatial and symbolic domination; vii) The overcoming of the agency/structure antinomy through an understanding of capitalist categories as simultaneous forms of social subjectivity and objectivity and the deployment of concepts such as practice, social synthesis and fetish-constitution; viii) The centrality of gender relations to the modern social reproduction; ix) The socio-historical grounding of the State, the legal subject (abstract individuality), and the abstract thought forms typical of the Enlightenment; x) The diagnosis of the absolute internal limit of capital following the de-substantiation of value caused by the microelectronics revolution. Finally, in the 3rd Part, after an immanent critique of some of the basic tenets of economics, sociology and economic sociology, the prolegomena to a critical and reflexive social meta-theory of capitalist modernity are presented.

Keywords: Capital(ism), Marx, Vincent, Postone, Kurz.

Agradecimentos

“Yet he hated the society in which he was expected to be successful.”

Kari Polanyi-Levitt & Marguerite Mendell, “Karl Polanyi: His Life and Times”

O meu sincero agradecimento:

– Ao professor João Carlos Graça, o meu orientador, pelo apoio concedido a este projeto de pesquisa desde o seu primeiro esboço. Ademais, a erudição multidisciplinar do professor – atestada pela facilidade com que se move nos domínios da economia, da sociologia, da história e da filosofia – é um exemplo inspirador numa academia asfixiada pela hiperespecialização. Quero ainda agradecer-lhe na qualidade de colega na lecionação da disciplina de Sociologia, durante os anos de 2017/2018 e 2018/2019, por ter esclarecido as inúmeras dúvidas de principiante e ter acalmado a minha insegurança.

– Ao professor João Peixoto, então responsável pelo programa doutoral, pelo apoio dado a uma tese exclusivamente teórica, ratificando assim essa anomalia no panorama universitário português. Agradeço também as suas muitas sugestões e conselhos durante os Seminários de Investigação e no momento da defesa do projeto de tese.

– Ao professor Daniel Seabra Lopes, pelos comentários efetuados na defesa do projeto de tese e pelos conselhos posteriores quando esboçava a(s) minha(s) candidatura(s) a financiamento.

– Ao professor Rui Santos, que desempenhou um papel determinante como arguente do meu projeto de tese. Em particular, a decisão de incluir uma 3ª Parte decorreu diretamente das suas sugestões.

– Ao professor Rafael Marques, então responsável pela disciplina de Sociologia, pela autonomia que me concedeu, permitindo-me minimizar o impacto das aulas e, assim, maximizar o tempo disponível para a tese.

– À professora Helena Serra, que lecionava na altura um módulo da disciplina de Métodos e Técnicas de Investigação, por me ter fornecido uma metodologia para a categorização e apropriação de volumes colossais de texto.

– Ao ISEG, pelo apoio financeiro concedido no âmbito de uma Bolsa de Mérito, isentando-me do pagamento de propinas durante os três primeiros anos letivos.

– À Universidade de Lisboa, pelo apoio financeiro atribuído no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento.

– À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo apoio financeiro atribuído no âmbito de uma Bolsa de Investigação (Projeto UID/SOC/04521/2019).

– Ao SOCIUS, pelo apoio administrativo e logístico, assim como pelas verbas destinadas à aquisição de livros e à revisão da tradução de um artigo.

– Aos meus colegas de doutoramento, Zé (Neto), Bárbara, Anderson, Karin, Francisco e Luís, pela camaradagem, sobretudo durante o primeiro ano letivo.

– Aos camaradas da crítica do valor e assuntos correlatos: Bruno, Boaventura, Zé (Neves), Fátima e Fernando. Uma palavra especial para o Bruno pelas nossas (longas) conversas esporádicas, mas intelectualmente estimulantes.

– A Ricardo Araújo Pereira, José Diogo Quintela, Tiago Dorés, Miguel Góis, Jerry Seinfeld, Larry David, Julia Louis-Dreyfus, Jason Alexander, Michael Richards, Jim Gaffigan, Bill Burr, Brian Regan, Dave Chappelle, Robin Williams, George Carlin, Kevin Pollak, Jon Stewart, John Oliver, Stephen Colbert, Matt Groening e Seth MacFarlane. A sua comédia contribuiu decisivamente para a conservação da minha sanidade mental.

– Aos meus pais, Helena e Fernando. Por tudo.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Prelúdio literário

“A propósito, eu jamais poderei exercer uma profissão neste mundo, a não ser que me paguem para que eu me irrite com o mundo.”

Joseph Roth, *Fuga sem Fim*

“Amava o que eles odiavam, odiava tudo o que eles amavam; reconhecia isso com a maior clareza, sentia-o com toda a sua alma.”

Ivan Turguénev, *Fumo*

“É bom ensinar por vezes aos felizes deste mundo, nem que seja só para os humilhar um instante no seu estúpido orgulho, que há felicidades superiores às deles, mais vastas e mais delicadas.”

Charles Baudelaire, *O Spleen de Paris*

“Escuta, aproxima-te, que ninguém ouça. Vou-te confessar um grande segredo. Não há nada maior do que a poesia, Zavalita.”

Mario Vargas Llosa, *Conversa na Catedral*

“ – Quem está vivo? – perguntei ao meu amigo.
– Os que sempre se chamaram poetas – respondeu-me. – O poeta não é um tipo que escreve poemas. O poeta é o que procura e descobre o que há oculto atrás da realidade ou de uma situação. O poeta revela. Dito isto, viver é chegar e agarrar o fundo, a raiz da realidade, ao mesmo tempo que a máscara.”

Enrique Vila-Matas, *Da Cidade Nervosa*

“As palavras podem ter a força de gigantes e matar um deus”.

Jón Kalman Stefánsson, *Paraíso e Inferno*

“Que otros se jacten de las páginas que han escrito;
a mí me enorgullecen las que he leído.”

Jorge Luis Borges, “Un Lector”

“É preciso ler muito para compreender alguma coisa do que se está a passar.”

Ernest Hemingway, *Por Quem os Sinos Dobram*

“Os limites que a minha capacidade de raciocínio me impõe são bastante estreitos, mas o domínio a atravessar é infinito.”

Franz Kafka, *A Grande Muralha da China*

“- É uma história tão estranha que se a escrevo em quatro ou cinco páginas parece incrível. Francamente incrível. É tão estranha que vou contá-la a outro para entendê-la eu.”

Adolfo Bioy Casares, *Dormir ao Sol*

“Sim, havia na desgraça uma parte de abstração e de irreabilidade. Mas quando a abstração começa a matar-nos, é bem necessário que nos ocupemos da abstração.”

Albert Camus, *A Peste*

“Naturalmente, nasce em cada qual a suspeita perniciosa de que tanto vale o fantasma como a realidade, e que toda a realidade pode muitíssimo bem ser um fantasma e vice-versa”.

Luigi Pirandello, “A Senhora Frola e o Senhor Ponza, seu genro”, in *Contos Escolhidos*

“Surpreendeu-o ver que a peça que considerara, nos ensaios, como coisa inverosímil e mal ligada, adquiria de repente uma vida própria. Parecia desenrolar-se sozinha, e que ele e os seus colegas atores a apoiavam apenas com os seus papéis.”

James Joyce, *Retrato do Artista Quando Jovem*

“Ora a feitiçaria, como se sabe, o mal é começar. Depois já não há maneira de a fazer parar.”

Mikhail Bulgakov, *Margarita e o Mestre*

“O que o adestramento faz é justificar uma anomalia através de uma nova organização onde ela tem um lugar próprio.”

Michel Tournier, *O Rei dos Álamos*

“A rat in a maze is free to go anywhere, as long as it stays inside the maze.”

Margaret Atwood, *The Handmaid's Tale*

“[T]he number one freedom that you and I have is the freedom to enter into a subservient role in the workplace. (...) The only way you can avoid bosses and jobs is if you don't care about making a living. Which leads to the second freedom: the freedom to starve.”

Tom Morello

“A vida pode tornar-se numa luta desordenada apenas porque se tem de obter aquilo que é necessário para manter as pessoas vivas. E o problema reside nisto: todas as coisas têm um valor, e é preciso dinheiro para as ter, pois é assim que o mundo funciona.”

Carson McCullers, *A Balada do Café Triste*

“For it's the end of history
It's caged and frozen still
There is no other pill to take
So swallow the one that made you ill”

Zack de la Rocha, “Sleep now in the Fire”

“A tragédia do homem atual é já não ousar ter medo. O que é desastroso, pois a consequência inevitável é que ele seja obrigado a deixar de pensar. Tem lógica, pois aquele que não ousa ter medo acaba por pôr de lado todas as ações que o inquietem e que o conduzam, pela porta das traseiras, a uma situação em que sinta medo. Não é por isso que o anti-intelectualismo se torna facilmente tão popular?”

Stig Dagerman, *A Serpente*

“- Não acredito. Não quero acreditar. Não vê que a vida seria completamente diferente se fosse possível acontecerem coisas dessas? Teríamos de começar tudo de novo.”

Graham Greene, *O Agente Secreto*

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Leitmotiv

“A «social scientist» is someone who is paid to defend this society’s myths. His defense mechanism, in its simplest formulation, runs approximately as follows. He begins by *assuming* that the society of his time and place is the *only possible* form of society; he then concludes that some other form of society is *impossible*. Unfortunately, the «social scientist» rarely admits his assumptions; he usually claims that he doesn’t make any assumptions. And it can’t be said that he’s lying outright: he usually takes his assumptions so much *for granted* that he doesn’t even know he’s making them.” (Perlman, 1992: 10, *itálico no original*)

“A formulação de teorias com pretensão explicativa saiu de moda. Quem ousa emitir seja um pensamento concatenado, uma tese crítica à sociedade ou uma reflexão qualquer acima do nível rasteiro da atual democracia de mercado, se torna objeto de suspeita. O aparato teórico-conceitual é visto como impertinência: quase se poderia falar numa desconceitualização das ciências sociais e humanas.” (Kurz, 1997b: 15)

“We live at a time when few people use the term «capitalism», when most don't know what it means, when an even larger number have no idea of the systemic character of capitalism or how it works, and hardly anyone grasps the role that economic categories play in this society and in our own efforts to make sense of it all.” (Ollman, 2003: 182)

“Este livro terá alcançado o seu objetivo se conseguir transmitir ao leitor a *paixão* que o seu autor sente pela temática, aparentemente tão abstrata, do valor. É a paixão que nasce no instante em que se tem a impressão de ter entrado na câmara onde estão guardados os segredos mais importantes da vida social, os segredos de que dependem todos os outros.” (Jappe, 2006: 20, *itálico no original*)

“A teoria do fetichismo está longe de ser uma «bizarrice» do primeiro capítulo de *O Capital*. Ela é onnipresente em toda a obra da maturidade de Marx e constitui (...) a contribuição mais importante deste pensador para a teoria social moderna. Paradoxalmente, os autores que lhe conferem a devida importância são pouco numerosos. Isso deve-se a razões profundas. A teoria do fetichismo desconcerta devido à força do seu caráter crítico e, para além disso, ela escapa completamente à maneira de pensar moderna e ao parcelamento disciplinar. Trata-se de uma teoria sociológica ou económica? Trata-se de uma abordagem filosófica ou política da realidade? É impossível arrumá-la nas gavetas das disciplinas universitárias (...). O destino histórico do fetichismo enquanto teoria é inversamente proporcional à sua realidade social. Quanto maior é a sua validade social, tanto menor é o prestígio que a sua teoria merece. Quanto mais o fetichismo social triunfa no interior do próprio conhecimento, menos a sua teoria é de facto aproveitada.” (Tombazos, 2004: 28-29)

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Introdução Geral

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

“No idea is too big to tackle. And no detail is too small to spend days or weeks investigating.”

Neil deGrasse Tyson, *The Sky Is Not the Limit*

“Tudo quanto é abstrato é difícil de compreender, porque é difícil de conseguir para ele a atenção de quem o leia.”

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*

“Muito intrigado, implorei-lhe que me contasse a história. Ei-la. Ouvia-a e procuro reproduzi-la com toda a atenção e exatidão de que sou capaz – o que quer dizer que não encontrareis aqui mais do que uma tradução bastante pálida e aproximada.”

René Daumal, *O Monte Análogo*

“A grande sala em que Silberberg o tinha feito entrar estava cheia de livros, de papéis. Havia-os nas estantes, em cima da mesa, em pilhas pelo chão. Mas não era uma desordem hostil ou desagradável, como aquela que provocam a negligência ou o abandono, o deixa-andar moral. Era vivo, habitável. A certeza apoderava-se logo de nós de que toda esta leitura amontoada alimentava uma reflexão.”

Jorge Semprun, *O Regresso de Netchaiev*

“We were scientists, philosophers and storytellers. Questions sought answers and then more questions.”

Nora Twomey, *The Breadwinner*

“[A]ll is well in the best of all worlds. Those who doubt this are guilty and need not be listened to” (Vincent, 1991a: xxvi).

“La théorie qui perd la mémoire est une théorie qui s’affaiblit, parce qu’elle ignore ses propres présupposés et ce qu’elle doit dépasser pour pouvoir progresser” (Vincent, 1994f: 3).

“Tanto mais desesperadora e ignorante tem de parecer aquela sabedoria académica nascida de discussões de botequim, que ainda hoje continua comentando com toda a calma a escatologia equivocada da crítica da economia [política, NM] de Marx e ridicularizando presunçosamente todo o prognóstico de crises futuras como cenário de fim de mundo, supostamente irracional. Como se não bastassem os fins de mundo já acontecidos, que atingiram a maioria da humanidade. (...) Deveríamos observar muito bem quais as poltronas de onde provém essa zombaria e qual rastilho já está acesso debaixo delas.” (Kurz, 1999b/1991: 209-210)

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Esta tese inscreve-se nos domínios disciplinares da teoria social (cf. Baert, 2006; Delanty, 2006; Harrington, 2005b; Turner, 2004) e da história/sociologia das ideias (cf. Camic & Gross, 2004; Gordon, 2012; Jones, 1998: 143-153). É conhecida a suspeição que recai sobre a teoria no seio das ciências sociais crescentemente empiristas, positivistas e quantitativas (cf. Callinicos, 2013: 1; Craib, 1985: 4; Turner, 2004: 147). Ademais, os sociólogos partilham com os economistas, de uma maneira geral, a mesma aversão relativamente à história da respetiva disciplina (cf. Blaug, 2001; Turner, 1998). A presente investigação é, portanto, invulgar quanto à forma, em especial no panorama português.

Como se isso não bastasse, esta tese é aparentemente démodé no que diz respeito ao conteúdo. Socorre-se da exegese das teorias de Karl Marx e, subsequentemente, de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz – três dos principais autores da denominada Nova Crítica do Valor (NCV) (cf. Jappe, 2006; Larsen *et al.*, 2014; Nascimento, 2015a) – para repensar a modernidade capitalista como modo de vida social fetichista. Na 1.^a Parte são expostas detalhadamente as categorias da crítica da economia política marxiana da maturidade com base na literatura primária e na incorporação das referências secundárias mais importantes dos últimos 50 anos. Em particular, é evidenciada a identidade entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx, assim como a sua relevância, juntamente com a teorização da crise, para compreender o capitalismo do século XXI.

A 2.^a Parte escarpeliza o desenvolvimento do núcleo radical desse edifício conceptual pela NCV. Trata-se de uma corrente que surgiu entre finais da década de 1970 e meados da década de 1980 nos EUA, em França e, com especial incidência, na Alemanha. O triunvirato estudado coloca o acento tónico na dominação impessoal – historicamente específica – do valor como forma de riqueza e de mediação social alienada constituída pelo trabalho abstrato e constitutiva das relações sociais essenciais, da subjetividade e da razão hodiernas. Finalmente, na 3.^a Parte, após a crítica imanente de alguns postulados nucleares da *economics*, da sociologia e da sociologia económica, são apresentados os prolegómenos de uma metateoria social crítica e reflexiva do modo de (re)produção capitalista.

Conforme se depreende desta súpula, parto do princípio que “não é possível pensar o nosso tempo sem a obra de Marx e dos marxistas” heterodoxos, “sem se servir dos instrumentos que eles forjaram para compreender a história e a sociedade” burguesas (Vincent, 1987: 124). Neste sentido, “parafraseando Mark Twain, os relatos acerca da morte de Marx foram manifestamente exagerados” (Postone, 2012a: 331). À medida que se agrava a “crise” multidimensional (económica, social, ecológica, etc.) do capitalismo, “a teoria de Marx (...) ganha uma inesperada atualidade” (Kurz, 2012b: 2).

No entanto, “para se poder julgar a pertinência da crítica marxiana é preciso começar por conhecê-la” (Jappe, 2006: 13-14), algo que, infelizmente, com honrosas exceções (cf. Vandenberghe, 2008, por exemplo), não é a regra nas ciências sociais *mainstream* (Larsen *et al.*, 2014: xlvii). A publicação, nas últimas décadas, de obras absolutamente cruciais como os *Grundrisse* (cf. Marx, 2011b/1857-58), o *Manuscrito Económico de 1861-63* (cf. Marx, 1988/1861-63, 1989a/1861-63, 1989b/1861-63, 1994/1861-63) ou os *Resultados do Processo de Produção Imediato* (cf. Marx, 1975/1864) foi em larga medida ignorada na academia.

Continuam a ser hegemónicas interpretações truncadas e vulgarizantes que não fazem jus à riqueza e complexidade do corpus teórico marxiano. Nas palavras de Donald Levine, “imagens pré-concebidas de autores e textos são amiúde difíceis de corrigir, apesar da existência de provas sólidas que as contradizem” (Levine, 1998: 175n4). O objetivo principal desta monografia é, portanto, redescobrir a crítica categorial marxiana através da análise em primeira mão dos volumosos manuscritos originais (cf. Therborn, 2008: 120) e, além disso, apresentar pormenorizadamente a sua reinterpretação e aprimoramento pela NCV. Embora se trate de uma corrente intelectual relativamente marginal, julgo que as suas contribuições são

indispensáveis para uma reformulação paradigmática da teoria social crítica da modernidade mercantil.

Em suma, a dupla anomalia desta investigação supramencionada significa que o objeto de estudo escolhido e o método adotado necessitam de ser rigorosamente defendidos e fundamentados. Pois, se me for permitida a metáfora em tempos pandémicos sombrios, a minha ousadia corre o risco de ser confundida com um vírus pelo sistema imunitário académico e, assim, suscitar múltiplos anticorpos. Impõe-se, então, um conjunto de considerações prévias – que são outras tantas justificações – para que esta pesquisa possa ser julgada unicamente em função dos seus (de)méritos.

α – Considerações sobre o objeto de estudo

$\alpha.1$ – A crítica categorial de Karl Marx

$\alpha.1.1$ – A relevância contemporânea de Marx

Mencionei atrás que a 1ª Parte desta tese consiste num estudo detalhado da crítica da economia política marxiana. Considero que ela consegue apreender de maneira ímpar os fundamentos do modo de (re)produção capitalista e que, em virtude dessa análise literalmente radical, conserva a sua relevância na atualidade. Longe de pretender “negar que padece de uma série de (...) limitações”, desejo sublinhar que “nenhuma das suas proposições básicas foi refutada, e muito menos substituída, por outras propostas de um sucessor mais poderoso” (Callinicos, 2008: 89-90).¹ O ano de 1991 não assinala, portanto, o “fim do marxismo” *tout court* (Tosel, 2008: 44),² mas tão-somente a “crise irreversível” (Ibid.: 40) da ortodoxia leninista enquanto ideologia legitimadora do socialismo de caserna (Ibid.: 44) e enquanto teoria suscetível de explicar e criticar adequadamente a sociedade contemporânea.³

O núcleo duro da crítica categorial marxiana é constituído pelas teorias do valor e do fetichismo – que, na verdade, são uma só (cf. Colletti, 1979/1969: 249-283; Colletti, 2011/1974; Rubin, 1990/1928). Através da exposição imanente das categorias burguesas – mercadoria, trabalho, dinheiro, capital – Marx demonstra, antes de tudo, o seu “caráter socio-histórico” (Smart, 2014: 175), ou seja, especificamente moderno.⁴ Ademais, revela que a sua peculiaridade reside no facto de serem “formas estruturadas e estruturantes de relações (...) de interdependência” social “essencialmente abstratas” (Sartori, 2013: 112). Logo, não se trata de meros conceitos ou generalizações mentais, mas de “abstrações reais” suprassensíveis (Ibid.: 111, *itálico nosso*) – resultantes de uma prática social *redutora* apriorística – que subsumem o concreto sensível e, ao fazê-lo, dominam os indivíduos (Silva Júnior, 2010: 145).

¹ Por exemplo, evidenciarei em 3.3.5 que o chamado “problema da transformação” – apontado como uma das principais inconsistências da teoria marxiana – é facilmente desmontável e, nesse sentido, é um *não-problema*.

² Embora Marx seja transversalmente “considerado no mundo académico como o grande perdedor” (Kurz, 2013b: 253).

³ Porque se aferra à vertente “exotérica” do pensamento de Marx e, por isso, entende o capitalismo exclusivamente com base nas relações de mercado, na propriedade privada e na dominação pessoal (cf. 6.6.1; 7.7).

⁴ “Marx não reduz a vida social à economia (...). Pelo contrário, ele reduz a economia [capitalista, NM] ao seu conteúdo social (...). Foi apenas em resultado de um desenvolvimento histórico específico, provavelmente singular, que as dependências económicas [impessoais, NM] ganharam ascendente sobre todas as outras relações humanas; (...) que se congelaram (...) numa «realidade social objetiva» ou «segunda natureza»” (Bauman, 2010: 74). Simon Clarke acrescenta o seguinte: “assim que é reconhecido que as leis económicas não são leis naturais mas sociais, torna-se evidente que estas leis não determinam o destino da humanidade, mas somente o destino de uma forma particular de sociedade” (Clarke, 1991: 99).

Obviamente que o raciocínio esboçado indica que “Marx (...) desenvolve um entendimento completamente novo da *realidade*” social (Zelený, 1980: 102, *italico no original*). Conforme observa João Esteves da Silva,

“A questão essencial é esta: pode haver uma abstração que não releve do pensamento? A esta questão, (...) de todos os pensadores, antigos e modernos, só Marx respondeu afirmativamente. (...) O caso propriamente paradigmático [da abstração real, NM] é o do valor (...) que vem a assumir (...), ao longo de toda a obra, o papel de fundamento de todas as suas articulações teóricas. (...) [A]s incompreensões a que obra de Marx tem estado persistentemente votada radicam (...) no desentendimento do que vem a ser o valor e do mecanismo de abstração real que o constitui como realidade social objetiva.” (Silva, 2006: 81)

Em síntese, a noção de abstração real é a chave para decifrar “o célebre núcleo racional da dialética hegeliana” (Ibid.) aludido por Marx no Posfácio da 2ª Edição Alemã de *O Capital*. Pode-se falar de uma *homologia* entre a “lógica da filosofia (...) de Hegel” e a “lógica do capitalismo” (Murray, 1988: 227). Tal como a idealidade infinita do Espírito Absoluto subsume o mundo finito, na sociedade burguesa a Natureza e a força de trabalho humana coletiva são subsumidas como *inputs* no processo triturador autotélico de valorização contido na fórmula $D - M - D'$.

Por meio de uma efetiva *inversão* fetichista, o valor de uso é o simples veículo fenoménico do valor e o trabalho concreto é degradado ao estatuto de forma de manifestação do trabalho abstrato socialmente sintético. O valor é uma “relação social” (Pilling, 1972: 283) constituída pelo “trabalho abstrato” (Ibid.: 287) que, contudo, se autonomiza do controlo consciente dos seres humanos e que, como forma de mediação dinâmica universal, constitui por sua vez a prática quotidiana dos sujeitos, quer dizer, enquadra os seus modos de ser, agir e pensar.

Retira-se daqui, preliminarmente, duas coisas. Por um lado, o constrangimento sistémico traduz o funcionamento de um modo de vida social fetichista historicamente específico (Vandenberghe, 2008: 296). Por outro lado, as categorias burguesas são simultaneamente formas de objetividade e de subjetividade social (Sartori, 2013: 114). O indivíduo é um “agente livre” apenas na medida em que interioriza “os pré-requisitos funcionais da «segunda natureza»” mercantil (Bauman, 2010: 77). Isso aplica-se também ao capitalista, que não passa de uma “personificação do trabalho *objetivado*” (Marx, 1975/1864: 57, *italico no original*). Geoff Pilling resume a questão nos seguintes termos:

“[P]ara Marx, o capital não é meramente valor em expansão, mas valor *auto-expansivo*. O impulso constante para expandir o valor (...) não nasce de algo «exterior» ao capital, tal como a «disposição» ou os motivos do capitalista. Nasce de algo intrínseco à própria natureza do capital. (...) Marx encara o capitalista como a personificação do capital. Ele é um capitalista (...) na medida em que o seu comportamento está subordinado às leis independentes e objetivas do capital. E esta subordinação nunca nasce de um *plano* ou *desejo* conscientes – é uma força que se impõe ao capitalista através de leis que funcionam por detrás das suas costas.” (Pilling, 1980: 69, *italico no original*)

Infelizmente, a “teoria do fetichismo”, frequentemente incompreendida, foi relegada para uma “existência marginal” mesmo entre aqueles “intelectuais que se diziam marxistas” (Vincent, 2001c: 241). Preferiu-se normalmente realçar a perfídia dos funcionários do capital, exaltar a substância deste (o trabalho operário), reclamar a apropriação da mais-valia e advogar a estatização dos meios de produção. Neste sentido, “a revolução teórica começada por Marx ainda está por acabar” (Ibid.: 240). É preciso redescobrir e ler a sua obra “com

novas lentes” (Kurz, 2017b: 30). Jean-Marie Vincent elege “um duplo movimento de recuperação da teoria original de Marx e da sua confrontação com os problemas contemporâneos” (Vincent, 1973a: 28) como o caminho que deve ser seguido para desenvolver ulteriormente a crítica da economia política.

α.1.2 – A publicação dos escritos inéditos e o papel da Internet na sua divulgação

A 1ª Parte acompanha, no essencial, a ordem da exposição das categorias marxianas presente nos três Livros de *O Capital*.⁵ Porém, a análise é complementada pelo recurso aos manuscritos que constituem as redações anteriores de *O Capital*, particularmente os *Grundrisse*, o *Manuscrito Económico de 1861-63* (onde se incluem as *Teorias da Mais-Valia*) e os *Resultados*. A justificação deste procedimento prende-se com o facto de em vários desses textos se encontrarem exposições mais claras de múltiplos aspetos da teoria marxiana e, inclusive, explicações inéditas que não passaram para a versão final de *O Capital*.⁶ Ademais, consulte as restantes obras redigidas por Marx entre 1843 e 1883 (a data da sua morte) pertinentes para os meus intentos.

Isto só foi possível, obviamente, graças à sua publicação no decurso das últimas décadas (cf. Kemple, 2006: 5). Destacam-se os 50 volumes dos *Marx-Engels Collected Works* (MECW) (1975-2005) e o projeto editorial MEGA-2 (*Marx Engels Gesamtausgabe*) que se prevê atingir 114 volumes.⁷ Conforme ressalva Enrique Dussel, “pela primeira vez temos perante os nossos olhos” a quase “totalidade dos materiais” indispensáveis para tentar “compreender” a crítica categorial de Marx (Dussel, 2001: 20), de maneira que o seu legado teórico continuará certamente a alimentar reflexões profícuas no futuro (Ibid.: 25).

Tal como tem vindo a fazer nos anos recentes. Tratando-se de uma obra composta essencialmente por longos rascunhos inacabados, levantam-se “enormes dificuldades de interpretação” (Taylor & Bellofiore, 2004: 1). Assim, a publicação de importantes escritos marxianos inéditos despoletou, nas últimas cinco décadas (Hoff, 2017: ix), um processo de discussão da “crítica da economia política” que, embora subterrâneo, foi mais intenso “do que em qualquer época pretérita” (Ibid.: 2).

Desenvolvendo-se “em diversas regiões mundiais quase simultaneamente” (Ibid.: 2-3) – mormente na Europa Ocidental, no espaço anglo-saxónico, no Japão e na América Latina –, estes debates distinguem-se pela sua “sofisticação” e “sistematicidade” (Ibid.: 73). As grandes inovações são “reflexões fundamentais acerca da teoria do valor e da metodologia” (Ibid.: 15), bem como da “teoria do fetiche” (Ibid.: 318), que representam uma “rutura” (Ibid.: 2) face aos preceitos dogmáticos do “marxismo-leninismo” (Ibid.: 3). As valiosas contribuições interpretativas desta vasta literatura secundária foram incorporadas na exegese expositiva da 1ª Parte.

Não se deve subestimar o papel absolutamente decisivo da Internet na “rápida difusão (...) dos resultados das pesquisas” e na facilitação da “comunicação entre investigadores” (Ibid.). Só nos 10 ou 15 anos precedentes é que se tornaram amplamente disponíveis versões digitalizadas de centenas de milhares de livros e de artigos científicos e, assim, foram gradualmente abolidas as barreiras que limitavam necessariamente o acesso a textos impressos. Pela primeira vez na história socio-intelectual do marxismo, um vasto manancial

⁵ São feitas várias digressões devidamente identificadas no corpo do texto.

⁶ No final da década de 1960, Maximilien Rubel já alertava os seus leitores que o conjunto de materiais inéditos superava enormemente em extensão – e, por vezes, em importância – as obras efetivamente publicadas por Marx (cf. Rubel, 1968a: xi).

⁷ Que me está vedado por causa da minha ignorância da língua alemã. Em português é louvável o esforço da Boitempo Editorial, sediada em São Paulo, nos últimos anos para trazer aos escaparates traduções cuidadas das principais obras de Marx.

de literatura primária e secundária encontra-se em permanência à distância de um clique de rato.

É fácil esquecermo-nos que, durante grande parte do século XX, os investigadores estiveram dependentes do acesso físico aos materiais. Mesmo as bibliotecas melhor apetrechadas não continham mais do que uma porção residual da literatura relevante para um determinado campo disciplinar. Se isso fomentou seguramente uma boa dose de originalidade (ou, pelo menos, de desenrascanço, para usar o vernáculo conhecido do leitor português), também contribuiu para um certo isolamento e, inclusive, “provincianismo teórico” (Ibid.: 314). Não era imediatamente acessível ao investigador japonês um texto escrito pelo seu colega francês ou alemão, ainda que conseguisse ler essas línguas, e vice-versa.

A barreira física imposta pelo suporte em papel dos livros e das revistas científicas limitou a circulação das ideias entre os vários espaços teóricos e académicos. Os investigadores ficavam as mais das vezes presos a um lugar sociolinguístico forçosamente diminuto (amiúde com uma forte conotação nacional, como é evidente). Desta maneira, a fertilização mútua das interpretações de Marx foi severamente comprometida. Somente o marxismo tradicional – sobretudo na sua variante marxista-leninista sancionada pelos regimes socialistas reais – era capaz de romper consistente e continuamente fronteiras e atingir uma divulgação quase universal. As próprias obras de Marx não ficaram incólumes a este processo, mesmo depois de verem a luz do dia. Por exemplo, quem tinha acesso às dezenas de volumes dos MECW antes do advento da Internet?

Hoje em dia consegue-se finalmente ter uma visão de conjunto da investigação sobre a crítica da economia política marxiana nos últimos 50 anos. Deste modo, é possível começar a ligar os pontos e a realizar uma *síntese poderosa* de autores que chegaram isoladamente a conclusões similares ou, bastante mais importante, *complementares*. O investigador português do século XXI – um qualquer Nuno Machado – já não depende apenas do (excelente) trabalho autóctone de João Esteves da Silva, João Bernardo ou José Barata Moura, de algum teórico de além-mar que logrou cruzar o Atlântico (Ruy Fausto, por exemplo) ou das tradições francófonas que dominavam a paisagem académica há poucas décadas (existencialismo de Sartre, estruturalismo de Althusser, pós-estruturalismo de Baudrillard).

Tornou-se verdadeiramente exequível discutir a obra de Marx na sua inteireza com conhecimento de causa, assim como virtualmente *toda* a bibliografia secundária (heterodoxa) relevante. Já ninguém depende em exclusivo das bibliotecas do seu país natal, nem tem de fazer périplos dispendiosos a bibliotecas estrangeiras. Tirei naturalmente partido desta enormíssima vantagem – a socialização do saber – e espero que as leituras exaustivas realizadas se tenham refletido na qualidade da investigação que levei a cabo.

α.1.3 – Obra multidisciplinar que contém reflexões sociológicas e económicas

Uma tese de doutoramento em sociologia económica tem de demonstrar que o seu objeto de estudo pertence a esse domínio científico. Creio ser pacífico afirmar, na senda de Raymond Aron, que a obra marxiana é uma análise histórica e, sobretudo, socioeconómica do modo de (re)produção capitalista (Aron, 2000: 124). Porém, Marx é um teórico que desafia classificações disciplinares (Schmidt, 1968: 93).⁸ O seu pensamento caracteriza-se pela interdisciplinaridade: não sendo um filósofo, um historiador, um sociólogo, um economista ou um jurista *stricto sensu*, os seus escritos abarcam temáticas que são tratadas hoje em dia por essas várias disciplinas (Gorender, 1996: 21).

⁸ De facto, “poucos pensadores interessantes encaixam facilmente nas fronteiras disciplinares convencionais” (Callinicos, 2013: 3).

O seu “interesse” estende-se “ao conjunto da sociedade capitalista” (Echeverría, 1978: 349) enquanto “totalidade” dialética, quer dizer, à análise das “inter-relações” dos indivíduos (Lefebvre, 1982: 23) mediadas universalmente por uma forma “práxis social” fetichista (Ollman, 2003: 29). Assim, de acordo com a sentença lapidar de Henri Lefebvre, “*Marx não é um sociólogo, mas existe uma sociologia em Marx*” (Lefebvre, 1982: 22, *italico no original*). Martin Shaw secunda esta posição, defendendo que a “teoria” marxiana contém vários momentos “que correspondem àquilo que é geralmente entendido como «sociologia»” (Shaw, 1985: 17). Uma vez que, na modernidade, a economia (mercantil) é a “forma peculiarmente capitalista de interdependência social” (Sartori, 2013: 113; cf. Bauman, 2010: 78), essa sociologia pode legitimamente ser adjetivada de *económica*.

O parentesco sugerido é reconhecido explicitamente por alguns dos principais nomes das disciplinas em causa.⁹ No que diz respeito à sociologia, Irving Zeitlin salienta que “a contribuição de Marx para o pensamento sociológico (...) é uma das mais importantes” (Zeitlin, 1968: viii), George Ritzer realça que “as teorias de Marx produziram um dos programas de pesquisa mais produtivos da sociologia” (Ritzer, 2010: 44) e Anthony Giddens sustenta que “os escritos de Marx continuam a ser relevantes para a sociologia” contemporânea (Giddens, 1986: 24). No que se refere à sociologia económica, Richard Swedberg entende Marx como um “importante predecessor” da disciplina (Swedberg, 2003: 8), enquanto Milan Zafirovski diz que “Marx pode ser considerado um sociólogo económico” de pleno direito (Zafirovski, 2001: 40), opinião que é partilhada por Philippe Steiner (cf. 2000: 58).¹⁰

Como seria de esperar, a pertinência de Marx é aceite sobretudo no âmbito do estudo do modo de (re)produção burguês. Neil Smelser e R. Stephen Warner sublinham que sua a teoria oferece uma “perspetiva convincente” acerca da “estrutura social moderna” (Smelser & Warner, 1976: 49), ao passo que Anthony Giddens concretiza que “a análise de Marx dos mecanismos da produção capitalista (...) permanece o núcleo necessário de qualquer tentativa de dar conta das transformações massivas que abalaram o mundo desde o século XVIII” (Giddens, 1981: 1).

Na mesma toada, Jeffrey Alexander afiança que “se se pretender fazer uma análise crítica do capitalismo será mais do que provável recorrer à obra de Marx” (Alexander, 1989: 28). Zygmunt Bauman remata que “nenhuma teoria até à data foi mais longe do que a sociologia marxista na elucidação da contingência histórica das condições alegadamente naturais da existência humana” no capitalismo (Bauman, 2010: 73), quer dizer, na desontologização das categorias mercantis. Importa reter, na sequência do foi exposto neste item, que a obra de Marx é por definição interdisciplinar, mas a sua inclusão no cânone ou panteão da sociologia (económica) é incontestável.

α.1.4 – Marxismo tradicional e sociologia: a receção truncada do Marx exotérico

Os avanços significativos em matéria de crítica da economia política registados nas últimas cinco décadas (cf. α.1.2) não foram suficientes para que este deixasse de ser, em termos relativos, um empreendimento francamente minoritário (cf. Dussel, 2001: 10; Kurz, 2013b: 27). Apesar das suas diferenças noutros aspetos, as correntes marxistas dominantes no século XX – leninismo, estalinismo, trotskismo, maoísmo, terceiro-mundismo, etc. – partilham o mesmo entendimento *truncado* do modo de (re)produção burguês. Nessa medida, podem ser agrupadas no conceito postoniano de marxismo *tradicional*:

⁹ Saber se, não obstante a sua vénia ao pai fundador, esses pesos pesados perceberam o núcleo da radical da teoria marxiana é uma questão inteiramente diferente (cf. α.1.4).

¹⁰ Embora se apresse a alertar o leitor desprevenido para o facto de a sua teoria do valor carecer de validade analítica (Steiner, 2000: 58), visto ter sido (supostamente) rejeitada pela “teoria económica contemporânea” (Ibid.: 74).

“Por «marxismo tradicional» (...) entendo todas as análises que apreendem o capitalismo – as suas relações sociais básicas – essencialmente em termos de relações de classe estruturadas por uma economia de mercado e pela propriedade privada (...) dos meios de produção, e que concebem as relações de dominação primariamente em termos de dominação de classe e de exploração.” (Postone, 1998b: 49)

Trata-se de uma crítica da apropriação indevida da mais-valia *do ponto de vista do trabalho* operário, em vez de uma *crítica do trabalho* como substância do capital e forma de prática fetichista socialmente mediadora e sintética. O marxismo tradicional concentra-se, pois, exclusivamente naquela que Robert Kurz designa por parcela *exotérica* da teoria de Marx, escamoteando o núcleo *esotérico* radical que alveja sem dó nem piedade as categorias estruturantes e estruturadas especificamente modernas – mercadoria, valor, trabalho, dinheiro, capital, mercado, Estado, direito, etc. (Kurz, 2013b: 27; cf. 7.7).¹¹

De uma maneira geral, embora o tenha canonizado como pai fundador, a sociologia (económica) não se sai melhor na receção fiel da teoria de Marx. Fica-se com a sensação que os sociólogos aprenderam quase tudo por meio de um determinado tipo de referências secundárias: manuais universitários e histórias superficiais das ideias. Conforme alerta Barry Smart,

“Não pode ser assumido que todos os sociólogos leram Marx ou leem Marx. Frequentemente parece que a obra de Marx é «lida» através dos escritos de outros que a pré-digerem (*pre-package*) para o consumo sociológico. Com efeito, para grande parte da comunidade sociológica uma receção «em segunda mão» é a consequência inevitável das barreiras culturais colocadas pela linguagem e pelo tempo [escasso, NM].¹²” (Smart, 2014: 44)

Quando muito, os obstinados complementarão essa vulgata com a leitura do *Manifesto Comunista* (cf. Marx: 2007/1848), do Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (cf. Marx, 1982a/1959: 23-27) e dando uma vista de olhos pelo Livro Primeiro de *O Capital* (Cf. Marx, 1996a/1867; Marx, 1996b/1867). O que resulta deste procedimento (duplamente) truncado são clichês facilmente enunciáveis: i) A luta de classes como suposto “motor da história” (*Manifesto*); ii) O esquema simplista base/superestrutura, entendido normalmente à luz do *diamat* como “determinismo económico” transhistórico (Prefácio); iii) A noção um tanto ou quanto nebulosa de exploração do proletariado através da extorsão da mais-valia (Livro Primeiro), bem como os conceitos de “conflito”, “estratificação” e desigualdades sociais (Smart, 2014: 3).

¹¹ Em muitos casos, a teoria marxista tradicional vai ainda mais longe e acaba por defender com unhas e dentes, ironicamente, posições semelhantes àquelas de autores contra os quais Marx polemizou abertamente ao longo da sua vida: i) O nacionalismo económico como suposto polo antagónico (e sadio) do “comércio mundial” (List); ii) A estatização como sinónimo de emancipação (Lassalle); iii) A crítica exclusiva do capital portador de juros, tido como a forma por excelência do capital (Proudhon); iv) A ontologização da produção mercantil, sendo a crítica dirigida apenas contra as relações de distribuição (socialistas ricardianos).

¹² O reverso da medalha é constituído pelos raríssimos pesquisadores académicos que levaram a cabo um estudo intensivo do edifício teórico marxiano (cf. Alexander, 1982; Aron, 2000: 125-200; Aron 2002; Giddens, 1981; Giddens, 1989; Giddens, 2005: 27-105, 255-327; Gouldner, 1993). Dada a clivagem institucional vincada entre marxistas e sociólogos (cf. Shaw, 1985; Smart, 2014; Turner, 2003), estes ignoram olímpicamente os desenvolvimentos recentes da crítica categorial heterodoxa. Para comprová-lo basta consultar a bibliografia da obra monumental de Jan Hoff (cf. 2017): das largas dezenas de referências secundárias analisadas em *Marx Worldwide – indispensáveis* para a (re)interpretação da crítica da economia política – virtualmente *nenhuma* delas foi incorporada nos debates sociológicos de fundo sobre o pensamento de Marx.

Algumas passagens aleatórias do Olimpo académico ilustram o estado absolutamente lastimável do (des)conhecimento da obra marxiana. Talcott Parsons deu o mote para esta receção redutora. Além de não considerar o autor relevante para a refundação da sociologia, visto que as suas “tecnicidades” teriam apenas um “interesse antiquário” (Parsons, 1949: 109), segundo Parsons “é a sua *estrutura de classes* (...), baseada na organização da unidade produtiva, que caracteriza primariamente o sistema capitalista de acordo com Marx” (Ibid.: 491, itálico nosso). Na mesma toada exotérica, Neil Smelser e R. Stephen Warner identificam a teoria da revolução, a luta de classes, o papel do proletariado como sujeito da história e o esquema base/superestrutura como os traços distintivos do pensamento marxiano (cf. Smelser & Warner, 1976: 53-63).

Na sua *Introdução à Sociologia*, Norbert Elias afiança que os temas principais do corpus marxiano são a “luta de classes” como “causa essencial da evolução social” (Elias, 2008: 166) e a “teoria das revoluções” (Ibid.: 185). De facto, Marx dedicaria “uma atenção quase exclusiva à análise da *distribuição* das possibilidades económicas” (Ibid.: 156-157, itálico nosso). George Ritzer corrobora esta leitura, defendendo que, “apesar das diferentes interpretações, existe um consenso geral de que o principal interesse de Marx é a base histórica da desigualdade, especialmente na forma específica que assume no capitalismo” (Ritzer, 2010: 44).

A sociologia económica não fica melhor na fotografia. Na ótica de Philippe Steiner, a luta de classes é o elemento central do pensamento marxiano (cf. Steiner, 2000: 63-66), de maneira que “o Livro Primeiro de *O Capital* está organizado em torno da teoria da exploração, ou teoria da mais-valia” (Steiner, 2000: 58). Por seu turno, Richard Swedberg salienta o conceito de “interesse material” (Swedberg, 2003: 8), que está na base da luta de classes (Ibid.: 9-10), bem como a determinação da superestrutura política e ideológica pela base económica postulada pelo materialismo histórico (Ibid.: 10). Na perspetiva de Milan Zafirovski, em Marx o capital não é uma relação social, mas, “à semelhança da economia política clássica”, é definido “como um *stock* de meios de produção (capital industrial) ou uma soma de valores monetários (capital financeiro) usados para a produção ulterior de mais-valia” (Zafirovski, 2001: 40).¹³

Carlo Trigilia diz-nos que “Marx se concentra nas classes sociais” (Trigilia, 2002: 27) e, em especial, na “exploração da classe operária” decorrente da “propriedade privada dos meios de produção” (Ibid.: 28). Trigilia tem o descaramento de atribuir a Marx a “crença de que o progresso técnico não desempenha nenhum papel na criação de riqueza”, ou seja, de ignorar que “a introdução de novas tecnologias conduz geralmente ao aumento da produtividade do trabalho” (Ibid.). Ora, tanto a categoria de mais-valia relativa (cf. 1.11) – responsável pela trajetória dinâmica do capitalismo desenvolvido – como a teoria marxiana da crise (cf. 1.16; 3.4; 3.5) denotam precisamente a revolução *contínua* das forças produtivas.¹⁴

¹³ Cf. Anexo 2 para uma análise das diferenças abissais entre Marx e a economia política clássica.

¹⁴ Stephen Turner também afirma – sem nenhuma evidência textual, obviamente – que Marx “não leva em linha de conta os efeitos da tecnologia sobre a produtividade” (Turner, 2004: 153). Turner e Trigilia ignoram a diferença crucial entre o conteúdo material (valor de uso) e a forma social (valor) da riqueza burguesa. A tecnologia e a ciência aplicada conduzem, obviamente, a um aumento da produtividade e da massa de riqueza *material* fabricada. Porém, são incapazes de incrementar *diretamente* a massa de novo *valor* (e, em particular, de mais-valia) produzida. Até ser atingido um certo patamar de acumulação do capital, o progresso técnico aumenta de modo *indireto* a massa de mais-valia, ao diminuir o valor do cabaz de bens adquirido pelos operários com o seu salário e, desse modo, o valor da força de trabalho. Porém, assim que é ultrapassado o limiar qualitativo e quantitativo referido, a contradição em processo encerrada na (re)produção capitalista desemboca na crise insanável: impelido pela concorrência, o desenvolvimento técnico-científico reduz gradualmente o número de operários empregados em termos *absolutos* e, uma vez que apenas o trabalho humano abstrato produz valor – e, por maioria de razão, mais-valia –, a massa de lucro começa a declinar (cf.

I rest my case. O facto de a maioria dos cientistas sociais contemporâneos dificilmente ser capaz de elencar outros aspetos da teoria marxiana diz bastante acerca da receção deste autor – ou falta dela. Como salienta novamente Barry Smart, “a hipersimplificação da obra de Marx (...) serviu indiretamente o propósito de facilitar o processo de negligência ou neutralização dos elementos críticos da sua análise”, ou seja, “o seu desafio inerente à ortodoxia sociológica foi minimizado” (Smart, 2014: 175).

A teoria do fetichismo foi escamoteada, ao passo que as teorias do valor e da crise foram (pretensamente) reprovadas pela *economics* e, por isso, descartadas com a consciência tranquila. Assim, Karl Marx é habitualmente tratado como um venerável “precursor” ultrapassado, quer dizer, remetido para o panteão de nomes sonantes legitimadores da disciplina sociológica, mas que já ninguém se preocupa realmente em ler, porque pouco ou nada têm a acrescentar à ciência atual.

Não surpreende, portanto, que prevaleça na academia “o ensino de alguma versão simplificada e monolítica das ideias de Marx” (Cerqueira, 2015: 826). Robert Albritton observa que os “cientistas sociais *mainstream*” se encontram de tal maneira imersos “na epistemologia empirista que (...) são incapazes de apreender elementos importantes do pensamento dialético” (Albritton, 2007: 83-84) e, por conseguinte, de perceber a originalidade e a relevância atual de Marx. Embora existam “exceções, (...) há fortes indícios de que (...) as teses de Marx sobre o modo de produção capitalista (...) ainda não foram bem compreendidas” (Prado, 2015: 89).

Logo, urge levar a cabo “uma releitura completa de Marx, com um novo olhar” (Dussel, 2001: 10), passível de superar “as limitações inerentes à interpretação (...) sociológica” truncada e deturpadora (Smart, 2014: 45). Em suma, à luz do que foi escrito neste item, um dos principais objetivos da presente tese será resgatar a radicalidade da crítica da economia política e, dessa forma, contrariar a leitura vulgarizante de Marx partilhada pelo marxismo tradicional e pela sociologia (económica).

α.2 – A teoria social da Nova Crítica do Valor

α.2.1 – Breve apresentação conteudística

Na 2.^a Parte desta monografia são discutidas as teorias de três dos principais autores contemporâneos pertencentes à Nova Crítica do Valor (NCV): Jean-Marie Vincent (1934-2004) no espaço francófono, Moishe Postone (1942-2018) no mundo anglo-saxónico e Robert Kurz (1943-2012) no universo germanófono. A corrente de pensamento surge entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980 quando este triunvirato chega isoladamente a conclusões bastante parecidas no seu desenvolvimento da crítica da economia política marxiana e no seu diagnóstico da modernidade mercantil (cf. Jappe, 2006).

A necessidade de fundamentar reflexivamente a NCV na sociedade que critica impõe que se diga que o seus membros não se consideram mais inteligentes ou perspicazes do que os intelectuais precedentes. Em vez disso, a teoria da NCV reflete “uma profunda rutura histórica” (Jappe, 2014c: 33), ou seja, “sinaliza (...) a entrada numa nova etapa do capitalismo” (Lamas, 2018: 13n7) marcada pelo agravamento das contradições inerentes ao capital e, em especial, pela efetivação generalizada do potencial de crise contido no seu modo de (re)produção (Jappe, 2014c: 32-33). A contraditoriedade social acirrada e a *não*-identidade gerada imanentemente são as (pré-)condições contextuais de possibilidade da crítica teórica (e prática) radical (Martin & Ouellet, 2014: 31).

7.6). A capacidade gigantesca de criação de riqueza material dissocia-se das possibilidades minguantes de geração de valor económico.

À imagem de Marx, os escritos da NCV desafiam uma arrumação estanque nas gavetas disciplinares académicas. Aquilo que Ricardo Regatieri diz acerca de Robert Kurz aplica-se igualmente a Jean-Marie Vincent e Moishe Postone: “Os temas por ele tratados abrangem um escopo amplo e as análises trespassam a sociologia, a economia, a crítica cultural e a filosofia”, de maneira que a “sua elaboração compõe uma teoria social *lato sensu*, integrando num *corpus* coerente saberes que se encontram hoje parcelados” (Regatieri, 2009: 9).

Ao contrário do marxismo tradicional, focado exclusivamente no Marx *exotérico* “partidário da modernização” (Lamas, 2011: 3), ontologista do trabalho e “teórico da luta de classes” (Botelho, 2009: 263), a NCV reapropria-se do núcleo *esotérico* da teoria marxiana (Lamas, 2011: 3). Esta “crítica radical” (Robinson, 2018: 783) procura decifrar “a estranha estrutura real-metafísica do capitalismo” (Lohoff & Trenkle, 2018: 7). Como a própria nomenclatura permite entrever, a corrente coloca uma grande ênfase no valor como forma de fetiche socialmente sintética constituída pela prática coletiva autotélica do trabalho abstrato e, por sua vez, constitutiva das formas abstratas de subjetividade (sujeito laboral/jurídico) e de pensamento (Iluminismo filosófico-científico, racionalidade instrumental) predominantes na modernidade.¹⁵ Porém, a sua crítica alveja a malha categorial burguesa na sua inteireza: mercadoria, dinheiro, trabalho, capital, mercado, Estado, direito, etc. (Larsen *et al.*, 2014: xvii; Lohoff & Trenkle, 2018: 6).

A NCV recupera a *identidade* perdida entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx. Fá-lo estabelecendo uma distinção entre “riqueza material” e valor económico (Robinson, 2018: 783). Aquela é uma função da produtividade material, ao passo que este é uma função exclusiva do dispêndio de força de trabalho humana *sans phrase*, independentemente do grau de sofisticação técnico-científico. Visto que o móbil do capital em geral é a valorização do dinheiro investido, a sua lógica suprassensível, vazia e indiferente redonda na produção pela produção. A subsunção da indústria no capital significa que o binómio trabalho concreto/valor de uso é reduzido a uma forma de manifestação do par trabalho abstrato/valor. Os conteúdos naturais, sensíveis e humanos subordinam-se à produção de riqueza abstrata em escala alargada, quer dizer, são consumidos, digeridos, *normalizados* e expelidos como *veículos* do processo tautológico de acumulação monetária.

Verifica-se, pois, uma inversão fetichista *real* entre concretude e abstração (Ibid.): além de representar uma forma de riqueza peculiar, o valor é uma forma universal de mediação dinâmica, ou seja, “uma norma quasi-objetiva de regulação da prática social” (Martin & Ouellet, 2014: 21) que exerce uma dominação *impessoal* de cariz simultaneamente temporal, espacial e simbólico. O capital, enquanto processo incessante de auto-expansão do valor, é responsável pela “mediação da vida humana através da (...) economia”, que se assume como um “sistema” autonomizado de “relações sociais” que leva a melhor sobre os indivíduos (Robinson, 2018: 783).

A partir do que foi exposto, é possível extrair algumas teses adicionais:

- i) A NCV defende a precedência da (re)produção *social* face à (re)produção material e, por conseguinte, contesta o chamado “materialismo histórico”;
- ii) O estatuto do trabalho concreto como manifestação fenoménica do trabalho abstrato – que, ademais, é regida pelo padrão uniformizador do tempo de trabalho socialmente necessário – implica que a configuração técnica e tecnológica da produção industrial comporta inúmeros caracteres *sensíveis* irracionais e nocivos;
- iii) Enquanto substância vivificante do capital, prática constitutiva das relações sociais basilares e forma de atividade realizada no espaço-tempo económico

¹⁵ Note-se que a co-constituição das formas de objetividade e de subjetividade social modernas, graças à intermediação da prática fetichista do trabalho, permite superar a antinomia agência/estrutura.

desincrustado, o trabalho *tout court* é uma categoria fetichista *especificamente moderna*. Evidentemente que o mesmo se aplica ao valor que produz;

- iv) Assim, “nem o valor nem o trabalho são entendidos como um polo ou ponto de vista que possa ancorar a crítica das relações sociais capitalistas: eles são, pelo contrário, o objeto da crítica” (Ibid.: 785). Por outras palavras, a NCV “não visa superar uma injustiça no que respeita à distribuição do valor produzido pelo trabalho, mas, ao invés, abolir a dominação” de ambos “sobre a vida” social (Ibid.: 786);
- v) O efeito contrário do desenvolvimento das forças produtivas materiais, promovido pela concorrência entre os muitos capitais, sobre valor de uso e valor contém o germen da crise insanável do modo de reprodução burguês.¹⁶ Na ótica da NCV, a 3ª Revolução Industrial – aquela da microeletrónica – representa uma rutura em termos qualitativos e quantitativos, pois, pela primeira vez na história mercantil, contribui para a redução do contingente de operários produtivos empregados. A consequente de-substancialização do valor coloca um *limite interno absoluto* à acumulação de capital.

α.2.2 – Uma corrente de pensamento pouco conhecida

Jean-Marie Vincent foi durante muitos anos presidente do departamento de Ciências Políticas na prestigiada Universidade de Paris VIII e redigiu a primeira obra de fôlego sobre a Escola de Frankfurt em França. Moishe Postone foi professor na igualmente renomeada Universidade de Chicago e, em 1996, o seu livro *Time, Labor, and Social Domination* ganhou o Theory Prize da American Sociological Association. Robert Kurz viveu por opção à margem da academia, mas desde o início da década de 1990, na sequência da publicação de *O Colapso da Modernização*, obteve alguma notoriedade na Alemanha natal e no Brasil.

Contudo, a NCV constitui uma corrente teórica “relativamente recente” (Robinson, 2018: 784) que “ainda é muito pouco conhecida e (...) discutida” (Martin & Ouellet, 2014: 10). Isso é especialmente verdade no mundo académico (Scholz, 2017: 497), facto a que não serão alheias as pouquíssimas traduções inglesas fidedignas dos textos de Vincent e de Kurz (Larsen *et al.*, 2014: x). Essa língua franca é, como se sabe, o veículo por excelência para a difusão do pensamento científico. Ora, só no ano de 2014 foi publicada a primeira coletânea em inglês, intitulada *Marxism and the Critique of Value*, com escritos dos membros dos Grupos germânicos Krisis e EXIT!¹⁷

A situação piora porque, mesmo quando é conhecido, “o novo princípio teórico” permanece amiúde “incompreendido” (Kurz, 2005b: 3). De resto, a bibliografia secundária é também bastante diminuta. No caso de Vincent, é praticamente nula. Comprovei-o através das minhas pesquisas e do contacto por via eletrónica com vários amigos e colegas do autor. Quanto a Postone, só existem artigos e capítulos de livros que, na sua maior parte, se limitam a analisar *Time, Labor, and Social Domination*.¹⁸ Não existe nenhuma monografia acerca do conjunto da sua obra. No caso de Kurz, as referências secundárias assumem de igual modo a forma predominante de artigos e capítulos de livros. Mesmo as duas introduções mais cabais

¹⁶ A massa de valores de uso aumenta sempre *na mesma proporção* dos incrementos da produtividade material, ao passo que a mais-valia relativa – típica do capitalismo maduro – aumenta (indirectamente) numa proporção *sempre decrescente* em relação às subidas do *output* material (cf. 1.16; 3.4; 3.5; 6.4; 7.6).

¹⁷ São de realçar, ainda, as publicações recentes de *The Substance of Capital* (cf. Kurz, 2016/2004-5) e de *The Writing on the Wall* (cf. Jappe, 2017). Ademais, no monumental *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory* há uma longa entrada dedicada à NCV (cf. Robinson, 2018), enquanto outros dois capítulos são assinados por membros do Grupo EXIT! (cf. Jappe, 2018; Scholz, 2018).

¹⁸ Sou tentado a falar de uma espécie de Síndrome de Polanyi: as análises do pensador húngaro também se cingem quase sempre à discussão de *A Grande Transformação*.

ao seu pensamento incidem sobre um conjunto relativamente circunscrito de ensaios kurzianos (cf. Botelho, 2009: 261-310; Regatieri, 2009).

Na 2ª Parte dou, então, um contributo importante para colmatar estas lacunas – referentes à receção da NCV – através da exegese exaustiva dos escritos dos três autores em questão. Em relação a Vincent, consulte os sete livros do autor e as largas dezenas de textos disponíveis na Internet e em bibliotecas nacionais. No caso de Postone, guiei-me pelo seu curriculum vitae detalhado e posso afirmar que analisei a totalidade da sua produção científica. No que respeita a Kurz, deparei-me com uma barreira linguística em virtude da minha ignorância da língua alemã. Porém, pude ler a esmagadora maioria dos seus ensaios porque estes se encontram vertidos para português em traduções competentíssimas de Boaventura Antunes (com a colaboração ocasional de Lumir Nahodil) que são prontamente divulgadas por José Neves no site obeco.planetaclix.pt/. Além disso, vários dos seus livros foram publicados no Brasil e em Portugal.¹⁹

α.2.3 – Novo paradigma? A NCV como “movimento científico/intelectual”

Na 3ª Parte, esboço os prolegómenos de uma metateoria crítica e reflexiva da modernidade capitalista à luz das proposições da NCV e, de uma maneira mais geral, da crítica da economia política de Marx. Efetuo o juízo imanente de vários postulados elementares da *economics*, da sociologia e na Nova Sociologia Económica e, seguidamente, apresento quatro princípios epistemológico-filosóficos (metateóricos) que deverão nortear as pesquisas futuras acerca do modo de (re)produção burguês. Termino chamando a atenção para algumas convergências entre a NCV e outras teorias sociais. Em síntese, a 3ª Parte argumenta que a NCV pode providenciar a base para uma refundação paradigmática das ciências sociais.

Este intento é explicitamente assumido por Robert Kurz quando fala de

“uma luta pela hegemonia teórica do novo paradigma da crítica do valor-dissociação, de uma [contenda pela, NM] «liderança de opinião» na reflexão essencial, uma vez que o nosso princípio teórico consegue interpretar e esclarecer os problemas globais da crise melhor que as (...) teorias (...) que presentemente ainda continuam a ser hegemónicas na crítica social.” (Kurz, 2005b: 3)

A NCV considera que os paradigmas teóricos vigentes nas ciências humanas e sociais não são capazes de explicar adequadamente o mundo contemporâneo marcado pela crise económica, laboral, ecológica, política e social. Tanto a teoria do valor marginalista da *mainstream economics* (cf. Clarke, 1991) como o “positivismo” deificador dos factos *immediatos* ainda reinante na sociologia (Smart, 2014: xi) estão feridos de inconsistência lógica.²⁰ Ademais, conforme alerta Henri Lefebvre, a “fragmentação das ciências sociais (...) encoraja-nos a esquecer a totalidade: a sociedade no seu conjunto” (Lefebvre, 1982: 23).

Este problema é exacerbado num contexto em que “os termos do debate intelectual” são largamente definidos pela *cultural turn* do “pós-modernismo”, cuja suspeição das “grandes narrativas” (Callinicos, 2013: 2) casa na perfeição com o individualismo metodológico em ascensão na academia. Acresce que, à esquerda, “a desconstrução pós-moderna (...) se fixa unicamente na crítica dos discursos, da ideologia e da identidade,

¹⁹ No Anexo 3 são apresentados os índices de três obras kurzianas que ainda não foram traduzidas.

²⁰ Jonathan Turner ilustra como o positivismo está de boa saúde inclusive *no interior* da teoria sociológica, sugerindo que se evite um “escolasticismo malsão” e “debates acerca de questões filosóficas” (Turner, 1990: 39). Segundo Turner, “filosofia, história das ideias, debate e comentário” constituem “atividades” que “podem ser intelectualmente interessantes, mas *não* aumentam o nosso entendimento do funcionamento dinâmico do universo” social (Ibid.: 51, *itálico no original*).

abandonando assim (...) completamente a crítica da economia política” (Homs, 2015: 7). Em suma, de acordo com Moishe Postone,

“o aparato teórico pós-marxista (...) deixou-nos conceptualmente desamparados em face do desenvolvimento do capital nas últimas décadas. O capital foi frequentemente ignorado, o termo foi utilizado metaforicamente (e não como categoria analítica) ou introduzido de maneira conceptualmente não rigorosa” (Postone & Harootunian, 2012: 37)

A encruzilhada atual pode ser enunciada da seguinte maneira: “ir com Marx além de Marx, ou sem Marx para trás de Marx?” (Kurz, 2014b: 24). A primeira alternativa exige uma rutura *paradigmática* na aceção kuhniana do termo (cf. Kuhn, 1992).²¹ A “ciência normal”, ou seja, a análise das particularidades e dos pormenores infinitesimais da realidade à luz dos paradigmas atuais inadequados, tem de dar lugar a um período de “ciência extraordinária” ou “revolucionária” suscetível de instaurar um novo paradigma mais robusto, consistente e coerente. Este emergirá apenas quando “as evidências empíricas” que infirmam o *status quo* científico forem “acompanhadas pela disponibilidade de alternativas teóricas convincentes” (Alexander, 1989: 16). A eclosão de um paradigma nas ciências sociais resulta quase sempre da releitura arrojada de um dos autores clássicos:

“A mudança na ciência social não responde simplesmente a anomalias empíricas, mas a alterações dos pressupostos [teóricos, NM] gerais. Estes pressupostos gerais, por sua vez, são frequentemente desafiados por leituras inovadoras ou radicais das obras clássicas. (...) A mudança na ciência social será criada ou legitimada pelo «revisionismo» no seio de uma tradição clássica particular ou pelo destronamento de uma tradição clássica por outra.” (Alexander, 1982: 3-4)

A NCV enquadra-se neste padrão, pois reinterpreta a crítica da economia política marxiana, nomeadamente as suas conceptualizações do valor, do fetichismo e da crise, com vista a desenvolver uma poderosa teoria da constituição social das formas categoriais de fetiche da modernidade capitalista como totalidade concreta. Trata-se de uma corrente intelectual contestatária que pretende substituir os arcabouços teóricos predominantes.

Neste sentido, a NCV encaixa-se na noção de movimento científico/intelectual, definida por Scott Frickel e Neil Gross como os “esforços coletivos para levar avante programas de investigação ou projetos de pensamento” (Frickel & Gross, 2005: 206) revolucionários que desafiam “os padrões de pesquisa estabelecidos” (Ibid.: 204) e, por isso, enfrentam a “resistência de outros membros da comunidade científica ou intelectual” (Ibid.: 206). Uma vez que “envolvem ruturas dramáticas com as práticas” habituais (Ibid.: 207), as mudanças paradigmáticas pretéritas foram quase sempre despoletadas por movimentos desta índole (Ibid.: 205).

²¹ Bryan Turner salienta que as ciências sociais e, em especial, a sociologia são particularmente suscetíveis de enfrentarem “profundas mudanças de paradigmas e de perspetivas”, quer dizer, estão mais sujeitas a “transformações desconcertantes no terreno intelectual do que a maior parte das ciências” (Turner, 2003: 1). Uma vez que o seu contexto social é simultaneamente o seu objeto de estudo, elas tendem a refletir – consciente ou inconscientemente – as oscilações das “correntes sociais” e dos “movimentos culturais” de um determinado tempo e lugar (Ibid.).

β – Considerações metodológicas

β.1 – Teoria social

De modo sucinto, “a teoria social é uma maneira de pensar sobre a vida social” (Harrington, 2005a: 315) que visa produzir “explicações” e interpretações abrangentes dos “fenómenos” inter-humanos (Delanty, 2006: xxii; cf. Best, 2010: 2), nomeadamente “através da proposta de conceitos” e categorias analíticas suscetíveis de apreenderem o real (Turner, 2004: 159). Engloba ainda escrutínios, sob a forma de *comentários* críticos, das teorias, dos conceitos (Ibid.) e dos “métodos” de investigação alternativos do “comportamento social” (Harrington, 2005b: 1).

A teoria social procura primariamente “confrontar o presente” (Callinicos, 2013: 9) e, por isso, é historicamente específica. O seu núcleo duro é constituído por reflexões destinadas a “elucidar a natureza elementar da nossa sociedade e o carácter do seu desenvolvimento histórico” (Postone, 1998b: 45). Almeja estudar as “dinâmicas da modernidade”, ou seja, aquelas “forças sociais que moldam a vida humana no período contemporâneo” (Camic & Gross, 1998: 465; cf. Delanty, 2006: xx). Neste sentido, preocupa-se com problemáticas como mudança, “poder e estrutura social, classe, género e etnicidade (...)”, revoluções e utopias”, e uma multiplicidade de questões adicionais (Harrington, 2005b: 1).

Charles Camic e Neil Gross identificam uma série de “projetos”, agendas ou “programas” que têm animado a teoria social nas últimas décadas (Camic & Gross, 1998: 454). Destaco, em primeiro lugar, “a análise de (...) ideias (...) relevantes nos escritos de pensadores sociais” eminentes “do passado” (Ibid.: 464).²² Stephen Turner considera mesmo que a força-motriz deste campo disciplinar é a descoberta de novas categorias, capazes de responder aos problemas atuais, “através do comentário dos conceitos” pretéritos (Turner, 2004: 160).²³ Este diálogo interpretativo que captura “a complexidade e o holismo dos textos”, levando em conta o respetivo “argumento na sua inteireza”, é um traço distintivo da teoria social (Ibid.: 145).

Em segundo lugar, a disciplina procede ao “alargamento/reconstrução de abordagens teóricas contemporâneas” (Camic & Gross, 1998: 462) através da “articulação e refinamento” dos seus “conceitos” estruturantes (Levine, 2015: xxiii). Isso pode conduzir à construção de “ferramentas analíticas (...) diretamente aplicáveis ao estudo de problemas empíricos” (Camic & Gross, 1998: 455). Porém, mesmo que não o faça, o procedimento é autojustificado, na medida em que “a investigação rigorosa e o domínio de materiais teóricos tornam” sempre “mais sofisticada a prossecução de qualquer projeto substantivo empírico ou prático” (Levine, 2015: xx). A teorização social pode ainda permitir, em terceiro lugar, a “substituição de teorias” julgadas inadequadas (Ibid.: xxiii) ou a “síntese abrangente de perspetivas (...) previamente divergentes” (Camic & Gross, 1998: 457).

Apesar dos “preconceitos” que suscita e, inclusive, da aversão contida na acusação instrumental de *inutilidade* dispendiosa (Craib, 1985: 4; cf. Callinicos, 2013: 1; Ritzer, 2001: 13),²⁴ a teoria social conquistou o seu espaço legítimo (Kemple, 2006: 11) como “campo

²² A razão para esta auscultação é óbvia: em inúmeras matérias, “o melhor da sociologia” – e, de um modo geral, da teoria social moderna – “está no seu passado (...): os seus pensadores são mais sérios e marcantes, as suas preocupações são mais profundas e o seu estudo é muito mais proveitoso” (Turner, 1998: 9-10, *italico no original*).

²³ Turner sustenta que “o comentário (...) é a forma mais comum de escrita em teoria social” (Turner, 2004: 157). De facto, “os grandes pensadores do cânone, Weber, Durkheim e Marx, e inclusive Parsons (...), escreveram obras que são quase inteiramente comentário, inovação conceptual e revisão” (Ibid.).

²⁴ “O professor (...) que (...) se preocupa apenas ou primariamente com a teoria tende a receber dos seus colegas um respeito relutante combinado com uma hostilidade mal disfarçada. Em departamentos onde é o investigador [empírico, NM] do mundo real que atrai dinheiro e reputação, o teórico é um luxo, um entretenimento (*amusement*) e um incómodo. (...) [E]le ocupa uma posição inferior (...) na hierarquia não

académico autónomo”, quer dizer, como esfera científica plenamente amadurecida e “autossuficiente” (Turner, 2004: 141). Trata-se de uma “forma de atividade intelectual (...) valiosa” (Ibid.) porque “a posse de um corpo de noções teóricas confere (...) um grau de domínio sobre a realidade social que simplesmente não pode ser obtido analisando estudos de caso ou diferenças percentuais em taxas” (Levine, 2015: xx). Inerentemente “interdisciplinar” (Delanty, 2006: xvii), desempenha frequentemente a função de “sistema nervoso central: os desenvolvimentos no seio da teoria social precedem e estabelecem a agenda para os debates nas ciências sociais” (Baert, 2006: 14).²⁵

Depreende-se facilmente, a partir do que disse nos parágrafos anteriores, que a teoria social é transversal a esta monografia enquanto objeto de estudo e enquanto abordagem metodológica. Em linha com o primeiro projeto de Camic e Gross mencionado, na 1ª Parte são discutidas e interpretadas pormenorizadamente as ideias de um autor clássico, Karl Marx, que considero serem relevantes para repensar a sociedade presente. Em consonância com a segunda agenda de Camic e Gross referida, na 2ª Parte procedo à exposição categorial de uma corrente teórica contemporânea, a NCV, que procura aprimorar e desenvolver a crítica da economia política. Tanto Marx como a NCV propõem análises poderosas da *modernidade* capitalista – a temática de eleição da teoria social. Por último, é ainda digno de nota que, em harmonia com a definição canónica de Stephen Turner, a minha abordagem privilegia a exegese, o comentário e a crítica conceptual no sentido de apreender a complexidade do pensamento dos autores estudados, bem como todas as subtilezas dos seus argumentos.

β.2 – História/sociologia das ideias

A história das ideias consiste no “estudo dos intelectuais, das ideias e dos padrões intelectuais ao longo do tempo” (Gordon, 2012: 1). A palavra-chave deste subcampo científico é “compreensão” (Southgate, 2003: 247), ou seja, pretende-se “«compreender» (...) um determinado problema ou perspetiva intelectual” (Gordon, 2012: 3) associados a um ou mais autores.²⁶ O leitmotiv da história das ideias é que estas carecem de (re)interpretação: “os textos do passado precisam de ser reconstruídos porque não falam a uma voz e são ambíguos; mesmo os autores desses textos não controlam completamente o seu próprio sentido” (Blaug, 2001: 151). Assim, a disciplina “é essencialmente uma análise baseada em textos: o seu estudo do passado centra-se em textos e nos seus contextos – com diversas ênfases relativas nestes dois elementos” (Southgate, 2003: 249).

A denominada abordagem textualista defende que “o texto é a única chave – necessária e suficiente – para o seu próprio significado” (Jones, 1998: 145).²⁷ Logo, realiza uma exegese minuciosa das ideias, proposições, argumentos, teorias, etc. contidos numa obra que, posteriormente, procura resumir de modo coerente através da “paráfrase crítica” e do

oficial” (Craib, 1985: 4). O rebaixamento dos teóricos sociais como “exegetas estéreis” (Camic, 1993: 63) deve ser entendido num contexto académico dominado pela “natureza altamente empírica da sociologia norte-americana, onde a teoria é geralmente entendida em termos da testagem de hipóteses neopositivista” (Delanty, 2006: xvii).

²⁵ “É através da teoria social que alguns dos programas [de pesquisa, NM] mais importantes das ciências sociais têm sido estabelecidos” (Delanty, 2006: xxiv).

²⁶ Trata-se de “investigações históricas de problemas intelectuais” (Skinner, 1969: 3n1).

²⁷ O textualismo remonta ao trabalho pioneiro de Arthur Lovejoy na década de 1930 (Southgate, 2003: 244). De acordo com Lovejoy, a tarefa do historiador consiste em identificar “ideias unitárias” (*unit-ideas*) – mormente, “tipos de categorias, pensamentos referentes a aspetos particulares da experiência comum, pressupostos implícitos ou explícitos, fórmulas sagradas e palavras de ordem, teoremas filosóficos específicos ou as hipóteses, generalizações e presunções metodológicas (...) das várias ciências” (Lovejoy, 1938: 538) – e, depois, rastrear “o desenvolvimento ou metamorfose” de cada “ideia nas suas manifestações em diferentes tempos” e lugares (Gordon, 2012: 2; cf. Lovejoy, 2001/1936: 15). Portanto, na versão defendida por Lovejoy, a história das ideias é uma “história de conceitos abrangentes (*large-scale*)”, quer dizer, de “como as tendências intrínsecas desses conceitos «se desenvolvem» a partir da sua própria lógica interna” (Gordon, 2012: 2).

comentário (Jay, 2010: 42). Conforme salienta Martin Jay, “todas as leituras contêm um momento sinóptico” (Ibid.: 45), pelo que esta “análise de conteúdo” sintetizadora (Ibid.: 40) desempenha um papel importante. Porém, nunca é possível estabelecer “uma identidade” completa “entre o sentido do texto original (...) e o seu duplo parafrástico” (Ibid.: 42). O “historiador intelectual sinóptico” (Ibid.: 38) deve estar ciente desta limitação insuperável e, por conseguinte, procurar espicaçar o interesse do leitor pelos “textos originais” (Ibid.: 46), já que nada substitui o contacto direto com os mesmos.

O textualismo anda muitas vezes de mão dada com o presentismo – com “a tentativa de compreender o passado em termos do presente” (Jones, 1998: 143). Por outras palavras, o presentismo analisa os “escritos” de autores pretéritos importantes “à luz” da sua relevância “para os debates em curso na atualidade” (Camic, 1998: 1). A abordagem presentista é eminentemente extrativa, pois coloca habitualmente “uma determinada obra (...) acima da imediatez do seu tempo e lugar” e ajuíza “os seus objetivos, conceitos e argumentos (...) como contribuições válidas ou fracassadas para debates intelectuais particulares do presente onde se situa a interpretação textual” (Ibid.: 3).²⁸

A abordagem historicista/contextualista considera “conceptualmente inadequado (...) concentrar-se simplesmente numa dada ideia ou texto por si mesmos” (Skinner, 1969: 39). Assim, almeja “incrustar” os textos (Camic, 1998: 3), quer dizer, interpretá-los levando em linha de conta o “*contexto social*” em que foram produzidas as obras de pensadores específicos (Jones, 1998: 146, *itálico no original*). Portanto, encara “as ideias como elementos historicamente condicionados” (Gordon, 2012: 2), de maneira que se esforça por “compreender o passado (...) nos seus próprios termos” (Jones, 1998: 143).

A vertente contextualista da história intelectual apresenta bastantes afinidades com a sociologia das ideias. Trata-se do “ramo da sociologia que estuda atores especializados na produção de ideias cognitivas, avaliativas e expressivas (e.g., alegações, argumentos, conceitos, crenças, suposições, etc.) e os *processos sociais* através dos quais as suas ideias surgem, se desenvolvem e mudam” (Camic & Gross, 2002: 97, *itálico nosso*). No cerne da sua tentativa de “compreensão da base social da vida intelectual” (Camic & Gross, 2004: 237) encontra-se a conjectura de que “os significados” dos textos “estão sempre incrustados em contextos socio-intelectuais que devem ser descortinados” (Ibid.: 245).

O “intencionalismo” (Jones, 1998: 148) de Quentin Skinner, extremamente influente, é uma variante da abordagem historicista. Na ótica de Skinner, embora necessário, o contexto social não é suficiente para compreender as ideias (Skinner, 1969: 40). Urge discernir as intenções do autor, ou seja, aquilo que ele poderá ter querido dizer aos seus interlocutores e audiências contemporâneos. Assim, Skinner coloca uma grande ênfase no contexto linguístico e comunicacional das mensagens e dos diálogos intelectuais: “o significado de uma ideia apenas pode ser entendido quando é situado no *contexto histórico* (...) *de elocuções linguísticas*, escritas ou verbais, de que se demonstra fazer parte” (Gordon, 2012: 7, *itálico nosso*). Eis como Skinner resume a sua posição:

“O entendimento dos textos (...) pressupõe a apreensão daquilo que eles procuravam exprimir e da maneira como esse sentido pretendia ser lido. (...) A questão essencial com que deparamos, portanto, no estudo de um determinado texto, é discernir aquilo que o seu autor, escrevendo no tempo em que o fez para a audiência que pretendia interpelar, queria na prática comunicar mediante a elocução dessa determinada ideia. Daqui se retira que o intuito principal, em qualquer tentativa de compreender as próprias elocuções, deve consistir em recuperar essa intenção complexa por parte do autor. (...) [Trata-se de, NM] rastrear as relações entre uma certa elocução e o seu contexto *linguístico* abrangente

²⁸ Stephen Turner considera que “a maior parte da escrita histórica é motivada, pelo menos inconscientemente, por preocupações presentes” (Turner, 1998: 5).

como forma de descodificar a intenção efetiva de um certo escritor. Assim que se percebe que o foco apropriado da análise é, por conseguinte, essencialmente linguístico e que a metodologia adequada se refere consequentemente à redescoberta de intenções, o estudo de todos os factos acerca do contexto social de um dado texto pode ocupar o seu lugar como parte integrante deste empreendimento linguístico.” (Skinner, 1969: 48-49, *italico no original*)

Portanto, não é o ambiente socioeconómico sobrejacente que influencia diretamente os textos, mas o seu contexto *sociolinguístico* imediato (Camic & Gross, 2004: 246). O historiador deve, pois, analisar essa comunidade de interlocutores intelectuais, situada no tempo e no espaço, que partilham um certo *campo semântico* e que são dotados de *intencionalidade*, quer dizer, que desejam comunicar mensagens específicas. O contexto macrosocial desempenha o papel de mero adjuvante na compreensão das ideias (cf. Skinner, 1969: 42-43).²⁹

Em suma, a história das ideias “é uma disciplina invulgar, eclética quanto ao método e ao objeto de estudo” (Gordon, 2012: 1), podendo “incluir a história da filosofia e da ciência, bem como de ideias religiosas, políticas, económicas ou estéticas” (Southgate, 2003: 243). Uma das suas principais virtudes consiste em providenciar “uma espécie de reserva de interdisciplinaridade no seio de um sistema universitário cada vez mais simplificado (*streamlined*) e regimentado” (Gordon, 2012: 18).

No entanto, precisamente porque “é difícil confiná-la e localizá-la ordeiramente no seio das fronteiras departamentais (...) convencionais” e porque, ademais, desafia abertamente “os constrangimentos das estruturas disciplinares”, a história das ideias tende a suscitar imensos anticorpos sob a forma de “guardas fronteiriços académicos que lutam para manter os seus domínios assépticos livres de intrusões alheias” (Southgate, 2003: 243). Isso é verdade tanto no caso da *economics*,³⁰ como no caso na sociologia.³¹

Nesta tese adoto uma metodologia mista que, contudo, privilegia a abordagem textualista/presentista. O textualismo é predominante na 1ª e na 2ª Partes da monografia, que, em linha com a posição de Martin Jay descrita acima, consistem numa exegese sinóptica – recorrendo à citação, à paráfrase e ao comentário – da crítica da economia política marxiana e das teorias de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz. O presentismo é especialmente evidente na 3ª Parte, onde, à luz daquela que considero ser a relevância atual das ideias de Marx e da NCV, procedo a uma reconstrução crítica imanente de vários postulados nucleares da *economics*, da sociologia e da NSE e, depois, proponho quatro linhas gerais metateóricas que deverão nortear a investigação futura acerca do modo de (re)produção capitalista.

No que se refere à abordagem historicista, ela é patente nas Introduções da 1ª e da 2ª Partes, bem como nas secções 5.1, 6.1 e 7.1. Levo a cabo uma contextualização sumária de cariz biográfico e, sobretudo, *intelectual* dos autores estudados. Este procedimento é legítimo aos olhos do cânone da história das ideias: fala-se de uma perspetiva “internalista” sempre que se “colocam pensamentos em relação com outros pensamentos”, ou seja, quando o “contexto” das ideias estudadas “são simplesmente outras ideias historicamente condicionadas” (Gordon, 2012: 2). Além disso, a menor atenção *explícita* dedicada ao contexto social é – pelo menos parcialmente – contrabalançada pela especificidade do objeto

²⁹ “[O] «contexto» [social, NM] (...) deve ser tratado como um derradeiro arcabouço que ajuda a decidir que significados convencionalmente reconhecidos, numa sociedade *desse* tipo, seriam em princípio possíveis para alguém como intenções comunicáveis” (Skinner, 1969: 49, *italico no original*).

³⁰ “[O] estudo da história do pensamento económico é pouco estimado pelos economistas *mainstream* e, por vezes, abertamente denegrido como uma espécie de antiquilha” (Blaug, 2001: 145).

³¹ “[O]s sociólogos” – sobretudo os “quantitativos” – “são hoje em dia bastante desdenhosos face à história da sociologia. Consideram-na uma perda de tempo” (Turner, 1998: 3).

de estudo. A teoria da NCV (e aquela de Marx) é *autorreflexiva* e, nesse sentido, fundamenta o seu ponto de vista e a sua condição de possibilidade por intermédio das próprias categorias *sociais* que analisa criticamente.

β.3 – Estudo dos clássicos

De modo sucinto, “os clássicos são obras antigas (...) a que se confere um estatuto privilegiado” num dado “campo” (Alexander, 1989: 9). No caso da sociologia, são consensualmente eleitos clássicos os trabalhos de Marx, Durkheim e Weber (cf. Callinicos, 2013; Giddens, 2005).³² Além de estabelecerem os “critérios fundamentais” da disciplina (Alexander, 1989: 9), estes autores formulam “questões” que continuam a ser relevantes para a teoria social (Giddens, 2005: 327) e propõem teses originais que permitem alcançar “níveis de esclarecimento ausentes” na generalidade das “pesquisas contemporâneas” (Levine, 2015: xvii).

Assim, a defesa da “centralidade dos clássicos” (Alexander, 1989: 8) assenta numa “crença na importância intrínseca da recuperação dos mestres do passado” (Sica, 1998: 296), quer em termos do “contributo singular e contínuo” que podem dar à “ciência da sociedade” (Alexander, 1989: 29), quer em termos da sua pertinência para a resolução de problemas presentes (Levine, 2015: xxv). Portanto, considera-se que a reinterpretação crítica dos autores canónicos é indispensável para “fazer algo criativo” no domínio da “análise social” (Sica, 1998: 297).

A característica distintiva dos clássicos é a “imaginação sociológica”, definida por Charles Wright Mills como a capacidade de compreender o seu “contexto histórico abrangente” (Mills, 2000: 5), ou seja, de inquirir a peculiaridade das “estruturas sociais” modernas (Ibid.: 21; cf. Delanty, 2006: xviii). Deste modo, esse conjunto de pensadores coloca “consistentemente três tipos de questões” (Mills, 2000: 6) que continuam a ser de sumo interesse hoje em dia:

“1) Qual é a estrutura desta sociedade específica no seu conjunto? Quais são os seus componentes essenciais e como é que eles se relacionam mutuamente? Como é que difere de outros tipos de ordem social? Qual é o significado, no seu seio, de uma característica particular para a sua continuidade e para a sua transformação? 2) Qual é o estatuto desta sociedade na história humana? Quais são os mecanismos subjacentes à sua mudança? Qual é (...) o seu significado para o desenvolvimento da humanidade no seu conjunto? Como é que uma característica particular analisada afeta, e é afetada, pelo período histórico em que existe? E este período – quais são as suas características fundamentais? Como é que difere de outros períodos? (...) 3) Que variedades de homens e mulheres prevalecem nesta sociedade e neste período? E que variedades irão prevalecer? De que maneiras elas são selecionadas e formadas, libertadas e reprimidas, sensibilizadas ou embrutecidas? Que tipos de «natureza humana» são revelados pela conduta e carácter observados na sociedade deste período? (...) [E]stes são os tipos de questões que os melhores analistas sociais colocaram. Trata-se dos fundamentos intelectuais dos estudos clássicos acerca do homem em sociedade – e são as questões colocadas inevitavelmente por qualquer espírito dotado de imaginação sociológica.” (Ibid.: 6-7)

Em síntese, a teoria social clássica “preocupa-se particularmente com a análise da modernidade, das formas de vida social que devieram predominantes (...) durante os últimos dois séculos” (Callinicos, 2013: 2). A investigação deste cânone riquíssimo assume-se como um “projeto intelectual coletivo” literalmente interdisciplinar – ocupa “o espaço fértil mas”

³² Obviamente que há toda uma constelação de *bright but lesser lights*: Tönnies, Simmel, Sombart, Michels, etc., para referir apenas a tradição germânica.

amiúde “incompreendido entre dois outros campos, a história” das ideias sociológicas, “por um lado, e a teoria sociológica, por outro” (Camic, 1998: 1). Portanto, o estudo dos clássicos inscreve-se em “ambos os campos, embora não pertença exclusivamente a nenhum deles” (Ibid.).

No que se refere à dimensão histórica, o seu objetivo nuclear é recuperar aspetos do pensamento de uma figura pretérita julgados importantes, mas que são habitualmente esquecidos ou escamoteados (Ibid.: 2-3; Levine, 2015: xxv). Os pesquisadores envolvidos neste domínio científico procuram dialogar com o corpus teórico “completo” de um determinado autor, incluindo os seus “manuscritos e correspondência” (Camic, 1998: 4). Ademais, o investigador “confronta sistematicamente a literatura secundária existente”, aproveitando “as descobertas (...) de académicos anteriores (...) como base” para a sua própria leitura (Ibid.). O estudo dos clássicos rejeita liminarmente a suposição de que o “significado” dos textos fundadores seria autoevidente e, por isso, dispensaria a exegese (Alexander, 1989: 14). Pelo contrário, esse esforço exegético é a chave para a (re)interpretação e (re)apropriação dinâmica de uma obra (Levine, 2015: xxi).

No que se refere à dimensão teórica, a peculiaridade deste campo é o facto de não existir uma “divisória” (*split*) entre “história” das ideias e teorização “sistemática” (Alexander, 1989: 34). Por outras palavras, a “interpretação” dos clássicos é simultaneamente “uma das principais formas de argumentação” (Ibid.: 33). A decifração dessas obras “envolve” necessariamente “um elemento teórico criativo” (Ibid.: 11), pois “toda a leitura é (...) uma leitura crítica, um argumento (...) escrito de uma perspetiva particular” (Alexander, 1982: 3).

O estudo dos autores clássicos tem sido uma das principais fontes de dinamismo teórico nas ciências sociais e, em especial, na sociologia. Barry Smart defende mesmo que “esta é uma das características invariantes da disciplina (...), a sua dependência das interpretações dos clássicos, socorrendo-se das leituras das obras de Marx, Weber e Durkheim como recursos para a escrita sociológica” (Smart, 2014: 44; cf. Alexander, 1982: 1). Toma-se habitualmente como “ponto de partida” as ideias deste triunvirato que, depois, são integradas no “trabalho” presente “em teoria” social (Camic, 1998: 2). Há, então, “uma relação inextricável entre os interesses teóricos contemporâneos e as investigações sobre o significado dos textos históricos” (Alexander, 1989: 51).

Esta tese inscreve-se parcialmente no domínio interdisciplinar do estudo dos clássicos. Isso é evidente na 1ª Parte, que constitui a trave-mestra da monografia, onde efetuo uma análise (re)interpretativa minuciosa da crítica da economia política marxiana. Recorro a um vasto manancial de bibliografia primária (livros publicados, volumosos manuscritos inéditos e correspondência), bem como às referências secundárias heterodoxas mais importantes das últimas décadas, para escarpelizar as categorias de Marx. Paralela e imanentemente demonstro a relevância da sua conceptualização da modernidade para a teorização social crítica do capitalismo do século XXI.

β.4 – Metateoria

Quando se fala de metateoria, “o problema (...) é a ausência de uma definição clara” (Wallis, 2010: 75). Steven Wallis identificou nada menos do que “20 definições de metateoria” na literatura que descrevem “coisas diferentes” (Ibid.: 76). Assim, decidi concentrar a minha atenção crítica na tipologia proposta por George Ritzer – uma das mais influentes nas ciências sociais – e complementá-la com algumas observações acerca da definição de Frédéric Vandenberghe, especialmente pertinente para a fundamentação da 3ª Parte desta tese.

Ritzer começa por fazer uma distinção preliminar, de carácter geral, entre teoria e metateoria social. Na ótica do autor, a primeira “foca-se no mundo social” (Ritzer, 2001: 15),

ou seja, almeja interpretá-lo (Ritzer, 2007: 2965) e estudá-lo “diretamente” (Ritzer, 2001: 14), ao passo que a segunda “adota a teoria como objeto” (Ibid.: 15), quer dizer, consiste no “estudo sistemático da teoria” social “enquanto empreendimento independente e significativo” (Ibid.: 14).³³

De acordo com a tipologia de Ritzer, existem “três variedades” de metateoria (Ritzer, 2007: 2965). O “primeiro tipo” é a “metateorização como meio de alcançar um entendimento mais aprofundado de teoria” (Ibid.; cf. Ritzer, 1990: 4). Portanto, “envolve o estudo de teorias e/ou teóricos” específicos (Ritzer, 1988: 193, *itálico no original*) com vista a captar as “pressuposições (...) subjacentes” das suas ideias (Ibid.: 187n1) e analisar tanto os “métodos” adotados como as “conclusões” retiradas (Ritzer, 2007: 2965).

Através da “desconstrução, uma forma de crítica textual”, o metateórico “escrutina as maneiras como os textos (...) são elaborados”, em particular os “artifícios literários e estratégias de argumentação (...) utilizados” (Ibid.: 2966). O estudo *intensivo* sistemático de autores e de “escolas de pensamento” (Ritzer, 1988: 191) condu-lo “além das passagens familiares até aspetos ignorados da teoria” (Ritzer, 2007: 2966; cf. Ritzer, 1990: 7). Além disso, o pesquisador preocupa-se com “os contextos intelectual e social das teorias” (Ibid.: 4; cf. Ritzer, 2007: 2965).

O “segundo tipo” ritzeriano é a “metateorização como prelúdio do desenvolvimento de teoria” (Ibid.). Abarca “o estudo de teoria existente” (Ibid.) – nos moldes descritos no primeiro tipo – com o intuito de aperfeiçoá-la (Ritzer, 1990: 8) ou de “produzir nova teoria” social (Ritzer, 2007: 2965; cf. Ritzer, 1988: 189).³⁴ Finalmente, o “terceiro tipo” é a “metateorização como fonte de perspectivas teóricas abrangentes” (Ritzer, 2007: 2965). Envolve “estudos comparados detalhados de uma vasta gama de teorias” (Ritzer, 1990: 7) com a finalidade de “produzir uma perspectiva” sobrejacente, ou seja, “uma metateoria” (Ibid.: 4, *itálico no original*), que “integra (*over arches*) duas ou mais teorias” (Ritzer, 2007: 2964).³⁵

Chegou o momento de fazer uma avaliação crítica da tipologia de George Ritzer. Desde logo, a distinção preliminar entre teoria e metateoria social é problemática. Visto que a teoria social é um campo (multi)disciplinar que assenta largamente, conforme se viu em β.1 em β.3, *no comentário e na exegese* – mormente dos clássicos – *como forma de análise da realidade social moderna*, a demarcação de Ritzer torna-se altamente implausível.³⁶ Além disso, também não se percebe qual a diferença entre o primeiro tipo ritzeriano de metateoria – estudo analítico e sistemático de teorias – e a história/sociologia das ideias (cf. β.2; β.3).³⁷ Julgo que a tentativa de legitimação institucional ou de conquista de espaço vital académico

³³ Esta distinção é problemática, conforme terei ocasião de esclarecer abaixo, mas, por enquanto, vou acompanhar o raciocínio do autor.

³⁴ Ritzer relembra algo que já havia sido referido em β.1: “Os teóricos clássicos e contemporâneos mais importantes desenvolveram as suas teorias (...) com base num estudo cuidado (...) da obra de outros pensadores” (Ritzer, 1990: 5). Ritzer dá como exemplos Marx, Weber, Durkheim, Parsons, Habermas, Collins, Giddens e Alexander (Ritzer, 2001: 14).

³⁵ “[U]m metateórico identifica proposições relacionadas em duas ou mais teorias e integra-as para gerar uma metateoria sobrejacente (*overarching*)” (Wallis, 2010: 83).

³⁶ O autor acaba por reconhecer isso quando afirma que “as categorias sobrepõem-se em grande medida. (...) Muitos dos que são considerados metateóricos também estudam o mundo social e muitos daqueles classificados como teóricos também estudam obras teóricas” (Ritzer, 2001: 14).

³⁷ Mais uma vez, Ritzer reconhece despreocupadamente a confusão conceptual: “[O]utro subcampo em que há uma sobreposição é a história da teoria sociológica. Na minha ótica, a maioria das histórias da teoria sociológica envolvem metateorização, especialmente Mu [metateoria como entendimento, NM]. O objetivo dessas histórias é um entendimento mais profundo da teoria” (Ritzer, 2001: 20). Repare-se como esta argumentação autolegitimadora põe sub-repticiamente as coisas de cabeça para baixo: não é a *nova* área disciplinar que propõe e, em particular, a primeira forma da sua tipologia metateórica, que recorre à história das ideias sociais, mas, pelo contrário, é a história das ideias que é simplesmente *subsumida* no empreendimento metateórico.

por parte de Ritzer conduziu-o a adotar uma noção demasiado vasta de metateoria que, no limite, perde a sua coerência: quase tudo é metateoria na sociologia contemporânea.

Para ultrapassar este impasse, gostaria de sugerir, em nome da clareza conceptual, que o estudo detalhado de uma ou várias abordagens teóricas apenas pode ser considerado metateoria quando funciona *explicitamente* como *prelúdio* do desenvolvimento de novas teorias (segundo tipo de Ritzer) ou da integração de duas (ou mais) teorias numa perspetiva sobrejacente (terceiro tipo de Ritzer). Se o investigador não perfilhar nenhum destes objetivos, a sua pesquisa enquadrar-se-á *somente* na área académica da história das ideias sociais e/ou da teoria social.

Neste sentido, a 1ª e a 2ª Partes desta monografia podem ser entendidas como metateoria, não deixando, porém, de pertencer *simultaneamente* aos domínios (multi)disciplinares da teoria social, da história/sociologia das ideias e do estudo dos clássicos, pela razões aduzidas em β.1, β.2 e β.3. Naturalmente que a defesa da necessidade de uma revolução paradigmática nas ciências sociais tem de apresentar as principais limitações desse campo. Assim, a 3ª Parte contém uma crítica imanente de diversos postulados nucleares da *economics* (capítulo 8), da sociologia (capítulo 9) e da Nova Sociologia Económica (capítulo 10).

O capítulo 11 assinala a entrada em terreno metateórico *stricto sensu*. Mediante a *integração* das teorias de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz, conforme prevê a terceira aceção ritzeriana, são propostos os fundamentos embrionários de uma nova teoria social crítica e reflexiva da modernidade capitalista. Em particular, são destilados quatro princípios *filosófico-epistemológicos* gerais que deverão nortear a investigação futura sobre o modo de (re)produção e de vida burguês. Este procedimento é consonante com a definição de metateoria preconizada por Frédéric Vandenberghe (cf. Caillé & Vandenberghe, 2016: 39-47; Vandenberghe, 2008: 290-303).

De acordo com o autor belga, “a metateoria consiste num exercício de cartografia das pressuposições e pretensões gerais da teoria social” (Caillé & Vandenberghe, 2016: 40-41). Vandenberghe salienta que este “exercício de mapeamento não é um fim em si, mas um prolegómeno para a construção de teoria” (Vandenberghe, 2008: 293).³⁸ É possível discernir, portanto, “relações de implicação em cascata entre metateoria, teoria social e teoria sociológica”, na medida em que “visões filosóficas explícitas devêm pressuposições metateóricas da teoria social, que, por sua vez, devêm pressupostos da teoria sociológica, que, por seu turno, infundem a pesquisa” empírica (Ibid.: 292).

³⁸ Por conseguinte, existe uma certa afinidade entre o entendimento vandenberghiano de metateoria e o segundo tipo da conceção ritzeriana.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

1.^a Parte

A Crítica da Economia Política de Marx: introdução detalhada às suas categorias

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

“Is there any object of social inquiry more immense, complex, obscure and ominous than capital?” (Smith, 2002: 149)

“Although our reading here is by no means definitive, we shall try to avoid the opposing pitfalls of over-simplification and scholasticism.” (Fox, 1985: 14)

“Marx is often misinterpreted or misused because his ideas are forced into conceptual moulds that he set out to break.” (Murray, 2016: 9)

“It is assumed, in brief, that Marx’s *Capital* is a better part, but still a part, of the «positive science» of economics, whereas it is actually its opposition. Marxian theory aims not to resolve «economic problems» of bourgeois society but to show them to be unsolvable. Marx was a socialist, not an economist.” (Mattick, 1983: 87)

“Os economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisto, eles se parecem aos teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: a sua é a emanção de Deus, as outras são invenções do homem. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais.” (Marx, 1985a/1847: 115)

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Introdução – Karl Marx: Ensaio biobibliográfico

Estou plenamente de acordo com Allen Oakley quando diz que “para compreender a teoria crítica de Marx, é necessário delinear a sua evolução complexa” (Oakley, 1983: ix). Por conseguinte, nesta introdução será efetuado um breve resumo biobibliográfico da longa trajetória intelectual de Marx. Antes de tudo convém realçar que a teoria marxiana foi profundamente influenciada pelo contexto social europeu da época, destacando-se os seguintes fatores (Antonio, 2003: 98):

- i) A “Segunda Revolução Industrial”, isto é, “o surgimento de um complexo industrial mecanizado”;
- ii) O aparecimento na cena política das “organizações operárias de massas”;
- iii) A consolidação dos grandes centros urbanos;
- iv) A rápida expansão do “mercado mundial”;
- v) “[A] profunda alteração de quase todos os modos tradicionais de associação, de pensamento e de vida quotidiana”, ou seja, a ascensão da “modernidade”.

Conforme salienta Raymond Aron, a obra marxiana comporta “dois períodos principais” (Aron, 2000: 127). Em primeiro lugar, os escritos da juventude abarcam “os trabalhos escritos entre 1841 e 1847-1848” (Ibid.). O início desta fase é marcado pela defesa da sua tese doutoramento, por uma confrontação crítica com a filosofia de Hegel (o filósofo germânico mais importante da altura) e pela crítica do Estado e do direito (Schechter, 2007: 1).

Todavia, face ao processo de “rápida industrialização e proletarização” vivido pelos países europeus ocidentais desde meados da década de 1840 (Antonio, 2003: 97), o desenvolvimento do capitalismo torna-se paulatinamente a “principal preocupação” de Marx (Ibid.: 98). Assim, os “Comentários sobre Mill” e, em especial, os *Manuscritos Económico-Filosóficos*, ambos de 1844, representam a primeira tentativa de uma apropriação crítica da economia política.

O segundo período engloba as investigações económicas do Marx maduro, iniciadas em Londres, em 1850, e que estão plasmadas nos numerosos cadernos de extratos, nos volumosos manuscritos preparatórios de *O Capital* e, naturalmente, em *O Capital* propriamente dito, a sua *magnum opus*. Na perspetiva do autor, “o traço essencial caracterizador” da sociedade moderna é o modo de produção capitalista (Ferreira *et al.*, 1995: 155), “definido como um sistema social regido por leis de movimento e de desenvolvimento específicas” (Swingewood, 1984: 63). Trata-se de “um sistema de relações internas (...) que condiciona e estrutura as ações dos indivíduos” (Vandenberghe, 2008: 33). Ver-se-á que Marx coloca o acento tónico no “caráter contraditório” da (re)produção capitalista, incrustado objetivamente na sua estrutura socioeconómica (Aron, 2000: 129-130).

1835-1844: Da universidade aos *Manuscritos Económico-Filosóficos*

Em 1835, com 17 anos, Marx inscreve-se no curso de Direito da Universidade de Bona (Rubel, 1980: 2). No final de um primeiro ano atribulado – marcado por alguma indisciplina –, Marx transfere-se para a Universidade de Berlim (McLellan, 1992: 3-4), onde também estuda filosofia e história (Rubel, 1980: 2). É de realçar que Marx não manifestou qualquer interesse na economia política durante os seus estudos universitários (Mandel, 1971b: 11).³⁹

³⁹ Marcello Musto relembra que “a economia política (...) era apenas uma disciplina em formação na Alemanha durante a sua juventude, pelo que [Marx, NM] a descobriu somente depois de estudar outros assuntos” (Musto, 2010: 69).

O filósofo Georg Hegel possuía, então, uma enorme influência no mundo acadêmico berlinense (Oakley, 1983: 9). Não é por isso de estranhar que Marx se tenha aproximado rapidamente dos Jovens Hegelianos e do seu “radicalismo democrático” (Shortall, 1994: 14). Para além disso, este grupo criticava fortemente a religião, porquanto acreditava que apenas um Estado prussiano livre da égide religiosa seria progressista (McLellan, 1992: 7).

Na universidade, Marx adquire o hábito de reunir excertos dos livros que lê, acompanhados por reflexões críticas (Rubel, 1980: 3). A partir de 1839 trabalha na sua tese de doutoramento, dedicada às filosofias de Demócrito e Epicuro: “Contra o determinismo de Demócrito, Marx adota o princípio epicurista da liberdade da consciência e da capacidade que o homem tem de influenciar a natureza” (Ibid.: 4). Em 1841 obtém o grau de doutor em Filosofia na Universidade de Iena (Ferreira *et al.*, 1995: 156).

Marx pensava poder beneficiar da influência do seu amigo Bruno Bauer para conseguir um lugar na academia. Todavia, Bauer é despedido em virtude das suas visões heterodoxas e Marx é obrigado a voltar-se para o jornalismo (McLellan, 1992: 4). Instalando-se na cidade de Colónia, em 1842, Marx assume funções como editor da *Gazeta Renana* (Rubel, 1980: 6). No decurso da sua vida, o jornalismo foi a sua única “fonte de rendimento regular” (Oakley, 1983: 14). Até 1862, Marx escreverá cerca de 700 artigos em diversos jornais (Ibid.: 13).

No desempenho desta profissão desenvolve um apurado sentido “crítico”, analisando os “abusos políticos e a desigualdade socioeconómica” (Antonio, 2003: 95). Com efeito, em 1842 Marx já tinha deslocado o foco da sua atenção da filosofia, *stricto sensu*, para a política (Mandel, 1971b: 12). Na sequência do encerramento da *Gazeta Renana* pelas autoridades prussianas, em Abril de 1843, Marx muda-se para Kreuznach, terra de Jenny von Westphalen, a sua esposa (Rubel, 1980: 7-8). Durante um mês redige um manuscrito intitulado *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (McLellan, 1992: 12).⁴⁰

Nesta obra o autor “rompe definitivamente” com a noção do Estado “como uma instituição racional”, defendendo que “numa verdadeira democracia, a burocracia e o Estado político desaparecerão” (Rubel, 1980: 9). Na ótica de Marx, “o direito e o Estado confrontam os cidadãos como instituições alienadas que dominam as próprias pessoas que os criaram” (Schechter, 2007: 13). Portanto, o Estado não é um aparelho que deva ser conquistado, mas denota uma relação social que deve ser abolida (McLellan, 1992: 13; Schechter, 2007: 14), ou seja, “a superação da universalidade alienada do Estado” apenas é possível através da “supressão da separação entre o social e o político” (Netto, 1985: 20).

Em Outubro de 1843, Marx emigra para Paris com vista a ajudar – na qualidade de editor – o seu amigo Ruge na publicação do primeiro número dos *Anais Franco-Alemães*, que aparece em Fevereiro de 1844 (Oakley, 1983: 18). O autor dá seguimento à crítica do Estado. Num dos artigos que assina nesse fascículo, intitulado “A Questão Judaica”, Marx sustenta que a emancipação política não é suficiente para tornar os seres humanos livres. Ao invés, preconiza a “emancipação humana” através da abolição do Estado (McLellan, 1992: 19).

Porém, Marx vai mais longe e apercebe-se da importância que a economia tem para o enquadramento do Estado (Musto, 2010: 70), atribuindo a origem da alienação humana ao dinheiro e à propriedade privada (Mandel, 1971b: 15). Por outras palavras, neste texto a análise extravasa a “esfera da política” (McLellan, 1992: 28) visto que Marx reconhece o papel fundamental que os fatores de índole económica desempenham na explicação da “totalidade das relações sociais” capitalistas (Musto, 2010: 70).

Conforme se verá no capítulo 4, a teoria sociopolítica de Marx incide sobre a cisão da sociedade capitalista em Estado e sociedade civil, e sobre a correspondente divisão do próprio indivíduo em pessoa jurídica (“*citoyen*”) e sujeito económico (“*bourgeois*”). A igualdade

⁴⁰ Este manuscrito permanecerá inédito até ao final da década de 1920.

abstrata dos cidadãos na esfera pública coexiste com a desigualdade real dos homens na sua vida concreta privada. A pseudo-comunidade estatal coexiste com a separação e o antagonismo dos indivíduos na sociedade civil. O suposto interesse geral tem por fundamento a propriedade privada.

Na capital francesa Marx será exposto às “ideias socialistas e comunistas” (Antonio, 2003: 95), declarando-se abertamente comunista, pela primeira vez, em Março de 1844 (Mandel, 1971b: 14). Deste modo, no ensaio “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução”, também de 1844, Marx elege o proletariado como o ator coletivo responsável pela sua própria emancipação e pela emancipação da humanidade no seu conjunto (Mandel, 1971b: 15). Obviamente que o derradeiro objetivo da “revolução proletária” (McLellan, 1992: 22) é, para o jovem Marx, “a abolição da propriedade privada” (Mandel, 1971b: 17).

Ao contrário dos seus antigos amigos hegelianos de esquerda, Marx defende que não basta “transformar a consciência” das pessoas, pois a alienação não é apenas “espiritual”, mas um fenómeno eminentemente social e económico (Vandenberghe, 2008: 37). Assim, é necessária uma *prática* radical da classe operária para subverter a realidade socioeconómica opressiva (Ibid.: 36). Não surpreende, pois, que em Paris Marx tenha entrado em contacto com a chamada Liga dos Justos, “uma organização secreta comunista criada em 1836” (McLellan, 1992: 17).

Importa reter que, em 1844,

“Marx chega à conclusão que, para compreender como o Estado nasce dos conflitos (...) reais da sociedade civil burguesa, e de modo a responder às questões políticas prementes derivadas da ação do Estado enquanto força política *alienada* da (...) sociedade, é necessário examinar as relações económicas que são a base constituinte da sociedade civil. Com efeito, torna-se rapidamente óbvio para Marx que a raiz da alienação do mundo moderno jaz na organização da economia.” (Shortall, 1994: 19, *italico no original*)

A literatura é unânime quanto à relevância crucial de um ensaio de Friedrich Engels, intitulado “Esboço de uma Crítica da Economia Política”, para esta inflexão económica no pensamento de Marx (cf. Oakley, 1983: 18; Rubel, 1968b: lv). O texto seria publicado no primeiro número dos *Anais Franco-Alemães* e Marx, enquanto editor, teve obviamente oportunidade de lê-lo previamente. O impacto decisivo deste artigo de 1844 é corroborado pela relação de cumplicidade intelectual e de amizade estabelecida quase imediatamente entre os dois jovens.

Plenamente convencido do “estatuto crucial que a economia política tinha em qualquer entendimento da sociedade contemporânea” (Oakley, 1985: 282), Marx lança-se no primeiro estudo do cânone desta ciência.⁴¹ Em Paris redige nove cadernos que englobam “excertos e comentários respeitantes às obras de dezassete autores” (Oakley, 1983: 23), entre os quais se incluem: Smith, Say, Ricardo, Sismondi, James Mill, Boisguilbert, List e MacCulloch (Ibid.: 23-24).

Os “Comentários sobre Mill”, redigidos entre Março e Junho de 1844 (Guerrero, 2010: 1), são particularmente importantes porque o texto não é acerca de Mill *stricto sensu*, mas “representa a primeira tentativa continuada de Marx de organizar o seu pensamento crítico sobre o capitalismo” (Oakley, 1984: 37). Oakley observa que “o foco (...) de Marx incide sobre os fenómenos capitalistas mais imediatos, a troca e a circulação das mercadorias através da mediação do dinheiro” (Ibid.: 39). Em especial, Marx desenvolve uma “crítica do

⁴¹ Allen Oakley reafirma que “não há evidências de que Marx tenha tido qualquer contacto real com a economia política *per se* antes do período de Paris” (Oakley, 1983: 21).

dinheiro” e da dominação, enquanto poder alienado, que este exerce sobre as pessoas na sociedade moderna (Musto, 2010: 70).

Paralelamente aos cadernos de extratos, Marx redige igualmente em Paris, entre Abril e Agosto de 1844 (Oakley, 1983: 26 e 29), os chamados *Manuscritos Económico-Filosóficos*, que permanecerão inéditos até ao final da década de 1920.⁴² No prefácio Marx revela a sua intenção de publicar várias brochuras sobre diversos temas: crítica do direito, da moral, da política, da economia, etc. (McLellan, 1992: 18; Rubel, 1968b: liv). Os *Manuscritos* seriam justamente a primeira dessas brochuras.

É nesta obra que Marx apresenta detalhadamente a sua teoria da alienação *económica*. Essa noção de alienação assenta num entendimento ontológico, transhistórico da natureza humana enquanto espécie: aquilo que Marx designa por “ser genérico” (*species-being*) (Vandenberghe, 2008: 38). A peculiaridade da espécie humana envolve três aspetos inter-relacionados: i) O homem possui a faculdade de transformar praticamente a natureza e de se realizar através dessa atividade (Ibid.: 39); ii) O homem “é um ser social e sociável que apenas se realiza enquanto membro da comunidade humana” (Ibid.); iii) O homem é um “ser sensível e estético”, que deve cultivar os seus “órgãos sensoriais” (Ibid.).

Ora, a sociedade burguesa frustra a “realização” deste “potencial” tripartido (Zeitlin, 1968: 84). A alienação é precisamente uma patologia socioeconómica em que o homem se desumaniza (Ibid.: 85), afastando-se da sua “essência” (Petrovic, 1991: 13). A alienação refere-se à “separação do indivíduo do seu ser real, humano e social” (Rubel, 1968b: xxix). A raiz desta perversão social é a alienação do trabalho e a propriedade privada que ela engendra.

Em primeiro lugar, o homem está alienado da sua atividade enquanto trabalhador assalariado e parcelar; o indivíduo não se sente em si quando trabalha pois trata-se de uma forma de atividade imposta, embrutecedora e mutiladora da sua natureza (McLellan, 1992: 25; Zeitlin, 1968: 84-85). Em segundo lugar, o ser humano está alienado dos produtos do seu trabalho em virtude da propriedade privada: “quanto mais o operário trabalha, tanto mais ele cria um mundo de objetos que lhe são hostis e que o esmagam” (Mandel, 1971b: 33). As mercadorias que cria não lhe pertencem e o movimento mediador do dinheiro ergue-se como um poder estranho (Swingewood, 1984: 65-66).

Em terceiro lugar, o indivíduo está alienado dos seus congéneres. A “hostilidade de classe” afasta capitalistas e operários (Ferreira *et al.*, 1995: 133), enquanto a “concorrência” (Ibid.) no mercado de trabalho cria divisões no seio da classe operária. Para além disso, o ser humano está alienado da sua própria sociabilidade em virtude da autonomização das relações mercantis (Sayers, 2011: 57). Finalmente, em quarto lugar, o ser humano está alienado das potencialidades da sua espécie em resultado das adversidades da sociedade capitalista no seu conjunto (Vandenberghe, 2008: 46). A alienação em relação à atividade produtiva, aos produtos e aos demais indivíduos rebaixa o homem a um nível em que *ele não é nada do que poderia ser enquanto espécie* (Ollman, 1996: 152).

No entanto, reafirmando o carácter emancipatório da revolução comunista, o Marx dos *Manuscritos* acreditava que a “essência humana (...) poderia ser reabilitada (...) ou restaurada” (Perlman, 1990/1968: xix) e que, consequentemente, a alienação poderia ser eliminada. O comunismo constituiria justamente “a abolição (...) da *propriedade privada* enquanto *autoalienação humana* e, deste modo, a real *apropriação* da *essência humana* pelo e para o homem”, quer dizer, “o retorno do homem a si mesmo como ser *social*, (...) consciente, que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior” (Marx, 1993/1844: 192, *itálico no original*). Somente a sociedade comunista – abolindo o trabalho alienado e o seu

⁴² Cf. Secção final desta introdução.

resultado, a propriedade privada (Oakley, 1984: 29) – permitiria o florescimento da subjetividade humana (Vandenberghe, 2008: 38).

Em síntese, o conceito de alienação dos *Manuscritos* procura colocar em evidência “o efeito devastador da produção capitalista sobre os seres humanos” (Ollman, 1996: 131). Segundo Marx, “o homem cria uma força que não reconhece como sua e à qual se submete” (Vandenberghe, 2008: 40). É erigida “uma dinâmica social autónoma” que adquire “uma vida independente” e obriga os indivíduos a servi-la (Ollman, 1996: 13).

Apesar de este diagnóstico ser, à primeira vista, similar àquele da obra económica da maturidade, a sua *fundamentação* teórica nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* é manifestamente deficitária. É verdade que Marx expõe alguns aspetos peculiares das relações sociais capitalistas – mormente, a sua autonomização – mas ainda não é capaz de *explicá-las* apropriadamente.

Em particular, Marx não é capaz de resolver “o problema do valor e da mais-valia” (Mandel, 1971b: 35), rejeitando “explicitamente o trabalho como o fundamento do valor” (Ibid.: 40; cf. Sayer, 1979: 118). Na sua opinião, a teoria do valor-trabalho não levaria em conta os efeitos da concorrência e, assim, seria incapaz de explicar a realidade empírica (Mandel, 1971b: 42).⁴³ Sem uma teorização adequada do valor, Marx não apreende o lucro, a renda (e os juros) como formas derivadas da mais-valia (Oakley, 1984: 55), enredando-se no tipo de raciocínios aporéticos acerca da “fórmula trinitária” que serão alvo de escárnio no Livro Terceiro de *O Capital*.

Pode-se concluir que “o Marx de 1844 ainda era em grande medida um filósofo a quem faltava um entendimento detalhado da economia” (Shortall, 1994: 42). Nos *Manuscritos*, “Marx combina ao seu jeito (...) a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e os factos sociais estabelecidos pela economia política”, mas “esta combinação não é coerente” (Mandel, 1971b: 158).

Para além dos problemas expectáveis associados à forma – trata-se de um rascunho composto por “fragmentos desconexos que contêm muitas contradições” (Ibid.) –, Marx “*não* empreende uma crítica *interna* da economia política” (Oakley, 1983: 27, *itálico no original*). O crítico impiedoso do modo de (re)produção capitalista ainda não apreendeu a essência do mesmo e, por isso, é incapaz de expô-la adequadamente. O teórico ainda está um passo atrás do crítico. Ambos convergirão apenas no final da década de 1850.

1845-1849: A Ideologia Alemã, A Miséria da Filosofia e o Manifesto Comunista

No Outono de 1844, Marx interrompe a redação dos *Manuscritos* – que permanecerão inacabados – aquando de uma visita de Engels. Os dois decidem escrever uma obra de “polémica filosófica” contra os jovens hegelianos que será publicada, em 1845, com o título de *A Sagrada Família* (Oakley, 1983: 29). Tanto a necessidade imperiosa de derrubar *praticamente* a sociedade burguesa (McLellan, 1992: 33-34) como a importância atribuída à filosofia materialista (Ibid.: 34-35) antecipam os temas principais de *A Ideologia Alemã*. Nos escassos trechos de pendor económico, Marx revela que ainda não compreendeu inteiramente “a natureza e a relevância (...) da categoria «valor»” (Oakley, 1984: 71).

Em 1845, Marx assina um contrato com um editor de Darmstadt para publicar uma obra em dois volumes, intitulada *Crítica da Política e da Economia Política* (Rubel, 1980: 11). Em Fevereiro Marx é expulso de Paris por decreto governamental, em virtude do seu envolvimento com publicações radicais, estabelecendo-se em Bruxelas (Oakley, 1983: 31). Nessa cidade, durante os anos de 1845 e 1846, compila doze cadernos adicionais de extratos

⁴³ Para além disso, como se constatou atrás, o autor toma de empréstimo a Feuerbach a noção problemática de uma essência humana transhistórica, que será abandonada nos escritos posteriores.

e comentários acerca dos livros de cinquenta e quatro autores no campo da economia política (Oakley, 1984: 29).

Nesta enorme massa de anotações destaca-se os “Comentários sobre List”, redigidos em Março de 1845 (Guerrero, 2010: 2). Marx rejeita a visão de que a produção pode ser analisada separadamente das relações sociais e económicas nas quais está inserida (Oakley, 1984: 78). Na sua ótica, a produção tem de ser apreendida tendo em conta o seu “cenário *historicamente específico*” (Ibid., itálico no original). As forças produtivas modernas, i.e., “o modo de produção «industrial»”, não são algo extrínseco ao valor de troca e ao sistema do lucro, mas forças inerentemente alienadas e desumanizadoras que carecem de profunda transformação (Ibid.).

Entre Setembro de 1845 e Maio de 1846 Marx e Engels retomam a crítica filosófica, escrevendo um enorme manuscrito intitulado *A Ideologia Alemã* (Oakley, 1983: 33). Visto que não conseguem encontrar um editor, abandonam a ideia de publicá-lo (Rubel, 1980: 14) e deixam-no inacabado (Oakley, 1983: 33). É nesta obra que são expostos, pela primeira vez, os princípios – canonizados pelo marxismo dos epígonos – do “materialismo histórico” embora esse termo nunca seja utilizado pelos autores (Ibid.).⁴⁴

Na primeira secção da obra, dedicada a Feuerbach, e sem dúvida a “mais importante” (McLellan, 1992: 36), são tratados três grandes temas: “a exposição geral da abordagem histórica e materialista em contraposição àquela [idealista, NM] dos Jovens Hegelianos; uma análise histórica empregando esse método; uma análise do estado presente da sociedade e do seu futuro imediato – a revolução comunista” (Ibid.).

Embora a obra reafirme algumas das ideias dos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, nomeadamente a necessidade de abolir a divisão do trabalho e a propriedade privada (cf. Marx & Engels, 1975/1845-46: 302), a “conceção antropológica” feuerbachiana da essência humana (Mandel, 1971b: 162-163) – o “ser genérico” – será substituída “pela relação [histórica, NM] do «Homem» com a natureza *mediada* pela práxis” (Shortall, 1994: 27, itálico no original). Por outras palavras, “ao romperem com Feuerbach, Marx e Engels procuravam substituir o «Homem» [abstrato, NM] pelo «*homem histórico real*»” (Ibid.: 30, itálico no original). É justamente isso que se lê em *A Ideologia Alemã*: “a história de um indivíduo (...) não pode em caso algum estar isolada da história dos indivíduos que o precederam ou são seus contemporâneos: pelo contrário, a sua história é determinada pela deles” (Marx & Engels, 1975/1845-46: 300-301).⁴⁵

Portanto, “não bastava revelar que o «Homem» estava alienado e encontrar os meios para a sua libertação. Era necessário demonstrar como os seres humanos devêem alienados em *circunstâncias históricas específicas* e no seio de determinadas *condições materiais*” (Shortall, 1994: 30-31, itálico no original). Novamente é possível ler em *A Ideologia Alemã* que “a dominação do indivíduo pelas condições objetivas, o esmagamento da individualidade pela contingência” é um “processo histórico” (Marx & Engels, 1975/1845-46: 300-301). Em suma, o homem está sempre inserido num “determinado ambiente cultural” e social, pelo que “não possui nenhuma essência desvinculada da sua existência histórica” (Perlman, 1990/1968: xx-xxi).

Em 1847, Marx não cumpre o prazo acordado para entregar o manuscrito de *Crítica da Política e da Economia Política*, pelo que o contrato é rompido pelo editor (Rubel, 1980: 15). Marcello Musto considera que a incapacidade de redigir esta obra não se deveu à falta de

⁴⁴ Curiosamente, essa doutrina é desenvolvida por numerosos teóricos marxistas *antes* de o manuscrito de *A Ideologia Alemã* ser conhecido. Cf. 1.5.3 para uma análise crítica do “materialismo histórico”.

⁴⁵ A mesma ideia é repetida noutro trecho: “Trata-se portanto, aqui, de indivíduos que atingiram um nível determinado de desenvolvimento histórico e em caso algum indivíduos imaginados arbitrariamente” (Marx & Engels, 1975/1845-46: 302).

empenhamento de Marx, mas à vastidão e dificuldade do tema que exigiu muitos mais anos de estudo (Musto, 2010: 75).

No entanto, o final da década de 1840 revelará ser bastante prolífico para o autor. Nos anos de 1847 e 1848, Marx escreve três textos que contêm uma “análise crítica em termos gerais do modo de produção capitalista”: *A Miséria da Filosofia*, o *Manifesto Comunista* e “Trabalho Assalariado e Capital” (Mandel, 1971b: 52). É possível identificar uma enorme homogeneidade nas ideias avançadas nestes ensaios (Ibid.); porém, o seu quadro teórico ainda está longe de ser original e, sobretudo, de subverter criticamente a economia política.

A génese destes textos encontra-se numa viagem de seis semanas a Inglaterra que Marx realizou na companhia de Engels, tendo aproveitado para ler “todos os livros de economia política que conseguiu arranjar” (Ibid.: 44). Marx ter-se-á apercebido do sentido “revolucionário” que os socialistas britânicos tinham conferido à teoria do valor-trabalho (Ibid.: 45). Assim, Ernest Mandel está “convencido que Marx regressou (...) a Bruxelas com uma visão muito mais favorável” dessa teoria (Ibid.).

Esta interpretação parece-me válida porquanto em *A Miséria da Filosofia*, uma polémica panfletária contra o pensamento económico de Proudhon publicada em 1847, Marx aceita plenamente a *versão ricardiana* da teoria do valor-trabalho (Ibid.: 40 e 49; Shortall, 1994: 42; Vygotsky, 1965: 16).⁴⁶ O próprio Marx reconhecerá esse facto na sua correspondência doze anos mais tarde: “[E]u próprio adotei a teoria de Ricardo na obra contra Proudhon” (Marx & Engels, 1968: 88 [Marx a Engels, 25/02/1859]).⁴⁷ Conforme salienta Heinrich, “Marx aceita a teoria económica de David Ricardo como uma descrição adequada do capitalismo”, limitando-se a censurar Ricardo “na medida em que este considera o capitalismo como algo eterno” (Heinrich, 2011: 36).⁴⁸

Esse é, aliás, o principal defeito da obra: por detrás do estilo polémico já mencionado, escondem-se muito poucos contributos teóricos “substanciais” dignos de nota (Oakley, 1984: 109-110). O livro é um comentário da obra de Proudhon, não contendo nenhuma exposição cabal e sistemática da sociedade capitalista e das categorias a ela associadas. Embora muitas das críticas lançadas ao socialista utópico francês sejam válidas, Marx acaba por sucumbir às aporias do pensamento ricardiano (por exemplo, como é que a determinação do valor pelo tempo de trabalho é conciliável com a equalização das taxas de lucro dos múltiplos capitais que colocam em movimento proporções diferentes de trabalhadores).⁴⁹

Na ausência de *todas* as distinções categoriais que serão a imagem de marca da crítica da economia política marxiana da maturidade – trabalho concreto/abstrato/socialmente necessário, valor/valor de troca, trabalho/força de trabalho, mais-valia/lucro, valor/preço de produção/preço de mercado, concorrência intrasectorial/intersectorial, etc. (Mandel, 1971b: 81; Netto, 1985: 29; Shortall, 1994: 43) – o autor é simplesmente incapaz, por enquanto, de resolver os dilemas da economia política clássica (Vygotsky, 1965: 18) e, em especial, de explicar a origem de um excedente (mais-valia) que não viola a troca de equivalentes. Serão precisos dez anos até que Marx consiga começar a “revolucionar a economia política” (Ibid.: 19).

Ainda no decurso do ano de 1847 a Liga dos Justos de Londres convida Marx e Engels para ingressarem numa Liga Comunista mais alargada (McLellan, 1992: 32). Marx converte-

⁴⁶ Derek Sayer defende a tese alternativa de que no decurso da escrita de *A Ideologia Alemã* (1845-46) Marx já tinha aderido à teoria do valor-trabalho (Sayer, 1979: 118). Pessoalmente creio que não existem evidências textuais sólidas que sustentem esta tese.

⁴⁷ Vinte e dois anos depois Marx voltará a reconhecer que era um ricardiano na época em que escreveu *A Miséria da Filosofia*: “Na minha obra contra Proudhon (...) eu assumia ainda completamente a teoria ricardiana da renda” (Marx & Engels, 1968: 193 [Marx a Engels, 26/11/1869]).

⁴⁸ Ou seja, “as suas tentativas de representar as leis económicas do capitalismo como leis da Natureza eternas” (Vygotsky, 1965: 8).

⁴⁹ Cf. Anexo 2 para uma exposição da relação existente entre a teoria de Marx e a economia política clássica.

se rapidamente no seu “principal teórico” (Oakley, 1983: 36). Assim, com o auxílio de Engels redigirá o manifesto da Liga: trata-se do (atualmente) famoso *Manifesto Comunista*, publicado em Londres, em Fevereiro de 1848 (Ibid.: 37; Rubel, 1980: 17).

O *Manifesto* preconiza que a história das sociedades humanas é norteada pela luta de classes (McLellan, 1992: 44-45). Essa longa odisséia histórica culmina no capitalismo, cujas “contradições imanentes” (Oakley, 1983: 37) conduzirão ao “conflito (...) cada vez mais feroz entre a burguesia e o proletariado” (Heinrich, 2012: 22), à “revolução proletária” (Oakley, 1983: 37) e à consequente instauração de “uma sociedade comunista, baseada na abolição da propriedade privada dos meios de produção” (Heinrich, 2012: 22). Apesar do grande impacto que produziu no movimento operário do século XX, o *Manifesto Comunista* “passou virtualmente despercebido quando foi publicado pela primeira vez” (McLellan, 1992: 43).

Em 1848 Marx dá uma palestra, a pedido da Associação dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas, que será publicada no ano seguinte com o título de “Trabalho Assalariado e Capital” (Oakley, 1983: 37-38). A teoria ricardiana continua a predominar neste texto (Gorender, 1982: x), de maneira que Marx ainda não reconhece a necessidade de “abstrair das forças de mercado” na “determinação do valor” (Oakley, 1984: 123), colocando, ao invés, “uma ênfase *imediate* na realidade caótica da concorrência capitalista” (Ibid.: 124, *itálico* nosso). Todavia, o autor já é capaz de definir claramente o capital como “uma *relação social de produção*” (Ibid.: 125, *itálico* no original).

Na sequência das Revoluções de 1848, Marx – juntamente com todos os imigrantes “politicamente ativos” – é expulso da Bélgica, estabelecendo-se em Paris no mês de Março (Oakley, 1983: 39-40). No entanto, pouco tempo após a chegada, Marx torna-se o editor do diário *Nova Gazeta Renana*, sediado em Colônia, pelo que assenta arraiais nessa cidade (Ibid.: 40). O primeiro número do jornal é publicado em Junho de 1848 (Rubel, 1980: 18). Devido à sua atitude crítica face ao governo prussiano, o jornal é encerrado em Maio de 1849 e Marx é expulso do país (Oakley, 1983: 40). Em Agosto Marx decide fixar-se em Londres, cidade onde viverá até à data da sua morte (Rubel, 1980: 21).

Antes de concluir esta secção impõe-se uma breve reflexão acerca dos escritos marxianos da segunda metade da década de 1840. Conforme foi referido anteriormente,

“No final da década de 1840, Marx considerava David Ricardo a autoridade incontestável no campo da economia política. Em *A Miséria da Filosofia* (1847), os achados de Ricardo são (...) enfaticamente celebrados e contrastados com Proudhon (...). A crítica que Marx dirige a Ricardo nesta época refere-se apenas à sua a-historicidade, à transformação de categorias historicamente específicas em verdades eternas (...). Todavia, as categorias usadas por Ricardo e pelos economistas burgueses de então tendem a não ser criticadas por Marx. Na perspectiva de Marx, estas categorias são válidas enquanto expressões científicas essencialmente adequadas das relações capitalistas.” (Heinrich, 2016: 97)

Deste modo, os escritos marxianos do fim dos anos 1840 – *A Miséria da Filosofia*, o *Manifesto Comunista* e “Trabalho Assalariado e Capital” – “não constituem uma crítica categorial da economia política da sua época” (Ibid.). Prisoneiro das categorias ricardianas e das suas “insuficiências” (Vygotsky, 1975: 33), tudo aquilo que Marx escreveu “entre 1843 e 1849, no campo da economia política, pode ser designado por pré-história da sua teoria económica” (Vygotsky, 1965: 3). Foi somente no período compreendido entre os anos de 1850 e 1867 que “Marx desenvolveu as suas teorias do valor, da mais-valia, do lucro médio e do preço de produção” (Ibid.) – os fundamentos da sua crítica da economia política.

1850-1859: Museu Britânico, *Grundrisse* e *Para a Crítica da Economia Política*

Uma vez instalado em Londres, Marx realizou um “estudo sociológico e histórico” aprofundado das Revoluções de 1848, procurando identificar, em particular, as razões que explicam derrota da classe operária francesa (McLellan, 1992: 56). O resultado imediato deste estudo foram as obras *A Luta de Classes em França*, de 1850, e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852. Ainda no âmbito político, refira-se que a Liga Comunista foi dissolvida no final de 1852 devido ao encarceramento dos membros da sua secção alemã (Ibid.: 69).

Vivendo na capital da nação capitalista mais avançada da altura, Marx estava naturalmente numa posição privilegiada para observar em primeira mão as características da sociedade moderna, mercantil e industrial (Antonio, 2003: 99). Assim, no final de Setembro de 1850 Marx retoma as suas pesquisas económicas na biblioteca do Museu Britânico (Rubel, 1980: 24). Tratava-se da biblioteca “mais completa” da época (Netto, 2011: 36) e Marx tirou partido desse enorme acervo, devorando livro atrás de livro (McLellan, 1992: 55).

O autor empreende um “estudo intensivo” da economia política, lendo não apenas as obras dos principais teóricos mas igualmente obras acerca da história dos preços, do sistema financeiro e das crises económicas (Vygodsky, 1965: 26). No entanto, os seus interesses extravasam as questões estritamente económicas e são eminentemente multidisciplinares. Durante o ano de 1851 trabalha “vertiginosamente”, preenchendo catorze cadernos com extratos de leituras sobre o dinheiro, a história das civilizações, política económica, problemas industriais e dos trabalhadores, agricultura e renda fundiária, química agrícola, demografia, história do colonialismo, história de Roma, história do feudalismo, estatística e tecnologia (Rubel, 1980: 25-26).

Nesse mesmo ano, Marx abandona a ideia de incluir na sua obra uma “crítica da política” (Rosdolsky, 2001/1968: 23) – recorde-se que o projeto inicial, de meados da década de 1840, se intitulava *Crítica da Política e da Economia Política* – e assina um novo contrato com um editor alemão com vista à publicação de um livro intitulado simplesmente *Economia* (Oakley, 1983: 46-47).⁵⁰ O livro seria composto por três volumes, a saber: i) Crítica da Economia Política; ii) Socialistas; iii) História da Economia Política (Ibid.).

Marx prevê concluir rapidamente a sua obra e, assim, poder dedicar-se ao estudo de outra ciência (Rubel, 1980: 26). Numa carta endereçada a Engels revela um hiper-otimismo infundado e o seu enfado (!) com a ciência económica: “Vou tão adiantado que, dentro de cinco semanas, terei concluído toda esta chatice da economia. Uma vez feito isto, (...) ocupar-me-ei de outra ciência. Esta começa a aborrecer-me” (Marx & Engels, 1968: 43-44 [Marx a Engels, 02/04/1851]).

Porém, não há quaisquer indícios de que Marx tenha sequer começado a redigir esta obra. Allen Oakley assinala que nunca foram encontrados manuscritos com os eventuais rascunhos dos três volumes da *Economia* (Oakley, 1983: 48). Devido à ausência de progressos por parte de Marx, o acordo é revogado pelo editor em 1852 (Ibid.). Até Junho de 1853 Marx ainda compila dez cadernos de extratos adicionais (Vygodsky, 1965: 27), mas o projeto acaba por ser deixado em banho-maria durante os quatro anos seguintes (Oakley, 1983: 48).

As razões deste novo insucesso são claras. Em primeiro lugar, apesar de trabalhar afincadamente, Marx ainda não possui um domínio perfeito da literatura e das categorias económicas modernas (Musto, 2010: 83). É verdade que durante a primeira metade da década de 1850 Marx se apercebe das “limitações de Ricardo e da economia política clássica”

⁵⁰ No entanto, o plano de seis livros de 1858 contemplará uma obra sobre o Estado. Cf. Quadro I.1 mais abaixo e Anexo 1.

(Shortall, 1994: 49) e começa a questionar os seus postulados fundamentais (Heinrich, 2016: 98).

Pouco a pouco, Marx convence-se de que a economia política burguesa é incapaz de descrever adequadamente o modo de produção capitalista: atendo-se às formas de manifestação imediatas das categorias económicas, não consegue desvendar a sua essência oculta (Oakley, 1984: 131). Todavia, *Marx ainda não elaborou um quadro teórico alternativo*. Assim, “apenas nos seus escritos a partir de 1857 é possível encontrar uma crítica não apenas das consequências, mas também dos fundamentos e das categorias da economia política” (Heinrich, 2007: 195).

Em segundo lugar, a necessidade de assegurar a sua sobrevivência através do jornalismo relega os “estudos teóricos” para segundo plano (Oakley, 1983: 49; Rosdolsky, 2001/1968: 24). Desde 1851 que Marx era correspondente do *New York Tribune* (Rubel, 1980: 27); ao longo da década seguinte Marx escreverá centenas de artigos sobre os mais variados assuntos: Guerra da Crimeia, disputas entre as grandes potências mundiais, crises políticas no solo europeu, etc. (Guerrero, 2010: 5).

A redação destes artigos jornalísticos consome grande parte do seu tempo, mas apenas lhe assegura uma subsistência precária (Rubel, 1980: 31-32). Marx e a sua família vivem “num dos distritos mais pobres de Londres” (Nicolaus, 1993/1973: 11) e permanentemente “no limiar da fome” (McLellan, 1992: 55). Com efeito, “em alguns dias, Marx não podia sair de casa porque tinha os sapatos e o casaco na casa de penhores. A doença constante (...) compunha o ciclo de dívidas. Era Engels (...) quem ajudava a família de Marx, uma e outra vez” (Nicolaus, 1993/1973: 11).

À semelhança do que já havia escrito no *Manifesto*, Marx continuava a postular o colapso inevitável do modo de produção capitalista (Oakley, 1983: 49). Assim, a eclosão da crise económica de 1857 fá-lo acreditar “numa nova onda de revoltas sociais” (Musto, 2010: 96) que colocaria a revolução proletária na ordem do dia (Oakley, 1983: 52).⁵¹ Martin Nicolaus é taxativo: “Foi a eclosão da crise económica de 1857 que estimulou Marx a sintetizar e colocar no papel os estudos económicos de uma década e meia” (Nicolaus, 1993/1973: 8).

Marx pensa que a revolução será facilitada se puder apoiar-se numa “base crítico-teórica” adequada das “dinâmicas do capitalismo” e das suas “contradições” (Oakley, 1983: 52). Por conseguinte, em Março de 1857 Marx retoma, finalmente, as suas leituras económicas (Rubel, 1980: 42). A crença na revolução iminente funcionou como uma injeção de “entusiasmo” e conduziu Marx a um ritmo de trabalho frenético (McLellan, 1992: 69), pois queria “escrever e publicar, tão rápido quanto possível, a obra planeada há tanto tempo” (Musto, 2010: 96).

Embora a crise económica tenha representado uma espécie de balão de oxigénio intelectual, este período seria penoso em termos pessoais. Atormentado pela falta de saúde, Marx vê-se ainda obrigado a acumular o trabalho jornalístico com a escrita de entradas para uma enciclopédia estado-unidense devido à falta de dinheiro (Rubel, 1968b: lxxxix). O ganha-pão rouba grande parte do seu tempo, conforme atesta a correspondência: “Apenas disponho das noites para ocupar-me dos meus trabalhos pessoais” (Marx & Engels, 1968: 69 [Marx a Lassalle, 22/02/1858]); “Estou imerso num trabalho gigantesco – na maior parte dos dias até às quatro da manhã” (Ibid.: 67 [Marx a Engels, 18/12/1857]).

Este facto torna ainda mais extraordinário o feito de Marx: entre Agosto de 1857 e Junho de 1858, escreve um manuscrito volumoso com mais de 800 páginas: os *Grundrisse*, i.e., os esboços ou fundamentos da crítica da economia política (Oakley, 1983: 53; Rubel,

⁵¹ “A crise de 1857 foi a primeira crise mundial de sobreprodução da história” (Nicolaus, 1993/1973: 63).

1980: 43-44). O manuscrito é composto por três secções principais: Introdução, Capítulo sobre o dinheiro, e Capítulo sobre o capital (Oakley, 1983: 55).

Nos *Grundrisse*, Marx “abandona o estilo literário do comentário e começa a desenvolver o seu «próprio» discurso” (Dussel, 2001: 13). Com efeito, a obra constitui “um primeiro esforço tremendo no sentido de uma análise crítica substancialmente independente da economia política do capitalismo” (Oakley, 1983: 53, *italico no original*).⁵² Como todas as primeiras tentativas, esta não é isenta de problemas: trata-se de uma “obra labiríntica” (Oakley, 1984: 161) e rica em “digressões” (Oakley, 1983: 53), visto que Marx ainda está a “*experimentar* as ideias críticas”, quer dizer, “em busca do conjunto de categorias capazes de explicar a natureza e o movimento do capitalismo” (Oakley, 1984: 161, *italico no original*).⁵³

Não obstante, a teoria esboçada nos *Grundrisse* supera de longe aquela dos seus escritos anteriores em termos de “sofisticação” (Oakley, 1983: 53). É legítimo entender os *Grundrisse* como o primeiro rascunho de *O Capital*, na medida em que “prefiguram a linha de raciocínio” (Shortall, 1994: 54) e a “lógica interna” (Nicolaus, 1993/1973: 7) da *magnum opus* de Marx. Neste sentido, os *Grundrisse* inauguram a “teoria [económica, NM] da maturidade de Marx” (McLellan, 1992: 74). Ademais, no decurso da redação deste rascunho Marx efetua inúmeras “«descobertas» científicas” (Rubel, 1968b: lxxxvi).

Desde logo, a “Introdução” dos *Grundrisse* representa “a única discussão explícita dos fundamentos metodológicos da sua crítica da economia política” (Oakley, 1983: 55). Felton Shortall observa que, “na «Introdução», Marx anda às voltas com dois problemas metodológicos fundamentais: 1) Por onde começar? e 2) Como proceder?” (Shortall, 1994: 55). Marx é capaz de estabelecer alguns princípios fundamentais que nortearão a sua obra subsequente:

“Em primeiro lugar, (...) reconhece claramente a necessidade de ver a constituição da economia capitalista como uma estrutura orgânica composta por três momentos em interação: produção, circulação/troca e distribuição. Esta conceção (...) refletir-se-á na estrutura geral dos três Livros de *O Capital*. Em segundo lugar, Marx é capaz de identificar a produção como o momento essencial desta estrutura orgânica tripartida; isto é, a produção estrutura o todo. Consequentemente, Marx consegue desenvolver a sua crítica em termos das relações e categorias essenciais da produção e da sua manifestação necessária nas formas de troca e distribuição”. (Ibid.: 56)

David McLellan realça também esta mudança-chave: “em vez de analisar os mecanismos de *troca* do mercado, como tinha feito antes, Marx começa agora com uma consideração da *produção*” (McLellan, 1992: 74, *italico no original*). Em termos metodológicos, é importante salientar, ainda, que, embora não haja um confronto direto com Hegel, as “fórmulas hegelianas” são frequentes no manuscrito dos *Grundrisse* (Rubel, 1968b: xci). Aliás, em Janeiro de 1858 Marx confessa ter relido a *Lógica* de Hegel e ter tirado muito proveito desse facto (Dussel, 2001: 13). A lógica idealista hegeliana será doravante adotada por Marx como método de exposição em virtude da sua adequação ao carácter peculiar do objeto de estudo: o modo de (re)produção capitalista.⁵⁴

No que toca ao conteúdo, os *Grundrisse* ocupam igualmente um “lugar proeminente” (Vygotsky, 1975: 19), na medida em que Marx formula pela primeira vez as suas teorias do

⁵² Jacob Goreneder secunda esta ideia: é nos *Grundrisse* que Marx desenvolve, pela primeira vez, uma teoria económica (crítica) do capitalismo original (Goreneder, 1982: x).

⁵³ No entanto, do ponto de vista do historiador das ideias, o carácter inacabado e tortuoso dos *Grundrisse* é bem-vindo, pois “transporta-nos para o interior do «laboratório criativo» de Marx e permite-nos acompanhar, passo a passo, o processo que Marx utiliza para desenvolver a sua teoria económica” (Vygotsky, 1965: 34).

⁵⁴ Pode-se falar de uma homologia entre a lógica especulativa hegeliana e a metafísica real do capital. Cf. Albritton (1999: 13-96; 2007: 83-111) e Arthur (2004: 79-110, 137-174).

valor e da mais-valia (Mandel, 1971b: 102; Vygotsky, 1965: 34).⁵⁵ Ambas assentam numa distinção basilar: ao contrário da economia política clássica, “Marx diz (...) que o trabalhador não vende o seu *trabalho*, mas a sua *força de trabalho*” ao capitalista (McLellan, 1992: 74, *itálico no original*).

O valor desta mercadoria *sui generis*, encerrada na corporalidade do operário, e o valor criado pelo trabalho em ação são duas grandezas diferentes. É justamente “a possibilidade de o valor que resulta do dispêndio de trabalho vivo exceder o valor da força de trabalho” que explica “a existência da mais-valia” (Vygotsky, 1965: 55).⁵⁶ Marx consegue, portanto, explicar a origem de um excedente “com base na lei do valor” (Ibid.: 56), ou seja, que não viola a troca de equivalentes.

Para além disso, Marx compreende inequivocamente que a mais-valia tem origem exclusivamente no processo de produção imediato: “a origem da mais-valia é o mais-trabalho” (Oakley, 1984: 180), pelo que a valorização decorre da diferença entre “aquilo que o trabalhador recebe e aquilo que ele *cria*” (Ibid.: 178, *itálico nosso*). Na esfera da circulação apenas pode ser realizado o valor previamente produzido (Ibid.: 177 e 185). Marx estabelece, ainda, a distinção entre mais-valia absoluta e relativa, crucial na sua obra económica da maturidade (Mandel, 1971b: 102).

Nos *Grundrisse* Marx propõe também, pela primeira vez, a decomposição do capital nas parcelas do capital constante e capital variável (Ibid.). Atente-se que a economia política distinguia apenas entre capital fixo e capital circulante. Ora, Marx defende que esta divisão do capital se aplica apenas ao seu modo de circulação; quando se encontra na esfera da produção, o capital deve ser dividido em capital constante (meios de trabalho e matérias-primas) e capital variável (força de trabalho) (Oakley, 1984: 174).

Outra categoria importantíssima dos *Grundrisse* é aquela de crise económica. Marx associa as crises aos traços *essenciais* do modo de produção capitalista e, “em particular, às suas relações, estruturas e operações sociais”, de maneira que elas são geradas “*imanentemente e não por fatores extrâneos*” (Ibid.: 220). Assim, as crises económicas não podem ser resolvidas através de meras reformas monetárias e creditícias, conforme defendiam os autores socialistas de então, encabeçados por Proudhon (Musto, 2010: 81).

No famoso “Fragmento sobre as máquinas”, Marx introduz mesmo a noção de um limite interno absoluto, isto é, de um colapso do modo de produção capitalista com base nas suas próprias “contradições” insanáveis (Ibid.: 82). Ernest Mandel resume a ideia da seguinte forma:

“As contradições do capitalismo expressam-se particularmente no facto de (...) tentar por todos os meios possíveis reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção (...), enquanto, por outro lado, coloca o tempo de trabalho como a única medida e fonte da riqueza. (...) O conflito entre (...) o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas aparece, então, como um conflito entre a criação de riqueza, que se liberta cada vez mais da dependência do trabalho humano imediato, e o esforço constante para colocar esses poderes imensos ao serviço da valorização do valor existente, através da apropriação do mais-trabalho humano.” (Mandel, 1971b: 109)

Existe, portanto, “uma contradição crescente entre o papel minguante desempenhado pelo trabalho na produção de riqueza social e a necessidade que o capital tem de apropriar-se de mais-trabalho” (McLellan, 1992: 76). Todavia, no contexto de outro tipo de relações

⁵⁵ Recorde-se que nos escritos precedentes Marx adota a teoria do valor dos clássicos e não distingue o lucro da mais-valia.

⁵⁶ Segundo Enrique Dussel, Marx descortinou a categoria “mais-valia” nos meses de Novembro e Dezembro de 1857, enquanto escrevia os *Grundrisse* (Dussel, 2001: 12).

sociais, esta contradição poderia ser eliminada: a “enorme expansão das forças produtivas” (Ibid.: 78) – e, em especial, da automação (Mandel, 1971b: 108) – poderia ser utilizada para assegurar “um aumento do tempo livre que abre oportunidades para o desenvolvimento universal do indivíduo” (McLellan, 1992: 82). Na “produção comunal”, os indivíduos associados seriam capazes de regular conscientemente o intercâmbio material com a natureza com o menor esforço possível, maximizando dessa maneira o seu tempo disponível (Ibid.: 82, 78 e 80).

É evidente que a emancipação humana aventada por Marx não passa por libertar o trabalho, mas por se libertar *do* trabalho (Ibid.: 76). O *tempo* é “a chave para o entendimento da natureza ambivalente do capitalismo” (Ibid.): dos constrangimentos que a redução do *tempo de trabalho* coloca à sua reprodução fetichista, por um lado, e da promessa emancipatória contida na expansão potencial do *tempo livre*, por outro. Ernest Mandel assinala justamente que “algumas das passagens mais marcantes dos *Grundrisse* dizem respeito (...) à dialética do «tempo disponível/tempo de trabalho/tempo livre»” (Mandel, 1971b: 104).

Finalmente importa frisar as principais insuficiências categoriais dos *Grundrisse* à luz daquela que será a evolução posterior da crítica da economia política marxiana. Destacam-se duas. Em primeiro lugar, Marx ainda não especifica o caráter dual do trabalho (abstrato/concreto) no modo de produção capitalista. Em segundo lugar, o autor ainda não utiliza o conceito de preço de produção. Por outras palavras, Marx apercebe-se que, de modo a efetivar-se a equalização das taxas de lucro, “o preço «de mercado» (...) deve ser diferente do valor, mas não demonstra que esta diferença possui um caráter *sistemático*” (Oakley, 1984: 187, *itálico no original*).

Em Junho de 1858, quando Marx interrompe a redação (inacabada) dos *Grundrisse*, não há “qualquer sinal do muito aguardado movimento revolucionário que deveria acompanhar a eclosão da crise” (Musto, 2010: 98) e que tinha motivado o seu esforço frenético. Acresce que embora o autor tenha começado, de facto, pela primeira vez, a redigir a sua obra económica, o manuscrito não está pronto para ser publicado. É inegável que Marx realizou progressos teóricos consideráveis, mas ainda está “longe de um domínio crítico completo do material” (Ibid.).

Porém, Marx não desanima com ambos os reveses. Agora está munido de um plano detalhado e decidido a cumpri-lo, independentemente do tempo necessário para o efeito. O plano elaborado nos *Grundrisse* – que substitui a *Economia* projetada em 1851 (Rubel, 1968b: cv) – é acerca de uma obra intitulada “Crítica da Economia Política” que deverá englobar seis volumes (vd. Quadro I.1 na página seguinte).

A intenção original de Marx era publicar no imediato os três capítulos da primeira parte (Capital em geral) do Livro I (Capital), que incidem sobre a mercadoria, o dinheiro e o capital (Oakley, 1984: 224).⁵⁷ No entanto, “Marx teve (...) uma enorme dificuldade em organizar e retrabalhar o material que tinha acumulado” concernente ao capítulo 3 (Oakley, 1985: 1; cf. Rubel, 1968b: p. ciii). Na prática, o autor acaba por redigir apenas, entre Agosto e Novembro de 1858, o rascunho dos dois primeiros capítulos, conhecido por *Urtext* (Dussel, 2001: 15; Rubel, 1968b: ciii).⁵⁸

A versão final desse manuscrito será escrita e publicada em 1859. A obra ficará conhecida como *Para a Crítica da Economia Política*, mas esta designação é, de certo modo, enganadora. “Crítica da Economia Política” era o título do projeto *no seu conjunto* e isso é patente no índice desta obra em particular, onde se lê: “Para a Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: Do Capital. Parte Primeira: O Capital em Geral. Capítulo 1 – A Mercadoria.

⁵⁷ Cf. Anexo 1 para uma análise pormenorizada dos vários planos associados à obra económica da maturidade de Marx, assim como da noção de capital em geral.

⁵⁸ Só se salvou um fragmento desse rascunho (cf. Marx, 1983/1858).

Quadro I.1 – Plano de seis Livros de 1858

Livro I	Capital
	Parte 1 – Capital em geral
	Capítulo 1 – Valor (Mercadoria)
	Capítulo 2 – Dinheiro
	Capítulo 3 – Capital
	Secção (1) Processo de produção do capital
	Secção (2) Processo de circulação do capital
	Secção (3) Unidade de ambos, ou capital, lucro e juros
	Parte 2 – Concorrência ou muitos capitais
	Parte 3 – Crédito
	Parte 4 – Capital por ações
Livro II	Propriedade Fundiária
Livro III	Trabalho Assalariado
Livro IV	O Estado
Livro V	Comércio Exterior
Livro VI	Mercado Mundial e Crises

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Oakley (1983: 66-67 e 80) e Oakley (1984: 157).

Capítulo 2 – O Dinheiro ou a Circulação Simples” (cf. Marx, 1982a/1859: 241). Não restam dúvidas de que se trata apenas dos dois primeiros capítulos da primeira parte do Livro I.

Tinha sido acordado com o editor que Marx entregaria o capítulo remanescente da primeira parte do Livro I com a maior brevidade possível, mas em virtude das dificuldades mencionadas atrás, isso nunca chega a acontecer (Rubel, 1980: 52). O terceiro capítulo vai, nos anos seguintes, adquirir proporções faraônicas, a ponto de ganhar o estatuto de obra autónoma (Rubel, 1968b: cix): os futuros três Livros de *O Capital*.⁵⁹

Em termos de conteúdo categorial, a grande inovação da obra de 1859 é a formulação da teoria dual do trabalho. No capitalismo, o trabalho é simultaneamente concreto, na medida em que produz valores de uso (riqueza concreta), e abstrato, porquanto produz valor – uma forma de riqueza abstrata e historicamente específica (Mandel, 1971b: 82). A proposta de um conceito bífido de trabalho é o principal elemento que diferencia a teoria de Marx relativamente à economia política clássica (Colletti, 2011/1974: 29).⁶⁰ Na ótica de Marx é preciso separar o aspeto técnico-material da (re)produção da sua *forma social* hodierna.⁶¹

A principal insuficiência teórica do livro é sintetizada com clareza por Allen Oakley:

⁵⁹ A literatura divide-se: alguns autores consideram que Marx nunca abandonou o plano de seis Livros de 1858, pelo que os três volumes de *O Capital* corresponderiam somente às secções (1), (2) e (3) do terceiro capítulo do Livro I desse plano; outros autores defendem que Marx abandonou este plano de 1858 e reenquadrou a totalidade do projeto nos três volumes de *O Capital* conhecidos (cf. Anexo 1 para uma análise desta questão).

⁶⁰ Cf. Anexo 2.

⁶¹ Cf. 1.1, 1.5 e 1.6.

“[A]o longo de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx confluíu as categorias valor e valor de troca. Embora a distinção entre as duas tenha sido sugerida nas suas investigações anteriores e venha a surgir muito claramente no capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital*, ela não é explicitada nesta primeira exposição da análise. O valor como algo que precede logicamente a sua *expressão* enquanto valor de troca foi simplesmente fundido com este último.” (Oakley, 1984: 226, *italico no original*)

Portanto, “Marx ainda não estabelece distinção terminológica entre *valor* e *valor de troca*, como fará em *O Capital*” (Gorender, 1982: xiii, *italico no original*). Resta acrescentar que *Para a Crítica da Economia Política* revelou ser ironicamente anticlimática: para além de concretizar apenas uma parcela infinitesimal do plano de Marx, a obra passou virtualmente despercebida, conforme atestam as palavras do autor: “Esperava ataques ou críticas, mas não esperava que se produziria um silêncio total” (Marx & Engels, 1968: 90 [Marx a Lassalle, 06/11/1859]).

1860-1863: O Manuscrito Económico de 1861-63 (e as Teorias da Mais-Valia)

Até meados de 1861 as obrigações jornalísticas e uma polémica com Karl Vogt⁶² “absorvem o seu tempo e energia” (Rubel, 1980: 53; cf. Oakley, 1983: 78-79). Para além disso, a não consumação dos ímpetus revolucionários previstos por Marx retirou o caráter de urgência à publicação da sua obra económica: não havia no horizonte nenhuma práxis proletária carente de complemento ou elucidação teóricos.

Assim, é apenas no mês de Agosto de 1861 que Marx retoma finalmente a escrita do prometido “terceiro capítulo” sobre o capital (McLellan, 1992: 86). Tal como foi mencionado atrás, este capítulo assumirá rapidamente proporções ciclópicas e transformar-se-á nos (futuros) três volumes de *O Capital*. Entre Agosto de 1861 e Julho de 1863 (Vygodsky, 1965: 64) o autor redige, então, um manuscrito com vários milhares de páginas – e que apenas foi publicado na sua totalidade nas últimas décadas – que ficaria conhecido por *Manuscrito Económico de 1861-63* (Oakley, 1983: 82). Neste período, Marx preenche ainda oito cadernos com extratos das suas leituras adicionais (Oakley, 1985: 2).

Entre os meses de Agosto e Dezembro de 1861 Marx escreve um enorme rascunho do Livro Primeiro de *O Capital* (“O Processo de Produção do Capital”), onde aborda, nomeadamente, “a transformação do dinheiro em capital e a produção de mais-valia absoluta e relativa” (Vygodsky, 1965: 64; cf. Dussel, 2001: 15). Em Janeiro de 1862 Marx interrompe a exposição da sua teoria e inicia uma longuíssima digressão intitulada *Teorias da Mais-Valia*, onde analisa criticamente as obras de vários economistas políticos. Esta digressão, que se transformará postumamente num livro,⁶³ ocupá-lo-á durante o ano seguinte (Oakley, 1985: 3), período em que compila também mais catorze cadernos de notas e extratos (Rubel, 1980: 59).

No entanto, ao contrário do que sustenta Vygodsky (cf. 1965: 64), deve ser realçado que este “*livro nunca ambicionou ser uma história da economia política*”, pois “o seu âmbito em termos dos autores e dos tópicos tratados era simplesmente demasiado estreito e especializado” (Oakley, 1985: 7, *italico no original*). Marx empreende um diálogo crítico com algumas temáticas específicas que serão cruciais para o desenvolvimento da sua própria teoria: “Através da exposição daquilo que acreditava ser as limitações lógicas e substantivas

⁶² Essa polémica dará origem a um panfleto (pouco relevante hoje em dia) intitulado *Herr Vogt*, publicado em Londres (McLellan, 1992: 86; Rubel, 1980: 56).

⁶³ Marx pretendia originalmente incluir este material, parcelarmente, ao longo da sua exposição nos três Livros de *O Capital*, mas em 1865 revela o intuito de publicar o material como uma obra separada: o “Livro Quarto” de *O Capital* (Oakley, 1983: 91-92). Todavia, até à data da sua morte o autor não voltará a trabalhar no manuscrito das *Teorias da Mais-Valia* (Kogan, 1987: 61).

dos seus antecedentes”, as *Teorias da Mais-Valia* possibilitaram a “*auto-clarificação e o desenvolvimento crítico-teórico*” de Marx (Oakley, 1983: 88, *itálico no original*).

Enrique Dussel salienta precisamente que o aspeto mais importante das *Teorias* não é aquilo que Marx critica, mas a forma como “ele começa a «desenvolver» novas categorias” a partir da crítica das categorias da economia política burguesa (Dussel, 2001: 16).⁶⁴ Destacam-se, em particular, as categorias preço de produção, lucro médio e concorrência intersectorial, porquanto elas revelam ser absolutamente cruciais para fundamentar solidamente a teoria marxiana do valor – exposta nos *Grundrisse* e em *Para a Crítica da Economia Política* – e, ao mesmo tempo, para resolver as aporias da economia política clássica. Vitaly Vygodsky coloca a questão nos seguintes termos:

“[N]a forma em que tinha sido elaborada nos *Grundrisse*, a teoria da mais-valia não podia ser encarada como definitiva. (...) [E]le tinha de (...) demonstrar como é que a mais-valia «regula» todas as outras categorias do modo de produção capitalista: lucro, (...) renda fundiária, juros, etc. (...) Tinha de ser demonstrado que estas categorias que atuam na superfície da sociedade burguesa são reguladas pelo valor e pela mais-valia. Somente depois de isto ser conseguido é que a teoria da mais-valia poderia ser considerada completa e a lei do movimento da sociedade capitalista ser adequadamente substanciada. Em suma, a teoria da mais-valia tinha de ser suplementada pela teoria do lucro médio e do preço de produção.” (Vygodsky, 1965: 65)

Nas *Teorias*, Marx é capaz de intuir que a concorrência intersectorial, i.e., os movimentos do capital entre os vários ramos de negócio, “transmuta os valores (...) em preços de produção” (Ibid.: 67) que asseguram a todos os capitais a mesma taxa média de lucro enquanto parcelas alíquotas do capital social (Oakley, 1985: 10). Porém, o autor adverte que a determinação global do valor pelo tempo de trabalho abstrato (e socialmente necessário) não é abandonada: a massa de mais-valia social *produzida* previamente pelo *mais-trabalho* dos operários é meramente *redistribuída* equitativamente, sob a forma de lucro médio, pelos muitos capitais.⁶⁵

Em suma, visto que “as leis da concorrência”, que se manifestam na superfície da economia capitalista, “apagam caprichosamente” as mediações que “conduzem o valor ao preço” e “a mais-valia ao lucro” (Tombazos, 2004: 31), era necessário demonstrar que os movimentos do mercado estão ancorados nas relações sociais de produção subjacentes. Marx conseguiu fazê-lo nas *Teorias da Mais-Valia* através da confrontação crítica com o cânone da economia política burguesa.

Em Dezembro de 1862 Marx retoma a exposição da sua teoria, mas, em vez de continuar a tratar o processo de produção do capital, analisa alguns conteúdos correspondentes ao futuro Livro Terceiro de *O Capital* (Dussel, 2001: 17). Trata-se da secção 3 do capítulo 3 do plano de 1858 (cf. *supra*), intitulada “Capital, lucro e juros” (Oakley, 1985: 3). Refira-se que, nesta altura, Marx revela em correspondência que decidiu mudar o título da sua obra para *O Capital* (Rubel, 1980: 62; Vygodsky, 1965: 110); a expressão “crítica da economia política” passa a figurar como subtítulo (Rubel, 1980: 63).⁶⁶ Em Julho de 1863 o *Manuscrito Económico de 1861-63* é interrompido sem ser concluído (Oakley, 1983: 93).

⁶⁴ Marx tem plena consciência dos enormes progressos registados na sua teoria, conforme atesta uma carta dirigida a Engels neste período: “Reformulei por completo tantas coisas (...) na minha crítica que gostaria de discutir [contigo, NM] alguns desses pontos” (Marx & Engels, 1968: 101 [Marx a Engels, 20/08/1862]).

⁶⁵ Conforme Marx reafirmará num dos seus últimos escritos, “a formação dos preços [de produção, NM] (...) não altera absolutamente nada a *especificação do valor*” (Marx, 2002/1881: 233, *itálico no original*).

⁶⁶ Este é, porventura, o principal argumento a favor do abandono do plano de seis livros de 1858. Cf. Anexo 1.

Pode-se rematar que no decurso da escrita deste manuscrito – que constitui o segundo rascunho de *O Capital* – “Marx consolidou e refinou os argumentos da sua crítica da economia política” (Oakley, 1985: vii). No entanto, embora a sua teoria tenha registado progressos categoriais “significativos” (Ibid.: viii), sobretudo nas *Teorias da Mais-Valia*, o *Manuscrito Económico de 1861-63* possui um carácter eminentemente preparatório e não se encontra num estado adequado para publicação (Ibid.: 6). Por exemplo, os assuntos respeitantes ao processo de circulação do capital foram virtualmente escamoteados.

1863-1867: A Internacional, o Manuscrito de 1863-65 e o Livro Primeiro de O Capital

Em 1864 é fundada a Associação Internacional dos trabalhadores, historicamente conhecida como a 1ª Internacional (McLellan, 1992: 87). A Internacional foi criada com o intuito de radicalizar o proletariado e aprofundar as lutas iniciadas em torno da jornada de trabalho de dez horas, mediante o “encorajamento dos trabalhadores de vários países a apoiarem reciprocamente as suas lutas” (Ibid.: 103). Michael Heinrich relembra que “a Internacional apoiou a criação de partidos trabalhistas Social-democratas” em vários países (Heinrich, 2012: 23).

Marx assiste à reunião fundadora da Internacional, em Londres, sendo “um dos 34 eleitos para o Conselho Geral” (Shortall, 1994: 71). Para além disso, redige a “Mensagem Inaugural” e os estatutos que serão aprovados por unanimidade no congresso de Genebra, em 1866 (Rubel, 1980: 68-69; Shortall, 1994: 71). Nos anos subsequentes, Marx torna-se na figura de proa da organização (McLellan, 1992: 101), envolvendo-se “profundamente nas suas atividades” (Oakley, 1983: 93). Com efeito, a Internacional consumirá uma parte significativa do seu tempo (Shortall, 1994: 71) numa altura em que, como se verá de seguida, Marx andava extremamente ocupado em termos teóricos.

Tendo interrompido a redação do *Manuscrito Económico de 1861-63* em Julho de 1863, Marx dedica o resto desse ano e os anos de 1864 e 1865 a uma terceira redação de fundo da sua obra (Rubel, 1968b: cxii): trata-se do chamado *Manuscrito Económico de 1863-65*. Enrique Dussel assinala que “esta foi a única altura na sua vida em que Marx redigiu [quase, NM] completamente os [manuscritos dos, NM] três Livros de *O Capital*” (Dussel, 2001: 17).

Entre meados de 1863 e o Verão de 1864 Marx escreve o rascunho do Livro Primeiro de *O Capital*. No entanto, este manuscrito perdeu-se quase totalmente: apenas chegou aos nossos dias o denominado “capítulo inédito”, intitulado *Resultados do Processo de Produção Imediato* (Ibid.), que deveria servir de ponte para o Livro Segundo.⁶⁷ Ainda segundo Enrique Dussel, “Marx começou a redação do [rascunho do, NM] Livro Terceiro imediatamente após ter concluído o *Capítulo 6 inédito* do Livro Primeiro” (Dussel, 1990: 54).

Em Dezembro de 1864 (ou, o mais tardar, Janeiro de 1865), Marx interrompeu a escrita desse rascunho e, até meados de 1865, centrou-se na escrita do rascunho do Livro Segundo (Dussel, 2001: 18). Igualmente em meados de 1865 Marx dá uma palestra intitulada “Salário, Preço e Lucro”, sendo a primeira ocasião em que expõe *publicamente* a sua teoria da mais-valia (Oakley, 1983: 93).⁶⁸ Finalmente, assim que conclui o Livro Segundo, Marx retorna ao Livro Terceiro, terminando o seu rascunho em Dezembro de 1865 (Ibid.). Importa salientar que esta é a *única* versão mais ou menos completa do Livro Terceiro de *O Capital* escrita pelo autor (Oakley, 1983: 96); foi esse manuscrito que Engels editou e publicou postumamente.

⁶⁷ Dussel diz estar “convencido de que o texto [da terceira redação do Livro Primeiro, NM] era de tal modo similar ao da «quarta redação» [i.e., da redação definitiva da 1ª edição alemã, NM] que Marx o destruiu quando terminou a sua modificação ou cópia” limpa (Dussel, 2001: 17).

⁶⁸ Este texto só seria, contudo, publicado em 1898 (Oakley, 1983: 93).

Michael Heinrich observa que, no manuscrito que Engels utilizou para compor o Livro Terceiro, Marx revela claramente o seu entendimento das classes: o tratamento “sistemático” deste tema “deve ser colocado *no final* da exposição do modo de produção capitalista” (Heinrich, 2016: 112-113, *itálico nosso*). Portanto, “em *O Capital*, a análise das classes é um *resultado*, pleno de precondições, da investigação do modo de produção capitalista” (Ibid.: 113, *itálico nosso*).

Em Março de 1865 Marx tinha assinado contrato com um editor de Hamburgo para a publicação de *O Capital* na sua totalidade (Rubel, 1968b: cxii). Marx pretende publicar, de uma vez só, os três Livros de *O Capital* e, posteriormente, as *Teorias da Mais-Valia* (Ibid.: cxiii). Embora o trabalho na Internacional lhe roube imenso tempo, Marx deseja que o seu livro “forme um «todo artístico» antes de enviar todas as partes para a impressora” (Rubel, 1980: 73).⁶⁹

Em Janeiro de 1866, “Marx começou a preparar o *Manuscrito de 1863-65* para ser publicado” (Kogan, 1987: 60). Ao longo desse mês trabalha intensivamente, durante a noite, na redação da versão definitiva do Livro Primeiro de *O Capital* (Rubel, 1980: 74). É nesta altura que o autor adota consistentemente a terminologia “força de trabalho”, em vez de “capacidade de trabalho” (Dussel, 2001: 19). O enorme esforço causa-lhe insónias e problemas reumáticos (Rubel, 1980: 74), pelo que no final de Janeiro de 1866 adoece gravemente (Rubel, 1968b: cxiii).

Tendo em conta que, ao contrário do planeado, Marx acabará por colocar no prelo, em Abril de 1867 (Kogan, 1987: 60), apenas o Livro Primeiro da sua *magnum opus*, e que durante esses dezasseis meses o autor foi continuamente afligido por problemas de saúde, Michael Heinrich avança a hipótese de Marx ter sido capaz de aproveitar “diretamente” – com pouquíssimas modificações – a parte perdida do *Manuscrito de 1863-65* relativa a este volume na sua redação definitiva (Heinrich, 2016: 111).⁷⁰ Seja como for, a 1ª edição alemã do Livro Primeiro de *O Capital* é publicada em Setembro de 1867, com uma tiragem de 1000 exemplares (Rubel, 1980: 80).

Apesar de todas as vicissitudes, Marx sente-se satisfeito com a sua obra: “Com este trabalho creio fazer algo muito mais importante para a classe operária do que poderia fazer pessoalmente num congresso qualquer” (Marx & Engels, 1968: 119 [Marx a Kugelmann, 23/08/1866]). Ainda assim, Maximilien Rubel defende que Marx não foi capaz de incorporar todo o material que desejava no livro. Em particular, não conseguiu reelaborar os *Resultados do Processo de Produção Imediato* e as teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo (Rubel, 1968b: cxiv).⁷¹

Em termos de conteúdo, deve salientar-se que Marx não planeava inicialmente incluir um capítulo sobre a mercadoria, pois esse assunto já tinha sido tratado na obra de 1859. Por

⁶⁹ Em Novembro de 1865, partilha com Engels o seguinte: “O único ponto em questão refere-se a saber se convém passar a limpo apenas uma parte do original e enviá-la ao editor ou se é preferível redigir definitivamente a obra no seu conjunto. Decidi-me pela segunda alternativa, por diversas razões” (Marx & Engels, 1968: 116 [Marx a Engels, 28/11/1865]).

⁷⁰ A plausibilidade desta interpretação é reforçada quando se sabe que os manuscritos dos Livros Segundo e Terceiro estavam efetivamente num claro estado de *subdesenvolvimento*. Se o manuscrito do Livro Primeiro padecesse do mesmo problema, custa a crer que Marx tivesse conseguido dar-lhe uma forma acabada num período apoucado pela doença. A única exceção, conforme se verá adiante, terá sido o capítulo inicial sobre a mercadoria: Marx não havia regressado ao tema desde 1859, pelo que teve de reelaborá-lo completamente.

⁷¹ Os *Resultados do Processo de Produção Imediato* só serão publicados, pela primeira vez, em 1933 na União Soviética. Allen Oakley revela-se perplexo com o facto de este texto “vital” não ter sido incluído no Livro Primeiro de *O Capital*, visto que faz a transição necessária para o Livro Segundo (Oakley, 1983: 96). David McLellan defende que Marx planeava efetivamente incluir os *Resultados* no final do Livro Primeiro, mas “deixou-os de fora à última da hora” (McLellan, 1992: 96). Michael Heinrich considera não ser clara a razão que presidiu à decisão de excluir os *Resultados*, especulando que a mesma pode ter sido motivada pela pressão do editor junto de Marx para que este entregasse o manuscrito (Heinrich, 2016: 114).

exemplo, os manuscritos da segunda e da terceira redações de *O Capital* começam com a transformação do dinheiro em capital.⁷² No entanto, numa carta endereçada a Kugelmann, em Outubro de 1866, Marx revela que sentiu ser “necessário começar *ab ovo* no Livro Primeiro, isto é, resumir em *um só* capítulo sobre a mercadoria e o dinheiro” as temáticas abordadas em *Para a Crítica da Economia Política*, pois essa exposição categorial, sete anos antes, foi um empreendimento “algo defeituoso” (Marx & Engels, 1968: 120, *itálico no original* [Marx a Kugelmann, 13/10/1866]).

Portanto, é no decurso da preparação do manuscrito final do Livro Primeiro para publicação que Marx muda de ideias e opta por redigir uma nova exposição das categorias da obra de 1859 (mercadoria, valor de uso, valor de troca, trabalho concreto/abstrato, dinheiro, etc.). Note-se, contudo, que só quando termina o capítulo sobre a acumulação primitiva, já em 1867, é que Marx redige esse capítulo inicial (Dussel, 1990: 177). Este facto reveste-se de extrema importância: Marx apenas escreverá o capítulo 1 *depois* de a redação definitiva estar concluída (Dussel, 2001: 18-19).⁷³

And the plot gets thicker: na 2ª edição alemã da obra, em 1873, a maior alteração registar-se-á precisamente no capítulo inicial, que será profundamente reescrito. As implicações são de longo alcance: “Ao contrário do que muitos pensam, então, o capítulo 1, tal como aparece nas edições atuais, foi na realidade *o último texto* da sua obra maior (...) *publicado por Marx em vida*” (Dussel, 1990: 178, *itálico nosso*). Na ótica de Dussel, o capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital* pode ser entendido como o coroar da trajetória intelectual de Marx: trata-se do “texto mais desenvolvido” e “mais complexo” do autor e, por isso, especialmente “difícil” (Ibid.).⁷⁴

No capítulo 1, Marx afirma que “a mercadoria é uma unidade dialética, indissolúvel e simultaneamente contraditória de valor de uso e valor” (Vygodsky, 1975: 20). É desde logo patente a diferença relativamente a *Para Crítica da Economia Política*: Marx estabelece uma distinção conceptual (e terminológica) clara entre valor e valor de troca: este é a *forma de manifestação* necessária daquele.

Porém, à semelhança do que sucedia em 1859, a dualidade das mercadorias continua a ser reconduzida ao carácter bífido do trabalho que as produz. Esta questão tinha sido ignorada pela economia política: “Há uma coisa muito simples que escapou a todos os economistas sem exceção, o facto de que se a mercadoria possui o duplo carácter de valor de uso e valor (...), [então, NM] é indispensável que o trabalho representado nessa mercadoria possua também esse carácter dual” (Marx & Engels, 1968: 153 [Marx a Engels, 08/01/1868]).

Marx não hesita em afirmar que o binómio trabalho concreto/abstrato, “conforme se expresse em valor de uso ou em valor”, é “o melhor que se pode encontrar no meu livro” (Ibid.: 137 [Marx a Engels, 24/08/1867]) e, com efeito, o “segredo” da “crítica” da economia política (Ibid.: 153 [Marx a Engels, 08/01/1868]). Vygodsky assinala justamente que “a conceção de uma natureza dual do trabalho” constitui um dos aspetos “em que a teoria marxista do valor se distingue da teoria do valor-trabalho postulada pelos predecessores de Marx” (Vygodsky, 1975: 20).

No entanto, a principal diferença entre Marx e a economia política clássica é que naquele a teoria do valor é *idêntica* à teoria do fetichismo (cf. Bianchi, 1981: 118; Colletti, 1974a/1969: 77) exposta no capítulo 1. Na sociedade capitalista, o trabalho devém

⁷² Apesar de o manuscrito da terceira redação do Livro Primeiro se ter perdido, a citação de Marx seguidamente apresentada no corpo do texto permite inferir, com um grau de certeza considerável, que Marx só decidiu retomar o assunto em 1866, no decurso da redação definitiva da obra.

⁷³ Seguindo os conselhos de Engels e do doutor Kugelmann, Marx redige ainda um anexo sobre a forma-valor (Rubel, 1980: 79). Na 2ª edição do Livro Primeiro, esse anexo será absorvido no capítulo 1.

⁷⁴ Esta dificuldade ajudará a explicar porque “nenhuma parte da teoria de Marx foi tão atacada no mundo académico (...) como a sua teoria do valor” (Mandel, 1982/1976: 38).

“autónomo (...) como trabalho abstrato”, de maneira que o valor se converte numa “relação social independente e estranha” aos indivíduos (Bianchi, 1981: 27). Lucio Colletti reforça esta ideia, salientando que o fetichismo é

“o processo mediante o qual o trabalho humano ou social, embora *subjetivo*, é representado na forma de uma qualidade intrínseca das *coisas*, e estas coisas, dotadas das suas próprias qualidades *subjetivas, sociais*, aparecem «personificadas» ou «animadas», como se fossem sujeitos independentes” (Colletti, 1974a/1969: 78, *itálico no original*).

As acusações recorrentes de que a teoria do valor marxiana conteria resquícios metafísicos são, por isso, tiros na água: “Marx, *horribile dictu*, aceita o argumento de que o «valor» é uma entidade metafísica e limita-se meramente a notar que é a coisa, i.e., a própria mercadoria ou valor, que é uma entidade escolástica e não conceito que ele (...) utiliza para descrever como a mercadoria é feita” (Colletti, 1979/1969: 279).

O trabalho abstrato, o valor e o capital são entidades *suprassensíveis*, mas *socialmente reais*: “O caráter peculiar do modo de produção capitalista (...) é o de apresentar os elementos sociais da produção e da riqueza em categorias solidificadas e autónomas, como personificação das coisas” (Bianchi, 1981: 129-130) e “reificação das relações sociais” (Perlman, 1990/1968: xxiii). Em suma, as leis económicas modernas são eminentemente fetichistas, porquanto “a rede de *relações sociais* (...) adquire uma existência própria separada (...) no capital (...) que (...) escapa ao controlo de todos os homens que relaciona” (Colletti, 1975: 28, *itálico no original*).

Para além da categoria bífida de trabalho que está na raiz das suas teorias do valor e do fetichismo, Marx considera que o seu outro grande contributo no Livro Primeiro de *O Capital* é “a análise da *mais-valia, independentemente das suas formas particulares*” (Marx & Engels, 1968: 137, *itálico no original* [Marx a Engels, 24/08/1867]), quer dizer, *antes* da exposição das suas formas de manifestação: lucro, renda fundiária e juros (Ibid.: 153 [Marx a Engels, 08/01/1868]).⁷⁵

Se numa carta de 1862, dirigida a Kugelmann, Marx declarara que os “ensaios *científicos* escritos com vista a revolucionar uma ciência não podem ser nunca realmente populares” (Ibid.: 103, *itálico no original* [Marx a Kugelmann, 28/12/1862]), agora, na correspondência com Engels, afirma que “o silêncio em torno do meu livro começa a ser inquietante. Não ouço nem vejo nada” (Ibid.: 145 [Marx a Engels, 02/11/1867]).

Claro que há uma diferença entre não ser popular e não ser notado de todo, mas parece-me evidente uma certa decepção em Marx por não ver o resultado do seu sangue, suor e lágrimas obter o devido reconhecimento. Apesar do papel preponderante desempenhado na 1ª Internacional, é preciso ter em mente que “no auge da década de 1860 Marx ainda era pouco conhecido” – na qualidade de teórico e estudioso – “fora de um pequeno círculo, sendo ofuscado por Lassalle” (McLellan, 1970: 214).⁷⁶

1868-1883: Rascunhos do Livro Segundo, novas edições do Livro Primeiro e extratos

Maximilien Rubel assinala que, “no momento em que o Livro Primeiro é publicado, o Livro Segundo é o que se encontra mais atrasado” (Rubel, 1968b: cxviii). Na medida em que constitui a tentativa original de exposição desse volume por parte de Marx, considera-se

⁷⁵ A decomposição e distribuição da mais-valia nas suas formas de manifestação empíricas serão abordadas no Livro Terceiro de *O Capital*.

⁷⁶ Contudo, dois anos antes de falecer, Marx mostra-se resignado com a sua sorte: “Quando se rompe a trama do pensamento rotineiro, tem-se a certeza assegurada de ser «boicotado», para começar; é a única arma defensiva que, no momento da sua primeira perplexidade, os rotineiros sabem manejar. (...) Há que perseverar!” (Marx & Engels, 1968: 231, *itálico no original* [Marx a Danielson, 19/02/1881])

habitualmente o rascunho do Livro Segundo englobado no *Manuscrito Económico de 1863-65* como o Manuscrito I. Trata-se de uma versão “mais ou menos fragmentária” (Sayer, 1979: 153), pelo que, até ao final da década de 1860, o autor redige três rascunhos adicionais.

O denominado Manuscrito II, escrito entre a Primavera de 1868 e meados de 1870, é “consideravelmente mais longo do que o Manuscrito I” (Heinrich, 2016: 114). Ao mesmo tempo em que trabalha no Manuscrito II, Marx inicia o chamado Manuscrito IV que é, por um lado, uma “cópia passada a limpo do Manuscrito II” e, por outro lado, o palco de “novas ideias” ocasionais (Ibid.). O chamado Manuscrito III, redigido algures entre 1865 e 1870, inclui diversos extratos (Sayer, 1979: 153). Apesar destes avanços, o Livro Segundo ainda não está pronto para ser publicado. No imediato outros assuntos prenderão a atenção do autor, de modo que só voltará a pegar no Livro Segundo em 1877.

No início da década de 1870 verifica-se, como é sabido, dois acontecimentos marcantes: a Guerra Franco-Prussiana e a experiência revolucionária da Comuna de Paris. Marx procura explicar ambas as efemérides (Heinrich, 2016: 116) com a publicação, em 1871, de uma obra intitulada *A Guerra Civil em França* (Rubel, 1980: 92). Paralelamente Marx ainda “é bastante ativo nos círculos operários de Londres e nas várias secções da Associação Internacional dos Trabalhadores” (Ibid.: 91). Porém, acaba por adoecer na sequência deste trabalho excessivo (Ibid.: 95). Assim, em 1872, o autor “anuncia que vai abandonar o Conselho Geral no próximo Congresso da Internacional de modo a conseguir terminar *O Capital*” (Ibid.: 97).

Quando se realiza o Congresso de Haia, nesse mesmo ano, a organização encontra-se num estado periclitante em virtude dos conflitos internos entre os apoiantes de Marx e aqueles de Bakunin que grassam há algum tempo (McLellan, 1992: 102). Embora esteja de saída pelas razões mencionadas, Marx consegue aprovar a sua proposta para que se reforcem os poderes do Conselho Geral e para que este seja transferido para Nova Iorque (Ibid.). Esta decisão provará ser a machadada final na 1ª Internacional, que se dissolverá em 1876.

Ao longo de 1872 Marx trabalha na revisão do Livro Primeiro com vista à publicação da 2ª edição alemã, que verá a luz do dia no ano seguinte (Rubel, 1980: 96 e 101). Esta versão traz algumas alterações significativas. Na 1ª edição, a mercadoria, o valor e o dinheiro eram abordados num único capítulo inicial, suplementado por um anexo acerca da forma-valor (Oakley, 1983: 97). Na 2ª edição, o capítulo inicial é substituído por três capítulos (mercadoria, troca, dinheiro) e o anexo é eliminado, porquanto o seu conteúdo é incorporado no novo capítulo 1. O item fundamental sobre o fetichismo da mercadoria é igualmente reescrito (Ibid.: 98).

Impõe-se uma pequena transgressão da ordem de exposição cronológica para dar conta das edições alemãs posteriores. A 3ª edição alemã do Livro Primeiro será publicada em 1883, pouco tempo depois da morte de Marx. Engels limita-se a fazer alterações menores de acordo com as notas de Marx; porém, salienta no Prefácio que Marx pretendia reescrever grande parte da obra, mas que foi incapaz de fazê-lo devido à deterioração do seu estado de saúde (Ibid.). A 4ª edição será publicada em 1890. Uma vez mais, Engels faz somente correções ligeiras (Ibid.). Esta versão final será canonizada e servirá de base para todas as traduções subsequentes.

Conforme foi dito atrás, em 1872 Marx tinha estabelecido contactos com Joseph Roy no sentido de uma tradução francesa da obra (Rubel, 1980: 96). O autor trabalha afincadamente na revisão dessa tradução até 1875, data em que a mesma é publicada (Ibid.: 101 e 105). Igualmente em 1875 Marx redige as notas marginais ao programa do Partido Social-Democrata Alemão, conhecidas como *Crítica do Programa de Gotha* (Ibid.: 105).

Nos anos de 1877 e 1878 Marx retoma, finalmente, o trabalho no Livro Segundo, redigindo quatro manuscritos adicionais. O chamado Manuscrito V, de 1877, é uma reelaboração dos quatro primeiros capítulos (Sayer, 1979: 154). O Manuscrito VI, escrito

entre Outubro de 1877 e Julho de 1878, é uma tentativa de tornar o Manuscrito V pronto para ser publicado, mas abarca apenas o capítulo 1 da obra (Ibid.). O Manuscrito VII, redigido em 1878, não vai além da Secção I (Heinrich, 2016: 118). O Manuscrito VIII, escrito em paralelo (Ibid.), é uma revisão da Secção III e de um capítulo da Secção II do Manuscrito II (Sayer, 1979: 154).

Em suma, a “debilidade crescente” de Max refletiu-se na incapacidade de escrever uma versão definitiva do Livro Segundo de *O Capital* (Oakley, 1983: 101).⁷⁷ Como é sabido, Marx falece em 1883, pelo que a obra será publicada a título póstumo em 1885 (Ibid.: 120). Coube a Engels a tarefa hercúlea de editar esta massa desconexa de manuscritos: foi incluído principalmente material dos Manuscritos II, V e VIII (Arthur & Reuten, 1998: 8-9).

Quanto ao Livro Terceiro de *O Capital*, com a exceção de um pequeno rascunho, redigido entre Maio e Agosto de 1875, onde é abordada a relação matemática entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro (Oakley, 1983: 122), Marx não deu qualquer seguimento ao trabalho pretérito (Ibid.: 103).⁷⁸ Coube novamente a Engels a tarefa titânica de editar o rascunho (francamente incompleto) da obra presente no *Manuscrito Económico de 1863-65*. O Livro Terceiro de *O Capital* será publicado em 1894 (Ibid.: 122).

Apesar do mérito inegável na divulgação da *magnum opus* do seu melhor amigo, os procedimentos editoriais de Engels nos Livros Segundo e Terceiro padecem de dois problemas cruciais. Em primeiro lugar, Engels “conferiu a aparência de obras acabadas (...) a materiais de trabalho que o próprio Marx disse que era necessário completar” (Rubel, 1968a: xi).⁷⁹ Por exemplo, apoiando-se em correspondência variada ao longo da década de 1870, Michael Heinrich defende que Marx pretendia reformular “extensivamente” o manuscrito do Livro Terceiro (Heinrich, 2016: 118). Em segundo lugar, Engels “deu a entender” que *O Capital* esgotava a obra económica da maturidade de Marx (Rubel, 1968a: xiii), escamoteando os milhares de páginas dos manuscritos preparatórios, como sejam os *Grundrisse*, o *Manuscrito Económico de 1861-63* ou os *Resultados*.⁸⁰

Em jeito de balanço, pode-se afirmar que – com a exceção da revisão da tradução francesa do Livro Primeiro em meados da década de 1870, e dos breves manuscritos referentes ao Livro Segundo de 1877-78 – “durante a sua última década de vida, Marx esteve demasiado doente para efetuar qualquer escrita prolongada” (McLellan, 1992: 103). Nas palavras de Maximilien Rubel,

“[O]s últimos dez anos de vida de Marx foram uma espécie de lenta agonia; (...) longos períodos de pobreza e de aflições físicas e mentais minaram a sua saúde, que se deteriora (...). Ele sofre de cefaleias crónicas que, somadas à hepatite que contraiu nos anos de 1850, forçá-lo-ão, em virtude do risco de apoplexia, a restringir a sua atividade”. (Rubel, 1980: 100)

⁷⁷ Enrique Dussel sustenta que, nesta altura, Marx apercebe-se que a conclusão de *O Capital* é uma “tarefa” que “se tornou impossível”, resignando-se “a não ver publicado o final da sua obra” (Dussel, 1990: 133).

⁷⁸ O mesmo se aplica às *Teorias da Mais-Valia*, cujo manuscrito (de 1862) foi editado e publicado, entre 1905 e 1910, sob a égide de Karl Kautsky (Sayer, 1979: 152).

⁷⁹ Convém lembrar que, na ótica de Marx, os seus manuscritos não eram suscetíveis de edição por absolutamente *ninguém*. Por exemplo, referindo-se ao *Manuscrito Económico de 1863-65*, numa carta endereçada a Engels, Marx diz o seguinte: “o manuscrito, gigantesco na sua forma atual, não é passível de ser editado por ninguém para além de mim, nem sequer por ti” (Marx & Engels, 1968: 118 [Marx a Engels, 13/02/1866]).

⁸⁰ Creio que a pouca importância atribuída por Engels – a autoridade suprema incontestável para os primeiros marxistas – aos manuscritos explica, pelo menos em parte, o esquecimento a que eles foram votados e a sua (re)descoberta tardia somente na segunda metade do século XX.

Para além da degradação acelerada do seu estado de saúde, Paul Thomas considera que a falta de estímulo externo, em particular de natureza política, contribuiu para o silêncio teórico de Marx (P. Thomas, 1999: 50). A desintegração da 1ª Internacional e a relativa acalmia política que se seguiu à Comuna de Paris não conferiam um sentido de urgência aos seus escritos:

“Para Marx a teoria e a prática não funcionavam uma à custa da outra. Elas animavam-se e desfaleciam conjuntamente. (...) As razões para o silêncio retumbante de Marx estão evidentemente ligadas ao desapontamento, desilusão e derrota políticos. Assim que foram esmagadas pela supressão da Comuna, as esperanças de Marx nunca voltaram a ser efetivamente reavivadas. No longo prazo, ele pode ter permanecido otimista. No curto prazo, a transformação social aguardada parecia mais longe do que nunca.” (Ibid.)

Se é verdade que Marx escreve bastante pouca teoria, sempre que a saúde lho permite “estuda e copia enormemente” (Rubel, 1968b: cxx). O autor “compilará 50 cadernos, quase exclusivamente dedicados aos extratos das suas leituras: aproximadamente 3000 páginas de escrita microscópica” (Rubel, 1980: 100). Os interesses multidisciplinares de Marx não esmoreceram, lendo “extensamente nos campos (...) da economia agrícola, dos mercados financeiros, da banca e da ciência natural” (Oakley, 1983: 101). Marx desenvolve um interesse especial na comunidade rural (*mir*), na propriedade fundiária e nas relações socioeconómicas russas (Rubel, 1980: 102, 106 e 108).

Em 1881, o autor realiza leituras sobre a Revolução Francesa e o colonialismo (Ibid.: 120), constrói uma enorme cronologia da história mundial – abarcando o período 90 A.C. – 1470 D. C. (Ibid.: 121) – e escreve aquele que é provavelmente o seu último texto de natureza teórica: as “Notas sobre Wagner”. Nesse mesmo ano, Jenny, a sua esposa, morre. De acordo com David McLellan, “Marx nunca recuperou do rude golpe e morreu dois anos mais tarde, em Março de 1883” (McLellan, 1992: 103).

Breve reflexão: Porque é que Marx nunca publicou o resto de *O Capital*?

Vários autores consideram que a deterioração do estado de saúde de Marx e a ausência de estímulos de natureza política são insuficientes para explicar a incapacidade de concluir a redação de *O Capital* (cf. Heinrich, 2007: 197; Oakley, 1983: 115).⁸¹ Na perspetiva de Michael Heinrich,

“se o seu único objetivo tivesse sido preparar os manuscritos existentes dos Livros Segundo e Terceiro para publicação (...), então isso teria sido possível. (...) Mas Marx tinha objetivos mais ambiciosos em relação a *O Capital*. (...) Marx planeava retrabalhar os manuscritos existentes. Esta reelaboração não se restringiria a melhores formulações. Marx pretendia incluir mais e novo material e reestruturar as partes existentes da sua obra.” (Heinrich, 2007: 197-198)

Maximilien Rubel argumenta de modo similar, afirmando que a elaboração da crítica da economia política marxiana, ao longo de quatro décadas, “é a história de uma longa obsessão” (Rubel, 1968b: xvii). A exigência e, sobretudo, o perfeccionismo excessivo do autor significam que há sempre mais uma crise para digerir teoricamente, um facto adicional para explicar e um novo livro para ler.⁸² Some-se a isto faceta de leitor compulsivo *híper-*

⁸¹ Uma questão adicional consiste em saber se *O Capital* era um projeto autossuficiente ou se Marx ainda seguia o plano de 6 Livros de 1858, caso em que a incompletude da sua obra ganharia novos contornos (cf. Anexo 1).

⁸² Numa carta dirigida a Danielson, no ano tardio de 1879, Marx começa por referir a impossibilidade de publicar a continuação de *O Capital* na Alemanha devido às leis de exceção contra os socialistas, promulgadas por Bismarck em 1878 (e que só serão revogadas em 1890). Todavia, acrescenta que nunca “teria publicado o

disciplinar que, como se viu na secção anterior, predominou nos últimos anos de vida de Marx, e está-se perante a tempestade perfeita que fê-lo dispersar-se e afastar-se das temáticas nucleares de *O Capital*:

“[O] trabalho que Marx realizou no final da sua vida (...) envolveu duas dimensões: a tentativa de assegurar que o material estava atualizado tanto quanto possível e uma extensão contínua do seu âmbito. Ambas as dimensões, conforme ele descobriu, não possuíam limites e ocuparam o seu tempo com leituras cada vez mais obsessivas e compilações estatísticas cuja relação com os objetivos essenciais de *O Capital* estava longe de ser evidente.” (Oakley, 1983: 116)

Esta enorme dispersão já vinha de trás, conforme atesta a sua correspondência,⁸³ mas agrava-se durante a derradeira década de vida, período em que Marx reuniu “numerosos extratos sobre fisiologia, história da tecnologia, geologia, questões científicas gerais e matemática” (Heinrich, 2016: 132).⁸⁴ Portanto, não é só a saúde e o eventual desapontamento político que entravam o seu trabalho. Mesmo quando é capaz de retomar as suas pesquisas, o objetivo primordial de Marx não é redigir as versões finais dos Livros Segundo e Terceiro de *O Capital* (Oakley, 1983: 115). Marx continua a acumular leituras e materiais bastante díspares, perfeitamente marginais para o desenvolvimento e exposição do núcleo duro da sua teoria.

Outro conjunto de autores aponta precisamente as dificuldades sentidas na *exposição* da sua teoria como uma razão de peso para a incompletude de *O Capital*. Segundo Vitaly Vygodsky, a “transição da investigação” para a exposição dos assuntos “examinados” revelou ser “um processo tão ou mais complicado do que a própria tarefa de investigação” (Vygodsky, 1965: 68). Allen Oakley partilha esta opinião, sugerindo que um dos principais problemas que Marx enfrentou foi o de encontrar o “*modo de exposição*” adequado para a sua obra, tanto em termos do “estilo” como da “forma” (Oakley, 1983: 115, *itálico no original*).⁸⁵

Estreitamente ligada ao modo de exposição, a “definição da estrutura de *O Capital*” provou ser igualmente uma “tarefa” bastante “difícil” (Vygodsky, 1965: 68 e 105). Marx “exasperou-se” com a determinação “da abrangência analítica necessária para que a sua crítica estivesse «completa»” (Oakley, 1984: 2). Trata-se de um eterno “dilema” nunca resolvido (Oakley, 1983: 57). Em especial, “foi a questão de saber onde «começar» e onde

segundo volume [i.e., os Livros Segundo e Terceiro de *O Capital*, NM] antes que a atual crise industrial inglesa tenha alcançado o seu ponto culminante. Desta vez, os fenómenos são especiais e em muitos aspetos distintos do que sucedeu no passado (...). É, pois, necessário observar o curso atual dos acontecimentos até que alcancem a sua maturidade antes de poder «consumi-los produtivamente», isto é, «teoricamente» (Marx & Engels, 1968: 222-223, *itálico no original* [Marx a Danielson, 10/04/1879]). Nessa carta o autor diz ainda que “a quantidade de materiais que possuo não só da Rússia, mas também dos Estados Unidos, etc., *proporcionam-me um agradável «pretexto» para prosseguir os meus estudos em vez de pôr-lhes um ponto final e oferecê-los ao público*” (Ibid.: 224, *itálico nosso*). A mesmíssima ideia é repetida em correspondência com Domela Nieuwenhuis no ano seguinte (cf. Ibid.: 228 [Marx a Domela Nieuwenhuis, 27/06/1880]).

⁸³ Por exemplo, na correspondência com Engels, durante o ano de 1868, Marx revela ter estudado obras sobre a “química agrícola” (Marx & Engels, 1968: 152 [Marx a Engels, 03/01/1868]), acerca da “pré-história” e de “toda a evolução posterior das cidades livres” (Ibid.: 158 [Marx a Engels, 25/03/1868]) e, ainda, um livro intitulado *O clima e a flora no tempo, a sua história comum* (Ibid.: 159).

⁸⁴ Por exemplo, o interesse na realidade socioeconómica russa, referido na secção pretérita, condu-lo a aprender essa língua (cf. Marx & Engels, 1968: 203 [Marx a Kugelmann, 27/01/1870]) e traduz-se na compilação de “uma montanha de estatísticas (...), cujos documentos ocupavam dois metros cúbicos de volume” (Oakley, 1983: 116).

⁸⁵ Helmut Reichelt considera que Marx se enreda em dois intuitos contraditórios: por um lado, quer “popularizar” a sua obra, enquanto, por outro lado, almeja “melhorar” continuamente o rigor da “exposição” (Reichelt, 1995: 40).

«terminar» as suas análises que atormentou o desenvolvimento metodológico e substantivo da sua crítica” da economia política (Oakley, 1984: 2).

Adenda 1: Cronologia da publicação (póstuma) das obras económicas de Karl Marx

No Quadro I.2, é apresentada a cronologia da redação das principais obras económicas de Marx (primeira coluna), assim como da sua publicação original em alemão, em inglês e em português (terceira coluna).⁸⁶ Conforme salientei nas secções anteriores, podem ser identificados, *grosso modo*, quatro momentos ou “redações” fundamentais da sua *magnum opus*: i) os *Grundrisse*, redigidos entre 1857 e 1858; ii) o *Manuscrito Económico de 1861-63*

Quadro I.2 – Cronologia das principais obras económicas de Marx

Redação	Obras	Datas de Publicação
1844	<i>Manuscritos Económico-Filosóficos</i>	Alemão: 1932 (MEGA)
		Inglês: 1961
		Português: 1962
1845-46	<i>A Ideologia Alemã</i>	Alemão: 1932 (MEGA)
		Inglês: 1938 (parcial) e 1964
		Português: 1965 (parcial) e 1974-5
1857-58	<i>Grundrisse</i> (“1ª redação” de <i>O Capital</i>)	Alemão: 1939-41 e 1953 (MEW)
		Inglês: 1973
		Português: 2011
1859	<i>Para a Crítica da Economia Política</i>	Alemão: 1859
		Inglês: 1904
		Português: 1946 e 1971 (do alemão)
1861-63	<i>Manuscrito Económico de 1861-63</i> (“2ª redação” de <i>O Capital</i>)	Alemão: 1976-82 (MEGA-2)
		Inglês: 1988-94 (MECW)
		Português: 2010 (parcial)
1862	<i>Teorias da Mais-Valia</i>	Alemão: 1905-10
		Inglês: 1963-72
		Português: 1980
1864	<i>Resultados do Processo de Produção Imediato</i>	Alemão: 1933 (MEGA)
		Inglês: 1976
		Português: 1969
1863-65	<i>Manuscrito Económico de 1863-65</i> (“3ª redação” de <i>O Capital</i>)	Alemão: 1992 e 1998 (MEGA-2)
		Inglês: 2015 (parcial)
		Português: 2017 (parcial)
1867	Livro Primeiro de <i>O Capital</i> (“4ª redação” de <i>O Capital</i>)	Alemão: 1867
		Inglês: 1887
		Português: 1968-70
1864-1878	Livro Segundo de <i>O Capital</i>	Alemão: 1885
		Inglês: 1909
		Português: 1968-70
1864-65	Livro Terceiro de <i>O Capital</i>	Alemão: 1894
		Inglês: 1909
		Português: 1968-70

⁸⁶ As datas de publicação foram retiradas de: Cerqueira (2010: 210), McLellan (1970: 213), Moseley (2015: 1-2), Nicolaus (1993/1973: 7), Oakley (1983: 124), Sayer (1979: 151-155) e Taylor & Bellofiore (2004: 8). Adicionalmente foram consultados os sites <https://www.marxists.org/> e <http://www.worldcat.org/?lang=pt>. Conteí, ainda, com o auxílio de dois companheiros investigadores. Obviamente que quaisquer lapsos são da minha inteira responsabilidade.

(que comporta as *Teorias da Mais-Valia*); iii) o *Manuscrito Económico de 1863-65* (que comporta os *Resultados*, o Manuscrito I do Livro Segundo de *O Capital* e o rascunho utilizado por Engels compor o Livro Terceiro); iv) a redação definitiva do Livro Primeiro de *O Capital* (cf. Dussel, 2001: 12).

A rápida análise do Quadro I.2 revela que uma parte assinalável das obras listadas só foi publicada a partir da segunda metade do século XX. O caso dos três primeiros rascunhos de *O Capital* é o mais gritante. Assim, os *Grundrisse* só se tornaram amplamente acessíveis em alemão no ano de 1953, enquanto a tradução inglesa data de 1973 e a portuguesa somente de 2011. No que diz respeito ao *Manuscrito Económico de 1861-63* (excluindo as *Teorias*), a primeira edição alemã foi publicada entre 1976 e 1982, a primeira edição inglesa foi publicada entre 1988 e 1994 e a primeira edição *parcial* portuguesa data de 2010.⁸⁷ Finalmente o *Manuscrito Económico de 1863-65* (excetuando os *Resultados*) só ficará disponível: em alemão, em dois volumes, nos anos de 1992 e 1998; em inglês, parcialmente, em 2015; e em português, também parcialmente, em 2017.⁸⁸

Não existe, até hoje, uma edição das obras completas de Marx. A primeira tentativa foi realizada na década de 1920 sob os auspícios de David Riazanov, diretor do Instituto Marx-Engels, em Moscovo (Heinrich, 2016: 94). Riazanov entra em contacto com Karl Kautsky e August Bebel, obtendo assim vários manuscritos na posse do Partido Social-Democrata Alemão (Cerqueira, 2015: 828). Para além disso, consegue aceder a vários textos preservados por Laura Lafargue, filha de Marx, entretanto falecida (Ibid.). Segundo Hugo Cerqueira, Riazanov “montou uma ampla rede de correspondentes na Europa e estabeleceu uma intensa colaboração com o Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisa Social), de Frankfurt” (Ibid.: 828-829).

O resultado destes esforços é um projeto com a nomenclatura de MEGA (*Marx Engels Gesamtausgabe*). São publicados 11 volumes entre 1927 e 1935 (Cerqueira, 2010: 210), que englobam as obras de Marx até 1848 (Rubel, 1968a: x). É de realçar a publicação, pela primeira vez, dos *Manuscritos Económico-Filosóficos* e de *A Ideologia Alemã*, ambos em 1932 (Cerqueira, 2015: 829).⁸⁹ No entanto, este projeto é interrompido “por razões políticas” (McLellan, 1970: 210). Em 1931, Estaline ordena a prisão e a deportação de Riazanov, enquanto grande parte dos investigadores do Instituto Marx-Engels é despedida (Cerqueira, 2015: 830).⁹⁰

Deste modo, apenas os primeiros cinco volumes, publicados entre 1927 e 1930, são *oficialmente* editados por Riazanov (Cerqueira, 2010: 209). Os seis volumes remanescentes são editados por Vladimir Adoratskij, “um fiel seguidor de Stálin”, embora grande parte do trabalho tenha, de facto, sido levado a cabo por Riazanov e a sua equipa previamente (Ibid.). O projeto dos MEGA é definitivamente interrompido no ano de 1935 porque o intuito primordial do Instituto Marx-Engels deixa de ser a publicação dos textos inéditos de Marx e centra-se, ao invés, “nas tarefas associadas a educação e propaganda política” sob a égide do PCUS (Cerqueira, 2015: 830).

Deve salientar-se, ainda, a publicação dos *Grundrisse*, em dois volumes – 1939 e 1941 – na URSS. Este feito é um resqúcio do trabalho de Riazanov, que tinha descoberto o manuscrito em 1923, numa visita aos arquivos do SPD sediados em Berlim (Cerqueira, 2010: 211). Coube a Pavel Veller, ao longo dos anos 30 – mesmo após o abandono dos MEGA –

⁸⁷ Note-se que, no caso da língua portuguesa, as próprias *Teorias da Mais-Valia* só ficam disponíveis em 1980.

⁸⁸ Importa salientar que todas as traduções portuguesas mencionadas neste parágrafo dizem respeito ao Brasil. Nenhuma destas obras foi ainda publicada em Portugal.

⁸⁹ Os *Resultados do Processo de Produção Imediato* são publicados em 1933, em alemão e em russo (Sayer, 1979: 153), mas fora do âmbito dos MEGA. Todavia, apenas serão amplamente traduzidos e difundidos no período pós-2ª Guerra Mundial (Taylor & Bellofiore, 2004: 2).

⁹⁰ Riazanov acabará por ser fuzilado (Heinrich, 2016: 94).

decifrar e editar a obra até à data da sua publicação (Ibid.: 211-212). Trata-se, contudo, de uma edição bastante limitada, de tal forma que apenas três ou quatro exemplares chegam ao Ocidente (Nicolaus, 1993/1973: 7n1). Assim, na prática, a primeira edição que produz algum impacto será aquela efetuada em Berlim, em 1953 (cf; Rubel, 1968b: xc; Sayer, 1979: 151; Taylor & Bellofiore, 2004: 2).

Na década de 1950, após a morte de Estaline, o plano da edição completa das obras de Marx volta finalmente a entrar na ordem do dia em Moscovo e em Berlim Oriental (Cerqueira, 2015: 832). O Instituto do Marxismo-Leninismo germânico concretiza um projeto chamado *Marx Engels Werke* (MEW), composto por 41 volumes publicados entre 1956 e 1968 (Ibid.). Embora ainda não constituam uma edição completa, os MEW serão durante bastante tempo a “edição mais abrangente” dos escritos marxianos (Ibid.). Com efeito, servirão de base para diversas traduções, mormente para os 50 volumes dos *Marx-Engels Collected Works* (Ibid.) publicados entre 1975 e 2005.

Uma vez publicado o último volume dos MEW, o Instituto do Marxismo-Leninismo berlinense e o seu congénere moscovita começam a planear um projeto mais ambicioso que deverá abarcar a *totalidade* dos escritos de Marx e Engels. Apesar de ser um empreendimento autónomo e não uma continuação dos MEGA originais (Heinrich, 2016: 94), o projeto adota uma nomenclatura idêntica ao de Riazanov, ficando conhecido por *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* ou MEGA-2 (Cerqueira, 2015: 832).

Os volumes dos MEGA-2 começam a ser publicados em 1975; contudo, após o colapso da URSS, o Instituto Internacional de História Social (detentor de vários manuscritos de Marx), a Academia das Ciências de Berlim e a Karl Marx Haus coligam-se numa Fundação, sediada em Amsterdão, doravante responsável pela publicação dos MEGA-2 (Ibid.: 834). Inicialmente o projeto editorial contemplava a publicação de 164 volumes, mas, em virtude de dificuldades financeiras, o plano final foi reduzido para 114 volumes (Ibid.: 832). Michael Heinrich sintetiza a sua composição nos seguintes termos:

“Os MEGA[-2] estão divididos em quatro secções. A primeira secção inclui todas as obras e manuscritos com a exceção de *O Capital* (32 volumes); a segunda secção contém *O Capital* e todos os materiais preparatórios (15 volumes); a terceira secção inclui a correspondência entre Marx e Engels, assim como todas as cartas que lhes foram endereçadas por terceiros (35 volumes); e a quarta secção contém 32 volumes de extratos. Até à data, dos 114 volumes, apenas cerca de metade foram publicados. A publicação da segunda secção foi concluída em 2012. Todos os manuscritos económicos redigidos por Marx desde 1857, tal como todas as edições (...) de *O Capital* (...) estão agora disponíveis.” (Heinrich, 2016: 95)

Portanto, os MEGA-2 representam um passo importante, na medida em que, pela primeira vez, *todos* os manuscritos preparatórios de *O Capital* se encontram já publicados. Embora o escopo do projeto tenha sido reduzido em cerca de um terço, estes 114 volumes, quando estiverem inteiramente disponíveis, representarão de longe a edição mais extensa das obras de Marx. Naturalmente que o impacto deste manancial de informação apenas será maximizado quando começar a ser vertido para outras línguas.

No caso da língua portuguesa, é preciso distinguir as duas margens do Atlântico. Se é verdade que a primeira edição dos três Livros de *O Capital* data somente de 1968-70,⁹¹ um número apreciável de escritos marxianos importantes têm sido publicados no Brasil ao longo do tempo, ainda que tardiamente.⁹² Em Portugal a situação é bastante constrangedora: apenas

⁹¹ Trata-se da tradução de Reginaldo Sant’Anna. Seguiram-se as de Flávio Kothe e Regis Barbosa (a mais consensual e, por isso, utilizada nesta tese), na década de 1980, e a de Rubens Enderle já no século XXI.

⁹² O projeto mais ambicioso é seguramente aquele da Boitempo Editorial, sediada em São Paulo, iniciado em 2004 e que conta já com duas dezenas de obras traduzidas diretamente dos originais em alemão.

em 2017 (!) ficou disponível nos escaparates uma tradução completa e fiável dos três Livros de *O Capital*, sob a direção de José Barata Moura e Francisco Melo.⁹³ Textos absolutamente fundamentais como os *Grundrisse*, o *Manuscrito Económico de 1861-63* ou as *Teorias da Mais-Valia* nunca foram publicados. Os MEGA-2 poderiam servir de pretexto para colmatar estas (e outras) insuficiências nos próximos anos. Aguardemos.

Adenda 2: O papel de Engels e do(s) marxismo(s) na vulgarização de Marx

Na sequência do que foi exposto na Adenda 1, importa reter que “o marxismo se desenvolveu numa época em que o conhecimento dos escritos de Marx era repleto de lacunas e, por isso mesmo, parcial e inadequado” (Cerqueira, 2015: 826). Este vazio foi preenchido pelo seu melhor amigo: “A figura-chave na história da receção” do pensamento “de Marx não foi de modo algum Marx, mas Engels” (P. Thomas, 1999: 36).

Através dos numerosos prefácios que assinou e das suas obras tardias – tidas como equivalentes em termos de importância àquelas do próprio Marx – Engels difundiu uma interpretação vulgarizadora dos escritos marxianos que foi canonizada no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (Ibid.: 39-40). A versão simplificada do *marxismo construído por Engels* provou ser bastante influente entre “os partidos Social-Democratas por toda a Europa” (Sayer, 1987: 5-6). Em especial, o livro *Socialismo Utópico e Científico*, que em 1892 já estava traduzido em dez línguas (P. Thomas, 1999: 39), desempenhou um papel fulcral na codificação do chamado *materialismo histórico*, “expressão jamais empregada por Marx” (Cerqueira, 2015: 826).⁹⁴

Esta doutrina assente num materialismo cru e determinista, completamente alheia a Marx, cristalizou-se “durante os anos da 2ª Internacional (1885-1914)” (P. Thomas, 1999: 32) através das reflexões de teóricos como Mehring, Plekhanov, Labriola ou Kautsky (Cerqueira, 2015: 826). Assim, por exemplo, quando *A Ideologia Alemã* vê finalmente a luz do dia, em 1932, o materialismo histórico já era uma doutrina “consagrada” com “os seus livros fundamentais, há muito canonizados”, pelo que a obra de Marx foi lida com as lentes da “ortodoxia” (P. Thomas, 1999: 32-33).

Leszek Kolakowski constata que em nenhum lugar o legado de Engels se firmou com tamanha veemência quanto em terras czaristas: as “linhas gerais” do pensamento engelsiano eram encaradas pelos marxistas russos como a “filosofia marxista *par excellence*” (Kolakowski, 1978a: 400). Com efeito, a vulgarização, sedimentação e ossificação definitivas do marxismo ocorreram na URSS sob a égide filosófica do “materialismo dialético” (P. Thomas, 1999: 40).

Embora grande parte dos textos de Marx permanecessem inéditos, e mesmo muitos daqueles publicados se tivessem tornado autênticos “itens de colecionador”, a prioridade do regime bolchevique recaiu sobre a publicação imediata de *A Dialética da Natureza* (Ibid.: 35). Trata-se de um manuscrito inacabado da autoria de Engels que foi prontamente traduzido e difundido em várias línguas (Ibid.). O Politburo conferiu a Engels o estatuto de “pai fundador” em pé de igualdade com Marx, caucionando desse modo a sua teoria (Ibid.: 37).

A razão desta atitude é evidente: os textos de Engels “provaram ser muito mais assimiláveis (...) à ortodoxia Marxista-Leninista” e “imediatamente popularizáveis” (Ibid.: 35). Os marxistas soviéticos fabricaram *literalmente* a suposta continuidade – e, inclusive, *identidade* – entre as teorias de Marx e Engels. O desconhecimento dos diversos manuscritos

⁹³ A única versão anterior dos três Livros de *O Capital* data de 1974 (António Dias Gomes, Delfos). Porém, conforme salienta João Bernardo, essa edição padece de vários problemas sérios: i) embora afirme ser uma tradução feita a partir dos textos originais em alemão, é evidente que tomou por base a tradução francesa das Éditions Sociales; ii) embora professe ser uma “versão integral”, são omitidas, sem qualquer advertência, várias dezenas de páginas; iii) diversos conceitos-chave são manifestamente mal traduzidos (cf. Bernardo, 1977a: 6-8).

⁹⁴ Cf. 1.5 para uma discussão crítica do materialismo de Marx, que possui um cariz eminentemente *social*.

preparatórios de *O Capital* facilitou a ocultação da discrepância gritante entre ambos: enquanto Marx utiliza a dialética para analisar um objeto de estudo específico, o modo de produção capitalista,⁹⁵ Engels proclama a descoberta das (pretensas) leis universais da dialética que regem a realidade social e natural em todas as suas épocas históricas (Ibid.: 41).

O marxismo *engelsiano* será, então, imputado a Marx e, para além disso, amalgamado com as teorias de Lenine e Estaline, igualmente adicionados à galeria de figuras notáveis e, portanto, veneráveis (Ibid.: 37 e 53). O *diamat* converter-se-á no dogma esclerosado, isto é, na ideologia oficial, de todos os regimes do socialismo real e que não admitirá qualquer espécie de contestação (Cerqueira, 2015: 827).⁹⁶ E, como é sabido, mediante o ascendente obtido no seio do movimento operário, o “Marxismo-Leninismo” influenciará a receção da teoria marxiana em todo o mundo ao longo do século XX.

Conforme frisa Paul Thomas, “o paradoxo com que nos deparamos é que o corpo teórico ao qual os marxistas constantemente apelam não foi necessariamente construído pelos escritos de Marx”, pois esse “cânone desenvolveu-se não tanto a partir do que Marx escreveu mas a partir do que foi construído à sua volta” (P. Thomas, 1999: 32). Num certo sentido, “se por «receção de Marx» for entendida a apreciação fiel e desinteressada das suas ideias, então poderá concluir-se” que esta “ainda está por ser feita” (Ibid.). Porém, há razões para estar cautelosamente otimista:

“Hoje em dia, (...) estamos finalmente numa melhor posição do que estavam os nossos predecessores para confrontar, julgar e aplicar os escritos de Marx, pela simples razão de que mais textos estão disponíveis, em edições mais confiáveis, do que nunca. O estudo sério de Marx é finalmente uma possibilidade real. (...) As teorias e as doutrinas não se interpretam a si mesmas. Eles precisam de ser interpretadas. (...) Mas temos todas as razões para que as suas palavras sejam ouvidas. No passado elas foram abafadas ou deturpadas, tanto por amigos como por inimigos”. (Ibid.: 51)

Os próximos quatro capítulos procuram justamente dar um contributo (modesto) para esta (re)interpretação necessária e urgente de Marx, cuja teoria acredito ser mais atual do que no momento em que foi elaborada.

⁹⁵ Na sua perspetiva, o método é indissociável do objeto de estudo (Cf. Corazza, 1996; Grespan, 2002; Müller, 1982; Prado, 2015).

⁹⁶ Mesmo quando se assiste finalmente à “publicação de obras como os *Manuscritos Económico-Filosóficos* e os *Grundrisse*”, claramente “incompatíveis com o sentido já estabelecido da elaboração teórica de Marx” (Cerqueira, 2015: 827).

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 1 – O Capital. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital

O Livro Primeiro de *O Capital* foi o único que Marx concluiu durante a sua vida, tendo a primeira edição alemã sido publicada em 1867. Na perspectiva de Marx, a produção é o elemento-chave para o entendimento dos demais aspetos da *sociedade burguesa*, daí ter decidido consagrar-lhe o primeiro volume da sua *magnum opus* (Mandel, 1982/1976: 32-33), cujo subtítulo é precisamente “O Processo de Produção do Capital”.

Segundo Geert Reuten, este subtítulo traduz “o objeto bipartido do livro que é, em primeiro lugar, uma descrição da *forma* da produção capitalista – (...) em contraposição a outros modos de produção – e, em segundo lugar, a produção do próprio capital – isto é, a sua continuidade” (Reuten, 2004: 117, itálico no original). Assim, por um lado, a especificidade da produção capitalista é a produção de valor económico e, particularmente, de mais-valia; por outro lado, a reprodução – em escala alargada – da economia capitalista exige o reinvestimento de parte dessa mais-valia, conducente à *acumulação* de capital (Ibid.).

Na primeira secção, Marx analisa a mercadoria, a forma historicamente específica da riqueza capitalista. O autor descreve a mercadoria como a unidade contraditória de valor de uso e de valor, que é reconduzível à natureza bífida do trabalho que a produziu: trabalho concreto e trabalho abstrato. Marx deduz o dinheiro da forma-mercadoria: para que a troca seja possível, o valor tem de adquirir uma figura autónoma como valor de troca – como dinheiro.

De acordo com Marx, todas estas categorias ilustram o *fetichismo* inerente ao modo de produção capitalista: os seres humanos são dominados pelo funcionamento autónomo das categorias económicas, ficando reféns de uma lógica autotélica que executa a síntese social por detrás das suas costas. O fetichismo é patente na caracterização singular que Marx faz do capital “como uma substância automovida ou *sujeito* que passa por um processo de autovalorização” (Taylor & Bellofiore, 2004: 12, itálico no original). Por outras palavras, o capital é o “*valor em processo*” (Ibid., itálico no original), o “*movimento contínuo de autovalorização do valor*” (Ibid.: 7, itálico no original),

A fórmula geral do capital é dada por $D - M - D'$, i.e., Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro. O apóstrofo no último D representa o dinheiro adiantado como capital acrescido de um excedente. Marx chama *mais-valia* a esse valor excedente. A produção capitalista apenas faz sentido se a quantidade de dinheiro obtida com a venda das mercadorias for superior à soma de dinheiro adiantada para adquirir os meios de produção e contratar os trabalhadores (Bellofiore, 2004: 174).

Marx descortina a origem da mais-valia no carácter especial da mercadoria que o operário vende ao capitalista: a *força de trabalho*. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na sua capacidade de produzir novo valor (Mandel, 1982/1976: 33). O operário realiza não apenas o *trabalho necessário* para repor o valor da sua força de trabalho – o salário –, como também uma parcela de trabalho *excedente*; esse tempo de *mais-trabalho* é a fonte da mais-valia. É evidente, portanto, a “«*formação*» ou «*constituição*» (...) do capital enquanto *relação social específica*” (Taylor & Bellofiore, 2004: 6, itálico no original). O capital apenas pode existir “com base na exploração do trabalho” (Ibid.: 1).

O traço distintivo do capitalismo é a subordinação do metabolismo entre os seres humanos e a Natureza à forma-valor. Desta maneira, para além de ser um processo de (re)produção material,

“o processo de produção capitalista é ao mesmo tempo um processo de produção de valor, um processo de produção de mais-valia, um processo de produção de capital e um processo de produção e constante reprodução das relações sociais antagonísticas básicas: a relação entre trabalho assalariado e capital, a compulsão do proletariado para vender a

sua força de trabalho aos capitalistas, a compulsão dos capitalistas para acumularem capital e, portanto, maximizarem a extorsão de mais-valia dos trabalhadores.” (Mandel, 1982/1976: 33)

A necessidade de expansão contínua está inscrita no ADN do capital. Uma parte da mais-valia – aquela que não é consumida improdutivamente pela classe capitalista – é necessariamente

“transformada em capital adicional ao ser utilizada para comprar edifícios e maquinaria adicionais, matérias-primas adicionais e força de trabalho adicional. Este é, portanto, o processo de acumulação do capital: a transformação da mais-valia em capital adicional, que pode produzir novos incrementos de mais-valia, conduzindo a novos incrementos do capital. O movimento desenvolve-se sob a forma de uma espiral”. (Ibid.: 61)

Em suma, através do reinvestimento produtivo da mais-valia o capital reproduz-se a si mesmo numa escala alargada, de modo que “o resultado da atividade produtiva é (...) a perpetuação do movimento de autovalorização do capital” (Taylor & Bellofiore, 2004: 14).

1.1 – A mercadoria

“Todo começo é difícil (...). O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior”. (Marx, 1996a/1867: 129)

1.1.1 – Valor de uso, valor e valor de troca

Em *O Capital* Marx começa por analisar a mercadoria, a “forma elementar” (Marx, 1996a/1867: 165) ou “celular” (Ibid.: 130) da riqueza na sociedade *capitalista*. A mercadoria possui uma dupla natureza (vd. Figura 1.1 na página seguinte). Em primeiro lugar, a mercadoria é um determinado objeto que “pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas” (Ibid.: 165), ou seja, ela é um *valor de uso*. O valor de uso decorre da natureza física, corpórea da mercadoria. O valor de uso é portanto “o conteúdo material da riqueza” (Ibid.: 166).⁹⁷

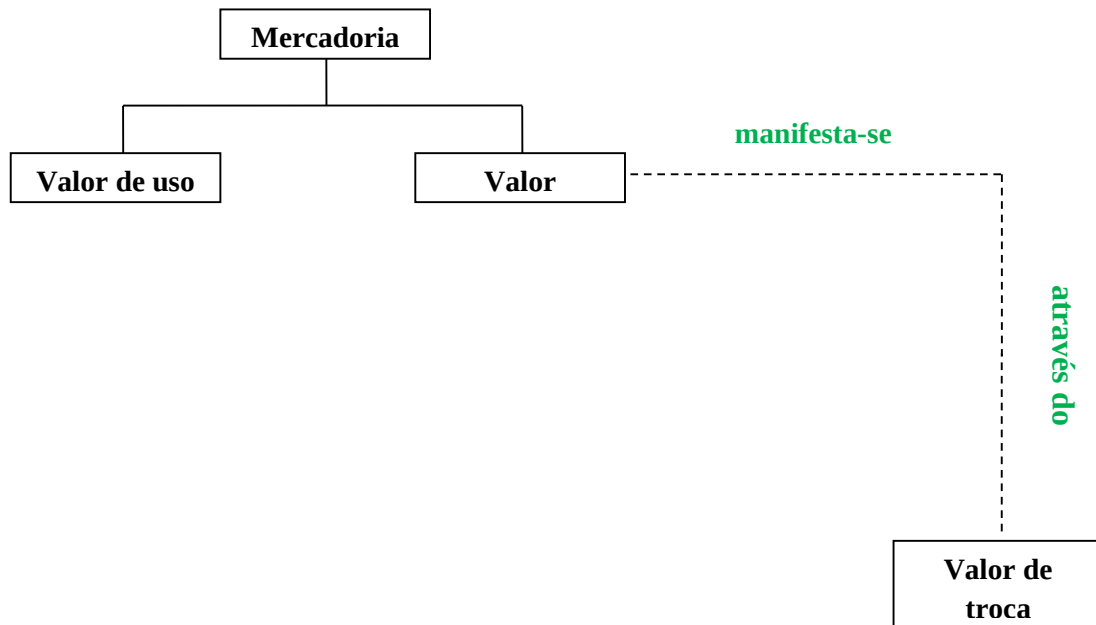
Em segundo lugar, a mercadoria é simultaneamente um *valor de troca*. O valor de troca exprime “a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie” (Ibid.). Por exemplo, *x* quilos de açúcar trocam-se por *y* litros de leite. Mas, de acordo com Marx, os valores de troca das várias mercadorias “expressam algo igual”; o valor de troca é somente “o modo de expressão, a «forma de manifestação» de um conteúdo dele distinguível”: o *valor* (Ibid.). Em “Salário, Preço e Lucro”, Marx apresenta o problema da seguinte forma:

“A primeira pergunta que temos de fazer é esta: Que é o *valor* de uma mercadoria? Como se determina esse valor? À primeira vista, parecerá que o valor de uma mercadoria é algo completamente *relativo*, que não se pode determinar sem pôr uma mercadoria em relação com todas as outras. (...) Isso, porém, conduz-nos a perguntar: como se regulam as proporções em que umas mercadorias se trocam por outras? (...) Tomemos uma única mercadoria, por exemplo, o trigo, e veremos que um *quarter* de trigo se permuta, numa

⁹⁷ “Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso formam sempre seu conteúdo” (Marx, 1982a/1859: 31). Para Marx, o valor de uso é, portanto, uma categoria transhistórica. Cf. 1.6.4.4 para uma crítica deste entendimento ontológico do valor de uso.

série quase infinita de graus de proporção, por diferentes mercadorias. E, sem embargo, *como o seu valor é sempre o mesmo*, quer se expresse em seda, em ouro, ou outra qualquer mercadoria, esse valor tem que ser alguma coisa distinto e independente dessas *diversas proporções* em que se troca por outros artigos.” (Marx, 1996c/1865: 91, itálico no original)

Figura 1.1 – A mercadoria: valor de uso, valor e valor de troca⁹⁸



Marx prossegue:

“De resto, quando digo que um *quarter* de trigo se troca por ferro numa determinada proporção ou que o valor de um *quarter* de trigo se expressa numa determinada quantidade de ferro, digo que o valor do trigo ou seu equivalente em ferro são iguais a *uma terceira coisa*, que não é trigo nem ferro (...). Portanto, cada um desses dois objetos (...) deve poder reduzir-se (...) àquela terceira coisa, que é a medida comum de ambos.” (Ibid., itálico no original)

Para sermos mais rigorosos devemos dizer, então, que a mercadoria é *a unidade de valor de uso e valor*. Marx explica que para podermos trocar duas mercadorias (por exemplo, o açúcar pelo leite) elas têm de possuir algo em comum, um terceiro elemento ao qual são redutíveis. Esse elemento é justamente o valor (Marx, 1996a/1867: 167).⁹⁹ Assim, as mercadorias são trocadas – i.e., possuem um determinado valor de troca – porque são, antes de mais, valores. O valor de uma mercadoria não tem rigorosamente nada a ver com as suas propriedades físicas ou naturais, que lhe conferem uma determinada utilidade; a troca de duas

⁹⁸ Apresentarei várias versões deste esquema ao longo da secção 1.1. A sua complexidade aumentará à medida que formos avançando na análise da forma mercadoria empreendida por Marx.

⁹⁹ Nas “Notas sobre Wagner”, um dos últimos textos que escreveu antes da sua morte, Marx volta a ser concludente a este respeito: “a *forma social concreta* do produto do trabalho, da *mercadoria*, é por um lado valor de uso e por outro lado «valor», não valor de troca, posto que este é uma simples *forma* de manifestação [do valor] e não seu próprio *conteúdo*” (Marx, 2011a/1881: 174; Marx, 2002/1881: 242, itálico no original, tradução modificada). Mais à frente acrescenta: “para mim o «valor» de uma mercadoria não é nem seu valor de uso nem seu valor de troca” (Marx, 2011a/1881: 175; Marx, 2002/1881: 242).

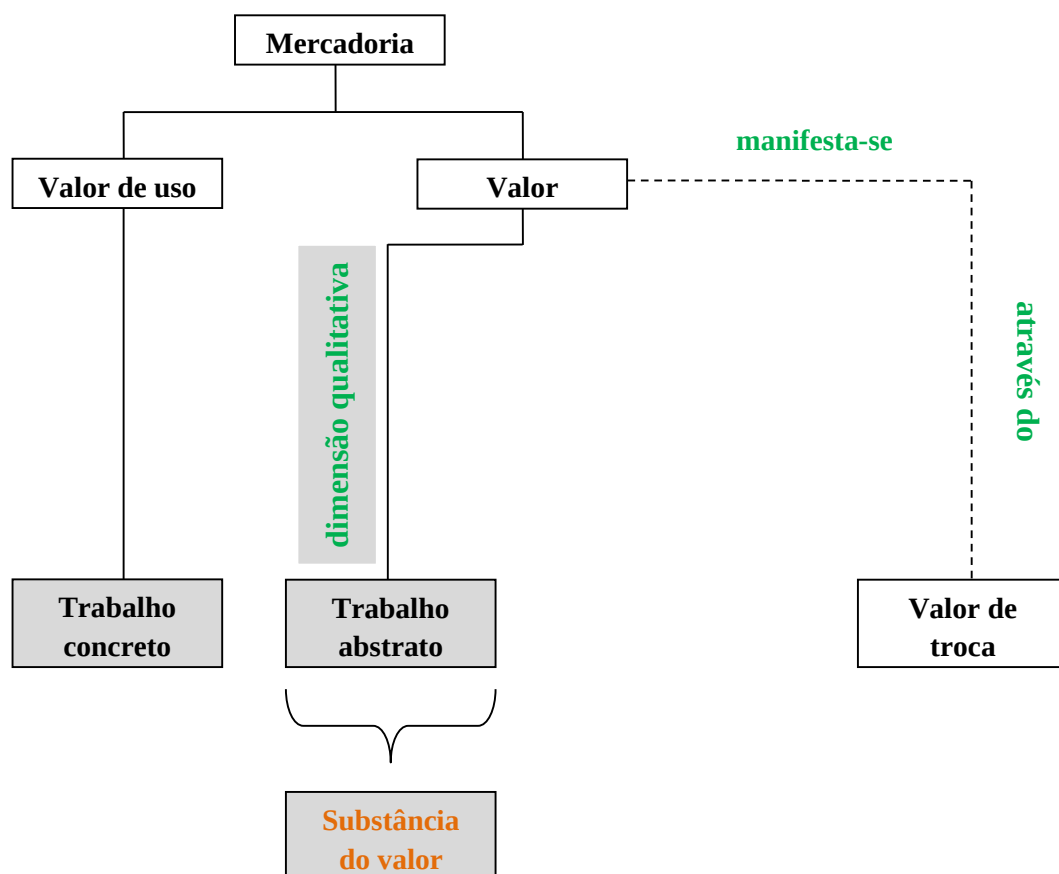
mercadorias implica precisamente uma abstração relativamente à sua realidade enquanto valores de uso (Ibid.). Procuremos então descortinar a origem do valor das mercadorias.

1.1.2 – Trabalho concreto e trabalho abstrato (substância do valor)

1.1.2.1 – Aproximação à problemática

De acordo com Marx, no capitalismo o trabalho possui igualmente uma natureza bífida (vd. Figura 1.2). Na medida em que produz valores de uso é um *trabalho concreto*. Valores de uso distintos (pão, cadeiras, etc.) exigem trabalhos “qualitativamente diferentes” (Ibid.: 171). O trabalho concreto produz, pois, “riqueza material” (Ibid.: 172), concreta. Marx salienta que o trabalho concreto é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Ibid.).¹⁰⁰

Figura 1.2 – Trabalho concreto e trabalho abstrato



Como observámos em 1.1.1, o valor de uma mercadoria não tem qualquer relação com os seus atributos corpóreos de valor de uso; por conseguinte, o valor não pode ser produzido pelo trabalho concreto. Constatámos também que a troca de duas mercadorias pressupõe justamente que os seus atributos naturais sejam abstraídos. Ora, se abstrairmos das suas

¹⁰⁰ Note-se que estamos perante uma noção transhistórica de trabalho altamente discutível. Nesta aceção, apenas o trabalho abstrato, discutido mais à frente no corpo do texto, seria uma categoria historicamente específica da modernidade capitalista. Todavia, esta não é uma questão isenta de ambiguidades em Marx. Como veremos em 1.6, a noção marxiana de trabalho é vacilante e, por vezes, contraditória.

propriedades físicas distintas, apenas subjaz uma característica comum a todas as mercadorias – o facto de “serem produtos do trabalho” *indiferenciado* (Ibid.: 167).

“Quando consideramos as *mercadorias como valores*, vemo-las somente sob o aspeto de *trabalho social realizado, plasmado*, ou, se assim quiserdes, *cristalizado*. Consideradas desse modo, só podem *distinguir-se* umas das outras enquanto representem quantidades maiores ou menores de trabalho. (...) Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem *um valor* por ser uma *cristalização de um trabalho social*.” (Marx, 1996c/1865: 92, itálico no original)

Este trabalho social não é, contudo, um trabalho específico (do carpinteiro, do tecelão, etc.). Enquanto valores, todas as “qualidades sensoriais” (Marx, 1996a/1867: 167) das mercadorias e todas as “formas concretas” dos trabalhos que as produziram são apagadas (Ibid.: 168). Portanto, para que as mercadorias possam adquirir a qualidade de valores – e, assim, ser trocadas –, os trabalhos qualitativamente distintos despendidos na sua produção têm de ser reduzidos, *prática e socialmente*, a “igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Ibid.).¹⁰¹

Consequentemente, o trabalho que produz valores é um *trabalho abstrato*. O trabalho abstrato é “a *substância social* comum a todas as mercadorias” (Marx, 1996c/1865: 92, itálico no original); ou, por outras palavras, o trabalho abstrato é a *substância* do valor.¹⁰² No trabalho abstrato são eliminadas todas as determinações particulares da “atividade produtiva”; o trabalho conta apenas enquanto “dispêndio de força humana de trabalho” *sans phrase*, ou seja, enquanto mero “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.” (Marx, 1996a/1867: 173).

De acordo com Marx, na qualidade de valores as mercadorias representam uma

“objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis”. (Ibid.: 168)

Podemos rematar que, à semelhança da mercadoria, o trabalho também possui uma dupla natureza. Por um lado, é *trabalho concreto*, i.e., uma atividade específica que produz um certo valor de uso. Por outro lado, é *trabalho abstrato*, i.e., trabalho humano indiferenciado que produz valor. Note-se, contudo, que não se tratam de dois processos de trabalho diferentes: o trabalho é *simultaneamente* concreto e abstrato: “o *mesmo* trabalho expressa-se (*is specified*) de uma maneira diferente e inclusive contraditória” (Marx, 1976/1867: 8-9, itálico no original).¹⁰³

¹⁰¹ Isto significa que o trabalho abstrato não é um mero conceito ou generalização mental daquilo que é comum a todos os trabalhos concretos. É a *prática social peculiar* capitalista que reduz efetivamente o trabalho a uma substância homogênea. Dito de outro modo: o trabalho abstrato é uma abstração *real*.

¹⁰² “O valor – que não deverá confundir-se com o valor de troca – é uma quantidade determinada de trabalho abstrato «contido» numa mercadoria” (Jappe, 2006: 27).

¹⁰³ “O trabalho não começa por ser concreto, para depois se tornar abstrato. (...) Segundo a teoria marxiana da duplicação, na produção de mercadorias *todo* o trabalho é *ao mesmo tempo* abstrato e concreto (...). Qualquer trabalho criador de mercadorias é sempre inevitavelmente abstrato e concreto” (Jappe, 2006: 42-43, itálico no original).

1.1.2.2 – O trabalho abstrato como mecanismo redutor social

Vimos na introdução biobibliográfica que Marx elege o caráter dual do trabalho como um dos seus principais contributos teóricos. De facto, conforme salienta Callinicos, “a distinção entre trabalho abstrato/valor e trabalho concreto/valor de uso organiza todo o discurso do Livro Primeiro de *O Capital*” (Callinicos, 2014: 162). Por isso, é importante determo-nos com um certo grau de minúcia neste binómio conceptual.

Em especial, a apreensão das peculiaridades da teoria marxiana do valor – quando comparada com a teoria clássica ou com a “teoria do preço” da *economics* – depende do entendimento adequado da categoria trabalho abstrato. Podemos afirmar, sem risco de exagero, que esta categoria é o sustentáculo da crítica da economia política, pois, na ótica de Marx, “o valor (...) e o processo de valorização do capital, «no seu proceder», fundamentam-se substancialmente na relação de produção universal do trabalho abstrato” (Krahl, 1978/1971: 56).¹⁰⁴

Todavia, a noção de trabalho abstrato tem sido alvo, ao longo dos anos, de diversos mal-entendidos que urge desmistificar. Uma dessas leituras equivocadas interpreta o trabalho abstrato como uma mera “generalização” mental daquilo que é comum aos vários trabalhos concretos, portanto, como um mero constructo conceptual e *artificial* produzido na cabeça do teórico (Colletti, 2011/1974: 62 e 66; cf. Best, 2010: 17; Pilling, 1980: 31).

Ora, segundo Marx, pelo contrário, “o trabalho abstrato não é o resultado de uma abstração mental reconduzível a operações (...) de um sujeito de conhecimento”, mas “carateriza-se como ato afetivo de abstração” social (Tosel, 2002: 324). Por outras palavras, “o trabalho abstrato apenas pode tornar-se um conceito (...) útil para o teórico *porque* existe enquanto (...) realidade na sociedade mercantil” (Best, 2010: 18, *italico no original*).¹⁰⁵ João Esteves da Silva captura o nó da questão nos seguintes termos:

“Se a teoria de Marx não se resume à determinação quantitativa do valor pelo tempo de trabalho, à maneira de Ricardo, ela só adquire sentido quando se descortina o mecanismo [social, NM] redutor objetivo que constitui historicamente o trabalho abstrato como realidade social efetiva, verdade prática (...). Este mecanismo redutor objetivo (...) é (...) [uma, NM] abstração real; é na própria realidade social, na trama de relações que se instauram entre os homens, entre si e com os produtos do seu trabalho, que (...) se constituem novos modos de ser que adquirem o estatuto de uma realidade sensível/suprassensível”. (Silva, 2006: 85)

No coração do modo de produção capitalista encontra-se um “mecanismo de abstração (...) historicamente específico” (Best, 2010: 17), cujo funcionamento assegura que “*todo o trabalho humano particular é esvaziado das suas caraterísticas específicas e reduzido a trabalho simples e universal*” (Ibid.: 16, *italico no original*). Deste modo, o “movimento que conduz (...) ao trabalho [abstrato, NM] como substância do valor não é uma generalização [mental, NM], mas uma *redução*” social (Fausto, 1987a: 150, *italico no original*) operada pela economia burguesa.¹⁰⁶

As múltiplas atividades concretas são *aprioristicamente* enclausuradas numa matriz fetichista e *reduzidas* ao “puro dispêndio de trabalho” uniforme em virtude da completa “indiferença relativamente aos conteúdos” (Tosel, 2002: 324). Sob a égide deste mecanismo

¹⁰⁴ Neste sentido, o trabalho abstrato está no cerne da *identidade* entre a teorização do valor e do fetichismo em Marx.

¹⁰⁵ “[É] o capital, e não (...) Marx, que subordina a atividade concreta (...) ao dispêndio de tempo de trabalho” abstrato (Clarke, 1991: 117).

¹⁰⁶ “[O] trabalho abstrato é um conceito histórico e social. *O trabalho abstrato não exprime uma igualdade psicológica de várias formas de trabalho, mas uma igualação social de diferentes formas de trabalho*” (Rubin, 1987/1928: 86-87, *italico no original*).

abstrativo passa-se “de um universo qualitativamente diverso a um universo sem qualidade ou de qualidade homogênea” (Fausto, 1987a: 151).

Este universo substancial – aquele do trabalho abstrato e do valor que este produz – possui um tipo de objetividade “deveras especial”, “espectral” (Colletti, 2011/1974: 67). Contudo, esta objetividade suprassensível é *socialmente sintética* (cf. Sohn-Rethel, 1978/1970), quer dizer, constitui o “laço social” especificamente hodierno (Tosel, 2002: 325). A objetividade puramente *social* do valor ergue-se “como uma entidade autônoma que guia o desenvolvimento da estrutura capitalista inteira” (Best, 2010: 21) e, assim, rege a vida dos seres humanos atrelados a essa forma de fetichismo.¹⁰⁷

De acordo com o que foi exposto nos parágrafos precedentes, importa reter que, na perspectiva de Marx, o trabalho abstrato representa uma “abstração real” (Fausto, 1987a: 89) que é levada a cabo “pelo próprio processo social” capitalista (Prado, 2015: 64).¹⁰⁸ Na modernidade burguesa qualquer trabalho *específico* despendido é automática e simultaneamente *abstrato* porque já está inserido num determinado modo de produção que é uma totalidade *abstrativa*.

Esta matriz social redutora apriorística é um mecanismo objetivo que abstrai *praticamente* as características distintivas dos múltiplos trabalhos que, por conseguinte, são reduzidos “*unilateralmente*” (Cooney, 2014: 5, itálico nosso) a puro dispêndio *abstrato* e *homogêneo* de energia humana.¹⁰⁹ Assim, a categoria – a abstração *mental* – empregada por Marx limita-se a *reproduzir* teoricamente a abstração real do trabalho efetuada quotidianamente pela economia capitalista (Fausto, 1987a: 123).

1.1.2.3 – Trabalho abstrato: produção vs. mercado

Outra interpretação equivocada é aquela que desloca, paradoxalmente, o trabalho abstrato para a esfera da circulação. Conforme observa Andrew Kliman, de acordo com esta leitura, partilhada por muitos autoproclamados marxistas, “um ato de trabalho devém abstrato (ou completamente abstrato) apenas quando o seu produto é subsequentemente trocado” (Kliman, 2007: 36). Seria apenas o mercado que tornaria “os trabalhos, de outro modo concretos, (...) homogêneos e abstratos” (McGlone & Kliman, 2004: 136).

Portanto, os trabalhos *despendidos* no momento da produção seriam *exclusivamente* concretos, pelo que somente no momento da troca deviriam trabalho abstrato.¹¹⁰ O problema desta leitura é evidente: se “a origem do valor é deslocada (...) do trabalho que os operários efetivamente realizam para o mercado”, então “a determinação do valor pelo tempo de trabalho torna-se (...) desprovida de sentido” (Ibid.: 135), visto que “o valor é criado se e quando a mercadoria é vendida” (Kliman, 2007: 37).

Ora, constatámos em 1.1.2.1 que a categoria dual de Marx enuncia que, no modo de produção capitalista, o trabalho “é *imediatamente* abstrato” e “concreto”; ou seja, o operário “realiza trabalho abstrato e concreto no mesmo ato” (McGlone & Kliman, 2004: 141, itálico no original) para criar mercadorias – unidades de *valor* e valor de uso. Neste sentido, a coerência lógica impõe a seguinte conclusão: “se o valor é criado na produção, então o trabalho deve já ser abstrato nesse momento, antes da troca do seu produto” (Ibid.: 137). Em síntese, “o ato de troca apenas *expressa* o valor que as mercadorias têm *antes* e independentemente desse ato” (Kliman, 2000: 94, itálico nosso).

¹⁰⁷ No decurso da 1ª Parte, constataremos que a reprodução do capital nada mais é do que a reprodução (alargada) das relações sociais de valor.

¹⁰⁸ Trata-se de “uma abstração do próprio sistema capitalista” (H. Williams, 1989: 160).

¹⁰⁹ Esta utilização da noção de matriz *a priori* deve bastante a Robert Kurz, conforme se verá no capítulo 7.

¹¹⁰ Como veremos adiante, é verdade que na troca as mercadorias são *equiparadas* como produtos do mesmo trabalho indiferenciado. Todavia, é precisamente porque são produtos do trabalho abstrato que elas podem ser trocadas no mercado. *As mercadorias são trocadas porque são valores; não são valores porque são trocadas.*

Ted McGlone e Andrew Kliman destacam três “dimensões” fundamentais da produção capitalista “que tornam o trabalho abstrato” (McGlone & Kliman, 2004: 144). Em primeiro lugar, antecipando um conceito que será tratado adiante (cf. 1.1.3), os autores destacam o papel do “tempo de trabalho socialmente necessário enquanto norma *ativa* que regula a produção” (Ibid., *itálico no original*). Basicamente trata-se de uma compulsão temporal objetiva difundida pela concorrência entre os capitais; apenas o trabalho que respeita o padrão médio de produtividade social é formador de valor. Assim,

“o trabalho torna-se abstrato ao ser subjugado pelas exigências do tempo de trabalho socialmente necessário. (...) Cada produto tem valor apenas na medida em que o tempo de trabalho despendido no seu fabrico não exceder a média social. A concorrência assegura que aqueles capitais que não cumprem este padrão perecem; aqueles que sobrevivem devem de facto cumpri-lo. (...) O tempo de trabalho socialmente necessário revela ser uma norma *ativa* que regula a sua produção. (...) [O]s capitais devem, portanto, reorganizar o processo de trabalho em consonância com o tempo de trabalho socialmente necessário. (...) *Tempo é dinheiro*. (...) Aquilo que cada empresa exige, e deve exigir, dos seus operários é o máximo esforço por unidade de tempo. (...) Em suma, embora o tempo de trabalho socialmente necessário seja, como toda a média, uma abstração, ele possui um poder real sobre os capitalistas e sobre os trabalhadores. O processo de produção, e a atividade dos operários, são continuamente estruturados e reestruturados de acordo com esta abstração e, assim, tornados eles próprios abstratos.” (Ibid.: 145-146, *itálico no original*)

O tempo de trabalho socialmente necessário torna-se um capataz onnipresente e onnipotente ao ser introjetado pelos operários, conforme salienta Hans-Jürgen Krahel:

“Interiorizar a violência económica significa, antes de tudo, interiorizar as normas laborais na consciência do tempo (...). O tempo de trabalho é tempo reificado, reduzido ao seu contrário, ao espaço, a pura extensão quantitativa. (...) O tempo – o locus da vida e da história – inverte-se no seu contrário, numa cega lei da natureza. Os seres humanos não realizam a sua essência no tempo, mas, ao invés, o tempo, com «naturalidade» fatal, subsume os seres humanos em si (...) [A] reificação do tempo de vida em tempo de trabalho puramente quantitativo (...) é condição de possibilidade da lei geral do valor, do valor que se valoriza.” (Krahel, 1978/1971: 91-92)

Krahel acaba de colocar o dedo na ferida: a segunda dimensão da produção capitalista que torna o trabalho abstrato é o seu “propósito” (McGlone & Kliman, 2004: 144). A valorização do valor origina uma indiferença em relação ao conteúdo concreto dos trabalhos:

“[T]anto o capitalista como o operário são indiferentes à natureza concreta do trabalho (...). Enquanto personificações do capital, os capitalistas (...) almejam (...) expandir o valor do seu capital mediante a geração de novo valor. É verdade que o valor deve ser «portado» por algum valor de uso, mas o valor de uso particular é irrelevante para o capitalista, conforme prova a mobilidade do capital. (...) [O]s operários são também indiferentes à natureza concreta do seu trabalho (...) porque são incorporados num processo de produção já existente e funcionando como um elemento alheio. O processo não serve as suas necessidades porque não está vocacionado para isso.” (Ibid.: 144-145)

Portanto, na modernidade o cariz específico das atividades é, por um lado, indiferente ao capitalista na qualidade de funcionário do capital interessado somente na sua valorização, e, por outro lado, indiferente ao operário, na medida que a sua preocupação se prende com a obtenção de um salário para assegurar a subsistência. Acresce ainda, de um modo geral, a indiferença da sociedade capitalista no seu conjunto relativamente ao caráter concreto dos

trabalhos e das mercadorias: lança-rockets e bombons de chocolate – assim como os trabalhos que os produzem – são vetores de valor *igualmente válidos*.

Finalmente, em terceiro lugar, a indiferença referida está intimamente associada à inversão *real* entre trabalho concreto e abstrato. Na sociedade capitalista, o trabalho abstrato é a “essência do trabalho” (Saad Filho, 2002: 10), enquanto os trabalhos concretos são remetidos para o papel de *portadores* (Arthur, 2004: 170) ou formas de *manifestação* dessa essência (Cooney, 2014: 6). Nas palavras de João Esteves da Silva,

“o trabalho concreto converte-se no modo de aparecer do trabalho abstrato. É aí que reside todo o segredo da socialização pela abstração (...). Isto significa que qualquer trabalho concreto, seja qual for a sua natureza, só vale socialmente como parte alíquota do trabalho abstrato socialmente necessário. A abstração passa a funcionar como medida da existência social do concreto.” (Silva, 2006: 93)

Esta questão será tratada na secção sobre o fetichismo (cf. 1.1.5), mas note-se que a inversão entre trabalho concreto e abstrato constitui simultaneamente uma inversão fetichista entre sujeito e predicado lógico. Através de uma “*hipostasiação real*” (Bellofiore, 2016: 53, *itálico no original*), o trabalho abstrato transforma-se no “verdadeiro sujeito (...), enquanto os *trabalhadores (...)* são *meros predicados*” (Bellofiore, 2014: 180, *itálico no original*). Visto que “o trabalho de cada indivíduo possui (...) validade (...) apenas se obedecer às leis objetivas deste processo de trabalho social”, o modo de produção ganha “independência” relativamente aos seres humanos “que o levam a cabo” (Pilling, 1980: 35).

O facto de o trabalho abstrato ser uma “atividade real” (Colletti, 2011/1974: 67), incrustada no modo de *produção* capitalista, resulta evidente quando essa (re)produção peculiar é comparada com a (re)produção de sociedades pré-modernas. Se considerarmos o exemplo do camponês medieval, verificamos que, ao contrário do que sucede no caso do trabalhador assalariado moderno:

- i) A sua vida obedecia a um esquema cíclico, pontuado por numerosos feriados dedicados a celebrações religiosas. Dado que o camponês não vendia a sua força de trabalho, a sazonalidade e a correspondente intermitência da ocupação eram a regra;
- ii) O tempo despendido nas suas atividades não era contabilizado, pelo que o ritmo das mesmas não obedecia a um padrão compulsório objetivo,¹¹¹ mas era regulado por normas tradicionais e culturais imutáveis;
- iii) A produção visava a satisfação de necessidades concretas, de maneira que era completamente alheia à maximização abstrata da produtividade em termos do *output* por cada hora de atividade;
- iv) Visto que o camponês produzia bens para consumo próprio (uma parte dos quais era apropriada diretamente pelo senhor feudal) em vez de mercadorias, as suas atividades não estavam inseridas numa totalidade abstrativa e, assim, não eram *reduzidas socialmente* ao dispêndio homogêneo de energia. Essas atividades eram *concretas*, i.e., irredutivelmente diversas, incomensuráveis e incomparáveis.¹¹²

¹¹¹ Tal como sucede na sociedade capitalista, onde impera a lei inapelável do tempo de trabalho socialmente necessário (cf. 1.1.3).

¹¹² Cf. Machado (2017) para uma análise detalhada da diferença abissal entre o cariz técnico-social das atividades (re)produtivas nas sociedades pré-modernas e modernas.

1.1.2.4 – Trabalho abstrato: fisiológico e historicamente específico

A defesa de que o trabalho é abstrato no interior do processo de produção imediato é normalmente acusada de ser uma heresia fisiológica e transhistórica: se o trabalho abstrato é o dispêndio de energia humana *sans phrase*, então existiria (supostamente) em todas as sociedades. Antes de tudo, convém realçar que em Marx o trabalho abstrato é realmente fisiológico: “A substância do valor é (...) apenas força de trabalho *despendida* – trabalho, independentemente do caráter útil particular desse trabalho – e a produção de valor é apenas *o processo desse dispêndio*” (Marx, 1985b/1885: 285, itálico nosso).

Creio que este trecho não podia ser mais claro: na ótica de Marx, o trabalho abstrato consiste efetivamente no dispêndio *abstrato* de energia. No entanto, Marx defende também inequivocamente que o trabalho abstrato é uma peculiaridade da sociedade moderna. A contradição aparente das duas proposições desaparece assim que se percebe que *a constituição do puro dispêndio homogeneizado, desvinculado e quantificado de energia fisiológica como princípio socialmente sintético é um fenómeno tipicamente moderno*: “o trabalho abstrato é ao mesmo tempo historicamente específico e fisiológico” (McGlone & Kliman, 2004: 144).

“Dizer que o trabalho é abstrato no próprio processo de produção, que o trabalho abstrato é «trabalho real», não implica de modo algum que a existência do trabalho abstrato seja transhistórica e associal. (...) [É] o *caráter social específico* do processo de produção capitalista que *separa* a atividade fisiológica dos operários do seu pensamento, desejos e intenções (...). Por outras palavras, (...) o trabalho abstrato é trabalho que possui o caráter de ser *meramente* fisiológico, mero dispêndio [de energia, NM], trabalho alienado da personalidade do operário e do ser humano na sua integridade. O verdadeiro trabalho dos operários (...) possui um caráter dual, autodividido. Permanece útil e concreto, mas este aspeto devém a forma de manifestação do seu caráter como esforço, como dispêndio fisiológico [abstrato, NM] enquanto tal.” (Ibid.: 143, itálico no original)

Em suma, conforme assinala Agemir Bavaresco, “a medida do trabalho pela quantidade de tempo pressupõe a *redução* da qualidade do trabalho” ao “dispêndio da força de trabalho humano *no sentido fisiológico*”, quer dizer, ao “trabalho humano abstrato igual exteriorizado nas mercadorias”, de maneira que esse trabalho “torna-se uma rede mística que une toda a realidade” capitalista (Bavaresco, 2017: 50-51, itálico nosso).

Estamos novamente confrontados com o processo de *redução social*. Não é a teoria de Marx que relega o ser humano à posição de máquina animada cujo único atributo é funcionar no âmbito da *combustão vital* do capital; é a própria realidade fetichista burguesa que reduz socialmente o indivíduo a uma mera capacidade *abstrata* de dispêndio *fisiológico* de “cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.” (Marx, 1996a/1867: 173), degradando-o ao estatuto de mera *força de trabalho* em potência.¹¹³

Falando em termos hegelianos, nas sociedades pré-capitalistas a “realidade natural” – isto é, o esforço físico – estava naturalmente “*pressuposta*” (Fausto, 1987a: 91-92, itálico no original) nas várias atividades humanas irredutíveis e incomensuráveis. Contudo, é somente no “modo de *produção* peculiar” do capitalismo (McGlone & Kliman, 2004: 144, itálico no original) que “a generalidade fisiológica” é reduzida praticamente e “*posta* socialmente como trabalho abstrato” (Robles-Baez, 2004: 151, itálico no original).¹¹⁴

Só então é possível falar da “*universalidade*” ou “*unidade* (...) de todos os trabalhos como trabalhos idênticos no sentido fisiológico” (Ibid.: 153: itálico no original). O trabalho

¹¹³ Esta passagem de Marx já tinha sido citada em 1.1.2.1.

¹¹⁴ Convém relembrar que, na dialética de Marx, “a *posição* de algo, tal como o valor e o trabalho abstrato, representa a sua *existência socio-histórica determinada*, ou que foi *fundamentada socialmente*” (Robles-Baez, 2004: 152, itálico no original).

abstrato – o puro dispêndio de energia como *absurdo fim em si mesmo* – converte-se no princípio estrutural tautológico que organiza a (re)produção da sociedade no seu conjunto. Enquanto valor adquire uma objetividade *social* autônoma que subjugua os seres humanos (Colletti, 2011/1974: 68).

1.1.2.5 – O trabalho é um “universal concreto” ou “identidade-na-diferença”

Constatámos nos itens anteriores que o modo de produção capitalista é uma totalidade abstrativa que reduz a multiplicidade dos trabalhos ao puro dispêndio de energia fisiológica, de maneira que os trabalhos concretos devêm a forma de manifestação da *substância universal* do valor: o trabalho abstrato. Neste sentido, podemos afirmar que o trabalho é um *universal concreto* (Arthur, 2004: 47; Fausto, 1987a: 97), na aceção hegeliana do termo.

Hegel entende por universalidade concreta a situação em que “o universal retém a sua identidade quando é mediado pela particularidade”; ou seja, “o concreto é o universal que se torna a si mesmo particular” (Hegel apud Callinicos, 2014: 101). Consideremos este exemplo: perante um juízo do género “o cisne é branco”, Hegel diria que aquilo que está em causa é

“a autodiferenciação da «brancura» em muitas coisas brancas, incluindo este cisne. Hegel trata o universal (...) como um *universal concreto*, como um universal [i.e., a «brancura», NM] que «contém» os seus particulares [i.e., a multiplicidade das coisas brancas, NM] em si, como a sua auto-especificação. (...) [O] significado do particular deve ser buscado no universal (...). Quer dizer, qualquer coisa é um *singular* que é interiormente uma *universalidade* ou natureza interna, por outras palavras, um *universal* que se torna singular.” (Magee, 2010: 124, itálico no original)

Ora, através do seu “mecanismo redutor” social (Silva, 1978: 15) – isto é, mediante “um processo objetivo de estruturação” (Silva, 1976: 8) – a realidade capitalista engendra *efetivamente* um universal concreto: o trabalho. Esta categoria bífida é a unidade de universalidade e particularidade, porquanto o trabalho abstrato (*universal*) é a essência que se manifesta ou *particulariza* nos vários trabalhos concretos. O trabalho abstrato é a substância universal que *encarna* em todos os trabalhos individuais que lhe servem de suporte. Ao fazê-lo, *subsume* e, na verdade, *subordina* esses momentos particulares:

“Aqui, o trabalho [abstrato, NM] (...) aparece como uma substância universal (...), e o trabalho individual e o produto do trabalho individual como *manifestações desta essência universal*. (...) É uma lei universal que domina o individual e o particular, determina os seus destinos, controla-os, torna-os nos seus órgãos, forçando-os a executarem certas funções e não outras. O próprio particular e individual é formado de acordo com os requisitos contidos neste universal real, dando a impressão que o individual na sua particularidade aparece como a corporização individual do realmente universal.” (Ilyenkov, 1982: 68-69, itálico no original)

Portanto, o universal *invade* o particular (Fausto, 1987a: 98), convertendo-o no seu veículo, mas – este é o aspeto-chave – *não apaga a sua especificidade*. Na miríade dos trabalhos empíricos assiste-se à “coincidência” paradoxal “entre o universal e o individual” (Ibid.), pois cada trabalho comporta os seus traços distintivos e, simultaneamente, é o *invólucro* da substância homogênea que constitui a sua verdadeira essência.¹¹⁵ Naturalmente que “não existem dois tipos de trabalho mas dois níveis de determinação do trabalho”, ou

¹¹⁵ Trata-se de “uma realidade que, embora seja um fenómeno particular entre outros fenómenos particulares, é ao mesmo tempo um elemento genuinamente universal, concretamente universal” (Ilyenkov, 1982: 54).

seja, “todo o trabalho (...) é desdobrado em trabalho individual [concreto, NM] e trabalho universal” abstrato (Robles-Baez, 2004: 153).

O caráter *sui generis* do trabalho na sociedade capitalista pode também ser apreendido por outra noção hegeliana, de certo modo análoga àquela de universal concreto. O trabalho é, então, “identidade-na-diferença” porque, como vimos, é uma universalidade (trabalho abstrato) que não “dilui” a “particularidade” (trabalhos concretos) que subsume (Silva, 1975: 98) e que *permanece idêntica a si mesma em todas essas manifestações distintas*. Em outros termos, o universal “diferencia-se ou manifesta-se nos seus particulares ao mesmo tempo que os unifica no seu interior” (Copleston, 1994: 187). O trabalho é, pois, a “unidade do diverso” (Schmidt, 1981: 39): trabalho abstrato que se particulariza nos vários trabalhos concretos.

1.1.3 – Trabalho socialmente necessário (grandeza do valor)

Uma vez que “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho [abstrato, NM] despendido durante sua produção” (Marx, 1996a/1867: 168), à primeira vista pode parecer que quanto mais ineficiente ou inábil for o trabalhador, tanto maior será o valor da mercadoria produzida. Todavia, Marx esclarece que o trabalho (abstrato) que produz valor é o *trabalho socialmente necessário* (Ibid.: 168-169): “aquele requerido para produzir” uma mercadoria “qualquer, nas condições dadas de produção *socialmente normais*, e com o *grau social médio* de habilidade e de intensidade de trabalho” (Ibid.: 169, *itálico nosso*).

Este aspeto é importante: o trabalho socialmente necessário é uma *média social*, quer dizer, corresponde à “quantidade *média* de trabalho necessário para a produção” de um “dado produto, a um *dado nível de desenvolvimento das forças produtivas*” (Rubin, 1987/1928: 189, *itálico no original*). Assim, embora esta média social determine o valor de mercado, haverá produtores *individuais* que despenderão *menos* e *mais* horas no fabrico das suas mercadorias do que aquelas socialmente necessárias; os primeiros obterão um ganho extra (temporário),¹¹⁶ enquanto os segundos incorrerão em perdas. O facto a reter é que “qualquer trabalho despendido na produção de uma mercadoria em excesso” relativamente ao “*tempo de trabalho socialmente necessário* não conta como trabalho criador de valor” (Kliman, 2007: 21, *itálico no original*).¹¹⁷

De acordo com Marx, é a concorrência que impõe aos vários produtores o cumprimento (tendencial) desta norma social:

“Que se aplique a uma mercadoria apenas o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, aparece na produção mercantil em geral como compulsão externa da concorrência (...). O fornecimento de dado *quantum* de produtos num tempo de trabalho determinado torna-se na (...) lei técnica do próprio processo de produção”. (Marx, 1996a/1867: 461)

Podemos entender, então, o tempo de trabalho socialmente necessário como o *padrão objetivo de produtividade disseminado pela economia através da concorrência e que regula a produção nos seus diversos ramos*. Quem não for capaz de cumprir este padrão, será eliminado do mercado.¹¹⁸ Por conseguinte, é a grandeza do trabalho socialmente necessário

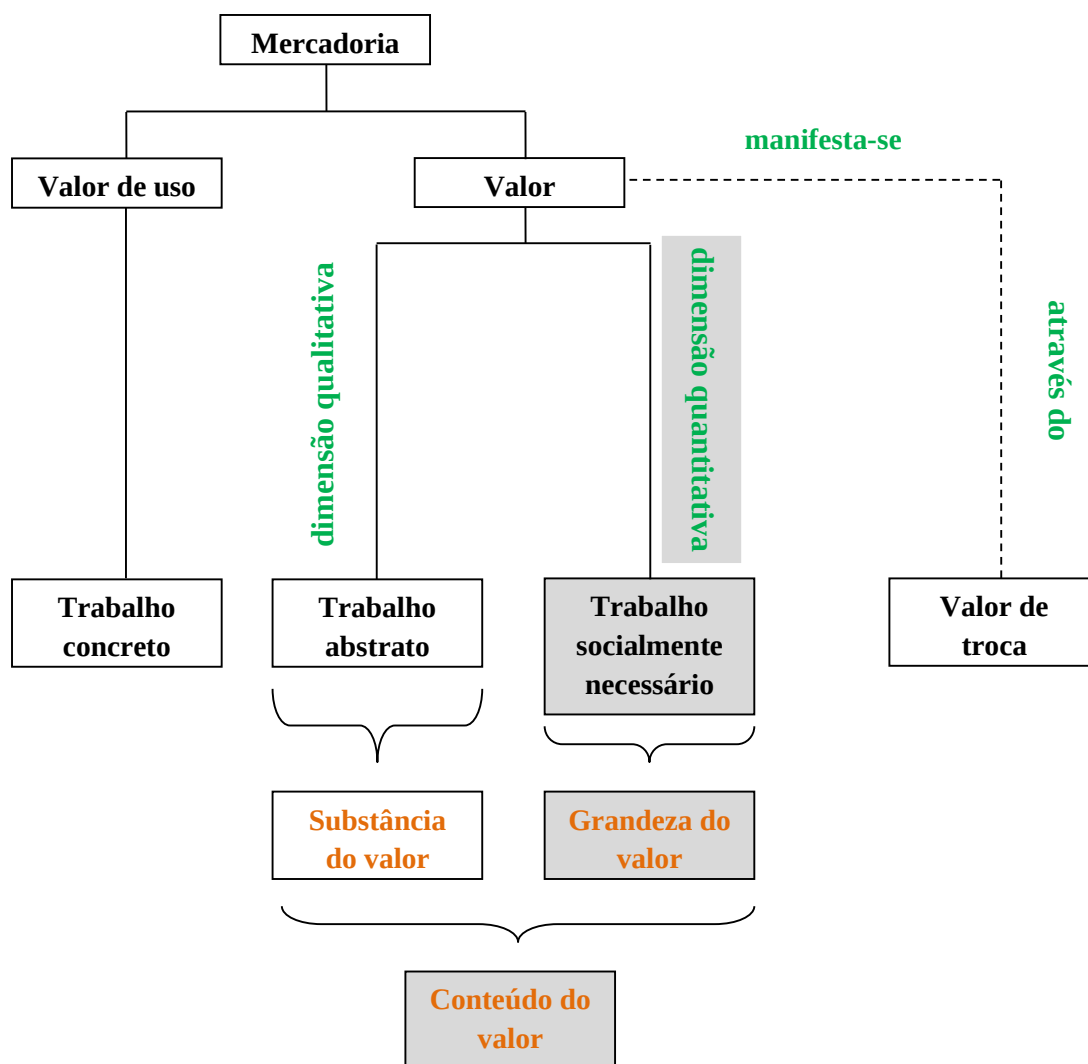
¹¹⁶ Cf. 1.11.

¹¹⁷ Precisamente porque nem todo o trabalho despendido por cada produtor individual é socialmente necessário, o “dinheiro-trabalho” dos socialistas utópicos é uma impossibilidade lógica (cf. 1.3.6).

¹¹⁸ “Toda invenção nova que permite produzir em uma hora o que antes se produzia em duas deprecia todos os produtos similares que se encontram no mercado. A concorrência força o produtor a vender o produto de duas horas tão barato como o de uma hora. A concorrência realiza a lei segundo a qual o valor (...) de um produto é determinado pelo tempo de trabalho [socialmente, NM] necessário para produzi-lo. (...) [O] que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o *mínimo* de tempo no qual ela pode ser produzida, e este mínimo é constatado pela concorrência” (Marx, 1985a/1847: 67-68, *itálico no original*).

para produzir uma dada mercadoria que determina a grandeza do seu valor (vd. Figura 1.3),¹¹⁹ pelo que as “mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza de valor” (Ibid.: 169).

Figura 1.3 – Trabalho socialmente necessário



A grandeza do valor de uma mercadoria varia obviamente com as mudanças na força produtiva do trabalho, que é determinada “pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (Ibid.). De um modo geral, “quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor seu valor” (Ibid.: 170). Em suma, o progresso técnico e científico causa uma diminuição do valor unitário das mercadorias.¹²⁰

¹¹⁹ “A *grandeza* de seu valor (...) depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade (...) de trabalho [socialmente, NM] necessário à sua produção” (Marx, 1996c/1865: 92, *itálico no original*).

¹²⁰ “[U]ma nova invenção, permitindo produzir com a mesma quantidade de trabalho uma maior quantidade de mercadorias, reduz o valor (...) do produto” (Marx, 1985a/1847: 94).

Marx estabelece ainda uma distinção entre trabalho simples e trabalho complexo. Na aceção de Marx, o *trabalho simples* consiste no

“dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Embora o próprio *trabalho médio simples* mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular”. (Ibid.: 173, itálico no original)

Por seu turno, o *trabalho complexo* (ou qualificado) “vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*” (Ibid., itálico no original). Por exemplo, 1 hora de trabalho complexo pode valer 3 horas de trabalho simples. Note-se que “o trabalho complexo pode ser comparado, e portanto reduzido, a um múltiplo do trabalho simples *apenas* porque ambos são desprovidos de qualquer diferença qualitativa, i.e., somente porque ambos são trabalho abstrato” (McGlone & Kliman, 2004: 139, itálico no original).

Resta-nos concluir – na sequência daquilo que foi exposto em 1.1.2 e 1.1.3 – que o *conteúdo* do valor é constituído pela *unidade* de substância e grandeza do valor (vd. Figura 1.3). Trata-se de um trabalho abstrato *qualitativamente homogêneo*, cuja grandeza depende do *nível médio de produtividade determinado socialmente*, i.e., do tempo de trabalho mínimo que é necessário para produzir uma dada mercadoria nas condições médias de produção (qualificação do trabalho, intensidade do trabalho, nível de desenvolvimento tecnológico e científico, etc.).

1.1.4 – A forma do valor (valor de troca)

Constatámos em 1.1.1 que Marx parte do valor de troca para descobrir o valor que lhe subjaz: “Valor e valor de troca relacionam-se como essência e fenómeno” (Krahl, 1978/1971: 44). Agora trata-se de fazer o “caminho inverso” (Jappe, 2006: 38), quer dizer, de demonstrar que a relação *social* que se estabelece entre as mercadorias enquanto *valores* ou produtos do trabalho abstrato origina *logicamente* o valor de troca. Marx pretende provar que o valor de troca é a *forma* de manifestação *necessária* do valor, portanto, que o valor das mercadorias tem de *aparecer* obrigatoriamente no *dinheiro* (Marx, 1996a/1867: 176-177).¹²¹

O dinheiro é a forma de encarnação objetiva do valor e, como tal, permutável diretamente por todas as outras mercadorias. No entanto, o dinheiro – o equivalente universal – constitui a forma mais desenvolvida do valor e, nesse sentido, será o zénite da exposição de Marx. A sua dedução *lógica* partirá, pois, da chamada forma simples do valor e atravessará duas etapas intermédias – forma total e forma geral do valor (Ibid.).

1.1.4.1 – Forma simples do valor

Marx começa por analisar a forma simples do valor, aquela que se estabelece entre apenas duas mercadorias:

$x \text{ mercadoria A} = y \text{ mercadoria B}$ (i.e., x mercadoria A *vale* y mercadoria B)

Por exemplo:

20 varas de linho = 1 casaco (i.e., 20 varas de linho *valem* 1 casaco)

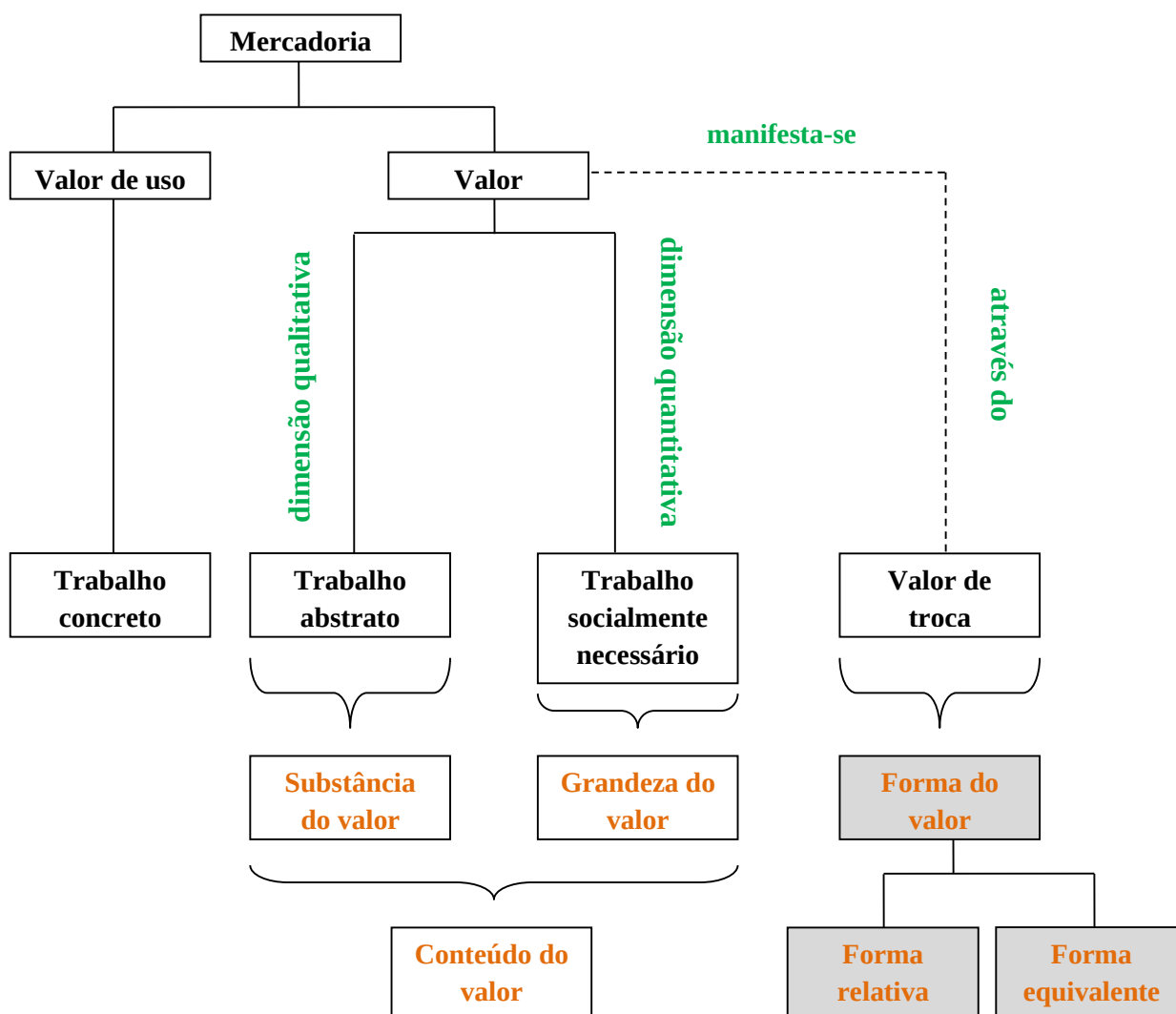
Ambas as mercadorias – o linho e o casaco – desempenham papéis distintos nesta relação: “O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de material para essa

¹²¹ “[O] valor tem de aparecer como algo *distinto de si mesmo*. Esta *manifestação necessária em algo distinto* é precisamente aquilo que Hegel denomina *lógica da essência*” (Murray, 1988: 152, itálico no original).

expressão do valor” (Ibid.: 177). Consequentemente, o linho desempenha um “papel ativo”, enquanto o casaco desempenha um “papel passivo”. O valor do linho “é apresentado como valor relativo”, ou seja, o linho “encontra-se sob a *forma relativa* de valor” (Ibid., *itálico nosso*). Por seu turno, o casaco “funciona como equivalente ou encontra-se em *forma equivalente*” do valor (Ibid., *itálico nosso*).

Estas formas (vd. Figura 1.4) são os dois “polos da mesma expressão do valor” (Ibid.), ou seja, “são momentos *da mesma expressão do valor* que (...) se condicionam reciprocamente” (Marx, 1978/1867: 135, *itálico no original*). Note-se, contudo, que elas são mutuamente exclusivas: uma determinada mercadoria apenas pode funcionar alternadamente como forma relativa *ou* como forma equivalente do valor (Marx, 1996a/1867: 178).

Figura 1.4 – A forma do valor: forma relativa e forma equivalente



Conteúdo ou aspeto qualitativo da forma do valor relativa

Marx alerta para o seguinte aspeto da forma simples: ela deve começar por ser analisada do ponto de vista qualitativo, e não quantitativo (Ibid.). Isto porque o âmago da questão *não é a proporção* em que as mercadorias são trocadas, i.e., que 20 (ou 30, 40, etc.) varas de linho sejam trocadas por 1 (ou por 2, 3, etc.) casaco(s). O cerne desta relação é que “as grandezas de coisas diferentes tornam-se quantitativamente comparáveis só depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade, são elas

homónimas, por conseguinte, grandezas comensuráveis” (Ibid.). Quaisquer que sejam as proporções em que linho e casacos são trocados, ambos são expressões da mesma *natureza qualitativa* comum: o valor. Marx concretiza: “linho = casaco é o fundamento da equação” (Ibid.).¹²²

Verificámos em 1.1.2 que, “como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano” abstrato (Ibid.: 179). Assim, “ao equiparar-se (...) o casaco, como coisa de valor, ao linho, é equiparado o trabalho inserido no primeiro com o trabalho contido neste último” (Ibid.). Na verdade, ambos os trabalhos (concretos) despendidos na produção do linho e do casaco são de espécies diferentes; mas, através desta equiparação, os trabalhos são reduzidos “àquilo em que ambos são iguais, a seu carácter comum de (...) trabalho humano abstrato” (Ibid.). “O valor da mercadoria linho é assim expresso no corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria no valor de uso de outra” (Ibid.: 180).

Em suma,

“Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma de valor da mercadoria *A* ou o corpo da mercadoria *B* o espelho do valor da mercadoria *A*. Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como corpo de valor, como materialização de trabalho humano [abstrato], a mercadoria *A* torna o valor de uso *B* material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria *A*, assim expresso no valor de uso da mercadoria *B*, possui a forma de valor relativo”. (Ibid.: 181)

Aspeto quantitativo da forma do valor relativa

Passemos agora à análise da forma do valor relativa do ponto de vista *quantitativo*. O valor relativo exprime a *proporção* na qual a mercadoria *A* é trocada pela mercadoria *B* (Marx, 1976/1867: 9). Deste modo, a equação 20 varas de linho = 1 casaco expressa o facto de que 20 varas de linho e 1 casaco contêm a mesma quantidade de trabalho cristalizado; na produção de 20 varas de linho e de 1 casaco foi despendida a mesma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 1996a/1867: 181).

O valor relativo das 20 varas de linho pode variar quando se altera quer o valor do linho (o trabalho socialmente necessário contido nas 20 varas de linho), quer o valor do casaco (o trabalho socialmente necessário contido no casaco) (Marx, 1976/1867: 9).¹²³ Importa reter que o valor relativo de uma mercadoria pode mudar, apesar de o seu valor se manter constante (i.e., porque o valor da mercadoria que desempenha o papel de equivalente se altera); por sua vez, o valor relativo de uma mercadoria pode manter-se constante apesar de o seu valor se alterar (i.e., porque o valor da mercadoria na forma equivalente mudou na mesma proporção e na direção contrária) (Marx, 1996a/1867: 182-183).

A forma equivalente do valor

Marx centra a sua atenção nas “peculiaridades” da forma equivalente (Ibid.: 183-184). A primeira peculiaridade é que “o valor de uso torna-se forma de manifestação do seu contrário, do valor” (Ibid.: 184). No nosso exemplo, o valor de uso casaco é a forma de manifestação do valor do linho. Assim, “parece (...) que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido” (Ibid.: 185).

¹²² “[N]a expressão 20 varas de linho = 1 casaco ou 20 varas de linho valem 1 casaco, o linho revela que: 1. é um *valor de uso* (linho), 2. é um *valor de troca* [...] (algo igual ao casaco)” e 3. é a *unidade destas duas diferenças*, e portanto é uma *mercadoria* (Marx, 1978/1867: 144, itálico no original).

¹²³ “Quando o valor de troca de *A* medido em *B* baixa, sabemos que isso tanto pode ter origem numa baixa do valor de *A*, como numa alta de valor de *B*. O mesmo acontece quando, inversamente, o valor de troca de *A*, medido em *B*, sobe” (Marx, 1982a/1859: 130).

Esta inversão ocorre igualmente ao nível do trabalho que produziu a mercadoria, de modo que “o corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto. Esse trabalho concreto torna-se portanto expressão de trabalho humano abstrato” (Ibid.). A segunda peculiaridade da forma equivalente diz, pois, respeito ao facto de que o trabalho concreto se converte “na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (Ibid.: 186).

Finalmente, a terceira peculiaridade da forma equivalente diz respeito ao facto de o trabalho *privado*, corporizado na mercadoria que funciona como equivalente, se converter na forma de manifestação do seu oposto – o trabalho *social*, i.e., do trabalho socialmente necessário (cf. Silva Júnior, 2010: 102-105).

A análise da forma simples do valor demonstrou que, na relação entre essas duas mercadorias,

“a forma natural da mercadoria A funciona apenas como figuração de valor de uso, a forma natural da mercadoria B apenas como forma valor ou figuração de valor. A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida” (Marx, 1996a/1867: 187-188, *itálico no original*).

Neste sentido, como é agora claro, a forma simples do valor é “o germe da forma dinheiro” (Ibid.: 197). Em outros termos, “o segredo da forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor” (Ibid.: 177). É justamente por isso que Marx lhe dedica uma maior atenção. Deve ser realçado, em especial, que as peculiaridades da forma equivalente ressurgirão nos desenvolvimentos ulteriores da forma do valor. *O corpo sensível da mercadoria que funciona como equivalente assume-se sempre como a encarnação objetiva do valor e, portanto, do trabalho abstrato e do trabalho socialmente necessário.*

1.1.4.2 – Forma do valor total ou desdobrada

Após ter exposto a forma simples do valor, Marx volta a sua atenção para a análise da denominada forma do valor total, ou seja, para a relação de valor que se estabelece entre uma determinada mercadoria e as demais mercadorias:

z mercadoria A = u mercadoria B ou = v mercadoria C ou = w mercadoria D ou = etc.

Por exemplo:

20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = etc.

Na forma do valor total, o valor de uma mercadoria – por exemplo, 20 varas de linho – é “expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias” (Ibid.: 190). Cada uma dessas mercadorias – por exemplo, o casaco, o café, chá, etc. – funciona como equivalente, isto é, como “corpo de valor” (Ibid.: 191) do linho. Note-se que o valor do linho permanece inalterado quer seja expresso no casaco ou no café, etc. Marx salienta que “não é a

troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da[s] mercadoria[s] que regula suas relações de troca” (Ibid.).

A principal insuficiência da forma de valor total é que a expressão relativa do valor do linho é interminável (Ibid.), formando “um mosaico (...) de expressões de valor, desconexas e diferenciadas” (Ibid.). A forma de valor total é, pois, um conjunto de equações do seguinte tipo:

20 varas de linho = 1 casaco
20 varas de linho = 10 libras de chá
20 varas de linho = 40 libras de café
(...)

1.1.4.3 – Forma geral do valor

Todavia, cada uma destas equações pode ser expressa de modo inverso, ou seja:

1 casaco = 20 varas de linho
10 libras de chá = 20 varas de linho
40 libras de café = 20 varas de linho
(...)

Esta série invertida expressa, justamente, a forma geral do valor:

1 casaco = 10 libras de chá = 40 libras de café = (...)	}	20 varas de linho

Todas as mercadorias expressam agora o seu valor de um modo “unitário”, i.e., na mesma mercadoria, que desempenha o papel de equivalente geral (Ibid.: 192). Marx concretiza que “uma mercadoria só ganha a expressão geral do valor porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam o seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece tem que fazer o mesmo” (Ibid.: 193).

Retomando o nosso exemplo, quando equiparadas ao linho *todas* as mercadorias são “qualitativamente iguais, como valores” (Ibid.); ademais, todas elas passam a ser “grandezas de valor quantitativamente comparáveis” (Ibid.). A forma geral de valor *relativa* do conjunto das mercadorias “imprime à mercadoria equivalente” – excluída desse conjunto – “o caráter de equivalente geral” (Ibid.). Isto significa que a forma natural do linho – enquanto valor de uso – se transforma na “figura de valor comum” do mundo das mercadorias: o linho é trocável por qualquer mercadoria (Ibid.). Assim, a “*sua forma corpórea passa pela encarnação visível, pela crisálida social geral de todo trabalho humano*” (Ibid., itálico nosso); “O tipo *particular* e útil do trabalho manifestado nele conta agora como a *forma universal de realização do trabalho humano*, como trabalho *universal* precisamente na medida em que é um trabalho de determinação *particular*” (Marx, 1976/1867: 18, itálico no original).

Em suma, uma determinada mercadoria adquire a forma de equivalente geral quando é excluída do mundo das restantes mercadorias para desempenhar essa função (Marx, 1996a/1867: 195-196). A partir desse momento, essa mercadoria, “com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, *torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro*. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias” (Ibid.: 196,

itálico nosso). Ao mesmo tempo a forma relativa do valor “adquire consistência objetiva e validade social geral” (Ibid.), porquanto passa a possuir um veículo universal que permite a sua expressão adequada.

1.1.4.4 – Forma dinheiro¹²⁴

Marx termina a sua análise da forma do valor justamente com a forma dinheiro, que se expressa da seguinte maneira:

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} = \\ 10 \text{ libras de chá} = \\ 40 \text{ libras de café} = \\ (\dots) \end{array} \right\} 2 \text{ onças de ouro}$$

Historicamente, a forma equivalente geral fixou-se definitivamente, “por meio do hábito social”, nos metais preciosos, mormente no ouro (Ibid.). Inicialmente o ouro funciona como equivalente em atos de troca isolados; mas, gradualmente, o ouro passa a funcionar em círculos cada vez mais extensos como equivalente universal (Ibid.).

Quando uma mercadoria assume o monopólio exclusivo enquanto forma de expressão do valor, i.e., enquanto forma equivalente, passamos da forma geral do valor para a forma dinheiro (Ibid.). A expressão do valor de uma dada mercadoria no corpo da mercadoria dinheiro corresponde à “forma preço” (Ibid.: 197). Deste modo, por exemplo, temos que:

$$20 \text{ varas de linho} = 2 \text{ onças de ouro}$$

Ou, uma vez que “2 libras esterlinas” é a designação monetária de 2 onças de ouro:

$$20 \text{ varas de linho} = 2 \text{ libras esterlinas}^{125}$$

Quero ainda reforçar algumas ideias-chave suscitadas pela forma dinheiro (vd. Figura 1.5 na página seguinte). Em primeiro lugar, Marx salienta que o dinheiro é uma categoria *necessária* e imprescindível numa sociedade produtora de mercadorias. A oposição entre valor de uso e valor contida em estado latente na mercadoria tem de ser exteriorizada através da oposição entre mercadoria e dinheiro, i.e., entre o mundo das mercadorias e a mercadoria excluída como encarnação objetiva do valor. No papel de equivalente universal, o dinheiro é o zénite da forma equivalente já contida na forma simples do valor, na relação entre apenas duas mercadorias.

Marx observa que “a principal dificuldade da análise do dinheiro é vencida quando se compreende que o dinheiro tem a sua origem na própria mercadoria” (Marx, 1982a/1859: 55).¹²⁶

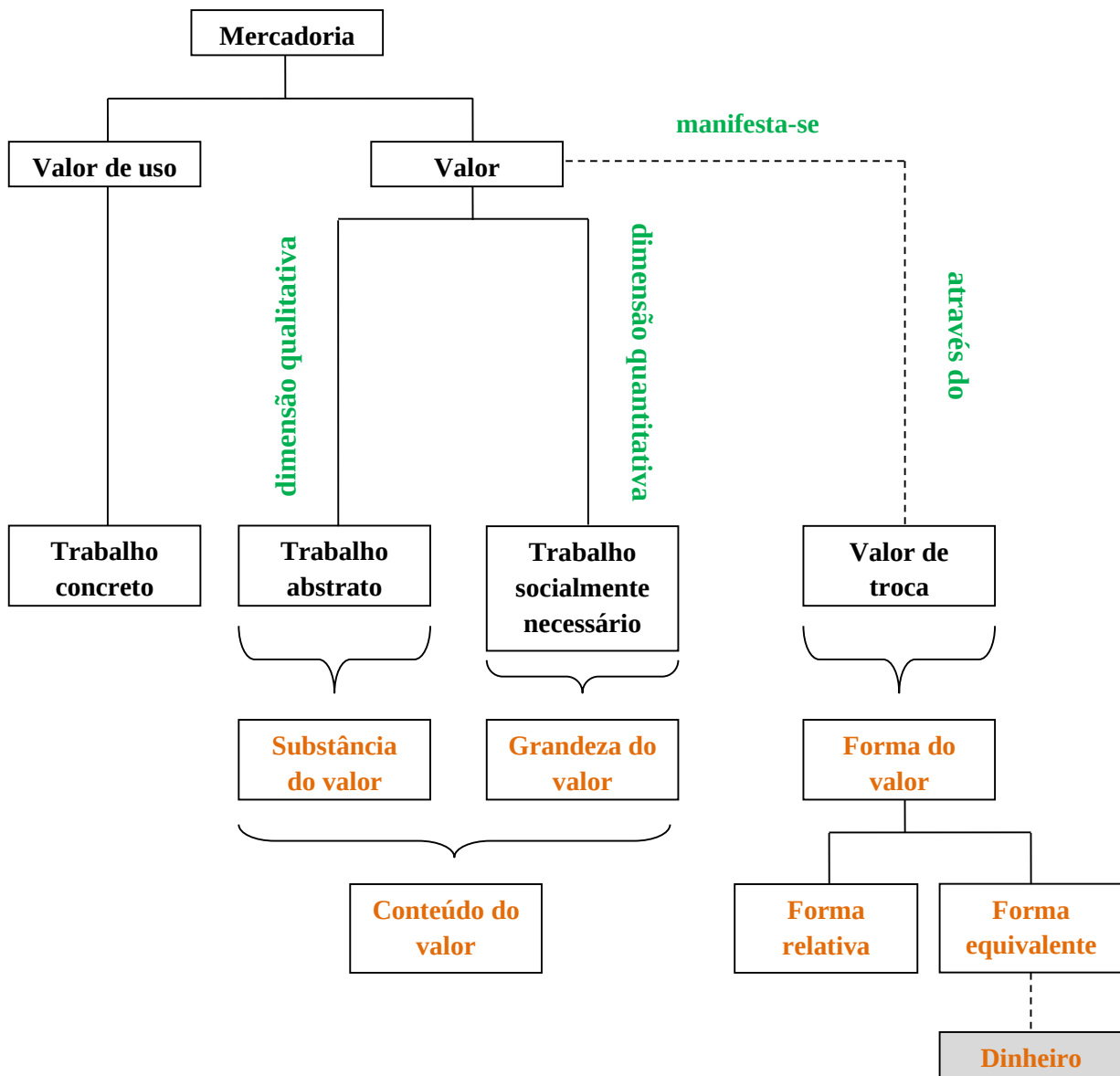
¹²⁴ Apesar de não serem citados ou referenciados no corpo do texto, a exposição da teoria marxiana do dinheiro, nas secções 1.1.4.4 e 1.3, beneficiou também da leitura de Foley (2005), Germer (2005), Heinrich (2013) e Murray (2005).

¹²⁵ Esta questão será retomada em 1.3, quando for estudada a diferença entre as funções do dinheiro como medida do valor e padrão de preço.

¹²⁶ Na perspetiva de Marx, “a *forma dinheiro* não é mais do que um desenvolvimento *ulterior da forma simples de valor da mercadoria* e, portanto, da *forma simples da mercadoria do produto do trabalho*. Dado que a forma dinheiro é apenas a *forma mercadoria desenvolvida*, ela deriva obviamente da *forma simples da mercadoria*” (Marx, 1978/1867: 144, itálico no original). No *Urtext*, Marx já havia escrito que o dinheiro “não passa de uma simples forma da mercadoria” (Marx, 1983/1858: 257).

“A mercadoria é desde logo uma coisa *dual*, valor de uso e valor, o produto do trabalho útil e coagulação abstrata de trabalho. De modo a poder manifestar aquilo que é, ela deve portanto *duplicar* a sua forma. Ela possui naturalmente a forma de valor de uso. (...) Mas a sua forma-valor tem por sua vez de ser uma forma *objetiva*”. (Marx, 1976/1867: 13, *itálico no original*)

Figura 1.5 – A forma dinheiro¹²⁷



Ora, as únicas formas objetivas das mercadorias são, obviamente, as suas formas naturais enquanto valores de uso (Ibid.). Estamos, aparentemente, confrontados com um paradoxo; este enigma só apresenta uma solução – conforme vimos ao longo da análise da forma do valor – na ótica de Marx:

“Uma vez que a forma natural de uma mercadoria (por exemplo, o linho) é o perfeito oposto da sua forma valor, ela tem de tornar *outra* forma natural – a *forma natural de outra mercadoria* – na sua *forma mercadoria* [i.e., na sua forma valor, NM]. Uma coisa

¹²⁷ Atente-se que a Figura 1.5 – a última apresentada na secção 1.1 – sintetiza a análise da forma mercadoria desenvolvida por Marx na sua totalidade.

(...) não pode expressar o seu valor no seu próprio corpo ou no seu próprio valor de uso, mas pode relacionar-se com outro valor de uso ou corpo-mercadoria (*commodity-body*) como um valor imediatamente existente. (...) Para tal, ela apenas necessita de equiparar a outra mercadoria a si mesma enquanto um *Equivalente*. O valor de uso de uma mercadoria apenas existe de todo para outra mercadoria na medida em que surge desse modo como a forma de manifestação do seu valor”. (Ibid., itálico no original)

Neste sentido, Marx conclui que

“O cristal monetário [o dinheiro, NM] é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de facto, iguais entre si e, portanto, convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofundamento históricos da troca desenvolvem a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria (...) por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro”. (Marx, 1996a/1867: 211-212)

Através do dinheiro, as mercadorias defrontam a “sua própria figura de valor” no “corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas” (Ibid.: 216-217). Portanto, o dinheiro é a encarnação do valor das mercadorias, a sua representação no corpo de uma mercadoria excluída como equivalente geral. Mas se nos lembrarmos que a substância do valor é o trabalho abstrato (cf. 1.1.2), então *o dinheiro é igualmente a encarnação do trabalho abstrato*, i.e., *existe uma relação estreita e necessária entre trabalho abstrato e dinheiro*.

Marx é claro a este respeito: “os produtos do trabalho materialmente diferentes não podem possuir a *forma mercadoria acabada*, e portanto não podem também funcionar no processo de troca *como uma mercadoria*, sem que sejam representados *sob a forma de coisas como expressões do mesmo trabalho humano igual*” (Marx, 1978/1867: 149, itálico no original). Então, “se uma mercadoria possui a *forma de equivalente geral* (...), *a sua forma natural ou corpórea representa a encarnação visível, a crisálida geral social de todo o trabalho humano*” (Ibid.: 147, itálico no original).

O dinheiro é a “forma de existência imediata” do trabalho “abstratamente social”; em outros termos, há uma “conexão interna” entre “dinheiro e trabalho que põe valor” (Marx, 1982a/1859: 50). O dinheiro é, pois, a “encarnação do tempo de trabalho *geral*” (Ibid.: 94, itálico no original). Anselm Jappe esclarece que

“Enquanto o trabalho concreto se realiza sempre em alguma coisa – material ou imaterial, num bem ou num serviço –, o trabalho abstrato não pode exprimir-se de modo direto porque produz unicamente uma forma social [o valor, NM]. Tem pois necessidade de se exprimir de uma maneira indireta no valor de troca: em termos práticos, no dinheiro.” (Jappe, 2006: 40)

Podemos afirmar que dinheiro é a encarnação do trabalho abstrato despendido em todas as outras mercadorias. Por conseguinte, as mercadorias que se assumiram historicamente como dinheiro tinham de ser capazes de refletir esta qualidade:

“À semelhança do próprio tempo de trabalho [abstrato, NM], é necessário que o objeto que deve ser considerado como a sua encarnação específica seja suscetível de apresentar diferenças puramente quantitativas, o que supõe a identidade, a uniformidade da qualidade. Esta é a primeira condição para que uma mercadoria desempenhe a função de medida de valores.” (Marx, 1983/1858: 260)

A forma dinheiro é plasmada em mercadorias que “por natureza são adequadas para a função social de equivalente geral, os metais preciosos” (Marx, 1996a/1867: 214). O ouro e a prata, ao possuírem uma “qualidade uniforme” na sua forma natural, fornecem a “forma adequada de manifestação do valor ou [de] materialização de trabalho humano abstrato, e portanto, igual” (Ibid.). O ouro deveio a “encarnação imediata do trabalho social” e, conseqüentemente, o “modo de ser da riqueza abstrata” (Marx, 1982a/1859: 114).

Assim, todas as mercadorias surgem como cristalizações do mesmo “trabalho uniforme, a saber, trabalho materializado em ouro, no qual toda particularidade dos trabalhos efetivos, representados nos seus diferentes valores de uso, está completamente apagada” (Ibid.: 56). As mercadorias necessitam de uma coisa exterior – o dinheiro – que seja a encarnação do tempo de trabalho abstrato para que se possam relacionar – na troca – como aquilo que são: cristais de valor, de tempo de trabalho indiferenciado.

Para além de expressar a substância qualitativamente homogênea do valor – o trabalho abstrato –, o dinheiro permite expressar a sua grandeza *quantitativamente específica*. Neste sentido, existe igualmente uma relação entre dinheiro e (tempo de) trabalho socialmente necessário. O dinheiro é a encarnação objetiva do valor, i.e., do tempo de trabalho *social* na economia capitalista; *o dinheiro desempenha, pois, a função primordial de medida do valor*.¹²⁸ Quando uma mercadoria é trocada por uma certa quantidade de ouro, que representa um dado tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalho despendido no seu fabrico é validado socialmente. Gabriel Barbosa sumariza a questão do seguinte modo:

“O preço é definido por Marx como a quantidade da mercadoria equivalente geral (o ouro no capitalismo) paga para se adquirir uma dada mercadoria. (...) [O] preço é a forma monetária do valor e, portanto, corresponde a dada quantidade de tempo de trabalho sob a forma de dinheiro. (...) [S]e x quantidade de dinheiro é produzido em tempo de trabalho [socialmente necessário, NM] igual a A , uma mercadoria produzida nessa mesma quantidade de trabalho [socialmente necessário, NM] A terá preço x .” (Barbosa, 2010: 84)

Podemos concluir que a análise da forma do valor empreendida por Marx revela que a forma dinheiro está contida implicitamente na forma mercadoria. A mercadoria é a unidade *contraditória* de valor de uso e valor; essa contradição tem, pois, de ser *exteriorizada* através da *duplicação* da mercadoria em mercadoria e dinheiro (cf. Marx, 1976/1867: 28).¹²⁹ Em outros termos, o valor tem de adquirir uma forma *objetiva* autónoma e independente – o dinheiro. “A universalidade abstrata que concerne ao caráter do conceito do valor e do trabalho precisa se tornar uma realidade efetiva (...) em um indivíduo universal, com existência geral no interior do mundo das mercadorias” (Silva Júnior, 2010: 65). O valor é uma entidade puramente abstrata, suprassensível, que necessita de materializar-se no corpo de uma dada mercadoria para adquirir uma existência palpável e tangível. “Face ao mundo das mercadorias, o valor só existe na sua forma adequada exclusiva de dinheiro” (Marx, 1983/1858: 239).

Em suma, sob o capitalismo, os produtores privados não estabelecem relações diretas entre si. Eles produzem mercadorias para serem trocadas, ou seja, para serem vendidas no mercado. As mercadorias têm de ser realizadas como valores, antes de poderem ser consumidas/usadas como valores de uso. Enquanto valores, as mercadorias apenas podem relacionar-se através da *troca*. A síntese social capitalista exige que os diferentes trabalhos

¹²⁸ As múltiplas funções do dinheiro serão abordadas detalhadamente em 1.3.

¹²⁹ “Embora muitos economistas tenham visto a origem do dinheiro nas dificuldades inerentes à troca direta, Marx formulou o desenvolvimento do dinheiro através da contradição imanente à forma-mercadoria” (Zelený, 1980: 85).

privados, mutuamente independentes, sejam equiparados, i.e., que os seus produtos sejam *trocados*. Isso apenas é possível mediante a existência de um equivalente geral: o dinheiro. Somente o dinheiro possibilita que os vários trabalhos – enquanto trabalhos abstratos – e os seus respetivos produtos – enquanto valores – sejam equiparados na troca mercantil.¹³⁰

1.1.5 – O fetichismo da mercadoria

“Teremos de falar a linguagem da metafísica, sem abandonar a da economia política.” (Marx, 1985a/1847: 101)

Marx considera a mercadoria algo de singular, uma realidade que desafia todas as formas de compreensão. Isto é visível na linguagem que utiliza: a mercadoria “é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, 1996a/1867: 197). Uma mesa, por exemplo, é “uma coisa ordinária física”; mas assim que “ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica” (Ibid.).

Nesta secção abordaremos aquilo que Marx designa por fetichismo da mercadoria – conceito central que perpassa toda a sua obra.¹³¹ Basicamente, o fetichismo envolve as seguintes dimensões: i) a atribuição de poderes reais a objetos inanimados; ii) uma inversão entre concreto/abstrato e entre sujeito/objeto; iii) a reificação ou coisificação das relações sociais sob a forma do dinheiro. Vejamos então em detalhe cada uma destas dimensões.

1.1.5.1 – O valor como “aparência objetiva”: a projecção fetichista

Segundo Marx, o “misticismo do mundo das mercadorias” torna-se evidente quando o modo de produção capitalista é comparado com as formações sociais anteriores (Ibid.: 201-202). No feudalismo, por exemplo, a produção material e as demais esferas sociais são estruturadas na base de relações de dominação pessoal. Todavia,

“justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em *natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base de produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social” (Ibid.: 202-203, *itálico no original*).

No seio de uma família camponesa, que produz diferentes objetos para uso próprio (roupas, alimentos, etc.), esses trabalhos diferentes (tecelagem, lavoura, etc.) “são na sua forma natural” – i.e., enquanto trabalhos concretos – “funções sociais” no contexto da divisão do trabalho doméstica (Ibid.: 203). Assim, as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas, nomeadamente na realização dos seus trabalhos, aparecem-lhes justamente como aquilo que são: relações *pessoais* transparentes, i.e., não aparecem “disfarçadas em relações sociais das coisas”, como movimento automático do valor (Ibid.).

Portanto, nas sociedades pré-capitalistas encontramos trabalhos *exclusivamente concretos e imediatamente sociais*.¹³² trata-se da produção de bens para uso/consumo próprio. Uma parte desses bens pode eventualmente ser apropriada por uma determinada classe que

¹³⁰ Cf. 1.2 para a análise da troca mercantil e da sua relação com a divisão social do trabalho no capitalismo.

¹³¹ Neste sentido, a temática do fetichismo não se esgotará, obviamente, nesta secção. Ao longo da 1.ª Parte teremos oportunidade de realçar, em diversas ocasiões, o papel fulcral que este conceito desempenha no edifício teórico de Marx. A inversão entre concreto e abstrato, por exemplo, reaparecerá frequentemente ao longo da análise das categorias marxianas.

¹³² Em rigor, as atividades produtivas pré-capitalistas não deveriam ser subsumidas na categoria “trabalho concreto”. Seguiremos, por enquanto, o raciocínio de Marx, mas este assunto será abordado criticamente em 1.6.

detém o poder social, o que não altera em nada a questão. A divisão e a distribuição do trabalho são ditadas pelo costume e pela tradição no contexto de relações de dominação direta (ou de senhoria). O tempo de trabalho não era sequer tido em conta no ato da produção.

O facto a reter é que os bens não tinham de adquirir uma “segunda pele” – enquanto valores – para poderem ser desfrutados socialmente. Em outros termos, os produtos não adquiriam, regra geral, a forma de mercadorias,¹³³ pelo que não surgiam “como objetivação do trabalho geral abstrato, e, de facto, não criavam riqueza burguesa” (Marx, 1982a/1859: 114), i.e., valor económico.

A situação é completamente diferente nas sociedades capitalistas. Segundo Marx, o fetichismo da mercadoria decorre do “caráter social peculiar do trabalho” sob o capitalismo (Marx, 1996a/1867: 199). Na modernidade os objetos são mercadorias porque são o produto de “trabalhos privados”, executados de forma independente (Ibid.). Enquanto trabalhos privados eles ainda carecem de uma existência ou validade *social*, dado que os seus produtos não são se destinam ao consumo próprio, mas à venda no mercado.

Por conseguinte, estes trabalhos privados apenas podem adquirir uma validade social *através da troca* (Ibid.):

“Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema (...) desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale.” (Ibid.)

A peculiaridade do capitalismo é que a atividade produtiva não é, paradoxalmente, *imediatamente social*. Os objetos produzidos não são meros valores de uso destinados a satisfazer necessidades concretas, mas sim repositórios de valor, “coisas de valor” que apenas através da sua troca no mercado podem, então, nas mãos dos seus compradores, cumprir o seu papel de objetos de uso. Por seu turno, somente após ter vendido as suas mercadorias é que cada produtor dispõe do dinheiro de que necessita para satisfazer as suas necessidades.

Assim, se, por um lado, os trabalhos privados são formalmente independentes, por outro lado, eles são “universalmente interdependentes” enquanto partes integrantes da divisão social do trabalho (Ibid.: 201). Heinrich relembra que “sob as condições da produção de mercadorias, a distribuição do trabalho privado despendido pelos ramos individuais de produção é mediada pelo valor das mercadorias”, pois “não existe uma regulação consciente ou uma distribuição predeterminada pela tradição” (Heinrich, 2012: 47). Neste sentido, é através das relações “casuais e oscilantes” de troca das mercadorias que “o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora” (Marx, 1996a/1867: 201).

A troca mercantil é, pois, o mecanismo que concretiza a síntese social capitalista por detrás das costas dos indivíduos. Mas ela não é a origem desta síntese social fetichista; a necessidade da troca já está contida no valor e no trabalho abstrato que o produz. As mercadorias *têm de ser trocadas porque são valores*, produtos do trabalho abstrato: a produção de mercadorias consiste na produção de valores de uso com vista à troca, de

¹³³ Nas sociedades pré-capitalistas, “o dinheiro e a troca que o condiciona não aparecem ou aparecem muito pouco no interior das comunidades singulares”, i.e., “na relação entre os membros de uma única e mesma comunidade.” Originalmente, a troca surge apenas esporadicamente “na relação [exterior] das diferentes comunidades entre si” (Marx, 2011b/1857-58: 56).

maneira que “o caráter de valor das coisas” já é tomado em consideração no ato da sua produção (Ibid.: 199).¹³⁴

Marx conclui que os indivíduos, “ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano [indiferenciado, NM]. Não o sabem, mas o fazem” (Ibid.: 200). Em síntese, na produção mercantil – e somente nela – “o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano [abstrato, NM] e assume a forma de valor dos produtos de trabalho” (Ibid.).

Na 1ª Edição de *O Capital*, Marx escreve que “os seres humanos são compelidos” a realizar esta equiparação – a “reduzirem a coisa material a uma abstração, o *valor*” – para poderem relacionar os seus produtos como mercadorias (Marx, 1976/1867: 25, *itálico no original*). Trata-se de “uma operação primordial e, por conseguinte, instintiva (...) que nasce necessariamente” da forma *sui generis* “da sua produção (...) e das relações” sociais “engendradas por esta produção” (Ibid.).

Esta é, então, a primeira aceção do fetichismo: no capitalismo, o trabalho despendido na produção de um objeto de uso aparece, simultaneamente, representado como uma “propriedade «objetiva»” desse objeto, i.e., como o seu “valor” (Marx, 1996a/1867: 189). O valor é uma “propriedade sobrenatural” (Ibid.: 185) que reflete o caráter peculiar do trabalho social sob o capitalismo. Deste modo, o “fetichismo aderido ao mundo das mercadorias” consubstancia-se na “aparência objetiva das determinações sociais do trabalho” (Ibid.: 207):

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no facto de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas metafísicas ou sociais. (...) Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à religião nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autónomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (Ibid.: 198-199).

Em suma, *a primeira dimensão do fetichismo diz respeito à projeção ou atribuição de propriedades reais a objetos inanimados* (cf. Silva Júnior, 2010: 85-90). Assim, os seres humanos atribuem “a propriedade sobrenatural de objetividade do valor às coisas úteis”, como se o valor fosse uma propriedade que existe “naturalmente no corpo útil da mercadoria” (Ibid.: 85), à semelhança da sua composição química. Por outras palavras, “a objetividade do valor é uma propriedade social que os produtores de mercadorias projetam fetichisticamente nos objetos por eles fabricados” (Ibid.: 85-86), de tal modo que o valor – uma abstração puramente social – aparece como uma propriedade *natural* das coisas,

Trata-se, pois, de um processo de reificação ou coisificação: o “processo de cristalização das relações das pessoas em forma de coisa social” (Ibid.: 86). A “absurdidade” (Ibid.) desse processo acentua-se na medida em que “o ser-valor” adquire “uma forma de

¹³⁴ “O valor das mercadorias (...) não advém do processo de troca, não surge *a posteriori*, mas é um fenómeno que se deve ao próprio modo pelo qual se efetua a produção. O valor dos produtos depende da troca, é certo, para se *realizar*; entretanto, a produção de mercadorias já significa produção de valor” (Regatieri, 2009: 14, *itálico no original*).

existência social exterior e independente dos próprios produtores: o dinheiro” (Ibid.: 87), que surge como “um ente autónomo com vontade própria” (Ibid.).¹³⁵

Todavia, o fetichismo não se refere apenas ao facto de o valor aparecer como uma propriedade *objetiva* (ou “natural”) das coisas, i.e., das mercadorias. O fetichismo refere-se *também* ao facto de o (tempo de) trabalho *se representar como valor* (Jappe: 2006: 41).¹³⁶ O *trabalho abstrato* é igualmente uma categoria fetichista no entendimento de Marx. Vejamos porquê.

1.1.5.2 – O trabalho abstrato e a inversão entre sujeito e objeto

Como realça Lucio Colletti, na ótica de Marx o trabalho, no capitalismo,

“não é (...) trabalho destinado à produção de valores de uso, (...) mas trabalho (...) apenas enquanto meio (...) de fixar e absorver força de trabalho. (...) Nesta sociedade, os modos concretos do trabalho não possuem nenhuma finalidade; não são fins mas sim meios – mais precisamente, são trabalhos concretos enquanto [mero, NM] meio de dispêndio de força de trabalho, os produtos de trabalhadores concretos enquanto meio de absorver ou fixar a energia despendida” (Colletti, 1974b/1958: 23).

Uma vez que a criação de valor é a *raison d'être* da produção capitalista e que o trabalho abstrato é a substância do valor, a produção converte-se numa tautologia absurda: o objetivo é “produzir” sempre mais e mais trabalho; importa apenas que se trabalhe muito, independentemente do conteúdo desse trabalho. O objetivo irracional do capitalismo é, pois, o dispêndio abstrato de energia humana enquanto tal.

Lucio Colletti refere pertinentemente que, com o seu conceito de trabalho abstrato, *Marx pretendeu explicar a inversão entre sujeito e objeto* – a essência do fetichismo da mercadoria (Colletti, 1979/1969: 78). Esta interpretação parece ser apoiada por evidências textuais. Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx salienta que a “redução” dos vários trabalhos a uma substância qualitativamente igual “aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. (...) *O trabalho (...) aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho*” (Marx, 1982a/1859: 33, *italico* nosso). Mais à frente Marx constata que “o trabalho que põe valor (...) se caracteriza pela apresentação, por assim dizer, às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas” (Ibid.: 35).

Contudo, é no Anexo da 1ª edição alemã de *O Capital* que esta inversão entre concreto e abstrato é apresentada de maneira mais concludente. Marx diz o seguinte:

“Dentro da relação de valor e da expressão de valor nela inserida, o universal abstrato não conta como uma propriedade do concreto, sensível e real, mas, ao contrário, o concreto sensível conta como mera forma de manifestação ou forma de efetivação determinada do universal abstrato. No interior da expressão de valor do tecido, por exemplo, não é o *trabalho do alfaiate* encerrado no *equivalente* casaco que possui a *propriedade geral* de ser também trabalho humano. Ao contrário, *ser trabalho humano* conta como *sua essência*, ser trabalho do alfaiate conta apenas como *forma de manifestação* ou *forma de efetivação determinada dessa sua essência*. Esse *quid pro quo* é inevitável porque o trabalho representado no produto do trabalho só é *criador valor* enquanto trabalho humano indiferenciado. (...) Esta inversão, mediante a qual o concreto

¹³⁵ Abordaremos a reificação inerente ao dinheiro com maior detalhe em 1.1.5.3.

¹³⁶ Se nos atívéssemos à primeira proposição, o fetichismo poderia ser entendido – como sucede tantas vezes no campo do marxismo tradicional – como uma mera mistificação (mental) ou falsa aparência mediante a qual a “verdadeira” origem do valor – o (tempo de) trabalho – é ocultada.

sensível conta apenas como forma de manifestação do universal abstrato e não, ao contrário, o universal abstrato como propriedade do concreto, caracteriza a expressão do valor. Ela torna, ao mesmo tempo, difícil a compreensão desta expressão. Se digo que tanto o direito romano quanto o direito germânico são ambos direitos, afirmo algo óbvio. No entanto, se digo que *o Direito*, essa abstração, *efetiva-se* no direito romano e no direito germânico, nesses direitos concretos, então o contexto se torna místico.¹³⁷” (Marx apud Silva Júnior, 2010: 80, itálico no original; Marx, 1978/1867: 139-140)

Portanto, no capitalismo não é a particularidade concreta do trabalho (do padeiro, do investigador, etc.) que constitui a sua verdadeira essência; pelo contrário, ser trabalho abstrato, uma entidade suprassensível, puramente metafísica – mas real – é a sua essência. O trabalho concreto serve apenas de veículo para a manifestação do trabalho abstrato, da mesma maneira que o corpo sensível da mercadoria – o valor de uso – existe apenas enquanto suporte do valor.

Segundo Colletti, a principal conclusão que se pode retirar do conceito marxiano de trabalho abstrato é que

“Embora as capacidades produtivas ou força de trabalho dos vários produtores sejam de facto diferentes e desiguais, tal como os indivíduos a que pertencem, (...) na realidade do mundo das mercadorias (...) as forças de trabalho individuais são equiparadas precisamente porque são tratadas enquanto abstrações ou separadas dos indivíduos empíricos reais a que pertencem. Por outras palavras, precisamente na medida em que são consideradas uma «força» ou entidade «em si mesmas», i.e., poderes separados dos indivíduos a que pertencem. O «trabalho abstrato», em suma, é trabalho alienado, trabalho separado ou desvinculado (*estranged*) no que respeita ao próprio homem” (Colletti, 1974a/1969: 84)

Deste modo,

“o trabalho é aqui considerado precisamente enquanto um processo em si mesmo, independente do homem que o realiza. Não estamos interessados no homem particular que executa o trabalho, nem no trabalho particular que ele efetua, mas na força de trabalho assim despendida, deixando de lado o indivíduo particular a que ela [força de trabalho, NM] pertence e o trabalho particular a que foi aplicada. Em suma, estamos interessados na energia humana enquanto tal, na força de trabalho e em nada mais (...), como se o sujeito real, com efeito, não fosse o homem mas a própria força de trabalho, não restando nada mais ao homem do que servir enquanto mera função ou veículo para as manifestações desta. Por outras palavras, a força de trabalho, que é uma propriedade, determinação ou atributo do homem, torna-se num sujeito independente [enquanto trabalho abstrato e valor, NM] (...). Os seres humanos, por seu turno, que são os sujeitos reais, tornam-se determinações da sua determinação, i.e., articulações ou apêndices da sua força de trabalho comum reificada” (Ibid.: 85-86).

Hegel separou o pensamento do ser humano, tornando-o numa entidade independente chamada “Ideia”; já não é o indivíduo que pensa, mas a Ideia que se pensa a si mesma através do indivíduo. O efeito do mundo mercantil sobre os seres humanos é similar:

“separou ou abstraiu factualmente do homem a sua «subjetividade», i.e., a sua «energia física e mental», a sua capacidade de trabalho, e transformou-a numa essência separada. Fixou a energia humana enquanto tal no «cristal» ou «gelatina» do trabalho que é o

¹³⁷ Utilizamos aqui a tradução de José Valdo Barros Silva Júnior a partir do original em alemão, em vez de (re)traduzir a versão inglesa para português.

valor, tornando-a numa entidade distinta, uma entidade que é não apenas independente do homem, mas que o domina igualmente” (Ibid.: 86-87).

De acordo com Colletti, “é óbvio que o sujeito é agora o trabalho em abstrato, enquanto o homem é o predicado” (Colletti, 1979/1969: 275). Neste sentido, a teoria do valor está “inteiramente em harmonia com a teoria da alienação e do fetichismo”, porquanto o “«trabalho abstrato», ou aquele criador de valor”, é um trabalho *autonomizado* do seu portador (Colletti, 1975: 20).

Podemos concluir que *a segunda dimensão do fetichismo corresponde à inversão real entre concreto e abstrato, entre sujeito e objeto* (cf. Silva Júnior, 2010: 97-105). Esta inversão tem origem no caráter peculiar do trabalho sob o capitalismo. Através do conceito de fetichismo, Marx “põe em relevo uma inversão constante entre o que deveria ser o elemento primeiro e o que deveria ser o derivado, entre o abstrato e o concreto” (Jappe, 2014a: 10). Aquilo que deveria aparecer em primeiro lugar – o trabalho concreto e o valor de uso – converte-se na derivação ou forma de manifestação de uma abstração: o trabalho abstrato e o valor (Ibid.: 13). Em suma,

“o concreto não é tomado já de saída como a síntese das múltiplas determinações particulares, mas como mero suporte material estéril no qual um princípio abstrato geral se objetiva, já que todas as suas propriedades são apagadas. (...) Com esse processo de inversão real e não puramente mental, todas as determinações particulares do mundo concreto passam a ser subordinadas a um único princípio geral. (...) Este processo inversificador é uma irracionalidade praticada quotidianamente pelos indivíduos no interior da moderna sociedade produtora de mercadorias.” (Silva Júnior, 2010: 101)

1.1.5.3 – O dinheiro e a reificação das relações sociais¹³⁸

Já constatámos que o valor está no cerne do fetichismo (cf. 1.1.5.1). Tendo analisado a substância do valor – o trabalho abstrato (cf. 1.1.5.2) –, resta-nos aferir em que medida a forma do valor, i.e., o valor de troca, é igualmente uma categoria fetichista. A forma mais desenvolvida do valor de troca é, como sabemos, o dinheiro (cf. 1.1.4.4).

De acordo com Rosdolsky, “o fenómeno do fetichismo da mercadoria relaciona-se estreitamente com a criação do dinheiro” (Rosdolsky, 2001/1968: 115). Através do dinheiro, todas as mercadorias expressam o seu valor no mesmo equivalente, criando-se assim a “falsa aparência” de que ser mercadoria-dinheiro é algo que decorre da natureza física desse objeto, ao invés de ser uma “propriedade social” adquirida em condições históricas específicas (Ibid.: 116). Isto é corroborado por Marx quando constata que “todas as ilusões do sistema monetário decorrem do facto de que não se nota que o dinheiro apresenta uma relação social de produção mas é visto apenas na forma de uma coisa natural com propriedades determinadas” (Marx, 1982a/1859: 36).

Assim, o primeiro aspeto do fetichismo do dinheiro refere-se ao facto de que o mesmo é visto apenas como instrumento conveniente que facilita a troca das mercadorias; neste sentido, parece que esta forma de mediação do dinheiro decorre das suas propriedades naturais ou físicas enquanto ouro, prata, etc. *Tal como os bens parecem ser naturalmente valores mercantis, o ouro parece ser por natureza dinheiro.*

Ademais, no capitalismo a produção é efetuada por produtores privados, guiados pelo seu próprio “interesse” (Marx, 2011b/1857-58: 105). Porém, uma vez que cada indivíduo tem

¹³⁸ Apesar de não ser citado nem referenciado no corpo do texto, este item beneficiou da leitura de Nascimento (s.d.).

de transformar os seus produtos em mercadorias – para poder obter o dinheiro de que precisa para satisfazer as suas necessidades –, ele está dependente do consumo dos seus congêneres (Ibid.: 104). Esta “dependência recíproca” manifesta-se, pois, na “permanente necessidade da troca e no valor de troca [i.e., no dinheiro, NM] como mediador” da síntese social (Ibid.). Pois “somente na medida em que um valor de uso se relaciona com um outro como valor de troca é que o trabalho das diferentes pessoas se relaciona entre si” (Marx, 1982a/1859: 35). Marx faz notar o seguinte nos *Grundrisse*:

“A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de *valor de troca*, no *dinheiro*, e o facto de que só nessa forma *coisa* adquirem e comprovam seu *poder social*, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão-somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é *imediatamente social*, não é o resultado de associação que reparte o trabalho entre si. Os indivíduos estão subsumidos à produção social que existe fora deles como uma fatalidade”. (Marx, 2011b/1857-58: 106-107, *itálico no original*)

A mesma ideia é apresentada em *Para a Crítica da Economia Política*:

“Como os possuidores de mercadorias apresentaram os produtos de seus trabalhos privados como produtos do trabalho social ao transformarem uma coisa, o ouro, no modo de ser imediato do tempo de trabalho geral e, por isso, em dinheiro, o próprio movimento generalizado de seus trabalhos privados, pelo qual estes operam seu metabolismo, surge agora para eles como movimento próprio de uma coisa, como circulação do ouro” (Marx, 1982a/1859: 78).

Neste sentido, o conteúdo, a forma e os “meios de efetivação” dos vários processos de produção privados são determinados por “condições sociais” engendradas independentemente da vontade dos indivíduos (Marx, 2011b/1857-58: 105). O dinheiro é, como vimos (cf. 1.1.4.4), a “personificação do trabalho geral” (Marx, 1983/1858: 247), quer dizer, a “encarnação direta” do trabalho abstrato (Marx, 1996a/1867: 216-217). Assim, Marx refere que “uma relação social de produção” assume “a forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas” (Marx, 1982a/1859: 36).

“Que uma relação social de produção se apresente como um objeto existente fora dos indivíduos; que seus relacionamentos determinados, contraídos no processo de produção de sua vida social, se apresentem como propriedades específicas de uma coisa; essa inversão e mistificação, que não são inventadas mas prosaicamente reais, caracterizam todas as formas sociais do trabalho que põe valor (...). Só que no dinheiro elas aparecem de forma mais evidente do que na mercadoria.” (Ibid.: 45)

Por outras palavras, o dinheiro é uma coisa paradoxal, contraditória, que expressa a relação social específica que se estabelece entre os vários trabalhos – privados e independentes – no capitalismo. Chegamos assim ao segundo aspeto do fetichismo monetário: *o dinheiro assume-se como a expressão reificada – congelada sob a forma de uma coisa – das várias atividades sociais, ou seja, representa a sociabilidade humana alienada numa coisa, a reificação das relações sociais de produção.*¹³⁹

Esta reificação reflete-se nas relações interpessoais típicas da modernidade: os indivíduos comportam-se reciprocamente “como pessoas (...) abstratas”, visto que “o

¹³⁹ O dinheiro é uma “*relação coisificada* das pessoas entre si, (...) e o valor de troca nada mais é do que uma relação da atividade produtiva das pessoas entre si” (Marx, 2011b/1857-58: 108, *itálico no original*).

dinheiro tornou-se o único *nexus rerum* (...) que as liga” (Marx, 1983/1858: 237).¹⁴⁰ Para além disso, traduz-se no carácter *sui generis* do poder social: “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*” (Marx, 2011b/1857-58: 105, itálico no original).

Tanto o “poder social” como o laço social transformam-se numa *coisa* que o indivíduo “traz consigo no bolso” (Ibid.). Atente-se no alcance destas palavras: mercê da sua “materialização” fetichista, a “conexão social” (Marx, 1983/1858: 280), no capitalismo, “existe ao mesmo tempo como objeto sensível, exterior” de que o indivíduo pode apropriar-se “mecanicamente e que da mesma forma pode ser perdido” (Marx, 2011b/1857-58: 165).

Em último lugar, o dinheiro é o “*representante material universal da riqueza*” (Ibid.: 162, itálico no original). Enquanto encarnação autónoma do valor, trata-se de uma “massa indiferenciada” que *aparece* sempre como uma determinada “quantidade”, como um quantum *específico* (Arthur, 2004: 143) Para além disso, o dinheiro corporiza a *universalidade abstrata* do valor das mercadorias numa forma sensível, *concreta* – a forma natural dos metais preciosos. À semelhança do trabalho, o dinheiro é, pois, um *universal concreto* (Fausto, 1987a: 186), conforme Marx evidencia no seguinte trecho:

“No dinheiro, a riqueza universal é não apenas uma forma, mas simultaneamente o próprio conteúdo. O conceito de riqueza está, por assim dizer, realizado, *individualizado*, em um objeto particular.¹⁴¹ (...) [O] dinheiro é (...) a forma corporificada da riqueza ante todas as substâncias particulares das quais consiste a riqueza. (...) Portanto, a riqueza (valor de troca como totalidade e como abstração) existe enquanto tal individualizada (...), no ouro e na prata, como um objeto tangível singular. O dinheiro, por isso, é o deus entre as mercadorias. (...) Representa a existência celeste das mercadorias, enquanto as mercadorias representam sua existência mundana.” (Marx, 2011b/1857-58: 164-165, itálico no original)

Na figura social do dinheiro a abstração adquire uma *realidade* inquestionável e, inclusive, *palpável*.¹⁴² Ruy Fausto acrescenta que “o dinheiro é a mercadoria geral ou universal mas (...) ao mesmo tempo esse género existe *ao lado* das espécies e dos indivíduos que o compõem: o dinheiro é também uma mercadoria” (Fausto, 1987a: 98, itálico no original). Este cariz eminentemente paradoxal e *contraditório* está respaldado no capítulo 1 da 1ª Edição alemã de *O Capital*, onde Marx faz uma analogia curiosa a respeito do dinheiro e do mundo das mercadorias:

“É como se ao lado e independentemente dos leões, dos tigres, dos coelhos e de todos os outros animais reais (...) existisse também o *animal*, a encarnação individual de todo o reino animal. Esse particular que contém em si todas as espécies realmente existentes da mesma entidade é [na verdade, NM] um *universal* (tal como *animal*, *deus*, etc.)” (Marx, 1976/1867: 17, itálico no original).

¹⁴⁰ A alienação e coisificação recíprocas são patentes nas várias figuras que compõem a economia burguesa: “Para o capitalista, o operário só existe como força de trabalho; para o operário, o capitalista só existe como capital. Para o consumidor, o produtor é mercadoria; para o produtor, o consumidor é dinheiro” (Geras, 2005: 202).

¹⁴¹ “[O] dinheiro é a existência social do abstrato segundo o seu conceito” (Krahl, 1978/1971: 74).

¹⁴² “No valor de troca, (...) o universal (...) devém disponível numa forma sensivelmente determinada e tangível” (Krahl, 1978/1971: 71).

Em suma, o terceiro aspeto do fetichismo associado ao dinheiro *diz respeito à sua qualidade social peculiar de universal concreto* enquanto forma de manifestação *objetiva* do valor e do trabalho abstrato – de entidades abstratas puramente metafísicas, *mas reais*. A contradição entre valor de uso (trabalho concreto) e valor (trabalho abstrato) contida na mercadoria é exteriorizada na oposição entre mercadoria e dinheiro, de maneira que a realidade social burguesa adquire, em toda a sua extensão, uma *dualidade* inaudita:

“Na sociedade mercantil, cada coisa tem uma dupla existência, enquanto realidade concreta e enquanto quantidade de trabalho abstrato. É este segundo modo de existência que se exprime no dinheiro, que merece portanto ser chamado de *abstração real principal*. Uma coisa «é» uma camisa ou uma ida ao cinema e «é» ao mesmo tempo 10 ou 20 Euros. *Esta qualidade do dinheiro não pode ser comparada com nenhuma outra coisa; ela situa-se para lá da dicotomia tradicional entre o ser e o pensamento, dicotomia para a qual uma coisa ou existe somente na cabeça, sendo pois imaginária – é esse o sentido habitual do termo abstração –, ou, pelo contrário, é efetivamente real, material, empírica.*” (Jappe, 2006: 40, *itálico nosso*)

Importa frisar que apenas no capitalismo “sucede que todas as atividades, por natureza desiguais, sejam igualizadas entre si: faz-se abstração das respetivas qualidades reduzindo-as à igualdade com um terceiro elemento” (Ibid.: 48).

1.1.5.4 – O fetichismo não é uma mera mistificação ou falsa consciência

A partir daquilo que foi exposto nas páginas precedentes, facilmente se depreenderá que o fetichismo não deve ser entendido enquanto simples “representação invertida da realidade”, mas enquanto “*inversão da própria realidade*” (Ibid.: 33, *itálico no original*). Deste modo, “é incorreto descrever as relações do valor como sendo imaginárias”, como se os seres humanos tivessem sucumbido a uma mera mistificação e “esquecido” que são eles os produtores das suas relações sociais e não os seus produtos (Geras, 1975: 292). É evidente que “se tudo não passasse de um esquecimento”, então “uma chamada de atenção (*reminder*) seria suficiente para lidar com os problemas que constituem a alienação” (Ibid.), a reificação e o fetichismo.

Ora, na sociedade capitalista, conforme observa Norman Geras,

“o trabalho é [efetivamente, NM] representado pelo valor do seu produto, o tempo de trabalho pela grandeza desse valor e as relações sociais pelas relações de valor entre as mercadorias. Para Marx, nem os valores nem as relações de valor são imaginárias. Eles não são aparências ilusórias, mas *realidades*. Nunca é demais realçar este ponto. (...) Isto não significa que uma relação entre pessoas assuma a aparência ilusória de uma relação entre coisas, mas que onde a produção de mercadorias prevalecer, as relações entre pessoas assumem realmente a forma de relações entre coisas. (...) Deve, contudo, observar-se que os objetos, nomeadamente as mercadorias, cujas relações de valor mútuas são a forma assumida pelas relações sociais capitalistas, são objetos sociais e não naturais. (...) Trata-se da absurdez não de uma ilusão, mas da própria realidade e, nessa medida, de uma absurdez que é verdadeira.” (Ibid.: 292-293, *itálico no original*)

Todavia, “o facto de que as formas (...) das relações sociais capitalistas não são formas naturais” – mas historicamente específicas – “não as despoja da sua objetividade”, pois elas devêm *praticamente* “independentes em relação aos agentes sociais, dominando-os de acordo com as suas próprias leis” (Ibid.: 297). Assim, em circunstância alguma “a sua origem e a sua explicação” podem ser imputadas à “subjetividade humana” (Ibid.) ou a uma suposta falsa consciência.

Michael Heinrich partilha esta posição: numa sociedade produtora de mercadorias os indivíduos não se relacionam de um modo diretamente social, pelo que as relações sociais assumem, *de facto*, a forma de relações entre coisas (Heinrich, 2012: 73). Logo, “não é (...) errado [dizer, NM] que, sob as condições da produção mercantil, as coisas possuem características sociais. Errada é a suposição (*assumption*) de que elas possuem estas características sociais *automaticamente*, em *qualquer* contexto social” (Ibid.: 74, *itálico no original*).

1.2 – A troca mercantil

A divisão do trabalho, “a propriedade privada e a atividade económica autónoma dos produtores mercantis individuais fragmentam a sociedade numa série de unidades económicas isoladas, independentes” (Rubin, 1987/1928: 95). Assim, os “contactos” entre estes produtores privados efetuam-se “sob a forma de compra e venda” das suas mercadorias (Ibid.: 102). Em virtude do “processo de troca”, cada produtor “é vinculado diretamente a todo o mercado, isto é, à totalidade de compradores e vendedores” (Ibid.: 95).¹⁴³

Com efeito, a troca por intermédio do mercado é o único vínculo *social* que se estabelece entre as diferentes atividades produtivas no capitalismo. E este laço social é indispensável porque a mesmíssima divisão do trabalho estabelece uma *interdependência* universal: visto que as mercadorias não possuem qualquer utilidade imediata para os seus produtores, elas têm de mudar de mãos (Marx, 1996a/1867: 210). A produção de mercadorias tem uma única finalidade: *trocá-las por dinheiro*, ou seja, vendê-las no mercado.

A troca é, pois, uma *necessidade* contida na produção generalizada de mercadorias, porquanto é através da “*igualação do trabalho*” (Rubin, 1987/1928: 109, *itálico no original*) e da equiparação dos seus produtos como *valores* que se efetua a síntese social capitalista (Rosdolsky, 2001/1968: 112). Em outros termos, as mercadorias têm de ser relacionadas e *realizadas* como produtos do mesmo trabalho abstrato – portanto, como valores – *por meio da troca*, antes de poderem realizar-se como valores de uso, através do seu consumo por outrem (Marx, 1996a/1867: 210).¹⁴⁴

Ora, “por detrás de qualquer distribuição de bens jaz uma distribuição do trabalho entre diferentes ramos de produção” (Sayer, 1991: 17). A reprodução material e social seria impossível sem “uma distribuição proporcional do trabalho entre os vários ramos” de negócio (Rubin, 1987/1928: 95) e sem a correspondente “proporcionalidade entre *inputs* e *outputs*” (Sayer, 1991: 17).¹⁴⁵ Todavia, “na economia mercantil, ninguém realiza” conscientemente “a distribuição do trabalho social” (Rubin, 1987/1928: 92), que, por isso, “é «espontânea» ou anárquica” (Sayer, 1991: 17).

Neste contexto, cabe ao valor subjacente à troca desempenhar, ainda que de modo precário, esta “*função social*” importantíssima, assumindo-se “*como elo de ligação entre produtores mercantis isolados*” (Rubin, 1987/1928: 84, *itálico no original*) e como o “único princípio regulador” da distribuição social do trabalho (Campbell, 1993: 296; cf. Rubin, 1987/1928: 120). Conforme observa Isaak Rubin, “através da troca e do valor das mercadorias, a atividade de trabalho de alguns produtores mercantis afeta a atividade de

¹⁴³ Rubin salienta que “Marx (...) não analisou o ato de troca enquanto tal, isolado de uma determinada estrutura económica de sociedade. Ele analisou as relações de produção de uma determinada sociedade, a sociedade mercantil-capitalista, e o papel da troca nessa sociedade” (Rubin, 1987/1928: 100).

¹⁴⁴ Nunca é demais relembrar que os produtos “entram sempre na circulação como mercadorias realmente existentes”; por conseguinte, o “*processo de criação das mercadorias*” situa-se obviamente “*fora da circulação*” (Marx, 1983/1858: 267-268, *itálico no original*). Elas podem ou não realizar-se como valores – i.e., ser ou não validadas socialmente, ser ou não vendidas –, mas essa é uma característica que decorre da própria forma mercadoria. *O facto a reter é que as mercadorias já existem como coisa-valor quando ingressam no processo de troca.*

¹⁴⁵ Cf. 2.6.

trabalho de outros”, de maneira que “as partes individuais da economia (...) ajustam-se” mutuamente (Ibid.: 96).

Assim, “o valor é a correia de transmissão” das modificações das condições e das relações de produção, tornando a economia burguesa “um todo em funcionamento” (Ibid.). Em concreto, segundo Marx, este papel regulador decorre do facto de o valor, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ser o centro de gravidade em torno do qual oscilam os preços de mercado:¹⁴⁶

“[A] produção [num dado ramo, NM] (...) ora supera a demanda (superprodução), ora é inferior a esta (subprodução). Em outras palavras, a quantidade de trabalho social despendido na produção (...) é ora demasiado grande, ora insuficiente. (...) A produção mercantil é um sistema de equilíbrio constantemente perturbado (...) [que, NM] só pode existir porque cada perturbação de equilíbrio provoca uma tendência ao seu restabelecimento. Esta tendência ao restabelecimento do equilíbrio realiza-se através do mecanismo de mercado e dos preços de mercado. (...) A superprodução (...) e a consequente queda do preço abaixo do valor induz os fabricantes (...) a reduzirem a produção; dá-se o oposto em caso de subprodução. O desvio dos preços de mercado relativamente aos valores é o mecanismo através do qual se eliminam a superprodução e a subprodução, e afirma-se a tendência ao restabelecimento do equilíbrio entre os ramos de produção da economia nacional. *A troca de (...) diferentes mercadorias de acordo com os seus valores corresponde ao estado de equilíbrio entre (...) ramos de produção.* Nesse equilíbrio, cessa toda a transferência de trabalho de um ramo para o outro.” (Ibid.: 80, itálico no original)

Este “estado de equilíbrio” *teórico* associado à função reguladora do valor – quer dizer, ligado à *média* das oscilações *mutuamente compensatórias* dos preços de mercado no longo prazo – constitui, em termos marxianos, a denominada “lei do valor” (Ibid.: 93). A lei do valor assegura, portanto, a distribuição proporcional das mercadorias e do trabalho que as produz quando aquelas são vendidas por preços idênticos aos seus valores, isto é, de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário despendido no seu fabrico (Ibid.: 116).¹⁴⁷ Evidentemente que “a vida económica é um mar de movimentos flutuantes”, não sendo possível, “em momento algum, observar o estado de equilíbrio” absoluto (Ibid.: 93). Porém, “sem esse estado de equilíbrio, concebido teoricamente, o carácter e a direcção do movimento de flutuação” dos preços de mercado “não podem ser explicados” (Ibid.).

Resta acrescentar que a troca mercantil nos coloca perante uma nova inversão fetichista entre sujeito e objeto. No chamado *Urtext*, Marx já havia escrito que na sociedade capitalista os indivíduos são, antes de tudo, “*proprietários de mercadorias*” e, enquanto tal, meros “agentes da troca” – executores de relações económicas que escapam ao seu controlo (Marx, 1983/1858: 267, itálico no original). Em *O Capital*, Marx concretiza que os seres humanos não passam de “guardiães” das mercadorias porquanto estas “não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar” (Marx, 1996a/1867: 209).

Nesta realidade de cabeça para baixo, “as pessoas só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias”, quer dizer, como “portadores”, “personagens” ou “personificações das relações económicas” mercantis (Ibid.: 209-210). A ideia é reforçada nos *Grundrisse*: ao aumentar o poder social do dinheiro, “a relação de troca se fixa como um

¹⁴⁶ Cf. 3.2.3 e 3.3.4.

¹⁴⁷ Esta é uma hipótese simplificadora assumida por Marx no Livro Primeiro de *O Capital*. Constatemos que o estado de equilíbrio é, na verdade, alcançado quando os diversos produtos setoriais são vendidos pelos seus preços de produção (cf. 3.3 e, em especial, o item 3.3.4).

poder externo frente aos produtores e deles independente” (Marx, 2011b/1857-58: 95). Deste modo, “à autonomização do valor de troca no dinheiro, destacado dos produtos, corresponde a autonomização da troca (...) como função destacada dos trocadores” (Ibid.: 97).

1.3 – As funções do dinheiro e o processo de circulação das mercadorias

1.3.1 – O dinheiro como medida dos valores

A primeira função do dinheiro é, como vimos em 1.1.4, providenciar o material para a expressão dos valores das mercadorias, representando-as como grandezas da *mesma* substância qualitativa que, conseqüentemente, são comparáveis quantitativamente. Neste sentido, o dinheiro funciona como “medida geral dos valores” (Marx, 1996a/1867: 219). Segundo Prado, “o que define o dinheiro não é a materialidade do ouro, mas o facto de esta materialidade passar a expressar a imaterialidade do valor quando recebe a forma de equivalente geral” (Prado, 2013: 136).

Marx recorda que não é por intermédio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. As mercadorias não têm um valor porque são comensuradas e trocadas; ao invés, é porque *são valores* que as mercadorias podem ser trocadas. Portanto, é na sua qualidade de valores, ou seja, de “trabalho humano objetivado” idêntico, que as mercadorias são comensuráveis no mesmo equivalente geral – o dinheiro (Marx, 1996a/1867: 219).¹⁴⁸

Neste sentido, o dinheiro, na sua função de medida dos valores, é a “forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (Ibid.). O dinheiro é a expressão do tempo de trabalho objetivado nas mercadorias. Existe uma relação estreita entre (tempo de) trabalho abstrato e trabalho socialmente necessário, por um lado, e dinheiro, por outro (cf. 1.1.4.4).

Como é evidente, o dinheiro só pode ser a medida dos valores das mercadorias – do trabalho abstrato nelas contido – porque é ele próprio uma mercadoria com um certo valor, i.e., a cristalização de um certo quantum de trabalho: “O dinheiro só é *medida* porque é tempo de trabalho materializado em uma substância determinada, ou seja, ele próprio é *valor*” (Marx, 2011b/1857-58: 666, *itálico no original*).

À semelhança do valor das demais mercadorias, o valor da mercadoria-dinheiro é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário requerido pela sua produção e, por conseguinte, pode ser expresso – de um modo relativo – na quantidade de qualquer outra mercadoria “em que está cristalizado o mesmo tempo de trabalho” (Marx, 1996a/1867: 216). Por exemplo, se 1 Kg de ouro for o produto de 1 hora de trabalho socialmente necessário, ele será permutável por uma quantidade de qualquer outra mercadoria na qual esteja cristalizada igualmente 1 hora de trabalho socialmente necessário.

Na ótica de Marx, um dinheiro desprovido de valor – que não seja uma mercadoria – é simplesmente incapaz de desempenhar a função de medida dos valores:

“Quando o dinheiro é utilizado como *medida do valor* (...), o valor de uma mercadoria é expresso em termos de uma quantidade física de ouro. Por exemplo, uma tonelada de ferro pode ter o mesmo valor que (conter o mesmo trabalho [socialmente necessário, NM]) que duas onças de ouro. Para que esta equação seja possível, o ouro [i.e., o dinheiro, NM] deve ele próprio ter um valor.” (Brewer, 1984: 29, *itálico no original*)

¹⁴⁸ Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx já tinha advertido: “Não é senão pura aparência do processo de circulação a impressão de que o dinheiro faz as mercadorias comensuráveis, pois a medida entre ouro e mercadoria é o tempo de trabalho (...). Ao contrário, não é senão a comensurabilidade das mercadorias como tempo de trabalho objetivado que permite ao ouro transformar-se em dinheiro” (Marx, 1982a/1859: 56-57). A mesma ideia é defendida nos *Grundrisse*: As mercadorias só são comensuráveis “na medida em que elas têm uma unidade – tal unidade é o tempo de trabalho contido nelas” (Marx, 2011b/1857-58: 668).

Em suma,

“o que significa dizer que dinheiro é mercadoria? Significa afirmar que o dinheiro é também, tal como todas as outras [mercadorias, NM], valor de uso e valor. Eis que é um valor porque todo montante de dinheiro contém um determinado quantum de trabalho abstrato; ademais, é valor de uso porque funciona como equivalente geral e tem várias funções na circulação das mercadorias.” (Prado, 2013: 133)

Tal como o valor das restantes mercadorias, o valor do dinheiro muda ao longo do tempo, mas Marx realça que isso não constitui um entrave à sua função de medida dos valores. A mudança de valor do ouro repercute-se *simultaneamente* em todas as mercadorias, deixando inalterados os seus valores relativos, que apenas passam a expressar-se em preços – medidos em ouro – mais ou menos elevados do que anteriormente (Marx, 1996a/1867: 223).¹⁴⁹

Refira-se, finalmente, que “a presença real da mercadoria-dinheiro não é requerida para que o dinheiro funcione como medida do valor” (Shortall, 1994: 224). Com efeito, os preços das mercadorias são inicialmente “imaginários” ou “ideais”, no sentido em que cada produtor estima o preço da sua mercadoria, mas não sabe se vai conseguir realizá-lo no mercado (Harvey, 2010a: 56). Isto significa que antes de entrarem no processo de troca, as mercadorias existem apenas enquanto “dinheiro ideal” (Marx, 2011b/1857-58: 58), expresso sob a forma do seu preço.

Deste modo, “o dinheiro faz circular somente as mercadorias já transformadas em dinheiro *idealmente*, não somente na cabeça do indivíduo singular, mas também na representação da sociedade” (Ibid.: 134-135, *itálico no original*). Apenas no momento da troca efetiva – i.e., da compra/venda – da mercadoria, é que esse dinheiro ideal tem de converter-se em dinheiro sonante desembolsado pelo comprador.¹⁵⁰

1.3.2 – O dinheiro como padrão de preços

Mesmo num sistema monetário assente no dinheiro metálico, os preços das mercadorias não são expressos *diretamente* em quantidades de ouro, mas em termos de uma unidade monetária (euro, dólar, iene, etc.) que representa uma certa quantidade de ouro: “A medida dos valores dá-se sempre de modo indireto, por meio de um determinado padrão de preços” (Prado, s.d.: 4). Isto significa que

“os valores das mercadorias não são expressos simplesmente em termos da quantidade física da mercadoria-dinheiro – em termos de onças ou gramas de ouro – mas como preço. Assim, temos [por exemplo, NM]: um casaco vale £20, em que estas £20 são equivalentes [por hipótese, NM] a duas onças de ouro que, por sua vez, são o produto de x horas de trabalho social abstrato.” (Shortall, 1994: 224-225)

Deste modo, conforme salienta Suzanne De Brunhoff,

“O papel do dinheiro como medida do valor envolve duas determinações complementares. (...) Marx *faz uma distinção* entre as características do ouro como *medida do valor* (o seu valor varia de acordo com as circunstâncias em que é produzido) e aquelas do ouro como padrão de preços, em que um peso do metal fixado pelo costume serve de unidade de medida que permite a comparação mútua dos preços das mercadorias, quaisquer que sejam as variações do valor do ouro.” (De Brunhoff, 1976: 28-29, *itálico no original*)

¹⁴⁹ Cf. 1.3.5.1.

¹⁵⁰ Mas, neste caso, o dinheiro passa a desempenhar outra função: a de meio de circulação (cf. 1.3.3).

O padrão de preços é, pois, “o nome atribuído a uma quantidade particular de ouro” (Brewer, 1984: 29) pelo Estado e que funciona como *unidade de conta* (De Brunhoff, 1976: 30), isto é, como “a unidade utilizada para definir os preços, estimá-los e reconhecê-los” (Nelson, 1999: 82). O padrão de preços “exerce essa função como «peso metálico fixo»” (Guerrero, 2010: 17). O Estado estabelece, por força de lei (Brewer, 1984: 29), que uma dada quantidade de ouro recebe a designação, hipoteticamente, de x euros. Se o Estado determinar que “1 euro” é a denominação monetária de 10 gramas de ouro, então cunhará moedas de ouro com o peso de 10 gramas e com o valor facial de 1 euro.

O padrão de preços constitui uma denominação *arbitrária* (Barbosa, 2010: 85) que, obviamente, “não é afetada pelas mudanças de valor do ouro” (Guerrero, 2010: 17). Por exemplo, se 1 euro for a designação monetária de 10 gramas de ouro, essa razão de conversão ou “taxa de câmbio” manter-se-á por muito que varie a produtividade do trabalho no setor aurífero e, portanto, o tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado nesses 10 gramas de ouro.

Todavia, por outro lado, é preciso realçar que “o Estado fixa, por convenção, um padrão de preços nacional, *mas (...) não pode influenciar o valor do ouro, nem os valores de quaisquer mercadorias*” (Nelson, 1999: 82, *italico nosso*). Consideremos o seguinte exemplo: Se tanto em 1 Kg de açúcar como em 10 gramas de ouro estiver cristalizada 1 hora de trabalho socialmente necessário, e 1 euro for a denominação monetária de 10 gramas de ouro, então 1 Kg de açúcar terá o *preço* de 1 euro.

Se a produtividade no setor aurífero duplicar, então em 1 hora de trabalho socialmente necessário serão produzidos 20 gramas de ouro. Note-se que esta alteração do valor do ouro não provoca qualquer modificação do padrão de preços: tal como na situação inicial, 1 euro continua a ser a designação monetária de 10 gramas de ouro. Assim, a alteração do valor do ouro repercute-se somente no *valor de troca* do açúcar: o *preço* de 1 Kg de açúcar subirá de 1 para 2 euros, embora o seu *valor* não tenha sofrido qualquer alteração (1 Kg de açúcar continua a ser o produto de 1 hora de trabalho socialmente necessário, que se troca pelo produto de 1 hora de trabalho socialmente necessário no ramo aurífero, 20 gramas de ouro).

É perfeitamente claro que o trabalho socialmente necessário continua a ser a *medida comum*, imanente do valor, aquilo que possibilita a equação do valor das mercadorias com o valor da mercadoria-dinheiro. Neste caso, em primeiro lugar, a equação do valor de 1 Kg de açúcar com o valor de 10 gramas de ouro e, seguidamente, do valor de 1 Kg de açúcar com o valor de 20 gramas de ouro.

1.3.3 – O dinheiro como meio de circulação

1.3.3.1 – A metamorfose das mercadorias

O processo de troca realiza-se através de duas metamorfoses complementares: transformação da mercadoria em dinheiro e retransformação do dinheiro em mercadoria. O produtor vende a mercadoria A (um não-valor de uso para si) e, com o dinheiro obtido, compra a mercadoria B (um valor de uso para si). A racionalidade subjacente a este ato é “vender, para comprar” (Marx, 1996a/1867: 228-229). Esta forma do processo de intercâmbio das mercadorias, habitualmente designada por *circulação simples*, pode ser expressa do seguinte modo:

Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria

I.e., $M - D - M$

No que se refere ao seu conteúdo material, o movimento traduz a troca de uma mercadoria por outra mercadoria. A primeira metamorfose da mercadoria corresponde à sua transformação da mercadoria em dinheiro, i.e., a $M - D$. Esta metamorfose traduz o “salto mortal da mercadoria” (Ibid.: 229), porquanto ela tem de representar o seu valor no corpo da mercadoria-dinheiro – o seu valor tem de ser *realizado* através da sua venda –, mas esse ato não está garantido de antemão.

A mercadoria tem de provar ser “socialmente válida”, ou seja, que é um valor de uso para os possuidores de dinheiro; em outros termos, o trabalho despendido na sua produção tem de provar que é *de facto* socialmente útil (Ibid.). Para além disso, cada produtor privado enfrenta a concorrência dos demais. Assim, não sabe se a quantidade que produziu da sua mercadoria será absorvida pelo mercado, nem se o trabalho despendido na sua produção corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário (Ibid.: 230).

Em suma, a metamorfose $M - D$ pode ser entravada: i) se foi despendido mais trabalho do que aquele socialmente necessário em cada mercadoria unitária, situação em que as mercadorias devêm invendáveis em virtude do seu preço excessivo; ii) se foram produzidas demasiadas mercadorias de uma dada espécie face à procura social solvente, o que significa que foi desperdiçado trabalho do ponto de vista social e que, portanto, não é reconhecido como trabalho socialmente necessário.

A segunda metamorfose da mercadoria corresponde à retransformação do dinheiro em mercadoria, i.e., a $D - M$ (Ibid.: 232-233). Na medida em que uma compra é simultaneamente uma venda, a segunda metamorfose de uma mercadoria representa sempre a primeira metamorfose de outra mercadoria (Ibid.: 233).

“As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias formam um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. Aqui, no entanto, a própria mercadoria é determinada antiteticamente. Ela é não-valor de uso no ponto de partida, valor de uso no ponto final para seu possuidor” (Ibid.: 234).

O entrelaçamento das metamorfoses do mundo das mercadorias constitui o processo de circulação: “O ciclo descrito pela série de metamorfoses de cada mercadoria entrelaça-se, portanto, inextricavelmente, com os ciclos de outras mercadorias. O processo em seu conjunto apresenta-se como circulação de mercadorias” (Ibid.). Nos *Grundrisse*, Marx faz esta observação:

“Uma determinação essencial da circulação é que ela faz circular valores de troca (...), valores determinados como *preços*. Para a circulação são necessárias sobretudo duas coisas: *primeira*: o pressuposto das mercadorias como preço; *segunda*: não atos de troca singulares, mas um ambiente de trocas, uma totalidade de trocas em contínuo fluxo e operando mais ou menos em toda a superfície da sociedade; um sistema de atos de troca.” (Marx, 2011b/1857-58: 135, itálico no original)

A circulação das mercadorias distingue-se do mero intercâmbio de produtos porquanto rompe a “identidade imediata” entre a alienação do produto do seu trabalho e a aquisição do produto do trabalho alheio (Marx, 1996a/1867: 236). Ninguém é obrigado a comprar uma mercadoria pelo simples facto de ter efetuado uma venda e, assim, adquirido dinheiro. A não coincidência temporal das duas metamorfoses complementares da mercadoria – compra e venda – implica a possibilidade latente de crise: através das crises é reafirmada “de forma violenta” a unidade do processo de troca (Ibid.).

“A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho

concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade (...) das crises” (Ibid.).

Finalmente é preciso salientar que o processo de circulação das mercadorias representa uma autonomização das relações sociais:

“Embora a totalidade desse movimento [de circulação, NM] apareça agora como processo social, e ainda que os momentos singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge de maneira natural e espontânea; totalidade que, sem dúvida, resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade. O seu próprio entrechoque produz um poder social que lhes é *estranho*, que está acima deles; sua própria interação [aparece] como processo e poder independentes deles.” (Marx, 2011b/1857-58: 144, *itálico no original*)

Na sociedade burguesa, a divisão do trabalho torna os produtores independentes, mas, simultaneamente, torna “independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo”, pelo que “a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (Marx, 1996a/1867: 231). A transformação do produto do trabalho em mercadoria exige a sua transformação ulterior em dinheiro, mas “o sucesso dessa transubstanciação” é perfeitamente “aleatório” (Ibid.).

1.3.3.2 – O curso do dinheiro e o dinheiro simbólico

O movimento imprimido ao dinheiro pela circulação de mercadorias constitui o seu *curso* (Marx, 1996a/1867: 237). Ele traduz a transferência sucessiva do dinheiro das mãos dos compradores para os vendedores de mercadorias. O dinheiro possui então uma segunda função: aquela de meio de circulação (Ibid.: 238), isto é, de mediador da “troca efetiva das mercadorias” (Heinrich, 2012: 66). No cumprimento desta função, “o dinheiro é simplesmente um servidor do movimento das mercadorias” (Shortall, 1994: 229).

“Na medida em que medeia a troca das mercadorias, i.e., nesse caso, medeia a sua circulação, logo, é meio de troca, o dinheiro é *instrumento da circulação* (...); porém, na medida em que, nesse processo, ele mesmo é posto a circular, gira, cumpre um movimento próprio, ele próprio tem uma *circulação, circulação monetária, curso do dinheiro*. (...) Se o dinheiro faz circular as mercadorias, as mercadorias fazem circular o dinheiro. Por conseguinte, a circulação das mercadorias e a circulação do dinheiro condicionam-se reciprocamente.” (Marx, 2011b/1857-58: 133-134, *itálico no original*)

Marx constata que “a circulação do dinheiro, assim como a da mercadoria, parte de uma infinidade de pontos distintos e retorna a uma infinidade de pontos distintos” (Ibid.: 133). No entanto, enquanto cada mercadoria, após ter sido vendida, abandona o processo de circulação para ser consumida enquanto valor de uso, o dinheiro, pelo contrário, existe e movimenta-se *sempre* na esfera da circulação (Marx, 1996a/1867: 238-239).

A “forma característica do dinheiro” enquanto meio de circulação é a *moeda* (Itoh & Lapavistas, 1999: 43). A sua cunhagem é uma tarefa que recai sobre o Estado (Ibid.). Nos primórdios do modo de produção capitalista, as moedas eram cunhadas em metal precioso com um peso estandardizado (Marx, 1996a/1867: 245).¹⁵¹ Ainda, “assim que o dinheiro

¹⁵¹ Normalmente em ouro, mas em alguns casos também em prata.

metálico é cunhado em moedas com um peso padronizado, surge o problema do desgaste dessas moedas. A circulação constante implica que o peso das moedas caia significativamente abaixo do seu peso nominal facial” (Shortall, 1994: 230).

Acresce que os custos de produção da mercadoria-dinheiro são extremamente avultados (T. Thomas, 2009: 21) e improdutivos do ponto de vista da economia capitalista no seu conjunto (Mattick, 1978: 63). Em ultimo lugar, a velocidade de circulação do dinheiro-ouro é lenta e, portanto, abrandando o processo de circulação das mercadorias (T. Thomas, 2009: 21). Deste modo, “o próprio funcionamento da troca abre espaço para o surgimento do dinheiro simbólico” (Itoh & Lapavistas, 1999: 44), visto que “o dinheiro-ouro é uma forma social adequada para expressar os valores das mercadorias; porém, ele (...) não se mostra apropriado para funcionar como meio de troca, isto é, como moeda” (Prado, s.d.: 5).

Historicamente, então, no desempenho da sua função como meio de circulação, o dinheiro-ouro é progressivamente “substituído por símbolos ou signos de si mesmo” (Gorender, 1982: xv), como sejam moedas de metal não-precioso e, sobretudo, papel-moeda sem valor (Ibid.: xvi; Guerrero, 2010: 18-19). À semelhança do dinheiro áureo, o dinheiro simbólico é emitido pelo Estado (Itoh & Lapavistas, 1999: 44).

Deve notar-se que, como o próprio nome indica, o dinheiro simbólico funciona como um mero *substituto*, como um *símbolo do valor* do dinheiro áureo *exclusivamente na função de meio de circulação* (De Brunhoff, 1976: 36); “Sob a tutela do Estado, as notas e as moedas simbólicas podem circular e substituir a quantidade de ouro que teria sido requerida pela circulação” das mercadorias (Brewer, 1984: 32). É justamente por essa razão que o dinheiro circulante pode vir a ser algo completamente desprovido de valor: ele limita-se a *representar* ou expressar o valor do dinheiro *real*.

O facto a reter é que o dinheiro-ouro continua a desempenhar a função de medida do valor (e de padrão de preços), isto é, o dinheiro simbólico está *ancorado* no valor da mercadoria-dinheiro e pode ser convertido pelo seu detentor, em qualquer momento, na mesma.¹⁵² Por outras palavras, “para Marx, a natureza do dinheiro é determinada em primeira instância pelo seu papel como medida do valor, e apenas em segunda instância pela sua função como meio de compra” (Nelson, 1999: 91). Isto significa que “o papel do dinheiro como medida do valor é (...) predominante face ao seu papel de meio de circulação” (Ibid.: 73). Felton Shortall sintetiza a relação entre as duas funções do dinheiro deste modo:

“Na qualidade de mero substituto ou símbolo, o carácter do dinheiro na sua função de meio de circulação é diametralmente oposto àquele que assume na sua função de medida universal do valor. Na sua primeira função, o dinheiro está presente apenas como dinheiro ideal ou imaginário. Não é preciso que a mercadoria-dinheiro esteja presente na sua realidade material plena para que uma mercadoria expresse o seu valor intrínseco sob a forma do seu preço. Mas embora não seja preciso que o dinheiro esteja realmente presente, a atribuição de um preço à mercadoria pressupõe, não obstante, a existência real do dinheiro como uma materialização real do trabalho humano. Se o ouro não possuísse uma existência real, então as mercadorias seriam incapazes de expressar o seu valor numa quantidade nominal do seu peso. Todavia, agora, na sua função de meio de circulação, o dinheiro deve possuir uma *presença* real de modo a que o preço da mercadoria possa ser realizado; mas apenas necessita de estar presente enquanto símbolo ou substituto de si mesmo. Assim, a característica vital do dinheiro é agora a sua *presença* real, ao invés da sua *existência* real enquanto materialização do trabalho abstrato social.” (Shortall, 1994: 231, *itálico no original*)

¹⁵² Durante muito tempo existiu uma taxa de câmbio oficial do dinheiro simbólico em dinheiro-ouro fixada pelo Estado. Hoje em dia, essa conversibilidade oficial desapareceu, mas continua a ser possível converter o dinheiro simbólico – agora designado por “dinheiro fiduciário de curso forçado” – nos mercados apropriados. Este assunto será retomado em 3.9.

Portanto, Marx estava perfeitamente ciente que

“o dinheiro-ouro (...) não se mantém ao longo do tempo como o meio que intermedia efetivamente as trocas de mercadorias. (...) O ouro monetário mantém a propriedade de permutabilidade geral, mas ela se torna cada vez mais uma potência que nunca de facto se efetiva; na prática, ela passa a ser detida pelo dinheiro simbólico (...) na circulação de mercadorias.” (Prado, s.d.: 3)

Segundo Eleutério Prado, a identificação destas duas funções, sob a forma do ouro, no 1º capítulo do Livro Primeiro de *O Capital* resulta meramente do “modo de exposição” teórico de Marx (Ibid.). No decurso da sua exposição, mormente no 3º capítulo, as funções do dinheiro *dissociam-se*, espelhando a evolução empírica do dinheiro na sociedade capitalista: o ouro passa a desempenhar apenas o papel de medida dos valores, enquanto o dinheiro simbólico adquire o papel de meio de circulação (Ibid.). O nó da questão é que a função de medida do valor – a pedra angular do sistema monetário moderno – tem, de acordo com Marx, de ser cumprida forçosamente pelo ouro ou por outra mercadoria-dinheiro com valor intrínseco, i.e., na qual foi despendido trabalho abstrato e socialmente necessário.

1.3.3.3 – A determinação do volume de meio circulante

O valor das mercadorias e o valor da mercadoria-dinheiro são ambos determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário requerido pela sua produção, portanto, *antes* dos atos de troca que compõem a circulação (Shortall, 1994: 232-233). Neste sentido, “sendo o valor total das mercadorias uma grandeza predeterminada, é a grandeza do valor [das mercadorias, NM] que necessita de ser circulado que determina a quantidade de dinheiro, com um certo valor, que circula” (Ibid.: 233).

Na ótica de Marx, a “variação da quantidade total de dinheiro em circulação reflete os movimentos dos preços determinados pelos valores” (Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch, 1975: 111). O volume de meio circulante exigido pelo processo de circulação das mercadorias é, pois, “determinado pela soma dos preços” das mesmas (Marx, 1996a/1867: 239). Assim, o volume de dinheiro circulante varia no mesmo sentido da soma dos preços a ser realizada: subindo caso esta aumente e descendo caso esta diminua (Ibid.). Se pressupusermos o volume das mercadorias como uma grandeza dada, a massa do dinheiro circulante acompanhará as flutuações dos seus preços (Ibid.: 240).

Uma vez que a mesma peça monetária pode mediar a circulação de várias mercadorias num determinado intervalo temporal (por exemplo: A compra a B uma mercadoria com uma moeda de 2 euros; de seguida, B compra uma mercadoria a C com essa mesma moeda de 2 euros, que, por sua vez, pode comprar a D outra mercadoria, etc.), o volume do dinheiro que funciona como meio circulante é dado pela razão entre a soma dos preços das mercadorias e o número de cursos das peças monetárias, i.e., a “velocidade de circulação”:

$$\text{Volume do dinheiro circulante} = \frac{\text{Soma dos preços das mercadorias}}{\text{Número de cursos das peças monetárias}}$$

Deste modo, se a velocidade de circulação das peças monetárias crescer, o volume do dinheiro circulante diminuirá e vice-versa (Ibid.: 242). A velocidade de circulação traduz a velocidade da mudança de forma das mercadorias, ou seja, a fluidez do *entrelaçamento das metamorfoses das diferentes mercadorias*; a velocidade aumenta se a complementaridade entre compra e venda ocorrer *de facto*, e diminui caso ambas se dissociem e autonomizem (Ibid.).

Vimos, no item anterior, que o ouro é progressivamente substituído pelo dinheiro simbólico – papel-moeda, por exemplo – como meio circulante. Apesar disso, “o papel-moeda (...) continua dependente da sua relação com o ouro. A lei específica da circulação de papel-moeda enuncia que: «a emissão de papel-moeda não deve exceder a *quantidade* de ouro (...) que circularia de facto caso não fosse substituída por símbolos»” (Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch, 1975: 112, *itálico no original*). Suzanne De Brunhoff partilha esta opinião: “o papel-moeda é apenas um símbolo do ouro e a sua circulação é, em última análise, regulada pela necessidade de dinheiro metálico” (De Brunhoff, 1976: 35-36).

Por exemplo, seja o padrão de preços dado pela equação 1 euro = 1 Kg de ouro. Seja o valor da massa de mercadorias produzidas anualmente num certo país equivalente ao valor de 200 Kg de ouro, nos quais estão cristalizadas, por hipótese, 20 000 horas de trabalho socialmente necessário. Para facilitar o raciocínio, assumamos que cada peça monetária cumpre apenas um curso anual. Neste caso, para circular a massa de mercadorias produzidas será preciso um volume de meio circulante que represente 200 Kg de ouro; dado o nosso padrão de preços, é preciso que o Estado emita 200 euros em papel-moeda (40 notas de 5 euros, por hipótese).

1.3.4 – O dinheiro como dinheiro

Podemos concluir que “uma mercadoria converte-se em dinheiro enquanto é uma unidade de medida de valor e meio de circulação, ou, dito de outro modo, o dinheiro é a unidade de medida de valor e meio de circulação” (Marx, 1982a/1859: 92).¹⁵³ O dinheiro é, pois, a “figura do valor exclusiva ou única existência adequada do valor de troca perante todas as demais mercadorias, enquanto simples valores de uso” (Marx, 1996a/1867: 250).

O dinheiro como dinheiro, ou “dinheiro real”, possui funções específicas: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. O entesouramento apenas é possível retirando o dinheiro da circulação, i.e., impedindo-o de circular e de dissolver-se na compra de bens e serviços: “o dinheiro começa por afirmar a sua própria independência face às outras mercadorias retirando-se do processo de circulação das mercadorias e convertendo-se num tesouro” (Shortall, 1994: 240).

Deste modo, “o entesouramento concentra a capacidade de comprar e pagar numa forma autónoma”, pelo que o dinheiro acumulado “confere ao seu detentor um enorme poder social” (Itoh & Lapavistas, 1999: 46). É verdade que “os metais preciosos entesourados são acumulações de valor, logo de riqueza, numa forma durável” (Ibid.), mas em contrapartida exigem o autossacrifício do indivíduo, que em nome da acumulação de dinheiro – riqueza geral –, tem de abster-se de consumir riquezas concretas (Marx, 1996a/1867: 253). Frugalidade, avareza e ascetismo são os traços característicos do entesourador.

O dinheiro entesourado cumpre igualmente uma função importante do ponto de vista social. Conforme teremos oportunidade de constatar, ao longo da 1ª Parte, a criação de reservas monetárias desempenha um papel crucial no seio da economia capitalista, nomeadamente na formação de capital latente – o investimento pressupõe normalmente a acumulação prévia de um montante mínimo de dinheiro (cf. 2.5.3) – e no desenvolvimento do sistema de crédito moderno, i.e., na socialização das poupanças da sociedade no seu conjunto (cf. 3.8).

O desenvolvimento da circulação de mercadorias cria condições para que a sua venda e a realização do seu preço se dissociem temporalmente (Ibid.: 254). Assim, “o ato de vender, M – D, pode ser dividido em dois: o adiantamento da mercadoria contra a promessa de pagamento posterior, e a subsequente intervenção do dinheiro na regularização da promessa

¹⁵³ “Somente enquanto unidade de medida do valor e de meio de circulação é que o dinheiro é realmente *dinheiro*, isto é, *uma corporização independente do valor*” (Heinrich, 2012: 68, *itálico no original*).

de pagamento” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 47). O vendedor converte-se em credor e o comprador em devedor; nasce assim outra função do dinheiro como dinheiro: aquela de meio de pagamento (Marx, 1996a/1867: 255).

Nesta situação, a mercadoria não é trocada imediatamente por dinheiro, mas, ao invés, o seu preço “mede a obrigação [futura] do comprador” (Ibid.). Note-se que “a presença real do dinheiro é somente diferida” (Shortall, 1994: 241). Uma vez vencido o prazo acordado, o dinheiro “entra realmente em circulação” para saldar a dívida (Marx, 1996a/1867: 256). Enquanto meio de pagamento, o dinheiro “conclui uma compra que já aconteceu” (Heinrich, 2012: 68). Por conseguinte, “a forma do dinheiro que emerge da sua função de meio de pagamento é o dinheiro de crédito” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 48).¹⁵⁴

Finalmente, a terceira função do dinheiro como dinheiro é aquela de dinheiro mundial. No interior das fronteiras nacionais, a mercadoria-dinheiro pode ser substituída, na função de meio de circulação, por dinheiro simbólico avalizado pelo Estado (Brewer, 1984: 33). Todavia, nas transações internacionais o dinheiro tem de ser aceite *universalmente* e, portanto, despojado de “quaisquer peculiaridades nacionais” (Itoh & Lapavistas, 1999: 51). Isto significa que “o dinheiro mundial é puramente metálico” (Ibid.), i.e., circula sob a forma de “barras de ouro” (Brewer, 1984: 33).

Segundo Marx, na qualidade de dinheiro mundial o modo de existência do dinheiro adequa-se *plenamente* ao seu conceito como “forma universal do valor” (Shortall, 1994: 242). Converte-se em “*dinheiro universal*” (Marx, 1982a/1859: 107, *itálico no original*) que desempenha a função de equivalente *geral*:

“Ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais do padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor, e reassume a forma originária de barras dos metais preciosos. (...) É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito (...). O dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral” (Marx, 1996a/1867: 261-262).

Em suma,

“No mercado mundial, o dinheiro pode ser utilizado como meio de circulação com vista a mediar uma venda, como meio de pagamento, para fechar uma venda, ou como a «materialização social da riqueza universalmente aceite» quando (...) é usado (...) para transferir riqueza de um país para outro (por exemplo, após uma guerra).” (Heinrich, 2012: 69)

Na prática, os fluxos de ouro entre países não-produtores de ouro, na época de Marx, traduziam normalmente a necessidade de consolidar a balança comercial e a balança de pagamentos (Brewer, 1984: 167). Os bancos centrais dos países que desejavam participar no comércio internacional eram obrigados a manter uma reserva de ouro para fazer face a

¹⁵⁴ Heinrich salienta que “o termo «meio de pagamento» é utilizado por Marx apenas nesta aceção; na vida quotidiana contemporânea, assim como na ciência económica contemporânea, qualquer dinheiro utilizado para pagar uma compra é descrito como meio de pagamento, independentemente do pagamento ser feito a pronto ou mais tarde” (Heinrich, 2012: 68-69). Ou seja, a *economics* subsume no mesmo conceito de “meio de pagamento” as duas funções do dinheiro que Marx distingue como “meio de circulação” e “meio de pagamento”.

eventuais saldos comerciais deficitários (Itoh & Lapavistas, 1999: 51).¹⁵⁵ Conforme explica Paul Mattick, “uma vez que os débitos e os créditos dos diferentes países podem não se compensar mutuamente, os créditos residuais são saldados por transferências de ouro, de modo a conseguir uma balança de pagamentos equilibrada” (Mattick, 2010/1969: 227-228).

1.3.5 – Primeiros apontamentos sobre o fenómeno da inflação

1.3.5.1 – Relação entre o valor do ouro e o valor das mercadorias

Com vista a identificar as causas de uma eventual subida generalizada dos preços é preciso, antes de tudo, averiguar a relação que se estabelece entre a evolução do valor das mercadorias e a evolução do valor da mercadoria-dinheiro – o ouro. Convém relembrar que o preço das mercadorias nada mais é do que o seu *valor de troca* face ao ouro. Assim, “os preços (...) podem subir ou cair devido a uma mudança do valor das mercadorias em causa ou em virtude de uma mudança do valor do ouro” (Brewer, 1984: 29).

Note-se que há forçosamente uma *décalage* entre valor e preço, pois o valor de uma mercadoria apenas mudará se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la se alterar, mas o seu preço – o seu valor de troca – pode variar em virtude de uma alteração do valor do ouro, i.e., do tempo de trabalho socialmente necessário no ramo aurífero (De Brunhoff, 1976: 27). Suponha-se, por exemplo, que “o valor do ouro cai, porque pode agora ser produzido de modo mais barato. Será necessário, então, mais ouro para representar o mesmo valor (os preços em ouro serão mais elevados)” (Brewer, 1984: 31).

As inúmeras combinações possíveis das variações do valor das mercadorias e/ou do valor do ouro estão descritas no Quadro 1.1 (cf. página seguinte). Faremos apenas uma leitura (detalhada) das duas primeiras colunas da primeira linha do quadro, porquanto o aumento contínuo da produtividade traduz a realidade empírica da sociedade capitalista.¹⁵⁶ Para facilitar a interpretação, será utilizado um exemplo numérico que ilustra a relação entre a variação do valor de apenas um tipo de mercadoria – o açúcar – e o valor do ouro.

Porém, é fácil fazer uma extrapolação para a economia no seu conjunto: as variações do valor do ouro afetam por igual e simultaneamente o valor de troca de *todas* as mercadorias. Por outro lado, no que toca às restantes mercadorias, a generalização é facilmente conseguida se em vez da produtividade no setor açucareiro pensarmos na *produtividade média* da economia (excluindo o setor aurífero).

Consideremos, então, o seguinte exemplo. *O padrão de preços definido pelo Estado estabelece que 1 euro é a designação monetária de 1 Kg de ouro e manter-se-á inalterado.* Na situação inicial, 2 horas de trabalho socialmente necessário estão cristalizadas tanto em 2 Kg de açúcar como em 2 Kg de ouro. O preço de 2 Kg de açúcar é, pois, de 2 euros. Cada quilograma de açúcar tem o preço de 1 euro. Temos, portanto:

$$2 \text{ horas de trabalho socialmente necessário} = 2 \text{ Kg de açúcar} = 2 \text{ Kg de ouro} = 2 \text{ euros (1€/Kg)}$$

Vamos supor que o valor do açúcar diminui em virtude do aumento da produtividade do trabalho no ramo açucareiro, de tal modo que em 2 horas tempo de trabalho socialmente necessário sejam produzidos 4 Kg de açúcar. A nova situação é a seguinte:

$$2 \text{ horas de trabalho socialmente necessário} = 4 \text{ Kg de açúcar} = 2 \text{ Kg de ouro} = 2 \text{ euros (0,5€/Kg)}$$

¹⁵⁵ Hoje em dia, uma parte considerável das reservas dos bancos centrais já não assume a forma de barras de ouro, mas de divisas de uma potência capitalista, normalmente dólares norte-americanos. Esta questão será retomada em 3.9.

¹⁵⁶ Todavia, a lógica de análise das outras células do quadro seria em tudo idêntica.

Quadro 1.1 – Valor do ouro e valor das mercadorias

		Valor do ouro		
		Diminui	Constante	Aumenta
Valor das mercadorias	Diminui	- Preços diminuem se o aumento da produtividade no ramo das mercadorias for superior ao do ramo aurífero; ou seja, se diminuição do valor das mercadorias suplantam diminuição do valor do ouro - Preços constantes se o aumento da produtividade nos dois ramos for idêntico; ou seja, se a diminuição do valor das mercadorias for idêntica à diminuição do valor do ouro - Preços aumentam se o aumento da produtividade no ramo aurífero for superior ao do ramo das mercadorias; ou seja, se a diminuição do valor do ouro suplantam a diminuição do valor das mercadorias	Preços diminuem	Preços diminuem
	Constante	Preços aumentam	Preços constantes	Preços diminuem
	Aumenta	Preços aumentam	Preços aumentam	- Preços diminuem se o aumento do valor do valor do ouro for superior ao aumento do valor das mercadorias - Preços constantes se o aumento do valor do ouro for idêntico ao aumento do valor das mercadorias - Preços aumentam se o aumento do valor das mercadorias for superior ao aumento do valor do ouro

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch (1975: 110).

Constata-se que a diminuição do valor da mercadoria, mantendo-se constante o valor do ouro (mercadoria-dinheiro), provoca uma diminuição do preço dessa mercadoria (2ª célula da 1ª linha do quadro). O preço de cada quilograma de açúcar (o seu valor de troca) caiu de 1 euro para 50 centimos.

Suponhamos, agora, que o valor do ouro diminui (1ª coluna da 1ª linha do quadro), em virtude do aumento da força produtiva do trabalho no ramo aurífero. Existem três cenários possíveis. Em primeiro lugar, o aumento da produtividade no ramo do açúcar pode ser superior àquele da produtividade no ramo aurífero, ou seja, a diminuição do valor do açúcar é superior à diminuição do valor do ouro. Assim, em duas horas de trabalho socialmente necessário passam a ser produzidos 4 Kg de açúcar (em vez de 2 Kg) e 3 Kg de ouro (em vez de 2 Kg):

2 horas de trabalho socialmente necessário = 4 Kg de açúcar = 3 Kg de ouro = 3 euros (0,75€/Kg)

Verifica-se que o preço de cada quilograma de açúcar caiu de 1 euro para 75 cêntimos; logo, um incremento da produtividade no ramo de uma mercadoria superior àquele da produtividade no ramo aurífero provoca uma diminuição do preço da mercadoria (1ª coluna da 1ª linha do quadro).

Em segundo lugar, o aumento da produtividade no ramo do açúcar pode ser igual ao aumento da produtividade no ramo da mineração, ou seja, a diminuição do valor do açúcar é igual à diminuição do valor do ouro. Deste modo, em duas horas de trabalho socialmente necessário são produzidos 4 Kg de açúcar (em vez de 2 Kg) e igualmente 4 Kg de ouro (em vez de 2 Kg):

2 horas de trabalho socialmente necessário = 4 Kg de açúcar = 4 Kg de ouro = 4 euros (1€/Kg)

Como se depreende, o preço de cada quilograma de açúcar não sofreu qualquer alteração (1 euro). Assim, um aumento da produtividade no ramo de uma mercadoria idêntico àquele da produtividade no ramo mineiro significa que o preço dessa mercadoria permanece constante (1ª coluna da 1ª linha do quadro).

Finalmente, em terceiro lugar, o aumento da produtividade no ramo aurífero pode superar o aumento da produtividade no ramo açucareiro, ou seja, o valor do ouro pode diminuir de modo mais acentuado do que o valor do açúcar. Assim, em duas horas de trabalho socialmente necessário serão produzidos 4 Kg de açúcar (em vez de 2 Kg) e 8 Kg de ouro (em vez de 2 Kg):

2 horas de trabalho socialmente necessário = 4 Kg de açúcar = 8 Kg de ouro = 8 euros (2€/Kg)

Conclui-se que o preço de cada quilograma de açúcar duplicou, passando de 1 para 2 euros. Consequentemente, quando a produtividade do ramo mineiro supera aquela do ramo da mercadoria, o preço dessa mercadoria aumenta (1ª coluna da 1ª linha do quadro).

Jacobi, Bergmann e Mueller-Jentsch sintetizam habilmente a relação existente, na teoria marxiana, entre o valor do ouro, o valor das mercadorias e o preço das mercadorias:

“É a quantidade de trabalho socialmente necessário corporizado numa mercadoria que determina o seu valor. (...) O dinheiro pode desempenhar a sua função como medida do valor porque a própria mercadoria-dinheiro, o ouro, contém aquilo que produz valor, i.e., tempo de trabalho. Deste modo, Marx integra a teoria do valor-trabalho com a sua teoria do dinheiro. Está implícita nesta integração a noção de que tanto uma mudança do valor da mercadoria-dinheiro como do valor das outras mercadorias conduz a alterações dos preços. As mudanças do valor resultam de mudanças da produtividade.” (Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch, 1975: 110)

Neste contexto, é preciso distinguir os efeitos do aumento da produtividade num ramo de produção de uma determinada mercadoria e no ramo da produção aurífera. No primeiro caso, o aumento da força produtiva do trabalho provoca a diminuição do *valor* unitário dessa mercadoria. No segundo caso, o aumento da força produtiva do trabalho provoca uma diminuição do *valor* do ouro, logo, um aumento simultâneo do *valor de troca* – do *preço* – de todas as outras mercadorias, *ceteris paribus*.

Assim, o aumento da produtividade provoca uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado em cada mercadoria, mas, no caso do ramo da produção

de ouro, isso significa que uma dada unidade temporal (1 hora, 1 minuto, etc.) de trabalho passa a representar uma quantidade superior de ouro, logo, de dinheiro. A diminuição do valor do ouro significa que é preciso uma quantidade maior de ouro para adquirir a mesma quantidade de uma dada mercadoria (que contém o mesmo tempo de trabalho objetivado). Portanto, *o mesmo fator que contribui para a diminuição do valor unitário das mercadorias – o incremento da força produtiva do trabalho – contribui igualmente para o aumento do seu valor de troca face ao ouro.*

Em suma, o efeito do aumento da produtividade do trabalho sobre os preços depende do “resultado líquido” dos seus efeitos contrários num ramo de produção específico e no ramo aurífero:

- i) Se o aumento da produtividade no ramo *x* for superior ao aumento da produtividade no ramo aurífero, o preço (valor de troca) da mercadoria *x* diminui;
- ii) Se o aumento da produtividade no ramo aurífero for superior ao aumento da produtividade no ramo *x*, o preço (valor de troca) unitário da mercadoria *x* aumenta, apesar de o seu valor diminuir.

Estas conclusões podem ser extrapoladas para a economia na sua globalidade:

- iii) Se o aumento da produtividade *média* do trabalho nos vários ramos que compõem a economia capitalista for superior ao aumento da produtividade no ramo da mineração aurífera, assistir-se-á a uma situação de *deflação* ou descida generalizada do nível de preços;¹⁵⁷
- iv) Se o aumento da força produtiva do trabalho no ramo da mineração aurífera for superior ao aumento da produtividade *média* do trabalho nos vários ramos que compõem a economia capitalista, assistir-se-á a uma situação de *inflação* ou subida generalizada do nível de preços.

1.3.5.2 – Desvalorização do padrão de preços

Ainda que valor do ouro e/ou das mercadorias não se altere, o nível geral de preços pode sofrer alterações. Isso acontece por via da modificação do padrão de preços. Vimos em 1.3.2 que o estabelecimento do padrão de preços “depende apenas da lei e do poder do Estado”, sendo, “de certo modo, arbitrário” (Prado, s.d.: 5).

Portanto, pese embora o valor do ouro não se modifique, pode ocorrer uma desvalorização dos seus símbolos, i.e., do dinheiro simbólico, mormente do papel-moeda: “A inflação da moeda-papel significa apenas que uma quantidade crescente de dólares-papel, libras-papel, representa a mesma quantidade (e.g., um quilo) da mercadoria-dinheiro, o ouro” (Mandel, 1991/1981: 28).

Consideremos este exemplo ilustrativo. O Estado estabelece, inicialmente, o seguinte padrão de preços: 1 euro é a denominação monetária de 1 Kg de ouro. Tanto em 10 Kg de açúcar como em 1 Kg de ouro está cristalizada 1 hora de trabalho socialmente necessário. Assim, o preço de 10 Kg de açúcar corresponde a 1 euro, pelo que cada quilograma de açúcar tem o preço de 10 cêntimos:

$$1 \text{ hora de trabalho socialmente necessário} = 10 \text{ Kg de açúcar} = 1 \text{ Kg de ouro} = 1 \text{ euro} (0,1\text{€}/\text{Kg})$$

Suponhamos, agora, que o Estado decide desvalorizar – não importa a razão subjacente a esta decisão – o padrão de preços vigente na economia doméstica, de tal maneira

¹⁵⁷ Com efeito, ao longo do século XX, a produtividade no setor mineiro foi sistematicamente inferior à do resto da economia. Todavia, esse facto não se traduziu em deflação mas, ao invés, numa inflação moderada *persistente*, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial. As razões que explicam este aparente paradoxo serão aduzidas em 3.9.

que 10 euros passam a ser a denominação monetária de 1 Kg de ouro. Tal como na situação inicial, continua a estar cristalizada 1 hora de trabalho socialmente necessário em 10 Kg de açúcar e em 1 Kg de ouro, isto é, a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o valor do açúcar e do ouro não sofreram qualquer alteração. Todavia, os 10 Kg de açúcar possuirão atualmente o preço 10 euros, pelo que cada quilograma de açúcar terá o preço de 1 euro:

1 hora de trabalho socialmente necessário = 10 Kg de açúcar = 1 Kg de ouro = 10 euros (1€/Kg)

Embora o valor do açúcar se tenha mantido inalterado, o seu preço decuplicou em virtude da desvalorização do padrão de preços promovida pelo Estado. O mesmo aconteceu, naturalmente, com todas as mercadorias produzidas, porquanto o novo padrão de preços aplica-se-lhes por igual automaticamente. Obviamente que esta decuplicação do nível geral dos preços exigirá 10 vezes mais meio circulante caso a velocidade de circulação do dinheiro não se altere.

1.3.5.3 – Emissão excessiva de meio circulante

Verificámos em 1.3.3.2 que o dinheiro, na sua função de meio de circulação, pode ser substituído por dinheiro simbólico, nomeadamente por papel-moeda desprovido de valor. Todavia, esse papel-moeda funciona apenas como substituto da quantidade de ouro que seria necessária para circular a soma dos preços das mercadorias produzidas (cf. 1.3.3.3). Ora, existe a possibilidade de ocorrer uma emissão excessiva de dinheiro fiduciário, como meio de circulação, face às necessidades reais da economia. Essa emissão excedentária acarretará uma desvalorização das notas em circulação: “emissões excessivas de papel-moeda estatal diminuem o «valor» que cada nota representa” (Nelson, 1999: 87).

Felton Shortall coloca a questão nos seguintes termos:

“[S]egundo Marx, a quantidade de dinheiro circulante é determinada, dada a sua velocidade de circulação, pelo seu valor predeterminado e pelo valor das mercadorias que precisam de circular. Todavia, se o dinheiro-ouro for substituído por papel-moeda, então este papel-moeda funcionará como meio de circulação na medida em que for capaz de simbolizar o valor do dinheiro-ouro. O valor total deste papel-moeda será, portanto, igual ao valor do dinheiro-ouro que simboliza, i.e., do dinheiro-ouro requerido para circular o valor total das mercadorias. Assim, por exemplo, se o valor nominal deste papel-moeda for duplicado através da duplicação do número de notas em circulação, então o valor real *total* deste dinheiro permanecerá igual; mas, neste caso, o valor real de cada nota cairá para metade. Deste modo, na ótica de Marx a teoria quantitativa do dinheiro aplica-se ao papel-moeda porque ele é um dinheiro puramente simbólico.” (Shortall, 1994: 233-234, *itálico nosso*)

Como vem sendo habitual, julgo que um exemplo numérico ajudará a entender este processo inflacionista. A unidade monetária é o dólar e vamos assumir que cada peça monetária – cada nota de 1 dólar – só circula uma vez por ano, ou seja, a velocidade de circulação é retirada da equação para simplificar o raciocínio. O valor da massa de mercadorias produzidas anualmente é equivalente a 1000 Kg de ouro, nos quais estão cristalizadas, por hipótese, 100 000 horas de trabalho socialmente necessário.

O papel-moeda, como meio de circulação, é um mero substituto do ouro, pelo que a sua quantidade dependerá da quantidade de ouro que seria necessária para circular a massa de mercadorias produzidas. O padrão de preços, definido pelo Estado, enuncia que 1 Kg de ouro = 100 dólares. Assim, são necessários 100 000 dólares em papel-moeda (por hipótese, 100 000 notas com o valor facial de 1 dólar) para circular a totalidade das mercadorias.

Se o Estado emitir 200 000 notas com o valor facial de 1 dólar, então circulará o dobro do papel-moeda requerido, pelo que o valor *real* ou “poder de compra” de cada nota cairá para metade. A oferta excedentária de papel-moeda face às necessidades de circulação será absorvida através da inflação: o *preço* das mercadorias *duplicará* para 200 000 euros.¹⁵⁸ Note-se, contudo, que a massa de mercadorias produzida continuará a ter o mesmo *valor*, porque não se alterou o tempo de trabalho socialmente necessário que nela está cristalizado: 100 000 horas de trabalho socialmente necessário continuam a ser o valor equivalente de 1000 Kg de ouro.¹⁵⁹

A guisa de conclusão, importa reter que o principal perigo da utilização do dinheiro simbólico como meio de circulação, sobretudo hoje em dia, quando já não existe um lastro físico em ouro proporcionado pela conversibilidade oficial do dinheiro fiduciário, é o seu potencial inflacionário. Desta maneira, “se o Estado emitir demasiado papel-moeda em relação à quantidade de ouro que ele representa, o papel-moeda desvalorizar-se-á e o aumento dos preços absorverá as notas excedentárias” (De Brunhoff, 1976: 36). Deve ser realçado que a inflação não decorre da utilização exclusiva do papel-moeda como meio de circulação, mas da sua emissão excessiva em relação às necessidades reais de circulação.¹⁶⁰

1.3.6 – Digressão: a impossibilidade do “dinheiro-trabalho”

1.3.6.1 – No capitalismo o trabalho não é diretamente social

Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx refere que John Gray foi o primeiro autor a introduzir a teoria do dinheiro-trabalho (posteriormente advogada por Darimon, Proudhon, etc.). Segundo Gray, se o tempo de trabalho fosse a “unidade de medida imediata” do valor, todos os problemas do modo de produção capitalista seriam eliminados (Marx, 1982a/1859: 67). Esta reforma consistiria no seguinte: “em troca da mercadoria, o produtor obteria um certificado oficial de valor, isto é, um recibo de um quanto de tempo de trabalho contido na sua mercadoria” (Ibid.). Assim, os metais preciosos perderiam o seu estatuto privilegiado enquanto dinheiro (Ibid.). Marx enuncia o problema deste modo:

“Tendo em vista que o tempo de trabalho é a medida imanente dos valores, por que fazer valer paralelamente outra medida exterior? Por que o valor (...) se desenvolve em preço?

¹⁵⁸ Atente-se que o resultado seria o mesmo caso o Estado decidisse que o padrão de preços era agora dado por 1 Kg = 200 dólares, situação em que as necessidades de dinheiro circulante duplicariam, *ceteris paribus*.

¹⁵⁹ Em *Late Capitalism*, Ernest Mandel apresenta um exemplo cuja lógica é bastante parecida com aquela do meu exemplo (os valores deste exemplo de Mandel foram alterados para euros): “[N]ão devem ser emitidos símbolos monetários em quantidades excessivas. (...) [S]e forem emitidos em quantidades superiores à quantidade correspondente em ouro, o papel-moeda conversível é automaticamente desvalorizado. Por exemplo, a equação 1 quilo de ouro = 1 tonelada de aço compara determinadas quantidades de trabalho [socialmente necessário, NM]; assim, se 1 quilo de ouro for representado por 160 euros em vez de 80, isto não altera de modo algum o valor do ouro ou do aço. Mas a emissão de símbolos monetários adicionais significa que cada nota bancária de 10 euros representa agora metade da quantidade de ouro anterior. O seu valor caiu consequentemente para metade – por outras palavras, o preço [o valor de troca, NM] do aço (em papel-moeda) duplicou” (Mandel, 1976: 411-412).

¹⁶⁰ Marx descarta a possibilidade de uma oferta excedentária de meio circulante provocar a subida dos preços no caso de esse meio circulante ser constituído por uma mercadoria-dinheiro, visto que o entesouramento absorveria o dinheiro-ouro excedentário: “Para Marx, a circulação metálica depende da existência prévia de reservas (*hoards*) monetárias substanciais fora da esfera da circulação (...). As reservas atuam como reguladores da quantidade de dinheiro circulante, absorvendo as quantidades excessivas e suprimindo as insuficiências. A formação de reservas monetárias é um mecanismo exterior à circulação mas endógeno à reprodução económica no seu conjunto; as reservas permitem a harmonização das quantidades reais e necessárias de dinheiro metálico circulante. Segundo Marx, este aspeto é fundamental para a rejeição da teoria quantitativa do dinheiro; através do entesouramento, a quantidade de dinheiro circulante é determinada pelos preços das mercadorias” (Itoh & Lapavistas, 1999: 43-44).

Por que todas as mercadorias estimam seu valor em uma mercadoria exclusiva que assim é transformada no modo de ser adequado do valor de troca, em dinheiro? (...) Gray (...) imaginou que as mercadorias poderiam relacionar-se diretamente como produtos do trabalho social. Mas elas só podem relacionar-se mutuamente como aquilo que são. As mercadorias são diretamente produtos de trabalhos privados, isolados e independentes, que precisam confirmar-se como trabalho social geral através de sua alienação no processo de troca privada. Em outras palavras, o trabalho, base da produção de mercadorias, só depois da alienação multilateral dos trabalhos individuais é que se torna trabalho social. Mas se Gray supõe o tempo de trabalho contido nas mercadorias como *diretamente social*, supõe-no como tempo de trabalho comunitário, isto é, como tempo de trabalho de indivíduos diretamente associados. Só assim seria possível que uma mercadoria específica, como o ouro ou a prata, se defrontasse com outras sem se transformar na encarnação do trabalho geral; o valor (...) não se tornaria preço, mas nem o valor de uso chegaria a ser valor de troca, e o produto não seria mais mercadoria, eliminando com isso a própria base da produção burguesa. Mas não é essa (...) a opinião de Gray. *Os produtos devem ser produzidos como mercadorias, mas não devem ser trocados como mercadorias.*” (Ibid.: 68, itálico no original)

Marx dá o seguinte exemplo: se uma fanga de trigo for o resultado de 30 dias de trabalho, o seu preço, por hipótese, será expresso em 1 onça de ouro (se a mesma for também o resultado de 30 dias de trabalho). Todavia,

“só na circulação é que se pode verificar se uma fanga de trigo se transforma efetivamente em uma onça de ouro, como se antecipa em seu preço. Isso depende se o trigo se confirma ou não como valor de uso, se a quantia de tempo de trabalho, nele contida, se confirma ou não como quantia de tempo de trabalho necessariamente requerida pela sociedade para a produção de uma fanga de trigo. Como tal, a mercadoria é valor (...), tem um preço. Nessa diferença entre valor (...) e preço, observa-se o seguinte: o trabalho individual particular contido na mercadoria precisa primeiro ser apresentado (...) em seu contrário, em trabalho (...) abstratamente geral e, somente dessa forma, em trabalho social, ou seja, em dinheiro. (...) [E]stá contido no modo de ser do valor (...) como preço, ou do ouro como medida de valor, tanto a necessidade da alienação da mercadoria por ouro sonante [da sua venda, NM] quanto a possibilidade da sua não-alienação, em síntese, aí está contida toda a contradição latente que provém do facto de o produto ser mercadoria” (Ibid.: 58-59, itálico no original).

Nestas palavras de Marx está patente que a impossibilidade prática do esquema do dinheiro-trabalho decorre do facto de o trabalho, sob o capitalismo, não ser imediatamente social. Isto significa *que apenas através da troca é que o trabalho (abstrato) despendido é (ou não) validado socialmente*. Esta validação processa-se em dois níveis.

Em primeiro lugar, para serem realizadas enquanto valores de troca, as mercadorias têm de provar ser efetivamente valores de uso. Por outras palavras, para serem vendidas, elas têm de ser reconhecidas pelos compradores como coisas que satisfazem uma determinada necessidade. Se isto não acontecer, as mercadorias não são vendidas e o trabalho despendido na sua produção não é validado socialmente; esse trabalho foi, pois, despendido em vão e *não pode ser trocado por outros trabalhos. Seria, pois, errado emitir um certificado de trabalho a atestar que foram despendidas x horas de trabalho socialmente necessário*.

Portanto, mesmo que tenha sido despendido o trabalho socialmente necessário na produção da mercadoria unitária, caso a oferta seja superior à procura social *solvente* isso significa que foi desperdiçado trabalho do ponto de vista social. Um certo número de mercadorias devém invendável, isto é, o trabalho despendido no seu fabrico não é reconhecido socialmente porque elas não revelaram ser valores de uso.

Em segundo lugar, o tempo de trabalho socialmente necessário determina a grandeza do valor da mercadoria unitária; mas sendo o trabalho socialmente necessário uma *média*, certos produtores despenderão mais ou menos horas do que esse padrão regulador. Consideremos este exemplo: o padrão de preços vigente estabelece que 1 euro é a designação monetária de 100 gramas de ouro. Se, no ramo da panificação, o tempo de trabalho socialmente necessário – o *nível médio de produtividade setorial* – para confeccionar 1 Kg de pão for 1 hora, então esse quilograma de pão será trocado no mercado pelo seu valor *social*, i.e., trocado por uma quantidade equivalente de ouro onde está cristalizada 1 hora de trabalho socialmente necessário, por hipótese, 100 gramas de ouro. Dado o padrão de preços vigente, 1 Kg de pão possuirá o preço de 1 euro.

Se um certo padeiro precisar de 2 horas para produzir 1 Kg de pão, isso significa que ele terá desperdiçado trabalho do ponto de vista social. Ele poderá tentar vender o pão por um preço que reflita o trabalho que contém: 2 euros. Todavia, rapidamente constatará que a maioria dos seus concorrentes precisa apenas de 1 hora – o tempo de trabalho socialmente necessário – para fabricar 1 Kg de pão, pelo que o seu valor social é 1 euro. Em outros termos, as horas de trabalho despendidas pelo padeiro ineficiente serão reduzidas, no mercado, ao tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, ao valor (médio) social. Neste sentido, 2 horas de trabalho (1 Kg de pão) = 1 hora de trabalho socialmente necessário (1 Kg de ouro) = 1 euro.

Embora necessite de despendar *duas vezes mais* tempo de trabalho, o nosso padeiro desafortunado apenas conseguirá vender o seu pão por 1 euro, o valor social. Logo, *seria errado emitir um certificado de trabalho a atestar que foram despendidas 2 horas de trabalho*. Em virtude da concorrência dos seus congêneres mais eficientes, este padeiro nunca conseguirá vender a sua mercadoria por um preço superior ao valor social determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário setorial. No médio prazo, se não melhorar as suas condições de produção, será pura e simplesmente eliminado do mercado.

Podemos concluir que é apenas *post festum*, no mercado, ao comparar o tempo de trabalho específico despendido no fabrico das suas mercadorias com a medida objetiva do valor – um dado quantum de ouro que é a cristalização de uma certa quantidade de trabalho socialmente necessário – que cada produtor privado e independente descobre se esse trabalho corresponde àquele socialmente necessário. A síntese social capitalista mediada pela troca exige, pois, um *dinheiro distinto do tempo de trabalho*, uma mercadoria-dinheiro – a encarnação do trabalho social – com a qual é possível comparar o tempo de trabalho *realmente despendido* pelos vários produtores.

Se o tempo de trabalho despendido for superior ao tempo de trabalho socialmente necessário, o valor individual será superior ao valor social médio vigente no mercado e esse produtor saberá que terá de melhorar as suas condições de produção (intensificar o trabalho, adotar novas tecnologias, etc.) ou será eliminado pela concorrência. Se o tempo de trabalho despendido for inferior ao tempo de trabalho socialmente necessário, o valor individual será inferior ao valor social e esse produtor obterá um ganho extra temporário (cf. 1.11). Seria portanto incorreto considerar *todo o tempo de trabalho despendido pelos produtores privados como sendo imediatamente tempo de trabalho socialmente necessário*. O facto de terem sido despendidas x horas de trabalho na produção de um certo tipo de mercadorias não significa que essas mercadorias valham efetivamente x horas de trabalho.

Ora, a existência do dinheiro-trabalho equivaleria justamente a reconhecer *de antemão* todo o trabalho despendido como tempo de trabalho socialmente necessário. Na medida em que validariam *automaticamente* todo o trabalho – i.e., transformariam *ficticiamente* todo o trabalho em trabalho socialmente necessário –, os certificados de trabalho impediriam o

funcionamento do mercado, mormente a concorrência entre os produtores privados. Desse modo, entravariam o progresso técnico: por mais ineficiente que fosse um dado produtor, a sua produção e o seu trabalho seriam sempre validados socialmente.

Finalmente importa frisar, ainda, outro aspeto: é no mercado que os vários trabalhos privados são reconhecidos como trabalho socialmente necessário. Todavia, a massa de trabalho socialmente necessário já foi *despendida* na esfera da produção, isto é, ela apenas carece de *validação*. O valor já foi *produzido*, mas ainda não foi *realizado*; uma parte do trabalho (abstrato) despendido será reconhecida como trabalho socialmente necessário, enquanto outra parte não o será.

Portanto, a criação de valor ocorre na esfera da produção e a sua realização acontece no mercado. Isto não significa, obviamente, que o trabalho é apenas concreto/privado na esfera da produção, tornando-se depois abstrato/social na esfera da troca. Ou seja, o facto de o tempo de trabalho socialmente necessário não ser previamente conhecido pelos capitais individuais *não significa que esse padrão objetivo de produtividade não exista já na esfera da produção*. Aliás, é só no interior dessa esfera que faz sentido falar em *tempo de trabalho*.

Só no mercado é que os vários produtores defrontam o *resultado* da sua atuação cega conjunta, sob a forma fetichista do dinheiro; só ao trocarem os seus produtos por dinheiro é que esses produtores descobrem se despenderam o tempo de trabalho socialmente necessário. Porém, esse padrão objetivo de produtividade é *preexistente*. *É o tempo médio de trabalho efetivamente despendido na produção de um certo tipo de mercadorias*.

1.3.6.2 – A diferença entre valor e preço de mercado

A segunda razão para a impossibilidade prática do dinheiro-trabalho decorre do facto de *o valor das mercadorias produzidas não coincidir necessariamente com o seu preço*. Esta questão será abordada em detalhe apenas quando tratarmos os conceitos de preço de custo, preço de produção e preço de mercado introduzidos por Marx no Livro Terceiro de *O Capital* (cf. 3.1 e 3.3). Neste sentido, limitar-me-ei por ora a algumas observações breves, de carácter preliminar, acerca da *diferença entre valor e preço de mercado*, porquanto é apenas a ela que Marx alude no Livro Primeiro de *O Capital* e porquanto a abordagem das categorias preço de custo e preço de produção seria, nesta fase da exposição, francamente incompreensível.

Analisemos, então, o conceito de preço de mercado. Mesmo que, por hipótese, o trabalho despendido numa dada mercadoria tenha sido, *de facto*, aquele socialmente necessário, nada garante, ainda assim, que o valor unitário da mercadoria seja igual ao seu preço de mercado. Isto acontece porque o mercado, através do mecanismo da oferta e da procura, faz oscilar constantemente o preço das mercadorias em torno do seu valor. O valor é o centro de gravidade dos preços, assumindo-se como *a média das oscilações mutuamente compensatórias dos preços de mercado* ao longo de um certo período de tempo:

“O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho [socialmente necessário, NM] é somente seu *valor médio*. Uma média que aparece como uma abstração externa, (...) mas que é uma abstração muito real se, ao mesmo tempo, é reconhecida como a força motriz e o princípio de movimento das oscilações por que passam os preços das mercadorias durante uma certa época. (...) O *valor* [, i.e., o preço, NM] *de mercado* é sempre diferente desse seu valor médio, e se encontra sempre abaixo ou acima dele.” (Marx, 2011b/1857-58: 87, *itálico no original*)

Portanto,

“O *preço* diferencia-se (...) do *valor* (...) pelo facto de que o último [o valor, NM] aparece como lei dos movimentos por que passa o primeiro [o preço, NM]. Mas são constantemente diferentes e jamais coincidem, ou o fazem apenas de maneira acidental

ou excepcional. O preço das mercadorias situa-se continuamente acima ou abaixo do valor das mercadorias, e o próprio valor das mercadorias existe somente na flutuação dos preços das mercadorias. Demanda e oferta determinam constantemente os preços das mercadorias; elas não coincidem nunca, ou só fortuitamente; mas os custos de produção, por sua vez, determinam as oscilações da demanda e da oferta.” (Ibid.: 88, *itálico no original*)

Em suma, o conceito de preço de mercado traduz a influência da oferta e da procura sobre o preço das mercadorias: o preço de mercado gravita em torno do valor, mas raramente coincide com o mesmo. O valor apenas é capaz de impor-se através das contínuas oscilações dos preços de mercado. Somente em média, e justamente por causa dessas oscilações dos preços que se compensam mutuamente, as mercadorias são trocadas pelo seu valor, i.e., de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário que contêm.

Se a procura exceder a oferta, o preço de mercado tenderá a ser superior ao valor; mas isso atrairá novos investimentos a esse ramo, o que provocará um aumento da produção (oferta), o restabelecimento *tendencial* (que nunca é efetivo ou estanque) entre oferta e procura, e uma aproximação correspondente do preço de mercado ao valor. Se, ao invés, a oferta suplantará a procura, o preço de mercado tenderá a ser inferior ao valor; mas isso diminuirá o investimento nesse ramo, o que provocará uma diminuição da produção (oferta), o restabelecimento tendencial do equilíbrio entre oferta e procura e uma aproximação do preço de mercado ao valor.¹⁶¹

Conforme Marx escreve em *O Capital*,

“A possibilidade de uma *incongruência quantitativa* entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra.” (Marx, 1996a/1867: 226, *itálico nosso*)

Neste sentido,

“A (...) ilusão fundamental dos partidários do bônus-horário [i.e., dos certificados de trabalho, NM] consiste em que, ao suprimirem a *diferença nominal* entre valor real e valor de mercado, entre valor (...) e preço – portanto, em lugar de expressarem o valor em uma objetivação determinada do tempo de trabalho, digamos, ouro e prata, expressam-no no próprio tempo de trabalho –, eliminam também a diferença e contradição efetivas entre preço e valor.” (Marx, 2011b/1857-58: 88, *itálico no original*)

Na ótica de Marx, a contradição entre valor e preço não pode ser suprimida; ela é inerente à forma mercadoria e à forma dinheiro. A não coincidência do valor com o preço de mercado é, então, o segundo grande entrave que se coloca ao esquema do dinheiro-trabalho. A emissão de certificados de trabalho a atestar que uma mercadoria vale x horas de trabalho não permitiria exprimir a *diferença necessária entre valor e preço*. Assim, os certificados seriam um instrumento rígido que não possibilitaria os ajustamentos constantes requeridos pela economia capitalista de mercado. A *regra* é que as mercadorias sejam trocadas por uma quantia de dinheiro que representa uma quantidade de tempo de trabalho *diferente* – maior ou menor – tanto do tempo de trabalho realmente despendido nessas mercadorias, como do tempo de trabalho socialmente necessário.

¹⁶¹ Note-se que quando a procura e a oferta se encontram (fugazmente) em equilíbrio, os seus efeitos mútuos anulam-se e cessam de explicar o que quer que seja. Nesta situação, o preço de mercado é igual ao valor, sendo determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

1.4 – A transformação do dinheiro em capital

1.4.1 – A fórmula geral do capital: $D - M - D'$

Marx salienta que “a circulação é ponto de partida do capital” (Marx, 1996a/1867: 267); por conseguinte, os “pressupostos” para o surgimento histórico do capital são a produção e a “circulação desenvolvida de mercadorias” (Ibid.). Os primórdios do capitalismo podem ser situados no século XVI, quando começa a formar-se pela primeira vez um comércio global e, portanto, um verdadeiro “mercado mundial” (Ibid.).

Neste sentido, o capital apresenta-se originariamente “como fortuna em dinheiro, capital comercial e capital usurário” (Ibid.).¹⁶² O capital comercial resulta das trocas efetuadas entre *diferentes* comunidades. Inicialmente, apenas o excedente da produção essencialmente “destinada ao uso imediato” assume forma de mercadoria e é trocado (Marx, 2011b/1857-58: 195). Todavia, se as trocas de repetem continuamente, acaba por se desenvolver “um comércio regular no qual (...) o excedente da produção tem de ser não apenas fortuito, (...) mas (...) renovado continuamente, e dessa maneira a própria produção (...) adquire uma tendência direcionada à circulação, ao pôr valores de troca” (Ibid.: 197-198).

Deste modo, o comércio acabará por

“retroagir mais ou menos sobre as comunidades entre as quais ele é praticado. Submeterá cada vez mais a produção ao valor de troca (...) na medida em que torna a subsistência mais dependente da venda que do uso imediato do produto. Dissolve as velhas relações. Com isso, aumenta a circulação de dinheiro. Em um primeiro momento, ele se apodera unicamente do excedente da produção; pouco a pouco, captura esta última” (Ibid.: 733).

Está dado, pois, o pressuposto para o surgimento do modo de produção capitalista: “uma produção que criava valores de troca só como excedente (...) deu lugar a uma produção que só tinha lugar relacionada à circulação, uma produção pondo valores de troca como seu conteúdo exclusivo” (Ibid.: 198).

Marx assinala que é preciso fazer uma distinção crucial entre o “dinheiro como dinheiro” (cf. 1.3.3) e o “dinheiro como capital” (Marx, 1996a/1867: 267). A diferença entre ambos decorre da “sua forma diferente de circulação” (Ibid.):

“A forma direta de circulação de mercadorias é $M - D - M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, (...) a forma $D - M - D$, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital (...) e, de acordo com sua determinação, já é capital.” (Ibid.: 267-268)

É verdade que existem alguns aspetos comuns entre as duas formas de circulação. Ambas são decompostas nas mesmas fases antitéticas: $M - D$, i.e., compra de uma mercadoria, e $D - M$, i.e., venda de uma mercadoria. Do mesmo modo, em ambas as formas de circulação intervêm os mesmos “elementos materiais” (Ibid.) – o dinheiro e a mercadoria – e os mesmos agentes económicos – o comprador e o vendedor (Ibid.: 268-269).

No entanto, aquilo que diferencia estas duas formas de circulação é o facto de as suas fases – compra e venda – ocorrerem na ordem inversa. Na forma $D - M - D$, “o dinheiro

¹⁶² Como veremos em 3.6 e 3.7, no capitalismo desenvolvido sucede o inverso: o lucro comercial e o juro são formas derivadas do lucro industrial, deduções da mais-valia criada pelo capital industrial (em sentido amplo).

constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento” (Ibid.: 269). O comprador desembolsa o seu dinheiro com o único intuito de, na sua faceta posterior de vendedor, auferir uma quantia superior de dinheiro (Ibid.). O consumo de um certo valor de uso com vista à satisfação de uma determinada necessidade é o objetivo derradeiro do ciclo $M - D - M$; ao invés, no ciclo $D - M - D$, o “motivo indutor” é “o próprio valor de troca” – o dinheiro (Ibid.: 270). Na fórmula $D - M - D$, o dinheiro já não é apenas medida do valor e meio de troca; ele manifesta-se também como fim em si mesmo (Marx, 2011b/1857-58: 161).

Ora, comprar uma mercadoria por uma dada quantia de dinheiro para depois vendê-la pelo mesmo preço é obviamente uma operação que carece de sentido (Marx, 1996a/1867: 270). Possuindo o dinheiro uma qualidade homogênea, a única diferença que existe entre duas somas de dinheiro é a sua grandeza. Assim, o ciclo $D - M - D$ apenas fará sentido se os seus extremos representarem somas de dinheiro *quantitativamente diferentes* (Ibid.: 271).¹⁶³ Então, para sermos mais exatos, devemos dizer que *o processo de circulação do dinheiro como capital representa-se como:*

$$D - M - D'$$

Temos, portanto, que $D' = D + \Delta D$, ou seja, D' é igual à quantia de dinheiro adiantada inicialmente mais um determinado incremento. Marx designa este “excedente sobre o valor original” por *mais-valia* (Ibid.). O valor adiantado não apenas é conservado, como é incrementado pela mais-valia; o valor *valoriza-se* e, através desse processo, transforma-se em *capital* (Ibid.).

O processo de valorização tem de repetir-se incessantemente, pois se o dinheiro for retirado de circulação converter-se-á em mero “tesouro” (Ibid.: 272). Qualquer que seja a quantia de dinheiro em causa, ela é sempre uma *expressão limitada* do valor (Ibid.). Pode falar-se de uma tensão latente entre as dimensões qualitativa e quantitativa do dinheiro como capital: “Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada” (Ibid.: 253), i.e., “o limite quantitativo do valor de troca contradiz sua generalidade qualitativa” (Marx, 1982a/1859: 97).

Deste modo, “o movimento do valor de troca como tal, como um autómato, não pode visar a outra coisa que não seja ultrapassar seus limites” (Ibid.): “a acumulação do dinheiro pelo dinheiro” (Ibid.: 98) devém “um *fim em si mesmo*” (Marx, 1993/1844: 216, *itálico no original*). Marx observa o seguinte:

“O fim de cada ciclo individual em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de novo ciclo. (...) A circulação do dinheiro como capital é (...) uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.” (Marx, 1996a/1867: 272)

Enquanto “portador” deste movimento, o possuidor de dinheiro converte-se em capitalista (Ibid.: 273).¹⁶⁴ O “conteúdo objetivo” da circulação do dinheiro como capital – a valorização do valor – aparece-lhe como a sua “meta subjetiva” (Ibid.). Deve notar-se, contudo, que este processo é essencialmente *impessoal*: o sujeito capitalista “funciona como

¹⁶³ “ $D - M - D$ seria, contudo, um movimento desprovido de conteúdo se os extremos D, D , que são qualitativamente iguais, não fossem quantitativamente diferentes” (Marx, 1988/1861-63: 17).

¹⁶⁴ Marx já tinha salientado no *Urtext* que o “proprietário do dinheiro” é somente a “personificação” do dinheiro (Marx, 1983/1858: 323).

(...) capital personificado, dotado de vontade e consciência” (Ibid.). O capitalista individual interioriza a necessidade objetiva de valorização do valor de tal modo que todas as suas ações subjetivas visam apenas a criação e “a apropriação crescente da riqueza abstrata” (Ibid.).¹⁶⁵ Isto apenas pode ser alcançado lançando o dinheiro incessantemente no processo de circulação (Ibid.).

No processo de circulação $D - M - D'$, a mercadoria e o dinheiro assumem-se tão-somente como “modos diferentes de existência do (...) valor”: o dinheiro é o “modo geral” do valor, enquanto a mercadoria é o seu “modo particular” (Ibid.). O facto a reter é que o valor “passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático” (Ibid.: 273-274). Estamos novamente perante a inversão fetichista entre sujeito e objeto: “o valor se torna (...) o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, (...) se autovaloriza” (Ibid.: 274).¹⁶⁶ Marx conclui, pois, que “ $D - M - D$ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação” (Ibid.: 275).

Segundo Jappe,

“a conversão da fórmula $M - D - M$ na fórmula $D - M - D'$ encerra em si toda a essência do capitalismo. A transformação de trabalho abstrato em dinheiro é o único objetivo da sociedade mercantil; a produção de valores de uso, toda ela, mais não é do que um meio, um «mal necessário» (...). A satisfação das necessidades deixou de ser o objetivo da produção, tendo passado a ser um aspeto secundário. A inversão entre concreto e abstrato (...) apresenta-se agora como lei fundamental de toda uma sociedade, (...) na qual o concreto serve somente para alimentar a abstração materializada: o dinheiro.” (Jappe, 2006: 61)

À primeira vista parece que a mais-valia se origina no processo de circulação das mercadorias (Marx, 1996a/1867: 278). Todavia, é preciso lembrar que a circulação medeia, à escala global, a *troca de equivalentes* (Ibid.: 277): “Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia” na circulação (Ibid.: 279). Marx acrescenta que “a formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor” (Ibid.: 280). O autor dá o seguinte exemplo bastante elucidativo:

“O possuidor de mercadorias *A* pode ser tão esperto que passa a perna nos seus colegas (...). *A* vende vinho para *B* no valor de 40 libras esterlinas e adquire em troca cereal no valor de 50 libras esterlinas. *A* converteu as suas 40 libras esterlinas em 50 libras esterlinas, fez mais dinheiro de menos dinheiro e transformou a sua mercadoria em capital. [Mas] Vejamos mais de perto. Antes da troca, tínhamos vinho em mãos de *A* por 40 libras esterlinas e cereal em mãos de *B* por 50 libras esterlinas; valor global de 90 libras esterlinas. Depois da troca, temos o mesmo valor global de 90 libras esterlinas. O valor circulante não aumentou um único átomo, a sua repartição entre *A* e *B* é que se modificou. De um lado aparece como mais-valia o que do outro é menos-valia, de um

¹⁶⁵ “Se o dinheiro é a riqueza universal, é-se tanto mais rico quanto mais dele se possua, e o único processo importante é o *acumular* dinheiro, tanto para o indivíduo singular como para as nações” (Marx, 2011b/1857-58: 173, itálico no original).

¹⁶⁶ Marx já tinha constatado nos *Grundrisse* que “o valor (...) como sujeito, põe-se uma vez como mercadoria, outra vez como dinheiro, e é justamente esse movimento de se pôr nessa dupla determinação (...). O valor (...) posto como unidade de mercadoria e dinheiro é o *capital*” (Marx, 2011b/1857-58: 206, itálico no original).

lado com *plus*, do outro como *minus*. A mesma mudança teria ocorrido se A, sem a forma dissimuladora da troca, tivesse roubado 10 libras esterlinas diretamente de B. A soma dos valores circulantes não pode evidentemente ser aumentada por meio de nenhuma mudança em sua distribuição. (...) A totalidade da classe dos capitalistas de um país não pode tirar vantagem de si mesma. Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.” (Ibid.: 281-282, *itálico no original*)

Em suma, a origem da mais-valia tem de ser explicada tomando por base o *cumprimento* das “leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias” (Ibid.: 284), isto é, a troca de equivalentes.¹⁶⁷ Em outros termos, é preciso explicar a mais-valia partindo do pressuposto “de que as mercadorias se *vendem*, em média, pelos seus *verdadeiros valores*”, decorrentes da “quantidade de trabalho nelas materializado” (Marx, 1996c/1865: 97-98, *itálico no original*). Assim, o possuidor de dinheiro tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las igualmente pelo seu valor e, não obstante, obter no final deste processo um valor excedente: uma mais-valia (Marx, 1996a/1867: 284). Vejamos, então, qual é a solução apresentada por Marx para este aparente enigma.

1.4.2 – Força de trabalho: a origem da mais-valia

1.4.2.1 – A diferença entre força de trabalho e trabalho

Em termos concretos, a fórmula geral $D - M - D'$ significa que o capital industrial adquire *inputs* no mercado para produzir certos *outputs* que são vendidos vantajosamente. Já sabemos que este ganho – a mais-valia – não pode decorrer do segundo ato da circulação do dinheiro como capital, $M - D'$, porquanto a venda do *output* se limita a *realizar* o valor das mercadorias produzidas (Ibid.: 285). Assim, a origem da mais-valia tem de situar-se no primeiro ato de circulação, $D - M$, mormente na compra de uma mercadoria muito especial que Marx designa por *força de trabalho*.

Na aceção do autor, a força de trabalho é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem” (Ibid.). Por outras palavras, aquilo que o operário aliena ao capitalista é a *capacidade* de dispêndio de energia fisiológica encerrada no seu organismo. Conforme observa Vitaly Vygotsky,

“o objeto da transação celebrada entre o operário e o capitalista não é o trabalho do operário mas a sua *capacidade de trabalhar*. Um operário não pode vender trabalho, pois o trabalho é o processo de consumo da força de trabalho que ocorre na produção, e não no mercado. (...) Tudo o que ele possui é a sua capacidade de trabalhar, a sua força de trabalho. E é isto que ele vende ao capitalista. Assim, *não é o trabalho, mas a força de trabalho que é uma mercadoria*.” (Vygotsky, 1975: 21, *itálico nosso*)

À semelhança das demais mercadorias, a força de trabalho é a unidade de valor de uso e valor.¹⁶⁸ Ao adquiri-la, o capitalista ganha o direito de consumir o seu valor de uso: de *ativar* essas faculdades latentes no corpo do operário, fazendo-o trabalhar durante um determinado período de tempo.¹⁶⁹ Portanto, através da sua compra no *mercado*, o capitalista

¹⁶⁷ “É portanto evidente que a troca enquanto tal (...) deixa os valores que são lançados nela inalterados, não adiciona qualquer valor” às mercadorias trocadas (Marx, 1988/1861-63: 26).

¹⁶⁸ Analisaremos o valor da força de trabalho no item subsequente.

¹⁶⁹ “A particularidade (...) é que o uso e o consumo da mercadoria força de trabalho não é consumo mas produção” (Colletti, 2011/1974: 134, *itálico no original*).

ganha o poder de *disposição* sobre a força de trabalho no processo de *produção*, onde ela se efetiva como *trabalho vivo em ação*.¹⁷⁰ Recorrendo novamente às palavras de Vygotsky,

“a relação entre trabalho [assalariado, NM] e capital inclui dois processos essencialmente diferentes. Em primeiro lugar, é uma troca entre o operário e o capitalista, uma transação comercial através da qual o capitalista (...) adquire o poder de dispor da força de trabalho do operário (...). Em segundo lugar, encontra-se o processo de trabalho em si mesmo (...), que funciona realmente para manter e incrementar o capital.” (Ibid.)

Importa reter que, por um lado, a força de trabalho é a “simples «possibilidade» de fornecer trabalho, isto é, trabalho *em potência*, trabalho ainda «a fazer»” (Bianchi, 1981: 46, itálico no original), enquanto, por outro lado, “o trabalho é a *aplicação* da força de trabalho” (Heinrich, 2012: 91, itálico no original), quer dizer, o exercício *prático* dessas capacidades humanas quando o operário está a produzir bens e serviços. Simon Clarke salienta que esta “diferença entre a força de trabalho que o operário vende e o trabalho que o operário efetivamente realiza é a chave para entender a mais-valia” (Clarke, 1991: 117; cf. Sayer, 1987: 46; Shortall, 1994: 63).

Ver-se-á no item seguinte que o *valor de uso* da força de trabalho – o seu consumo produtivo consubstanciado no dispêndio de tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário por parte do operário – prova ser a galinha dos ovos de ouro para o capital, na medida em que possui a “caraterística peculiar de ser fonte de valor” (Marx, 1996a/1867: 285).¹⁷¹ É justamente a diferença entre o valor da força de trabalho (o “salário”) e o valor criado pelo seu valor de uso (o trabalho vivo em movimento) que explica a existência de um excedente (a mais-valia).

1.4.2.2 – A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor *criado* pelo trabalho

Recapitulando, já sabemos que a transformação do dinheiro em capital é um “movimento” composto por “dois processos distintos”: a compra/venda da força de trabalho no mercado e o seu consumo subsequente como trabalho *in actu* no interior do processo de produção (Marx, 1988/1861-63: 105). Marx assume que o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor real, de maneira que nenhuma das partes envolvidas é defraudada: a equivalência da troca mercantil é inteiramente respeitada (Ibid.).

Na ótica do autor, esse valor “é determinado pelo *valor dos artigos de primeira necessidade* exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 1996c/1865: 100, itálico no original) que está contida no organismo do seu *portador*. Assim, o limite mínimo do valor da força de trabalho é dado pelo valor do conjunto das mercadorias que o operário necessita de adquirir diariamente (ou semanalmente) para “renovar o seu processo de vida” (Marx, 1996a/1867: 290). E o valor desses meios de subsistência é naturalmente “determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21).

Para além disso, visto que “as forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas [sic.] ao menos por um número igual de novas forças de trabalho ” (Marx, 1996a/1867: 289), o valor da força de trabalho tem de incluir também a soma dos meios de subsistência exigidos para a manutenção dos trabalhadores futuros: os filhos dos operários atuais (Ibid.). Em último lugar, o valor da força de trabalho tem de levar em conta igualmente os custos associados à formação e educação dos indivíduos (Ibid.).

¹⁷⁰ “O *valor de uso* da força de trabalho consiste na sua aplicação, quer dizer, no próprio trabalho” (Heinrich, 2012: 93, itálico no original).

¹⁷¹ “Aquilo que o capitalista obtém do operário é trabalho criador de valor” (Brewer, 1984:63).

De acordo com Marx, as denominadas “necessidades básicas” – assim como a forma da sua satisfação – são obviamente um “produto histórico”, variável, que depende intimamente do “nível cultural” de cada nação (Ibid.). No entanto, o nível médio dos meios de subsistência requeridos para a manutenção de um trabalhador é mais ou menos fixo no seio de um certo país num determinado período histórico (Ibid.).

Uma vez concluída a troca entre capital e força de trabalho, inicia-se “a relação do capital com o trabalho como seu valor de uso” no processo de produção imediato (Marx, 2011b/1857/58: 231). Ora, “o valor da força de trabalho e o [novo, NM] valor produzido quando o capitalista «consome» esta mercadoria ao fazê-la funcionar podem ser duas grandezas completamente distintas” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21). Em outros termos, o operário aliena a sua força de trabalho por “um valor pré-determinado” (Bianchi, 1981: 111), enquanto o capital fica “na posse da atividade criadora de valores: (...) o trabalho” abstrato (Ibid.: 110).¹⁷² Marina Bianchi resume assim a questão:

“Marx esclarece como uma coisa é falar do *valor* da força de trabalho, uma outra do *uso* que desta força de trabalho faz o capital no processo produtivo, e que é representado pelo *tempo* durante o qual ele funciona. A força de trabalho, de facto, embora seja paga pelo seu próprio valor, ou seja, segundo a quantidade dos meios de subsistência que lhe são necessários, é «consumida» [produtivamente, NM], é feita trabalhar, durante uma quantidade de tempo *maior* que a necessária para reconstituir o [seu, NM] próprio valor.” (Ibid.: 81, *itálico no original*)

Consequentemente, “na medida em que o capitalista faz o operário trabalhar mais do que o tempo requerido para reproduzir o valor” pré-acordado “da sua força de trabalho”, consegue apropriar-se de um valor excedente (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21).¹⁷³ Nas palavras de Marx, “a quantidade de trabalho vivo que o trabalhador realiza, e que portanto é objetivada no produto do seu trabalho, é maior do que (...) a quantidade de trabalho requerida para a reprodução da força de trabalho” (Marx, 1994/1861-63: 348, tradução modificada). Em “Salário, Preço e Lucro” é apresentado um exemplo bastante elucidativo.¹⁷⁴

“Suponhamos (...) que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário *exija 6 horas de trabalho médio* para a sua produção. Suponhamos (...) que essas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o *preço* ou a expressão em dinheiro do *valor diário da força de trabalho* desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para (...) se manter como operário. (...) Mas nesse caso não iria para o capitalista nenhuma *mais-valia* ou *sobreproduto* algum. (...) Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o *dia* ou *toda a semana* [i.e., durante uma jornada de trabalho completa, NM].” (Marx, 1996c/1865: 100-101, *itálico no original*)

¹⁷² “Enquanto mercadoria, a força de trabalho possui uma característica singular”, dado que o seu “«consumo» (...) é em si dispêndio de trabalho [abstrato, NM] e, portanto, produção de valor” (Clarke, 1991: 115).

¹⁷³ “[O] operário realiza uma quantidade de trabalho superior àquela meramente necessária para criar o valor equivalente ao valor da sua força de trabalho. É este valor adicional criado e corporizado no produto final exclusivamente pelo trabalho do operário (...) que o capitalista apropria como *mais-valia*” (Shortall, 1994: 64, *itálico no original*).

¹⁷⁴ Este assunto será tratado pormenorizadamente na secção sobre a jornada de trabalho (cf. 1.9).

Deste modo, o capitalista fará o operário

“trabalhar (...), digamos, 12 horas diárias, quer dizer, *além* das 6 horas diárias necessárias para recompor o seu salário, (...) terá de trabalhar *outras 6 horas*, que chamarei de horas de *sobretabalho*, e esse sobretabalho irá traduzir-se em uma *mais-valia* ou *sobreproduto*. (...) Por conseguinte, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6, pois com o desembolso de um valor no qual se cristalizam 6 horas de trabalho receberá em troca um valor no qual estão cristalizadas 12 horas.” (Ibid.: 101, *itálico no original*)

O enigma da mais-valia resolve-se assim que se percebe que “o valor produzido pela força de trabalho” em movimento “*não* depende do valor desta última, mas da duração da sua função” (Bianchi, 1981: 80, *itálico no original*) – do tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário despendido. A mais-valia é precisamente “a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor criado” pelo trabalho (Pilling, 1980: 11). Este excedente é, pois, passível de ser explicado em conformidade com a teoria do valor (Sayer, 1991: 20).

Procuremos sistematizar o conteúdo dos dois itens precedentes. Constatámos que o operário *não vende o seu trabalho, mas a sua força de trabalho*. Assim, ele aliena ao capitalista a sua *capacidade* de dispêndio de energia fisiológica durante um certo período de tempo por um valor *predeterminado*. Esse valor (o salário) é uma grandeza equivalente à dos meios de subsistência que o operário tem de adquirir para assegurar a sua sobrevivência física e, desse modo, a reprodução da força de trabalho encerrada no seu corpo.

No entanto, uma vez consumada esta transação no mercado, o capitalista adquire o direito de disposição sobre o *valor de uso* dessa mercadoria: o trabalho em ação realmente *despendido* no interior do processo de produção. Como é evidente, o produto-valor que o trabalhador pode criar durante a jornada laboral não tem de ser igual ao valor predeterminado contratualmente da sua força de trabalho. O segredo da mais-valia consiste precisamente no facto de o capitalista fazer o operário trabalhar mais tempo do que aquele estritamente necessário para reproduzir o valor da sua força de trabalho. Isto significa que o exercício *prático* das capacidades laborais – o trabalho abstrato – produz um valor excedente que é embolsado pelo capitalista.

1.4.2.3 – A exploração e o (suposto) “trabalho não-pago”

Em Marx, o termo “exploração” significa simplesmente que o operário produz um valor superior ao valor da sua força de trabalho; dito de outra forma, traduz “o facto de o operário individual receber do capitalista um valor menor do que o valor que ele produziu mediante o seu trabalho” (Heinrich, 2012: 96). Todavia, visto que o operário vende a mercadoria força de trabalho (e não o “trabalho”) pelo seu valor, “a exploração é consistente com a igualdade da troca” (Clarke, 1991: 117).¹⁷⁵ Conforme explica Vygodsky,

“Marx define a mais-valia como a diferença entre o novo valor que o operário cria através do seu trabalho e o valor da força de trabalho que o capitalista paga ao operário sob a forma de salário. (...) A lei do valor, a lei da troca de equivalentes, (...) permite que o novo valor produzido no processo de trabalho seja maior do que o valor da força de trabalho. (...) Assim, Marx demonstrou (...) que a apropriação pelos capitalistas da

¹⁷⁵ A «exploração» (...) não é “o resultado da *infração* das leis da troca mercantil”, mas, pelo contrário, está “em *consonância* com elas” (Heinrich, 2012: 96, *itálico no original*).

mais-valia produzida pelos operários está em plena conformidade com as leis inerentes à economia capitalista e, acima de tudo, com a lei do valor.” (Vygotsky, 1975: 22)

Nas “Notas sobre Wagner”, um texto escrito no final da sua vida, Marx é taxativo: “de acordo com a *lei do valor* que lhe subjaz, a «mais-valia» pertence legitimamente ao capitalista e não ao trabalhador” (Marx, 2002/1881: 255, *itálico no original*). E acrescenta ainda o seguinte: “na minha exposição, (...) eu apresento o capitalista como o funcionário necessário da produção capitalista e demonstro extensamente que ele não «deduz» ou «rouba», mas força a *produção de mais-valia*” (Ibid.: 232, *itálico no original*).

Neste sentido, urge frisar que a exploração não é uma “categoria *moral*”, nem “pretende aludir a salários especialmente baixos ou a condições de trabalho especialmente más” (Heinrich, 2012: 96, *itálico no original*). Esta categoria refere-se “exclusivamente” à circunstância “de o produtor receber somente uma porção do novo valor (...) que cria – independentemente de os salários serem altos ou baixos ou das condições laborais serem boas ou más” (Ibid.).

Outro equívoco frequente é aquele que entende a mais-valia como suposto (tempo de) “trabalho não-pago”. Neste caso, a raiz do equívoco pode ser imputada diretamente a Marx, dado que a expressão se encontra numerosas vezes nas suas obras. Contudo, ao fazê-lo, Marx contradiz a distinção revolucionária que estabelece entre força de trabalho e trabalho – um dos principais contributos da sua teoria (cf. Mandel, 1971b: 83; Shortall, 1994: 246-247). Christopher J. Arthur recorda algo que deveria ser óbvio: “a expressão «trabalho não-pago» é cientificamente estéril”, porque “aquilo que é pago é a força de trabalho” (Arthur, 2004: 60-61).

Na sequência do que foi exposto em 1.4.2.1 e 1.4.2.2, creio ser claro que não faz qualquer espécie de sentido falar em valor ou “preço do trabalho” (Dussel, 2001: 23). Assim, “a questão de ele ser «pago» ou «não-pago» não se coloca” (Arthur, 2004: 61). O trabalho abstrato “é a potência geradora do valor, cria valor, mas ele próprio não é valor” (Sanjuán, 2010: 295). Somente a mercadoria “*capacidade ou força de trabalho* tem valor” e, por isso, apenas ela é *paga* (Dussel, 1990: 374, *itálico no original*). Enrique Dussel assinala que o trabalho vivo é a “substância” ou “causa efetiva” do valor (Dussel, 2001: 23), de maneira que “a mesma causa não pode ser [simultaneamente, NM] efeito (...) em relação ao mesmo” elemento – “a causa do valor não tem valor” (Dussel, 1990: 375).¹⁷⁶

1.4.2.4 – A força de trabalho como categoria fetichista

A força de trabalho é uma categoria inerentemente fetichista, porquanto traduz a inversão entre sujeito e objeto que já conhecemos. Na sociedade capitalista, a sobrevivência do ser humano é meramente um *efeito secundário* da reprodução da força de trabalho de que acontece ser portador:

“Uma vez que a capacidade de trabalho está disponível apenas enquanto faculdade, aptidão, força encerrada no corpo vivo do trabalhador, a sua manutenção significa nada mais do que a manutenção do próprio trabalhador no nível de vigor, saúde e vitalidade em geral que é necessário para o exercício da sua capacidade de trabalho.” (Marx, 1988/1861-63: 51)

Isto significa que a força de trabalho é a verdadeira essência do indivíduo; o ser humano é apenas a forma fenoménica ou de manifestação dessa força de trabalho. O indivíduo entra no processo de trabalho “enquanto pessoa laboriosa, enquanto trabalhador

¹⁷⁶ “O trabalho não pode ser identificado com o valor. O trabalho [abstrato, NM] é apenas a substância do valor” (Rubin, 1987/1928: 126).

(...). Não é portanto uma pessoa, mas a capacidade de trabalho ativa personificada no trabalhador, que trabalha” (Ibid.: 54-55). Estamos perante uma inversão grotesca entre sujeito e predicado lógico aceite com toda a naturalidade na vida quotidiana moderna.

A conclusão é óbvia: se essa força de trabalho se tornar supérflua para o processo de produção capitalista, então a sobrevivência do seu portador fica imediatamente em xeque: “A capacidade de trabalho pura é realmente «*um fantasma*». Mas este fantasma existe. Assim, quando o trabalhador deixa de ser capaz de vender a sua capacidade de trabalho, ele morre de fome” (Ibid.: 149, *itálico no original*). Marx já tinha tirado uma ilação similar nos *Manuscritos Económico-Filosóficos*:

“Logo que o capital (...) deixa de existir para o trabalhador [i.e., que ele fica desempregado, NM], este cessa também de existir para si mesmo, *não* tem trabalho, *nem* salário, e visto que unicamente existe enquanto *trabalhador*, e não como *homem*, pode pois deixar-se morrer à fome, sepultar-se. (...) A existência do capital é a *sua* existência, a sua *vida*, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida. Deste modo, a economia política não conhece (...) o homem que trabalha, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O burlão, o ladrão, o pedinte, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* de homem que não existem para economia política, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do burocrata, etc. São fantasmas que se situam fora do seu domínio.” (Marx, 1993/1844: 173-174, *itálico no original*)

Marx destaca que “o trabalho é a simples forma abstrata, a simples possibilidade da atividade que põe valor, que só existe como habilidade, faculdade, na corporalidade do trabalhador” (Marx, 2011b/1857-58: 231). Pois bem, é apenas enquanto veículo desta faculdade, e na medida em que é capaz de exercê-la *efetivamente*, que o indivíduo garante o seu direito a existir. A sua sobrevivência está inteiramente dependente do facto de ele provar ser um elemento indispensável para a valorização do valor. Deste modo, a sociedade capitalista “capacita-o para existir, primeiramente como *trabalhador*, em seguida, como *sujeito físico*. A culminação de tal servidão é que ele só pode manter-se como *sujeito físico* enquanto *trabalhador*” (Marx, 1993/1844: 160, *itálico no original*).

Em suma, trata-se de “manter vivos os trabalhadores como trabalhadores” (Marx, 2011b/1857-58: 287), não como seres humanos. É a manutenção da sua força de trabalho – da sua capacidade de dispêndio (continuado) de energia vital – que adquire primazia; a subsistência dos *seres humanos* que são os portadores dessa força de trabalho torna-se uma espécie de *efeito colateral*.¹⁷⁷ Como teremos oportunidade de verificar em outras secções, isto tem implicações devastadoras: na ausência da necessidade de exploração da sua força de trabalho – i.e., se a sua força de trabalho devier supérflua – a sobrevivência dos indivíduos fica instantaneamente ameaçada.

1.4.2.5 – Os pressupostos históricos da força de trabalho e do capital

A existência da força de trabalho enquanto mercadoria significa que o seu possuidor “deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa” (Marx, 1996a/1867: 285). Deste modo, o proprietário da força de trabalho e o possuidor de dinheiro entram numa relação mútua – através do mercado – na qualidade de “pessoas juridicamente iguais” (Ibid.). O detentor de dinheiro aparece como comprador, enquanto o detentor da força de trabalho surge como vendedor.

¹⁷⁷ “No mercado de trabalho, os seres humanos tornam-se «personificações» da mercadoria que vendem, a *força de trabalho* ou trabalho «potencial», em relação à qual os *operários são um mero apêndice*” (Bellofiore, 2014: 180, *itálico no original*).

Porém, esta relação entre possuidores de dinheiro e “proprietários de si” não é natural, mas algo historicamente específico. Ela resulta de um determinado desenvolvimento histórico, de inúmeras “revoluções económicas” e da “decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (Ibid.: 287). Voltaremos a este assunto com mais detalhe,¹⁷⁸ mas, por agora, importa ressaltar que “a transformação do dinheiro em capital pressupõe (...) aquela da (...) força de trabalho em mercadoria” (Bihr, 2010: 28; cf. Sayer, 1991: 20).

E esta última, por sua vez, depende do cumprimento de duas pré-condições: da já mencionada *personalidade jurídica* do trabalhador¹⁷⁹ e do seu *despojamento* de outro tipo de propriedade (Heinrich, 2012: 91) que o compele *objetivamente* a vender a sua capacidade de trabalho no mercado (Bihr, 2010: 28). É justamente isso que Marx afirma no seguinte trecho:

“Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar (...) o *trabalhador livre* no mercado de trabalho, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa [jurídica, NM] livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” (Marx, 1996a/1867: 287, itálico nosso)

Marina Bianchi salienta que a mercadorização da força de trabalho e o surgimento histórico do trabalho abstrato são inextricáveis, falando da “*unidade real* dos dois momentos” (Bianchi, 1981: 65, itálico no original). Ambos os aspetos fazem parte do mesmo processo histórico de imposição de um mecanismo social abstrativo com o advento do modo de (re)produção capitalista. Por um lado, a existência plena da (mercadoria) força de trabalho implica a “produção generalizada de mercadorias” (Ibid.), no sentido em que a sua aquisição visa o consumo produtivo ulterior do seu valor de uso – o trabalho abstrato – no processo de valorização. Por outro lado, a realidade efetiva do trabalho abstrato requer a despossessão dos indivíduos, quer dizer, a transformação dos seres humanos em trabalhadores assalariados ou portadores da capacidade abstrata – em potência – de dispêndio de energia (Ibid.: 65-66, 71).¹⁸⁰

Evidentemente que esta despossessão, nomeadamente por via da abolição da posse comunitária da terra em favor da propriedade privada (de indivíduos privados), tem como contrapartida a concentração dos meios de produção “nas mãos de uma secção da sociedade” (Sayer, 1991: 20). Assim, o modo de (re)produção capitalista, enquanto processo contínuo de valorização tautológica do valor, exige uma “relação *específica*” entre duas classes sociais que se pressupõem mutuamente (Heinrich, 2012: 91-92, itálico no original). Neste contexto, capital e proletariado surgem como as duas faces da mesma moeda:¹⁸¹

¹⁷⁸ Analisaremos a chamada “acumulação primitiva” do capital na secção 1.15.

¹⁷⁹ O que significa que ele deixa de ser escravo ou servo (Brewer, 1984: 36-37).

¹⁸⁰ Esta leitura de Bianchi é suportada por evidências textuais. No Livro Primeiro de *O Capital*, por exemplo, Marx escreve que apenas quando o “trabalho assume a forma de trabalho assalariado” – portanto, só a partir do momento em que a mercadoria força de trabalho devém uma realidade – é que “se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho” (Marx, 1996a/1867: 288n265). Sabemos que a mercadoria é, para Marx, a unidade de valor de uso (transhistórico) e valor (especificamente moderno) em virtude do caráter binomial do trabalho (concreto/abstrato) que a produz. Assim, a universalização da “forma mercadoria” – onde se inclui, naturalmente, a mercadoria força de trabalho – corresponde à sedimentação *prática e histórica da universalidade social do trabalho abstrato e do valor*.

¹⁸¹ “O capitalista produz o trabalhador, e o trabalhador [produz, NM] o capitalista” (Marx, 1994/1861-63: 234). “O *capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles condicionam-se reciprocamente; eles dão-se origem reciprocamente*” (Marx, 1982c/1847: 164, itálico no original).

“Capital e trabalho assalariado (...) não exprimem mais do que dois fatores da mesma relação. O dinheiro não pode transmutar-se em capital se não for trocado por capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio operário. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando as suas próprias condições objetivas com ele se defrontam como potências autónomas, (...) valor que existe para si mesmo e tudo chama a si mesmo”. (Marx, 2011b/1857-58: 59)

Todavia, na qualidade de polos antagonistas das relações sociais de valor, o capitalista e o trabalhador não passam de meras “máscaras de personagens económicas” (Marx, 1996a/1867: 269) ou personificações das respetivas categorias burguesas, tal como Marx nos diz nos *Resultados*:

“[N]o *mercado de trabalho*, (...) o dinheiro confronta-se com ele [i.e., com o trabalhador, NM] sempre como forma monetária do *capital* e, portanto, o possuidor de dinheiro contrapõe-se-lhe como capital personificado, enquanto *capitalista*, assim como ele, por seu lado, se contrapõe ao possuidor de dinheiro como simples personificação da capacidade de trabalho e, por conseguinte, do trabalho, como *operário*.” (Marx, 1975/1864: 69, *itálico no original*)

1.5 – Conteúdo material e forma social da (re)produção

Após ter descortinado a origem da mais-valia na exploração da força de trabalho, Marx passa a analisar o processo de produção imediato capitalista. Conforme se verá em 1.5.2, o modo de (re)produção capitalista é a unidade de “processo de trabalho” *material* e “processo de valorização” *social*. Por outras palavras, a (re)produção material envolve simultaneamente a reprodução das relações sociais de valor. Todavia, a compreensão do conceito de modo de (re)produção *capitalista* exige naturalmente a explicação prévia da noção marxiana de modo de (re)produção. Esse será o fulcro do item 1.5.1, onde se constatará que um modo de (re)produção acarreta determinadas forças produtivas *materiais* e relações *sociais* de produção *historicamente específicas*.

1.5.1 – O conceito de modo de (re)produção

1.5.1.1 – O processo (material) de trabalho *transhistórico* e as forças produtivas

Na perspetiva de Marx, um modo de (re)produção acarreta necessariamente a reprodução material da respetiva sociedade. O conceito de *processo de trabalho* almeja captar essa reprodução material genericamente válida: “Marx isola um aspeto (...) que é comum a todas as sociedades, *independentemente das relações sociais (...) específicas* que vigoram em cada uma delas e que são historicamente diversas” (Colletti, 2011/1974: 135, *itálico nosso*). Nas palavras do autor, “o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 1996a/1867: 297).

Assim, o trabalho é, antes de mais, um processo de interação entre o ser humano e a Natureza, “processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Ibid.). O ser humano apropria-se e transforma a matéria natural conferindo-lhe uma forma útil, destinada a satisfazer as suas necessidades (Ibid.). Evidentemente que “o trabalho visto a partir do seu aspeto técnico material representa trabalho *concreto*” (Rubin, 1978/1927: 111, *itálico nosso*). Como será salientado em 1.6, esta noção transhistórica de trabalho – na sua qualidade de “processo de trabalho” concreto – é profundamente problemática; mas, por enquanto, vamos acompanhar o raciocínio de Marx.

De um modo geral, existem três tipos de *inputs* no processo de produção: os objetos de trabalho (matérias-primas e auxiliares), os meios de trabalho (ferramentas, maquinaria, etc.) e a força de trabalho. Estes vários elementos são combinados – material, técnica e

tecnologicamente – para fabricar um certo valor de uso (Colletti, 2011/1974: 135). Por conseguinte, o trabalhador serve-se das “propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas” para poder atuar sobre a matéria ao seu dispor “conforme o seu objetivo” (Marx, 1996a/1867: 298). O processo de trabalho *concreto* “extingue-se no seu produto”: ele resulta na produção de um dado objeto. O trabalho *objetivou-se* nesse valor de uso (Ibid.: 300).

Deve notar-se que o processo de trabalho é uma categoria presente apenas na obra económica da maturidade de Marx. Porém, em *A Ideologia Alemã* o autor já tinha introduzido no seu arsenal teórico um conceito que possui uma relação estreita com a (re)produção material e que desempenhará um papel-chave em todos os escritos posteriores – refiro-me à noção de *forças produtivas*. Na aceção marxiana, as forças produtivas englobam “a força de trabalho humana e os meios de produção materiais que ela utiliza” (Callinicos, 2013: 84), como sejam matérias-primas, ferramentas, edifícios, etc. (Antonio, 2003: 106).

Portanto, de modo análogo ao processo laboral de *O Capital*, esta noção denota, antes de tudo, “o avanço da técnica, da ciência e dos instrumentos de produção” (Zeitlin, 1968: 99). As forças produtivas abarcam ainda a forma de “organização (...) da produção” (Ibid.), quer dizer, as modalidades específicas de “cooperação” estabelecidas entre os trabalhadores (Antonio, 2003: 106) e, no caso do capitalismo, a “divisão do trabalho” (Zeitlin, 1968: 99). O grau de desenvolvimento das forças produtivas é medido pelo nível de “produtividade” material “do trabalho” que elas possibilitam (Callinicos, 2013: 85), ou seja, pelo quantum dos valores de uso criados.

Em jeito de conclusão importa reter que, de acordo com Marx, o processo de trabalho (concreto) é a “*condição natural eterna da vida humana* e, portanto, *independente de qualquer forma* [social, NM] *dessa vida*, sendo antes (...) comum a todas as formas sociais” (Marx, 1996a/1867: 303, *itálico nosso*). Ao realçar os aspetos técnico-materiais da (re)produção, Marx abstrai teoricamente “das formas sociais (...) historicamente específicas em que o trabalho (...) é realizado” (Colletti, 2011/1974: 136). Trabalho concreto, processo de trabalho e valor de uso constituem supostamente “categorias genericamente aplicáveis” (Murray, 2016: 9). No entanto, o poder analítico destes conceitos é “bastante limitado” (Murray, 1988: xvii) pois a (re)produção “possui sempre uma forma e propósito sociais específicos” (Murray, 2016: 9). Assim, é a forma particular das relações sociais que distingue os vários modos de (re)produção.

1.5.1.2 – Forma social e relações sociais de (re)produção

É legítimo afirmar que “a noção marxiana de *forma social* (...) constitui a chave para a sua revolução teórica” (Toscano, 2008: 281, *itálico no original*). Na ótica de Marx, as “formas (...) sob as quais os homens produzem, consomem, intercambiam” e interagem são “*transitórias e históricas*” (Marx & Engels, 1968: 22, *itálico no original* [Marx a Annenkov, 28/12/1846]). Portanto, ao contrário da economia política do seu tempo (e da *economics* dos nossos dias), Marx não parte de indivíduos “isolados nem fixos” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 26), mas sempre de indivíduos concretos inseridos em “relações sociais (...) determinadas” (Ibid.: 24). Conforme assinalam Patrick Murray e Jeanne Schuler,

“[O]s indivíduos não se constituem separadamente da sociedade e das suas instituições. Cada sociedade é constituída por maneiras particulares mediante as quais os seres humanos existem em conjunto. Não existe uma única espécie de socialidade. Uma sociedade é um sistema de recursos, ferramentas, crenças, ações e necessidades. É uma forma de vida (...). Assim, cada sociedade serve fins específicos que moldam as suas práticas e instituições. (...) Os fins da sociedade e as suas formas sociais estão ligados: a sociedade possui fins particulares e, nesse sentido, adquire formas em consonância com os mesmos.” (Murray & Schuler, 2017: 124)

Em suma, “a socialidade surge em incontáveis variedades e expressa-se assim de incontáveis maneiras” (Ibid.: 135). As formas sociais são aqueles “atributos” que os modos de (re)produção “particulares possuem e que não são partilhados com quaisquer outros” (Sayer, 1979: 108). Isto significa que “a correspondência entre o processo de [re]produção material, de um lado, e as relações” sociais “entre os indivíduos que nela participam, de outro, efetua-se de maneira diferente em diferentes formações sociais” (Rubin, 1987/1928: 27). Logo, Marx é “um investigador de formas sociais historicamente específicas” (Murray, 2016: 1).

A (re)produção, tanto coletiva quanto individual, é antes de tudo um processo social (Oakley, 1984: 99). Em cada período histórico é o cariz da “síntese social” (Sohn-Rethel, 2010: 124) que imprime formas distintivas à riqueza e às atividades humanas (Murray & Schuler, 2017: 122; Perlman, 2015: 30). As implicações desta conceptualização são óbvias: a (re)produção material carece de autonomia real, na medida em que o processo de trabalho concreto é sempre efetuado “numa determinada sociedade e, portanto, no interior de determinadas relações sociais” (Colletti, 2011/1974: 138).¹⁸²

As chamadas relações sociais de (re)produção englobam, em primeiro lugar, as “relações de propriedade” (Antonio, 2003: 106), evidenciando qual a classe que detém “controlo efetivo das forças produtivas” (Callinicos, 2013: 85) e qual o tipo específico de “exploração” vigente numa certa sociedade (Ibid.: 86). Em segundo lugar, abarcam também o núcleo duro da “forma social”, mormente o caráter *peculiar* da disposição, organização e finalidade da (re)produção num dado momento histórico (Ibid.). Note-se que “a natureza” destas relações “não pode ser especificada *a priori* para a produção em geral, mas permanece em cada caso uma questão empírica” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 2).¹⁸³

Por exemplo, tal como salienta Fredy Perlman, através da sua práxis quotidiana os membros de uma tribo reproduzem as relações sociais subjacentes a essa forma social particular:

“A atividade prática (...) dos homens tribais reproduz (...) uma tribo. Esta reprodução não é simplesmente física, mas também social. Através das suas atividades diárias os homens tribais não reproduzem simplesmente um grupo de seres humanos; reproduzem uma tribo, nomeadamente, uma *forma social* particular em que este grupo de seres humanos realiza atividades *específicas* de uma forma *específica*. As atividades específicas (...) não são o resultado de características «naturais» dos homens que as realizam (...). A vida quotidiana praticada e perpetuada pelos homens tribais é uma resposta *social* específica a condições materiais e históricas particulares.” (Perlman, 2015: 29, *italico no original*)

No caso da Europa medieval, para referir outro exemplo histórico, a forma social refere-se às *relações de servidão*, englobando, entre outras, as seguintes dimensões:

- i) A organização social e territorial em termos de *feudos*, assentes nas relações de *obrigação* entre *suserano* e *vassalo* (senhor), por um lado, e entre *senhor* e *servos da gleba*, por outro;
- ii) A *ligação à terra* dos servos que, por isso, não podiam ser expulsos ou vendidos (caso contrário, seriam escravos);
- iii) A *divisão das tarefas* no interior das famílias camponesas ditada pela tradição e pelos costumes;

¹⁸² Esta questão será devidamente aprofundada em 1.5.1.3.

¹⁸³ Sayer observa que, “segundo Marx, as relações” sociais “de produção são (...) quaisquer e todas as relações que se demonstra estarem encerradas num determinado modo de produção”, quer dizer, “todas aquelas relações entre as pessoas” indispensáveis para produzir em sociedade e para (re)produzir a sociedade de uma certa maneira (Sayer, 1987: 75).

- iv) A calendarização anual das atividades pautada por numerosos feriados de índole *religiosa*;
- v) A corveia, quer dizer, o cultivo *obrigatório* das terras do senhor feudal durante alguns dias da semana. Esses produtos eram apropriados *em gênero* pelo senhor;
- vi) A produção para *consumo próprio* por parte dos camponeses.¹⁸⁴

1.5.1.3 – Modo de (re)produção e precedência da (re)produção social

Pode-se concluir que, na ótica de Marx, um modo de (re)produção é a combinação de certas forças produtivas com uma determinada forma social historicamente específica (Callinicos, 2013: 84; Silva, 1975: 166). Corresponde à interseção de (re)produção material e (re)produção social que configura um “*modo de vida*” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 19, *itálico no original*; cf. Murray, 2016: 49; Sayer, 1987: 30). Assim, este conceito refere-se “ao processo complexo através do qual os homens interagem simultaneamente com a natureza e uns com os outros” (Zeitlin, 1968: 98).

Importa salientar que é o cariz das “relações sociais que determina o modo de interação com a natureza” (Ibid.). Nas palavras de João Esteves da Silva, “as forças produtivas não possuem qualquer privilégio, nem nenhuma espécie de autonomia em relação ao sistema” social “em que se inserem” (Silva, 1975: 145). Portanto, “a tese de Marx (...) não é que as relações sociais são causadas pela produção material” mas que a (re)produção material envolve obrigatoriamente certas relações sociais (Sayer, 1987: 25). Existe uma ligação “interna e necessária” entre as relações sociais que as pessoas estabelecem entre si e o intercâmbio material com a natureza ou “processo de trabalho” (ibid.).¹⁸⁵

Na mesma toada, Alfred Schmidt defende que “não é a natureza abstrata da matéria, mas sim a natureza concreta da *prática social* que é o verdadeiro objeto e base da teoria materialista” de Marx (Schmidt, 1971: 40). Karel Kosík realça igualmente o papel mediador crucial da práxis humana, dizendo-nos que, em Marx, “o ser social (...) é o *processo de produção e reprodução da realidade social, i.e., a práxis histórica da Humanidade e as formas da sua objetivação*” (Kosík, 1976: 117, *itálico no original*). Derek Sayer remata que são as “relações sociais, e não as forças produtivas na aceção habitual do termo, que possuem uma primazia explicativa” na teoria marxiana (Sayer, 1987: 34).¹⁸⁶

Por outras palavras, e ao contrário das interpretações mais comuns de Marx, a (re)produção social é o *prius*, a base sobre a qual repousa a (re)produção material. São as relações sociais que “imprimem” aos elementos materiais as suas configurações específicas (Ibid.: 40).¹⁸⁷ *Relações sociais particulares, reproduzidas pela prática humana, são responsáveis por um certo modo de (re)produção material da sociedade.*

Pode-se falar num entrelaçamento entre forma social e tecnologia, na medida em que cada modo de (re)produção cria “o seu sistema tecnológico peculiar” (Bernardo, 1977b: 175).

¹⁸⁴ Conforme se verá em 1.5.2.1, a forma social da atividade (re)produtiva capitalista é o valor económico. A sociedade moderna é ao mesmo tempo um processo de (re)produção material e um processo de (re)produção das relações sociais de valor em escala alargada.

¹⁸⁵ Esta é uma das interpretações possíveis (e aquela que me parece mais profícua). Pode ler-se nos *Grundrisse*, por exemplo, que se trata da “produção dos indivíduos *socialmente* determinada” (Marx, 2011b/1857-58: 39, *itálico nosso*), i.e., que “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais.” (Ibid.: 41) No entanto, sendo inegável que o “materialismo dialético” vulgarizou a teoria marxiana, equiparando-a às posições de Engels, o pensamento de Marx neste âmbito é fértil em aporias (cf. 1.5.4).

¹⁸⁶ Na ótica de Marx, são as “mudanças nas relações” sociais “de produção que provocam um desenvolvimento da tecnologia”, e não o inverso (Sayer, 1987: 34). Mesmo no caso do capitalismo, a “mudança tecnológica” não é o fator primordial responsável pelo dinamismo social; pelo contrário, “é a concorrência entre os capitais – explicada pela divisão do trabalho, uma relação social – que compele o progresso técnico” (Ibid.).

¹⁸⁷ “Toda a produção recebe nos seus próprios momentos constitutivos a marca real da sociedade” (Dussel, 1985: 31).

Em Marx a dimensão técnica e tecnológica é a “expressão básica de um modo (...) de organização social” (Ibid.: 176), ou seja, “a realização material de dadas relações sociais” (Ibid.: 285). Logo, “seria um equívoco tratar o processo de trabalho como se fosse um processo técnico natural, separado das relações sociais” (Pilling, 1980: 63).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx escreve justamente que “o mundo sensível (...) não é objeto dado diretamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes o produto (...) do estado da sociedade, isto é, um produto histórico” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 30). Em outros termos, visto que “a realidade material é desde a origem mediada socialmente”, ela não possui um estatuto ontológico (Schmidt, 1971: 35). Isto torna as noções marxianas *supra-históricas* de “trabalho concreto” e “processo de trabalho” problemáticas, pois a (re)produção material *em geral* não existe; ela assume impreterivelmente uma forma peculiar no contexto de relações sociais historicamente específicas (cf. 1.6).

1.5.2 – O modo de (re)produção capitalista

1.5.2.1 – Processo de valorização: o valor como forma social hodierna

Constatou-se em 1.5.1 que o processo de trabalho concreto cria valores de uso. Todavia, já se sabe que no capitalismo “os resultados da atividade humana adquirem a forma” universal “de mercadorias” (Perlman, 2015: 32). Assim, não são produzidos meros valores de uso, mas sim mercadorias, que são a unidade de valor de uso e valor. Produzem-se bens e serviços apenas na medida em que eles funcionem como “substrato material” do valor; os valores de uso são meros “portadores” de valor (Marx, 1996a/1867: 305).

O valor exprime o “caráter social da mercadoria” (Murray & Schuler, 2017: 137), quer dizer, “é a forma social específica, e peculiarmente abstrata, da riqueza na forma-mercadoria” (Ibid.: 123; cf. Rubin, 1978/1927: 117 e 121). Para além disso, “as relações” sociais “de valor (...) são a forma geral do relacionamento humano no capitalismo, visto que (...) medeiam a reprodução social e económica” (Saad Filho, 2002: 12). O valor “estrutura (...) o mundo” moderno (Murray & Schuler, 2017: 129) porque “é uma relação social entre pessoas” (Rubin, 1987/1928: 78), ou seja, “uma forma social objetiva gerada por certas relações sociais” (Artous, 2016/1999: 98).

Mais exatamente, “a «forma-valor» é a forma social do produto do trabalho que reflete o caráter social particular do trabalho na produção mercantil” (Rubin, 1978/1927: 115). Dito de outra maneira: no capitalismo, é a “forma social da organização do trabalho” que faz com que “um produto (...) assuma a forma de uma mercadoria que possui um valor” (Ibid.: 121). A “forma social” peculiar do trabalho historicamente específica – o *trabalho abstrato* – “produz a forma social da riqueza” igualmente abstrata (Ibid.).¹⁸⁸

O trabalho criador de valor (e de mais-valia), conforme já foi elucidado (cf. 1.1.2), deve ser considerado sob um ponto de vista completamente diferente daquele que assume no processo de trabalho *concreto*. Trata-se de uma substância qualitativamente homogênea que apenas apresenta diferenças quantitativas (Marx, 1996a/1867: 307). O *processo de valorização* pode, então, começar por ser definido como *um processo de trabalho abstrato* – um mecanismo redutor social – *em que os conteúdos específicos dos vários trabalhos são apagados*.

Este “trabalho *praticamente* abstrato” tem “o poder de impelir o processo de acumulação e moldar um modo de vida capitalista” (Murray & Schuler, 2017: 132, *itálico* nosso), porquanto “a reprodução da vida quotidiana ocorre através de mudanças ou

¹⁸⁸ “[A] forma social (...) do modo de produção capitalista tem as suas raízes no aspeto do trabalho humano que Marx denomina abstrato” (Murray & Schuler, 2017: 131).

metamorfoses de valor” (Perlman, 2015: 41). A obra marxiana da maturidade é justamente “um estudo da natureza, relações internas e poderes” do trabalho abstrato e do valor enquanto “formas sociais específicas constitutivas” do capital (Murray, 2016: 121). Portanto, “*a teoria do valor de Marx é nada mais do que a sua teoria da forma social distintiva da riqueza e do trabalho no capitalismo*” (Ibid.: 122, *itálico no original*).

1.5.2.2 – Processo de valorização: a mais-valia e o capital como relação social

O capital, enquanto sujeito automático, é o processo incessante e tautológico de combustão humana conducente à valorização do valor. A finalidade de *todos* os capitais individuais é produzir mercadorias cujo valor seja *mais elevado* do que a soma dos valores das mercadorias necessárias para o seu fabrico – i.e., do que o valor dos objetos, dos meios e da força de trabalho (Marx, 1996a/1867: 305). Por conseguinte, o objetivo da produção mercantil é criar “não só valor, mas também mais-valia” (Ibid.).

Do ponto de vista do processo de valorização, o consumo produtivo dos *inputs* elencados tem de resultar na obtenção de um ganho. Trata-se de um aspeto *social* específico da produção capitalista, no qual o trabalho vivo desempenha um papel crucial: o dispêndio de trabalho abstrato permite criar um valor suficiente para repor o valor da força de trabalho (salário) e, para além disso, criar um valor excedente – a mais-valia.¹⁸⁹ Como é óbvio, “este trabalho excedente acumulado é *capital*” (Perlman, 2015: 47, *itálico no original*).

Atente-se que os *inputs* e o *output* são considerados *unicamente* sob o prisma da sua grandeza monetária: “a sociedade capitalista envolve dinheiro e fazer cada vez mais dinheiro” (Murray & Schuler, 2017: 125-126).¹⁹⁰ Este é, então, o segundo aspeto, de cariz *quantitativo*, do processo de valorização: o incremento imprescindível do valor do capital investido. Nas palavras de Marx, “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia” (Marx, 1996a/1867: 447).

Neste sentido, o capital é “*uma relação social*” que pressupõe – e põe repetidamente – dois elementos basilares: as relações de propriedade e a forma social características da modernidade (Colletti, 2011/1974: 148, *itálico no original*). Encerra, por um lado, a “propriedade privada dos meios de produção” e, por outro, o “trabalho assalariado” (Ibid.).¹⁹¹ Mediante o dispêndio quotidiano de energia humana abstrata os trabalhadores reproduzem inevitavelmente o capital como forma social: “A atividade (...) dos trabalhadores assalariados reproduz o trabalho assalariado e o capital. Através das suas atividades diárias, os homens «modernos» (...) reproduzem os habitantes, as relações sociais e as ideias da sua sociedade; reproduzem a *forma social* da vida quotidiana” (Perlman, 2015: 29-30, *itálico no original*).

A reprodução do capital em escala ampliada é, simultaneamente, a reprodução de determinadas formas de ser, de pensar e de agir – de um *modo de vida social*. Portanto, o constrangimento sistémico do processo de valorização não é uma realidade meramente

¹⁸⁹ O capital é “uma massa de valor” que é fermentada mediante a adição do “trabalho vivo”, quer dizer, “é valor que, absorvendo força de trabalho, se engrandece a si mesmo” (Colletti, 2011/1974: 148).

¹⁹⁰ Ver-se-á em 1.7 que os objetos e os meios de trabalho se limitam a *transferir*, total ou parcialmente, o seu valor às mercadorias produzidas. Em outros termos, o valor destes *inputs* limita-se a *reaparecer* no valor das mercadorias produzidas. Assim, a mais-valia é criada exclusivamente pelo trabalho humano abstrato.

¹⁹¹ Evidentemente que a forma social hodierna não se esgota na relação entre capital e trabalho assalariado, mas desdobra-se num vasto conjunto de relações e categorias sociais, tais como, por exemplo, a “lei do valor” (o valor como mecanismo regulador da divisão e distribuição do trabalho pelos vários ramos de negócio) ou outras leis internas do capital efetivadas pela concorrência entre os muitos capitais (a imposição do tempo de trabalho socialmente necessário, a produção da mais-valia relativa, a distribuição da mais-valia sob a forma de lucro médio, a distribuição dos rendimentos, etc.).

económica, mas sim um mecanismo abrangente que afeta a reprodução da sociedade moderna no seu conjunto:

“O objetivo do capitalismo é aumentar os lucros que resultam da produção e repetir esse processo infinitamente. A acumulação de capital não é o único propósito da sociedade moderna, mas propõe as sociedades capitalistas como nenhum outro. (...) A acumulação de capital é um propósito social coletivo imperativo. Enquanto forma social específica, o capital molda poderosamente e subsume muitos aspetos das nossas vidas.” (Murray & Schuler, 2017: 133)

1.5.2.3 – A unidade de processo de trabalho e processo de valorização

Marx observa que, tal “como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (Marx, 1996a/1867: 305).¹⁹² Portanto, o modo de (re)produção capitalista “representa a *união* do processo técnico-material com as suas formas sociais, isto é, a totalidade das relações” sociais de valor que se estabelecem “entre as pessoas” (Rubin, 1987/1928: 14, *itálico no original*).

Atente-se que “não se trata (...) de dois processos reais distintos, mas do *mesmo* processo, visto por um lado em termos do seu conteúdo” material “e por outro lado de acordo com a sua forma” social (Marx, 1988/1861-63: 140, *itálico no original*).¹⁹³ Porém, o capitalismo não foge à regra: a forma social é o polo dominante desta (re)produção binomial.¹⁹⁴ Conforme salienta Marx, “a relação entre o processo de trabalho e o processo de valorização consiste em que o segundo aparece como o propósito, e o primeiro apenas como o meio” (Ibid.: 96).

O processo de (re)produção material da sociedade é uma mera forma fenoménica do processo de valorização. Ou, se quisermos, o sujeito automático *serve-se* do processo de trabalho porque “o valor necessita do valor de uso como veículo” (Colletti, 2011/1974: 139). São os critérios irracionais da “rentabilidade” económica que determinam “a produção de qualquer objeto” (Astarian, 2017: 107). Neste sentido, o processo de (re)produção material será “paralisado” sempre que o processo fetichista de valorização “já não é possível ou ainda não é possível” (Marx, 1988/1861-63: 96). Independentemente da existência de necessidades sociais insatisfeitas, se a produção de um certo bem ou serviço não for lucrativa, então esse “processo de trabalho” não será realizado de todo.

Uma consequência nefasta adicional é o facto de os indivíduos serem convertidos “em «suportes» (...) das forças económicas” (Albritton, 1999: 17). Dado que “a verdadeira *raison d’être*” do modo de (re)produção capitalista “é a exploração” funcional “do trabalho” (Astarian, 2017: 112), quer dizer, o dispêndio autotélico de energia humana, “o capital é completamente indiferente aos trabalhadores enquanto seres humanos, tratando a força de trabalho como apenas mais um *input* mercantil” (Albritton, 1999: 20).

Pode-se concluir que, na ótica de Marx, o modo de (re)produção capitalista é simultaneamente um processo de trabalho, criador de valores de uso, e um processo de valorização, criador de mais-valia. Como decerto já se percebeu, este é um desenvolvimento da análise do carácter bífido do trabalho – trabalho concreto/abstrato – contido nas mercadorias, que foi tratado na secção 1.1 (e, em particular, no item 1.1.2): “A mercadoria,

¹⁹² O “processo de produção capitalista é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, tal como o seu resultado, a mercadoria, é a unidade de valor de uso e valor” (Marx, 1988/1861-63: 92).

¹⁹³ “[N]ão se trata de dois atos laborais distintos, mas de dois aspetos do mesmo processo” (Colletti, 2011/1974: 139).

¹⁹⁴ “[N]o modo de produção capitalista, (...) a (...) permuta orgânica material não é um «dado», o pressuposto” da “relação social”; ao invés, é “o «resultado» de relações sociais contraditórias” (Bianchi, 1981: 27).

de que partimos como algo dado, é agora vista no processo do seu vir a ser” (Marx, 1988/1861-63: 68).¹⁹⁵

1.5.2.4 – A (re)produção material especificamente capitalista

Constatou-se no item anterior que a vida na “sociedade contemporânea é, por um lado, a totalidade das relações sociais (...), e, por outro, uma série de categorias «materiais» nas quais essas relações *se manifestam*” (Rubin, 1987/1928: 71, itálico nosso). Ora, o facto de as forças produtivas materiais – e a (re)produção material, de um modo geral – *refletirem* o cariz das relações sociais capitalistas significa que elas não são neutras nem inocentes. Na verdade, “o valor (...) infunde, (...) impregna ou condiciona completamente o processo de produção” moderno (Astarian, 2017: 63).

João Bernardo salienta precisamente que “o processo social de criação e extorsão da mais-valia determina uma forma tecnológica particular, com ele intimamente relacionada” (Bernardo, 1977b: 177), quer dizer, “o desenvolvimento das relações sociais capitalistas acarreta o desenvolvimento de uma tecnologia própria, em que elas se materializam” (Ibid.: 178). Por conseguinte, o fim em si irracional da forma social do valor influencia decisivamente o conteúdo da (re)produção material em termos técnicos, tecnológicos, científicos e organizacionais (cf. 1.6.4 e 1.11.2).

É legítimo falar-se de uma uniformização, padronização ou “normalização” dessa mesma (re)produção material, que é provocada pelo tempo de trabalho socialmente necessário como norma reguladora universal difundida pela concorrência entre os muitos capitais (Astarian, 2017: 132-133). Lucio Colletti relembra que “o modo de produção capitalista, diferentemente daqueles que o precederam, não tende a conservar a base técnica da produção ou a modificá-la lentamente, mas a revolucionar constantemente as próprias condições de produção” (Colletti, 2011/1974: 182-183; cf. 1.11, 1.14, 1.16 e 3.4).

Pois bem, a existência de um padrão objetivo que determina o nível de produtividade social e impõe a maximização da eficiência técnica “infunde desde a origem cada gesto de trabalho” (Astarian, 2017: 134), ou seja, não pode deixar de se repercutir em “práticas bastante precisas, comuns a todos os processos de trabalho particulares” (Ibid.: 135). Nas palavras de Bruno Astarian, “o trabalho que produz a mercadoria não é trabalho em geral”, pois, por exemplo, “a atividade de produção de mesas-mercadorias é *concretamente diferente* daquela que fabrica a mesa do camponês autárquico” (Ibid.: 130, itálico nosso).

A uniformização estende-se, ainda, à estandardização dos produtos que é uma consequência da forma-mercadoria e, em especial, da “normalização da utilidade do objeto fabricado (...). Parece-nos perfeitamente natural que todas as mesas que saem da fábrica sejam idênticas. De facto, trata-se de uma especificidade histórica da mercadoria” (Ibid.: 130-131). Finalmente, como é óbvio, “a normalização das mercadorias normaliza (...) as necessidades que lhe fazem face. No *banlieue*, o proletário que tem fome pensa «naturalmente» num McDonald’s” (Ibid.: 130).

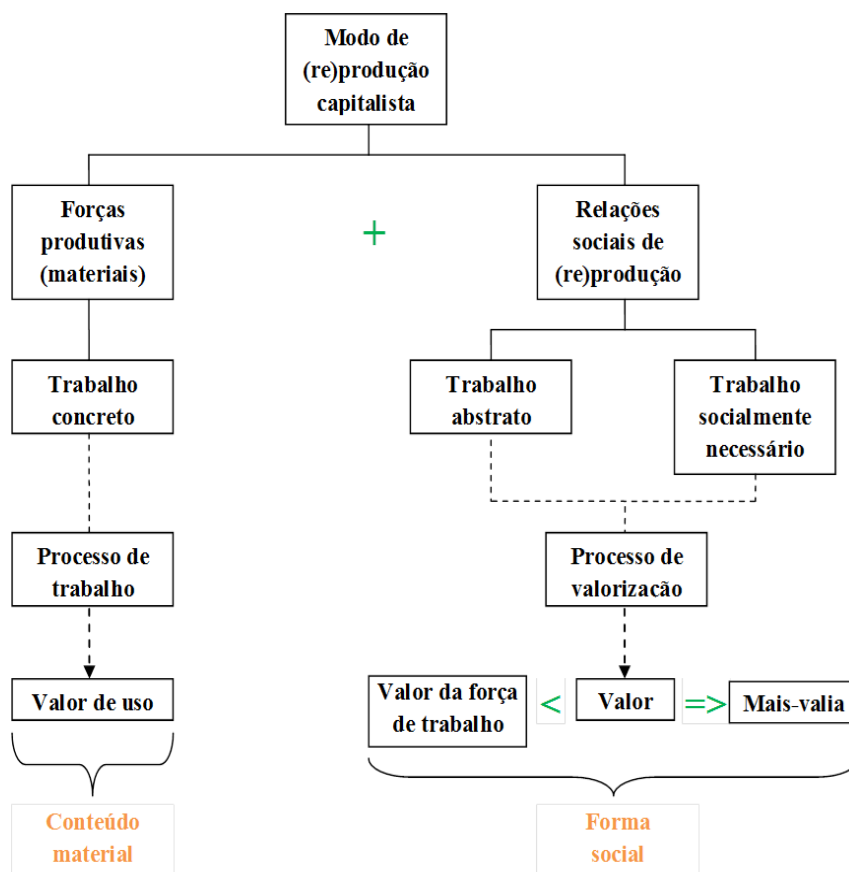
1.5.2.5 – Breve conclusão

A Figura 1.6 (cf. página seguinte) sintetiza a discussão dos itens precedentes. O modo de (re)produção capitalista é a união de um certo *conteúdo material* com a *forma social* universal da modernidade: o valor. Segundo Marx, é possível encontrar em todas as sociedades humanas um processo de (re)produção material – aquilo que designa por processo de trabalho *concreto*. Esse processo envolve a utilização das forças produtivas – “o trabalho,

¹⁹⁵ “Os dois processos, que (...) são [agora, NM] definidos como processo de trabalho e processo de valorização, são nada mais do que os dois aspetos do trabalho (...): trabalho concreto e trabalho abstrato. O processo de trabalho é trabalho concreto, enquanto o processo de valorização é trabalho abstrato, quer dizer, trabalho criador de valor” (Colletti, 2011/1974: 134).

as matérias-primas e algum tipo de tecnologia” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 2) – para assegurar a subsistência das pessoas. Logo, na ótica do autor, este aspecto não é o traço distintivo do capitalismo.

Figura 1.6 – Conteúdo material e forma social



Constatou-se que Marx atribui uma prioridade lógica à forma social, quer dizer, à peculiaridade do modo de (re)produção *macrossocial*. Assim, a especificidade do capitalismo decorre do valor como forma social da riqueza e forma de *mediação* das interações dos seres humanos com a natureza e uns com os outros. É o chamado *processo de valorização* – a reprodução em escala *ampliada* do capital e das relações sociais de valor – que distingue a modernidade capitalista de *todas* as sociedades pré-modernas, regidas por outros tipos de organização social.

O capital transforma o processo de (re)produção material “num mero veículo” para a sua própria “expansão” através da exploração do “trabalho assalariado” (Sayer, 1991: 18). A mais-valia, que “nasce da diferença entre o valor da força de trabalho e o novo valor criado quando essa força de trabalho é utilizada” (Ibid.: 19), constitui-se “assim como o fim determinante, o interesse propulsor e o *resultado final* do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital” (Marx, 1975/1864: 30-31, *itálico no original*).

No esquema teórico de Marx, o valor de uso (e o “trabalho concreto”) é uma categoria *transhistórica*, enquanto o valor (e o trabalho abstrato) é uma categoria *historicamente específica*. O autor salienta que, no capitalismo, a riqueza concreta possui uma segunda pele – uma *forma* – abstrata; ou seja, contrapõe o *conteúdo material* da riqueza (o valor de uso) à sua *forma social*: o valor.

Impõe-se um esclarecimento terminológico tendo em conta aquilo que foi exposto na secção 1.1. Em sentido lato, a *forma-valor* abarca a forma social da (re)produção e da riqueza burguesas. Trata-se de uma forma relativamente ao *conteúdo* da (re)produção e da riqueza materiais, quer dizer, uma forma social que *reveste* esse conteúdo técnico-material. Em suma, constitui uma forma específica de *síntese social*, de reprodução *macrossocial*, pautada pela *valorização do valor*, isto é, pelo dispêndio tautológico de trabalho abstrato.

A forma-valor deve ser distinguida do *valor de troca* ou “forma (de manifestação) do valor”, tal como explica Isaak Rubin:

“Marx analisa a forma-valor (*Wertform*) separadamente do valor de troca (*Tauschwert*) (...). Pela primeira, entendemos a forma social do produto que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias. (...) Dividimos assim a forma social do produto em duas partes: a forma social, que ainda não adquiriu uma forma concreta (ou seja, «forma-valor»), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, valor de troca).” (Rubin, 1987/1928: 130).

A *forma-valor* é uma forma *em relação* ao conteúdo material (valor de uso). Porém, *em si e por si*, conforme foi dito em 1.1, o valor tem um *conteúdo* – que se subdivide em *substância* qualitativa (trabalho abstrato) e *grandeza* quantitativa (trabalho socialmente necessário) – e uma *forma de manifestação* (o valor de troca). O valor de troca é, portanto, *a forma de uma forma* – a forma fenoménica da forma social hodierna. Pelas razões explicadas em 1.1.4 e 1.3.6, o valor nunca *aparece* como tal *imediatamente*, mas sempre como *valor de troca*.

Dedicarei uma atenção detalhada a esta questão na secção 1.6, mas quero, desde já, enfatizar que o raciocínio de Marx é eminentemente aporético: por um lado, reconhece que a (re)produção material está sempre incrustada em determinadas relações sociais, enquanto, por outro, oferece uma definição materializante *transhistórica* segundo a qual o “processo de trabalho” concreto e a economia “existiriam (...) independentemente de qualquer relação social” (Freyssenet, 1999: 1). Seriam, portanto, paradoxalmente realidades *pré* ou *associais*. Esta ontologização do conteúdo material revela-se problemática, visto que este não permanece exterior ou intocado pela forma social dominante, como se viu atrás. Mesmo do ponto de vista puramente técnico, não existe um suposto processo de trabalho *materialmente idêntico* em todas as sociedades (cf. 1.6).

Michel Freyssenet alerta que a (re)produção “material é ela mesma um produto totalmente social e histórico, tal como (...) as outras manifestações humanas” (Ibid.: 6). Cingindo-me ao objeto de estudo desta tese, num sistema generalizado de produção de mercadorias (Bottomore, 2010: 12) a produção de riqueza concreta (valores de uso) é apenas um invólucro, i.e., um mal necessário para a produção de riqueza abstrata (valor). O conteúdo dos vários trabalhos particulares e das mercadorias é perfeitamente indiferente para a síntese social realizada pelo trabalho abstrato e pela troca.

Isto significa que “a indústria moderna é uma corporização material, palpável do poder social do capital” (Sayer, 1987: 32) e do seu fim em si fetichista. Portanto, a (re)produção material recebe a marca indelével das relações *sociais*. O próprio Marx reconhece esse facto quando propõe o conceito de subsunção real: na modernidade é criado um modo de (re)produção material – em termos técnico-científicos – *especificamente capitalista* (cf. 1.11.2.3). Para além disso, nas sociedades pré-capitalistas a (re)produção material não estava autonomizada sob a forma de uma *economia* (cf. 1.5.3.1 e 1.6).

O modo de (re)produção capitalista é um processo de produção de valor económico – uma economia – e um processo de reprodução material da sociedade moldado por esse processo de valorização. E, ao contrário do que sucedia nas sociedades pré-modernas, a reprodução da sociedade moderna “não é uma mera replicação”, mas forçosamente a reprodução alargada do capital (Sayer, 1991: 23).

1.5.3 – Adenda: para uma crítica do “materialismo histórico”

1.5.3.1 – O esquema “base/superestrutura”

Um dos componentes centrais do chamado “materialismo histórico” é o esquema base/superestrutura. Em poucas palavras, esta tese advoga uma determinação mecanicista dos aspetos sociais, políticos, culturais e ideacionais (“superestrutura”) – em todos os tempos e lugares – pela “base” económica, entendida como (re)produção *material*. Tal como tive o cuidado de salientar no ensaio biobibliográfico que serve de introdução à 1ª Parte, esta vulgata foi promovida inicialmente por Engels, cuja autoridade era então incontestável, após a morte de Marx. E, depois, devidamente desenvolvida por nomes tão ilustres como Labriola, Kautsky ou Plekhanov, até acabar por ser dogmatizada no “*diamat*” estalinista.

É também digno de nota – e por isso volto a frisá-lo – que o esquema base/superestrutura e a correspondente “conceção materialista da história” tenham feito uma longa carreira *antes* da publicação de *A Ideologia Alemã*, na década de 1930. Como é evidente, esta obra será lida e interpretada à luz do (já então) canónico “materialismo histórico”.

Porém, Marx não deve ser completamente absolvido do triste destino sofrido pela sua teoria às mãos do marxismo-leninismo. Sendo verdade que o termo “materialismo histórico” *nunca* é utilizado por Marx (Heinrich, 2016: 95), é também inegável que nos seus escritos – em particular, na referida *Ideologia Alemã* e no célebre Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*¹⁹⁶ – estão presentes várias ambiguidades deveras problemáticas. Dirigirei, pois, a minha atenção para essas aporias e para a sua análise crítica que, simultaneamente, será uma crítica do “*diamat*” e uma defesa retrospectiva da interpretação defendida nos itens 1.5.1 e 1.5.2 como mais profícua: a precedência lógica da (re)produção social na teoria marxiana.

Começarei por examinar *A Ideologia Alemã*. Antes de tudo, deve ser tomado em consideração o “contexto polémico” em que a obra foi escrita: Marx procura distanciar-se da filosofia idealista, algo que conduziu seguramente a “exageros, simplificações e ironias” (Murray, 1988: 67). Assim, Marx salienta que “o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens *determina* o estado social” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 35, *italico* nosso). Noutra passagem, lê-se que “a produção material da vida imediata” e “a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e *por ele engendrada*” constituem “o fundamento de toda a história” da humanidade (Ibid.: 48, *italico* nosso).

Em correspondência endereçada a Annenkov, no final de 1846, Marx volta a evidenciar este determinismo associado à (re)produção material, dizendo que as relações sociais são uma “consequência” das forças produtivas (Marx & Engels, 1968: 22 [Marx a Annenkov, 28/12/1846]) e que as “relações materiais formam a base de todas as (...) relações” entre os indivíduos (Marx, 1985a/1847: 207 [Marx a Annenkov, 28/12/1846]). Em suma, “os homens não são livres para escolher as suas *forças produtivas* – base de toda a sua história” (Ibid.: 206, *italico* no original).

¹⁹⁶ Não seria um grande exagero afirmar que o “materialismo histórico” foi extrapolado e construído a partir dessas 4 ou 5 páginas e da figura testamentária de Engels.

Porém, também é possível ler em *A Ideologia Alemã* que os seres humanos são “condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que *lhes corresponde*” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 25, itálico nosso). Agora já não se fala de determinação das relações sociais pelas forças produtivas, mas de *correspondência* entre ambas. Essa ideia está igualmente presente na carta dirigida a Annenkov que acabo de citar: “A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo *correspondem* determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes” (Marx, 1985a/1847: 206, itálico nosso [Marx a Annenkov, 28/12/1846]).

Marx escreve que “os homens produzem o pano, o tecido e os têxteis de seda” e, ao mesmo tempo, “produzem também as *relações sociais*” subjacentes a essa produção material (Marx & Engels, 1968: 28, itálico no original [Marx a Annenkov, 28/12/1846]). Por outras palavras, é preciso levar sempre em linha de conta a “forma social” de “determinadas forças produtivas” (Marx, 1985a/1847: 207 [Marx a Annenkov, 28/12/1846]).

Por sua vez, a célebre passagem do Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, canonizada pelo “materialismo histórico”, termina da seguinte maneira: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (Marx, 1982a/1959: 25). Está-se, portanto, perante uma primazia atribuída à (re)produção material. Todavia, imediatamente antes desta conclusão, Marx substitui novamente a determinação unilateral do social pelo material pela correspondência entre ambos:

“[N]a produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações [sociais, NM] de produção estas que *correspondem* a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações [sociais, NM] de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.”¹⁹⁷ (Marx, 1982a/1959: 25, itálico nosso)

Conforme se verá daqui a pouco, é problemático projetar a existência de uma realidade económica nas formações pré-capitalistas. Mas aquilo que importa realçar é que, mesmo na sua forma mais simplificada, o denominado esquema “base/superestrutura” *não é* inequivocamente definido como uma determinação das relações jurídicas e políticas por uma suposta base económica entendida *estritamente* em termos *materiais*. Ao invés, esta passagem fala de *correspondência* entre base económica e “superestrutura” e, para além disso, aquela é explicitamente entendida como o conjunto das relações *sociais* de (re)produção.¹⁹⁸

Em suma, Marx não é taxativo: subsistem várias ambiguidades nos seus textos. Por vezes, a prioridade é atribuída à (re)produção material, enquanto em outras ocasiões é referida uma correspondência (inespecífica) entre forças produtivas materiais e relações sociais. Qual a solução para este imbróglio? Gostaria de sugerir, na sequência de Derek Sayer, que o “significado”, assim como a orientação “geral”, dos conceitos de Marx é mais transparente quando estes são utilizados para analisar realidades socio-históricas concretas, e não em textos generalistas como *A Ideologia Alemã* e o Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (Sayer, 1987: 13). Em especial, “a metáfora base/superestrutura” – que

¹⁹⁷ Analisarei a relação entre ser social e formas de pensamento no item subsequente.

¹⁹⁸ Nos *Grundrisse*, encontra-se outra vez a equiparação explícita entre “base económica” e “[re]produção social” (cf. Marx, 2011b/1857-58: 400-401, itálico no original).

constitui uma “analogia” e não um binómio conceptual “exato” – não é utilizada de maneira “consistente” por Marx (Ibid.: 14).

Ora, nos volumosos escritos da maturidade em que Marx analisa uma realidade historicamente específica, o modo de (re)produção capitalista, a primazia lógica é na esmagadora maioria dos casos conferida à *(re)produção social*. É, pois, *errado* dizer que a (re)produção material é *o prius* na modernidade; a proeminência da *produção* – da *economia* – na sociedade capitalista não deriva do seu conteúdo material, mas da sua *forma social* (Mattick Jr., 1997: 70).

Apenas se a “base” *económica* for apreendida em termos *sociais*, e não de acordo com uma aceção material, é que a metáfora base/superestrutura encontra uma aplicação legítima no que se refere ao capitalismo (Krahl, 1970: 12). Está-se perante um modo de (re)produção em que a base *social* – sob a forma inaudita de uma *economia* “desincrustada” (Polanyi, 2000) – influencia decisivamente as demais esferas sociais (política, cultura, lazer, etc.), quer dizer, a “superestrutura”. A *(re)produção alargada das relações sociais de valor* – a *acumulação de capital* – *constrange os restantes domínios do modo de vida moderno* (Swingewood, 1984: 88).

Portanto, as acusações de “economicismo” dirigidas a Marx escamoteiam que não se trata de uma fantasia grosseira do “teórico”, mas de uma “realidade social” peculiar (Schmidt, 1968: 95). Na modernidade, “a economia torna-se o elemento positivamente determinante”, pois as abstrações reais do “trabalho” e do “valor” convertem-se em “modos organizativos da formação social” (Krahl, 1970: 12).¹⁹⁹ Assim, a primazia da economia – indissociável da sua própria *constituição* histórica como esfera *desvinculada* (Sayer, 1987: 75) – é uma “abstração anti-humana” (Schmidt, 1971: 41) decorrente da forma social capitalista: o processo de valorização.²⁰⁰

Ao invés, o esquema base/superestrutura canónico, em que a base é entendida redutoramente como (re)produção *material*, não se aplica a *nenhuma* civilização humana:

“não é possível concluir, a partir do facto inegável de que não pode haver vida social sem produção, que o modo de produção [material, NM] determina qualquer outra área da vida social, tal como não é possível concluir, a partir da igualmente verdadeira (e igualmente banal) proposição de que não pode haver vida social sem linguagem, que as estruturas sociais são determinadas pelas leis da gramática.” (Sayer, 1987: 148)

Consequentemente, a noção de (re)produção da vida social que Marx procura captar com as categorias de forças produtivas e forma social é bastante diferente daquela da maior parte dos seus “discípulos” (Ibid.: 18). O grande defeito do chamado “materialismo histórico” consiste no facto de partir da (re)produção *material* e não da reprodução *social* da humanidade. A “conceção materialista da história” não consegue vislumbrar que a (re)produção material *nunca* é *o prius*, mas ocorre *sempre* no interior de – e subordinada a – determinado tipo de relações *sociais*.²⁰¹

Assim, não é a (re)produção material que determina a forma das relações sociais, logo da (re)produção social, mas, pelo contrário, é a forma de (re)produção social historicamente específica que determina o conteúdo da (re)produção material, igualmente historicamente

¹⁹⁹ “[E]mbora fundamentalmente social, a economia torna-se relativamente autónoma e coloca-se sobre e contra o resto da vida social: é simultaneamente social e antissocial” (Albritton, 1999: 16).

²⁰⁰ “O capitalismo é o único modo de produção suscetível de uma caracterização exaustiva em termos estritamente económicos” (Silva, 1976: 90).

²⁰¹ Isto implica, entre outras coisas, que o “materialismo histórico” retroprojeta anacronicamente a proeminência da “economia” – entendida como (re)produção *material* – nas sociedades pré-capitalistas, quando ela nem sequer existia como domínio autónomo.

específica. Na sociedade capitalista, a reprodução das relações sociais de valor – portanto, a reprodução alargada do capital – tem precedência face à (re)produção material e à própria sobrevivência física dos indivíduos sociais.

1.5.3.2 – Ser social, práxis, mediação e formas de pensamento

Outro predicado nuclear do materialismo histórico e dialético é a determinação mecânica da consciência dos indivíduos pela realidade material. Essa é, em grande medida, a posição de Engels. Ora, conforme se verificou no item anterior, o materialismo de Marx é eminentemente social. Logo, “Marx nunca usa o termo «materialismo» na mesma acepção de Engels, visto que lhe atribui sempre como significado a dependência da consciência em relação às condições sociais e não a primazia metafísica da matéria sobre a mente” (Kolakowski, 1978a: 405; cf. Sanjuán, 2010: 220).

Isso é patente quando Marx sustenta que “a consciência é (...) um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 36). Numa das suas passagens mais conhecidas, o autor defende que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1982a/1959: 25). Porém, este aforismo deve ser lido *cum grano salis* e, sobretudo, contextualizado no seio da polémica com os Jovens Hegelianos.

Marx almeja rebater a posição idealista que torna a consciência uma entidade independente, associal e a-histórica, mas não quer transformá-la um mero “epifenómeno” do “ser social” (Murray, 1988: 69). A determinação unilateral dos seres humanos e das suas formas de pensamento pela sociedade seria uma simples continuação do materialismo engelsiano (e filosófico, de um modo geral) por outros meios. O intuito de Marx, expresso nas “Teses sobre Feuerbach”, é superar a dicotomia idealismo/materialismo típica do Iluminismo (Ibid.: 81).

Por um lado, o idealismo apreende a “atividade subjetiva” (Vázquez, 1980: 156), mas fá-lo acentuando “a vontade pura” (Murray, 1988: 81) e, portanto, escamoteando os constrangimentos sociais que se colocam à ação humana. Para além disso, realça a prática intelectual, espiritual e filosófica *abstrata*, ignorando dessa maneira “a atividade prática, sensível, real” e concreta dos seres humanos (Vázquez, 1980: 156).

Por outro lado, “a doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias (...) esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens” (Marx, 2007/1845: 537). O mundo é (re)criado “pelos homens e mulheres no decurso da sua história, (...) transformado pelos nossos próprios esforços” (Lefebvre, 1982: 38). Assim, “as circunstâncias condicionam, mas (...) encontram-se por sua vez condicionadas”, de maneira que Marx reivindica o “papel ativo” *concreto* dos indivíduos na sua “relação com o meio” social (Vázquez, 1980: 162). Em suma, Marx censura o “objetivismo” materialista porque este não consegue vislumbrar a realidade social como resultado da “prática” dos sujeitos (Ibid.: 155).

Marx supera o dualismo agência/estrutura introduzindo a noção de *práxis* como elemento *mediador* (Lefebvre, 1982: 30).²⁰² Nas suas próprias palavras, “a vida social é essencialmente *prática*” (Marx, 2007/1845: 539, *italico no original*), quer dizer, “o produto da ação recíproca dos homens” (Marx, 1985a/1847: 206). Por seu turno, essa “atividade (...) do homem social” (Vázquez, 1980: 21) constrói uma “totalidade” que se repercute nas práticas individuais (Ibid.: 29).

Pode-se falar de uma “*co-constituição*” de sujeito e objeto efetivada por meio da “«atividade prática» dos seres humanos” (Murray, 1988: 72, *italico nosso*).²⁰³ A prática

²⁰² Os parágrafos seguintes são apenas um esboço preliminar. Esta questão será devidamente aprofundada na 2ª e 3ª Partes da tese.

²⁰³ “A prática é a inter-relação sujeito-objeto” (Bernardo, 1991: 17).

“objetiva-se” criando “uma estrutura” socioinstitucional “em expansão e transformação permanentes”; que, por sua vez, surge como o “campo de realização das práticas” subjetivas ulteriores (Bernardo, 1991: 17). Neste sentido, “a prática é a permanente produção de novas práticas”, ou seja “a prática (...) produz-se, reproduzindo-se” (Ibid.: 78).

Em Marx, a práxis surge, então, como “atividade transformadora” e mediadora “da natureza e da sociedade” (Vázquez, 1980: 115) que, ao *objetivar-se*, cria determinadas *formas sociais*, nomeadamente as formas estruturantes da (re)produção macrossocial – ou relações sociais de (re)produção – num determinado período histórico, mas também “as formas (...) das relações pessoais diretas”, as “formas estéticas”, o “direito” (Lefebvre, 1982: 46) e, como não podia deixar de ser, as formas do pensamento (Sohn-Rethel, 2010: 39).²⁰⁴

A noção marxiana de práxis congrega um modo particular de ser, agir e *pensar* que *medeia* a objetividade e a *subjetividade* sociais. Esse conceito permite-lhe superar o dualismo filosófico representado pelas correntes materialistas e idealistas, conforme salienta Patrick Murray:

“Marx procura, através de termos como «atividade humana sensível», «práxis», «atividade objetiva» e «atividade revolucionária, prática-crítica», perturbar o dualismo límpido de consciência e ser [social, NM] que os materialistas e os idealistas partilhavam. (...) [A] questão não é que a consciência se trate somente de um epifenómeno do ser (ou da vida) mas que ela nunca existe separada, como uma entidade desvinculada, do ser (ou da vida) [sociais, NM]. A consciência é sempre a *consciência* de alguma prática vital determinada.” (Murray, 1988: 70, *itálico no original*)

A práxis *medeia* a realidade social e a consciência dos *indivíduos sociais*. Logo, a premissa de Marx não é a “matéria”, contraposta “abstratamente ao «espírito»”, mas os “indivíduos reais” que estabelecem relações entre si e que são “conscientes”, isto é, “agem com base nas suas conceções” socialmente fundamentadas (Sayer, 1987: 87). Em suma, a teoria marxiana almeja dar conta do “entrelaçamento” (*webbing*) da “vida prática” com as “facetas mais explicitamente ideacionais” dos seres humanos (Murray, 1988: 72)

Como já se sabe, no caso da modernidade as formas sociais estruturantes da (re)produção social são a mercadoria, o valor e o capital. Elas são o resultado da objetivação de uma forma de práxis historicamente específica: o trabalho abstrato. Trata-se de uma categoria fetichista porque os “padrões estabelecidos” ou cristalizados dessa “atividade prática” social (Murray, 1988: 71) se voltam contra os seus portadores. O movimento autotélico do valor representa, pois, a *autonomização* da objetivação dos seres humanos, i.e., dos resultados da sua própria atividade.²⁰⁵

Por conseguinte, no capitalismo, a práxis que efetua a mediação social é marcada por um elevado grau de opacidade. Os indivíduos têm naturalmente consciência dos atos concretos que realizam no seu trabalho, mas permanecem *inconscientes* face à forma (macros)social que reproduzem através da sua prática quotidiana: “Os seres humanos fazem a sua sociedade e a sua história, mas sem saber como, de uma maneira caracterizada pela mistura ambivalente de conhecimento e ignorância, ação consciente e compulsão cega” (Lefebvre, 1982: 51).²⁰⁶

²⁰⁴ Evidentemente que a historicidade das formas sociais acarreta a “transitoriedade histórica” das formas de pensamento (Zelený, 1980: 30).

²⁰⁵ “O trabalho humano, ou seja, a atividade prática (...), apresenta-se a Marx como uma atividade alienada (...): criação de um objeto no qual o sujeito não se reconhece, e que o defronta como algo alheio e independente (...), como algo dotado de certo poder (...) que se volta contra ele” (Vázquez, 1980: 131).

²⁰⁶ O problema da inconsciência em relação à forma social que caracteriza a subjetividade moderna será desenvolvido no capítulo 7.

Note-se que “esta práxis não acarreta somente uma relação peculiar entre o operário e os produtos do seu trabalho”, portanto, uma relação de alienação “entre sujeito e objeto” (Vázquez, 1980: 132). O trabalho abstrato envolve igualmente “uma relação” *sui generis* “do operário consigo mesmo” (Ibid.), quer dizer, a construção fetichista da sua subjetividade (Ibid.: 133): o ser humano “faz-se a si mesmo com o seu próprio trabalho, quer dizer, autocria-se *em e por meio* da produção” de valor económico (Ibid.: 136, *itálico no original*). Dado que o trabalho é socialmente sintético na modernidade, constituindo o cerne da mediação e do vínculo sociais, ser um *homem* é, antes de tudo, ser um trabalhador; o trabalho abstrato como forma de práxis está na génese da (auto)identidade e das formas de pensamento do sujeito moderno.

1.6 – Digressão: a aporia do conceito de trabalho em Marx

O conceito de trabalho é porventura o mais ambíguo, e inclusive contraditório, no seio do edifício teórico construído por Marx. Nesta secção, analisarei cronologicamente a evolução da noção marxiana de trabalho. O meu derradeiro objetivo será, mediante a transcendência das aporias que perpassam as obras marxianas, alcançar um entendimento coerente do trabalho enquanto forma de atividade *historicamente específica*. Pretendo resgatar o núcleo mais radical das reflexões de Marx acerca do trabalho; por outras palavras, almejo ir com Marx *para além de Marx*, no sentido da crítica do trabalho.

1.6.1 – O trabalho nas obras da juventude de Marx

Nas suas obras da juventude, Marx ainda não utiliza um conceito bífido de trabalho – trabalho concreto/abstrato – para classificar a atividade produtiva no capitalismo. Este conceito dual só será adotado, definitivamente, a partir de *Para a Crítica da Economia Política*, livro publicado em 1859.

Nos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, obra escrita em 1844, quando Marx contava somente 26 anos, o trabalho é descrito:

- a) Como uma atividade *inerentemente alienada*, que escapa ao controlo dos seres humanos. Na ótica de Marx, “o *trabalho* constitui apenas uma expressão da atividade humana no seio da alienação, da manifestação da vida enquanto alienação da vida” (Marx, 1993/1844: 220, *itálico no original*).
- b) Como a essência da *propriedade privada*. Marx salienta que “a *essência subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada enquanto atividade para si própria, como sujeito, como pessoa, é o trabalho” (Ibid.: 183, *itálico no original*).

Marx preconiza que é possível deduzir as demais categorias mercantis – capital, dinheiro, concorrência, etc. – a partir destas duas categorias basilares: trabalho e propriedade privada (Ibid.: 170). Ademais, na sociedade capitalista, a alienação “gravita em torno do estranhamento do trabalho” (Arthur, 1986: 3), ou seja, todas as outras formas de manifestação da alienação derivam da alienação do trabalho (Ibid.).

O conceito de trabalho é, pois, eminentemente *negativo*. O trabalho é uma “atividade não livre” (Marx, 1993/1844: 168), “a conclusão lógica da negação do homem” (Ibid.: 184). Marx deplora que o indivíduo exista “como trabalhador, não como homem” (Ibid.: 107). Na qualidade de trabalhador, vê-se “reduzido espiritual e fisicamente à condição de uma máquina”, convertendo-se “de ser humano em simples atividade abstrata” (Ibid.: 105). Marx caracteriza o trabalho, enquanto atividade alienada, da seguinte forma:

“[O] trabalho é *exterior* ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e

arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* de satisfazer outras necessidades. O seu carácter estranho ressalta claramente do facto de se fugir do trabalho como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. (...) Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha (...) sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalho não é a sua atividade espontânea. (...) [É] a perda de si mesmo.²⁰⁷” (Ibid.: 162, *itálico no original*)

Marx acrescenta que “o ato de alienação da atividade prática humana, o trabalho” (Ibid.: 163) deve ser considerado sob dois aspetos:

“1) A relação do trabalhador ao *produto do trabalho* como a um objeto estranho que o domina. Tal relação é ao mesmo tempo a relação ao mundo externo sensível, aos objetos naturais, como a um mundo estranho e hostil; 2) A relação do trabalho ao *ato da produção* dentro do *trabalho*. Tal relação é a relação do trabalhador à própria atividade como a alguma coisa estranha, (...) a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a *própria* energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal (...) como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence.” (Ibid., *itálico no original*)

Para além de ser uma atividade irremediavelmente alienada, o trabalho não é apresentado como uma categoria ontológica. Arthur observa que, de um modo geral, nos *Manuscritos*, é a categoria de “atividade produtiva” que parece possuir um “significado ontológico para Marx” (Arthur, 1986: 10). Neste sentido, o trabalho é entendido como uma forma de “mediação de segunda ordem” (Ibid.: 10-11), i.e., como uma forma *historicamente específica* assumida pela “atividade produtiva”.

Se em *O Capital* – e, aliás, desde logo, em *Para a Crítica da Economia Política* – o trabalho (concreto) se converte numa “categoria intemporal”, i.e., passa a ser equiparado à atividade produtiva enquanto tal, isso não sucede nos escritos da juventude de Marx (Ibid.: 12). Embora Marx não seja “absolutamente consistente” (Ibid.: 13), nos *Manuscritos* – assim como nos “Comentários sobre Friedrich List” e em *A Ideologia Alemã*²⁰⁸ –, o termo “trabalho” é definido de um modo restritivo como “*atividade produtiva levada a cabo sob a égide da propriedade privada*” (Ibid., *itálico no original*), ou seja, como a atividade produtiva peculiar da modernidade capitalista.

Em suma, o trabalho não é uma categoria ontológica que medeia o intercâmbio material com a natureza em *todas* as sociedades humanas (Ibid.). Não surpreende, portanto, que Marx defenda a sua abolição: *a eliminação da alienação requer a abolição do trabalho*. Ademais, se o trabalho é a causa da propriedade privada, então esta não poderá ser abolida

²⁰⁷Marx defende esta ideia igualmente nos “Comentários sobre James Mill”, escritos nesse mesmo ano: “No contexto da propriedade privada”, o trabalho “é a *alienação da [minha] vida*, uma vez que eu trabalho *para poder viver*, para poder adquirir os meus *meios* de vida. O meu trabalho *não é a [minha] vida*. (...) [E]u detesto esta atividade, ela é uma tortura para mim” (Marx, 1992/1844: 278, *itálico no original*). Marx reafirmará esta posição em “Trabalho Assalariado e Capital”, texto escrito em 1847: “E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e transporta, etc. – valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o berbequim ou com o torno, de pedreiro, cavador ou canteiro, como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa atividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama” (Marx, 1982c/1847: 155).

²⁰⁸ Apresentaremos mais à frente trechos destas obras que confirmam esta asserção.

sem a abolição simultânea do próprio trabalho (Zilbersheid, 2004: 130). Marx escreve isso mesmo nos “Comentários sobre Friedrich List”:

“O «trabalho» é a base viva da propriedade privada, é a propriedade privada enquanto fonte criadora de si mesma. A propriedade privada mais não é do que trabalho *objetivado*. Se se quer desferir o golpe mortal contra a propriedade privada é preciso não apenas atacá-la enquanto *estado de coisas objetivo*, mas também enquanto *atividade*, enquanto *trabalho*. É um dos mais graves equívocos falar de trabalho livre, humano, social, falar de trabalho sem propriedade privada. O «trabalho», pela sua própria essência, é a atividade não livre, inumana, não social, condicionada pela propriedade privada e que por seu turno a cria. Portanto, a abolição da propriedade privada só se tornará uma realidade quando for concebida como abolição do «trabalho» (...). Consequentemente, uma «organização do trabalho» é uma contradição. A melhor organização que o trabalho pode receber é a organização atual, a livre concorrência, a dissolução de todas as anteriores organizações «sociais» do trabalho.” (Marx, 2009a/1845: 72-73, *itálico no original*)

Em *A Ideologia Alemã*, Marx reafirma, por diversas vezes, a ideia de que o comunismo significa a abolição do trabalho:

- 1) “Em todas as revoluções anteriores, permanecia inalterado o modo de atividade e procedia-se apenas a uma nova distribuição dessa atividade (...); a revolução comunista é, pelo contrário, dirigida contra o *modo* de atividade anterior – suprime *o trabalho*” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 47-48, *itálico no original*, tradução modificada).
- 2) Assim, “os proletários, se pretendem afirmar-se como pessoas, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, (...) isto é, devem abolir o trabalho” (Ibid.: 82).
- 3) “O Estado *moderno*, o domínio da *bourgeoisie* repousam sobre a *liberdade do trabalho*. (...) A liberdade do trabalho é a liberdade que os trabalhadores têm de competir entre si. (...) O trabalho *é livre* em todos os países civilizados. Não se trata de libertar o trabalho, mas de o suprimir” (Ibid.: 258-259, *itálico no original*).
- 4) Marx critica o “trabalho, essa atividade miserável que serve para ganhar a vida com esforço” (Ibid.: 280), acrescentando que, “se o comunismo quer abolir (...) a miséria do proletário, é lógico que só o pode fazer abolindo a [sua] causa (...): o «trabalho»” (Ibid.).

Arthur chama a atenção para o facto de que quando Marx “fala (...) em abolição do trabalho, certamente que não se está a referir à abolição da própria atividade produtiva material” (Arthur, 1986: 137). Zilbersheid partilha esta opinião: “a abolição do trabalho não significa a abolição da própria produção mas a transformação do modo de produção [capitalista] prevalecente num novo modo [de produção] que já não poderá ser chamado de «trabalho»” (Zilbersheid, 2004: 117), porquanto perderá o seu cariz instrumental (Ibid.: 120). A abolição do trabalho significa que, na sociedade comunista, o trabalho será superado por uma forma de “atividade autónoma, a atividade livre” (Marx, 1993/1844: 166).

Será legítimo concluir que, na perspetiva do jovem Marx,

“a forma comunista da atividade produtiva não pode ser entendida como a forma mais livre do trabalho, isto é, um trabalho que é organizado democraticamente pelos trabalhadores. O comunismo não seria [de todo] baseado no trabalho, mas ao invés num novo modo de atividade produtiva, que introduziria uma descontinuidade na história humana”. (Zilbersheid, 2004: 119)

Em particular, o comunismo suprimiria a especialização, que, no capitalismo, se apresenta sob a forma da divisão do trabalho. Marx é taxativo: a divisão do trabalho mutila os indivíduos (Marx & Engels, 1975/1845-46: 299). Ela impede o livre desenvolvimento da individualidade, o desabrochar multifacetado das capacidades do ser humano (Ibid.: 244-245), na medida em que “cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 40).

No comunismo, a figura do especialista, do *trabalhador*, desaparece pura e simplesmente:

“Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.” (Ibid.: 41)

1.6.2 – O trabalho nos *Grundrisse*

Os *Grundrisse*, escritos durante os anos de 1857 e 1858, constituem o primeiro rascunho de *O Capital*. O livro é o culminar de uma década em que Marx se dedicou ao estudo aprofundado do cânone da economia política. Nesta obra, o conceito marxiano de trabalho torna-se eminentemente aporético. Vejamos porquê.

Marx começa por salientar o seguinte:

“O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o «trabalho» é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração.” (Marx, 2011b/1857-58: 57)

Marx acrescenta que o trabalho pode ser entendido como “a expressão abstrata da relação mais simples e mais antiga em que os seres humanos – seja em qual for a forma de sociedade – aparecem como produtores. *Por um lado, isso é correto. Por outro, não*” (Ibid., *itálico nosso*), porquanto somente com o surgimento histórico da “universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza” podemos falar de “trabalho em geral” e de “riqueza” em geral (Ibid.), i.e., de valor.

O autor frisa que “essa abstração do trabalho em geral” não é uma mera generalização ou “resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos” (Ibid.), pois “o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade” (Ibid.: 58). Por outras palavras, o trabalho tornou-se uma *abstração real*. Marx conclui que

“a abstração da categoria «trabalho», «trabalho em geral», trabalho puro e simples (...), a abstração mais simples, que a Economia moderna coloca no primeiro plano e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna. (...) Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.” (Ibid.)

Estes trechos dos *Grundrisse* oferecem-nos uma série de aparentes contradições. Por um lado, o trabalho é definido como uma categoria antediluviana, transhistórica, presente em “todas as formas de sociedade”. Por outro lado, Marx realça que só podemos falar *verdadeiramente* de trabalho, ou seja, o trabalho só devém uma *realidade efetiva*, na modernidade capitalista. Reza o provérbio anglo-saxónico: *you can't have your cake and eat it*. Ao contrário do que sucedia nas obras da sua juventude, Marx parece ser incapaz de determinar inequivocamente se o trabalho é ou não uma categoria ontológica.

Creio que se pode encontrar a solução para este enigma partindo de um célebre aforismo de Marx: “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (Ibid.). Ora, é impossível não vislumbrar nestes avanços e recuos conceptuais o raciocínio que acabará por conduzir Marx à adoção de um conceito bipartido de trabalho – trabalho concreto e trabalho abstrato –, embora o filósofo alemão ainda não utilize essa nomenclatura nos *Grundrisse*. Assim, o que Marx parece querer dizer é que o trabalho, entendido como atividade concreta, enquanto *produção material* genérica de determinados bens,²⁰⁹ é uma categoria bastante antiga, quasi-ontológica. Todavia, o trabalho abstratamente *social* – *realmente abstrato* – criador de “riqueza em geral”, i.e. de valor económico, é uma categoria que existe somente no modo de produção capitalista.²¹⁰

Em várias passagens dos *Grundrisse*, o conceito negativo de trabalho, presente nas obras da juventude, é substituído por um entendimento positivo do mesmo: “o trabalho é atividade *positiva, criadora*” (Ibid.: 511, *itálico no original*). Neste sentido, o objetivo deixa de ser a abolição do trabalho, isto é, a sua superação por uma forma de atividade mais elevada, *mas a transformação do trabalho num suposto trabalho livre*.

Marx critica Smith pela sua visão *exclusivamente* negativa do trabalho (Ibid.: 509). Na perspetiva de Marx, o trabalho pode ser “uma atividade da liberdade” cujas “finalidades” são determinadas pelo “próprio indivíduo” (Ibid.); assim, o trabalho pode transformar-se em “autorrealização, objetivação do sujeito, daí liberdade real” (Ibid.). O que sucede é que, até hoje, “o trabalho, em suas formas históricas como trabalho escravo, servil e assalariado, sempre aparece como repulsivo, sempre como *trabalho forçado externo*, perante o qual o não trabalho aparece como «liberdade» e «felicidade»” (Ibid., *itálico no original*). Em suma, ainda não foram criadas as “condições, subjetivas e objetivas, (...) para que o trabalho seja trabalho atrativo, autorrealização do indivíduo” (Ibid.).

Porém, em outros trechos, o trabalho material, industrial, é apresentado explicitamente como uma atividade não-livre, como uma esfera da necessidade que é preciso reduzir tanto quanto possível. O *tempo livre* erigido sobre e para além do tempo de trabalho é que aparece, então, como uma esfera da liberdade: o aspeto mais “importante” do desenvolvimento das forças produtivas é a (potencial) redução do “tempo de trabalho necessário à satisfação das necessidades absolutas” e a conseqüente criação de “tempo *livre*” para outro tipo de atividades (Ibid.: 510, *itálico no original*). Isto é crucial, na medida em que “o tempo de trabalho como medida da riqueza (...) significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho” (Ibid.: 591).

Existe, portanto, uma aporia central nos *Grundrisse*. Por um lado, o trabalho é definido como uma forma de atividade *potencialmente* livre. Por outro lado, o comunismo proposto por Marx consubstancia-se na redução do tempo de trabalho ao mínimo e na

²⁰⁹ Ver-se-á em 1.6.4 como a própria noção de “trabalho concreto”, de trabalho material *em geral*, representa ela própria uma abstração de cariz historicamente específico.

²¹⁰ Patrick Murray faz uma leitura similar (cf. 1988: 127-128).

maximização do tempo disponível dos indivíduos (cf. 1.16.5). Acompanhemos esta segunda linha de raciocínio, que parece ser bastante mais frutuosa.

Marx refere que o desenvolvimento das forças produtivas, nomeadamente de um sistema de maquinaria avançado, significa que a criação de riqueza “só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade” (Ibid.: 255), abrindo caminho para “o desenvolvimento da rica individualidade” (Ibid.: 256). Nestas condições, o trabalho “não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata” (Ibid.).

Na sociedade comunista, o “tempo de trabalho imediato não pode permanecer na oposição abstrata ao tempo livre – tal como aparece desde o ponto de vista da economia burguesa” (Ibid.: 594). Assim, se “o trabalho não pode vir a ser um jogo, como quer Fourier”, ocorre, ainda assim, no comunismo, “a superação do próprio modo de produção” burguês (Ibid.). Neste sentido, “o tempo livre, que é tanto tempo de ócio quanto tempo para atividades mais elevadas, naturalmente transformou seu possuidor em outro sujeito, e é inclusive como este outro sujeito que ele então ingressa no processo de produção imediato” (Ibid.). O indivíduo superou a sua condição de mero trabalhador, porquanto o “processo de produção imediato aparece aí como *momento*” (Ibid., itálico nosso) da sua vida social multifacetada.

Em suma, no comunismo, o processo de produção imediato é *transformado* e o tempo que exige dos indivíduos associados é reduzido ao mínimo indispensável, a um simples momento das suas vidas, perdendo desse modo a sua centralidade. Perante isto, surge uma questão inevitável: porque é que essa atividade completamente revolucionada – corporizada numa nova organização *social* do metabolismo com a natureza, em “que deixou de existir (...) o trabalho no qual o ser humano faz o que pode deixar as coisas fazerem por ele” (Ibid.: 255) –, sem qualquer paralelo histórico, continua a ser qualificada como trabalho?

1.6.3 – O trabalho a partir de *Para a Crítica da Economia Política*

Como vimos, ainda é possível discernir nos *Grundrisse*, em alguns trechos, um entendimento – algo contraditório, é certo – do trabalho enquanto categoria historicamente específica e, inclusive, a ideia radical de abolir o trabalho (cf., também, a este respeito, 1.16.5). Todavia, no ano seguinte, com a publicação de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx adotará *definitivamente* um conceito ontológico de trabalho (Zilbersheid, 2004: 136).

Marx escreve que é de suma importância “compreender a diferença entre o trabalho que ajuda a criar uma utilidade, um valor de uso, e o trabalho que cria uma forma determinada de riqueza, o valor” (Marx, 1982a/1859: 37n11). Por um lado, “o caráter do trabalho que põe valor de troca é (...) especificamente burguês” (Ibid.: 51). Por outro lado, “como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (Ibid.: 37, itálico nosso).

A proposta de um conceito dual de trabalho – trabalho concreto/abstrato – parece-me ser um desenvolvimento logicamente coerente. Marx pretendia mostrar que a criação de valor não é uma propriedade decorrente do caráter particular, *sensível* do trabalho, mas antes do seu caráter geral, abstrato, *social*. Todavia, a atribuição de um estatuto transhistórico ao trabalho concreto é, por sua vez, inteiramente questionável.

A partir de *Para a Crítica da Economia Política*, o conceito de trabalho das obras da juventude, claramente entendido como historicamente específico, cede lugar a um conceito bífido que se revela problemático somente na medida em que é negada a historicidade do trabalho concreto, ou seja, apenas o trabalho abstrato é reconhecido como uma especificidade da modernidade capitalista.

Assim, no *Manuscrito Económico de 1861-63*, volta-se a encontrar a mesma definição transhistórica de trabalho concreto, que se estende agora, também, ao denominado processo de trabalho:²¹¹

“Na medida em que o trabalho (...) cria valores de uso, é apropriação do mundo natural para [satisfazer] as necessidades humanas, (...) ele é a condição universal para a interação metabólica entre a natureza e o homem, e enquanto tal uma condição natural da vida humana que é independente de, igualmente comum a, todas as formas sociais particulares da vida humana. O mesmo é verdade acerca do processo de trabalho nas suas formas gerais (...). O próprio processo de trabalho aparece na sua forma geral, portanto ainda sem possuir *nenhuma determinidade económica* específica. Esta forma não expressa qualquer *relação* (social) *de produção* histórica particular que os seres humanos estabelecem na produção da sua vida social²¹²”. (Marx, 1988/1861-63: 63, itálico no original)

Em outro trecho, Marx professa uma ideia similar:

“O processo de produção do capital, encarado do seu ponto de vista material, a produção de valores de uso, é, antes de mais, um *processo de trabalho* em geral, e enquanto tal exhibe os elementos gerais que pertencem a esse processo sob as mais variadas formas de produção social. Estes elementos são determinados, nomeadamente, pela natureza do trabalho enquanto trabalho.” (Ibid.: 92, itálico no original)

Os exemplos poderiam ser facilmente multiplicados,²¹³ mas passemos à análise crítica da teorização marxiana do trabalho no *Manuscrito Económico de 1861-63*. Marx incorre aqui num erro elementar, num tipo de raciocínio que censura habitualmente aos economistas políticos do seu tempo:

“Se a forma determinada do capital é assim abstraída e é enfatizado só o *conteúdo* [material da produção, NM] (...), *naturalmente que nada é mais fácil do que demonstrar que o capital é uma condição necessária de toda a produção humana*. A demonstração é feita justamente pela abstração das determinações específicas que fazem do capital um

²¹¹ Tal como no Livro Primeiro de *O Capital*, apenas o processo de valorização constitui uma especificidade do modo de produção capitalista (cf. 1.5).

²¹² Nos *Grundrisse*, Marx já tinha avançado uma ideia semelhante. Marx escreve o seguinte: “Pela incorporação do trabalho ao capital, o capital devém processo de produção; mas, antes de tudo, processo de produção *material*; processo de produção em geral, de modo que o processo de produção do capital não é diferente do processo de produção material em geral” (Marx, 2011b/1857-58: 237, itálico no original). O autor acrescenta mais à frente: “o *processo de trabalho* (...), em virtude de sua abstratividade, de sua pura materialidade, é comum a todas as formas de produção” (Ibid., itálico no original). E conclui que “o capital pressupõe (...) o processo de produção em geral, tal como é próprio a todas as condições sociais, logo, sem caráter histórico, humano” (Ibid.: 251, itálico no original).

²¹³ Apresentemos algumas citações adicionais: O “trabalho é a apropriação da natureza com vista à satisfação das necessidades humanas, a atividade através da qual o metabolismo entre o homem e a natureza é mediado” (Marx, 1988/1861-63: 40). “Mas qualquer que seja a sua configuração cambiante, enquanto processo de trabalho em geral, i.e., enquanto processo de trabalho abstraído das suas determinidades históricas, ele contém sempre os momentos gerais do processo de trabalho enquanto tal” (Ibid.: 92-93). Encontramos afirmações idênticas nos *Resultados do Processo de Produção Imediato*: “O trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. (...) Os elementos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo e qualquer desenvolvimento social determinado” (Marx, 1975/1864: 52). Marx é concludente: “Considerando o seu lado real – considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – o processo de produção do capital é antes de mais um *processo real de trabalho*. Como tal, os seus elementos, as suas componentes conceptualmente determinadas, serão as do processo de trabalho em geral, os de qualquer processo de trabalho, seja qual for o nível de desenvolvimento económico e o modo de produção sobre cuja base se efetua” (Ibid.: 35, itálico no original).

momento de uma fase *histórica* particularmente desenvolvida da produção humana.” (Marx, 2011b/1857-58: 199, *itálico no original*)

Atente-se que aquilo que Marx censura aos economistas, no seu tratamento da categoria do capital, é justamente o mesmo procedimento metodológico que ele adota no que se refere ao conceito de trabalho (concreto): são abstraídas todas as “determinações específicas” – *sociais* e *técnicas* – do processo de produção, que é classificado com a categoria transhistórica de “processo de trabalho”. Se seguirmos este ponto de vista equivocado, as atividades do caçador bosquímano, do escravo ateniense, do camponês medieval ou do operário fabril, por exemplo, serão erradamente equiparadas e subsumidas no mesmo conceito intemporal de trabalho concreto, material.

Marx comete um erro *simétrico* àquele dos economistas. Se estes equiparam os meios de produção no seu *aspecto material* ao capital enquanto tal, Marx sugere, nos trechos citados na página anterior, que o conteúdo *material* da (re)produção moderna (o seu “processo de trabalho” técnico-material) e o conteúdo material da riqueza (entendido como “valor de uso”) permanecem incólumes, *intocados pela forma social* do valor que se valoriza – o capital. A (re)produção material em sentido técnico, tecnológico e organizacional seria, pois, uma categoria transhistórica. Ora, tanto o conteúdo material como a forma social são sempre historicamente específicos; e a segunda tem precedência face ao primeiro, *revestindo-o* de uma maneira particular e, ao fazê-lo, imprimindo-lhe determinados caracteres *específicos* (cf. 1.5.1.3 e 1.5.2.4).

Neste sentido, não pode deixar de causar estranheza o facto de Marx evitar a todo o custo utilizar categorias ontológicas, realçando sempre o carácter *historicamente específico* das categorias da sua crítica da economia política, mas depois, subitamente, abandonar este princípio metodológico quando se trata do conceito de processo de trabalho (concreto), concedendo-lhe sem quaisquer reticências o estatuto de categoria transhistórica. É certo que Marx dirá, por vezes, que se trata de uma generalidade, de um lugar-comum com pouca utilidade analítica,²¹⁴ mas o conceito de processo de trabalho *enquanto substrato material de todas as formas de produção social* é inerentemente problemático e contradiz, nomeadamente, a noção marxiana de subsunção real (cf. 1.6.4.3 e, sobretudo, 1.11.2.3).²¹⁵

Esta conceção aporética é contrariada pelo próprio Marx em outros trechos. Marx defende, por exemplo, a revelia da posição teórica que acabámos de criticar, que a “produção material” deve ser apreendida “na sua forma *historicamente específica*” (Marx, 1989a/1861-63: 182, *itálico no original*). Marx critica a economia política por não “entender a própria produção material *historicamente*”, concebendo-a, ao invés, “como produção de bens materiais em geral, e não como uma determinada forma (...) historicamente desenvolvida e específica” (Ibid., *itálico no original*). *We have come full circle*: estamos perante um Marx crítico de Marx, um Marx que responde às aporias do seu próprio pensamento.

A noção *ontológica* de processo de trabalho não resiste a uma confrontação com os princípios basilares da crítica da economia política marxiana. Esta preconiza que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e *mediada por uma determinada forma de sociedade*” (Marx, 2011b/1857-58: 43, *itálico nosso*). Marx salienta que, no capitalismo, “existe uma ligação, uma relação do trabalhador com sua própria

²¹⁴ Marx diz-nos que “é certamente evidente que a produção humana possui determinadas *leis* ou *relações* que são comuns a todas as formas de produção. Estas características idênticas são bastante simples e podem ser sintetizadas num pequeno número de asserções triviais” (Marx, 1994/1861-63: 236, *itálico no original*). Marx defende, contudo, que estas “formas gerais do processo de trabalho” permitem-nos saber muito “pouco” acerca das suas realidades históricas *empiricamente distintas* (Marx, 1988/1861-63: 63).

²¹⁵ A subsunção real do trabalho no capital refere-se à criação histórica de um processo de produção material – em termos técnicos, tecnológicos e organizacionais – *especificamente capitalista*.

atividade que de maneira alguma é a relação «*natural*», mas que já contém ela própria uma determinação *económica* específica” (Ibid.: 243, *itálico no original*). Ora, se a relação do indivíduo com o trabalho não é uma “relação natural” e traduz uma “determinação económica específica” – *capitalista* –, o trabalho não pode ser considerado uma constante antropológica.

No *Manuscrito Económico de 1861-63*, Marx denuncia ainda os malefícios da sociedade industrial capitalista, censurando

“os *apologistas do sistema fabril* (...), os apologistas desta completa desindividualização do trabalho, do confinamento em fábricas que se assemelham a casernas, da disciplina militar, da subjugação à maquinaria, da regulação pelo ponteiro do relógio, da vigilância dos capatazes, da destruição completa de qualquer desenvolvimento da atividade mental ou física”. (Marx, 1991/1861-63: 490-491, *itálico no original*)

Parece evidente que Marx se opõe ao trabalho industrial, que desumaniza os indivíduos. Assim, não é só o trabalho abstrato que é criticado por Marx, mas também o trabalho concreto: as formas concretas assumidas pela atividade produtiva sob o capitalismo. A produção (industrial) não é assumida de modo *positivo*, pelo que não se trata apenas de remover os entraves ao “desenvolvimento das forças produtivas” colocados pelo capital, mas de *transformar* essas forças produtivas. A teoria marxiana da maturidade, levada às suas últimas consequências, não se limita a criticar o trabalho abstrato, abarcando igualmente o trabalho concreto. Trabalho concreto e trabalho abstrato são os dois polos de uma categoria fetichista e historicamente específica: o trabalho.

1.6.4 – Epílogo: para uma crítica radical do trabalho

1.6.4.1 – As contradições de Marx

O conceito marxiano de trabalho é ziguezagueante e fértil em aporias. Segundo Botelho, “é possível verificar uma série de avanços, recuos, contradições e deslizes no pensamento de Marx sobre o trabalho”, que traduzem “uma obstinada luta conceitual com um objeto problemático” (Botelho, 2009: 43). Lamas reforça esta ideia, observando que Marx se encontra “num dilema teórico (...) que o obriga em diversos momentos das suas obras a inúmeras afirmações contraditórias sobre o suposto fundamento ontológico do trabalho como base da emancipação humana” (Lamas, 2007: 33).

Crítica do Programa de Gotha, um texto tardio de Marx, escrito em 1875, ilustra na perfeição este entendimento contraditório do trabalho. Por um lado, encontramos o Marx crítico do trabalho, defendendo que “o sistema do trabalho assalariado é um sistema de escravidão e, mais precisamente, de uma escravidão que se torna tanto mais cruel na medida em que as forças produtivas (...) se desenvolvem, sendo indiferente se o trabalhador recebe um pagamento maior ou menor” (Marx, 2012/1875: 39).

Por outro lado, encontramos o Marx apologista do trabalho, inclusive do trabalho infantil: “A *proibição geral* do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e, por essa razão, um desejo vazio e piedoso. A aplicação dessa proibição – se fosse possível – seria reacionária [sic.]” (Ibid.: 47, *itálico no original*).²¹⁶ Marx acrescenta ainda que não se pode privar os “criminosos comuns (...) de seu único meio de correção [sic.]: o trabalho produtivo” (Ibid.: 48).

²¹⁶ No Livro Primeiro de *O Capital*, Marx já tinha escrito que a “educação do futuro (...) há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo [sic.] com ensino e ginástica, não só como método de elevar a produção social [sic.], mas como único método [sic.] de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões” (Marx, 1996b/1867: 112).

A aporia marxiana em torno do conceito de trabalho parece ser inegável. Não obstante, é possível destilar uma crítica do trabalho *coerente* partindo do núcleo mais radical das reflexões marxianas presentes em diversos escritos. Creio que esse entendimento crítico do trabalho é aquele que se coaduna melhor com o espírito – embora, nem sempre, com a letra – da crítica da economia política de Marx. A teoria marxiana tem um objeto de estudo bem definido: o modo de produção capitalista. Neste sentido, *todas* as suas categorias são válidas somente no âmbito da sociedade capitalista e, para além disso, são entendidas de modo *negativo*, ou seja, como categorias fetichistas que deverão ser superadas praticamente. O trabalho não pode eximir-se a esta regra, fugindo pela porta do cavalo.

1.6.4.2 – A insustentável leveza do trabalho concreto

Procuremos, então, sistematizar a crítica marxiana do trabalho. Em *A Ideologia Alemã*, Marx alerta para os malefícios de uma noção transhistórica de trabalho: “O trabalho torna-se o resultado de uma construção cujo ponto de partida é a simples representação abstrata do Homem e da natureza; é definido, por consequência, de uma maneira que se aplica tão bem ou tão mal a todos os graus de desenvolvimento” socio-histórico (Marx & Engels, 1975/1845-46: 365). Marx volta a defender esta ideia no Livro Terceiro de *O Capital*, criticando a noção de “atividade produtiva do ser humano genericamente (...) despojada (...) de toda forma social e de toda determinação social do [seu, NM] caráter” e, portanto “independente da sociedade, desligada de todas as sociedades” (Marx, 1986b/1894: 270).

Nestes trechos, o trabalho, entendido como *produção material em geral, transhistórica*, é apresentado por Marx como um perfeito absurdo, porquanto os traços diferenciadores dos vários tipos de organização *social e técnica* da (re)produção material da humanidade, ao longo da história, são apagados no conceito homogeneizador de trabalho. Mais importante ainda, a absoluta excecionalidade histórica da atividade produtiva capitalista, quando comparada com as sociedades pré-capitalistas, é irremediavelmente perdida. Assim, por muito diferentes que fossem as mediações sociais do seu metabolismo com a natureza, chega-se facilmente à conclusão ridícula que tanto o ilhéu Trobriander como o corretor da bolsa de valores *trabalham*.

Já sabemos que, nas obras da maturidade, Marx introduz o conceito bífido de trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato. O primeiro aspeto a ressaltar é que “o trabalho abstrato não é um elemento estranho ao trabalho concreto que se apodera dele do exterior, mas formam entre si polos antagónicos de uma mesma lógica contraditória” (Silva Júnior, 2010: 50). Trabalho concreto e trabalho abstrato são os dois polos *indissociáveis* do trabalho, essa forma de atividade *moderna*. Não é possível falar de trabalho concreto na ausência de trabalho abstrato e vice-versa. Devemos evitar, portanto, o erro do “Sr. Proudhon”, para quem “toda categoria económica tem dois lados – um bom, outro mau” (Marx, 1985a/1947: 107), pretendendo “conservar o lado bom, eliminando o mau” (Ibid.: 108).

Como vimos, esta é a posição assumida muitas vezes pelo próprio Marx relativamente à categoria trabalho e que, entretanto, tem sido replicada por numerosos marxistas: o trabalho abstrato é encarado como o “lado mau” do trabalho, a forma especificamente capitalista do trabalho, enquanto o trabalho concreto é entendido como o seu “lado bom”, o substrato material a-histórico que é preciso libertar do jugo *exterior* do trabalho abstrato. Neste sentido, uma crítica radical do trabalho, para ser coerente, *deve reconhecer o caráter igualmente moderno do trabalho concreto*. Bruno Lamas escreve o seguinte a este respeito:

“[S]e observarmos bem as sociedades pré-modernas, embora a produção de bens para consumo se encontre naturalmente em todas elas, não podemos propriamente dizer que estas sociedades possuíam «trabalho», assim como não podemos dizer que tinham «tempo livre»; esta é uma distinção especificamente moderna. (...) [A]grupar sobre a

categoria «trabalho» uma multiplicidade de atividades concretas como pescar, semear, colher, etc., indiferentemente ao seu conteúdo, é algo simplesmente impensável para muitas sociedades pré-modernas. (...) Mais importante ainda é que estas sociedades não concebiam o conjunto de atividade produtivas enquanto uma esfera separada dos restantes momentos da reprodução da vida social. Neste sentido, as próprias atividades [produtivas, NM] concretas (...) nem sempre foram rigidamente separadas de outras atividades humanas como o jogo, os rituais, a criação dos filhos, a convivência social, etc.²¹⁷ O conceito de «trabalho concreto» de Marx implica, portanto, uma abstração de todo o contexto social das relações humanas; e essa é já uma abstração especificamente capitalista que apenas faz sentido nessas condições históricas de separação das esferas. Assim, *apesar do conceito «trabalho concreto» ambicionar apenas separar analiticamente o lado necessariamente material do «trabalho», ele já pressupõe uma real separação social das práticas humanas historicamente determinada.*” (Lamas, 2007: 35, *itálico no original*)

O trabalho concreto constitui, portanto, paradoxalmente, uma *abstração*: a (re)produção material da humanidade assume-se *realmente* como uma esfera autonomizada sob a forma de uma economia. O trabalho pode ser definido como a atividade económica *abstraída*, desvinculada e claramente separada dos demais campos da vida – religião, cultura, arte, etc. – em termos temporais, espaciais e de significado cultural e simbólico atribuído. Karl Polanyi falará com toda a propriedade de uma economia *desincrustada* da sociedade (cf. Machado, 2010).

Botelho assinala igualmente que a noção de produção material em geral – de “trabalho concreto” – é ela mesma um resultado histórico do modo de produção capitalista:

“A ideia de produção em geral (...) não é mero produto lógico, é também um produto histórico, na medida em que somente uma circunstância social específica poderia fornecer o método capaz de isolar as determinações categoriais do conjunto a que pertencem. Somente uma sociedade cujo sentido, movimento e objetivo da produção pode se destacar de caracteres concretos específicos é que poderia tornar possível a formulação dessa ideia genérica de produção. Só com a emergência do trabalho (...) poderia fazer sentido uma ideia abstrata de produção e, portanto, uma ideia abstrata de relacionamento entre homem e natureza que desconsidera as especificidades históricas.” (Botelho, 2009: 54, *itálico no original*)

Esta observação é de suma importância: apenas com o surgimento *histórico* do trabalho – na sua dupla natureza de trabalho abstrato-concreto – é que se torna possível sequer representar a *produção material em geral*, desligada de quaisquer condicionamentos sociais e históricos, e falar de um *trabalho concreto ontológico* equiparado ao metabolismo com a natureza. *A indiferença da atividade produtiva capitalista face a todo o conteúdo sensível é projetada retrospectivamente sobre as sociedades do passado como produção em geral, i.e., como trabalho concreto.*²¹⁸ A questão crucial é que – voltamos a repetir – a desvinculação da produção material, sob a forma de uma “economia”, dos demais contextos sociais, culturais, simbólicos, etc. é um fenómeno exclusivo da modernidade capitalista.

²¹⁷ Cláudio Duarte escreve, de modo análogo, que, nas sociedades pré-capitalistas, “a moderna separação de esferas («trabalho», «tempo livre», «arte», «religião», etc.) não está real ou totalmente posta. (...) [A] produção está imbricada significativamente em todos os momentos e atividades do grupo e não numa esfera autónoma” económica (Duarte, 2009: 42). Pode falar-se, nestas sociedades, de um “primado (...) da reprodução”, isto é, “tais formações são menos «modos de produção» do que *modos de reprodução social de indivíduos* (...) ou *membros orgânicos da comunidade*” (Ibid.: 44, *itálico no original*). As formações sociais pré-capitalistas “*não põem a produção no centro da vida humana como mediação social*” (Ibid.: 48, *itálico no original*).

²¹⁸ Cf. Bischoff (1995) e Homs (2012), para uma crítica do conceito “materializante” ontológico de trabalho.

1.6.4.3 – Trabalho concreto e subsunção real

Sabemos que, devido à inversão que caracteriza o fetichismo (cf. 1.1.5), o trabalho concreto é uma mera forma de manifestação do trabalho abstrato, ou seja, “o trabalho concreto aparece como momento expressivo sensível da generalidade dos processos produtivos, como manifestação empírica do trabalho abstrato” (Botelho, 2009: 61). O trabalho concreto é a forma de efetivação do trabalho abstrato na realidade sensível. Neste sentido, *o modo de produção capitalista tem de criar um processo de produção material – o processo de trabalho concreto – adequado à prossecução da multiplicação infinita do valor.*

Marx utiliza o conceito de subsunção real do trabalho no capital para descrever esta (re)produção material da sociedade especificamente capitalista. A subsunção real consubstancia-se na “transformação material do processo produtivo” (Ibid.: 70); ela implica mudanças tecnológicas profundas, nomeadamente a disseminação da maquinaria e das ciências aplicadas (Marx, 1994/1861-63: 106). Em suma, “a forma social capitalista se inscreve na matéria, cria uma técnica adequada ao seu objetivo (...) de valorização do valor” (Botelho, 2009: 70).

Enquanto nas sociedades do passado o progresso técnico era bastante lento, ou inclusive estacionário, o modo de produção capitalista assenta na inovação contínua. Esta diferença é explicada pelo seguinte facto: apenas no capitalismo surge a compulsão sistémica de um padrão de produtividade material – o tempo de trabalho socialmente necessário – disseminado pela concorrência entre os vários capitais. A configuração técnica do trabalho espelha a necessidade de “produzir um objeto empregando somente o *tempo de trabalho* [socialmente, NM] *necessário* sob as condições sociais gerais de produção” (Marx, 1988/1861-63: 197, *italico no original*).

Se nas sociedades pré-capitalistas o tempo necessário para o fabrico de um bem não era levado em consideração, na sociedade capitalista a intensidade e o ritmo das diferentes atividades produtivas atingem níveis elevadíssimos (Ibid.). O trabalho ininterrupto é justamente “um aspeto peculiar” do capitalismo (Ibid.: 259). Pela primeira vez na história, a duração temporal do processo produtivo converte-se no “único critério para a avaliação e comparação das diferentes atividades” (Jappe, 2006: 48), pois aquilo que está em jogo é, acima de tudo, a criação de valor. Marx escreve o seguinte em *A Miséria da Filosofia*:

“[T]omar apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem levar em conta a qualidade, (...) supõe que os homens se apagam diante do trabalho; supõe que o movimento do pêndulo tornou-se a exata medida da atividade relativa de dois operários, da mesma maneira que o é da velocidade de duas locomotivas. Então, não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer que um homem de uma hora vale tanto como outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada.” (Marx, 1985a/1847: 57-58)

O tempo converte-se no principal opressor dos seres humanos. O tempo de trabalho socialmente necessário torna-se o capataz mais poderoso, coagindo os indivíduos a executar as suas atividades *concretas* quotidianas o mais rapidamente possível. Por outro lado, contribui para a transformação recorrente das modalidades *técnicas, tecnológicas e organizacionais* dos diversos trabalhos concretos.

Consideremos o exemplo de atividades inerentemente prejudiciais aos seres humanos, como sejam o trabalho noturno (que perturba o ciclo circadiano) e o trabalho numa linha de produção (que atrofia o corpo humano devido à execução repetida de um pequeno número de movimentos predeterminados), ou, ainda, de atividades prejudiciais ao meio ambiente, nomeadamente indústrias extrativas que contribuem para a desflorestação massiva e para a

desertificação dos solos, e indústrias transformadoras extremamente poluentes do ar, da água e dos solos e/ou emissoras de gases com efeitos de estufa.

Todas estas atividades produtivas são, no capitalismo, trabalhos concretos levados a cabo enquanto modos de efetivação do trabalho abstrato, i.e., de produção de valor económico. Estes trabalhos concretos são meras formas fenoménicas ou de manifestação do trabalho abstrato. Todavia, como facilmente se perceberá, estes trabalhos concretos – trabalho noturno, operação de linha de montagem, processos de trabalho poluentes, etc. – não são categorias *positivas*, *inócuas*, transhistóricas que apenas carecem de ser extirpadas do seu polo “negativo”, ou seja, que somente devem perder o carácter de trabalho abstrato.

A subsunção real significa que o próprio processo de produção material (concreto) é revolucionado, assumindo uma forma especificamente capitalista e, portanto, inaudita na história da Humanidade. O aparentemente inofensivo trabalho concreto foi inteiramente moldado aos ditames da valorização e dos critérios de rentabilidade.²¹⁹ É completamente impossível, portanto, falar de um suposto trabalho concreto supra-histórico, *materialmente idêntico* em todas as sociedades.

O que se retira daqui é que o lado “concreto” do trabalho não permanece incólume face à “forma pressuposta de socialização”: “o trabalho concreto representa apenas o paradoxo de ser o lado concreto de uma abstração (isto é, da forma-abstração «trabalho»)” (Trenkle, 2014/1998: 26). Deste modo, é concreto “apenas no sentido bastante estreito e limitado, de que mercadorias diferentes necessitam de processos de produção materialmente diferentes” que, contudo, não se “comportam técnica e organizacionalmente frente à finalidade implícita da valorização” de um modo neutro (Ibid.). A produção capitalista é organizada de acordo com o seguinte princípio:

“o maior número de produtos possível dentro do menor tempo possível. Isso ganha o nome, então, de eficiência de economia empresarial. O lado concreto-material do trabalho é (...) nada mais que a forma palpável, na qual a ditadura do tempo do trabalho abstrato confronta e coage a atividade dos trabalhadores sob seu ritmo.” (Ibid.)

Assim, o modo de organização tecnológico, técnico e científico da produção *material* capitalista não é uma categoria *neutra* que possa ser “apropriada” sem quaisquer problemas (o que não significa, obviamente, que as tecnologias desenvolvidas sob o capitalismo devam ser rejeitadas em bloco, isto é, que algumas delas não possam ser utilizadas de forma distinta em modos de produção diferentes).²²⁰

Em suma, o desafio que a humanidade enfrenta não é o de libertar um substrato material *ontológico* – o trabalho concreto – de uma suposta dominação *exterior* imposta pelo trabalho abstrato, mas o de superar o binómio trabalho abstrato-concreto enquanto tal. Se o trabalho abstrato é uma categoria historicamente específica, então o trabalho concreto – suporte material dessa abstração – é-o igualmente. Por conseguinte, não é apenas o trabalho abstrato que deverá ser abolido, mas igualmente o trabalho concreto. Isto pressupõe um conjunto de transformações, nomeadamente da tecnologia industrial, da relação entre ciência e produção, da relação entre produção material e natureza, ou da relação que se estabelece entre os seres humanos e as suas atividades produtivas.

²¹⁹ E o próprio Marx reconhece esse facto: “A produção de um valor de uso (...) é aqui apenas meio para a produção de mais-valia”, de maneira que “a produção de mais-valia (...) determina: 1) a duração do processo de trabalho diário; 2) *toda a configuração técnica e social do processo capitalista de produção*” (Marx, 1985b/1885: 285, *italico* nosso).

²²⁰ Podemos falar de uma parcela de “não-identidade” (Adorno, 2009/1966) da tecnologia, i.e., a tecnologia moderna não coincide *completamente* com a sua forma capitalista.

1.6.4.4 – Crítica do valor de uso: breves apontamentos²²¹

Se o trabalho concreto é uma categoria especificamente capitalista, então o seu resultado, o valor de uso, é-o igualmente. Valor de uso e valor são os dois polos *inseparáveis* da forma mercadoria, da forma elementar da riqueza capitalista. Não faz qualquer sentido falar de um suposto valor de uso não-capitalista, i.e., fora do contexto da produção de mercadorias. O lado concreto da mercadoria – assim como o lado concreto do trabalho – é “determinado pela dinâmica histórica” capitalista (Vela, 2011: 61).

O primeiro aspeto que deve ser realçado é que o aspeto sensível/material da mercadoria – o valor de uso – não constitui a finalidade da produção capitalista; ele é tão-somente um “efeito colateral inevitável”, na medida em que “o valor não se realiza sem um suporte material” (Trenkle, 2014/1998: 25-26). Por conseguinte, “o valor de uso (...) não é simplesmente um substrato material com propriedades determinadas e constantes”, mas uma “transformação de coisas com o objetivo de criar valor” (Vela, 2011: 59).

Em segundo lugar, deve ser destacado que o valor de uso traduz uma utilidade *abstrata* e não a produção consciente de certos bens para satisfazer necessidades específicas. O conteúdo do valor de uso é perfeitamente acidental:

“Para o capital, *aquilo* que é produzido é perfeitamente indiferente – aspirina ou ecstasy, frangos do campo ou vacas loucas, exemplares de *Ana Karenina* ou biografias de Sarah Ferguson, marmeladas deliciosas ou bombas de napalm. Todos os produtos-mercadorias são equivalentes. O que interessa é que eles sejam coisas úteis vendáveis, e que a sua venda seja lucrativa para o capital que os produziu” (Basso, 2003: 197, *itálico no original*).

Esta noção de coisa útil *genérica* está pura e simplesmente ausente nas sociedades pré-capitalistas. Botelho alerta para a

“diferença formal de relação com a matéria que todas as sociedades não-capitalistas possuíam: para o camponês medieval, o cidadão antigo ou o indígena americano, um determinado objeto não é nunca visado como uma utilidade em geral, mas como machado, cesto, trigo, batata, etc. A ideia de um valor de uso como tal, genérico, está (...) essencialmente ligada a uma relação produtiva abstrata”. (Botelho, 2009: 60)

Nas sociedades pré-capitalistas, os objetos eram produzidos para *consumo próprio* ou para serem apropriados *diretamente* pela classe dominante. A categoria de utilidade em geral, de valor de uso, era completamente desconhecida, porquanto é uma peculiaridade dos bens produzidos sob a forma de mercadorias. No capitalismo, as mercadorias constituem *valores de uso*, coisas úteis *indiretamente sociais*, ou seja, objetos produzidos com a única finalidade de serem *trocados* e, posteriormente, consumidos por *outrem*.

Relembremos que ser um valor é a verdadeira essência da mercadoria; ser um valor de uso é apenas a sua forma fenoménica. Assim, o valor de uso – na sua *abstração* – refere-se meramente ao facto de um determinado bem – *qualquer* bem – ser portador de um valor. A forma abstrata do valor tem de efetivar-se na realidade sensível, ou seja, precisa de um veículo material. Visto que o valor de uso é o resultado de um processo de produção material *especificamente capitalista*, ele assume-se como a encarnação, a corporização das irracionalidades desse modo de produção.²²²

²²¹ Voltaremos a esta questão com maior detalhe na 2ª Parte.

²²² Bruno Astarian salienta que “a utilidade do produto não é natural. Ela é profundamente marcada pelo facto de que a coisa produzida é fundamentalmente uma mercadoria” (Astarian, 2017: 126). O valor de uso é, por isso, a “*forma da utilidade no seio da sociedade mercantil*” (Ibid.: 128, *itálico no original*).

O raciocínio de Marx acerca do valor de uso é mais uma vez aporético. Por um lado, Marx eleva o valor de uso ao estatuto de categoria transhistórica, preconizando que o valor de uso é um “resultado neutro” do processo de trabalho concreto (Marx, 1988/1861-63: 59), o conteúdo da riqueza em todas as sociedades humanas (Ibid.: 40). Por outro lado, nas suas “Notas sobre Wagner”, Marx escreve que, “para produzir mercadorias, *não basta produzir valores de uso, mas é preciso produzir valores de uso para outros, valores de uso sociais.* (...) Desse modo, o valor de uso – como valor de uso da «mercadoria» – adquire por si mesmo um caráter histórico específico” (Marx, 2002/1881: 242; Marx, 2011a/1881: 175, *itálico no original*).

Marx chega, portanto, à conclusão que o “valor de uso social”, isto é, o “valor de uso da mercadoria” é uma categoria historicamente específica. Faltou-lhe dar o passo lógico seguinte: nesse caso, porque é que devemos continuar a utilizar o mesmo conceito anistórico de valor de uso para designar os bens produzidos nas sociedades pré-capitalistas? Tal como sucedia com o conceito de trabalho concreto, a categoria supostamente ontológica de valor de uso contradiz o etos da crítica da economia política marxiana, que postula a *historicidade* de todas as suas categorias.

No modo de produção capitalista, todos os bens são produzidos como mercadorias, pelo que possuem uma natureza profundamente contraditória: a indiferença da forma *social* (valor) relativamente ao conteúdo material (valor de uso) significa que o próprio conteúdo assume, muitas vezes, uma natureza destrutiva e irracional. Pensemos, por exemplo, na obsolescência planificada. No capitalismo, muitas mercadorias são produzidas, *de antemão*, com determinadas características físicas, corpóreas, *inferiores* que permitam o seu desgaste rápido e a necessidade recorrente da sua substituição por novas mercadorias.

Para além disso, são inúmeros os produtos inerentemente prejudiciais aos seres humanos, como sejam o material bélico, alimentos que contêm substâncias cancerígenas ou o automóvel individual movido a combustíveis fósseis.²²³ Neste sentido, podemos concluir que o valor de uso não é uma categoria neutra que se presta a ser simplesmente extirpada da forma valor e a ser apropriada de modo não-problemático.²²⁴

1.6.4.5 – Do tempo de trabalho ao tempo disponível

Vimos que o jovem Marx descarta qualquer noção de trabalho como “essência do homem” (Marx & Engels, 1975/1845-46: 367). É possível encontrar ainda ecos desta posição nos *Grundrisse*, quando Marx afirma, por exemplo, que “o pôr do indivíduo como um *trabalhador*, nessa nudez, é ela própria um produto *histórico*” (Marx, 2011b/1857-58: 388, *itálico no original*). Para além disso, na ótica de Marx, enquanto forma de atividade

²²³ O automóvel constitui o exemplo extremo de um “valor de uso” nocivo. Trata-se de uma tecnologia extremamente poluente e emissora de gases com efeito de estufa. A sua afirmação histórica como meio de transporte privilegiado implicou destruição sem precedentes da paisagem natural (construção de milhares quilómetros de estradas alcatroadas) e da paisagem urbana (as ruas tornaram-se o habitat natural do automóvel, não passando os seres humanos de meros intrusos indesejados). Ademais, o automóvel revela-se, em última instância, incapaz de cumprir a sua função primordial – permitir a deslocação rápida dos indivíduos –, na medida em que a sua proliferação é contraproducente: quanto maior for o número de automóveis, tanto maiores serão os congestionamentos de trânsito, de tal modo que a velocidade média de circulação nas grandes cidades contemporâneas é similar à velocidade dos veículos de tração animal.

²²⁴ Porém, podemos também falar de uma parcela de não-identidade a respeito do valor uso, ou seja, o valor de uso não coincide *totalmente* com a lógica destrutiva da mercadoria. Existe certamente uma vasta panóplia de bens e serviços, produzidos atualmente sob a forma de mercadorias, que continuarão a ser julgados benéficos para os seres humanos, pelo que poderão ser produzidos de modo não-capitalista no futuro. Por exemplo, o pão, enquanto alimento basilar da dieta de quase todas as culturas, continuará seguramente a ser produzido numa sociedade pós-capitalista, embora o seu processo de fabrico – em termos técnicos e materiais – já não constitua um “processo de trabalho”.

especificamente capitalista, o trabalho deve ser abolido sem quaisquer contemplações (cf. 1.6.1).

Porém, a partir de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx abandona definitivamente a ideia de abolir o trabalho (Zilbersheid, 2004: 135). Note-se que Marx ainda continua a conceber o tempo de não-trabalho como o expoente máximo da liberdade dos seres humanos:

“O tempo é o campo de desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho (...) é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia.” (Marx, 1996c/1865: 111)

Todavia, Marx já não parece acreditar que a (re)produção material da sociedade possa ser organizada de um modo não instrumental (Zilbersheid, 2004: 138). Desta maneira, no Livro Terceiro de *O Capital*, Marx recupera a ideia, avançada nos *Grundrisse* (cf. 1.6.2), de *erigir a esfera da liberdade sobre a esfera da necessidade*, sendo esta última entendida enquanto locus do trabalho. Marx salienta que a finalidade de uma “forma mais elevada da sociedade” deverá ser a maior limitação do possível do “tempo (...) dedicado ao trabalho material” (Marx, 1986b/1894: 273), pois “o reino da liberdade só começa (...) onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita” (Ibid.). O desenvolvimento social significa a ampliação das necessidades individuais,

“mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a [sua] condição fundamental.” (Ibid.)

Apesar do aparente recuo teórico de Marx, creio que é possível harmonizar esta posição com a ideia radical de abolir o trabalho presente nas suas obras da juventude. Se o trabalho concreto for encarado como uma categoria historicamente específica, indissociável do trabalho abstrato, então a abolição deste – inquestionável em Marx – implicará a abolição daquele. Por outras palavras, o processo de (re)produção material da humanidade numa sociedade pós-capitalista, ou seja, as atividades da “esfera da necessidade” do Livro Terceiro de *O Capital*, nunca poderão ser denominadas trabalho.

Atente-se que não se trata de um mero pedantismo em torno da nomenclatura das atividades produtivas, mas da *transformação prática do metabolismo com a natureza*, que perderá todas as características *sociais e materiais do trabalho*. No comunismo será abolido não apenas o processo de valorização, como também o processo de trabalho.²²⁵ Na ausência de capital, não existirá, obviamente, qualquer *subsunção real* da produção material, que poderá assumir uma forma pós-capitalista, inaudita na história da humanidade.

²²⁵ Bruno Astarian observa, com pertinência, que a “abolição do valor” não se traduzirá na “libertação deste trabalho, destas forças produtivas”, que receberam a marca indelével do fetichismo capitalista, mas na “revolução completa da (...) relação imediata dos seres humanos entre si, da sua relação com a natureza e da produção social” (Astarian, 2017: 149).

Cláudio Duarte observa acertadamente que “a produção não só pode deixar de ser processo de trabalho, *lugar de coerção e necessidade*” – ao contrário do que defende o último Marx – “como ela pode deixar de ser o momento central da vida” (Duarte, 2009: 59, *itálico nosso*). Neste sentido, “a produção torna-se novamente mero pressuposto *material*”, perdendo a sua preponderância no seio da “nova ordenação do tempo e espaço sociais” (Ibid.: 61, *itálico no original*).²²⁶

1.7 – Capital constante e capital variável

Para transformar o seu dinheiro em capital, o capitalista tem de adquirir no mercado matérias-primas (e auxiliares), meios de trabalho e força de trabalho, que serão combinados na produção de um determinado tipo de mercadorias. Assim, para aferir o valor de uma mercadoria, é preciso levar em linha de conta não apenas o trabalho diretamente aplicado no seu fabrico, mas igualmente o tempo de trabalho contido nas matérias-primas e nos meios de trabalho utilizados (Marx, 1996a/1867: 306).

Marx estabelece uma distinção entre estes fatores de produção através da introdução dos conceitos de *capital constante* e *capital variável*. Neste sentido, Marx designa por capital constante “a parte do capital (...) que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho”, porquanto ela “não altera a sua grandeza de valor no processo de produção” (Ibid.: 325). Por sua vez, Marx denomina capital variável “a parte do capital convertida em força de trabalho”, porquanto ela “muda o seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que (...) pode (...) ser maior ou menor” (Ibid.).

Marx concretiza: “as mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho [concreto, NM] se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável” (Ibid.). Analisemos então estes conceitos com um pouco mais de minúcia.

Começemos pelo capital constante. O primeiro facto a reter é que os meios de produção não criam qualquer valor adicional. Segundo Marx, “os valores dos meios de produção consumidos” são simplesmente *transferidos* ao valor do produto final; o valor dos meios de produção é *conservado* através da intermediação do trabalho e *reaparece* portanto no valor da mercadoria produzida (Ibid.: 317). Isto significa que a conservação do valor das matérias-primas e dos meios de trabalho apenas é possível mediante a intervenção do trabalho humano. Marx afiança que é “um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor” novo (Ibid.: 323). À medida que transforma a matéria, agregando-lhe valor, o trabalho vivo não consegue deixar de conservar o valor pretérito contido nas matérias-primas e nos meios de trabalho.

Marx esclarece que “o trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor” ao produto, “e outra vez para conservar seu valor anterior” (Ibid.: 317). O trabalho permite *simultaneamente* formar novo valor e conservar o “valor antigo” (Ibid.). Esta duplicidade deriva do carácter bífido do trabalho (e do processo de produção imediato capitalista) que já conhecemos. Marx dá o seguinte exemplo: um dado fiandeiro fia 1 libra de algodão em cada hora de trabalho, portanto, 6 libras de algodão em 6 horas de trabalho. Marx prossegue:

“Suponha[-se] que uma invenção qualquer capacite o fiandeiro a fiar em 6 horas a mesma quantidade de algodão que fiava antes em 36. Como atividade adequada a um fim, útil e produtiva, seu trabalho aumentou sua força seis vezes. Seu produto é seis vezes maior, 36 libras de fio em vez de 6. Mas as 36 libras de algodão absorvem agora

²²⁶ Voltaremos a este assunto em 1.16.5.

apenas o mesmo tempo de trabalho que antes absorviam 6. Seis vezes menos trabalho novo lhes é agregado em comparação com o método antigo, portanto apenas 1/6 do valor anterior. Por outro lado existe agora um valor em algodão seis vezes maior no produto, nas 36 libras de fio. *Nas 6 horas de fiação um valor em matéria-prima seis vezes maior é conservado e transferido ao produto, embora à mesma matéria-prima seja agregado um valor novo seis vezes menor. Isso demonstra que a propriedade em virtude da qual o trabalho, durante o mesmo processo indivisível, conserva valores é essencialmente diferente da propriedade em virtude da qual ele cria valores.* Quanto mais tempo de trabalho necessário é absorvido durante a operação de fiar pelo mesmo *quantum* de algodão, tanto maior é o novo valor agregado ao algodão; mas quanto mais libras de algodão são fiadas no mesmo tempo de trabalho, tanto maior é o valor antigo conservado no produto.” (Ibid.: 318-319, *itálico nosso*)

Por outras palavras, quanto maior for a força produtiva *material* do trabalho – impulsionada pelo progresso técnico, tecnológico, científico, etc. –, menor será a parcela do novo trabalho, i.e., do valor adicionado (relativo à reprodução da força de trabalho e à mais-valia), contida em cada mercadoria individual; a *mesma* massa de novo valor é repartida por um número mais elevado de mercadorias. Simultaneamente, quanto maior for a força produtiva do trabalho, maior será a grandeza do valor preexistente dos meios de produção, nomeadamente sob a forma de matérias-primas, conservada pelo processo de trabalho. Se, por hipótese, a produtividade material duplicar, então serão consumidas o dobro das matérias-primas – que, no curto prazo, não verão o seu valor unitário alterado – durante o mesmo período de produção. Deste modo, serão conservados duas vezes mais valores preexistentes do que na situação inicial.

Assim, o trabalho concreto – i.e., a atividade produtiva específica – permite conservar o valor dos meios de produção utilizados e das matérias-primas consumidas:

“O trabalho conserva, portanto, os valores dos meios de produção consumidos ou os transfere, como partes componentes do valor, ao produto, não pelo seu acréscimo de trabalho em geral [abstrato, NM], mas pelo caráter particularmente útil, pela forma específica produtiva desse trabalho adicional. Como atividade produtiva, adequada a um fim – fiar, tecer, forjar –, o trabalho, através de seu mero contacto, ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos.” (Ibid.: 318)

Por outro lado, o trabalhador cria novo valor “mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado” (Ibid.). Consequentemente, “em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho (...) agrega novo valor aos valores” dos meios de produção, “e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, (...) transfere o valor desses meios de produção ao produto” (Ibid.).²²⁷ Aquilo que surge no processo de trabalho “*como conservação da qualidade do trabalho precedente – e, em consequência, também do material em que está posto –*, aparece no processo de valorização como conservação do *quantum* do trabalho já objetivado” (Marx, 2011b/1857-58: 290, *itálico no original*).

²²⁷ “O trabalhador repõe o antigo tempo de trabalho simplesmente pela adição de *novo* tempo de trabalho, pelo que o antigo é preservado no produto e devém elemento de um novo produto. (...) A conservação do valor não é um ato separado da adição de valor novo, mas se dá automaticamente; aparece como resultado natural desse ato” (Marx, 2011b/1857-58: 284-285, *itálico no original*).

Acabámos de constatar que tanto o valor das matérias-primas como o valor dos meios de trabalho é preservado e transferido para o produto final através da intermediação do trabalho humano. Não obstante, existe uma diferença crucial entre ambos: o valor das matérias-primas é transferido na *sua totalidade* para o produto à medida que são utilizadas/consumidas (Marx, 1996a/1867: 320) no processo de produção; já no que se refere aos meios de trabalho – maquinaria, etc. – o seu valor é transferido aos produtos *gradualmente*, ao longo da sua vida útil (Ibid.: 321).²²⁸

Suponhamos que uma dada máquina tem uma vida útil de 10 anos. Então, em cada ano ela cederá 1/10 do seu valor ao conjunto das mercadorias produzidas. A sua depreciação enquanto valor de uso é acompanhada por uma transferência correspondente do seu valor aos produtos (Ibid.). Se, por exemplo, a máquina em questão custou 10 000 euros, então ela transferirá um valor de 1000 euros anuais à massa das mercadorias produzidas nesse período.

De acordo com Marx,

“Isso demonstra (...) que um meio de produção nunca transfere mais valor ao produto do que perde no processo de trabalho pela destruição de seu próprio valor de uso [i.e., pela sua depreciação, NM]. Se (...) não fosse ele mesmo produto do trabalho humano, então não transferiria nenhum valor ao produto. Serviria de formador de valor de uso sem servir de formador de valor”. (Ibid.)

Assim, por maior que seja o grau de utilidade de um meio de produção, ele nunca poderá transferir para os produtos uma soma de valor superior ao seu próprio valor (Ibid.: 322).²²⁹ É justamente por isso que os meios de produção recebem a denominação de capital constante.

Finalmente, resta-nos tecer algumas considerações breves acerca do capital variável. Já vimos (cf. 1.4.2) que, sob o capitalismo, o tempo de trabalho é prolongado para além “do ponto em que seria reproduzido um simples equivalente ao valor da força de trabalho e agregado ao objeto de trabalho” (Ibid.: 325). Se o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho for de 6 horas, a jornada de trabalho diária será sempre superior: por hipótese, 12 horas. Este sobretrabalho é a origem da mais-valia, da criação de novo valor. Assim, mediante a sua atividade, o trabalhador não se limita a reproduzir o valor da sua força de trabalho; ele produz igualmente um “valor excedente” (Ibid.).²³⁰ O capital adiantado sob a forma de salários é, por conseguinte, valorizado no decurso do processo de produção, sendo por isso que recebe a designação de capital variável.

Neste sentido, e para rematar esta secção, verifica-se que a troca entre o capital (variável) e a força de trabalho confere dois benefícios distintos ao capitalista que não lhe custam rigorosamente nada:

“[P]or meio do processo de troca com o trabalhador, o capitalista – pagando efetivamente ao trabalhador um equivalente pelos custos de produção contidos em sua capacidade de trabalho (...) – recebe grátis duas coisas, primeiro, o trabalho excedente, que aumenta o valor do seu capital; segundo, e ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho vivo que

²²⁸ Esta diferença será aperfeiçoada conceptualmente com a introdução das noções de capital fixo e capital circulante no Livro Segundo de *O Capital* (cf. 2.3).

²²⁹ “O *trabalho vivo*, ou seja, o trabalho no momento em que é despendido, é a *única fonte* do valor e da mais-valia. Com efeito, o *trabalho morto*, ou seja, o resultado do trabalho passado, como os meios de produção (máquinas e materiais) que o capitalista põe à disposição do trabalhador, não cria novo valor, antes transmite meramente o seu próprio valor ao produto final” (Jappe, 2006: 84, *italico no original*).

²³⁰ Atente-se, todavia, que a parcela de trabalho que repõe o valor da respetiva força de trabalho não se distingue qualitativamente da parcela de trabalho excedente que produz mais-valia (cf. Marx, 1996a/1867: 315).

conserva o trabalho passado materializado nos componentes do capital e, dessa maneira, conserva o valor do capital antes existente.” (Marx, 2011b/1857-58: 291)

1.8 - Taxa de mais-valia: o grau de exploração da força de trabalho

Acabámos de ver, na secção anterior, que o capital pode ser decomposto em duas parcelas: uma quantia de dinheiro desembolsada na aquisição de meios de produção (capital constante) e uma quantia de dinheiro desembolsada na contratação de força de trabalho (capital variável). Se c representar o capital constante e v representar o capital variável, o capital total original C pode ser descrito pela seguinte fórmula (Marx, 1996a/1867: 327):

$$C = c + v$$

Para simplificar a análise, utilizarei os mesmos valores do exemplo apresentado por Marx. Assim, o capital total original ascende a 500 euros, dos quais 410 representam o capital constante e 90 representam o capital variável. Logo, temos:

$$500 = 410c + 90v$$

Por seu turno, no final do processo de produção encontraremos um conjunto de mercadorias de valor superior, mercê do valor agregado pela força de trabalho, i.e., da mais-valia, que será representada como m . A fórmula final do capital, C' , pode então ser descrita da seguinte maneira:

$$C' = c + v + m$$

Retomando o exemplo de Marx, temos:

$$590 = 410c + 90v + 90m$$

Neste caso, a mais-valia produzida pela força de trabalho ascende a 90 euros. Teçamos algumas considerações adicionais. Sabemos que o valor do capital constante se limita a ser transferido para o produto; não se trata de um valor novo, mas de um valor que *reaparece* nas mercadorias produzidas (Ibid.: 328). Em outros termos, “o produto de valor realmente criado no processo distingue-se, portanto, do valor de produto obtido dele” (Ibid.). Assim, o valor obtido ascende a 590 euros ($c + v + m$), mas o valor criado cifra-se somente em 180 euros ($v + m$). Esta última soma “representa o trabalho que fluiu durante todo o processo de produção” (Ibid.: 330). A força de trabalho viva criou um novo valor suficiente para assegurar a sua própria reprodução ($90v$) e igualmente um valor excedente ($90m$). A mais-valia m decorre exclusivamente da mudança de valor ocorrida em v – na parcela do capital convertida em força de trabalho –, pelo que $v + m = v + \Delta v$ (Ibid.: 329).

Marx chama a atenção para o seguinte detalhe: à primeira vista, pode parecer que os $90v$ euros adiantados para a compra da força de trabalho são igualmente uma soma constante, pelo que será incorreto tratá-los como uma soma variável. Marx responde a esta objeção da seguinte maneira:²³¹

“Noventa libras esterlinas são, porém, uma grandeza dada, portanto constante, e por isso parece inconsistente tratá-las como grandeza variável. Mas $90v$ libras esterlinas ou 90 libras esterlinas de capital variável são aqui, de facto, nada mais que um símbolo do

²³¹ Marx utiliza a libra esterlina – e não o euro – como moeda no seu exemplo, o que não afeta em nada o raciocínio.

processo que esse valor percorre. A parte do capital adiantada na compra da força de trabalho é determinado *quantum* de trabalho objetivado, portanto grandeza constante de valor, (...) o valor da força de trabalho comprada. No próprio processo de produção, porém, toma o lugar das 90 libras esterlinas adiantadas a força de trabalho em ação, em lugar de trabalho morto, trabalho vivo, em lugar de uma grandeza estática, uma em fluxo, em lugar de uma constante uma variável. O resultado é a reprodução de v , mais o incremento de v .” (Ibid.: 329, itálico no original)

O facto a reter é que a reprodução de v – da força de trabalho – exige a criação de novo valor. Ao contrário do capital constante c , cujo valor já existe realmente, sob a forma de meios de produção, o capital variável apenas pode ser reproduzido – assumir a forma de valor – através da ação da própria força de trabalho. *Retomando o nosso exemplo: 90v euros não existem de antemão como valor a ser simplesmente transferido às mercadorias produzidas; esse valor carece ainda de ser criado pelos próprios trabalhadores através do dispêndio de um determinado tempo de trabalho – do tempo de trabalho necessário à reprodução da sua força de trabalho.*

Olhemos agora com mais atenção para a mais-valia. O primeiro aspeto que deve ser realçado é que m representa a “grandeza absoluta” da mais-valia (Ibid.: 330). Por seu turno, a sua grandeza relativa expressa a relação entre a mais-valia criada e o capital variável, ou seja, *a taxa de mais-valia é igual ao quociente da mais-valia produzida pelo capital variável:*

$$\text{Taxa de mais – valia} = \frac{m}{v}$$

Retomando o nosso exemplo, a taxa de mais-valia é, pois, de $90/90 = 100\%$. Note-se que é possível deduzir, a partir desta fórmula, a expressão algébrica para o cálculo da (massa de) mais-valia criada. A massa de mais-valia obtém-se através da multiplicação do valor do capital variável adiantado pela taxa de exploração do trabalho:

$$m = \text{Taxa de mais – valia} * v$$

O segundo aspeto a destacar é que a mais-valia criada resulta de uma jornada de trabalho com uma determinada duração. Marx divide a jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de mais-trabalho. A parcela da jornada de trabalho em que ocorre a reprodução da força de trabalho é designada por *tempo de trabalho necessário*; de modo análogo, o trabalho despendido durante esse período é designado por *trabalho necessário* (Ibid.: 331). Durante este período, o trabalhador produz somente um valor equivalente ao da sua força de trabalho, isto é, “um valor igual ao valor dos seus meios de subsistência, ou ao dinheiro com o qual os compra” (Ibid.).

Por sua vez, a parcela da jornada de trabalho em que o operário “labuta para além dos limites do trabalho necessário”, gerando assim a mais-valia (Ibid.), é designada por *tempo de trabalho excedente*; do mesmo modo, o trabalho despendido durante esse período denomina-se trabalho excedente ou *mais-trabalho* (Ibid.). Marx faz a seguinte observação: “Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado” (Ibid. 331-332). Por conseguinte, “aquilo que aparece como mais-valia do ponto de vista do capital, aparece como *mais-trabalho* do ponto de vista do trabalhador” (Marx, 1988/1861-63: 172, itálico no original): a mais-valia é essencialmente “*tempo de trabalho*” excedente (Ibid.: 176, itálico no original).

Retomando o nosso exemplo, suponhamos que a jornada de trabalho diária é de 12 horas. Em cada hora de trabalho o operário cria um valor 15 euros. Suponhamos, adicionalmente, que ele necessita de metade da sua jornada de trabalho – 6 horas – para reproduzir o valor da sua força de trabalho ($6 \times 15 = 90$ euros). As 6 horas remanescentes constituem o tempo de mais-trabalho, em que o operário labuta para criar a mais-valia ($6 \times 15 = 90$ euros). É agora perceptível que a relação existente entre a mais-valia e o capital variável pode também ser expressa através do quociente entre o mais-trabalho e o trabalho necessário: $90/90 = 6/6 = 100\%$. Assim, a taxa de mais-valia pode ser expressa de duas formas análogas:

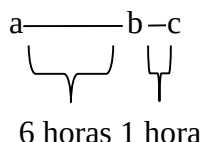
$$\text{Taxa de mais – valia} = \frac{m}{v} = \frac{\text{mais – trabalho}}{\text{trabalho necessário}}$$

Segundo Marx, a taxa de mais-valia é “a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital” (Marx, 1996a/1867: 332).

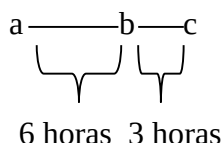
1.9 – Os limites da jornada de trabalho

Já sabemos que a soma da parcela do trabalho necessário com a parcela do mais-trabalho constitui “a grandeza absoluta” do tempo de trabalho – a jornada laboral (Marx, 1996a/1867: 343). Começemos por admitir que o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho é uma “grandeza dada” (Ibid.: 345), por exemplo, 6 horas. Ora, isso não nos diz nada acerca da duração absoluta da jornada de trabalho, porquanto a parcela do mais-trabalho pode ser maior ou menor, consoante o grau de exploração da força de trabalho. Tomemos um exemplo apresentado por Marx. Nas várias jornadas de trabalho, $a-b$ representa o tempo de trabalho necessário e $b-c$ o tempo de mais-trabalho:

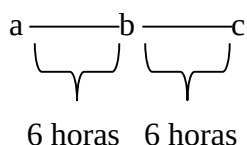
Jornada de trabalho I (7 horas)



Jornada de trabalho II (9 horas)



Jornada de trabalho III (12 horas)



Como se verifica, o mesmo tempo de trabalho necessário coaduna-se com jornadas de trabalho de durações distintas. Na jornada de trabalho I, o tempo de mais-trabalho é de 1

hora, pelo que a taxa de mais valia é de $1/6 = 16,67\%$; na jornada de trabalho II, o tempo de mais-trabalho ascende às 3 horas, pelo que a taxa de mais-valia é de $3/6 = 50\%$; finalmente, na jornada de trabalho III, o tempo de mais-trabalho cifra-se nas 6 horas, pelo que a taxa de mais-valia é de $6/6 = 100\%$. Sendo o tempo de trabalho necessário uma grandeza fixa, a mais-valia apenas pode ser incrementada através do prolongamento da jornada laboral; quanto maior for a duração da jornada de trabalho, tanto maior será o tempo de mais-trabalho. Marx designa esta forma de extração da mais-valia, baseada no aumento do horário de trabalho, por *mais-valia absoluta*. Abordaremos este conceito na próxima secção.

Aquilo que importa salientar, por ora, é que a jornada de trabalho é uma grandeza variável, mudando com a alteração da duração do tempo de mais-trabalho (Ibid.: 346). Como decerto se perceberá, o capitalista, na qualidade de comprador da mercadoria força de trabalho, procurará prolongar o máximo possível o horário de trabalho, enquanto o trabalhador, na qualidade de vendedor dessa mercadoria, procurará limitar o horário de trabalho “a determinada grandeza [considerada] normal” (Ibid.: 349). Esta é uma antinomia que decorre da “lei do intercâmbio de mercadorias” (Ibid.).

Não obstante, Marx nota que a jornada de trabalho apenas pode variar dentro de um certo intervalo ou limite. O seu limite mínimo é constituído pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, portanto, numa situação em que $b-c = 0$. Trata-se de um caso extremo, meramente hipotético, porque o modo de produção capitalista não pode existir sem mais-valia e, consequentemente, sem mais-trabalho (Ibid.: 346).

O limite máximo da jornada de trabalho é “duplamente determinado” (Ibid.). Em primeiro lugar, “pela limitação física da força de trabalho”, i.e., um indivíduo, ao longo das 24 horas diárias, somente é capaz de despende um dado “*quantum* de força vital” (Ibid.). Os indivíduos precisam igualmente de tempo para repor as suas energias, dormir e satisfazer as suas necessidades vitais (alimentação, etc.). Para além deste limite físico, a jornada de trabalho enfrenta “limites morais” estabelecidos socialmente (Ibid.): “O trabalhador precisa de tempo para satisfazer (...) necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinadas pelo nível geral de cultura” (Ibid.).

Estes limites constituem, contudo, barreiras à sua expansão que o capital procura incessantemente superar:

“Na medida em que a mais-valia é redutível ao mais-trabalho, o capital possui um impulso ilimitado para aumentar o mais-trabalho. O capital esforça-se (...) para obter a maior quantidade possível de tempo de trabalho vivo, i.e., o maior tempo de trabalho excedente possível acima e para além do tempo de trabalho requerido para (...) a reprodução do valor dos meios de subsistência diários do trabalhador”. (Marx, 1988/1861-63: 180)

Assim, o capital possui um apetite insaciável por tempo de mais-trabalho:

“Que é uma jornada de trabalho? De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? (...) A essas perguntas, (...) o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. (...) [E]m seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às

refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite de tempo de descanso do trabalhador.” (Marx, 1996a/1867: 378-379)

Esta voracidade implacável é agravada pelo facto de que, do ponto de vista do processo de valorização, os meios de produção existem apenas com o intuito de “absorver trabalho e com cada gota de trabalho um *quantum* proporcional de mais-trabalho” (Ibid.: 370). Assim, sempre que não estão em funcionamento, os meios de produção representam um “prejuízo” para o capitalista: “um adiantamento inútil de capital” porquanto estão “ociosos” (Ibid.). A disseminação da produção mecanizada conduziu, nomeadamente, à implementação do trabalho noturno, i.e., do sistema de trabalho por turnos, que é o expoente máximo do “impulso imanente” da produção fundada no capital: “apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia” (Ibid.: 371).

Estamos, uma vez mais, perante a inversão fetichista entre sujeito e predicado lógico:

“Os meios de produção transformaram-se imediatamente em meios para a absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que se valoriza a si mesmo.” (Ibid.: 424)

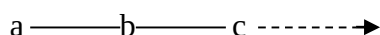
Marx afiança que se trata de uma “inversão” historicamente específica, “particular e característica da produção capitalista” (Ibid.). Assim, “o capital tem um único impulso vital, o impulso (...) de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo” (Ibid.: 347).

Foram necessárias longas décadas, de lutas árduas, até que a classe operária conseguisse conquistar uma redução generalizada dos horários de trabalho consagrada na legislação. Em Inglaterra, a principal potência capitalista da época, a lei das 10 horas, por exemplo, aplicável apenas a mulheres e crianças, só entrará em vigor em 1847. Em França, somente após a Revolução de Fevereiro de 1848 é conquistada a jornada de trabalho de 12 horas. A jornada de trabalho “normal” teve, pois, de ser imposta à força contra os ditames do capital. Para além disso, o sucesso desta disposição legal não deve ser dissociado dos benefícios económicos que proporcionou inadvertidamente ao capital. O aumento da intensidade e, sobretudo, da força produtiva do trabalho, permitiu uma redução drástica da parcela do trabalho necessário que sobrecompensou a redução absoluta da jornada de trabalho. Um respeito mínimo pelos limites físicos e morais dos trabalhadores provou ser (temporariamente) compatível com os interesses do capital. Este assunto será abordado na secção acerca da mais-valia relativa (cf. 1.11).

1.10 – A mais-valia absoluta

Pressupondo, como até aqui, que o valor da força de trabalho – a parcela do trabalho necessário – seja uma grandeza dada, a *massa* de mais-valia criada depende inteiramente da duração da jornada de trabalho: quanto mais longa for a jornada, maior será o tempo de mais-

trabalho. Marx designa por *mais-valia absoluta* aquela que se obtém através do prolongamento do horário de trabalho. A jornada laboral pode ser representada por dois segmentos de reta:



À semelhança da secção anterior, o segmento *a-b* representa o tempo de trabalho necessário, enquanto o segmento *b-c* representa o tempo de mais-trabalho. O segmento *a-b* é uma grandeza fixa, pelo que a única forma de incrementar a mais-valia produzida é através do prolongamento do segmento *b-c*. Note-se que, neste caso, o aumento do mais-trabalho realizado por cada operário significa *também* um aumento da taxa de mais-valia (i.e., cresce o numerador das frações m/v = mais-trabalho/trabalho necessário).

Todavia, para determinar a massa de mais-valia criada é necessário saber, adicionalmente, “o número de vezes que essa jornada se repete (...), ou seja, o número de trabalhadores ocupados simultaneamente” (Rosdolsky, 2001/1968: 210). Quanto maior for o número de trabalhadores empregados, maior será, obviamente, a massa de mais-valia criada.

Deste modo, “a massa de mais-valia produzida é (...) igual à mais-valia que a jornada de trabalho do trabalhador individual fornece, multiplicada pelo número de trabalhadores empregados” (Marx, 1996a/1867: 417).²³² É evidente que a diminuição de um fator pode ser compensada pelo aumento do outro fator. Assim, uma diminuição no número dos trabalhadores empregados por um determinado capitalista pode ser compensada por um prolongamento *proporcional* da jornada de trabalho (i.e., do tempo de mais-trabalho) dos operários remanescentes; logo, por um aumento da taxa de mais-valia ou do grau de exploração desses operários (Ibid.: 418).

Consideremos este exemplo: um capitalista tem de adiantar 1000 euros para contratar diariamente 1000 trabalhadores (o valor da força de trabalho individual é, pois, de 1 euro). A jornada de trabalho é de 8 horas, o tempo de trabalho necessário é de 4 horas e o tempo de mais-trabalho é igualmente de 4 horas, pelo que a taxa de mais-valia é de 100% (4/4). Nas 4 horas de trabalho necessário cada operário produz o valor de 1 euro requerido para reproduzir a sua força de trabalho, enquanto nas 4 horas de mais-trabalho cada operário produz uma mais-valia de 1 euro; a massa de mais-valia produzida é, portanto, de 1000 trabalhadores x 1 euro = 1000 euros.

Ora se a jornada de trabalho for prolongada para 12 horas, então o tempo de mais-trabalho ascenderá a 8 horas e a taxa de mais-valia duplicará (8/4 = 200%). Dado que cada trabalhador fornece agora um tempo de mais-trabalho duas vezes superior (8 horas em vez de 4 horas), o número dos trabalhadores empregados poderá ser reduzido para metade e, apesar disso, a massa de mais-valia produzida manter-se-á inalterada: em 8 horas de mais-trabalho cada trabalhador produz uma mais-valia de 2 euros (o dobro do que produzia em 4 horas), pelo que 500 trabalhadores x 2 euros = 1000 euros.

Marx alerta contudo que a compensação da queda do número de trabalhadores pelo prolongamento da jornada de trabalho “tem limites intransponíveis” (Ibid.: 419). A jornada de trabalho não pode ser prolongada indefinidamente porquanto esbarra com os limites físicos e morais dos seres humanos. Qualquer que seja a grandeza do tempo de trabalho

²³² Marx apresenta uma fórmula para o cálculo da massa de mais-valia (cf. Marx, 1996a/1867: 418) em tudo idêntica àquela que referimos na secção 1.8: $M = (m/v) \times V$, em que $V = v \times n$. M representa a massa de mais-valia total, m a mais-valia produzida em média por cada trabalhador individual, v o capital variável que é preciso adiantar para contratar um trabalhador, V o valor total do capital variável e n o número de trabalhadores. Atente-se que este método de cálculo é equivalente àquele mencionado no corpo do texto, i.e., massa de mais-valia = mais-valia criada pelo trabalhador individual x número de trabalhadores. A multiplicação e a divisão simultânea por v , nesta fórmula, anulam-se, pelo que $M = m \times n$.

necessário, o tempo de mais-trabalho será sempre substancialmente inferior às 24 horas que compõem o dia (Ibid.),²³³ como se constatou na secção anterior.

De modo inverso, uma diminuição da jornada de trabalho individual, portanto, da parcela do mais-trabalho (e, logo, da taxa de mais-valia) pode ser compensada por um aumento *proporcional* do número dos trabalhadores empregados (Ibid.). Retomemos a situação inicial do exemplo anterior. Se a jornada de trabalho for reduzida de 8 para 6 horas, então o tempo de mais-trabalho cairá para 2 horas e a taxa de mais-valia será de 50% (2/4). Todavia, se o número de trabalhadores empregados duplicar para 2000, o tempo de mais-trabalho total permanecerá inalterado (2000 trabalhadores x 2 horas = 4000 horas $\Leftrightarrow$ 1000 trabalhadores x 4 horas = 4000 horas) e, por conseguinte, a massa de mais-valia também não sofrerá alterações. Cada trabalhador produz agora somente 0,5 euros de mais-valia (em vez de 1 euro), mas esse facto é compensado pela duplicação do número de trabalhadores empregados.

Daquilo que foi exposto nesta secção, importa reter que a mais-valia *absoluta* apenas pode aumentar quando:

- i) A jornada de trabalho individual for prolongada e/ou
- ii) O número de trabalhadores explorados simultaneamente aumentar

Neste contexto, se a duração da jornada de trabalho for uma grandeza dada, a massa de mais-valia apenas poderá crescer se o número de trabalhadores empregados aumentar (Ibid.: 421). Ao invés, se a população trabalhadora for uma grandeza dada, a massa de mais-valia apenas poderá aumentar através do prolongamento da jornada de trabalho (que enfrenta limites óbvios) (Ibid.).

1.11 – A mais-valia relativa

1.11.1 – O conceito de mais-valia relativa

Acabámos de analisar o conceito de mais-valia *absoluta*. Veremos, agora, como também é possível criar mais-valia sem prolongar a jornada de trabalho. Para tal, teremos de estudar o conceito marxiano de mais-valia *relativa*. Seja a jornada de trabalho dada por:

a ——— b ——— c

Nesta figura, nossa conhecida, o segmento *a-b* representa o tempo de trabalho necessário, enquanto o segmento *b-c* representa o tempo de mais-trabalho. A produção de mais-valia absoluta exigia o prolongamento do segmento *b-c*; mas, como se depreenderá, o segmento *b-c* também pode ser aumentado à custa de uma redução do segmento *a-b*:

a—b ——— c

A produção de mais-valia relativa consubstancia-se na redução da parcela do tempo de trabalho necessário e no correspondente aumento relativo da parcela do mais-trabalho (Marx, 1996a/1867: 429). A duração absoluta da jornada de trabalho não sofre qualquer alteração; apenas a sua repartição entre trabalho necessário e mais-trabalho é modificada (Ibid.: 430). Resta-nos saber como é que isto pode ser conseguido pelo capitalista.

²³³ Todavia, se o horário de trabalho não pode ser alargado indefinidamente, a parcela do trabalho necessário pode ser reduzida, aumentando assim a parcela do mais-trabalho. Analisaremos esta questão quando introduzirmos o conceito marxiano de mais-valia relativa na próxima secção.

Uma primeira resposta, considerada por Marx, é que o capitalista pode pagar ao trabalhador um salário que se situa abaixo do valor da sua força de trabalho (Ibid.). Embora isso possa acontecer em algumas situações,²³⁴ o raciocínio de Marx tem partido sempre do pressuposto que as mercadorias – inclusive a força de trabalho – são vendidas/compradas pelo seu valor (Ibid.). Neste sentido, a única solução para este problema é a seguinte: “o tempo de trabalho necessário para [re]produzir a força de trabalho ou para reproduzir seu valor pode diminuir, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas só porque esse próprio valor cai” (Ibid.: 431). Em suma, a redução do tempo de trabalho necessário requer a redução do valor dos meios de subsistência, i.e. que a mesma quantidade destes valores de uso seja produzida em menos tempo (Ibid.: 430-431).²³⁵

O único fator que pode contribuir para tal é a ocorrência de “uma revolução nas condições de produção” (Ibid.: 431), ou seja, um aumento da força produtiva do trabalho: “Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho (...) uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso” (Ibid.).²³⁶

Enquanto a produção de mais-valia absoluta não exige a revolução do modo de produção, implicando apenas o prolongamento do trabalho *cujas forma se mantém essencialmente inalterada*, a produção de mais-valia relativa tem, inevitavelmente, “de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho” pois apenas deste modo se consegue “reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor” (Ibid.).²³⁷

Marx salienta, contudo, que a redução do valor da força de trabalho significa que o aumento da força produtiva tem de ocorrer em setores de atividade envolvidos na produção dos meios de subsistência que os operários adquirem com o seu salário (alimentação, vestuário, habitação, etc.): “Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho [o salário, NM], que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los” (Ibid.: 432).²³⁸ Para além disso, o valor dos meios de

²³⁴ Convém não esquecer, todavia, que também acontece a situação inversa: há alturas em que o trabalhador pode auferir um salário superior ao valor da sua força de trabalho. Tal como as demais mercadorias, o preço (de mercado) da força de trabalho – o salário – oscila constantemente em torno do seu valor, ora acima, ora abaixo dele.

²³⁵ “[S]e a mesma quantidade de meios de subsistência puder ser produzida num período de trabalho mais curto devido ao aumento da produtividade do trabalho, o valor da capacidade de trabalho cairá, e com ele o tempo de trabalho requerido para a sua reprodução” (Marx, 1988/1861-63: 235).

²³⁶ Relembremos que o tempo de trabalho socialmente necessário varia na relação inversa da força produtiva do trabalho: quanto maior for esta última, menor será o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma certa quantidade de valores de uso, pelo que o seu valor diminuirá (cf. 1.1.3). “A quantidade de trabalho [socialmente, NM] necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado (...). Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor desses produtos. (...) Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado” (Marx, 1996c/1865: 95-96, *italico no original*).

²³⁷ Esta questão será analisada em detalhe na próxima secção, quando abordarmos os conceitos de subsunção formal e subsunção real.

²³⁸ “[C]om o embaratecimento das mercadorias que, por entrarem no consumo necessário do operário determinam o valor da capacidade de trabalho, assiste-se à tendência para a o embaratecimento da própria capacidade de trabalho e, por conseguinte, (...) para a redução” da parcela do trabalho necessário e para “o prolongamento” da parcela do trabalho excedente, “permanecendo constante a duração da jornada de trabalho” (Marx, 1975/1864: 145).

subsistência pode também ser reduzido se o valor dos meios de produção – do capital constante – utilizados no seu fabrico diminuir: “O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho” (Ibid.).²³⁹

Suponhamos que a jornada de trabalho é de 12 horas: 10 horas de trabalho necessário e 2 horas de mais-trabalho. Cada hora de trabalho representa o valor de 1 euro, pelo que o valor da força de trabalho ascende a 10 euros. Se a força produtiva dos setores que produzem meios de subsistência duplicar, o valor dessas mercadorias cairá para metade; o valor da força de trabalho cifra-se agora nos 5 euros, pelo que o tempo de trabalho necessário poderá ser reduzido de 10 para 5 horas, enquanto o tempo de mais-trabalho aumentará de 2 para 7 horas.²⁴⁰

Note-se que a redução do valor da força de trabalho não implica uma redução do padrão de vida dos trabalhadores, pois um salário nominal menor permite comprar a mesma massa de valores de uso, ou seja, o salário real mantém-se inalterado. Aliás, o salário real poderia até ter aumentado: suponhamos que o valor da força de trabalho – o salário – tivesse sido reduzido de 10 para 6 euros (em vez de 5 euros). Nesse caso, o tempo de trabalho necessário teria sido reduzido de 10 para 6 horas, enquanto o tempo de mais-trabalho teria sido aumentado de 2 para 6 horas. Estaríamos perante um aumento do salário real – na medida em que 6 euros permitiriam adquirir mais valores de uso do que 10 euros na situação anterior, mercê da redução do valor dos meios de subsistência – e, simultaneamente, um aumento da mais-valia obtida pelo capitalista.

²³⁹ Nos exemplos seguintes assumirei que a redução do valor dos meios de subsistência se deve sempre ao primeiro fator mencionado, i.e., a um aumento da força produtiva do trabalho nesse setor.

²⁴⁰ Isto só é verdade se o valor do capital constante contido nas mercadorias for igualmente reduzido para metade. Trata-se de uma hipótese simplificadora, no sentido de facilitar os cálculos. Consideremos que o valor individual de um dado meio de subsistência (pão, por exemplo) seja dado por: $0,5c + 0,25v + 0,25m = 1$ euro. Se a força produtiva do trabalho duplicar, o valor do novo trabalho ($v + m$) contido em cada unidade da mercadoria cairá para metade, pelo que o seu valor é agora dado por: $0,5c + 0,125v + 0,125m = 0,75$ euro. Assim, a redução do valor do meio de subsistência foi de apenas 1/4 e não de 1/2; se generalizássemos este aumento da força produtiva do trabalho para todos os bens que compõem o cabaz dos meios de subsistência dos operários, a redução do tempo de trabalho necessário também seria somente de 1/4. Então, no nosso exemplo do corpo do texto, o valor da força de trabalho cairia para 7,5 euros e o tempo de trabalho necessário para 7,5 horas. Relembremos que o valor do capital constante contido nas mercadorias depende do valor das matérias-primas e do valor dos meios de trabalho transferidos a essas mercadorias. No que se refere aos meios de trabalho, tudo dependerá do valor da maquinaria ou ferramenta adquirida: esse valor será transferido em partes alíquotas, durante o seu período de vida útil, à massa de mercadorias produzidas. Todavia, a hipótese avançada não é desprovida de sentido: embora a tendência seja a de que o valor dos meios de trabalho aumente em termos *absolutos*, a massa das mercadorias à qual eles transferem, durante a sua vida útil, uma parte alíquota do seu valor aumenta exponencialmente, pelo que a parcela do valor dos meios de trabalho contida em cada mercadoria pode diminuir. Marx diz o seguinte: “À medida que a eficiência da maquinaria cresce, à medida que a força produtiva do trabalho é assim aumentada, a quantidade de valores de uso e portanto de mercadorias que são produzidas no mesmo tempo de trabalho com o auxílio de maquinaria cresce (...). Isto significa um aumento do número de mercadorias nas quais o valor da maquinaria reaparece. (...) Deste modo, quanto maior for este número total [das mercadorias produzidas, NM] menor será a porção do valor da maquinaria que reaparece na mercadoria individual” (Marx, 1988/1861-63: 323-324, *italico no original*). A disseminação da produção mecanizada significa que o valor dos meios de trabalho sobe imenso, mas “é representado numa quantidade massiva de valores de uso”, cujo valor unitário é decrescente (Ibid.: 325). No que respeita às matérias-primas, o caso muda de figura e esta hipótese revela-se, no mínimo, problemática. A duplicação da força produtiva do trabalho significa que o mesmo trabalho processará o dobro de matéria-prima; no caso do pão, o dobro de farinha, água, sal, etc. Ora, pelo menos no curto prazo, o valor unitário destes *inputs* manter-se-á previsivelmente inalterado, pelo que a parcela do valor das matérias-primas contida na mercadoria unitária não sofrerá alterações.

Com efeito, o aumento do salário real e da mais-valia relativa pode, inclusive, ser conjugado com uma redução da duração da jornada de trabalho. Retomemos a situação inicial do nosso exemplo: uma jornada de trabalho de 12 horas, composta por 10 horas de trabalho necessário e 2 horas de mais-trabalho. Consideremos novamente uma duplicação da produtividade nos setores que produzem meios de subsistência; o tempo de trabalho necessário poderia ser reduzido para 5 horas, mas, como queremos garantir um aumento do salário real, será reduzido para 6 horas. Ora bem, a jornada de trabalho poderá ser reduzida de 12 para 9 horas – 6 horas de trabalho necessário e 3 horas de mais-trabalho – e a mais-valia relativa não só não diminuirá, como até aumentará, porquanto o tempo de mais-trabalho cresce de 2 para 3 horas.

Podemos concluir que

“o crescimento da mais-valia relativa não exige como condição que o *nível de vida* do trabalhador permaneça *inalterado* (...). Com efeito, a mais-valia relativa pode muito bem aumentar continuamente, (...) e, ainda assim, a amplitude dos meios de subsistência do trabalhador e, por conseguinte, das suas necessidades vitais pode expandir-se continuamente.” (Marx, 1988/1861-63: 245, *itálico no original*)

Conforme refere Heinrich, “a *exploração crescente* (...) e um *padrão de vida crescente para a classe trabalhadora não são portanto mutuamente exclusivos*” (Heinrich, 2012: 120, *itálico no original*). O conceito de mais-valia relativa permite explicar, nomeadamente, a prosperidade económica que caracterizou o segundo pós-guerra, período histórico que ficou conhecido como os “Trinta Gloriosos” no mundo ocidental. Porém, veremos na secção 1.16.1 que a extração de mais-valia relativa possui limites intrínsecos que impedem uma expansão económica *ad infinitum*.

Já sabemos que a criação da mais-valia relativa não depende do aumento da força produtiva do trabalho em empresas isoladas.²⁴¹ Deste modo, o embaratecimento dos seus produtos não aparece, ao capitalista individual, como uma estratégia deliberada para reduzir o valor da força de trabalho. Mesmo admitindo que ele produz um bem de subsistência consumido pela sua própria força de trabalho, o elemento decisivo será embaratecimento das demais mercadorias, produzidas por outros capitalistas, que compõem o cabaz dos bens essenciais da força de trabalho.

Este resultado final (inadvertido) das ações dos capitalistas individuais – o decréscimo do valor da força de trabalho – deriva, pois, de uma outra motivação: a apropriação temporária de uma massa de mais-valia extra (Marx, 1996a/1867: 432) através de um mecanismo que passaremos a explicitar. Tomemos em consideração o seguinte exemplo:²⁴²

Situação 1

Valor unitário das mercadorias: $0,50c + 0,25v + 0,25 m = 1$ euro

Valor global: 12 unidades x 1 euro = 12 euros

Massa de mais-valia: 12 unidades x 0,25 euro = 3 euros

²⁴¹ “[A] produção mais barata da mercadoria particular do capitalista individual não contribui diretamente para o embaratecimento da capacidade de trabalho” (Marx, 1994/1861-63: 111).

²⁴² O exemplo é, bem entendido, fornecido por Marx. Limitei-me a mudar a moeda em que ele é expresso para facilitar a compreensão do leitor e a destriçar o novo valor criado pelo trabalho em valor da força de trabalho (capital variável) e mais-valia.

Situação 2 (duplicação da força produtiva)

Valor unitário das mercadorias: $0,50c + 0,125v + 0,125m + 0,15m \text{ extra} = 0,90$ euros

Valor global: $24 \text{ unidades} \times 0,90 \text{ euro} = 21,6$ euros

Massa de mais-valia: $24 \text{ unidades} \times (0,125 + 0,15) \text{ euro} = 6,6$ euros

Suponhamos que (situação 1) uma hora de trabalho produz uma unidade de uma mercadoria com o valor de 1 euro; assim, uma jornada de trabalho de 12 horas produzirá 12 unidades da mercadoria com um valor total de 12 euros. Desse valor unitário, 50 centimos representam o valor dos meios de trabalho e das matérias-primas incorporadas na produção da mercadoria, 25 centimos o valor da força de trabalho e 25 centimos o valor da mais-valia (admitimos, pois, uma taxa de mais-valia de 100%). O valor global produzido é de 12 euros ($12 \text{ unidades} \times 1 \text{ euro} = 12$ euros, no total): 6 euros referem-se ao valor dos meios de produção e 6 euros referem-se ao novo valor adicionado pela força de trabalho. A massa de mais-valia embolsada pelo capitalista cifra-se nos 3 euros ($12 \times 0,25 \text{ euro}$).

Se a força produtiva *duplicar* (situação 2), será possível produzir o dobro das unidades da mercadoria: 24. Assim, cada unidade da mercadoria incorporará os mesmos 50 centimos relativos aos meios de trabalho e às matérias-primas,²⁴³ mas o novo valor criado repartir-se-á pelo dobro das mercadorias de tal modo que cada unidade conterá apenas 25 centimos correspondentes ao *quantum* de trabalho nela objetivada (12,5 centimos referentes ao valor da força de trabalho e 12,5 centimos referentes à mais-valia). Por conseguinte, o *valor unitário da cada mercadoria ascende agora a somente 75 centimos*, um valor inferior ao valor social (médio), ou seja, ao valor de mercado (1 euro). O capitalista poderia vender a mercadoria unitária por 1 euro e embolsar 25 centimos adicionais de mais-valia; não obstante, para realizar o valor *total* das mercadorias, o capitalista terá de vender agora 24 unidades, em vez de 12. Ele precisa de duplicar a procura pelas suas mercadorias, algo que apenas conseguirá praticando um preço *inferior* ao preço de mercado. Digamos que o nosso capitalista decide vender a sua mercadoria pelo valor unitário de 90 centimos – um valor inferior em 10 centimos ao valor praticado pelos seus concorrentes. *Ainda assim, o nosso capitalista conseguirá embolsar uma mais-valia adicional de 15 centimos* ($0,90 - 0,75 = 0,15$). A massa de mais-valia embolsada pelo capitalista cifra-se nos 6,6 euros ($24 \times [0,125 + 0,15] \text{ euro}$).

A grande conclusão que é possível retirar deste (longo) exemplo é que “existe, portanto, para cada capitalista individual, motivo para baratear a [sua] mercadoria mediante o aumento da força produtiva do trabalho” (Ibid.: 434), porquanto isso lhe permite embolsar, temporariamente, uma massa extra de mais-valia:

“O valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho *socialmente necessário* contido nela. Com a introdução de nova maquinaria, e enquanto a maior parte da produção continuar a ser baseada nos velhos meios de produção, o capitalista [que introduz essa nova tecnologia, NM] pode vender a sua mercadoria *abaixo* do seu valor social, apesar de vendê-la acima do seu valor individual, i.e., por mais *tempo de trabalho* do que aquele que necessita para produzi-la sob o novo processo de produção.” (Marx, 1988/1861-63: 319, *itálico no original*)

²⁴³ Marx parte do pressuposto simplificador de que, após a duplicação da força produtiva do trabalho, a parcela do capital constante contida em cada mercadoria permanece inalterada. Isto significa que o valor das matérias-primas contidas na mercadoria individual não se altera (o que, no curto prazo, é uma hipótese perfeitamente válida) e que o valor dos meios de trabalho (maquinaria, etc.) também não se altera. Assim, por exemplo, o valor total de uma nova máquina, que possibilitou o aumento da força produtiva, transfere exatamente o mesmo valor – decorrente do seu uso e depreciação – a cada mercadoria individual do que a máquina anteriormente utilizada.

A mais-valia adicional decorre, então, do facto de o capitalista ser capaz de vender as suas mercadorias por um valor inferior ao seu valor social – ao valor médio pelo qual as mercadorias são vendidas no mercado pelos seus concorrentes –, mas, apesar disso, *superior* ao seu valor individual (no nosso exemplo: 90 cêntimos > 75 cêntimos). Todavia, Marx observa que “esta forma de mais-valia (...) apenas ser obtida pelo capitalista individual e não pelo capital como um todo” (Marx, 1994/1861-63: 111).

Assim, esta “mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza o novo modo de produção, pois com isso a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece” (Marx, 1996a/1867: 435); o valor “mais barato” transforma-se no valor social das mercadorias, na medida em que as empresas concorrentes desse ramo são impelidas – através da “lei coercitiva da concorrência” (Ibid.) – a adotar igualmente os novos métodos de produção. O carácter precário e, sobretudo, temporário da mais-valia extra permite explicar a obsessão pela inovação e pelo progresso técnico vigente nas sociedades capitalistas:

“Qualquer que seja o poder dos meios de produção aplicados, a concorrência procura roubar ao capital os frutos de ouro deste poder reconduzindo o preço da mercadoria aos custos de produção [sociais, NM], tornando por conseguinte, na medida (...) em que com a mesma soma de trabalho se pode produzir mais, (...) o fornecimento de massas cada vez maiores do produto pela mesma soma de preço uma lei imperativa. Deste modo, o capitalista nada teria ganho com os seus próprios esforços a não ser a obrigação de fornecer mais no mesmo tempo de trabalho, numa palavra, *condições mais difíceis de valorização do seu capital*. Assim, enquanto (...) todas as armas que ele forja contra os seus rivais se viram como armas contra ele próprio, o capitalista procura permanentemente levar a melhor sobre a concorrência introduzindo incansavelmente novas máquinas (...) em substituição das velhas e sem esperar que a concorrência tenha envelhecido as novas. Imaginemos agora esta agitação febril ao mesmo tempo em *todo o mercado mundial*, e compreende-se como o crescimento, a acumulação e a concentração do capital têm por consequência (...) uma aplicação de nova e um aperfeiçoamento de velha maquinaria ininterruptos que se precipitam uns sobre os outros e executados a uma escala cada vez mais gigantesca.” (Marx, 1982c/1847: 173, *itálico no original*)

*Em suma, a mais-valia adicional é meramente temporária e desaparecerá assim que o novo padrão de produtividade – associado a uma dada inovação tecnológica, científica, etc. – se disseminar pelas empresas concorrentes de um dado ramo de produção.*²⁴⁴ O único resultado permanente é uma diminuição do valor unitário das mercadorias.²⁴⁵

Neste sentido, no longo prazo, a taxa e a massa de mais-valia apenas serão afetadas de um modo duradouro se o incremento das forças produtivas se estender aos diversos ramos de produção responsáveis pela oferta dos meios de subsistência e, assim, embaratecer as mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (Marx, 1996a/1867: 435); em outros termos, se a parcela do tempo de trabalho necessário puder ser reduzida em benefício da parcela do tempo de mais-trabalho.

²⁴⁴ Esta vantagem “desaparece assim que a aplicação generalizada da maquinaria no seu ramo reduzir novamente o valor [social] da mercadoria ao tempo de trabalho que ela contém” (Marx, 1988/1861-63: 330). “Este tipo de mais-valia (...) possui uma grandeza decrescente, e cai para 0 tão logo o novo método de produção se generalize” (Marx, 1994/1861-63: 111).

²⁴⁵ “Quaisquer que sejam os meios de produção poderosos que um capitalista põe em campo, a concorrência generalizará esses meios de produção e a partir do momento em que aquela os generalizou o único êxito da maior frutificação do seu capital é o de ter de fornecer *ao mesmo preço* dez, vinte, cem vezes mais [mercadorias, NM] do que anteriormente. (...) [E]le tem de vender talvez mil vezes mais para compensar, pela massa maior do produto vendido, o preço de venda [unitário, NM] mais baixo” (Marx, 1982c/1847: 172, *itálico no original*).

Ora, isto é possível porque o aumento constante da força produtiva do trabalho – mormente através das inovações técnicas, científicas e tecnológicas – promovido pelos capitalistas individuais, com o objetivo de se apropriarem *temporariamente* de uma massa de mais-valia superior, acarreta um efeito *global* imprevisto ao atingir também os setores que produzem meios de subsistência: justamente a diminuição do trabalho necessário. Esta é origem da mais-valia relativa, a forma por excelência da mais-valia no capitalismo maduro, uma vez que a duração jornada de trabalho se tornou uma grandeza culturalmente instituída.

Marx salienta que “a mais-valia relativa (...) está na razão direta da força produtiva do trabalho. Sobe com força produtiva em aumento e cai com força produtiva em queda” (Ibid.). Isto explica a (aparente) contradição: sendo o móbil da produção capitalista a obtenção de valor, todas as empresas envidam esforços para *reduzir o valor individual das suas mercadorias* (Ibid.: 436), porquanto isso: a) permite-lhes, no curto prazo, apropriarem-se de um quinhão superior de mais-valia, resultante da diferença entre valor individual e valor social, e obterem uma maior quota de mercado; b) acarreta, no longo prazo, um efeito secundário benéfico: o aumento da mais-valia relativa obtida.

Se é verdade que o valor das mercadorias nunca pode crescer em virtude do aumento da força produtiva do trabalho, a mais-valia relativa contida nessas mercadorias, por seu turno, depende intimamente do nível de produtividade (Marx, 1988/1861-63: 243); ou seja, o aumento generalizado da produtividade do trabalho provoca uma diminuição do valor unitário das mercadorias, mas, ao mesmo tempo, contribui para o aumento da parcela do mais-trabalho (em virtude da redução da parcela do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho). A finalidade da produção capitalista “não é fazer o produto individual, e portanto o produto total, conter tanto trabalho quanto possível, *mas fazê-lo conter tanto trabalho*” excedente “*quanto possível*” (Marx, 1994/1861-63: 110, *italico nosso*).

1.11.2 – Subsunção formal e subsunção real do trabalho no capital

Conforme constataremos na secção 1.11.3, o capital procura combinar a extração de mais-valia absoluta e a extração de mais-valia relativa. Porém, é seguro afirmar que as duas formas de mais-valia desempenharam, historicamente, papéis distintos. Nos primórdios do modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento das forças produtivas ainda era incipiente, predominava a mais-valia absoluta. Marx designa por *subsunção formal* do trabalho no capital o período histórico em que o capital não altera as condições tecnológicas do modo de produção material; por outras palavras, o capital subordina um processo de trabalho não-capitalista,²⁴⁶ limitando-se a prolongar desumanamente a jornada de trabalho.

No capitalismo maduro, ao invés, a duração da jornada de trabalho foi severamente limitada, nomeadamente através das lutas sangrentas da classe trabalhadora. Assim, a mais-valia relativa adquire a proeminência e o encurtamento do tempo de trabalho necessário, através do desenvolvimento contínuo das forças produtivas, é o principal método de criação de mais-valia. Marx designa por *subsunção real* do trabalho no capital o período histórico em que o modo de produção capitalista passa a basear-se fundamentalmente na mais-valia relativa e em que emerge, pela primeira vez, um processo de trabalho *especificamente capitalista* em termos técnicos, tecnológicos e organizacionais.

1.11.2.1 – Subsunção formal do trabalho no capital e cooperação simples

A forma de produção capitalista assente na mais-valia absoluta é denominada por subsunção formal do trabalho no capital (Marx, 1994/1861-63: 95). Com a subsunção formal do trabalho não se opera “uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de

²⁴⁶ Vamos adotar a terminologia empregada por Marx, embora, como já sabemos (cf. 1.6), o conceito de trabalho não- ou pré-capitalista careça de sentido.

trabalho” (Marx, 1975/1864: 75), ou seja, “de início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente” (Marx, 1996a/1867: 423).²⁴⁷

Por conseguinte, “o processo de trabalho continua exatamente igual àquilo que era anteriormente – do ponto de vista tecnológico –, mas agora é um processo de trabalho *subordinado* ao capital” (Marx, 1994/1861-63: 95, *itálico no original*). Neste sentido, o capital subsume modos de produção não-capitalistas, por exemplo, o trabalho artesanal ou a “pequena economia camponesa autónoma” (Marx, 1975/1864: 75).

A subsunção formal do processo de trabalho no capital traduz-se no aumento da escala da produção (Ibid.: 76) e, consequentemente, do número de operários empregados simultaneamente por cada capital (Ibid.: 81). Assim, “a atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (...), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista” (Marx, 1996a/1867: 439).

Mesmo sem alterar o processo de trabalho, o emprego simultâneo de um número elevado de trabalhadores desempenha um papel crucial no desenvolvimento do modo de produção capitalista (Ibid.: 441). Em primeiro lugar, o simples aumento da dimensão dos meios de produção utilizados permite a obtenção de *economias de escala*: “a produção de uma oficina para 20 pessoas custa menos trabalho que a produção de 10 oficinas para duas pessoas cada uma”, pelo que “o valor de meios de produção coletivos e concentrados massivamente não cresce em geral na proporção de seu volume e seu efeito útil” (Ibid.).

Em segundo lugar, é preciso realçar o efeito multiplicador da *cooperação* entre os indivíduos. Marx entende por *cooperação simples* “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente (...) e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (Ibid.: 442). O “efeito do trabalho combinado” nunca poderia ser alcançado pelo trabalho individual disperso (Ibid.). A cooperação permite um aumento considerável da força produtiva do trabalho, que se converte numa “força de massas” (Ibid.: 443).

Marx sumariza: “em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais, a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil” (Ibid.: 445). Podemos concluir que a cooperação simples constitui, historicamente, o primeiro método para elevar a força produtiva do trabalho quando este ainda se encontra subsumido apenas formalmente no capital.

1.11.2.2 – Divisão técnica do trabalho e produção manufatureira

A cooperação assente da divisão do trabalho adquire a sua “forma clássica na manufatura” (Marx, 1996b/1867: 453). O período manufatureiro do processo de produção capitalista vigora desde meados do século XVI até ao último quartel do século XVIII (Ibid.). Em larga medida, a produção continua a revestir-se de um carácter “artesanal” e, portanto, está ainda “dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento” (Ibid.: 455).

O traço distintivo da produção manufatureira é o aprofundamento da divisão *técnica* do trabalho. A divisão social do trabalho, i.e., a especialização dos indivíduos numa dada profissão – carpinteiro, tecelão, etc. –, é acompanhada pela “divisão do trabalho no seio da oficina, a divisão do trabalho característica da produção capitalista” (Marx, 1988/1861-63:

²⁴⁷ A subsunção formal consiste na “subordinação ao capital de um modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista” (Marx, 1975/1864: 75).

271). A divisão técnica do trabalho consiste na decomposição de um processo de trabalho em inúmeras tarefas complementares, executadas por diferentes indivíduos:

“A cooperação simples envolve muitas pessoas trabalhando conjuntamente para executar o *mesmo* trabalho. Na divisão do trabalho muitos trabalhadores cooperam sob o comando do capital para produzir *diferentes* componentes das *mesmas mercadorias*, sendo que cada componente particular exige um tipo específico de trabalho, uma operação específica, e que cada trabalhador ou determinado número de trabalhadores executem somente uma operação específica”. (Ibid.: 264, *itálico no original*)

A divisão do trabalho é, portanto, uma forma particular, diferenciada e mais desenvolvida de cooperação, assumindo-se como um instrumento poderoso para aumentar a força produtiva do trabalho (Ibid.). Todavia, a contrapartida do aumento da produtividade é a mutilação dos trabalhadores (Marx, 1996b/1867: 475), que se transformam em “autômatos animados” (Marx, 1988/1861-63: 278):

“O incremento da produtividade e da complexidade do processo de produção como um todo, o seu enriquecimento, é portanto conseguido à custa da redução da capacidade de trabalho em cada uma das suas funções específicas a nada mais do que uma árida abstração (...), que aparece na uniformidade eterna de uma função idêntica”. (Ibid.: 277-278)

Marx salienta três “pré-requisitos” (Ibid.: 294) que devem ser cumpridos para que a divisão do trabalho no interior da oficina seja possível. Em primeiro lugar, “a *conglomeración de trabajadores*, que pressupõe uma certa densidade mínima da população” (Ibid., *itálico no original*). Deve notar-se, contudo, que não se trata de um aumento geral da população, mas da “população puramente industrial” (Ibid.). Assim, “a população diretamente empregada na produção dos meios de subsistência, na agricultura” (Ibid.: 294-295), tem de diminuir drasticamente, pelo que as pessoas têm de ser “separadas da terra” e transformadas em trabalhadores “livres” (Ibid.: 295).²⁴⁸

O segundo pré-requisito é a “*concentração dos instrumentos de trabalho*” (Ibid., *itálico no original*); “na medida em que a oficina é uma conglomeración de trabalhadores ela pressupõe uma aglomeração dos instrumentos” de produção (Ibid.). A divisão do trabalho acarreta o desenvolvimento, diferenciação e simplificação dos meios de trabalho (Ibid.).

O terceiro pré-requisito é “o *aumento das matérias-primas*” colocadas à disposição do processo produtivo (Ibid.. 296, *itálico no original*). Note-se que, à medida que a força produtiva do trabalho aumenta,

“A parte do capital adiantado em matérias-primas cresce *absolutamente* face à parte adiantada em salários, uma vez que a mesma quantidade de matéria-prima absorve uma quantidade menor de tempo de trabalho, ou a mesma quantidade de tempo de trabalho realiza-se em uma maior quantidade de matéria-prima.” (Ibid., *itálico no original*)

Podemos concluir que enquanto a cooperação simples, de um modo geral, não provoca qualquer alteração no modo de trabalho, a disseminação da manufatura começa a modificar *tecnicamente* o processo de trabalho (Marx, 1996b/1867: 474). Com efeito, no decurso do período manufatureiro, os instrumentos de trabalho são simplificados, melhorados e diversificados para corresponderem às funções limitadas dos “trabalhadores parciais” (Ibid.: 458). Assim, a manufatura cria uma das pré-condições essenciais para o surgimento da maquinaria: a “combinação de instrumentos simples” (Ibid.). Como se verá no próximo item,

²⁴⁸ Voltaremos a este assunto na secção dedicada ao processo de acumulação primitiva do capital (cf. 1.15).

o estabelecimento progressivo de um sistema de maquinaria conduziu à superação definitiva da produção artesanal como “princípio regulador da produção social” (Ibid.: 482).

1.11.2.3 – Subsunção real do trabalho no capital e desenvolvimento da maquinaria

Na ótica de Rosdolsky,

“por mais importante (...) que tenha sido e ainda seja, para o capital, a extração de mais-trabalho absoluto (...), ela não é suficiente para caracterizar a essência do modo de produção capitalista. Essa essência consiste, principalmente, na revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, para fazer recuar cada vez mais os limites (...) do tempo de trabalho necessário e alargar cada vez mais o domínio do mais-trabalho.” (Rosdolsky, 2001/1968: 193-194)

A revolução industrial, ocorrida no século XVIII, permitiu a transição da produção manufatureira para a produção mecanizada. A aplicação da maquinaria ao processo de produção imediato atinge o seu clímax “quando as máquinas individuais são combinadas de modo a formarem um *sistema de maquinaria*”, ou seja, uma fábrica (Heinrich, 2012: 110, itálico no original). Surge, assim, um novo modo de produção material, “um *modo de produção especificamente capitalista*” (Marx, 1975/1864: 78, itálico no original), adequado à extração da mais-valia relativa.

Em síntese, “*a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais*” – técnicas e tecnológicas – são completamente transformadas (Ibid.: 89, itálico no original). O processo de trabalho é agora, em termos da sua organização *material*, um processo de trabalho capitalista: “graças (...) à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata”, “o *modo capitalista de produção* (...) origina uma forma modificada da produção material” (Ibid., itálico no original).²⁴⁹

Este novo modo de produção traduz a subsunção *real* do trabalho no capital, que se desenvolve “em todas as formas [de trabalho, NM] que produzem mais-valia relativa, ao invés mais-valia absoluta” (Marx, 1994/1861-63: 105). Neste sentido, “do mesmo modo que se pode considerar a produção da mais-valia [absoluta] como expressão material da subsunção formal do trabalho no capital, também a produção da mais-valia relativa se pode encarar como a [expressão material] da subsunção real do trabalho no capital” (Marx, 1975/1864: 79, tradução modificada).

A produção de mais-valia relativa é, então, responsável por um desenvolvimento das “forças produtivas sociais do trabalho” (Ibid.) sem paralelo na história. Conforme salienta Rosdolsky,

“O que distingue radicalmente a produção capitalista em relação a todos os modos de produção anteriores é o seu caráter universal, seu impulso em direção a uma permanente revolução das forças produtivas materiais. (...) Em outras palavras: enquanto os modos de produção anteriores eram compatíveis com forças produtivas que só avançavam muito lentamente, e até mesmo permaneciam estacionárias durante períodos prolongados, o capital se baseia no «constante revolucionamento de suas premissas».” (Rosdolsky, 2001/1968: 352-353)

Desta maneira, nas palavras de Marx, “o resultado *material* da produção capitalista (...) é o *aumento da massa da produção* e a *multiplicação e diversificação* das *esferas produtivas* e das suas ramificações” (Marx, 1975/1864: 91, itálico no original).

²⁴⁹ O capital “modifica consideravelmente a maneira como o processo de trabalho em si mesmo é realizado: por conseguinte, a relação-capital – onde ela emerge de uma forma desenvolvida – implica um modo particular de produção e de desenvolvimento das forças produtivas” (Marx, 1988/1861-63: 136-137).

Analisemos um pouco mais em detalhe a maquinaria, o elemento-chave do modo de produção material especificamente capitalista. O intuito da maquinaria utilizada como capital é embaratecer as mercadorias que os operários adquirem com o seu salário e, desse modo, reduzir a parcela do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho (Marx, 1996b/1867: 7). A maquinaria é, pois, acima de tudo, um “meio de produção de mais-valia” relativa (Ibid.).

A revolução industrial ocorrida no século XVIII levou à substituição da manufatura pela “produção mecanizada” (Ibid.: 9). A principal diferença entre a manufatura e a produção industrial moderna é que a primeira revoluciona essencialmente a força de trabalho (cooperação, aprofundamento da divisão do trabalho, especialização/simplificação do trabalho individual), enquanto a segunda revoluciona os meios de trabalho: a ferramenta devém máquina (Ibid.: 7). O nascimento da *grande indústria* capitalista apenas foi possível com uma revolução produtiva ulterior, que permitiu “produzir máquinas por meio de máquinas” (Ibid.: 19). A “base técnica” da grande indústria foi, deste modo, criada nas primeiras décadas do século XIX (Ibid.).

Marx afirma que é preciso distinguir entre a “cooperação de muitas máquinas da mesma espécie” e um “sistema de máquinas” (Ibid.: 13). No primeiro caso, o produto é fabricado na sua *totalidade* pela mesma máquina (Ibid.). No segundo caso, “o objeto de trabalho percorre uma sequência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente” (Ibid.: 14). As várias máquinas constituem outras tantas fases do mesmo processo de produção *contínuo* (Marx, 1988/1861-63: 422). Assim, reaparece a cooperação no seio da divisão do trabalho que já tínhamos encontrado na manufatura, só que, desta vez, essa cooperação ocorre entre várias máquinas que executam tarefas parciais e não entre os vários trabalhadores parcializados (Marx, 1996b/1867: 14).

Enquanto na produção artesanal e na produção manufatureira o trabalhador se servia da ferramenta para executar a sua atividade, no sistema fabril, ao invés, “ele serve a máquina” (Ibid.: 55). Naquelas, o movimento da ferramenta era impresso pela sua própria mão; neste último, é o trabalhador que se tem de adaptar ao movimento automático da maquinaria (Ibid.):

“[O] trabalho passado – sob a forma de um autômato e da maquinaria que este coloca em movimento – aparece como uma força que age (...) independentemente do trabalho [vivo], que subordina o trabalho em vez de ser subordinada por ele, como o homem de ferro que confronta o homem de carne e osso. (...) O trabalho morto foi dotado com movimento, pelo que o trabalho vivo continua presente apenas enquanto um dos órgãos conscientes do trabalho morto.” (Marx, 1994/1861-63: 30)

“Na fábrica, há um mecanismo morto, independente” dos trabalhadores, “ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (Marx, 1996b/1867: 55). Neste sentido, o trabalho industrial “agride o sistema nervoso ao máximo”, tal como “reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual” (Ibid.); “a subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho” é responsável por “uma disciplina de caserna” (Ibid.: 57). Até mesmo a facilitação aparente do trabalho se converte num autêntico “meio de tortura” (Ibid.: 55), porquanto a produção mecanizada “não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (Ibid.: 55-56).

Podemos concluir que a fábrica – a corporização da produção mecanizada – constitui “um grande autômato” (Ibid.: 16), “um sistema interligado de maquinaria” (Marx, 1988/1861-63: 481). “A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os

movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana (...) temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes” (Marx, 1996b/1867: 16). Note-se que, na produção automatizada, as máquinas substituem progressivamente a força de trabalho humana. Isto terá implicações de longo alcance para a sociedade capitalista, como veremos mais adiante (cf. 1.16).

1.11.3 – Finalidade da maquinaria: embaratecer as mercadorias

Como vimos em 1.7, os meios de trabalho – neste caso, a maquinaria –, enquanto componente do capital constante, não criam qualquer mais-valia, limitando-se a transferir gradualmente o seu valor à massa de mercadorias que produzem durante a sua vida útil (Marx, 1996b/1867: 21). Assim, existe uma diferença enorme entre o valor total da máquina e o valor que ela transfere periodicamente para os produtos (Ibid.). Quanto menor for o valor da maquinaria – i.e., quanto menos trabalho socialmente necessário tiver sido despendido na sua produção –, menor será o valor que ela agregará aos produtos (Ibid.: 24). De modo análogo, quanto mais longo for o período de funcionamento da maquinaria, menor será a parcela do seu valor transferida a cada mercadoria individual, porquanto o seu valor será repartido por um número maior de mercadorias (Ibid.: 37).

Já sabemos que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho pelo capitalista singular não pode *nunca* contribuir para a diminuição do valor da sua força de trabalho e, portanto, para criar *diretamente* mais-valia relativa. O incentivo para o capitalista aplicar maquinaria cada vez mais evoluída decorre do facto de isso lhe permitir embaratecer as suas mercadorias: “A finalidade da maquinaria (...) é reduzir o valor (...) da mercadoria, embaratecê-la, i.e., reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria” (Marx, 1988/1861-63: 318).²⁵⁰ Se o capitalista conseguir vender as mercadorias abaixo do seu valor social, mas acima do seu valor individual, obterá desse modo uma mais-valia extra temporariamente (cf. 1.11.1).

Portanto, a contribuição da maquinaria para a criação de mais-valia relativa é um efeito secundário, um resultado inadvertido da disseminação desta procura individual da mais-valia extra por via da inovação. Apenas no médio/longo prazo, se e quando o progresso técnico, associado à maquinaria inovadora, atingir os ramos que produzem os meios de subsistência dos operários é que será possível aumentar o mais-trabalho à custa do trabalho necessário.

No último exemplo apresentado na secção 1.11.1, Marx assumia que o valor do capital constante – inclusive, naturalmente, a parcela do valor dos meios de trabalho – transferido a cada unidade da mercadoria permanecia inalterado. Agora, Marx está a dizer o seguinte: o (eventual) aumento da parcela do capital constante correspondente aos meios de trabalho, i.e., à maquinaria, transferido à mercadoria individual *não pode encarecer a mercadoria acima do seu valor social*, pois, caso contrário, não será compensador introduzir uma nova máquina. O valor da nova máquina não pode ser de tal modo elevado que a parte alíquota transferida à mercadoria unitária resulte no encarecimento da mesma acima do seu valor social:

“Se por um lado o tempo de trabalho (vivo) necessário [contido em cada mercadoria, NM] caísse, através de um aumento da produtividade (...), enquanto por outro lado o componente de valor adicionado pela mercadoria aumentasse na mesma proporção, ou numa proporção superior, a mercadoria tornar-se-ia mais cara em vez de mais barata, e portanto – apesar da maior produtividade do trabalho vivo – não seria criada nenhuma mais-valia adicional.” (Marx, 1991/1861-63: 477)

²⁵⁰ Outro efeito da produção mecanizada é, naturalmente, a redução (relativa) do número de trabalhadores empregados por um dado capital. Abordaremos esta questão na secção 1.14.

Em outros termos, o efeito do aumento da força produtiva do trabalho possibilitado pela aplicação da maquinaria, isto é, a diminuição do trabalho vivo contido em cada mercadoria, tem de ser superior ao efeito do aumento da parcela do capital constante contido nessa mesma mercadoria. Isto significa que o valor transferido pela maquinaria à mercadoria unitária tem de ser inferior ao valor do trabalho vivo poupado no fabrico dessa mercadoria: se o trabalho vivo adicionava um novo valor (capital variável + mais-valia) de 10 euros a cada mercadoria e a maquinaria permite duplicar a força produtiva do trabalho e, desse modo, reduzir a metade o novo valor adicionado a cada mercadoria, então o valor transferido pela maquinaria terá de ser sempre inferior a 5 euros. Somente nesse caso é que o valor individual da mercadoria se situará abaixo do seu valor social e o capitalista conseguirá auferir uma mais-valia extra.

Com o intuito de esclarecer esta questão, vamos recuperar o exemplo mencionado (presente na secção 1.11.1):

Situação 1

Valor unitário das mercadorias: $0,50c + 0,25v + 0,25m = 1$ euro

Valor global: 12 unidades x 1 euro = 12 euros

Massa de mais-valia: 12 unidades x 0,25 euro = 3 euros

Situação 2 (duplicação da força produtiva)

Valor unitário das mercadorias: $0,60c + 0,125v + 0,125m + 0,05m \text{ extra} = 0,90$ euros

Valor global: 24 unidades x 0,90 euro = 21,6 euros

Massa de mais-valia: 24 unidades x $(0,125 + 0,05)$ euro = 4,12 euros

Suponhamos que a introdução de nova maquinaria (situação 2) possibilita a duplicação da força produtiva do trabalho. São agora produzidas 24 unidades da mercadoria, em vez de 12, mas a parcela do novo valor ($v + m$), ou seja, do trabalho vivo, contido em cada unidade cai para metade. Até aqui nada de novo. Note-se, contudo, que agora assumimos que a parte alíquota do valor da maquinaria transferida à mercadoria individual resulta no seu encarecimento: o valor do capital constante passa de 50 para 60 centimos. No entanto, este valor ($0,60c + 0,125v + 0,125m = 0,85$ euro) continua a ser inferior ao valor social de 1 euro praticado pelos seus concorrentes. O nosso capitalista pode vender cada mercadoria pelo valor, por hipótese, de 90 centimos e, assim, embolsar 5 centimos adicionais da mais-valia em cada mercadoria vendida.

O facto a reter é o seguinte: *desde que o valor unitário da mercadoria se situe abaixo do seu valor social, a introdução de uma nova máquina será sempre vantajosa*. Suponhamos que o valor da maquinaria fosse ainda mais elevado, de tal forma que a parte alíquota transferida a cada mercadoria resultasse no aumento da parcela do capital constante para 70 centimos. Nesse caso, o valor da mercadoria individual ascenderia a $0,70c + 0,125v + 0,125m = 0,95$ euro. Repare-se que continuaria a ser vantajoso aplicar esta maquinaria ao processo produtivo, porquanto esse valor ainda é inferior ao valor social de 1 euro. O ganho obtido seria francamente menor, mas o nosso capitalista poderia vender cada mercadoria por 98 ou, no limite, 99 centimos e embolsar uma mais-valia extra de 3 ou 4 centimos em cada unidade vendida.

Podemos concluir que, para o capitalista individual, o embaratecimento das suas mercadorias, resultante da produção mecanizada, depende da grandeza do aumento provocado na força produtiva do trabalho: quanto maior for o número de mercadorias produzidas no mesmo tempo de trabalho, menor será “a parcela do valor da maquinaria que reaparece na mercadoria individual” (Marx, 1988/1861-63: 327).

1.11.4 – Maquinaria e intensificação do trabalho

A introdução da maquinaria não conduziu imediatamente, e por si só, à redução generalizada da jornada de trabalho. Com efeito, o capital procurou maximizar o tempo de mais-trabalho, combinando a extração de mais-valia relativa (diminuição do trabalho necessário) com a extração de mais-valia absoluta (horários de trabalho longos). Conforme já referimos, foi a luta da classe operária que acabou por resultar na imposição de limites legais à duração da jornada de trabalho (Marx, 1996b/1867: 42).

A limitação legal dos horários de trabalho, por seu turno, conduziu a um fenómeno de “decisiva importância” para a sobrevivência do capitalismo: a intensificação do ritmo de trabalho (Ibid.). O trabalho deixa de ser uma grandeza estritamente extensiva para passar a ser uma grandeza igualmente *intensiva* (Ibid.). Assim, por exemplo, 10 horas de trabalho intensivo poderão conter tanto trabalho vivo quanto 13 ou 14 horas menos intensivas. Isso permite que a jornada de trabalho seja reduzida sem qualquer perda para o capital. Vejamos esta questão mais de perto.

A imposição histórica de uma jornada de trabalho normal impediu definitivamente que o aumento da massa de mais-valia produzida fosse conseguido através da extensão do horário de trabalho; em outros termos, impossibilitou o aumento ilimitado da mais-valia *absoluta*. Assim, o capital viu-se forçado a adotar a produção de mais-valia *relativa* como o método privilegiado para aumentar a massa de mais-valia (Ibid.); para isso foi necessário, como já mencionámos, um “desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas” (Ibid.).

Até agora, vimos que, de uma maneira geral, “o método da produção de mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador (...) a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo” (Ibid.). O mesmo tempo de trabalho reparte-se por um número maior de mercadorias, o que causa a diminuição do seu valor unitário. Quando isto se aplica ao cabaz de bens que compõe o salário dos operários, resulta daí uma diminuição do valor da força de trabalho – do tempo de trabalho necessário – e um correspondente aumento do tempo de mais-trabalho.

Ora, a mais-valia relativa pode também exprimir-se de outra forma: através de um “maior dispêndio de trabalho” no mesmo período temporal (Ibid.); trata-se, pois, de uma “condensação do trabalho” (Ibid.: 43). Deste modo, para além da sua medida “extensiva” – o número de horas –, o tempo de trabalho pode igualmente ser medido de uma maneira “intensiva” – o *quantum* de trabalho contido (ou despendido) em uma hora de atividade do trabalhador (Ibid.).

Marx esclarece a diferença existente entre o aumento da força produtiva do trabalho e o aumento da intensidade do trabalho:

“Intensidade crescente do trabalho supõe dispêndio ampliado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva corporifica-se, portanto, em mais produtos do que a menos intensiva, com igual número de horas. Com força produtiva aumentada, em verdade a mesma jornada de trabalho fornece, também, mais produtos. No último caso, porém, cai o valor do produto unitário, porque custa menos trabalho que antes; no primeiro caso [aumento da intensidade do trabalho, NM] ele permanece inalterado porque o produto [unitário, NM], depois como antes, custa a mesma quantidade de trabalho. O número de produtos, aqui, aumenta sem cair seu preço. Com seu número cresce a soma de seus preços, enquanto lá [aumento da força produtiva do trabalho, NM] a mesma soma de valor representa-se numa massa de produtos (...) aumentada. Para um número de horas constante, a jornada de trabalho mais intensiva se corporifica pois em produto-valor mais alto, portanto, permanecendo constante o valor do dinheiro, em mais dinheiro.” (Ibid.: 152)

Suponhamos que o valor unitário de uma mercadoria se decompõe nas seguintes parcelas: $0,5c + 0,25v + 0,25m = 1$ euro. Adicionalmente suponhamos que são produzidas 10 unidades da mercadoria em uma hora de trabalho. A mais-valia produzida ascende, pois, a $10 \times 0,25$ euro = 2,5 euros. Se a força produtiva do trabalho duplicar, serão produzidas o dobro das mercadorias – 20 –, mas o seu valor unitário cairá para 75 centimos, porquanto o trabalho contido na mercadoria individual cairá para metade ($0,5c + 0,125v + 0,125m = 0,75$ euro). A mais-valia produzida não sofreu qualquer alteração: $20 \times 0,125$ euro = 2,5 euros.

No caso da intensidade do trabalho duplicar, também serão produzidas o dobro das mercadorias – 20; no entanto, o trabalho contido nessas 20 mercadorias também duplicará, pelo que o valor unitário das mesmas não sofrerá qualquer alteração. Assim, a mais-valia produzida ascende a $20 \times 0,25$ euro = 5 euros, ou seja, a mais-valia criada duplicou mercê da duplicação da intensidade do trabalho.

Marx conclui: “A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas contém, agora, tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas” (Ibid.: 43). Em síntese, “ganha-se em grau de esforço o que se perde em duração” (Ibid.). No capitalismo, a maquinaria assume-se portanto como um “meio objetivo (...) de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo” (Marx, 1996b/1867: 44). Isto é conseguido mediante duas maneiras fundamentais: acelerando o ritmo de funcionamento das máquinas (a que o trabalhador tem de se adaptar) ou ampliando as funções de atuação/supervisão do trabalhador a várias máquinas em simultâneo, através do aperfeiçoamento destas (Ibid.: 44-45).

Em suma, apesar de ocorrer uma redução absoluta do tempo de trabalho, o tempo de mais-trabalho pode manter-se inalterado, ou até inclusivamente crescer, porquanto “a hora de trabalho *mais intensiva*” contém agora “*uma maior quantidade de trabalho*” (Marx, 1991/1861-63: 383, *itálico no original*).

Todavia, “a jornada de trabalho condensada” – mais trabalho-intensiva – também possui limites claramente definidos (Marx, 1988/1861-63: 338): o corpo humano, ao contrário da maquinaria, não é capaz de suportar ritmos de trabalho intensos por períodos muito longos. Atingido um determinado limiar, o aumento ulterior da intensidade do trabalho pressupõe reduções cada vez maiores da duração da jornada de trabalho (Marx, 1991/1861-63: 385).

1.11.5 – Mais-valia absoluta e relativa: recapitulação

Chegou o momento de fazermos uma breve recapitulação do conceito de mais-valia. A mais-valia absoluta consiste no prolongamento da jornada de trabalho – em concreto, da parcela do mais-trabalho, deixando inalterada a parcela do trabalho necessário – e na correspondente apropriação desse trabalho excedente pelo capitalista (Marx, 1996b/1867: 138). Por seu turno, a produção de mais-valia relativa consiste no aumento da parcela do mais-trabalho em consequência da redução da parcela do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho; isto é conseguido mediante o aumento generalizado da produtividade – i.e., da força produtiva do trabalho –, que provoca o embaratecimento do cabaz de bens que constitui os meios de subsistência dos trabalhadores (Ibid.).

Em suma, “a produção de mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho” (Ibid.). No primeiro caso, é pressuposto um determinado nível de produtividade do trabalho; no segundo caso, a produtividade do trabalho é aumentada (Marx, 1988/1861-63: 242). Desta maneira, a produção de mais-valia relativa pressupõe “um modo de produção especificamente capitalista” (Marx, 1996b/1867: 138). A

subsunção real do trabalhador no capital toma o lugar da *subsunção meramente formal* (Ibid.: 139).²⁵¹

Com a consolidação histórica do modo de produção capitalista, a distinção entre *mais-valia absoluta* e *relativa* assume uma importância fulcral para compreender a determinação da taxa de *mais-valia* (Ibid.). No capitalismo maduro – partindo da hipótese simplificadora de que a força de trabalho é remunerada pelo seu valor real –, apenas é possível aumentar a taxa de *mais-valia* de duas formas: i) sendo a força produtiva e o grau normal de intensidade do trabalho grandezas dadas, *através do prolongamento absoluto da jornada de trabalho*; ii) sendo a duração da jornada de trabalho uma grandeza dada (determinada cultural e socialmente), *através de uma diminuição do tempo de trabalho necessário em benefício do tempo de mais-trabalho*, “o que pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho” (Ibid.: 140).

Para além da taxa de exploração, a massa de *mais-valia* criada depende do *número de trabalhadores empregados simultaneamente*. Na prática, o capital procura combinar a extração de ambas as formas de *mais-valia*: “A tendência do capital é, evidentemente, combinar a *mais-valia absoluta* com a *mais-valia relativa*; por conseguinte, a maior extensão possível da jornada de trabalho diária e o número máximo de trabalhadores empregados simultaneamente, acompanhados pela redução do tempo de trabalho necessário ao mínimo” (Marx, 1994/1861-63: 19).

1.12 – O salário

Segundo a teoria marxiana, carece de sentido falar de “trabalho não-pago” porque aquilo que é pago ao operário é a mercadoria que este vende ao capitalista: a sua *força de trabalho*. O valor dessa mercadoria é determinado por aquele dos meios de subsistência requeridos para a manutenção do trabalhador. Durante a parcela da jornada laboral correspondente ao *trabalho necessário*, o operário produz um valor equivalente ao da força de trabalho.

No entanto, o capitalista fá-lo labutar durante um período superior ao estritamente necessário para reproduzir o valor da força de trabalho. Na parcela da jornada laboral que Marx designa por *mais-trabalho*, o operário produz um valor excedente: a *mais-valia* que é apropriada pelo capitalista. Em síntese, *o trabalho (abstrato) cria valor, mas não tem valor*. Logo, *é a (mercadoria) força de trabalho que é remunerada, e não a sua função – o trabalho* (cf. 1.4.2).

Todavia, não é assim que a situação *aparece* na superfície da sociedade burguesa:

“O salário é o preço pago pelo capitalista para se apropriar da força de trabalho, para ter o direito de dispor do seu uso e de consumi-la produtivamente. (...) Mas, aparentemente, não é assim que as coisas se passam. O salário não aparece como o preço da *força de trabalho*, mas como o preço do *trabalho* [realizado, NM] (...): o salário de uma jornada, de uma semana ou de um mês de trabalho”. (Bühr, 2010: 44, *itálico no original*).

Assim, a “forma salário” apaga quaisquer indícios de que a jornada de trabalho se decompõe em duas parcelas distintas e de que o valor da força de trabalho é sempre inferior ao valor criado pelo operário durante a jornada completa (Marx, 1996b/1867: 169). Apesar de o valor da força de trabalho ser reproduzido apenas na parcela correspondente ao trabalho

²⁵¹ Obviamente que a extração de *mais-valia absoluta* no capitalismo maduro prefigura igualmente uma *subsunção real* do trabalho no capital. O processo de trabalho material, em termos tecnológicos e organizacionais, é agora *especificamente* capitalista. Quando o modo de produção capitalista se implantou definitivamente num certo país, a *mais-valia absoluta* já não se refere a uma *subsunção formal*, mas a uma *subsunção real* do trabalho. Se a jornada de trabalho de um engenheiro informático for aumentada, por exemplo, de 8 para 10 horas diárias, ninguém duvidará que esse trabalhador está *realmente* subsumido no capital.

necessário, o salário auferido pelo operário *apresenta-se-lhe* como uma grandeza equivalente ao *valor total* criado durante a jornada laboral na sua globalidade (Marx, 1994/1861-63: 85):

“[O] operário (...) necessariamente imagina que o valor ou preço de sua força de trabalho é o *preço* ou *valor do seu próprio trabalho*. Se o preço de sua força de trabalho é de 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins.” (Marx, 1996c/1865: 102, *itálico no original*)

Neste contexto, “a exploração enquanto estado normal da produção capitalista não é visível” (Heinrich, 2012: 97), de maneira que “o mais-trabalho (...) não parece existir” (Ibid.: 98; cf. Geras, 2005: 211). Por conseguinte, “a mais-valia aparece como uma criação pura do próprio capital, que se valorizaria a si mesmo” (Bihr, 2010: 44) independentemente do dispêndio de trabalho abstrato e da respetiva apropriação do seu produto.

Contudo, embora seja uma “expressão absurda”, o preço do trabalho “é uma conceção invertida e incorreta que não tem origem na manipulação consciente”, mas na opacidade das “relações sociais” capitalistas (Heinrich, 2012: 97). Nos termos primorosos de Norman Geras, “é a realidade que engana o sujeito e não o sujeito que se engana”, em virtude da “maneira” invertida “como se *apresenta* o valor da força de trabalho” (Geras, 2005: 214, *itálico no original*).

Pois, conforme observa Marx, “o salário é afinal de contas um pagamento pela *jornada de trabalho*” (Marx, 1994/1861-63: 86, *itálico no original*). Quer dizer, com vista a auferir o valor da sua força de trabalho – o valor criado durante o tempo de trabalho necessário –, o operário tem de labutar efetivamente durante a jornada de trabalho *completa*. Uma vez que o salário é, de facto, a *contrapartida* da jornada laboral, *parece ser o pagamento do trabalho*.

Podemos concluir que o salário, enquanto *preço do trabalho*, é a “expressão irracional”, porém, “necessária”, do valor da força de trabalho (Ibid.). No fundo, existem duas mistificações associadas à forma salário: i) em primeiro lugar, a ideia de que não é a mercadoria força de trabalho que é paga, mas o trabalho realizado pelo operário; ii) em segundo lugar, a noção de que o valor do salário é equivalente ao valor *total* criado pelo trabalho (abstrato) em ação durante a jornada laboral *completa*, o que, na prática quotidiana dos agentes económicos, se traduz na conceção irracional de que “todo o trabalho é pago”. Será porventura supérfluo repetir que o salário *não representa a totalidade do novo valor criado pelo operário durante essa jornada*; ele é tão-somente a *forma de manifestação* do valor da força de trabalho e, portanto, do tempo de trabalho necessário.

1.13 – O processo de acumulação do capital: reprodução simples e reprodução ampliada

A conversão de uma dada soma de dinheiro em meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável) – i.e., a sua compra no mercado – “é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital” (Marx, 1996b/1867: 197). O segundo movimento deste ciclo é constituído pelo processo de produção de mercadorias “cujo valor supera o valor de seus componentes”, ou seja, que contêm uma mais-valia (Ibid.). As mercadorias produzidas têm obviamente que ser vendidas, pelo que são lançadas novamente no mercado para “realizar seu valor em dinheiro” e, com esse dinheiro, recomeçar o mesmo ciclo com a aquisição de meios de produção e força de trabalho adicionais: “Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital” (Ibid.).

O processo de circulação do capital apenas será abordado detalhadamente no Livro Segundo de *O Capital* (cf. Capítulo 2). Assim, por enquanto, a análise do processo de

acumulação do capital partirá do pressuposto que o ciclo da circulação ocorre sem quaisquer entraves: os capitalistas conseguem produzir e vender as suas mercadorias e, assim, reproduzir o valor do capital constante e do capital variável e realizar a grandeza da mais-valia. Note-se que esta reprodução se processa *simultaneamente* em termos de *valor de uso*, pelo que é assumido que os muitos capitais que compõem o capital social conseguem encontrar no mercado, *nas proporções adequadas*, os elementos materiais de que necessitam para repetir o seu processo produtivo (Brewer, 1984: 68).²⁵²

Marx estabelece uma distinção fundamental entre *reprodução simples* e *reprodução em escala ampliada* (traduzida na acumulação de capital). Começemos por tecer algumas considerações breves acerca da reprodução simples. Para que a sociedade capitalista possa produzir incessantemente, ela tem de *reproduzir-se*, ou seja “retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção” (Marx, 1996b/1867: 199). Os meios de trabalho, as matérias-primas e as matérias auxiliares consumidas durante o ano por cada capital individual têm de ser forçosamente repostas (Ibid.). Ademais, os meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho têm de ser continuamente produzidos.

No capitalismo, o processo de trabalho surge apenas como um meio para efetivar o processo de valorização, pelo que a reprodução material da sociedade é somente “um meio para reproduzir o valor adiantado como capital” (Ibid.). No final de um dado período de tempo, o capital adiantado é incrementado, como já sabemos, pela mais-valia obtida (Ibid.: 200). Na situação em que essa mais-valia assume apenas a forma de “fundo de consumo” do capitalista, quer dizer, é *totalmente* despendida “com a mesma periodicidade com que é ganha” (Ibid.), então ocorre somente a “reprodução simples” do capital (Ibid.). Deste modo, a mais-valia não é reinvestida na ampliação do processo produtivo, mas é delapidada inteiramente como *rendimento* pelo capitalista. Porém, conforme realça Alain Bihr,

“embora o processo de produção não se modifique quantitativamente, ele transforma-se (...) qualitativamente. (...) [O] seu principal resultado é reproduzir a força de trabalho de maneira a que esta seja não apenas passível de um novo consumo produtivo por parte do capital, passível de formar valor e mais-valia, mas também, e sobretudo, de maneira a que ela não possa escapar ao capital: (...) o consumo (...) dos seus meios de subsistência por parte do operário usa-os e destrói-os mais ou menos rapidamente e constrange-o, assim, continuamente a recolocar à venda a sua força de trabalho, o único meio que dispõe para obter novos meios de consumo por intermédio do seu salário. Quer dizer, o consumo do salário pelo operário reprodu-lo como trabalhador «livre» (...) e obriga-o a colocar-se em permanência ao serviço do capital. Deste modo, a simples repetição idêntica do processo de produção capitalista manifesta a sua capacidade de colocar continuamente o capitalista em posição de poder comprar a força de trabalho com o produto do trabalho pretérito e o trabalhador em posição de ser constrangido a vendê-la. (...) [O] principal resultado deste processo (...) é (...) o seu próprio pressuposto: o capital como relação social de produção.” (Bihr, 2010: 46-47)

A passagem citada vai de encontro à posição de Marx no Livro Primeiro de *O Capital* quando afirma que “o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz (...) não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital” – “de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado” (Marx, 1996b/1867: 211). A reprodução estrutural das duas classes que constituem os polos antagónicos necessários para efetivar a valorização do valor é, pois, um resultado que já é visível na situação (meramente hipotética) de reprodução simples da economia capitalista no seu conjunto.

²⁵² Cf. 2.6.1.3 e 2.6.2.1.

Por sua vez, “no regime de reprodução alargada, uma parte da mais-valia deixa de ser despendida como rendimento pessoal do capitalista” e é convertida em “capital (constante e variável) adicional” (Bihr, 2010: 47). Portanto, a acumulação de capital consiste no investimento ou “aplicação de mais-valia como capital”, isto é, na “retransformação de mais-valia em capital” (Marx, 1996b/1867: 213). De modo a poder efetuar novamente o seu processo de produção, o capitalista global precisa, à semelhança do que sucedia na reprodução simples, de adquirir os meios de produção que foram consumidos/usados e têm de ser repostos (Ibid.: 214); os trabalhadores, por seu turno, precisam de adquirir os bens imprescindíveis para a sua subsistência.

No entanto, com vista a ampliar a escala do seu processo de produção, ou seja, para materializar a mais-valia obtida, o capital social tem de encontrar no mercado meios de produção adicionais. Ademais, o aumento do nível de produção exige naturalmente trabalho adicional: “para que o capitalista consiga converter a mais-valia em capital ele tem de trocá-la por *mais* [força de, NM] *trabalho*” (Marx, 1994/1861-63: 182, *itálico no original*), isto é, empregar uma quantidade suplementar de trabalho vivo. Se não for possível extrair um quantum superior de trabalho excedente dos operários já empregados – aumentando a jornada laboral, intensificando o ritmo de trabalho ou diminuindo o valor da força de trabalho²⁵³ –, nesse caso é necessário contratar mais operários (Marx, 1996b/1867: 215).²⁵⁴

Em suma, a reprodução do capital em escala ampliada exige a criação de meios de produção e de meios de subsistência – que a força de trabalho acrescida necessita para a sua manutenção – *adicionais ao nível do capital global*:

“Por conseguinte, parte do mais-trabalho anual [social, NM] tem de ser empregada na fabricação de meios adicionais de produção e de subsistência, em excesso sobre o quantum que foi necessário para a reposição do capital [global, NM] adiantado. Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais-produto, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital.”²⁵⁵ (Ibid.: 214-215)

Com a incorporação da força de trabalho suplementar aos meios de produção suplementares “já contidos na produção anual, (...) a transformação da mais-valia em capital está pronta” (Ibid.: 215). Marx destaca que a “produção de mais-valia”, i.e., a criação de um excedente, é a “lei absoluta” do modo de produção capitalista (Ibid.: 251). Neste contexto, a acumulação surge simultaneamente como o resultado e o pressuposto da produção capitalista: se, por um lado, a acumulação “é uma condição da produção capitalista”, por outro lado, “a produção capitalista é a causa da acumulação” (Marx, 1991/1861-63: 374).

Marx salienta, ainda, que a acumulação de capital numa escala sempre ampliada significa que o modo de produção capitalista se apodera, gradualmente, dos ramos onde ainda vigoravam outros modos de produção. No limite, a tendência imanente do capital é para

²⁵³ Relembremos que estamos a falar da reprodução do capital social *global*. Evidentemente que a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o correspondente aumento do tempo de mais-trabalho estaria fora da alçada do capital individual. Este aumento da mais-valia (relativa) depende do progresso técnico nos ramos que produzem meios de subsistência e do embaratecimento do cabaz de bens adquirido pelos trabalhadores com o seu salário.

²⁵⁴ Como veremos em 1.14.3, o modo de produção capitalista cria permanentemente um excedente populacional relativo, que Marx designará por “exército industrial de reserva”, que permite suprir as necessidades de mão-de-obra dos vários capitais.

²⁵⁵ “Para que a acumulação seja possível, (...) [a mais-valia, NM] deve consistir (...) em meios de produção e de subsistência adicionais, nas proporções adequadas” (Brewer, 1984: 69), tanto em termos de valor de uso como de valor. Este processo será devidamente escalpelizado em 2.6, quando analisarmos o intercâmbio entre os dois “departamentos” da produção capitalista: aquele responsável pela criação de meios de produção e aqueloutro responsável pela produção de bens de consumo.

conquistar a *totalidade* das esferas de produção existentes e, adicionalmente, criar novos ramos de negócio (Marx, 1994/1861-63: 187).

Consideremos o seguinte exemplo numérico para consolidar a compreensão da reprodução ampliada. Suponhamos que o capitalista global adiantou uma soma de 10 000 euros: 8000 euros (4/5) em meios de produção e 2000 euros (1/5) em força de trabalho. Com uma taxa de mais-valia de 100%, o valor-capital das mercadorias produzidas representa-se da seguinte forma: $8000c + 2000v + 2000m$. Assim, a mais-valia será realizada através da venda de mercadorias no valor de 2000 euros.

Com vista a transformar a mais-valia obtida em capital, esses 2000 euros serão reinvestidos: novamente 4/5 em meios de produção – 1600 euros – e 1/5 em força de trabalho – 400 euros.²⁵⁶ Mantendo-se a taxa de mais-valia nos 100%, o novo capital de 2000 euros proporcionará um ganho de 400 euros. Como é óbvio, tanto o capital original como os capitais adicionais por si gerados reproduzem-se concomitantemente, continuando a gerar mais-valia (Marx, 1996b/1867: 215).

Resta-nos apresentar as noções marxianas de concentração e centralização do capital, intimamente associadas ao conceito de acumulação. Marx designa por *concentração* de capital a transformação da mais-valia em capital, ou seja, o reinvestimento da mais-valia por um capital particular (Heinrich, 2012: 126). A concentração do capital é, pois, apenas outra forma de designar a acumulação do capital, i.e., a reprodução em escala ampliada (Marx, 1996b/1867: 258). O crescimento do capital global implica o crescimento dos capitais *individuais* (Ibid.: 257).

Por seu turno, Marx denomina *centralização* de capital o processo através do qual vários capitais distintos se fundem e passam a formar um único capital, de maior dimensão (Heinrich, 2012: 126). Neste sentido, o processo de centralização do capital não pressupõe o aumento do capital global, mas uma “mera mudança da distribuição de capitais já existentes” (Marx, 1996b/1867: 258), nomeadamente “através de aquisições, fusões ou compra de ativos de empresas falidas” (Brewer, 1984: 74, *itálico no original*).

A distinção entre reprodução simples e reprodução ampliada é de suma importância, porquanto grande parte das críticas contemporâneas do modo de produção capitalista não apreendem a mais-valia – e o seu necessário reinvestimento como *capital* – como algo imprescindível para a reprodução da economia burguesa. A mais-valia é entendida como um mero *rendimento* que é apropriado injustamente pela classe capitalista e que poderia muito bem ser redistribuído “equitativamente”. Este tipo de crítica imagina que o capitalista devora avidamente todo o excedente, consumindo-o de modo egoísta.²⁵⁷ A reprodução simples, uma hipótese meramente académica, é entendida equivocadamente como a verdadeira natureza do capitalismo; o reinvestimento da mais-valia torna-se facultativo e a sua “apropriação” é, assim, equiparada ao “socialismo”.

Ora, um capitalismo sem acumulação de capital é obviamente uma impossibilidade lógica. Se a mais-valia fosse completamente dissipada como rendimento – pelo capitalista ou pelo operário, é indiferente –, a economia enfrentaria o seu colapso imediato. Marx alertou em diversas ocasiões que o modo de produção capitalista é “bastante diferente” dos modos de produção anteriores, direcionados para a “subsistência imediata” (Marx, 1994/1861-63: 229).

O autor salienta que “a produção capitalista é uma produção direcionada inteiramente para o aumento do valor (...), especialmente da mais-valia, e este aumento contínuo apenas

²⁵⁶ Na ótica de Marx, o dinheiro investido como capital tem de respeitar sempre a proporção entre capital constante e capital variável. Analisaremos esta questão em detalhe na secção 1.14, quando introduzirmos o conceito de “composição” (técnica, orgânica e valor) do capital.

²⁵⁷ Lembremo-nos das célebres palavras cantadas por Zeca Afonso: “Eles comem tudo e não deixam nada”.

pode ser atingido mediante a conversão constante do mais-produto em capital” (Ibid.: 228). Assim, é preciso evitar a “ilusão” de que a mais-valia pode ser consumida totalmente pela classe capitalista (Ibid.: 229). Com efeito, estamos perante a “noção extraordinária de que o capitalista pode consumir todo o seu capital, em vez de valorizá-lo como capital!” (Ibid.).

1.14 – A lei geral da acumulação capitalista

1.14.1 – Composição-valor, composição técnica e composição orgânica do capital

O efeito da acumulação capitalista sobre a força de trabalho é determinado, sobretudo, pela composição do capital e pela sua alteração (Marx, 1996b/1867: 245). A composição do capital pode ser entendida em duas aceções. Em primeiro lugar, a “composição-valor” do capital expressa a proporção em que este “se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho” (Ibid.). Em segundo lugar, a “composição técnica” do capital expressa, de um ponto de vista *material*, a proporção em que este “se reparte em meios de produção e força de trabalho viva” (Ibid.).

Existe uma “estreita correlação” entre ambas. Assim, Marx denomina “composição orgânica do capital” a “composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações” (Ibid.). Dito de outra forma: a composição orgânica traduz as modificações na composição-valor provocadas por alterações na composição técnica do capital.

Tanto a composição-valor como a composição orgânica podem ser expressas através do *rácio entre capital constante e capital variável*:

$$\text{Composição – valor (ou orgânica) do capital} = \frac{\text{Capital constante}}{\text{Capital variável}} = \frac{c}{v}$$

Deste modo, quanto maior for a proporção do capital constante face ao capital variável, tanto maiores serão a composição-valor e a composição orgânica. Todavia, o conceito de composição-valor não deve ser equiparado, como acontece tantas vezes, ao conceito de composição orgânica.²⁵⁸ Se é verdade que ambos se referem à relação entre capital constante e capital variável, eles ilustram *causas distintas* que conduzem à alteração dessa proporção. Os fatores que contribuem para a alteração da composição-valor não são os mesmos que contribuem para a modificação da composição orgânica. Ou melhor: nem sempre uma modificação da composição-valor é acompanhada por uma modificação da composição orgânica do capital, porque nem sempre ela resulta de uma alteração da composição técnica.

Vejamos alguns exemplos elucidativos:

- a) Se um dado capital aplicar 20 novas máquinas ao seu processo produtivo, o valor dos meios de trabalho aumentará, o que se repercutirá no incremento do valor do capital constante e, assim, na subida da composição-valor. Como estamos perante um aumento da composição-valor que foi provocado diretamente pela alteração da composição técnica – incremento do número de máquinas utilizadas –, então podemos falar *também* de um aumento da composição orgânica do capital.
- b) Se o aumento da força produtiva do trabalho permitir que um certo capital reduza o contingente dos trabalhadores empregados, isso provocará uma diminuição do valor global da força de trabalho, o que se repercutirá numa diminuição do valor do capital variável e, portanto, numa subida da composição-valor. À semelhança

²⁵⁸ Fine & Saad Filho (2004: 102-108) e Heinrich (2012: 124) realçam igualmente a importância de estabelecer uma clara distinção conceptual a este respeito.

do item a), o aumento da composição-valor foi provocado diretamente pela alteração da composição técnica – diminuição do número de trabalhadores explorados simultaneamente –, pelo que podemos falar *também* de um aumento da composição orgânica do capital.

- c) Se o aumento da força produtiva do trabalho se traduzir num crescimento do número de mercadorias produzidas por um certo capital, então a *massa* das matérias-primas consumidas aumentará igualmente. Este facto provocará uma subida do valor global das matérias-primas utilizadas e, portanto, uma subida do valor do capital constante. A composição-valor deste capital aumentará em resultado do aumento da composição técnica – volume superior de matérias-primas consumidas –, pelo que estamos perante um aumento simultâneo da sua composição orgânica.
- d) Se o valor das matérias-primas utilizadas por um dado capital aumentar, isso traduzir-se-á num aumento do valor do capital constante e, por conseguinte, da composição-valor. Todavia, se a *quantidade* de matérias-primas consumidas permanecer *inalterada*, não haverá qualquer modificação da composição técnica do capital e, consequentemente, da composição orgânica.
- e) Se o valor da força de trabalho empregada por um certo capital diminuir, então o valor do capital variável cairá e a composição-valor desse capital crescerá. Porém, se o número de trabalhadores empregados simultaneamente se mantiver constante, não existirá qualquer alteração da composição técnica nem, por isso, da composição orgânica.

Os inúmeros capitais individuais aplicados em um determinado ramo de produção possuem composições orgânicas distintas. Segundo Marx, a média das suas composições individuais constitui a “composição do capital global” desse ramo (Marx, 1996b/1867: 245). De modo análogo, a média das composições orgânicas globais de todos os ramos de produção representa a “composição do capital social de um país” (Ibid.).

1.14.2 – Decréscimo relativo do capital variável: o aumento da composição orgânica²⁵⁹

Na ótica de Marx, quando é ultrapassado um certo limiar de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o aumento da força produtiva do trabalho reflete-se no crescimento do “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto” (Marx, 1996b/1867: 254). O mesmo trabalho consome uma quantidade acrescida de matérias-primas e coloca em movimento meios de trabalho mais poderosos, com um valor superior. Assim, a proporção dos meios de produção aumenta relativamente à proporção da força de trabalho viva, ou seja, há um “decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela” (Ibid.).

Ocorre, portanto, uma mudança na composição técnica do capital que, por sua vez, se reflete numa mudança da sua composição-valor, i.e., “no acréscimo da componente constante do capital à custa de sua componente variável” (Ibid.: 254-255). Em suma: o aperfeiçoamento da “configuração técnica do capital” significa que “uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (Ibid.: 259).²⁶⁰

²⁵⁹ Esta questão será tratada de um modo mais detalhado no Capítulo 3, quando analisarmos a chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro.

²⁶⁰ “À medida que a formação de capital progride, o rácio entre capital *constante* e *variável muda*” (Marx, 1994/1861-63: 203, *itálico no original*), ou seja, “o capital variável decresce relativamente face ao capital constante, e forma uma parcela progressivamente menor do capital total” (Ibid.: 15).

Todavia, embora a grandeza *relativa* do capital variável diminua continuamente, isso não impede, de modo algum, que o capital variável – na prática, o número de trabalhadores empregados – possa crescer em termos *absolutos* (Ibid.: 255). Com efeito, essa é a situação mais comum no capitalismo maduro: “a quantidade de trabalho (...) aumenta com o crescimento do capital total, mas numa proporção cada vez menor face ao crescimento do capital total” (Marx, 1994/1861-63: 205); por outras palavras, “o capital *variável* (...) aumenta num rácio constantemente decrescente quando comparado com o *crescimento do capital total*” (Ibid.: 206, *itálico no original*).

Marx dá o seguinte exemplo:

“Suponhamos que o capital, semanalmente aplicado, de 500 libras esterlinas consista, por exemplo, no antigo modo de produzir, em 2/5 de capital constante e 3/5 de capital variável, ou seja, que 200 libras sejam despendidas em meios de produção, 300 libras em força de trabalho, digamos 1 libra por trabalhador. Com a produção mecanizada, transforma-se a composição do capital global. Este se decompõe agora, por exemplo, em 4/5 de componente constante e 1/5 de variável, ou então são gastas apenas 100 libras esterlinas em força de trabalho. Dois terços dos trabalhadores anteriormente ocupados são, por conseguinte, despedidos. Se essa empresa fabril se expande e o capital global investido, com as outras condições de produção constantes, cresce de 500 para 1500, então passarão a ser ocupados 300 trabalhadores, tantos quanto antes (...). Crescendo o capital aplicado até 2 mil, então 400 trabalhadores serão empregados, portanto 1/3 a mais que no antigo modo de produzir.²⁶¹ *Em termos absolutos, o número de trabalhadores empregados cresceu de 100; em termos relativos, ou seja, em relação ao capital global investido, caiu de 800, pois o capital de 2 mil libras esterlinas teria, no antigo modo de produzir, ocupado 1200 em vez de 400 trabalhadores. A redução relativa do número de trabalhadores é, portanto, compatível com seu aumento absoluto*” (Marx, 1996b/1867: 80, *itálico nosso*)

Note-se que, face ao aumento da composição orgânica, o capital total teve de *triplicar* (de 500 para 1500 libras esterlinas) de modo a ocupar os mesmos 300 trabalhadores. Ademais, se na situação original um capital total de 666,67 libras esterlinas ($266,67c + 400v$) teria bastado para empregar 400 trabalhadores, com a nova composição orgânica é necessário um capital total de 2000 libras esterlinas ($1600c + 400v$) para ocupar esses 400 trabalhadores. Atente-se ainda que, de acordo com a composição orgânica inicial, a mesma soma de 2000 libras esterlinas ($800c + 1200v$) teria permitido ocupar 1200 trabalhadores.

Isto significa que a criação de postos de trabalho adicionais é cada vez mais onerosa, à medida que a composição orgânica do capital aumenta. Marx constata justamente que o aumento *absoluto* do número de trabalhadores empregados exige um “crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital global investido” na produção de

²⁶¹ Esmiucemos estes cálculos. Após a introdução da maquinaria, o capital reparte-se em $400c + 100v = 500$. Para ocupar os mesmos 300 trabalhadores, o capital total sobe para $1200c + 300v = 1500$. A composição orgânica do capital foi respeitada: $c/v = 1200/300$ (4:1) $\Leftrightarrow 400/100$ (4:1); ou, se utilizarmos a proporção do capital constante e do capital variável relativamente ao capital total, tal como faz Marx no trecho citado, temos que: $1200/1500 = 4/5$ e $300/1500 = 1/5$. Para empregar 400 trabalhadores, o capital total aumenta para $1600c + 400v = 2000$. Mais uma vez, a composição orgânica não se alterou: $1600/400 = 4:1$; ou, se utilizarmos as proporções relativas ao capital total, temos que: $1600/2000 = 4/5$ e $400/2000 = 1/5$. Marx explica nos *Grundrisse* como se deve calcular o montante de capital *total* necessário para empregar a mesma força de trabalho: “O capital total que seria necessário para empregar o (...) trabalho anterior é, portanto, = *ao antigo fundo de trabalho multiplicado pelo denominador da fração que expressa agora a relação do fundo de trabalho ao novo capital total*. Se a duplicação da força produtiva reduziu essa relação a 1/4, é $\times 4$ ” (Marx, 2011b/1857-58: 317-318, *itálico no original*). Ora, o nosso “antigo fundo de trabalho”, i.e., o capital variável original, era de 300 libras esterlinas e a nova proporção do capital variável é de 1/5. Logo, $300 \times 5 = 1500$ libras esterlinas. Para aumentar o contingente de trabalhadores para 400: $400 \times 5 = 2000$ libras esterlinas.

mercadorias (Ibid.: 83). Podemos concluir que “embora o número de trabalhadores cresça em termos absolutos, ele decresce (...) em relação ao capital constante que absorve o seu trabalho” (Marx, 1988/1861-63: 303). O capital variável cresce em termos absolutos, mas o capital constante cresce de maneira muito mais rápida. *O aumento da composição orgânica do capital – aumento do volume das matérias-primas processadas e do valor dos novos meios de trabalho colocados em movimento – significa que a criação de cada posto de trabalho adicional exige um investimento cada vez maior em capital constante.*²⁶²

No último exemplo apresentado, Marx assume implicitamente, para efeitos de simplificação do raciocínio, que um contingente menor de trabalhadores, após o aumento da composição orgânica do capital, é capaz de produzir pelo menos a mesma massa de mais-valia. Ora isto não é necessariamente verdade. Ademais, mesmo que isso seja possível, a redução da força de trabalho pressupõe o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, algo que não depende da introdução da produção mecanizada por um determinado capital, mas da redução do valor dos meios de subsistência que compõem o salário dos seus trabalhadores, portanto, *do aumento da força produtiva do trabalho nos setores que produzem meios de subsistência.*²⁶³ Analisemos esta questão pormenorizadamente.

Na secção 1.11, assumimos que a duplicação da força produtiva do trabalho, provocada pela aplicação da maquinaria, era aproveitada para duplicar a massa de mercadorias produzidas, mantendo inalterada a dimensão da força de trabalho. Porém, outra das tendências inerentes à disseminação da maquinaria é a substituição parcial do trabalho vivo no processo de produção imediato: “A produtividade do trabalho é em geral nada mais do que a obtenção de um produto máximo com o mínimo de trabalho” (Marx, 1994/1861-63: 110). Isto significa que “o maior número possível de capacidades de trabalho é substituído por maquinaria” (Marx, 1988/1861-63: 327). Marx diz mesmo, nos *Grundrisse*, que esta é “uma proposição tautológica, pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior” (Marx, 2011b/1857-58: 705).

Dentro de certos limites, o número de trabalhadores empregados por um dado capital pode diminuir sem que isso acarrete qualquer redução da massa de mais-valia produzida. Todavia, é preciso não esquecer que “a grandeza do mais-trabalho é determinada não pelos trabalhadores substituídos pela máquina, mas pelos trabalhadores que ela emprega” (Marx, 1991/1861-63: 375). Os trabalhadores remanescentes têm de ser capazes de produzir uma massa de mais-valia igual ou superior àquela que era produzida *antes* da introdução da maquinaria:

“[U]ma vez que o *número* de trabalhadores que um capital de uma determinada grandeza emprega se tornou mais pequeno – devido à utilização da maquinaria – a quantidade total de trabalho vivo colocado em ação por esse capital também se torna mais pequena. De maneira que para a mais-valia se manter inalterada, ela deve aumentar relativamente, i.e., uma parcela maior (...) da quantidade total de trabalho mais pequena deve ser mais-trabalho, ou, dito de outra forma, o contingente mais reduzido de trabalhadores deve realizar a mesma quantidade de mais-trabalho do que o contingente maior realizava anteriormente. Só assim a mais-valia permanecerá *inalterada*, mas terá ainda assim crescido relativamente, dado que os salários, e portanto o capital variável, terão caído.” (Marx, 1994/1861-63: 20, *itálico no original*)

²⁶² Esta situação pode ser atenuada se o valor da força de trabalho diminuir.

²⁶³ “A mais-valia que o capital obtém através do desenvolvimento das forças produtivas (...) deriva (...) de uma *redução* do trabalho *necessário* e de um *aumento* na mesma proporção do mais-trabalho” (Marx, 1988/1861-63: 252, *itálico no original*).

Marx relembra que

“a mais-valia é determinada por dois elementos: a taxa a que o trabalhador individual é explorado, ou a parcela do mais-trabalho da jornada diária do trabalhador individual, e, em segundo lugar, o número de trabalhadores empregados simultaneamente (...) por um dado capital. A introdução de maquinaria reduz o último elemento, ao mesmo tempo que aumenta o primeiro. Aumenta o tempo de mais-trabalho do trabalhador individual [ao ser introduzida nos setores que produzem meios de subsistência, NM], mas reduz o número de trabalhadores explorados simultaneamente por um capital particular [ao ser aplicada nesse processo produtivo particular, NM]. O mesmo método, portanto, que possui a tendência para aumentar a taxa de mais-valia, possui ao mesmo tempo a tendência antagonística de enfraquecer o outro fator [o número de trabalhadores empregados, NM], que contribui igualmente para determinar a dimensão da mais-valia.” (Marx, 1991/1861-63: 379)

Deste modo, por um lado, a maquinaria aumenta a taxa de mais-valia quando é introduzida no setor que produz meios de subsistência, ao diminuir o valor do cabaz de bens que são adquiridos pelos trabalhadores com os seus salários e, assim, o tempo de trabalho necessário. Por outro lado, a maquinaria diminui tendencialmente o número de trabalhadores quando é aplicada por um determinado capital ao seu processo de produção imediato, porquanto permite produzir um dado nível de output – uma determinada massa de mercadorias – com uma quantidade decrescente de trabalho vivo. Isto significa que o aumento – ou, pelo menos, a não diminuição – do número de trabalhadores empregados por um certo capital exige aumentos cada vez mais gigantescos do nível de produção material.

Além disso, a partir do que foi exposto, depreende-se facilmente que, no caso do segundo efeito da maquinaria ser dominante, “o mais-trabalho realizado por um número mais reduzido de trabalhadores em resultado da introdução de maquinaria (...) apenas pode crescer absolutamente, ou até ser mantido em níveis idênticos, dentro de determinados limites” (Marx, 1994/1861-63: 21). Em suma,

“Quanto maior for a proporção em que a maquinaria reduz o número de trabalhadores empregados por um dado capital, mais impossível se torna para o número remanescente de trabalhadores realizar uma quantidade de mais-trabalho superior, ou até igual, àquela realizada pelos trabalhadores que foram dispensados, não importa quão grande seja o crescimento *relativo* do tempo de mais-trabalho em que labutam.” (Ibid.: 22, *italico* no original)

Marx apresenta este exemplo (Ibid.). Na situação original, a jornada de trabalho ascende a 12 horas: 11 horas de trabalho necessário e 1 hora de mais-trabalho. São empregados 24 trabalhadores que realizam $24 \times 1 \text{ hora} = 24$ horas de mais-trabalho. Agora, mediante a introdução de maquinaria, 2 trabalhadores conseguem produzir o mesmo número de mercadorias. Porém, se a jornada de trabalho continuar a ser de 12 horas, o trabalho necessário teria de ser reduzido a 0 – uma impossibilidade lógica, pois a sobrevivência da força de trabalho tem de ser assegurada – para que esses 2 trabalhadores realizassem a mesma quantidade de mais-trabalho: $2 \text{ trabalhadores} \times 12 \text{ horas} = 24 \text{ horas de mais-trabalho}$. “É impossível (...) espremer tanta mais-valia de 2 empregados quanto de 24” (Marx, 1996b/1867: 40).

1.14.3 – O exército industrial de reserva

Sob a forma de máquina, os meios de trabalho tornam-se um concorrente direto da força de trabalho; a maquinaria representa o perigo constante de o operário se tornar

supérfluo (Marx, 1996b/1867: 66). Deste modo, a acumulação de capital assente no aumento da força produtiva do trabalho – i.e., na extração de mais-valia relativa – implica que uma parcela significativa da classe trabalhadora se torna *redundante em termos relativos* (Ibid.: 262) e vê destruídas as suas “condições de existência” (Ibid.: 62).

Marx considera que a existência de “uma população trabalhadora excedentária é o produto necessário” do modo de produção capitalista (Ibid.: 262), designando esta população redundante por *exército industrial de reserva*. A dimensão do exército industrial de reserva acompanha as flutuações do ciclo económico. Desta forma, ela diminui em épocas de rápido crescimento económico e aumenta significativamente em épocas de estagnação ou recessão (Ibid.: 263). A “indústria moderna” capitalista gera assim *continuamente* uma determinada grandeza de indivíduos “desempregados ou semi-empregados” (Ibid.: 264).

O exército industrial de reserva cumpre dois papéis cruciais na sociedade capitalista. Em primeiro lugar, os operários tornados superfluos por um dado capital suprem as necessidades de força de trabalho adicional requeridas pela expansão de outros capitais. Os vários capitais encontram permanentemente um contingente de indivíduos disponível para começar a trabalhar: o “exército industrial de reserva (...) proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (Ibid.: 263).

Em segundo lugar, o exército industrial de reserva atua no sentido de diminuir o patamar geral dos salários: “é a presença de uma população excedentária relativa que mantém os salários”, em média, “ao nível do valor da força de trabalho” (Brewer, 1984: 75). A concorrência exercida por um conjunto de indivíduos pauperizados, dispostos a aceitar condições de trabalho menos favoráveis para assegurar a sua sobrevivência, obriga todos aqueles que possuem um emprego a aumentar a sua produtividade e a reprimir as suas reivindicações salariais.²⁶⁴ O trabalho excessivo dos operários empregados mantém uma relação simbiótica com o não-trabalho forçado dos desempregados:

“O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social.” (Marx, 1996b/1867: 266-267)

Marx assinala que, “grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial” (Ibid.: 267). Assim,

“O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução (...). A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta.” (Ibid.: 269)

Na ótica de Marx, “a massa da *população tornada redundante* ou a população excedentária criada constantemente pelo próprio modo de produção capitalista aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas” (Marx, 1994/1861-63: 230, *italico no original*). Todavia, nesta parte do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx problematiza apenas a criação de

²⁶⁴ “[A] superpopulação relativa desempenha (...) uma função disciplinar face aos trabalhadores em «*serviço ativo*»: através da concorrência que acarreta (...), ela faz pressão para que estes aceitem as suas condições de emprego, de trabalho e de remuneração” (Bihr, 2010: 50, *italico no original*).

uma superpopulação *relativa* – sob a forma de um exército industrial de reserva – da classe operária e não a crise *estrutural* do trabalho.²⁶⁵ Este “exército” é apresentado como uma *lei geral* da acumulação capitalista e como um agente facilitador da mesma, pressionando os salários da população empregada mediante a concorrência acrescida no mercado de trabalho e elevando simultaneamente o mais-trabalho extraído de uma população trabalhadora proporcionalmente menor.²⁶⁶

Marx não enuncia, portanto, a superfluidade *absoluta* do trabalho, mas somente a superfluidade *relativa*: “o modo de produção capitalista produz continuamente uma *população excedentária em termos relativos*” (Marx, 1994/1861-63: 186, *itálico no original*). Trata-se de “uma fatia constantemente flutuante dos trabalhadores” (Ibid.: 28) – uma parcela maior ou menor da força de trabalho – que se encontra desempregada e que contribui diretamente para o normal funcionamento do modo de produção capitalista.

Marx é taxativo: apenas no setor agrícola é que o trabalhador fica desempregado de modo “definitivo”; no setor industrial, por sua vez, “o trabalhador perde o seu emprego temporariamente” (Ibid.: 54). Os trabalhadores tornados supérfluos em determinadas esferas produtivas serão *tendencialmente* reabsorvidos quer através da extensão dos ramos de produção existentes, quer através do investimento do capital recém-formado em novos ramos de negócio (Ibid.: 186).

1.15 – A acumulação primitiva

Marx realça que se, por um lado, a acumulação de capital pressupõe a existência da mais-valia, por outro lado, a existência da mais-valia pressupõe o modo de produção capitalista (Marx, 1996b/1867: 339). Este raciocínio circular apenas pode ser superado com o conceito de “acumulação «primitiva»” (Ibid.), que precedeu historicamente a acumulação capitalista e, neste sentido, “não é o resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Ibid.).

Nas sociedades pré-capitalistas, o dinheiro, os meios de produção e os meios de subsistência não assumiam obviamente a forma de capital. Essa é uma transformação que apenas pode ocorrer em circunstâncias históricas específicas:

“[D]uas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contacto; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores de sua própria força de trabalho (...). Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, [no caso d’, NM] o camponês economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. (...) Portanto, o processo [histórico, NM] que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que (...) um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.” (Ibid.: 340)

²⁶⁵ Porém, veremos na secção 1.16 que a crise estrutural do capital – e do trabalho, a sua substância – pode ser deduzida a partir de vários trechos das obras marxianas.

²⁶⁶ “Uma reserva permanente de trabalhadores desempregados é socialmente necessária para a continuação e expansão da acumulação” (Harvey, 2010a: 274).

No *Manuscrito Económico de 1861-63*, Marx já havia salientado que foi necessária a conjugação de várias condições históricas para que o dinheiro se convertesse pela primeira vez em capital e o trabalho em trabalho assalariado:

“1) Por um lado, a existência da capacidade de trabalho viva enquanto existência puramente *subjetiva*, separada dos momentos da sua realidade objetiva; portanto, separada tanto das *condições de trabalho* (...) como dos *meios de existência, dos meios de subsistência* (...) da *capacidade de trabalho* viva; em suma, a possibilidade viva de trabalho nesta completa abstração. 2) Por outro lado, (...) as condições objetivas [de produção detidas pelo possuidor de dinheiro, NM] (...). 3) Um sistema de intercâmbio livre – circulação monetária – entre os dois lados; uma relação entre os dois extremos que é baseada em valores de troca, e não na relação entre senhor e súbdito (...). Finalmente 4) O lado que representa as condições de trabalho objetivas sob a forma *em que elas se tornaram independentes* deve apresentar-se como *valor*, e a [sua, NM] derradeira finalidade deve ser a *posição de valor*, a auto-valorização do valor, a criação de dinheiro – e não a fruição imediata ou a criação de valores de uso.” (Marx, 1994/1861-63: 246, *itálico no original*)

Podemos afirmar que a situação em que “o trabalhador defronta as condições objetivas de trabalho enquanto *capital* e que o capitalista defronta o *trabalhador* enquanto *trabalhador* despojado de propriedade, *abstrato*” (Ibid.: 329, *itálico no original*) – portanto, a “estrutura económica” da sociedade capitalista (Marx, 1996b/1867: 340) – “pressupõe um *processo histórico*” (Marx, 1994/1861-63: 329, *itálico no original*) correspondente à “decomposição” da estrutura económica da sociedade feudal (Marx, 1996b/1867: 340).

Deste modo, “o produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa” (Ibid.: 340-341, *itálico nosso*). Ademais, o trabalhador precisou de libertar-se dos “regulamentos” e das “prescrições restritivas” das corporações medievais (Ibid.: 341): “apenas o trabalhador independente e, portanto, legalmente emancipado contrata como vendedor de mercadorias com o capitalista” (Marx, 1996a/1867: 410).

Em suma, estes indivíduos “recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados” (Marx, 1996b/1867: 341). Pode, com efeito, falar-se de um processo de “expropriação” manchado com “traços de sangue e fogo” (Ibid.); “o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (Ibid.: 379).²⁶⁷

Segundo Marx, é possível identificar os “primórdios” do modo de produção capitalista em algumas cidades do Mediterrâneo durante os séculos XIV e XV. Contudo, a era capitalista propriamente dita só se inicia durante o século XVI, quando a servidão já havia sido amplamente abolida (Ibid.: 341).²⁶⁸ Na Inglaterra, por exemplo, a servidão tinha desaparecido completamente no final do século XIV. A maioria da população era naquela época composta

²⁶⁷ “Esta *acumulação primitiva*, que parece tão idílica aos olhos dos cretinos liberais, é uma história deveras melancólica e trágica. *Concentração das condições de produção existentes* em poucas mãos, e a sua *separação das mãos dos produtores diretos* (...) é o fator decisivo” (Marx, 1994/1861-63: 256, *itálico no original*). Rosdolsky acrescenta: “sabemos como a génese do capital se baseou em saques (por exemplo, a expropriação dos camponeses), trapaças, dominações, em suma, violências e todo o tipo de procedimentos que nada têm a ver com o método pacífico de acumular o que se «ganha trabalhando»”. (Se o capitalismo se tivesse limitado a métodos pacíficos, ainda não teria saído da infância)” (Rosdolsky, 2001/1968: 218).

²⁶⁸ E a maturidade do modo de produção capitalista data somente do final do século XVIII: “Com efeito, o modo de produção capitalista apenas atinge um desenvolvimento pleno com a *indústria em larga escala*, e portanto a sua maturidade pode ser datada a partir do último terço do século XVIII” (Marx, 1994/1861-63: 327, *itálico no original*).

por “camponeses livres, economicamente autónomos” (Ibid.: 342). Para além de pequenas parcelas de terreno próprio, estes camponeses gozavam ainda do usufruto da “terras comunais”; nelas pastava o seu gado e delas retiravam o combustível que necessitavam, mormente lenha (Ibid.).

Ora, a expropriação dos produtores rurais dos seus terrenos agrícolas está na génese do surgimento do trabalhador assalariado industrial (Ibid.): “A intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão do povo do campo (...) forneceu à indústria urbana mais e mais massas de proletários, situados totalmente fora das relações corporativas” (Ibid.: 365). Marx menciona o papel determinante das *enclosures* – o encerramento dos campos e a sua conversão de terras agrícolas em pastagens, nomeadamente para a criação de ovelhas com vista à obtenção da matéria-prima para a indústria dos lanifícios (Ibid.: 344).

Os camponeses foram expropriados das suas terras e convertidos em “vagabundos” (Ibid.: 358). Estas pessoas careciam dos “hábitos *industriosos*” e da inclinação para a atividade febril requerida pelo assalariamento (Marx, 1994/1861-63: 291, itálico no original). Assim, o capital teve de “obrigar”, com o auxílio do Estado, os indivíduos “a trabalharem até ao limite das suas forças”, podendo mesmo falar-se de uma “*compulsão ao trabalho*” (Ibid., itálico no original). Em particular, as chamadas *workhouses*, que acolhiam os milhares de mendigos e miseráveis, eram autênticas “*casas de terror*” (Ibid.: 293, itálico no original) cujo único intuito era convertê-los em *trabalhadores* – “num mero instrumento ao serviço da valorização” (Ibid.: 294-295).

Portanto, através de “leis grotescas e terroristas”, assim como do “açoite, do ferro em brasa e da tortura”, estes indivíduos acabaram por interiorizar a “disciplina necessária” à sua nova faceta de trabalhadores livres, assalariados (Marx, 1996b/1867: 358). Marx destaca “a violenta criação do proletariado livre” (Ibid.: 363): o trabalho foi *literalmente* imposto aos indivíduos desenraizados, e quem não o aceitasse era severamente punido, inclusive com a pena de morte (Ibid.: 358).²⁶⁹

Ademais, nos primórdios do capitalismo, a burguesia nascente serviu-se da “força do Estado” para conter os salários “dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o (...) trabalhador num grau normal de dependência” (Marx, 1996b/1867: 359).

“Custou séculos para que o trabalhador «livre», como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas.” (Marx, 1996a/1867: 384)

Uma vez alcançado, finalmente, o normal funcionamento do modo de produção capitalista, a violência física contra os trabalhadores passa a ser exercida somente “exceccionalmente” (Marx, 1996b/1867: 359), porquanto se torna desnecessária: a classe operária recém-formada, por meio da educação e da tradição, acata as exigências do capitalismo “como leis naturais evidentes” (Ibid.: 358). A coação física é substituída pela “muda coação das condições económicas” (Ibid.: 359) – a necessidade de vender a sua força de trabalho e de ganhar dinheiro – que “quebra toda a resistência” (Ibid.: 358).

²⁶⁹ Marx escreve nos *Grundrisse* que os indivíduos “têm de *ser forçados* a trabalhar nas condições postas pelo capital. O sem-propriedade está mais inclinado a tornar-se vagabundo, ladrão e mendigo do que trabalhador. Isso só fica evidente no modo de produção desenvolvido do capital. No estágio preliminar do capital, coerção do Estado para converter os sem-propriedade em *trabalhadores* em condições favoráveis ao capital, que aqui ainda não são impostas (...) por meio da concorrência dos trabalhadores entre si” (Marx, 2011b/1857-58: 616, itálico no original).

O capitalismo nascente herdou duas formas de capital do feudalismo: o capital que rende juros e o capital comercial (Ibid.: 369).²⁷⁰ Assim, o “capital monetário formado pela usura e pelo comércio” (Ibid.), liberto das regras rígidas decorrentes das instituições feudais e corporativas, agora em decomposição, pôde transformar-se em capital industrial (Ibid.: 369-370). Marx acrescenta que “hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial”, enquanto “no período manufatureiro (...) é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial”, sendo essa a razão que explica “o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava” (Ibid.: 373).

Jacob Gorender sintetiza do seguinte modo o processo de acumulação primitiva do capital:

“A acumulação originária do capital – conjunto de processos não-capitalistas que prepararam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista – assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente (...). Com especial relevo figuram nessa subversão: as *enclosures* (cercamentos) que expulsaram os camponeses de suas terras e as converteram em campos de pastagem (...), enquanto dos camponeses expropriados e despossuídos emergiria o moderno proletariado; o confisco das terras da Igreja Católica e sua distribuição entre aristocratas aburguesados e novos burgueses rurais; o crescimento da dívida pública, que transferiu riquezas concentradas pelo Estado às mãos de um punhado de privilegiados; o protecionismo, que garantiu à nascente burguesia industrial a exclusividade de atuação desenfreada no mercado nacional e lhe permitiu arruinar e expropriar os artesãos, então obrigados ao trabalho assalariado; a alta generalizada dos preços no século XVI, em consequência do afluxo à Europa dos metais preciosos da América, trazendo consigo a queda relativa dos salários e dos preços dos arrendamentos agrícolas (...), o que favoreceu a burguesia urbana e rural; e, por fim, porém não menos importante – o colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino, a exploração escravista nas Américas e o tráfico de escravos africanos.” (Gorender, 1996: 35-36, *italico no original*)

Até agora, limitámo-nos a apresentar os traços gerais da expropriação dos camponeses e da criação concomitante de uma classe trabalhadora. Visto que a análise detalhada dos restantes elementos elencados por Gorender está, naturalmente, fora do âmbito desta pequena secção, ocupar-nos-emos somente do binómio protecionismo/liberalismo económico. De acordo com Marx, “a livre concorrência é a forma adequada do processo produtivo do capital” (Marx, 2011b/1857-58: 545). Porém, Marx observa que “não são os indivíduos que são liberados, mas o capital” (Ibid.). É através da concorrência que

“os muitos capitais impõem uns aos outros e a si próprios as determinações imanentes do capital. Por isso, nenhuma categoria da economia burguesa, [nem] mesmo a primeira, como, p. ex., a determinação do valor, devém efetiva, [a não ser] pela livre concorrência; i.e., pelo processo efetivo do capital, que aparece como interação recíproca dos capitais e de todas as outras relações de produção e comércio determinadas pelo capital.” (Ibid.: 546)

Em suma, “a concorrência é a maneira por excelência com que o capital faz prevalecer o seu modo de produção” (Ibid.: 610). Todavia, nos seus primórdios, quando os seus

²⁷⁰ Como veremos no Capítulo 3, esta relação inverte-se no modo de produção capitalista desenvolvido: o juro e o lucro comercial são formas derivadas da mais-valia e, portanto, do lucro industrial: “A forma do juro é mais antiga que a do lucro. (...) Mas na economia burguesa o juro é determinado pelo lucro e constitui apenas uma parte dele. Logo, o lucro tem de ser suficientemente grande para que uma parte dele possa se ramificar como juro. Historicamente, [sucede] o inverso. O juro tem de ser rebaixado a tal ponto para que uma parte do ganho extra possa se autonomizar como lucro” (Marx, 2011b/1857-58: 727).

fundamentos ainda não foram estabelecidos de modo sólido, o capital procura “apoiar-se nas muletas” do protecionismo estatal (Ibid.: 546). Originalmente as medidas protecionistas tinham, então, por finalidade criar as (pré-)condições para o desenvolvimento ulterior do capital:

“Enquanto a *produção capitalista* ainda não produziu para si mesma todas as condições do seu livre desenvolvimento – e a mais importante é a formação de uma classe de trabalhadores assalariados absolutamente dependentes do capital – o capital *regula* e intervém, até ter criado as condições adequadas às suas necessidades. As medidas através das quais se protege contra a concorrência estrangeira são apresentadas como meios para assegurar às massas trabalhadoras a manutenção do seu emprego. A aplicação doméstica de métodos violentos é em parte apresentada como [um meio para alcançar] o objetivo nacional de produzir «a maior *quantidade*» possível [de mercadorias, NM], e em parte [como uma maneira de assegurar] que o trabalho não será desperdiçado e que nós não seremos vencidos (*undersold*) pela concorrência estrangeira.²⁷¹” (Marx, 1994/1861-63: 262, *itálico no original*)

O protecionismo económico assume-se como a política adotada pelos países que querem ingressar na concorrência do mercado global. Trata-se, pois, de um meio para atingir um determinado fim:

“[O] sistema protecionista mais não é do que um meio para estabelecer a grande indústria no território de um povo, ou seja, para fazer com que esse povo dependa do mercado universal; e a partir do momento em que se depende do mercado universal já se depende, em maior ou menor grau, do comércio livre. Para além disso, o sistema protecionista contribui para o desenvolvimento da livre concorrência no interior de um país.” (Marx, 2009b/1848: 138-139)

Quando é atingido um certo patamar de desenvolvimento, o capital “deixa de precisar de qualquer ajuda alheia” (Marx, 1994/1861-63: 258), convertendo-se “na sua própria pressuposição” (Ibid.). “Tão logo ele se sente forte, joga as muletas fora e se movimenta de acordo com as suas próprias leis” (Marx, 2011b/1857-58: 546). Com o advento histórico do “mercado mundial” (Marx & Engels, 2007/1848: 41), i.e., de um mercado global unificado,

²⁷¹ Nos seus “Comentários sobre Friedrich List”, Marx demole sem qualquer complacência a ideologia protecionista: “O burguês diz: como é natural, no plano interno, não deve ser causado prejuízo algum à teoria dos valores de troca, a maioria da população deve continuar a ser um mero «valor de troca», uma «mercadoria» que deve apresentar-se ao respetivo comprador, uma mercadoria que não é vendida por outrem, antes se vende por iniciativa própria. Perante vós, proletários, e mesmo entre nós consideramo-nos (...) valores de troca; neste plano, vigora a lei da *tráficança* universal. Porém, em relação às outras nações temos de suspender a eficácia desta lei. Enquanto nação, não podemos vender-nos a qualquer preço para benefício de outras nações. (...) Não queremos reconhecer no plano externo a validade das leis económicas que reconhecemos no plano interno. Que quer afinal o filisteu alemão? Quer, no plano interno, ser *bourgeois*, explorador, mas no plano externo não quer ser explorado. No plano externo, pavoneia-se de ser ele a «nação» e diz: não me submeto às leis da concorrência; isso é contra a minha dignidade nacional; enquanto nação, sou um ente que está acima da *tráficança*. (...) No plano interno, a pátria do industrial é o dinheiro. Portanto, o filisteu alemão quer que as leis da concorrência, do valor de troca, da *tráficança*, percam a sua validade quando chegam aos portões do país! (...) Não quer ser sacrificado a um poder ao qual quer *sacrificar* outros indivíduos e ao qual ele mesmo se sacrifica dentro das fronteiras do seu país! Quer, no plano externo, apresentar-se e ser tratado como um ente diferente daquele que é e age no plano interno! Quer deixar que a causa se mantenha e suprimir um dos respetivos efeitos! Provar-lhe-emos que a *tráficança* que um indivíduo faz de si no plano interno tem como consequência necessária a *tráficança* no plano externo, que a concorrência, que no plano interno é o seu poder, não pode impedir que no plano externo ela mesma seja a sua impotência, que o Estado, que, no plano interno, ele submete à sociedade burguesa, não pode, no plano externo, protegê-lo da ação da sociedade burguesa” (Marx, 2009a/1845: 75-77, *itálico no original*).

“no lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações” (Ibid.: 43). Dado que a indústria perdeu a sua “base nacional” (Ibid.), o protecionismo é fundamentalmente impotente para contrariar a dinâmica própria do modo de produção capitalista, atuando, no melhor dos casos, como uma espécie de “paliativo, uma arma defensiva *no interior* da liberdade do comércio” (Marx & Engels, 1974/1845-46: 74, *itálico no original*).

1.16 – Digressão: a “primeira versão” da teoria da crise marxiana

“[A] tendência histórica da nossa era é a crise fatal da produção capitalista, (...) uma crise que terminará com a sua destruição”. (Marx, 1989c/1881: 357)

A teoria da crise de Marx é normalmente associada à chamada “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, apresentada no Livro Terceiro de *O Capital*. A crise refere-se, aí, à diminuição *relativa* do capital variável; ou seja, o capital variável aumenta em termos *absolutos*, mas numa proporção decrescente face ao aumento mais rápido do capital constante, o que provoca uma diminuição da taxa de lucro. Trata-se, no fundo, de um desenvolvimento das temáticas introduzidas na secção 1.14 e que serão abordadas detalhadamente no Capítulo 3.

Todavia, existe aquilo que pode ser designado por “primeira versão” da teoria da crise marxiana (cf. Botelho, 2009: 72; Jappe, 2006: 131-148; Silva Júnior, 2010: 136). Esta primeira versão não foi alvo de uma exposição sistemática por parte de Marx, encontrando-se dispersa por diversos trechos, sobretudo dos *Grundrisse*, mas também do *Manuscrito Económico de 1861-63* e do Livro Primeiro de *O Capital*.

Nesta secção procurarei, então, reconstruir a primeira versão da teoria da crise de Marx, que se refere: i) às dificuldades de criação de mais-valia relativa à medida que se desenvolve o processo de acumulação do capital; ii) à divergência crescente entre riqueza material e valor económico; iii) à eliminação *absoluta* do trabalho vivo do processo de produção imediato.

É necessário ter presente que o “colapso do capitalismo”, i.e., a noção de um limite interno absoluto do modo produção capitalista, é uma tese “altamente controversa” (Ramtin, 1991: x). Porém, tal como refere Ramtin, a teoria de Marx não procura apenas perceber “*como o capitalismo funciona*” (Ibid.: 179, *itálico no original*); ela “*revela-nos as contradições que conduzem o sistema [capitalista, NM] à sua própria negação*” (Ibid.). Vejamos quais são essas contradições.

1.16.1 – As dificuldades crescentes da produção de mais-valia relativa

“[Q]uanto mais elevado o desenvolvimento do capital, tanto mais ele aparece como obstáculo da produção”. (Marx, 2011b/1857-58: 340)

Recapitulemos aquilo que já sabemos acerca da criação de mais-valia. A massa de mais-valia produzida só pode aumentar de três formas (cf. 1.10 e 1.11):

- Através do prolongamento absoluto da jornada de trabalho individual (mais-valia absoluta).
- Através do aumento do tempo de mais-trabalho (individual) à custa da redução do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa).
- Através do incremento do número de trabalhadores explorados *simultaneamente*.

Os itens a) e b) traduzem um aumento na taxa de mais-valia, i.e., da taxa de exploração do trabalho, enquanto o item c) traduz o aumento da força de trabalho global a que é aplicada uma certa taxa de exploração. Já sabemos que a duração absoluta da jornada de trabalho possui limites bem definidos e que, numa dada sociedade, ela é uma grandeza mais ou menos estável, determinada cultural e socialmente. É claro que o capital procurará sempre ultrapassar essas barreiras, especialmente quando confrontado com dificuldades de valorização, mas os limites físicos e biológicos do ser humano são uma barreira intransponível que se imporá mais cedo ou mais tarde. Em suma, a extração de mais-valia absoluta torna-se progressiva e literalmente *impossível* no capitalismo maduro.

Neste sentido, conforme já mencionámos, a mais-valia relativa é a forma por excelência assumida pela mais-valia no capitalismo contemporâneo. Todavia, como veremos nesta secção, quanto mais desenvolvido for o modo de produção capitalista, tanto maiores serão as dificuldades que se colocam à criação de mais-valia relativa.

Marx escreve nos *Grundrisse* que podem ser retiradas três grandes conclusões no que toca à mais-valia relativa. Em primeiro lugar, “o aumento da força produtiva só pode aumentar o trabalho excedente (...) à medida que ele diminui a proporção do *trabalho necessário* em relação ao *trabalho excedente*” (Marx, 2011b/1857-58: 268, itálico no original). Portanto, este aumento da força produtiva tem de ocorrer forçosamente nos ramos que produzem meios de subsistência adquiridos pelos trabalhadores com o seu salário.

Em segundo lugar, “o mais-valor²⁷² do capital não aumenta na mesma proporção que o multiplicador da força produtiva” (Ibid.), ou seja, “a proporção em que a força produtiva do trabalho aumenta o valor do capital depende da proporção inicial” do trabalho necessário face ao mais-trabalho (Ibid.):

“Se a força produtiva duplica [nos setores que produzem meios de subsistência, NM], (...) o trabalhador precisa trabalhar tão-somente 1/2 do tempo anterior para sacar o preço do trabalho; mas quanto tempo de trabalho ele ainda precisa para tal propósito depende da primeira proporção dada, a saber, do tempo que precisava para tanto antes do aumento da força produtiva. O multiplicador da força produtiva é o divisor dessa fração inicial. Por essa razão, (...) o trabalho excedente não aumenta na mesma proporção numérica que a força produtiva. Se a proporção inicial é 1/2 e a força produtiva duplica, o tempo de trabalho *necessário* (para o trabalhador) se reduz a 1/4 e o valor excedente só aumenta 1/4 [i.e., passa de 1/2 = 2/4 para 3/4, NM]. Se a força produtiva quadruplica, a proporção inicial torna-se 1/8 e o valor [excedente] só cresce 3/8 [i.e., passa de 1/2 = 4/8 para 7/8, NM]. O valor [excedente] jamais pode ser igual ao da jornada de trabalho inteira; ou seja, uma parte determinada da jornada de trabalho sempre tem de ser trocada pelo trabalho objetivado no trabalhador.” (Ibid.: 266-267, itálico no original)

Assim, quanto menor for a parcela do trabalho necessário *antes* do aumento da produtividade, menor será o aumento conseguido na parcela do mais-trabalho. Se, por exemplo, o trabalho necessário já representar somente 2/100 da jornada de trabalho (e o mais-trabalho representar, portanto, 98/100), então uma duplicação da força produtiva do trabalho – nos setores que produzem bens de subsistência – implicará que a proporção do trabalho necessário diminua para 1/100 da jornada de trabalho, enquanto a proporção do mais-trabalho aumentará para 99/100 de jornada de trabalho; ou seja, o mais-trabalho aumentará somente 1% apesar de a força produtiva do trabalho ter aumentado 100%!

Finalmente, em terceiro lugar, na sequência do que foi exposto, Marx conclui que a mais-valia relativa possui limites óbvios, pois

²⁷² Mario Duayer e Nélío Schneider, tradutores da edição portuguesa dos *Grundrisse*, optaram por utilizar o termo “mais-valor”, ao invés de “mais-valia”, para traduzir “mehrwert”.

“quanto maior o valor excedente do capital *antes do aumento da força produtiva*, quanto maior o *quantum* pressuposto do trabalho excedente (...), ou quanto menor for já a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador, a fração que expressa o trabalho necessário [i.e., o salário, NM], tanto menor é o crescimento do valor excedente que o capital obtém do aumento da força produtiva. (...) Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima, i.e., para agregar mais-valor – porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o *trabalho necessário* e a jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras. Quanto menor é a fração que corresponde ao trabalho *necessário*, quanto maior o *trabalho excedente*, tanto menos pode qualquer aumento da força produtiva reduzir sensivelmente o trabalho necessário (...). A autovalorização do capital devém mais difícil à proporção que ele já está valorizado (...) porque o salário *já* caiu muito, considerado em relação ao produto do trabalho ou à jornada de trabalho vivo.” (Ibid.: 269-270, itálico no original)

Marx volta a salientar esta ideia no *Manuscrito Económico de 1861-63*:

“[N]a medida em que o tempo de mais-trabalho total (...) já forma uma grande parte (...) da jornada de trabalho, qualquer aumento da força produtiva do trabalho [nos ramos que produzem meios de subsistência, NM] e consequente redução do tempo de trabalho necessário (...) apenas poderá aumentar a *mais-valia* num rácio *proporcionalmente inferior*.” (Marx, 1988/1861-63: 247, itálico no original)

“Quanto maior for a mais-valia *antes do novo aumento da força produtiva*, i.e., quanto maior já for a parcela da jornada de trabalho que não é paga [mais-trabalho, NM], e quanto menor for portanto a parcela da jornada de trabalho que é paga [trabalho necessário, NM],²⁷³ a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador [o salário, NM], menor será o crescimento da mais-valia que o capital obtém de um novo aumento da força produtiva. A mais-valia aumenta, mas numa proporção cada vez menor face ao desenvolvimento das forças produtivas. A barreira [ao aumento da mais-valia relativa, NM] continua a ser o rácio entre a fração da jornada de trabalho que expressa o *trabalho necessário* e a duração integral da jornada de trabalho. As variações apenas podem ocorrer dentro destes limites. Quanto menor for a fração correspondente ao trabalho necessário, e maior for portanto o mais-trabalho, menor será o *rácio* em que um aumento da força produtiva diminui o trabalho necessário, uma vez que o denominador da fração será tanto maior. A *taxa* de auto-valorização do capital cresce portanto mais lentamente à medida que ele já foi valorizado. Isto não acontece, contudo, porque o salário ou o quinhão do trabalhador no produto aumentou, mas porque a fração da jornada de trabalho que representa o trabalho necessário já se tornou extraordinariamente reduzida em relação à jornada de trabalho como um todo.” (Ibid.: 251-252, itálico no original)

Podemos concluir que, à semelhança da mais-valia absoluta, a mais-valia relativa possui limites inultrapassáveis. A acumulação de capital é um processo dinâmico que obedece a uma lógica própria: a mais-valia criada tem de aumentar incessantemente sob pena de o sistema entrar em colapso.²⁷⁴ Ora, quanto mais elevado for o estágio de desenvolvimento

²⁷³ Conforme tive oportunidade de salientar em 1.4.2.3, o conceito de “trabalho pago/não-pago” carece de sentido, porque aquilo que é remunerado é a força de trabalho.

²⁷⁴ “A produção pelo capital sempre começa, portanto, no nível em que certa massa da riqueza social já está concentrada” (Marx, 2011b/1857-58: 489); “o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser

atingido pelo modo de produção capitalista, assente no constante revolucionamento das forças produtivas,²⁷⁵ menor será *obrigatoriamente* a parcela do trabalho necessário de cada jornada de trabalho individual, que acabará por representar uma fração infinitesimal.²⁷⁶ Desta forma, os aumentos ulteriores da força produtiva do trabalho provocam somente incrementos cada vez mais homeopáticos na parcela do mais-trabalho.

O nosso raciocínio conduziu-nos, pois, ao seguinte resultado: no capitalismo maduro, a mais-valia – tanto absoluta, como relativa – fornecida por cada trabalhador já não é passível de ser aumentada durante muito mais tempo. Porém, tal como frisámos no início desta secção, ainda resta uma última alternativa ao capital: incrementar o número de trabalhadores empregados simultaneamente e, desse modo, multiplicar a massa de mais-valia produzida. Este método enfrenta também, contudo, barreiras insuperáveis, conforme constataremos nas duas próximas secções.

1.16.2 – Divergência entre valor e riqueza material

“A sociedade burguesa, (...) que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio”. (Marx & Engels, 2007/1848: 45)

Como vimos logo na secção 1.1, Marx traça uma distinção fundamental entre *riqueza material* e *valor*. Marx diz o seguinte no Livro Primeiro de *O Capital*:

“Um *quantum* maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo carácter do trabalho. (...) O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor. (...) O mesmo trabalho proporciona, (...) nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada,

obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo. (...) Se o capital cresce de 100 para 1000, o 1000 é agora o ponto de partida de onde o aumento tem de se dar; a decuplicação de 1000% não conta para nada (...). *O que aparecia como mais-valor, aparece agora como simples pressuposto*” (Ibid.: 264, itálico no original).

²⁷⁵ “Não restam dúvidas de que, qualquer que tenha sido a forma e o papel das forças produtivas nas sociedades pré e não-capitalistas, é *somente* no capitalismo que existe o imperativo sem paralelo de um sistema social assente no desenvolvimento sistemático e contínuo das forças produtivas” (Ramtín, 1991: 187, itálico no original).

²⁷⁶ Note-se, porém, que o tempo de trabalho necessário nunca pode ser reduzido a 0: “A jornada de trabalho total é um limite que o mais-trabalho nunca consegue alcançar, não importa quão significativa seja a redução do trabalho necessário. (...) [S]e este último se tornar 0, o mais-trabalho também será 0, porquanto ele é apenas uma função do trabalho necessário” (Marx, 1994/1861-63: 79). De modo análogo, Marx escreve nos *Grundrisse* que se “o tempo de trabalho necessário ficasse = 0, i.e., se (...) a produção pudesse ocorrer *sem* qualquer trabalho, não existiria nem valor, nem capital, nem criação de valor” (Marx, 2011b/1857-58: 445, itálico no original).

quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção” (Marx, 1996a/1867: 175, *itálico no original*).

Marx expressa uma ideia similar nos *Manuscrito Económico de 1861-63*:

“Em resultado do aumento da produtividade do trabalho, a quantidade de produtos [criada no mesmo período de tempo] aumenta. Esta quantidade total aumentada (...) encerra o mesmo valor do que a quantidade total inferior produzida anteriormente. Assim, o valor do produto ou mercadoria individual diminui, mas é multiplicado por um fator maior, constituído pelo número dos produtos. (...) Estamos, portanto, perante um crescimento da riqueza real sob a forma de valores de uso, sem qualquer crescimento do valor (...) ou tempo de trabalho contido neles.” (Marx, 1988/1861-63: 241)

Marx acrescenta ainda, nos *Resultados do Processo de Produção Imediato*, que “o resultado do modo de produção capitalista consiste em elevar constantemente a produtividade do trabalho”, isto é, “em repartir continuamente (...) o trabalho novo agregado por uma massa maior de produtos”, embaratecendo desse modo as mercadorias; contudo, “este embaratecimento (...) não significa, em si e para si, nenhuma modificação (...) na massa de mais-valia produzida” pelo mesmo trabalho (Marx, 1975/1864: 133-134, *itálico no original*).

Estas observações de Marx são de extrema importância. *Ao basear-se na revolução contínua das forças produtivas, o modo de produção capitalista cria uma divergência crescente entre valor e riqueza material, contribuindo involuntariamente para o seu próprio colapso.* A disseminação da maquinaria, em particular, implica “um aumento desta diferença entre o processo de trabalho e o processo de valorização” (Marx, 1988/1861-63: 325). Analisemos esta questão pormenorizadamente.

De acordo com Marx, existe uma “contradição entre produção e valorização” (Marx, 2011b/1857-58: 339); Marx salienta que “o capital, de acordo com seu conceito, é a unidade” dessa contradição (Ibid.). Este facto tem implicações de longo alcance, pois se não existe um limite “à produção em geral”, a “produção fundada no capital” possui limites insuperáveis (Ibid.).

Assim, quando é atingido um determinado limiar, o valor surge como um “obstáculo” à criação de riqueza material (Ibid.). Estamos perante a “*limitação da produção de valores de uso pelo valor*”, ou seja, “a riqueza real tem de adotar uma forma determinada, distinta dela própria e, portanto, forma absolutamente não idêntica a ela, para se tornar objeto da produção” (Ibid., *itálico no original*). Na sociedade capitalista, *a riqueza sensível tem de ser transformada em dinheiro, i.e., adquirir uma forma diferente de si mesma, para que possa ser desfrutada socialmente pelos seres humanos.* Isto acontece porque, devido à inversão fetichista que já conhecemos, o processo de produção concreto é uma mera forma de manifestação do processo de valorização (cf. 1.5).

Esta contradição entre o conteúdo sensível, material, tangível da riqueza e a sua forma abstrata fetichista – o valor – conduzirá, na perspetiva de Marx, à derrocada inevitável do modo de produção capitalista. O desenvolvimento enorme das forças produtivas torna o valor – e a sua substância, o trabalho abstrato – obsoletos:

“O próprio capital é a contradição em processo, [pelo facto] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...) Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (...) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar

o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais (...) aparecem somente como meios para o capital (...) poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De facto, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares.” (Ibid.: 588-589, *itálico no original*)

A produção capitalista encontra-se “empenhada numa batalha com a ciência (...) e com as próprias forças produtivas que engendra” (Marx, 1989c/1881: 349-350). Neste sentido, podemos afirmar que a divergência crescente entre riqueza (material) e valor constitui o fundamento da “primeira versão” da teoria da crise marxiana. E esta divergência ilustra nada mais do que *a progressiva eliminação absoluta do trabalho vivo do processo de produção imediato*.

1.16.3 – A eliminação absoluta do trabalho vivo

“A obsessão peculiar dos economistas políticos em demonstrar que *no longo prazo* a indústria em larga escala baseada na utilização de maquinaria reabsorve sempre a população redundante é risível. Primeiro eles querem provar que a maquinaria é boa porque poupa trabalho, e depois que ela é novamente boa porque não poupa qualquer trabalho”. (Marx, 1994/1861-63: 30, *itálico no original*)

Por muito grande que seja o progresso técnico, tecnológico e científico, o modo de produção capitalista é simplesmente incapaz de sobreviver sem a exploração massiva de trabalho vivo: o “pressuposto” da produção capitalista – enquanto “produção baseada no valor” – “continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção” de mais-valia (Marx, 2011b/1857-58: 587, *itálico no original*).²⁷⁷

Segundo Marx, é um perfeito “absurdo” postular que “o *capital* é capaz de fazer algo do nada, do menos, um mais, de menos tempo de trabalho excedente (...), mais valor excedente, e que, por isso, possui uma fonte *mística* de criação de valor, independente da apropriação de trabalho alheio” (Ibid.: 452, *itálico no original*). Visto que o trabalho é, como já sabemos, a única fonte de mais-valia, *o desenvolvimento estratosférico das forças produtivas promovido pelo capitalismo comporta uma contradição fundamental, porquanto torna gradualmente supérfluo o dispêndio de força de trabalho humana. O progresso técnico-científico abole o trabalho*, o fluido vital do capital.²⁷⁸ A riqueza material já não pode ser aprisionada na forma fetichista do valor.

Marx descreve este processo, nos *Grundrisse*, da seguinte forma:

“[À] medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento (...), poder que (...), por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (...) A riqueza efetiva se manifesta (...) na tremenda desproporção

²⁷⁷ “Se, sob o capitalismo, «a principal força motriz da máquina económica» é a procura do lucro; (...) se o lucro é composto por tempo de trabalho (...); então, deduz-se que o capital vive somente para apropriar-se de tempo de trabalho (...) suplementar. Vive para extrair – e sob a condição de conseguir extrair – tanto tempo de trabalho [excedente, NM] (...) quanto possível (...) (e se não consegui-lo, o capital «morre»). Esta é a razão por que [o capital, NM] não pode de maneira nenhuma abandonar a referência ao tempo de trabalho *imediato* enquanto medida da sua valorização” (Basso, 2003: 200, *itálico no original*).

²⁷⁸ “O sistema capitalista (...) serra o ramo de árvore sobre o qual está sentado – o trabalho” (Jappe, 2006: 148).

entre o tempo de trabalho empregado e seu produto (...). (...) [O] ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (...) Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é (...) o trabalho imediato que o próprio ser humano executa (...), mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor (...) deixa de ser [a medida] do valor de uso. (...) Com isso, desmorona a produção baseada no valor (...), e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição.” (Ibid.: 587-588, *itálico no original*)

Marx conclui que, “com o desenvolvimento da grande indústria, (...) o *trabalho imediato* enquanto tal (...) deixa de ser a base da produção” (Ibid.: 591, *itálico no original*). Em consequência, o capital é involuntariamente responsável pela sua “dissolução” (Ibid.: 583), porque, “em determinado ponto, um desenvolvimento das forças produtivas materiais (...) *abole o próprio capital*” (Marx, 2011b/1857-58: 448-449, *itálico no original*), ao abolir a sua substância – o trabalho abstrato. O modo de produção capitalista é vítima de um “decréscimo não só relativo, mas absoluto, do número de trabalhadores empregados” (Marx, 1996b/1867: 79). Jappe observa que, “paradoxalmente, o capitalismo atinge o seu próprio limite em virtude da sua maior força, a saber, a libertação das forças produtivas” (Jappe, 2006: 140).

Estas previsões de Marx – escritas perspicazmente nos anos de 1857 e 1858! – parecem ser confirmadas pela evolução da economia capitalista global no pós-2ª Guerra Mundial. Pietro Basso apresenta alguns dados da construtora automóvel Fiat que ilustram, a título de exemplo, o aumento colossal da produtividade material, sobretudo nos últimos 35 anos:

“Em 1900, cinquenta empregados (...) produziam 24 automóveis por ano, sensivelmente metade de um automóvel por empregado. Levou trinta e cinco anos até que o limiar de um automóvel por ano por empregado fosse alcançado. Em 1949, o número ainda era apenas de 1,3 automóveis por empregado, mas aumentou para 3,3 em 1955, 5,7 em 1960 e 8,4 em 1970. Em 1980, o número disparou para 19, e em 1993 para 44 (em Mirafiori). Mas apenas três anos mais tarde, já eram produzidos mais de 64 carros por empregado em Melfi. Em termos físicos, o aumento da produtividade do trabalho fabril, desde 1890, foi de 8800 por cento na unidade de Mirafiori/1993 e de 12800 por cento na unidade de Melfi/1996. Se a comparação for feita com o ano de 1949, temos um aumento superior a 3400 por cento em Mirafiori e de sensivelmente 5000 por cento em Melfi.” (Basso, 2003: 208)

Como veremos detalhadamente na 2ª parte, a denominada Revolução Microeletrônica – ou 3ª Revolução Industrial – confirma o diagnóstico de Marx acerca da falência sistêmica do capitalismo:

“Esta revolução já não instaura um novo modelo de acumulação: desde o início, a informática torna inúteis – «não rentáveis» – enormes quantidades de trabalho. Diferentemente do que se passou com o fordismo, a informática provoca essa inutilidade a um ritmo tal que já não há extensão do mercado que seja capaz de compensar a redução da parte do trabalho contida em cada mercadoria. A informática corta definitivamente o

laço entre a produtividade e o dispêndio de trabalho abstrato incarnado no valor.” (Jappe, 2006: 147)

Isto acontece porque a revolução informática e, em especial, a automação, introduz uma rutura histórica no processo de desenvolvimento das forças produtivas (Ramtin, 1991: 5). A disseminação da automação tem o potencial de reduzir, pela primeira vez, em termos absolutos o número de trabalhadores empregados pelo capital à escala social (Ibid.: 105). Logo, por muito elevada que seja a taxa de mais-valia, a força de trabalho residual simplesmente não será capaz de fornecer o mesmo tempo de mais-trabalho, o que coloca em xeque a (re)produção capitalista.

Existe, pois, uma “incompatibilidade real (objetiva) entre o sistema tecnológico da automação e as relações de valor (...) que dominam todo o sistema social” capitalista (Ibid.: 5). Por outras palavras, a automação coloca as forças produtivas em contradição com a forma social do valor (Ibid.: 6). A eliminação do trabalho vivo torna virtualmente “impossível (...) a produção de mais-valia” (Jappe, 2006: 142), pelo que o único resultado possível é uma “massa de mais-valia continuamente decrescente” (Ramtin, 1991: 102). Neste contexto, “o colapso do capitalismo *deve* ocorrer com a força inevitável de uma lei natural” (Ibid.: 179, *itálico no original*).

Entretanto, no capitalismo em decomposição, são os seres humanos que sofrem na pele as consequências da obsolescência da força de trabalho de que são portadores. O resultado final da irracionalidade capitalista não é “um exército crescente de proletários, mas sim (...) uma *humanidade supérflua*” (Jappe, 2006: 156, *itálico no original*), i.e., as “populações inteiras que já não são «úteis» para a lógica da valorização” (Ibid.).

1.16.4 – A “primeira versão” da teoria da crise: sistematização

“As máquinas de fiar algodão (na Inglaterra) equivalem a 84 000 000 de trabalhadores.” (Marx, 1993/1844: 116)

Dissemos, no final da secção 1.16.1, que o único método que restava ao capital para aumentar a massa de mais-valia criada era incrementar o número de trabalhadores explorados simultaneamente. Sabemos agora que isso é não apenas uma impossibilidade lógica como, na verdade, o funcionamento do modo de produção capitalista possui uma tendência contrária: a eliminação crescente do trabalho vivo. Procuremos, então, sistematizar a “primeira versão” da teoria da crise de Marx:

- a) *Mais-valia absoluta* – A jornada de trabalho já atingiu uma duração considerada “normal”; essa duração é determinada social, cultural e historicamente. Uma das principais conquistas da classe operária, pelo menos nos países ocidentais, foi justamente a redução progressiva da jornada de trabalho. Qualquer tentativa do capital para contrariar este estado de coisas esbarrará em dois limites: a.1) um limite social, corporizado na resistência ativa dos trabalhadores para defenderem os direitos laborais adquiridos; a.2) um limite biológico, porquanto, dado o nível elevado atingido pela *intensidade* do trabalho – uma das contrapartidas para a redução dos horários de trabalho –, o prolongamento do trabalho conduzirá ao rápido esgotamento físico dos trabalhadores. O efeito previsível do aumento da duração extensiva do trabalho seria uma redução da sua intensidade. Marx é claro: existe um *trade-off* entre intensidade e extensão do trabalho (cf. 1.11.4). A mais-valia absoluta é, por assim dizer, o elo mais fraco da produção capitalista: visto que não é possível prolongar a jornada de trabalho indefinidamente (o trabalhador precisa, *pelo menos*, de tempo para dormir, alimentar-se, etc.) a sua contribuição

decisiva para a acumulação de capital limitou-se, sobretudo, aos estágios iniciais do modo de produção capitalista.

- b) *Mais-valia relativa* – A mais-valia relativa é a forma por excelência da mais-valia no capitalismo desenvolvido. A extração de mais-valia relativa assenta no aumento do tempo de mais-trabalho conseguido através de uma redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. O aumento da força produtiva do trabalho nos ramos que produzem meios de subsistência permite reduzir o valor da força de trabalho e, assim, reduzir a parcela da jornada de trabalho correspondente ao salário do trabalhador, aumentando, por sua vez, a parcela do trabalho excedente criador de mais-valia. Todavia, 250 anos de progresso técnico, tecnológico e científico contínuo, pautados por três Revoluções Industriais, resultaram na redução do tempo de trabalho necessário a uma grandeza ínfima, praticamente microscópica. Desta maneira – e porque o crescimento do mais-trabalho não é proporcional ao crescimento da produtividade (cf. 1.16.1) –, são precisos aumentos cada vez mais ciclóticos da força produtiva do trabalho para conseguir aumentos insignificantes da mais-valia relativa criada. O capital é, pois, vencido pela sua própria lógica: o revolucionamento constante das forças produtivas, crucial para a criação de mais-valia relativa, acaba paradoxalmente por impedir, quando é superado um determinado limiar de desenvolvimento, a produção adicional de mais-valia relativa. Já não é possível reduzir mais a parcela do trabalho necessário.
- c) *Número de trabalhadores empregados* – Uma vez que taxa de mais-valia atingiu um patamar quasi-estacionário, isto é, que a mais-valia (absoluta e relativa) criada por cada trabalhador atingiu o seu ponto máximo, a massa de mais-valia produzida somente poderá crescer se o número de trabalhadores ocupados aumentar *em termos absolutos*. Porém, a concorrência entre os vários capitais obriga-os a produzirem as suas mercadorias cada vez mais baratas, portanto, a aumentarem continuamente a força produtiva do trabalho. O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma dada massa de mercadorias *diminui continuamente*. O desenvolvimento de maquinaria sempre mais eficiente, a aplicação massiva da ciência ao processo produtivo e a difusão da automação significam que a criação de riqueza material depende cada vez menos da quantidade de trabalho despendida. O valor mercantil torna-se uma quimera à medida que a sua fonte – o trabalho abstrato – seca de modo permanente. Populações inteiras de trabalhadores devêm supérfluas e engrossam as fileiras dos supranumerários da sociedade burguesa. O capitalismo jaz moribundo, vítima do triunfo autoritário da sua lógica: o estágio final do desenvolvimento das forças produtivas é a eliminação *absoluta* de trabalho vivo do processo de produção imediato.²⁷⁹ Abre-se um abismo entre a capacidade gigantesca de produção de riqueza material e a capacidade minguante de produção de mais-valia, i.e., de aprisionar a riqueza na forma do valor e da mercadoria.

Teçamos algumas considerações adicionais. Em primeiro lugar, *mesmo sem o constrangimento de uma taxa de mais-valia estável*, o aumento da força produtiva do trabalho significa uma diminuição do valor unitário das mercadorias. Deste modo, um determinado

²⁷⁹ Como veremos em 2.7, esta situação é agravada pelo facto de nem todo o trabalho produzir mais-valia. Com efeito, o trabalho improdutivo (em termos capitalistas) tem aumentado de forma assinalável, dificultando ainda mais a reprodução do modo de produção capitalista. Os setores de atividade improdutivos alimentam-se de uma parte da mais-valia criada pelos setores produtivos.

capital tem de aumentar contínua e exponencialmente o volume da sua produção material para realizar uma massa de mais-valia superior (ou até idêntica).

A expansão do mercado é, pois, vital para o capital: “com o *desenvolvimento da produção capitalista* e o conseqüente embaratecimento das mercadorias (...), aumenta o número das mercadorias que têm que ser vendidas e, portanto, é necessária uma contínua expansão do mercado: tal constitui uma necessidade para o modo de produção capitalista” (Marx, 1975/1864: 142, *itálico no original*).

A consequência (i)lógica do desfasamento crescente entre riqueza material e valor é a produção pela produção numa escala faraônica, a inundação do mercado com um volume de mercadorias grotesco na tentativa de contrabalançar a redução do seu valor unitário. O escoamento deste volume colossal de mercadorias é difícilimo, exigindo: i) investimentos massivos em publicidade e marketing; ii) a proliferação da obsolescência planificada e do desgaste acelerado das mercadorias; iii) “ciclos de vida” dos produtos cada vez mais curtos (e.g., iPhone x, y, z; Windows x, y, z; etc.), ou seja, a imposição de “modas” cada vez mais passageiras.

Neste sentido, atente-se que a divergência entre valor e riqueza material permite explicar (e criticar) plenamente a crise ecológica da modernidade capitalista sem recorrer a quaisquer moralismos (censura do “consumismo”, do “estilo de vida” individual, etc.). O aumento *exponencial* da produção material é um constrangimento *estrutural* inerente ao modo de produção capitalista. Enquanto o trabalho, o valor e o dinheiro existirem, ou seja, enquanto a valorização do valor nortear a (re)produção material da humanidade, o desperdício, a poluição e a destruição da natureza serão inevitáveis. Os recursos naturais, a realidade concreta, servem somente para alimentar a expansão de uma forma abstrata: o valor.

Acrescente-se ainda, a este respeito, que podemos falar igualmente de um *limite externo* do modo de produção capitalista: mesmo que não existisse um limite estritamente económico à reprodução ampliada do capital, a expansão *infinita* – de acordo com o seu conceito – da valorização do valor seria impossibilitada pela *finitude* dos recursos naturais, i.e., do substrato material que serve de suporte à abstração do valor.

Em segundo lugar, façamos uma adenda ao item c). Nestas condições, em que a mais-valia criada pelo trabalhador individual atinge uma dimensão tendencialmente estacionária, a massa de mais-valia criada *diretamente* por um dado capital apenas poderá aumentar se o aumento do nível de produção – e, portanto, da taxa de expansão do mercado – for superior ao aumento da força produtiva do trabalho. Só assim será possível explorar mais trabalhadores simultaneamente e, desse modo, incrementar a massa de mais-valia produzida.²⁸⁰

Suponhamos o seguinte exemplo: se a introdução de uma nova tecnologia, por um dado capital, permite a cada trabalhador produzir 100 vezes mais mercadorias – ou, o que é a mesma coisa, permite a cada trabalhador produzir tantas mercadorias como 100 trabalhadores anteriormente –, o *nível de produção* terá de aumentar *mais de 100 vezes* para ser possível empregar trabalhadores adicionais e criar uma massa de mais-valia superior.

Durante décadas, o capital foi capaz de protelar o seu colapso através deste expediente. O fordismo assentou, como é sabido, na produção e no consumo de massas. Porém, é quase intuitivo prever que, quando for alcançado um certo limiar, a expansão do

²⁸⁰ Se o aumento da produção e a correspondente expansão do mercado for igual ao aumento da produtividade, o mesmo número de trabalhadores será suficiente para produzir essa massa acrescida de mercadorias. Se a expansão do mercado for inferior ao aumento da força produtiva do trabalho, um contingente menor de trabalhadores será suficiente para produzir esse volume acrescido de mercadorias.

mercado será incapaz de compensar os poderes de racionalização decorrentes do aumento continuado da força produtiva do trabalho. Como mencionámos em 1.16.3 – e voltaremos a este assunto com maior minúcia na 2ª parte –, a Revolução Microeletrónica instaura um novo paradigma produtivo que compromete definitivamente quaisquer mecanismos compensatórios no que se refere à criação de mais-valia.²⁸¹

O trabalho vivo é gradualmente expulso do processo de produção imediato. A automatização da produção significa que uma fatia crescente dos trabalhadores torna-se *permanentemente supérflua* para a valorização do valor; mas o capital não pode sobreviver sem a sua substância, o trabalho abstrato. O capital cava a sua própria sepultura.

Finalmente, em terceiro lugar, será importante insistir numa questão existencial que, porventura, já terá assolado o leitor: se o capital depende do trabalho, porque é que se esforça, através de todos os meios possíveis, para eliminá-lo? A resposta já foi, de certo modo, dada ao longo deste capítulo e, em especial, nas últimas secções.

Por um lado, o capitalista individual é obrigado, pela *concorrência*, a vender as suas mercadorias por um valor continuamente *decrecente*, o que exige o desenvolvimento permanente da força produtiva do trabalho. Por outro lado, sabemos que os capitais inovadores conseguem embolsar *temporariamente* uma mais-valia *extra*, quando reduzem o valor das suas mercadorias abaixo do seu valor social.

Pressionado pela concorrência para vender as suas mercadorias sempre mais baratas e motivado pela mais-valia extra *temporária* que obtém por via da inovação, cada capital esforça-se por reduzir ao mínimo o trabalho vivo aplicado ao seu processo de produção imediato. O *mesmo fator* – desenvolvimento das forças produtivas – que permite ao capitalista individual embolsar (temporariamente) uma mais-valia adicional, contribui simultaneamente para a superfluidade do trabalho. Portanto, na prossecução do seu interesse próprio, cada capital contribui inadvertidamente para o colapso do modo de produção capitalista ao solapar a única fonte de mais-valia: o trabalho.

Esta situação é agravada por outro fator: como veremos no Capítulo 3, uma vez que a mais-valia de que cada capital se apropria não coincide com a mais-valia que produziu, ou seja, que *o capital individual é capaz de se apropriar de uma massa de mais-valia bastante superior àquela que criou diretamente*, surge a ilusão de que a mais-valia já não depende do dispêndio da força de trabalho. Múltiplos capitais podem automatizar-se, dispensar trabalhadores numa escala crescente, criar menos mais-valia e, não obstante, apropriar-se de uma fatia crescente da mais-valia produzida socialmente (cf. Ramtin, 1991: 91-128 e 179-195).

Por conseguinte, a fúria da inovação e do progresso técnico, a automatização crescente do processo produtivo e a consequente eliminação do trabalho vivo são levados aos limites do paroxismo, embora, em última instância, a disseminação do aumento contínuo da força produtiva do trabalho pela generalidade dos capitais individuais conduza ao colapso do modo de produção capitalista. Será correto afirmar que o capital *se automatiza até à morte*: a *maximização* da mais-valia *apropriada* por cada capital inovador é acompanhada pela *regressão absoluta* da massa de mais-valia produzida socialmente.

²⁸¹ Note-se que estamos perante uma espécie de círculo vicioso: o aumento do número de trabalhadores explorados simultaneamente implica o aumento exponencial da produção; o que, por sua vez, pressupõe a expansão do mercado, que exige um embaratecimento ulterior das mercadorias, que, por seu turno, requer um desenvolvimento da força produtiva do trabalho, i.e., um aumento dos poderes de racionalização.

Como vimos na secção 1.5, o processo de produção capitalista é ao mesmo tempo um processo de produção concreto e um processo de valorização. Não é a sua primeira faceta que está em crise, porquanto as capacidades técnicas e tecnológicas de criação de riqueza nunca foram tão grandes na história da humanidade. É o processo de valorização que enfrenta os seus limites históricos face à capacidade minguante de criação de mais-valia. A abolição *emancipatória* do trabalho só pode significar a abolição do processo de valorização e a construção de um processo de produção concreto não-capitalista, cuja *raison d'être* é a maximização do tempo disponível dos indivíduos (cf. 1.16.5).

A alternativa é a barbárie de um capitalismo-zombie, que continua a fazer depender a sobrevivência dos seres humanos das suas categorias fetichistas. A falência da valorização do valor terá como resultado a insatisfação das necessidades humanas, à medida que mais e mais ramos produtivos são incapazes de cumprir os critérios absurdos de “rentabilidade financeira”. *A humanidade poderá perecer às portas do paraíso se não for capaz de imaginar e colocar em prática uma utilização não-capitalista dos vastos recursos materiais ao seu dispor.*

1.16.5 – Da crise à (possível) emancipação: o tempo disponível como base do comunismo

Nos *Grundrisse*, Marx não se limita a descrever o papel desempenhado pelo desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, pela maquinaria, na crise estrutural do modo de produção capitalista. Marx vislumbra igualmente um núcleo emancipatório na maquinaria, se esta for utilizada de acordo com critérios não-capitalistas: o aumento gigantesco do tempo disponível dos seres humanos.

Assim, antes de mais, é preciso distinguir “a maquinaria da sua aplicação capitalista” (Marx, 1996b/1867: 60). Em “Trabalho Assalariado Capital”, Marx escreve que “uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna *capital*. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco *capital* como o ouro em si e para si é *dinheiro*, ou como o açúcar é o preço do açúcar” (Marx, 1982c/1847: 161, *itálico no original*).

Nos *Grundrisse*, voltamos a encontrar uma noção similar: visto que a “sua existência como maquinaria” não é “idêntica à sua existência como capital”, então “a maquinaria não perderia o seu valor de uso quando deixasse de ser capital. Do facto de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo²⁸² não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria” (Marx, 2011b/1857-58: 583).

Embora a maquinaria tenha sido crucial para a criação de um processo de trabalho *especificamente capitalista*, adequado à extração de mais-valia relativa, ela não coincide inteiramente com a sua utilização como capital. Recorrendo a um conceito adorniano (cf. Adorno, 2009/1966), podemos dizer que existe uma parcela de não-identidade da maquinaria, na qualidade de valor de uso, com a sua forma capitalista. Deste modo, é concebível uma utilização *não-capitalista* da maquinaria, ou seja, a utilização desta tecnologia subordinada a uma racionalidade e a relações sociais inteiramente distintas.

Rosdolsky observa que o “desenvolvimento do sistema de máquinas automáticas” (Rosdolsky, 2001/1968: 353) sob o capitalismo pode constituir, na ótica de Marx, uma das “condições materiais” facilitadoras da transição para a sociedade comunista, porquanto contém o potencial de reduzir “o dispêndio de esforços humanos (...) a um mínimo no processo de produção” imediato (Ibid.).

²⁸² Este conceito apenas será abordado no Capítulo 2. Basicamente, o capital fixo refere-se ao capital aplicado em meios de trabalho (ferramentas, máquinas, etc.).

Na sociedade capitalista, a criação de tempo disponível manifesta-se de forma contraditória: a tendência imanente do capital “é sempre, por um lado, *de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente*” (Marx, 2011b/1857-58: 590, *itálico no original*). A maquinaria cada vez mais poderosa é utilizada apenas para diminuir a parcela do trabalho necessário, com vista a maximizar o tempo de mais-trabalho. Para além disso, o sobretabalho dos indivíduos empregados coexiste com a inatividade absoluta dos indivíduos desempregados.

Marx sustenta, contudo, que

“Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o *tempo disponível* deixa de ter uma existência *contraditória* –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o *tempo disponível* de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida de riqueza, mas o tempo disponível.” (Ibid.: 590-591, *itálico no original*)

Desprovida da racionalidade capitalista, o intuito da maquinaria não será reduzir o tempo de trabalho necessário apenas para prolongar o tempo de mais-trabalho. Na sociedade comunista, “o *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não-trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano” (Ibid.: 588, *itálico no original*).

O desenvolvimento das forças produtivas não visará a maximização do mais-trabalho, mas a “redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica, etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles” (Ibid.). O objetivo derradeiro da maquinaria será, portanto, a maximização do tempo disponível para “o livre desenvolvimento das individualidades” (Ibid.). O tempo de todos os indivíduos deve ser convertido em “tempo livre para seu próprio desenvolvimento” (Ibid.: 590).

Como se denota, o comunismo proposto por Marx não tem rigorosamente nada a ver com o igualitarismo cru ou com a subsunção da individualidade numa comunidade onipotente e opressiva. Tão pouco a redução brutal do tempo de trabalho significa o ascetismo, a frugalidade ou a limitação das necessidades dos seres humanos:

“A verdadeira economia – poupança – consiste em poupança de tempo de trabalho (...); essa poupança, no entanto, é idêntica ao desenvolvimento da força produtiva. Portanto, não significa de modo algum *renúncia à fruição*, mas desenvolvimento (...) tanto das capacidades quanto dos meios de fruição.” (Ibid.: 593, *itálico no original*).

Isso requer a “transformação do processo de produção do simples processo de trabalho em um processo científico, que submete as forças da natureza a seu serviço e as faz atuar assim a serviço das necessidades humanas” (Ibid.: 584). A sociedade comunista será uma sociedade que “se comporta cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, com sua reprodução em abundância constantemente maior” (Ibid.: 255). A “produção material” será, pois, um agente facilitador do “desenvolvimento total do indivíduo” (Ibid.: 521).

A riqueza, por seu turno, deixará de ser medida pela abstração uniformizadora do valor:

“[D]espojada da [sua, NM] estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas, etc. dos indivíduos (...)? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos (...), do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, sem que sejam medidas por um padrão *predeterminado*?” (Ibid.: 399, *itálico original*).

Podemos concluir que, no comunismo proposto pelo Marx dos *Grundrisse*, “a medida da riqueza social não será mais o tempo de trabalho, mas sim o tempo disponível” (Rosdolsky, 2001/1968: 356). Rosdolsky constata que este é um objetivo perfeitamente realista para as sociedades contemporâneas:

“O que o revolucionário alemão sonhava solitariamente em 1858 (...) ingressou hoje em dia – mas só hoje em dia – no âmbito do que é imediatamente possível. (...) Hoje, o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da «serpente de seus tormentos», da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado, para se converterem de meros apêndices em verdadeiros dirigentes do processo de produção. Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável.” (Ibid.)

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 2 – O Capital. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital

O Livro Segundo de *O Capital* é seguramente o menos conhecido (Fox, 1985: 1; Shortall, 1994: 306) e “aquele que tem sido menos estudado nos últimos 50 anos” (Arthur & Reuten, 1998: 1). Mandel fala de um livro “esquecido” (Mandel, 1992/1978: 12), enquanto Arthur e Reuten identificam uma “negligência do Livro Segundo na literatura” (Arthur & Reuten, 1998: 2).

Esta negligência não será certamente alheia ao modo exposição algo caótico da obra. O Livro Segundo foi publicado postumamente, em 1885, sendo o resultado de um trabalho de edição hercúleo levado a cabo por Engels, que construiu a versão final do texto a partir dos numerosos manuscritos incompletos legados por Marx (Arthur & Reuten, 1998: 8; Brewer, 1984: 87; Fox, 1985: 2). Com efeito,

“Muitos dos capítulos do Livro Segundo revelam sinais de que se trata da primeira aproximação ao objeto de estudo; o seu rigor e profundidade analíticos diferem enormemente e algumas partes são bastante repetitivas. Podemos apenas especular como teria sido esta obra se Marx a tivesse deixado pronta para ser publicada.” (Reuten, 1998c: 188)

Shortall partilha a opinião de Reuten:

“Uma análise minuciosa da estrutura deste Livro torna evidente que a ordem exata da exposição, particularmente aquela da Parte II, ainda não tinha sido completamente definida por Marx. Em resultado disso, (...) falta muitas vezes à linha de argumentação de Marx a força e a articulação (*direction*) encontradas alhures em *O Capital*.” (Shortall, 1994: 306)

Fox defende que os principais defeitos do texto são um certo grau de repetição, “passagens obscuras ou entediantes, alguns erros e algumas lacunas no estilo da apresentação” (Fox, 1985: 2). Por fim, Brewer realça também que existem diversas “inconsistências e argumentos inacabados” ao longo do Livro Segundo (Brewer, 1984: 87). Não se afigura tarefa fácil, portanto, a tentativa de sintetizar as ideias delineadas por Marx nesta obra. O nosso objetivo, neste capítulo, será fazê-lo de um modo coerente e inteligível.

No Livro Segundo, Marx estuda o processo de circulação do capital. No entanto, a circulação não deve aqui ser entendida, em sentido estrito, como o locus da troca das mercadorias, mas como o *circuito*, i.e., o conjunto de estágios – ou metamorfoses – que o capital deve percorrer sucessivamente para poder reproduzir-se. Assim,

“para que o capital possa ser aquilo que é, para que possa existir e sobreviver, ele deve atravessar as fases, as metamorfoses, de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria e repetir este movimento continuamente. (...) Em suma, ao intitular o Livro Segundo “O Processo de Circulação do Capital”, Marx não se refere à circulação em sentido estrito, em *contraste* com o processo de produção, mas ao *processo completo* do movimento do capital através dessas fases.” (Arthur & Reuten, 1998: 5, *itálico no original*)

A primeira e a segunda parte da obra analisam sobretudo a reprodução do capital individual. Por seu turno, a terceira parte analisa a reprodução do capital do ponto de vista social, “examinando as relações mediadas pelo mercado que se estabelecem entre os diferentes capitais, assim como a relação entre produção e consumo” (Fox, 1985: 2).

2.1 – Os três ciclos do capital

2.1.1 – O ciclo do capital monetário

Marx começa por analisar o ciclo do capital monetário, cuja fórmula é a seguinte:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Antes de mais, note-se que ela constitui um desdobramento da fórmula geral do capital, apresentada em 1.4.1 ($D - M - D'$). As reticências significam que o capital está abandonar a esfera da circulação (e a entrar na esfera da produção P) ou a (re)entrar no mercado (e, portanto, a deixar o processo de produção imediato), enquanto M' e D' representam, respetivamente, as mercadorias produzidas e o dinheiro obtido com a sua venda; o apóstrofo em ambos ilustra, como já sabemos, a mais-valia criada.

Conforme observa Brewer,

“a reprodução de um capital individual envolve a alternância repetida entre as «esferas» da produção e da circulação (*exchange*). Os meios de produção e a força de trabalho são comprados (na esfera da circulação), as mercadorias são produzidas (na esfera da produção) e vendidas em troca de dinheiro (na esfera da circulação), que fica disponível para dar reiniciar todo o processo.” (Brewer, 1984: 87)

O circuito do capital monetário decompõe-se, pois, em 3 estágios distintos. No primeiro estágio, $D - M$, o capitalista “aparece como comprador” dos meios de produção e da força de trabalho essenciais para a realização do processo produtivo (Marx, 1985b/1885: 25). Se a força de trabalho for denominada FT e os meios de produção forem designados por MP, então $M = FT + MP$, i.e., o valor das mercadorias compradas pelo capitalista é igual à soma do valor da força de trabalho com o valor dos meios de produção (Ibid.: 26). Por outras palavras, encarado do ponto de vista do seu conteúdo, o primeiro estágio do circuito do capital monetário pode ser representado por:

$$D - M < \frac{FT}{MP}$$

Atente-se que $D - FT$ é o momento-chave, porquanto só o consumo produtivo da força de trabalho permitirá criar mais-valia. Assim, $D - MP$ adquire a sua *raison d'être* somente na medida em que permite “realizar a massa de trabalho comprada por meio de $D - FT$ ” (Ibid.). $D - MP$ pode ser entendido como um ato de circulação necessário, mas *complementar*.

No final do primeiro estágio opera-se uma metamorfose no capital: a “transformação (...) de *capital monetário* em *capital produtivo*” (Ibid.: 27, *itálico no original*), ou seja, o valor adiantado inicialmente na “forma-dinheiro encontra-se (...), agora, (...) na forma de *capital produtivo*, que tem a capacidade de atuar como criador de valor e de mais-valia” (Ibid.: 26, *itálico no original*).

O segundo estágio (... P ...) corresponde, portanto, ao “consumo produtivo” das mercadorias adquiridas – meios de produção e força de trabalho. O seu resultado final é uma “mercadoria de maior valor do que seus elementos de produção” (Ibid.: 25), isto é, uma “mercadoria preta de mais-valia” (Ibid.: 33).²⁸³ Em outros termos, o valor da mercadoria é

²⁸³ Para além desta mudança de valor, o capital corporiza-se agora materialmente em mercadorias diferentes: “O processo de produção inicia-se com mercadorias que possuem uma determinada forma, meios de produção e força de trabalho, e termina com uma mercadoria que possui outra forma, um produto” (Fox, 1985: 5).

igual ao valor do capital produtivo P consumido na sua fabricação, acrescido da mais-valia criada pela força de trabalho (Ibid.).

Finalmente, no terceiro estágio, $M' - D'$, o capitalista regressa ao mercado, mas, desta vez, enquanto vendedor (Ibid.: 25). Neste estágio, ocorre uma nova metamorfose e o capital “torna-se *capital-mercadoria* como forma de existência funcional, surgida diretamente do próprio processo de produção, do valor-capital já valorizado” (Ibid.: 33, *italico no original*).

Na forma-mercadoria, o capital deve obrigatoriamente “executar sua função de mercadoria”: as mercadorias em que o capital está corporizado devem ser vendidas e, assim, (re)transformadas em dinheiro (Ibid.: 34). A “efetivação” de $M' - D'$ significa que o valor-capital adiantado e a mais-valia são simultaneamente *realizados* através da venda da massa total de mercadorias (Ibid.: 36).

Em suma, no final do terceiro estágio, ocorrem duas coisas: a) o valor-capital inicial é retransformado na sua forma-dinheiro original; b) a mais-valia, por sua vez, existente originalmente na forma-mercadoria – na massa de mercadorias criadas mediante o consumo produtivo da força de trabalho e dos meios de produção – é transformada *pela primeira vez* na forma-dinheiro (Ibid.: 37). Neste sentido, “valor-capital e mais-valia estão, agora, disponíveis como dinheiro” (Ibid.), pelo que esse capital monetário está apto para repetir o mesmo processo sequencial formado pelos três estágios elencados (Ibid.: 36).²⁸⁴

Por último, refira-se ainda que Marx apresenta uma fórmula adicional para o capital monetário. Na sua “forma explícita” (Ibid.: 41), ou desdobrada, o ciclo do capital monetário pode ser descrito por:

$$D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$$

$M' = M + m$ significa que na massa das mercadorias produzidas reaparece o valor dos meios de produção e da força de trabalho consumidos (M) e, para além disso, aparece um valor adicional: a mais-valia (m) criada pela força de trabalho. Quando este capital é transformado da forma-mercadoria (M') na forma-dinheiro (D'), D representa o valor-capital inicialmente adiantado, enquanto d representa a grandeza da mais-valia.

Teçamos algumas considerações adicionais acerca do ciclo do capital monetário. Marx assinala que “o circuito do capital (...) compreende (...) dois momentos” (Marx, 2011b/1857-58: 424): produção e *circulação em sentido estrito*. Deste modo, o circuito do capital é “a unidade de produção e circulação” (Marx, 1985b/1885: 45).²⁸⁵ Importa salientar que este circuito é composto por duas metamorfoses pertencentes à esfera da circulação, i.e., $D - M$ e $M' - D'$, que se limitam a substituir “reciprocamente existências de valor de igual magnitude” (Ibid.: 40-41). A *mesma grandeza* de valor muda meramente a sua forma: da forma dinheiro para a forma mercadoria, no primeiro caso, e da forma mercadoria para a forma dinheiro, no segundo caso.

Por conseguinte, “a mudança de valor pertence exclusivamente à metamorfose P, ao processo de produção, que aparece como metamorfose real do capital, em face das metamorfoses meramente formais da circulação” (Ibid.: 41). Em síntese, como já sabemos

²⁸⁴ “No curso do capital, o ponto de partida é posto como ponto de retorno e o ponto de retorno, como ponto de partida. O próprio capitalista é o ponto de partida e de retorno. Ele troca dinheiro pelas condições de produção, produz, valoriza o produto, i.e., transforma-o em dinheiro, e depois começa o processo de novo. (...) A circulação de capital (...) é um *perpetuum mobile*” (Marx, 2011b/1857-58: 425, *italico no original*).

²⁸⁵ “[O] circuito do capital percorre todas as suas fases, que, além da circulação propriamente dita, inclui o processo de produção” (Rosdolsky, 2001: 263-264).

(cf. 1.4.2), a mais-valia tem origem *exclusiva* no consumo produtivo da força de trabalho no processo de produção imediato.

Marx sistematiza o circuito do capital da seguinte forma:

“O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações interligadas e reciprocamente condicionadas a uma série de metamorfoses, que constituem outras tantas fases ou estágios de um processo global. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação, uma à esfera da produção. Em cada uma dessas fases o valor-capital assume uma forma diferente, que corresponde a uma função diferente, especial. Dentro desse movimento, o valor adiantado não só se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio final, retorna à mesma forma em que apareceu no início do processo global. Esse processo global é, por isso, um processo de circulação. As duas formas que o valor-capital adota dentro de suas fases de circulação são as de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma correspondente à fase de produção é a de *capital produtivo*. O capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de forma capitalista.” (Ibid., itálico no original)

Em suma, “o capital monetário foi transformado inicialmente em capital produtivo, depois em capital-mercadoria e (...), finalmente, em capital monetário (incrementado)” (Brewer, 1984: 89). Capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria “designam (...) formas funcionais específicas do capital *industrial*, que assume todas as três, uma após a outra” (Marx, 1985b/1885: 41, itálico nosso).²⁸⁶ Assim, “estas formas não são variedades independentes do capital, mas antes fases individuais do circuito do capital” industrial (Heinrich, 2012: 133). O capital é um processo cíclico, “algo que passa por fases distintas sucessivas, (...) que ocorre em sucessão «temporal», e somente pode ser, portanto, capital se se mantém idêntico a si mesmo” em todas essas fases (Guerrero, 2010: 45).

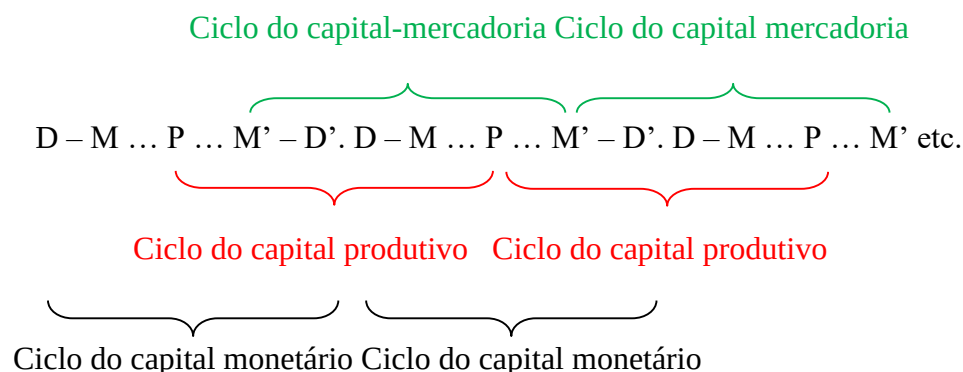
Marx ressalva que “o ciclo do capital só se efetua normalmente enquanto suas diferentes fases se desenvolvem sucessivamente sem paralisações” (Marx, 1985b/1885: 41). Se o capital se detiver no primeiro estágio, D – M, o capital monetário deixará de sê-lo, convertendo-se em mero tesouro. Se o capital se detiver no estágio de produção, os meios de produção e a força de trabalho jazerão inertes, sem qualquer ocupação. Por último, se o capital detiver a sua marcha no estágio M’ – D’, isso significa que as mercadorias devieram invendáveis, entrando dessa maneira o “fluxo da circulação” (Ibid.).

Impõe-se ainda uma observação suplementar: “o circuito do capital monetário traz à tona (...) uma das (...) capacidades fundamentais do capital, nomeadamente, a capacidade de se reproduzir” (Tombazos, 2014: 127). O ciclo do capital monetário expressa o facto elementar de que é o valor, e não o valor de uso, que constitui “o fim último e determinante do movimento” (Marx, 1985b/1885: 44); ou seja, “o motivo condutor da produção capitalista” é justamente “fazer dinheiro” (Ibid.). Neste contexto, “o processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário” (Ibid.). Esta é a razão por que todas as nações onde vigora o modo de produção capitalista são “periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção” (Ibid.).

²⁸⁶ “O capital que percorre estes estágios é denominado *capital industrial*” (Brewer, 1984: 90, itálico no original).

À medida que o ciclo do capital monetário se repete, é evidente que o capital produtivo e o capital-mercadoria também percorrem ciclos peculiares:²⁸⁷

Figura 2.1 – Ciclos do capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria²⁸⁸



Fonte: adaptado de Marx (1985b/1885: 47).

Analisaremos os circuitos do capital produtivo e do capital-mercadoria nas duas próximas secções.

2.1.2 – O ciclo do capital produtivo

Tal como se depreende da Figura 2.1, a fórmula para o ciclo do capital produtivo é dada por:

$$P \dots M' - D'. D - M \dots P$$

Esta fórmula ilustra a “função periodicamente renovada do capital produtivo”, ou seja, a “reprodução periódica de mais-valia” (Marx, 1985b/1885: 49). Repare-se que está implícita nesta fórmula a reprodução simples do capital, porquanto a mais-valia realizada em D' não é reinvestida. Todavia, “a acumulação pode ser representada pela fórmula $P \dots P'$ ”; um capital produtivo, P , gera uma mais-valia que é acumulada, de maneira que o próximo ciclo ocorre numa escala ampliada, representada por P' ” (Brewer, 1984: 92). A nova fórmula para o circuito do capital produtivo é portanto a seguinte:

$$P \dots M' - D'. D' - M' \dots P'$$

Marx assinala que existem algumas diferenças fundamentais entre o ciclo do capital produtivo e o ciclo do capital monetário. Em primeiro lugar, em $D \dots D'$, o processo de produção P surge como uma interrupção da circulação do capital monetário; a produção é o estágio *mediador* entre os estágios $D - M$ e $M' - D'$. Ora, no ciclo $P \dots P'$, ao invés, é o processo de circulação do capital, $M' - D' - M$, que constitui uma interrupção e, portanto,

²⁸⁷ “Se for assumida a repetição do ciclo do capital monetário (...), constatar-se-á que o capital produtivo e o capital-mercadoria formam os seus próprios circuitos” (Tombazos, 2014: 127).

²⁸⁸ Note-se que estamos a assumir que a mais-valia é dissipada inteiramente como rendimento pelo capitalista. No caso de a mais-valia obtida no final do primeiro ciclo do capital monetário ser reinvestida, o segundo ciclo iniciar-se-ia com D' (e não com D); no final do segundo ciclo teríamos um capital-mercadoria M'' , i.e., que conteria a mais-valia criada neste ciclo, e assim por diante.

uma fase mediadora entre o capital produtivo que inicia o ciclo e o capital produtivo que o encerra (Marx, 1985b/1885: 49).²⁸⁹

O segundo aspeto a ressaltar é que, em $D \dots D'$, o dinheiro “é a forma original do valor-capital, que é abandonada” somente “para ser novamente assumida” no final do ciclo (Ibid.: 55). O dinheiro é o móbil, o zénite de todo o ciclo. Em $P \dots P'$, por seu turno, o dinheiro “aparece (...) apenas como forma de valor evanescente”, porquanto “o capital como M' está tão ansioso para assumi-la quanto para, como D' , abandoná-la, tão logo a tenha envergado, para reconverter-se à forma de capital produtivo” (Ibid.). Isto acontece porque, “enquanto permanece na configuração monetária, não funciona como capital [produtivo, NM] e, portanto, não se valoriza” (Ibid.).²⁹⁰

Em terceiro lugar, no ciclo do capital monetário a “circulação global” surge sob a forma $D - M$ e $M - D$, portanto, $D - M - D$. No circuito do capital produtivo, ao contrário, a circulação toma a forma $M - D$ e $D - M$, portanto, $M - D - M$, o que corresponde à circulação simples de mercadorias (cf. 1.3.2.1). Shortall constata que “a circulação simples de mercadorias, $M - D - M$, funciona aqui como um meio para que a produção possa recomeçar. Os *outputs* obtidos no final de um ciclo de produção são trocados e circulados de modo a providenciarem os *inputs* necessários (...) para o ciclo de produção seguinte” (Shortall, 1994: 310).

2.1.3 – O ciclo do capital-mercadoria

Finalmente, encontramos o circuito do capital-mercadoria, cuja fórmula é a seguinte:

$$M' - D'. D - M \dots P \dots M'$$

Marx salienta que caso a reprodução ocorra em escala ampliada, o M' final será superior ao M' inicial, pelo que poderá ser designado por M'' (Marx, 1985b/1885: 65). Assim, a fórmula do capital-mercadoria será dada por:

$$M' - D'. D' - M' \dots P \dots M''$$

A primeira diferença entre o ciclo do capital-mercadoria e os dois ciclos precedentes é que naquele a “circulação global, com suas duas fases opostas”, i.e., $M - D$ e $D - M$, “inaugura o ciclo” (Ibid.). O capitalista individual deve vender as mercadorias produzidas, transformando o seu capital-mercadoria em capital monetário, e, com esse dinheiro, deve adquirir os meios de produção e a força de trabalho requeridos para iniciar um novo processo de produção. Deste modo, o circuito do capital-mercadoria é iniciado por $M' - D' - M'$, enquanto no ciclo do capital monetário a produção (P) intermedeia a circulação ($D - M$ e $M' - D'$) e no ciclo do capital produtivo a circulação $M' - D' - M'$ intermedeia os extremos P e P' .²⁹¹

²⁸⁹ “Vista deste ângulo, a circulação aparece como uma interrupção periódica (necessária) de um processo de produção constantemente renovado” (Brewer, 1984: 91). Tombazos expressa uma ideia similar: “A circulação aparece agora como a intermediação do processo de produção do capital. Este processo constitui o ponto de partida e de chegada do circuito. O processo de circulação, e não o processo de produção, serve como um meio num processo cuja finalidade é a reprodução do capital produtivo” (Tombazos, 2014: 128).

²⁹⁰ “No circuito do capital produtivo, o capital monetário desempenha somente um papel transitório. É o resultado da produção capitalista (não o seu ponto de partida [...]), e é reconvertido em capital produtivo e em mercadorias que são consumidas pelo capitalista” (Brewer, 1984: 91).

²⁹¹ “No ciclo I [capital monetário, NM], a circulação era interrompida pelo processo de produção do capital (...). No ciclo II [capital produtivo, NM], a circulação (...) constituía o termo intermediário (...). No ciclo III [capital-mercadoria, NM], a circulação do capital precede o processo de produção” (Tombazos, 2014: 130).

A segunda diferença entre o ciclo do capital-mercadoria e os demais é que “só nesse ciclo o valor-capital valorizado, não o valor-capital original ainda a ser valorizado, aparece como ponto de partida de sua valorização” (Ibid.: 69). Relembremos que D ... D’ inicia-se com o capital monetário adiantado, que só no final do ciclo é valorizado; P ... P’ inicia-se com o processo de produção, sendo que apenas no decurso do mesmo é criada a mais-valia; por sua vez, M’ ... M’’ inicia-se com um capital-mercadoria que já contém a mais-valia.²⁹²

O ciclo M’ ... M’’ expressa a dependência geral de cada capital face ao mercado (Tombazos, 2014: 130). Em primeiro lugar, para vender as suas mercadorias e, assim, poder realizar o valor e a mais-valia contidos nas mesmas; mas, para isso, é preciso que existam compradores interessados no valor de uso das suas mercadorias. Em segundo lugar, cada capital precisa de adquirir no mercado os meios de produção e a força de trabalho necessários para o recomeço da produção; para além disso, tanto o capitalista como a força de trabalho precisam de encontrar no mercado os meios de consumo para assegurar a sua subsistência.

Fox explica a *raison d’être* do ciclo do capital-mercadoria do seguinte modo:

“Porque é que Marx introduz esta terceira forma do circuito do capital industrial? Vimos que a primeira forma do circuito, D ... D’, serve para salientar a força motriz da produção capitalista, o incremento do valor. A segunda forma do circuito, P ... P, constitui um meio conveniente para analisar a reprodução de um capital individual. A terceira forma do circuito, M’ ... M’, (...) realça as relações entre diferentes capitais e aquelas que se estabelecem entre o consumo produtivo e o consumo pessoal. O circuito do capital-mercadoria, portanto, é empregado por Marx na sua análise da reprodução do capital social total, do agregado dos capitais individuais. (...) Uma vez que o começo e o final do circuito são constituídos por mercadorias particulares, isto é, valores de uso particulares, é possível analisar como os diferentes capitais se encaixam mutuamente através da troca de produtos (aquilo que Marx designa por «entrelaçamento» dos capitais) e como eles se articulam com o consumo individual. Aquilo que era automático torna-se agora problemático: para que um capitalista possa adquirir meios de produção de uma determinada espécie (...), outro capitalista teve de produzir esses artigos. Do ponto de vista contrário, se um capitalista espera vender um produto-mercadoria, tem de existir uma procura para esse produto, quer de outros capitalistas no seu papel de produtores (se a mercadoria se destinar ao consumo produtivo), quer dos consumidores finais.” (Fox, 1985: 10)

Em suma, o circuito do capital-mercadoria permite captar a peculiaridade da síntese social de um sistema produtor de mercadorias. Uma vez que a mercadoria, a forma elementar da riqueza capitalista, possui uma natureza bífida – é a unidade contraditória de valor de uso e valor –, a reprodução da sociedade capitalista, mediante a interpenetração dos diversos capitais, tem de ser forçosamente bipartida: ela tem de reproduzir-se materialmente, produzindo globalmente os meios de produção e os meios de consumo *concretos*, específicos, necessários para tal, mas essa reprodução material só será exequível se permitir simultaneamente uma reprodução em termos de valor económico, ou seja, dos valores das mercadorias, possibilitando o incremento do valor-capital investido. No capitalismo, a reprodução do(s) valor(es) de uso depende da reprodução do(s) valor(es) e vice-versa; isso torna a reprodução social inerentemente problemática.

Neste contexto, conforme veremos em 2.6, o circuito do capital-mercadoria é o mais adequado para analisar a reprodução macrosocial do capital, pois evidencia a necessidade imperiosa de “o capital-mercadoria (...) estar na *forma material* apropriada (meios de

²⁹² “[O] primeiro termo do ciclo III, ao contrário daqueles dos ciclos I e II, engloba o valor inicial do capital e a mais-valia” (Tombazos, 2014: 130).

produção, bens destinados ao consumo individual, etc.) para que a reprodução [social, NM] seja possível” (Brewer, 1984: 93, *itálico nosso*).

2.1.4 – As três figuras do circuito do capital

Podemos concluir que, “no decurso do seu circuito, o capital industrial assume sucessivamente três formas: capital monetário, capital produtivo (...) e capital-mercadoria” (Fox, 1985: 6). Cada um dos três ciclos discutidos “expressa um aspeto particular do movimento do capital” (Shortall, 1994: 308) e é utilizado por Marx “para diferentes propósitos analíticos” (Fox, 1985: 4). Todavia, se eles forem considerados conjuntamente,

“então todos os pressupostos do processo aparecem como seu resultado (...). Cada momento se apresenta como ponto de partida, ponto de passagem e ponto de retorno. O processo global se apresenta como unidade de processo de produção e processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação e vice-versa.” (Marx, 1985b/1885: 75)

Como vimos, “o circuito do capital tem lugar parcialmente na esfera da circulação (onde o dinheiro é trocado pelos elementos do capital produtivo [M – D], e onde o capital-mercadoria é trocado por dinheiro [M’ – D’]), e parcialmente na esfera da produção (onde o capital produtivo funciona para criar o capital-mercadoria)” (Fox, 1985: 11). Em suma, “o circuito do capital representa a unidade de circulação e produção, mas não apenas esta unidade. O circuito do capital industrial representa, para além disso, a unidade das três formas do capital e dos seus circuitos” (Ibid.).

Marx salienta que a continuidade é o “traço característico” do modo de produção capitalista (Marx, 1985b/1885: 76). O capital deve, pois, “ser entendido como movimento e não como coisa em repouso” (Ibid.: 78). Isto significa que “todas as partes do capital percorrem sucessivamente o processo [global, NM] de circulação” (Ibid.: 77) e que, para além disso, “o capital industrial se encontra (...) simultaneamente em todos os seus estágios e nas distintas formas funcionais que lhes correspondem” (Ibid.):

“A totalidade de um capital industrial encontra-se [sempre, NM] (...), em qualquer altura, parcialmente nas três formas: parte dele está na forma-dinheiro, pronto para ser trocado por força de trabalho e por meios de produção; parte dele funciona como capital produtivo; e parte dele funciona como produto-mercadoria que deve ser colocado no mercado.” (Fox, 1985: 11)

Em síntese, a continuidade do circuito do capital industrial exige que um dado capital se encontre *em qualquer momento, e em simultâneo, repartido pelas suas três formas funcionais*: capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria. Por exemplo, um capital com o valor de 10 000 euros estará repartido, por hipótese, num dado momento, da seguinte maneira: 3000 euros na forma de capital monetário, 3000 euros na forma de capital produtivo e 4000 euros na forma de capital-mercadoria

Refira-se ainda que voltamos a encontrar o conceito de fetichismo na análise marxiana do processo global de circulação do capital. Segundo Marx, “aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais se mantém e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta” (Marx, 1985b/1885: 78).

Marx reafirma, portanto, a noção do valor como “sujeito automático” (cf. 1.4.1), porquanto a sobrevivência do modo de produção capitalista exige a valorização *contínua* do

valor-capital, isto é, pressupõe a existência de um “valor autonomizado” que percorre o seu circuito sem quaisquer entraves (Ibid.).

2.2 – Tempo de produção, tempo de circulação, tempo de trabalho e tempo de rotação

2.2.1 – Tempo de produção e tempo de circulação

Conforme acabámos de ver, o movimento do capital obedece a uma sequência temporal composta “pela esfera da produção e pelas duas fases da circulação”, $D - M$ e $M' - D'$ (Marx, 1985b/1885: 89). Marx denomina *tempo de produção* o período em que o capital permanece no estágio de capital produtivo; por sua vez, Marx designa por *tempo de circulação* o período em que capital permanece na esfera da circulação, no estágio de capital monetário ou capital-mercadoria (Ibid.).

Se recuperarmos a fórmula desdobrada do ciclo do capital monetário, por exemplo, a distinção conceptual entre tempo de produção e tempo de circulação é evidente:

$$D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$$

The diagram illustrates the temporal breakdown of the capital cycle formula $D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$. Brackets below the formula group the terms into three distinct time periods:

- Tempo de circulação** (red text): Corresponds to the first bracketed segment $D - M$.
- Tempo de produção** (green text): Corresponds to the middle bracketed segment P .
- Tempo de circulação** (red text): Corresponds to the final bracketed segment $M' (M + m) - D' (D + d)$.

De acordo com Marx, o tempo de produção e o tempo de circulação são mutuamente exclusivos. Podemos, aliás, falar da existência de um *trade-off* entre tempo de produção e tempo de circulação: a expansão de um exige obrigatoriamente a contração do outro (Ibid.: 91). Nunca é demais frisar que todos os intervalos de tempo em que “o capital produtivo não funciona” são perfeitamente estéreis no que toca à criação de mais-valia (Ibid.: 90); assim, “durante seu tempo de circulação, o capital (...) não produz (...) mais-valia” (Ibid.: 91).²⁹³

O tempo de circulação é constituído: i) pelo tempo de compra dos meios de produção e da força de trabalho ($D - M$); e ii) pelo tempo de venda das mercadorias produzidas ($M' - D'$). O tempo de venda, período “em que o capital se encontra no estado de capital-mercadoria” (Marx, 1985b/1885: 187), é sem dúvida o mais importante, porquanto $D' - M'$ é normalmente um ato de circulação muito mais difícil de realizar (Guerrero, 2010: 45). Quanto maior for o tempo de venda, tanto maior será o tempo de circulação um certo capital. A distância entre o local de produção e o mercado final é o principal fator que influencia a duração do tempo de venda (Marx, 1985b/1885: 188).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a criação de meios de transporte e de comunicação mais eficientes permite encurtar significativamente o tempo de circulação das mercadorias (Ibid.: 189). Porém, e em paralelo, o mesmo desenvolvimento do modo de produção capitalista exige que cada capital conquiste mercados geograficamente mais distantes; assiste-se, por outras palavras, à criação do mercado mundial (Ibid.). Neste sentido, cresce exponencialmente “a massa de mercadorias que se encontra em viagem (...) para pontos distantes (...) e, portanto, também, em termos absolutos e relativos, a parte do capital social que se encontra constantemente (...) no estágio de capital-mercadoria dentro do tempo de circulação” (Ibid.).

²⁹³ Voltaremos a esta questão em 2.2.3.

Tal como realçámos em 2.1.4, a continuidade do processo de produção de um dado capital é assegurada através da sua subdivisão em frações que funcionam simultaneamente como capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria. Esta subdivisão do capital pode também, obviamente, ser pensada em termos do binómio tempo de produção/circulação:

“[A] condição dupla e contraditória do capital, a continuidade da produção e a necessidade do tempo de circulação, (...) só podem ser conciliadas pelo facto de que o capital se divide em porções, uma das quais *circula como produto acabado*, a outra se *reproduz no processo de produção*, e de que essas porções se alternam; quando uma retorna à fase P (processo de produção), a outra a abandona. Esse processo ocorre diariamente, bem como em intervalos maiores (...). O capital por inteiro e o valor total são reproduzidos tão logo as duas porções tenham passado pelo processo de produção e pelo processo de circulação”. (Marx, 2011b/1857-58: 552-553, *itálico no original*)

2.2.2 – Tempo de produção e tempo de trabalho

Marx estabelece outra distinção conceptual entre tempo de produção e tempo de trabalho. Segundo o autor, “o tempo de trabalho é sempre tempo de produção”, ou seja, um período em que o capital se atém exclusivamente à esfera da produção (Marx, 1985b/1885: 179). Todavia, “nem (...) todo o tempo durante o qual o capital se encontra no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho” (Ibid.).

Isto sucede, em primeiro lugar, porque o processo de trabalho está sujeito a várias interrupções “condicionadas pela natureza do produto e por sua própria fabricação”, durante as quais o objeto de trabalho se submete “a processos naturais de duração mais curta ou longa, tendo de passar por alterações físicas, químicas, fisiológicas” (Ibid.). O trabalho vitícola, por exemplo, é interrompido pelo período requerido pelo vinho para a sua fermentação; do mesmo modo, os produtos hortícolas e frutícolas precisam de um certo tempo para crescer, amadurecer, etc. (Ibid.). Assim, durante uma determinada parcela do tempo de produção “só esporadicamente se agrega trabalho adicional” aos produtos (Ibid.).

Para além disso, em segundo lugar, o processo de trabalho está sujeito a interrupções de natureza técnica organizacional, como sejam as pausas dos trabalhadores para refeições ou a interrupção noturna total quando não existe um sistema de trabalho por turnos (Brewer, 1984: 95) e, de um modo geral, todos os períodos em que a produção decorre sem qualquer “intervenção humana direta” (Fox, 1985: 13).

De acordo com Marx, então, o tempo de produção é constituído por duas parcelas: aquela em que o capital se encontra no processo de trabalho, ou seja, em que é agregado trabalho vivo ao produto, e aquela em que o produto inacabado atravessa o processo de produção sem qualquer intermediação dos seres humanos (Marx, 1985b/1885: 179-180). Por maioria de razão, o tempo de produção é sempre superior ao tempo de trabalho (Ibid.: 180). Ademais, deve ser salientado, novamente, que “a mais-valia é criada apenas enquanto o trabalho é efetivamente despendido, durante o período do processo de trabalho” (Brewer, 1984: 102).

2.2.3 – Tempo de rotação e número de rotações

Marx introduz ainda o conceito de tempo de rotação: “o *tempo de rotação* é o tempo requerido para um circuito completo ou movimento circular do capital; D ... D’, P ... P, ou M ... M” (Brewer, 1984: 97, *itálico no original*).²⁹⁴ Neste sentido, o tempo de rotação é naturalmente “igual à soma do tempo de produção com o tempo de circulação” (Marx,

²⁹⁴ “O circuito do capital industrial é chamado de rotação porque este processo é periodicamente renovado” (Fox, 1985: 17).

1985b/1885: 89). A rotação do capital tem de repetir-se continuamente, de modo a garantir a efetivação do processo de valorização do valor:

“Tão logo o valor-capital total investido por um capitalista individual num ramo qualquer da produção tenha descrito o ciclo de seu movimento, encontra-se de novo em sua forma inicial e pode repetir agora o mesmo processo. Tem de repeti-lo, se o valor enquanto valor-capital deve se eternizar e valorizar. O ciclo isolado constitui na vida do capital apenas uma etapa que se repete constantemente, portanto um período. Ao final do período D ... D', o capital volta a encontrar-se sob a forma de um capital monetário, que percorre de novo a série das transformações de forma, em que está implícito seu processo de reprodução, respetivamente de valorização. Ao final do período P ... P, o capital encontra-se de novo sob a forma dos elementos de produção, que constituem o pressuposto da renovação de seu ciclo. O ciclo do capital definido não como ato isolado, mas como processo periódico chama-se rotação do capital. A duração dessa rotação é determinada pela soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação. (...) Ela mede, portanto, (...) a periodicidade no processo de vida do capital ou, se se quiser, o tempo da renovação, da repetição do processo de valorização, respetivamente de produção do mesmo valor-capital.” (Marx, 1985b/1885: 114-115)

Desta maneira, “o capital aparece em sua realidade como uma série de rotações em um dado *período*. Ele não é mais só *uma rotação*, (...) mas o pôr de rotações; o pôr de todo o processo” (Marx, 2011b/1857-58: 534, *itálico no original*). Marx observa que “o ano constitui a unidade natural de medida das rotações do capital em processo” (Marx, 1985b/1885: 115). Se o ano (12 meses) for designado por R e o tempo de rotação de um dado capital por r , então número das suas rotações anuais n é dado pela fórmula:

$$n = \frac{R}{r}$$

Se, por exemplo, o tempo de rotação de um capital for de 6 meses, então esse capital efetua $12/6 = 2$ rotações anuais. Se o tempo de rotação for de 24 meses, então esse capital cumprirá anualmente somente metade da sua rotação ($12/24 = 1/2$).

A massa de mais-valia criada depende do número de rotações que um certo capital efetua num dado período. Na prática, isto significa que a mais-valia depende do número de vezes que é possível repetir o processo de produção, pois só durante o tempo de produção – mais concretamente, durante o tempo de trabalho – é criada mais-valia.

“[C]omo (...) o valor global criado pelo capital (...) é determinado exclusivamente pelo processo de produção, então a soma dos valores que podem ser criados em um tempo determinado depende do número de repetições do processo de produção nesse período. A repetição do processo de produção, entretanto, é determinada pelo tempo de circulação, que é igual à velocidade da circulação. Quanto mais rápida a circulação, quanto menor o tempo de circulação, maior a frequência com que o mesmo capital pode repetir o processo de produção. Consequentemente, em um determinado ciclo de rotações do capital, a soma do valor por eles criados (incluindo, portanto, os mais-valores [...]) é *diretamente proporcional ao tempo de trabalho e inversamente proporcional ao tempo de circulação*. Em um ciclo determinado, o valor global (...) = ao tempo de trabalho x o número de rotações do capital. Em outras palavras, o mais-valor posto pelo capital agora não aparece mais determinado simplesmente pelo trabalho excedente por ele apropriado no processo de produção, mas pelo coeficiente do processo de produção, i.e., o número que exprime quantas vezes ele é repetido em um dado espaço de tempo. (...) A soma de valores (mais-valores) é determinada, portanto, pelo valor posto em uma rotação

multiplicado pelo número de rotações em um espaço de tempo determinado.” (Marx, 2011b/1857-58: 524, *itálico no original*)

Por conseguinte, embora não exista qualquer criação de mais-valia durante o tempo de circulação, a duração deste afeta indiretamente a produção de mais-valia: quanto menor for o tempo de circulação, mais rapidamente se poderá repetir o processo de produção.²⁹⁵ Ao invés, quanto maior for o tempo de circulação, menor será o número de vezes em que o processo de produção de um determinado capital se poderá repetir num dado lapso de tempo. O derradeiro objetivo de cada capital é, pois, *minimizar o seu tempo de circulação* (Shortall, 1994: 314).²⁹⁶

2.3 – Capital fixo e capital circulante

2.3.1 – Definição dos conceitos

Vimos no Capítulo 1 (cf. 1.7) que, do ponto de vista do processo de produção imediato, Marx estabelece uma distinção entre capital constante (meios de trabalho e matérias-primas) e capital variável (força de trabalho). No Livro Segundo de *O Capital*, Marx introduz uma nova distinção conceptual – capital fixo e capital circulante – baseada nos diferentes modos de circulação do valor dos fatores de produção.²⁹⁷

Assim, em primeiro lugar, o *capital fixo* é constituído pelos meios de trabalho (máquinas, ferramentas, etc.). Os meios de trabalho transferem *gradualmente* o seu valor à massa de mercadorias produzidas durante a sua vida útil, pelo que o valor do capital fixo circula de um modo fracionário. À medida que se vão depreciando, enquanto valores de uso, os meios de trabalho cedem uma parcela do seu valor às mercadorias criadas: “a depreciação (...) é a parte de valor que o capital fixo, em virtude de seu desgaste, cede gradualmente ao produto, na proporção média em que perde seu valor de uso” (Marx, 1985b/1885: 126).

Todavia, a parcela do valor dos meios de trabalho que, num dado momento, ainda não foi transferida às mercadorias, em resultado da sua depreciação, “fica fixada” nesses meios de trabalho (Ibid.: 117). Isto significa que uma parcela decrescente do seu valor permanece *fixada* nos meios de trabalho e será transferida às mercadorias somente em períodos de produção subsequentes; ou seja, a parcela do valor fixado vai diminuindo progressivamente até que a depreciação de um determinado meio de trabalho esteja completa e ele necessite de ser substituído (Ibid.). Portanto, é justamente porque uma parte do valor dos meios de trabalho está sempre fixada, corporizada nos mesmos, antes de se depreciarem totalmente, que Marx os engloba na categoria de capital fixo (Ibid.: 118).

Consideremos o seguinte exemplo: se uma determinada máquina custar 5000 euros e tiver um período de vida de 5 anos, isso significa que, em cada ano, serão transferidos 1000 euros ao conjunto das mercadorias produzidas. No final do primeiro ano terão sido transferidos 1000 euros e encontrar-se-ão ainda 4000 euros fixados nessa máquina; no final do segundo ano terão sido transferidos outros 1000 euros e restarão 3000 euros fixados nessa máquina, etc. Desta forma, o valor total de um meio de trabalho é repartido, durante um determinado período de vida útil, por uma massa maior ou menor de mercadorias, que é o resultado da repetição de um certo número de “processos de trabalho” (Ibid.: 117).

²⁹⁵ “[A]inda que a própria circulação não produza nenhum momento da *determinação do valor*, determinação que repousa exclusivamente no trabalho [produtivo, NM], ainda assim, depende de sua velocidade a velocidade com a qual o processo de produção se repete, a velocidade com que os valores são criados” (Marx, 2011b/1857-58: 444, *itálico no original*).

²⁹⁶ “[O] tempo de circulação constitui uma «perda de tempo» para o capital. Isto porque o valor do capital muda de forma sem ser valorizado durante este período” (Tombazos, 2014: 168).

²⁹⁷ “[O]s componentes do capital diferenciam-se agora apenas pelo modo [distinto, NM] de circulação” (Marx, 1985b/1885: 163).

Uma parte do valor previamente fixado nos meios de trabalho é transferida periodicamente ao produto e, nesse sentido, “circula como elemento do estoque de mercadorias” (Ibid.: 117-118). Por outras palavras, “essa parte do valor-capital fixada no meio de trabalho (...) circula (...) de modo gradual, fracionário, na medida em que passa dele ao produto que circula como mercadoria” (Ibid.: 118).²⁹⁸ Em suma, “o capital não é, portanto, fixo por estar fixado [fisicamente, NM] nos meios de trabalho, *mas porque parte de seu valor (...) permanece fixado nos mesmos*, enquanto outra parte circula como componente do valor do produto” (Ibid.: 148, *itálico nosso*).²⁹⁹

Resta-nos analisar o conceito de capital circulante. De acordo com Marx, o *capital circulante*, ou *capital fluido*, é composto pelos restantes elementos do capital constante – matérias-primas e auxiliares – e pelo capital variável gasto na aquisição de força de trabalho (Ibid.: 121). As matérias-primas são “totalmente consumidas na formação de seu produto”, pelo que transferem de uma vez só “todo o seu valor” a essas mercadorias (Ibid.: 122). Marx salienta que as matérias-primas, consumidas durante o processo de produção, são capital circulante porque o “seu valor entra integralmente no valor do produto fabricado (...) e, portanto, é repostado por inteiro e de uma vez pela venda do produto” (Ibid.: 163).

O mesmo se passa com o capital variável, uma vez que “a força de trabalho é comprada por determinado prazo” definido contratualmente (Ibid.: 121). A compra da força de trabalho é uma operação que tem de ser periodicamente renovada (semanalmente, mensalmente, etc.) (Ibid.: 121-122). Desta maneira, a força de trabalho agrega durante um determinado período temporal estipulado a *totalidade* do seu valor às mercadorias produzidas; ela agrega, durante a jornada de trabalho, o seu valor e, para além disso, fornece um valor adicional: a mais-valia (Ibid.: 121). Após a venda das mercadorias, o valor da força de trabalho é integralmente repostado, pelo que capitalista está em condições de pagar os salários dos operários e iniciar um novo período de produção.

Em síntese, o valor do capital circulante “é totalmente incorporado no produto, este valor circula com o produto e retorna completamente ao capitalista assim que o produto-mercadoria é vendido” (Fox, 1985: 18). *Tanto o valor das matérias-primas como o valor da força de trabalho são integral e imediatamente repostos com o dinheiro obtido com a venda das mercadorias.*

O Quadro 2.1 sintetiza a relação existente entre os vários fatores de produção, considerados do ponto de vista do processo de trabalho/valorização e do ponto de vista do processo global de circulação:

Quadro 2.1 – Capital fixo e capital circulante

Fatores de produção	Instrumentos de trabalho	Matérias-primas e auxiliares	Força de trabalho
Processo de trabalho/valorização	Capital constante		Capital variável
Modo de circulação	Capital fixo	Capital circulante	

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Fox (1985: 18-19).

²⁹⁸ “[O] capital fixo (...) só pode ingressar como valor na circulação à medida que desaparece como valor de uso no processo de produção. (...) Ele é desgastado pelo seu uso, mas de tal modo que o seu valor é transferido da sua forma para a do produto” (Marx, 2011b/1857-58: 570).

²⁹⁹ “O valor do capital fixo leva uma vida dupla, por assim dizer. Uma parcela do mesmo permanece na esfera da produção, presa ao valor de uso, que desempenha o papel de meio de produção nesta esfera, enquanto outra parcela do seu valor é transferida à mercadoria (...) e circula” com a mesma (Tombazos, 2014: 178).

Como se denota, uma parte do capital constante – os instrumentos de trabalho – constitui, do ponto de vista do modo de circulação, capital fixo; outra parte do capital constante – as matérias-primas – surge, do ponto de vista do processo de circulação, como capital circulante. Em último lugar, o capital variável – a força de trabalho – apresenta-se, na ótica do modo de circulação, como capital circulante.

Marx chama precisamente a atenção para os dois modos distintos de considerar os fatores de produção:

“[D]o ponto de vista do processo de circulação aparecem, de um lado, os meios de trabalho: capital fixo; de outro, material de trabalho e salário: capital fluido. Ao contrário, do ponto de vista do processo de trabalho e valorização aparecem, de um lado, meios de produção (meios de trabalho e material de trabalho), capital constante; de outro, força de trabalho, capital variável.” (Marx, 1985b/1885: 162, *italico nosso*)

A distinção entre capital fixo e capital circulante prende-se, como constatámos, com o modo diferente de circulação do valor dos elementos de produção. Ora, esta diferença na circulação do valor traduz igualmente uma diferença no modo de *reposição* desse valor, i.e., do lapso temporal necessário para que o “valor-capital regresse novamente às mãos do capitalista” (Heinrich, 2012: 136) na sua totalidade:

“[O] valor dos meios de trabalho empregados na produção de uma mercadoria entra apenas parcialmente no valor da mercadoria e, por isso, é reposto apenas parcialmente pela venda da mercadoria, é reposto em geral, portanto, apenas fracionária e gradualmente. Por outro lado, o valor da força de trabalho e dos objetos de trabalho (matérias-primas, etc.) utilizados para a produção de uma mercadoria entra totalmente na mercadoria e é, portanto, totalmente reposto por sua venda. Nessa medida, com referência ao processo de circulação, parte do capital se apresenta como fixa, outra como fluida ou circulante. (...) A diferença consiste (...) apenas no facto de a transferência do valor e, portanto, da reposição do valor, ocorrer fracionária e gradualmente ou de uma vez.” (Marx, 1985b/1885: 163)

Fox observa acertadamente que, após a venda das mercadorias, o dinheiro que representa o valor do capital circulante “é imediatamente reinvestido em novos elementos do capital circulante, que serão usados no próximo período de produção” (Fox, 1985: 19). Em contraste, “a parcela do valor do capital fixo que circula com o produto” é mantida na forma-dinheiro, após a venda das mercadorias, sendo “entesourada até que o capital fixo tenha de ser substituído na sua totalidade” (Ibid.), i.e., reposto em espécie no final da sua vida útil.³⁰⁰

Em último lugar, Marx salienta que a determinação formal de capital fixo e capital circulante se aplica somente ao capital produtivo (Marx, 1985b/1885: 155), ou seja, ao “valor-capital que funciona no processo de produção” (Ibid.: 123). Estamos perante uma distinção conceptual que não abarca, pois, as outras duas formas assumidas pelo capital industrial: o capital monetário e o capital-mercadoria (Ibid.). Neste sentido, por exemplo, o capital circulante, que “é uma variedade do capital produtivo”, não deve ser confundido com o capital que se encontra na esfera da circulação, sob a forma de capital monetário e de capital-mercadoria (Fox, 1985: 19).

2.3.2 – Rotação agregada do capital

O tempo de rotação do capital fixo é necessariamente superior ao tempo de rotação do capital circulante. Tipicamente, o tempo de rotação da maquinaria, por exemplo, compreende

³⁰⁰ “O capitalista deve acumular um tesouro monetário durante a vida útil do capital fixo para permitir a sua substituição futura” (Brewer, 1984: 99).

vários anos, enquanto o valor da força de trabalho e das matérias-primas cumpre várias rotações anuais (Marx, 1985b/1885: 123). A rotação *agregada anual* de um certo capital engloba, pois, a fração do seu capital fixo rotada nesse ano e o valor total – decorrente das suas múltiplas rotações – rotado do seu capital circulante durante esse mesmo ano.

Consideremos o seguinte exemplo. Um determinado capital é composto por:

- i) 80 000 euros de capital fixo, cujo tempo de rotação é de 10 anos. 8 000 euros são retransformados anualmente na forma-dinheiro original, ou seja, em cada ano o capital fixo cumpre 1/10 da sua rotação. No final do primeiro ano retornam ao capitalista somente 8000 euros na forma-dinheiro – parcela do valor transferida à massa das mercadorias produzidas em virtude da sua depreciação anual –, continuando a existir no processo de produção um capital fixo com o valor residual de 72 000 euros.
- ii) 20 000 euros de capital circulante, que cumpre 10 rotações anuais. A soma adiantada na compra dos componentes do capital circulante regressa às mãos do capitalista, na forma-dinheiro, 10 vezes no decorrer do ano – tantas quanto essa soma foi adiantada.

Deste modo, o capital total adiantado é de 100 000 euros (80 000 de capital fixo + 20 000 de capital circulante), enquanto a grandeza do capital rotado em cada ano é de 8 000 euros + 200 000 euros (20 000 x 10) = 208 000 euros. Note-se que valor total do capital rotado anualmente (208 000 euros) é superior ao valor do capital adiantado (100 000 euros).

Podemos ainda calcular o número médio de rotações deste capital. Uma vez que “a rotação agregada de qualquer capital é o tempo de rotação médio das suas partes constituintes” – capital fixo e capital circulante –, então “o número médio de rotações anuais é calculado dividindo o capital rotado durante um ano pelo capital adiantado” (Brewer, 1984: 99). Retomando os dados do nosso exemplo, o número médio de rotações anuais é dado por $208\,000/100\,000 = 2,08$ rotações. Em média, o capital adiantado de 100 000 euros cumpre 2,08 rotações anuais.

2.3.3 – O período de trabalho e os adiantamentos adicionais de capital circulante

Marx introduz ainda o conceito de período de trabalho: “a duração do processo de trabalho requerida para produzir um *produto acabado*” (Fox, 1985: 23, *itálico nosso*). O período de trabalho é, naturalmente, bastante diferente nos vários ramos produtivos. Consideremos dois exemplos apresentados por Marx. No ramo têxtil, é fabricada diariamente uma determinada quantidade de produto *acabado*, por exemplo, fio de algodão. Neste caso, “o produto é de natureza discreta e todo dia (...) o mesmo trabalho começa de novo” (Marx, 1985b/1885: 171). O capital-mercadoria fica imediatamente pronto para ser vendido no mercado e, assim, ser transformado em capital monetário.

Por seu turno, no ramo da maquinaria pesada, o processo de trabalho tem de ser repetido diariamente, ao longo de um período de três meses, para ser fabricado um produto acabado, por exemplo, uma locomotiva. Neste caso, “o processo de trabalho é contínuo”, compreendendo “um número mais longo de processos diários de trabalho que, em sua interligação, (...) somente depois de um prazo mais longo fornecem um produto acabado” (Ibid.). Vejamos como a morosidade do período de trabalho afeta os adiantamentos de capital fixo e capital circulante.

O adiantamento do capital fixo é efetuado por um período de maior longevidade, i.e., “ele não precisa ser renovado antes de transcorrer esse prazo de, talvez, vários anos” (Ibid.: 173). Os meios de trabalho trabalharão ininterruptamente durante um largo período de tempo sem que o capitalista tenha de desembolsar qualquer quantia adicional de capital. Neste

sentido, do ponto de vista do capital fixo, um período de trabalho longo não representa quaisquer contrariedades.³⁰¹

A situação é completamente diferente, contudo, quando falamos dos componentes do capital circulante. O capital tem de ser despendido repetidamente em força de trabalho numa base semanal (ou mensal) e o mesmo vale para as matérias-primas. Se recuperarmos o exemplo da produção de uma locomotiva, o capitalista tem de ser capaz, durante 3 meses, de pagar o salário semanal dos operários e de repor continuamente as matérias-primas consumidas, *antes* de ter transformado o seu capital-mercadoria em capital monetário através da venda da locomotiva (Ibid.).

Marx assinala que o valor das matérias-primas, o valor da força de trabalho e a mais-valia são constantemente agregados a um “produto não acabado, que ainda não tem a configuração de mercadoria acabada e que, portanto, ainda não é capaz de circular” (Ibid.). Deste modo, quanto maior for a duração do período de trabalho, tanto maior será a necessidade de um “desembolso adicional de capital circulante” (Ibid.), de um adiantamento repetido de capital para aquisição de força de trabalho e matérias-primas.

Processos de produção com períodos de trabalho excecionalmente grandes e que exigem, portanto, um “grande gasto de capital por tempo mais longo” são normalmente realizados “à custa da comunidade ou do Estado” (Ibid.: 174). Entre os exemplos deste tipo de produção incluem-se os grandes projetos arquitetónicos e de engenharia (estradas, pontes, hospitais, etc.).

2.4 – Tempo de rotação e grandeza do(s) adiantamento(s) de capital (circulante)

Nesta secção, analisaremos a influência que o tempo de rotação³⁰² exerce sobre o processo de valorização do capital. Face a um dado tempo de circulação (mais ou menos longo, mas inevitável), a continuidade do processo de produção de um determinado capital apenas poderá ser assegurada – desconsiderando, por enquanto, o capital creditício – de duas formas: i) reduzindo a escala da produção; ii) adiantando uma soma *adicional* de capital. A *grandeza* desse adiantamento variará consoante o tempo de produção seja igual, superior ou inferior ao tempo de circulação.

Nos exemplos que apresentaremos serão ignoradas, no seguimento de Marx (cf. 1985b/1885: 195-208) e para efeitos de simplificação, a parcela do valor das mercadorias resultante da depreciação do capital fixo e a parcela do valor correspondente à mais-valia. Assim sendo, o valor de uma dada massa de mercadorias será igual ao valor do capital circulante, i.e., ao valor da força de trabalho e das matérias-primas e auxiliares.³⁰³ Ademais, será admitida uma hipótese simplificadora suplementar: o tempo de produção é igual ao tempo de trabalho, ou seja, todo o tempo de produção é tempo de trabalho.

Atente-se, ainda, que estes exemplos recorrem ao circuito do capital produtivo (P ... P’): a força de trabalho e os meios de produção são consumidos produtivamente (tempo de trabalho), cujo resultado é um dado capital-mercadoria que deverá ser vendido e transformado em capital monetário (tempo de venda) que, por sua vez, será aplicado na aquisição de novos fatores de produção (tempo de compra), iniciando-se um novo ciclo (tempo de produção).

³⁰¹ “O capital fixo, por definição, é adiantado por mais do que um período de trabalho. Perante um período de trabalho longo, o capitalista não precisa de adiantar mais capital fixo” (Fox, 1985: 23).

³⁰² Relembremos que o tempo de rotação é igual ao somatório do tempo de produção com o tempo de circulação.

³⁰³ “Uma vez que o interesse de Marx é a análise da rotação do capital circulante, ele ignora o capital fixo e a mais-valia. Obviamente que quando o produto-mercadoria (...) é vendido, o capitalista realiza a mais-valia e a parcela do valor correspondente à depreciação do capital fixo juntamente com o valor do capital circulante corporizado no produto” (Fox, 1985: 27).

Ora bem, no primeiro exemplo é assumido que o período de trabalho de um dado capital é de 5 semanas e que o tempo de circulação é igualmente de 5 semanas, pelo que o seu período de rotação compreende 10 semanas. O dispêndio de capital semanal ascende a 100 euros, pelo que o período de trabalho exige um capital circulante de 500 euros (5 semanas x 100 euros). Para além disso, toma-se por base um ano composto por 50 semanas.

Segundo Marx, só é possível assegurar a continuidade do processo de produção deste capital mediante duas formas. Em primeiro lugar, reduzindo a escala da produção, de maneira que os 500 euros sejam suficientes para prosseguir o processo de trabalho durante o tempo de circulação da primeira rotação do capital. Assim, na 6ª semana iniciar-se-á um segundo período de trabalho, logo, um segundo período de rotação, *antes* de o primeiro período de rotação estar concluído. 500 euros/10 semanas = 50 euros desembolsados por semana (em força de trabalho e matérias-primas). Em suma, para que o processo de produção não seja interrompido no decurso do tempo de circulação do capital-mercadoria (resultante do funcionamento do capital produtivo durante as primeiras 5 semanas), o nível de produção tem de ser reduzido. Na prática, isto significa uma redução da grandeza da parte circulante do capital produtivo em funcionamento, mormente de 100 para 50 euros semanais.

Em segundo lugar, para que o processo de produção não seja interrompido, nem a escala de produção reduzida, é requerido o desembolso de um capital adicional de 500 euros para colocar em funcionamento um segundo período de trabalho, entre a 6ª e a 10ª semana (o tempo de circulação do capital-mercadoria oriundo do primeiro período de trabalho). Este exemplo é ilustrado pelo Quadro 2.2:

Quadro 2.2 – Período de trabalho e período de circulação idênticos

Capital I				
	Períodos de rotação (semanas)	Períodos de trabalho (semanas)	Adiantamento (em euros)	Períodos de circulação (semanas)
I	1 – 10	1 – 5	500	6 – 10
II	11 – 20	11 – 15	500	16 – 20
III	21 – 30	21 – 25	500	26 – 30
IV	31 – 40	31 – 35	500	36 – 40
V	41 – 50	41 – 45	500	46 – 50
Capital II				
	Períodos de rotação (semanas)	Períodos de trabalho (semanas)	Adiantamento (em euros)	Períodos de circulação (semanas)
I	6 – 15	6 – 10	500	11 – 15
II	16 – 25	16 – 20	500	21 – 25
III	26 – 35	26 – 30	500	31 – 35
IV	36 – 45	36 – 40	500	41 – 46
V	46 – 55	46 – 50	500	51 – 55

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (1985b/1885: 196 e 200).

Façamos uma breve leitura do Quadro 2.2. O capital original de 500 euros (capital I) cumpre o seu primeiro período de rotação entre a 1ª e a 10ª semana. O seu período de trabalho decorre entre a 1ª e a 5ª semana e o seu tempo de circulação entre a 6ª e a 10ª semana. Para assegurar a continuidade do processo de produção é necessário adiantar um

capital adicional de 500 euros (capital II) que funcionará como capital produtivo entre a 6ª e a 10ª semana. Assim, o capital II cumpre o seu primeiro período de rotação entre a 6ª e a 15ª semana: o período de trabalho decorre entre a 6ª e a 10ª semana e o tempo de circulação entre 11ª e a 15ª semana.

No final da 10ª semana, o capital I obtém um retorno de 500 euros, ou seja, o capital-mercadoria foi retransformado em capital monetário (que pode ser usado para adquirir novos fatores de produção), pelo que está pronto para iniciar o seu segundo período de rotação, compreendido entre a 11ª e a 20ª semana: o período de trabalho decorre entre a 11ª e a 15ª semana e o tempo de circulação entre a 16ª e a 20ª semana.

Por seu turno, no final da 15ª semana o capital II obtém igualmente um retorno de 500 euros, sendo possível iniciar o seu segundo período de rotação, compreendido entre a 16ª e a 25ª semana: o período de trabalho decorre entre a 16ª e a 20ª semana e o tempo de circulação entre a 21ª e a 25ª semana.

Podemos terminar aqui a nossa análise, porquanto ela é em tudo semelhante nos períodos de rotação subsequentes. Chamemos a atenção somente para um aspeto importante: o capital I e o capital II funcionam como capital produtivo de modo alternado, portanto, independente. Isto acontece porque o tempo de trabalho é igual ao tempo de circulação. Assim, os períodos de circulação do capital I correspondem aos períodos de trabalho do capital II e vice-versa. Note-se ainda que, tendo sido cumpridos, ao longo do ano, 10 períodos de trabalho, o montante de capital rotado ascende a $10 \times 500 = 5000$ euros.

Consideremos agora um exemplo em que o período de trabalho é superior ao período de circulação. Assim, o período de rotação de 9 semanas é composto por um período de trabalho de 6 semanas e por um período de circulação de 3 semanas. O capital adiantado em cada semana de trabalho é de 100 euros, pelo que terão de ser adiantados 600 euros (capital I) em cada período de trabalho. Para garantir um processo de produção ininterrupto, terá de ser adiantado regularmente um capital adicional de 300 euros (capital II).

Esta situação é descrita no Quadro 2.3 (vd. página seguinte). Em primeiro lugar, é preciso salientar que, neste caso, o capital II não possui nenhum período de trabalho separado do capital I. Como o período de trabalho é de 6 semanas, os 300 euros do capital II chegam somente para preencher *metade* do período de trabalho: 3 semanas. Assim, o capital II combina-se com parte do capital I, quando este retorna da forma de capital-mercadoria à forma de capital monetário, para realizar um período de trabalho *completo*. Vejamos como isto acontece detalhadamente:

- a) Período I de rotação, compreendido entre a 1ª e a 9ª semana.
 - a.1) No 1º período de trabalho (1ª – 6ª semana) funciona o capital I, no valor de 600 euros;
 - a.2) No final do 1º período de circulação (7ª – 9ª semana) refluem 600 euros resultantes da retransformação do capital-mercadoria em capital monetário.
- b) Período II de rotação, compreendido entre a 7ª e a 15ª semana.
 - b.1) 2º período de trabalho (7ª – 12ª semana). Na primeira metade deste período (7ª – 9ª semana) funciona o capital II, no valor de 300 euros. No final da 9ª semana refluem 600 euros do capital I (vd. a.2), pelo que na segunda metade do período de trabalho (10ª – 12ª semana) funciona o capital I, no valor de 300 euros, sendo libertados os restantes 300 euros do capital I.
 - b.2) No final do 2º período de circulação (13ª – 15ª semana) refluem 600 euros em dinheiro (300 euros respeitantes ao capital I e 300 euros respeitantes ao capital II).
- c) Período III de rotação, compreendido entre a 13ª e a 21ª semana.

c.1) 3º período de trabalho (13ª – 18ª semana). Na primeira metade deste período (13ª – 15ª semana) funcionam os 300 euros do capital I libertados em b.1. No final da 15ª semana refluem 600 euros (vd. b.2), pelo que na segunda metade do período de trabalho (16ª – 18ª semana) funcionam 300 euros desse capital (é indiferente se estes 300 euros são aqueles resultantes da venda do capital-mercadoria I ou da venda do capital-mercadoria II), sendo os restantes 300 euros libertados.

c.2) No final do 3º período de circulação (19ª – 21ª semana), refluem 600 euros em dinheiro, nos quais estão agora fundidos de modo indissociável o capital I e o capital II.

Quadro 2.3 – Período de trabalho superior ao período de circulação

Capital				
	Períodos de rotação (semanas)	Períodos de trabalho (semanas)	Adiantamento (em euros)	Períodos de circulação (semanas)
I	1 – 9	1 – 6 (capital I)	600 (capital I)	7 – 9 Refluem 600 euros: -300 euros + 300 euros
II	7 – 15	7 – 12 { 7 – 9: capital II 10 – 12: capital I	600 { 300: capital II 300: capital I	13 – 15 Refluem 600 euros 300 euros + 300 euros
III	13 – 21	13 – 18 { 13 – 15: capital I 16 – 18: capital	600 { 300: capital I 300: capital	19 – 21 Refluem 600 euros
(...)				

Vamos concluir a nossa análise no período III de rotação, porquanto a sua lógica seria similar nos períodos subsequentes.³⁰⁴ Aquilo que é preciso salientar, segundo Marx, é, que “os períodos de trabalho e de rotação dos capitais I e II se entrecruzam em vez de se alternarem. Ao mesmo tempo, aqui ocorre liberação de capital” (Marx, 1985b/1885: 202), o que não acontecia no caso em que o período de trabalho era idêntico ao período de circulação. Ou seja, em todos os casos em o período de trabalho é superior ao período de circulação “há um capital monetário liberado, que é da mesma grandeza que o capital II [adicional, NM] adiantado” (Ibid.: 205).

No último exemplo apresentado por Marx, o período de trabalho é inferior ao período de circulação. Assim, o período de rotação é composto por um período de trabalho de 3 semanas e por um tempo de circulação de 6 semanas. Tal como no exemplo anterior, são adiantados 100 euros de capital em cada semana, pelo que são necessários 300 euros em cada período de trabalho e o desembolso adicional de 600 euros para garantir a continuidade do processo de produção, subdivididos por dois capitais distintos (capital II e capital III). Este cenário está descrito no Quadro 2.4 (vd. página seguinte).

³⁰⁴ Por exemplo, no Período IV de rotação (19ª – 27ª semana), na primeira metade do 4º período de trabalho (19ª – 21ª semana) funcionaríamos os 300 euros libertados em c.1, enquanto na segunda metade (22ª – 24ª semana) funcionaríamos 300 euros (dos 600) que refluíram em c.2, sendo libertados os restantes 300 euros.

Importa reter o seguinte: nesta situação é preciso fazer por duas vezes um desembolso adicional de capital. O período de rotação I só estará concluído na 9ª semana, pelo que é necessário adiantar, na 4ª semana, 300 euros (capital II) para iniciar o período de rotação II, e desembolsar novamente, na 7ª semana, 300 euros adicionais (capital III) para iniciar o período de rotação III. A partir daqui não é preciso fazer qualquer desembolso adicional de capital: no final da 9ª semana refluem em dinheiro os 300 euros do capital I, pelo que pode iniciar-se um novo período de rotação, no final da 12ª semana refluem os 300 euros do capital II, etc.

Quadro 2.4 – Período de trabalho inferior ao período de circulação

Capital				
	Períodos de rotação (semanas)	Períodos de trabalho (semanas)	Adiantamento (em euros)	Períodos de circulação (semanas)
I	1 – 9	1 – 3 (capital I)	300 (capital I)	4 – 9 Refluem 300 euros
II	4 – 12	4 – 6 (capital II)	300 (capital II)	7 – 12 Refluem 300 euros
III	7 – 15	7 – 9 (capital III)	300 (capital III)	10 – 15 Refluem 300 euros
IV	10 – 18	10 – 12 (capital I)	300 (capital I)	13 – 18 Refluem 300 euros
(...)				

Estamos perante um caso em tudo semelhante ao do primeiro exemplo, em que o período de trabalho era igual ao período de circulação. Não há qualquer entrelaçamento dos capitais, que funcionam de modo independente; a única diferença é que agora são 3, em vez de 2, os capitais que funcionam alternadamente. Marx afiança que isto acontece sempre que a duração do período de circulação for um múltiplo da duração do período de trabalho (cf. Ibid.: 207-208). Somente se o período de circulação não for um múltiplo do período de trabalho é que assistiremos a um entrelaçamento dos capitais e à libertação de capital (no caso em que o período de rotação é composto por um tempo de circulação superior ao período de trabalho, bem entendido).

2.5 – A rotação do capital variável e a circulação da mais-valia

2.5.1 – A taxa anual de mais-valia

Chegou a altura de analisarmos a parcela da mais-valia criada “durante o processo de produção e incorporada ao produto”, e que constitui, por isso, uma parte do valor do capital-mercadoria (Ibid.: 220). Tomemos em consideração um dado capital circulante de 2500 euros, composto por 2000 euros de matérias-primas e 500 euros de força de trabalho. O seu período de rotação é de 5 semanas (4 semanas concernentes ao período de trabalho e 1 semana correspondente ao período de circulação). Assim, em cada semana é desembolsado um capital de 500 euros: 400 euros em matérias-primas e 100 euros em força de trabalho.³⁰⁵ Logo, anualmente serão rotados 50 semanas x 500 euros = 25 000 euros de capital circulante.

³⁰⁵ Deste modo, durante o período de rotação de 5 semanas, temos que o valor do capital circulante adiantado é composto por 5 x 400 = 2000 euros de matérias-primas e 5 x 100 = 500 euros em força de trabalho.

Isto significa que o capital cumpre $25\ 000/2500 = 10$ rotações anuais (Ibid.: 219). Note-se que o valor da força de trabalho é completamente repostado com a venda do capital-mercadoria.

Introduzamos agora a mais-valia na análise. Suponhamos que o capital variável de 100 euros, adiantado semanalmente, cria uma mais-valia de 100 euros (portanto, a taxa de mais-valia é de 100%). Como o período de rotação é de 5 semanas, durante esse período – sendo assegurada a continuidade do processo de produção –, será criada uma mais-valia de 500 euros. Em 10 rotações, será criada uma massa de mais-valia anual de $10 \times 500 = 5000$ euros.

Marx utiliza o conceito de *taxa anual de mais-valia* para designar a “razão da massa global de mais-valia produzida durante o ano para a soma do capital variável adiantado” (Ibid.: 220). No nosso exemplo, sendo a massa de mais-valia anual de 5000 euros e o capital variável adiantado de 500 euros,³⁰⁶ a taxa anual de mais-valia é dada por: $5000/500 = 1000\%$. Marx salienta que a taxa anual de mais-valia também pode ser expressa através da multiplicação da taxa de mais-valia pelo número de rotações do capital variável (Ibid.: 220 e 227); no nosso exemplo, temos $100\% \times 10 = 1000\%$. A taxa anual de mais-valia permite comparar “a mais-valia produzida durante o ano e o capital variável *adiantado* (...) (em contraste com o capital variável rotado durante o ano)” (Ibid.: 227, *itálico no original*).

2.5.2 – Tempo de rotação e reposição do capital variável

É do interesse de todo o capital que o seu período de rotação (e, mormente, o seu período de circulação) seja o mais breve possível, porquanto isso lhe permite: i) executar mais rapidamente a metamorfose do capital-mercadoria em capital monetário e, conseqüentemente, repor mais rapidamente o valor da força de trabalho (e das matérias-primas), deixando o capitalista em condições de adquirir os fatores de produção requeridos para iniciar um novo período de rotação; ii) reduzir a grandeza dos adiantamentos adicionais de capital circulante (onde se inclui, naturalmente, a força de trabalho) para garantir a continuidade do seu processo de produção; iii) repetir mais vezes, no decurso do ano, o estágio de capital produtivo, o único criador de mais-valia, maximizando assim a massa de mais-valia criada anualmente.

É justamente isso que Marx nos diz no seguinte trecho:

“[Q]uanto mais curto o período de rotação do capital (...), tanto mais rapidamente se transforma a parte variável de seu capital, originalmente adiantada pelo capitalista em forma-dinheiro, em forma-dinheiro do produto-valor criado pelo trabalhador para repor esse capital variável (que, além disso, inclui mais-valia); tanto mais curto é, portanto, o tempo pelo qual o capitalista precisa adiantar dinheiro de seu próprio fundo (...) e tanto maior é relativamente a massa de mais-valia que, com dada taxa de mais-valia, ele extrai durante o ano, porque ele pode comprar tanto mais frequentemente o trabalhador, sempre

³⁰⁶ Relembremos que o capitalista só precisa de adiantar o valor do capital variável nos dois primeiros períodos de rotação. Adianta 400 euros (capital I), que funcionam durante as primeiras 4 semanas e adianta 100 euros adicionais (capital II) na 5ª semana, iniciando um novo período de rotação. No final da 5ª semana, refluem os 400 euros do capital I, pelo que o 2º período de rotação pode prosseguir sem entraves. Dada a continuidade do processo de produção, todas as semanas é reproduzido o valor da força de trabalho (100 euros) e é criada uma mais-valia (igualmente de 100 euros). Marx escreve o seguinte a este respeito (Marx refere valores em libras esterlinas, o que não afeta em nada o raciocínio): “O capital A, que rota 10 vezes durante o ano, é adiantado 10 vezes durante o ano. Para todo novo período de rotação é novamente adiantado. Mas, ao mesmo tempo, A, durante o ano, nunca adianta mais que o mesmo valor-capital de 500 libras esterlinas e nunca dispõe, de facto, para o processo de produção por nós examinado, de mais de 500 libras esterlinas. Assim que essas 500 libras esterlinas completam um ciclo, A faz com que elas comecem de novo o mesmo ciclo (...). A taxa anual de mais-valia não é calculada, por isso, em relação a um capital de 500 libras esterlinas adiantado 10 vezes, ou de 5000 libras esterlinas, mas em relação a um capital de 500 libras esterlinas adiantado 1 vez” (Marx, 1985b/1885: 228, *itálico nosso*).

de novo com a forma-dinheiro de seu próprio produto-valor, e colocar seu trabalho em movimento.” (Ibid.: 232-233)

Para além disso, quanto menor for o tempo de rotação, maior será a taxa anual de mais-valia (Ibid.: 233). Isto acontece porque, como acabámos de ver no item anterior, a taxa anual de mais-valia é calculada através do quociente da massa de mais-valia criada anualmente pelo valor do capital variável adiantado; neste sentido, se é possível repetir o período de rotação – na prática, o período de produção – mais vezes, a massa de mais-valia produzida aumentará, pelo que a taxa anual de mais-valia será obrigatoriamente superior.

2.5.3 – Reservas monetárias: a formação de capital latente

Um número acrescido de rotações do capital acarreta, obviamente, a produção e a “realização mais frequente de mais-valia durante o ano” (Ibid.: 238). Todavia, nem sempre essa mais-valia será imediatamente passível de um reinvestimento como capital porque, muitas vezes, o aumento da escala da produção exige um volume mínimo de capital adicional “que só uma acumulação de mais-valia por vários anos pode proporcionar” (Ibid.). Deste modo,

“Ao lado da acumulação real ou transformação da mais-valia em capital produtivo (...) ocorre, portanto, acumulação de dinheiro, acúmulo de parte da mais-valia como capital monetário latente que só mais tarde, assim que alcança certo volume, deve funcionar como capital ativo adicional.” (Ibid.)

Como se denota neste trecho, Marx denomina o entesouramento da mais-valia, com o intuito de ampliar futuramente a escala da produção, por capital monetário *latente*. “É latente porque, embora permaneça na forma do dinheiro, não pode [ainda, NM] funcionar como capital” (Fox, 1985: 8). Na ótica de Marx, uma parcela da mais-valia vai sendo acumulada como dinheiro – como capital latente – porque, apenas quando é atingido um certo patamar, ela é (re)investível no negócio de um dado capital. Por outras palavras, é necessário um montante mínimo de dinheiro – capital monetário – para comprar as matérias-primas, os meios de trabalho e a força de trabalho *suplementares*.

2.5.4 – A origem do dinheiro necessário para a realização da mais-valia

Marx refere que, nesta altura, a questão que se coloca não é saber de onde brota a mais-valia (isso já foi explicado pormenorizadamente no Livro Primeiro de *O Capital*), mas sim descortinar qual a origem do dinheiro necessário para que a mais-valia se converta em ouro (Marx, 1985b/1885: 244). Ou seja: de onde vem o dinheiro que permite *realizar* a mais-valia? “Essa pergunta, à primeira vista, parece difícil” (Ibid.), pois, afinal de contas, cada capitalista lança no mercado um valor-mercadoria superior àquele que retirou dele inicialmente (mercê, justamente, da agregação da mais-valia ao seu *output*).

Marx é taxativo: “Nada vem de nada. A classe global dos capitalistas não pode retirar nada da circulação que não tenha sido antes lançada nela” (Ibid.: 247). Neste sentido, é preciso salientar que a realização da mais-valia não representa um caso especial:

“[S]e uma massa de mercadorias (...) deve circular, então não altera nada no quantum da soma de dinheiro necessário para essa circulação se o valor dessa massa de mercadorias contém mais-valia ou não (...). *O próprio problema portanto não existe*. Sendo dadas as demais condições, velocidade de circulação do dinheiro, etc., determinada soma de dinheiro é exigida para circular o valor-mercadoria (...). À medida que aqui existe um problema, ele coincide com o problema geral: de onde provém a soma de dinheiro necessária à circulação das mercadorias num país.” (Ibid.: 246, *italico no original*)

A questão consiste, portanto, em saber qual a origem do dinheiro requerido para garantir a circulação uma determinada massa de mercadorias. Na ótica de Marx, novo dinheiro é introduzido anualmente na esfera da circulação pelos capitalistas do ramo da mineração aurífera:

“Os capitalistas produtores de ouro possuem todo o seu produto em ouro, tanto a parte dele que repõe o capital constante quanto a que repõe o capital variável, como também a que consiste em mais-valia. Parte da mais-valia social consiste, portanto, em ouro, não em produto que só dentro da circulação se converte em ouro. Ele consiste desde o início em ouro e é lançado na circulação para se retirar produtos dela. (...) Se, portanto, parte da classe capitalista lança um valor-mercadoria na circulação maior (no montante da mais-valia) do que o capital monetário adiantado por ela, então outra parte dos capitalistas lança na circulação um valor monetário maior (no montante da mais-valia) do que o valor-mercadoria que eles constantemente retiram da circulação para a produção de ouro. Se parte dos capitalistas bombeia constantemente mais dinheiro para fora da circulação do que nela injeta, então a parte produtora de ouro bombeia constantemente mais dinheiro para dentro do que retira dela em meios de produção.” (Ibid.: 248)

Deste modo, “as mercadorias adicionais, que têm de transformar-se em dinheiro, encontram a soma de dinheiro necessária” para tal porque, mediante a *produção* de metais preciosos, “é lançado ouro (e prata) na circulação que tem de transformar-se em mercadorias” (Ibid.: 254). Assim, uma das condições essenciais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista é “a oferta suficiente de metais preciosos” (Ibid.: 253); ou seja, “parte do produto adicional é, direta ou indiretamente, intercambiada por ouro, o produto dos países produtores de metais preciosos” (Ibid.: 255).³⁰⁷ Convém não esquecer que “a quantidade de dinheiro efetivamente necessária para assegurar a circulação do produto anual depende não apenas da grandeza deste produto, mas igualmente da velocidade de circulação” do dinheiro (Fox, 1985: 41), conforme assinalámos em 1.3.2.2.

2.6 – A reprodução macrossocial do capital

Na última parte do Livro Segundo de *O Capital*, Marx ocupa-se da reprodução macrossocial do capital, i.e., da reprodução do “capital agregado da sociedade” (Fox, 1985: 32). Neste contexto, cada capital particular representa somente “uma fração (...) do capital social total” (Marx, 1985b/1885: 261). O ciclo, ou rotação, do capital social consiste precisamente na “totalidade” interconectada “das rotações dos capitais individuais” (Ibid.): “os ciclos dos capitais individuais (...) se entrelaçam, se supõem e se condicionam reciprocamente, e constituem, justamente nesse entrelaçamento, o movimento do capital social total” (Ibid.: 262-263).

Na perspetiva da reprodução do capital social total, “não basta olhar para a reprodução do capital em termos de valor”, porquanto os “elementos materiais do capital devem também ser reproduzidos” (Brewer, 1984: 110). Isto significa que, por um lado, a soma total do valor-capital investido à escala social tem de ser reproduzido (e, desejavelmente, incrementado, situação em que ocorre uma reprodução ampliada) e, por outro lado, em termos materiais, as matérias-primas consumidas devem ser substituídas, os meios de trabalho depreciados devem ser repostos em espécie e os meios de subsistência

³⁰⁷ Note-se que, ao contrário do que sucede hoje em dia, na época de Marx vigorava o denominado padrão-ouro, ou seja, o dinheiro não podia multiplicar-se sem qualquer base real. Com o fim de Bretton Woods, e da respetiva convertibilidade do dólar em ouro, foram eliminados definitivamente os entraves à criação de dinheiro sem qualquer substância. Todavia, como veremos no Capítulo 7, esta “ascensão do dinheiro aos céus” (Kurz) não invalida a teoria marxiana do valor (e do dinheiro); pelo contrário, a explosão do capital fictício significou uma autêntica fuga para a frente no contexto da decomposição acelerada do modo de produção capitalista.

necessários à reprodução da força de trabalho têm de ser continuamente produzidos. No caso da reprodução ampliada terá de haver uma produção material adicional destes elementos.

Devemos ainda salientar que “Marx demonstra (...) que é logicamente possível que uma sociedade capitalista se reproduza, e não que ela é capaz de fazê-lo sempre sem problemas” (Ibid.: 116). Em particular, os denominados esquemas de reprodução marxianos, apresentados em 2.6.1.4 e 2.6.2.2, têm uma função meramente ilustrativa, quase “didática”, se quisermos, do processo de reprodução capitalista. Na realidade, as condições de equilíbrio propostas impõem-se somente de modo temporário e precário face às “perturbações constantes” que permeiam a economia capitalista (Rosdolsky, 2001/1968: 277).

2.6.1 – A reprodução simples do capital social

2.6.1.1 – Reprodução do(s) valor(es) e do(s) valor(es) de uso

A reprodução simples significa que “a mais-valia produzida e realizada periodicamente é consumida (...) improdutivamente” pelos capitalistas (Marx, 1985b/1885: 240), ao invés de ser (re)investida na ampliação da escala do processo produtivo. A mais-valia é, portanto, delapidada inteiramente como rendimento.³⁰⁸

O “produto anual” do capital social inclui uma parcela destinada a repor os meios de produção *consumidos produtivamente* e uma parcela constituída pelo fundo de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas, i.e., o *consumo individual* (Ibid.: 291). A grande questão que Marx quer ver respondida é, pois, a seguinte: “como o *capital* consumido na produção é repostado (...) a partir do produto anual, e como se entrelaça o movimento dessa reposição com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e do salário pelos trabalhadores?” (Ibid.: 292, *itálico no original*)

Por outras palavras, é preciso demonstrar como a *inter-relação* e a *interpenetração* dos vários componentes do produto anual permite: i) reproduzir os meios de produção; e ii) reproduzir os meios de consumo destinados a assegurar a subsistência da classe operária e da classe capitalista. Conforme já mencionámos, esta reprodução tem de ocorrer “tanto em termos de valor como em termos materiais” (Brewer, 1984: 113).

Como constata Heinrich, “uma vez que os meios de produção e de subsistência são (...) trocados”, ou seja, assumem a forma de mercadorias, então o “produto social total deve (...) possuir uma certa proporção em termos de *valor*” (Heinrich, 2012: 137, *itálico no original*). Todavia, para além disso,

“De modo a que o capital social total possa ser reproduzido, o produto total deve possuir uma determinada proporção *material*: por um lado, uma determinada quantidade de meios de produção tem de ser produzida para atender às necessidades dos capitais individuais como um todo, e, por outro lado, têm de ser produzidos meios de subsistência suficientes para prover o consumo dos trabalhadores e dos capitalistas.” (Ibid.)

Moseley reforça a ideia de que “a análise da reprodução do capital de Marx concerne igualmente a reprodução dos valores de uso” (Moseley, 1998: 172). É justamente por esta razão que “Marx utiliza o circuito do capital-mercadoria no seu tratamento da reprodução [social, NM], porquanto esta forma do circuito começa e termina com o capital no molde de valores de uso particulares” (Fox, 1985: 36). Em suma, Marx preconiza que a fórmula $M' - D' - M \dots P \dots M'$ (cf. 2.1.3) é a mais adequada para descrever a reprodução do capital social total (Marx, 1985b/1885: 292).

³⁰⁸ É preciso ressaltar que a “reprodução simples é uma ficção analítica utilizada por Marx” (Brewer: 107), porquanto “nas sociedades capitalistas reais, a acumulação é a norma” (Ibid.: 121).

2.6.1.2 – Os dois departamentos da produção social

Marx distingue dois departamentos agregados de produção social. O Departamento I é responsável pela fabricação dos meios de produção, ou seja, das mercadorias que ingressam no consumo produtivo, enquanto o Departamento II produz os meios de consumo, ou seja, as mercadorias que ingressam no consumo individual da classe capitalista e da classe operária (Ibid.: 293).

Cada departamento agrega a multiplicidade dos ramos envolvidos nestes dois tipos diferentes de atividade produtiva (Ibid.). O capital de cada departamento reparte-se, à semelhança dos capitais individuais que o compõem, em: i) capital constante, i.e., “o valor de todos os meios de produção (...) nesse ramo” (Ibid.), que se subdivide em meios de trabalho e matérias-primas; ii) capital variável, i.e., “o valor da força de trabalho social empregada nesse ramo de produção” (Ibid.).

Tal como o valor das mercadorias produzidas, o valor do produto anual dos dois departamentos pode ser expresso através da equação $c + v + m$ (Ibid.: 294). Neste sentido, o produto social é dado por:

Departamento I (meios de produção): $Ic + Iv + Im$

Departamento II (meios de consumo): $IIC + IIV + IIM$

Estando na presença do circuito $M' \dots M'$, note-se que todos os componentes do produto do Departamento I e do Departamento II estão na forma de capital-mercadoria. Aqueles do Departamento I ($Ic + Iv + Im$) estão na forma de meios de produção e aqueles do Departamento II ($IIC + IIV + IIM$) estão na forma de meios de consumo. Este capital-mercadoria global tem de ser transformado em capital monetário ($M' - D'$), para que cada departamento possa repor os seus meios de produção e a sua força de trabalho ($D - M$) e, assim, iniciar um estágio ulterior de capital produtivo ($\dots P \dots$), cujo resultado será um novo capital-mercadoria (M').³⁰⁹

Na sequência do que mencionámos no item anterior, “para que o capital social total possa ser reproduzido, os produtos de ambos os departamentos não podem existir numa relação arbitrária de quantidade e valor” (Heinrich, 2012: 138). Em primeiro lugar, “a reprodução do valor do capital exige que seja encontrado um comprador para cada uma das seis partes do produto social (três em cada departamento)” (Brewer, 1984: 113). Em segundo lugar, “para que os elementos materiais da produção possam ser reproduzidos, cada departamento deve adquirir meios de produção capazes de substituir aqueles gastos e deve comprar força de trabalho numa grandeza idêntica àquela do ano anterior” (Brewer, 1984: 113-114).

Deste modo, a reprodução social exige uma “sequência de intercâmbios” – de mercadorias e de dinheiro – “entre trabalhadores e capitalistas, entre capitalistas na sua qualidade de produtores e consumidores, entre e no interior dos dois departamentos de produção social” (Fox, 1985: 38). Estabelece-se, assim, por um lado, uma relação de *complementaridade* entre ambos os departamentos:

“O valor e a massa dos meios de produção produzidos [pelo Departamento I, NM] devem ser iguais ao valor e à massa dos meios de produção usados em ambos os

³⁰⁹ Esmiuçando um pouco esta metamorfose: a venda do capital-mercadoria Ic permitirá repor o valor do capital constante do Departamento I e, assim, a reposição em espécie desse capital constante; a venda do capital-mercadoria Iv permitirá repor o valor da força de trabalho do Departamento I e, desse modo, recomprar a força de trabalho necessária para um novo período de produção; a venda do capital-mercadoria Im permitirá realizar a mais-valia do Departamento I, que constituirá o fundo de consumo dos capitalistas desse departamento. A análise do Departamento II é em tudo similar.

departamentos durante o período de produção atual (...). O valor e a massa dos bens de consumo produzidos [pelo Departamento II, NM] devem ser iguais à procura por bens de consumo (salários + lucros despendidos no consumo improdutivo) em ambos os departamentos.” (Mandel, 1992/1978: 26, *itálico nosso*)

Ademais, estabelece-se, por outro lado, uma relação de *interdependência* entre os dois departamentos da produção social, porquanto os trabalhadores e os capitalistas do Departamento I só podem adquirir os seus meios de subsistência no Departamento II e, de modo análogo, os capitais do Departamento II apenas podem comprar os meios de produção que necessitam ao Departamento I.

“Para poder repetir o processo produtivo, cada departamento deve conseguir repor o valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Por outro lado, cada departamento só pode lograr a posse dos valores de uso de que necessita se os obtém do outro, mediante o intercâmbio de equivalentes de valor.” (Rosdolsky, 2001/1968: 379-380)

Portanto, “para que se mantenham as condições de equilíbrio da reprodução do capital social global, as relações de troca entre os dois grandes departamentos da produção social devem ser coerentes, tanto do ponto de vista do valor como do valor de uso” (Ibid.: 380). Neste contexto, é importante realçar que o problema da reprodução capitalista pode ser reconduzido à natureza dual da forma-mercadoria (e do trabalho) identificada no início do Capítulo 1 (cf. 1.1.1 e 1.1.2):

“Baseando-se na contradição entre valor de uso e valor (...) inerente à mercadoria, Marx considera o problema da rotação do capital, da reprodução, como sendo de natureza *dual*: (a) De modo a que a reprodução (pelo menos simples, normalmente ampliada) possa ser alcançada, o valor total corporizado nas mercadorias produzidas *deve ser realizado*, ou seja, elas devem ser vendidas *pelo seu valor*. (...) (b) *Ao mesmo tempo*, uma reprodução (...) bem-sucedida exige que o *valor de uso das mercadorias produzidas* consiga satisfazer as condições *materiais* para recomençar a produção na escala existente ou numa escala ampliada.” (Mandel, 1992/1978: 21, *itálico no original*)

Por conseguinte, podemos concluir que “a rotação do capital social é a reprodução periódica (...) do valor e do valor uso existentes” (Tombazos, 2014: 207) numa escala idêntica ou numa escala ampliada.

2.6.1.3 – Condição de proporcionalidade: $Iv + Im = IIC$

A reprodução simples exige que o produto do Departamento I, constituído materialmente por meios de produção, seja capaz de repor em espécie o capital constante usado/depreciado em ambos os departamentos (Heinrich, 2012: 139). Neste sentido, a seguinte equação de *valor* tem de verificar-se:

$$Ic + Iv + Im = Ic + IIC$$

Eliminando os elementos comuns nos dois lados da equação, obtemos a seguinte condição:

$$Iv + Im = IIC$$

Por seu turno, a produção do Departamento II é constituída em termos materiais por meios de consumo. Assim, ela tem de ser capaz de satisfazer as necessidades de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas dos dois departamentos, pelo que a seguinte igualdade tem de verificar-se:

$$IIc + IIv + II m = Iv + Im + IIv + II m$$

Subtraindo uma vez mais as variáveis comuns, obtemos a seguinte condição:

$$IIc = Iv + Im$$

Note-se que este foi exatamente o mesmo resultado que tínhamos obtido para a produção do Departamento I. Em suma, no contexto da reprodução simples, emerge a seguinte *condição de proporcionalidade*: “o valor do capital constante usado no Departamento II deve ser equivalente ao valor do capital variável e da mais-valia do Departamento I” (Ibid.). Segundo Shortall,

“ $IIc = Iv + Im$ (...) expressa um processo social bífido. Em primeiro lugar, um conjunto de valores de uso concretos contidos nessas mercadorias produzidas pelo Departamento I deve ser trocado por outro conjunto de valores de uso concretos contidos nas mercadorias produzidas pelo Departamento II. Mas para que tal intercâmbio possa ter lugar, estes valores de uso devem ser mutualmente comensuráveis enquanto grandezas idênticas de valor.” (Shortall, 1994: 337)

Mandel secunda esta ideia:

“Em conformidade com a natureza dual dos esquemas de reprodução, estas condições de proporcionalidade possuem simultaneamente dois significados: (a) O *valor* (...) dos bens vendidos pelo Departamento I ao Departamento II deve ser igual ao valor dos bens vendidos pelo Departamento II ao Departamento I (...). (b) O *valor de uso* específico das mercadorias produzidas em ambos os departamentos deve corresponder às suas necessidades mútuas.” (Mandel, 1992/1978: 27, *itálico no original*)

Esta relação de proporcionalidade é, pois, uma condição *sine qua non* para que a reprodução simples ocorra sem quaisquer entraves (cf. Marx, 1985b/1885: 298). No entanto, “não há qualquer garantia de que esta condição será cumprida”, pois, na realidade, “ela deve surgir espontaneamente da concorrência entre os capitais” (Shortall, 1994: 336).

2.6.1.4 – Esquema de reprodução simples

Consideremos, então, um exemplo que ilustra o esquema de reprodução de ambos os departamentos na situação de reprodução simples. O produto de cada departamento é o seguinte (atente-se que a taxa de mais-valia é de 100%):

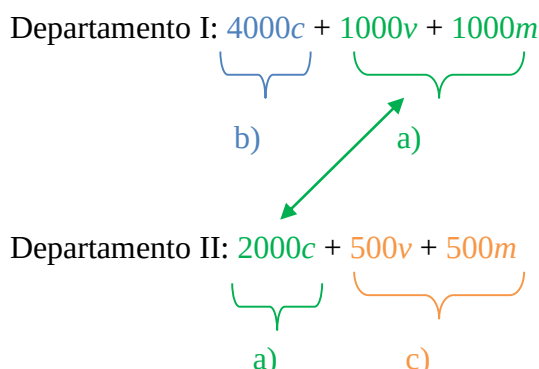
Departamento I

$$4000c + 1000v + 1000m = 6000$$

Departamento II

$$2000c + 500v + 500m = 3000$$

O primeiro aspeto a ressaltar é que a condição de proporcionalidade, mencionada em 2.6.1.3, é cumprida, porquanto $1000 Iv + 1000 Im = 2000 IIc$. A reprodução agregada do capital social pode ser decomposta, esquematicamente, em três conjuntos de transações:



- 2000 IIc têm de ser realizados pelo Departamento I. Os trabalhadores I (1000 Iv) e os capitalistas I (1000 Im) compram bens de consumo ao Departamento II, no valor, respetivamente, dos seus salários e da mais-valia (fundo de consumo dos capitalistas). Com esse dinheiro, os capitalistas II compram meios de produção ao Departamento I com vista à reposição do seu capital constante; através desta transação, o valor da força de trabalho e do fundo de consumo do Departamento I é repostos.
- 4000 Ic constituem meios de produção utilizados exclusivamente no Departamento I. A reposição (material) do capital constante consumido durante o ano nesse departamento é conseguida através de transações *intradepartamentais* que se processam entre os múltiplos capitalistas individuais do Departamento I (Marx, 1985b/1885: 295).
- Os 500 IIv, referentes aos salários dos trabalhadores do Departamento II, e os 500 II m , que constituem o fundo de consumo dos capitalistas do Departamento II, são inteiramente despendidos em bens de consumo, pelo que são transacionados dentro do seu próprio departamento (Ibid.: 298).

A Figura 2.2 (vd. página seguinte) ilustra detalhadamente o esquema de reprodução simples. É importante fazer uma observação prévia: de acordo com o que é proposto por Eldred & Roth (2008/1978), o capital constante do Departamento II decompõe-se em 1750 euros de capital circulante (matérias-primas) e 250 euros de capital fixo (meios de trabalho) depreciados completamente durante o ano. A reposição geral do capital fixo será abordada pormenorizadamente em 2.6.1.7.

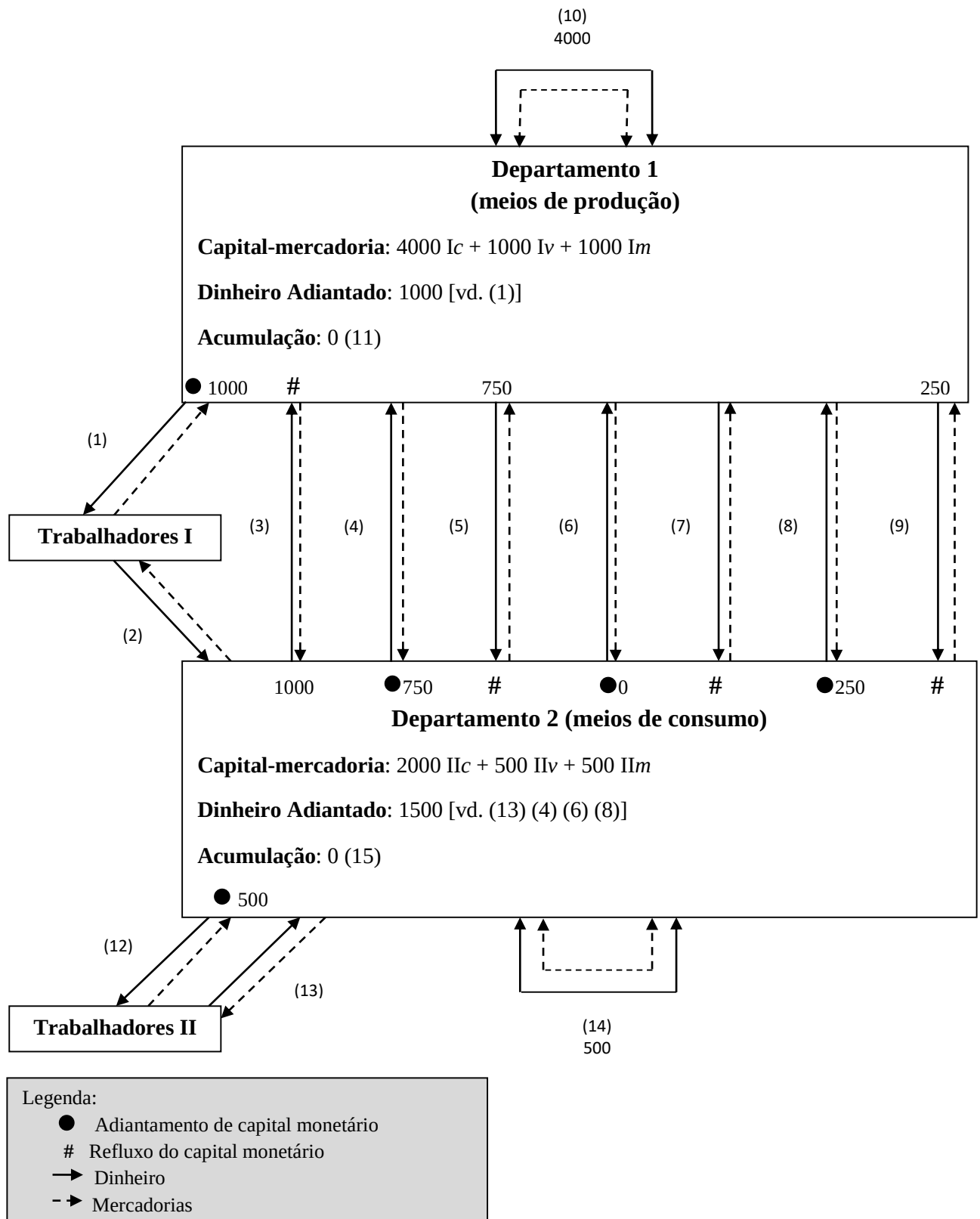
Passemos, então, à análise da Figura 2.2:³¹⁰

a) Transação I(v + m) por IIc, ou seja, I(1000v + 1000m) por 2000 IIc.

- O capitalista (coletivo) do Departamento I adianta 1000 euros aos seus trabalhadores, sob a forma de salários. Os trabalhadores vendem, portanto, a sua força de trabalho.
- Os trabalhadores do Departamento I compram com os seus salários 1000 euros de meios de consumo ao Departamento II.

³¹⁰ Esta análise é, naturalmente, em tudo similar àquela de Eldred & Roth (2008/1978: 38), porquanto adotámos a sua esquematização do exemplo marxiano da reprodução simples.

Figura 2.2 – Reprodução Simples



Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Eldred & Roth (2008/1978: 37).

(3) Assim, o Departamento II pode comprar capital constante *circulante* ao Departamento I no valor de 1000 euros. Note-se que os 1000 euros adiantados em (1), e que

compõem o capital variável do Departamento I, refluíram a esse mesmo Departamento sob a forma de dinheiro. O Departamento I está, portanto, em condições de voltar a adquirir força de trabalho para iniciar um novo ciclo produtivo. Em virtude da venda de parte do seu capital-mercadoria ao Departamento II, refluíu-lhe em dinheiro o valor do seu capital variável.

- (4) Falta dinheiro para a transação entre 1000 *Im* e os 1000 *Ilc* remanescentes. Como ainda só estamos a tratar do capital constante *circulante* do Departamento II, na verdade a transação em questão é entre 750 *Im* e 750 *Ilc* (vd. (8) e (9) para a transação respeitante ao capital constante *fixo*). Tem de ser pressuposto um adiantamento de dinheiro por parte dos capitalistas do Departamento II. Assim, o Departamento II adianta 750 euros para comprar capital constante circulante ao Departamento I, repondo o seu capital constante circulante *in natura* na totalidade.
- (5) Com os 750 euros recebidos em (4), os capitalistas do Departamento I compram meios de subsistência ao Departamento II, que constituem uma parte substancial do seu fundo de consumo (vd. (9) para a aquisição dos restantes meios de subsistência). Note-se que o dinheiro adiantado em (4) pelos capitalistas do Departamento II refluíu para esses mesmos capitalistas. Na ótica de Marx, isto verifica-se *sempre*: quando um capitalista adianta dinheiro para mediar o processo de circulação das mercadorias, essa soma acaba por regressar às suas mãos (Marx, 1985b/1885: 297).
- (6) Só se aplica na reprodução ampliada (cf. 2.6.2.2).
- (7) Só se aplica na reprodução ampliada (cf. 2.6.2.2).
- (8) Os capitalistas do Departamento II voltam a ter de efetuar um adiantamento, no valor de 250 euros, para adquirirem o capital constante *fixo* depreciado durante o ano. (cf. 2.6.1.7 para uma análise detalhada esta operação). Através de (2), (4) e (8) o Departamento II repõe completamente o seu capital constante.
- (9) Com os 250 euros recebido em (8), os capitalistas do Departamento I compram meios de subsistência ao Departamento II, consumindo dessa forma a totalidade da mais-valia como rendimento. Uma vez mais, o dinheiro adiantado em (8) pelos capitalistas do Departamento II acabou por refluír.

b) e c) Transações intradepartamentais

- (10) O Departamento I repõe o capital constante (4000 euros) consumido produtivamente através de operações *intradepartamentais* (cf. 2.6.1.6 para uma análise desta transação). O Departamento I está em condições de iniciar um novo ciclo produtivo, porquanto o valor da sua força de trabalho já tinha sido repostado em (3).
- (11) Só se aplica na reprodução ampliada (cf. 2.6.2.2).
- (12) O capitalista (coletivo) do Departamento II adianta 500 euros aos seus trabalhadores, sob a forma de salários. Os trabalhadores vendem, pois, a sua força de trabalho.
- (13) Os trabalhadores do Departamento II compram com os seus salários meios de subsistência no seu próprio departamento. O dinheiro adiantado pelos capitalistas do Departamento II em (13) retornou mais uma vez à origem. Este capital monetário pode agora ser utilizado para adquirir a força de trabalho necessária para iniciar um novo processo produtivo.
- (14) Circulação intradepartamental dos meios de consumo equivalentes à mais-valia produzida no Departamento II (500 euros). Por outras palavras, a mais-valia dos capitalistas do Departamento II é delapidada inteiramente em bens de consumo produzidos no seu próprio departamento (cf. 2.6.1.5 para uma análise desta transação).
- (15) Só se aplica na reprodução ampliada (cf. 2.6.2.2).

2.6.1.5 – Observações suplementares: reservas, adiantamentos e *IIm*

Em primeiro lugar, devem ser tecidas algumas considerações acerca dos adiantamentos de dinheiro efetuados pelos capitalistas. Na perspectiva de Marx, a reprodução (simples e ampliada) do capital social pressupõe a existência de “certas reservas monetárias”, tanto para “adiantamentos de capital” como para “gasto de rendimento” (Marx, 1985b/1885: 296). Para além disso, como constatámos em 2.6.1.4, qualquer adiantamento em dinheiro feito por um capitalista acaba por refluir às mãos desse capitalista (Ibid.: 297).

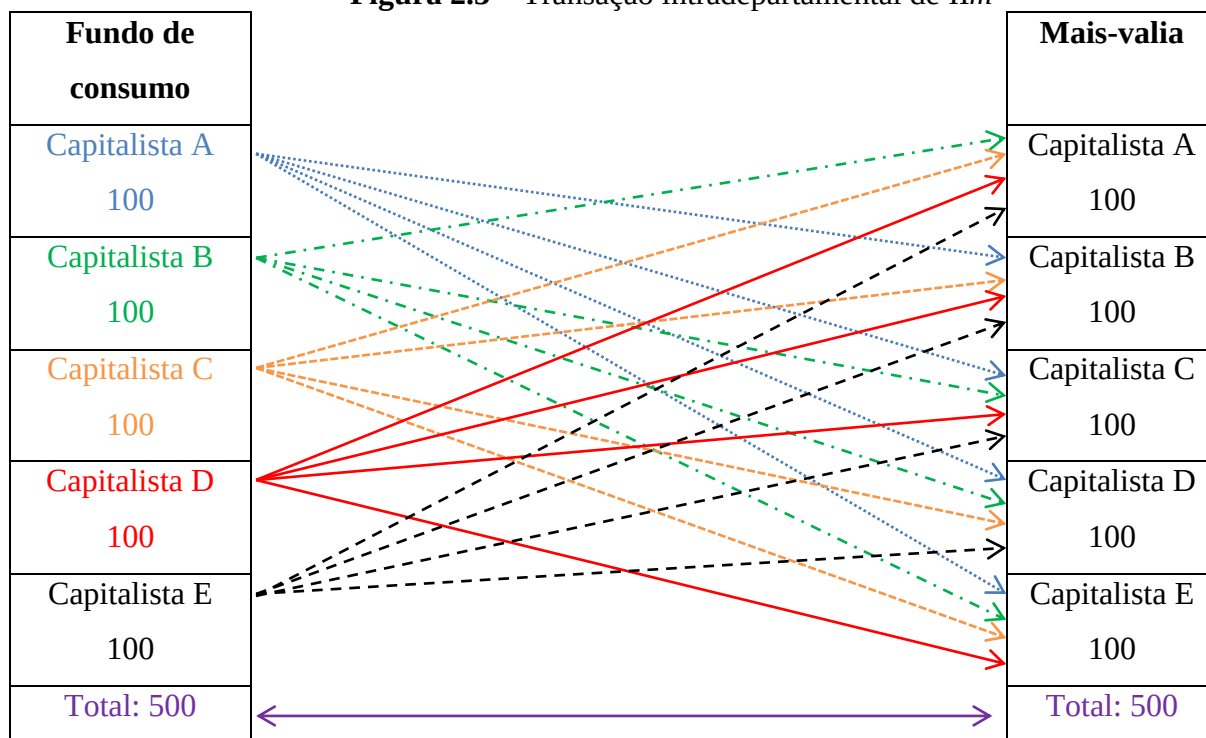
Todavia, no caso do dinheiro adiantado na compra de força de trabalho do Departamento I, esse refluxo ocorre de modo *indireto*, pois a classe trabalhadora I só adquire mercadorias – meios de subsistência – no Departamento II. Assim,

“O capital variável adiantado no pagamento da força de trabalho não retorna (...) diretamente aos capitalistas I. Mediante as compras dos trabalhadores, passa às mãos dos produtores capitalistas das mercadorias necessárias (...), portanto, às mãos dos capitalistas II, e só ao empregarem estes o dinheiro na compra de meios de produção – só por esse rodeio –, o capital variável retorna às mãos dos capitalistas I”. (Ibid.: 298)

No contexto dos adiantamentos encontramos um caso que parece desafiar a lógica: aquele da transação intradepartamental da mais-valia do Departamento II (transação (14) no esquema de reprodução simples), em que a classe capitalista adianta o dinheiro com que será realizada a mais-valia. Porém, a contradição é apenas aparente, pois se a classe capitalista é o “único ponto de partida da circulação monetária” (Ibid.: 247), o mesmo tem de se aplicar forçosamente à mais-valia. Desta forma,

“por mais paradoxal que isso possa parecer à primeira vista, a própria classe capitalista lança o dinheiro na circulação que serve para a realização da mais-valia contida nas mercadorias. Mas, *nota bene*, ela não o lança (...) como capital. Ela o gasta como meio de compra para seu consumo individual.” (Ibid.)

Figura 2.3 – Transação intradepartamental de *IIm*



Na reprodução simples, a realização da mais-valia depende *completamente* do fundo consumo da classe capitalista, do dinheiro gasto como *rendimento*, e não como capital, pela classe capitalista. O mesmo dinheiro que cada capitalista adianta como rendimento, por conta do seu fundo de consumo, acaba por refluir aquando da venda das suas mercadorias e, nomeadamente, da realização da parcela da mais-valia contida nas mesmas.

Consideremos o seguinte exemplo. O Departamento II é composto por 5 capitalistas: A (vestuário), B (calçado), C (alimentação), D (eletrodomésticos) e E (livros, revistas e jornais). Suponhamos que a mais-valia se reparte de igual modo pelos capitais (100 euros) e que o fundo de consumo de cada capitalista se reparte equitativamente pelos produtos dos restantes capitais (para simplificar, ignoremos os produtos de que cada capitalista se apropria, em espécie, no seu subdepartamento). Esta situação é descrita na Figura 2.3 (vd. página anterior). Cada seta representa um fluxo de 25 euros.

Como se denota, os vários capitalistas do Departamento II despendem integralmente o seu fundo de consumo em bens produzidos no interior do seu próprio departamento (mais concretamente, gastam 25 euros em bens produzidos por cada um dos seus congéneres). Ao fazê-lo, os capitalistas realizam reciprocamente a sua mais-valia e, consequentemente, a mais-valia global do Departamento II.

2.6.1.6 – Observações suplementares: Ic

Consideremos agora Ic, i.e., a parcela dos meios de produção que não foi absorvida pelo Departamento II. Trata-se da transação (10) do esquema de reprodução simples. Marx afiança que a situação é, de certo modo, similar à de Iiv e IIm:

“[T]odo o produto-mercadoria I em sua forma natural consiste em meios de produção, isto é, nos elementos materiais do próprio capital constante. Apresenta-se aqui o mesmo fenómeno que anteriormente sub II, mas sob outro aspeto. Sub II, todo o produto-mercadoria consiste em meios de consumo; parte do mesmo, medido pelos salários *plus* mais-valia contidos nesse produto-mercadoria, podia ser consumida, portanto, por seus próprios produtores. Aqui, sub I, todo o produto-mercadoria consiste em meios de produção, construções, maquinaria, recipientes, matérias-primas e auxiliares, etc. Parte deles, aquela que repõe o capital constante aplicado nessa esfera, pode, portanto, em sua forma natural, voltar a funcionar imediatamente como parte componente do capital produtivo. Na medida em que entra na circulação, circula dentro da classe I. Sub II, parte do produto-mercadoria é consumida individualmente *in natura* por seus próprios produtores, e sub I, pelo contrário, parte do produto é consumida produtivamente *in natura* por seus produtores capitalistas”. (Marx, 1985b/1885: 312)

Em suma, a reposição do capital constante do Departamento I tem de ser feita forçosamente através de transações intradepartamentais, pois só esse departamento produz meios de produção (Fox, 1985: 39). Cada capital tem de comprar as partes do seu capital constante usado (matérias-primas) e depreciado (meios de trabalho) a outros capitais do Departamento I. Por outro lado, como cada compra é simultaneamente uma venda, os capitalistas do Departamento I repõem *mutuamente* o valor do seu capital constante através destas transações intradepartamentais (Moseley, 1998: 175).

2.6.1.7 – Observações suplementares: a reposição do capital fixo

Como vimos em 2.3.1, a parcela do capital fixo de um certo capital depreciada durante o ano não é imediatamente substituída, porque esse meio de trabalho ainda continuará a funcionar nos anos subseqüentes. O valor do capital fixo transferido anualmente à massa de mercadorias e, portanto, transformado na forma-dinheiro, é entesourado, colocado sucessivamente de parte até ter terminado a vida útil do meio de trabalho; apenas nessa altura

é gasto na sua *totalidade* para repor *in natura* o meio de trabalho completamente depreciado (cf. Marx, 1985b/1885: 330).

Isto significa que, num determinado ano e em cada departamento, *apenas uma parte dos capitais desembolsará o dinheiro, entesourado em anos anteriores, na aquisição de capital fixo*. Tal acontece porque

“Os capitais individuais possuem tempos de rotação diferentes. Alguns deles têm de repor o seu capital fixo em espécie durante o ano corrente [gastando as reservas entesouradas em ano(s) anterior(es), NM]; entretanto, outros devem, através da venda das suas mercadorias, transformar o valor consumido do seu capital fixo em dinheiro para que possam repô-lo [em espécie, NM] futuramente.” (Tombazos, 2014: 209)

A reposição do capital fixo corporiza-se, pois, em atos alternados de entesouramento, e de investimento – desentesouramento das reservas monetárias – em capital fixo por parte de diferentes capitais: “no interior de um Departamento e dos seus ramos, uma secção dos capitalistas estará envolvida nos primeiros («vendas unilaterais»), enquanto outra secção compra efetivamente elementos adicionais de capital constante [fixo, NM] («compras unilaterais»)” (Reuten, 1998c: 202).

Os capitais individuais podem, portanto, ser divididos em dois grupos distintos: os capitais A, A', A'', etc. repõem o seu capital fixo neste ano, enquanto os capitais B, B', B'', etc. embolsam um tesouro monetário no ano presente. Para facilitar o raciocínio vamos assumir que o capital fixo possui uma vida útil de 2 anos e que os dois grupos repõem o seu capital fixo em anos alternados. Deste modo, no ano n, os capitais A, A', etc. despendem o dinheiro, entesourado em n-1, na reposição do seu capital fixo, enquanto os capitais B, B', etc. entesouram dinheiro com a vista à reposição do seu capital fixo em n+1. Ao invés, no ano n+1, os capitais B, B', etc. gastam as reservas monetárias, entesouradas no ano n, na reposição do seu capital fixo, enquanto os capitais A, A', etc. entesouram dinheiro com vista à reposição do seu capital fixo no ano n+2, e assim sucessivamente.

Em consequência, “aquilo que é requerido para uma sustentar uma reprodução sem entraves do capital social é que o dinheiro entesourado na forma de fundos de amortização [pelos capitais B, B', etc., NM] seja compensado pelo dinheiro desentesourado na aquisição de capital fixo [pelos capitais A, A', etc., NM]” (Shortall, 1994: 340).

Podemos concluir que a reprodução macrossocial apenas será pacífica se a procura e a oferta de capital fixo coincidirem anualmente. Em outros termos, a reposição equilibrada do capital fixo somente será possível: i) se a soma de dinheiro gasta anualmente na reposição de capital fixo (ao nível social) for idêntica à soma de dinheiro acumulada anteriormente como tesouro (reservas monetárias). Isto significa que o montante entesourado/desentesourado alternadamente por A, A', etc. e B, B', etc. tem de ser idêntico; ii) se essa soma de dinheiro se mantiver inalterada ao longo do tempo, algo virtualmente impossível de alcançar (cf. Moseley, 1998: 179).

A reposição do capital fixo do Departamento I, englobada em Ic, é feita, obviamente, através de operações *intradepartamentais*. Os capitais A, A', etc. e B, B', etc., *no interior* do Departamento I, revezam-se na reposição do seu capital fixo, produzido materialmente nesse mesmo departamento.

Quanto à reposição do capital fixo do Departamento II (transações (8) e (9) do esquema de reprodução simples), trata-se de uma transação interdepartamental de contornos peculiares. O Departamento II pode igualmente ser dividido em dois subsectores (Guerrero, 2010: 53): i) o subsector A é constituído pelos capitalistas que devem repor, no ano corrente, o

seu capital fixo em espécie; ii) o subsetor B do Departamento II é constituído pelos capitalistas que não necessitam de repor o seu capital fixo neste ano, limitando-se a acumular reservas monetárias. Para efeitos de simplificação, pressuporemos novamente que o capital fixo possui um período de vida útil de somente dois anos.

Assim, os intercâmbios processam-se da seguinte forma: o subsetor A do Departamento II compra os novos elementos do seu capital fixo ao Departamento I; com esse dinheiro, os capitalistas do Departamento I compram meios de consumo ao subsetor B do Departamento II. Portanto, *o dinheiro adiantado reflui ao Departamento II, mas não ao mesmo subsetor que o adiantou* (Ibid.). No segundo ano os papéis invertem-se: o subsetor B compra os elementos depreciados do seu capital fixo ao Departamento I que, por seu turno, compra meios de consumo ao subsetor A.

Para que este intercâmbio se possa processar continuamente, ao longo dos anos, sem quaisquer entraves, a grandeza do capital fixo do subsetor A do Departamento II deve ser igual ao desgaste anual do capital fixo do subsetor B do Departamento II, de tal maneira que eles podem repor o seu capital fixo e entesourar (o dinheiro necessário para tal) *alternadamente* (Ibid.). Caso isto não aconteça, estamos confrontados como uma crise de (re)produção (Ibid.).

Retomando o nosso exemplo do esquema de reprodução simples, na transação (8) os 250 euros em capital fixo são desembolsados pelo subdepartamento A do Departamento II. Na transação (9), o Departamento I adquire 250 euros de meios de consumo ao subdepartamento B do Departamento II. No ano seguinte, a situação inverter-se-á: o subdepartamento B comprará 250 euros de capital fixo ao Departamento I e, seguidamente, o Departamento I comprará meios de consumo no valor de 250 euros ao subdepartamento A.

2.6.1.8 – Observações suplementares: produto-valor anual e valor do produto anual

Marx estabelece ainda uma distinção conceptual

“entre o produto-valor anual e o valor do produto anual. O produto-valor anual consiste no novo valor criado em ambos os departamentos: $Iv + Iiv + Im + Iim$. O valor do produto anual (...) contém também o capital constante empregado em ambos os departamentos, isto é, $Ic + Iic$. Assim, parte do valor do produto anual é constituída por meios de produção que não foram produzidos no ano atual, mas que são parte do produto do ano anterior. Da mesma maneira, parte do produto do ano atual está incorporado em meios de produção que serão usados no próximo ano. Para que a reprodução simples seja possível, o valor dos novos meios de produção, produzidos durante [este ano, NM] e tornados disponíveis no final deste ano, deve ser igual ao valor dos velhos meios de produção que estavam disponíveis no início deste ano e que foram usados durante este ano. (...) É o valor preexistente corporizado nos meios de produção disponíveis no início do ano, portanto, que possibilita que uma parcela do produto da sociedade (2/3, no exemplo [correspondentes ao capital constante de cada Departamento, NM]) seja incorporada em novos meios de produção, ao mesmo tempo que todo o novo valor criado é consumido.” (Fox, 1985: 40)

Atente-se que Ic e Iic , i.e., os meios de produção utilizados durante este ano em ambos os departamentos, foram produzidos no ano anterior. A produção do Departamento I, durante este ano, destina-se a repor em espécie os meios de produção gastos/depreciados durante o ano atual (em ambos os departamentos) *e que apenas serão utilizados no próximo ano*.

Em síntese, Ic e Iic foram produzidos em $n-1$ e são consumidos produtivamente durante o ano n : Ic (juntamente com a força de trabalho Iv) na produção de meios de produção e Iic (juntamente com a força de trabalho Iiv) na produção de meios de consumo. Neste sentido, o valor dos meios de produção produzidos em $n-1$ apenas é transferido às

mercadorias produzidas durante o ano n. Como vimos em 1.7, é o caráter dual do trabalho que lhe permite vivificar o valor pretérito dos meios de produção ao mesmo tempo que cria novo valor: “o trabalho do ano atual produz novo valor, em virtude do seu caráter de trabalho abstrato, e permite que o valor passado dos meios de produção seja transferido ao produto final, em virtude do seu caráter de trabalho concreto” (Moseley, 1998: 177).

Podemos concluir que o *output* do Departamento I, no ano n, destina-se: a) a repor *in natura* os meios de produção do Departamento II (intercâmbio de $Iv + Im$ por IIC); b) a repor *in natura* os meios de produção do Departamento I (transação intradepartamental de IC). Todavia, estes meios de produção criados *in natura* no ano n, pelo Departamento I, apenas serão utilizados/consumidos produtivamente no ano n+1, na medida em que só ficam disponíveis no final do ano n.

2.6.2 – A reprodução ampliada do capital social

2.6.2.1 – Condição de proporcionalidade: $IIC + acIIC = Iv + acIv + Im$

No contexto da reprodução macrossocial em escala ampliada, parte da mais-valia, em ambos os departamentos, é investida e acumulada como capital:

“Para que o crescimento económico ocorra, parte da mais-valia (...) deve ser *despendida produtivamente* e não desperdiçada improdutivamente (...). Por outras palavras, deve ser transformada em capital constante adicional (...) e capital variável adicional (...). A acumulação do capital nada mais é do que esta capitalização (parcial) da mais-valia, i.e., a transformação (parcial) do lucro em capital adicional.” (Mandel, 1992/1978: 17, *italico no original*)

Em suma, a reprodução ampliada significa que “mais matérias-primas são transformadas por mais trabalhadores, utilizando mais maquinaria, em mais produtos acabados com um valor global maior do que no período de rotação anterior” (Ibid.). A reprodução ampliada pode naturalmente ser representada algebricamente. Se $acIC$ designar o capital constante (adicional) acumulado no Departamento I, $acIv$ designar o capital variável acumulado no Departamento I, $acIIC$ representar o capital constante acumulado no Departamento II e $acIIv$ representar o capital variável acumulado no Departamento II; se, para além disso, Im e IIm representarem a mais-valia residual, despendida como rendimento, respetivamente, pelo capitalista coletivo do Departamento I e II, então o produto dos dois departamentos é dado por:

Departamento I: $IC + acIC + Iv + acIv + Im$ (fundo de consumo)

Departamento II: $IIC + acIIC + IIv + acIIv + IIm$ (fundo de consumo)

A reprodução ampliada requer que o produto do Departamento I, constituído materialmente por meios de produção, seja capaz de repor em espécie o capital constante usado/depreciado em ambos os departamentos (à semelhança do que sucedia na reprodução simples) e, ademais, seja capaz de suprir o capital constante adicional acumulado em ambos os departamentos. Deste modo, a seguinte equação tem de ser válida:

$$IC + acIC + Iv + acIv + Im = IC + acIC + IIC + acIIC$$

Eliminando os elementos comuns nos dois lados da equação, obtemos a seguinte condição:

$$Iv + acIv + Im = IIC + acIIC$$

Por seu turno, a produção do Departamento II é constituída em termos materiais por meios de consumo. Desta maneira, ela tem de ser capaz de satisfazer as necessidades de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas dos dois departamentos (tal como acontecia na reprodução simples) e, para além disso, criar os meios de subsistência requeridos para a reprodução da força de trabalho adicional. A seguinte igualdade tem, pois, de verificar-se:

$$IIc + acIIc + IIv + acIIv + II m = Iv + acIv + Im + IIv + acIIv + II m$$

Subtraindo uma vez mais as variáveis comuns, obtemos a seguinte condição:

$$IIc + acIIc = Iv + acIv + Im$$

Note-se que este é o mesmo resultado que tínhamos obtido para a produção do Departamento I. Em síntese, no contexto da reprodução ampliada, emerge a seguinte *condição de proporcionalidade*: o somatório do valor do capital constante usado no Departamento II com o valor do capital constante adicional acumulado no Departamento II tem de ser equivalente à soma do valor do capital variável – preexistente e acumulado – do Departamento I com o fundo de consumo dos capitalistas do Departamento I.

Impõe-se uma última nota referente à especificidade da (re)produção material no seio da reprodução ampliada. Como vimos em 2.6.1.1, a reprodução macrossocial no capitalismo é um processo bífido, que exige a reprodução das mercadorias na sua qualidade de valores e valores de uso. Neste sentido, “para que a acumulação seja possível, ambos os departamentos devem produzir mais do que aquilo que foi usado previamente” (Heinrich, 2012: 139); ou seja, “a reprodução ampliada só é possível quando o mais-produto já contém os elementos materiais do «capital produtivo adicional»” (Guerrero, 2010: 44).

Esta é uma observação crucial: para que a acumulação de capital constante, no *próximo ano*, seja possível, esses elementos materiais do capital constante terão de ser produzidos pelo Departamento I *neste ano*. Por outras palavras, a procura do capital constante adicional no (final do) ano n , que será utilizado para incrementar a escala da (re)produção no ano $n+1$, tem obviamente de ser satisfeita através da produção de meios de produção *durante o ano n* . Esta produção adicional de capital constante requer, por sua vez, força de trabalho adicional e, portanto, a produção de meios de subsistência adicionais por parte do Departamento II *durante o ano n* (Ibid.: 47).

2.6.2.2 – Esquema de reprodução ampliada

Consideremos agora um exemplo que ilustra os esquemas de reprodução de ambos os departamentos na situação de reprodução ampliada. Se a taxa de mais-valia for de 100%, a situação *inicial* é a seguinte:

Departamento I: $4000c + 1000v + 1000m = 6000$

Departamento II: $1500c + 750v + 750m = 3000$

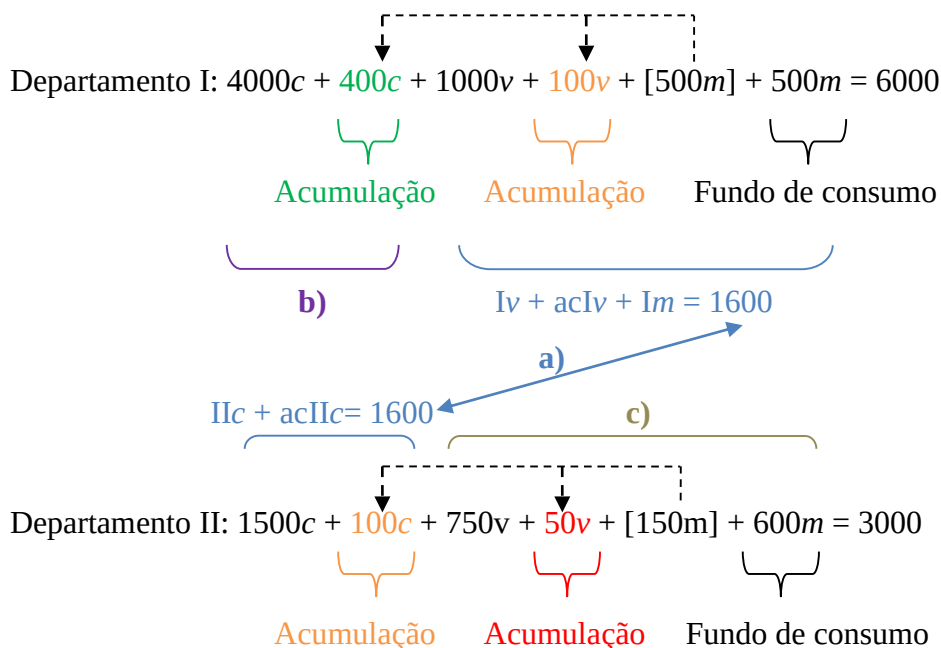
O primeiro aspeto a ressaltar é que, no exemplo proposto Marx, supõe-se que seja acumulada metade da mais-valia do Departamento I: 500 Im . No entanto, esta acumulação tem de respeitar a composição-valor do capital, ou seja, a proporção do capital constante face ao capital variável, que é de $4000/1000 \Leftrightarrow 4:1$; assim, estes 500 euros terão de se repartir por 400 euros de capital constante e 100 euros de capital variável.

Neste sentido, a transação *interdepartamental* é aquela entre $1000 Iv + 100 acIv + 500 Im$ (fundo de consumo) e 1500 IIc . Estamos confrontados com uma aparente desproporção,

em que 1600 euros do Departamento I têm de ser trocados por 1500 euros do Departamento II. Todavia, a acumulação de capital não se restringe ao Departamento I.

De acordo com o exemplo de Marx, supõe-se que seja acumulado 1/5 da mais-valia do Departamento II: 150 Im . Uma vez que a composição orgânica terá igualmente de ser respeitada no Departamento II ($1500/750 \Leftrightarrow 2:1$), estes 150 euros terão de se repartir por 100 euros de capital constante e 50 euros de capital variável. Visto que Ic aumentou para 1600 euros, a condição de proporcionalidade, mencionada em 2.6.2.1, é cumprida, porquanto $1000 Iv + 100 acIv + 500 Im = 1500 IIc + 100 acIIc$.

Logo, após a acumulação de capital, *no final* do ano presente, a situação nos Departamentos I e II será a seguinte:

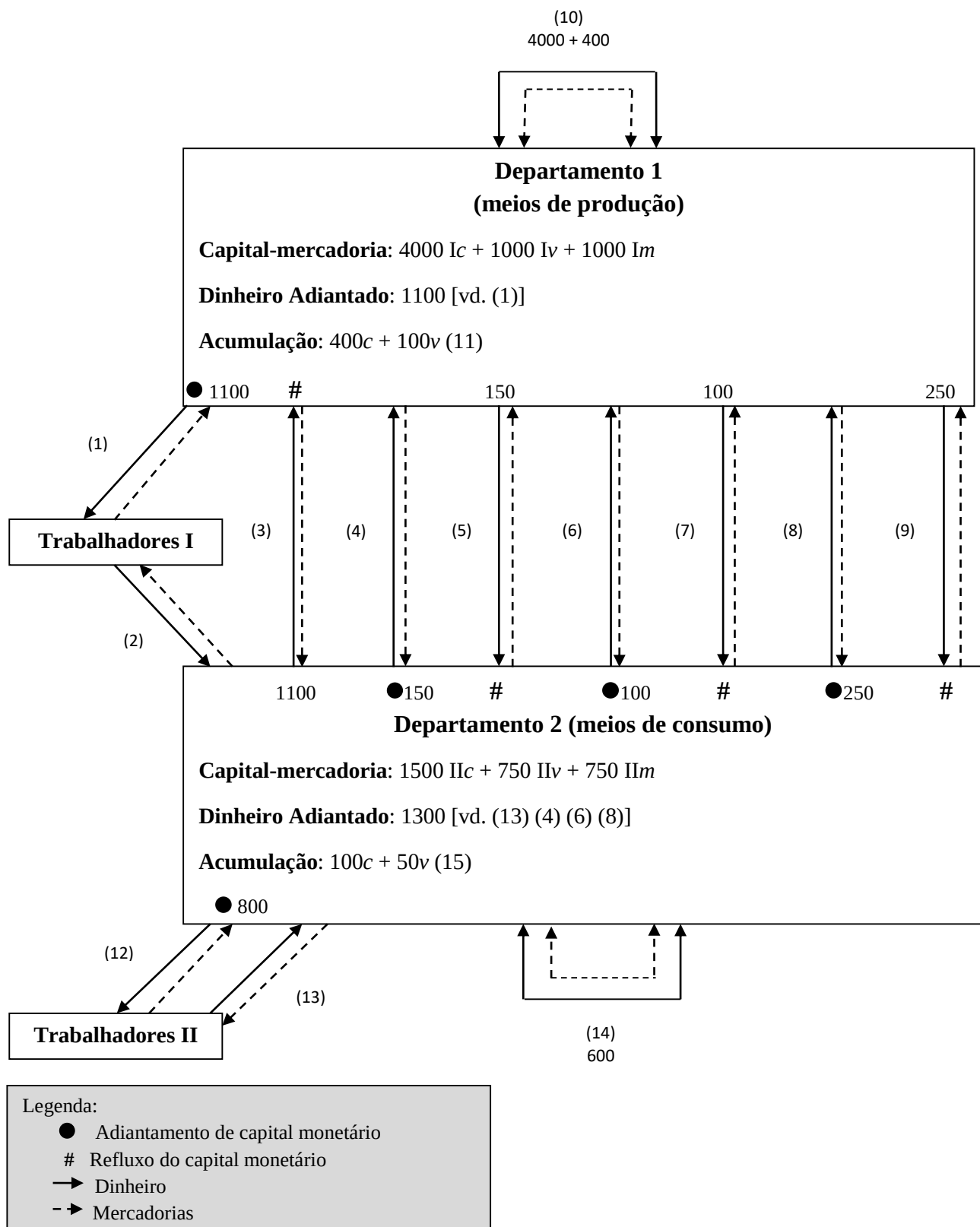


A reprodução agregada do capital social pode, portanto, ser decomposta em três conjuntos de transações:

- a) $1500 IIc + 100 acIIc$ têm de ser realizados pelo Departamento I. Os trabalhadores I ($1000 Iv + 100 acIv$) e os capitalistas I ($500 Im$) compram bens de consumo ao Departamento II, no valor, respetivamente, dos seus salários e da parcela da mais-valia respeitante ao fundo de consumo. Com esse dinheiro, os capitalistas II compram de meios de produção ao Departamento I com vista à reposição do seu capital constante e à acumulação de 100 euros adicionais de capital constante; através desta transação, o valor da força de trabalho e do fundo de consumo do Departamento I é reposto.
- b) $4000 Ic + 400 acIc$ constituem meios de produção utilizados exclusivamente no Departamento I. A reposição (material) do capital constante consumido durante o ano nesse departamento e a acumulação adicional de 400 euros de capital constante é conseguida através de transações *intradepartamentais* que se processam entre os múltiplos capitalistas individuais do Departamento I.
- c) Os $750 IIv + 50 acIIv$, referentes aos salários dos trabalhadores do Departamento II, e os $600 IIc$, que constituem o fundo de consumo dos capitalistas do Departamento II, são inteiramente despendidos em bens de consumo, pelo que são transacionados dentro do seu próprio departamento.

A Figura 2.4 ilustra detalhadamente o esquema de reprodução ampliada.

Figura 2.4 – Reprodução Ampliada



Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Eldred & Roth (2008/1978: 42).

Refira-se que, de acordo com o que é proposto por Eldred & Roth (2008/1978), o capital constante do Departamento II decompõe-se em 1250 euros de capital circulante (matérias-primas) e 250 euros de capital fixo (meios de trabalho) depreciados completamente durante o ano. Adicionalmente são comprados mais 100 euros de capital constante circulante. Passemos, então, a analisar a Figura 2.4:

a) Transação ($I_v + acI_v + Im$) por ($II_c + acII_c$), ou seja, ($1000 I_v + 100 acI_v + 500 Im$) por ($1500 II_c + 100 acII_c$).

- (1) O capitalista (coletivo) do Departamento I adianta em salários: 1000 euros aos seus empregados e 100 euros para contratar força de trabalho adicional. Os trabalhadores vendem, portanto, a sua força de trabalho.
- (2) Os trabalhadores do Departamento I compram com os seus salários 1100 euros de meios de consumo ao Departamento II.
- (3) Assim, o Departamento II pode comprar capital constante *circulante* ao Departamento I no valor de 1100 euros. Note-se que os 1100 euros adiantados em (1), e que compõem o capital variável do Departamento I, refluíram, pois, a esse mesmo Departamento sob a forma de dinheiro. O Departamento I está em condições de voltar a adquirir força de trabalho para iniciar um novo ciclo produtivo. Em virtude da venda de parte do seu capital-mercadoria ao Departamento II, refluíu-lhe em dinheiro o valor do seu capital variável.
- (4) Falta dinheiro para a transação entre 500 Im (fundo de consumo dos capitalistas do Departamento I) e os 500 II_c ($400 II_c + 100 acII_c$) remanescentes. Como ainda só estamos a tratar do capital constante *circulante* do Departamento II (vd. (8) e (9) para a transação respeitante ao capital constante *fixo*), e ainda não houve qualquer acumulação neste Departamento (vd. (6) e (7) para a acumulação de capital constante circulante no Departamento II), na verdade a transação em questão é entre 150 Im e 150 II_c ($500 II_c - 250 II_c$ capital fixo - $100 acII_c = 150$). Tem de ser pressuposto um adiantamento de dinheiro por parte dos capitalistas do Departamento II. Assim, o Departamento II adianta 150 euros para comprar capital constante circulante ao Departamento I, repondo o seu capital constante circulante (inicial) *in natura* na sua totalidade.
- (5) Com os 150 euros recebidos em (4), os capitalistas do Departamento I compram meios de subsistência ao Departamento II, que constituem uma parte substancial do seu fundo de consumo (vd. (7) e (9) para a aquisição dos restantes meios de subsistência). Note-se que o dinheiro adiantado em (4) pelos capitalistas do Departamento II refluíu para esses mesmos capitalistas.
- (6) Para concretizar a reprodução ampliada, o Departamento II tem de acumular uma parcela da sua mais-valia como capital. No contexto da transação interdepartamental, a acumulação de capital constante (por hipótese, circulante) no Departamento II tem de ser idêntica à acumulação de capital variável no Departamento I, com vista a respeitar a equação $I_v + acI_v + Im = II_c + acII_c$. Assim, o capitalista coletivo do Departamento II investe *produtivamente* 100 euros da sua mais-valia (reduzindo nesse montante o seu fundo de consumo) na aquisição de capital constante circulante ao Departamento I. Para respeitar a composição-valor, terá de ser contratada força de trabalho adicional (vd. (12)).
- (7) Com o dinheiro obtido em (6), o capitalista coletivo do Departamento I compra 100 euros de meios de subsistência ao Departamento II.
- (8) À semelhança do que sucedia na reprodução simples, os capitalistas do Departamento II voltam a ter de efetuar um adiantamento, no valor de 250 euros, para adquirirem o

capital constante *fixo* depreciado durante o ano. Através de (2), (4) e (8) o Departamento II repôs completamente o seu capital constante inicial.

- (9) Com os 250 euros recebidos em (8), os capitalistas do Departamento I compram meios de subsistência ao Departamento II. Através de (5), (7) e (9) os capitalistas do Departamento I consumiram na totalidade a parcela da mais-valia despendida como rendimento, ou seja, delapidaram o seu fundo de consumo ($Im = 150 + 100 + 250 = 500$ euros).

b) e c) Transações intradepartamentais

- (10) Tal como sucedia na reprodução simples, o Departamento I repõe o capital constante (4000 euros) consumido produtivamente através de operações *intradepartamentais*. Para além disso, são acumulados 400 euros adicionais de capital constante igualmente através de trocas *intradepartamentais* (cf. 2.6.2.3 para a análise desta transação). O Departamento I está em condições de iniciar um novo ciclo produtivo, porquanto o valor da sua força de trabalho já tinha sido repostado em (3).
- (11) O Departamento I acumulou 500 euros de capital: 400 euros sob a forma de capital constante (vd. (10)) e 100 euros sob a forma de capital variável (vd. (3)).
- (12) Em (6), o Departamento II adquiriu capital constante circulante adicional no valor de 100 euros. Com vista a respeitar a composição-valor vigente neste Departamento ($c:v \Leftrightarrow 2:1$), terão de ser investidos *produtivamente* 50 euros da mais-valia departamental na contratação de força de trabalho suplementar. O capital variável do Departamento II ascende, pois, a 800 euros ($750 + 50$), valor que o capitalista (coletivo) adianta aos seus trabalhadores, sob a forma de salários. Os trabalhadores vendem, pois, a sua força de trabalho.
- (13) Os trabalhadores do Departamento II compram com os seus salários meios de subsistência no seu próprio departamento. O dinheiro adiantado pelos capitalistas do Departamento II em (13) retornou mais uma vez à origem. Este capital monetário pode agora ser utilizado para adquirir a força de trabalho necessária para iniciar um novo processo produtivo.
- (14) Mercê dos investimentos produtivos de mais-valia efetuados em capital constante circulante (vd. (6)) e em capital variável (vd. (12)), no total de 150 euros, o fundo de consumo dos capitalistas do Departamento II caiu para 600 euros ($750 - 150$). Neste sentido, ocorre uma circulação intradepartamental de meios de subsistência no montante desse fundo de consumo. Por outras palavras, 600 euros da mais-valia criada no Departamento II são delapidados *como rendimento* em bens de consumo produzidos no seu próprio departamento.
- (15) O Departamento II acumulou 150 euros de capital: 100 euros sob a forma de capital constante (vd. (6)) e 50 euros sob a forma de capital variável (vd. (12)).

Chegou a altura de fazermos uma breve recapitulação. A situação, no início do ano, era a seguinte:

Departamento I: $4000c + 1000v = 5000$

Departamento II: $1500c + 750v = 2250$

Por sua vez, no final do ano, após a acumulação de capital, obtemos esta situação:

Departamento I: $4400c + 1100v = 5500$

Departamento II: $1600c + 800v = 2400$

Assim, o capital do Departamento I cresceu 10%, de 5000 para 5500 euros, enquanto o capital do Departamento II aumentou 6,7%, de 2250 para 2400 euros. Vejamos ainda como serão as coisas no 2º ano. A situação inicial (mantendo-se a taxa de mais-valia em 100%) é:

Departamento I: $4400c + 1100v + 1100m$

Departamento II: $1600c + 800v + 800m$

Tal como no 1º ano, será acumulada metade da mais-valia do Departamento I: 550 euros. Este investimento terá de respeitar a composição-valor (4:1), pelo que se repartirá por 440 euros de capital constante e 110 euros de capital variável. A transação interdepartamental é aquela entre $(1100v + 110acIv + 550m = 1760)$ e $1600Ic$. Como se denota, para que a condição de proporcionalidade $(Iv + acIv + Im = Ic + acIc)$ seja respeitada, o Departamento II terá de investir 160 euros da sua mais-valia em meios de produção e, para além disso, 80 euros em capital variável, de modo a cumprir a sua composição-valor. No final do 2º ano, após a acumulação de capital, temos a seguinte situação:

Departamento I: $4840c + 1210v = 6050$

Departamento II: $1760c + 880v = 2640$

Deste modo, o capital do Departamento I cresceu 10%, de 5500 para 6050 euros, enquanto o capital do Departamento II aumentou 10%, de 2400 para 2640 euros. A partir do 2º ano, ambos os Departamentos apresentam uma taxa de crescimento similar (cf. Marx, 1985b/1885: 371-373). Naturalmente que não é possível retirar nenhuma conclusão geral deste facto, porquanto ele resulta inteiramente dos exemplos numéricos escolhidos por Marx.

2.6.2.3 – Observações suplementares: a acumulação em ambos os departamentos

A primeira pré-condição da acumulação é, conforme salientámos em 2.5.3, a formação de reservas monetárias, i.e., o entesouramento de capital monetário latente. É necessário acumular um montante mínimo de dinheiro – derivado da mais-valia – para que ele possa ser investido como capital. Por conseguinte, “a massa de dinheiro existente” num dado país tem de ser “suficiente tanto para a circulação ativa como para o entesouramento de reservas” (Ibid.: 364), visto que o entesouramento é um momento crucial para a reprodução ampliada (Ibid.: 359).

Em segundo lugar, a acumulação de capital variável pressupõe que os capitalistas de ambos os departamentos encontrem no mercado de trabalho a força de trabalho necessária para aumentar a sua escala de produção. Segundo Marx, “a parte do capital monetário recém-formado”, passível de ser convertida em capital variável, “sempre encontra disponível [no mercado, NM] a força de trabalho em que deve se transformar” (Ibid.: 365). Esta suposição é inteiramente coerente com a crítica da economia política marxiana, nomeadamente com a sua noção da formação permanente de um “exército industrial de reserva” (cf. 1.14.3).

Evidentemente que uma força de trabalho acrescida exige a produção adicional de meios de consumo pelo Departamento II: “II acumula para I e para si mesmo, no que se refere ao capital variável, ao reproduzir uma parte de maior produção global e, portanto, (...) de seu mais-produto, em forma de meios de consumo necessários” (Ibid.: 375). Uma parcela da mais-valia do Departamento II tem de ser deduzida ao fundo de consumo dos capitalistas II e investida produtivamente no incremento da sua escala de produção.

Finalmente, em terceiro lugar, resta-nos analisar a acumulação de capital constante em ambos os departamentos. A situação é em tudo similar àquela da reposição do capital fixo

(Brewer, 1984: 122), apresentada em 2.6.1.7. Os capitais podem ser divididos em dois grupos: os capitais A, A', etc. investem, no ano n, o capital monetário previamente entesourado na aquisição de capital constante adicional; os capitais B, B', etc. entesouram reservas monetárias que apenas serão despendidas em capital constante suplementar no ano n+1.

A acumulação de capital constante no Departamento I é obviamente uma operação intradepartamental. Assim, no ano n, os capitais A, A', etc. compram os meios de produção adicionais que necessitam aos capitais B, B', etc.; portanto, os meios de produção suplementares são produzidos pelos capitais B, B', etc., mas *funcionarão como capital produtivo* nas mãos dos capitais A, A', etc. no ano n+1 (Marx, 1985b/1885: 363).

Por sua vez, no ano n+1, a situação inverte-se: com o dinheiro entesourado em n, os capitais B, B', etc. compram meios de produção adicionais aos capitais A, A', etc.; portanto, os meios de produção suplementares são produzidos pelos capitais A, A', etc., mas funcionarão como capital produtivo nas mãos dos capitais B, B', etc. no ano n+2. Marx resume a questão do seguinte modo:

“Parte dos capitalistas converte, portanto, continuamente, seu capital monetário potencial, logo que tenha atingido a grandeza adequada, em capital produtivo, isto é, compra com o dinheiro entesourado (...) meios de produção, elementos adicionais do capital constante; enquanto parte ainda está ocupada em entesourar seu capital monetário potencial. Os capitalistas pertencentes a essas duas categorias se confrontam, uns como compradores, outros como vendedores, e cada um exclusivamente em um desses papéis.” (Ibid.: 359)

A acumulação de capital constante no Departamento II é uma transação interdepartamental que obedece aos moldes da reposição do capital fixo nesse departamento (cf. 2.6.1.7). O subsetor A do Departamento II adquire, no ano presente, os novos elementos do seu capital constante ao Departamento I; com esse dinheiro, os capitalistas do Departamento I compram meios de consumo ao subsetor B do Departamento II (vd. operações (6) e (7) no esquema de reprodução ampliada). No segundo ano os papéis invertem-se: o subsetor B compra o capital constante necessário para aumentar a sua escala de produção ao Departamento I que, por sua vez, compra meios de consumo ao subsetor A.

2.6.3 – A reprodução desequilibrada do capital, as limitações dos esquemas e a crise

É importante ressaltar que Marx não pretendeu, com os seus esquemas de reprodução, demonstrar a existência de um suposto equilíbrio do processo de reprodução macrossocial do capital (cf. Kliman, 2001). O equilíbrio é a exceção, e não a regra, no contexto da (re)produção capitalista, pelo que a proporcionalidade – em termos materiais e de valor – das transações inter e intradepartamentais não está, de modo algum, assegurada de antemão: “o desenvolvimento proporcional dos setores produtivos e o equilíbrio entre produção e consumo só podem ocorrer submetidos a dificuldades e perturbações permanentes” (Rosdolsky, 2001/1968: 412). Mandel nota justamente que

“Marx nunca procurou provar que estas proporções são automaticamente e constantemente asseguradas pela «mão invisível» das forças de mercado. Pelo contrário, ele insistiu numerosas vezes que estas proporções são *difíceis* de alcançar e impossíveis de serem mantidas permanentemente, e que elas são automaticamente perturbadas por essas mesmas forças [de mercado, NM] que as originam ocasionalmente. Por outras palavras, os esquemas de reprodução demonstram que o equilíbrio, assim como o crescimento equilibrado, é a exceção e não a regra sob o capitalismo: que as desproporções são bastante mais frequentes que a proporcionalidade, e que o

crescimento, sendo necessariamente assimétrico, produz inevitavelmente (...) contrações da reprodução ou crises.” (Mandel, 1992/1978: 24-25, *itálico no original*)

Ademais, é preciso reconhecer o papel específico dos esquemas de reprodução enquanto instrumento de análise do modo de produção capitalista. Rosdolsky identifica claramente a função destas representações ilustrativas no seio da crítica da economia política marxiana:

“os muito debatidos esquemas da reprodução de Marx só pretendem assinalar que – dentro de períodos limitados, nos quais a técnica de produção e a taxa de exploração do trabalho permanecem relativamente estacionárias – a reprodução ampliada pode ter lugar enquanto se mantêm determinadas proporções de intercâmbio entre os dois principais departamentos da produção social; qualquer interpretação desses esquemas que enfatize a «harmonia» está descartada.” (Rosdolsky, 2001/1968: 278)

Neste sentido, as limitações dos esquemas de reprodução são evidentes:

“os esquemas da reprodução não levam em conta as modificações do modo de produção decorrentes do progresso técnico, ou seja, da crescente composição orgânica do capital, do aumento da taxa de mais-valia e do incremento da taxa de acumulação. Quando essas modificações são incorporadas aos esquemas, ficam perturbadas as condições de equilíbrio da reprodução”. (Ibid.: 410)

Em suma, “os esquemas de Marx só tratam das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada mantendo-se constantes as condições de produção” (Ibid.: 418). Ora, a questão é que, como sabemos (cf. 1.6.4.3, 1.11 e 1.16), o modo de produção capitalista assenta no progresso técnico, tecnológico e científico incessante, no revolucionamento contínuo dessas condições de produção. Por conseguinte, “tão logo se ensaia incorporar o progresso técnico aos esquemas de reprodução, as condições de equilíbrio da reprodução se transformam em condições de perturbação do equilíbrio” (Ibid.: 419).

Para além disso, as crises *cíclicas*, decorrentes do desequilíbrio entre os dois departamentos da produção social ou da desproporção entre oferta e procura, são manifestamente secundárias para análise da realidade capitalista presente. A “anarquia” do mercado é uma tautologia, assim como o seu (potencial) desequilíbrio.³¹¹ Porém, aquilo que está na ordem do dia é a crise *estrutural* do capital, que não é explicável através dos esquemas de reprodução nem da análise (exclusiva) da esfera da circulação. Carecem completamente de fundamento, portanto, todas as interpretações que pretendem “demonstrar, baseando-se nos esquemas”, que a produção capitalista pode “«estender-se até ao infinito» só porque o esquema de referência pode prosseguir indefinidamente” e que “a ideia de uma derrocada económica do capitalismo «não é racional»” (Ibid.: 403).

Neste contexto, é preciso reconhecer que “os esquemas da reprodução do segundo tomo” de *O Capital* “precisam ser complementados pela teoria marxiana das crises e da derrocada” (Ibid.: 419). Geert Reuten, por exemplo, um dos intérpretes mais ilustres dos esquemas de reprodução marxianos, é capaz de intuir, em parte, a crise enfrentada pelo processo de (re)produção capitalista e o seu carácter historicamente específico:

“É visível o problema central relacionado com o facto de que uma economia capitalista tem de reproduzir-se materialmente para assegurar a sua sobrevivência (...), mas não pode, por definição, fazê-lo sem ser simultaneamente uma economia monetária (...). Os

³¹¹ “As discrepâncias são normais e a ordem turbulenta que rege este processo é alcançada somente através da desordem” (Shaikh, 2016: 165).

dois processos podem não coincidir. Consequentemente, é possível vislumbrar que o crescimento equilibrado caminha no fio da navalha, assombrado pelas possibilidades de crise económica.” (Reuten, 1998c: 222-223)

Todavia, o problema é ainda mais grave do que aquele identificado por Reuten. Como vimos em 1.16, mais do que uma mera não coincidência *temporária* da (re)produção material com a (re)produção do valor, a economia capitalista enfrenta um *limite interno absoluto do processo de valorização*. Isto significa, por sua vez, que setores cada vez mais amplos da (re)produção material são paralisados em virtude de não serem capazes de cumprir os critérios irracionais da rentabilidade económica. Podemos concluir, então, com Rosdolsky, que a “reprodução ampliada do capital” não “pode prosseguir até o infinito (...), pois o modo de produção capitalista deve reproduzir suas contradições internas em uma escala cada vez mais elevada, até que a «espiral» do desenvolvimento capitalista (...) chegue ao fim” (Rosdolsky, 2001/1968: 382).

2.7 – Digressão: o conceito de trabalho (im)produtivo em Marx

Será legítimo afirmar que o conceito marxiano de trabalho (im)produtivo padece de um tratamento teórico deficitário; podemos, com efeito, falar de uma *subteorização* do trabalho (im)produtivo. A discussão deste conceito, quase sempre fragmentária e fugaz, encontra-se dispersa por diversas obras, nomeadamente nos *Grundrisse*, no *Manuscrito Económico de 1861-63* (incluindo as *Teorias da Mais-Valia*), nos *Resultados do Processo de Produção Imediato* e no Livro Segundo de *O Capital*. Refira-se que Marx planeava abordar detalhadamente a noção de trabalho (im)produtivo na versão definitiva das *Teorias da Mais-Valia* (cf. Marx, 1996b/1867: 138) que, como é sabido, nunca chegou a ser redigida.

O principal objetivo desta secção é apresentar uma distinção conceptual clara entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, partindo das múltiplas dimensões que perpassam estes conceitos. De modo preliminar, podemos avançar que é produtivo, do ponto de vista do capital, todo o trabalho que cria mais-valia. Ao longo do Capítulo 1, no seguimento de Marx, foi sempre pressuposto que o trabalho criava, em qualquer circunstância, mais-valia. Todavia, como veremos, nem todo o trabalho sob o capitalismo produz mais-valia, situação em que é denominado trabalho *improdutivo* por Marx.

2.7.1 – Critério geral: produção de (mercadorias prenes de) mais-valia

Deve ser realçado, antes de mais, que o conceito de trabalho (im)produtivo, “à semelhança dos outros conceitos da [crítica da] economia política de Marx, possui um carácter *histórico e social*” determinado (Rubin, 1990/1928: 265, *italico no original*). Por conseguinte, a distinção marxiana entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo aplica-se somente ao modo de produção capitalista:

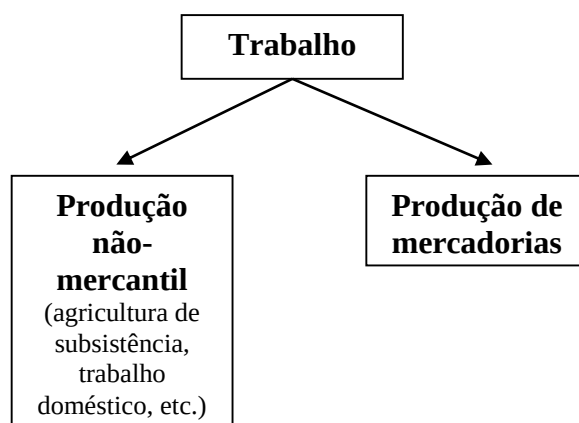
“Quando Marx classifica certas formas de trabalho como produtivas e outras como improdutivas, ele não está a fazer nenhum juízo moral ou a empregar critérios de utilidade social (ou humana). Nem sequer apresenta esta classificação como uma de carácter (...) a-histórico. O objeto da sua análise é o *modo de produção capitalista*, pelo que ele determina simplesmente aquilo que é produtivo e improdutivo (...) unicamente para esse sistema.” (Mandel, 1992/1978: 41, *italico no original*)

Em primeiro lugar, devemos distinguir a produção não-mercantil da produção de mercadorias (vf. Figura 2.5 na página seguinte). O capitalismo constitui um sistema produtor de mercadorias plenamente desenvolvido. Como vimos em 1.5, “o processo de trabalho é apenas um meio para o processo da valorização do capital” (Marx, 1975/1864: 93). Assim, somente pode ser considerado produtivo *em termos capitalistas* (Ibid.: 94) o trabalho que

cumpra este critério, produzindo mercadorias preñhes de mais-valia e contribuindo diretamente para a valorização incessante do capital.³¹²

“Como o fim imediato e o *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que somente é *produtivo aquele trabalho* (...) e só é *trabalhador produtivo* aquele possuidor de capacidade de trabalho que diretamente *produza mais-valia*; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital.” (Ibid.: 93, *itálico no original*)

Figura 2.5 – Produção mercantil e produção não-mercantil



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133).

Por seu turno, a produção não-mercantil – como seja a agricultura de subsistência ou o trabalho doméstico (Savran & Tonak, 1999: 125) – consiste, sobretudo, em pequenos nichos ou enclaves no seio do modo de produção capitalista dominante e que são alheios à sua racionalidade económica. Estamos perante uma produção direcionada para uso/consumo próprio. Neste sentido, a produção não-mercantil é improdutiva em termos capitalistas, porquanto não cria qualquer valor económico e muito menos mais-valia.

O carácter mercantil da produção é, então, o primeiro critério basilar que permite classificar um trabalho como sendo produtivo na sociedade capitalista. Marx sustenta que “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx, 1996b/1867: 138), algo que pressupõe a existência da produção mercantil.

2.7.2 – Trabalho assalariado: intercâmbio por capital e intercâmbio por rendimento

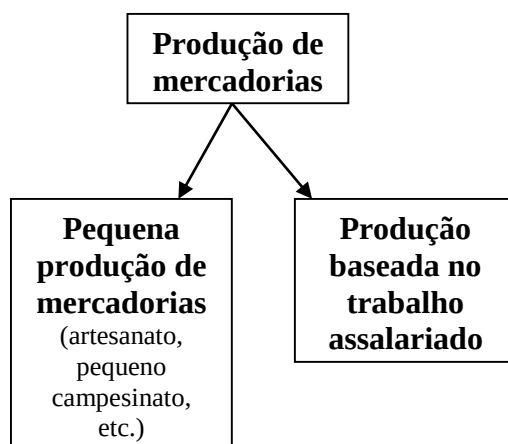
Em segundo lugar, na ótica de Marx, “o conceito de trabalho produtivo (...) encerra (...) uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital” (Ibid.). Está implícita nestas palavras de Marx a segunda dimensão do trabalho produtivo: o trabalho produtivo é obrigatoriamente um trabalho *assalariado* empregado pelo capital (Marx, 1975/1864: 95). O trabalho produtivo implica que o operário venda (previamente) a sua força de trabalho ao capitalista.

Este facto exclui a pequena produção de mercadorias (vd. Figura 2.6 na página seguinte) – nomeadamente o trabalho artesanal e a pequena agricultura – do campo do trabalho produtivo, porquanto a propriedade dos meios de produção está nas mãos dos produtores imediatos e, ademais, estes indivíduos trocam somente o *produto* do seu trabalho

³¹² O trabalho produtivo é aquele “cujo valor se conserva e se incrementa” (Marx, 1980/1863: 367).

por *dinheiro*³¹³ e não a sua própria força de trabalho (Savran & Tonak, 1999: 125) *por capital*.

Figura 2.6 – Pequena produção de mercadorias e trabalho assalariado



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133).

Porém, em terceiro lugar, a venda da força de trabalho é uma condição necessária, mas que em si mesma não é suficiente para qualificar um determinado trabalho como produtivo (Ibid.), na medida em que esse trabalhador assalariado pode não estar envolvido diretamente no processo de valorização do valor (Marx, 1975/1864: 95).³¹⁴ Assim, o trabalho produtivo é aquele trabalho assalariado “que se troca diretamente por *dinheiro como capital* ou, dito de um modo mais conciso, aquele que se troca diretamente por *capital*” (Marx, 1980/1863: 368, *itálico no original*). Nos *Resultados*, Marx sustenta uma posição semelhante:

“[A]o falarmos de *trabalho produtivo*, falamos pois de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica uma relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de [força de, NM] trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital e que como capital se contrapõe à capacidade [força, NM] de trabalho”. (Marx, 1975/1864: 98, *itálico no original*)

No *Manuscrito Económico de 1861-63*, Marx conclui que

“trabalho produtivo, na aceção da produção capitalista, é o trabalho assalariado que, sendo trocado pela parte variável do capital (...), reproduz não apenas essa parte do capital (ou o valor da sua própria capacidade de trabalho), mas, para além disso, produz mais-valia para o capitalista.” (Marx, 1989a/1861-63: 8)

Isto é possível porque, como sabemos (cf. 1.4.2), “ele objetiva mais tempo de trabalho no seu produto do que aquele que está objetivado no[s] produto[s] que asseguram a sua existência enquanto trabalhador” (Marx, 1989a/1861-63: 9). Em suma, *o trabalhador assalariado produtivo cria uma mais-valia através do fornecimento de tempo de trabalho excedente ao capitalista*, mediante o consumo produtivo da sua força de trabalho (Marx,

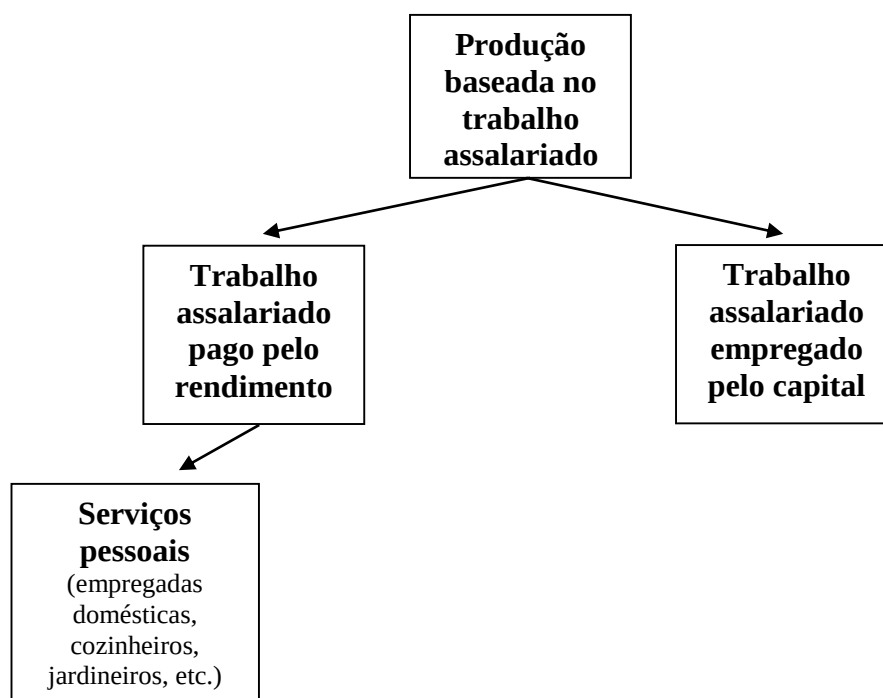
³¹³ Portanto, trocam os produtos do seu trabalho por *rendimento*: por salários ou pelo fundo de consumo dos capitalistas.

³¹⁴ “Mesmo o trabalho assalariado, se não for empregado para produzir mais-valia (...) não é produtivo” (Rubin, 1990/1928: 263) em termos capitalistas.

1980/1863: 374). Marx é taxativo: “apenas é um trabalhador produtivo alguém cujo comprador [da sua força de trabalho, NM] é um capitalista industrial – alguém cujo trabalho produz lucro para o seu comprador imediato” (Marx, 1989a/1861-63: 177).

Todavia, este não é o único intercâmbio possível entre dinheiro e força de trabalho. Uma parcela maior ou menor da mais-valia não se transforma em capital – i.e., não é reinvestida –, sendo ao invés convertida em rendimento que possibilita o consumo do capitalista (Savran & Tonak, 1999: 126-127). O capitalista pode gastar este rendimento diretamente em bens de consumo ou pode utilizá-lo para contratar trabalhadores que lhe prestam diversos serviços (empregadas domésticas, cozinheiros, motoristas, jardineiros, guarda-costas, etc.).

Figura 2.7 – Trabalho assalariado intercambiado por rendimento e por capital



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133 e 147).

No último caso, o dinheiro é trocado por força de trabalho, mas na qualidade de *rendimento* e não de capital (vd. Figura 2.7). Esta operação não origina qualquer mais-valia para o capitalista, porquanto o “valor de uso da força de trabalho em questão é consumido sob a forma de serviço pessoal” (Ibid.: 127), que constitui um trabalho improdutivo.

Marx distingue claramente a força de trabalho intercambiada por capital da força de trabalho intercambiada por rendimento:

“Todo o trabalhador produtivo é um assalariado mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para o consumir (...) como *serviço*, não para [o] colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho (...) é consumido *improdutivamente*. O capitalista (...) troca o seu dinheiro por esse trabalho, mas como *rendimento*, não como *capital*. O consumo desse trabalho não equivale a $D - M - D'$, mas a $M - D - M$ (a última é o *trabalho*, ou por outra o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital.” (Marx, 1975/1864: 95, *italico no original*)

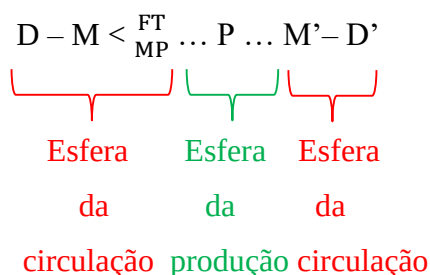
Portanto, no caso do trabalho produtivo, a compra da força de trabalho está inserida no circuito de reprodução do capital. Se relembrarmos o ciclo do capital monetário, por exemplo: o capitalista adianta capital monetário na compra de força de trabalho e meios de produção ($D - M < \frac{FT}{MP}$), que depois são consumidos produtivamente (... P ...) e transformados num novo capital-mercadoria (M'), cuja venda permite realizar uma mais-valia ($M' - D'$).

Já no caso do trabalho improdutivo, estamos na presença de atos de circulação simples. Após vender o seu capital mercadoria ($M' - D'$), o capitalista utiliza parte da mais-valia para pagar o salário de um trabalhador – um jardineiro, por exemplo – que lhe presta um serviço ($D - M$). O dinheiro foi, pois, delapidado como rendimento.

Em suma, a força de trabalho produtiva é aquela que é trocada por *dinheiro como capital*, enquanto a força de trabalho improdutivo é aquela que é trocada por dinheiro *como rendimento*. “Com a compra de um tipo de [força de, NM] trabalho eu faço dinheiro, com a compra do outro eu gasto dinheiro. Um enriquece, o outro empobrece” (Marx, 1988/1861-63: 136).

2.7.3 – Esfera da produção vs. esfera da circulação

Finalmente, em quarto lugar, nem toda a força de trabalho que é trocada por capital cria mais-valia (Savran & Tonak, 1999: 128). Para entender esta situação é preciso introduzir uma distinção adicional entre trabalho envolvido na produção e na circulação (Ibid.).³¹⁵ Recuperemos novamente a fórmula do circuito do capital monetário:



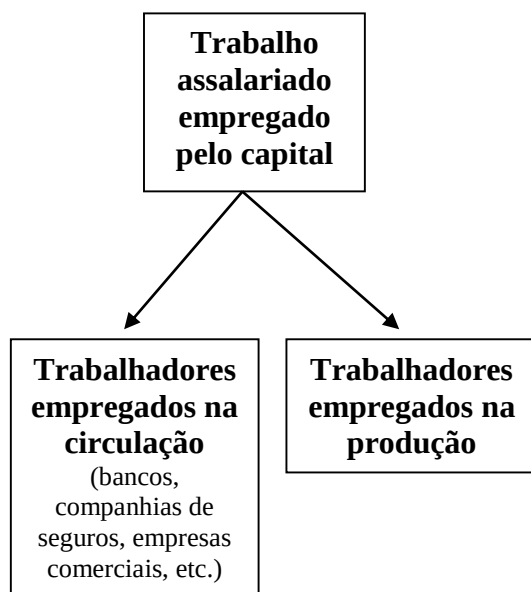
O facto a reter é que apenas numa fase deste processo, aquela que envolve o capital produtivo (... P ...), é criada mais-valia (Ibid.). Nas demais fases do circuito ($D - M$ e $M' - D'$), o capital encontra-se na esfera da circulação, onde ocorre somente uma mudança da *forma* do valor-capital (metamorfose do capital monetário em capital-mercadoria e vice-versa); ou seja, a *grandeza* do valor-capital *não sofre qualquer alteração* quando este se encontra na esfera da circulação, tanto no estágio de capital monetário, como no estágio de capital-mercadoria. Marx escreve o seguinte nos *Grundrisse*:

“[O] valor excedente que o capital pode pôr em um dado período é determinado pelo número de vezes que o processo de valorização pode ser repetido. (...) O tempo de circulação aparece, portanto, como tempo em que está suspensa a capacidade do capital de reproduzir a si mesmo e, em consequência, o mais-valor.” (Marx, 2011b/1857-58: 550)

³¹⁵ “A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo coincide parcialmente com a distinção entre dois setores gerais do capital: o capital investido na *produção* de mercadorias (seja na indústria, agricultura, transportes ou ramos produtivos das denominadas indústrias de serviços) e o capital investido alhures” (Mandel, 1992/1978: 58-59, *itálico no original*).

Desta forma, Marx conclui que, embora a circulação seja uma “condição indispensável para o capital, condição posta por sua própria natureza” (Ibid.), o *busílis* da questão é que “o tempo de circulação não é um tempo em que o capital cria valor, mas em que realiza o valor criado no processo de produção” (Ibid.: 551, *itálico no original*). Assim, todas as atividades ligadas ao processo de circulação do capital, em sentido estrito, são manifestamente improdutivas (Savran & Tonak, 1999: 129) e todos os trabalhadores empregados nessas atividades são, por conseguinte, trabalhadores improdutivos. (vd. Figura 2.8).

Figura 2.8 – Trabalho assalariado na produção e na circulação



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133).

Grande parte das atividades comerciais e financeiras constituem, pois, ramos de negócio autônomos, embora algumas delas ainda sejam realizadas por trabalhadores (improdutivos) de departamentos específicos dos capitais produtivos (o caso mais comum será o da contabilidade). Entre os ramos de atividade que lidam com o capital monetário, incluem-se: bancos comerciais e de investimento, corretoras, empresas imobiliárias, gabinetes de contabilidade ou companhias de seguros. Por sua vez, entre os negócios que lidam com o capital-mercadoria encontram-se, por exemplo, empresas grossistas e de comércio a retalho (Ibid.). Marx engloba-os na categoria dos *custos de circulação*:

“Os custos de circulação enquanto tais, i.e., os custos que, pela operação da troca (...), geram consumo de tempo de trabalho (...) são, portanto, dedução seja do tempo empregado na produção, seja dos valores postos pela produção. Eles jamais podem aumentar o valor. Eles fazem parte das *falsas despesas de produção*, e estas falsas despesas de produção fazem parte dos custos iminentes da produção baseada no capital. O negócio comercial e, ainda mais, o negócio de dinheiro propriamente dito – na medida que nada mais fazem do que as operações de circulação enquanto tal, p. ex., a determinação dos preços (a mensuração dos valores e seu cálculo) [...] –, representam simplesmente as falsas despesas de produção do capital.” (Marx, 2011b/1857-58: 529, *itálico no original*)

Os custos de circulação fazem parte dos “*faux frais* da produção” capitalista,³¹⁶ dos encargos ou despesas gerais que têm de ser suportados pelo capital produtivo: “são apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão de uma forma em outra” (Marx, 1985b/1885: 108, *itálico no original*). Em suma, os custos de circulação representam “*deduções do valor criado*” (Marx, 2011b/1857-58: 522, *itálico no original*) pelo capital produtivo.

Deste modo, “os agentes da circulação precisam ser pagos pelos agentes da produção” (Marx, 1985b/1885: 92), i.e., uma parte da mais-valia criada pelo capital industrial tem de ser transferida para as esferas comercial e financeira, assumindo a forma de lucro comercial e juro, assim como de salários que remuneram os trabalhadores desses setores (Gorender, 1996: 39).

“[O] lucro obtido por estes capitalistas (lucro comercial e juros) é simplesmente uma porção da mais-valia total produzida na esfera da produção. (...) [M]esmo os próprios salários dos trabalhadores empregados pelo capital da circulação são pagos a partir da mais-valia criada no processo de produção imediato.” (Savran & Tonak, 1999: 132)

Os capitais improdutivos apropriam-se assim de uma fatia da mais-valia social criada nos setores produtivos. Por exemplo, um capital produtor de géneros alimentícios partilha uma parcela da sua mais-valia com um capital retalhista em virtude do serviço que este lhe presta, reduzindo consideravelmente o seu tempo de venda (Tombazos, 2014: 175).³¹⁷

Como se percebe, a organização das atividades comerciais ou financeiras em negócios autónomos não tem o poder de modificar o carácter improdutivo dessas atividades (Carcanholo, s.d.: 9): “se, pela divisão do trabalho, uma função que em si é improdutiva (...) se transforma de atividade acessória de muitos em atividade exclusiva de poucos, em negócio particular destes, não se transforma o carácter da própria função” (Marx, 1985b/1885: 96). Isto significa que uma dada função/atividade (a contabilidade, por exemplo) continua a ser improdutiva em termos capitalistas, mesmo que deixe de ser um departamento de múltiplas empresas e passe a estar sob a alçada de uma única empresa.³¹⁸

Marx observa o seguinte acerca da organização autónoma de serviços comerciais e financeiros:

“Sua utilidade não consiste em transformar uma função improdutiva em produtiva, ou trabalho improdutivo em produtivo. Seria um milagre se semelhante transformação pudesse ser efetuada mediante tal transferência de função. Sua utilidade consiste muito mais em que uma parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade seja imobilizada nessa função improdutiva.” (Ibid.: 97)

Portanto, a vantagem da autonomização de certas funções improdutivas está na diminuição, por via da racionalização e das economias de escala, do tempo de trabalho, ao nível social, que elas ocupam e, desse modo, da grandeza dos custos gerais de circulação (Mandel, 1992/1978: 60).

³¹⁶ Como veremos em 2.7.5, a rubrica dos “*faux frais* de produção” inclui também as atividades estatais.

³¹⁷ Voltaremos a esta questão no Capítulo 3. Mas suponhamos que o valor de um dado capital-mercadoria se decompõe do seguinte modo: $2000c + 1000v + 1000m = 4000$ euros. Esse conjunto de mercadorias será vendido pelo capital que as produziu a um capital retalhista, por hipótese, pelo valor de 3900 euros ($2000c + 1000v + 900m$), realizando apenas 900 dos 1000 euros que constituem a mais-valia; o capital retalhista, por seu turno, venderá essa massa de mercadorias pelo valor de 4000 euros ($2000c + 1000v + 1000m$), realizando a totalidade da mais-valia – criada pelo capital produtivo – e embolsando a diferença entre o preço de compra e o preço de venda ($4000 - 3900 = 100$ euros).

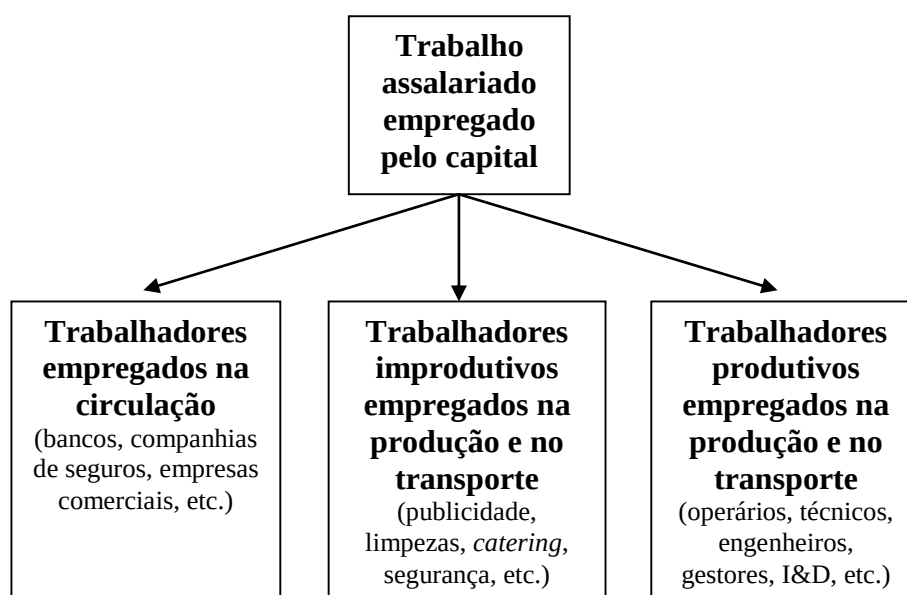
³¹⁸ Como veremos em 2.7.4, o mesmo é válido para serviços de outra índole (limpezas, segurança, *catering*, etc.) que têm sido amplamente externalizados nas últimas décadas.

Na perspectiva de Marx, o transporte de mercadorias constitui uma exceção à regra que considera improdutivo qualquer trabalho inserido na esfera da circulação. O transporte de mercadorias diferencia-se das demais atividades da circulação, englobadas na rubrica dos custos de circulação, “pelo facto de aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação” (Marx, 1985b/1885: 110, *itálico no original*). Marx escreve nos *Grundrisse* que, “considerada do ponto de vista económico, a condição espacial, o levar o produto ao mercado, faz parte do próprio processo de produção” (Marx, 2011b/1857-58: 440). Em suma, “o produto só está efetivamente pronto” para ser consumido “quando está no mercado” (Ibid.).³¹⁹

Na qualidade de atividade ligada diretamente ao processo de (re)produção material e económico da sociedade capitalista, que *medeia a produção e o consumo*, o transporte de mercadorias é considerado uma atividade produtiva por Marx.³²⁰ O transporte “agrega, pois, valor aos produtos transportados, em parte pela transferência de valor dos meios de transporte, em parte pelo acréscimo de valor pelo trabalho de transportar. Como ocorre em toda a produção capitalista, esse último acréscimo de valor se divide em reposição de salário e mais-valia” (Marx, 1985b/1885: 109).

O último aspeto que deve ser realçado é que nem todos os trabalhadores empregados na esfera da produção são trabalhadores produtivos. Segundo Marx, os trabalhadores produtivos são todos aqueles envolvidos *diretamente* no processo de *produção* das mercadorias, “desde o operário até ao gestor ou engenheiro” (Marx, 1989a/1861-63: 12); em suma, os indivíduos cuja atividade cooperativa é *indispensável* para produzir um dado tipo de mercadoria (Ibid.: 20).

Figura 2.9 – Trabalho produtivo e improdutivo na esfera da produção



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133).

³¹⁹ O transporte “é a etapa final indispensável da produção” (Savran & Tonak, 1999: 131).

³²⁰ O mesmo não acontece com o transporte de passageiros, que é classificado como um serviço improdutivo (cf. Marx, 1980/1863: 382).

Por sua vez, são improdutivos os demais trabalhadores empregados na esfera da produção, mas que não estão envolvidos no processo de produção imediato, desempenhando funções em atividades tão díspares como a publicidade, as limpezas, o *catering*, a segurança, os serviços jurídicos, etc. (vd. Figura 2.9 supra). Estas atividades, embora necessárias, representam *custos* para o capital produtivo, deduções da mais-valia criada.

2.7.4 – O setor terciário

Marx dedicou pouca atenção ao denominado setor terciário ou dos serviços. Ao contrário do sucede hoje em dia, na época de Marx este setor económico era claramente marginal. Marx considerava, por isso, que a força de trabalho empregada nestas atividades era “insignificante” (Marx, 1980/1863: 381). Todavia, deve ser realçado que o conceito de trabalho produtivo não tem rigorosamente nada que ver com o *conteúdo* do trabalho, mas prende-se exclusivamente com a sua *forma social historicamente específica*: ser trabalho produtivo “é uma determinação (...) derivada não do seu conteúdo ou do seu resultado, mas da sua forma social particular” (Marx, 1989a/1861-63: 14).³²¹

Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx diz-nos que a “produção imaterial” (Marx, 1980/1863: 380), entendida como o conjunto de atividades profissionais cuja “produção não é separável do ato de produzir” (Ibid.), pode criar mais-valia se os trabalhadores em causa forem contratados por um capitalista (Ibid.: 381). Tombazos observa que “a materialidade da riqueza não é o princípio que permite distinguir o trabalho produtivo e improdutivo” (Tombazos, 2014: 172), enquanto Rubin acrescenta que “Marx não atribuiu qualquer significado decisivo à diferença entre trabalho *físico e intelectual*” (Rubin, 1990/1928: 265, *italico* no original). Nada impede, portanto, que o trabalho do setor terciário *possa ser* produtivo em termos capitalistas:

“Duas conclusões seguem necessariamente das definições de Marx: 1) Todo o trabalho que um capitalista compra com o seu capital variável para extrair dele uma mais-valia, é trabalho produtivo, independentemente do facto de esse trabalho ser ou não objetivado em objetos materiais (...). 2) Todo o trabalho que o capitalista não compra com o seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, ainda que esse trabalho (...) possa ser objetivado em bens de consumo materiais”. (Ibid.: 260)

Assim, uma série de trabalhadores do setor terciário são produtivos, mormente: profissionais das engenharias, arquitetos, empregados de empresas de *software* (por exemplo, programadores informáticos), artistas de vária índole (companhias de atores, músicos, etc.), médicos e professores *privados*, trabalhadores da área da hotelaria e do turismo, etc. Savran e Tonak consideram mesmo que *todos* os serviços que não se incluem na rubrica dos custos de circulação podem originar uma mais-valia se forem organizados de modo capitalista (Savran & Tonak, 1999: 135).

Esta é uma interpretação possível, mas que me parece manifestamente incorreta. Basta pensarmos que existe um conjunto de atividades realizadas no interior de uma empresa – serviços jurídicos, publicidade, marketing, apoio (telefónico) ao cliente, limpezas, *catering*, segurança, rececionistas, pessoal administrativo, etc. – que, como vimos no item anterior, constituem inequivocamente trabalhos *improdutivos*. Estes trabalhos não estão, de modo

³²¹ A mesma ideia volta a ser defendida na secção deste *Manuscrito* conhecida por *Teorias da Mais-Valia*: “ser *trabalho produtivo* constitui uma função do trabalho que (...) não tem absolutamente nada a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com a sua utilidade específica ou com o valor de uso peculiar em que se corporiza” (Marx, 1980/1863: 372, *italico* no original). Outrossim nos *Resultados*: “ser *trabalho produtivo* é uma determinação (...) que em si e para si não tem absolutamente nada que ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta” (Marx, 1975/1864: 99, *italico* no original).

algum, ligados ao processo de produção imediato de um capital produtivo, i.e., não contribuem para a produção dos bens ou serviços desse capital. São funções necessárias, mas que representam *custos*.

Nas últimas décadas assistiu-se à externalização – ou terciarização – de grande parte destas atividades, que ficaram a cargo de empresas especializadas. Porém, Marx é taxativo quanto ao facto de que

“A natureza da própria função não se modifica pelo volume que adquire (...) nem por sua autonomização como função de agentes especiais, exclusivamente encarregados dela. A divisão do trabalho, a autonomização de uma função não a torna geradora de produto e de valor se ela já não o é por si, antes, portanto, de sua autonomização.” (Marx, 1985b/1885: 98-99)

É certo que Marx tem sobretudo em mente os serviços financeiros e comerciais, mas não se vê por que o mesmo raciocínio não pode ser aplicado aos outros serviços elencados. Se essas atividades representavam custos quando eram levadas a cabo no interior de uma dada empresa, elas continuarão a ser custos, do ponto de vista *social*, quando forem levadas a cabo por empresas especializadas nesse tipo de serviço. O salário desses trabalhadores e o lucro desses capitais representam uma dedução da massa de mais-valia criada socialmente. O máximo que essas empresas podem conseguir, de modo análogo às empresas envolvidas nos serviços financeiros e comerciais, é uma redução dos custos gerais da produção capitalista, através da racionalização e das economias de escala.

Voltaremos a esta questão com maior minúcia no Capítulo 7, mas, por ora, podemos antecipar que não é possível determinar “num caso isolado se um trabalho é produtivo: a resposta depende da posição desse trabalho dentro do processo completo de reprodução. Só ao nível do capital global se pode ver o carácter produtivo ou não produtivo de um trabalho” (Jappe, 2006: 144). Conforme observa Mandel,

“Para o capital no seu conjunto, apenas é produtivo aquele trabalho que *aumenta a massa total* da mais-valia. Todo o trabalho assalariado que permite a um capitalista individual apropriar-se de uma fração da massa total da mais-valia, sem ter contribuído para essa massa, pode ser «produtivo» para o capitalista do setor comercial, financeiro ou dos serviços, possibilitando-lhe participar na partilha geral do bolo. Mas do ponto de vista do capital no seu conjunto esse trabalho é improdutivo, porque não incrementa a dimensão total do bolo.” (Mandel, 1992/1978: 42-43, *itálico no original*)

Assim, estes lucros de determinados capitais *improdutivos* “representam sempre uma dedução da mais-valia realizada pelo capital produtivo” (Jappe, 2006: 144). O lucro de determinadas empresas – mormente daqueles serviços improdutivos mencionados – é pura e simplesmente subtraído da massa de mais-valia produzida socialmente.

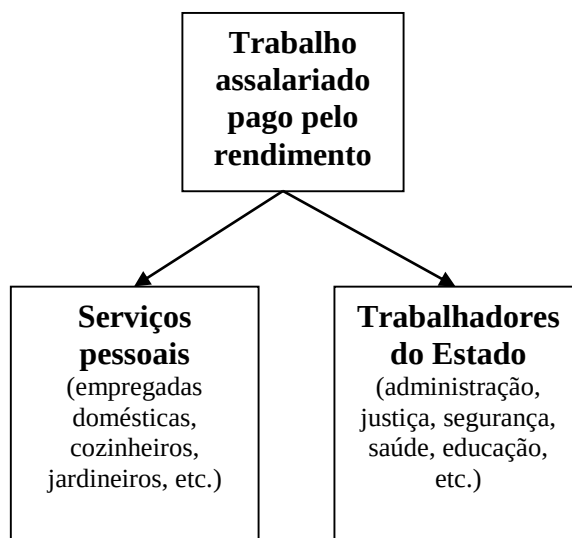
2.7.5 – As atividades estatais

Tal como sucedia com os serviços pessoais (cf. 2.7.2), nas atividades estatais não existe qualquer intercâmbio entre capital e força de trabalho, mas meramente uma troca entre dinheiro como rendimento – arrecadado via impostos ou criado *ex nihilo* – e força de trabalho (vd. Figura 2.10 na página seguinte). Neste sentido, todos os trabalhadores empregados pelo Estado são improdutivos em termos capitalistas. Os serviços fornecidos pelo Estado incluem-se, então, na rubrica dos “*faux frais*” de produção (Marx, 1975/1864: 97; Marx, 1989a/1861-63: 30; Marx, 2011b/1857-58: 439).

Embora estes serviços sejam imprescindíveis para o normal funcionamento da economia capitalista, eles “devem ser (...) fornecidos tão baratos quanto possível” (Marx,

1989a/1861-63: 30), pois representam deduções da massa de mais-valia social. De modo análogo, o contingente de funcionários públicos deve ser o mínimo indispensável, pois o seu trabalho é “necessário sem ser produtivo” (Marx, 2011b/1857-58: 440). A sua *raison d’être* é providenciar as “condições *gerais, coletivas*, da produção” (Ibid., *itálico no original*), como sejam serviços judiciais e administrativos ou a rede de comunicações e de transportes.

Figura 2.10 – Trabalho pago pelo rendimento: atividades estatais



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133 e 147).

As atividades do Estado podem ser decompostas em dois grandes grupos. Em primeiro lugar, encontramos o conjunto das atividades relacionadas unicamente com a “reprodução da ordem social” (Savran & Tonak, 1999: 138), tais como a burocracia administrativa (central, regional e local), as forças militares e policiais, o aparelho judicial e carcerário, etc. Em segundo lugar, encontramos as atividades estatais que fornecem diversos serviços sociais, tais como saúde, educação, segurança social, etc. Por outras palavras, estamos perante as atividades que compõem o chamado Estado Providência (Ibid.).

Resta acrescentar que, na perspetiva de Marx, alguns destes serviços, nomeadamente a saúde e a educação, podem tornar-se atividades produtivas se forem privatizados e passarem a ser explorados por um capitalista (Savran & Tonak, 1999: 139).³²² Isto acontece porque a força de trabalho deixa de ser intercambiada por rendimento e passa a ser intercambiada por capital: “um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo” (Marx, 1975/1864: 99).

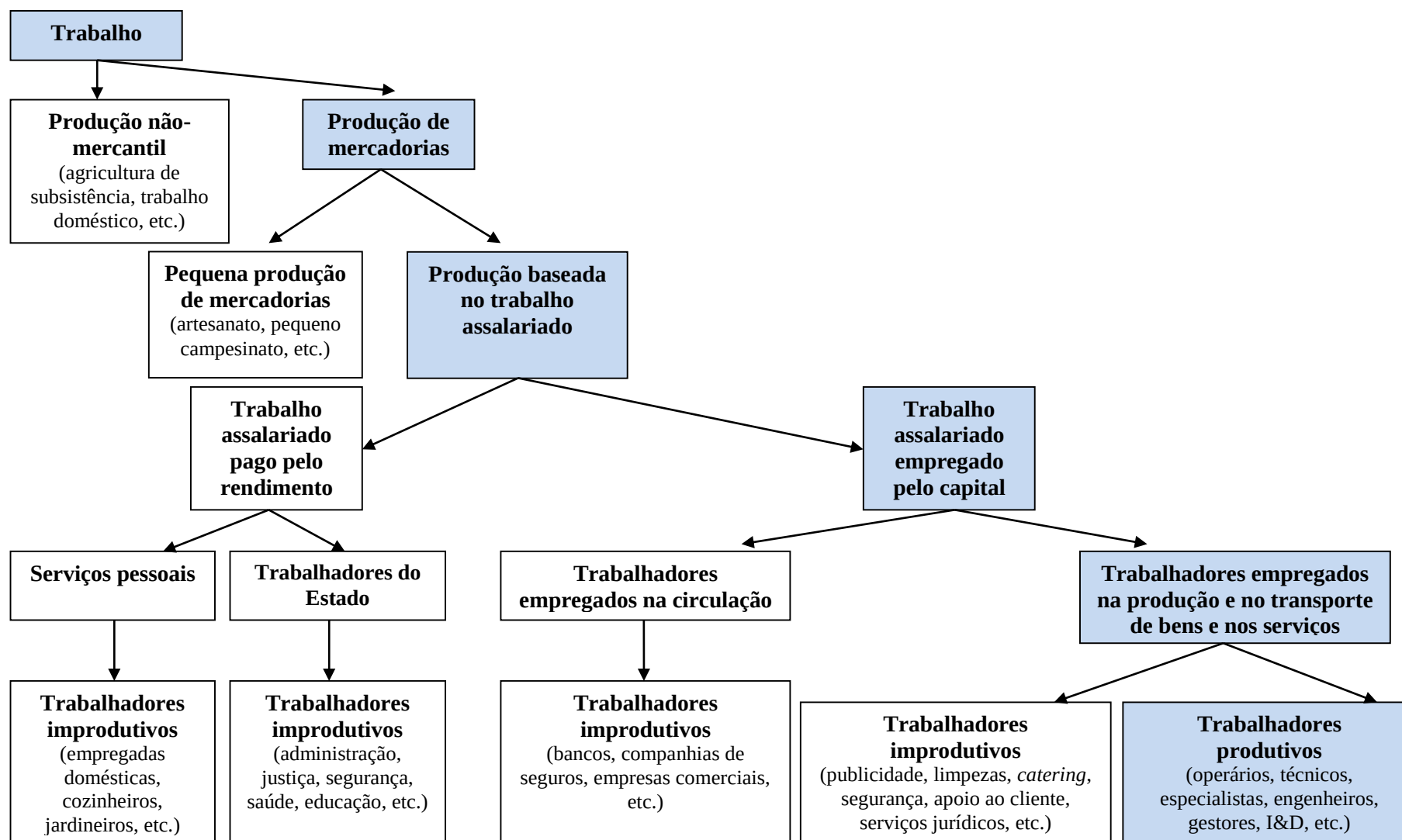
2.7.6 – Notas finais

A Figura 2.11 (vd. página seguinte) sintetiza a discussão dos itens precedentes. Podemos concluir – não esquecendo as devidas ressalvas efetuadas em 2.7.4 – que é produtivo todo o trabalhador:

- a) Inserido na produção mercantil;
- b) Assalariado;

³²² “[A] educação e a saúde, quando prestadas diretamente por empresas privadas (...) e quando operam com trabalhadores assalariados, constituem atividades capitalistas produtivas” (Carcanholo, s.d.: 19).

Figura 2.11 – Trabalho produtivo e improdutivo: súmula



Fonte: adaptado, com algumas modificações, de Savran & Tonak (1999: 133 e 147).

- c) Cuja força de trabalho é vendida a um capitalista, i.e., trocada por dinheiro como *capital*;
- d) Empregado na produção e no transporte de bens e nos serviços;
- e) Envolvido diretamente no processo de produção imediato; e que, portanto,
- f) Produz mais-valia através do fornecimento de trabalho excedente.

Deste modo, entre as múltiplas categorias de trabalhadores produtivos encontramos, por exemplo: operários no sentido amplo do termo, técnicos de várias ordens, especialistas das profissões intelectuais e científicas, gestores, supervisores, diverso pessoal dos serviços (programadores informáticos, artistas, professores do setor privado, empregados da hotelaria, etc.).

Para além disso, como é patente na Figura 2.11, uma parcela considerável da força de trabalho é improdutiva *em termos capitalistas*, porquanto não produz qualquer mais-valia. Assim, são improdutivos os trabalhadores:

- a) Que fornecem serviços pessoais em troca de *rendimento*. Incluem-se nesta rubrica empregadas domésticas, jardineiros, motoristas, cozinheiros, etc. pagos com o fundo de consumo do capitalista;³²³
- b) Empregados no setor estatal, na medida em que todos estes serviços são financiados por rendimento (impostos ou emissão monetária). Esta rubrica engloba os serviços de administração, justiça e segurança, assim como os serviços sociais do Estado do Bem-Estar (saúde, educação, segurança social, etc.);
- c) Empregados na esfera da circulação e envolvidos, portanto, na prestação de serviços financeiros e comerciais. A categoria dos custos de circulação compreende, por um lado, os trabalhadores assalariados da banca, dos seguros, da consultoria, da contabilidade, etc. e, por outro lado, os trabalhadores de todo o tipo de comércio (vendedores, caixas, etc.);
- d) Empregados na esfera da produção e transporte de bens, mas que não estão envolvidos diretamente no processo de produção dessas mercadorias. Contam-se nesta categoria de custos improdutivos: os trabalhadores da publicidade, marketing, limpezas, *catering*, segurança, apoio (mormente telefónico) ao cliente, rececionistas, serviços jurídicos, etc.;
- e) Empregados na produção dos serviços elencados em d), quando estes são organizados em ramos de negócio autónomos.

Em último lugar, resta-nos salientar que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é crucial para o entendimento da crise enfrentada pela economia capitalista. Nas palavras de Marx, “a diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital” (Marx, 1975/1864: 103).

O aumento progressivo do trabalho improdutivo agrava, pois, as dificuldades de valorização do capital, identificadas em 1.16, associadas ao limite interno absoluto do modo de produção capitalista. Para além da expulsão massiva do trabalho vivo do processo de produção imediato, tem-se assistido, nas últimas décadas, ao aumento *relativo* concomitante do trabalho improdutivo, nomeadamente no setor terciário. A natureza improdutiva desses postos de trabalho não é percebida pois, como vimos em 2.7.4, muitos desses capitais individuais conseguem apropriar-se de um quinhão da mais-valia produzida socialmente sem terem contribuído para ela.

³²³ Convém lembrar que também no caso da pequena produção de mercadorias – pequenos agricultores, e produção artesanal de variada índole (carpinteiros, oleiros, etc.) – o produto do trabalho (e não a força de trabalho) é intercambiado por rendimento: salários e fundo de consumo.

Em suma, a proliferação das atividades improdutivas constitui um enorme constrangimento para o processo, em si problemático, de acumulação social do capital. Estes amplos setores são alimentados *exclusivamente* pelo “trabalho” excedente “do trabalhador produtivo” (Marx, 1989a/1861-63: 97). Por conseguinte, “os salários pagos aos trabalhadores improdutivos implicam uma dedução do excedente produzido na sociedade”; estes trabalhadores “não só não produzem mais-valia, como reduzem (ou melhor, consomem parte da) a massa total dela gerada pelos trabalhadores produtivos” (Carcanholo, s.d.: 3).

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 3 – O Capital. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista

O Livro Terceiro de *O Capital* foi publicado a título póstumo, em 1894. À semelhança do Livro Segundo, a versão impressa do Livro Terceiro resulta de um longo processo de edição levado a cabo por Engels. A edição de Engels teve por base apenas o denominado *Manuscrito Económico de 1864-65* (cf. Marx, 2015/1864-65), o único rascunho existente do Livro Terceiro.³²⁴ Após 1865, por razões que se prendem, sobretudo, com a supervisão obsessiva da publicação do Livro Primeiro (e das suas várias traduções) e com a deterioração progressiva do seu estado de saúde, Marx nunca dará continuidade à redação do último volume da sua *magnum opus*.

Assim, Marx legou-nos somente um manuscrito francamente incompleto, pelo que as dificuldades de interpretação e reconstituição mencionadas no início do Capítulo 2 se aplicam, *ipsis verbis*, ao Livro Terceiro. Geert Reuten observa justamente que “escrever acerca do Livro Terceiro de *O Capital* (...) significa não apenas interpretar – isso é verdade para qualquer obra – mas também inevitavelmente reconstruir” (Reuten, 2002: 1). Neste sentido, a presença da bibliografia secundária no Capítulo 3 será bastante mais assídua, porquanto se revelou indispensável para realizar a reconstrução mencionada por Reuten.

O Livro Terceiro possui como subtítulo “O Processo Global da Produção Capitalista”. De acordo com as suas próprias palavras, Marx analisa as “formas concretas” do “*processo de movimento do capital considerado como um todo*” (Marx, 1986a/1894: 23, *itálico no original*). Conforme constata Moseley,

“O Livro Terceiro é (...) acerca da produção capitalista no seu conjunto, enquanto unidade do processo de produção (Livro Primeiro) e do processo de circulação (Livro Segundo). Mas, de um modo mais preciso, o Livro Terceiro é acerca das *formas de manifestação (appearance) particulares do capital e da mais-valia* (...) que se desenvolvem a partir dos processos globais já teorizados.” (Moseley, 2015: 5, *itálico no original*)

O foco de Marx incide sobre as “configurações” da mais-valia, tal como elas “aparecem na superfície da sociedade” capitalista, i.e., corporizadas “na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção” (Marx, 1986a/1894: 23). Assim, o Livro Terceiro consiste no “desenvolvimento dialético das *formas necessárias de manifestação da mais-valia*”, pois esta “manifesta-se necessariamente como algo diferente de si mesma” (Murray, 2002: 249, *itálico no original*). Grossman remata que Marx procura “estabelecer o «vínculo interno» entre a «essência» (...) e a sua forma de manifestação: as formas empiricamente dadas da mais-valia” (Grossman, 1979: 73).

No Livro Primeiro, como vimos, Marx estuda a *produção* da mais-valia, descortinando a sua origem no trabalho excedente executado pelos operários. Por sua vez, no Livro Terceiro, “a grandeza total da mais-valia da economia no seu conjunto” (Moseley, 1993: 160) é assumida como um dado adquirido. Marx centra agora a sua atenção nas

³²⁴ Michael Heinrich defende que Engels alterou e, inclusive, deturpou o sentido de várias matérias do manuscrito original de Marx (cf. Heinrich, 1997). Fred Moseley, ao invés, não encontra diferenças significativas entre o manuscrito de Marx e a versão final do Livro Terceiro de *O Capital*: “ao editar o manuscrito de Marx (...) Engels não procurou decidir que material seria incluído no Livro Terceiro e que material seria excluído. Pelo contrário, ele tentou descobrir a melhor maneira de incluir *todo* o material que Marx escreveu” (Moseley, 2015: 33, *itálico no original*). Na sequência da minha própria leitura do *Manuscrito Económico de 1864-65*, tendo a concordar com a posição de Moseley. O principal defeito da edição de Engels talvez seja o de conferir, em alguns casos, um aspeto mais acabado e organizado ao manuscrito do que aquele que efetivamente possui (Moseley, 2016: 85).

“relações de distribuição que nascem da interação da produção com a circulação” capitalistas (Fine & Saad Filho, 2004: 126), mormente na *distribuição* da mais-valia pelos vários capitais, que constitui precisamente o “tema principal” da obra (Moseley, 1997: 121). O facto a reter é que “a distribuição da mais-valia é determinada *subsequentemente* à produção da mais-valia” (Moseley, 1993: 161, *itálico* nosso).

A distribuição da mais-valia efetiva-se através da sua transmutação em várias formas fenoménicas. A forma de manifestação basilar da mais-valia é o lucro (Dussel, 1990: 58). A concorrência entre os capitais industriais origina uma taxa geral de lucro, sendo que todos eles auferem o mesmo lucro médio, proporcional à sua grandeza. Isto significa que, sob a forma transmutada de lucro médio, a mais-valia criada e apropriada por cada capital *diverge*. Para além disso, cria-se a ilusão de que a mais-valia não depende do dispêndio de trabalho humano.

O lucro social global produzido pelo capital industrial, por seu turno, é repartido com uma série de agentes improdutivos: capital comercial, capital portador de juros e proprietário fundiário. Assim, o lucro assume, respetivamente, as formas empíricas de lucro industrial, lucro comercial, juro (e ganho empresarial) e renda.

Finalmente, nesta obra, Marx procura “explicar, não apenas estes fenómenos importantes relacionados com a distribuição da mais-valia, mas igualmente o porquê de estes fenómenos serem apreendidos de modo diferente [daquilo que realmente são, NM] pelos agentes da produção capitalista (e pelos economistas)” (Moseley, 2002: 69). Por outras palavras, Marx “mostra como as condições materiais subjacentes à sociedade burguesa se tornam invertidas no entendimento quotidiano do indivíduo burguês” (Shortall, 1994: 348-349). A relação entre o (mais-)trabalho e o lucro, por exemplo, é completamente ofuscada. Neste sentido, a Secção VII, intitulada “O Rendimento e as suas Fontes”, pode ser lida como o culminar das teorias marxianas do fetichismo e da ideologia.

É amplamente reconhecido que “o Livro Terceiro é o mais controverso. (...) Praticamente todos os anos surge uma nova tentativa de refutar alguma das principais teses do Livro Terceiro ou de demonstrar a sua alegada inconsistência com o Livro Primeiro” (Mandel, 1991/1981: 9). Em particular, a formação de uma taxa média de lucro implica que as mercadorias não são trocadas pelos seus valores, mas pelos denominados preços de produção. Assim, multiplicaram-se, ao longo dos anos, as críticas segundo as quais Marx teria encontrado dificuldades inesperadas quando se debruçou sobre os assuntos tratados no Livro Terceiro e que, em especial, a sua teoria dos preços de produção teria acabado, inadvertidamente, por contradizer a teoria do valor-trabalho exposta no Livro Primeiro.

Todavia, Enrique Dussel relembra que Marx redigiu o manuscrito que deu origem ao Livro Terceiro entre o final do Verão de 1864 e Dezembro de 1865. Portanto, o Livro Terceiro foi escrito *antes* da redação definitiva do Livro Primeiro, datada dos anos de 1866 e 1867 (Dussel, 1990: 52). O facto a realçar é que, em termos cronológicos, o Livro Terceiro precede o Livro Primeiro, pelo que carecem de qualquer fundamento as críticas mencionadas. A divergência entre valor e preço não é uma incongruência da teoria do valor, mas, ao invés, um postulado elementar da mesma, destacado inúmeras vezes por Marx.

Em suma, como teremos oportunidade de verificar no decurso deste capítulo, os preços de produção não são explicáveis sem referência aos valores, o seu fundamento: “a teoria do valor (...) constitui (...) a «lei dos fenómenos», isto é, o fundamento que permite explicar o *mundo real dos fenómenos*” empíricos da economia capitalista (Grossman, 1979: 73-74, *itálico* no original). Evidenciaremos, nas páginas seguintes, que Marx é bem-sucedido na demonstração da “vigência ininterrupta da «lei do valor» em todos os momentos da estrutura do capital (...) como uma «correia de transmissão» que liga o valor e a mais-valia «aos» preços” (Dussel, 1990: 50-51).

3.1 – Preço de custo, (taxa de) lucro e (taxa de) mais-valia

3.1.1 – Preço de custo e (taxa de) lucro: a mistificação da origem da mais-valia

Já sabemos que o valor de um capital-mercadoria se decompõe nas parcelas do capital constante, do capital variável e da mais-valia: $c + v + m$. Se for subtraída a mais-valia a esse valor total, resta somente a soma necessária para repor o valor dos elementos de produção consumidos (Marx, 1986a/1894: 23). Marx designa por *preço de custo* a parcela do valor-capital que “repõe o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada” (Ibid.: 23-24). Se o preço de custo for denominado k , então o valor de qualquer capital-mercadoria M é expresso do seguinte modo: $M = k + m$, ou seja, é igual ao somatório do preço de custo com a mais-valia produzida (Ibid.: 24).

A categoria de preço de custo que, como veremos posteriormente, desempenha um papel crucial na argumentação teórica do Livro Terceiro,³²⁵ é inerentemente ideológica, porquanto nela a diferença entre capital constante e capital variável é apagada. Ambos aparecem como custos de produção, cujo consumo produtivo origina um produto de valor superior. Não é apreendido que apenas a força de trabalho contribui para a criação da mais-valia.³²⁶

É justamente isso que Marx nos diz: “a parte variável do capital, desembolsada em força de trabalho, é identificada aqui expressamente, com referência à formação de valor (...), com o capital constante (...), consumando-se assim a mistificação do processo de valorização do capital” (Ibid.: 28). Marx prossegue: “a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor, que consistem em meios de produção e em trabalho. Pois esses elementos entram por igual na formação do preço de custo” (Ibid.: 29). A mais-valia “aparece como o fruto do capital no seu conjunto” (Marx, 2015/1864-65: 91).³²⁷

Em outros termos, a especificidade da força de trabalho, enquanto mercadoria ponente de mais-valia, é escamoteada e, assim, a mais-valia parece “cair do céu” (Marx, 1986a/1894: 29). O capital investido expande-se por artes mágicas; mas, enfim, misteriosos são os desígnios do Senhor, pelo que não cabe ao capitalista preocupar-se com questões inúteis: o que importa, afinal de contas, é que o seu capital seja incrementado.

Marx salienta que, “como tal descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de *lucro*” (Ibid., itálico no original). A mais-valia, em vez de ser relacionada somente com o capital variável, é relacionada com a totalidade do capital adiantado. Se o lucro for designado por l , então o valor do capital-mercadoria é agora dado pela expressão: $M = k + l$, i.e., é igual à soma do preço de custo com o lucro (Ibid.). Note-se que, “do ponto de vista do seu conteúdo, o *lucro* (...) nada mais é do que a própria *mais-valia*. A sua grandeza absoluta não difere, portanto, da grandeza absoluta da mais-valia

³²⁵ Marx adverte, desde logo, que “o preço de custo (...) não é, de modo algum, uma rubrica que só existe na contabilidade capitalista”, porquanto “a autonomização dessa parte do valor se faz valer o tempo todo *praticamente* na produção *real*” mercantil (Marx, 1986a/1894: 24, itálico nosso). Isto será particularmente evidente quando tratarmos o célebre “problema” da transformação dos valores em preços de produção (cf. 3.3).

³²⁶ Como veremos em 3.3, esta mistificação será agravada pelo facto de a mais-valia criada por cada capital não coincidir com a mais-valia de que se apropria. Na verdade, a massa de mais-valia *apropriada* por um dado capital não tem qualquer relação direta com a força de trabalho por si empregada, mas somente com a massa de mais-trabalho social e com a sua (do capital) grandeza absoluta. Portanto, a ilusão de que a mais-valia é independente do trabalho vivo é, do ponto de vista do capital *individual*, uma *ilusão* prosaicamente *real*.

³²⁷ “[N]esta categoria, o capital constante e o capital variável não aparecem na sua particularidade específica, isto é, na base do papel que desempenham na valorização do valor. (...) Assim, o trabalho morto e o trabalho vivo, identificados na categoria de [preço de, NM] custo, parecem agir de modo uniforme no processo de criação do valor. (...) [A] mais-valia parece provir indiferentemente da parte constante e da parte variável do capital” (Tombazos, 2014: 225).

que o capital produz durante um determinado tempo de rotação³²⁸” (Marx, 2015/1864-65: 50, *itálico no original*).

Assim, o lucro não passa da mais-valia

“numa forma mistificada, que, no entanto, brota necessariamente do modo de produção capitalista.³²⁹ Já que na formação aparente do preço de custo não se reconhece nenhuma diferença entre capital constante e variável, a origem da alteração de valor, que ocorre durante o processo de produção, precisa ser deslocada da parte variável do capital para o capital global.” (Marx, 1986a/1894: 29-30)

Se em termos absolutos não há qualquer diferença entre a massa de mais-valia e a massa de lucro, o mesmo não sucede quando essa grandeza é considerada em termos relativos (Marx, 1991/1861-63: 69). A taxa de lucro traduz a relação entre a massa de mais-valia e o somatório do capital constante com o capital variável; se designarmos a taxa de lucro por l' , então temos:³³⁰

$$l' = \frac{m}{c + v}$$

Como facilmente se percebe, “a taxa de lucro é sempre expressa como uma percentagem menor do que a taxa de mais-valia” (Marx, 2015/1864-65: 52, *itálico no original*), pois o denominador daquela ($c + v$) é necessariamente superior ao denominador desta (v) (Marx, 1986a/1894: 40).³³¹

Para além disso, a taxa de lucro completa a mistificação presente no conceito de preço de custo, pois a origem da mais-valia desapareceu sem deixar rasto:

“A mais-valia obtém uma forma na qual o segredo da sua origem é completamente perdido de vista. Dado que todas as partes do capital aparecem indistintamente como a base do novo valor criado, a relação-capital torna-se uma completa mistificação. Na mais-valia enquanto tal, a relação do capital com o trabalho de que se apropria é expressa constantemente. Na relação do capital com o lucro, o capital não é relacionado com o trabalho mas consigo próprio.” (Marx, 1991/1861-63: 70)

Encontramos a mesma ideia no *Manuscrito Económico de 1864-65*: “na taxa de lucro, (...) a forma da mais-valia (...) é transmutada e a sua determinabilidade conceptual é extinta; é-lhe atribuída uma forma em que a sua fonte original é extinta e, portanto, toda a relação é *mistificada*” (Marx, 2015/1864-65: 92, *itálico no original*). Marx é taxativo: “Ocorre uma distinção formal peculiar entre o lucro e a mais-valia: o primeiro é uma forma transmutada da segunda, [mas, NM] em que ela já não pode ser diretamente reconhecida” (Ibid.: 98, *itálico no original*).

³²⁸ Deste modo, como veremos em 3.3, “o lucro total (da classe capitalista) nunca pode ser maior que a massa total de mais-valia” (Rosdolsky, 2001/1968: 310).

³²⁹ O lucro é a “forma transmutada, mistificada, da mais-valia” (Regatieri, 2009: 25). O lucro é “meramente a forma transmutada da mais-valia. É uma forma em que a essência se manifesta” (Tombazos, 2014: 227).

³³⁰ Marx refere que adota uma hipótese simplificadora no que se refere ao capital fixo, assumindo que ele é inteiramente utilizado/depreciado no decurso do ano, o período temporal subjacente ao cálculo da taxa de lucro (Marx, 2015/1864-65: 91).

³³¹ “[A] taxa de lucro representa sempre a proporção em que o capital se apropria de trabalho alheio como sendo muito mais pequena do que realmente é” (Marx, 1991/1861-63: 76).

Em outros termos, “a relação conceptual entre a mais-valia e o capital variável, é (...) eliminada” (Ibid.: 90, *itálico no original*).³³² Na forma transmutada de lucro, a mais-valia “não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo” (Marx, 1986a/1894: 35), ou seja, como simples soma de *dinheiro* (Marx, 2015/1864-65: 90).

Marx faz ainda uma observação adicional que será, posteriormente, crucial para entendermos o conceito de preço de produção: “visto que o valor da mercadoria é maior do que o seu preço de custo (...), é evidente que se uma mercadoria for vendida *abaixo* do seu valor e *acima* do seu preço de custo, uma parcela da mais-valia continuará a ser realizada através do preço de venda” (Ibid.: 89, *itálico no original*). Consequentemente, as mercadorias podem ser vendidas “*abaixo* do seu valor lucrativamente”, no intervalo que se situa entre o seu preço de custo e o seu valor (Ibid., *itálico no original*).³³³

3.1.2 – Relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia

Marx efetua uma série de deduções algébricas (cf. Marx, 1986a/1894: 39) para aferir a relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia. Na minha opinião, essas operações são desnecessariamente complexas e, para além disso, o resultado obtido não cumpre satisfatoriamente o objetivo pretendido: demonstrar que “a taxa de lucro é (...) determinada por dois fatores principais: a taxa de mais-valia e a composição de valor do capital” (Ibid.: 54).

Ora, o propósito de Marx pode ser conseguido de um modo bastante mais simples. Michael Heinrich propõe que se divida o numerador e o denominador da fórmula para a taxa de lucro por v , obtendo-se a seguinte expressão algébrica modificada³³⁴ (Heinrich, 2012: 151):

$$\frac{m}{c+v} \Leftrightarrow \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + \frac{v}{v}} \Leftrightarrow \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + 1}$$

Como é visível, “a taxa de lucro é uma fração que tem como numerador a taxa de mais-valia e como denominador a composição orgânica do capital mais a unidade” (Napoleoni, 1980: 84). Obtivemos, assim, uma expressão para a taxa de lucro que contém os dois fatores determinantes aventados por Marx.

Marx passa agora a analisar detalhadamente os fatores que provocam uma alteração da taxa de lucro (cf. Marx, 1986a/1894: 48ss). A modificação da taxa de lucro resulta, obviamente, da alteração de pelo menos uma das variáveis que a compõem. Todavia, tal como já mencionámos, essas alterações podem ser reduzidas a dois casos específicos: modificações da taxa de mais-valia (m/v) e da composição-valor do capital (c/v) (Heinrich, 2012: 151). Shortall sintetiza a questão do seguinte modo:

“A taxa de lucro (...) depende da taxa de mais-valia. Um aumento da taxa de mais-valia tenderá a incrementar a taxa de lucro, enquanto uma queda da taxa de mais-valia tenderá a reduzir a taxa de lucro. (...) [A]o mesmo tempo, (...) a taxa de lucro (...) está

³³² “[N]a taxa de lucro a diferença essencial entre capital variável e capital constante perde-se, no sentido de que que já não se reconhece esse carácter peculiar da mercadoria força de trabalho”, ou seja, “a origem da mais-valia, na medida em que se transforma em lucro, permanece misteriosa” (Napoleoni, 1980: 82).

³³³ “Como o preço de custo é uma grandeza menor do que o valor, a venda de uma mercadoria no intervalo entre seu preço de custo e seu valor corresponde à obtenção, maior ou menor, de lucro” (Regatieri, 2009: 25).

³³⁴ Guerrero (2010: 57) e Napoleoni (1980: 84) propõem a mesma expressão algébrica.

inversamente relacionada com a composição-valor do capital. (...) A determinação da taxa de lucro pela taxa de mais-valia subjacente torna-se, portanto, mediada pela composição-valor do capital. (...) Uma alteração da taxa de mais-valia (...) pode ser contrariada por uma mudança correspondente da composição-valor do capital.” (Shortall, 1994: 352-353)

A variação da taxa de lucro é *diretamente proporcional* à variação da taxa de mais-valia, *ceteris paribus* (Marx, 2015/1864-65: 83); e *inversamente proporcional* à variação da composição-valor, *ceteris paribus* (Ibid.: 63). No caso de ambos os fatores determinantes da taxa de lucro variarem simultaneamente, o efeito sobre a taxa de lucro dependerá do seu “resultado líquido”. Visto que, na realidade, “tanto a composição (...) do capital como a taxa de mais-valia tendem a aumentar” (Napoleoni, 1980: 84n26),³³⁵ existem três cenários possíveis (cf. Marx, 1986a/1894: 52-53):

- i) Se o aumento da taxa de mais-valia for superior ao aumento da composição-valor, então a taxa de lucro aumenta (embora numa proporção inferior ao aumento da taxa de mais-valia);
- ii) Se o aumento da composição-valor for superior ao aumento da taxa de mais-valia, então a taxa de lucro diminui (embora numa proporção inferior ao aumento da composição-valor);
- iii) Se o aumento da taxa de mais-valia for igual ao aumento da composição-valor, então a taxa de lucro não sofrerá qualquer alteração.

O item ii) é de longe o mais importante para Marx, porquanto, na sua opinião, descreve a evolução histórica do modo de produção capitalista. Nas palavras de Heinrich,

“Marx defende que a taxa de lucro também cai no caso de um aumento da taxa de mais-valia. Se tanto a taxa de mais-valia m/v e a composição-valor do capital c/v aumentarem, então a taxa de lucro apenas cairá se c/v (...) aumentar *mais rapidamente* do que m/v (...). Para provar que a taxa de lucro cai necessariamente, não é suficiente provar que c/v aumenta. Deve-se também demonstrar que c/v aumenta *numa proporção tal* que a condição mencionada atrás é cumprida.” (Heinrich, 2012: 151-152, *itálico no original*)

Voltaremos a este assunto na secção 3.4.

3.1.3 – Considerações adicionais sobre a taxa de lucro

O breve capítulo IV do Livro Terceiro, intitulado “Efeito da Rotação sobre a Taxa de Lucro”, não chegou a ser escrito por Marx, pelo que coube a Engels preencher esta lacuna. A principal conclusão é que existe uma relação inversa entre a taxa de lucro e o tempo de rotação (Guerrero, 2010: 57). Quanto menor for o tempo de rotação, mais vezes se poderá repetir o processo de produção e tanto maior será a massa de mais-valia e, conseqüentemente, a taxa de lucro (Heinrich, 2012: 144). Esta ideia já tinha sido, de certo modo, avançada no Livro Segundo (cf. 2.2.3 e 2.5.1).

Seguindo a ordem de exposição do Livro Terceiro, Marx dedica uma atenção especial ao efeito das economias na utilização de capital constante sobre a taxa de lucro. Estas economias, na medida em que reduzem a composição-valor do capital, contribuem diretamente para o incremento da taxa de lucro. Brewer concretiza: “Economias no uso do capital constante aumentam a taxa de lucro, com uma taxa de mais-valia dada, ao reduzirem a

³³⁵ Tal como vimos em 1.11 e em 1.14. O aumento da composição orgânica do capital desempenhará um papel fundamental na chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro (cf. 3.4).

grandeza do capital total sobre o qual o [mesmo, NM] lucro é calculado” (Brewer, 1984: 130).

Em primeiro lugar, Marx refere que a concentração dos meios de produção gera economias de escala. Isto é válido para as edificações (oficinas, depósitos, etc.) e para os gastos de energia (combustível, eletricidade, etc.), por exemplo (Marx, 1986a/1894: 62). Esta concentração das condições de produção pressupõe, naturalmente, a produção em massa e, por seu turno, “a concentração e a atuação conjunta dos trabalhadores, portanto a combinação social do trabalho” (Ibid.).

O segundo fator que contribui para a economia das condições de produção é o reaproveitamento dos resíduos da produção industrial, i.e., a sua “retransformação” em novos produtos (Ibid.: 63). A reciclagem e a respetiva transformação destes resíduos em mercadorias vendáveis reduzem drasticamente o desperdício médio que ocorre durante o processo de produção (Ibid.).

O terceiro fator que gera poupanças no valor dos meios de produção é o aperfeiçoamento da maquinaria utilizada no fabrico de outras máquinas – na prática, o aumento da força produtiva do trabalho no Departamento I –, reduzindo-se desse modo o valor do capital fixo utilizado por um dado capital (Ibid.). “Toda a redução no valor do capital constante (...) provoca o aumento da taxa de lucro” (Marx, 1991/1861-63: 87). Ademais, a maquinaria melhorada reduz a dimensão dos resíduos de produção (Marx, 1986a/1894: 64).

Marx atribui, ainda, uma enorme importância ao impacto dos preços das matérias-primas sobre a taxa de lucro. Como se depreende facilmente, o aumento do preço das matérias-primas causa uma diminuição da taxa de lucro e vice-versa (Ibid.: 81-82). Isto ajuda a explicar por que um preço baixo das matérias-primas é crucial para todas as nações industrializadas (Ibid.: 82).

O impacto imediato do valor das matérias-primas sobre a taxa de lucro supera aquele do valor do capital fixo, porquanto

“O valor das matérias-primas e auxiliares entra por inteiro e de uma vez no valor do produto em cuja fabricação são consumidas, enquanto o valor dos elementos do capital fixo entra no produto apenas na medida de seu desgaste, portanto só gradualmente. Segue daí que o preço do produto [unitário, NM] é afetado em grau muito maior pelo preço da matéria-prima do que pelo do capital fixo.” (Ibid.: 83)

Para além disso, visto que o valor das matérias-primas tem de ser continuamente repostas, por inteiro, a partir da venda de cada mercadoria, um aumento súbito do preço das matérias-primas pode “inibir todo o processo de reprodução, ao fazer com que o preço obtido pela venda da mercadoria não seja suficiente para repor todos os elementos da mercadoria” (Ibid.: 84).

Finalmente, Marx examina o impacto do capital variável sobre a taxa de lucro. Se o valor da força de trabalho diminui, então a taxa (e a massa) de mais-valia aumenta (em virtude da redução do tempo de trabalho necessário e do aumento correspondente do tempo de mais-trabalho) e a taxa de lucro aumenta. Ao invés, se o valor da força de trabalho aumenta, então a taxa (e a massa) de mais-valia diminui e a taxa de lucro cai igualmente (Ibid.: 87-88).

Nesta secção, a noção de apreciação/depreciação do capital esteve implícita na maior parte dos raciocínios. Explicitemo-la: “A apreciação ou depreciação do capital refere-se às mudanças do valor de qualquer um dos fatores de produção, depois de terem sido comprados,

devidas a alterações gerais da economia” (Cooney, 2009-11: 40). Este binómio está, por seu turno, intimamente associado à distinção conceptual que Marx estabelece entre *vinculação* e *libertação* do capital. A apreciação e a depreciação do capital fixo, das matérias-primas ou do salário

“significam, respetivamente, «vinculação ou libertação de capital». A *vinculação* consiste em que «determinadas proporções dadas» de $c + v + m$ devem ser reconvertidas nos elementos de $c + v$ para que a produção «possa prosseguir na sua escala anterior»; enquanto a *libertação* significa que uma parte do valor que até agora tinha de ser reconvertido em $c + v$ se torna «disponível e excedentário» nessas mesmas condições.” (Guerrero, 2010: 58, itálico no original)

Em suma, se os elementos que compõem o capital constante ou o capital variável se desvalorizarem, ocorre libertação de capital, pois é necessário menos dinheiro para repor o valor dos meios de produção e da força de trabalho consumidos com vista a recomeçar um novo ciclo de rotação. Se o capital constante e/ou o capital variável se apreciarem, ocorre vinculação de capital, isto é, uma parcela maior de capital fica vinculada à reposição do valor dos meios de produção. Evidentemente, a depreciação aumenta a taxa de lucro, enquanto a apreciação reduz a taxa de lucro.

3.2 – O valor de mercado

O conceito marxiano de valor de mercado está, como veremos, diretamente ligado à noção de trabalho socialmente necessário, definida no início do Capítulo 1 (cf. 1.1.3), assim como à noção de mais-valia extra (cf. 1.11), que agora adquire a forma transmutada de sobrelucro. Marx procura determinar como é que se formam os valores *sociais* vigentes *no interior* de cada ramo de atividade; posteriormente, mediante a introdução da concorrência *intersectorial* na análise, esses valores de mercado serão *transformados* em preços de produção (cf. 3.3).

Marx começa por estabelecer uma distinção entre valor individual e valor social. O valor individual traduz o tempo de trabalho particular despendido por cada produtor no fabrico de um certo tipo de mercadorias: “O *valor individual* de um determinado artigo é o trabalho realmente despendido na sua produção” (Brewer, 1984: 140, itálico no original) pela força de trabalho empregada por um determinado capital.

Assim, numa dada esfera de produção – no setor automóvel, por exemplo – existirá uma multiplicidade de valores individuais que refletem as diversas condições técnicas de produção dos capitais que a compõem. Um capital que utiliza tecnologias inovadoras necessitará de menos tempo de trabalho para produzir um automóvel do que os seus concorrentes que utilizam tecnologias menos avançadas; o valor individual do automóvel produzido pelo capital inovador será inferior aos demais valores individuais.

A tese fundamental de Marx é que a concorrência *intrasectorial* – entre os produtores do mesmo tipo de mercadorias – conduz ao estabelecimento de um valor social *único* no interior desse ramo, designado por valor de mercado (Marx, 1986a/1894: 140). Segundo Shortall,

“as tendências convergentes da concorrência intrasectorial levam a que os valores individuais divergentes (...) [das mercadorias, NM] da multiplicidade dos capitais individuais, no interior de um ramo de negócio particular, sejam reduzidos a um único valor de mercado.” (Shortall, 1994: 374)

Os diversos valores individuais são “equalizados em *um* valor social, o valor de mercado” (Marx, 1986a/1894: 140). O valor de mercado é o “*valor geral* dos produtos” de uma esfera, o seu “valor *comum*” (Marx, 1989a/1861-63: 429, *itálico no original*).

Makoto Itoh assinala corretamente que a teoria marxiana do valor de mercado não é isenta de ambiguidades (cf. Itoh & Yokokawa, 1979). Deste modo, podem ser identificadas duas teorias diferentes acerca dos fatores determinantes do valor de mercado.³³⁶

- a) Teoria das “condições técnicas médias” (Itoh, 1988: 231);
 - a.1) O valor de mercado é a “média ponderada dos valores individuais de uma esfera de produção, e pode não coincidir com nenhum valor individual realmente existente” (Ibid.);
 - a.2) “[O] valor de mercado é entendido (...) como o valor individual das mercadorias produzidas sob condições de produção médias” (Itoh & Yokokawa, 1979: 104-105);
- b) Teoria da “massa dominante” – O valor de mercado é dado pelo valor individual do capital que produz a maior parte das mercadorias desse ramo (Itoh, 1988: 231);

Vejamos em pormenor como é estabelecido o valor de mercado em cada um destes casos.

3.2.1 – Valor de mercado como valor social médio

O estabelecimento do valor de mercado “requer uma concorrência entre os produtores da mesma espécie de mercadoria e (...) a existência de um mercado em que eles ofereçam conjuntamente suas mercadorias” (Marx, 1986a/1894: 140). De acordo com a primeira aceção proposta por Marx, “o valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera e, por outro, como valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera” (Ibid.: 139).

Note-se que Marx conflui, neste trecho, duas definições que não são necessariamente coincidentes. No primeiro caso, o valor de mercado é entendido como a média dos vários valores individuais, enquanto, no segundo caso, o valor de mercado é definido como o valor individual das mercadorias fabricadas pelo capital com condições de produção – nível de desenvolvimento tecnológico, intensidade do trabalho, composição orgânica, etc. – médias.

Todavia, estas duas definições possuem um fundamento comum: em ambas, o valor de mercado é determinado, implicitamente, pelo tempo de trabalho socialmente necessário (cf. Ibid.: 141) ou trabalho social médio:

“O tempo de trabalho criador de valor de uma mercadoria refere-se ao tempo de trabalho socialmente necessário, não ao tempo de trabalho individual. Ele manifesta-se como valor de mercado e reflete uma espécie de produtividade média social, da qual se desviam os valores produzidos individualmente.” (Mattick, 1983: 29)

Barbosa defende a mesma ideia:

“Em circunstâncias normais da produção, o valor de mercado corresponde à quantidade de trabalho abstrato necessário para se produzir a mercadoria, ou seja, trabalho social médio. (...) Quando os produtores que produzem mercadorias em condições mais desfavoráveis ou mais favoráveis em relação à média correspondem a uma parte relativamente pequena do total da produção, e assim se compensam os dois extremos,

³³⁶ Itoh fala ainda, equivocadamente, de uma suposta terceira teoria do valor de mercado: a teoria da oferta e da procura (cf. Itoh, 1988: 231). Ora, como veremos em 3.2.3, a oferta e a procura explicam somente os *desvios dos preços de mercado* face ao valor de mercado, e nunca o próprio valor de mercado.

diz-se que a produção ocorre em condições normais, e vale a regra que o valor de mercado é igual ao trabalho médio despendido.” (Barbosa, 2010: 50)

Neste sentido, a ambiguidade de Marx prende-se somente com o conteúdo do trabalho que deverá ser considerado socialmente necessário e, assim, enquanto padrão objetivo de produtividade disseminado pela concorrência *intrasectorial*, regular a produção no interior de um dado ramo (logo, o valor de mercado). No primeiro caso, o tempo de trabalho socialmente necessário é a média dos tempos de trabalho de todos os capitais que integram um ramo, pelo que não tem de coincidir obrigatoriamente com nenhum deles. No segundo caso, o tempo de trabalho socialmente necessário é diretamente equiparado ao tempo de trabalho despendido pelo capital com condições de produção médias.

Enfim, *be that as it may*, o aspeto a reter é que o valor individual das mercadorias pode estar situado acima ou abaixo do valor de mercado (Marx, 1986a/1894: 138). Isso significa tão-somente que o tempo de trabalho exigido para a sua produção é superior ou inferior ao tempo de trabalho médio que vigora num ramo (Ibid.:138-139). Deste modo, “as mercadorias cujo valor individual está abaixo do valor de mercado realizam uma mais-valia extraordinária ou um superlucro, enquanto aquelas cujo valor individual está acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contida” (Ibid.: 139).

Em suma, no conceito de valor de mercado está contida a possibilidade de um *sobrelucro* para aqueles capitais que produzem em condições técnicas mais favoráveis. E a explicação é clara: a vigência de um único valor de mercado “implica que se pague o mesmo preço por mercadorias da mesma espécie, embora estas sejam produzidas em condições individuais muito diferentes e, por isso, possam ter preços de custo muito diferentes” (Ibid.: 152).

Vygotsky salienta que “a luta por este sobrelucro é a força motriz da concorrência no interior de cada esfera de produção” (Vygotsky, 1965: 77); neste contexto, “o aumento da produtividade é a arma concorrencial” *par excellence* (Fine, 1979: 246).³³⁷ Todavia,

“Esta produção a um custo menor não é geralmente monopolizável, pois nada impede outros capitais de introduzirem as mesmas técnicas [de produção, NM] que são responsáveis pela redução dos custos e pelo aumento dos lucros. Assim que essas técnicas se generalizam, o sobrelucro desaparece”. (Tombazos, 2014: 260)

Por conseguinte, “os sobrelucros são sempre limitados no tempo e, no longo prazo, tendem a desaparecer” (Mandel, 1991/1981: 60), logo que “a inovação se generaliza” pelos capitais concorrentes (Brewer, 1984: 151). O derradeiro resultado da concorrência *intrasectorial* é o decréscimo progressivo do valor de mercado.³³⁸

“Existe uma tendência para que a concorrência pela obtenção de sobrelucros conduza a uma divergência dos valores individuais face aos valores de mercado, mas essa mesma concorrência tende a generalizar as técnicas [de produção, NM] mais avançadas, de maneira que o valor de mercado é sucessivamente reduzido.” (Fine, 1979: 246)

O valor individual original do capital com melhores condições de produção torna-se, sucessivamente, o novo valor de mercado, à medida que essas condições de produção se convertem nas condições médias ou normais.

³³⁷ “[A] categoria de «sobrelucros derivados da inovação» (...) desempenha um papel crucial tanto na defesa da teoria da mais-valia de Marx, como na sua explicação do dinamismo da forma valor” (Smith, 2002: 153).

³³⁸ Na prática, o decréscimo do preço de custo médio ou “de mercado”, porque, como veremos em 3.3, o lucro de que cada capital se apropria é determinado de maneira “exógena”.

Consideremos um exemplo numérico, que ajudará a consolidar a primeira noção de valor de mercado de Marx. O capital-mercadoria de um determinado ramo é dado por: $600c + 200v + 100m$. A taxa de mais-valia é de 100%. O capital variável é um índice do número de trabalhadores empregados (1 euro representa o salário de 1 trabalhador). Se assumirmos a hipótese (meramente acadêmica) de uma situação de concorrência perfeita, todos os capitais possuirão a mesma quota de mercado: todos eles produzem 100 unidades da mercadoria.

No exemplo, este ramo é composto por três capitais: A, B e C. O capital B possui condições médias de produção (técnicas, grau de intensidade do trabalho, composição-valor, etc.). Por sua vez, a maquinaria do capital A é ligeiramente mais eficiente do que a do capital B, pelo que é possível produzir o mesmo número de unidades da mercadoria com um contingente menor de trabalhadores. De modo análogo, a maquinaria do capital C é ligeiramente menos eficiente do que a do capital B, pelo que é necessária uma força de trabalho superior para produzir a mesma massa de mercadorias.

Começemos por apresentar os valores individuais:

Valores Individuais

Capital A: $200c + 90v + 90m = 380$ [c:v em % = $0,70c + 0,30v$] – 100 unidades

Valor unitário: $380/100 = 2c + 0,9v + 0,9m = 3,8$ euros

Taxa de lucro: $90/290 = 31,03\%$

Capital B: $200c + 100v + 100m = 400$ [c:v em % = $0,66c + 0,34v$] – 100 unidades

Valor unitário: $400/100 = 2c + 1v + 1m = 4$ euros – **Valor de mercado**

Taxa de lucro: $100/300 = 33,33\%$

Capital C: $200c + 110v + 110m = 420$ [c:v em % = $0,65c + 0,35v$] – 100 unidades

Valor unitário: $420/100 = 2c + 1,1v + 1,1m = 4,2$ euros

Taxa de lucro: $110/310 = 35,48\%$

O valor individual das mercadorias do capital B é simultaneamente o valor de mercado. Como se constata, o valor individual das mercadorias produzidas pelo capital A é inferior ao valor de mercado ($3,8 < 4$). Isto significa que o capital A embolsará um sobrelucro de 0,2 euros em cada mercadoria vendida, logo um sobrelucro total de $100 \times 0,2 = 20$ euros.³³⁹ Por sua vez, o valor individual das mercadorias produzidas pelo capital C é superior ao valor de mercado ($4,2 > 4$). Isto significa que o capital C será incapaz de realizar toda a mais-valia que criou: em cada unidade, sofrerá uma perda de 0,2 euros e, em termos agregados, uma perda de $100 \times 0,2 = 20$ euros. O estabelecimento do valor de mercado único origina a seguinte situação final:

Valor de mercado

Capital A: valor de mercado: $2c + 0,9v + 0,9m + 0,2m \text{ extra} = 4$ euros; logo, 100 unidades $\times 1,1m = 110m$ (+ 20m)

Taxa de lucro: $110/290 = 37,93\%$

³³⁹ Embora isso não seja perceptível no nosso exemplo, pois ainda estamos a operar segundo a hipótese de que a mais-valia criada por cada capital coincide com a mais-valia de que se apropria, deve ser realçado que “a diferença entre o valor individual e o valor de mercado (...) coincide com a diferença entre o preço de custo de mercado e o preço de custo individual” (Vygotsky, 1965: 81). Esta questão será retomada detalhadamente em 3.3.6.1.

Capital B: valor individual = valor de mercado = $2c + 1v + 1m = 4$ euros; logo 100 unidades x $1m = 100m$

Taxa de lucro: $100/300 = 33,33\%$

Capital C: valor de mercado: $2c + 1,1v + 1,1m - 0,2m = 4$ euros; logo, 100 unidades x $0,9m = 90m$ (-20m)

Taxa de lucro: $90/310 = 29,03\%$

3.2.2 – Valor de mercado como valor modal

De acordo com a segunda aceção proposta por Marx, o valor de mercado não é determinado pela média dos diversos valores individuais, nem forçosamente pelo valor individual das mercadorias fabricadas pelo capital com condições médias de produção. Agora, o valor de mercado é definido como o valor individual das mercadorias produzidas pelo capital que possui uma maior fatia de mercado, portanto, que produz a maior parte das mercadorias no interior de um ramo. O valor de mercado é entendido como o valor *modal*.

Neste caso, o valor de mercado pode ser dado pelo valor individual das mercadorias de qualquer um dos três tipos de capitais:³⁴⁰

“Marx divide as condições de produção individuais (...) do ramo (...) em três grandes grupos: 1) produtores que operam sob condições melhores do que as condições médias: a produtividade do seu trabalho é superior à média do seu ramo; 2) produtores que operam sob condições de produção individuais que coincidem com as condições médias ou gerais do ramo: a produtividade do seu trabalho situa-se no nível médio do ramo; 3) produtores que operam sob condições piores do que as condições médias: a produtividade do seu trabalho é inferior à média do ramo. O valor de mercado pode flutuar no interior dos limites definidos pelo valor individual dos produtos do primeiro grupo e pelo valor individual dos produtos do terceiro grupo. A concorrência no interior do ramo estabelece um certo nível para o valor de mercado balizado por esses limites.” (Vygotsky, 1965: 76)

Recorrendo às palavras do próprio Marx:

“Qual das [três, NM] categorias exercerá um efeito decisivo sobre o valor (...) [de mercado, NM], é uma questão que dependerá, especificamente, do rácio numérico ou da grandeza proporcional das categorias. Se, em termos numéricos, a categoria intermédia supera largamente as demais [i.e., se produz a maior parte das mercadorias que abastecem o mercado, NM], será ela que determinará [o valor médio]. Se este grupo for numericamente fraco [i.e., se possuir uma quota de mercado pequena, NM] e aquele que opera em condições inferiores à média é numericamente forte e predominante, então este último determinará o valor geral [i.e., o valor de mercado, NM] do produto dessa esfera”. (Marx, 1989a/1861-63: 429, *italico no original*)

Importa ainda realçar que, em conformidade com a segunda noção marxiana de valor de mercado, o (tempo de) trabalho socialmente necessário é redefinido como aquele realizado sob condições de produção *normais* e não sob condições *médias*. O trabalho socialmente necessário – e, por conseguinte, o valor de mercado – é determinado pelas condições de produção do capital que produz a maior fatia do *output* de um certo ramo de negócio.

³⁴⁰ Carchedi defende que o valor de mercado é *inequivocamente* o valor individual do “grupo modal”, i.e., do capital que produz a maior parte das mercadorias, e não um valor médio (Carchedi, 1991: 57). Todavia, esta asserção é contrariada pelas definições marxianas de valor de mercado apresentadas em 3.2.1.

Vejamos um exemplo ilustrativo da segunda aceção de valor de mercado. O capital-mercadoria de um determinado ramo é dado por: $600c + 200v + 100m$. As hipóteses relativas à taxa de mais-valia e ao capital variável são as mesmas do exemplo da secção anterior. Este ramo é composto por três capitais: A, B e C.³⁴¹ O capital B fabrica 800 unidades da mercadoria, enquanto os capitais A e C produzem, cada um, 200 unidades. Neste sentido, o valor do capital-mercadoria B é naturalmente superior ao dos seus concorrentes. Os valores individuais são dados por:

Valores Individuais

Capital A: $80c + 30v + 30m = 140$ [c:v em % = $0,73c + 0,27v$] – 200 unidades

Valor unitário: $140/200 = 0,4c + 0,15v + 0,15m = 0,7$ euros

Taxa de lucro: $30/110 = 27,3\%$

Capital B: $400c + 200c + 200m = 800$ [c:v em % = $0,66c + 0,34v$] – 800 unidades

Valor unitário: $800/800 = 0,5c + 0,25v + 0,25m = 1$ euro – **Valor de mercado**

Taxa de lucro: $200/600 = 33,33\%$

Capital C: $120c + 70v + 70m = 260$ [c:v em % = $0,37c + 0,63v$] – 200 unidades

Valor unitário: $260/200 = 0,6c + 0,35v + 0,35m = 1,3$ euros

Taxa de lucro: $70/190 = 36,8\%$

O valor individual das mercadorias do capital B é ao mesmo tempo o valor de mercado. Assim, o valor individual das mercadorias produzidas pelo capital A é inferior ao valor de mercado ($0,7 < 1$), pelo que o capital A auferirá um sobrelucro de 0,3 euros em cada unidade vendida, logo um sobrelucro total de $200 \times 0,3 = 60$ euros. Por seu turno, o valor individual das mercadorias produzidas pelo capital C é superior ao valor de mercado ($1,3 > 1$). Isto significa que o capital C não poderá realizar toda a mais-valia que produziu: em cada unidade, sofrerá uma perda de 0,3 euros e, em termos agregados, uma perda de $200 \times 0,3 = 60$ euros. O estabelecimento do valor de mercado único dá origem à seguinte situação final:

Valor de mercado

Capital A: valor de mercado: $0,4c + 0,15v + 0,15m + 0,3m \text{ extra} = 1$ euro; logo, 200 unidades $\times (0,45m) = 90m$ (+ 60m)

Taxa de lucro: $90/110 = 81,9\%$

Capital B: valor individual = valor de mercado = $0,5c + 0,25v + 0,25m = 1$ euro; logo 800 unidades $\times 0,25m = 200m$

Taxa de lucro = $200/600 = 33,3\%$

Capital C: valor de mercado: $0,6c + 0,35v + 0,35m - 0,30m = 1$ euro; logo, 200 unidades $\times 0,05m = 10m$ (-60m)

Taxa de lucro: $10/190 = 5,3\%$

3.2.3 – Valor de mercado, relação entre oferta e procura e preço de mercado

Em 3.2.1 e 3.2.2, vimos que, apesar das suas diferenças, ambas as concepções marxianas de valor de mercado possuem como fator determinante o tempo de trabalho

³⁴¹ Como veremos, a composição do capital C é bastante diferente daquela dos restantes capitais que compõem o ramo, o que é uma hipótese pouco realista. Todavia, o exemplo possui unicamente uma função “didática”.

socialmente necessário. Agora, Marx estabelece uma distinção conceptual entre valor de mercado e preço(s) de mercado: o valor é criado exclusivamente pelo trabalho na esfera da produção, enquanto os preços de mercado traduzem as oscilações dos preços em torno do valor de mercado – ora acima, ora abaixo dele – provocadas pelo mecanismo da oferta e da procura.³⁴²

Marx define a oferta como a “soma dos vendedores ou produtores de determinada espécie de mercadoria” (Marx, 1986a/1894:148) e a procura como a “soma dos compradores ou consumidores (individuais ou produtivos) da mesma espécie de mercadoria” (Ibid.: 148-149). Neste sentido, a procura e a oferta atuam como “forças agregadas” sociais (Ibid.: 149). Na ótica de Marx, “o valor de mercado (...) constitui o centro de oscilações dos preços de mercado” (Ibid.: 139), pelo que *a oferta e a procura explicam somente o desvio dos preços de mercado relativamente ao valor de mercado*. Escutemos as palavras de Marx em “Salário, Preço e Lucro”:

“As relações entre a oferta e a procura (...) acham-se sujeitas a constantes modificações e com elas flutuam os preços (...) no mercado (...). Mas (...) equivocar-vos-eis por inteiro, caso acrediteis que o valor (...) de qualquer (...) mercadoria se determina, em última análise, pelo jogo da procura e da oferta. A oferta e a procura só regulam as *oscilações* temporárias dos preços no mercado. Explicam por que o preço de um artigo no mercado se eleva acima ou desce abaixo do seu *valor*; mas não explicam jamais esse valor em si mesmo. Vamos supor que a oferta e a procura se equilibrem ou, como dizem os economistas, se cubram mutuamente. No preciso instante em que essas duas forças contrárias se nivelam, elas se paralisam mutuamente, deixam de atuar num ou noutro sentido. No mesmo instante em que a oferta e a procura se equilibram e deixam, portanto, de atuar, o *preço* de uma mercadoria *no mercado* coincide com o seu *valor real*, com o preço normal em torno do qual oscilam seus preços no mercado. Por conseguinte, se queremos investigar o caráter desse *valor*, não nos devemos preocupar com os efeitos transitórios que a oferta e a procura exercem sobre os preços do mercado.” (Marx, 1996c/1865: 87-88, *itálico no original*)

Segundo Marx, o ponto de partida da análise deve ser a igualdade entre oferta e procura, porque “quando procura e oferta coincidem, deixam de atuar, e justamente por isso a mercadoria é vendida por seu valor de mercado” (Marx, 1986a/1894: 146). Marx salienta que “o intercâmbio (...) das mercadorias por seu valor é o racional, a lei natural de seu equilíbrio; a partir dele devem-se explicar os desvios, e não inversamente, a partir dos desvios explicar a própria lei” (Ibid.: 145).

Começemos por analisar, então, aquilo que acontece quanto a oferta e a procura se igualam e, portanto, deixam de ser um fator explicativo. Como já avançámos, nesse caso as mercadorias são vendidas pelo seu valor de mercado, o que significa que foi despendido o tempo de trabalho socialmente necessário no seu fabrico: “se a oferta e a procura se equilibrarem, os preços das mercadorias no mercado corresponderão (...) a seus valores, os quais se determinam pelas respetivas quantidades de trabalho [socialmente, NM] necessário para a sua produção” (Marx, 1996c/1865: 97).

Todavia, a mercadoria tem de ser validada socialmente de acordo com a sua natureza dual: enquanto coisa-valor e enquanto valor de uso destinado a satisfazer uma necessidade social. Assim, não basta que tenha sido despendido somente o tempo de trabalho socialmente necessário na produção de cada mercadoria unitária; a massa das mercadorias produzidas tem de ser adequada face às necessidades sociais *solventes*:

³⁴² O conceito de preço de mercado já tinha sido introduzido em 1.3.4.2.

“Para que uma mercadoria seja vendida por seu valor de mercado, isto é, em proporção ao trabalho socialmente necessário nela contido, o quantum global de trabalho social que é empregado na massa global desta espécie de mercadoria tem de corresponder ao quantum da necessidade social dela, isto é, da necessidade social solvente.” (Marx, 1986a/1894: 148)

Quanto às divergências dos preços de mercado das mercadorias face ao seu valor de mercado, estas ocorrem sempre que a quantidade de mercadorias produzidas (e oferecidas) for menor ou maior do que a procura por esse tipo de mercadorias (Ibid.: 143). Marx começa por apresentar a situação de uma oferta excedentária:

“Embora cada artigo individual ou cada quantum determinado de uma espécie de mercadorias possa conter apenas o trabalho social[mente, NM] necessário à sua produção e, considerado desse ângulo, o valor de mercado (...) represente apenas o trabalho [socialmente, NM] necessário, ainda assim, se a mercadoria considerada foi produzida numa extensão que excede a necessidade social, parte do tempo de trabalho social foi desperdiçada e a massa de mercadorias representa então no mercado um quantum muito menor de trabalho social do que o realmente contido nele.” (Ibid.: 144)

Nesta situação, foi desperdiçado trabalho que, desse modo, não é reconhecido como sendo socialmente necessário. Se a massa de mercadorias produzida exceder a necessidade social – a procura solvente –, então as mercadorias unitárias terão de ser vendidas abaixo do seu valor de mercado (ou uma parte delas devirá invendável) (Ibid.: 145). Por outras palavras, *o preço de mercado dessas mercadorias será inferior ao seu valor de mercado*. Ao invés, se o conjunto de mercadorias produzidas num ramo não for suficiente para atender às necessidades sociais, elas serão vendidas acima do seu valor de mercado (Ibid.: 140); *o preço de mercado dessas mercadorias será superior ao seu valor de mercado*. O Quadro 3.1 descreve as três situações possíveis:

Quadro 3.1 – Valor de mercado, oferta/procura e preço de mercado

Relação entre oferta e procura	Preço de mercado
Oferta = Procura	Preço de mercado = Valor de mercado
Oferta > Procura	Preço de mercado < Valor de mercado
Oferta < Procura	Preço de mercado > Valor de mercado

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Lee (1998: 94).

Como se denota, se a oferta for igual à procura, o preço de mercado será tendencialmente igual ao valor de mercado (Lee, 1998: 94) determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Se a oferta for superior à procura, então o preço de mercado será inferior ao valor de mercado (Ibid.: 93). Porém, a resposta a preços de mercado reduzidos será uma retirada de capitais do ramo de negócio em questão, a diminuição da produção, um restabelecimento tendencial do equilíbrio entre oferta e procura e, assim, uma subida tendencial do preço de mercado até ao nível do valor de mercado (Marx, 1986a/1894: 146; Rubin, 1990/1928: 188) determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Finalmente, se procura for superior à oferta, então o preço de mercado será superior ao valor de mercado (Lee, 1998: 93). Todavia, os preços anormalmente elevados gerarão um influxo de capitais adicionais para esse ramo. O nível de produção aumentará, o equilíbrio tendencial entre oferta e procura será restabelecido e, por conseguinte, o preço de mercado

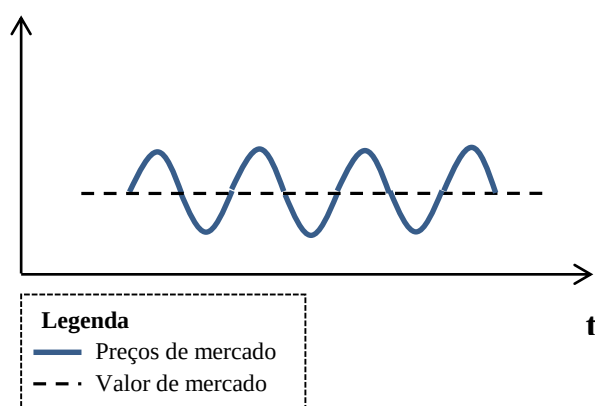
tenderá a diminuir até ao nível do valor de mercado (Marx, 1986a/1894: 147; Rubin, 1990/1928: 188) determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Está implícito no raciocínio dos parágrafos anteriores que o valor de mercado se impõe como *a média das oscilações dos preços de mercado que se compensam mutuamente ao longo de um certo período de tempo* (cf. Marx, 1989a/1861-63: 429). É justamente isso que Marx nos diz em “Salário, Preço e Lucro”:

“Se, em vez de considerar somente as flutuações diárias, analisardes o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo, (...) descobrires que as flutuações dos preços no mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que (...) todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos *valores*”. (Marx, 1996c/1865: 97, *italico no original*)

Marx retoma a mesma ideia no Livro Terceiro: “os preços de mercado que se desviam dos valores de mercado, considerando sua média, se igualam aos valores de mercado, ao se anularem os desvios em relação aos últimos como *plus* e *minus*” (Marx, 1986a/1894: 146). Em suma, a relação entre procura e oferta explica duas tendências antagônicas: “por um lado, (...) os desvios dos preços de mercado em relação aos valores de mercado e, por outro, a tendência à anulação desses desvios” (Ibid.). Esta situação será melhor entendida através de uma representação gráfica:

Figura 3.1 – Valor de mercado e preços de mercado



Como se denota, “o valor de mercado aparece como o centro de gravidade dos preços de mercado” (Itoh, 1988: 233). Os desvios contínuos dos preços de mercado face ao valor de mercado, provocados pela atuação conjunta das forças da oferta e da procura, acabam por compensar-se de tal forma que, em média, as mercadorias são vendidas pelo seu valor de mercado.

3.2.4 – Notas finais

Vimos que, no Livro Terceiro de *O Capital*, Marx apresenta dois conceitos de valor de mercado:

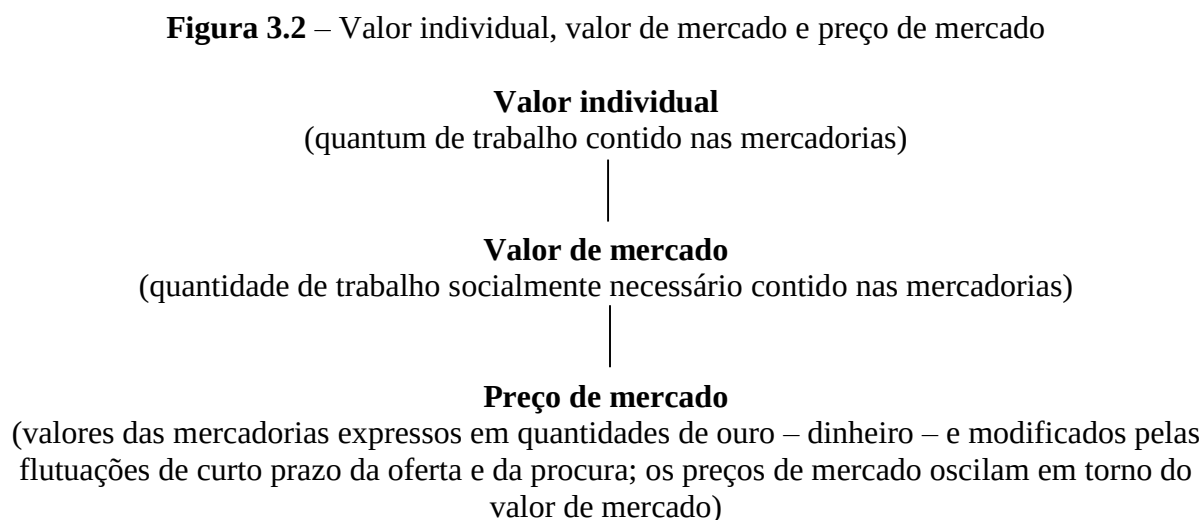
1) Valor social médio, determinado:

1a) Pela média de todos os valores individuais das mercadorias produzidas num ramo, de tal modo que o valor de mercado pode não coincidir com nenhum valor individual; ou

- 1b) Pelo valor individual das mercadorias fabricadas pelo capital que possui condições médias de produção (nível tecnológico, intensidade do trabalho, etc.);
- 2) Valor modal, constituído pelo valor individual do capital que produz a maior parte das mercadorias de um ramo, i.e., que possui a maior fatia de mercado.

Em ambos os casos, o valor de mercado é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Todavia, para que as mercadorias sejam vendidas por um preço igual ao seu valor de mercado é preciso que a oferta e a procura estejam em equilíbrio. Ora, como sabemos, essa situação verifica-se apenas pontualmente, em virtude das convulsões típicas da economia capitalista de mercado. Quando a oferta e procura não coincidem, ocorrem desvios dos preços de mercado face ao valor de mercado. Segundo Marx, esses desvios compensam-se mutuamente ao longo do tempo, pelo que a média dos preços de mercado de uma dada mercadoria corresponderá justamente ao seu valor de mercado.

A ordem lógica da exposição categorial de Marx pode ser sintetizada da seguinte forma:³⁴³



Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Mandel (1991/1981: 30).

Os valores individuais são transformados num único valor de mercado através da concorrência intrasectorial, responsável pela disseminação do padrão objetivo de produtividade – o tempo de trabalho socialmente necessário – por todos os capitais que compõem um ramo de negócio. Por sua vez, o valor de mercado é o centro de gravidade em torno do qual oscilam os preços de mercado afetados pelas flutuações da oferta e da procura; em outros termos, o valor de mercado manifesta-se sob a forma de “preços de mercado cambiantes” (Mattick, 1983: 29) ou, mais exatamente, como a média das oscilações compensatórias dos preços de mercado.

3.3 – A transformação dos valores de mercado em preços de produção

3.3.1 – Preâmbulo: as hipóteses assumidas por Marx

Começemos por apresentar algumas das hipóteses teóricas assumidas por Marx. Em primeiro lugar, deve ser salientada a adoção de um novo princípio metodológico. Marx deixa de centrar a sua atenção no valor da mercadoria isolada e toma como base dos seus

³⁴³ Conforme veremos em 3.3, a introdução da categoria “preço de produção” no esquema de Marx implicará uma mediação adicional entre o valor de mercado e o preço de mercado.

raciocínios o valor do capital-mercadoria *agregado* dos vários ramos que compõem a economia capitalista: “Nós não falamos aqui nunca da mercadoria individual, mas do capital-mercadoria, isto é, a forma em que o produto do capital se apresenta em determinado espaço de tempo, por exemplo anualmente, e da qual a mercadoria individual constitui apenas um elemento” (Marx, 1986b/1894: 295).

A mercadoria unitária aparece agora como mera parcela *alíquota* da massa de mercadorias produzidas:

“A mercadoria individual apresenta-se (...) como parte do produto total do capital, como parte alíquota do lote por ele produzido. Já não estamos de maneira nenhuma perante a mercadoria individual autónoma, perante o produto isolado. Como resultado do processo [de produção capitalista, NM] não nos aparecem mercadorias isoladas, mas sim uma *massa de mercadorias*”. (Marx, 1975/1864: 128, *italico no original*)

Marx estabelece, assim, uma distinção formal entre a “*mercadoria singular, considerada na sua autonomia*” e “a mercadoria como *produto do capital*” (Ibid.: 142, *italico no original*), sendo que “esta diferença (...) afetará (...) a real determinação dos preços” (Ibid.), em especial dos preços de produção (Ibid.: 143-144). Quando analisarmos a formação da taxa média de lucro e o estabelecimento dos preços de produção, constataremos que “as mercadorias não são intercambiadas meramente como *mercadorias*, mas como *produtos de capitais* que reclamam uma participação na massa global de mais-valia, que é proporcional a sua grandeza” (Marx, 1986a/1894: 137, *italico no original*).

Para além disso, em segundo lugar, na análise subsequente Marx utiliza frequentemente o conceito de composição orgânica do capital. Relembremos que, tal como verificámos no Capítulo 1 (cf. 1.14.1), Marx entende por composição do capital a relação que se estabelece entre o capital constante e o capital variável (Ibid.: 113). Vimos, em particular, que “a composição de valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica e a reflete”, é denominada por composição orgânica (Ibid.).

Impõe-se ainda uma terceira observação prévia: no seu estudo da relação entre a composição orgânica dos capitais e a respetiva taxa de lucro, Marx pressupõe que a taxa de mais-valia e a duração da jornada de trabalho – portanto, o grau de exploração da força de trabalho – são idênticas em todas as esferas produtivas de um dado país (Ibid.: 111).³⁴⁴ A tese central de Marx é que as diferenças na taxa de lucro não derivam de diferentes taxas de mais-valia (Ibid.: 112).

Ora, a suposição de que a taxa de mais-valia e a jornada de trabalho são constantes implica que o salário é igualmente uma grandeza dada, pelo que o capital variável funciona como um índice do “quantum de força de trabalho posta em movimento” numa certa esfera de produção (Ibid.). Por outras palavras, se o salário individual não sofre qualquer alteração, uma modificação do capital variável expressa sempre uma variação do número de trabalhadores empregados por um certo capital. No contexto desta hipótese simplificadora, “a *grandeza da mais-valia* depende” exclusivamente “da grandeza do capital variável, i.e., do número de trabalhadores que põe em movimento” (Marx, 2015/1864-65: 108, *italico no original*).

3.3.2 – Composições orgânicas e taxas de lucro setoriais

Marx começa por observar que os principais fatores que afetam a taxa de lucro auferida por um determinado capital são a sua composição orgânica e a grandeza do seu tempo de rotação: “as taxas de lucro de diversas esferas da produção (...) serão diferentes se, com as demais circunstâncias constantes, o período de rotação dos capitais empregados for

³⁴⁴ “A concorrência no mercado de trabalho tende a equalizar (...) a taxa de mais-valia” (Brewer, 1984: 136).

diferente ou se a relação de valor entre os componentes orgânicos desses capitais (...) for diferente” (Marx, 1986a/1894: 112). Vejamos porquê.

Conforme vislumbrámos em 2.2.3, a diferença dos tempos de rotação afeta “a massa de mais-trabalho que pode ser apropriada e realizada, num período de tempo dado”, por um capital de igual grandeza (Ibid.: 118). Quanto menor for o tempo de rotação, tanto maior será o número de rotações cumpridas por um determinado capital setorial e, portanto, o número de vezes que o período de produção poderá ser repetido, aumentando desse modo a massa de mais-valia e, conseqüentemente, a taxa de lucro. As taxas de lucro setoriais variarão na razão inversa do tempo de rotação (Ibid.: 117).

No que se refere à influência da composição orgânica sobre a taxa de lucro, Marx apresenta o seguinte exemplo bastante elucidativo (Ibid.: 114-115). Na esfera da produção A é investido um capital total de 700 euros, decomposto em 600 euros de capital constante e 100 euros de capital variável. Na esfera de produção B é investido igualmente um capital global de 700 euros, mas repartido por 100 euros de capital constante e 600 euros de capital variável. A composição orgânica (c:v) é 6:1 no primeiro caso e 1:6 no segundo. A esfera de produção B emprega, portanto, com a mesma soma de capital global, 6 vezes mais trabalhadores. Se a taxa de mais-valia for de 100% (igual em ambas as esferas), então a taxa de lucro será de $100/700 = 14,29\%$ na esfera A e de $600/700 = 85,71\%$ na esfera B.

É possível concluir que “capitais *iguais* com *composições orgânicas diferentes* colocam em ação quantidades *diferentes* de trabalho” (Rubin, 1990/1928: 231, *itálico no original*). E esta é chave para entender as taxas de lucro divergentes nas várias esferas que compõem a economia capitalista:

“Uma vez que capitais em diferentes esferas da produção (...) – capitais de igual grandeza – se dividem de maneira desigual em elementos constantes e variáveis, põem quantidade desigual de trabalho vivo em movimento e portanto produzem quantidade desigual de mais-valia, e por conseguinte de lucro, então a taxa de lucro, que consiste justamente na percentagem da mais-valia sobre o capital global, difere neles.” (Marx, 1986a/1894: 116)

Em suma, *quanto maior for a composição orgânica de um determinado ramo, tanto menor será a sua taxa de lucro*. Isto acontece porque uma proporção superior de capital constante significa que é explorada uma força de trabalho menor, pelo que a massa de mais-valia – o numerador da fração da taxa de lucro – criada será igualmente menor. Ao invés, *quanto menor for a composição orgânica de um ramo, tanto maior será a sua taxa de lucro*; uma proporção acrescida de capital variável significa que é empregado um contingente superior de trabalhadores, pelo que a massa de mais-valia produzida será maior.

Como nota Paul Mattick, “embora seja concebível (...) que as *condições de produção* no interior de uma esfera de produção particular sejam crescentemente equalizadas mediante a concentração do capital, esta equalização não pode ser alcançada para esferas de produção totalmente diferentes” (Mattick, 1983: 30, *itálico nosso*); ou seja, é naturalmente impossível alcançar composições idênticas em todos os ramos da economia: “alguns processos de produção exigem grandes investimentos em meios de produção e investimentos relativamente pequenos em trabalho, enquanto outros necessitam de menos investimento em capital [constante, NM] e exigem mais trabalho” (Mattick, 2010/1969: 60).

A composição orgânica varia enormemente de ramo para ramo, refletindo as diversas condições técnicas de produção vigentes. Aparentemente, de acordo com a teoria do valor marxiana, as taxas de lucro deveriam ser superiores nos ramos mais trabalho-intensivos, i.e., com composições orgânicas menores e, por outro lado, comparativamente menores nos ramos mais capital-intensivos, i.e., com composições orgânicas maiores (Shortall, 1994: 375).

Porém, na realidade, “prevalece uma *tendência* para a sua perequação” (Mattick, 2010/1969: 60, *itálico no original*) promovida pela concorrência intersectorial (Kliman, 2007: 141). A teoria de Marx parece, pois, ser desmentida pelo funcionamento empírico do modo produção capitalista: “Uma vez que a lei do valor implica que a grandeza do valor criado depende da quantidade de trabalho despendido, parece igualmente implicar que as taxas de lucro não tenderão a equalizar-se” (Ibid.).

O quebra-cabeças pode ser enunciado da seguinte forma: é preciso explicar “como se estabelece uma taxa de lucro geral dentro de um país” (Marx, 1986a/1894: 112), quer dizer, demonstrar como é que as várias taxas de lucro setoriais são tendencialmente equalizadas numa taxa média de lucro, sem que isso contradiga a teoria do valor-trabalho. Marx conseguirá esse intento através da introdução do conceito de preços de produção na sua análise, que são deduzidos, mas distintos, dos valores:

“O nivelamento dos vários valores de mercado, de maneira que *a mesma* taxa de lucro é obtida em diferentes esferas e capitais de grandeza igual auferem lucros médios iguais, é portanto somente possível através da transformação dos *valores de mercado* em *preços de produção*³⁴⁵ que são diferentes dos verdadeiros valores.” (Marx, 1989a/1861-63: 432, *itálico no original*)

Como veremos na próxima secção, o estabelecimento dos preços de produção possibilita que a mais-valia social global seja redistribuída equitativamente pelos capitais dos vários ramos, de modo proporcional à sua grandeza, sob a forma de lucro médio.

3.3.3 – A formação da taxa média de lucro e o estabelecimento dos preços de produção

3.3.3.1 – Os exemplos numéricos da transformação

Na sua explicação da formação da taxa média de lucro e da transformação dos valores em preços de produção, Marx socorre-se de três tabelas que constituem outros tantos exemplos numéricos (cf. Marx, 1986a/1894: 121-123). Marx admite algumas hipóteses simplificadoras. Em primeiro lugar, considera que a taxa de mais-valia é constante e idêntica em todos os ramos de produção: 100%. Em segundo lugar, considera que o valor do capital constante é inteiramente transferido, durante o ano atual, à massa de mercadorias produzida por um dado capital. Finalmente, em terceiro lugar, Marx considera que os capitais cumprem apenas um período de rotação anual, ou seja, não é levada em linha de conta a diferença que períodos de rotação distintos podem provocar na taxa de lucro. Por conseguinte, as diversas taxas de lucro serão explicadas exclusivamente pelas diferentes composições orgânicas dos capitais setoriais.

Marx apresenta, então, o seguinte exemplo (Marx, 1986a/1894: 121). Uma determinada economia é composta por 5 ramos de produção. O capital investido em cada ramo ascende a 100 euros,³⁴⁶ mas possui composições orgânicas distintas. Esta situação é sumariada no Quadro 3.2:

³⁴⁵ No texto original Marx utiliza o termo “preços de custo”. Ao longo do *Manuscrito Económico de 1861-63* (incluindo as *Teorias da Mais-Valia*), Marx não adota uma terminologia definitiva (e coerente) para algumas categorias que serão apresentadas no Livro Terceiro de *O Capital*. Neste sentido, Marx designa muitas vezes, como no caso presente, por “preço de custo” ou “preço médio” aquilo que designará, a partir do *Manuscrito Económico de 1864-65*, por “preço de produção” (cf. Moseley, 1999: 14-15). Com vista a facilitar a compreensão do leitor, nesses casos optei por utilizar *sempre* o termo *preço de produção*. Note-se que estamos perante uma mudança exclusiva de terminologia e não do conteúdo substantivo do conceito.

³⁴⁶ “Para facilitar os cálculos, tomamos o número 100 como o nosso padrão de medida (...) da grandeza do capital” (Marx, 2015/1864-65: 49).

Quadro 3.2 – Valores de mercado do capitais-mercadoria setoriais

Capitais	Composição orgânica ³⁴⁷	Taxa de mais-valia	Mais-valia	Valor do Capital-mercadoria	Taxa de lucro
I. $80c + 20v$	80%	100%	20	120	20%
II. $70c + 30v$	70%	100%	30	130	30%
III. $60c + 40v$	60%	100%	40	140	40%
IV. $85c + 15v$	85%	100%	15	115	15%
V. $95c + 5v$	95%	100%	5	105	5%

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (1986a/1894: 121).

Como se denota, os capitais produzem uma massa de mais-valia idêntica à grandeza do seu capital variável, porquanto a taxa de mais-valia ascende a 100% (Marx, 1986a/1894: 121). Assim, por exemplo, o capital variável do ramo I é de 20 euros, pelo que esse ramo criará uma mais-valia igualmente de 20 euros. O valor do capital-mercadoria produzido em cada ramo é dado, naturalmente, pelo somatório do capital constante, do capital variável e da mais-valia. Por último, a taxa de lucro obtém-se mediante o quociente da mais-valia (m) pelo capital global desse ramo ($C = c + v$).

Conforme seria de esperar (cf. 3.3.2), as taxas de lucro setoriais divergem e são inversamente proporcionais à composição orgânica dos capitais: a taxa de lucro mais elevada é aquela auferida pelo capital setorial III, que possui a composição orgânica mais reduzida, enquanto a taxa de lucro mais baixa é aquela auferida pelo capital setorial V, que possui a composição orgânica mais elevada.

Marx defende que a concorrência *intersectorial* – o movimento do capital entre os vários ramos – impõe, *tendencialmente*, a igualização destas várias taxas de lucro numa única taxa geral de lucro, que culmina na transformação dos valores em preços de produção. Procuremos descortinar o processo subjacente a esta transformação. O Quadro 3.3 (vd. página seguinte) é uma versão ligeiramente modificada do Quadro 3.2.

Como se denota no Quadro 3.3, o capital total investido nos 5 ramos produtivos – o preço de custo – ascende a 500 euros. A massa de mais-valia criada é de 110 euros e o valor total produzido cifra-se nos 610 euros. Segundo Marx, a taxa média de lucro obtém-se dividindo a massa de mais-valia criada socialmente pelo capital global adiantado. Neste caso, a taxa média de lucro é dada por $110/500 = 22\%$.

A vigência de uma taxa geral de lucro significa que a massa de mais-valia social é redistribuída *equitativamente* pelos capitais setoriais. Ela constitui a base da transformação dos valores de mercado em *preços de produção*, uma nova categoria introduzida por Marx. Seja k o preço de custo e l' a taxa média lucro, então a expressão algébrica do preço de produção é dada por:

$$\text{Preço de produção} = k + kl'$$

³⁴⁷ Nesta coluna (que não consta no quadro apresentado por Marx), a composição orgânica é descrita em termos percentuais, i.e., em termos da proporção do capital constante face ao capital total investido em cada ramo, e não face ao capital variável. Esta opção é consistente com a suposição de Marx ao longo do Capítulo IX do Livro Terceiro (cf. Marx, 1986a/1894: 121). Note-se, aliás, que a escolha da grandeza total dos capitais (100) por parte de Marx não foi aleatória, mas revela a preocupação de tornar possível a comparação imediata das composições dos diferentes ramos.

Quadro 3.3 – Preço de custo, valor e taxa de lucro

Capitais	Preço de custo	Taxa de mais-valia	Mais-valia	Valor do Capital-mercadoria	Taxa de lucro
I. $80c + 20v$	= 100	100%	20	120	20%
II. $70c + 30v$	= 100	100%	30	130	30%
III. $60c + 40v$	= 100	100%	40	140	40%
IV. $85c + 15v$	= 100	100%	15	115	15%
V. $95c + 5v$	= 100	100%	5	105	5%
Total	$390c + 110v$ = 500	-	110	610	-
Média	$78c + 22v$	-	-	-	110/500 = 22%

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (1986a/1894: 122).

O preço de produção é constituído pelo somatório de duas parcelas: o preço de custo (k) e o lucro médio, dado pelo produto do preço de custo pela taxa média de lucro (kl). Assim, todos os capitais auferem o mesmo lucro médio *proporcional* à sua grandeza: “capitais com a mesma grandeza auferem a mesma soma de lucro” (Marx, 1989a/1861-63: 263-264). O Quadro 3.4 ilustra os preços de produção dos vários ramos, calculados da forma mencionada.³⁴⁸

Quadro 3.4 – Preços de produção

Capitais	Preço de custo	Mais-valia	Valor	Preço de produção	Desvio Preço-valor	Taxa média de lucro
I. $80c + 20v$	= 100	20	120	122	+ 2	22%
II. $70c + 30v$	= 100	30	130	122	- 8	22%
III. $60c + 40v$	= 100	40	140	122	- 18	22%
IV. $85c + 15v$	= 100	15	115	122	+ 7	22%
V. $95c + 5v$	= 100	5	105	122	+ 17	22%
Total	$390c + 110v$ = 500	110	610	610	-	-
Média	$78c + 22v$	-	-	-	-	110/500 = 22%

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (Marx, 1986a/1894: 123).

Como é patente, uma vez que os capitais-mercadoria não são vendidos pelos seus valores, mas pelos seus preços de produção, todos os capitais obtêm a mesma taxa média

³⁴⁸ Neste caso específico, a fórmula parece ser supérflua, pois todos os preços de custo são iguais a 100 e o cálculo dos preços de produção é intuitivo. Porém, a sua pertinência será evidente num exemplo posterior.

lucro.³⁴⁹ Neste sentido, o principal resultado da transformação dos valores em preços de produção é que a mais-valia apropriada por cada ramo de produção, sob a forma de lucro médio, não coincide com a mais-valia criada diretamente pela sua força de trabalho. Isso só aconteceria no caso excepcional em que a composição média do capital de um certo ramo fosse igual à composição média do capital social (neste caso, $78c + 22v$).

Esta discrepância coincide, naturalmente, com os desvios dos preços de produção em relação aos valores. Todavia, é possível observar que esses desvios se anulam mutuamente: enquanto alguns capitais-mercadorias são vendidos por um preço de produção superior ao seu valor ($2 + 7 + 17 = 26$), outros capitais-mercadorias são vendidos por um preço de produção inferior ao seu valor ($8 + 18 = 26$) (Marx, 1986a/1894: 123). Isto significa que ocorre uma *distribuição* da massa de mais-valia social produzida, de acordo com a taxa média de lucro, mas que a grandeza total dessa massa não sofre qualquer alteração. Deste modo, o somatório dos valores tem de ser forçosamente igual ao somatório dos preços de produção.

Para além disso, a redistribuição da mais-valia social não é efetuada de modo aleatório. Os capitais II e III, que possuem composições orgânicas inferiores à média setorial (utilizam mais trabalho), transferem parte da mais-valia produzida pela sua força de trabalho para os capitais com composições orgânicas superiores. Neste sentido, os preços de produção dos capitais-mercadoria II e III são inferiores aos seus valores, enquanto os preços de produção dos restantes capitais são superiores aos seus valores.

Podemos apresentar, ainda, um exemplo numérico mais realista, em que os preços de custo não são iguais em todos os ramos.³⁵⁰ A taxa de mais-valia é novamente de 100% em toda a economia. Atente-se no Quadro 3.5:

Quadro 3.5 – Preços de produção (com preços de custo diferentes)

Capitais	Composição Orgânica (em %)	Preço de custo	Mais-valia	Valor	Preço de produção (desvio)	Taxa média de lucro
I. $150c + 40v$	$0,79c + 0,21v$	190	40	230	235,6 (+ 5,6)	24%
II. $130c + 60v$	$0,68c + 0,32v$	190	60	250	235,6 (- 14,4)	24%
III. $120c + 90v$	$0,57c + 0,43v$	210	90	300	260,4 (- 39,6)	24%
IV. $145c + 25v$	$0,85c + 0,15v$	170	25	195	210,8 (+ 15,8)	24%
V. $215c + 25v$	$0,90c + 0,10v$	240	25	265	297,6 (+ 32,6)	24%
Total	$760c + 240v$ = 1000	1000	240	1240	1240	-
Média	$152c + 48v$	-	-	-	-	$240/1000$ = 24%

Relembremos que a massa de mais-valia social (neste exemplo, 240 euros) é sempre o ponto de partida do procedimento de transformação dos valores em preços de produção. A

³⁴⁹ Neste exemplo, a grandeza dos preços de produção é igual em todos os ramos, porque o capital adiantado (o preço de custo) é idêntico nesses mesmos ramos. Apresentaremos posteriormente um exemplo mais realista.

³⁵⁰ Marx alerta justamente para essa necessidade: “Entretanto, para não se chegar a conclusões inteiramente falsas, é necessário não calcular todos os preços de custo como = 100” (Marx, 1986a/1894: 122).

sua divisão pelo capital global adiantado permite-nos obter a taxa média de lucro: $240/1000 = 24\%$. Uma vez obtida a taxa média de lucro, estamos em condições de calcular os preços de produção para os capitais-mercadoria dos vários ramos. No caso do capital-mercadoria I, por exemplo, o preço de produção é dado por $190 + 190 \times 0,24 = 235,6$ euros. O cálculo dos demais preços de produção é em tudo similar.

Tal como no exemplo do Quadro 3.4, os desvios entre valores e preços de produção anulam-se mutuamente, pelo que o somatório dos valores e o somatório dos preços de produção são iguais. Ocorre novamente uma transferência de mais-valia dos capitais com composições orgânicas inferiores à média setorial (capitais II e III) para os demais capitais, que possuem composições orgânicas superiores.

3.3.3.2 – Massa de mais-valia global: o prius lógico

No item anterior, limitámo-nos a descrever sumariamente os procedimentos e os cálculos efetuados por Marx nos seus exemplos numéricos. Agora, impõe-se uma explicitação dos princípios teóricos subjacentes à transformação dos valores em preços de produção.

Em primeiro lugar, cabe realçar que a pressuposição de Marx continua a ser a produção de valor e, em particular, de mais-valia, tal como foi exposta no Livro Primeiro de *O Capital*. A massa de mais-valia social é o prius lógico do processo de transformação: “o principal argumento (...) do Livro Terceiro no seu conjunto (...) é que (...) *a grandeza total da mais-valia é determinada previamente em termos lógicos* face à divisão desta grandeza total da mais-valia nas suas partes individuais” (Moseley, 2015: 38-39, itálico nosso).³⁵¹ Segundo Marx, a mais-valia é criada na esfera da produção e, depois, distribuída na esfera da circulação (Shortall, 1994: 384).

Assim, no Livro Terceiro não é acrescentada nenhuma determinação nova à *produção* de mais-valia, cuja substância continua a ser o tempo de trabalho excedente fornecido pela força de trabalho *global*. A única coisa que muda é a *distribuição* dessa massa de mais-valia social: a equalização das taxas de lucro “de diferentes negócios não afeta a grandeza absoluta da mais-valia total” (Marx, 1989a/1861-63: 416), limitando-se a modificar a “sua distribuição entre os diferentes capitais específicos nos quais consiste o capital social” (Marx, 1986b/1894: 300). Ora, a grandeza “*desta mais-valia* [global, NM] (...) decorre exclusivamente da determinação do valor pelo tempo de trabalho” (Marx, 1989a/1861-63: 416, itálico no original). Esta proposição é um truísmo, pois “o lucro dos capitalistas como classe (...) tem de existir antes que possa ser distribuído”; seria “extremamente absurdo pretender explicar a sua génese a partir de sua repartição” (Marx, 2011b/1857-58: 573).

O valor e a mais-valia permanecem categorias válidas para a análise da economia capitalista no seu conjunto. Ao nível agregado, a massa de mais-valia e a massa de lucro *coincidem*: são uma e a mesma grandeza constituída pelo mais-trabalho *total* fornecido pela *classe* trabalhadora e apropriado pela *classe* capitalista: o “lucro, considerado segundo sua grandeza absoluta, é igual à mais-valia” (Marx, 1986b/1894: 300).³⁵² Em outros termos, “o lucro total realizado na circulação deve (...) ser igual à mais-valia total extraída na produção” (Shortall, 1994: 384).

³⁵¹ Moseley (cf. 1997) demonstra convincentemente que as premissas acerca da prioridade lógica da mais-valia global social, e da sua distribuição subsequente, estão presentes nos vários manuscritos que antecedem o Livro Terceiro de *O Capital*. Segundo o autor, “a teoria da distribuição da mais-valia de Marx é consistentemente baseada, ao longo dos vários rascunhos de *O Capital*, na premissa de que a grandeza total da mais-valia é determinada prévia e independentemente da sua divisão em partes individuais” (Ibid.: 146).

³⁵² “O lucro (...) da classe capitalista (...) nunca poderá ser maior que a soma do mais-valor” (Marx, 2011b/1857-58: 643).

O conceito de *totalidade* é justamente o ponto de partida – e o “caráter específico” (Rubin, 1990/1928: 247) – da metodologia marxiana:

“[N]a teoria de Marx, as grandezas agregadas são determinadas prévia e independentemente das grandezas individuais. As grandezas individuais são (...) determinadas num estágio de análise posterior, em que as grandezas agregadas predeterminadas são assumidas como um dado adquirido.” (Moseley, 1993: 160)

Como vimos nos exemplos apresentados em 3.3.3.1, “de acordo com o método lógico de Marx, a mais-valia total (...) é utilizada para determinar a taxa geral de lucro” (Moseley, 2015: 26). Desta forma, a grandeza da “taxa geral de lucro (...) é algo que depende da quantidade total de trabalho empregada pelo capital da classe capitalista no seu conjunto, e da proporção da quantidade de trabalho” *excedente* “empregada” (Marx, 1989b/1861-63: 11). Marx concretiza: “A taxa geral de lucro é (...) determinada pelo rácio do trabalho (...) [excedente global, NM] face (...) ao capital adiantado não neste ou naquele ramo, mas em todos os ramos” (Ibid.: 71).

Rubin acrescenta que, “no sistema de Marx, a grandeza da taxa média de lucro é derivada da *massa total de mais-valia*” (Rubin, 1990/1928: 246, *itálico no original*), ou seja, “é determinada (...) pela massa total de mais-valia e pela relação desta massa com o capital social total” (Ibid.: 247). O facto a reter é que a *grandeza* da taxa média de lucro é definida inteiramente na esfera da produção, “sendo tomada como um dado adquirido na determinação [ulterior, NM] dos preços de produção” (Moseley, 2002: 74). A concorrência intersectorial, através das migrações de capital, limitar-se-á a garantir que todos os ramos auferem tendencialmente a mesma taxa média de lucro, mas não pode, em circunstância alguma, explicar a grandeza dessa taxa média de lucro (porque é 10%, em vez de 20% ou 50%, por exemplo).

Horverak remata que “a concorrência afeta somente a distribuição do lucro entre os capitais”; contudo, “o nível da taxa [média, NM] de lucro é estabelecido na [esfera da, NM] produção, onde a concorrência e a distribuição de lucro não existem, mas antes a exploração e a produção de mais-valia” (Horverak, 1988: 289). Como veremos mais à frente,

“Isto não significa que a concorrência no mercado não possui quaisquer funções reguladoras, mas apenas que essas funções são, por sua vez, predeterminadas pelas ocorrências na esfera da produção. (...) O fator regulador da produção de capital deve ser procurado não no mercado, mas na produção de valor e de mais-valia”. (Mattick, 1983: 21-22)

Em suma, “tudo o que ocorre na esfera do mercado só pode acontecer dentro de limites definidos, estabelecidos por acontecimentos na esfera da produção” (Mattick, 2010/1969: 75). “Aquilo que o mercado pode distribuir através dos seus mecanismos”, em qualquer altura, depende da produção prévia de mais-valia, da sua massa social *agregada* (Mattick, 1972: 266).

3.3.3.3 – Concorrência intersectorial e equalização das taxas de lucro

Já sabemos que as diferentes composições orgânicas vigentes em cada ramo de produção significam que a massa de mais-valia produzida diverge. Se os capitais-mercadoria setoriais fossem vendidos pelos seus valores, isso implicaria, naturalmente, a existência de taxas de lucro distintas (cf. 3.3.2). Todavia, a concorrência intersectorial – os movimentos de capital entre os vários ramos – assegura que todos os capitais setoriais auferem tendencialmente, independentemente da sua composição orgânica, a mesma taxa média de lucro (ou lucro médio), transformando os valores em preços de produção.

Vejamos como se efetiva este processo de equalização das taxas de lucro. A concorrência intersectorial consiste na possibilidade de movimento do capital entre as várias esferas que compõem a economia capitalista, na procura do retorno mais elevado: “a concorrência entre capitalistas de *diferentes* esferas provoca a migração de capital de uma esfera para outra” (Marx, 1989a/1861-63: 431, *itálico no original*). Essa é a *pré-condição* da existência de uma taxa média de lucro: o nivelamento geral do lucro nas várias esferas pressupõe “movimentos de capital em todas as direções”, ou seja, “uma *distribuição*, determinada pela concorrência, *do capital social no seu conjunto pelos seus diferentes ramos de negócio*” (Ibid.: 433, *itálico no original*).

Marx coloca a seguinte questão: o que aconteceria se os capitais-mercadoria de cada ramo fossem vendidos pelos seus valores? Evidentemente assistir-se-ia, por um lado, ao influxo de capital nos ramos com taxas de lucro mais elevadas (com composições orgânicas inferiores à média social), o que provocaria o aumento da produção (oferta); *ceteris paribus*, isso resultaria numa diminuição dos preços de mercado, logo na diminuição das taxas de lucro nos ramos em questão.

Por outro lado, verificar-se-ia um êxodo de capitais dos ramos com taxas de lucro menores (com composições orgânicas superiores à média social), o que provocaria a redução da produção (oferta); *ceteris paribus*, isso resultaria no aumento dos preços de mercado, logo na subida das taxas de lucro nos ramos em causa. Michael Heinrich sintetiza a questão do seguinte modo:

“Se o movimento intersectorial do capital for possível (...), então mais e mais capital fluirá para os ramos com taxas de lucro elevadas e sairá dos ramos com taxas de lucro menores. Isto leva a que a quantidade de mercadorias oferecidas aumente nos ramos com elevadas taxas de lucro e diminua nos ramos com baixas taxas de lucro. Em virtude da concorrência entre os capitalistas, o aumento da oferta nos ramos que possuíam inicialmente taxas de lucro altas conduzirá, por um lado, ao decréscimo dos preços de venda e, em última instância, ao declínio das taxas de lucro, enquanto, por outro lado, a diminuição da oferta nos ramos que possuíam inicialmente taxas de lucro baixas conduzirá ao acréscimo dos preços [de venda, NM] e, em última análise, à subida das taxas de lucro. As diferentes taxas de lucro são equalizadas numa taxa de lucro *média ou geral*.” (Heinrich, 2012: 146-147, *itálico no original*)

Brewer partilha esta leitura:³⁵³

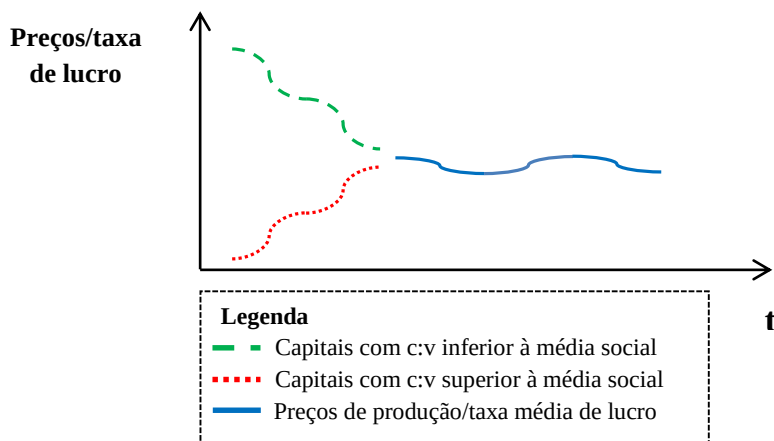
“A concorrência entre os capitais tende a equalizar as taxas de lucro dos diferentes ramos industriais. Um capitalista que possui uma dada soma de dinheiro para investir procurará obter o maior lucro possível. Em consequência, o capital flui dos ramos com taxas de lucro baixas para aqueles cujos lucros são elevados. Um influxo de capital para uma esfera particular aumenta a oferta e pressiona a baixa dos preços e dos lucros, enquanto um êxodo de capital produz o resultado oposto. Existe a tendência para o estabelecimento de uma *taxa geral de lucro* única em todos os ramos”. (Brewer, 1984: 135, *itálico no original*)

Em suma, a tese de Marx é que se assiste a uma tendência *convergente* das taxas de lucro numa taxa média de lucro: “O capital (...) retira-se de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra, que proporciona lucro mais elevado. Mediante essa contínua

³⁵³ Gorender (1996: 45), Mandel (1971: 158; 1991/1981: 19-20), Reuten (2002: 7-8), Rubin (1990/1928: 227) Salama & Valier (1991/1973: 33), Sayer (1979: 47-48) e Shortall (1994: 375) fazem análises em tudo similares às de Heinrich e Brewer.

emigração e imigração, (...) o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo” (Marx, 1986a/1894: 150). Esta convergência é ilustrada pela Figura 3.3:

Figura 3.3 – Equalização das taxas de lucro setoriais



Relembramos que a “concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar esse nível, ou a taxa geral de lucro” (Marx, 1996c/1865: 89). Moseley sumariza a problemática nos seguintes termos:

“A teoria marxiana explica a taxa média de lucro sem recorrer à concorrência – através do rácio agregado da mais-valia total produzida na economia no seu conjunto pelo capital total investido (...). A determinação da taxa média de lucro através deste rácio agregado *não depende de forma alguma da concorrência*. Aquilo que a concorrência faz é *impor a equalização* das taxas de lucro dos ramos individuais à sua média social, mas esta média social é determinada [apenas, NM] pelo mais-trabalho, e não pela concorrência.” (Moseley, 2016: 82-83, *itálico no original*)

A grandeza da taxa média de lucro é determinada exclusivamente na esfera da produção pela massa total de mais-valia criada socialmente e pela relação dessa massa face ao capital total adiantado. A concorrência limita-se a garantir que todos os capitais auferem tendencialmente essa mesma taxa geral de lucro.

3.3.3.4 – Preços de produção, lucro médio e transferência intersectorial de mais-valia

Marx refere que o pressuposto dos preços de produção “é a existência de uma taxa geral de lucro” (Marx, 1986a/1894: 123). É o estabelecimento da taxa média de lucro que possibilita a transformação dos valores de mercado em preços de produção: “a concorrência [intersectorial, NM] equaliza as taxas de lucro das diversas esferas da produção à taxa média de lucro, e justamente assim transforma os valores dos produtos dessas diversas esferas em preços de produção” (Ibid.: 159).³⁵⁴ O preço de produção de cada capital-mercadoria setorial “é (...) igual a seu preço de custo *plus* o lucro que de acordo com a taxa geral de lucro lhe é percentualmente adicionado, ou igual a seu preço de custo *plus* o lucro médio” (Ibid.: 123).

Assim, os preços de produção são preços que permitem a todos os capitais a obtenção do mesmo lucro médio, proporcional à sua grandeza, independentemente da massa de

³⁵⁴ “A concorrência efetiva a equalização dos lucros, i.e., a transformação dos *valores* das mercadorias em *preços de produção*” (Marx, 1989a/1861-63: 303, *itálico no original*).

trabalho vivo que colocam em movimento e exploram diretamente: “estes preços garantem a mesma taxa de lucro aos produtores das mercadorias em todas as esferas” (Ibid.: 262), apesar das suas composições orgânicas distintas (Sayer, 1979: 47-48).³⁵⁵ O lucro médio traduz, pois, a distribuição equitativa da “massa global de mais-valia” entre os muitos capitais (Marx, 1986a/1894: 136):

“O lucro (...) médio (...) é nada mais do que a distribuição do lucro total (e da mais-valia total que ele representa ou do mais-trabalho total) pelos capitais individuais de cada esfera de produção particular, (...) de acordo com as diferentes (...) grandezas dos capitais, e não de acordo com a proporção em que os capitais contribuem diretamente para a produção desse lucro total.” (Marx, 1991/1861-63: 99)

Neste sentido, ao assegurarem que os capitais setoriais auferem a taxa média de lucro, os preços de produção efetuam uma *redistribuição* da massa de mais-valia social, que não é arbitrária: existe “uma tendência para a transferência de *mais-valia* dos ramos com baixa composição-valor para os ramos com elevada composição-valor mediante a formação de preços de produção” (Nicholas, 2011: 35, *itálico nosso*). Isto implica necessariamente que a mais-valia produzida diretamente pela força de trabalho de um certo ramo *diverge* da mais-valia apropriada pelos capitalistas desse ramo, sob a forma de lucro médio.

Consequentemente, “o quinhão de lucro que cabe a cada capital individual é, na prática, uma grandeza diferente da mais-valia por si criada” (Marx, 1991/1861-63: 101). Em outros termos, “a mais-valia realizada pelo capital individual não depende da mais-valia que ele próprio produz mas da mais-valia média produzida pela [força de trabalho empregada pela, NM] classe capitalista no seu conjunto” (Ibid.: 83-84), logo da “totalidade do trabalho” excedente “realizado” (Marx, 1986a/1894: 136). A mais-valia criada e apropriada apenas coincidirão no caso excecional em que a composição do capital setorial é exatamente igual à composição média social (cf. Quadros 3.4 e 3.5 apresentados no item 3.3.3.1, *supra*). Ernest Mandel sintetiza esta questão da seguinte maneira:

“[A] evidência empírica confirma de modo concludente que os ramos de produção que são mais trabalho-intensivos do que outros não auferem normalmente uma taxa de lucro superior. Assim, a conclusão que Marx retira é a seguinte: no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, e que funciona normalmente, os ramos industriais não recebem diretamente a mais-valia produzida pela força de trabalho que empregam. Recebem apenas uma fração da totalidade da mais-valia produzida [socialmente, NM], em proporção à fração que representam do capital total investido. A mais-valia de uma dada sociedade burguesa no seu conjunto é *redistribuída*. Isto resulta numa taxa média de lucro mais ou menos aplicável a cada ramo de negócio. Ramos de produção que possuem uma composição orgânica do capital *abaixo* da média social (i.e., que empregam mais trabalho (...) em relação ao capital total investido) não realizam parte da mais-valia produzida pelos «seus» trabalhadores assalariados. Esta parte da mais-valia é transferida para aqueles ramos de negócio em que a composição orgânica do capital é *superior* à média social (i.e., que investem uma proporção maior do capital total em maquinaria e matérias-primas [...]). Somente aqueles ramos de negócio cuja composição orgânica do capital individual é idêntica à média social realizam toda a mais-valia produzida pela força de trabalho que empregam, sem transferirem (...) ou receberem qualquer fração da mais-valia produzida em outros ramos.” (Mandel, 1991/1981: 16, *itálico no original*)

³⁵⁵ “Segundo Marx, taxas de lucro originariamente diferentes são niveladas por meio da concorrência, formando uma taxa geral de lucro (...). Esta perequação dos lucros «transforma» valores em preços de produção e reparte equitativamente a mais-valia social entre os capitais individuais proporcionalmente ao seu volume” (Mattick, 2010/1969: 63).

Nas palavras de Marx, os capitalistas são uma espécie de “irmãos hostis” que repartem entre si equitativamente, através da concorrência, a massa de mais-valia global extorquida da classe operária:

“[O]s capitalistas lutam (e esta luta é a concorrência) para dividir entre si a quantidade [total, NM] de trabalho [excedente, NM] (...) que espremem da classe operária, não de acordo com a mais-valia produzida diretamente por um capital *particular*, mas em consonância (...) com a porção relativa do capital total que um capital particular representa e (...) de acordo com a quantidade de mais-valia produzida pelo capital agregado. Os capitalistas, tal como irmãos hostis, partilham entre si o trabalho alheio saqueado de que se apropriaram, de modo que, em média, cada um deles recebe a mesma quantidade de trabalho [excedente, NM] (...). A concorrência realiza esta equalização através da regulação dos preços de produção.” (Marx, 1989a/1861-63: 264, *itálico no original*)

Deste modo, “o lucro que os capitais individuais auferem não é proporcional às quantidades de trabalho vivo ativas por esses capitais” (Rubin, 1990/1928: 248, *itálico no original*); ao invés, os capitais “apropriam-se de partes alíquotas da mais-valia total produzida pelo sistema em proporção aos valores dos capitais adiantados (...). Isto significa que o lucro apropriado por eles é proporcional ao preço de custo” (Nicholas, 2011: 35). Em síntese, através da venda das suas mercadorias, os capitalistas de cada ramo de negócio recuperam “os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias” (Marx, 1986a/1894: 124), ou seja, a parcela correspondente ao preço de custo. Todavia,

“não resgatam a mais-valia (...) produzida em sua própria esfera (...) mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, (...) que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global. Cada capital adiantado, qualquer que seja sua composição, retira para cada 100, todo ano ou noutro período de tempo, o lucro que cabe (...) a 100 como enésima parte do capital global. Os diversos capitalistas figuram aqui, no que se refere ao lucro, como meros acionistas de uma sociedade anônima, em que as participações no lucro se distribuem uniformemente (...), de modo que elas se distinguem, para os diversos capitalistas, apenas pela grandeza do capital que cada um investiu no empreendimento global.” (Ibid.)

Na sequência do estabelecimento da taxa média de lucro e dos preços de produção, é evidente que “os produtos das várias esferas devem em alguns casos ser vendidos *acima* do seu valor e em outros casos (...) *abaixo* do seu valor” (Marx, 1989a/1861-63: 302, *itálico no original*); apenas em casos excepcionais sê-lo-ão pelos seus valores. Podem ser distinguidas, então, três situações:

- a) Os capitais setoriais com composição orgânica superior à composição média social auferirão um lucro (médio) *maior* do que a mais-valia criada pela sua força de trabalho. Isto é possível porque o preço de produção do seu capital-mercadoria é maior do que o respetivo valor, mercê da transferência de mais-valia oriunda dos ramos com composições orgânicas menores.
- b) Os capitais setoriais com composição orgânica igual à composição média social obterão um lucro (médio) *igual* à mais-valia criada diretamente pela sua força de trabalho. Isto é possível visto que o preço de produção do seu capital-mercadoria é igual ao respetivo valor.
- c) Os capitais setoriais com composição orgânica inferior à composição média social auferirão um lucro (médio) *menor* do que a mais-valia produzida diretamente pela sua força de trabalho. Isto implica que o preço de produção do seu capital-

mercadoria é inferior ao respetivo valor, devido à cedência de uma parcela da sua mais-valia aos ramos com composição orgânica superior.

Nunca é de mais salientar que estamos perante uma mera redistribuição da mais-valia social, pelo que os desvios dos preços de produção setoriais face aos valores se compensam mutuamente (Marx, 1996a/1894: 126), algo ilustrado pelos exemplos numéricos do item 3.3.3.1. Neste sentido, como é facilmente perceptível, a soma dos preços de produção tem de ser forçosamente igual à soma dos valores, tal como a massa de lucro tem de ser igual à massa de mais-valia: “a unidade de valor e preço [de produção, NM] e de mais-valia e lucro, que se perdeu ao nível do capital individual, é reconstituída ao nível do capital social total” (Shortall, 1994: 380). Ao nível agregado – da economia burguesa no seu conjunto – valor e preço de produção coincidem, sendo uma e a mesma grandeza (Marx, 1989a/1861-63: 415); “O preço de produção se resolve assim em valor, quando se considera a totalidade do capital em vez das esferas individuais” (Marx, 1982b/1863: 229).

3.3.3.5 – Fatores que originam uma mudança dos preços de produção

Vimos que a distribuição da massa de lucro social pelos capitais dos vários ramos, de acordo com a taxa média de lucro, “gera preços de produção que se desviam dos valores das mercadorias” (Marx, 1986b/1894: 300).³⁵⁶ Porém, esse desvio “não suprime (...) a determinação dos preços por meio dos valores” (Ibid.). O preço de produção é a “forma transmutada do valor” (Marx, 1986a/1894: 127), algo que é evidente quando se examinam as causas conducentes a variações dos preços de produção.

Dado que o preço de produção corresponde ao somatório do preço de custo com o lucro médio, as suas modificações podem ser reconduzidas a alterações de uma dessas duas variáveis ou à sua modificação simultânea (Ibid.: 129). Começemos por analisar o preço de custo. A grandeza do preço de custo varia se a grandeza do capital constante e/ou do capital variável sofrer uma alteração.³⁵⁷ Em ambos os casos, essa alteração traduz *obrigatoriamente* uma modificação da *força produtiva do trabalho* (Ibid.: 157) pelo que pode ser entendida em termos de valor:

- i) No que respeita ao capital constante, o seu valor diminuirá (aumentará) se a produtividade do trabalho aumentar (diminuir) nas indústrias do Departamento I que produzem as matérias-primas e/ou os meios de trabalho utilizados por um dado capital setorial.
- ii) No que concerne ao capital variável,
 - a. O seu valor diminuirá (aumentará) se a produtividade do trabalho aumentar (diminuir) nas indústrias do Departamento II que produzem os meios de subsistência consumidos pela força de trabalho de um certo capital setorial.
 - b. O seu valor diminuirá (aumentará) se a força produtiva do trabalho aumentar (diminuir) no interior do ramo em questão, de tal forma que o

³⁵⁶ “No sistema de Marx, lucro médio igual e preços de produção desviantes dos valores são conceitos correlacionados” (Grossman, 1979: 94).

³⁵⁷ Veremos em 3.3.5 que um dos principais focos de discussão em torno do “problema da transformação” é a suposta necessidade de transformar os valores dos *inputs* – capital variável e capital constante – em preços de produção. Esta questão será debatida detalhadamente no item mencionado, mas note-se que, caso a taxa média de lucro não se altere, “então, o preço de produção de uma mercadoria só pode variar porque seu próprio valor se alterou; porque sua própria reprodução exige mais ou menos trabalho, seja porque variou a produtividade do trabalho que produz a própria mercadoria em sua forma final, ou a do trabalho que produz as mercadorias, que entram em sua produção” (Marx, 1986a/1894: 157). Importa reter que é a variação da força produtiva do trabalho que provoca uma alteração dos componentes do preço de custo e, por via deles, do preço de produção. Em outros termos, é a mudança do valor(-trabalho) que provoca uma mudança do preço de produção.

decrece (cresce) o número de trabalhadores empregados para produzir uma dada massa de mercadorias.

É evidente que o aumento do preço de custo – provocado por um aumento do valor do capital constante e/ou do capital variável – de um determinado capital setorial provoca, *ceteris paribus*, um aumento do seu preço de produção. Ao invés, uma diminuição do preço de custo provoca, *ceteris paribus*, o decréscimo do preço de produção. O facto a reter é que ambas as alterações do preço de produção são causadas por uma alteração da força produtiva do trabalho, logo por uma modificação do valor.

Em segundo lugar, se o preço de custo não varia, então a modificação do preço de produção de um dado capital setorial deve-se a uma alteração da taxa média de lucro (Marx, 1986a/1894: 129). Já sabemos que taxa de lucro é diretamente proporcional à taxa de mais-valia e inversamente proporcional à composição orgânica do capital (cf. 3.1.2, *supra*). A taxa média de lucro aumentará se a taxa (logo, a massa) de mais-valia subir. Ora, a taxa de mais-valia depende intimamente do valor da força de trabalho, logo da variação da produtividade do trabalho nos setores do Departamento II que produzem os meios de subsistência da força de trabalho global (Rubin, 1990/1928: 249).

Por sua vez, a composição orgânica do capital global depende: a) da grandeza (de valor) do capital constante agregado, que é afetada pela produtividade do trabalho no Departamento I; b) da grandeza da força de trabalho necessária para produzir o capital-mercadoria global, o que decorre obviamente do estado de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Em última análise, a alteração da taxa média de lucro decorre *sempre* de alterações na força produtiva do trabalho (Ibid.).

O aumento da taxa média de lucro, i.e., do quinhão do lucro global que cabe a cada capital de grandeza dada como parte alíquota do capital social, provoca o aumento dos preços de produção setoriais, *ceteris paribus*. A diminuição da taxa média de lucro produz a diminuição dos preços de produção setoriais, *ceteris paribus*.

Em terceiro lugar, falta analisar o efeito de uma variação conjunta do preço de custo e da taxa média de lucro. A única situação nova a destacar é o caso em que ambos variam em sentidos contrários: o aumento (diminuição) do preço de custo de um certo capital setorial pode ser contrabalançado pela diminuição (aumento) da taxa média de lucro e vice-versa. O efeito de ambas as variáveis sobre o preço de produção dependerá do seu “resultado líquido”.

Finalmente importa realçar que, na perspetiva Marx, as variações do preço de custo são o fator determinante mais importante dos preços de produção, porquanto as oscilações da taxa média de lucro tendem a ser menos bruscas e a fazerem-se sentir, sobretudo, no longo prazo:

“Marx argumenta que o fator mais importante dos dois mencionados é (...) a alteração da produtividade do trabalho no processo de produção imediato (...) e/ou no processo de produção dos (...) *inputs* [de um dado capital setorial, NM]. Isto porque, na sua ótica, as mudanças da taxa geral de lucro tendem a ser mais suaves e sentidas somente no longo prazo e também porque essas mudanças se devem, em grande medida, igualmente a alterações da produtividade do trabalho”. (Nicholas, 2011: 44)

Podemos concluir que “todas as mudanças do preço de produção (...) são, em última análise, reconduzíveis a uma mudança no valor (...) provocada por uma alteração da produtividade do trabalho algures na economia” (Moseley, 1999: 21). Segundo Marx, “a lei do valor regula os preços de produção” (Marx, 1986a/1894: 140); o valor constitui “o *prius* dos preços de produção” (Ibid.: 138), pelo que “as leis que presidem às mudanças dos preços de produção apenas poderão ser entendidas se partirmos da teoria do valor-trabalho” (Rubin, 1990/1928: 222).

Esta conclusão não é surpreendente porque, como tivemos oportunidade de realçar em 3.3.3.2, o Livro Terceiro não introduz qualquer determinação adicional no que se refere à produção de mais-valia. O valor regula os preços de produção porque é o mais-trabalho despendido à escala *social* que determina a massa de mais-valia global, que depois é distribuída pelos vários capitais através da concorrência intersectorial.

Por outras palavras, embora o senso comum burguês sugira o contrário,³⁵⁸ continua a ser o tempo de trabalho socialmente necessário despendido que determina a grandeza da mais-valia agregada criada na economia capitalista no seu conjunto. Simplesmente esta massa de mais-trabalho ganha uma vida própria, por assim dizer, enquanto bolo comum que é distribuído às fatias pelos vários capitais. Não obstante, “o *trabalho* é sempre o ponto de partida e de chegada” (Dussel, 1990: 77, *itálico no original*), ou seja, os preços não são explicáveis na ausência do valor e o valor permanece um hieróglifo social se não for referido ao trabalho abstrato.

3.3.3.6 – Efeitos do aumento geral dos salários sobre os preços de produção

Marx questiona-se ainda acerca do efeito que um aumento generalizado dos salários provocará nos preços de produção setoriais. No Capítulo 1 constatámos que um aumento dos salários não produz qualquer alteração do *valor* das mercadorias. A subida dos salários significa que o tempo de trabalho necessário aumenta e, simultaneamente, que o tempo de mais-trabalho se reduz na mesma proporção; há uma mera diminuição da mais-valia que deixa o valor inalterado.

Todavia, a situação é diferente no caso dos preços de produção, pois uma alteração do trabalho necessário não é compensada automaticamente por uma alteração em sentido contrário do mais-trabalho. Visto que mais-valia produzida e lucro apropriado divergem, o mais-trabalho de um certo capital setorial não é aquele fornecido pela sua própria força de trabalho, mas o mais-trabalho médio (social) apropriado – via lucro médio – por todos os capitais. Deste modo, uma alteração dos salários repercutir-se-á nos preços de produção, salvo no caso accidental em que a composição de um capital setorial é igual à composição média do capital social (porque o preço de produção do seu capital-mercadoria será igual ao seu valor).

Para esclarecer esta questão será útil recuperarmos o exemplo numérico do Quadro 3.4, apresentado no item 3.3.3.1. A taxa média de lucro era, então, de 22%; visto que os preços de custo setoriais ascendiam todos eles a 100 euros, os preços de produção eram também idênticos: 122 euros. Suponhamos, agora, um aumento geral de 20% dos salários. Isso provocará um aumento do valor do capital variável (logo, uma diminuição generalizada da composição-valor do capital) e uma diminuição correspondente da massa de mais-valia criada pela força de trabalho de cada capital setorial. A massa agregada de mais-valia será menor, enquanto o valor do capital adiantado aumentará; isto originará, naturalmente, um decréscimo da taxa média de lucro e novos preços de produção. Este cenário é descrito no Quadro 3.6 (vd. página seguinte).

O efeito do aumento dos salários sobre os preços de produção depende do resultado líquido de dois fatores que atuam em sentidos opostos: o aumento do preço de custo e a diminuição da taxa média de lucro. Relembremos que o preço de produção na situação inicial, em todos os ramos, era de 122 euros. A leitura do Quadro 3.6 permite retirar três conclusões:

- i) Nos capitais com composição-valor inferior à média social (II e III), o preço de produção sobe pois a proporção do aumento do preço de custo supera aquela da diminuição da taxa de lucro;

³⁵⁸ Voltaremos a este assunto no item 3.3.3.7.

Quadro 3.6 – Preços de produção após aumento dos salários

Capitais	c:v (em %)	Preço de custo	Mais-valia	Valor	Preço de produção	Taxa média de lucro
I. $80c + 24v$	$0,77c + 0,23v$	104	16	120	121,53	16,86%
II. $70c + 36v$	$0,66c + 0,44v$	106	24	130	123,87	16,86%
III. $60c + 48v$	$0,56c + 0,44v$	108	32	140	126,21	16,86%
IV. $85c + 18v$	$0,83c + 0,17v$	103	12	115	120,37	16,86%
V. $95c + 6v$	$0,95c + 0,05v$	101	4	105	118,03	16,86%
Total	$390c + 132v$ = 522	522	88	610	610	-
Média	$78c + 26,4v$	$0,75c + 0,25v$	-	-	-	$88/522$ = 16,86%

- ii) Nos capitais com composição-valor superior à média social (I, IV e V), o preço de produção cai porque a proporção da queda da taxa de lucro supera aquela do aumento do preço de custo;
- iii) A variação inversa dos preços de produção dos capitais com composição-valor superior e inferior à média social é mutuamente compensatória. A soma dos preços de produção – o preço de produção social agregado – não sofre, pois, qualquer alteração em virtude de um aumento generalizado dos salários (Marx, 1986a/1894: 154).

3.3.3.7 – A mistificação do preço de produção

No item 3.1.1 tivemos a oportunidade de salientar o carácter mistificador do preço de custo e da taxa de lucro, porquanto neles a ligação entre trabalho e mais-valia (lucro) é completamente perdida de vista. Verificaremos, agora, que a categoria preço de produção representa o zénite dessa mistificação e que, ademais, estamos perante uma mistificação *real*.

A transmutação dos valores em preços de produção significa que “a própria base de determinação do valor é deslocada da vista” dos sujeitos burgueses na sua vida quotidiana (Marx, 1986a/1894: 130). Assim, “a diferença orgânica entre capital constante e capital variável é apagada” (Ibid.), na medida em que o lucro parece originar-se indistintamente dos dois componentes do capital. O lucro aparece ao capitalista como uma categoria fortuita, corriqueira, como um singelo excedente que ele obtém com a venda do seu capital-mercadoria, mas cuja origem não consegue verdadeiramente explicar. O capital investido parece dar origem a um lucro *em virtude da sua própria natureza*, tal como uma macieira dá maçãs.³⁵⁹

Apenas ao nível do capital social global é possível constatar que, na verdade, a massa de mais-valia – e, portanto, a massa de lucro – nada mais é do que a apropriação de uma determinada massa agregada de trabalho excedente fornecida pela classe operária. Porém, essa visão de conjunto escapa à consciência dos sujeitos burgueses. O capitalista *x* sabe apenas que obtém um lucro *y* mediante o investimento de uma soma de capital *z*, independentemente da massa de trabalho (excedente) que coloca em movimento. O facto de, em última instância, esse lucro depender da massa de mais-trabalho social é completamente escamoteado.

Todavia, este é o ponto-chave: a mais-valia auferida pelo capital individual ou setorial, sob a forma transmutada de lucro médio, não apenas *parece ser* mas *é de facto* independente

³⁵⁹ Voltaremos a esta questão quando analisarmos a chamada “fórmula trinitária” (cf. 3.12).

de qualquer relação com o trabalho excedente despendido no fabrico das suas mercadorias. Marx expõe o problema da seguinte forma:

“Qualquer que seja a composição do capital industrial, se ele põe em movimento 1/4 de trabalho morto e 3/4 de trabalho vivo ou 3/4 de trabalho morto e 1/4 de trabalho vivo, se num caso absorve ou produz três vezes mais mais-valia do que no outro – com grau de exploração igual do trabalho (...) – em ambos os casos ele proporciona a mesma quantidade de lucro. O capitalista individual (ou também o conjunto dos capitalistas em cada esfera particular da produção) (...) acredita com razão que seu lucro não provém exclusivamente do trabalho empregado por ele ou em seu ramo. Isso é inteiramente correto para seu lucro médio. Em que medida esse lucro é mediado pela exploração global do trabalho pelo capital global, isto é, por todos seus companheiros capitalistas, essa conexão constitui para ele um completo mistério”. (Marx, 1986a/1894: 131-132)

Visto que apenas excecionalmente a mais-valia produzida num dado ramo coincide com o lucro (médio) de que esse ramo se apropria através do preço de produção do seu capital-mercadoria, “lucro e mais-valia, e não apenas suas taxas, são agora *grandezas realmente diferentes*” (Ibid.: 130, *itálico nosso*):

“[G]raças à transformação do lucro em *lucro médio*, graças à constituição da taxa geral de lucro e à transformação (...) dos valores em preços [de produção, NM] (...), o lucro do capital particular torna-se *diferente* da própria mais-valia que o capital particular gerou em seu ramo específico de produção. (...) Para o capital unitário e também para o capital global, considerado dentro de uma esfera particular, o lucro não apenas *parece* ser mas de facto é diferente da mais-valia.” (Marx, 1982b/1863: 208, *itálico no original*)

A noção de que o lucro radica das propriedades místicas, mágicas do capital é assim “plenamente confirmada, consolidada, ossificada” através do funcionamento *real* das categorias capitalistas, pois “considerando-se cada esfera particular da produção”, o lucro “não é determinado (...) pelos limites da formação de valor que se dá dentro dela mesma, mas é fixado de modo inteiramente externo” (Marx, 1986a/1894: 130).

A transformação dos valores em preços de produção parece solapar “a determinação do valor (...) pelo tempo de trabalho” (Marx, 1982b/1863: 208). Isto acontece porque “a concorrência, para impor (...) as leis imanentes do capital (...), aparentemente vira todas elas em seu contrário. *Inverte-as*” (Marx, 2011b/1857-58: 638, *itálico no original*). A concorrência intersectorial assegura que

“os lucros médios (...) são independentes da composição orgânica do capital nas diversas esferas da produção, portanto também da massa do trabalho vivo apropriado por determinado capital em dada esfera de exploração; (...) [as, NM] flutuações dos preços de mercado (...) reduzem, em dado período, o preço médio de mercado das mercadorias não ao *valor* de mercado, mas a um preço de produção (...) que dele se desvia (...). Todos esses fenómenos *parecem* contradizer tanto a determinação do valor pelo tempo de trabalho como a natureza da mais-valia consistente em mais-trabalho (...). *Na concorrência aparece, pois, tudo invertido*. A figura acabada das relações económicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e portanto também nas conceções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se esclarecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de facto o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial mas oculta, e do conceito que lhe corresponde.” (Marx, 1986a/1894: 159-160, *itálico no original*)

Ricardo Regatieri observa que, no seio da concorrência, “é com os preços que os sujeitos do mercado se deparam”; ora, “os preços, de uma maneira muito peculiar, encobrem o valor e conferem ao fetichismo um nível fenoménico superior” (Regatieri, 2009: 13). Tom Thomas reforça esta ideia:

“Na superfície [do mundo das, NM] das trocas, o valor não existe mais. Estas efetuam-se de acordo com preços que não parecem guardar qualquer relação com o valor. Mas na verdade o trabalho continua a ser o único elemento conservante e criador de valor. (...) Não é por a repartição de mais-valia se fazer de modo proporcional aos capitais adiantados que ela deixa de ser constituída por mais-trabalho.” (T. Thomas, 1999: 37)

A concorrência intersectorial limita-se a redistribuir equitativamente a massa de mais-valia social pela multiplicidade dos capitais, mas o conteúdo dessa massa agregada é o trabalho excedente executado pela classe operária no seu conjunto. O valor e a mais-valia globais são o *prius* da taxa média de lucro e dos preços de produção. Em suma, o valor, enquanto grandeza agregada e predeterminada, “domina o movimento da produção” capitalista; por outras palavras, “são os valores que estão atrás dos preços de produção e que, em última instância, os determinam” (Marx, 1986a/1894: 159). Regatieri conclui pertinentemente que “a lei do valor, ao se esconder e se inverter, se realiza” (Regatieri, 2009: 27).

3.3.4 – Preço de produção, preço de mercado, relação entre oferta /procura e (des)equilíbrio

Façamos uma breve recapitulação do item 3.3.3. A *massa* de mais-valia social – a massa de mais-trabalho social despendida na esfera da *produção* – é o *prius* lógico da transformação dos valores em preços de produção. A relação entre essa massa agregada e o capital total adiantado constitui a taxa média de lucro. A concorrência intersectorial – o movimento do capital entre os vários ramos – assegura que todos os capitais setoriais obtêm tendencialmente o mesmo lucro médio, proporcional à sua grandeza. Ao fazê-lo, transforma os valores de mercado em preços de produção. A venda dos capitais-mercadoria pelos seus preços de produção implica uma transferência *intersectorial* de mais-valia, dos capitais com composições orgânicas menores para os capitais com composições orgânicas superiores.

Falta-nos analisar a relação que se estabelece entre preço de produção e preço de mercado. Marx diz o seguinte a esse respeito:

“Se procura e oferta se cobrem, o preço de mercado da mercadoria corresponde a seu preço de produção, isto é, seu preço aparece então regulado pelas leis internas da produção capitalista, (...) uma vez que as flutuações de procura e oferta explicam apenas os desvios dos preços de mercado em relação aos preços de produção – desvios que se compensam mutuamente, de modo que, em certos períodos mais longos, os preços médios de mercado são iguais aos preços de produção. Tão logo se cubram, essas forças cessam de atuar, anulam-se mutuamente, e a lei geral de determinação dos preços se revela também como lei do caso particular: o preço de mercado corresponde então em sua existência imediata, e não apenas como média do movimento dos preços de mercado, ao preço de produção.” (Marx, 1986a/1894: 267)

Portanto, o primeiro facto a destacar é que quando existe um equilíbrio entre oferta e procura estas duas forças deixam de atuar, pelo que o preço de mercado será igual ao preço de produção. Para além disso, e ao contrário do que dissemos em 3.3.2, assim que a análise extravasa os limites de um (hipotético) ramo de produção isolado é patente que são os preços de produção, e não os valores de mercado, que constituem os centros de gravidade dos preços

de mercado.³⁶⁰ As variações da oferta e da procura fazem os preços de mercado oscilar em torno dos preços de produção; ao longo de um certo período de tempo essas oscilações compensam-se mutuamente pelo que, em média, os capitais-mercadoria dos vários ramos são vendidos pelos seus preços de produção.

Os preços de produção traduzem uma reprodução *equilibrada* da economia capitalista. Na verdade, o equilíbrio é impossível de ser alcançado, mas, de acordo com Marx, é preciso partir da análise desse equilíbrio – isento de perturbações alheias – e somente depois explicar os desvios do mesmo. O que significa, então, este equilíbrio? Hipoteticamente, se todos os capitais-mercadoria dos vários ramos fossem vendidos *exata e simultaneamente* pelos seus preços de produção, alcançar-se-ia um estado de equilíbrio *multidimensional*.³⁶¹

- 1) A taxa de lucro seria perfeitamente igualizada em todos os ramos. Neste sentido, o movimento intersectorial de capital cessaria *por completo*, visto que o mesmíssimo lucro médio seria obtido em todas as esferas de produção. Não existiria qualquer incentivo à migração de capital (Rubin, 1990/1928: 217; Tombazos, 2014: 234);
- 2) Alocação equilibrada do capital e, por via dele, do trabalho *social*, entre os vários ramos de negócio, de maneira a satisfazer as necessidades sociais monetizadas³⁶² (Marx, 1989a/1861-63: 433; Rubin, 1990/1928: 216 e 222);
- 3) Cumprimento da condição de proporcionalidade (material e de valor) entre os dois departamentos de produção (Rubin, 1990/1928: 190; cf. 2.6);
- 4) Equilíbrio entre oferta e procura no interior de cada esfera de produção (Rubin, 1990/1928: 190).

Ora, se os capitais-mercadoria setoriais fossem vendidos pelos seus valores, *nenhum* destes equilíbrios seria respeitado. Tal como verificámos em 3.3.3.3, isso implicaria a existência de uma desigualdade das taxas de lucro (provocada pelas diferentes composições orgânicas do capital), pelo que se assistiria uma migração contínua de capital: saída de capital dos ramos com taxas de lucro mais baixas e influxo de capital nos ramos com taxas de lucro mais elevadas.

Isso provocaria: i) o aumento da oferta, a diminuição do preço de mercado e a diminuição da taxa de lucro nos ramos com composição orgânica do capital inferior à média social; ii) a diminuição da oferta, o aumento do preço de mercado e o aumento da taxa de lucro nos ramos com composição orgânica do capital superior à média social. Só quando estes movimentos de capital, hipoteticamente, cessassem por completo é que teríamos

³⁶⁰ Isto não significa, naturalmente, que a concorrência intrasectorial deixa de desempenhar qualquer papel. A concorrência intrasectorial continua a determinar a grandeza dos preços de custo e, em especial, do preço de custo médio ou de mercado. Esta questão será retomada em 3.3.6.

³⁶¹ Como é evidente, sempre os que capitais-mercadoria setoriais não forem vendidos pelos seus preços de produção, este equilíbrio multidimensional não se verificará e vice-versa: sempre que se verificar o desequilíbrio de pelo menos uma das dimensões elencadas, isso significará que os capitais-mercadoria setoriais não são vendidos pelos seus preços de produção.

³⁶² Marx realça que a necessidade social, i.e., o elemento que regula os movimentos da procura na economia burguesa, “é essencialmente condicionada pela relação das diversas classe entre si e por sua respetiva posição económica, nomeadamente (...) pela proporção entre a mais-valia global e o salário e (...) pela proporção entre as diversas partes em que a mais-valia se divide (lucro, juros, renda fundiária, impostos, etc.)” (Marx, 1986a/1894: 141). Por outras palavras, como as necessidades sociais só podem ser satisfeitas através da compra de mercadorias, a procura é obrigatoriamente uma procura solvente, uma procura de *sujeitos monetários*. Neste sentido, como facilmente se percebe, não são apenas as necessidades concretas que determinam as variações da procura, mas as necessidades que podem ser satisfeitas com o dinheiro que os sujeitos capitalistas têm disponível. Assim sendo, a procura das várias classes que compõem a sociedade capitalista depende, antes de tudo o resto, do *valor social total produzido e da sua posterior repartição pelos vários agentes*. O consumo depende intimamente da criação pretérita de valor e, portanto, da produção. A liberdade de escolha do sujeito burguês começa e termina no tamanho do seu bolso.

atingido o estado de equilíbrio: os capitais-mercadoria setoriais seriam vendidos pelos seus preços de produção, de modo que obteriam o lucro médio, a afetação social do trabalho seria adequada à satisfação das necessidades solventes e existiria um equilíbrio entre oferta e procura.

Em suma, *partimos de um desequilíbrio multidimensional quando os capitais-mercadoria setoriais são vendidos pelos seus valores e chegamos a um equilíbrio multidimensional quando eles são vendidos pelos seus preços de produção*. A relação entre oferta e procura será especialmente importante, mais à frente, para aferir a relação entre os preços de produção e os preços de mercado. De acordo com o que foi exposto, está implícito no raciocínio de Marx que, caso os capitais-mercadoria fossem vendidos pelos seus valores, não existiria um equilíbrio entre oferta e procura.

É a migração de capital provocada pela desigualdade das taxas de lucro que, ao alterar a relação entre oferta e procura nas diversas esferas de produção – aumentando a oferta nos ramos com composição orgânica inferior e diminuindo a oferta nos ramos com composição orgânica superior –, impõe o equilíbrio entre oferta e procura; fá-lo equalizando as taxas de lucro e estabelecendo preços de produção.

Este aspeto é fundamental, mas tem passado virtualmente despercebido na literatura. Note-se que caso já existisse um equilíbrio entre oferta e procura quando os capitais-mercadoria são vendidos pelos seus valores, então as alterações da oferta provocadas pela migração intersectorial de capital implicariam que a equalização das taxas de lucro e o estabelecimento dos preços de produção redundariam num desequilíbrio *permanente* entre oferta e procura: sobreprodução crónica nos ramos com composição orgânica inferior e subprodução crónica nos ramos com composição orgânica superior.

A proposição marxiana de que os preços de produção denotam um equilíbrio entre oferta e procura apenas é coerente partindo da pressuposição de que esse equilíbrio não é cumprido com os valores de mercado. Só após a equalização das taxas de lucro promovida pela migração de capital, pela variação dos preços de mercado e pela alteração da relação entre oferta e procura – portanto, pela transformação dos valores em preços de produção – é que a oferta será igual à procura.³⁶³

Valor de mercado e preço de produção não podem ser simultaneamente o “centro de gravidade” dos preços de mercado. Se o preço de produção é esse centro de gravidade (cf. Marx, 1989a/1861-63: 433), então, logicamente, o valor nunca poderá sê-lo.³⁶⁴ *É justamente por serem produzidas como valores que as mercadorias não podem ser trocadas como valores*, pois esse facto originaria taxas de lucros desiguais e um desequilíbrio multidimensional que não permitiria, de todo, a reprodução da economia burguesa. Marx conclui que “as mercadorias não são trocadas de acordo com os seus valores, mas pelos seus

³⁶³ Este problema não se coloca do ponto de vista da *economics*, pois, por definição, não pode haver qualquer desequilíbrio entre oferta e procura: a variação da procura e/ou da oferta provoca uma deslocação das respetivas curvas e um novo ponto (preço/quantidade) de equilíbrio (intersecção das curvas). A situação é diferente em Marx: oferta e procura equilibrar-se-ão tendencialmente se, e só se, o capital-mercadoria setorial for vendido pelo seu preço de produção. Eleutério Prado salienta que “não se encontram em *O Capital* distinções entre quantidade demandada e função de demanda ou entre quantidade ofertada e função de oferta. Quando aí se fala em oferta ou em demanda deve-se entender, respetivamente, quantidade ofertada ou quantidade demandada, em certo momento e em dadas circunstâncias” (Prado, 2007: 753). O autor conclui que “Marx, diferentemente da teoria neoclássica, considera os preços de mercado determinados em geral pelas desigualdades entre a oferta e a demanda (...) A oferta e a demanda, assim, explicam os desvios dos preços de mercado” face aos preços de produção, ou seja, “o movimento dos preços fora do equilíbrio e a tendência deles a gravitar em torno do equilíbrio” (Ibid.).

³⁶⁴ “[N]ão são os valores, mas os preços de produção, diferentes dos valores, que em cada esfera da produção constituem os preços médios reguladores” (Marx, 1986b/1894: 308). O preço de produção constitui “o centro em torno do qual giram os preços quotidianos de mercado” (Marx, 1986a/1894: 139). Os preços de produção são “os centros de gravidade para os preços de mercado” (Marx, 1989a/1861-63: 511).

preços de produção, que diferem dos seus valores, e isto (...) é uma consequência da lei aparentemente contraditória, a determinação do valor das mercadorias pelo «tempo de trabalho»” (Ibid.: 290).

Agora, chegou a altura de explicarmos os desvios mencionados atrás porque, na realidade, o estado de equilíbrio que acabámos de descrever apenas é atingido furtiva e fugazmente. A taxa média de lucro nunca é plenamente igualizada, num dado momento, em todos os ramos, porque isso pressuporia uma situação de concorrência perfeita (Carchedi, 1991: 80; Horverak, 1988: 288). Moseley constata que “esta igualdade das taxas de lucro nunca é realmente alcançada, mas existe pelo menos uma *tendência* para a equalização, no sentido em que a existência de taxas de lucro desiguais gera, regra geral, fluxos de capital que tendem a reduzir as desigualdades” (Moseley, 1999: 2, *itálico no original*). A taxa geral de lucro assume-se como uma *tendência de longo prazo* (Mattick, 1983: 45-46) e como o resultado deste processo de movimento ininterrupto e “universal” do capital entre os vários ramos (Marx, 1986a/1894: 131) sempre que os preços de mercado setoriais não coincidem com os preços de produção.

É possível identificar, então, duas migrações intersectoriais de capital em Marx (cf. Marx, 1989a/1861-63: 433). A primeira diz respeito à dedução *teórica* dos preços de produção, i.e., à transformação dos valores de mercado em preços de produção. O segundo tipo de migração intersectorial de capital *pressupõe* a existência dos preços de produção, e refere-se aos movimentos de capital provocados pelas divergências dos preços de mercado face aos preços de produção:

“Uma vez assumido que os valores de mercado (...) nas diferentes esferas são convertidos em preços de produção (...), os desvios persistentes do preço de mercado face ao preço de produção, a sua subida acima ou descida abaixo dele em esferas particulares, originará novas migrações e uma nova distribuição do capital social. (...) A (...) migração ocorre de modo a equalizar os preços de mercado reais com os preços de produção – assim que aqueles excedem ou ficam aquém destes.” (Ibid., *itálico no original*)

Naturalmente que estes desvios dos preços de mercado em relação aos preços de produção implicam desvios das taxas de lucro setoriais face à taxa média de lucro:

“Se o preço de mercado difere do preço de produção, isso implica que a taxa média de lucro não é efetivamente obtida por todos os capitalistas. Neste caso, (...) o lucro obtido com a venda da mercadoria (...) não corresponde ao lucro médio (...). Pode ser superior ou inferior a este. A relação entre a oferta e a procura no mercado explica, assim, as diferenças dos preços de mercado relativamente aos preços de produção. Explica *também, e isto é o essencial, a tendência de redução dessas diferenças.*” (Salama & Valier, 1991/1973: 43, *itálico no original*)

A última frase desta citação de Pierre Salama e Jacques Valier é particularmente importante. A oferta e a procura explicam os desvios dos preços de mercado face aos preços de produção – e, por conseguinte, das taxas de lucro face à taxa média de lucro – mas também *a tendência para a anulação desses desvios*. Segundo Marx, é através da “equalização (...) dos preços médios de mercado das mercadorias aos preços de produção que se corrigem os desvios das taxas particulares de lucro em relação à taxa geral ou média de lucro” (Marx, 1986a/1894: 275).

Neste sentido, como já foi dito, os preços de produção constituem o centro de gravidade em torno do qual oscilam os preços de mercado (Rubin, 1990/1928: 229). Isto significa que “os preços de produção (...) adquirem a mesma função que o valor de mercado possuía quando analisámos somente um ramo de negócio” (Horverak, 1988: 287). O Quadro 3.7 ilustra a relação que se estabelece entre o preço de produção e o preço de mercado:

Quadro 3.7 – Preço de produção, oferta/procura e preço de mercado

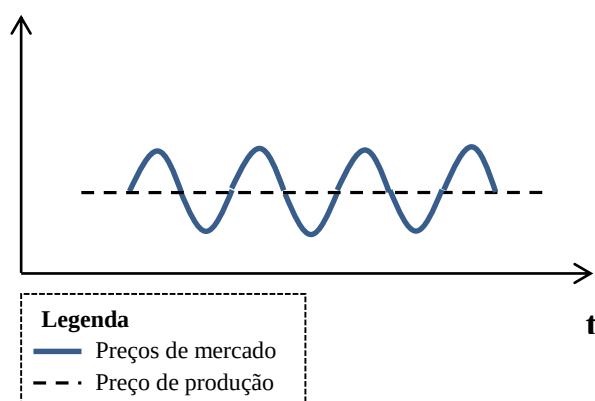
Relação entre oferta e procura	Preço de mercado
Oferta = Procura	Preço de mercado = Preço de produção
Oferta > Procura	Preço de mercado < Preço de produção
Oferta < Procura	Preço de mercado > Preço de produção

Como se denota, quando a oferta iguala a procura, o preço de mercado do capital-mercadoria de um determinado ramo de negócio será tendencialmente igual ao seu preço de produção, pelo que esse capital setorial auferirá o lucro médio, proporcional à sua grandeza. Nesta situação, não haverá qualquer emigração ou imigração de capital. Trata-se de uma hipótese meramente académica.

Se a oferta for superior à procura, então o preço de mercado do capital-mercadoria de uma certa esfera de produção será inferior ao seu preço de produção. Neste sentido, a taxa de lucro setorial será inferior à taxa média de lucro. Esta situação originará: i) um êxodo de capital; ii) a redução da produção (oferta); iii) o avizinhamento do equilíbrio entre oferta e procura; iv) a *aproximação* do preço de mercado ao preço de produção e, por essa via, da taxa de lucro setorial à taxa média de lucro.

Se a procura for superior à oferta, então o preço de mercado do capital-mercadoria de um dado ramo produtivo será superior ao seu preço de produção. Por conseguinte, a taxa de lucro setorial será superior à taxa média de lucro. Este facto originará: i) um influxo de capital; ii) o aumento da produção (oferta); iii) o avizinhamento do equilíbrio entre oferta e procura; iv) a *aproximação* do preço de mercado ao preço de produção e, por essa via, da taxa de lucro setorial à taxa média de lucro.

Figura 3.4 – Preço de produção e preços de mercado



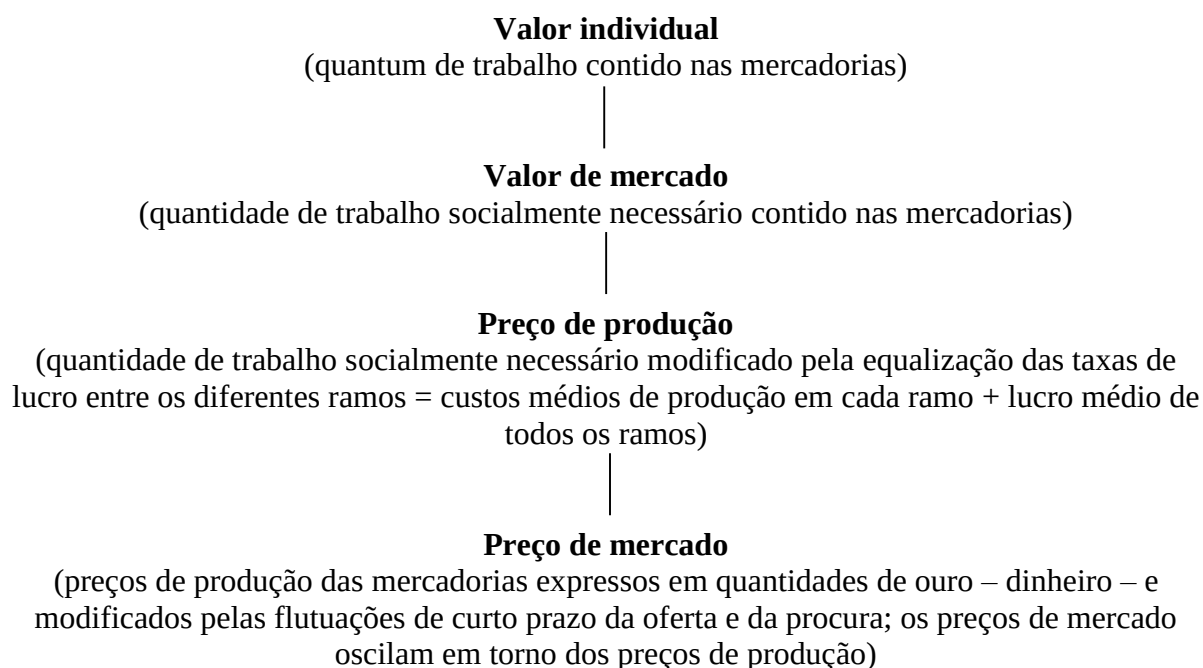
Nunca é de mais frisar que se trata de *tendências* que *jamaiz* são plenamente realizadas. Deste modo, o preço de produção setorial assume-se como a média das oscilações mutuamente compensatórias dos preços de mercado, ao longo de um certo período de tempo. Os desvios permanentes dos preços de mercado face ao preço de produção, provocados pela ação simultânea das forças da oferta e da procura, acabam por compensar-se de tal forma que,

em média, o capital-mercadoria setorial é vendido pelo preço de produção (Marx, 1986b/1894: 300). Por outras palavras, no longo prazo os preços de mercado são *tendencialmente* igualizados aos preços de produção. Esta situação é ilustrada graficamente pela Figura 3.4 (vd. página anterior).

Na teoria marxiana, “o preço de produção é um centro de equilíbrio definido teoricamente, um regulador das flutuações constantes dos preços de mercado” (Rubin, 1990/1928: 229); o preço de produção constitui, pois, um “centro de gravidade de longo prazo” (Moseley, 1999: 1) dos preços de mercado empíricos. Em síntese, na ótica de Marx, “o ponto de interseção e de equilíbrio da oferta com a procura não se altera aleatoriamente, mas flutua em torno de um certo nível determinado pelas condições técnicas de produção” (Rubin, 1990/1928: 211).

Estamos agora em condições, finalmente, de aferir a ordem lógica da exposição categorial de Marx na sua totalidade. Vygodsky observa que “Marx progride, passo a passo, do valor até ao valor de mercado e deste até ao preço de produção” (Vygodsky, 1965: 74), culminando a sua análise nos preços de mercado. Este raciocínio é ilustrado esquematicamente pela Figura 3.5:

Figura 3.5 – Valor, valor de mercado, preço de produção e preço de mercado



Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Mandel (1991/1981: 30).

A principal diferença deste esquema em relação àquele apresentado previamente na Figura 3.2 (cf. item 3.2.4, *supra*) é a incorporação de uma mediação adicional entre o valor de mercado e o preço de mercado. A concorrência *intersectorial* igualiza *tendencialmente* as taxas de lucro vigentes nos vários ramos que compõem a economia capitalista e, ao fazê-lo, transforma os valores de mercado em preços de produção. Assim, são os preços de produção setoriais, e não os valores de mercado, que constituem o centro de gravidade dos preços de mercado. Os preços de produção manifestam-se sob a forma de preços de mercado matizados ou, de modo mais exato, como a média das oscilações compensatórias dos preços de mercado.

3.3.5 – A polémica em torno do chamado “problema da transformação”³⁶⁵

“A *economics* burguesa começa e acaba nas relações de mercado e, portanto, apenas é capaz de tocar obliquamente nos processos de produção subjacentes aos fenómenos do mercado.” (Mattick, 1978: 32)

3.3.5.1 – Introdução

Será seguro afirmar que “a transformação dos valores em preços de produção (...) é geralmente considerada o calcanhar de Aquiles da teoria marxista do valor” (Tombazos, 2014: 233); tornou-se amplamente aceite, com o carácter de obviedade, que “a transformação revela falhas fundamentais no método de Marx e demonstra que as análises baseadas na sua teoria do valor estão condenadas” (Saad Filho, 2002: 81). Em suma, “o suposto «problema da transformação» de Marx” é tido pelos críticos “como o principal defeito teórico da sua obra” (Nicholas, 2011: 70) e constitui a grande justificação para a rejeição da teoria marxiana *en bloc* (Moseley, 2016: xii).

Marx deve, então, ser relegado para o panteão dos precursores veneráveis da *economics*, visto que as suas proposições teóricas não passam de equívocos que, como tal, são incapazes de ajudar a compreender o funcionamento complexo das sociedades contemporâneas. Marx interessará, quando muito, apenas e só ao historiador das ideias económicas. Isto conduz-nos àquele que é, porventura, um dos aspetos mais relevantes da controvérsia, embora raramente seja mencionado pelos seus intervenientes: “a controvérsia em torno da transformação possui um profundo *significado ideológico*, bastante distinto dos aspetos teóricos substantivos em questão” (Kliman, 2007: 139, *itálico nosso*), porquanto o suposto “erro” de Marx é invocado por todos aqueles “que procuram suprimir a sua obra” (Ibid.). O conteúdo, a lógica e a solidez dos argumentos teóricos apresentados são remetidos para segundo plano; importa sobretudo o veredito: Marx estava errado e não vale a pena pensar mais no assunto.

Dito isto, outro elemento crucial para entender esta polémica é a diferença metodológica abissal entre a teoria de Marx e a teoria da *economics* moderna: “de um ponto de vista marxiano, é impossível entender a formação dos preços na ausência do conceito de valor” (Mattick, 1972: 258), ou seja, os “preços possuem a sua *determinação social* em relações de valor” (Mattick, 1983: 24, *itálico no original*). Não existem, contudo, ao contrário do que é comum apontar-se-lhe, dois “sistemas” distintos, independentes – um de valores e outro de preços de produção – no esquema de Marx, cuja relação é arbitrária ou impossível de descortinar. Os preços de produção são a forma transmutada dos valores e dependem, por isso, da massa agregada de valor (e de mais-valia) criada socialmente, como vimos em 3.3.3 e 3.3.4.

Por seu turno, “a teoria do preço burguesa limita-se a explicar um preço a partir de outro, mas não o preço em si mesmo” (Mattick, 1972: 269). Ela não estabelece qualquer diferença entre valor e valor de troca ou, mais exatamente, entre valor e preço. Só existem preços que se formam *exclusivamente* na esfera da circulação através da atuação da oferta e da procura. A criação *pretérita* dessas grandezas como *valores*, na esfera da produção, permanece um profundo mistério. Andrew Kliman identifica claramente o problema que se coloca quando se procura ler Marx com as lentes da *economics*:

“Durante o último século, os críticos têm procurado demonstrar que a teoria do valor de Marx é internamente inconsistente. Todavia, estes críticos identificam invariavelmente o

³⁶⁵ Apesar de não serem citados nem referenciados no corpo do texto, o item 3.3.5 beneficiou da leitura de Kliman & McGlone (1988; 1999), Mattick Jr. (1992) e Ramos (1999).

valor com o *valor de troca*, enquanto Marx salientou repetidamente a sua diferença. Uma vez rejeitada esta identificação, aspetos centrais da teoria do valor de Marx – [por exemplo, NM] a transformação dos valores em preços de produção (...) – readquirem a sua consistência interna.” (Kliman, 1998: 29, *itálico no original*)

Moseley acrescenta que “a controvérsia longa e recorrente acerca (...) do «problema da transformação» não tem dedicado a devida atenção ao método lógico utilizado por Marx na construção da sua teoria” (Moseley, 2016: xi), nomeadamente “daquelas partes que lidam com a relação entre a economia no seu conjunto e os ramos individuais” (Ibid.: xii). Deste modo, estamos perante “uma *interpretação fundamentalmente equivocada*” (Ibid., *itálico no original*), incapaz de apreender as bases do método marxiano.

Nos itens subsequentes não pretendemos realizar uma revisão bibliográfica detalhada do longuíssimo debate em torno do “problema da transformação”,³⁶⁶ mas somente rebater as duas críticas mais comuns acerca da inconsistência e/ou incoerência do Livro Terceiro de *O Capital*:

- i) A suposta incompatibilidade entre as análises do Livro Primeiro, em que é assumido que as mercadorias são trocadas pelo seu valor, e aquelas do Livro Terceiro, em que é demonstrado que, na realidade, as mercadorias são trocadas pelos seus preços de produção;
- ii) A suposta necessidade de “transformar os *inputs*”, i.e., de transformar os valores do capital constante e do capital variável em preços de produção.

3.3.5.2 – A suposta contradição entre o Livro Primeiro e o Livro Terceiro

Böhm-Bawerk foi o primeiro autor a defender a existência de uma contradição entre o Livro Primeiro e o Livro Terceiro de *O Capital* (Gorender, 1996: 47). No Livro Primeiro, Marx parte da hipótese que as mercadorias são trocadas pelos seus valores, enquanto no Livro Terceiro essa hipótese é abandonada, porquanto Marx sustenta que os capitais-mercadoria setoriais são trocados pelos seus preços de produção, e não pelos seus valores. A explicação de Böhm-Bawerk para este facto é que Marx terá encontrado dificuldades inesperadas aquando da redação do Livro Terceiro e verificado que a teoria do valor exposta no Livro Primeiro tinha de ser abandonada em favor da teoria dos preços de produção (Mattick, 1972: 258).

Antes de tudo, é preciso realçar que a versão final do Livro Primeiro de *O Capital* foi escrita *antes* do Livro Terceiro; o manuscrito utilizado por Engels para compor o Livro Terceiro foi escrito entre 1864 e 1865 (cf. Marx, 2015/1864-65), enquanto a redação da derradeira versão do Livro Primeiro tomou lugar entre 1866 e 1867, data da primeira edição alemã. Assim, Marx estava perfeitamente ciente da diferença entre valores e preços de produção, considerando que a transformação, longe de contradizer a sua teoria do valor, era um desenvolvimento lógico da mesma (Moseley, 2016: 172; Rubin, 1990/1928: 224).

Para além disso, e muito mais importante, como tivemos oportunidade de salientar por diversas vezes em 3.3.3, o conceito marxiano de preço de produção não introduz nenhuma determinação nova no que respeita à *produção* de valor (e de mais-valia). A *substância* dos preços de produção – enquanto formas fenoménicas do valor – continua a ser o trabalho *abstrato* e a sua *grandeza* continua a ser dada pelo tempo de trabalho *socialmente necessário* despendido. Na sequência da transformação, ocorre simplesmente uma *redistribuição* da

³⁶⁶ Cf. Kliman (2007: 41-54 e 139-155), Moseley (2016: 221-361), Nicholas (2011: 70-87) e Williams (s.d.: 13-18) para uma história pormenorizada do debate acerca do “problema da transformação”.

massa de mais-valia social por via da concorrência intersectorial e da formação de uma taxa geral de lucro:³⁶⁷

“[E]mbora a formação de uma taxa geral de lucro dê origem a uma transferência de mais-valia entre ramos, não há qualquer ganho ou perda líquidos de valor em resultado da transferência. O desvio do valor face ao preço de produção (...) deve-se simplesmente a uma redistribuição da mais-valia. Visto que não há qualquer mudança na quantidade agregada de mais-valia após a sua redistribuição, a mais-valia agregada é igual ao lucro agregado (...) e, implicitamente, o valor agregado das mercadorias deve ser igual aos preços de produção agregados”. (Nicholas, 2011: 83)

Neste sentido, “o tempo de trabalho agregado contido em todas as mercadorias (...) após a redistribuição do mais-trabalho (...) permanece inalterado e necessariamente equivalente ao tempo de trabalho agregado despendido na sua produção antes desta redistribuição” (Ibid.: 74). A crítica de Böhm-Bawerk carece portanto de qualquer sentido, visto que não estamos perante duas teorias completamente distintas e incompatíveis – uma do “valor” e outra dos “preços de produção” – mas perante uma única teoria do valor-trabalho em que os preços de produção são meras formas transmutadas dos valores. Valor e preço de produção ilustram os “dois níveis (...) de abstração científica” (Rubin, 1990/1928: 253) subjacentes à teoria marxiana: “em primeiro lugar, a *produção* de mais-valia e a determinação da mais-valia total da economia no seu conjunto e, posteriormente, a *distribuição* da mais-valia e a divisão da mais-valia total predeterminada em partes individuais” (Moseley, 2016: xii-xiii, *italico no original*).

Constatámos em 3.3.3 que a teoria marxiana – fiel ao seu objeto de estudo, “a economia capitalista real” (Ibid.: xiii) –, assenta numa “prioridade lógica (...) da «totalidade»”, ou seja, “da mais-valia total” (Ibid.: 5). Ora, a grandeza da mais-valia agregada é determinada exclusivamente pelo “mais-trabalho total”, não sofrendo qualquer alteração através da sua redistribuição ulterior (Ibid.). O facto a reter é que “a mais-valia total (...) é a mais-valia agregada real produzida na economia no seu conjunto; não é uma mais-valia total hipotética (...) que tem mais tarde de ser transformada no lucro real do Livro Terceiro” (Ibid.: 7). No âmbito macrossocial, a massa de mais-valia e a massa de lucro são uma e a mesma grandeza.

Isto significa, adicionalmente, como tivemos oportunidade de realçar por diversas vezes, que a taxa média de lucro – o rácio da massa de mais-valia social pelo capital global adiantado – é igualmente determinada na esfera da produção. No método de Marx existe, então, “uma transição lógica rigorosa do primeiro para o segundo nível de abstração” mencionados (Ibid.: 42); a taxa média de lucro constitui justamente a mediação entre ambos os níveis:³⁶⁸

“[A] taxa [média, NM] de lucro é determinada antes dos preços de produção, e tomada como um dado adquirido na determinação sequencial dos preços de produção. Este método de determinação da taxa de lucro é o «elo intermediário» crucial entre a teoria marxiana da mais-valia total presente no Livro Primeiro e a teoria dos preços de produção presente no Livro Terceiro.” (Ibid.: 36-37)

³⁶⁷ “Falar em redistribuição de mais-valia implica, naturalmente, considerar o valor” e o preço de produção como sendo formados pela mesma “*substância*, o trabalho abstrato, e não como simples relação de troca” (Neto, 2002: 173, *italico no original*).

³⁶⁸ Segundo Saad Filho, “existe uma relação direta entre a quantidade de trabalho em ação, o valor (...) e a taxa de lucro. Isso é o que Marx quer enfatizar na transformação” (Saad Filho, 2001: 11, *italico no original*).

O erro dos principais críticos de Marx jaz precisamente no não reconhecimento da determinação *prévia* da taxa média de lucro, assumindo, pelo contrário, que a “taxa [média, NM] de lucro é endógena ao processo de formação dos preços” (Kliman, 1998: 35), i.e., que “a taxa [média, NM] de lucro e os preços de produção são determinados simultaneamente” (Moseley, 1997: 122). Nada poderia estar mais longe do método de Marx:

“[T]odas as principais variáveis da teoria [de Marx, NM] são determinadas de acordo com uma *lógica de determinação sequencial* (...) e não de determinação simultânea (...). Por conseguinte a teoria da mais-valia (...) do Livro Primeiro não é «redundante», mas, pelo contrário, um pré-requisito essencial para a teoria da distribuição da mais-valia e dos preços de produção do Livro Terceiro.” (Moseley, 2016: xiii, *itálico no original*)

Em suma, “se a teoria de Marx for interpretada corretamente, nomeadamente a premissa acerca da determinação *prévia* da grandeza total da mais-valia e da taxa geral de lucro, então não existe qualquer erro lógico” no seu raciocínio acerca da transformação (Moseley, 1997: 122). À luz desta interpretação, “o «valor» dos dois primeiros Livros de *O Capital* não é contradito pelos preços de produção” do Livro Terceiro, mas adquire, ao invés, “uma *expressão concreta* no sistema de relações de que os preços de produção fazem parte” (Tombazos, 2014: 312, *itálico nosso*).

3.3.5.3 – A suposta necessidade de “transformar os *inputs*”

Bortkiewicz foi o primeiro, de uma longa linha de autores, a defender que o método da transformação de Marx continha um erro fundamental: os valores do capital constante e do capital variável, apresentados nos exemplos numéricos, “precisavam ser calculados como preços de produção” (Gorender, 1996: 48). Deve notar-se que esta crítica foi aceite como válida por uma boa parte de autoproclamados marxistas que, durante a segunda metade do século XX, sugeriram várias soluções para este pretenso problema.³⁶⁹ Porém, ambos os lados da divisória partilham a mesma incompreensão acerca do método de Marx:

“Frequentemente se argumenta que Marx ignora o valor dos insumos em sua transformação. Entretanto, (...) Marx *abstrai* o valor dos insumos por duas razões. Primeiro, o valor dos insumos é *irrelevante* para seu argumento de que (...) o lucro é a forma de expressão da mais-valia. Segundo, a transformação simultânea do valor dos insumos e dos produtos *impediria* a análise da produção e distribuição da mais-valia, que é o núcleo conceptual da transformação.” (Saad Filho, 2001: 15, *itálico no original*)

Moseley partilha esta opinião, referindo que “o principal intuito do conceito de «preços de produção» é explicar de que modo a teoria do valor-trabalho de Marx é compatível com a tendência para equalização da taxa de lucro nos diversos ramos de negócio” (Moseley, 2016: 35). Por outras palavras, “aquilo que Marx tenta fazer (...) é *explicar os preços* e não apenas calcular as suas grandezas” (Nicholas, 2011: 72, *itálico nosso*). Desta maneira, “teria sido completamente ilógico para Marx transformar os valores dos *inputs* em preços de produção quando aquilo que procurava era «explicar» os preços de produção” (Ibid.: 39-40). Nicholas remata que

“não há qualquer necessidade de transformar os valores dos *inputs* em preços de produção porque os valores são qualitativamente distintos dos preços e transformar grandezas de valor em grandezas de preço quando se pretende explicar os preços resultaria numa explicação tautológica de preços a partir de preços, embora preços desfasados.” (Ibid.: 87)

³⁶⁹ Cf. Gontijo (2013) para uma apreciação crítica das várias soluções de índole marxista.

Marx *deduz* os preços de produção a partir dos valores, ou seja, demonstra que os preços de produção são formas de manifestação dos valores. Não se vislumbra como poderia ter conseguido esse intento partindo *previamente* dos preços de produção, pois o raciocínio, nesse caso, seria uma tautologia absurda: *os preços de produção seriam deduzidos a partir de preços de produção quando aquilo que se pretendia era justamente explicar a origem dos preços de produção*. O objetivo central de Marx seria completamente eliminado de cena.³⁷⁰

A incompreensão escandalosa deste facto elementar decorre, uma vez mais, da enorme diferença metodológica que existe entre Marx e os seus críticos (inclusive, os “marxistas”). Fred Moseley salienta que “o «problema da transformação» é habitualmente entendido como a transformação de valores-trabalho *individuais* em preços de produção *individuais*” (Moseley, 2016: 6). Todavia, na perspetiva de Marx, visto que “no capitalismo (...) a produção social global” é “uma realidade que se sobrepõe a todas as relações de troca individuais” (Mattick, 2010/1969: 65), a explicação dos preços de produção tem de partir, como verificámos em 3.3.3, do valor e da massa de mais-valia *globais*. São essas grandezas de *valor* que permitem obter a taxa média de lucro, o pressuposto dos preços de produção *setoriais*.

Importa reter que é não apenas *possível* separar *analiticamente* o valor do capital constante e do capital variável – o preço de custo agregado – da mais-valia total, como *necessário*, porque a massa de mais-valia é o ponto de partida lógico da transformação de Marx. Se subtrairmos a mais-valia global ao valor total criado, só sobra o *valor* do capital constante e do capital variável consumidos produtivamente. Ao nível do capital social agregado – o ponto de partida de Marx – carece, portanto, de sentido a tentativa de “transformar os valores dos *inputs*” – capital constante e capital variável – em preços de produção.

É justamente isso que Paul Mattick nos diz: ao nível da economia capitalista no seu conjunto é possível distinguir

“o *valor* do capital constante e do capital variável da massa de mais-valia. É a relação entre o valor e a mais-valia para o sistema no seu conjunto que determina a grandeza da taxa geral de lucro, uma relação que seria desnecessariamente obscurecida se no exemplo da transformação de Marx o capital constante e o capital variável fossem expressos em termos de preço.” (Mattick, 1983: 46, *italico* nosso)

Assim, pode-se concluir que

“Não existem «dois sistemas» na teoria da Marx – um «sistema de valores» e um «sistema de preços» – com duas séries de grandezas de capital constante e capital variável. Ao invés, existe apenas um sistema na teoria de Marx (...), com uma série de

³⁷⁰ Não obstante os méritos inegáveis das suas análises, tanto a abordagem “macro-monetária” de Fred Moseley como a abordagem do “Sistema Único Temporal”, cujo principal proponente é Andrew Kliman, acabam por cair nesta armadilha. Apesar das suas diferenças, ambas as abordagens defendem que o capital constante e o capital variável não carecem de qualquer transformação, mas somente *porque já são dados por Marx, implicitamente, como preços de produção*. Segundo Moseley, “o capital constante e o capital variável são tomados como dados adquiridos na teoria marxiana da mais-valia, como as (...) quantidades de capital monetário adiantadas para adquirir os meios de produção e a força de trabalho (iguais aos preços de produção dos meios de produção de dos meios de subsistência, respetivamente)” (Moseley, 2016: 28, *italico* no original). Kliman, por sua vez, chega mesmo ao ponto de afirmar que “o valor e o preço são determinados (...) de modo interdependente” (Kliman, 2007: 2) e que “os preços influenciam as grandezas de valor [sic.]” (Ibid.: 33). Neto sumariza que, na ótica da “abordagem do sistema único temporal, (...) os valores do capital constante e do capital variável correspondem aos preços de produção dos meios de produção e dos meios de consumo dos trabalhadores, respetivamente, e que portanto os valores dos meios de produção e dos meios de consumo já foram transformados em preços de produção no período anterior” (Neto, 2002: 198, *italico* no original).

grandezas de capital constante e capital variável, que é primeiro analisada ao nível agregado e posteriormente analisada ao nível setorial. Neste sentido, o capital constante e o capital variável não carecem de qualquer «transformação»; ou, [se quisermos, NM] a única «transformação» é a [sua, NM] desagregação [em valores setoriais, NM].” (Moseley, 2016: 120-121)

O pretenso “problema da transformação” resume-se a uma diferença metodológica. A *economics* – e a maior parte dos autoproclamados marxistas que se têm ocupado deste debate – aferra-se ao individualismo metodológico, i.e., à pretensa necessidade de transformação dos valores unitários das mercadorias em preços de produção igualmente unitários. Por seu turno, o foco de Marx incide sobre a economia capitalista como um todo, porquanto a *totalidade* do valor e, sobretudo, da *mais-valia*, está a montante e *determina* os preços de produção do capital-mercadoria de cada ramo e, por maioria de razão, das mercadorias unitárias que o compõem.³⁷¹

Os críticos de Marx revelam, para além disso, o quão pouco entenderam da sua teoria. Marx centra a sua atenção *exclusivamente* na produção (Livro Primeiro) e na distribuição (Livro Terceiro) de *mais-valia*, enquanto os críticos censuram o seu tratamento do capital constante e do capital variável. Recorrendo ao português coloquial, Marx fala em alhos e os seus críticos respondem em bugalhos. Neste sentido, a obsessão com a “transformação dos *inputs*” é um não-problema que só revela a fraqueza inata das posições teóricas que pretendem abalar a crítica da economia política marxiana e, em particular, a sua teoria do valor.

3.3.5.4 – Notas finais

A profunda incompreensão da teoria e do método da crítica da economia política marxiana desembocam, no caso do “problema da transformação”, na incapacidade de apreender o papel específico desempenhado pelos exemplos numéricos de Marx. Conforme salienta Paul Mattick, estes exemplos – e as respetivas tabelas – são meros instrumentos auxiliares da exposição teórica do filósofo alemão; Marx não postula, em momento algum, que estas tabelas são uma representação exaustiva, tirada a papel químico, da realidade empírica capitalista:

“Tal como os esquemas de reprodução do Livro Segundo de *O Capital* não pretendem descrever a o processo concreto de produção e de circulação capitalista, também os exemplos da transformação do Livro Terceiro não pretendem realizar algo impossível – nomeadamente, a transformação real de valores específicos em preços específicos –, mas constituem meramente um instrumento [auxiliar, NM] para o entendimento das relações entre valores e preços.” (Mattick, 1983: 49)

Deste modo, “as tabelas que ilustram a formação de uma taxa média de lucro apresentadas no Livro Terceiro de *O Capital* (...) não esgotam o processo que descrevem, servindo meramente para torná-lo mais inteligível” (Mattick, 1972: 262). É óbvio que, na economia capitalista, a transformação dos valores em preços de produção ocorre de forma *automática*, por detrás das costas dos sujeitos burgueses, através da redistribuição equitativa da massa de *mais-valia* social (igual à massa de lucro) promovida pela concorrência intersectorial.

Neste sentido, em rigor, “o conceito de valor só tem significado no que respeita ao capital social global” (Mattick, 2010/1969: 62), pelo que ao nível setorial (e individual) existem apenas preços de produção ou, de modo mais exato, preços de mercado que oscilam

³⁷¹ Esta questão será retomada detalhadamente no capítulo 7, quando analisarmos a teoria de Robert Kurz.

em torno dos preços de produção. Importa reter que, em Marx, “os preços são derivados do valor, o que vale dizer que um elemento formado na circulação tem como base um elemento formado na esfera produtiva” (Barbosa, 2010: 43).

De acordo com o método de Marx, o modo de produção capitalista “é analisado, em primeiro lugar, ao nível macro da economia no seu conjunto e, subsequentemente, ao nível micro dos ramos de produção individuais” (Moseley, 2016: xiii, *italico no original*). A teoria marxiana engloba, portanto, dois níveis de abstração basilares:

“A teoria de Marx é estruturada de acordo com *dois níveis de análise fundamentais*: a *produção* da mais-valia e a *distribuição* da mais-valia, sendo que a produção da mais-valia é teorizada antes da distribuição da mais-valia, o que significa que a *mais-valia total* da economia no seu conjunto *é determinada, logicamente, antes* da sua divisão em partes individuais.” (Ibid.: 3, *italico no original*)

Em suma, “a transformação de valores em preços de produção deve assim ser compreendida dentro da lógica da distribuição da mais-valia, não da lógica de sua produção” (Barbosa, 2010: 48), que foi exposta pormenorizadamente no Livro Primeiro de *O Capital*.

3.3.6 – Concorrência intrasectorial e concorrência intersectorial: súmula dos seus efeitos

3.3.6.1 – Complemento à análise da concorrência intrasectorial

A transformação dos valores de mercado em preços de produção não impede a concorrência *intrasectorial* de desempenhar um papel extremamente importante. Se a concorrência *intersectorial* explica a tendência para que todos os capitais obtenham o mesmo lucro médio, a concorrência *intrasectorial*, por sua vez, explica os (possíveis) desvios *temporários* do lucro obtido por um determinado capital face ao lucro médio.

Ao contrário da hipótese que foi assumida em 3.2, sabemos agora que a mais-valia criada e apropriada por um dado capital não coincidem. Sabemos, para além disso, que a mais-valia auferida pelos vários capitais setoriais – sob a forma de lucro médio – é *exógena*, ou seja, não depende da massa de mais-trabalho fornecida pelos operários empregados diretamente num certo ramo, mas da massa de mais-trabalho global e da sua relação com o capital total adiantado.

Importa reter que, nesta situação, aquilo que a concorrência *intrasectorial* determina não é o valor de mercado – que foi transformado em preço de produção por via da transmutação da mais-valia em lucro médio –, mas somente a grandeza do preço de custo médio ou de mercado vigente no interior de um ramo para mercadorias da mesma espécie. Desta forma, estamos em condições de esclarecer uma questão a que aludimos, *en passant*, em 3.2: na verdade, o sobrelucro ou o lucro inferior ao lucro médio (temporários) decorrem exclusivamente da diferença entre preço de custo individual e preço de custo de mercado.

Consideremos o seguinte exemplo. O preço de custo é igual ao somatório do capital constante com o capital variável ($k = c + v$). A taxa média de lucro na nossa economia é 16,67%. Sendo o lucro médio $= kl' = l$, o capital-mercadoria do ramo x é dado por:

Ramo x: $600c + 300v + 150l$

O ramo x engloba três capitais individuais, com a seguinte composição:

Capital x.1: $200c + 90v + 50l = 340$ euros

Capital x.2: $200c + 100v + 50l = 350$ euros

Capital x.3: $200c + 110v + 50l = 360$ euros

Cada um dos capitais produz 100 unidades do mesmo tipo de mercadoria. O capital x.2 produz nas condições técnicas médias, pelo que o seu preço de custo individual ($200 + 100 = 300$ euros) é simultaneamente o preço de custo de mercado vigente nesta esfera. Assim, os capitais-mercadoria x.1, x.2 e x.3 serão vendidos pelo mesmo preço de custo de mercado + lucro médio = preço de produção $\Leftrightarrow 300 + 50 = 350$ euros.

É fácil constatar que o preço de custo individual do capital x.1 é *inferior* ao preço de custo de mercado ($290 < 300$). Assim, o preço de venda de 350 euros permitirá ao capital x.1 realizar um sobrelucro de 10 euros. Por seu turno, o preço de custo individual do capital x.3 é *superior* ao preço de custo de mercado ($310 > 300$). Isto significa que o capital x.3 auferirá um lucro inferior ao lucro médio, pois o preço que obtém com a venda do seu capital-mercadoria apenas lhe permite realizar um lucro de 40 euros.

Na sequência deste exemplo, é possível retirar algumas conclusões:

“As empresas que operam com a produtividade média do trabalho do seu ramo (que serão a regra geral) auferirão a taxa média de lucro. As empresas que operam abaixo da produtividade média do trabalho auferirão menos do que o lucro médio (...). As empresas que efetuaram progressos tecnológicos, operando a um nível de produtividade do trabalho superior à média, auferirão um *sobrelucro temporário*, i.e., um lucro superior ao lucro médio resultante da diferença entre os seus custos de produção individuais e os custos de produção médios desse ramo. Mas este sobrelucro acabará geralmente por desaparecer (...) quando a nova tecnologia se disseminar por todo o ramo”. (Mandel, 1991/1981: 58, *italico no original*)

Estas conclusões constituem outras tantas proposições:

- a) Quando o preço de custo individual é igual ao preço de custo de mercado vigente num ramo, esse capital auferirá o lucro médio;
- b) Quando o preço de custo individual é inferior ao preço de custo de mercado vigente num ramo, esse capital auferirá o lucro médio *e um sobrelucro*, cuja grandeza é igual à diferença entre preço de custo de mercado e o seu preço de custo individual;
- c) Quando o preço de custo individual é superior ao preço de custo de mercado vigente num ramo, esse capital auferirá um lucro *inferior ao lucro médio*, porquanto o preço de venda do seu capital-mercadoria não lhe permite *realizar* a totalidade do lucro médio;
- d) O sobrelucro obtido pelos capitais inovadores possui um carácter temporário, desaparecendo assim que o progresso técnico se disseminar pelos capitais concorrentes desse ramo, alcançando-se um novo preço de custo de mercado.

Apesar do seu carácter temporário, o sobrelucro assume-se como um poderoso incentivo à inovação técnica, tecnológica, científica e organizacional. E a explicação é evidente: a ação de cada capital singular apenas é capaz de influenciar *diretamente* este lucro extra, nunca o lucro médio “normal”, que é determinado pela extorsão agregada do mais-trabalho da classe operária no seu conjunto. Neste contexto, “o impulso no sentido de reduzir o preço de custo a seu mínimo torna-se a mais forte alavanca para a elevação da força produtiva social do trabalho” (Marx, 1986b/1894: 313).

3.3.6.2 – A atuação conjunta da concorrência intrasectorial e intersectorial

Como é óbvio, apesar de as termos analisado separadamente, “a concorrência no interior dos vários ramos e a concorrência entre eles atuam simultaneamente” (Vygotsky, 1965: 81). A concorrência intersectorial assegura que a massa total de mais-valia criada socialmente é distribuída equitativamente, sob a forma de lucro médio, por todos os capitais,

em proporção à sua grandeza. A concorrência intrasectorial determina a grandeza dos custos de produção, impondo a vigência de um preço de custo de mercado em cada ramo e explicando, também, os desvios dos preços de custo individuais em relação a esse preço de custo de mercado e, conseqüentemente, do lucro face ao lucro médio.

Marx identifica, então, dois “efeitos *contraditórios* da concorrência” (Marx, 1989a/1861-63: 430, *italico no original*): por um lado, ao estabelecer uma taxa geral de lucro, ela assegura que os capitais setoriais auferem o mesmo lucro médio; por outro lado, ao estabelecer um preço de custo de mercado em cada ramo, “a concorrência impõe *diferentes taxas de lucro*, desvios em relação à taxa geral de lucro” (Ibid.: 431, *italico no original*). Assim, “existem (...) obstáculos e contra-tendências à convergência das taxas de lucro” (Shortall, 1994: 378).

Enrique Dussel salienta que a concorrência, em Marx, desempenha três papéis fundamentais:

“[A] *concorrência* (...) cumpre três funções: A) *Nivelar* a taxa de lucro (...), isto é, constituir um «lucro médio» (...) B) *Repartir* ou distribuir a mais-valia total (...) do «capital global». Esta função não «cria» valor novo, limitando-se a repartir o valor *já* produzido. C) *Transferir* mais-valia de um capital para outro (seja individual, de ramos ou de países), que é uma função similar à anterior, ainda que agora não do «todo» para a «parte», mas de «parte» a «parte».” (Dussel, 1990: 73-74, *italico no original*)

Podemos concluir que o cerne do Livro Terceiro de *O Capital* é precisamente a *redistribuição* da mais-valia social efetivada pela concorrência. Essa redistribuição implica que a mais-valia *produzida* e a mais-valia *apropriada* por cada capital *não coincidem*. Para além disso, tanto a transferência *intersectorial* de mais-valia como o sobrelucro por via da inovação promovido pela concorrência *intrasectorial* beneficiam os capitais com composições orgânicas superiores, portanto, mais eficientes e com níveis de produtividade elevados (cf. Thomas, 2004: 34). Os capitais individuais que empregam proporcionalmente menos força de trabalho e que, por isso, menos contribuem para a massa de mais-valia social, são paradoxalmente recompensados pelo funcionamento de ambas as formas de concorrência. Isso terá implicações de longo alcance para a teoria da crise (cf. 3.5.4.1).

3.4 – A “segunda versão” da teoria da crise marxiana

3.4.1 – A lei da queda tendencial da taxa de lucro³⁷²

No Livro Terceiro, Marx retoma a análise da crise do modo de produção capitalista. Fá-lo através da enunciação da famosa lei da queda tendencial da taxa de lucro, que considera ser a “lei mais importante da economia política” (Marx, 1991/1861-63: 104). Ao contrário da “primeira versão” da teoria da crise, que apresentámos no Capítulo 1 (cf. 1.16), esta “segunda versão” da sua teoria da crise não postula um decréscimo absoluto da força de trabalho global – logo, da *massa* de mais-valia social –, mas apenas o seu decréscimo *relativo*. Na perspectiva de Marx, esta tendência é transversal à economia burguesa e resulta na queda inevitável da taxa *geral* de lucro, não obstante a existência de algumas causas contrariantes (que serão estudadas em 3.4.2).

Na sua análise da crise e da taxa de lucro, Marx volta a adotar as mesmas hipóteses simplificadoras da secção anterior (cf. 3.3.1): o salário e a jornada de trabalho são grandezas dadas – portanto, a taxa de mais-valia é constante –, pelo que o capital variável funciona como um índice do número de trabalhadores empregados pelo capital social *global* (Marx, 1986a/1894: 163). Para além disso, “sendo a taxa de mais-valia uma grandeza *dada*, a taxa de

³⁷² Nesta secção serão aprofundados os temas introduzidos em 1.14.2.

lucro depende [exclusivamente, NM] da composição orgânica do capital” (Marx, 1989b/1861-63: 60, *italico no original*), ou seja, do número de trabalhadores explorados simultaneamente.

Consideremos o seguinte exemplo: seja 1 euro o salário semanal de um trabalhador; assim, um capital variável de 100 euros significa que são empregados 100 trabalhadores na nossa economia hipotética. Se a taxa de mais-valia for 100%, será produzida uma massa de mais-valia (igual à massa de lucro) de 100 euros. Neste contexto, como facilmente se percebe, existe uma relação inversa entre a taxa de lucro e a composição orgânica do capital. A taxa de lucro diminui na medida em que a composição orgânica do capital aumenta e vice-versa, situação ilustrada pelo Quadro 3.8:

Quadro 3.8 – Composição orgânica e taxa de lucro

Capital constante	Capital variável	Taxa de lucro
50	100	$100/150 = 66,67\%$
100	100	$100/200 = 50\%$
200	100	$100/300 = 33,33\%$
300	100	$100/400 = 25\%$
400	100	$100/500 = 20\%$

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (Marx, 1986a/1894: 163).

Segundo Marx, a evolução histórica do modo de produção capitalista possui uma tendência inequívoca para o aumento gradual da composição orgânica do capital (Marx, 1986a/1894: 164). Esta subida não se limita a esferas específicas, mas abarca a totalidade da economia, pelo que se assiste a um aumento da “composição orgânica média do capital global” (Ibid.: 163).³⁷³ Trata-se de um “crescimento paulatino”, mas inexorável, da proporção do capital constante face ao capital variável (Ibid.). Marx enuncia a seguinte “lei do modo de produção capitalista”:

“[C]om seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento. Isso (...) quer dizer que (...) a mesma quantidade de força de trabalho, tornada disponível por um capital variável de dado (...) valor, devido aos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, põe em movimento, processa e consome produtivamente (...) uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de toda a espécie, matérias-primas e auxiliares – portanto também um capital constante (...) de valor sempre crescente.” (Ibid.: 163-164)

Conforme salienta Brendan Cooney,

“Não se trata de uma diminuição [absoluta, NM] do trabalho empregado. A massa absoluta de trabalhadores empregados aumenta à medida que o capital incorpora uma massa maior de seres humanos sob o seu jugo. Mas em termos relativos, em relação ao capital total despendido na produção, a quantidade de trabalho empregado diminui. Marx

³⁷³ “Para que este aumento da composição orgânica provoque uma queda da taxa [geral, NM] de lucro, ele não pode confinar-se a apenas uma esfera de produção, mas abarcar grande parte da economia” (Cooney, 2009-11: 88).

é de tal modo enfático nesta ideia de uma massa de mais-valia crescente acompanhada pela redução da taxa de lucro, que a repete uma e outra vez”. (Cooney, 2009-11: 90)

A diminuição *relativa* do capital variável – da sua proporção quando comparada com a proporção do capital constante utilizado – resulta inevitavelmente na queda da taxa (média) de lucro se a taxa de exploração não for incrementada.³⁷⁴ Relembremos que a expressão algébrica da taxa de lucro é: $l' = \frac{m}{c+v}$. Com uma taxa de mais-valia constante, o capital variável é um índice no número total de trabalhadores empregados e, simultaneamente, da *massa* de mais-valia criada: m é diretamente proporcional à grandeza de v , *ceteris paribus*.³⁷⁵

Assim, aquilo que Marx nos está a dizer é que a taxa média de lucro cai porque o aumento de m – provocado pelo aumento do número de trabalhadores sujeitos a uma dada taxa de exploração – é inferior ao aumento de c . O aumento do denominador supera o aumento do numerador da fração. O capital variável cresce mais lentamente do que a massa e o valor do capital constante: “a lei do desenvolvimento da produção capitalista (...) consiste precisamente no declínio contínuo do capital variável, i.e., da parte do capital adiantado em salários, (...) em *relação* ao componente constante do capital” (Marx, 1991/1861-63: 106, *itálico no original*).

O traço distintivo do modo de produção capitalista radica no seu contínuo revolucionamento das forças produtivas (cf. 1.11 e 1.14). Desta forma,

“O facto de que, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, as condições objetivas do trabalho (...) têm de crescer em relação ao trabalho vivo – trata-se, na verdade, de uma proposição tautológica, pois o que significa a força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho”. (Marx, 2011b/1857-58: 705)

Um certo número de trabalhadores é capaz de colocar em movimento uma massa – material e de valor – sempre crescente de meios de trabalho e matérias-primas. Em outros termos, uma “grandeza relativamente pequena do trabalho vivo” é suficiente “para a reprodução e exploração de um capital enorme – para a produção em massa” (Marx, 1991/1861-63: 108) que caracteriza a sociedade burguesa. O aumento da composição orgânica do capital social – e, em especial, da utilização do capital fixo – está inscrito no ADN capitalista, pelo que “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é (...) apenas uma *expressão peculiar*” do “desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (Marx, 1986a/1894: 164, *itálico no original*) promovido pelo modo de produção capitalista.

Porém, tal como mencionámos atrás, na ótica de Marx a queda da taxa de lucro não implica necessariamente uma queda da massa de lucro. Para que a diminuição da taxa de lucro, provocada pelo aumento da composição orgânica do capital, não acarrete igualmente uma diminuição da massa de lucro é preciso que seja cumprida esta condição: o capital global tem de crescer de tal modo que continue a ser empregada pelo menos a mesma grandeza *absoluta* de força de trabalho (Ibid.: 170).

³⁷⁴ Veremos em 3.4.2 que, segundo Marx, a taxa média de lucro cai mesmo que a taxa de exploração aumente, pois esse aumento é inferior àquele da composição orgânica do capital social.

³⁷⁵ Por exemplo, se a taxa de mais-valia for 100% e a grandeza do capital constante, por hipótese, se mantiver inalterada (200 euros), a grandeza da taxa de lucro acompanhará a subida do capital variável: se forem empregados 100 trabalhadores, $l' = 100/300 = 33,33\%$; se forem empregados 200 trabalhadores, $l' = 200/400 = 50\%$; se forem empregados 400 trabalhadores, $l' = 400/600 = 66,67\%$, etc.

Consideremos o seguinte exemplo: o capital global ascende a 100 000 euros, decomposto em 60 000 euros de capital constante e 40 000 euros de capital variável; a taxa de mais-valia é de 100%. Logo, a taxa média de lucro é de $40\,000/100\,000 = 40\%$ e a massa de lucro cifra-se em 40 000 euros. Se a composição orgânica aumentar, de tal forma que o mesmo capital global de 100 000 euros se decomponha, agora, em 80 000 euros de capital constante e 20 000 euros de capital variável, então a taxa média de lucro cai para $20\,000/100\,000 = 20\%$ e a massa de lucro cai de 40 000 para 20 000 euros.

Dada a nova composição orgânica do capital global, a massa de lucro social apenas poderá manter-se inalterada se o capital global duplicar para 200 000 euros, decompostos em 160 000 euros de capital constante e 40 000 euros de capital variável (para respeitar a nova composição orgânica). Neste caso, a taxa média de lucro ainda cairá para 20% ($40\,000/200\,000$), mas a massa de lucro não sofrerá qualquer alteração. Em suma, *o aumento do capital global tem de ser pelo menos proporcional à diminuição da taxa média de lucro, para que a massa de lucro não diminua* (Ibid.: 170). No nosso exemplo, a taxa média de lucro caiu de 40% para 20%, portanto para metade ($1/2$), pelo que o capital global terá de ser (pelo menos) multiplicado por 2.

Torna-se evidente que “quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente” (Ibid.: 171). Por outras palavras, a criação de cada posto de trabalho adicional é progressivamente mais onerosa.

De acordo com Marx, a análise empírica da economia capitalista permite comprovar o funcionamento real do mecanismo compensatório descrito:

“O mesmo desenvolvimento da força produtiva do trabalho social, as mesmas leis que se apresentam na queda relativa do capital variável em relação ao capital global (...), por outro lado, (...) se expressa (...) no crescente aumento da força de trabalho global empregada, no crescimento cada vez maior da massa absoluta de mais-valia, e portanto do lucro.” (Ibid.: 168-169)

A mesma ideia é expressa em outra passagem:

“O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais-trabalho absorvida por ele, (...) a massa absoluta de lucro produzida por ele *pode* (...) crescer (...) apesar da progressiva queda da taxa de lucro. Isso não apenas *pode* ser o caso. *Tem* de ser o caso (...) na base da produção capitalista.” (Ibid.: 167, *itálico no original*)

Podemos concluir que “a queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante” (Ibid.: 167); ou seja, verifica-se um decréscimo *relativo* do capital variável porque, embora tanto o capital variável como o capital constante cresçam em termos absolutos, o capital constante cresce mais rapidamente (Ibid.: 166).

Importa frisar que este “aumento da composição orgânica do capital, o aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, é a tendência basilar do modo de produção capitalista” (Mandel, 1971a: 166), decorrendo do “permanente revolucionamento da técnica de produção” que deve “expressar-se em uma taxa de lucro em processo de diminuição” (Rosdolsky, 2001/1968: 317).

3.4.2 – Causas contrariantes da lei

De acordo com Marx, se tomarmos em linha de conta o desenvolvimento gigantesco da força produtiva do trabalho promovido pelo modo de produção capitalista, então a dificuldade não jaz em explicar a queda da taxa de lucro, mas, ao invés, porque essa queda não é mais pronunciada na realidade (Marx, 1986a/1894: 177).³⁷⁶ A resposta aduzida por Marx relativamente a este enigma é que existem “influências contrariantes” que atuam sobre essa lei geral – que enuncia a queda da taxa de lucro –, conferindo-lhe assim “apenas o caráter de uma tendência” (Ibid.).

Será útil, para entendermos estas causas contrariantes, recordarmos a fórmula modificada da taxa de lucro, apresentada em 3.1.2:

$$l' = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + 1}$$

É patente nesta expressão algébrica que a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital são os principais fatores que influenciam a grandeza da taxa de lucro. Segundo Tom Thomas, “ocorre uma espécie de competição entre a tendência para o aumento da taxa de exploração m/v , que incrementa a taxa de lucro, e a tendência para o aumento da composição orgânica c/v , que diminui a taxa de lucro” (T. Thomas, 2004: 47).

A tese central de Marx é que até uma taxa de exploração crescente “se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua” (Marx, 1986a/1894: 164); isso acontece “porque c/v aumenta a um ritmo mais elevado do que m/v ” (Smith, 2002: 166). Neste sentido, o conjunto de fatores contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro, que passaremos a analisar nos itens subsequentes, atenua o ritmo dessa queda, mas não é capaz de evitar a queda em si mesma.

3.4.2.1 – A elevação da taxa de exploração da força de trabalho

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é contrariada sempre que se verifica um aumento da taxa de mais-valia (Mandel, 1971a: 167). Sabemos que a mais-valia relativa é a forma privilegiada assumida pela mais-valia no capitalismo maduro (cf. 1.11) e que ela pressupõe o desenvolvimento da produtividade do trabalho no Departamento II.³⁷⁷ Para além disso, a busca incessante do sobrelucro temporário incentiva *todos* os capitais a sucumbirem a uma fúria inovadora que conduz ao desenvolvimento contínuo das forças produtivas sociais (cf. 3.3.6).

Este aumento ininterrupto da produtividade significa que diminui o número de trabalhadores requeridos para produzir uma massa crescente de mercadorias. Assim, é possível identificar um efeito contraditório no desenvolvimento das forças produtivas: se, por um lado, ele aumenta a taxa de mais-valia, por outro lado, reduz a dimensão da força de trabalho global sujeita a essa mesma taxa de exploração:

“O desenvolvimento da força produtiva (...) manifesta-se na maior [taxa de, NM] exploração do trabalho vivo empregado (...) e na redução da quantidade relativa de trabalho vivo que é empregada em geral (...). Ambos os movimentos são não apenas concomitantes, como se condicionam mutuamente. (...) Mas eles atuam em sentidos

³⁷⁶ “[A]quilo que é incrível não é a queda na taxa de lucro, mas que ela não caia a um ritmo mais acentuado” (Marx, 1991/1861-63: 111).

³⁷⁷ Obviamente que continua a fazer sentido utilizar as categorias do Livro Primeiro de *O Capital* (mais-valia, relativa, absoluta, etc.) para analisar a *produção* de mais-valia, que ocorre ao nível do capital social global, antes da sua *distribuição* que, como sabemos, exige a sua transmutação em preços de produção.

opostos, quando consideramos o seu efeito sobre a taxa de lucro. O lucro é a mais-valia relacionada com o capital total (...). [A] mais-valia – enquanto grandeza total – é determinada, em primeiro lugar, pela sua taxa e, em segundo lugar, pela quantidade de trabalho explorado simultaneamente a essa taxa (...). Por um lado, há um aumento da taxa de mais-valia, enquanto por outro lado há uma queda (relativa) do fator numérico pelo qual essa taxa é multiplicada. Na medida em que o desenvolvimento da força produtiva diminui a parcela necessária (...) do trabalho empregado, ele aumenta a mais-valia, porque aumenta a sua taxa (...). Todavia, na medida em que diminui a quantidade total de trabalho empregada por um dado capital, ele reduz o fator numérico pelo qual a taxa de mais-valia é multiplicada e, portanto, reduz a sua massa.” (Marx, 1991/1861-63: 109)

Deste modo,

“Para que a taxa de lucro se mantenha inalterada, a taxa de mais-valia (ou a taxa de exploração do trabalho) terá de crescer na mesma proporção em que (...) a grandeza do capital variável cai em termos relativos (...). Torna-se imediatamente aparente (...) que isto apenas será possível dentro de certos limites e de que, ao invés, verifica-se que é a tendência para uma queda do lucro – ou seja, para o declínio *relativo* na massa de mais-valia (...) – que deve predominar.” (Ibid.: 110, *itálico no original*)

Impõem-se quatro observações. Em primeiro lugar, Marx retoma neste último trecho uma ideia que já tinha sido avançada no Capítulo 1 (cf. 1.14.2): há limites para o quantum de mais-trabalho que uma força de trabalho reduzida é capaz de fornecer, mesmo submetida a uma taxa de exploração superior.³⁷⁸ Ultrapassado um certo limiar, a compensação da redução do número de trabalhadores pelo aumento da taxa de mais-valia deixa de ser possível:

“[A] elevação da taxa de lucro por aumento do grau de exploração do trabalho não é um processo abstrato, ou uma operação aritmética (...). Em outras palavras: o mais-trabalho que um trabalhador pode realizar tem limites, de um lado, na duração da jornada de trabalho, de outro, na porção da jornada necessária para reproduzir a própria força de trabalho.” (Rosdolsky, 2001/1968: 340)

Em segundo lugar, vimos em 1.16.1 que a mais-valia relativa possui limites históricos bem definidos. A extração de mais-valia relativa torna-se mais difícil com a evolução histórica do capitalismo, pois quanto mais ínfima já for a parcela do trabalho necessário, tanto maiores terão de ser os aumentos da produtividade no Departamento II para se conseguir obter aumentos homeopáticos da mais-valia relativa extorquida à força de trabalho.

Em terceiro lugar, embora Marx fale somente num declínio relativo da massa de mais-valia, pode-se antecipar o efeito catastrófico de uma redução absoluta da força de trabalho global: uma vez que a taxa de mais-valia esbarra com os seus limites históricos (cf. 1.16), a massa de mais-trabalho fornecida por uma população empregada em contínua regressão terá, inevitavelmente, de acabar por registar igualmente uma redução *absoluta*. Nestas palavras de Marx está sempre à espreita esta conclusão lógica do seu raciocínio, que se materializa na

³⁷⁸ Portanto, mesmo que mais-valia relativa (e, portanto, a taxa de mais-valia) não tivesse limites bem definidos, o fato de m/v crescer mais rápido do que c/v não significa, ainda assim, que a massa de mais-valia aumenta (e esse é o elemento decisivo para o colapso do capitalismo). Isso significa apenas que a mais-valia fornecida por cada trabalhador aumenta (homeopaticamente), mas nada nos diz sobre o número de trabalhadores a que se aplica essa taxa de mais-valia. Marx é concludente quanto ao facto de que o aumento da taxa de exploração só pode compensar a queda do número de trabalhadores até um certo limiar: “a compensação do número reduzido de trabalhadores pela elevação do grau de exploração do trabalho tem certas limitações insuperáveis” (Marx, 1986a/1894: 187).

“primeira versão” da teoria da crise; essa conclusão é, todavia, *recalcada* inexplicavelmente por Marx no Livro Terceiro. O colapso do modo de produção baseado no valor apenas pode ser deduzido da queda da massa, e não da taxa, de lucro.³⁷⁹

Finalmente, em quarto lugar, mesmo que a mais-valia relativa não esbarrasse nos seus limites, note-se que ela pressupõe um aumento da força produtiva do trabalho que é conseguido, sobretudo, através do investimento em capital fixo (maquinaria, tecnologia, etc.). Por outras palavras, “o aumento da mais-valia relativa (...) é normalmente conseguido por meio de um incremento da composição orgânica do capital” (Guerrero, 2010: 62), o que contraria, pelo menos parcialmente, os seus efeitos benéficos sobre a taxa de lucro.

3.4.2.2 – O embaratecimento dos elementos do capital constante

A segunda causa contrariante da queda da taxa de lucro é o embaratecimento dos elementos constituintes do capital constante. O mesmo fator que provoca um aumento da massa do capital constante utilizado e, portanto, o aumento da sua proporção face ao capital variável – mormente, o progresso técnico –, diminui simultaneamente o *valor* dos componentes individuais do capital constante (Marx, 1986a/1894: 179). “Se a produtividade geral do trabalho aumenta, o valor de cada mercadoria unitária cai. Esta lei aplica-se a todas as mercadorias, incluindo a maquinaria e outros meios de produção” (Mandel, 1971a: 168).

Assim, o aumento da produtividade no Departamento I provoca um embaratecimento dos meios de trabalho e das matérias-primas utilizados na economia capitalista, o que impede que o valor do capital constante suba na mesma razão do seu “volume material” (Marx, 1986a/1894: 179). Em outros termos, *a composição-valor do capital não aumenta na mesma proporção da composição técnica do capital*. Isso atenua a subida da composição orgânica e o seu impacto negativo sobre a taxa geral de lucro.

Não obstante, na perspetiva de Marx, o valor agregado do capital constante aumenta continuamente em termos *absolutos* porque o efeito seu crescimento em termos materiais – i.e., da massa de matérias-primas e meios de trabalho consumidos produtivamente – suplanta o efeito do decréscimo do valor unitário desses componentes materiais (Marx, 1989b/1861-63: 51):

“As quantidades crescentes de matérias-primas, produtos semiacabados, maquinaria e outros elementos do capital fixo que o capitalista compra são adquiridos cada vez mais baratos, à medida que a produtividade crescente reduz os seus preços. Todavia, Marx parece pensar que este custo decrescente do capital constante não é suficientemente forte para compensar a influência dominante da massa crescente de capital constante sobre o custo total do capital constante.” (Cooney, 2009-11: 88)

Em suma, o embaratecimento das partes constitutivas do capital constante apenas é capaz de abrandar o ritmo da subida da composição orgânica e da queda correspondente da taxa de lucro, mas nunca de evitá-las.

3.4.2.3 – Outras causas contrariantes

Marx menciona ainda dois fatores adicionais que atenuam da queda tendencial da taxa de lucro. A existência de uma superpopulação relativa, isto é, do exército industrial de reserva (cf. 1.14.3), pode pressionar os níveis salariais abaixo do valor (médio) da força de trabalho em determinados ramos, contribuindo assim para o aumento da taxa e da massa de mais-valia criada por esses ramos (Marx, 1986a/1894: 180). É assim gerada uma massa extraordinária de mais-valia, que vai engrossar o bolo global do lucro a ser distribuído pelos capitais e, portanto, a taxa média de lucro vigente na economia.

³⁷⁹ Voltaremos a este assunto em 3.5.

O comércio exterior pode também desempenhar um papel importante, ao contribuir para o embaratecimento dos elementos do capital constante, nomeadamente do valor das matérias-primas adquiridas em países subdesenvolvidos (Ibid.). Para além disso, os bens agrícolas importados a preços favoráveis podem reduzir o valor dos meios de subsistência adquiridos pelos operários e, assim, aumentar a taxa e a massa de mais-valia criada (Ibid.), logo, a taxa de lucro.

3.4.3 – Notas finais

Constatámos que a “segunda versão” da teoria da crise marxiana diz respeito ao aumento contínuo da composição orgânica do capital social e à consequente diminuição da taxa geral de lucro. Marx defende que a lei da queda tendencial da taxa de lucro “é a lei mais importante da economia política moderna”, sendo “essencial para compreender as relações” económicas e sociais capitalistas (Marx, 2011b/1857-58: 626). Marx considerava ter feito um grande contributo teórico através da sua enunciação, visto tratar-se de “uma lei que, a despeito de sua simplicidade”, nunca tinha sido “compreendida e muito menos conscientemente expressa” (Ibid.).

Shortall realça que “o principal intuito de Marx (...) era (...) demonstrar que as barreiras à acumulação de capital não possuíam uma origem natural, mas eram [ao invés, NM] especificidades históricas do próprio modo de produção” burguês (Shortall, 1994: 389). Vimos que a taxa média de lucro depende de dois fatores fundamentais: a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. Na ótica de Marx, ambas aumentam no decurso da evolução histórica do capital, mas a subida composição orgânica supera aquela da taxa de exploração, resultando na queda tendencial da taxa de lucro.

A concorrência intrasectorial força a multiplicidade dos capitais a adotarem, sucessivamente, técnicas produtivas inovadoras. Assim, o aumento da composição orgânica do capital e a queda da taxa de lucro são o reverso da medalha do revolucionamento ininterrupto das forças de produção, dos investimentos massivos em capital fixo e do incremento estratosférico da produtividade do trabalho (Marx, 1986a/1894: 182). Em especial, “a busca perpétua de lucro extra” que “carateriza a concorrência capitalista (...) conduz a uma composição orgânica mais elevada do capital social no seu conjunto” (Mattick, 1981: 49). As chamadas causas contrariantes limitam-se a abrandar o ritmo desta trajetória inelutável.

Veremos em 3.5 que o principal problema da “segunda versão” da teoria da crise é que, ao contrário da “primeira versão”, ela não permite deduzir um limite interno absoluto do modo de produção capitalista, i.e., o colapso do modo de produção baseado no valor. Se a *massa* de mais-valia social continuar a aumentar *ad infinitum*, conforme Marx argumenta no Livro Terceiro de *O Capital*, não se vislumbra como é que o processo de acumulação do capital poderá ser entravado definitivamente.

3.5 – **Digressão: para uma sistematização da teoria da crise de Marx**

“[N]inguém ignora que um dia a casa cai, porém todos confiam que ela cairá sobre a cabeça do próximo, após ele próprio ter colhido a chuva de ouro e a posto em segurança. *Après moi le déluge!* É a divisa de (...) toda nação capitalista.” (Marx, 1996a/1867: 383, *itálico no original*)

3.5.1 – Teorias da crise marxistas: breve revisão crítica

É seguro afirmar que “não é possível encontrar uma teoria da crise abrangente na obra de Marx, mas somente observações dispersas, mais ou menos elaboradas, a partir das quais os

autores marxistas desenvolveram teorias da crise bem distintas” (Heinrich, 2012: 171).³⁸⁰ Segundo Ernest Mandel, “existem três variantes principais de interpretação monocausal da teoria da crise de Marx” (Mandel, 1991/1981: 42):

- i) A teoria da desproporcionalidade explica a crise através da desproporção, em termos de valor de uso e/ou de valor, entre os vários ramos de negócio que compõem a economia capitalista. Em suma, a crise é atribuída à “anarquia do mercado” (Clarke, 1994: 9). Dois dos principais proponentes desta teoria são Rudolf Hilferding (cf. 1981/1910) e Nikolai Bukharin (cf. 1972/1924);
- ii) A teoria do subconsumo explica a crise através do “desfasamento entre o *output* (ou capacidade produtiva) e o consumo da massa da população (os salários reais ou poder de compra dos trabalhadores)” (Mandel, 1991/1981: 44), pelo que a causa derradeira da crise é a “sobreprodução de mercadorias no Departamento II” (Ibid.). Os principais defensores desta teoria são Rosa Luxemburgo (cf. Luxemburgo, 2003/1913) – que coloca uma grande ênfase nas dificuldades de *realização* da mais-valia, no contexto dos esquemas de reprodução do Livro Segundo – e os autores estado-unidenses associados à revista *Monthly Review* (cf. Baran & Sweezy, 1968; Sweezy, 1962/1946);
- iii) A teoria da sobreacumulação justifica a crise com a queda da taxa de lucro provocada pelo aumento da composição orgânica do capital, i.e., pela adoção de “tecnologia de produção cada vez mais capital-intensiva” (Clarke, 1994: 63). A taxa de lucro é diretamente proporcional à taxa de exploração e inversamente proporcional à composição orgânica do capital (Ibid.: 65-66). A teoria da sobreacumulação defende que a evolução “histórica da produção capitalista” vai no sentido de uma “tendência constante para o aumento da composição do capital em termos de valor” (Ibid.: 66). Com uma dada taxa de exploração, isto implica a queda da taxa de lucro (Ibid.). Neste contexto, o capital variável reduzido, em termos relativos, seria supostamente incapaz de providenciar a mais-valia exigida para valorizar um capital de grandeza acrescida. Os principais defensores desta teoria são Henryk Grossman (cf. 1992/1929) e Paul Mattick (cf. 1981).

As teorias da crise distinguem-se, ainda, quanto ao horizonte temporal da sua análise (Mandel, 1991/1981: 33). Tradicionalmente, a teoria da desproporcionalidade versa apenas sobre os desequilíbrios que explicam o ciclo económico (Clarke, 1994: 38). Quanto às teorias do subconsumo e da sobreacumulação, ambas foram utilizadas para analisar tanto as crises periódicas como a trajetória secular da acumulação de capital.

Hoje em dia, porém, os autores marxistas mais consagrados entendem a crise como um fenómeno exclusivamente *cíclico*.³⁸¹ Andrew Kliman (cf. 2007: 28-31; 2012) e Michael Roberts (cf. 2016) atribuem as crises recorrentes à queda temporária da taxa de lucro, enquanto David Harvey (cf. 2010b) explica o padrão cíclico capitalista com recurso a uma hibridização da teoria subconsumista com a teoria da sobreacumulação. Em síntese, a crise não é apreendida, neste autores, como uma “barreira absoluta” à expansão do capital, mas como “uma barreira repetidamente posta e superada no curso irregular e propício a crises do desenvolvimento capitalista” (Shortall, 1994: 391).

Deve notar-se que as teorias da desproporcionalidade, do subconsumo e da sobreacumulação encontram algum tipo de apoio textual em afirmações dispersas de Marx, sobretudo no Livro Terceiro de *O Capital*. Importa realçar, contudo, que tanto a teoria da desproporcionalidade como a teoria do subconsumo se cingem à esfera da circulação: a crise

³⁸⁰ Shortall (1994: 428) e Tombazos (2014: 274) partilham esta asserção de Heinrich.

³⁸¹ As crises cíclicas serão abordadas em 3.10.

tem origem nos problemas de *realização* do valor (e da mais-valia) previamente produzido. Paul Mattick salienta as insuficiências destas teorias:

“[N]a medida em que o processo de reprodução depende da acumulação de capital, e portanto da massa de mais-valia que torna a acumulação possível, é no interior da esfera da produção que se encontram os fatores decisivos (embora não os únicos fatores) para a transformação da possibilidade de crise numa crise real.” (Mattick, 1981: 60)

Em particular, julgo ser fundamental rebater o subconsumismo que, apesar do seu caráter aparentemente intuitivo e do seu elevado número de adeptos (sobretudo entre aqueles que procuram mesclar as teorias de Marx e de Keynes), contraria claramente o etos da crítica da economia política:

“O poder de consumo limitado da massa da população seria de facto uma barreira à acumulação sustentada de capital se o consumo fosse a força motriz da acumulação. Todavia, para o marxismo a força motriz da acumulação capitalista não é o consumo mas o lucro. (...) O capitalista não investe por causa de uma procura adicional já existente, o capitalista investe de modo a reduzir os seus custos de produção e a aumentar a sua taxa de lucro, portanto, para ganhar uma fatia maior do mercado existente à custa dos seus concorrentes. Porém, o resultado deste investimento é o aumento da procura total por força de trabalho e por meios de produção e, assim, o aumento da procura por meios de produção e meios de subsistência. Desde que o excedente apropriado pelos capitalistas seja consumido ou reinvestido por eles (ou emprestado a outros que o reinvestem), as despesas de consumo e de investimento dos capitalistas providenciarão a procura acrescida correspondente à oferta acrescida de produtos. O poder de consumo limitado da massa da população é tão-somente o outro lado da massa de lucro crescente apropriada pelos capitalistas. (...) [N]ão há nenhuma razão para que a massa de lucro em ascensão não seja reinvestida produtivamente, sendo que quanto maior for a taxa de lucro tanto mais rápida será a acumulação de capital. Na medida em que este reinvestimento toma lugar, não há nenhuma razão para que a acumulação de capital seja entravada pelos limites do mercado (...). O poder de consumo limitado da massa da população não é uma barreira à acumulação continuada porque a força motriz da acumulação capitalista não é o consumo mas a produção e a apropriação de mais-valia.” (Clarke, 1994: 33-34)

O valor do produto anual decompõe-se em capital constante + capital variável + mais-valia. Naturalmente que a classe trabalhadora, no seu conjunto, apenas pode realizar a parcela correspondente ao valor da força de trabalho. Se o raciocínio equivocado da teoria subconsumista fosse válido, então deveria existir uma situação de subconsumo *permanente*, pelo que paradoxalmente a questão passaria por explicar como é que a reprodução macrossocial do capital seria possível *de todo*.

Em suma, conforme salienta Paul Mattick, “a realização da mais-valia não pode ser entendida como principal problema do modo de produção capitalista. (...) [A] origem da crise jaz na insuficiência da produção de mais-valia” (Mattick, 1981: 63). Todavia, a própria teoria de Mattick apresenta uma falha crucial: apesar de apreender corretamente o locus da crise na esfera da produção, desloca a sua atenção da massa *absoluta* para a massa *relativa* de lucro, i.e., para a queda da taxa de lucro.³⁸² Segundo Mattick, a massa de lucro, embora maior em termos absolutos, seria supostamente insuficiente para responder às necessidades de expansão ulterior do capital (cf. Mattick, 1983: 15). Esta visão é manifestamente incorreta porque, tal como observa Simon Clarke,

³⁸² À semelhança do próprio Marx no Livro Terceiro, como vimos em 3.4. Retomaremos este assunto em 3.5.3.

“os recursos [monetários, NM] disponíveis para o investimento são determinados pela massa de lucro e não pela sua taxa. Mesmo que a taxa de lucro caia, cada capitalista individual apropria-se de uma massa maior de lucro e, portanto, possui os recursos necessários para financiar tanto o seu consumo como o seu reinvestimento.” (Clarke, 1994: 59)

Ora, como vimos em 1.16, existe outra leitura possível da teoria da crise de Marx com base na dinâmica de *produção* e acumulação de capital. Esta teoria aponta a queda *absoluta* da massa de mais-valia global, em resultado da redução absoluta da força de trabalho empregada, como a causa fundamental do colapso do capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas materiais entra em contradição insanável com a forma da riqueza burguesa: o valor.

Embora representem uma posição minoritária, vários autores defendem que a chamada 3ª Revolução Industrial – associada à tecnologia microeletrônica – impõe uma rutura *qualitativa*: doravante, o trabalho vivo não vê simplesmente a sua força produtiva aumentar, mas é gradualmente expulso do processo de produção imediato, devindo supérfluo em virtude do desenvolvimento técnico, tecnológico e científico faraônico (cf. Gorz, 2010: 21-42 e 119-183; Kurz, 2014: 211-320; Lohoff & Trenkle, 2014; Ramtin, 1991).

3.5.2 – A “primeira versão” da teoria da crise de Marx: recapitulação

Em termos agregados, do capital social global, o Livro Terceiro não traz qualquer alteração conceptual, pelo que tudo aquilo que foi dito acerca da “primeira versão” da teoria da crise retém a sua validade (cf. 1.16). A massa de mais-valia social continua a ser dada pela massa total de trabalho excedente – mais-trabalho – realizado pela classe trabalhadora. Assim, os limites insuperáveis que se colocam à *produção* de mais-valia não sofrem qualquer alteração.

Recapitulemos, rapidamente, as principais conclusões da “primeira versão” da teoria da crise. Apenas é possível aumentar a massa de mais-valia social produzida de três formas: i) prolongando a duração da jornada de trabalho individual (mais-valia absoluta); ii) incrementando a parcela do mais-trabalho à custa da parcela do trabalho necessário da jornada de trabalho individual (mais-valia relativa); iii) aumentando o número de forças de trabalho exploradas simultaneamente. Os itens i) e ii) referem-se à taxa de mais-valia, enquanto o item iii) traduz a grandeza absoluta da população empregada sujeita a uma dada taxa de exploração.

Basicamente, a mais-valia absoluta possui limites sociais, culturais e fisiológicos bem definidos. O ser humano só é capaz, biologicamente, de fornecer um dado quantum de horas de trabalho diárias e a jornada laboral possui uma duração considerada “normal” numa dada sociedade e período histórico. Hoje em dia, embora não seja muitas vezes respeitada, essa duração “normal” equivale quase sempre às 40 horas semanais, pelo que qualquer tentativa de prolongá-la enfrentará seguramente a resistência dos trabalhadores.

No que diz respeito à mais-valia relativa, Marx demonstra que quanto mais desenvolvido for o modo de produção capitalista, tanto mais difícil é a sua extração; ou seja, à medida que a parcela do trabalho necessário já foi reduzida a uma grandeza ínfima, são necessários aumentos cada vez maiores da produtividade (no setor dos meios de subsistência adquiridos pelos trabalhadores com os seus salários) para conseguir aumentos homeopáticos da mais-valia relativa. Por exemplo, se o trabalho necessário já representar somente 2/100 da jornada de trabalho, uma duplicação da produtividade (portanto, um aumento de 100%! da força produtiva do trabalho) resultará apenas num aumento de 1/100 na parcela do mais-trabalho. A taxa de mais-valia – ou a mais-valia fornecida por uma dada população empregada – aproxima-se, portanto, dos seus limites absolutos.

Resta-nos analisar o número de trabalhadores submetidos a uma determinada taxa de exploração. O progresso técnico sem precedente promovido pelo modo de produção capitalista – sobretudo, em plena 3ª Revolução Industrial – é de tal ordem que o trabalho humano devém progressivamente supérfluo para o processo de produção imediato. O aumento brutal da força produtiva do trabalho significa que são precisos cada vez menos trabalhadores para produzir uma massa crescente de mercadorias. Ademais, o emprego de trabalhadores adicionais não pode ser arbitrário, sendo regulado pelo padrão objetivo de produtividade disseminado pela concorrência através do tempo de trabalho socialmente necessário, sempre em contração.³⁸³

Podemos concluir que, em momentos distintos da nossa exposição, identificámos duas versões da teoria da crise nos escritos de Marx (cf. 1.16 e 3.4), que podem ser resumidas do seguinte modo:

- i) A “primeira versão” da teoria da crise de Marx diz-nos que o número de trabalhadores empregados à escala social diminui em termos absolutos, provocando uma queda da *massa* de lucro;
- ii) A “segunda versão” da teoria da crise de Marx diz-nos que a força de trabalho global diminui somente em termos relativos, provocando uma diminuição da *taxa* de lucro. A massa de lucro continua a aumentar indefinidamente.

Chegou a altura de efetuarmos uma avaliação crítica de ambas as teorias, tarefa que será realizada nos itens subsequentes.

3.5.3 – A impossibilidade de deduzir o limite interno absoluto da queda da taxa de lucro

Tom Thomas apreende claramente as antinomias das posições teóricas que tomam a queda tendencial da taxa de lucro como o elemento fulcral da crise sistémica capitalista:

“É frequentemente afirmado que este é o fator [a queda da taxa de lucro, NM] essencial da crise, como se a acumulação do capital fosse bloqueada a partir de um nível de taxa de lucro que os capitalistas, e a sua avidez, julgam demasiado baixa. Todavia, este bloqueio da acumulação é menos um caso de subjetividade do que de objetividade. Na medida em que um capital acrescido $C + \Delta C$ pode produzir uma *massa de lucro* superior àquela que produzia C , então a acumulação pode prosseguir. Aquilo que é essencial é a massa de lucro, mais do que a sua taxa. Enquanto essa massa aumentar, o capital pode reproduzir-se e expandir-se. Mesmo se ele acumula a uma taxa de 4% em vez de 8%, por exemplo, (...) isso não deixa de ser acumulação. Aliás, mesmo com uma taxa mais débil, uma massa grande de capital pode produzir mais lucro do que uma massa pequena, e acumular mais rapidamente. 4% de 1000 darão 40, enquanto 8% de 100 darão somente 8. A massa pode crescer quando a taxa cai. Desde que a massa cresça, o capital consegue reproduzir-se. (...) [C]onstatamos que a queda da taxa de lucro não é sinónimo da queda da sua massa e que *somente a queda, ou mesmo a simples estagnação, da massa de lucro significa um bloqueio absoluto, generalizado, da acumulação.*” (T. Thomas, 2004: 40-41, *itálico nosso*)

É importante ressaltar que a queda da taxa de lucro não é o aspeto crucial para o entendimento da crise. O nó do problema é a impossibilidade de deduzir o limite interno absoluto da acumulação de capital a partir da lei que enuncia a queda tendencial da taxa de lucro. E Marx reconhece esse facto sem qualquer sombra de dúvida: “não se pode deduzir necessariamente a partir desta lei que a *acumulação* de capital regride ou que a *massa absoluta de lucro* cai” (Marx, 1991/1861-63: 111, *itálico no original*). Noutro sítio, Marx é

³⁸³ Não podemos perder de vista, ainda, o aumento do trabalho improdutivo em termos capitalistas (cf. 2.7).

igualmente perentório: “um capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente do que um capital pequeno com taxa grande” (Marx, 1986a/1894: 189).

De acordo com a perspectiva avançada no Livro Terceiro de *O Capital*, “embora tenham diminuída sua taxa, os lucros aumentam na sua massa à medida que avança a acumulação de capital” (Gorender, 1996: 62). A pergunta que se impõe é, naturalmente, a seguinte: se a massa de lucro pode crescer *ad infinitum*, porque é que o sistema capitalista haverá de colapsar? Este é justamente o calcanhar de Aquiles da teoria da crise assente exclusivamente na taxa de lucro: visto que nunca é postulada uma queda da massa de mais-valia social, o colapso inevitável do modo de produção capitalista torna-se pura e simplesmente indemonstrável. Podemos concluir que o problema dos limites enfrentados pela (re)produção capitalista não pode ser colocado em termos da queda da taxa de lucro, mas, antes, da queda massa de lucro – esse é o seu único obstáculo inultrapassável, a sua única barreira absoluta.

Mandel adverte justamente que o ponto de não retorno do declínio do modo de produção capitalista é atingido

“quando (...) a massa de mais-valia cessa de crescer e começa a declinar – primeiro gradualmente, depois permanentemente. Esta seria obviamente a estocada mais séria infligida ao processo contínuo de acumulação capitalista (...): um nível de mecanização, de semi-automatização – digamos mesmo, de disseminação da automatização plena – de um número crescente de ramos de produção, em que o *input* total de horas de trabalho produtivo começa a declinar, portanto, em que a produção global de valor decresce. (...) [A] extensão da automatização para além de um certo limiar conduz inevitavelmente, em primeiro lugar, à redução da grandeza total de valor produzida e, seguidamente, à redução da grandeza total de mais-valia produzida.” (Mandel, 1991/1981: 87, *italico no original*)

Neste sentido, como já foi aventado, a produção automatizada possibilitada pela Revolução Microeletrônica é o elemento-chave para entender o limite interno absoluto da acumulação de capital.

3.5.4 – Ligações entre a “primeira versão” da teoria da crise e o Livro Terceiro

3.5.4.1 – A mistificação dos preços de produção e a eliminação do trabalho vivo

Pode ser estabelecida uma ponte entre a “primeira versão” da teoria da crise e alguns preceitos teóricos do Livro Terceiro de *O Capital*. Em particular, os conceitos de preços de produção, concorrência (intrasectorial e intersectorial) e sobrelucro podem proporcionar uma compreensão mais adequada da crise estrutural associada à produção automatizada e, assim, complementar algumas das conclusões retiradas em 1.16.4.

A transformação dos valores em preços de produção significa que a mais-valia criada pela força de trabalho de um certo capital e a mais-valia de que esse capital se apropria, sob a forma de lucro médio, não coincidem. Assim, no seio da esfera da circulação, a “lei interna” que rege a produção capitalista torna-se “invisível e incompreensível para os agentes individuais” (Marx, 1986b/1894: 278):

“[O] processo real de produção, como unidade do processo imediato de produção e do processo de circulação, gera novas configurações, em que cada vez mais se perde o fio da conexão interna, as relações de produção se autonomizam umas em relação às outras e os componentes de valor se ossificam entre si em formas autónomas. (...) A mais-valia, na forma de lucro, já não é referida à parte do capital investida em trabalho, do qual ela se origina, mas à totalidade do capital. A taxa de lucro passa a ser regulada mediante leis

próprias (...). Tudo isso oculta (...) a verdadeira natureza da mais-valia e, daí, o verdadeiro mecanismo do capital. Isso acontece ainda mais pela transformação do lucro em lucro médio e dos valores em preços de produção (...). Aqui intervém um complicado processo social, (...) que (...) separa os (...) os lucros médios nas diferentes esferas da produção da exploração real do trabalho (...). Não só parece ser assim, mas aqui (...) o lucro médio de um capital específico é diferente da mais-valia que esse capital extraiu dos trabalhadores empregados por ele. (...) O lucro parece apenas acessoriamente determinado pela exploração imediata do trabalho”. (Ibid.: 278-279)

Do ponto de vista do capitalista individual, a ligação entre trabalho e valor ou, mais especificamente, entre mais-trabalho e mais-valia (logo, lucro), é completamente escamoteada. A ilusão de que o lucro é independente do dispêndio de trabalho abstrato é reforçada pelo facto de, ao nível do capital individual e setorial, o lucro ser *realmente diferente* da mais-valia individual e setorial. Que essa relação entre trabalho e mais-valia é restabelecida ao nível macrosocial e determina a grandeza da massa de mais-valia – do bolo total a ser distribuído – é algo que escapa à compreensão tanto dos sujeitos burgueses como dos economistas, pois eles só conhecem o mercado e as relações de troca.

Deste modo,

“Economia de trabalho – não apenas do trabalho necessário para fabricar determinado produto, mas também do número dos trabalhadores ocupados – e maior aplicação de trabalho morto (capital constante) aparece, do ponto de vista [estritamente, NM] económico, como [uma, NM] operação inteiramente acertada e não parece de antemão afetar, de modo algum, a taxa geral de lucro e o lucro médio.” (Marx, 1986a/1894: 132)

Em síntese, embora o trabalho excedente fornecido pela sua própria força de trabalho possa diminuir em termos absolutos, isso não tem imediatamente repercussões negativas no lucro médio auferido por um dado capital, porquanto este depende da massa agregada de trabalho excedente *social*. Os incentivos à eliminação do trabalho vivo são reforçados pelo funcionamento da concorrência intersectorial e intrasectorial.

Como vimos em 3.3.6, a concorrência intersectorial beneficia os capitais com composições orgânicas superiores: “mediante a concorrência do capital e a equalização das taxas de lucro, uma parte da mais-valia criada nos ramos de negócio com baixa composição orgânica do capital é drenada para os ramos com composição orgânica do capital elevada” (Mandel, 1971a: 161). Isto implica que “os lucros realizados nos ramos com elevada composição-valor do capital serão maiores do que a mais-valia que produziram diretamente; enquanto nos ramos com baixa composição-valor do capital sucede o caso inverso” (Shortall, 1994: 376).

Por sua vez, o funcionamento da concorrência intrasectorial significa que os capitais mais eficientes, i.e., com custos de produção inferiores à média setorial, auferirão um sobrelucro temporário, enquanto as suas técnicas de produção favoráveis não se disseminarem pelos seus concorrentes. Em suma, são “as empresas com maquinaria mais desenvolvida, aquelas com a maior composição orgânica do capital, que triunfam na concorrência capitalista” (Mandel, 1971a: 162), apesar de serem aquelas que menos contribuem, paradoxalmente, para a massa de mais-valia social.

Neste contexto, a automação surge como uma opção perfeitamente racional para os capitais individuais maximizarem o seu quinhão de lucro abocanhado: “o tempo de trabalho (...) aparece (...) aos capitais individuais como um mero obstáculo”, algo perfeitamente “desnecessário” (Ramtin, 1991: 108). Os trabalhadores passam a constituir uma matéria descartável. No limite, um capital individual pode automatizar completamente o seu processo produtivo e, ainda assim, auferir o lucro médio (proporcional à sua grandeza) e um sobrelucro

por via dos seus custos reduzidos. Estamos perante um capital improdutivo, ou seja, que não produz qualquer mais-valia, mas, não obstante, participa na sua redistribuição. Conforme salienta Ramtin,

“Não existe (...) qualquer mistério envolvido nesta situação, uma vez que tudo aquilo que o nosso capitalista fez foi apropriar-se de uma parcela da massa de mais-valia [social, NM] sem ter contribuído para a mesma. (...) Com efeito, o nosso capitalista deixou de ser um capitalista *produtivo*. Todavia, ele apenas pode ser um capitalista não-produtivo (...) e (...) auferir um lucro, *porque ainda existem capitais produtivos a funcionar dentro do sistema*. Os capitais automatizados (...) obtêm um lucro à custa dos capitais produtivos (...) apenas enquanto estes últimos não automatizarem a sua produção. (...) À medida que a automação se generaliza e os capitais individuais automatizados se tornam mais numerosos, a massa de mais-valia produzida torna-se cada vez mais insuficiente para sustentar todos os capitais existentes.” (Ibid.: 110, itálico no original)

Por conseguinte, se é verdade que, por um lado, os capitais inovadores – em especial aqueles que investem na automação – obtêm um sobrelucro temporário e aumentam a sua taxa de lucro individual, por outro lado, no longo prazo, o resultado da difusão da automação pela economia é a eliminação progressiva do trabalho vivo, o aumento da composição orgânica do capital social e a correspondente diminuição da massa de lucro social e da taxa média de lucro.

“[À] medida que nos aproximamos da automação completa, *m* – que não é uma proporção mas uma massa absoluta – começa a declinar rapidamente em conjunto com *v*, pois o número de trabalhadores assalariados e número total de horas de trabalho [sociais, NM] diminuem acentuadamente. Com efeito, numa economia plenamente automatizada a mais-valia *desapareceria* de todo”. (Mandel, 1991/1981: 32, itálico no original)

Isto não invalida a racionalidade da conduta dos capitalistas individuais – tão cara à *economics* –, pois a inovação incessante é, com efeito, a única arma de que dispõem para aumentar o lucro apropriado, ainda que temporariamente (Kliman, 2007: 117). Porém, a maximização do interesse particular acaba por ser contraproducente para o interesse geral da classe capitalista; *na prossecução dos seus interesses particulares, a atuação conjunta dos muitos capitais acaba por engendrar inadvertidamente, mais tarde ou mais cedo, o colapso de todo o modo de produção baseado no valor*. Estamos confrontados com uma *compulsão objetiva*, por via da concorrência, para a automação até à morte.

3.5.4.2 – A divergência entre riqueza material e valor: a essência da teoria da crise

Outra ligação entre a “primeira versão” da teoria da crise e o Livro Terceiro de *O Capital* é a eleição da divergência crescente entre valor e riqueza material como o cerne da crise capitalista. Podemos inclusive dizer que este é o traço comum entre as duas versões da teoria da crise que identificámos nas obras de Marx.

Assim, na sequência da enunciação da lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx volta a realçar – à semelhança do que já tinha feito nos *Grundrisse* e no *Manuscrito Económico de 1861-63* (cf. 1.16.2) – a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a forma social fetichista do valor: “A *verdadeira barreira* da produção capitalista é o *próprio capital*, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção” (Marx, 1986a/1894: 189, itálico no original).

A subordinação da produção aos ditames irracionais da forma-valor significa que, na sociedade burguesa, é impossível suprir as necessidades de todos os seres humanos porque apenas são levados a cabo os processos de produção que provem ser lucrativos:

“A barreira ao modo de produção capitalista se manifesta (...) no facto de que (...) o lucro e a proporção desse lucro para o capital aplicado, portanto certo nível da taxa de lucro, decide sobre a ampliação ou limitação da produção, em vez de fazê-lo a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. (...) Ela parará não onde a satisfação das necessidades a obriga, mas onde determina a produção e a realização de lucro. (...) A taxa de lucro é a força impulsionadora da produção capitalista, e só se produz o que e à medida que pode ser produzido com lucro.” (Marx, 1986a/1894: 194-195)

Estas palavras são mais atuais do que nunca pois, à medida que a crise do trabalho e do valor se exacerbam, assiste-se à paralisação de inúmeras atividades produtivas – principalmente nos países perdedores da concorrência global – em virtude da insuficiente “rentabilidade económica”. Quando é ultrapassado um determinado limiar, o modo de produção capitalista revela-se não só incapaz de promover o desenvolvimento ulterior das forças produtivas (Ibid.: 183-184) como, inclusive, de aproveitar plenamente o gigantesco potencial científico e tecnológico que já se encontra à sua disposição e que nunca foi tão avassalador na história da Humanidade.

A impossibilidade de continuar a aprisionar essas forças gigantescas no espartilho do valor ilustra “o carácter (...) histórico e transitório do modo de produção capitalista”, que “entra em conflito” insanável com a produção de riqueza material (Ibid.: 184):

“Em si e por si mesma, a «ciência» não produz valor (...). Os resultados da investigação científica, incorporados em novas formas de maquinaria e novas formas de organização do trabalho, aumentam a produtividade do trabalho e, desse modo, contribuem indubitavelmente para o incremento da riqueza material. Mas isto é algo completamente diferente da produção de valor”. (Mandel, 1991/1981: 77)

Como é evidente, esta situação não ilustra as barreiras que se colocam à produção *tout court*, mas apenas as barreiras intransponíveis da produção baseada no valor:

“Aquilo que é demonstrado, de uma maneira *puramente económica*, do ponto de vista da própria produção capitalista, é a sua barreira – a sua *relatividade*, o facto de que é um *modo de produção* histórico, e não *absoluto*, correspondente às condições materiais da produção de um certo período restrito de desenvolvimento.” (Marx, 1991/1861-63: 114, *italico no original*)

Podemos concluir, com Paul Mattick, que

“A economia capitalista é (...) uma ordem social hostil à satisfação das necessidades sociais reais e potenciais. (...) Desta maneira, Marx condena o capitalismo não apenas com base nas suas próprias deficiências, mas também do ponto de vista de outra ordem social ainda não existente, a única capaz de tornar possível a adaptação da produção social às necessidades sociais, através da abolição da produção assente no valor.” (Mattick, 1981: 62)

Somente a superação da produção mercantil permitirá ultrapassar as antinomias que o desenvolvimento tecnológico assume na sociedade capitalista, colocando-o ao serviço da

satisfação das necessidades concretas dos seres humanos, que serão definidas de modo consciente.

3.5.5 – O socialismo como “necessidade facultativa”

Uma das críticas mais comuns lançadas à noção de um limite interno absoluto – a derrocada inevitável do modo de produção capitalista em virtude das suas próprias contradições – é a de que esta teoria impede, ao invés de promover, a práxis emancipatória. Se o capitalismo ruirá de qualquer jeito, bastar-nos-ia cruzar os braços e aguardar pacientemente pela instauração automática do socialismo. Esta crítica sucumbe a um grande equívoco: postular o colapso automático do modo de produção baseado no valor não significa postular, simultaneamente, a transição automática para uma sociedade emancipada. Trata-se, na verdade, de duas coisas bastante distintas. Segundo Ernest Mandel,

“Deve ser realçado (...) que a questão de saber se o capitalismo pode sobreviver indefinidamente ou se está condenado ao colapso não deve ser confundida com a noção da sua substituição inevitável por uma forma de organização social *superior*, i.e., com a inevitabilidade do socialismo. É perfeitamente possível postular o colapso inevitável do capitalismo sem postular a vitória inevitável do socialismo. (...) [O] sistema é incapaz de sobreviver, mas pode dar origem tanto ao socialismo como à barbárie.” (Mandel, 1991/1981: 79, itálico no original)

Ramin Ramtin secunda esta ideia: “embora o colapso do capitalismo seja inevitável, a transformação social conducente ao comunismo, apesar de ser absolutamente essencial para a própria existência e sobrevivência da espécie humana, não é inevitável” (Ramtin, 1991: 194). Assim, a emancipação face à produção mercantil exige a ação coletiva, concertada e *consciente* dos seres humanos, a negação *prática* das categorias capitalistas. Em particular, “os meios de produção desenvolvidos, o sistema automatizado na sua totalidade, devem ser apropriados através de um processo de transformação social” (Ibid.: 193).

Neste âmbito, será proveitoso recordarmos André Gorz, que cunhou, com mestria, o conceito de socialismo como uma “necessidade facultativa” (Gorz, 1969/1959: 199). O socialismo é uma “necessidade”, no sentido em que é impreterível para a emancipação dos seres humanos das relações fetichistas; esta necessidade é contudo “facultativa”, na medida em que não envolve nenhum tipo de teleologia ou determinismo: visto que depende da ação consciente dos seres humanos, o socialismo pode muito bem nunca vir a tornar-se uma realidade efetiva. Recorrendo novamente às palavras de Ramtin: “a realização do socialismo (...) não está garantida” de antemão, “mas tem de ser conquistada” pelos indivíduos associados (Ramtin, 1991: 8).

A alternativa à construção do socialismo é, contudo, a queda na barbárie, porquanto a desagregação da sociedade burguesa engendra fenómenos de “retrocesso” civilizacional (Mandel, 1991/1981: 89). Quando olhamos para as catástrofes ecológicas e humanitárias do presente, um pouco por todo o mundo, a barbárie parece mesmo perfilar-se como o resultado mais provável da decomposição do modo de produção capitalista:

“A barbárie, enquanto um dos possíveis resultados do colapso do sistema [capitalista, NM], é uma perspectiva bastante mais concreta e tangível hoje em dia do que era nos anos 20 ou 30. Mesmo os horrores de Auschwitz e Hiroshima parecerão brandos comparados com os horrores que um declínio contínuo do sistema infligirá à Humanidade. Nestas circunstâncias, a luta por um desfecho socialista assume o significado de uma luta pela própria sobrevivência da civilização e da espécie humanas.” (Ibid.)

3.5.6 – Notas finais

A “primeira versão” da teoria da crise de Marx enuncia o colapso do modo de produção capitalista em resultado da diminuição da massa de mais-valia social. Essa diminuição deve-se aos limites históricos da taxa de exploração (mais-valia absoluta e mais-valia relativa) e, acima de tudo, à redução da força de trabalho global empregada mercê da crescente aplicação da maquinaria ao processo de produção imediato. Assiste-se à “dessubstancialização” do valor (Kurz, 2004), ao surgimento de um abismo entre a capacidade gigantesca de produção de riqueza material e a capacidade minguante de produção de valor e de mais-valia.

O capital está, como vimos em 1.16.2, enredado numa contradição insuperável. Por um lado, promove um desenvolvimento sem paralelo das forças produtivas, esforçando-se por todos os meios possíveis para eliminar o trabalho do processo de produção imediato, enquanto, por outro lado, quer preservar anacronicamente o tempo de trabalho como medida da riqueza, i.e., a forma fetichista do valor. Esta contradição acabará por desencadear a falência do modo de produção capitalista:

“[O] desenvolvimento das forças produtivas suscitado pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico, alcançado certo ponto, suprime, em lugar de pôr, a autovalorização do capital. Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devém um obstáculo para o capital”. (Marx, 2011b/1857-58: 627)

Trata-se de “um conflito [insanável, NM] entre o desenvolvimento material da produção e sua forma social” – o valor (Marx, 1986b/1894: 315). Nos *Grundrisse*, Marx é concludente: o único desfecho possível é a “destruição violenta do capital” (Marx, 2011b/1857-58: 628). Todavia, visto que desenvolveu as forças produtivas mais poderosas da história da Humanidade, o capital cria simultaneamente “as condições materiais de uma forma de produção superior” (Marx, 1986a/1894: 195).

Constatámos igualmente que a divergência entre valor e riqueza material atinge o seu clímax com a 3ª Revolução Industrial. A microeletrónica e, em especial, a produção automatizada, representa uma rutura *qualitativa* no desenvolvimento histórico das forças produtivas, porquanto “nega a produção de mais-valia, que é a verdadeira força vital do capital” (Ramtin, 1991: 188). Deste modo, a automação assinala a entrada numa “época de conflito permanente” entre as forças produtivas materiais “e as relações de produção baseadas no valor” (Ibid.: 20) que “*tem de resultar no colapso do sistema*” capitalista (Ibid.: 186, *italico no original*).

Embora a automação seja contraproducente, no longo prazo, para a economia capitalista no seu conjunto, a sua difusão é explicada pelo funcionamento da concorrência:

- a) A concorrência intersectorial assegura a equalização das taxas de lucro nos vários ramos de negócio, transformando os valores em preços de produção. Essa equalização promove uma transferência de mais-valia dos ramos com composição orgânica do capital inferior para os ramos com composição orgânica superior. A mais-valia produzida e apropriada por cada capital setorial não coincidem, criando-se a ilusão de que não existe qualquer relação entre trabalho vivo e lucro;
- b) A concorrência intrasectorial garante um sobrelucro (temporário) aos capitais com custos de produção inferiores à média setorial, que determina o preço de custo de mercado. A mistificação de que o capital pode reproduzir-se sem explorar o trabalho vivo é reforçada.

Neste sentido, na prossecução do seu interesse particular, cada capital contribui involuntariamente para a ruína do sistema capitalista:

“A «compulsão cega e não concertada para crescer», sob a pressão constante e intensa da concorrência, é a única autoridade que governa o mundo do capital. (...) É precisamente por «razões ligadas à sua auto-preservação» que cada capital individual deve, em última instância, automatizar-se ou morrer. Na prossecução dos seus próprios interesses individuais, (...) os capitais individuais devem não apenas investir na aplicação da melhor tecnologia disponível, mas também procurar desenvolver tecnologias cada vez mais avançadas de modo a conseguirem uma vantagem em relação aos seus rivais. É certamente verdade que esse comportamento é contraditório e, em última instância, contraproducente. Mas é contudo inevitável e compulsivo. (...) [N]enhum capital individual pode dar-se ao luxo de *não* introduzir estas tecnologias. A pressão da concorrência (...) assegurará que a automação é difundida (...) por todo o setor produtivo e para além dele. A automação total significa indubitavelmente o fim do capital. Mas é praticamente impossível congelar o desenvolvimento e a difusão da automação indefinidamente, dada a natureza do sistema. (...) Esta é a contradição (...) que deverá inevitavelmente transformar-se na crise final do capital.” (Ibid.: 103-104, *itálico no original*)

No Livro Terceiro de *O Capital*, Marx apresenta uma “segunda versão” da teoria da crise, que enuncia a diminuição exclusivamente *relativa* do capital variável e a consequente queda da *taxa geral* de lucro. Como tivemos oportunidade de salientar, não é possível deduzir o limite interno absoluto do modo de produção capitalista a partir desta teoria. Enquanto a massa de lucro for aumentando, a reprodução da economia capitalista está assegurada, independentemente do que suceda à taxa geral de lucro.

Finalmente note-se que, no Livro Terceiro, Marx ainda está ciente da possibilidade de diminuição absoluta da massa de mais-trabalho defendida pela “primeira versão” da teoria da crise. Porém, descarta essa hipótese, que considera agora ser inverosímil, como denota a sua utilização do condicional neste trecho:

“Se (...) o capital tivesse crescido proporcionalmente à população trabalhadora, de tal forma que nem o tempo absoluto de trabalho fornecido por essa população [i.e., a mais-valia absoluta, NM], nem o tempo relativo de mais-trabalho [i.e., a mais-valia relativa] pudessem ser ampliados (...); se, portanto, o capital acrescido só produzisse tanta massa de valor ou até menos do que antes de seu crescimento, então ocorreria uma superprodução absoluta do capital; isto é, o capital acrescido $C + \Delta C$ não produziria lucro maior (...) do que o capital C antes de receber o acréscimo ΔC .” (Marx, 1986a/1894: 190)

Não obstante as observações proféticas feitas nos *Grundrisse*, Marx continuou, nos escritos subsequentes, refém da sua época. Até à data da sua morte, em 1883, Marx testemunhou um modo de produção capitalista em franca ascensão, pelo que uma diminuição absoluta da força de trabalho empregada não passava, aos seus olhos, de uma hipótese mirabolante ou, no melhor dos casos, altamente improvável. Esta terá sido a razão principal que o conduziu ao abandono da “primeira versão” da teoria da crise, esboçada nos anos de 1857 e 1858, e à adoção da “segunda versão” da teoria da crise, elaborada nos anos de 1864 e 1865. Este recuo teórico não apaga, contudo, o brilhantismo das suas primeiras previsões que apenas provariam a sua validade no final do século XX.

3.6 – O capital comercial

Já sabemos que nem todos os trabalhadores são produtivos em termos capitalistas (cf. 2.7). Deste modo, a massa de mais-valia (igual à massa de lucro) social é criada

exclusivamente pelos capitais industriais³⁸⁴ produtivos, i.e., pelos capitais que empregam trabalhadores que produzem mais-valia. Esta massa de lucro tem, no entanto, de ser partilhada com capitais improdutivos envolvidos na esfera da circulação (capital comercial e capital portador de juros), assim como com outros agentes improdutivos que são proprietários de recursos naturais indispensáveis ao processo de (re)produção da economia capitalista (proprietários fundiários). Começamos por analisar, nesta secção, o capital comercial, que se subdivide em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro (Marx, 1986a/1894: 203).

3.6.1 – O capital de comércio de mercadorias

3.6.1.1 – A função específica do comerciante

Vimos no Capítulo 2 que uma parte considerável do capital social global encontra-se sempre na forma de capital-mercadoria. Este capital-mercadoria deve ser vendido e (re)transformado em capital monetário. Historicamente, este ciclo de metamorfoses – transformação contínua da mercadoria em dinheiro –, um processo de circulação pura, autonomizou-se “como função específica de um capital específico”, de maneira que “o capital-mercadoria torna-se capital de comércio de mercadorias” (Marx, 1986a/1894: 203).

Por outras palavras, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é acompanhado pela “especialização dos vários capitais individuais em estágios e funções particulares do circuito do capital industrial” (Shortall, 1994: 408-409). Neste contexto, o capital de comércio de mercadorias – constituído essencialmente pelo comércio grossista e a retalho – assume-se como a “forma transmutada” do capital-mercadoria que se encontra sempre na esfera da circulação, assim como das suas respetivas metamorfoses (Marx, 1986a/1894: 204). Marx sumariza a questão do seguinte modo:

“[O] capital de comércio de mercadorias é apenas o capital-mercadoria do produtor, que tem de efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função de capital-mercadoria no mercado, só que essa função, em vez de aparecer como operação secundária do produtor, aparece agora como operação exclusiva de um género especial de capitalistas, o comerciante de mercadorias, tornando-se autónoma como negócio de um investimento especial de capital.” (Ibid.: 205)

O capital negociante de mercadorias não as produz, limitando-se a intermediar o processo da sua venda: compra as mercadorias aos capitais produtivos e revende-as ao consumidor final (Ibid.: 204). A pressuposição do capital comercial é, pois, que a figura do comerciante possua um dado capital monetário disponível, com o qual pode adquirir as mercadorias aos produtores diretos (Ibid.: 204).

Saliente-se que o capital comercial presta um enormíssimo serviço ao capital industrial, na medida em que este “é eximido da tarefa de vender [o seu *output*, NM] a numerosos consumidores e é capaz de realizar mais rapidamente o valor das suas mercadorias, o que possibilita uma rotação mais rápida do seu capital” (Shortall, 1994: 409). Em suma, o capital comercial reduz o tempo de venda, o tempo de circulação e, em última instância, o tempo de rotação do capital industrial (Marx, 1986a/1894: 228; 1991/1861-63: 157); é justamente por isso que, “em troca, o capitalista comerciante ganha o direito a uma parte da mais-valia produzida (...), e que constitui a base do seu lucro” (Shortall, 1994: 409).

³⁸⁴ “Industriais” em sentido amplo, ou seja, englobando tanto a produção de bens como a de (alguns) serviços.

3.6.1.2 – O lucro comercial

As “funções puras” de circulação são improdutivas em termos capitalistas (Ibid.: 213). Não obstante, o capital comercial, que funciona exclusivamente na esfera da circulação, proporciona um lucro médio à semelhança do capital industrial produtivo (Ibid.). Estamos confrontados com um aparente paradoxo. Visto que o capital comercial não cria diretamente qualquer mais-valia, a única solução para este paradoxo é que “a mais-valia que lhe cabe na forma de lucro médio constitui parte da mais-valia gerada pelo capital produtivo global” (Ibid.: 214); o lucro que o capital comercial auferir representa uma dedução da massa de mais-valia criada socialmente. Resta saber como ocorre, na prática, esta divisão da mais-valia social, isto é, como é que o capital comercial se apropria de parte da mais-valia.

Consideremos o seguinte exemplo (Ibid.: 215-216): o capital industrial global adiantado durante um certo ano é dado por $720c + 180v = 900$ milhões de euros. A taxa de mais-valia é de 100%, pelo que o capital-mercadoria produzido ascende a $720c + 180v + 180m = 1080$ milhões de euros; 1080 é simultaneamente o valor e o preço de produção, que coincidem ao nível agregado. A taxa média de lucro é dada por $180/900 = 20\%$.

Suponhamos, agora, que, para além dos 900 milhões de euros de capital industrial, são igualmente adiantados 100 milhões de euros de capital comercial.³⁸⁵ Este capital participará na distribuição do lucro sem ter contribuído para a sua produção (Ibid.: 215). A razão para isso, conforme explicam Fine e Saad Filho, é que

“o capital comercial está sujeito ao mesmo tipo de mobilidade do que o capital industrial (os capitalistas industriais podem migrar para o comércio e vice-versa) e, consequentemente, existe uma tendência para que a taxa de retorno do capital comercial seja equalizada à taxa de lucro do capital industrial, mesmo que aquele não produza qualquer mais-valia”. (Fine & Saad Filho, 2004: 137)

Voltando ao nosso exemplo, a massa de mais-valia (logo, de lucro) não se alterou, pelo que a taxa média de lucro, após a inclusão do capital comercial, *diminuiu*. Ela é agora dada por $180/1000 = 18\%$. Moseley observa que

“Com a inclusão do capital comercial [na análise, NM], a taxa geral de lucro (...) é agora determinada através do rácio da grandeza total predeterminada da mais-valia pela soma do capital industrial (...) com o capital comercial, e não apenas pelo capital industrial (...). Assim, a taxa geral de lucro é inferior ao que seria na ausência do capital comercial.” (Moseley, 2002: 84-85)

É evidente que “quanto maior o capital comercial em relação ao capital industrial, tanto menor a taxa de lucro industrial e vice-versa” (Marx, 1986a/1894: 217). Retomando novamente o nosso exemplo, o capital comercial, no valor de 100 milhões de euros, auferirá um lucro médio de 18 milhões de euros. Sobra uma massa de mais-valia de 162 milhões de euros para distribuir pelo capital industrial, cifrando-se o novo preço venda *do capital industrial* em $720c + 180v + 162m = 1062$ milhões de euros. O capital industrial vende, pois, as suas mercadorias ao capital comercial por 1062 milhões de euros; este último, por seu turno, vende as mercadorias ao consumidor final por 1080 milhões de euros, exatamente o mesmo valor/preço de produção da situação inicial.

Portanto, o capital industrial partilha uma parte da sua mais-valia (lucro) com o capital de comércio de mercadorias, vendendo-lhe as mercadorias por um preço inferior ao preço de produção. Por sua vez, o comerciante vende as mercadorias pelo preço de produção,

³⁸⁵ Naturalmente que o capital comercial terá de cumprir várias rotações anuais para realizar a totalidade do capital-mercadoria social.

embolsando a diferença em relação ao seu preço de compra. Assim, o lucro do comerciante não surge porque ele “vende as mercadorias (...) acima de seu preço de produção”, mas “precisamente porque as comprou (...) abaixo de seu preço de produção” (Ibid.: 216).

O lucro do capitalista produtivo pode então ser designado por “lucro industrial” (Ibid.) e corresponde à diferença entre o seu preço de custo e o preço de venda ao capital comercial, permitindo-lhe *realizar apenas uma parte* da mais-valia criada. Já o “lucro comercial” – i.e., o lucro obtido pelo capital de comércio de mercadorias – decorre justamente do facto de a mais-valia *não ter sido completamente realizada* no preço de venda do capital industrial (Ibid.). Cabe ao comerciante realizar a fração restante da mais-valia através do seu preço de venda ao consumidor. *O “lucro bruto” – a massa de mais-valia social criada apenas pelo capital industrial produtivo – é subdividido em lucro industrial e lucro comercial.*

A inclusão do capital comercial na nossa análise acarreta, portanto, “uma determinação mais precisa (...) do preço de produção” (Ibid.). O preço de produção do “capital-mercadoria global” é dado por $k + l + h$, em que k é o preço de custo, l é o lucro industrial e h é o lucro comercial (Ibid.). Note-se que $l + h$ é igual à massa de mais-valia social. Deste modo, “o capital comercial (...) não contradiz a lei que postula que a soma total dos (...) preços de produção = à soma dos (...) valores, e que a soma dos *lucros* (...) = à soma da mais-valia ou do mais-trabalho” (Marx, 1991/1861-63: 155, *itálico no original*).

Todavia, é preciso salientar que o lucro comercial contribui para uma mistificação ulterior da origem da mais-valia no mais-trabalho realizado pelos trabalhadores produtivos: “A apropriação do lucro pelo capital comercial obscurece ainda mais a origem da mais-valia. Visto que o capital comercial obtém um lucro proporcional à sua grandeza total, tal como o capital industrial, parece que o lucro é produzido pelo capital comercial tal como pelo capital industrial” (Moseley, 2002: 86).

3.6.1.3 – A rotação do capital comercial

A rotação do capital comercial corporiza-se na repetição continuada de operações de compra e venda de mercadorias (Marx, 1986a/1894: 228). Pode estabelecer-se uma analogia entre o número de rotações do capital comercial e o número de cursos que o dinheiro cumpre como meio de circulação: tal como uma moeda de 1 euro, ao cumprir 10 cursos, permite comprar mercadorias no valor de 10 euros, também o capital monetário do comerciante, por exemplo, de 100 euros, ao rotar 10 vezes (anualmente) permite-lhe comprar um capital-mercadoria no valor decuplicado de 1000 euros (Ibid.: 227). Naturalmente que “quanto maior for a velocidade de rotação do capital comercial, menor será a sua grandeza quando comparada com aquela do capital produtivo” (Marx, 1991/1861-63: 57).

O comerciante aplica a mesma soma de capital monetário, uma e outra vez, na compra do capital-mercadoria e, ao revendê-lo, embolsa um dado lucro. Aquilo que, para o capital industrial, aparecia como $M - D'$, i.e., transformação do capital-mercadoria em capital monetário, surge para o comerciante como “compra e venda da mesma mercadoria” (Marx, 1986a/1894: 207), i.e., $D - M - D'$. O capital monetário adiantado D reflui como $D + \Delta D$ (Ibid.: 228), pelo que é retirado constantemente mais dinheiro da circulação do que nela é lançado.

Todavia, “o lucro do comerciante é determinado não pela massa do capital-mercadoria que ele rota, mas pela grandeza do capital monetário que adianta para a mediação dessa rotação” (Ibid.: 233). Suponhamos que a taxa média de lucro (anual) seja de 15% e que o comerciante adiante um capital monetário de 100 euros. Se esse capital cumprir somente uma rotação anual, então o capital-mercadoria será vendido pelo preço (de produção) de 115 euros ($100 + 100 \times 0,15$).

Se o capital cumprir 5 rotações anuais, o comerciante adquirirá um capital-mercadoria no valor de $5 \times 100 = 500$ euros. Porém, à semelhança do caso anterior, o lucro médio

auferido continuará a ser determinado pela grandeza do capital monetário adiantado (100 euros). Isto significa que o lucro (anual) auferido pelo comerciante cifrar-se-á nos mesmos 15 euros. Essa grandeza de lucro redistribuir-se-á equitativamente pelo número de rotações (vendas) efetuadas, pelo que o preço de (re)venda do capital-mercadoria mudará: o comerciante comprará 5 vezes um capital-mercadoria no valor de 100 euros e revendê-lo-á outras tantas vezes por 103 euros ($100 + 15/5$). Marx conclui:

“Isso proporciona (...) sobre seu capital adiantado de 100, depois como antes, um lucro anual de 15. Se não fosse esse o caso, então o capital comercial daria, em relação ao número de suas rotações, lucro muito mais elevado do que o capital industrial, o que contradiz a lei da taxa geral de lucro.” (Ibid.)

Existe, pois, uma diferença crucial entre o capital industrial e o capital comercial: a massa de mais-valia produzida diretamente por cada capital industrial (que, como sabemos, não coincide com a mais-valia por si apropriada) é diretamente proporcional ao seu número de rotações, isto é, se rotar 2 vezes produzirá o dobro da mais-valia produzida em somente 1 rotação. Isso deve-se do facto de o período de produção – e, mais especificamente, o período de trabalho – ser repetido 2 vezes.

Ora, no caso do capital comercial, como não há qualquer período de produção, “o lucro, que é feito sobre a rotação de determinado capital-mercadoria, está em proporção inversa ao número de rotações do capital monetário, que rota esses capitais-mercadorias” (Ibid.: 235); isto é, quanto maior for o número de rotações, menor será o lucro realizado em cada uma dessas rotações, pois a massa total de lucro embolsada é uma grandeza calculada sobre o adiantamento de capital monetário original.

3.6.2 – O capital de comércio de dinheiro

No capitalismo desenvolvido, os “movimentos puramente técnicos que o dinheiro realiza no processo de circulação do capital industrial” são assumidos como função específica de um capital autónomo: o capital de comércio de dinheiro (Marx, 1986a/1894: 237). Este capital efetua todas as operações de cariz estritamente monetário do capital social global (Ibid.).

Entre essas operações incluem-se, mormente, aquelas relacionadas com as funções do dinheiro enquanto meio de troca e meio de pagamento. Os capitais industriais (e de comércio de mercadorias) precisam constantemente de efetuar e cobrar pagamentos em dinheiro (Ibid.: 238). Para além disso, nem todo o dinheiro que reflui com a venda das mercadorias é imediatamente investido. Deste modo, existe sempre uma massa considerável de dinheiro sob a forma de tesouro, i.e., de “capital monetário *potencial*” (Ibid., *itálico nosso*) que aguarda uma oportunidade de aplicação futura. Surge assim uma tarefa adicional executada pelo capital de comércio de dinheiro: aquela de guardar e contabilizar as reservas monetárias (Ibid.).

Em suma,

“o capital de comércio de dinheiro especializa-se na gestão do dinheiro que está necessariamente presente na esfera da circulação, permanecendo igualmente inteiramente no interior da esfera da circulação. Dada a extensão dos intercâmbios capitalistas, a contabilidade tem de ser cuidada, os depósitos têm de ser salvaguardados, somas de dinheiro têm de ser transferidas e, acima de tudo, a divisa de um país tem de ser cambiada na divisa de outros países.” (Itoh & Lapavistas, 1999: 69-70)

O capitalista monetário presta um serviço fundamental ao capitalista industrial, na medida em que a sua atividade reduz os custos gerais de circulação do dinheiro (Marx,

1986a/1894: 238). Não causa estranheza, portanto, que seja recompensado por este papel: “tal como o capitalista comerciante obtém o seu lucro minimizando os custos de circulação das mercadorias, o capitalista monetário obtém o seu lucro minimizando os custos de circulação do dinheiro” (Shortall, 1994: 411). O capital de comércio de dinheiro auferir por isso a taxa média de lucro (Fine, 1986: 396; Itoh & Lapavistas, 1999: 69-70), apesar de ser totalmente improdutivo.

Note-se que Marx começa por tratar somente “o comércio de dinheiro em sua forma pura (...), isto é, separado do sistema de crédito” (Marx, 1986a/1894: 241). Ora, como é sabido, à medida que o sistema monetário e financeiro se desenvolve, “os bancos tendem a assumir as funções do capital de comércio de dinheiro, conduzindo ao desaparecimento deste último como forma independente de capital” (Itoh & Lapavistas, 1999: 70). Por outras palavras, “o capital bancário combina o capital portador de juros e o capital de comércio de dinheiro” (Fine, 1986: 405).

Todavia, ainda que os bancos abarquem as funções de gestão monetária (em sentido estrito) e de concessão de crédito, “o capital de comércio de dinheiro desempenha um papel diferente daquele do capital portador de juros” (Tombazos, 2014: 252). Desde logo, embora seja difícil identificar e desagregar empiricamente essas rubricas no balanço dos bancos, o capital envolvido nas atividades de comércio de dinheiro, como foi referido, auferir o lucro médio, enquanto o capital portador de juros, como veremos, não participa na equalização da taxa de lucro, auferindo apenas juros – uma nova categoria que passaremos agora a analisar.

3.7 – O capital portador de juros

3.7.1 – Definição do conceito e divisão do lucro industrial em juro e ganho empresarial

Como vimos no Capítulo 1 (cf. 1.4), na sociedade burguesa o dinheiro adquire uma nova determinidade enquanto capital, isto é, a sua posse capacita a classe capitalista a extrair dos trabalhadores um dado quantum de trabalho excedente, de mais-valia. Deste modo, para além do seu valor de uso como dinheiro – como material que expressa o valor das demais mercadorias –, o dinheiro possui “um valor de uso adicional”: justamente a possibilidade de funcionar como capital (Marx, 1986a/1894: 255) quando é investido na esfera da produção para colocar em movimento certa massa de meios de produção e certo número de trabalhadores. Nesta qualidade de capital *em potência*, o dinheiro converte-se numa “mercadoria *sui generis*” ou, por outras palavras, “o capital enquanto capital se torna mercadoria” (Ibid.) que pode ser vendida e comprada à semelhança das outras mercadorias.

No decurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o capital próprio dos capitais industriais torna-se insuficiente para assegurar a expansão dos seus negócios. Neste sentido, a oferta no mercado de capital monetário *potencial* responde a uma necessidade premente:

“A (...) expansão da escala da produção significa que o valor mínimo de capital necessário para colocar em movimento o circuito particular de um capital industrial também tenderá a aumentar continuamente. Mais cedo ou mais tarde, a massa de capital requerida para iniciar ou expandir a produção excederá os recursos até do capitalista mais próspero. Em resultado disso, mais e mais capitalistas industriais são obrigados a pedir dinheiro emprestado (...). Isto é conseguido através da captação das numerosas reservas monetárias inutilizadas do conjunto da população: (...) mediante empréstimos bancários em que os bancos canalizam o dinheiro depositado e emprestam-no ao capitalista industrial. (...) Este empréstimo de dinheiro, não apenas como dinheiro mas como capital monetário, constitui o *capital portador de juros*”. (Shortall, 1994: 412, *italico no original*)

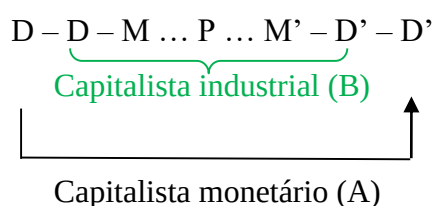
Em Marx, o capital portador de juros envolve, pois, uma relação específica entre dois tipos de capitalistas: o capitalista monetário – o banqueiro – e o capitalista industrial (Marx, 1986a/1894: 265). Segundo Fine,

“A teoria marxiana acerca do capital portador de juros envolve claramente relações de crédito, o adiantamento e o recebimento de dinheiro sob a forma de um empréstimo, mas em que *o empréstimo possui um propósito específico*, nomeadamente, *ser utilizado como capital monetário com vista à acumulação*.” (Fine, 1986: 404, *itálico nosso*)

O pressuposto desta relação é, portanto, que o dinheiro emprestado “seja realmente empregado como capital” (Marx, 1986a/1894: 263). O capitalista monetário empresta uma dada soma de dinheiro ao capitalista industrial, que a investe *como capital* no seu negócio.³⁸⁶ Em contrapartida pelo crédito obtido, o capitalista produtivo pagará, no futuro, uma parcela do seu lucro ao capitalista monetário: o juro.³⁸⁷

O juro nada mais é do que a compensação pelo valor de uso do dinheiro como capital; em outros termos, o juro é o preço do dinheiro enquanto capital, um quinhão do lucro global que cabe aos capitalistas monetários que concedem crédito aos capitalistas produtivos (Ibid.: 256).³⁸⁸ A parcela remanescente do lucro industrial, após o pagamento do juro, é designada por “ganho empresarial” (Ibid.: 280).

O circuito do capital portador de juros pode ser descrito do seguinte modo:



O seu ponto de partida é o dinheiro que o capitalista A (capitalista monetário) empresta ao capitalista B (capitalista industrial), portanto $D - D$ (Ibid.). É somente nas mãos do capitalista B que o dinheiro funciona realmente como capital, obedecendo o seu movimento à fórmula geral do capital: $D - M - D'$. A soma de capital monetário investido em meios de produção e força de trabalho reflui, aquando da venda das mercadorias, acrescida do lucro médio. Uma parte desse lucro – o juro – é então paga pelo capitalista B ao capitalista A, através do ato $D' - D'$ (Ibid.: 257). Ao capitalista B cabe o lucro restante: o ganho empresarial.

Heinrich salienta corretamente que este processo engloba dois adiantamentos e dois retornos:

³⁸⁶ “Para Marx, não é o ato de pedir um empréstimo a um banco ou o pagamento de juros que caracteriza o capital portador de juros, mas o uso que é dado ao crédito. O dinheiro deve ser adiantado como capital monetário e utilizado para dar início a um circuito do capital industrial” (Fine & Saad Filho, 2004: 142). Deste modo, Marx não dedica uma atenção particular a outras formas de crédito em que o dinheiro é emprestado somente *como dinheiro* (por exemplo, o crédito ao consumo). Marx é taxativo: “O juro é uma relação entre dois capitalistas e não entre capitalista e trabalhador” (Marx, 1986a/1894: 285). Segundo Ben Fine, o empréstimo de dinheiro como dinheiro é uma função do capital de comércio de dinheiro e não do capital portador de juros (Fine, 1986: 404).

³⁸⁷ “[O] capital portador de juros representa um direito sobre a mais-valia que ainda carece de ser produzida” (Fine & Saad Filho, 2004: 146).

³⁸⁸ “[O]s rendimentos auferidos pelo capital portador de juros (...) são parcelas da mais-valia total produzida pelo capital industrial (ou, mais exatamente, pelo trabalho empregado pelo capital industrial)” (Moseley, 1997: 130).

“[O] capital que rende juros (...) é (...) *adiantado duas vezes*: primeiro pelo seu proprietário ao capitalista industrial e, depois, pelo capitalista industrial para financiar um processo de produção gerador de lucro. Segue-se um *retorno duplo*: primeiro para o capitalista industrial e, depois, do capitalista industrial para o prestador.” (Heinrich, 2012: 156, *itálico no original*)

Observe-se que o penúltimo D' possui uma grandeza diferente do último D'; aquele representa a totalidade do lucro médio, enquanto este representa apenas uma parte desse lucro médio – o juro. Note-se, ainda, que, do ponto de vista do capitalista monetário, o circuito do capital resume-se ao movimento D – D', porquanto o processo de produção se situa fora da sua alçada (Marx, 1986a/1894: 257).

3.7.2 – O juro como categoria fetichista

O refluxo do capital adiantado ao seu ponto de partida é, como sabemos, o movimento típico do circuito do capital, pelo que não é esse aspeto, naturalmente, que distingue o capital que rende juros (Marx, 1986a/1894: 261). Aquilo que o diferencia é a sua *exterioridade* face à *mediação necessária* da valorização do valor: o processo de produção imediato. No caso do capital que rende juros, o “seu retorno *parece* depender do simples acordo entre prestamista e mutuário. De modo que o refluxo do capital (...) já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção” (Ibid.: 262, *itálico no original*). É por isso que Marx defende que “no capital portador de juros, a relação-capital atinge sua *forma mais alienada e mais fetichista*” (Ibid.: 293, *itálico nosso*).

O capital aparece numa “forma irracional” (Ibid.: 262), numa fórmula condensada que carece de sentido: D – D' (Ibid.: 293). O circuito do capital produtivo, i.e., $D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' - D'$, que *medeia obrigatoriamente estes dois extremos* é totalmente ofuscado. Assim, são ignoradas todas as operações que o capital industrial realiza para poder entregar uma parte do seu lucro como juro ao capital monetário. A compra da força de trabalho e dos meios de produção, portanto, o ato $D - M < \frac{FT}{MP}$, é completamente escamoteada. O consumo produtivo da força de trabalho (... P ...) desaparece igualmente de cena, tal como o capital-mercadoria valorizado (M'), que tem de ser vendido para que o lucro possa ser realizado (M' – D').

Nada disto existe na fórmula do capital que rende juros, D – D'. Apenas é discernível uma transação jurídica entre mutuante e mutuário: “Vemos somente entrega e reembolso. Tudo o que ocorre de permeio é apagado” (Ibid.: 263). A valorização de uma dada soma de dinheiro parece provir das propriedades místicas do próprio dinheiro enquanto capital, que lhe permite autorreproduzir-se sem qualquer mediação do processo de produção e, em particular, do trabalho vivo (Ibid.: 293). O capital surge, então,

“como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. (...). Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo. (...) Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras.” (Ibid.: 293-294, *itálico no original*)

Em suma, “como forma particular, o capital portador de juros não se defronta [diretamente, NM] com o trabalho, mas com o capital portador de lucro” (Marx, 2011b/1857-58: 728). Daí que surja a ilusão de que o juro – uma forma derivada do lucro – não depende mais do dispêndio de força de trabalho humana.

3.7.3 – A determinação da taxa de juros

Ben Fine salienta pertinentemente que a dificuldade de extrair do Livro Terceiro uma teoria coerente relativa à determinação da taxa de juros se deve, sobretudo, à mistura caótica de vários elementos no manuscrito de Marx:

“as características lógicas e estruturais da formação da taxa de juros; as condições historicamente determinadas em que elas estão incrustadas; fatores conjunturais [que afetam a taxa de juros, NM]; e a crítica de teorias alternativas acerca da determinação da taxa de juros. (...) [E]stes [elementos, NM] estão emaranhados na exposição de Marx, na medida em que ele se encontra no processo de desenvolvimento da sua própria teoria.” (Fine, 1986: 388)

Não obstante as dificuldades óbvias de interpretação, podem ser identificados alguns aspectos centrais da teoria marxiana acerca da taxa de juros. O primeiro aspecto a realçar é que, na perspectiva de Marx, o “juro como preço do capital é de antemão uma expressão totalmente irracional” (Marx, 1986a/1894: 266). Por conseguinte,

“o «preço» do dinheiro vendido como capital não é um preço verdadeiro. Marx entende por preço verdadeiro uma expressão monetária do valor. Mas evidentemente que a mesma soma de dinheiro não pode possuir dois valores, um como dinheiro e outro como capital (...). Ao contrário dos preços verdadeiros, portanto, o juro não é determinado diretamente ou indiretamente (como os preços de produção) pela lei do valor. A taxa de juros (...) é determinada inteiramente pela oferta e pela procura de dinheiro emprestável como capital potencial ou *capital portador de juros*.” (Sayer, 1979: 49, itálico no original)

O capital monetário (potencial) assume-se como uma “mercadoria *sui generis*”, cujo preço – a taxa de juros – é regulado *inteiramente* pela da ação da oferta e da procura no mercado creditício (Ibid.: 267 e 275), que traduz a concorrência entre o capitalista monetário e o capitalista produtivo pela repartição do lucro industrial (Ibid.: 277).³⁸⁹

“O preço de mercado do dinheiro (...) se determina no mercado de dinheiro (...) em virtude da concorrência entre compradores e vendedores, da procura e da oferta. Essa luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial é apenas uma luta pela distribuição do lucro, pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das secções.” (Marx, 1982b/1863: 224)

Todavia, a coincidência da procura com a oferta “não significa aqui absolutamente nada” (Marx, 1986a/1894: 272). Marx defende que, ao contrário das mercadorias convencionais, em que a lei do valor impera sobre as oscilações da oferta e da procura, “não existe lei alguma” que, em última instância, determine o preço do capital monetário, i.e., “não existe uma taxa «natural» de juros” (Ibid.: 267).³⁹⁰ Por outras palavras, “não há razão alguma para que as condições médias de concorrência”, i.e., o equilíbrio entre a oferta de capital monetário (potencial) pelo mutuante e a procura de capital monetário pelo mutuário, origine uma certa taxa de juros (5%, 10%, etc.). Esta “determinação em si e para si é casual” (Ibid.).

Assim, não é possível deduzir os limites da taxa de juros a partir de quaisquer “leis gerais” (Marx, 1986a/1894: 273). Tudo o que se pode afirmar é que a taxa média de lucro é o

³⁸⁹ Marx apresenta “o juro como uma consequência das relações concorrenciais entre duas fações da classe capitalista” (Fine, 1986: 403).

³⁹⁰ “Na teoria de Marx, a taxa de juros é um fenómeno puramente monetário” (Lianos, 1987: 39). “A taxa de juros é um preço puro que não possui uma relação necessária com a lei do valor” (Itoh & Lapavistas, 1999: 72).

limite máximo – meramente hipotético – da taxa (média) de juros (Ibid.: 270). O lucro industrial constitui o bolo a ser repartido pelo capitalista produtivo (ganho empresarial) e pelo capitalista monetário (juro). Neste sentido, a grandeza total do bolo é, obviamente, um fator determinante da grandeza efetiva de cada uma dessas duas partes (Ibid.). Quanto ao limite mínimo da taxa de juros, Marx refere que ele é “totalmente indeterminável” (Ibid.: 269).

Marx adverte ainda que a taxa de juros de mercado, “sempre flutuante”, contrasta com a taxa média de juros relativamente estável durante longos períodos (Ibid.: 274). Theodore Lianos considera que Marx atribui um papel primordial à *procura* de capital monetário – portanto, de dinheiro como capital – na determinação da taxa de juros de mercado, uma vez que a oferta de capital monetário *responde* às necessidades de investimento do capital produtivo: “no modelo marxiano da determinação da taxa de juros, a procura de capital monetário depende do nível de produção e varia com as fases do ciclo industrial” (Lianos, 1987: 45).³⁹¹

Lianos parece sugerir corretamente que, em Marx, o setor produtivo é o verdadeiro motor da economia, sendo as suas relações que impactam no setor monetário. O setor monetário desloca-se a reboque do setor produtivo e, assim, o fator decisivo na determinação da taxa de juros (e do nível do crédito) é a procura – as necessidades de capital monetário – por parte do capital industrial. Lianos conclui que “a força motriz deste modelo é o processo de acumulação” do capital, pelo que “o setor real domina o setor monetário” (Ibid.: 52).³⁹²

De acordo com Marx, existe uma tendência para a equalização da taxa média de juro praticada no setor financeiro (Fine & Saad Filho, 2004: 149). Esta equalização é efetivada muito mais rapidamente do que a equalização da taxa de lucro no setor industrial, “em virtude da mobilidade extraordinária do dinheiro no interior do setor do capital portador de juros” (Ibid.). Na ótica de Marx, “a taxa média de lucro é normalmente mais elevada do que a taxa média de juros” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 70).

3.8 – O sistema de crédito

3.8.1 – Crédito comercial, crédito bancário e mercado de capitais

No Capítulo 1 (cf. 1.3.3) foi demonstrado como o dinheiro, na sua função de meio de pagamento, origina uma relação social entre credor e devedor. É o dinheiro, enquanto “forma autónoma do valor”, que possibilita a existência do crédito (T. Thomas, 2009: 31). Tom Thomas constata que

“Historicamente o crédito desenvolve-se inicialmente entre empresários. Industriais, grossistas, comerciantes a retalho, ao longo de toda a cadeia que vai da matéria-prima até à venda do produto final, todos eles são alternadamente credores dos seus clientes e devedores face aos seus fornecedores. Estamos perante aquilo que se designa por crédito comercial.” (T. Thomas, 1999: 56)

Assim, a primeira relação de crédito é aquela que se estabelece diretamente entre os capitalistas industriais ou entre estes e os capitalistas de comércio de mercadorias: o crédito comercial é “o crédito que os capitalistas ocupados na reprodução se concedem mutuamente” (Marx, 1986b/1894: 21). Itoh e Lapavitsas realçam que “o crédito comercial surge espontânea

³⁹¹ Este assunto será retomado quando a teoria marxiana do ciclo económico for analisada (cf. 3.10).

³⁹² Todavia, Ben Fine relembra que, “na determinação da taxa de juros de mercado, a procura por dinheiro como meio de pagamento pode predominar face à procura de dinheiro como capital (...) e, conseqüentemente, ser o fator mais importante” (Fine, 1986: 408). Portanto, tudo dependerá da fase particular do ciclo económico (Moseley, 2015: 24). Por exemplo, durante as crises cíclicas a procura de dinheiro como dinheiro tende a suplantam a procura de dinheiro como capital (cf. 3.10).

e continuamente em toda a superfície dos intercâmbios capitalistas” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 59).

Note-se que “o dinheiro funciona aqui, em geral, apenas como meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo” (Marx, 1986a/1894: 301). O crédito comercial assenta na circulação de “dinheiro comercial” (Ibid.), originando “instrumentos financeiros como a nota promissória ou a letra de câmbio” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 86). Refira-se, ainda, que ao contribuir para a aceleração da rotação do capital, o crédito comercial pode aumentar a taxa média de lucro (Ibid.: 90).

Conforme foi mencionado em 3.7.1, o capital próprio das empresas torna-se, no decurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, manifestamente insuficiente para garantir a expansão dos seus negócios. O crédito comercial não está, naturalmente, vocacionado para suprir esta lacuna. Neste contexto, “o sistema bancário desenvolve-se para superar os limites do crédito comercial” (Campbell, 2002b: 213); consegue fazê-lo na medida em que “concentra as reservas monetárias totais da sociedade num bolo comum colocado à disposição de todos os capitais individuais” (Ibid.: 214).

O sistema bancário surge historicamente com a formação progressiva de “um tipo de capital particular”, o “capital de empréstimo”, que é “gerido por um funcionário particular, o banqueiro. (...) Aquilo que distingue o capital de empréstimo é a sua forma específica de valorização, o juro” (T. Thomas, 1999: 43), ou seja, “o crédito bancário refere-se ao empréstimo de dinheiro sob a condição do seu reembolso acrescido de juros” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 59).³⁹³ O lucro do banqueiro decorre obviamente da diferença entre a taxa de juros paga aos depositantes e aquela cobrada aos mutuários (Marx, 1986a/1894: 303; Heinrich, 2012: 160).

Na sua análise do sistema bancário, Marx introduz, então, uma nova categoria: aquela de *capital monetário de empréstimo* (cf. Marx, 1986a/1894: 303). O capital monetário de empréstimo inclui o dinheiro emprestado como capital, portanto, o crédito concedido ao capital industrial, e o dinheiro emprestado como dinheiro, onde se incluem o crédito ao consumo ou o crédito à habitação.³⁹⁴ Ben Fine sugere que a categoria capital monetário de empréstimo constitui um desenvolvimento dos conceitos de capital de comércio de dinheiro e de capital portador de juros, que são corporizados praticamente no sistema bancário:

³⁹³ Embora Marx nunca tenha utilizado o termo (Harvey, 2006: 283), o conceito de *capital financeiro* adquiriu uma certa proeminência entre os autores marxistas. Este conceito foi introduzido por Rudolf Hilferding, que procurou dar conta dos processos concomitantes de cartelização da indústria e de concentração do capital bancário (Hilferding 1981/1910: 223). Em particular, segundo o autor, “a dependência da indústria em relação aos bancos” exacerba-se (Ibid.: 225), de tal modo que “uma parte crescente do capital da indústria não pertence aos capitalistas industriais que o utilizam. Eles apenas podem dispor do capital por intermédio dos bancos, que representam os possuidores [do capital, NM].” (Ibid.). Neste contexto, Hilferding designa por *capital financeiro* “o capital bancário, isto é, o capital monetário, que é transformado (...) em capital industrial.” (Ibid.). Não vislumbro, sinceramente, em que medida o conceito de capital financeiro de Hilferding difere essencialmente do conceito marxiano de capital portador de juros apresentado em 3.7.1. Hoje em dia, o termo capital financeiro tende a ser utilizado para abarcar as atividades creditícias, bancárias, bolsistas e especulativas. Segundo Geert Reuten, o capital financeiro engloba o capital que rende juros e o capital bolsista (Reuten, 2003: 52). David Harvey, por sua vez, escreve o seguinte: “O sistema financeiro (...) engloba o mundo intricado dos bancos centrais, remotas instituições internacionais (o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional), um conjunto complexo de mercados financeiros entrelaçados (bolsas de valores, mercados de futuros, mercados imobiliários, etc.), agentes (corretores, banqueiros, [...], etc.) e instituições (fundos de pensões e de seguros, bancos comerciais, caixas económicas, cooperativas de crédito, etc.)” (Harvey, 2006: 316).

³⁹⁴ O crédito bancário pode ainda destinar-se a financiar atividades financeiras especulativas, mas nesse caso constitui de antemão capital fictício. Esta questão será retomada em 3.8.4.

“O procedimento [teórico, NM] de Marx consiste em manter [inicialmente, NM] a distinção entre as duas formas puras de capital (capital de comércio de dinheiro e capital portador de juros), bem como a sua correspondência às funções [distintas, NM] do dinheiro como dinheiro e como capital. A combinação prática destas atividades [corporizada nos bancos, NM] é depois entendida num nível de análise mais complexo e concreto, para o qual é reservado o termo de capital monetário de empréstimo”. (Fine, 1986: 406)

Fine parte obviamente do pressuposto que o capital de comércio de dinheiro não se refere somente à *gestão* monetária e financeira, mas igualmente ao *empréstimo de dinheiro como dinheiro* ao público em geral. Esta interpretação parece-me ser logicamente coerente. É verdade que “Marx não estudou o acesso dos agregados familiares ao crédito. Ele fez apenas breves referências acerca dos empréstimos motivados por «necessidades individuais»” (De Brunhoff, 1998: 183). Porém, é preciso enquadrar teoricamente o crédito ao consumo, visto que este desempenha um papel crucial nas sociedades capitalistas contemporâneas:

“Com o advento da produção em massa dos chamados bens de consumo *duradouros* (...) surgiu, por volta de 1915, (...) [a, NM] forma moderna do crédito ao consumo. Usualmente, os salários dos operários e dos trabalhadores de escritório, mesmo daqueles qualificados, são insuficientes para adquirir esses bens a pronto pagamento. O pagamento de uma fração do seu salário semanal ou mensal permite-lhes, contudo, adquirir os bens (...) após um certo período de tempo. (...) A relação estreita entre este crédito ao consumo (...) e a produção em massa de bens de consumo duradouros é evidente”. (Mandel, 1971a: 236-237, *italico no original*)

A função primordial do crédito ao consumo é “acompanhar os níveis elevados de produção induzidos pelo progresso da maquinaria” (T. Thomas, 2009: 24). Por outras palavras, o crédito permite “uma expansão da produção para além do limiar associado a níveis normais de rendimentos” (Nicholas, 2011: 53). Em suma, a massa de mercadorias produzidas atingiu uma dimensão de tal ordem que só a *fúria consumista* promovida pelo crédito pode garantir a sua venda e a respetiva realização (antecipada) do valor produzido.

Para além do crédito comercial e do crédito bancário, o sistema de crédito capitalista engloba ainda o *mercado de capitais*, mormente a bolsa de valores (Heinrich, 2012: 165; T. Thomas, 2009: 31). Ao contrário do sistema bancário, no mercado de capitais os mutuantes e os mutuários contraem relações de crédito diretamente (Heinrich, 2012: 162). Assim, as grandes empresas e os Estados, por exemplo, podem obter crédito através de *empréstimos obrigacionistas*, ou seja, através da emissão de títulos que garantirão aos seus titulares – os mutuantes – o pagamento anual de juros e o reembolso do empréstimo em data acordada (Ibid.).

As grandes empresas podem, ademais, obter financiamento através da *emissão de ações*. Mediante a compra de ações, o emprestador adquire uma determinada participação na empresa e, desse modo, o direito a uma fatia dos lucros futuros da empresa sob a forma de dividendos, proporcional à sua participação (Ibid.).³⁹⁵

3.8.2 – O papel do sistema de crédito

O sistema de crédito desempenha um conjunto de funções imprescindíveis à reprodução da economia capitalista no seu conjunto.³⁹⁶ Como vimos no Capítulo 2 (cf. 2.5.3),

³⁹⁵ Note-se que as obrigações e as ações podem ser posteriormente transacionadas em bolsa, como se fossem mercadorias. Todavia, nesse caso constituem tão-somente *capital fictício*, conceito que será abordado em 3.8.4.

³⁹⁶ Neste sentido, é impossível concordar com Bertram Schefold quando diz que “a análise do crédito poderia ter sido omitida sem colocar em causa a integridade estrutural do Livro Terceiro” (Schefold, 1998: 134).

“no decurso da reprodução do capital social total são sistematicamente geradas concentrações de dinheiro estagnado (ou inativo)” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 60).³⁹⁷ A primeira função do sistema de crédito diz respeito à sua capacidade de mobilizar “o dinheiro inativo (...), transformando-o em capital (...) emprestável” (Ibid.: 61).

Nas palavras de Marx, os bancos, em particular, conseguem “concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas” (Marx, 1986a/1894: 303). Este afluxo de “capital emprestável” ocorre de diversas formas. Por um lado, os bancos atuam como “cobradores dos capitalistas industriais” (Ibid.), pelo que recebem todo o dinheiro concernente ao pagamento das mercadorias vendidas ou ao fundo de reserva desses capitais. Esse dinheiro converte-se assim em capital monetário emprestável. Por outro lado, a segunda grande fonte de capital emprestável é constituída pelos depósitos bancários: visto que os bancos pagam juros sobre esses depósitos, existe uma forte tendência para captarem “as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes” (Ibid.).

Em segundo lugar, para além de concentrar o capital monetário disponível, o sistema de crédito efetua naturalmente a sua *reafecção*, transformando-o em “capital funcionante” (Mandel, 1991/1981: 53) e, assim, “redirecionando-o no sentido da acumulação” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 61). Segundo Marx,

“O *crédito* é (...) o meio através do qual o capital da classe capitalista no seu conjunto é colocado à disposição de cada esfera de produção, não de modo proporcional ao capital que pertence aos capitalistas de uma dada esfera, mas de modo proporcional às suas necessidades de produção”. (Marx, 1989a/1861-63: 434-435, *itálico no original*)

Desta maneira, “o *crédito* (...) é o meio através do qual o capital [monetário, NM] acumulado é usado não apenas na esfera que o criou, mas onde quer que tenha a melhor hipótese de ser aproveitado rentavelmente” (Marx, 1989b/1861-63: 114, *itálico no original*). Isto significa que “o banqueiro (...) consegue superar a fragmentação do capital social numa miríade de proprietários individuais” (Mandel, 1971a: 221), ou seja, que “os limites [estreitos, NM] dentro dos quais o capitalista individual tem acesso a capital monetário através do financiamento próprio são transcendidos «graças ao crédito»” (De Brunhoff, 1976: 88).

Na perspetiva de Harvey, “o sistema de crédito pode ser visto como uma espécie de *sistema nervoso central* através do qual a circulação global do capital é coordenada. Ele permite a realocação do capital monetário de e para atividades, empresas, ramos, regiões e países” (Harvey, 2006: 284, *itálico nosso*). Esta rápida alocação do capital e, por seu intermédio, do trabalho e dos fatores de produção, permite reajustar os “desequilíbrios de mercado” (Itoh & Lapavitsas, 1999: 101).

Em terceiro lugar, a tendência para a equalização das taxas de lucro nos vários ramos de negócio é facilitada “pela mobilidade de capital engendrada pelo sistema de crédito” (Fine, 1986: 399; cf. Marx, 1986a/1894: 331). Como sabemos, a formação de uma taxa média de lucro é crucial para a reprodução – em termos materiais e de valor – da economia capitalista no seu conjunto (cf. 3.3.2 e 3.3.4).

Em quarto lugar, o sistema de crédito reduz enormemente ou, em alguns casos, abole o tempo de circulação do capital. Fá-lo na medida em que adianta ao capitalista produtivo “o dinheiro da venda antes de o produto ser adquirido” pelo consumidor (T. Thomas, 2004: 52). Graças ao crédito, o capitalista não tem de aguardar pela realização do valor das suas

³⁹⁷ David Harvey realça a “relação entre (...) a circulação do capital fixo” e o “nascimento de um sistema de crédito” (Harvey, 2006: 264-265). A reposição do capital fixo, no final do seu ciclo de vida útil, pressupõe o entesouramento prévio de uma grandeza substancial de dinheiro. Esse dinheiro temporariamente inutilizado é captado pelos bancos e pode ser emprestado (Ibid.: 265).

mercadorias para iniciar um novo ciclo de rotação (Ibid.). O aumento do número de rotações cumpridas por um dado capital conduz obviamente à subida da sua taxa de lucro anual (Mandel, 1991/1981: 54).

Em quinto lugar, o sistema de crédito permite diminuir os custos de circulação, visto que reduz a necessidade de utilização de dinheiro – tanto dinheiro metálico como signos monetários – para mediar as transações comerciais (Marx, 1986a/1894: 331). Isto deve-se ao facto de o crédito acelerar “a velocidade da metamorfose das mercadorias e, com isso, a velocidade de circulação monetária” (Ibid.).

Finalmente, em sexto lugar, o sistema de crédito facilita criação de sociedades por ações. Assim, verifica-se um aumento brutal da dimensão das empresas e da escala da sua produção, “que era impossível para capitais isolados” (Marx, 1986a/1894: 332). Segundo Thomas, “o crédito devém o meio indispensável para mobilizar somas de dinheiro cada vez maiores, necessárias para a aquisição de meios de produção cada vez mais imponentes e poderosos” (T. Thomas, 2009: 22)

3.8.3 – As limitações do crédito e as crises monetárias

Apesar dos efeitos benéficos que acabaram de ser elencados, é preciso salientar que “o sistema de crédito defere os limites da circulação monetária, mas não os suprime” (De Brunhoff, 1998: 184). E mais do que isso, em última instância o crédito reproduz e *agrava* as contradições inerentes ao dinheiro e à circulação mercantil num patamar de complexidade superior (Marx, 2011b/1857-58: 521). Tal como constatámos no Capítulo 2 (cf. 2.1), os refluxos monetários, $M - D'$, traduzem “a retransformação do capital-mercadoria em dinheiro” (Marx, 1986a/1894: 341). Ora, o sistema de crédito torna este refluxo aparentemente independente da venda das mercadorias e, portanto, do desfecho *real* do circuito do capital.

Começemos por analisar o crédito comercial. Nas suas interações quotidianas, os vários capitalistas concedem crédito reciprocamente, ou seja, compram e vendem mercadorias contra promessas de pagamento futuro. Note-se que nestas relações creditícias está contido um potencial de crise enorme. Em tempos de prosperidade, as transações económicas ocorrem sem problemas de maior, porquanto os vários capitais acabam por pagar efetivamente as suas encomendas na data acordada, com o dinheiro obtido com a venda das suas mercadorias. Porém, dado o entrelaçamento da totalidade dos capitais, é fácil perceber que basta que um certo número de capitais seja incapaz de cumprir as suas obrigações para que a cadeia de pagamentos seja interrompida e a crise irrompa (A não consegue honrar o seu compromisso junto de B que, por sua vez, é incapaz de pagar a C, etc.).

No que se refere ao crédito bancário, é preciso analisá-lo segundo dois pontos de vista. Por um lado, o capitalista industrial, conforme foi mencionado em 3.8.2, não precisa de aguardar pela venda das suas mercadorias para iniciar um novo ciclo de rotação, podendo adquirir os fatores de produção com recurso ao crédito bancário. A continuidade da produção e sua expansão são assim fomentadas sem qualquer consideração pelo valor realmente criado e *realizado* na economia. Por outro lado, o consumo de massas é estimulado bastante para além dos rendimentos reais dos indivíduos por via do crédito bancário. Ernest Mandel sumariza o problema do seguinte modo:

“Ao possibilitar uma expansão da produção sem qualquer relação direta com a capacidade de absorção do mercado, ao ocultar durante um certo período as relações reais entre o potencial produtivo e as possibilidades efetivas de consumo; ao estimular a circulação e o consumo de mercadorias para além do poder de compra realmente existente, o crédito posterga a data das crises periódicas, agrava os fatores de desequilíbrio e, portanto, torna a crise mais violenta quando eclode. O crédito desenvolve meramente a cisão elementar existente entre as duas funções do dinheiro – meio de

circulação e meio de pagamento – e entre a circulação de mercadorias e a circulação do dinheiro que realiza o seu valor de troca, contradições que são as razões primordiais e gerais das crises [cíclicas, NM] capitalistas.” (Mandel, 1971a: 238)

Para além disso, o mesmo capital monetário pode mediar vários empréstimos (Marx, 1986b/1894: 15). Tudo depende “do encadeamento e da velocidade de ação dos créditos, de modo que o dinheiro, quando num ponto se precipita como depósito, noutro sai imediatamente como empréstimo” (Ibid.: 43). Por exemplo, o banco X empresta 100 euros ao capitalista A, que os gasta na compra de meios de produção ao capitalista B, que os deposita no banco Y. Por sua vez, o banco Y empresta esses 100 euros ao capitalista C, etc.

No sistema de crédito, “tudo se duplica e triplica e transforma em mera quimera” (Ibid.). Isto significa que “a partir de uma base reduzida de dinheiro real pode ser construída uma superestrutura multiplicada de crédito” (Brewer, 1984: 162). O problema adensa-se em virtude de o sistema bancário contemporâneo ser capaz de criar dinheiro de crédito *ex nihilo*, ou seja, que não está ligado às reservas monetárias oriundas da acumulação real do capital produtivo (Itoh & Lapavistas, 1999: 72). Esta criação monetária é efetuada unicamente com base nas expectativas de ganhos futuros (Ibid.: 72-73).³⁹⁸

Falta analisar, ainda, a relação estreita entre o capital industrial e o capital de comércio de mercadorias. Uma parte substancial dos capitalistas produtivos não vende as suas mercadorias diretamente ao consumidor final, mas antes ao capitalista comercial (cf. 3.6.1), que funciona como intermediário. O caráter potencialmente problemático desta transação é evidente:

“Nos primórdios do capitalismo industrial, cada capitalista era capaz de discernir muito rapidamente se o tempo de trabalho despendido para produzir as suas mercadorias era aquele socialmente necessário ou não. Bastava oferecê-las no mercado e aferir se existiam compradores para estes bens ao seu preço de produção. Quando o comerciante e o crédito se interpõem entre o capitalista industrial e o consumidor, aquele começa a realizar automaticamente o valor das suas mercadorias. Mas doravante ele é incapaz de saber se elas encontrarão ou não uma procura real, se serão compradas por um «consumidor final». Muito depois de ele ter gastado o dinheiro que representa o valor das mercadorias produzidas [para repetir o seu ciclo de rotação, NM], pode acontecer que as mercadorias se tenham revelado invendáveis, pelo que não representam tempo de trabalho *socialmente necessário*. A crise é então inevitável.” (Mandel, 1971a: 238)

Ao validar o valor das mercadorias antes de este ser efetivamente realizado, o capital comercial valida automaticamente todo o trabalho despendido como sendo socialmente necessário. Isto origina, mais cedo ou mais tarde, graves distorções económicas quando uma parte desse trabalho não é – nem pode nunca ser sob condições mercantis – reconhecido como trabalho social. A situação é agravada pelo facto de *o próprio capital de comércio de mercadorias poder recorrer ao crédito bancário para adquirir o output do capital industrial*.

Podemos concluir que o crédito intensifica as contradições do modo de produção capitalista (Marx, 1986a/1894: 335); “o crédito tende a adiar a crise ao mesmo tempo que a torna mais violenta quando finalmente chega” (Mandel, 1971a: 238). Eis o que Felton Shortall diz a esse respeito:

“Com a extensão do crédito, a acumulação do capital produtivo real obtém uma autonomia relativa face aos constrangimentos monetários impostos pelo dinheiro como moeda (*currency*); ele é capaz de ultrapassar os limites estritos impostos pela necessidade de pagamentos em dinheiro. Todavia, a acumulação do capital produtivo real

³⁹⁸ Esta questão será aprofundada em 3.8.4 e 3.9.

apenas é capaz de evitar esses constrangimentos durante um certo período de tempo. Mais cedo ou mais tarde, o constrangimento monetário sobre a acumulação real de capital produtivo, e portanto a unidade da acumulação monetária e da acumulação produtiva real, tem de ser forçosamente reimposta através da erupção de uma crise.” (Shortall, 1994: 425)

O sistema de crédito, segundo Marx, assenta e, portanto, *depende* do sistema monetário (cf. Marx, 1986b/1894: 116). O sistema de crédito é um mero desenvolvimento da função do dinheiro como meio de pagamento e, por conseguinte, continua a pressupor a intervenção postergada do dinheiro sonante. Esta necessidade faz-se sentir de modo mais veemente quando eclode uma crise cíclica: o crédito deixa de ser aceite como meio de pagamento e todos os credores reclamam simultaneamente que as dívidas sejam saldadas com dinheiro *real*,³⁹⁹ uma impossibilidade lógica que origina uma cadeia de falências e despedimentos.

Na ótica de Marx, “enquanto o caráter *social* do trabalho aparecer como *existência monetária* da mercadoria e, por isso, como uma *coisa* fora da produção real, as crises monetárias, independentemente de crises reais ou como seu agravante, são inevitáveis” (Ibid.: 49, *itálico no original*). Ou seja, na economia capitalista, em que a síntese social é realizada pelo trabalho abstrato – que tem de representar-se numa figura autónoma do valor, o dinheiro – e em que, portanto, a produção social não é efetuada de modo consciente, mas carece da validação fetichista da forma-valor (cf. 1.1.4), a reprodução macrosocial será sempre atribulada. A irracionalidade da *produção* mercantil não pode ser evitada *a posteriori* por um mecanismo de *circulação*: o sistema de crédito.

3.8.4 – O capital fictício⁴⁰⁰

Foi referido em 3.8.1 que os Estados e as grandes empresas podem financiar-se através da emissão de títulos do tesouro e de títulos de propriedade (ações). Como é sabido, estes títulos podem ser revendidos na bolsa de valores pelos seus detentores. O quiproquó destas transações salta à vista: o dinheiro emprestado pelos mutuários já foi gasto. No primeiro caso, o Estado gastou o dinheiro obtido *como rendimento* para financiar as suas atividades (Marx, 1986b/1894: 10); no segundo caso, as empresas investiram dinheiro *como capital* no seu negócio (Ibid.: 11).

Considere-se o exemplo das ações: é evidente que “o mesmo capital não pode existir duas vezes, uma vez como título de papel e outra como meios de produção e mercadorias” (T. Thomas, 2004: 54), mas é justamente isso que acontece na sociedade burguesa:

“Com a generalização das sociedades por ações (...), opera-se um desdobramento do capital. Por um lado, ele existe sob a forma de uma massa de títulos que são valorizados e intercambiados em função das leis da capitalização que regem os fenómenos da esfera financeira. Por outro lado, o capital existe sob uma forma material, envolvido na produção, no processo real de valorização que é evidentemente determinado pelas relações de exploração e pela acumulação de mais-valia. Embora não restem dúvidas que o mesmo capital não pode existir duas vezes, e produzir lucro duas vezes, é contudo assim que as coisas se passam no entendimento e no comportamento burgueses.” (T. Thomas, 1999: 60)

Assim, é verdade que estes títulos em papel são *desprovidos de valor*, representando tão-somente direitos sobre rendimentos futuros: uma parcela das receitas arrecadadas pelo

³⁹⁹ A diferença entre a aceção marxiana de dinheiro real e a aceção contemporânea será tratada na secção 3.9.

⁴⁰⁰ Embora não seja citado nem referenciado no corpo do texto, este item beneficiou da leitura de Meacci (1998).

Estado sob a forma de uma remuneração periódica fixa (“juro”) ou uma parcela dos lucros da empresa, proporcional à percentagem do capital detido, sob a forma de dividendos. Todavia, apesar de não terem qualquer valor, eles acabam por ser vendidos e comprados múltiplas vezes, proporcionando um ganho adicional aos seus detentores.

Estes títulos em papel circulam, portanto, com um *preço* de mercado que varia ao longo do tempo (Heinrich, 2012: 162). A tese de Marx é que esta massa gigantesca de títulos financeiros transacionada quotidianamente não passa de “riqueza monetária imaginária” (Marx, 1986b/1894: 20). O seu preço é “puramente ilusório” (Ibid.: 11), visto que “não está relacionado com quaisquer valores-trabalho subjacentes” (Perelman, 1987: 196). Trata-se, em suma, de capital *fictício*: “Marx designa esta circulação de (...) títulos e ações por *capital fictício* (...) [pois, NM] o capital real que o seu detentor possuía sob a forma de dinheiro foi adiantado uma única vez, aquando da aquisição das ações (...). Depois disso, ele passa a ser detido pelo capitalista industrial” (Heinrich, 2012: 164, *italico no original*).

Segundo Marx, o preço destes títulos é calculado com base na taxa média de juros, através do chamado princípio da capitalização (Marx, 1986b/1894: 11). Se o rendimento anual auferido pelo titular de uma obrigação for, por hipótese, 50 euros e a taxa média de juros for 5% (i.e., 1/20), então o preço de mercado dessa obrigação será estimado em $50 \times 20 = 1000$ euros.⁴⁰¹ O preço dos títulos financeiros varia na razão inversa da taxa de juros (Ibid.: 12), mas obedece igualmente a uma componente especulativa, refletindo as expetativas face ao seu rendimento *futuro* (Ibid.): “o preço dos títulos de propriedade é geralmente fixado pelos rendimentos presentes e esperados que a sua propriedade confere ao detentor, capitalizados à taxa de juro vigente” (Harvey, 2006: 276-277).

O facto a reter é que o capital fictício possui um “movimento” autónomo deveras peculiar (Marx, 1986b/1894: 10-11). No capital que rende juros, a ligação com o processo de produção apenas é perdida de modo aparente, ou seja, o juro continua a depender do processo de valorização do capital industrial (cf. 3.7.2). Ora, no caso do capital fictício estamos verdadeiramente confrontados com “um capital puramente financeiro (...) desvinculado da reprodução ao percorrer o seu ciclo especulativo” (T. Thomas, 1999: 57). Na transação de títulos o dinheiro *nunca* abandona a superestrutura financeira, pelo que o capital fictício constitui um desenvolvimento ulterior da fórmula fetichista $D - D'$ (Sotiropoulos, Milios & Lapsioras, 2013: 134; T. Thomas, 1999: 62).

O capital fictício é o zénite do fetichismo: visto que é perdida qualquer ligação “com o processo real de valorização do capital”, cristaliza-se “a conceção do capital como autómato que se valoriza por si mesmo” (Marx, 1986b/1894: 11). Estamos perante uma ficção que se alimenta a si própria em circuito fechado, um capital que se multiplica para além dos limites da imaginação, insuflando até ao rebentamento inevitável da bolha financeira quando ela prova ser nada mais do que ar quente (T. Thomas, 1999: 62).

Existe uma relação estreita entre o crédito e o capital fictício. Note-se, desde logo, que o crédito conduz ao “desenvolvimento de uma forma particular de capital, o (...) capital de empréstimo desvinculado formalmente da produção” (T. Thomas, 2004: 53). Esta desvinculação formal é de extrema importância: *nada obriga que o capital monetário de empréstimo seja necessariamente investido na esfera da produção*. Ele pode, ao invés, ser aplicado na aquisição de ativos financeiros, algo bastante comum nas sociedades contemporâneas, e ser valorizado ficticiamente: “No capitalismo financeiro, o crédito desenvolve-se como suporte da autovalorização do dinheiro por meio da especulação sobre os títulos” que promove “movimentos bolsistas ascendentes” (T. Thomas, 1999: 108). Em suma, “o capital fictício é [em grande medida, NM] criado e multiplicado pelo crédito” (Ibid.: 73).

⁴⁰¹ Ou seja, é como se os 50 euros fossem o “juro” auferido por um capital imaginário de 1000 euros.

But the plot gets thicker: o capital fictício é também alimentado “pelos «efeitos de alavancagem» dos «produtos financeiros» modernos” (Ibid.: 109), que multiplicam “incessantemente os títulos baseados no mesmo capital, criando sociedades de portfólio cujas ações são o desdobramento de outras ações” (Ibid.: 63). Ademais, os chamados ativos financeiros derivados – como sejam os *forwards*, os futuros e os *swaps* – constituem formas fantasiosas de capital fictício com as quais Marx não poderia sequer ter sonhado: “a criação de títulos, cujo valor é baseado naquele de outros títulos empilhados através de «derivações» cada vez mais complicadas, e em que cada nível do edifício é objeto de créditos, multiplica o capital financeiro quase até ao infinito” (T. Thomas, 2004: 55).⁴⁰²

Quando a bolha de capital fictício finalmente rebenta ocorre uma desvalorização brutal de todos os títulos financeiros.⁴⁰³ Marx diz que esta situação não é problemática, porquanto o valor real do capital produtivo não é afetado:

“Na medida em que a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que eles representam, a riqueza de uma nação é exatamente do mesmo tamanho antes quanto depois da desvalorização ou valorização. (...) Na medida em que sua desvalorização não exprima uma paralisação real da produção (...) ou o abandono de empreendimentos iniciados (...), a nação não empobreceu nem de um centavo pelo estouro dessas bolhas de sabão de capital monetário nominal.” (Marx, 1986b/1894: 12-13)

Ora, isto já não é exatamente verdade hoje em dia. Uma parte substancial dos lucros, sobretudo das grandes empresas, advém de operações financeiras e bolsistas. O capital fictício entrelaçou-se com o capital produtivo, adquirindo configurações e proporções simplesmente inimagináveis para Marx. O nó da questão é que a acumulação de capital na esfera económica real torna-se cada vez mais difícil em virtude da queda da taxa e da massa de lucro (T. Thomas, 1999: 73-74). Assim, a valorização do capital é procurada na esfera financeira: o dinheiro não se transforma em capital monetário que é trocado por meios de produção e força de trabalho, mas é investido em ativos financeiros e valorizado ficticiamente.

Logo, o capital fictício não cresce “em detrimento do capital produtivo” (Ibid.: 73); pelo contrário, existe uma “pletora de capital produtivo” que não pode ser investido de modo rentável na indústria (Ibid.: 74). É justamente porque as empresas não conseguem valorizar a totalidade do seu capital através da produção de mercadorias que elas “consagram cada vez mais fundos [próprios, NM] e se endividam com vista à aquisição de «produtos financeiros»” (Ibid.).⁴⁰⁴

3.9 – Digressão: crédito, dinheiro fiduciário e inflação⁴⁰⁵

3.9.1 – Breve resumo histórico

Durante o século XIX, a maior parte das nações utilizava “padrões monetários metálicos”, nomeadamente o chamado padrão-ouro (Mattick, 2010/1969: 221). Devido aos enormes custos associados à circulação do dinheiro-ouro, a função de meio de circulação era largamente desempenhada, já nessa altura, por dinheiro simbólico (Ibid.: 223). Todavia, “o papel-moeda em circulação funcionava como um representante do ouro” (Heinrich, 2012:

⁴⁰² “Uma vez se situa fora do processo imediato de reprodução do capital produtivo real, é possível uma enorme acumulação desse capital fictício independente dos ritmos da acumulação do capital real” (Shortall, 1994: 427).

⁴⁰³ “[A]s oscilações dos preços são especialmente violentas no caso do capital fictício” (Perelman, 1987: 203).

⁴⁰⁴ Este assunto será retomado pormenorizadamente no Capítulo 7.

⁴⁰⁵ Embora não seja citado nem referenciado no corpo do texto, esta secção beneficiou da leitura de Fine (1980: 56-93).

69), de tal maneira que o papel-moeda emitido pelos bancos centrais era oficialmente conversível em ouro (Ibid.).

Neste sentido, os bancos centrais eram obrigados a deter reservas consideráveis de ouro para fazer face aos eventuais pedidos de conversão do dinheiro simbólico em dinheiro áureo (Ibid.). Este lastro físico em ouro restringia a emissão do papel-moeda, que não podia ser arbitrária, e almejava, assim, prevenir a sua depreciação (Mattick, 1978: 63).

Não era só ao nível doméstico que a mercadoria-dinheiro ocupava uma posição privilegiada. O padrão-ouro regulava também o comércio internacional, conforme explica Paul Mattick:

“A preferência marcada pela moeda-mercadoria (...) teve o seu alargamento internacional e a sua fundamentação mais importante no «automatismo» do padrão-ouro como regulador das trocas internacionais. Através da fixação do preço do ouro, o padrão-ouro ligava os valores das várias unidades de conta monetárias nacionais entre si e aos seus valores ouro. Um dólar representava uma certa quantidade de ouro, tal como a libra inglesa e as outras divisas ligadas ao padrão-ouro. Se a cotação da libra fosse quatro dólares, isso significava que o conteúdo em ouro de uma libra equivalia ao de quatro dólares.” (Mattick, 2010/1969: 227)

Neste sistema monetário, “se o débito e crédito das transações internacionais de uma nação não se compensassem, os défices da balança de pagamentos eram saldados através de remessas de ouro”, ou seja, “o ouro fluía dos países com balança de pagamentos negativa para os países com balança de pagamentos positiva” (Mattick, 1978: 64).

A 1ª Guerra Mundial abalou fortemente o padrão-ouro, na medida em que, confrontados com dificuldades, “os Estados endividavam-se e emitiam moeda sem terem em conta as suas reservas de ouro” (Mattick, 2010/1969: 229). Para além disso, a inflação foi utilizada como arma para saldar as enormes dívidas acumuladas durante a guerra (Ibid.). O padrão-ouro acabaria por ser abandonado definitivamente na sequência da Grande Depressão de 1929:

“[A] partir de 1929, ficou claro que o sistema económico capitalista (...) não podia se recuperar das crises exclusivamente por meio de sua própria força. (...) A recuperação, por isso, passou a exigir a intervenção do Estado (...). A política económica ativa, isto é, o manejo da política fiscal e monetária para promover a acumulação de capital, tornou-se incompatível com a manutenção do padrão-ouro”. (Prado, 2016: 8)

O primeiro país a abolir o padrão-ouro foi a Grã-Bretanha, em Setembro de 1931, despoletando decisões similares em outras nações. Eleutério Prado salienta que o período de vigência do padrão-ouro – cerca de 230 anos – foi marcado por uma estabilidade dos níveis de preços, sobretudo nas duas principais economias mundiais: a inglesa e a estado-unidense (Prado, s.d.: 9). Anwar Shaikh partilha esta visão, apresentando evidências empíricas que comprovam que, desde 1780 até 1940, “os países capitalistas conheceram ondas sucessivas de subidas e quedas de preços”, sem que seja identificável uma tendência inequívoca de longo prazo (cf. Shaikh, 2016: 63).

Assim, a inflação *permanente* é um fenómeno recente, caraterístico do período pós-2ª Guerra Mundial: “os níveis de preços começam a revelar um novo padrão, em que crescem interminavelmente” (Ibid.). O abandono do padrão-ouro acarretou o fim da relativa estabilidade dos preços, assistindo-se ao “arranque de um persistente processo inflacionário” (Prado, s.d.: 9).

No final da 2ª Guerra Mundial, o ouro foi remetido para um papel exclusivo nas transações internacionais. As novas regras de funcionamento do sistema monetário

internacional foram estabelecidas com a celebração do Acordo de Bretton Woods, em Julho de 1944. O dólar estado-unidense foi definido como a moeda-padrão mundial e como a única divisa que conserva a sua conversibilidade em ouro, à taxa fixa de 35 dólares por onça de ouro (Shaikh, 2016: 185). As paridades das outras moedas estavam diretamente indexadas ao valor do dólar, normalmente com taxas de câmbio fixas, que desempenhava o papel de moeda de reserva internacional (Mattick, 1978: 47).

Conforme já foi mencionado, “o *boom* do pós-guerra foi acompanhado por uma inflação lenta e persistente (*creeping inflation*), embora assimétrica, desde o seu início” (Ibid.: 43). O crescimento económico dos “Trinta Gloriosos” foi enquadrado por uma intervenção estatal sem precedentes, a que não foi alheio o triunfo ideológico do keynesianismo. O Estado procurou “estimular a atividade económica através da expansão do crédito (...) e do défice orçamental” (Mattick, 2010/1969: 233), portanto, mediante a adoção de “políticas monetárias inflacionistas” (Mattick, 1978: 43).

A isto juntou-se o aumento do endividamento privado – tanto das empresas como das famílias. Em suma, houve um “crescimento inaudito da massa de signos monetários” sem valor (T. Thomas, 1999: 99), de tal modo que, “no final dos anos 60, ficou patente que a quantidade massiva de dólares em circulação tinha tornado uma ficção o acoplamento do dólar ao ouro” (Heinrich, 2012: 70).

A década de 1970 trouxe a estagnação económica e o aumento do desemprego conjugados com a inflação, fenómeno que ficaria conhecido como estagflação. Tornou-se claro, finalmente, que “a natureza suscetível a crises do capitalismo não podia ser eliminada por intervenções do Estado na economia” (Mattick, 1978: 24-25). Em 1971, o presidente estado-unidense Richard Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro e, em 1973, o primeiro choque petrolífero deu a estocada final no sistema monetário de Bretton Woods. A partir de 1973, assistiu-se à “criação de um sistema nacional e internacional de dinheiro fiduciário puro” (Reuten, 2003: 45).

Apesar de ter cessado a sua conversibilidade em ouro, o dólar estado-unidense, na qualidade de divisa da potência económica e militar hegemónica, continua a funcionar largamente como reserva de muitos bancos centrais, mesmo tratando-se de um dinheiro fiduciário sem valor. O dólar continuou igualmente, nas últimas décadas, a desempenhar a função de dinheiro mundial que intermedeia uma parte substancial do comércio internacional: “o surgimento de um sistema de crédito global, baseado na economia e território das potências dominantes, conferiu ao dinheiro de crédito de uma nação particular a função de dinheiro mundial” (Itoh & Lapavistas, 1999: 51).

Todavia, parece existir uma tendência para a “desmaterialização” definitiva do dinheiro (Lipietz, 1979: 107), i.e., para uma situação em que “as mercadorias circulam [praticamente, NM] sem dinheiro” físico, mediante o recurso a cartões de débito e de crédito e a dinheiro eletrónico, no caso dos particulares, e aos “direitos de saque especiais entre nações” (Ibid.: 105).

O fim de Bretton Woods abriu uma autêntica Caixa de Pandora: o advento do dinheiro fiduciário de curso forçado implicou o desaparecimento de quaisquer limites formais à emissão monetária (T. Thomas, 1999: 98). Com a desregulação promovida pelo capitalismo neoliberal, a emenda foi pior do que o soneto: a estagnação económica apenas foi superada *artificialmente*, à custa de níveis de endividamento e da multiplicação de capital fictício que desafiam todos os limites da imaginação.

Foi erigida uma superestrutura financeira colossal onde o capital *simula* a sua acumulação através da insuflação e rebentamento de bolhas especulativas sucessivas. Não só o pleno emprego desapareceu definitivamente, como o desemprego se mantém *permanentemente* elevado, atestando a falta de rentabilidade da economia real.

No que se refere ao comportamento dos níveis de preços, Geert Reuten identifica vários períodos distintos ao longo do século XX: “i) por volta da 1ª Guerra Mundial: inflação galopante; ii) 1920-35: deflação;⁴⁰⁶ iii) por volta da 2ª Guerra Mundial: inflação galopante; iv) 1948-73: inflação lenta mas persistente; v) 1973-79: inflação galopante; vi) 1979-2000: inflação lenta mas persistente” (Reuten, 2003: 44-45). Importa reter que no período pós-2ª Guerra Mundial, pela primeira vez na história do modo de produção capitalista, “os preços subiram de modo mais ou menos contínuo”, que pode ser caracterizado de “inflação permanente” (Shaikh, 2016: 188).

Muitos países, sobretudo no chamado Terceiro Mundo, enfrentam regularmente situações de hiperinflação. Todavia, mesmo no caso das potências económicas, o aumento cumulativo dos preços não deixa de ser avassalador. Anwar Shaikh faz notar o seguinte acerca dos EUA e do Reino Unido:

“[A] taxa média anual de inflação nos EUA, no período de sessenta e oito anos compreendido entre 1940 e 2008, foi de apenas 3,96%. Isto parece reconfortante até pararmos para pensar que o nível de preços cresceu, desse modo, mais de catorze vezes desde o seu valor inicial (i.e., cresceu 1 302% ao longo de sessenta e oito anos). O padrão [de inflação, NM] no Reino Unido foi ainda pior: uma taxa média de inflação de 5,6% e um nível de preços que cresceu mais de 39 vezes face ao seu valor inicial.” (Ibid.: 180)

A situação de inflação permanente significa, ainda, que as crises periódicas, associadas ao ciclo económico, adquiriram uma nova configuração. Ao contrário das crises típicas do passado, os períodos de recessão económica deixaram de ser acompanhados por um declínio dos preços (Mandel, 1976: 418). Paul Mattick relembra que, até ao século XX, as crises eram superadas após uma “depressão deflacionista” (Mattick, 1978: 30), ou seja, a deflação temporária era consensualmente admitida como uma forma de restaurar o equilíbrio temporário da economia capitalista (Ibid.).

Todavia, este consenso começou a mudar à medida que as contradições do modo de produção capitalista se agravaram, sobretudo após a Grande Depressão de 1929 (Ibid.). Assim, “a política intervencionista [do Estado, NM] procurou [doravante, NM] atingir por meios inflacionistas o que já não parecia ser alcançável através de métodos deflacionistas” (Ibid.: 31).

3.9.2 – O pressuposto da teoria marxiana do dinheiro e a sua relevância atual

O principal pressuposto da teoria do dinheiro de Marx é que só uma mercadoria-dinheiro, nomeadamente o ouro, é capaz de desempenhar a função de medida dos valores (cf. 1.3.1). Existe um consenso generalizado quanto ao facto de esta função ter sido cumprida pelo ouro até à abolição do padrão-ouro. As opiniões dividem-se quanto ao período pós-2ª Guerra Mundial, mas parece-me inequívoco que, no sistema de Bretton Woods, o ouro continua a ser a medida do valor porque todo o meio circulante, por intermédio do dólar estado-unidense, era conversível em ouro a uma taxa fixa. O dinheiro simbólico era um *substituto* do ouro.

As coisas complicam-se com o fim de Bretton Woods. A visão mais comum é que a teoria de Marx aplica-se somente “a um sistema monetário em que as notas bancárias eram conversíveis em ouro” (Brewer, 1984: 166). Marx estava ciente de que os vários países “substituem o dinheiro em grande medida, de um lado, por operações de crédito e, por outro, por dinheiro de crédito” (Marx, 1986b/1894: 48), mas assevera, de facto, que a reserva metálica do banco central, especialmente na medida em que garante a conversibilidade das

⁴⁰⁶ Trata-se de uma média dos vários países, porque houve hiperinflação na Alemanha após a 1ª Guerra Mundial, por exemplo.

diversas figuras monetárias em ouro, é o “eixo de todo o sistema de crédito” (Ibid.: 92). Na sua ótica, o “dinheiro de crédito só é dinheiro na medida em que, no montante de seu valor nominal, representa absolutamente o dinheiro real” (Ibid.: 48).

Assim, “o dinheiro – na forma dos metais preciosos – constitui a base da qual o sistema de crédito, pela própria natureza, nunca se pode desprender” (Ibid.: 116). Na sua época, isso era evidente durante as crises cíclicas que despoletavam uma autêntica corrida ao ouro: “Na crise surge a exigência de que todas as letras, papéis de crédito e mercadorias sejam conversíveis, de uma vez e simultaneamente em dinheiro bancário, e todo esse dinheiro novamente em ouro” (Ibid.: 93).

Como é sabido, hoje em dia esta conversibilidade *oficial* do dinheiro já não existe. Porém, embora os Estados não garantam a conversibilidade dos signos monetários em ouro, isso não significa que a conversibilidade se tenha tornado impossível nem, mais importante ainda, que o ouro tenha cessado por completo de desempenhar a função de medida dos valores. Anitra Nelson relembra que, em Marx, “a conversibilidade das notas bancárias (...) é «uma lei económica independentemente do que as normas jurídicas possam dizer»” (Nelson, 1999: 83). Anwar Shaikh, por sua vez, salienta que

“Os termos «conversível» e «inversível» são completamente enganadores, porque o dinheiro funcionante é sempre conversível em ouro. As chamadas moedas conversíveis assentam na promessa de conversão do dinheiro em ouro a uma taxa fixa estabelecida (...) pela autoridade monetária, enquanto as chamadas moedas inversíveis assentam na possibilidade de conversão do dinheiro em ouro a uma taxa flexível determinada no mercado aurífero.” (Shaikh, 2016: 192-193)

Deste modo, a única coisa que mudou foi que o dinheiro fiduciário deixou de ser conversível em ouro a uma taxa de câmbio fixa oficial, sancionada pelo Estado (Ibid.: 185); mas a conversão continua a ser possível nos mercados apropriados. Para além disso, “em tempos atribulados, o ouro assume-se [ainda, NM] como o refúgio derradeiro” do dinheiro (Ibid.).

David Harvey observa que “a relação do dinheiro com o trabalho socialmente necessário (...) tornou-se cada vez mais remota e elusiva. Mas dizer que ela é oculta, remota e elusiva não significa que ela não exista” (Harvey, 2010a: 70). Em suma, “os metais preciosos, mercadorias com valor intrínseco, permanecem em última instância o único equivalente universal” válido (Mandel, 1971a: 257).

O ouro retém a sua função de medida do valor porque “somente trabalho objetivado pode portar tal função. Signo de valor não é forma de valor” (Barbosa, 2010: 156). A mesma ideia é defendida por Eleutério Prado: “a medida do valor depende crucialmente do quantum de trabalho abstrato e socialmente necessário para produzir a mercadoria ouro” (Prado, s.d.: 6), ou seja, a função de medida dos valores tem de ser forçosamente desempenhada por um dinheiro com valor intrínseco, i.e., uma mercadoria-dinheiro.⁴⁰⁷

3.9.3 – Teorias marxistas da inflação

A inflação tem sido um tema pouco caro ao marxismo, conforme salienta David Harvey: “as teorias marxistas da inflação são surpreendentemente escassas” (Harvey, 2006: 308n11). Existem três tipos fundamentais de teorias marxistas acerca da inflação:

“a) Explicações da inflação associadas à crescente monopolização do capital; b) Explicações da inflação associadas ao elevado grau de elasticidade da criação monetária e de crédito, mediante o qual o Estado, os bancos centrais e o sistema bancário podem

⁴⁰⁷ Embora esta função seja, hoje em dia, desempenhada de modo eminentemente problemático (cf. 3.9.3.2).

oferecer um volume quase ilimitado de dinheiro à economia; e c) Explicações da inflação associadas à luta em torno da distribuição, que se baseiam na contradição de interesses do capital e do trabalho assalariado.” (Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch, 1975: 113)

Nos itens seguintes serão expostas detalhadamente estas teorias explicativas da inflação.

3.9.3.1 – Teoria do capital monopolista

A teoria do capital monopolista atribui a inflação à possibilidade de as grandes empresas – tendencialmente monopolistas – se servirem da capacidade acrescida de criação monetária dos bancos para aumentarem os seus preços. Por outras palavras, o sistema monetário e creditício emite signos monetários adicionais adequados às necessidades do capital monopolista, permitindo-lhe realizar preços de venda mais elevados. A emissão monetária é, de certo modo, *instrumentalizada* pelo capital monopolista.

Ernest Mandel, um dos principais proponentes desta teoria, defende que

“a *estrutura da desvalorização monetária* pode ser exposta do seguinte modo: (...) A transição de um padrão-ouro monetário para um sistema monetário que garante ao capital monopolista a quantidade de dinheiro adequada às suas necessidades, através da criação de dinheiro bancário, permite que as grandes empresas capitalistas, sob as condições de um controlo relativo do mercado (concorrência oligopolista, primazia da definição dos preços), aumentem ligeiramente os preços de venda das suas mercadorias em períodos de crescimento económico e os estabilizem durante as recessões. Dado o aumento enorme da produtividade do trabalho ligado à terceira revolução tecnológica, isto implica um aumento das suas margens de lucro (...) que conduz a «preços administrados»”. (Mandel, 1976: 429, *italico no original*)

Assim, “a força motriz da inflação é constituída pelas grandes empresas e pela sua capacidade de utilizar a expansão do dinheiro de crédito para obter a curto prazo o volume de dinheiro requerido para as suas projeções de acumulação e realização” (Ibid.: 437). Os aumentos dos preços são sempre compensados por um “aumento adequado da quantidade de dinheiro” circulante (Ibid.: 430). Quanto maior for o grau de monopolização da economia, tanto maiores serão os preços de mercado praticados (Ibid.: 431).

Segundo Mandel, o papel da inflação jaz “na ocultação da redução dos valores das mercadorias, na facilitação da acumulação de capital, no disfarce do aumento da taxa de exploração e na resolução temporária das dificuldades de realização através da extensão do crédito” (Ibid.: 437). Todavia, a estratégia inflacionista do capital monopolista enfrenta “limites intransponíveis”: a partir de um certo limiar, “a inflação lenta mas persistente deixa de cumprir a sua função ou converte-se em inflação galopante” (Ibid.).

3.9.3.2 – Teoria da elasticidade de criação monetária e de crédito

David Harvey: o papel do banco central no fenómeno inflacionário

O banco central é o “ápice da pirâmide do sistema de crédito” (Barbosa, 2010: 159). Quando o sistema monetário já não está *oficialmente* ligado à mercadoria áurea, “os bancos centrais «criam» o dinheiro real” (Heinrich, 2012: 161), ou seja, detêm o monopólio de emissão monetária cuja validade é “incontestável” (Lipietz, 1979: 109). Uma vez que deixaram de assegurar a sua conversibilidade em ouro, os bancos centrais limitam-se a declarar que o dinheiro simbólico que emitem possui qualidades idênticas às do ouro; estamos perante um dinheiro de curso forçado, criado *ex nihilo* (Ibid.). O nó da questão é que

os bancos centrais não enfrentam nenhum “limite formal no que se refere à criação monetária” (Heinrich, 2012: 161).

Neste contexto, a oferta monetária do banco central pode não estar em harmonia com a produção *real* de valor na economia no seu conjunto (Harvey, 2006: 294) e, assim, de acordo com David Harvey, ser uma potencial fonte de inflação: “se a moeda nacional não for conversível em ouro, então um banco central pode, com efeito, imprimir dinheiro (...). Ao fazê-lo, contudo, desvaloriza o próprio dinheiro” (Ibid.: 295).

Na ótica de Harvey, todo o crédito – na qualidade de antecipação de ganhos futuros – é capital fictício, que ainda carece de ser validado socialmente através da produção e acumulação reais (Ibid.). O problema surge quando este capital fictício não é validado pela produção ulterior de valor, mormente durante uma crise cíclica de sobreacumulação (Ibid.). A inflação decorre da mudança fundamental da resposta dos bancos centrais às crises da economia capitalista.

Na época de Marx, a crise despoletava uma corrida à liquidez, i.e., um estado de coisas em que o ouro era (temporariamente) o único meio de troca aceite (Ibid.: 294). Era exigido que toda a riqueza produzida – a massa de mercadorias – fosse validada socialmente através do seu intercâmbio por dinheiro real – por ouro. Visto que as exigências de conversibilidade das várias formas de dinheiro em ouro excediam largamente a reserva de metal precioso disponível, isso traduzia-se numa queda abrupta do preço das mercadorias, portanto, numa situação de *deflação* (Ibid.), que criava as condições para um novo ciclo de retoma.⁴⁰⁸

Ora, hoje em dia, a atuação do banco central face a uma crise é bastante diferente. O seu intuito é evitar a desvalorização brutal das mercadorias, pelo que, para combater a crise, é forçado a “imprimir dinheiro de curso forçado para comprar os excedentes e realizar os valores dos capitais fictícios” (Ibid.: 295). A queda da taxa de lucro pode ser minorada através de uma emissão monetária que permite incrementar os preços: “Se o Estado resolver (...) expandir a oferta monetária (...), então os capitalistas individuais podem estabilizar as suas taxas de lucro, em meio à queda da produção de mais-valia, simplesmente através do ajustamento dos preços das mercadorias” (Ibid.: 313).

Na ótica de Harvey, “a inflação (...) possui raízes mais profundas na transformação geral da desvalorização das mercadorias em desvalorização do dinheiro” (Ibid.). Em suma, “defender o valor nominal das mercadorias em que está corporizado trabalho socialmente *desnecessário*” assume-se como uma política monetária “irracional” que pode conduzir, em última instância, à “inflação galopante” (Ibid.: 295, *itálico no original*). Ao validar socialmente uma massa considerável de trabalhos privados despendidos e, desse modo, ao realizar artificialmente os preços das mercadorias – uma massa de valor fictício –, o banco central contribui diretamente para a subida do nível geral de preços.

Paul Mattick: queda da taxa de lucro e despesa pública como origens da inflação

Na perspetiva de Paul Mattick, o problema de fundo da economia capitalista é a queda tendencial da taxa de lucro, “que pressiona o aumento dos preços” (Mattick, 1978: 26); ou seja, “cada capital individual, no interior de um país, procura impiedosamente manter e aumentar o seu quinhão de uma mais-valia social total em contração através de aumentos dos preços” (Ibid.).

Cabe ao Estado, através da expansão da “oferta de moeda e de crédito” (Mattick, 2010/1969: 231) e dos “gastos públicos financiados pelo défice orçamental” (Mattick, 1978: 37) providenciar os meios para a *realização* desses preços *artificialmente* mais elevados. Por outras palavras, é fulcral a existência de uma “política monetária acomodatória” (Reuten,

⁴⁰⁸ Cf. 3.10.

2003: 51). Esta foi justamente a lógica subjacente à ascensão do keynesianismo, sobretudo durante os “Trinta Gloriosos”: assistiu-se à adoção generalizada do *deficit spending*, i.e., de políticas massivas de investimento público com vista a estimular a “procura monetária efetiva” (Mandel, 1976: 417).

Mattick refere ainda a “influência inflacionista da produção não lucrativa induzida pelo Estado” (Mattick, 1978: 18). Portanto, para além de realizar os preços anormalmente acrescidos, a despesa pública estimula ficticiamente o nível de produção: “a produção continua, apesar da falta de rendibilidade, por via da expansão do crédito” e da despesa públicos (Mattick, 2010/1969: 242). O Estado absorve – e valida socialmente – o *output* de uma vasta panóplia de atividades improdutivas em termos capitalistas.

Em suma, “a inflação é uma expressão da insuficiência dos lucros que deve ser ultrapassada através de políticas monetárias” (Mattick, 1978: 21). O Estado procura contrariar a quebra da rentabilidade do capital através de uma política monetária expansionista (Ibid.: 74). Essa rentabilidade é, em muitos casos, mantida artificialmente na ausência de uma verdadeira acumulação de capital; não há um aumento do valor e da mais-valia produzidos, mas apenas dos preços de mercado sob a forma de inflação. Multiplicam-se os “lucros fantasma derivados mais da inflação do que da produção” de mais-valia (Ibid.: 55).

Todavia, esta situação acaba por conduzir a um beco sem saída se a lucratividade do setor privado não for restaurada, como provaram empiricamente o fim dos “Trinta Gloriosos”, o esgotamento das políticas keynesianas e o advento desastroso da estagflação, cujas consequências nefastas perduram até aos dias de hoje. Em última instância, “a taxa de inflação crescente (...) revelou-se (...) incapaz de evitar uma queda dos lucros reais. Políticas monetárias e creditícias expansionistas apenas elevaram os preços sem conseguirem aumentar significativamente a produção” (Mattick, 1978: 25).

A lição dolorosa que deve ser retirada, na opinião de Mattick, é que “as políticas (...) inflacionistas do Estado são menos medidas tomadas para controlar a economia do que reações a processos que já estão fora de controlo” (Ibid.: 46). A reprodução ampliada da economia capitalista é algo que “não depende da massa monetária, mas da rendibilidade do capital” (Mattick, 2010/1969: 236).

Tom Thomas: o crédito privado como raiz da inflação

Através do sistema de reservas fracionárias, os bancos privados adquirem o poder de criar dinheiro “a partir do nada” (Shaikh, 2016: 181). Nesta faceta, “o crédito é uma *criação privada* de dinheiro. (...) [O]s bancos (...) emprestam dinheiro que eles mesmos criam” (T. Thomas, 2009: 34, *itálico nosso*). O crédito privado engloba os empréstimos concedidos pelo sistema bancário: i) às empresas, com vista ao financiamento do seu processo de produção; ii) às famílias, para financiar o consumo de bens duradouros; iii) ao público em geral, para financiar operações especulativas nos mercados financeiros.

Tom Thomas argumenta que “o crédito, na qualidade de criação monetária privada, é um poderoso fator de inflação”, ou seja, “de aumento dos preços nominais” das mercadorias (Ibid.: 31). Por outro lado, o crédito privado contribui diretamente para a “inflação da massa financeira”, ou seja, da “quantidade e preço dos títulos financeiros” (Ibid.). O efeito inflacionista do crédito decorre da *exterioridade* do dinheiro enquanto figura do valor (Ibid.: 30):

“A exterioridade do dinheiro devém autonomia, plenamente realizada com o sistema de crédito, em que, embora seja suposto representar sempre o valor, o dinheiro cresce independentemente da valorização real, da produção real de valor. Desenvolve-se assim necessariamente uma contradição entre este crescimento (...) da massa monetária e aquele do valor que o dinheiro é suposto representar.” (T. Thomas, 1999: 116)

Por conseguinte, a “independência formal do dinheiro relativamente às mercadorias” (T. Thomas, 2009: 30) é potenciada pelo sistema de crédito e significa que “pode ser emitida uma quantidade quase ilimitada” de dinheiro pelos bancos, sobretudo “quando se trata de dinheiro fiduciário ou escritural” (Ibid.). Neste contexto,

“se é emitido mais dinheiro que aquele correspondente aos valores produzidos e trocados, isto é, se a massa monetária em circulação aumenta mais do que aquela dos valores trocados, então a unidade monetária já não representa mais o mesmo valor. Estamos perante o fenómeno bem conhecido da inflação monetária.” (Ibid.)

Em suma, “o crescimento da massa monetária induzido pelo crescimento do crédito produz uma inflação considerável” (Ibid.: 42), mas, segundo Thomas, esse efeito é atenuado porque a inflação se repercute, por enquanto, mais nos “preços dos ativos financeiros e imobiliários” do que nos “preços dos bens de consumo” (Ibid.). Todavia, “um sistema de produção que apenas se pode reproduzir através do aumento incessante de uma massa monstruosa de endividamento (...) acabará, evidentemente, por ruir como um castelo de cartas” (Ibid.: 25).

Eleutério Prado: o dinheiro fictício

Eleutério Prado começa por observar que a função de “medida do valor (...) requer o dinheiro-ouro para ser expressa” (Prado, 2013: 141), pois “admitir que o dinheiro-papel atue como medida de valor no campo da realidade económica equivale a supor, no campo da realidade natural, que algo que não tem peso possa servir como medida do peso” (Ibid.: 137). O dinheiro seria incapaz de “se sustentar no mundo atual se não tivesse uma relação de *equivalência implícita* com o ouro” (Ibid.: 140, *italico no original*).

Todavia, na ótica do autor, a função de medida dos valores torna-se progressivamente problemática num contexto em que o dinheiro simbólico adquire uma *autonomia* sem precedentes (Ibid.: 141-142). A função de medida dos valores “foi sendo (...) recalcada no correr do processo histórico” capitalista (Prado, s.d.: 7), assistindo-se a “uma inversão (...) na ordem da representação: o dinheiro-papel deixa de figurar como signo do ouro para se transformar em dinheiro de curso forçado cuja contrapartida é um débito impagável do Estado” (Prado, 2013: 142). Desta maneira, o dinheiro fiduciário contemporâneo já não é um mero *signo* do ouro, mas algo que “possui personalidade social própria” (Ibid.: 141).

“[N]o capitalismo de hoje, o dinheiro-papel não se apresenta mais como signo do ouro. Ele se tornou (...) dinheiro que além de não portar trabalho abstrato e não ter, portanto, conteúdo de valor já posto, não representa também o conteúdo de valor já posto de um dinheiro-mercadoria, ao qual substituiria na circulação de mercadorias.” (Prado, 2016: 10)

Trata-se de um dinheiro que apenas é capaz de representar *precariamente* o valor do ouro através de mediações cada vez mais complexas com o mercado dessa *commodity*:

“[O] valor fictício do dinheiro-papel oficialmente inconvertível está (...) numa relação de equivalência – que se impõe tendencialmente por meio de flutuações sempre que a emissão não seja excessiva – com o valor real do ouro, por meio do mercado de ouro. Assim se explica como o dinheiro (...) inconvertível, mesmo «não» sendo valor, é capaz de mediar a mensuração do valor. Eis que ele representa valor por meio de uma equivalência complexa com o valor do ouro. O dinheiro fictício é uma forma que adere a um material, o papel-moeda, que funciona como uma mercadoria virtual. O seu «valor» é socialmente válido, mesmo se não contém qualquer átomo da substância trabalho. A *validade social* desse valor, entretanto, é colocada em questão nos processos

inflacionários que se tornaram endêmicos nas economias capitalistas contemporâneas.”
(Prado, 2013: 143-144, *itálico nosso*)

De acordo com Prado, o dinheiro é, hoje em dia, um “dinheiro *fictício*” (Prado, 2016: 10, *itálico nosso*), i.e., “uma forma de valor que «não» possui valor, mas o representa de algum modo” (Prado, 2013: 139). O autor preconiza, então, que o ouro ainda constitui, *indireta e fragilmente*, a medida dos valores, pois ainda existe uma ligação residual do dinheiro com o mercado de ouro. Contudo, por outro lado, essa ligação remanescente não assegura o cumprimento pleno da função de medida dos valores, pelo que *o dinheiro é um dinheiro fictício predisposto para a desvalorização sempre que essa relação problemática com o mercado aurífero é (inter)rompida*: “Se essa relação implícita desaparecer, ele vira fumaça, assim como vira fumaça uma ação (capital fictício) que representa um capital real que foi inteiramente queimado pelo fogo” (Ibid.: 144).

Prado conclui que a ascensão do dinheiro fictício – e da correspondente inflação permanente – está intimamente associada à mudança da configuração do modo de produção capitalista ao longo do século XX. As dificuldades estruturais de acumulação de capital na esfera industrial real conduziram a uma deslocação gradual do capital para a esfera financeira, onde simula a sua acumulação através da criação de bolhas gigantescas de capital fictício (Prado, 2016: 7).

Tal como o capital industrial perdeu a sua preponderância, também a base metálica aurífera deixou de ser um sustentáculo adequado do sistema de crédito e do novo regime de acumulação híper-dependente do capital fictício: “Ao invés de ancorar o sistema de crédito no sistema monetário do ouro e, assim, no trabalho posto já como valor, passou-se a ancorá-lo no trabalho a ser realizado, ou seja, numa representação de valor futuro” (Ibid.: 9). O dinheiro de crédito é o instrumento que possibilita a expansão incessante dos signos monetários requeridos pelo capital fictício.

3.9.3.3 – Teoria do conflito distributivo

De acordo com a teoria do conflito distributivo, a inflação resulta da luta entre a classe capitalista e a classe operária pela partilha do valor criado (Jacobi, Bergmann & Mueller-Jentsch, 1975: 121). Em concreto, a inflação assume-se como uma arma ao serviço da classe capitalista que procura travar a queda da taxa de lucro através da compressão dos salários *reais* (Barbosa, 2010: 160); “um aumento geral dos preços, acompanhado por um crescimento mais lento dos salários, conduz ao aumento dos lucros” (Mattick, 1978: 37).

Paul Mattick explica o funcionamento deste mecanismo compensatório da seguinte forma:

“[Q]uando há inflação, os salários aumentam mais lentamente do que os preços de outras mercadorias. (...) Os preços das mercadorias são fixados depois de os custos de mão-de-obra incorporados neles terem sido estabelecidos ou pagos. Por conseguinte, um aumento dos salários não pode impedir um aumento ainda mais rápido dos preços das mercadorias, pelo que o custo do trabalho relativamente às mercadorias que produz terá de diminuir. (...) Uma vez que o movimento dos salários é mais lento do que o dos preços das mercadorias, a inflação conduz a um aumento dos lucros”. (Mattick, 2010/1969: 235)

Deste modo,

“a distribuição do produto social entre capital e trabalho deve ser alterada para assegurar a lucratividade do capital. Se os preços crescerem mais rapidamente do que os salários, então aquilo que não pode ser extraído dos trabalhadores na produção é-lhes retirado no

processo de circulação. Isto é simultaneamente a causa e a consequência da expansão monetária e creditícia, de modo que um crescimento inflacionário dos lucros aparece como uma aceleração da inflação [dos preços, NM].” (Mattick, 1978: 19-20)

Ernest Mandel salienta que “a inflação possui, assim, (...) uma dupla função: permite aumentar a taxa de mais-valia e simultaneamente ocultar a queda da parcela relativa dos salários através do aumento dos salários nominais” (Mandel, 1976: 422n37). Todavia, se, aparentemente, “a taxa de lucro nominal é aumentada através da inflação” (Lipietz, 1985: 113), Alain Lipietz relembra que a subida do preço dos componentes do capital constante provoca o aumento da composição orgânica do capital, tornando cada vez mais onerosa a reposição das matérias-primas consumidas e dos equipamentos depreciados (Ibid.).

3.9.4 – Inflação: alguns dados empíricos

Embora as teorias marxistas da inflação apresentadas nos itens anteriores não deem, regra geral, uma atenção especial a esses aspetos, viu-se em 1.3.5.1 e 1.3.5.2 que o fenómeno inflacionista pode resultar da desvalorização da medida do valor (na prática, da queda do valor do ouro) ou da desvalorização do padrão de preços. Assim, em primeiro lugar, é preciso investigar a relação empírica que se estabeleceu entre o valor do ouro e o valor das demais mercadorias ao longo do século XX, porquanto o “movimento fundamental dos preços no longo prazo está relacionado com as dinâmicas distintas da produtividade social (...) do trabalho nos diversos ramos de negócio, por um lado, e na indústria aurífera, por outro lado” (Mandel, 1982/1976: 40-41). Esta análise permitirá aferir se a subida permanente dos preços no período pós-2ª Guerra Mundial é atribuível a um aumento mais rápido da produtividade do trabalho no ramo aurífero.

Apoiando-se numa miríade de dados estatísticos, Ernest Mandel defende que uma “estimativa realista” permite afirmar que “o valor de um grama de ouro caiu para metade entre 1907 e 1967” (Mandel, 1976: 423, *itálico no original*). Por seu turno, no que se refere à força produtiva do trabalho nos demais ramos da economia, Mandel utiliza os EUA como exemplo dos países capitalistas mais desenvolvidos; o autor conclui que, no mesmo período histórico, a produtividade do setor industrial aumentou 520%, enquanto a produtividade do setor agrícola aumentou 540% (Ibid.: 424). De acordo com Mandel,

“Isto significa que o *valor médio* das mercadorias produzidas nos países imperialistas [i.e., nos países capitalistas mais desenvolvidos, NM] é atualmente [i.e., no início dos anos 70, NM] cinco ou seis vezes menor do que no período anterior à 1ª Guerra Mundial. Visto que o valor do ouro diminuiu apenas 50% desde essa altura, os preços expressos em ouro das mercadorias deveriam ser, em média, três vezes menores do que em 1907. Na verdade, porém, os preços das mercadorias, expressos em dólares de papel, são três vezes superiores àqueles de 1907.” (Ibid.: 425, *itálico nosso*)

Na prática, assistiu-se à “*desvalorização nónupla do dinheiro*”, portanto, à subida geral do nível de preços que ocultou “a *queda substancial do valor das mercadorias expresso em quantidades de ouro*”, isto é, do seu valor de troca (Ibid., *itálico no original*). Segundo Geert Reuten, a grande questão que se coloca consiste, então, em saber porque é que, entre 1944 e o início da década de 1970, “se verificou uma inflação lenta mas persistente, ao invés de um decréscimo do nível geral de preços internacional, em consonância com os aumentos da produtividade” do trabalho industrial e agrícola (Reuten, 2003: 46). Reuten recorda que, durante o século XIX, esses aumentos da produtividade “traduziam-se, de facto, (...) em diminuições dos preços” (Ibid.: 45).

Em suma, visto que o aumento da força produtiva do trabalho foi superior nos demais ramos de negócio face àquele verificado no ramo da mineração aurífera, o valor das

mercadorias expresso em ouro *diminuiu*. Assim, a explicação da inflação permanente das últimas décadas terá forçosamente de ser procurada alhures. É evidente que, ao longo do século XX, múltiplos países desvalorizaram em diversas ocasiões o seu padrão de preços. Essa desvalorização torna, em particular, o capital autóctone “mais competitivo no plano internacional” (Mattick, 2010/1969: 238) e favorece as exportações (Mandel, 1971a: 263). Todavia, por outro lado, a desvalorização da moeda “aumenta os preços das importações” (Ibid.) e, claro, provoca um aumento dos preços no mercado doméstico.

Acresce que “como qualquer país independente tem o poder de desvalorizar a sua moeda” (Mattick, 2010/1969: 238), existe o risco de se desencadear “um efeito bola de neve” (Mandel, 1971a: 263), em que todos os países procuram melhorar *artificialmente* a sua balança comercial através de uma guerra cambial. Em última instância, é “a estrutura real do capital, e não a estrutura monetária, que vai determinar a competitividade relativa dos diversos países” (Mattick, 2010/1969: 238).

Mas mais importante do que a desvalorização cambial ser uma arma concorrencial com limitações óbvias é, para o assunto que nos interessa, o facto de a desvalorização dos padrão de preços nacional promovida pelo Estado ser incapaz de explicar o aumento *contínuo* e simultâneo dos níveis de preços em *todos* os países ao longo da segunda metade do século XX. A inflação permanente assume-se como uma realidade incontornável mesmo nos países com moedas fortes, nomeadamente nos países capitalistas ocidentais mais desenvolvidos.

Com vista a explicar esta situação, será proveitoso recuperar novamente os dados da investigação de Ernest Mandel. O autor apresenta fortes evidências empíricas que parecem comprovar a teoria da emissão excessiva de meio circulante (cf. 3.9.3.2) e, em parte, a teoria do conflito distributivo (cf. 3.9.3.3). Mandel volta a utilizar os EUA como exemplo de uma nação capitalista avançada, analisando o período pós-2ª Guerra Mundial. Mandel salienta que “é (...) necessário correlacionar (...) o aumento da quantidade de dinheiro [em circulação, NM] comparativamente ao valor do produto total (i.e., o volume da produção multiplicado pelo valor médio das mercadorias), tomando em consideração a velocidade de circulação do dinheiro” (Mandel, 1976: 421). Os principais resultados do estudo do economista belga podem ser elencados do seguinte modo:

- a) No período compreendido entre 1945 e 1967 a *quantidade de dinheiro* em circulação aumentou cerca de 90%, sendo que em 1967 era sete vezes mais elevada do que em 1929 e *nove vezes mais elevada do que em 1907* (Ibid.: 427);
- b) No que se refere ao *output* industrial, registou-se um aumento de 70% entre 1915 e 1929 (Ibid.: 427) e de 400% entre 1929 e 1967 (Ibid.: 428); logo, *o output industrial era aproximadamente 5 vezes superior* em 1967 face a 1915;
- c) A velocidade de circulação do dinheiro registou uma pequena aceleração entre 1915 e 1929 (Ibid.: 427), mas caiu 30% nos anos que se seguiram à Grande Depressão (Ibid.). A velocidade de circulação duplica entre 1945 e 1967, alcançando outra vez o ritmo de 1929 (Ibid.: 427-428). É possível constatar que a diferença entre a velocidade de circulação do dinheiro em 1915 e aquela verificada em 1967 é residual, ou seja, elas são, para todos os efeitos, bastante semelhantes;
- d) Ainda que o valor médio das mercadorias não tivesse sofrido qualquer alteração, *seria preciso aproximadamente cinco vezes mais dinheiro*, em 1967, para circular a massa de mercadorias produzida, e não nove vezes mais. Todavia, sabemos que *o valor médio* – o preço expresso em ouro – *das mercadorias diminuiu três vezes entre 1907 e 1967* (Ibid.: 425).⁴⁰⁹ Na ótica do autor, a conclusão é evidente:

⁴⁰⁹ Veja-se a citação anterior de Mandel destacada do corpo do texto.

“Estamos perante uma inegável massa inflacionária de dinheiro que não corresponde a nenhum aumento proporcional da produção de mercadorias. Consequentemente, o nível médio de preços em 1967 era duas vezes mais elevado do que em 1929 e três vezes mais elevado do que em 1907. O aumento da quantidade de dinheiro, i.e., do papel-moeda e do dinheiro bancário, foi portanto a causa técnica inequívoca e direta da inflação do dólar. A quantidade de dinheiro [circulante, NM] cresceu muito mais rapidamente do que o volume do *output* material – movendo-se na direção contrária à queda acentuada dos valores (preços expressos em ouro) da totalidade das mercadorias.” (Ibid.: 428)

Em suma, o recurso ao dinheiro simbólico como meio de circulação “pode velar a tendência deflacionária que é produzida pelo progresso da força produtiva do trabalho” na indústria (Prado, 2011: 9). A emissão excessiva de meio circulante provoca a desvalorização do papel-moeda – e do dinheiro simbólico em geral – e um consequente aumento dos preços de mercado medidos num certo padrão de preços (euro, dólar, iene, etc.). Estamos perante um aumento dos preços das mercadorias concomitante à diminuição do seu valor expresso em ouro (i.e., em termos do tempo de trabalho socialmente necessário). *O aumento fictício dos preços esconde a diminuição real do valor.*

3.9.5 – Notas finais

Conforme foi exposto, todas as teorias marxistas da inflação atribuem este fenómeno ao desfasamento do nível geral dos preços face ao valor determinado pelo trabalho socialmente necessário despendido na economia no seu conjunto: “o nível dos preços «descola» relativamente ao nível dos valores” (Lipietz, 1985: 75). As razões apontadas para esse desfasamento são contudo diferentes.

A teoria do capital monopolista associa a inflação “ao poder (...) das grandes empresas” (Saad Filho, 2000: 342), que são capazes de impor preços de mercado substancialmente superiores aos preços de produção, i.e., preços de monopólio. A teoria da elasticidade de criação monetária explica a inflação através da multiplicação de símbolos monetários desprovidos de valor que funcionam como meio de circulação. A teoria do conflito distributivo atribui a inflação à luta pela partilha do valor criado: em particular, o aumento dos preços permite comprimir os salários reais e travar artificialmente a descida dos lucros.

As evidências empíricas apresentadas permitem tirar duas grandes conclusões. Em primeiro lugar, a forte diminuição da produção de valor, provocada pelo aumento colossal da força produtiva do trabalho – sobretudo em resultado da 3ª Revolução Industrial –, é ocultada através da inflação permanente, como prevê a teoria do conflito distributivo. Em segundo lugar, essa inflação permanente é “um traço específico dos sistemas monetários contemporâneos dominados pelo dinheiro de crédito criado pelos bancos e pelo dinheiro fiduciário criado pelo Estado” (Ibid.: 345), como preconiza a teoria da emissão excessiva de meio circulante.

Assiste-se a um movimento quasi-autónomo dos preços, na medida em que eles “perdem contacto com as relações reais de produção e de circulação” (Mattick, 1983: 79). Em especial, o fim do regime de Bretton Woods, e da correspondente conversibilidade do dólar em ouro, abriu caminho à multiplicação exponencial dos signos monetários. A emissão de meio circulante deixou de obedecer a qualquer limite formal, enquanto um volume estratosférico de crédito alimentou a reprodução simulada do capital sob a forma de capital fictício:

“A contradição do capital financeiro é, assim, aquela de uma multiplicação de signos [monetários, NM] que pretendem ser capital ou representar capital, mas que não possuem qualquer relação com o crescimento do capital materializado num processo de produção

de mais-valia. Os signos multiplicam-se independentemente do valor realmente criado. Até ao momento em que o *crash* vem demonstrar que eles não passam de capital fictício.” (T. Thomas, 2009: 46-47)

A relação cada vez mais distante e complexa do dinheiro simbólico com o ouro significa que a função de medida dos valores, imprescindível para “a mediação do processo integrado de produção, circulação e distribuição de mais-valia – que é feita por meio do dinheiro – se torna” perigosamente “instável” (Barbosa, 2010: 149). Para além disso, a exacerbação da “natureza especulativa dos lucros” (Ibid.) faz o modo de produção capitalista caminhar no fio da navalha. O declínio da taxa (e da massa) de lucro manifestar-se-á, de forma violenta, mais cedo ou mais tarde, não podendo ser protelado indefinidamente por meio de subterfúgios monetários, creditícios ou bolsistas. A realidade recalcada impor-se-á inexoravelmente à ficção mirabolante.

3.10 – O ciclo económico

3.10.1 – As crises periódicas de sobreacumulação

Não é possível encontrar nas obras de Marx “uma exposição sistemática sobre os ciclos económicos” (Gorender, 1996: 55). Marx legou-nos somente diversos esboços fragmentários que estão “certamente longe de constituir uma teoria acabada” (Moseley, 2015: 21). O aspeto mais importante das reflexões marxianas acerca do ciclo económico é, sem dúvida, a introdução da noção de *crise periódica*.

Para além do horizonte secular da acumulação capitalista – marcado pelo declínio da taxa e, muito mais importante, da massa de lucro (cf. 1.16, 3.4 e 3.5) –, Marx identifica também um padrão cíclico na economia burguesa: “a produção capitalista move-se através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação” (Marx, 1996c/1865: 112). Marx defendia que a economia se movia em “ciclos decenais” (Marx, 1986b/1894: 38), mas “a sua teoria não depende de qualquer periodicidade particular das crises” (Mattick, 2010/1969: 101).

Marx fala de crises *sucessivas* de sobreprodução (Marx, 1989b/1861-63: 102). Nas suas palavras, “superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção (...) que podem funcionar como capital” (Marx, 1986a/1894: 192), isto é, “enquanto meios de exploração a uma dada taxa de lucro” (Tombazos, 2014: 274). Talvez seja mais correto, no seguimento de Paul Mattick, designá-las por crises de *sobreacumulação*: “No esquema (...) de Marx, ocorre uma sobreprodução *absoluta* ou uma sobreacumulação de capital, logo que um novo aumento do capital global produz uma *massa* de mais-valia inferior à que fora previamente realizada” (Mattick, 2010/1969: 101, *itálico* nosso).

Brewer partilha a ideia de que “uma «sobreprodução absoluta de capital» ocorre quando o aumento do capital empregado é incapaz de aumentar a mais-valia extraída da população trabalhadora atual” (Brewer, 1984: 150). Neste contexto, voltando a Mattick, “as interrupções do processo de acumulação (...) apenas podem ser causadas pelas disparidades crescentes entre a mais-valia requerida por um dado capital total [social, NM] para a sua expansão ulterior e a mais-valia total realmente produzida” (Mattick, 1983: 79). No fundo, a noção de sobreacumulação traduz a diminuição *temporária* da *massa* de lucro produzida em resultado da subida da composição orgânica do capital no decurso do ciclo, aliada a uma taxa de exploração constante. Esta situação reflete-se naturalmente na queda da taxa de lucro.

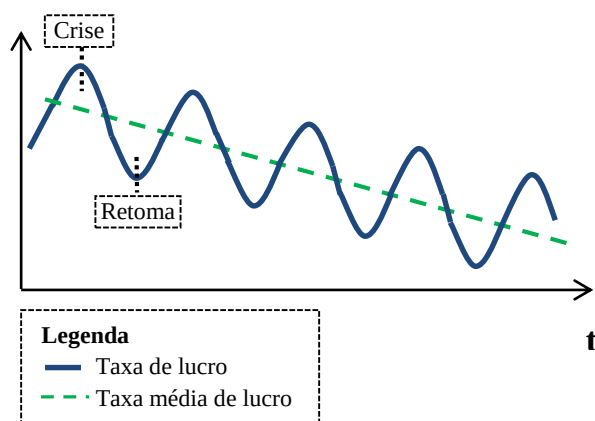
Se a acumulação de capital – vulgo “crescimento económico” – é “uma função da lucratividade” (Mattick Jr., 2011: 36), então parece evidente que as crises cíclicas “devem-se

(...) a uma lucratividade insuficiente” (Ibid.: 35). Paul Mattick Jr. expõe o problema nos seguintes termos:

“[S]e a lucratividade do capital cai, numa dada altura a grandeza do lucro disponível será insuficiente para garantir a expansão ulterior do sistema no seu conjunto (...). O abrandamento ou a estagnação do investimento acarreta a quebra do mercado para os bens produzidos. Os capitalistas não investem capital na compra de edifícios, maquinaria e matérias-primas, nem pagam os salários que os trabalhadores gastariam em bens de consumo. O abrandamento do investimento é experienciado pelos trabalhadores através de um aumento do desemprego e pelos empresários através de uma contração dos mercados”. (Ibid.: 49)

O seu pai tinha explicado o ciclo económico de forma semelhante trinta anos antes: “A alternância de períodos de expansão económica com períodos de contração é uma alternância de períodos com lucros crescentes e lucros decrescentes, que se sobrepõem na eclosão da crise” (Mattick, 1983: 78), conforme atesta a Figura 3.6:

Figura 3.6 – Taxa de lucro e ciclo económico



Mattick prossegue: “no ponto mais elevado da expansão [económica, NM] a taxa de lucro começa a cair vertiginosamente, enquanto no ponto mais baixo ela pode começar novamente a subir, desde que tenha sido restabelecida uma taxa de mais-valia suficiente para permitir a acumulação ulterior de capital” (Ibid.). A retoma apenas é possível quando é recuperada uma relação mais favorável entre a taxa de exploração e a composição orgânica do capital. Isto é conseguido através da desvalorização massiva do capital constante, da compressão dos salários e da inovação tecnológica (cf. 3.10.2.2). As crises periódicas são a manifestação da sobreacumulação e, nesse sentido, entram temporariamente a reprodução do capital; contudo, ao mesmo tempo, as crises criam as condições necessárias “para retomar o processo de acumulação” (Mattick, 2010/1969: 101).⁴¹⁰

Em síntese, as crises cíclicas são provocadas pela queda da rentabilidade geral do capital, originando uma descida abrupta do nível de produção e de emprego (Marx, 1986b/1894: 28; Mattick Jr., 2011: 28). Estas crises não resultam, pois, de fatores monetários ou financeiros isolados, mas de problemas enraizados na economia *real* (Perelman, 1987: 187). A crise monetária e financeira “é parte integrante da crise generalizada do sistema de reprodução do capital na sua globalidade” (T. Thomas, 2009: 46).

⁴¹⁰ Isto não significa que o modo de produção capitalista seja um eterno retorno do mesmo, como se verá em 3.10.3. A acumulação de capital obedece a uma trajetória histórica peculiar que a torna cada vez mais difícil.

3.10.2 – As várias fases do ciclo

3.10.2.1 – Prosperidade

Na fase de prosperidade assiste-se ao aprofundamento das tendências positivas iniciadas com a fase de retoma da economia (cf. 3.10.2.3). O nível de produção aumenta, é recuperado um grau mínimo de harmonia entre os vários ramos de negócio e o emprego expande-se (Itoh & Lapavitsas, 1999: 128-129). Porém, o contingente de trabalhadores desempregados continua a ser considerável, pelo que os salários se mantêm relativamente estáveis (Ibid.: 129). A prosperidade traduz uma aceleração do processo de acumulação do capital (Itoh, 1988: 303-304), em especial no Departamento I:

“Todo o capital disponível flui para a produção e para o comércio, de modo a retirar vantagem do aumento da taxa média de lucro. Os investimentos aumentam rapidamente. Durante um determinado período, a criação de novas empresas e a modernização das empresas existentes é a fonte essencial da expansão geral da atividade económica”. (Mandel, 1971a: 347-348)

À medida que a fase de prosperidade se desenrola, o nível de progresso técnico e, em particular, de substituição do capital fixo, abranda, na medida em que a maior parte dos capitais individuais já se reequiparam. Neste contexto, “a produção é aumentada (...) com preços relativamente estáveis (...) baseados em condições técnicas de produção relativamente constantes e em salários que correspondem ao valor da força de trabalho” (Itoh, 1988: 304). Estas “relações de produção estáveis entre capital e trabalho” expressam-se numa taxa de exploração igualmente inalterada (Ibid.)

A disponibilidade acrescida de reservas monetárias facilita a concessão mútua de crédito comercial entre os capitalistas (Itoh & Lapavitsas, 1999: 130). Ademais, a taxa de juros mantém-se em níveis baixos, o que favorece a obtenção de financiamento junto do sistema de crédito bancário (Itoh, 1988: 304). Os reembolsos dos empréstimos são honrados com facilidade (Itoh & Lapavitsas, 1999: 130).

Conforme o final do ciclo de prosperidade se aproxima, o exército industrial de reserva continua em contração e os salários começam a aumentar (Itoh, 1988: 306). O desemprego alcança o nível mais baixo no decurso do ciclo, enquanto os salários atingem o seu nível mais elevado (Harvey, 2006: 304). A taxa de exploração regride (Itoh, 1988: 307). Ainda mais importante é o facto de a composição orgânica aumentar incessantemente; o seu efeito negativo sobre a taxa de lucro acaba por se sobrepor ao efeito positivo da taxa de mais-valia. O derradeiro estágio da fase de prosperidade corresponde à sobreacumulação de capital (Ibid.: 308). O abrandamento do ritmo de crescimento significa que “o processo de ajustamento do desequilíbrio anárquico entre as várias esferas de produção é perturbado” (Ibid.).

A queda da taxa de lucro implica uma contração da base do crédito – das reservas monetárias e da poupança (Ibid.: 310-311) –, ao mesmo tempo que a procura de empréstimos não cessa de crescer, sobretudo para fins especulativos (Ibid.: 310). Esta situação provoca o aumento da taxa de juros (Ibid.). A subida da taxa de juros e a queda concomitante da taxa de lucro restringem a capacidade de reprodução dos capitais extremamente dependentes do sistema de crédito (Ibid.: 312).

3.10.2.2 – Crise

Conforme observa Paul Mattick, “a transformação da prosperidade em depressão só pode ser explicável por uma mudança nas relações de valor, ou seja, uma mudança de uma

rendibilidade suficiente para uma rendibilidade insuficiente do capital” (Mattick, 2010/1969: 98). Em outros termos, “a lucratividade decrescente, provocada pelo declínio do trabalho empregado face ao capital investido em geral, conduz ao abrandamento ou à cessação do crescimento económico” (Mattick Jr., 2011: 51).

Ultrapassado um certo limiar, o aumento da composição orgânica do capital origina “uma penúria relativa de mais-valia” (Mattick, 2010/1969: 98) à escala social, i.e., uma diminuição drástica do lucro global. Por sua vez, “a queda dos lucros precipita uma crise e uma luta concorrencial feroz pela conquista de mercados” (Brewer, 1984: 150). A crise de sobreacumulação acarreta “severas disrupções da reprodução” da economia burguesa (Heinrich, 2012: 169), nomeadamente a sobreprodução de mercadorias e a crise do mercado creditício (Itoh, 1988: 314).

A depressão económica significa que “a procura das empresas capitalistas por elementos do capital produtivo (...) diminui” (Heinrich, 2012: 167). Por outro lado, um contingente enorme de trabalhadores perde o seu emprego e engrossa repentinamente as fileiras do exército industrial de reserva, pressionando a baixa dos salários (Harvey, 2006: 305; Itoh & Lapavistas, 1999: 135). Em resultado, a procura por meios de consumo decresce igualmente. As mercadorias são vendidas por preços de mercado inferiores aos preços de produção, numa tentativa desesperada de escoar os *stocks* excessivos (Harvey, 2006: 301).

Neste contexto, os preços obtidos com a venda das mercadorias são insuficientes para reproduzir um dado capital na escala previamente atingida e para pagar os empréstimos contraídos. As relações de crédito são abaladas nos seus fundamentos, à medida que a cadeia de pagamentos é interrompida; o incumprimento disseminado das obrigações dos vários agentes económicos provoca uma série de falências (Itoh, 1988: 314). Apenas as empresas que laboram em condições mais favoráveis conseguem manter algum tipo de lucratividade (Mandel, 1971a: 348). O capital social global “é valorizado deficientemente e a acumulação declina” (Heinrich, 2012: 167). A retração acentuada da produção coabita com níveis elevados de desemprego e com taxas de lucro baixas (Harvey, 2006: 301).

3.10.2.3 – Retoma

De acordo com a teoria de Marx, a sobreacumulação de capital é resolvida através da destruição e da desvalorização do capital excedentário no decurso da crise (Marx, 1986a/1894: 191). “A desvalorização do capital faz que uma massa dada de mais-valia se refira a um menor capital global” (Mattick, 2010/1969: 99), incrementando a taxa de lucro. Note-se que a crise é responsável pela interrupção da acumulação, mas, ao mesmo tempo, providencia os meios para retomar essa mesma acumulação (Brewer, 1984: 150). Em primeiro lugar, a onda de falências redonda na destruição massiva de valor-capital que, contudo, não é aleatória: “São evidentemente os capitais menos produtivos que desaparecem no decurso da tormenta” (T. Thomas, 2004: 37).

Em segundo lugar, se é verdade que “uma parte considerável do capital nominal da sociedade, i.e., do *valor de troca* do capital existente, é destruída permanentemente, (...) esta mesma destruição, na medida em que não afeta o valor de uso” (Marx, 1989b/1861-63: 127, *itálico no original*), facilita a reprodução alargada dos capitais sobreviventes, porquanto estes “podem adquirir edifícios, maquinaria e matérias-primas a preço de saldo” (Mattick Jr., 2011: 50).

Para além disso, a concorrência selvática entre os capitais na fase de depressão económica estimula a adoção de “maquinaria nova, mais eficiente e mais barata”, pelo que “o custo associado ao investimento de capital diminui” (Ibid.). Ora, o efeito imediato do embaratecimento dos elementos constituintes do capital constante é, naturalmente, a diminuição da composição-valor do capital e o correspondente aumento da taxa média de lucro (Marx, 1986a/1894: 192).

Em terceiro lugar, o enorme número de desempregados – i.e., a elevada dimensão do exército industrial de reserva – no seguimento da crise acicata a concorrência no mercado de trabalho, deprimindo os salários até ao nível mais baixo durante o ciclo (Itoh & Lapavitsas, 1999: 136; Mattick, 1983: 81). Acresce que a disseminação de “novos métodos de produção que aumentam a produtividade” (Brewer, 1984: 150) permite a extração adicional de mais-valia relativa (Itoh & Lapavitsas, 1999: 138). A conjugação destes dois fatores contribui decisivamente para o incremento da taxa de exploração e, por via desta, para o aumento da taxa geral de lucro. Estão reunidas as condições para expandir a produção (Tombazos, 2014: 279). A questão pode ser colocada nos seguintes termos:

“Os custos dos capitalistas são (...) mais baixos, enquanto o trabalho que empregam é mais produtivo do que anteriormente, pois as pessoas são obrigadas a trabalhar mais arduamente com novo equipamento. O resultado é um reavivamento da taxa de lucro que possibilita uma nova senda de investimentos e, por conseguinte, uma expansão dos mercados para os bens de produção e bens de consumo simultaneamente. Uma depressão (...) é a cura para lucros insuficientes; é aquilo que torna possível o próximo período de prosperidade”. (Mattick Jr., 2011: 50)

Em suma, “o retomar do processo de acumulação indica que foram encontrados caminhos para aumentar a produção de mais-valia num grau suficiente para neutralizar os efeitos da elevação da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro” (Mattick, 2010/1969: 98). “Os problemas do capitalismo, que ficam em evidência no mercado, encontram solução na esfera da produção” (Ibid.: 115). Formam-se “novas relações técnicas de produção” (Itoh, 1988: 323) que, “acompanhadas pela reformulação das (...) relações de valor” (Ibid.: 324), possibilitam uma reprodução em escala alargada do capital (Ibid.: 323) e, portanto, a reentrada na fase de prosperidade do ciclo económico (Ibid.: 324).

3.10.2.4 – Ciclo e taxa de juros

Marx relaciona o nível da taxa de juros com a evolução do ciclo económico. Assim, na fase de prosperidade, “a facilidade e a regularidade dos refluxos, combinados com um crédito comercial extenso, asseguram a oferta de capital de empréstimo, apesar da procura aumentada, e impedem que o nível da taxa de juros suba” (Marx, 1986b/1894: 27). A taxa de juros baixa e a abundância de crédito disponível coincidem com a reprodução ampliada do capital industrial (Ibid.).

Por seu turno, a eclosão da crise de sobreacumulação conduz ao aumento brutal da taxa de juros, que alcança rapidamente o seu “nível máximo” porquanto “o crédito cessa subitamente, os pagamentos interrompem-se, o processo de reprodução é paralisado e (...) surge, ao lado da carência quase absoluta de capital de empréstimo, abundância de capital industrial desocupado” (Ibid.). Em síntese, a taxa de juros sobe vertiginosamente porque a crise desencadeia uma “procura por liquidez a qualquer preço para cumprir os pagamentos devidos” (Brewer, 1984: 157-158; Marx, 1986a/1894: 271), apesar da forte restrição da oferta monetária (Itoh, 1988: 314).

Após a crise, a taxa de juros diminui paulatinamente à medida que o “processo intensivo de resolução das relações de dívida existentes é ultrapassado” (Ibid.: 319). De acordo com Marx, é no início da fase de retoma que a oferta creditícia alcança o seu apogeu:

“A quantidade de capital monetário emprestável – capital monetário ocioso que procura investimento lucrativo – atinge o seu pico depois de uma crise, quando o processo de reprodução sofreu uma contração e a quantidade de capital reprodutivo caiu (...), mas uma parte do capital fixo não é completamente utilizada. (...) Nesta situação, portanto, não é correto afirmar que as taxas de juro são baixas em virtude da superabundância de

capital. Aquilo que ocorreu foi uma contração do capital produtivo e, na sequência disso, uma expansão, em parte relativa e em parte absoluta, do capital na sua forma monetária.” (Marx, 2015/1864-65: 578)

Pode concluir-se que, segundo Marx, “na maioria dos casos um nível baixo de juro corresponde aos períodos de prosperidade ou de lucros extraordinários, a subida do juro, à linha separatória entre a prosperidade e sua inversão, e o máximo do juro até o nível extremo da usura, à crise” (Marx, 1986a/1894: 270-271).

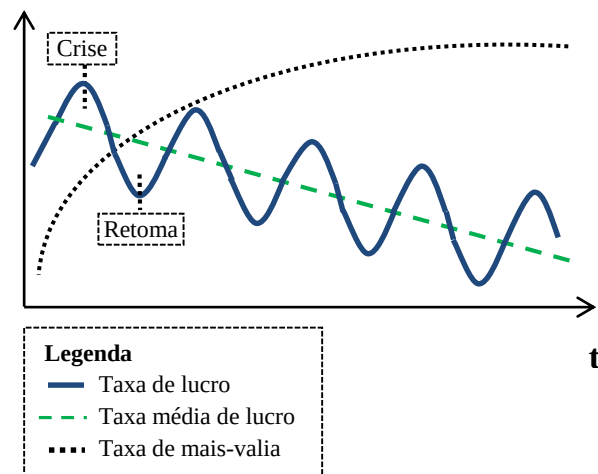
3.10.3 – As crises cíclicas e a trajetória histórica da acumulação de capital

O padrão cíclico da economia capitalista não pode ser entendido como um eterno retorno do mesmo, pois

“a nova retoma deve não apenas restaurar mas superar o capital previamente acumulado em termos de valor. Apesar dos reveses do processo de acumulação, cada nova fase de expansão deve conduzir a um maior valor-capital e, desse modo, a uma composição orgânica do capital ainda mais elevada. Sem isso, existiria uma estagnação de capital, e não a sua acumulação.” (Mattick, 1983: 83)

A tendência é para que, em cada fase de retoma, a taxa de lucro seja incapaz de alcançar o nível atingido no ciclo económico precedente, em virtude do aumento contínuo da composição orgânica do capital. A evolução histórica do modo de produção capitalista tem, portanto, de ser lida como uma espécie de espiral descendente que obedece a uma lógica peculiar, conforme ilustra a Figura 3.7:

Figura 3.7 – Taxa de lucro, Taxa de mais-valia e ciclo económico



Mas a questão-chave é que, apesar de partir de um valor-capital *social* mais baixo, em virtude da destruição e da desvalorização de capital durante a crise periódica, a fase de prosperidade tem de *superar* o nível de acumulação de capital à escala global atingido no ciclo anterior. Por outras palavras, pese embora a taxa média de lucro seja incapaz de recuperar o seu nível pretérito, *a massa de lucro global tem forçosamente de aumentar para assegurar a reprodução ampliada do capital*.

Ora, “este problema (...) torna-se cada vez maior à medida que o capital se acumula. Em certo sentido, cada crise é mais grave do que a precedente” (Mattick, 2010/1969: 113). Cada crise torna a acumulação de capital progressivamente mais difícil porque tanto a mais-valia absoluta como a mais-valia relativa – na prática, a taxa de exploração – se vão

aproximando dos seus limites absolutos (cf. 1.16 e Figura 3.7). Para além disso, como já foi dito, a composição orgânica do capital social não cessa de aumentar. Acresce, ainda, que, na sequência da 3ª Revolução Industrial, já não se assiste a um mero decréscimo relativo, mas à eliminação absoluta da força de trabalho do processo de produção imediato (cf. 1.16 e 3.5). A queda continuada da massa de mais-trabalho social significará, mais cedo ou mais tarde, a morte do capital.

À guisa de conclusão, importa reter o seguinte: a trajetória histórica do modo de produção capitalista deve ser entendida como o resultado cumulativo de ciclos económicos *qualitativa e quantitativamente distintos*. Dito de outra forma: cada crise resolve momentaneamente as contradições subjacentes ao processo de reprodução capitalista, mas, ao mesmo tempo, dificulta a sua prossecução em ciclos posteriores porquanto coloca essa acumulação em patamares sempre crescentes, em novos limiares que constituem outros tantos obstáculos a serem superados sob pena de colapso total.

A reprodução ampliada converte-se numa tarefa hercúlea – e, no limite, impossível – visto que tem de ser realizada em condições crescentemente adversas, marcadas pelos limites históricos da taxa de mais-valia e por uma composição orgânica do capital de tal maneira elevada que redunde na eliminação absoluta do trabalho vivo, a única fonte do valor.

3.11 – A renda fundiária

A teoria da renda fundiária é uma “parte importante” da obra marxiana – ocupando várias centenas de páginas nos manuscritos de Marx –, mas que tem sido “relativamente negligenciada” (Ramirez, 2009: 71). A tese fundamental de Marx é que a propriedade privada da terra surge como “um meio específico de apropriação da mais-valia sob a forma de renda” (Fine, 1979: 248). Portanto, a mais-valia social criada pelo capital produtivo não é partilhada apenas com o capitalista monetário – através do pagamento de juros –, mas também com o proprietário fundiário – mediante o pagamento de uma renda (Marx, 1986b/1894: 123).

Conforme salienta Campbell, “a origem da renda é (...) o poder económico que a propriedade de não-capital [i.e., do solo, NM] consegue exercer contra o capital” (Campbell, 2002a: 228). A renda é uma especificidade da “utilização dos recursos naturais no contexto das relações de produção capitalistas” (Fine, 1979: 249). No caso da terra, estamos perante o “monopólio de um recurso não reprodutível” (Ramirez, 2009: 82), cujo “direito de usufruto” pode ser negado ao capital na ausência de uma compensação monetária (Campbell, 2002a: 230). Note-se que a renda fundiária é constituída, na sua totalidade, por mais-trabalho, i.e., por trabalho excedente extorquido pela classe capitalista e interceptado pelo proprietário fundiário (Marx, 1986b/1894: 137 e 140).

Ver-se-á nos itens seguintes que o ramo agrícola é deveras peculiar, porquanto as leis gerais do modo de produção capitalista “são modificadas pela existência da propriedade fundiária” (Fine, 1979: 242). O aspeto mais importante é que a propriedade privada da terra “impede a participação da mais-valia setorial no processo social de formação de uma taxa geral de lucro” (Ramirez, 2009: 84), isto é, “impede que a mais-valia (...) obtida na agricultura seja captada pela classe capitalista no seu conjunto e contribua para o aumento do lucro médio” (Vygotsky, 1965: 94).

A propriedade fundiária atua como uma “barreira institucional” (Ramirez, 2009: 84) ao livre movimento do capital e, desse modo, ao funcionamento da concorrência intersectorial. A massa de mais-valia criada pelos trabalhadores assalariados agrícolas é *inteiramente* apropriada no interior desse ramo de atividade pelos capitalistas agrícolas (que auferem um montante equivalente ao lucro médio, definido exogenamente na esfera industrial) e pelos proprietários fundiários (que auferem a parcela remanescente da mais-valia agrícola como renda *absoluta*).

Para além disso, o sobrelucro do ramo agrícola é quase sempre embolsado pelo senhorio, e não pelo capitalista, sob a forma de renda *diferencial* que é simultaneamente uma renda de monopólio. Finalmente, não é o tempo de trabalho socialmente necessário – i.e., aquele despendido nas condições médias ou modais de produção do ramo agrícola – que determina o preço de custo de mercado (e, portanto, o preço de produção), mas aquele despendido nas condições mais desfavoráveis (Moseley, 1997: 142).

3.11.1 – A renda diferencial

Marx parte do pressuposto de que os “produtos da terra” são vendidos pelos seus preços de produção (Marx, 1986b/1894: 141). Os diversos preços de produção individuais são igualizados num “preço geral, um preço de produção regulador do mercado” (Ibid.: 145). Assim, Marx postula implicitamente que todos os capitalistas agrícolas auferem a mesma taxa média de lucro, cuja grandeza é determinada exogenamente no setor industrial. Em outros termos, o lucro agrícola não participa na formação da taxa geral de lucro,⁴¹¹ mas cada capital agrícola deve auferir o lucro médio, à semelhança do capital investido em qualquer ramo de atividade.

A renda diferencial é a forma específica assumida pelo sobrelucro no ramo agrícola. Segundo Marx, “esta renda diferencial corresponde meramente ao *sobrelucro* que (...) será realizado em qualquer ramo de negócio (...) por *aquele* capitalista cujas condições de produção são *melhores* do que as condições médias desse ramo de negócio” (Marx, 1989a/1861-63: 461, *itálico no original*). Trata-se de uma renda *diferencial* porque tem origem na diferença entre o preço de produção regulador do mercado e os preços de produção dos capitais individuais.

Neste contexto, “a indústria e a agricultura distinguem-se apenas na medida em que, na primeira, o sobrelucro é embolsado pelo próprio capitalista, enquanto, na segunda, ele é embolsado pelo proprietário fundiário” (Ibid.). Portanto, ao invés de ser apropriado pelos capitalistas mais eficientes, o sobrelucro é intercetado pelos proprietários fundiários. Por último, “na indústria o sobrelucro é fluido, não duradouro, realizado por este ou aquele capitalista e sempre evanescente, enquanto na agricultura ele se *torna fixo*” (Ibid., *itálico no original*).

Marx começa por analisar aquilo que designa por renda diferencial do tipo I, em que “duas quantidades iguais de capital e trabalho são empregadas com *resultados desiguais em duas superfícies iguais*” de terreno (Marx, 1986b/1894: 47, *itálico nosso*). De acordo com Marx, o principal fator que explica a desigualdade da produtividade e, portanto, dos preços individuais, é a fertilidade natural distinta das áreas cultivadas (Ibid.: 148).⁴¹² Note-se que “a fertilidade variante do solo não explica a renda em si mesma, mas apenas as diferenças da renda” (Marx, 1989a/1861-63: 253).

Marx acrescenta que “o preço de produção do solo pior (...) é sempre o preço regulador de mercado” (Marx, 1986b/1894: 153). Isto deve-se ao facto de a terra ser “diferente de todas as outras mercadorias porque não pode ser livremente reproduzida pelo trabalho humano, tal como acontece com os bens manufaturados; ela é simultaneamente escassa em termos absolutos e relativos” (Ramirez, 2009: 81). O solo disponível é limitado (Economakis, 2010: 254), pelo que o cultivo do terreno menos fértil “providencia uma parte da oferta necessária” de um determinado género de produto agrícola (Marx, 1989a/1861-63: 488), ou seja, é *indispensável* para abastecer esse mercado. Ora, o solo pior não seria cultivado se não proporcionasse também a taxa média de lucro ao capital nele investido.

⁴¹¹ Ou seja, o lucro do setor agrícola não é adicionado à massa de lucro social para calcular o lucro médio.

⁴¹² Neste sentido, “a teoria da renda diferencial do tipo I abstrai-se das diferenças das técnicas [de produção, NM], assumindo que todos os capitais utilizam as técnicas normais num dado momento” (Campbell, 2002a: 235).

Neste sentido, os capitais que produzem em condições mais favoráveis, mormente com recurso a solos de qualidade superior, obterão um sobrelucro (Marx, 1986b/1894: 141). Este sobrelucro é a base da primeira forma de renda diferencial. Marx apresenta um exemplo numérico que ilustra a renda diferencial do tipo I (Ibid.: 149-150). O autor socorre-se da produção de trigo, que é um dos principais géneros alimentícios na maior parte dos países industrializados (Ibid.: 124). Deste modo, o setor da produção de trigo é composto por quatro capitais. O capital adiantado por cada capitalista – i.e., o preço de custo – é de 50 euros.

Para abastecer o mercado de trigo é necessário cultivá-lo em quatro tipos de solos com vários níveis de fertilidade natural. As diferentes fertilidades significam que o mesmo investimento origina produtividades distintas: o terreno A é o menos fértil, produzindo somente 1 *quarter* de trigo; o terreno B produz 2 *quarters*; o terreno C produz 3 *quarters*; e o terreno D, o mais fértil, produz 4 *quarters*.

Conforme já foi mencionado, o preço de produção regulador do mercado coincide com o preço de produção individual do terreno mais pobre. Assim, o preço de produção de mercado é dado pelo preço de produção do terreno A. Sendo a taxa média de lucro, por hipótese, de 20%, o preço de produção = $k + kl'$, logo = $50 + 50 \times 0,2 \Leftrightarrow 50 + 10 = 60$ euros. Como o solo A só produz um *quarter* de trigo, o preço por *quarter* vigente no mercado será de 60 euros. Este preço é superior aos restantes preços de produção individuais, tal como atesta o Quadro 3.9:

Quadro 3.9 – Preços de produção individuais

Tipo de solo	Produto (<i>quarters</i>)	Capital adiantado (<i>k</i>)	Lucro médio (20%)	Preço de produção individual (por <i>quarter</i>)	Diferença face a preço regulador
A	1	50	10	60	-
B	2	50	10	30	$30 \times 2 = 60$
C	3	50	10	20	$40 \times 3 = 120$
D	4	50	10	15	$45 \times 4 = 180$

Este facto origina um sobrelucro nos terrenos B, C e D, mais férteis, que será embolsado como renda diferencial pelo proprietário da terra, situação descrita no Quadro 3.10:

Quadro 3.10 – Renda diferencial do tipo I

Tipo de solo	Produto		Capital Adiantado (<i>k</i>)	Lucro bruto	Renda diferencial	Lucro líquido
	<i>quarters</i>	euros				
A	1	60	50	10	-	10
B	2	120	50	70	60	10
C	3	180	50	130	120	10
D	4	240	50	190	180	10
Total:	10	600	200	400	360	40

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Marx (1986b/1894: 149).

Como se denota, a renda diferencial paga pelos capitais investidos nos solos B, C e D é igual às diferenças entre o respetivo preço de produção individual e o preço de produção regulador (presentes no Quadro 3.9). Por sua vez, o capital investido no solo A não paga qualquer renda diferencial, pois o seu preço de produção individual coincide com o preço de produção de mercado. O capital B cria um produto de 2 *quarters* x 60 euros = 120 euros; o seu lucro (bruto) é, pois, de 70 euros (120 - 50), o que significa um sobrelucro de 60 euros, embolsado pelo proprietário da terra. O capital C cria um produto de 3 *quarters* x 60 euros = 180 euros; o seu lucro (bruto) é de 130 euros (180 - 50), o que implica um sobrelucro de 120 euros, que constitui a renda da terra. Finalmente, o capital D cria um produto de 4 *quarters* x 60 euros = 240 euros; o seu lucro (bruto) é de 190 euros (240 - 50), o que traduz um sobrelucro de 180 euros, que corporiza a renda fundiária.

É preciso realçar, ainda, uma diferença fundamental entre o sobrelucro no setor industrial e o sobrelucro (a renda diferencial) no setor agrícola. De acordo com Marx, o facto de o preço de produção regulador de mercado ser aquele do solo menos favorável – que não representa as condições de produção *modais*, mas, pelo contrário, fornece a *menor* massa das mercadorias agrícolas – gera um “falso valor social” que decorre da “lei do valor de mercado” peculiar “à qual os produtos da terra estão sujeitos” (Marx, 1986b/1894: 155, *italico* nosso).⁴¹³ A grande questão consiste em saber se esta particularidade da renda diferencial agrícola acarreta uma modificação da teoria geral marxiana do sobrelucro.

George Economakis argumenta que sim: esse falso valor social engendra um “intercâmbio desigual entre a agricultura e a indústria em benefício daquela” (Economakis, 2010: 253). O “excesso de valor” auferido esfera agrícola, i.e., o sobrelucro corporizado na renda diferencial, é extorquido aos “setores industriais” da economia (Ibid.: 266); “as leis espontâneas da economia capitalista conduzem à extração de um valor extra do setor industrial em benefício do setor agrícola” (Ibid.: 259). *O sobrelucro agrícola é transferido do setor industrial para o setor agrícola através do pagamento da renda diferencial contida no preço dos produtos primários, que é apropriada pelos proprietários fundiários* (Ibid.: 258).

Economakis sugere, então, que a renda diferencial deve ser entendida como uma *renda de monopólio*, hipótese que é consistente com o seu carácter *permanente*. Esta leitura é partilhada por Ernest Mandel: “os sobrelucros de monopólio chamam-se rendas diferenciais” (Mandel, 1991/1981: 59). E também por Vitaly Vygodsky: “Na teoria da renda fundiária, (...) a teoria geral do lucro médio e do preço de produção é aplicada a um caso específico que é caracterizado pela existência e funcionamento de um monopólio” (Vygodsky, 1965: 93).

Howard Nicholas lembra que “os preços de monopólio (...) nascem (...) em virtude de barreiras naturais ou artificiais ao livre movimento de capital de e para uma esfera de produção” (Nicholas, 2011: 50); esta é justamente a situação do ramo agrícola. Por conseguinte, “o sobrelucro das indústrias monopolistas nasce de uma transferência de mais-valia dos setores concorrenciais do sistema económico” (Ibid.: 51). Obviamente que o lucro médio dos outros ramos de negócio diminui em favor do ramo monopolista (Mattick Jr., 2011: 47). Estamos perante uma mera “perturbação (...) na repartição da mais-valia entre as

⁴¹³ Conforme se constatou em 3.2.2, Marx admite a hipótese (excecional) de o capital com condições de produção mais desfavoráveis determinar o valor de mercado (ou, dito de modo mais exato, o preço de custo de mercado); mas isso apenas pode acontecer se esse valor individual for o valor *modal*, i.e., se a empresa em questão possuir a maior fatia de mercado e, assim, produzir o grosso das mercadorias do seu ramo. Não é isso que se verifica no exemplo numérico do ramo agrícola apresentado por Marx que, aliás, julgo ser adequado à realidade. Para que a determinação do valor de mercado (preço de custo de mercado) fosse idêntica no setor agrícola, o solo do pior tipo teria de produzir a maior parte dos alimentos mundiais. Dado seu rendimento menor, tal equivaleria necessariamente a uma *proporção global* de solo pobre cultivado gigantesca, quando comparada com a superfície ocupada pelas demais terras. Essa hipótese parece inverosímil, especialmente se for tido em conta que, na atualidade, a agricultura industrializada, mecanizada e intensiva em solos hiper-produtivos é responsável pela fatia de leão do abastecimento do mercado mundial.

diferentes esferas da produção” que, contudo, não altera “o limite dessa mais-valia” (Marx, 1986b/1894: 301), i.e., a massa de mais-valia social.

Em síntese, o sobrelucro realizado pelos capitais agrícolas mais produtivos – que depois é embolsado pelos proprietários fundiários – tem origem forçosamente numa transferência *intersectorial* de lucro. O monopólio de um recurso natural, *não-reprodutível*, que é essencial para a alimentação dos seres humanos e que fornece matérias-primas indispensáveis à indústria, confere ao proprietário fundiário o poder de abocanhar uma parcela da massa de mais-valia social.

Finalmente, a teoria da renda diferencial de Marx, ao contrário daquela de Ricardo, não “pressupõe um avanço necessário para solos cada vez piores ou fertilidade sempre decrescente da agricultura” (Ibid.: 154). A condição essencial para a existência da renda diferencial “é tão-somente a *desigualdade* dos tipos de solos” (Ibid., *itálico*, nosso). Mesmo que se avance sempre para solos *mais* férteis, essa diferença entre os vários tipos de solo não desaparece: “a elevação da fertilidade absoluta da área cultivada total não anula essa desigualdade”, podendo apenas aumentá-la, diminuí-la ou mantê-la estacionária (Ibid.). Visto que “os novos solos cultivados podem ser de melhor qualidade e, na medida em que isso permite aumentar o nível de *output* e cessar a produção em solos de pior qualidade, os preços das mercadorias agrícolas podem cair” (Nicholas, 2011: 49).

Mesmo no caso em que a fertilidade *natural* e a dimensão dos terrenos são idênticas é possível a existência de renda diferencial. As diferenças na grandeza dos investimentos feitos no *melhoramento* dos vários solos resultarão em produtividades distintas, logo em preços de produção individuais díspares. A renda diferencial do tipo II envolve, portanto, o progresso técnico associado ao cultivo *intensivo* dos solos – i.e., ao maior investimento de capital “por unidade de superfície” (Guerrero, 2010: 75) – que provoca um aumento da sua fertilidade. Ben Fine e Alfredo Saad Filho sintetizam deste modo as especificidades dos dois tipos de renda diferencial:

“A teoria marxiana da renda diferencial do tipo I é construída na base de investimentos *iguais* de capital em terrenos *diferentes* (...). (...) [A] renda diferencial do tipo II deve-se à apropriação dos sobrelucros criados pelas diferenças de produtividade temporárias originadas pelo investimento de capitais *desiguais* em terrenos *iguais*. Neste caso, os proprietários fundiários beneficiam do progresso social que permite introduzir inovações técnicas”. (Fine & Saad Filho, 2004: 157, *itálico* no original)

A renda diferencial do tipo II “depende do processo de inovação inerente ao capital” (Campbell, 2002a: 239). Miguel Ramirez (2009) levanta, porém, a seguinte questão bastante pertinente: se os capitalistas agrícolas não obtivessem qualquer vantagem com a inovação, na medida em que o sobrelucro seria inteiramente embolsado pelo proprietário da terra, então o progresso técnico na esfera agrícola seria inexplicável.

Este problema (aparente) é resolvido habilmente pelo autor, apoiando-se em evidências textuais de Marx (cf. Ibid.: 75). Os contratos de arrendamento da terra são normalmente efetuados por um dado período temporal (digamos, 5, 10 ou 20 anos). Enquanto vigora um dado contrato, é o arrendatário – o capitalista agrícola – que embolsa o sobrelucro decorrente das inovações que introduz; o proprietário estipula o valor da renda de acordo com a fertilidade do solo no início do contrato.

Quando o contrato termina, contudo, o proprietário fundiário tem nas suas mãos um solo mais fértil, mercê dos melhoramentos introduzidos pelo anterior arrendatário. Na celebração do contrato de arrendamento seguinte o proprietário tirará partido desse facto e aumentará o valor da renda (diferencial) a ser paga. Neste contexto, “assiste-se a uma luta

entre os proprietários fundiários, que almejam reduzir o período dos contratos tanto quanto for possível, e os capitalistas agrícolas arrendatários, que querem prolongá-los; para Marx, trata-se essencialmente de uma luta sobre a distribuição da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas” (Ibid.).

3.11.2 – A renda absoluta

Marx introduz uma nova proposição na sua teoria ao enunciar que o solo pior também paga renda (Marx, 1986b/1894: 219). “O argumento é que os proprietários fundiários não cederão o uso da terra, mesmo do pior tipo, aos agricultores a menos que obtenham alguma renda em troca” (Brewer, 1984: 175). Seja o preço de produção individual do terreno menos fértil – que é ao mesmo tempo o preço regulador do mercado – denominado P ; se ele pagar uma renda r , então o novo preço de mercado será dado por $P + r$ (Marx, 1986b/1894: 219). Todos os solos gerarão uma renda que não deriva de qualquer diferença de fertilidade e que Marx designa por renda *absoluta*.⁴¹⁴

Se o excedente r não constituir uma dedução do salário nem do lucro médio, ele apenas poderá ser explicado se o capital-mercadoria agrícola for vendido por um preço superior ao seu preço de produção (Ibid.). Todavia, o facto de o preço regulador de mercado das mercadorias primárias ser superior ao seu preço de produção não implica que elas sejam vendidas acima do seu *valor* (Ibid.: 226).

A relação entre o valor e o preço de produção do capital-mercadoria de um certo ramo é determinada pela composição orgânica do capital. Nos ramos em que a composição orgânica é inferior à composição social média, ou seja, em que a proporção de trabalho vivo é *superior*, o valor das mercadorias será superior ao seu preço de produção. Isto acontece porque, sendo a taxa de mais-valia idêntica em todas os ramos, a mais-valia criada diretamente pelos trabalhadores desse ramo é superior à mais-valia criada pelos trabalhadores empregados pelo capital social de composição média. Em outros termos, a mais-valia produzida nesse ramo é superior ao lucro médio, i.e., à fatia da mais-valia social de que ele se apropria. Logo, o valor do seu capital-mercadoria é superior ao seu preço de produção.⁴¹⁵

Daquilo que foi exposto resulta que o valor do capital-mercadoria agrícola apenas poderá ser superior ao seu preço de produção se a composição orgânica do capital agrícola for inferior à composição social média (Ibid.: 227). Segundo Marx, é precisamente isso que acontece: a proporção de trabalho vivo empregada na agricultura é superior àquela empregada na indústria. Deste modo, a mais-valia criada diretamente na esfera agrícola, por um capital de certa grandeza, é superior do que aquela gerada por um capital de igual grandeza na esfera industrial (Ibid.).

Todavia, este excedente do valor dos produtos agrícolas face ao seu preço de produção não é suficiente, por si só, para explicar a existência de uma renda independente das fertilidades diferenciadas, portanto, de uma “*renda absoluta*” (Ibid., *itálico no original*). Como vimos anteriormente, o conceito de preço de produção implica que a mais-valia apropriada por cada ramo produtivo não coincide com a mais-valia que ele criou diretamente. A concorrência assegura que a mais-valia é distribuída equitativamente – sob a forma de lucro médio – por todos os capitais, de acordo com a sua grandeza (Ibid.). Capitais de igual grandeza auferem o mesmo lucro, independentemente da sua composição.

O pressuposto fundamental da equalização das taxas de lucro é, contudo, a “distribuição proporcional continuamente cambiante do capital social global entre as diferentes esferas da produção”, i.e., a “contínua imigração e emigração dos capitais, em sua

⁴¹⁴ Note-se que as leis da renda diferencial não sofrem qualquer alteração (cf. Marx, 1986b/1894: 220).

⁴¹⁵ Naturalmente que, fazendo um raciocínio análogo, chega-se facilmente à conclusão de que quando a composição orgânica de um capital setorial é superior à composição social média, o valor do seu capital-mercadoria é inferior ao seu preço de produção.

transferibilidade de uma esfera para outra” (Ibid.: 228). Em suma, a equalização da taxa de lucro e a formação de preços gerais de produção pressupõe que a concorrência não enfrenta quaisquer obstáculos, de modo que pode redistribuir proporcionalmente a mais-valia suplementar produzida numa esfera com composição orgânica inferior pelas demais esferas de produção (Ibid.).

Ora, esta é justamente a chave para entender a renda absoluta: no setor agrícola, a concorrência depara-se com uma “força estranha” – a propriedade fundiária – que não lhe permite capturar a mais-valia produzida nessa esfera e adicioná-la ao bolo comum a ser redistribuído como lucro médio (Ibid.). A taxa média de lucro é definida *exogenamente* no setor industrial e determina a parcela da mais-valia apropriada *diretamente* pelo capitalista agrícola, equivalente ao lucro médio. O excedente do valor das mercadorias agrícolas face ao seu preço de produção – decorrente do facto de a sua composição orgânica setorial ser inferior à média social –, é parcial ou, no limite, totalmente captado pelo proprietário da terra, assumindo a forma de um *sobrelucro intrasectorial*: a renda absoluta (Ibid.).

Segundo Marx, a posse da terra é

“um direito [*claim*] (...) que (...) permite ao seu titular apropriar-se dessa parte do trabalho [excedente, NM] (...) espremido pelo capitalista que, caso contrário, seria adicionado ao fundo de capital [social total, NM] na qualidade de excedente sobre o lucro normal [e redistribuído equitativamente, NM]. Esta posse é um meio de obstruir o processo [de equalização do lucro, NM] que toma lugar nas restantes esferas da produção capitalista, e de capturar a mais-valia criada nesta esfera particular, de modo a ser dividida entre o capitalista [agrícola, NM] e o proprietário fundiário nessa mesma esfera de produção. Desta maneira, a propriedade fundiária, à semelhança do capital, constitui uma nota promissória de trabalho [excedente, NM]”. (Marx, 1989a/1861-63: 276)

A propriedade fundiária atua como uma barreira aos novos investimentos de capital na esfera agrícola: o proprietário não permitirá que qualquer novo terreno seja cultivado se não obtiver uma compensação, mesmo que esse terreno não gere qualquer renda diferencial (Marx, 1986b/1894: 228). Devido a este entrave jurídico, “o preço de mercado tem de subir até o ponto em que solo pague um excedente acima do preço de produção, isto é, uma renda” absoluta (Ibid.). Neste sentido, as mercadorias agrícolas são vendidas por um

“preço de monopólio, não porque seu preço esteja acima de seu valor, mas por ser igual a seu valor ou por estar abaixo deste, estando, contudo, acima de seu preço de produção. Seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção, como ocorre com outros produtos industriais cujo valor se encontra situado acima do preço de produção geral.” (Ibid.: 228-229)

Portanto, a renda absoluta significa que o preço regulador de mercado se situa no intervalo compreendido entre o preço de produção e o valor, isto é: $\text{preço de produção} < \text{preço regulador de mercado} \leq \text{valor}$. Marx salienta que “embora a propriedade fundiária possa elevar o preço dos produtos agrícola acima de seu de produção, não depende dela, mas da situação geral do mercado, até que ponto o preço de mercado se aproxima do valor” (Ibid.: 229). Se o preço de mercado for igual ao seu limite superior, então *nenhuma* parcela da mais-valia agrícola vai engrossar a massa de mais-valia social a ser redistribuída equitativamente por todos os capitais que compõem a economia (Ibid.). Se o preço de mercado for inferior ao valor, então o montante correspondente a essa diferença “entra na nivelção geral da mais-valia para formar o lucro médio” (Ibid.).

Creio que um exemplo numérico ajudará a consolidar a noção de renda absoluta. A nossa economia hipotética é composta por quatro ramos de negócio: o ramo agrícola e os ramos industriais (a), (b) e (c). Os valores, em euros, do capital agregado de cada ramo são apresentados no Quadro 3.11. Conforme é possível observar, a composição orgânica do capital da esfera agrícola é a mais elevada, pelo que o seu valor setorial é igualmente o mais elevado.

Quadro 3.11 – Valores-capital da agricultura e da indústria

Ramos	Preço de custo	Mais-valia	Valores
Ramo agrícola	$60c + 40v$	$+ 40m$	140
Ramo industrial (a)	$70c + 30v$	$+ 30m$	130
Ramo industrial (b)	$75c + 25v$	$+ 25m$	125
Ramo industrial (c)	$80c + 20v$	$+ 20m$	120

No Quadro 3.12 é apresentada a transformação dos valores em preços de produção, assim como a determinação do montante da renda absoluta:

Quadro 3.12 – Renda absoluta

Ramos	Preço de custo	Lucro médio	Preços de produção	Renda Absoluta (Valor – preço de produção)
Ramo agrícola	$60c + 40v$	$(60 + 40) \times 0,25 = 25l$	125	$140 - 125 = 15$
Ramo industrial (a)	$70c + 30v$	$(70 + 30) \times 0,25 = 25l$	125	
Ramo industrial (b)	$75c + 25v$	$(75 + 25) \times 0,25 = 25l$	125	
Ramo industrial (c)	$80c + 20v$	$(80 + 30) \times 0,25 = 25l$	125	
Total (capital industrial)	300	75		
Taxa média de lucro	$75/300 = 25\%$			

A taxa média de lucro é obtida através do quociente da massa de mais-valia *industrial* pelo valor total do capital adiantado nessa esfera: $75/300 = 25\%$. O cálculo dos preços de produção segue a fórmula já conhecida: $k + kl$. Como o preço de custo é idêntico nos quatro ramos, os preços de produção setoriais têm de ser também iguais. Atente-se que a taxa média de lucro obtida na esfera industrial foi utilizada para calcular o preço de produção agrícola ou, mais exatamente, a parcela da mais-valia criada no ramo agrícola que é apropriada *diretamente* pela respetiva classe capitalista.

A diferença entre o valor agregado dos produtos agrícolas e o seu preço de produção permite obter a parcela da mais-valia captada pelos proprietários fundiários como renda absoluta: $140 - 125 = 15$ euros. Foi assumido, como hipótese simplificadora, que a totalidade do excedente do valor face ao preço de produção é apropriada como renda absoluta, pelo que o *output* agrícola é, na verdade, vendido pelo seu *valor*: 140 euros.

Na sua época, Marx considerava autoevidente a diferença entre as composições orgânicas do capital agrícola e industrial, que eram o reflexo da menor produtividade do trabalho na esfera agrícola: “a agricultura é *relativamente menos produtiva*, ou mais lenta a desenvolver as forças produtivas do trabalho, do que a indústria” (Marx, 1989a/1861-63: 327, *itálico no original*). Porém, Marx reconhecia que se tratava de uma “diferença *histórica* que pode desaparecer” (Ibid.: 326, *itálico no original*).

Com efeito, se olharmos para a percentagem residual de pessoas empregadas hoje em dia no setor primário – pelo menos nos países capitalistas avançados – esta diferença parece ter-se esbatido, senão mesmo desaparecido. Marx é taxativo: “se a composição média do capital agrícola fosse a mesma ou mais alta do que a do capital social médio, então a renda absoluta desapareceria”, visto que “o valor do produto agrícola não estaria (...) acima de seu preço de produção, e o capital agrícola não mobilizaria mais trabalho e, portanto, não realizaria mais mais-trabalho do que o capital não-agrícola” (Marx, 1986b/1894: 230).

As opiniões divergem quanto ao facto de a renda absoluta ter efetivamente desaparecido. Ernest Mandel identifica um “*desaparecimento tendencial da renda absoluta nos países*” capitalistas mais desenvolvidos (Mandel, 1991/1981: 65-66, *itálico no original*), “à medida que a agricultura se torna cada vez mais industrializada” e que “a substituição do trabalho humano por trabalho morto (maquinaria, fertilizantes, etc.) atinge uma escala cada vez maior” (Ibid.: 66). Essa realidade não é, contudo, replicada nos países periféricos: “embora o capital tenda a eliminar a renda absoluta nos países capitalistas mais antigos, ele tende também constantemente a reproduzi-la (...) nos países em que o capitalismo penetrou tardiamente” (Ibid.: 67).

Miguel Ramirez, por sua vez, defende que a renda absoluta não desaparece “mesmo que a produtividade agrícola atinja o nível da produtividade da indústria” (Ramirez, 2009: 73), na medida em que o solo continua a estar sob a alçada da propriedade privada (Ibid.: 89). Nesta situação, “a única (...) diferença (...) é que a renda absoluta se converte na forma de renda de monopólio (...) cuja fonte se situa *fora* da esfera agrícola, sendo redistribuída, através do mecanismo dos preços, de setores mais competitivos para os proprietários da terra” (Ibid., *itálico no original*).⁴¹⁶

3.11.3 – O preço da terra

A terra constitui um direito a rendimentos futuros (Campbell, 2002a: 231). Neste sentido, “o preço da terra não é mais do que a renda capitalizada e, por isso, antecipada” (Marx, 1986b/1894: 262), de acordo com a taxa de juros vigente (Ibid.: 264). Conforme explica Derek Sayer,

“o preço da terra (...) é obtido através daquilo que Marx designa por *capitalização* da renda. Capitalizar uma quantia [de dinheiro, NM] significa concebê-la como o rendimento de um capital (fictício) que, se investido à taxa de juro atual, auferiria um retorno igual a essa quantia. Por exemplo, se a renda anual de um terreno for de £1000 e a taxa de juro atual for de 5 por cento, a capitalização da renda origina um [valor, NM] principal fictício de £20000 [pois £1000 são 5% de £20000, NM]. Este é considerado o valor ou preço da terra.” (Sayer, 1979: 64, *itálico no original*)

É evidente que o preço da terra varia na razão inversa da taxa de juros (Marx, 1986b/1894: 264). Para além disso, o preço da terra pode aumentar (diminuir) em virtude de um aumento (decréscimo) da renda (Ibid.: 240).

Marx conclui que o preço da terra é uma categoria inerentemente irracional: “o irracional está em que aquilo que não é produto de trabalho – a terra – passa a ter um preço,

⁴¹⁶ Martha Campbell defende uma posição similar (cf. 2002a: 242).

ou seja, valor expresso em dinheiro e, por conseguinte, a ser considerado um valor, trabalho social objetivado” (Marx, 1982b/1863: 206). A compra de um terreno “habilita o proprietário a apoderar-se de determinado quantum de trabalho” excedente, sob a forma da renda fundiária (Marx, 1986b/1894: 241).

É esse *direito* a uma parcela da mais-valia *futura* extorquida pelo capitalista ao trabalhador agrícola que é, na verdade, transacionado. Mas não é assim que a situação aparece na consciência dos sujeitos burgueses: ver-se-á na próxima secção que a terra é investida de um (suposto) poder misterioso de gerar valor, logo rendimento, sem qualquer mediação do trabalho humano. Tudo se passa como se a renda fosse o resultado evidente da terra *em si*, da sua natureza corpórea enquanto solo com determinadas propriedades químicas, orgânicas, etc.

3.12 – A fórmula trinitária

Marx designa por “fórmula trinitária” uma mistificação, partilhada pelo senso comum e pela teoria económica, quanto à origem do valor e, subsequentemente, do rendimento distribuído pelas classes que compõem a sociedade capitalista.⁴¹⁷ De acordo com esta visão distorcida, o capital, a terra e o trabalho surgem como fontes *independentes* de criação de valor (Murray, 2002: 249). Assim, a fórmula trinitária encerra três binómios: “capital – lucro (ganho empresarial mais juros), terra – renda fundiária, trabalho – salário” (Marx, 1986b/1894: 269).⁴¹⁸

Como sabemos, a massa de novo valor *produzida* anualmente pela classe operária é posteriormente decomposta e *distribuída*. A parcela de valor recém-criado correspondente ao valor da força de trabalho é distribuída pelos trabalhadores sob a forma do salário. O valor excedente produzido pelos trabalhadores empregados pelo capital industrial, i.e., o mais-trabalho corporizado na massa de mais-valia (igual à massa de lucro), é repartido pelo capitalista industrial (ganho do empresarial), pelo capitalista monetário (juro) e pelo proprietário da terra (renda fundiária).

Não é assim que as coisas se apresentam à consciência burguesa. O valor não é percebido como uma grandeza *preexistente* que depois é distribuída pelas diferentes classes. Pelo contrário, seria a soma dos rendimentos criados separadamente – o lucro produzido pelo capital, a renda produzida pela terra e o salário auferido pelo trabalho – que daria origem a um determinado produto-valor anual (Ibid.: 270). Nas palavras de Marx,

“tão logo a mais-valia se quebre em diversas [partes] *particulares* (...); Tão logo em geral adquira figuras *particulares* indiferentes umas em relação às outras, mutuamente independentes e reguladas por leis diferentes, sua unidade comum – a mais-valia – e portanto a natureza dessa unidade comum se tornam cada vez mais irreconhecíveis (...). (...) [C]ada parte da mais-valia se apresenta como efeito de uma causa particular, como acidente de uma substância particular. Assim o lucro-capital, renda-terra, salário-trabalho.” (Marx, 1982b/1863: 209-210, *italico no original*)

Em suma, a ligação estreita entre trabalho e valor é completamente ofuscada, pelo que o capital e a terra possuiriam propriedades místicas de valorização. Viu-se no Capítulo 1 que o trabalhador, enquanto proprietário de si, i.e., na qualidade de vendedor da sua força de trabalho, “recebe, sob o nome de salário, uma parte do produto que representa a parte de seu

⁴¹⁷ “Na perspectiva de Marx, a Fórmula Trinitária é um compêndio de (...) ilusões acerca do modo de produção capitalista. Ela resume os quiproquós endêmicos à consciência e linguagem quotidianas sob o capitalismo e reconfirmados pelos amplificadores da «religião quotidiana», os economistas vulgares” (Murray, 2002: 256).

⁴¹⁸ Na verdade, o juro – e não o lucro – é entendido como o produto específico do capital, pelo que a fórmula trinitária pode ser resumida do seguinte modo: capital-juro, terra-renda fundiária, trabalho-salário. Esta questão será discutida um pouco mais à frente.

trabalho que chamamos de trabalho necessário (...) à manutenção e reprodução dessa força de trabalho” (Marx, 1986b/1894: 274). O primeiro passo para compreender o fetichismo trinitário é precisamente o facto de o salário não aparecer como a remuneração da mercadoria força de trabalho, mas como uma grandeza de valor equivalente a *todo* o trabalho fornecido pelo operário durante a jornada laboral completa (cf. 1.12). Derek Sayer expõe a questão nos seguintes termos:

“Se (...) os salários são um reembolso completo do valor que o trabalho adiciona ao produto, então o valor remanescente do produto deve possuir outra fonte e o trabalho não pode ser a única origem do valor. Daqui é apenas um passo até preconizar que, tal como os salários são a remuneração proporcional do trabalho, também os outros rendimentos são remunerações devidas aos outros fatores de produção em proporção às suas contribuições para o valor do produto. Por conseguinte, assim que a relação trabalho *necessário*-salários (que é correta do ponto de vista das condições de produção capitalista) é substituída pela relação trabalho-salários, as duas outras relações fetichistas da fórmula trinitária são imediatamente reforçadas.” (Sayer, 1979: 71, *italico no original*)

Em relação à segunda das relações triádicas, capital-lucro, Marx salienta que o capital aparece como a “forma natural dos meios de trabalho” e que, portanto, possuiria um “caráter puramente material” decorrente da sua função na (re)produção material de qualquer forma de sociedade (Marx, 1986b/1894: 276). Na ótica de Marx,

“Esta ficção nasce (...) da incapacidade de apreender a forma específica da produção burguesa e esta incapacidade, por sua vez, nasce da obsessão de que a produção burguesa é a produção enquanto tal, tal como um homem que crê numa religião particular entende-a como a religião, considerando tudo o resto *falsas* religiões.” (Marx, 1989b/1861-63: 158, *italico no original*)

Neste sentido, o termo “capital não é nada mais que um mero «nome económico» para os meios de produção”, material e socialmente *transhistóricos* (Marx, 1986b/1894: 276); “capital e meios de produção (...) se tornam expressões idênticas” na consciência burguesa (Ibid.). A esta ilusão urge contrapor que “o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social”, i.e., o capital “não é a soma dos meios de produção materiais (...) O capital são os meios de produção *transformados em capital*, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro” (Ibid.: 269, *italico nosso*).

A produção capitalista é ao mesmo tempo um processo de produção material e um processo de *valorização*. Portanto, é somente num contexto histórico e social peculiar que os meios de produção se transformam em capital (cf. 1.4 e 1.5). O senso comum e a ideologia mercantis, ao invés, confundem o capital industrial com a produção *tout court*. Consequentemente, “o capital portador de juros representa, na imaginação popular, a forma do capital *par excellence*” (Ibid.: 118), o verdadeiro capital, não passando o capital industrial de uma forma subalterna do mesmo.

Constatou-se anteriormente que o juro nada mais é do que uma parte do lucro industrial, logo da mais-valia criada socialmente, do trabalho excedente fornecido pela classe operária. O capitalista produtivo cede uma parcela do seu lucro ao capitalista monetário – o juro – e embolsa a parcela remanescente como ganho do empresário (cf. 3.7). Na superfície da sociedade capitalista, porém, esta relação surge completamente invertida: o juro aparece como o “produto autêntico e característico do capital” (Ibid.: 269), “como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório” (Marx, 1986a/1894: 294).

A noção de que o capital portador de juros é o verdadeiro capital, que espolia o capital industrial, atinge o seu clímax grotesco na ideia de que o lucro empresarial não é composto pelo mais-trabalho – pelo trabalho excedente extorquido dos trabalhadores –, sendo, pelo contrário, o suposto salário do capitalista. O ganho empresarial seria a remuneração justa pela sua função de “superintendência” do processo de produção (Ibid.: 284). A inversão vai, portanto, ainda mais longe: a parcela do lucro que constitui o ganho do empresário deixa, paradoxalmente, de ser entendida como lucro e passa a ser percebida como um tipo de salário específico (Marx, 1986b/1894: 269).

Ora, o facto é que, no decurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, essa função de supervisão foi quase inteiramente separada da figura do capitalista: “fica apenas o funcionário e desaparece o capitalista como pessoa supérflua do processo de produção” (Marx, 1986a/1894: 289). Esses gestores e supervisores são, com efeito, trabalhadores assalariados, mas o lucro – e, em particular, o ganho empresarial – naturalmente que não desapareceu. Neste sentido, a própria realidade burguesa encarregou-se de desmentir empiricamente – caso ainda houvesse necessidade disso – a noção absurda do ganho empresarial enquanto “salário de superintendência”.

Importa reter que, através da cisão do lucro industrial em ganho do empresário e juro, a natureza específica da mais-valia é completamente apagada:

“O lucro (que, em si, já é uma forma transmutada da mais-valia) não aparece como a *unidade pressuposta*, a soma total de trabalho [excedente, NM] (...), que é dividida em juro e ganho do empresário. Em vez disso, o juro e o ganho do empresário aparecem como grandezas independentes, cuja soma forma o lucro, o *lucro bruto*.” (Marx, 2015/1864-65: 486, *itálico no original*)

Mas isso não é tudo: “nessas duas formas da mais-valia, a natureza desta, a essência do capital e o caráter da produção capitalista, além de se apagarem por completo, viram-se em seu contrário” (Marx, 1982b/1863: 215). O capital que rende juros é o *prius*, o capital “real”, enquanto o capital industrial é uma mera forma derivada daquele. O ganho do empresário aparece como resultado *óbvio*, inócuo, neutro do processo de (re)produção *material* da Humanidade, cuja forma *social* especificamente capitalista é escamoteada.

Em outras palavras, a produção capitalista é entendida meramente enquanto produção *transhistórica* de bens e serviços, constituindo o lucro empresarial a remuneração devida ao capitalista industrial. Assim, somente o juro aparece como o verdadeiro “lucro” do capital, mas um lucro com origens insondáveis, decorrentes das propriedades místicas do capital monetário *em si*. O capital aufere juros tal como uma macieira dá maçãs. A fórmula trinitária *modificada* acaba por reduzir-se, pois, a: *capital – juros*, terra – renda fundiária e trabalho – salário (Marx, 1986b/1894: 269).⁴¹⁹

⁴¹⁹ A incapacidade de discernir a relação real que se estabelece entre o capital produtivo e o capital portador de juros gera uma crítica truncada do modo de produção capitalista. Estas palavras de Marx são mais atuais do que nunca: “a crítica superficial, exatamente como estima a mercadoria e combate o dinheiro, agora se volta, com sua sabedoria reformista, contra o capital a juros, sem tocar na produção capitalista efetiva, atacando apenas um de seus resultados. Essa polémica contra o capital a juros, (...) que hoje se alardeia como «socialismo»” está completamente equivocada (Marx, 1982b/1863: 191). Marx insurge-se contra Proudhon porque este acredita que eliminando o juro eliminaria todo o valor excedente quando, na verdade, apenas “desapareceria a partilha desse excedente entre duas espécies de capitalista”: o industrial e o monetário (Ibid.: 234). Deste modo, “querer o trabalho assalariado e, com isso, o fundamento do capital, como Proudhon, e ao mesmo tempo querer a eliminação de seus «males» pela negação de uma forma derivada do capital [i.e., do juro, NM] é [proceder como] principiante” (Ibid.: 235). É preciso ter presente que “a abolição do juro e do capital a juros importa (...) na abolição do capital e da própria produção capitalista. Enquanto dinheiro (...) pode servir de capital, pode ser vendido como capital. É pois bem digno dos utopistas pequeno-burgueses querer a mercadoria sem querer o dinheiro, o capital industrial, mas não o capital a juros, o lucro e não o juro” (Ibid.: 201-202). Marx conclui que

Estas considerações reconduzem-nos ao paroxismo do fetichismo envolvido no capital portador de juros (cf. 3.7.2). O juro parece ser completamente independente do dispêndio de trabalho abstrato e, portanto, da mais-valia enquanto apropriação de trabalho excedente: “No capital a juros se apaga a relação do capital com o trabalho. (...) O juro é explicitamente posto como rebento do capital, separado, independente, fora do próprio processo [de produção, NM] capitalista. Cabe ao *capital como capital*” (Marx, 1982b/1863: 212, *itálico no original*).

Nas consciências dos sujeitos capitalistas, o juro possui uma origem evidente na natureza do capital enquanto capital, isto é, uma “fonte própria” (Marx, 1986b/1894: 279). É natural que uma dada soma de dinheiro seja transformada, vencido um certo prazo, numa soma incrementada de dinheiro. Na forma de capital portador de juros, o capital apresenta-se na sua “forma mais estranha e peculiar” (Ibid.). Marx conclui que “o *capital a juros* constitui o fetiche mais completo” (Marx, 1982b/1863: 189, *itálico no original*), pois estamos na presença de um “*fetiche automático*, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nessa forma, não traz mais o estigma de seu nascimento” (Ibid.: 190, *itálico no original*). “Em D – D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e a reificação das relações sociais de produção em sua potência mais elevada” (Marx, 1986a/1894: 294).

Falta analisar a última relação triádica: terra – renda fundiária. Constatou-se que o monopólio da terra permite ao proprietário fundiário intercetar parte da mais-valia social (cf. 3.11). Nas palavras de Marx, “assim como o capitalista ativo extrai o mais-trabalho do trabalhador (...), (...) também o proprietário da terra extrai (...) parte dessa mais-valia ou mais-produto do capitalista, sob a forma de renda” (Marx, 1986b/1894: 273-274).

Esta relação entre renda fundiária e mais-trabalho não é, contudo, evidente na vida quotidiana capitalista. Pelo contrário, parece que a renda é o resultado das propriedades naturais da terra: “Tantos pés quadrados auferem tanto de renda. Nessa expressão (...) uma parte da mais-valia – a renda – *se apresenta relacionada com um determinado elemento da natureza, independentemente do trabalho humano*” (Marx, 1982b/1863: 209, *itálico no original*). É possível fazer uma analogia entre o juro e a renda enquanto formas fenoménicas da mais-valia:

“O mais-trabalho, a verdadeira fonte da renda, não é mais evidente fenomenalmente na forma da renda do que no juro (...). (...) [E]nquanto o valor (...) continuar a ser concebido de modo fetichista como algo derivado das propriedades físicas das coisas, a terra, na qualidade de força [natural, NM] que ajuda a criar essas coisas, aparecerá como um determinante independente do valor e, logo, da renda. (...) A terra será encarada, por assim dizer, como um capital portador de renda.” (Sayer, 1979: 65-66)

O valor do produto anual (cf. 2.6.1.8), isto é, a *massa* de valor social, resolve-se no valor do capital constante (meios de trabalho e matérias-primas), no valor do capital variável (trabalho necessário = salários) e na mais-valia (trabalho excedente). O capital social *produtivo* partilha esta mais-valia – que obtém a forma transmutada de lucro – com os capitalistas monetários (juros) e com os proprietários fundiários (renda), embolsando a parcela remanescente que recebe o nome de ganho empresarial (Marx, 1982b/1863: 225-226). Portanto, salário, juros, renda fundiária e ganho empresarial são apenas as formas de *distribuição* do produto-valor global *preexistente* pelas várias classes (Marx, 1988/1861-63: 158). As formas do rendimento traduzem tão-somente “formas de *distribuição*, pois elas

“o socialismo dirigido contra o capital a juros como «forma fundamental» do capital” constitui “uma crítica mal compreendida”, porquanto identifica o capital *tout court* “com uma de suas formas derivadas” (Ibid.: 198).

expressam [apenas, NM] as relações em que se distribui o novo valor global gerado entre os possuidores dos diferentes agentes da produção” (Marx, 1986b/1894: 311, *itálico nosso*).

É óbvio que “a distribuição pressupõe a existência dessa substância, ou seja, o valor global do produto anual, que nada é senão *trabalho social objetivado*” (Ibid.: 275, *itálico nosso*). Por outras palavras, “o valor tem de existir antes de poder ser transformado em rendimento e assumir essa configuração” (Ibid.: 305). Deste modo, “não são potências dadas (...) cuja adição ou combinação determine a grandeza do valor, mas uma mesma *grandeza de valor*, uma dada *grandeza de valor*” que é redistribuída em várias parcelas que constituem outros tantos rendimentos (Marx, 1982b/1863: 229, *itálico no original*).⁴²⁰ Em particular, “a magnitude da mais-valia é o limite da soma das magnitudes das partes em que ela pode se decompor” (Ibid.: 281).

“Todavia, não é dessa forma que a questão se apresenta para os agentes da produção, para os portadores das diferentes funções do processo de produção, mas, antes, de uma forma invertida. (...) Capital, propriedade fundiária e trabalho aparecem para aqueles agentes da produção como *três fontes distintas* e independentes, das quais se originam enquanto tais três componentes diferentes *do valor anualmente produzido* (...); ou seja, dos quais não só se originam as diferentes formas desse valor *como rendimentos*, que recaem nos fatores particulares do processo social de produção, *senão esse mesmo valor e, com ele, a substância dessas formas de rendimento*.” (Marx, 1986b/1894: 275, *itálico nosso*)

Em virtude da autonomia formal das parcelas do valor, “o todo se torna mistificado” (Marx, 1982b/1863: 226). Assim, “tanto a restituição dos valores adiantados na produção quanto especialmente a mais-valia contida nas mercadorias parecem não apenas se realizar na circulação, mas se originar dela” (Marx, 1986b/1894: 278). Para o senso comum burguês, incapaz de distinguir a essência da aparência (Fausto, 1987b: 207-208), não é o novo valor global produzido pelo trabalho vivo que é posteriormente subdividido em salário, ganho empresarial, juro e renda fundiária; pelo contrário, trabalho, capital e terra são três fontes distintas, independentes de valor. A origem do valor – e da sua posterior distribuição sob a forma de rendimentos específicos – no consumo produtivo da força de trabalho é completamente escamoteada. Para além disso, o principal resultado do processo de produção capitalista – a mais-valia – desaparece de cena: “na vida quotidiana a mais-valia é, em geral, perfeitamente invisível; tudo o que pode ser visto são as várias formas em que a mais-valia é distribuída” (Brewer, 1984: 180).

A fórmula trinitária representa o zénite do fetichismo caracterizado pela “personificação das coisas” e pela “reificação das relações [sociais, NM] de produção” (Marx, 1986b/1894: 280). O capital, entendido alternadamente como o conjunto dos meios de produção *materiais* e como capital monetário – como *dinheiro* –, produz *automaticamente* lucro e juros. O solo cultivado dá renda do mesmo modo que dá cebolas ou batatas. O trabalho, percebido como (re)produção material *transhistórica*, aufere por natureza um salário. Segundo Marx,

“Em capital – lucro, ou, melhor ainda, capital – juros, terra – renda fundiária, trabalho – salário, nessa trindade económica como conexão dos componentes do valor (...) com suas fontes, está completa a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação

⁴²⁰ As relações de distribuição pressupõem “determinados caracteres sociais das condições de produção e determinadas relações sociais dos agentes da produção. A relação determinada de distribuição é, portanto, apenas expressão da relação de produção historicamente determinada. (...) O carácter histórico dessas relações de distribuição é o carácter histórico das relações de produção, das quais elas só expressam um lado” (Marx, 1986b/1894: 314-315).

das relações sociais, a aglutinação imediata das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas.” (Ibid.: 279-280)

Contudo, é absolutamente “natural que os agentes reais da produção se sintam completamente à vontade nessas formas alienadas e irracionais (...) pois elas são exatamente as configurações da aparência em que eles se movimentam e com as quais lidam cada dia” (Ibid.: 280). Por conseguinte, “uma perfeita contradição não tem nada de misterioso para eles”, visto que “nas formas fenoménicas que perderam a coerência interna e que, tomadas em si, são absurdas, eles se sentem tão à vontade quanto um peixe na água. (...) [O] que o bom senso considera irracional é racional e o que considera racional é a própria irracionalidade” (Ibid.: 241).

De modo análogo, é inteiramente “natural que a Economia vulgar, que não é nada mais do que uma tradução didática (...) das conceções quotidianas dos agentes reais da produção, (...) encontre, exatamente nessa trindade em que todo o nexos interno está desfeito, a base natural e sublime (...) de sua jactância superficial” (Ibid.: 280). Em suma,

“Exatamente como um escolástico [só se sente em casa] com Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo, também o economista vulgar, com terra-renda, capital-juros, trabalho-salário. (...) A economia vulgar julga-se tanto mais simples, *conforme à natureza*, e de utilidade pública, tanto mais distante de toda subtilidade teórica, quanto não faz mais do que traduzir as representações comuns numa linguagem doutrinária.” (Marx, 1982b/1863: 220-221, *itálico no original*)

É importante fixar o seguinte: ao contrário do que afirma o senso comum quotidiano e, com um palavreado matematizado mais rebuscado, a *mainstream economics* não é a grandeza dos rendimentos – salário, lucro, juro e renda – que explica a grandeza do valor produzido na economia no seu conjunto. Ao invés, é a grandeza do valor criado previamente que determina a grandeza dos rendimentos em que esse valor será decomposto e distribuído. A *produção* de valor e, em especial, de mais-valia deve ser o ponto de partida, e não a sua *realização*. Ora, a grandeza da mais-valia é determinada na esfera da produção, porquanto depende exclusivamente do trabalho excedente realizado pelos operários.

3.13 – Adenda: a ideologia

A centralidade da noção de ideologia na teoria marxiana é sobejamente conhecida. Todavia, “aquilo que Marx entende por «ideologia» (...) está longe de ser óbvio” (Mirrlees, 2019: 328), pois o autor não apresenta uma definição clara, explícita e consistente deste conceito extremamente complexo (Larrain, 1979: 36; Kolakowski, 1978a: 154; Lefebvre, 1982: 59). Assim, nos últimos 150 anos o seu sentido foi “reconstruído” e reelaborado “a partir dos vários elementos dispersos oferecidos pelos textos” do pensador alemão (Larrain, 1983: 7). Isto originou obviamente múltiplas “interpretações e usos políticos”, muitas vezes “contraditórios” (Mirrlees, 2019: 329).

Visto ser francamente “impossível chegar a um consenso sobre o conceito marxista de ideologia” (Larrain, 1991b: 1), nesta secção começarei por apresentar as duas perspetivas mais frequentes, nomeadamente as aceções de ideologia como de-socialização da consciência (3.13.1) e como legitimação do *status quo* capitalista e da classe burguesa (3.13.2). Depois, exporei detalhadamente aquela que considero ser a leitura mais adequada e profícua do conceito – a ideologia como representação das aparências ou formas de manifestação categoriais capitalistas (3.13.3).

3.13.1 – A de-socialização da consciência

De acordo com a primeira aceção marxista, a ideologia denota todas as formas de pensamento que não têm noção das suas condicionantes *sociais* ou que pura e simplesmente as rejeitam por princípio. As “ideias” surgem como o produto exclusivo da mente humana funcionando em circuito fechado (Chauí, 2008: 63) e que, por isso, se furtam à influência de quaisquer “forças exteriores” (Mirrlees, 2019: 330). Por exemplo, a filosofia idealista da época de Marx “ignora” o fundamento social das ideias porque crê “que «*estes materiais intelectuais*» (...) provêm” exclusivamente “do pensamento” (T. Thomas, 2008: 46, *italico no original*). Leszek Kolakowski resume a questão nos seguintes termos:

“[O]s seres humanos não compreendem as forças que norteiam verdadeiramente o seu pensamento, imaginando que o mesmo é regido inteiramente pela lógica ou por influências intelectuais. Assim iludido, o pensante não está ciente de que todo o pensamento, e particularmente o seu próprio, está sujeito no seu decurso e resultado a condições sociais extra-intelectuais (...). A ideologia é o somatório de ideias (visões, convicções, *partis pris*) referentes, acima de tudo, à vida social – opiniões acerca da filosofia, religião, economia, história, direito, utopias de todos os tipos, programas políticos e económicos – que *parecem existir autonomamente* nas mentes dos seus detentores. Estas ideias (...) são caracterizadas pela inconsciência do sujeito acerca da sua origem em condições sociais e do papel que elas desempenham na salvaguarda ou alteração dessas condições.” (Kolakowski, 1978a: 154, *italico nosso*)

Qual a explicação para esta *de-socialização* da consciência humana? Segundo Marilena Chauí, “o que torna a ideologia possível, (...) a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual”, que se manifesta como (suposta) “independência das ideias com relação ao real” (Chauí, 2008: 79 e 58; cf. Lefebvre, 1982: 67). Em outros termos, a “autonomia dos produtores do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtos desse trabalho, isto é, das ideias” (Chauí, 2008: 92). Portanto, é um fenómeno eminentemente social – “a divisão *social* do trabalho” (Ibid.: 58, *italico nosso*) – que provoca a independência *aparente* do pensamento.

A teoria marxiana não admite outro tipo de explicação pois, conforme se constatou em 1.5.3.2, esta *não* dissocia “a produção das ideias e as condições sociais” (Ibid.: 34). Os “conteúdos” das formas de pensamento “não nascem arbitrariamente” porque “a consciência não é autónoma das formas de *existência* do ser humano” (Larrain, 1979: 39, *italico nosso*; cf. T. Thomas, 2008: 71). Portanto, “as ideias, concepções e sistemas de crenças (...) são (...) produzidos pelas pessoas” no seio das “relações” sociais “dominantes” num determinado tempo e lugar (Mirrlees, 2019: 328; cf. Kolakowski, 1978a: 155-156).

Marx sustenta a co-constituição de sujeito – incluindo a sua consciência – e objeto pela prática. A práxis dos indivíduos objetiva-se em formas sociais que, por sua vez, retroagem como constrangimentos sobre a atividade ulterior dos sujeitos. Então, através da *mediação* da prática, os indivíduos fazem a sociedade, fazem-se *na* sociedade e são feitos pela sociedade. Enquanto elemento mediador da vida social *capitalista*, o *trabalho* encerra modalidades e (pre)disposições específicas de ser, de agir e de *pensar*. Logo, ao contrário do que pretendem os ideólogos, a consciência é sempre uma forma de pensamento *social* de indivíduos *sociais* constituída no decurso das suas atividades e inter-relações *sociais*.⁴²¹ A consciência é *inextricável* da sociabilidade humana (cf. 1.5.3.2).

⁴²¹ Tom Thomas assinala que se estabelece uma “relação particular entre pensamento e atividade prática”, de maneira que “o pensamento de um indivíduo tem sempre uma raiz na realidade social” (Thomas, 2008: 15 e 46).

3.13.2 – A ideologia como legitimação do *status quo* burguês

De acordo com a segunda aceção marxista, bastante disseminada, são ideológicas todas as ideias, teorias e visões de mundo que legitimam os interesses da classe capitalista. O seu “papel” primordial “é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas” (Chauí, 2008: 93) e, desse modo, “assegurar o assentimento dos oprimidos” (Lefebvre, 1982: 76). A ideologia assume-se, então, como “uma arma usada deliberadamente na luta de classes” pela burguesia com vista a manter a sua posição privilegiada (Ibid.: 87; cf. Chauí, 2008: 79).

Estas ideias apoloéticas da classe dominante “são difundidas pela sociedade (...) através das indústrias mediáticas e culturais” (Mirrlees, 2019: 329). Por conseguinte, não se trata, na maioria das vezes, de “representações desvinculadas, isoladas”, mas de “ideias a que é dada uma forma coerente pelos «ideólogos»” (Lefebvre, 1982: 68), mormente jornalistas, cientistas, filósofos, professores e todo o tipo de intelectuais especializados. Porém, a ideologia não se limita a explicar, justificar e normalizar as injustiças sociais (Ibid.: 80); ela *prescreve* igualmente aos indivíduos modos de pensamento e códigos de conduta adequados à manutenção do *status quo*:

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.” (Chauí, 2008: 108-109)

Em suma, através da sua função legitimadora e prescritora, a ideologia possibilita “a primazia económica, social e política” da classe burguesa (Lefebvre, 1982: 68). Uma variante desta segunda aceção – menos maniqueísta mas, também, menos frequente – redireciona o foco das classes para o “sistema” no seu conjunto (T. Thomas, 2006: 12), preconizando que é ideológica “toda a ideia que (...) afirma e perpetua (...) o capitalismo” (Mirrlees, 2019: 328).⁴²²

Quanto mais se desenvolve o modo de (re)produção capitalista, tanto maior é a aparente *necessidade* com que as suas categorias *se apresentam* de antemão aos seres humanos (T. Thomas, 2006: 44-45). Por outras palavras, as formas de pensamento predominantes na modernidade inclinam-se *inconscientemente* para a “naturalização” das categorias “mercantis” (Safatle, 2016: 73; cf. T. Thomas, 2008: 69), quer dizer, encerram a ontologização das relações sociais e económicas capitalistas. Estas são entendidas como relações transhistóricas e, nessa medida, devêm inquestionáveis.

Impõe-se ainda uma breve alusão ao triste destino que este segundo entendimento da ideologia, sobretudo na sua versão classista, sofreu às mãos dos epígonos. Enquanto em Marx o conceito de ideologia é inequívoca e exclusivamente “negativo”, na maior parte dos autores marxistas canonizados a noção recebe uma conotação suplementar “positiva e neutra” (Larrain, 1983: 43). Positiva, pois tal como existe uma ideologia burguesa, há uma pretensa ideologia *operária* oposta que prefigura o socialismo (Mirrlees, 2019: 329 e 332). O caso de Antonio Gramsci é paradigmático neste âmbito. Está-se perante um equívoco total. Conforme observa Jorge Larrain, “Marx (...) nunca descreveu o seu próprio pensamento como ideológico ou como a ideologia do proletariado” (Larrain, 1983: 26).

⁴²² Vladimir Safatle salienta que “a ideologia não é (...) qualquer sistema de ideias, mas os sistemas cuja função é justificar o estado atual de coisas” (Safatle, 2016: 71).

Neutra, porquanto nos casos extremos (Louis Althusser será um dos exemplos mais conhecidos) a ideologia é pura e simplesmente identificada com o pensamento social *tout court*: “De acordo com esta concepção, a ideologia (...) engloba a totalidade das «formas» que permitem às pessoas «devir conscientes» do mundo” (Mirrlees, 2019: 332). Basicamente, a consciência é completamente *subsumida* na ideologia, de maneira que as noções tornam-se virtualmente sinônimas ou co-extensivas: o conjunto das “formas de consciência social” passa a ser exprimido “pelo conceito de «superestrutura ideológica»” (Larrain, 1991a: 249).

Portanto, “a interpelação ideológica é entendida como uma modalidade *transhistórica* de formação do sujeito ou do social, e não como um movimento historicamente particular e imanente do capital” (Best, 2015: 105, *italico no original*). As implicações são de longo alcance: esta interpretação admite sem reservas que existirá igualmente uma ideologia *pós-capitalista*, dado tratar-se de um domínio societário *ontológico*.⁴²³

3.13.3 – Formas de aparência e ideologia

3.13.3.1 – O binómio essência/aparência em Marx

“Isso parece um paradoxo e contrário à observação de todos os dias. Parece também paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.” (Marx, 1996c/1865: 98)

Fiel ao seu objeto de estudo, a crítica da economia política marxiana engloba “dois «momentos «ontológicos»»” (Dussel, 2006: 3) que correspondem a “dois níveis de realidade” (Larrain, 1983: 31). Assim, Marx estabelece “uma distinção central (...) entre (...) *formas fenoménicas* e *relações essenciais* ou, mais sucintamente, entre aparência e essência” (Sayer, 1979: 8, *italico no original*; cf. Mephram, 1994: 218-219). O nível da *produção* da mais-valia, exposto no Livro Primeiro de *O Capital*, constitui a essência nuclear do capitalismo, enquanto o mercado, como esfera da *realização* (Livro Segundo) e da *distribuição* (Livro Terceiro) da mais-valia, representa a aparência ou forma de manifestação dessa essência (Dussel, 1990: 408; Larrain, 1991b: 10; Moseley, 2014: 115; Sanjuán, 2010: 286).

Isto significa que “as «categorias» situam-se” em diferentes “níveis de profundidade” (Dussel, 2006: 3). O locus do “trabalho social” abstrato (T. Thomas, 2008: 60) é o “plano profundo (...), o horizonte *oculto* e fundamental onde se gera o valor” (Dussel, 1993: 120, *italico nosso*). Por sua vez, a esfera da troca é o plano “superficial” (Ibid.: 122) dos “fenómenos” que “«se apresentam» à experiência” imediata dos indivíduos na sua vida quotidiana (Sayer, 1979: 9; cf. Dussel, 2006: 4; T. Thomas, 2008: 51).

Conforme refere César Sanjuán, Marx procura “descodificar estas relações que aparecem na superfície da sociedade e mostrar que são o resultado de um *processo subjacente* que tem lugar na profundidade do sistema, no processo de trabalho” e de valorização (Sanjuán, 2010: 286, *italico no original*). Consegue fazê-lo demonstrando que essência e aparência estão *internamente* relacionadas através de “uma série de mediações” categoriais complexas (Saad Filho, 2002: 14; cf. Best, 2010: 39; Mandel, 1982/1976: 20; Saad Filho, 1997: 110).

⁴²³ Quando a terceira aceção marxiana de ideologia for analisada em 3.13.3, o absurdo desta posição será ainda mais evidente.

Por exemplo, “o trabalho abstrato assume a forma de valor, que assume a forma de valor de troca, que assume a forma de preço” de produção, que assume a forma de preços de mercado (Best, 2015: 117). Marx rastreia, portanto, “o movimento através do qual o princípio (essência) se manifesta e adquire realidade” empírica (Banaji, 1979: 22). Este procedimento teórico revela que as “*mediações*” (valor de troca e preço de produção) “vinculam” as formas de manifestação (preços de mercado) e as categorias essenciais (trabalho abstrato e valor) (Sanjuán, 2010: 280, *italico no original*). Evidencia ainda que as aparências são incompreensíveis sem as relações essenciais subjacentes, pois são estas que as *fundamentam* (Dussel, 2006: 4) e “cuja existência explica por que os fenómenos assumem tais formas” específicas (Sayer, 1979: 9). Recuperando o nosso exemplo, a forma-preço está *contida* na forma-valor, sendo um desdobramento lógico *necessário* da mesma (cf. 1.1.4).

É possível retirar algumas conclusões a partir daquilo que foi exposto nos parágrafos anteriores. Primeiramente, em Marx a essência *não é* algo “absolutamente transcendente”, porquanto “*tem de aparecer (...); se não aparecesse, não seria a essência*” (Reichelt, 2013/1970: 96, *italico no original*). A abstração do valor precisa de “efetivar-se, de tornar-se «ativa»” no mundo social, e apenas pode fazê-lo assumindo certas formas de manifestação (Banaji, 1979: 22).

Em segundo lugar, “a distinção entre «essência» e «aparência» não implica (...) que a «aparência» é menos «real» do que a «essência»” (Mandel, 1982/1976: 20). No modo de (re)produção capitalista, “a própria realidade é a *unidade* de essência e aparência” (Larrain, 1979: 57, *italico nosso*). Assim, recorrendo ao aforismo de Henri Lefebvre, pode-se dizer que “as aparências são reais e a realidade envolve aparências” (Lefebvre, 1982: 62).

O nó da questão, conforme salienta Helmut Reichelt, é que “o capital (...) «aparece» (...), mas aparece – e esse é justamente o ponto de vista decisivo – *ao mesmo tempo que se oculta no ato de aparecer*” (Reichelt, 2013/1970: 96, *italico nosso*).⁴²⁴ Logo, “embora «manifeste» a essência, a aparência fundamentalmente *distorce-a*” (Bellofiore, 2014: 165, *italico no original*).⁴²⁵ Ela “mascara, «mistifica», a realidade profunda” do capitalismo (T. Thomas, 2006: 20). Nisto reside, como se verá em 3.13.3.2, a chave para a derradeira aceção marxiana de ideologia.

Verificou-se no decurso deste capítulo que “a concorrência” no mercado “não explica nada que já não esteja contido na essência do capital, limitando-se a impor a execução das suas leis internas” (T. Thomas, 2006: 35; cf. 3.3.3). Porém, a opacidade das “formas fenoménicas” vela “as relações reais no nível da produção” (Larrain, 1991b: 16) e inverte o seu nexos causal com o nível da circulação. Desta maneira, o mercado não aparece como *resultado* inevitável da lógica do valor, mas como “*causa*” onipotente: “parece (...) que tudo é determinado pela concorrência que reina nesta esfera de compras e vendas” (T. Thomas, 2006: 35 e 32, *italico nosso*).

Embora o preço seja a forma de manifestação “visível do valor, logo, (...) do trabalho” e, por isso, seja “incompreensível sem essa determinação fundamental” (T. Thomas, 2008: 53), ele “difere inelutavelmente do valor” em termos quantitativos (T. Thomas, 2006: 16). Em virtude da “igualização das taxas de lucro” promovida pela concorrência intersectorial, os valores são transmutados em preços de produção (Ibid.). Ambas as grandezas coincidem apenas ao nível do capital *global*, porque o lucro médio de que cada capital individual e setorial se apropria é, de facto, *distinto* da mais-valia gerada diretamente pela força de trabalho que emprega (cf. 3.3.3.7). Para além disso, na sequência do jogo da oferta e da procura, os preços de produção são transmutados em preços de

⁴²⁴ “O fenómeno esconde a essência mesmo quando a revela” (Kosík, 1976: 2).

⁴²⁵ Jorge Larrain secunda esta posição: “as aparências (...) são (...) uma manifestação necessária, embora distorcida, das relações” essenciais “reais” (Larrain, 1983: 36-37); “o problema é que as formas fenoménicas manifestam a produção e, ao mesmo tempo, ocultam-na” (Ibid.: 32-33).

mercado; somente em média, através das suas oscilações mutuamente compensatórias, estes coincidem com aqueles (cf. 3.3.4).

Portanto, a forma-preço manifesta e simultaneamente oculta a forma-valor. De modo análogo, o lucro, enquanto “forma fenoménica da mais-valia”, acaba por “obscurecer a base real da sua existência” (Larrain, 1979: 180).⁴²⁶ Atendo-se exclusivamente às formas de manifestação *imediatas* das categorias capitalistas, tanto o senso comum como a *economics* ignoram as relações entre trabalho abstrato e valor, por um lado, e entre mais-trabalho e mais-valia, por outro, que, no entanto, *predeterminam* a grandeza agregada do bolo distribuído equitativamente pela concorrência sob a forma de lucro médio e que conduz à formação dos preços de produção (cf. 3.3.3.2, 3.3.3.3, 3.3.3.4 e 3.3.3.7).

Em suma, “o processo (...) *real* de concorrência entre os capitais” (Best, 2015: 124, *itálico* nosso) apresenta-se como “um fenómeno que oculta a determinação do valor pelo tempo de trabalho” (Larrain, 1979: 180; cf. Dussel, 1993: 105) e que, para além disso, “mistifica a mais-valia como origem do lucro” (Best, 2015: 124; cf. Larrain, 1979: 56).⁴²⁷ Uma das principais contribuições teóricas de Marx foi justamente a descoberta de que “a *essência*” do modo de (re)produção capitalista “tem de aparecer como *algo distinto de si mesma*” (Murray, 1988: xvii, *itálico* no original). Ou seja, ela deve *necessariamente* manifestar-se, mas fá-lo encarnando formas fenoménicas que, ao mesmo tempo, ofuscam a sua verdadeira natureza.

Tom Thomas salienta pertinentemente que, “a partir desta aparência, bem real, vai-se desenvolver (...) toda uma ideologia mistificadora” (T. Thomas, 2006: 35). Dada a ligação estreita que se estabelece entre as formas sociais e as formas de pensamento, mediada pela prática alienada, o funcionamento das categorias mercantis gera quasi-espontaneamente à sua superfície um entendimento truncado das mesmas pelo senso comum e pela consciência costumeira dos agentes (cf. 3.13.3.2). A essência do capitalismo manifesta-se através de aparências *objetivas* que a contradizem à vista desarmada. Logo, é a própria realidade *sui generis* que ludibria os sujeitos enredados no seu manto nebuloso (Lefebvre, 1982: 62-63).

Isto significa que o “conhecimento «sensível»”, imediato é obviamente insuficiente para explicar cientificamente a sociedade moderna (T. Thomas, 2008: 52-53). Com efeito, a *investigação* desta “realidade social” peculiar exige “um trabalho intelectual” específico (Ibid.: 52) capaz de penetrar as aparências e, assim, descortinar a essência camuflada (Larrain, 1979: 40; Geras, 2005: 190). Uma vez concluída esta fase de investigação, é preciso proceder à *exposição* teórica dos seus resultados, que “percorre o caminho inverso, partindo da essência para chegar à plena compreensão de todas as suas manifestações concretas particulares” (T. Thomas, 2008: 58). Trata-se do caminho efetivamente trilhado por Marx nos três Livros que compõem *O Capital* (Shortall, 1994: 435).

⁴²⁶ “[A] forma do lucro mascara a sua origem e conteúdo reais” (T. Thomas, 2006: 20).

⁴²⁷ Ao longo da 1ª parte foram expostas outras aparências reais, mas mistificadoras, destacando-se nomeadamente: i) a “forma-salário” (T. Thomas, 2006: 18), que se apresenta à consciência rotineira como o “valor do trabalho” realizado, e não como o valor da mercadoria força de trabalho (cf. 1.4.2, 1.12 e A2.3); ii) a chamada “fórmula trinitária”, em que os rendimentos auferidos pelo capitalista (lucro), pelo operário (salário) e pelo proprietário fundiário (renda) não são apreendidos como a decomposição do valor total criado unicamente pelo trabalho abstrato, mas como sendo criados, através de mistérios insondáveis, pelo respetivo “fator de produção”: o capital geraria um valor equivalente ao lucro, o trabalho geraria um valor equivalente ao salário e a terra geraria um valor equivalente à renda (cf. 3.12); iii) o capital portador de juros, que aparece como uma propriedade mágica “inata” do dinheiro gerar mais dinheiro, resumida no movimento $D - D'$ (Best, 2015: 132), perdendo-se assim de vista a mediação desse movimento com o ciclo do capital produtivo e o consequente entendimento do juro como uma parcela do lucro industrial (cf. 3.7.1, 3.7.2 e 3.12).

3.13.3.2 – A ideologia como representação das aparências

Chegamos então, finalmente, à terceira aceção marxiana de ideologia, que considero ser a mais profícua. Conforme observa Beverley Best, “a dinâmica (...) essência-aparência” é o cerne desta “teoria crítica da ideologia” (Best, 2015: 120). Verificou-se no item pretérito que “as formas fenoménicas (...) ofuscam as relações” essenciais “de que são formas de manifestação” (Sayer, 1979: 9). Assim, as categorias que se apresentam à “experiência imediata” (Ibid.) dos indivíduos são *objetivamente* “enganadoras” (Sayer, 1987: 93).

Mediante o seu “envolvimento (...) na prática” quotidiana que *constitui* socialmente esses fenómenos, os sujeitos reproduzem-nos “na consciência” (Larrain, 1979: 60), apreendendo a sociedade e organizando as suas vidas com base nessas *representações* (Kosík, 1976: 1ss). Portanto, “a ideologia (...) nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade” (Chauí, 2008: 84) com base no “conhecimento sensível” mistificador adquirido “empiricamente” (Thomas, 2008: 54; cf. Lefebvre, 1982: 87). Ela “mascara (...) a essência dos fenómenos” (Thomas, 2006: 21).

“Por conseguinte, a consciência ideológica pode ser definida como uma consciência que se mantém fixada nas aparências exteriores que ocultam (...) a essência (...) [A] representação ideológica é (...) a projeção na consciência de aparências petrificadas produzidas pela prática humana. A ideologia (...) toma um aspeto da realidade, as aparências, e confere-lhes uma autonomia e independência que efetivamente não possuem. Neste sentido, a ideologia fetichiza o mundo das aparências, separa-o das suas ligações reais [com a essência, NM].” (Larrain, 1979: 58)

Note-se que “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenómeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições (...) da existência social dos indivíduos” (Chauí, 2008: 73). Está-se perante um movimento duplo *convergente*. Por um lado, “o capital é uma ontologia social que acarreta (...) um modo particular de percecionar, conhecer e representar o mundo”, quer dizer, “as aparências geradas imanentemente pelo capital” dão origem a “formas de pensamento *objetivas*” (Best, 2015: 123 e 112-113, *itálico* nosso). Nas palavras de Jorge Larrain, “o mundo (...) das formas fenoménicas induz formas de consciência ideológicas” (Larrain, 1983: 34).⁴²⁸

Por outro lado, é a prática socialmente sintética dos indivíduos que constitui as formas sociais hodiernas, inclusive as formas de manifestação da essência. Neste sentido, “os sujeitos (...) são parte ativa em práticas que (...) potenciam as aparências do mercado” (Larrain, 1991b: 16). Ao representá-las promovem “a fetichização da circulação como horizonte ontológico a partir do qual se conhece tudo o que se apresenta no sistema capitalista” (Dussel, 1993: 123-124). Obviamente que estas representações ideológicas não decorrem “de uma pessoa isolada”, mas são o resultado da prática *coletiva* mediante a qual os seres humanos (re)produzem a sociedade e “obtêm um certo conhecimento da realidade” (T. Thomas, 2008: 54).⁴²⁹

⁴²⁸ Tom Thomas secunda esta leitura: “o mundo da aparência (...), as formas fenoménicas assumidas pelas relações sociais capitalistas nas suas manifestações imediatas e espontaneamente visíveis induzem” a ideologia (T. Thomas, 2006: 8). Assim como John Mepham: “A ideologia nasce da opacidade da realidade, quer dizer, do facto de as formas em que a realidade «se apresenta» aos seres humanos, ou formas de aparência, ocultarem aquelas relações [essenciais, NM] reais que produzem as aparências. (...) [A]s formas fenoménicas (...) tornam invisíveis as relações [essenciais, NM] reais e, assim, dão origem à ideologia burguesa” (Mepham, 1994: 217).

⁴²⁹ Evidentemente que, apesar de a ideologia ser a forma de pensamento dominante na modernidade capitalista, nem todas as “formas de consciência” são ideológicas (Larrain, 1979: 50). Em outros termos, “a ideologia é um caso particular, um modo de ser específico de certas ideias” (Larrain, 1983: 21). O caráter *contraditório* do modo de (re)produção capitalista, a *não-identidade* dos seres humanos e da realidade sensível/natural com a abstração do valor e o papel *ativo* mediador da prática permitem a existência de formas autorreflexivas de pensamento não-ideológicas, mormente de uma consciência crítica do sistema (cf. 5.2.5.3, 5.3 e 6.7)

Ademais, importa salientar que as múltiplas formas fenoménicas são “interdependentes” (Mephram, 1994: 215), quer dizer, “reforçam-se mutuamente” através da criação de uma autêntica “*estrutura* de aparências” (Ibid.: 225, *italico* no original). Logo, a ideologia assume-se como “uma matriz de pensamento firmemente ancorada nas formas da (...) vida social” hodierna “e organizada num conjunto de categorias” reciprocamente implicadas, e não como um mero “somatório” de mistificações “autónomas” (Ibid.: 227).

O ofuscamento da produção – e a correspondente *absolutização* da “circulação” (Dussel, 1993: 124) – subjacente à consciência ideológica é ao mesmo tempo uma *inversão* (Lefebvre, 1982: 64), porquanto na esfera da concorrência tudo *se apresenta* “de cabeça para baixo” (Larrain, 1991a: 249) à “experiência imediata” dos sujeitos (Chauí, 2008: 61). Portanto, “a origem da inversão ideológica é uma inversão da própria realidade” (Larrain, 1991a: 248), ou seja, é a “aparência social” que põe “como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência” e, desse modo, provoca uma “representação invertida” (Chauí, 2008: 94 e 61) que atribui ao mercado o derradeiro poder determinante da realidade socioeconómica capitalista.

Consequentemente, o termo “falsa consciência” – que “nunca foi utilizado por Marx” e “foi usado uma única vez por Engels na sua correspondência” (Best, 2015: 111) – é desadequado para caraterizar a aceção marxiana de ideologia (T. Thomas, 2006: 45). Isto porque as “formas fenoménicas” do capital não constituem “ficções subjetivas” (Larrain, 1979: 59), alucinações de uma “consciência individual” (Larrain, 1991b: 14) ou simples “ilusões, no sentido de erros puramente lógicos ou cognitivos” (Larrain, 1983: 12).⁴³⁰ Pelo contrário, “as aparências (...) são expressões inteiramente objetivas e *necessárias* (...) da essência (...) do capital” que, embora “reais” (Best, 2015: 113, *italico* no original), se revelam “enganadoras” (Mephram, 1994: 234).

Apesar de serem mistificadoras, as formas de pensamento ideológicas disseminam-se e devêm hegemónicas pois, dentro de certos limites, “possuem de facto um grau suficiente de eficácia na inteligibilidade da realidade social e na orientação da prática” (Ibid.: 213 e 232).⁴³¹ Conforme salienta Tom Thomas, essas ideias “não seriam dominantes (...) se não repousassem sobre nenhuma coisa aparente, sobre nenhum fragmento da realidade” (T. Thomas, 2006: 11). Elas impõem-se aos indivíduos “porque refletem (...) fenómenos que qualquer um observa” (Ibid.) e, dessa maneira, “devem ser consideradas praticamente adequadas em face da experiência” *imediata* “do sujeito cognoscente” (Sayer, 1979: 8).

Na realidade, e não somente no pensamento, “o valor (...) apenas aparece metamorfoseado em preço”, enquanto “a mais-valia apenas aparece sob a forma transmutada de lucro” (T. Thomas, 2006: 44). Neste contexto, as formas fenoménicas do preço, do lucro e do salário revelam-se apropriadas e *suficientes* para nortear os assuntos costumeiros dos agentes na sociedade capitalista, ou seja, permitem que “os seres humanos levem a cabo sua atividade quotidiana e que dela retirem um sentido” (Sayer, 1979: 8).

Por último, Marx defende que “a ciência consegue penetrar” teoricamente “nas formas fenoménicas da realidade” e descortinar as “relações” essenciais que se escondem “abaixo da superfície” (Larrain, 1979: 173). Todavia, não está talhada para abolir a ideologia porque esta “não é simplesmente um erro cognitivo que possa ser superado por um pensamento mais adequado” (Ibid.), mas encontra-se firmemente ancorada na realidade social burguesa – no seu modo de *aparecer* (Best, 2015: 136; cf. Kolakowski, 1978a: 155). Assim, a dissolução das construções ideológicas exige a “transformação prática das relações sociais que as suportam” (Larrain, 1979: 181; cf. Larrain, 1991b: 12). Somente a superação do modo

⁴³⁰ Não se trata de “algum tipo de percepção defeituosa de factos claramente apreensíveis” (Mephram, 1994: 233-234).

⁴³¹ “Defender o contrário seria conceder precisamente a independência da consciência em relação à experiência que Marx nega na sua crítica do idealismo” (Sayer, 1979: 8).

de (re)produção capitalista – e a correspondente “erradicação da forma-valor” (Best, 2015: 130) – poderá instaurar formas de pensamento *não*-ideológicas (Larrain, 1983: 34).

Constatou-se que a ideologia é o conjunto das ideias, representações, teorias e formas de pensamento presas às *aparências* das formas sociais modernas. Julgo que dois ou três breves exemplos podem ajudar a concretizar as dimensões do conceito mencionadas neste item. No que se refere aos operários, *todos* estão familiarizados com a forma-salário: sabem que têm de cumprir uma jornada diária, por hipótese de 8 horas, para auferir um dado rendimento. *Poucos* saberão que o salário é a forma fenoménica do valor da *força de trabalho* e que é esta que é paga, não o “*trabalho realizado*”.

Raros se aperceberão que a jornada laboral se decompõe nas parcelas do trabalho necessário, na qual criam um valor equivalente àquele do cabaz de bens adquiridos com o salário, e do *mais-trabalho*, na qual produzem a mais-valia. Quando muito, perante um *lucro* considerado *subjetivamente* excessivo – cuja origem *exclusiva* no trabalho excedente da sua classe *não* descortinam, atribuindo-o a um ganho obtido pelos patrões no *mercado* com a *venda* das mercadorias produzidas – reclamarão uma repartição do rendimento mais favorável em termos salariais.

A sua própria prática – o trabalho abstrato – constitui formas sociais (valor, mais-valia) que se manifestam através de aparências objetivas mistificadoras (preços, lucro, salário, etc.). No entanto, o desconhecimento da natureza *essencial* do valor da força de trabalho, do valor, do trabalho produtivo⁴³² e da mais-valia não impede os operários de levarem a cabo a sua vida quotidiana. Por outras palavras, a necessidade compulsiva de trabalhar em troca de um salário e de comprar mercadorias para assegurar a sua subsistência revela-se praticamente adequada e suficiente para se mover no mundo (das aparências) quotidiano capitalista.⁴³³

O mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, ao capitalista. Este sabe que investindo uma soma *x* na compra de matérias-primas, de maquinaria e na contratação de trabalhadores consegue auferir um ganho *y* no mercado sob a forma de lucro. Que o lucro é uma forma fenoménica da mais-valia e que esta é produzida unicamente pelo (mais-)trabalho é algo que lhe escapa pois sua experiência empírica diz-lhe o *contrário*: ainda que empregue poucos ou, no limite, nenhuns trabalhadores, continuará a realizar o mesmo lucro médio e, possivelmente, um sobrelucro (temporário) por via da racionalização.

Isto diz-nos duas coisas. Em primeiro lugar, “a ideologia não é o resultado de uma conspiração da classe dominante para enganar as classes dominadas” (Larrain, 1991b: 11), porquanto “não é a *classe* burguesa que produz ideias mas a *sociedade* burguesa” (Mephram, 1994: 213, *itálico no original*).⁴³⁴ Neste sentido, “a própria realidade das relações de mercado cria um mundo de aparências que engana as pessoas”, de tal maneira que “os capitalistas, tal como os operários, enquanto portadores e agentes do sistema capitalista, são ludibriados pelo funcionamento do mercado” (Larrain, 1991b: 15 e 17).⁴³⁵ Em segundo lugar, as formas de

⁴³² Por exemplo, será deveras difícil convencer um empregado bancário ou um operador de caixa do supermercado que a sua atividade é *improdutiva* do ponto de vista do sistema no seu conjunto.

⁴³³ Note-se que a esfera da circulação e da concorrência constitui o ponto de vista privilegiado dos trabalhadores porque estes, antes de o serem, durante a sua infância e juventude, são primariamente *consumidores* socializados pelo processo incessante de transações monetárias. Tudo o que desejam – brinquedos, jogos, doces, material escolar, bilhetes de cinema e de outros espetáculos, etc. – tem uma etiqueta com um preço. A sua existência social é mediada pelas compras/vendas sucessivas no mercado.

⁴³⁴ “Se se quiser falar de uma lavagem cerebral generalizada, então ela terá de ser imputada às próprias formas da realidade social” (Mephram, 1994: 234).

⁴³⁵ “O capitalista (...) também não compreende nem controla (...) os processos de produção nos quais investiu o seu dinheiro” (T. Thomas, 2006: 28).

aparência categoriais e as respectivas representações ideológicas são inteiramente apropriadas à conduta quotidiana do funcionário do capital.

Finalmente, resta acrescentar que virtualmente toda a teoria da *economics* é ideológica porque se cinge aos fenómenos do mercado (oferta/procura, preços, concorrência) e às relações de *distribuição* capitalistas (salário, lucro, juros, renda), subscrevendo uma ou outra variante da chamada “fórmula trinitária” (cf. 3.12). As relações de produção e as respectivas categorias – trabalho abstrato, trabalho socialmente necessário, valor, processo de valorização, mais-valia, etc. – são completamente escamoteadas. Assim, a *economics* “limita-se a traduzir a consciência comum – ludibriada pelas aparências superficiais – (...) para uma linguagem doutrinária” (Larrain, 1979: 188; cf. T. Thomas, 2006: 39).

3.14 – As classes sociais

3.14.1 – Capitalista e trabalhador como personificações antagonistas do valor

Nos manuscritos preparatórios de *O Capital* – nomeadamente, nos *Grundrisse*, no *Urtext*, em *Para a Crítica da Economia Política*, no *Manuscrito Económico de 1861-63* (que compreende as *Teorias da Mais-Valia*), nos *Resultados do Processo de Produção Imediato* e no *Manuscrito Económico de 1864-65* – as classes sociais desempenham um papel marginal na teoria marxiana. Em relação a *O Capital* propriamente dito, o capítulo sobre as classes surge apenas no final do Livro Terceiro e é composto por brevíssimas notas interrompidas bruscamente.⁴³⁶

A questão que se coloca é naturalmente saber como deve ser interpretada esta quasi-ausência (aparentemente) enigmática, na obra de Marx, daquela que virá a tornar-se a *categoria-chave* para grande parte dos seus epígonos. A primeira solução passa por negar completamente o problema, forçando uma leitura “política”, proletarizante da teoria madura de Marx; assim, defende-se obstinadamente que a luta de classes é efetivamente o cerne de *O Capital* (cf. Cleaver, 2000). A segunda linha de interpretação reconhece esta ausência *evidente* das classes, enquanto fator explicativo *primordial*, como uma lacuna grave que deve ser colmatada através da construção de uma “economia política da classe operária” (cf. Lebowitz, 2003; Shortall, 1994: 113-131).

A terceira interpretação preconiza que a relegação das classes para uma posição secundária não é uma falha da teoria de Marx, mas reflete o funcionamento peculiar da sociedade mercantil moderna. É na natureza específica do objeto de estudo – o modo de produção capitalista – que o método de investigação marxiano e a ordem da sua exposição teórico-conceptual encontram a justificação derradeira. Dado que “o valor (...) é (...) a relação essencial no capitalismo” (Jappe, 2006: 92),

“os fenómenos visíveis, os movimentos dos atores sociais, as classes e os respetivos conflitos tal como podem ser observados na vida de todos os dias não constituem o ponto de partida da análise. Não são os elementos últimos aos quais se pudesse reportar a vida social e económica; bem pelo contrário, são formas derivadas, consequências de uma outra coisa que está «por trás» delas – a lógica do valor. (...) [A] verdade é que não haveria que esperar outra coisa numa sociedade fetichista, baseada na inversão da relação entre o concreto e o abstrato, entre o homem e os seus meios, entre sujeito e objeto. (...) As formas elementares do capitalismo têm o seu lugar num nível mais profundo do que o

⁴³⁶ “Em *O Capital*, Marx escreve várias vezes acerca das classes, mas não existe qualquer tentativa de um tratamento sistemático ou sequer de uma definição. Somente no final do Livro Terceiro é que Marx inicia uma secção sobre as classes, sendo precisamente nesse ponto que o manuscrito é interrompido após umas poucas frases. A partir desta organização [da exposição, NM] é possível constatar que uma análise sistemática das classes *não é a pré-condição da análise de Marx*, mas, ao invés, algo que deverá surgir [apenas, NM] no final como seu *resultado*” (Heinrich, 2012: 192, *italico* nosso).

da existência das classes sociológicas. (...) De um ponto de vista lógico, é o valor que conduz à criação das classes.” (Ibid.: 85)

Werner Bonefeld diz-nos que as classes sociais corporizam “a relação entre personificações antagonistas da lei do valor” (Bonefeld, 2014: 115). Esta asserção encontra amplas evidências textuais, por exemplo no ensaio “O Rendimento e as suas Fontes”, onde Marx refere que “o trabalho como trabalho assalariado e as condições de trabalho como capital (...) são expressões da mesma relação, somente a partir de seus diferentes polos” (Marx, 1982b/1863: 213). Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx assevera que “o capitalista enquanto tal é somente função do capital e o trabalhador função da força de trabalho. É pois lei que o desenvolvimento económico reparta essas funções por pessoas diferentes” (Marx, 1980/1863: 379). Por sua vez, nos *Resultados*, é possível ler o seguinte:

“As funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções do *próprio* capital – do valor que se valoriza sugando trabalho vivo – exercidas *com consciência e vontade*. O capitalista só funciona enquanto capital *personificado*, [o capitalista] é o capital enquanto pessoa; do mesmo, o operário funciona unicamente como *trabalho* personificado, [trabalho] que a ele pertence como suplicio” (Marx, 1975/1864: 44, *itálico no original*).

Marx é bastante claro a respeito da *reificação* inerente às relações e às *classes* sociais desde o início do Livro Primeiro de *O Capital*: “aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias económicas” (Marx, 1996a/1867: 131). Não é, portanto, a dominação direta que caracteriza o modo de produção capitalista, mas a dominação *impessoal* das categorias económicas, conforme se lê nas *Teorias da Mais-Valia*:

“[O]s *meios de produção*, as condições objetivas de trabalho, (...) não se apresentam subsumidos ao trabalhador; este é que aparece a eles subsumido. Não é o trabalhador que os usa, mas eles que o usam. (...) Não são meios para o trabalhador gerar produtos (...). Ao contrário, o trabalhador é para eles meio tanto de lhes conservar o valor, quanto de criar mais-valia (...). Em sua simplicidade, essa relação já é uma perversão, personificação da coisa e coisificação da pessoa; pois o que distingue essa forma [social] de todas as anteriores é que o capitalista domina o trabalhador não por força de um atributo pessoal, mas apenas enquanto é «capital»; esse poderio é tão-só o do trabalho materializado sobre o vivo, do produto do trabalhador sobre o próprio trabalhador.” (Marx, 1980/1863: 362-363, *itálico no original*)

Encontra-se a mesmíssima ideia no Livro Segundo de *O Capital*:

“[N]a base da produção capitalista, à massa dos produtores imediatos se contrapõe o carácter social de sua produção na forma de uma autoridade rigorosamente reguladora e de um mecanismo social do processo de trabalho articulado como hierarquia completa – autoridade que, contudo, só recai em seus portadores como personificação das condições de trabalho diante do trabalho e não, como em formas anteriores de produção, como dominadores políticos ou teocráticos”. (Marx, 1985b/1894: 314)

E nos *Resultados*: “A dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor” (Marx, 1975/1864: 44). A “autovalorização do capital” é um fim completamente absurdo que, “sob certo ponto de vista, faz o capitalista aparecer como que submetido a uma servidão para com a relação do capital que é igual (...) à do seu polo oposto, à do operário” (Ibid.: 45). O capital assume-se “como uma coação que os capitalistas

se infligem e infligem aos operários e, portanto, na realidade, como lei do capital contra uns e outros” (Ibid.: 111).

Em síntese, “a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas” (Marx, 1996b/1867: 225), pelo que “o próprio capital domina o capitalista” (Marx, 1993/1844: 120). Segundo Marx, não se pode responsabilizar o indivíduo “por relações sociais das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas” (Marx, 1996a/1867: 132).

Pode concluir-se que “tanto o trabalhador como o capitalista são personificações da realidade pervertida do valor” (Bonefeld, 2014: 108). Nesta medida,

“o conflito entre o trabalho e o capital, por importante que tenha sido historicamente, é um conflito no interior do capitalismo. Trabalho assalariado e capital mais não são do que dois estados de agregação da mesma substância: o trabalho abstrato coisificado em valor. São dois momentos sucessivos do processo de valorização, duas formas do valor. O marxismo tradicional, com o seu conceito muito limitado de capitalismo, negligencia precisamente o que constitui as classes e aquilo cuja distribuição elas disputam, o que as classes têm em comum e aquilo de que ambas são elemento: o valor. As classes não constituem um antagonismo absoluto; elas são formas com o auxílio das quais se realiza o sujeito automático. (...) Segundo Marx, o capital não é uma «coisa», mas sim uma «relação social». Isso significa que tanto os trabalhadores como os proprietários fazem parte do capital. (...) [A] classe capitalista e a classe operária são as *consequências* da organização do trabalho social nas categorias do capital e do trabalho assalariado, e não os criadores dessa organização”. (Jappe, 2006: 94, *italico no original*)

Visto que está *subsumida* na lógica do valor, “a classe é uma categoria objetiva” que “denota uma relação social que é independente dos indivíduos, embora prevaleça apenas através deles” (Bonefeld, 2014: 102). A divisão *funcional* dos indivíduos em “grupos sociais distintos, que funcionam no quadro de uma estrutura de mercado abstrata”, é tão-somente a expressão palpável do “«mundo enfeitado» do capital enquanto sujeito automático social” (Ibid.: 115). Portanto, “cada vez que Marx fala de pessoas ou de indivíduos no plano teórico, trata-se sempre de personificações das relações económicas reais, ou de máscaras (figuras) das categorias económicas propriamente ditas” (Guerrero, 2010: 17).

3.14.2 – Critérios para a definição empírica das classes sociais

3.14.2.1 – Papel desempenhado no processo de produção

Ruy Fausto salienta que a “teoria das classes” de Marx se encontra dispersa por “textos que permaneceram fragmentários” (Fausto, 1987b: 202). Leszek Kolakowski acrescenta que Marx nunca “definiu claramente o conceito de classe” social (Kolakowski, 1978a: 353). Bertell Ollman vai mais longe e defende que o termo “classe” é utilizado de formas “variadas e aparentemente contraditórias” ao longo de *O Capital* (Ollman, 1968: 576). A única certeza inabalável é a sua conceção tripartida das classes que compõem a sociedade capitalista:

“Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respetivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.” (Marx, 1986b/1894: 317)

Como se viu em 3.12, salário, lucro (ganho empresarial + juros) e renda fundiária são relações de distribuição que não possuem qualquer independência face às relações de produção (Fausto, 1987b: 211-212). Consequentemente, “a base para a distinção das classes parece ser a relação de um grupo face ao modo de produção prevalecente” (Ollman, 1968: 573), isto é, “num sentido estrutural, as classes são determinadas pela sua posição no processo de produção social” (Heinrich, 2012: 192). Isto significa que “uma pessoa pode pertencer a uma classe social particular sem estar necessariamente ciente disso” (Ibid.).

Segundo Kolakowski, o principal critério diferenciador das classes é, então, “o poder de controlar os meios de produção e, portanto, desfrutar dos valores criados pelo mais-trabalho de outrem” (Kolakowski, 1978a: 354). Obviamente que os meios de produção devem ser entendidos em sentido amplo, incluindo a posse dos meios de trabalho e das matérias-primas, do capital monetário ou do solo. Este critério estabelece uma linha divisória entre “o conjunto das classes exploradoras, i.e., aquelas que tiram proveito do mais-trabalho” alheio (Ibid.) – capitalistas industriais, comerciais, monetários e proprietários fundiários – e “os vendedores da sua força de trabalho, i.e., os trabalhadores assalariados” (Ibid.).

Ruy Fausto levanta uma questão pertinente: nos textos de Marx o trabalho assalariado parece ser uma categoria mais vasta do que o proletariado. Assim, a “noção de «proletário» corresponde à de trabalhador produtivo, e na realidade de trabalhador produtivo não-qualificado (ou «pouco» qualificado) já que esse é o caso geral-essencial” (Fausto, 1987b: 234n45). Para além dos proletários, a categoria de trabalhador assalariado inclui todos os indivíduos “que trocam a sua força de trabalho com o capital, mas que trabalham fora do processo imediato de produção, isto é, aqueles que trabalham para o capitalista comercial e o capitalista «a juro»” (Ibid.: 222).

3.14.2.2 – Qualificação, posição hierárquica e nível salarial

À primeira vista o critério do papel desempenhado no processo de produção não parece suscitar grandes objeções. Porém, em termos empíricos, nem sempre é fácil estabelecer a pertença *inequívoca* de um indivíduo a uma certa classe. Michael Heinrich salienta que

“a propriedade ou não-propriedade dos meios de produção não é o único critério decisivo no que concerne à afiliação de classe. O presidente do Conselho de Administração de uma empresa pode ser formalmente um trabalhador assalariado, mas na verdade ele é um «capitalista funcionante»: ele dispõe de capital (mesmo que este não seja sua propriedade pessoal), organiza a exploração, e o seu «pagamento» não se baseia no valor da sua força de trabalho, mas no lucro produzido. Em contraste, muitas pessoas que são formalmente trabalhadoras independentes (...) vivem *de facto* da venda da sua força de trabalho” (Heinrich, 2012: 193).

Ruy Fausto argumenta de modo análogo, frisando que a pertença à classe dos trabalhadores assalariados possui “limites (...) no que concerne à qualificação, à posição hierárquica ou à grandeza do salário” dos indivíduos (Fausto, 1987b: 227). O autor expõe o problema nos seguintes termos:

“Que alguma qualificação, um nível de salário superior ao do possuidor de uma força de trabalho simples, e mesmo algum poder, não são incompatíveis com a condição de membro da classe dos trabalhadores assalariados parece evidente. Mas também é evidente que, nos três planos, essa compatibilidade tem um limite. Quando o trabalhador se eleva em uma dessas três escalas ele *tende a perder* as determinações que caracterizam a condição de membro da classe (pelo caráter peculiar da força de trabalho que ele

possui, pelas condições da função que ele exerce, ou pelas duas coisas).” (Ibid.: 228-229, *itálico no original*)

Fausto distingue, pois, três níveis de trabalhadores. No primeiro nível encontram-se aqueles que possuem uma “força de trabalho simples”, estão completamente subjugados à “autoridade do capitalista” ou auferem um salário que apenas possibilita um nível de vida “normal” (Ibid.: 229). Todos estes indivíduos pertencem inquestionavelmente à classe dos trabalhadores assalariados.

No segundo nível encontram-se os trabalhadores qualificados, aqueles que – apesar de estarem submetidos ao controlo do capitalista – exercem algum tipo de autoridade sobre outros trabalhadores ou que auferem “um salário (bem) superior ao necessário à conservação e reprodução do indivíduo enquanto trabalhador assalariado” (Ibid.). Ultrapassado um certo limiar, qualquer um destes fatores pode colocar em causa a pertença do indivíduo à classe dos trabalhadores assalariados.

No terceiro nível encontram-se os indivíduos que poderão ser designados por gestores: o seu salário elevado e a enorme autoridade que exercem no dia-a-dia apartam-nos definitivamente da classe dos trabalhadores assalariados: “o *manager* só recebe de facto um salário. Mas ele recebe um salário por um trabalho que continua sendo (...) «um trabalho ligado à exploração»” (Ibid.: 233). Assim, não é possível “estabelecer nenhuma identidade de situação entre o *manager* e o trabalhador assalariado”, ainda que “os agentes do «trabalho de exploração»” não sejam, “sem mais, capitalistas: eles fazem parte de uma «classe» que na situação clássica pelo menos está fora das grandes classes, mas está próxima da classe dos proprietários do capital” (Ibid.).

3.14.2.3 – Consciência de classe

Embora não seja consensual,⁴³⁷ a *consciência* da pertença a uma dada classe reveste-se de uma enorme importância no campo marxista. Na perspectiva de Leszek Kolakowski, “uma condição essencial para a existência de uma classe é (...) que deve existir pelo menos o germen da consciência de classe, um sentimento elementar de interesse comum e de oposição partilhada face às outras classes” (Kolakowski, 1978a: 356), ou seja, “antes de ser possível falar de classe, deve existir uma comunidade real de interesses manifestando-se na prática” (Ibid.). Em suma, “um aspeto essencial de uma classe é a demonstração de uma solidariedade espontânea em oposição às outras classes, embora isso não impeça os seus membros de rivalizarem mutuamente” (Ibid.: 355).

Bertell Ollman secunda esta posição, entendendo a consciência de classe como o elemento que cimenta a unicidade de uma classe:

“É apenas (...) porque Marx identificou grupos na (...) sociedade com diferentes relações face ao modo de produção prevalecente, conjuntos de interesses económicos opostos baseados nestas relações, uma correspondente diferenciação cultural e moral, *uma consciência crescente no seio destes grupos da sua unicidade e dos seus respetivos interesses, e – em resultado desta consciência – o desenvolvimento de organizações*

⁴³⁷ Werner Bonefeld, por exemplo, defende que “a classe não é primariamente uma categoria da consciência” (Bonefeld, 2014: 114). Na ótica do autor, “a caracterização do capitalista e do operário como «personificações das categorias económicas» (...) sugere que a classe não é uma categoria subjetiva que decorre da consciência de classe. Ao invés, sugere que a classe é uma categoria objetiva de uma sociedade falsa”, invertida (Ibid.: 101). Com efeito, “na crítica de Marx, raramente existem referências à «consciência de classe» (...). A sua noção de classe trabalhadora, assim como aquela da classe capitalista, era «objetiva» na medida em que tanto o trabalhador assalariado como o capitalista são personificações de um mundo social que subsiste, contraditoriamente, como uma relação entre coisas” (Ibid.: 108).

sociais e políticas que promovem esses interesses, que ele construiu o seu conceito peculiar de «classe».” (Ollman, 1968: 580, itálico nosso)

A consciência de classe corporiza-se na “hostilidade que a classe revela face às suas classes oponentes. Quer seja no trabalho, na política ou na cultura, uma característica essencial que distingue cada classe é o antagonismo nessas esferas face às demais classes” (Ibid.: 577-578). Evidentemente que a pedra de toque do marxismo tradicional é que a consciência de classe do proletariado conduzi-lo-á à exacerbação deste antagonismo e à transformação revolucionária da sociedade.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 4 – Breves apontamentos sobre a teoria marxiana do Estado

O interesse de Marx no Estado é sobejamente conhecido.⁴³⁸ Com efeito, o autor pretendia originalmente dedicar-lhe um volume da sua *Crítica da Economia Política* – o Livro IV do plano de 1858 (cf. Introdução biobibliográfica e Anexo 1). Todavia, como já se sabe, não chegou sequer a escrever um rascunho dessa obra (Mandel, 1982/1976: 84). Assim, a teoria político-jurídica de Marx encontra-se exposta, sobretudo, nos chamados escritos da juventude.⁴³⁹ Nas páginas seguintes procurarei, então, dar conta do núcleo fundamental dessa teoria.

4.1 – As sociedades pré-capitalistas

De acordo com Marx, nas sociedades pré-capitalistas as pessoas estavam subsumidas na comunidade, ou seja, “o homem existe somente como elemento de uma comunidade, e não como indivíduo” (T. Thomas, 2011: 11). É simplesmente impossível encontrar o indivíduo enquanto tal – “em abstrato”, em geral (Sayer, 1991: 37). As pessoas possuíam uma “identidade” particular (Ibid.), desempenhando “papéis sociais” que eram predeterminados pelo seu nascimento e, conseqüentemente, pela posição ocupada na “ordem social” (Sayers, 2011: 51).

Isto significa que os seres humanos estavam inseridos em hierarquias sociais rígidas, quer dizer, estreitamente ligados por laços de dependência “pessoal” (Sayer, 1991: 37) assentes numa “ordem” transcendente ou divina “percebida como natural” (T. Thomas, 2011: 12). Por exemplo, no feudalismo “os homens são definidos socialmente pela pertença” às três “ordens”: clero, nobreza e camponeses; cada uma delas desempenha funções sociais específicas e imutáveis (Ibid.).

Durante vários milhares de anos, aquelas que entendemos hoje em dia como “funções políticas” não estavam corporizadas numa instituição desvinculada da sociedade; essas funções eram diretamente sociais, ou seja, “exercidas” no “seio” da sociedade (Ibid.: 16). Não há um “Estado no sentido estrito do termo” (Ibid.: 12), porque a sociedade é um “facto social total”, lembrando o conceito do antropólogo Marcel Mauss. A divisão da sociedade em várias esferas claramente demarcadas – economia, política, cultura, etc. – é uma realidade especificamente moderna.⁴⁴⁰

O facto a reter é que, em Marx, o termo Estado é sinónimo de “Estado moderno”, visto que só no capitalismo se assiste à “desvinculação do Estado da sociedade” (Colletti, 1992: 45) ou, para sermos mais exatos, à cisão fundamental da sociedade em Estado político

⁴³⁸ Senti a necessidade de adicionar este breve capítulo porque o Estado ocupa uma posição privilegiada nas reflexões dos autores que serão estudados na 2ª Parte. Visto que todos eles reclamam uma herança marxiana, será importante ter presente os principais aspetos da teoria político-jurídica de Marx. O capítulo baseia-se numa das aulas da disciplina de Sociologia que tive oportunidade de lecionar no ISEG, nos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019. Tratando-se, originalmente, de preleções introdutórias destinadas a alunos de licenciatura, recorre-se sobretudo a bibliografia secundária e a uma exposição forçosamente simplificada. A apresentação aprofundada da teoria marxiana do Estado (e do Direito) situa-se, naturalmente, fora da alçada desta tese, em virtude dos seus limites temporais. Remeto o leitor interessado para as obras de Antoine Artois (2016/1999), Hal Draper (2011) e Thamy Pogrebinski (2009). Clyde Barrow (1993), Martin Carnoy (1984) e Bob Jessop (1982) realizam uma excelente síntese dos principais desenvolvimentos que essa teoria sofreu ao longo do século XX.

⁴³⁹ Sem esquecer, obviamente, alguns escritos tardios, tais como *A Guerra Civil em França* ou *Crítica do Programa de Gotha*.

⁴⁴⁰ Por exemplo, seguindo de perto as teses de Marx, Derek Sayer salienta que “no feudalismo, «civil» e «político», «público» e «privado», coincidiam; com efeito, a aplicação destes termos ao mundo medieval é anacrónica, visto que essas distinções são precisamente um produto do desenvolvimento histórico burguês” (Sayer, 1987: 100-101).

e sociedade civil (o locus por excelência da economia).⁴⁴¹ Na perspectiva de Marx, o surgimento do modo de produção capitalista é concomitante de “uma revolução (...) das formas elementares da vida social”, nomeadamente da separação do indivíduo face à comunidade (Sayer, 1991: 36).

4.2 – As sociedades capitalistas

4.2.1 – As relações mercantis e o surgimento do indivíduo

Marx situa o nascimento do Estado no século XVI europeu, em paralelo à ascensão do modo de produção capitalista (T. Thomas, 2011: 9). A sociedade feudal “começa a dissolver-se sob o efeito da extensão das trocas económicas”, mormente quando a terra se torna um recurso comercializável (Ibid.: 13). As comunidades camponesas são despossuídas “pela força”, conforme exemplificam as *enclosures* e as expropriações massivas em Inglaterra (Ibid.: 13-14).

No mundo burguês emergente, “o homem já não está fixado à terra”, mas às categorias mercantis (Ibid.: 13). Segundo Marx, “a relação servo-senhor assente em serviços recíprocos e relações pessoais é substituída progressivamente por uma simples relação monetária”, impessoal e abstrata (Ibid.: 14). Assim, a dissolução da comunidade tradicional e, em especial, da posse coletiva da terra, é acompanhada por um processo de “individualização” (Ibid.: 17). A posse comum cede lugar à propriedade privada (Sayer, 1991: 46).

Pela primeira vez na história, o indivíduo surge claramente como algo distinto da sociedade (Ibid.: 37), como sujeito *privado* que, naturalmente, é capaz de deter propriedade *privada* (capitalista) ou de *vender* a sua força de trabalho no mercado (trabalhador assalariado). Este “indivíduo solitário” é justamente “o sujeito (...) do mundo moderno” que “é santificado (...) nos Direitos do Homem” (Ibid.).

Segundo Marx, o “reconhecimento desta «pessoa jurídica» (...) está implícito na própria atividade da troca mercantil”; esta não avaliza apenas o intercâmbio de mercadorias de valor idêntico, mas confirma a igualdade jurídica dos sujeitos enquanto “trocadores” (Ibid.). Do mesmo modo que os seus produtos são equiparados através da troca, os sujeitos dessa troca são equiparados enquanto sujeitos de direito (Ibid.: 38).

Portanto, o direito e a “ordem jurídica” estão intimamente associados às relações económicas, na medida em que no mercado “os trocadores reconhecem-se mutuamente de maneira tácita como pessoas [jurídicas, NM] iguais” (Marx apud Sayer, 1991: 38). A troca continuada dos produtos de trabalhos privados e independentes “contém implicitamente as normas que encontram a sua «forma jurídica» no contrato” (Sayer, 1991: 38), porquanto “as *determinações da pessoa jurídica*” são as mesmas “*do indivíduo da troca*” (Marx, 2011b/1857-58: 189, itálico no original). A igualdade jurídica e a liberdade individual “são meramente expressões idealizadas” da “troca” (Marx apud Sayer, 1991: 38).

A esfera da circulação mercantil é, pois, o locus dos direitos do homem: ao contrário da esfera da produção – marcada pela exploração, pela desigualdade e pela divisão de classes –, na esfera da circulação só existem sujeitos formalmente livres e iguais, aptos a realizar transações comerciais e a celebrar contratos de diversa índole (Sayer, 1991: 38). Neste contexto, “as diferentes circunstâncias” económicas e sociais “dos indivíduos reais são ignoradas na ficção jurídica que é o sujeito ideal da sociedade” capitalista (Ibid.: 39).

Nas palavras de Tom Thomas, o surgimento histórico do Estado ocorre precisamente numa época “em que a sociedade se separa em dois corpos distintos”: por um lado, emerge “a sociedade civil dos indivíduos concretos, onde cada um vive a sua vida, exerce a sua

⁴⁴¹ “Como duas faces da mesma moeda, a sociedade civil e o Estado (...) são mutuamente definidores e ambos são mediados por, e expressões de, relações de produção mercantis” típicas do “mecanismo social de abstração” da modernidade capitalista (Best, 2010: 26).

atividade, desenvolve o seu interesse pessoal em relações com terceiros através de compras e vendas”; por outro lado, emerge “o Estado que é suposto encarnar a vontade geral, a unidade da sociedade, a comunidade” dos indivíduos abstratos (T. Thomas, 2011: 19-20)

A sociedade capitalista está, então, cindida em duas esferas complementares: “a sociedade civil, onde a comunidade não existe porque aí reinam somente os interesses privados, a concorrência e o egoísmo nas relações (...) de produção, e o Estado, onde a comunidade existe somente sob uma forma imaginária, ideológica: a Nação, cujos elementos são seres jurídicos fugazes, os cidadãos” (Ibid.: 20).

Em suma, com o advento da modernidade e da sua sociedade de mercado os indivíduos libertam-se dos papéis *tradicionais* predeterminados (Sayers, 2011: 51). É no quadro do sistema produtor de mercadorias que aparece, pela primeira vez na história, o indivíduo separado da comunidade e que experimenta os laços sociais como algo fortuito. Na esfera económica moderna, que o jovem Marx designa por sociedade civil, existem somente indivíduos atomizados que buscam o seu interesse próprio.

O Estado é, então, a outra face da moeda do desenvolvimento desta “sociedade civil” e do seu indivíduo privado.⁴⁴² Dado que as pessoas só podem viver e produzir conjuntamente, a sociedade civil de indivíduos antagonistas tem no Estado o contraponto necessário. O Estado é a salvaguarda (precária) de um laço social que se tornou exterior aos indivíduos e que, por isso, tem de ser imposto coercivamente sob a forma de um “interesse geral”. Enquanto sujeito económico *concreto*, cada indivíduo privado está separado dos demais; enquanto cidadão *abstrato*, cada indivíduo tem uma existência pública comum, isto é, integra uma comunidade ideal(izada) (T. Thomas, 2011: 17).

4.2.2 – Sociedade civil versus Estado; *bourgeois* versus *citoyen*

Constatou-se que o “*Estado político*” e a sociedade civil composta por “*indivíduos independentes*” são criados pelo mesmo processo histórico (Marx apud Sayer, 1991: 47, *itálico no original*). O Estado traduz “a contradição entre vida pública e privada, entre interesse geral e interesses particulares” (Swingewood, 1984: 177), pois “nasceu (...) da interação entre a divisão do trabalho e a propriedade privada” nos primórdios do modo de produção capitalista (Ollman, 1973: 57).

No capitalismo, o indivíduo isolado não produz tudo aquilo de que precisa, pelo que a satisfação das suas necessidades depende da produção de terceiros (Sayers, 2011: 54). Neste sentido, a divisão social do trabalho estabelece uma “interdependência” entre os produtores privados que, *inconscientemente*, cooperam para garantir a sua própria subsistência e a reprodução da sociedade (Ollman, 1973: 57). Porém, a mesmíssima divisão do trabalho “cria uma série de interesses particulares”: cada indivíduo quer maximizar os seus ganhos económicos (Ibid.).

Na prossecução dos seus interesses privados, “os indivíduos perdem de vista o seu interesse comunal” (Ibid.). A sociedade civil é a esfera de ação por excelência do “*bourgeois*”, isto é, do sujeito *económico* em sentido amplo.⁴⁴³ Nela grassa o “individualismo concorrencial”, uma espécie de antagonismo hobbesiano (Colletti, 1992: 30). O *bourgeois* está “liberto de todos os laços sociais” (Ibid.: 34), exceto aqueles estabelecidos “através da troca das mercadorias por intermédio do dinheiro” (T. Thomas, 2011: 18). Os indivíduos estão dissociados e alienados (Colletti, 1992: 54).

⁴⁴² “[A] formação do Estado e a individualização são processos complementares, que se pressupõem mutuamente: a abstração do Estado e a abstração do indivíduo têm origem num «único e mesmo ato»” (Sayer, 1987: 102, *itálico no original*).

⁴⁴³ Deste modo, no contexto da teoria política do jovem Marx, o termo francês “*bourgeois*” não se refere apenas aos capitalistas, mas também aos trabalhadores assalariados.

A sociedade civil é perpassada por uma “fragmentação” dupla (Ibid.: 31). Por um lado, conforme se acabou de ver, “existe uma separação mútua dos interesses privados” da multiplicidade dos indivíduos (Ibid.). Visto que o entrechoque dos indivíduos em concorrência no mercado é fértil em conflitos (Sayers, 2011: 55), na ausência de uma instância mediadora “a sociedade torna-se um campo de batalha” sem regras (Ollman, 1973: 57).

Por outro lado, “o interesse privado de *cada* um opõe-se constantemente ao interesse conjunto de *todos os outros*” (Colletti, 1992: 31, *itálico no original*). Nesta situação, o “interesse comum” tem de “assumir uma existência separada”, encarnando numa instituição abstrata: o Estado (Ibid.: 34). A unidade social, ainda que precária, tem de ser imposta à revelia dos indivíduos (Ibid.), conforme afirma Marx em *A Ideologia Alemã*:

“A divisão do trabalho implica (...) a contradição entre o interesse do indivíduo singular (...) e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si (...). É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de *Estado*, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória”. (Marx & Engels, 1974/1845-46: 39, *itálico no original*)

Se o indivíduo privado é o *bourgeois*, o indivíduo público é o “*citoyen*”. Enquanto cidadãos, “as pessoas relacionam-se mutuamente como membros da comunidade” e com a instituição que representa o interesse geral: o Estado (Ollman, 1973: 54). O cidadão é “uma pessoa jurídica livre e igual” (Sayer, 1991: 48). Porém, na faceta de cidadão, “todas as peculiaridades” do indivíduo “são desconsideradas” (Ollman, 1973: 54). Por outras palavras, a “abstração da individualidade”, ou seja, das peculiaridades e das “diferenças” pessoais *reais*, é “a base da cidadania, a forma de pertença a uma comunidade que é (...) específica do mundo moderno” (Sayer, 1991: 49-50). Como se verá mais à frente, esta abstração tem implicações de longo alcance.

A missão primordial do Estado é produzir um conjunto de regras mínimas que enquadram a coexistência dos sujeitos económicos e sem as quais a concorrência descambiará na pura e simples violência (Vandenberghe, 2008: 41). Antes de tudo, o Estado é uma salvaguarda do direito individual à propriedade privada e da obediência das transações comerciais a regras definidas contratualmente. Cumpre esta função através das “leis”, das “forças policiais” e do poder judicial (T. Thomas, 2011: 18).

Para além disso, compete ao Estado garantir uma série de pré-requisitos institucionais indispensáveis para o processo de acumulação do capital, como sejam a construção das vias de comunicação, a educação ou a existência de uma moeda com valor legal (Swingewood, 1984: 180). Em síntese, “é preciso assegurar inumeráveis condições sociais para que o mercado possa funcionar” convenientemente (T. Thomas, 2011: 18). O Estado é, pois, imprescindível para “a reprodução da sociedade [capitalista, NM] no seu conjunto” (Ibid.: 21).

Na perspetiva de Marx, o mesmo desenvolvimento da produção mercantil que “gera a propriedade privada e o indivíduo privado, gera também (...) o Estado como força política especial para organizar as condições de mercado” (Ibid.: 18-19). A sociedade capitalista é esquizoide desde a sua origem, ou seja, simultaneamente económica e política. Ao salvaguardar a “igualdade formal” perante lei e ao proteger o direito à propriedade privada, o Estado permite que as pessoas ajam como sujeitos privados na sociedade civil (Vandenberghe, 2008: 47).

4.2.3 – Igualdade jurídica e desigualdade económica: a comunidade imaginária do Estado

Na qualidade de garante institucional da propriedade privada, o Estado estabelece um “paradoxo” *real* (Colletti, 1992: 37). Enquanto sucedâneo do “«interesse geral» da comunidade no seu conjunto”, o Estado “não apenas é incapaz de unir efetivamente os homens, como na verdade santifica e legitima a sua desunião” (Ibid.: 36-37). Em nome da universalidade abstrata do (sujeito de) direito, o Estado “consagra a propriedade privada”, isto é, “o direito dos indivíduos buscarem os seus interesses exclusivos independentemente da, e por vezes *contra* a, própria sociedade” (Ibid.: 37, *itálico no original*).

Atente-se que a “vontade geral”, quer dizer, o Estado de direito,

“é invocada para conferir um valor absoluto ao capricho individual; a sociedade é invocada para tornar os interesses sociais sagrados e intangíveis; a causa da igualdade [jurídica, NM] entre os homens é defendida, de modo a que a causa da desigualdade entre eles (a propriedade privada) seja reconhecida como fundamental e absoluta. Tudo se encontra de cabeça para baixo” (Ibid.).

Nas palavras de Marx, a Revolução Francesa tornou as pessoas “*iguais* no céu do seu mundo político, embora desiguais na existência terrena da *sociedade*” civil (Marx apud Colletti, 1992: 35, *itálico no original*). Portanto, “na sociedade moderna, a *desigualdade* económica acompanha a *igualdade* política e jurídica” (Colletti, 1992: 29, *itálico no original*). Neste contexto, “as *distinções de classe* da sociedade civil convertem-se meramente em diferenças *sociais* da vida privada sem qualquer significado para a vida política” (Marx apud Colletti, 1992: 35, *itálico no original*).

Em suma, na comunidade estatal todos os cidadãos são iguais, enquanto na sociedade civil os homens reais são desiguais em virtude da propriedade privada e da exploração; na comunidade estatal todos os cidadãos estão unidos, enquanto na vida económica real os indivíduos estão separados e em competição (Colletti, 1992: 35). Deste modo, o Estado não passa de uma “comunidade ideal”, “*imaginada*” (Sayer, 1991: 52, *itálico no original*) ou “ilusória” (Swingewood, 1984: 179).

Isto porque esse interesse geral apenas é possível abstraindo da fragmentação e da dissociação dos vários interesses privados antagónicos (Colletti, 1992: 35). Abaixo da superfície política, “o estranhamento e a associabilidade reais persistem” na sociedade civil (Ibid.). Assim, a universalidade fictícia do “interesse comum” é conseguida à custa do escamoteamento das “divisões reais” entre os indivíduos (Ibid.). Portanto, “obtem-se o *citoyen* somente abstraindo-se do *bourgeois*” (Ibid.: 36).

4.2.4 – Sujeito de direito e trabalho

Embora a teoria político-jurídica presente nos escritos da juventude ainda não realce *explicitamente* este assunto, impõem-se algumas considerações adicionais – com base na obra da maturidade – sobre a relação histórica entre sujeito de direito e trabalho. Atrás foi destacado que a igualdade abstrata de todos os trocadores no mercado coexiste com a desigualdade entre as classes. Agora, importa salientar que o trabalho constitui o princípio unificador da sociedade moderna (Méda, 2010: 89) e que, por isso, em termos concretos, para a esmagadora maioria das pessoas, *a igualdade jurídica traduz a igualdade formal dos seres humanos na qualidade de (potenciais) trabalhadores*. É justamente isso que Marx diz no seguinte trecho da *Crítica do Programa de Gotha*:

“O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista, quando tomados apenas por um aspeto

determinado, por exemplo, quando, no caso em questão, são considerados *apenas como trabalhadores* e neles não se vê nada além disso, todos os outros aspetos são desconsiderados.” (Marx, 2012/1875: 32, *itálico no original*)

Isto significa duas coisas. Em primeiro lugar, o carácter homogeneizador do direito é homólogo ao carácter *substancial* indiferenciado do trabalho. Em segundo lugar, o sujeito de direito – o cidadão – surgiu historicamente amarrado ao “proprietário de si” lockeano: ao indivíduo que dispõe livremente da sua força de trabalho, ou seja, que pode vender as suas capacidades no mercado. No entanto, tal como a economia – a reprodução alargada do capital – é o sustentáculo da política, o trabalho é a verdadeira *âncora* dos direitos do cidadão (volto a repetir: para grande parte dos indivíduos).

Com vista a assegurar a sua sobrevivência, o indivíduo tem de provar que a sua força de trabalho é útil para a combustão capitalista. Se não conseguir fazê-lo, então os direitos políticos serão letra morta. Sem salário não haverá dinheiro para comprar mercadorias; logo, numa sociedade em que a mercadoria é a forma geral dos produtos percebe-se a precariedade da subsistência individual e dos “direitos humanos”. *O homem supérfluo do ponto de vista do capital é um não-homem.*⁴⁴⁴ Isso é visível, hoje em dia, de modo bastante vincado, nos continentes africano, latino-americano e asiático, assim como nas franjas dos países capitalistas mais desenvolvidos.

4.3 – Da emancipação política à emancipação humana

Na perspetiva de Marx, a emancipação política – de que a Revolução Francesa é o primeiro exemplo histórico – é uma “emancipação parcial”, visto que estabelece a antinomia entre *citoyen* e *bourgeois* e mantém o “sistema político enquanto mediador alienado” entre o indivíduo e a sociedade (Vandenberghe, 2008: 41). Em síntese,

“A Revolução Francesa liberta o *bourgeois*, mas não liberta o homem [real, NM]. A comunidade que institui é uma comunidade de indivíduos isolados, egoístas, de agentes estratégicos livres para velar pelos seus interesses particulares, sem qualquer preocupação com o interesse geral. A liberdade que garante é a liberdade negativa para explorar os outros. A igualdade que estabelece é puramente formal; é a igualdade do homem abstrato, da pessoa jurídica apta a fazer transações no mercado. E no que se refere à fraternidade, é uma fraternidade entre homens que apenas estão relacionados funcionalmente por intermédio das mercadorias que trocam no mercado. Os [chamados, NM] direitos do homem (...) nada mais são do que «os direitos do homem egoísta separado dos seus congéneres e da comunidade».” (Ibid.: 42)

Marx considera, então, que é necessária uma “emancipação humana” plena, passível de revolucionar “a sociedade ao libertar o homem” real, na sua vida concreta quotidiana (Ibid.). Segundo o autor, “longe de ser um facto eterno da vida social, a divisão da sociedade em esferas mutuamente independentes e conflitantes (...) e a predominância da esfera económica são (...) características de uma sociedade autoalienada” (Petrovic, 1991: 16).

Assim, a emancipação humana “abole (...) a separação entre as esferas privada e pública, fazendo coincidir os interesses privado e geral” (Vandenberghe, 2008: 43). Tanto o Estado como a economia devem ser transcendidos enquanto esferas autónomas e reabsorvidos na vida social *tout court*. O indivíduo liberta-se da identidade esquizoide de *bourgeois/citoyen*, recuperando a plenitude dos seus poderes sociais e o laço indissolúvel que

⁴⁴⁴ Lucio Colletti fala de uma “sociedade dissociada” em que “o laço social é exterior aos indivíduos”, ou seja, é puramente “casual ou fortuito” (Colletti, 2011/1974: 61, *itálico no original*). O autor chama a atenção para o aspeto peculiar da sociabilidade do trabalhador assalariado: “Se eu vivo nesta sociedade e não consigo arranjar trabalho, [então, NM] vivo em sociedade mas é como se estivesse de fora” (Ibid.).

o une aos demais (Ibid.). O indivíduo *social* deixa de estar alienado da comunidade e da sua própria sociabilidade.

Atente-se nas palavras de Marx:

“Somente quando o homem (...) real reabsorver em si o cidadão abstrato, e enquanto ser humano individual se tornar um *ser genérico* na sua vida quotidiana, no seu trabalho particular e na sua situação particular, somente quando o homem reconhecer e organizar os seus próprios poderes enquanto forças sociais, e consequentemente deixar de alienar o poder social sob a forma de poder político, só então é que a emancipação humana terá sido alcançada.” (Marx apud Vandenberghe, 2008: 43, *itálico no original*)

Portanto, a realização plena da democracia corresponde à “abolição do sistema político enquanto organização autónoma que se eleva acima da comunidade” (Vandenberghe, 2008: 42).⁴⁴⁵ O jovem Marx defende a supressão do Estado (Ferreira *et al.*, 1995: 160), ou seja, advoga uma democracia direta radical em que as relações sociais perdem o seu carácter coercivo, pois os seres humanos são capazes de “coordenar as suas ações de maneira consciente, comunal” (Vandenberghe, 2008: 43). A comunidade autêntica substituirá a comunidade imaginária corporizada no Estado.

4.4 – Conclusão

Neste breve capítulo constatou-se que o surgimento histórico da economia e da política é o resultado do “*mesmo processo social*” de abstração que caracteriza a modernidade (Best, 2010: 27, *itálico no original*). Em Marx, a divisão entre esfera pública e esfera privada, que se manifesta ao nível individual através da “*cisão interna*” entre *citoyen* e *bourgeois*, “é a essência do Estado moderno” (Vandenberghe, 2008: 42). A sociedade civil é a esfera do entrechoque das mónadas concorrenciais, dos indivíduos egoístas que buscam o interesse próprio. O Estado aparece como a comunidade ilusória extrínseca que deve garantir precariamente alguma coesão social e regular a guerra de todos contra todos.

Enquanto cidadãos, isto é, enquanto sujeitos jurídicos que vivem num Estado de direito, os indivíduos são “iguais” (Ibid.: 41).⁴⁴⁶ Todavia, essa igualdade formal dos cidadãos é acompanhada pela desigualdade económica *real* das classes (Ibid.). Na comunidade política abstrata são “apagadas” as relações e as “diferenças” entre os indivíduos concretos nas suas vidas “reais” da sociedade civil (Sayer, 1991: 53).

Pode-se concluir que o cidadão é, desse modo, uma individualidade vazia, “uma subjetividade sem conteúdo social” (Ibid.). Este vazio é “preenchido por representações” simbólicas “de socialidade” que integram o indivíduo em “comunalidades fictícias” (Ibid.). Na modernidade capitalista, o Estado-Nação aparece como a corporização dessa comunidade puramente imaginária (Ibid.). *O Estado é a forma de comunidade adequada à emergência histórica do indivíduo abstrato.*

⁴⁴⁵ Esta ideia é apresentada em vários textos. Em *A Ideologia Alemã*, Marx proclama que “a revolução comunista, que abole a divisão do trabalho, dá (...) origem ao desaparecimento das instituições políticas” (Marx & Engels, 1975/1845-46: 213). *A Miséria da Filosofia* defende a constituição de um novo tipo de “associação” em que “não haverá mais poder político propriamente dito” (Marx, 1985a/1847: 160). Por fim, no *Manifesto Comunista* é reafirmado que “o poder público perderá seu carácter político” (Marx & Engels, 2007/1848: 59).

⁴⁴⁶ Fez-se também notar que a igualdade abstrata das pessoas está contida implicitamente no carácter homogeneizador e indiferenciado do trabalho que executam (cf. 4.2.4).

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

No lugar de uma conclusão: a centralidade do fetichismo na obra marxiana

Espero ter demonstrado, ao longo da 1ª Parte, que existe uma “unidade orgânica” entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx, de modo que nenhuma delas é passível de ser exposta “coerentemente” sem referência à outra (Sayer, 1987: 134). Será, inclusive, mais correto falar de uma *identidade* entre ambas: “a teoria do valor, vista na sua globalidade, pode verdadeiramente (...) ser definida como a própria teoria do fetichismo” (Bianchi, 1981: 118). Esta identidade explica-se pelo facto de que “o fetichismo (...) deixa a sua marca em *todas* as categorias básicas (...) da economia mercantil-capitalista” (Rubin, 1987/1928: 67, *itálico* nosso).

A exposição das categorias burguesas é, pois, ao mesmo tempo, a exposição do seu fetichismo implícito, pelo que a “teoria do valor” marxiana “procura descortinar uma estrutura social específica que os indivíduos *devem* respeitar (*conform*), *independentemente daquilo que pensam*” acerca dela (Heinrich, 2012: 46, *itálico* no original). Neste sentido, a noção de fetichismo “não é uma mera digressão literária, algo auxiliar ao texto principal”, mas, “pelo contrário, (...) providencia um dos elementos-chave para fundamentar a teoria de Marx na sua inteireza” (Pilling, 1980: 107). Nas palavras (sempre sensatas) de Lucio Colletti,

“a temática do *fetichismo* (...) não é examinada somente no célebre parágrafo acerca do «caráter de fetiche da mercadoria» (...), mas constitui o fio condutor de toda a análise desenvolvida por Marx em *O Capital*, nas *Teorias da Mais-Valia* e nos próprios *Grundrisse* (...). Essa temática descreve (...) o mundo económico burguês como um mundo em que as coisas se apresentam de cabeça para baixo, como um mundo caracterizado por uma inversão fundamental entre sujeito e objeto; e, portanto, como um regime de produção em que aquilo que é humano aparece como uma característica das coisas e ao mesmo tempo as coisas aparecem dotadas de qualidades humanas e mágicas.” (Colletti, 2011/1974: 31-32, *itálico* no original)

Procuremos, então, recapitular os principais traços do fetichismo que assola a modernidade capitalista na ótica de Marx. Nas obras da juventude, Marx consegue intuir que o trabalho alienado cria um mundo que escapa ao controlo dos seres humanos. Nos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, por exemplo, salienta que “o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (Marx, 1993/1844: 159, *itálico* no original), tornando-se “uma força hostil e antagonista” (Ibid.: 160).

Porém, este diagnóstico acertado da autonomização das relações sociais ainda não está devidamente alicerçado em termos teóricos. Assim, é apenas na crítica da economia política da maturidade que o autor desenvolve, de modo coerente, a sua teoria binomial do valor e do fetichismo. Constatámos que o primeiro aspeto basilar do fetichismo consiste na *projeção*, quer dizer, na atribuição de poderes *reais* a objetos inanimados e na consequente *coisificação* ou *reificação* das relações sociais.

De acordo com Hans-Jürgen Krahel, trata-se de um mecanismo *social patológico* em tudo similar ao descrito pela teoria psicanalítica: “A psicanálise ensina que o fenómeno dos estados patológicos é constituído pelo mecanismo de projeção e, em particular, de projeção do sujeito no mundo externo, o que se aplica nem mais nem menos socialmente ao fetichismo” (Krahel, 1978/1971: 59), pois estamos perante “um sujeito social do trabalho” – o trabalho abstrato – “que devém espírito objetivo” como valor e como capital (Ibid.: 60).⁴⁴⁷ Em suma, Marx demonstra que a “patologia universal” da modernidade (Ibid.: 59), isto é, “o

⁴⁴⁷ A alusão ao “espírito” remete-nos obviamente para a filosofia hegeliana e para a sua “homologia” com o mundo do capital (cf. Arthur, 1993: 65).

mecanismo de projeção coletiva que se apodera da sociedade inteira, tem o seu fundamento no cerne da organização capitalista do processo produtivo” (Ibid.: 60).⁴⁴⁸

O outro aspeto fulcral do fetichismo é, como sabemos, “a conversão do sujeito em objeto e vice-versa” no âmbito do processo de (re)produção social (Marx, 1975/1864: 44, *italico no original*).⁴⁴⁹ Assiste-se à inversão real “entre abstrato e concreto”, de tal maneira que “o abstrato adquire prioridade sobre o concreto” (Best, 2010: 20-21). Com efeito, a sociedade capitalista pode ser entendida como uma *totalidade negativa e abstrativa*, quer dizer, consubstanciada na dominação de abstrações reais sobre o mundo sensível (cf. Jappe, 2014a: 11).

No cerne do seu mecanismo social redutor objetivo está o trabalho abstrato ponente de valor que, conforme observa Silva Júnior, é “um *a priori* social que engendra toda a realidade da sociedade produtora de mercadorias”, ou seja, é o “princípio ativo de síntese em torno do qual gravita (...) esta sociedade” (Silva Júnior, 2010: 20). Como sabemos, o trabalho abstrato não corresponde a uma generalização mental, mas a uma *redução prática e social* efetuada de antemão pelo próprio modo de *produção* peculiar hodierno (Fausto, 1987a: 123).

Trata-se, portanto, de uma abstração real:⁴⁵⁰ a redução dos vários trabalhos específicos “a trabalho esvaziado de todas as diferenças qualitativas”, isto é, ao puro dispêndio homogêneo de energia em sentido fisiológico, “toma lugar na realidade das relações económicas” capitalistas (Ilyenkov, 1982: 68). Os trabalhos concretos (particularidade) tornam-se na mera forma fenoménica do trabalho abstrato (universalidade), tal como “as mercadorias enquanto valores de uso, enquanto coisas concretas sensíveis, têm significado apenas como *formas de manifestação* da sua identidade essencial enquanto valores” (Best, 2010: 21, *italico no original*). A (re)produção material converte-se num *mal necessário para a (re)produção alargada das relações sociais de valor – para a acumulação de capital*.

A inversão fetichista entre sujeito e objeto é igualmente visível na relação que se estabelece entre trabalhadores e meios de produção. Os meios de produção, enquanto capital, contrapõem-se aos trabalhadores “como um ser *alheio (...) que lhes preexiste*” (Marx, 1975/1864: 109, *italico no original*), apresentando-se “como *fetiches* dotados de uma vontade e uma alma próprias” (Ibid.: 57, *italico no original*). Segundo Marx, “as *condições objetivas de trabalho* (...) não aparecem subsumidas no operário: este é que aparece subsumido nelas” (Ibid., *italico no original*). Em suma, não é o homem que utiliza as forças produtivas, mas são as forças produtivas que utilizam o homem, *consumindo* a sua força de trabalho.

Outra coisa não seria de esperar num “modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (Marx, 1996b/1867: 253). Para poderem *sobreviver*, os indivíduos têm de *provar* que a sua força de trabalho é útil para o “motor humano” (cf. Rabinbach, 1990) – para o processo vital do capital alimentado pela combustão da energia fisiológica. Marx chama a atenção para o facto de “esta relação” ser, “na sua simplicidade, personificação das coisas e coisificação das pessoas” (Marx, 1975/1864: 109).

Deve notar-se que a “inversão é *efetiva* e não *simplesmente imaginada*” (Marx, 2011b/1857-58: 706, *italico no original*). Por outras palavras, “o fetichismo não é apenas um fenómeno da consciência social, mas da existência social” (Rubin, 1987/1928: 73). Constitui

⁴⁴⁸ Note-se que esta “personificação das coisas” *sociais* (Rubin, 1987/1928: 40) – das mercadorias, do dinheiro, dos meios de produção, etc. *como capital* – parece advir das suas próprias qualidades materiais, *naturais* (cf. Marx, 1975/1864: 51-52; 2011b/1857-58: 575) e não da prática social *patológica* que as constitui como fetiches.

⁴⁴⁹ “A fusão da inversão sujeito-objeto com o problema do conceito de capital é o tema fundamental da obra de Marx”, constituindo o seu “fio condutor” (Backhaus, 1992: 68).

⁴⁵⁰ Ou “universal concreto”.

“um fenómeno *objetivo*, um produto de determinadas relações sociais”, e não uma simples “mistificação” (Pilling, 1980: 115, *itálico nosso*). Em virtude da sua automaticidade, ainda que as “leis” económicas que regem a sociedade presente sejam “conhecidas”, isso “não significa que cessem de funcionar” (Kolakowski, 1978a: 415). Se me é permitido o *détournement* de um aforismo de Marx: mesmo sabendo, não conseguimos deixar de fazê-lo.

Hans-Jürgen Krahel fala pertinentemente da “objetividade *dúplice* das coisas na sociedade burguesa” (Krahel, 1978/1971: 64). Todos os “produtos do trabalho” (Rubin, 1987/1928: 25) são ao mesmo tempo eles próprios – coisas com certos atributos químicos, naturais, etc. – e repositórios de um determinado quantum de valor. Esta objetividade fetichista de segunda ordem, que possui “uma existência supra-individual, inter-temporal”, encontra-se ancorada “na forma *social* do processo de produção” capitalista (Reichelt, 1995: 77, *itálico nosso*). Isaak Rubin observa que “a coisa adquire características sociais específicas” – mormente as “propriedades” de valor, dinheiro e capital –, “graças às quais (...) organiza” as “relações de produção” e serve “como elo de ligação entre as pessoas” (Rubin, 1987/1928: 24). Isto quer dizer que “as coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento” dos indivíduos (Ibid.: 39).

Em suma, a teoria de Marx procura colocar em evidência que, na modernidade, o capital é o “movimento em que o valor se faz *autónomo* e se converte em sujeito de todo o processo” de (re)produção social (Sanjuán, 2010: 287, *itálico no original*; cf. Marx, 2011b/1857-58: 623). Através da sua prática quotidiana os seres humanos criam e recriam inconscientemente “uma espécie de segunda natureza, cujo desdobramento se lhes opõe com a mesma regularidade impiedosa que o faziam outrora os poderes naturais” (Lukács, 2003/1923: 271-272). Estamos perante a autonomização das relações sociais:

“O «valor», enquanto objetivação da *unidade social*, (...) leva-nos ao paradoxo (...) da *relação social* (...) que se põe a si e para si mesma, independentemente dos indivíduos que deveria relacionar e mediar. (...) [T]rata-se do paradoxo da relação social que, ao mesmo tempo que se põe *fora* e para além dos indivíduos em causa, os domina como um Deus nos céus, embora seja apenas o seu próprio *poder social* alienado”. (Colletti, 1979/1969: 276, *itálico no original*)

A socialização capitalista é, pois, um automovimento fetichista mediante o qual forças estranhadas, *abstraídas* levam a sua avante: “o valor, por assim dizer, entra na pele dos homens e faz deles executores dóceis da sua lógica” (Jappe, 2006: 85). A sentença pronunciada por Marx não deixa margem para dúvidas: “o valor (...), medido pelo tempo de trabalho, é, fatalmente, a fórmula da escravidão moderna” (Marx, 1985a/1847: 56). O capital, enquanto “processo” de “auto-expansão” do valor (Shortall, 1994: 244) através da *sucção* contínua do trabalho vivo (Marx, 2011b/1857-58: 541), constitui um “Moloch sistémico” que “reduz os indivíduos (...) a meros apêndices” (Reichelt, 2007: 6).

Em virtude deste carácter *sistémico* do modo de (re)produção capitalista, é possível falar, pela primeira vez na história da Humanidade, de uma *totalidade* social. Esse facto tem implicações de longo alcance. Primeiramente, se as sociedades pré-capitalistas assentavam em laços de “dependência *pessoal*” (Marx, 2011b/1857-58: 112, *itálico no original*), na sociedade “moderna”, pelo contrário, não se observa “uma dominação (...) direta de alguns grupos sociais sobre outros”, mas uma “coerção económica” anónima (Rubin, 1987/1928: 63-64), ou seja, uma “forma de dominação *impessoal* exercida pela totalidade das relações económicas sobre *todos* os agentes da sociedade capitalista” (Geras, 1975: 288, *itálico no original*). Nas palavras de Marx, “os indivíduos são agora dominados por *abstrações*” reais (Marx, 2011b/1857-58: 112, *itálico no original*). Consequentemente, o capitalismo

“tem por fundamento (...) um processo de imposição destrutiva de uma abstração sobre toda a realidade concreta. (...) Portanto, a contradição originária do sistema capitalista não é a contradição entre capital e trabalho, mas entre uma abstração constituída socialmente (...) e a realidade natural e social (...). O verdadeiro absurdo (...) não é de ordem jurídica, a saber, a apropriação privada e desigual da riqueza que foi produzida coletivamente por um determinado grupo social, mas de ordem social estrutural: a constituição de toda a riqueza produzida sob uma forma fetichizada.” (Silva Júnior, 2010: 143)

Em segundo lugar, na sequência do que acaba de ser exposto, esta totalidade *abstrativa* e *inversora* assente das relações de valor possui evidentemente um cariz *realmente metafísico* (cf. Colletti, 2011/1974: 76). À semelhança do Absoluto hegeliano,⁴⁵¹ o capital consiste numa “totalidade *lógica* que se põe como autossustistente, se transforma no sujeito e (...) se identifica e confunde (...) com o particular, tornando este último – i.e., o verdadeiro sujeito real – no seu próprio predicado ou manifestação” (Colletti, 1979/1969: 198, *itálico* nosso).

Resta-nos concluir que é impossível falar acerca de Marx sem falar acerca do capital. E falar sobre o capital é discutir um modo de (re)produção *fetichista* baseado no *valor*, de tal maneira que a teoria do fetichismo é indissociável da teoria do valor. Apesar das numerosas mediações na esfera da circulação, e das distorções acarretadas pela concorrência entre os muitos capitais, o trabalho abstrato – a substância socio-energética universal – é o sustentáculo da economia capitalista no seu conjunto.

A grandeza agregada do tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário despendido pelos operários ocupados pelos capitais *produtivos* é a única fonte que alimenta o sistema autotélico do valor. Em particular, o seu mais-trabalho (ou trabalho excedente) permanece a origem da mais-valia (logo, do lucro), pelo que está no cerne da contradição fetichista entre riqueza concreta e riqueza abstrata que impele o modo de (re)produção capitalista – bem como a Humanidade a si acoplada – no sentido da decomposição barbárica.

⁴⁵¹ Cf. Fausto (2002: 195, 220), Krahel (1970), Marcuse (1955: 159-160, 313-314), Moseley (2014: 119) e Reichelt (2005).

2.^a Parte

Com Marx para além de Marx: a teoria da Nova Crítica do Valor

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

“Ao contrário da lenda, as novas teorias quase nunca nascem da observação empírica. Pelo contrário: as grandes «descobertas» resultam frequentemente da invenção de novas teorias. É graças a estas últimas que determinados factos são iluminados subitamente e adquirem uma importância capital, factos que, até ao aparecimento da nova teoria, mesmo quando olhavam o observador nos olhos, eram excluídos do campo de observação e julgados insignificantes.” (Gorz, 1985: 81-82)

“Il faut donc relire Marx en laissant tomber les vieilles lunettes marxistes” (Vincent, 2001c: 237).

“Numa parte central – embora menor quanto ao número de páginas – da sua obra da maturidade, Marx esboçou os traços gerais de uma crítica das categorias de base da sociedade capitalista: o valor, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho abstrato, o fetichismo.” (Jappe, 2006: 13)

“O propósito de Marx é entender todas as categorias económicas (...) do capitalismo enquanto diferentes objetivações de uma substância básica: o valor, ou, o que é a mesma coisa, o trabalho homogêneo, abstrato.” (Albritton, 2007: 97)

“[P]or detrás das formas fenoménicas imediatas do dinheiro e dos produtos oculta-se uma essência: o valor, uma abstração real. Não se pode ver, ouvir, tocar ou saborear o valor. O valor não é empiricamente perceptível e, no entanto, (...) reduz as coisas concretas à pura abstração”. (Krahl, 1970: 17)

“Muitas pessoas têm-se queixado que o conceito de «valor» de Marx é metafísico. Não compreendem que o próprio Marx diz isso, mas encara-o como um traço da realidade. (...) O capitalismo é marcado pela sujeição do processo material de produção e circulação à objetividade fantasmal do valor.” (Arthur, 2004: 153).

“Não se trata, pois, de reinterpretar num sentido materialista o procedimento metafísico e antimaterialista de Hegel, mas sim de ver nele a descrição lógica do valor. A negação hegeliana do finito que só encontra realização no infinito possui uma base real: na socialização por via do valor, a realidade finita dos valores de uso só vale como objetivação da idealidade formal infinita do valor.” (Jappe, 2006: 179-180)

“Aqui, (...) não é o «abstrato» que possui o significado de um aspeto ou propriedade do «concreto», mas, pelo contrário, o concreto sensível é que possui o significado de uma mera forma de manifestação do abstratamente universal. (...) [N]ão se trata simplesmente de uma forma mistificadora de expressar os factos no discurso ou na linguagem, nem se trata de uma inversão hegeliana especulativa do discurso, mas de uma expressão verbal absolutamente exata da «inversão» efetiva dos elementos da realidade ligados mutuamente.” (Ilyenkov, 1982: 37)

“No mundo *realmente invertido*, o verdadeiro é um momento do falso.” (Debord, 2012: 11, *itálico no original*)

“Onde estão os responsáveis, os homens a abater? Domina-nos um sistema, uma forma abstrata.” (Vaneigem, 1998: §29)

“[A] crítica da economia política analisa a prepotência do sujeito social universal que se personifica nos indivíduos, independentemente da classe a que pertencem” (Krahl, 1978/1971: 60n73).

“Uma das peculiaridades do capital é tratar-se de um objeto subjetivado que objetiva os sujeitos. É um objeto que, enquanto auto-expansão do valor, assume propriedades de um *sujeito* em larga escala, um processo que converte os sujeitos humanos em (...) meros objetos utilizados pelo valor para expandir-se.” (Albritton, 1999: 32, *itálico no original*)

“[T]his society is irrational as a whole” (Marcuse, 2007: xl).

“É garantidamente mais fácil escrever sobre as multinacionais do que sobre o valor, e é mais fácil sair à rua para protestar contra a Organização Mundial do Comércio ou contra o desemprego do que fazê-lo para contestar o trabalho abstrato. Não é preciso grande esforço mental para exigir uma distribuição diferente do dinheiro ou um maior número de empregos. É infinitamente mais difícil alguém levar a cabo uma crítica que recai sobre si próprio, enquanto sujeito que trabalha e ganha dinheiro. A crítica do valor é uma crítica do mundo, mas uma crítica que não permite que se acusem de todos os males do mundo «as multinacionais» ou «os economistas neoliberais», continuando-se ao mesmo tempo a viver a própria existência pessoal no seio das categorias do dinheiro e do trabalho, sem ter a ousadia de as pôr em causa por receio de se perder a aparência de «razoabilidade».” (Jappe, 2006: 19)

Introdução

Acerca de alguns precursores da Nova Crítica do Valor

Quando nesta tese, na sequência da nomenclatura proposta por Anselm Jappe (cf. 2006) e Joelton Nascimento (cf. 2014a; 2015a), falo de uma *Nova Crítica do Valor* (NCV), admito implicitamente a existência de uma “Velha” Crítica do Valor. Assim, impõe-se começar esta introdução expondo sintética e cronologicamente as ideias de alguns dos principais precursores das temáticas discutidas por Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz. O meu objetivo não é – à la Swedberg – legitimar o paradigma recente elencando uma extensa lista de arautos veneráveis, mas fazer a mediação histórica, ainda que de modo breve, entre a teoria de Marx e o triunvirato estudado detalhadamente na 2ª Parte, demonstrando que as suas elucubrações não nasceram num vácuo intelectual.

Até porque, manifestamente, todos os autores mencionados nesta secção introdutória foram *duplamente* marginalizados ao longo do século XX e, nesse sentido, estão longe de constituir um panteão. Por um lado, com a exceção de Isaak Rubin e Evgeny Pachukanis, pertencem ao marxismo ocidental, que, de acordo com Ingo Elbe, foi quase sempre um “marxismo subterrâneo” devido à sua ampla “rejeição da doutrina leninista” e às críticas que dirigiu ao chamado socialismo real (Elbe, 2013: 2 e 11).⁴⁵² Além disso, este conjunto de pensadores ocupa-se extensamente de um filão secundarizado no seio do marxismo ocidental: a crítica da economia política da maturidade e a intimamente associada teoria do fetichismo (Vincent, 2001c: 19; cf. Anderson, 1976).⁴⁵³

Década de 1920: Lukács, Rubin e Pachukanis

Em meados da década de 1920, Georg Lukács, Isaak Rubin e Evgeny Pachukanis publicam quase em simultâneo três obras reconhecidas como pioneiras pela NCV: *História e Consciência de Classe*, *A Teoria Marxista do Valor* e *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo* (Jappe, 2006: 18; Nascimento, 2015a: 31; Regatieri, 2010: 12; Vincent, 2001c: 19-20; vd. Quadro II.1 na página seguinte). Embora tenham o condão de reintroduzir o “fetichismo da mercadoria” no “centro da crítica das relações” sociais “capitalistas” (Barreira, 2015b: 208), estes livros apenas produziram um impacto alargado meio século depois, no momento em que são finalmente vertidos para inglês.

Rapidamente condenado pelo *Comintern* e, posteriormente, deserdado pelo próprio autor (cf. Arato & Breines, 1979: 163-200; McLellan, 1998: 179), *História e Consciência de Classe* “assume um carácter paradigmático” (Elbe, 2013: 11), porquanto é habitualmente considerado o texto fundador do Marxismo Ocidental (cf. Arato & Breines, 1979: 200-226; Jay, 1984: 81-127; McLellan, 1970: 211). Nesta obra, o jovem Lukács questiona “a suposição até então autoevidente da completa identidade entre as teorias de Marx e Engels”, opondo-se nomeadamente à noção engelsiana de uma “dialética da natureza” (Elbe, 2013: 11).

Ademais, procura aferir “o papel de Hegel na formação do pensamento de Marx” (McLellan, 1998: 174). Na sequência dessa análise, Lukács conclui que o traço distintivo do marxismo, quando comparado com as “ciências burguesas”, é “*a perspectiva da totalidade*” (Barreira, 2015b: 192, *italico no original*). De acordo com a mesma, contrária ao positivismo reinante,

⁴⁵² Note-se, porém, que tanto Rubin como Pachukanis serão rapidamente proscritos na URSS estalinista e votados ao esquecimento. Acabarão por ser recuperados e reabilitados, na década de 1970, justamente por alguns dos marxistas *ocidentais* referidos nesta introdução.

⁴⁵³ Robert Kurz fala de uma “corrente minoritária de elaboração de teoria crítica (...) que tem por alvo o fim-em-si fetichista da «riqueza abstrata»” (Kurz, 2014b: 354).

“Os factos não se interpretam sozinhos: o seu significado apenas é revelado na relação com o todo, que deve ser conhecido de antemão e, assim, é logicamente anterior aos factos. (...) [O] concreto [particular, NM] somente pode ser apreendido (...) como aspeto particular do todo. (...) [E]ntender o significado dos factos é situá-los num «todo concreto» e descobrir a «mediação» entre eles e o todo (...). A verdade da parte reside no todo. (...) Os factos não são a realidade derradeira, mas momentos artificialmente isolados do todo”. (Kolakowski, 1978b: 265-266)

Quadro II.1 – Os precursores da Nova Crítica do Valor

Autores	Obras Principais	Data original	Tradução inglesa
Georg Lukács	<i>História e Consciência de Classe</i>	1923	1971
Isaak Rubin	<i>A Teoria Marxista do Valor</i>	1924	1972
Evgeny Pachukanis	<i>A Teoria Geral do Direito e o Marxismo</i>	1924	1978
Theodor W. Adorno	<i>Dialética do Esclarecimento</i> (c/ Horkheimer) <i>Dialética Negativa</i>	1944 1966	1972 1973
Max Horkheimer	<i>O Eclipse da Razão</i>	1947	1947
Herbert Marcuse	<i>Razão e Revolução</i> <i>Eros e Civilização</i> <i>O Homem Unidimensional</i>	1941 1955 1964	1941 1955 1964
Jacques Camatte	<i>Capital e Comunidade – O 6º capítulo inédito de O Capital e a obra económica de Marx</i>	1966	1988
Guy Debord e a I.S.	<i>A Sociedade do Espetáculo</i>	1967	1970
Roman Rosdolsky	<i>Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx</i>	1968	1977
Fredy Perlman	“Ensaio sobre o Fetichismo da Mercadoria” “A Reprodução da Vida Quotidiana”	1968 1969	1968 1969
Hans-Georg Backhaus	“Dialética da Forma-Valor”	1969	1980
Helmut Reichelt	<i>Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx</i>	1970	Não traduzido
Hans-Jürgen Krahel	<i>Constituição e Luta de Classes</i>	1971	Não traduzido
Lucio Colletti	<i>Ideologia e Sociedade</i> <i>O Marxismo e Hegel</i>	1969 1969	1972 1973 (parcial)
Alfred Sohn-Rethel	<i>Trabalho Espiritual e Corporal</i>	1970	1978
André Gorz	<i>Adeus ao Proletariado</i> <i>Os Caminhos do Paraíso</i> <i>Metamorfoses do Trabalho</i>	1980 1983 1988	1982 1985 1989

Na modernidade capitalista é a “forma-mercadoria” (Barreira, 2015b: 195) que abarca “totalidade da reprodução social” (Ibid.: 209), moldando-a “à sua imagem” (Ibid.: 195). O conceito lukácsiano nuclear de *reificação* – resultante da síntese da “teoria da racionalização” weberiana com a teoria do “fetichismo” marxiana (Arato & Breines, 1979: 113) – visa precisamente dar conta da “dominação impessoal” peculiar que caracteriza o capitalismo (Barreira, 2015b: 196).

Submetidas aos ditames “da produção mercantil de valor, (...) as relações sociais humanas assumem a forma de uma objetividade abstrata e pseudo-natural, (...) assente num sistema rigoroso de leis autónomas e opressivas” (Vandenberghe, 2008: 146). A reificação traduz uma “forma historicamente específica de práxis social ossificada” (Elbe, 2013: 11) ou petrificada em “coisas mortas” – as mercadorias –, cujo movimento erige “uma «segunda natureza» alienada” (Jay, 1984: 109) que se impõe aos “indivíduos atomizados” (Barreira, 2015b: 195; cf. McLellan, 1998: 177).

Constituído originariamente no domínio económico, “o laço mercantil” extravasa-o e “atravessa de uma ponta à outra as demais esferas” hodiernas (Tosel, 1999/1974: 929). Além disso, a ubiquidade da reificação influencia as interações das “pessoas (...) tanto subjetivamente como objetivamente” (McLellan, 1998: 177). Existe uma “relação dialética” *interna*⁴⁵⁴ “entre a autonomização (...) das estruturas sociais objetivas e as práticas correlativas de sujeitos afetados por essa autonomização não apenas na sua forma de existência, mas também na sua forma de pensamento” (Vandenberghe, 2008: 146). Portanto, em Lukács a mercadoria é uma categoria estruturante, em simultâneo, das “condições reais de vida” e das “formas” de consciência social (Kurz, 2009a: 15).

Apesar de lhe assistir o mérito indisputável de ter sublinhado “a dimensão oculta e em larga medida recalcada do «apriorismo transcendental»” da forma-mercadoria num contexto intelectual desfavorável, a crítica de Georg Lukács fica, de certo modo, a meio do caminho (Kurz, 2014b: 355). Por um lado, o autor revela-se incapaz de desenvolver dialeticamente a “forma do capital” a partir da “forma-valor” (Elbe, 2013: 13) e, assim, de fundamentar devidamente a totalidade burguesa.

Por outro lado, o pensamento lukácsiano sofre de uma “ambiguidade” central (Barreira, 2015b: 201). A crítica radical do fetichismo coexiste de modo aporético com a “ontologia do trabalho” (Kurz, 2014b: 355), que se limita a denunciar, na esteira de Weber, a racionalização do “processo” laboral (Elbe, 2013: 13), e com uma teorização da revolução (cf. Arato & Breines, 1979: 142-160) em moldes que prefiguram o caso exemplar do *marxismo tradicional* (cf. 6.6.1 e 7.7).

O proletariado representa *em si* – ou seja, devido à posição *universal* que ocupa na produção – o agente da emancipação socialista (Kolakowski, 1978b: 269). A tomada de “consciência” desse facto transformá-lo-á em classe *para si*, quer dizer, no “sujeito-objeto idêntico” da história responsável pela “apropriação (...) da totalidade” (Barreira, 2015b: 205; cf. Femia, 2007: 103) das forças produtivas e pela “desreificação” concomitante da sociedade (Jay, 1984: 112; cf. Kellner, 2005: 156; McLellan, 1998: 177).

A Teoria Marxista do Valor constitui igualmente um marco na história intelectual do marxismo, abordando temas que primam pela ausência nos debates dentro e fora da academia desde a morte de Marx (Barreira, 2015b: 182). Coube ao “economista soviético” Isaak Rubin (Vincent, 2001c: 20) o enorme mérito de perceber a importância do “conceito de trabalho abstrato” enquanto *alicerce* da crítica da economia política (Kurz, 2004a: 20). Isso permitiu-

⁴⁵⁴ Cf. Ollman (2003: 23-56) para uma súpula pormenorizada da filosofia das relações internas marxiana.

lhe ser o primeiro pensador a oferecer uma “formulação rigorosa” da “teoria do valor” marxiana (Vincent, 2001c: 20).

Ademais, Rubin não se limita a denunciar a *distribuição* injusta da mais-valia e a exploração dos operários (Barreira, 2015b: 211). Estabelecendo uma distinção vanguardista “entre o aspeto técnico-material da produção” e a sua “forma social” (Ibid.: 175), a crítica rubiniana incide sobre o *valor como forma* basilar dos “produtos do trabalho” e das “relações sociais” (Artous, 2004b: 4), ou seja, como *forma da reprodução macrossocial moderna* (Barreira, 2015b: 175). É assim realçado o “caráter histórico e não-ontológico do valor” (Ibid.: 185, *itálico nosso*).

Nesta obra pioneira destaca-se ainda a centralidade atribuída ao conceito de “fetichismo” (Ibid.: 170), que tinha sido completamente ignorado pelos epígonos da Segunda Internacional. A originalidade de Rubin é reforçada pela defesa da existência de uma *identidade* entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx (Artous, 2009b: 17; Endnotes, 2010: 71-72). De acordo com o autor, “o fetichismo não dissimula relações sociais «reais»”, mas, ao invés, é a *essência* das “condições sociais de produção” subsumidas na “forma abstrata” do valor (Barreira, 2015b: 175).

Porém, o livro de Rubin não é isento de problemas. O teórico soviético escamoteia um aspeto crucial do conceito de substância do valor: a redução *fisiológica* envolvida na práxis socialmente sintética da modernidade (cf. 1.1.2.4 e 7.5.1.1). Além disso, em Rubin “o trabalho abstrato capitalista” representa somente “um caso especial da abstração do trabalho” supostamente *transhistórica* – daquilo que designa por “trabalho geral e (...) «socialmente equiparado»” (Kurz, 2004a: 21). Na perspetiva do autor, mesmo no socialismo haveria uma “equiparação” das várias atividades a trabalho social homogéneo, logo “a sujeição das várias áreas da reprodução e da vida, com (...) lógicas temporais e perfis de exigência tão diversos, a uma lógica de subsunção unitária” (Ibid.).

No seguimento da morte de Isaak Rubin às mãos das purgas estalinistas (Vincent, 2001c: 20), os seus escritos ingressaram no *Index Librorum Prohibitorum* e foram, por isso, votados ao esquecimento durante décadas (Endnotes, 2010: 72). A *Teoria Marxista do Valor* só será conhecida no Ocidente em 1972, mercê da tradução inglesa realizada por Fredy Perlman e Milos Samardzija (Jappe, 2006: 77). Esta serve sucessivamente de base para as traduções alemã (1973), espanhola (1974), italiana (1976) e francesa (1978) (Ibid.). Em 1978 e 1979 são publicados, respetivamente, na língua de Shakespeare o artigo “Abstract Labour and Value in Marx’s System” e o livro *A History of Economic Thought*. A difusão dos seus textos “abrirá a porta a vários debates académicos sobre a questão do valor” (Martin & Ouellet, 2014: 14). De facto, “quase todos os autores que, depois de 1970, se ocuparam do problema do valor em Marx, foram buscar elementos essenciais à argumentação de Rubin” (Jappe, 2006: 77).

O terceiro precursor da NCV nos anos 20 foi o jurista soviético Evgeny Pachukanis (cf. Vincent, 1973a: 53). Em *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo* – que só será traduzida e devidamente apropriada, fora da URSS, na década de 1970 –, o autor recupera explicitamente a questão do fetichismo (Vincent, 2001c: 20). Adotando um procedimento dialético análogo ao de Marx, que desenvolve as categorias burguesas a partir da “mercadoria” como célula germinal ou “forma elementar da sociabilidade capitalista” (cf. Capítulo 1), Pachukanis desdobra as categorias “jurídicas modernas” a partir da sua “forma mais abstrata e simples”, a saber: “o *sujeito de direito*” (Nascimento, 2015b: 80, *itálico no original*).

Na ótica do autor, este indivíduo *abstrato* é o “suporte necessário” da troca mercantil; em outros termos, é a “mercadoria”, como coisa de “valor”, que transforma o seu “portador”

em “*sujeito*” jurídico (Ibid., *itálico nosso*). Existe, portanto, um “vínculo lógico e histórico” interno entre a “forma” do “valor” económico e a “forma do sujeito de direito” (Ibid.). A “esfera jurídica” é inseparável de um sistema de produção mercantil, “em que a lei do valor (...) é o centro da socialização” (Ibid.).

Deste modo, há uma ligação estreita entre o fetiche da mercadoria e o “fetichismo jurídico” (Ibid.; cf. Artous, 2009b: 15). É a opacidade das relações sociais de valor, a quasi-independência do laço social estabelecido entre produtores privados concorrentes e a correspondente incapacidade de regular conscientemente o intercâmbio material com a natureza que *impõem* a instância político-jurídica como esfera normativa *complementar* da economia.

Não surpreende, pois, que Pachukanis advogue a *abolição* do direito como forma de mediação social no comunismo, acompanhando a supressão da forma-valor (Nascimento, 2015b: 80-81). Evidentemente que uma tese tão radical não poderia ser bem recebida pelo “socialismo dos adjetivos” bolchevista.⁴⁵⁵ Apesar das várias retratações públicas e retiradas teóricas estratégicas, Pachukanis não conseguiu evitar o triste destino de Rubin, sucumbindo também às purgas estalinistas na década de 1930 (Ibid.: 80).

Década de 1930 até meados da década de 1960: a Escola de Frankfurt

A teoria crítica da primeira geração de frankfurtianos, nomeadamente aquela exposta nas obras de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, exerceu uma influência absolutamente decisiva sobre a NCV (cf. Guigou & Wajnsztein, 2004: 16; Jappe, 2006: 18; Kurz, 1997a: 1; Kurz, 2002b: 19-21; Kurz, 2007c: 6-13; Kurz, 2012a; Postone, 2003d/1993: 84-120; Regatieri, 2009: 48; Robinson, 2018: 784; Vincent, 1976a; Vincent, 2001c: 21). Nas palavras de Jean-Marie Vincent, não obstante as suas diversas “aporias”, é possível “aprender mais” sobre a crítica radical do capitalismo com os escritos de Adorno e Horkheimer do que com “os milhares de tratados (...) dos marxistas oficiais” (Vincent, 1976a: 54). Na verdade, “a Escola de Frankfurt é um ponto de passagem obrigatório para quem quer participar na renovação do pensamento revolucionário” (Vincent, 2002b: 17).

Já segundo Moishe Postone, partindo de um “entendimento sofisticado” de Marx, esta corrente oferece uma das análises teóricas “mais ricas e poderosas” da trajetória histórica do modo de (re)produção capitalista até meados do século XX (Postone, 2003d/1993: 84). Por fim, Robert Kurz salienta que o pensamento adorniano representa, “em muitos aspetos”, um avanço considerável face aos postulados inconsequentes do “marxismo do movimento operário” (Kurz, 2007c: 6). A “crítica da dissociação-valor” (cf. 7.1 e 7.5.6) assume-se expressamente como uma herdeira desse legado teórico, procurando desenvolvê-lo ulteriormente (Ibid.: 58).

Douglas Kellner constata que, “na década de 1940, Horkheimer e Adorno parecem ter abandonado” definitivamente “toda a esperança na classe operária como o instrumento da emancipação” socialista (Kellner, 1989: 111). De facto, perante os horrores da 2ª Guerra Mundial e as atrocidades de Auschwitz, a teoria crítica da Escola de Frankfurt sofre uma viragem vincadamente pessimista. Em *O Eclipse da Razão* (1947), Max Horkheimer propõe uma distinção basilar entre dois tipos de razão. A razão objetiva, intimamente “ligada” a grande parte da “tradição filosófica” e teológica, prescreve “valores, finalidades e propósitos”

⁴⁵⁵ Expressão brilhante utilizada por Robert Kurz, numa palestra, para caraterizar o equívoco ideológico do marxismo-leninismo, que pretende superar o capitalismo conservando todas as suas categorias nucleares. A simples adição do epíteto “socialista” resulta numa série de oxímoros que, contudo, não são entendidos como tal: o trabalho *socialista*, o dinheiro *socialista*, a acumulação de capital *socialista*, o direito *socialista*, o Estado *socialista*, etc. são glorificados como superiores às suas contrapartes burguesas ocidentais.

orientadores da “vida humana” – julgados *verdadeiros* – e que podem também servir de bitola para censurar “condições sociais inadequadas” (Ibid.).

Na modernidade, esta forma de razão é paulatinamente substituída pela sua contraparte subjetiva, de que o positivismo e o pragmatismo são as manifestações mais palpáveis no pensamento científico e filosófico contemporâneo. Horkheimer lamenta esse facto, porquanto, na sua encarnação subjetiva, a razão devém pura racionalidade *instrumental* e limita-se exclusivamente “ao cálculo dos *meios* no seio de um sistema *pré-definido* em que as finalidades e os valores são aceites acriticamente” (Ibid., itálico nosso).

O “eclipse da razão” objetiva significa que a Natureza e os seres humanos são degradados ao estatuto de *meios* colocados ao serviço do fim em si substantivamente *irracional* – mas pressuposto como autoevidente e, por isso, inquestionável – da economia capitalista. O esvaziamento que acompanha a formalização da razão encontra a sua conclusão (i)lógica no extermínio taylorista-fordista de homens, mulheres e crianças. Uma vez assumido como fim o Holocausto do povo judeu, a escolha entre meios alternativos – o gaseamento ou o fuzilamento – é uma ação perfeitamente racional por referência à sua *eficácia*. Alheia aos juízos de valor e tendo por único requisito funcional a adequabilidade abstrata dos meios ao(s) fim(ns), a razão subjetiva é suscetível de engendrar a barbárie.

Em *Dialética do Esclarecimento* (1944), Adorno e Horkheimer dirigem várias críticas ao “projeto do Iluminismo” (Bowman, 1997: 2), entendido não apenas como “movimento” filosófico-social “do século XVIII” (Stoetzler, 2018: 143), mas também como modo de ser, agir e pensar prevalente na modernidade burguesa. A crescente instrumentalização (Held, 2004: 154) e “dominação da natureza” – sob a forma do progresso tecno-industrial (Vandenbergh, 2008: 173) – não leva automaticamente à “libertação humana” (Bowman, 1997: 2). Pelo contrário, ela acirra o fetichismo “social” e a “dominação da natureza interior do sujeito”, pois a obediência aos imperativos do capital exige “autocontrolo e autocensura” (Vandenbergh, 2008: 173).

A *sujeição* onnipresente (Held, 2004: 154) é o resultado daquilo que os autores designam por “princípio da identidade” (Sánchez, 1998: 12), conceito posteriormente recuperado na *magnum opus* adorniana *Dialética Negativa* (1966). Este princípio, transversal aos procedimentos científicos hodiernos e à racionalidade instrumental, almeja conhecer “as coisas” para poder “manipulá-las e submetê-las” (Ibid.). O “pensamento identitário” (Held, 2004: 215) é inimigo do qualitativamente heterogéneo, procurando “anular as diferenças, (...) reduzir a multiplicidade à unidade” (Arriaza, 2006: 205) e dissolver “o particular (...) no universal” conceptual (Held, 2004: 215).

Porém, em Adorno, a identidade não é somente uma grade percetiva homogeneizadora, porque “o pensamento é uma forma de práxis sempre historicamente condicionada” (Ibid.: 204). Conforme refere Brian O’Connor, “a «compulsão» identificadora” da razão “é (...) um sintoma da sociedade a que pertence” (O’Connor, 2013: 82). Trata-se de uma “totalidade” peculiar na qual a troca mercantil – uma “abstração real” que apaga as diferenças qualitativas dos bens transacionados – é a “forma” de fetiche socialmente sintética (Bellofiore & Riva, 2018: 387 e 388; Vincent, 2001c: 25), assegurando a reprodução do conjunto “por detrás das costas dos indivíduos” (Endnotes, 2010: 98). Num contexto em que “o laço social é constituído pelo nexa monetário”, as pessoas são incapazes de controlar as suas próprias inter-relações que, por isso, se autonomizam (Vandenbergh, 2008: 190).

Em suma, “a teoria marxiana do fetichismo desempenha um papel central na (...) conceção” adorniana “da sociedade capitalista” (Vincent, 2003c: 2). O autor enuncia que, embora agindo “de acordo com ações intencionais”, os sujeitos trocadores “criam um processo objetivo que se lhes impõe como uma força” estranha (Bellofiore & Riva, 2018: 387), ou seja, “um sistema reificado” (Vandenbergh, 2008: 170). Tanto a troca como o

“estruturalmente homólogo princípio da identidade” representam uma forma de “abstração violenta” (Ibid.: 190) que subsume o “mundo” concreto – a natureza e os seres humanos – na sua roda trituradora, ameaçando-o de destruição (Kurz, 2002b: 19).

Em alguns aspetos, nomeadamente na crítica poderosa do Iluminismo e da (des)razão instrumental moderna, os escritos adornianos vão “além de Marx” (Vincent, 2008: 501). No entanto, apesar das suas numerosas “intuições importantes sobre o valor e o fetichismo” (Jappe, 2006: 108), Adorno fica ao mesmo tempo “aquém” de Marx no domínio da “crítica da economia política” (Vincent, 2008: 501). O autor nunca “leva a cabo um estudo detalhado de *O Capital* e dos seus manuscritos” (Endnotes, 2010: 98) e, por conseguinte, nem sempre está ciente de todas as implicações da obra económica marxiana da maturidade (Vincent, 2001c: 24-25).

Isso é especialmente evidente na redução deveras problemática do modo de (re)produção capitalista ao processo de troca (Jappe, 2006: 108; Kurz, 2014b: 355; Murray, 2018a: 777), quer dizer, à esfera da “circulação” (Kurz, 2002b: 19). A esfera da produção e o processo de valorização desaparecem sem deixar rasto na sua teoria. Ora, a troca *não é* a totalidade da sociedade burguesa. Adorno parece ignorar “que o trabalho abstrato” constitui “uma (...) forma de mediação” absolutamente central (Jappe, 2006: 110), o *prius* lógico da análise de Marx e a verdadeira *origem* da abstração real.

Em segundo lugar, apesar de salientar a “lógica identitária” e a “autodestrutividade” inerentes ao “Iluminismo”, Adorno revela-se incapaz de “levar esta crítica até ao fim” (Kurz, 2003b: 1-2). Existem algumas anotações prometedoras sobre o patriarcado em *Dialética do Esclarecimento*, mas a “relação de dissociação” sexualmente conotada e co-constitutiva da matriz sobrejacente capitalista não é efetivamente posta e fundamentada teoricamente (Kurz, 2002b: 19-20; cf. 7.5.6). Ademais, Adorno apreende a negatividade da “forma do sujeito” enquanto “portador” do princípio abstrativo da identidade, mas, por outro lado, alça esse mesmo sujeito a “portador positivo indispensável da emancipação” (Ibid.: 20).

As três obras nucleares de Herbert Marcuse são *Razão e Revolução* (1941), *Eros e Civilização* (1955) e *O Homem Unidimensional* (1964). Em *Razão e Revolução*, o autor empreende uma longa exposição da filosofia hegeliana. Em 5.2.5, 6.2.1 e 7.5.2.2 serão apresentados os aspetos do pensamento de Hegel que, à luz da leitura de Vincent, Postone e Kurz, conservam a sua pertinência para a análise da sociedade capitalista.⁴⁵⁶ Assim, destacarei apenas duas proposições desta obra de Marcuse: i) A noção de que a “realização da razão” implica “a realização da liberdade e da felicidade” dos seres humanos (Kolakowski, 1978b: 398); ii) Na sequência de uma leitura pioneira dos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, a ideia de que a emancipação é inseparável da *abolição* do trabalho.

Eros e Civilização é um “estudo intensivo de Freud”, cuja teoria psicanalítica pode, na perspetiva de Marcuse, colmatar várias lacunas do “marxismo” (Kellner, 1984: 154). Para esse efeito, as “categorias” freudianas devem perder o seu cariz quasi-biológico e ser entendidas como “históricas e políticas” (Ibid.: 158). A tese de Marcuse é que a repressão social das pulsões individuais cumpria um papel historicamente específico que se tornou anacrónico e que, nessa medida, pode ser enormemente reduzida em benefício da libertação individual (Ibid.: 157-158).

Como é sabido, Freud descreve um “conflito” ontológico entre os denominados “princípio do prazer” e “princípio da realidade” (Kolakowski, 1978b: 403). O primeiro traduz as “exigências” de “gratificação” imediata inerente aos sujeitos (Kellner, 1984: 159). Por sua vez, o princípio da realidade “garante o respeito (*enforces*) pela totalidade dos requisitos,

⁴⁵⁶ O leitor interessado poderá também consultar Machado (2014).

normas e proibições” sociais “que são impostos ao indivíduo desde «fora»” (Ibid.: 158). Freud sustenta que a “civilização” se desenvolveu justamente “em resultado dos esforços” bem-sucedidos “da sociedade para reprimir os desejos pulsionais dos indivíduos” – que reclamam o prazer incondicional – através de um processo de *sublimação* (Kolakowski, 1978b: 403). O preço a pagar pela civilização é a “dominação (...) do indivíduo pela sociedade” (Kellner, 1984: 158).

Marcuse defende que, na modernidade, o princípio da realidade assume a forma do *princípio da performance*, ou seja, a coletividade “é estratificada de acordo com as performances económicas competitivas dos seus membros” (Marcuse apud Kellner, 1984: 168). A sujeição das pessoas “tem a sua origem (...) na organização do trabalho”, porquanto “as regularidades e movimentos maquinais” no processo de produção habitam-nas “à submissão à autoridade” (Kellner, 1984: 166). Importa reter que “a repressão (...) nasce da necessidade de domar a natureza na luta contra a escassez” (Femia, 2007: 108).

Ora, o desenvolvimento das forças produtivas – mormente da automação – atingiu um patamar em que “a riqueza social e os recursos” são criados em quantidades “suficientes para superar a escassez (...) e (...) para abolir o trabalho alienado” (Kellner, 1984: 171). A partir do momento em que o progresso técnico-científico permite “remover o obstáculo da escassez, a repressão” torna-se “repressão excedente”, ou seja, suplanta os níveis estritamente requeridos pela “manutenção da civilização” (Femia, 2007: 108). Com o único intuito de conservar os fundamentos irracionais do capitalismo, as “instituições” económicas e burocráticas impõem *anacronicamente* “uma repressão para além daquela racionalmente necessária para satisfazer as necessidades sociais e individuais” (Marcuse apud Kellner, 1984: 168).

Visto que este estado de coisas deixou de ser *objetivamente* inelutável, Marcuse advoga “mudanças” profundas no sentido de reduzir a “repressão” (Kellner, 1984: 171). Devem ser plenamente aproveitadas as possibilidades contidas na mecanização de “minimizar o tempo necessário para realizar a labuta dolorosa e as tarefas rotineiras” (Ibid.). Uma civilização assente no “tempo livre” (Ibid.: 175) instauraria “um novo princípio da realidade” capaz de superar o “conflito” entre as pulsões e a autonomia individuais, por um lado, e a (re)produção social, por outro (Ibid.: 174).

Em *O Homem Unidimensional*, Marcuse oferece uma “crítica radical” da sociedade industrial avançada em ambas as suas manifestações: capitalista e comunista (Ibid.: 229). Contrariando o otimismo tecnocientífico de *Eros e Civilização*, Herbert Marcuse denuncia agora, numa formulação remanescente de Horkheimer, o “mundo técnico *unidimensional* (...) em que a «pura instrumentalidade e «eficácia» na adequação dos meios aos fins, no seio de um universo pré-estabelecido, é o «princípio comum do pensamento e da ação»” (Ibid.: 234, *italico* nosso).

Por outras palavras, a tecnologia industrial cristaliza a essência das formas de “dominação” contemporâneas, incorporando o indivíduo em “padrões de pensamento e comportamento prescritos” e erigindo, desse modo, uma “segunda natureza” fetichista (Ibid.: 166). O facto de o sistema vigente garantir elevadas taxas de crescimento económico, assegurar o pleno emprego, disponibilizar uma vasta gama de bens de consumo e eliminar virtualmente a escassez e a privação material, torna a oposição bastante difícil.⁴⁵⁷ A

⁴⁵⁷ Isto já não é verdade hoje em dia. O livro de Marcuse foi publicado no ano de 1964, portanto, em pleno esplendor dos Trinta Gloriosos. Porém, os escritos de Paul Mattick (cf. 2010/1969, por exemplo) provam que não era impossível deduzir teoricamente os limites colocados à acumulação de capital numa época de bonança aparentemente inesgotável. Para tal era preciso recorrer às categorias da crítica da economia política marxiana da maturidade e, em particular, à sua teoria da crise, algo que Marcuse manifestamente não faz. Essa é a razão por que o capital lhe *aparece* dotado de uma capacidade de auto-expansão infinita.

unidimensionalidade estende-se às esferas política, científica, artística, filosófica e quotidiana (Kolakowski, 1978b: 407).

No entanto, a sociedade industrial avançada continua a basear-se na repressão, no trabalho alienado e na imposição de *falsas* necessidades. Por isso, apesar do tom assumidamente “pessimista” da obra, Marcuse mantém-se “fiel ao potencial utópico do marxismo” (Jay, 1984: 220). O autor salienta que a “tensão entre aquilo que é” e aquilo que poderia e “deveria ser” permite a “crítica das condições atuais” e constitui a “alavanca da libertação social” (Kolakowski, 1978b: 408). Finalmente, note-se que, em Marcuse, “a classe operária” perde a sua aura revolucionária, cedendo esse “lugar aos estudantes, às minorias raciais” e aos povos do chamado Terceiro Mundo – os (supostos) novos agentes emancipatórios (Ibid.: 396).

Final da década de 1960 (i): Camatte, Perlman, Debord e Rosdolsky

Até aos anos 60, “a crítica da economia política da maturidade (...) tendeu a ser deixada nas mãos do marxismo tradicional” de inspiração leninista/estalinista (Endnotes, 2010: 76; cf. Elbe, 2013: 13-14).⁴⁵⁸ Este revela-se incapaz de apreender, na sua inteireza, as diferenças abissais entre as teorias de Marx e aquelas de Smith e Ricardo (Endnotes, 2010: 70; cf. Anexo 2). Em particular, “a ligação entre a forma-valor e o fetichismo” – enquanto “inversão” *real* – é largamente escamoteada (Ibid.).

A situação muda radicalmente no final da década de 1960, assistindo-se, no seio do marxismo ocidental, à proliferação de autores que recuperam a crítica da economia política marxiana e, em particular, reinterpretam minuciosamente a sua teoria do valor. São dois os fatores que contribuem para este fenómeno exegético. Em primeiro lugar, a publicação da tradução francesa de *História e Consciência de Classe*, em 1960 (Artous, 2004b: 1; Artous, 2009b: 15), e da 2ª edição alemã, em 1967, suscita um interesse pelas temáticas do fetichismo e da reificação estudadas pelo jovem Lukács (Arato & Breines, 1979: 222-224; Kincaid, 2008: 406n50).⁴⁵⁹

Este livro, que havia desaparecido “dos anais comunistas sem deixar rasto” (Kolakowski, 1978b: 259) após a condenação do *Comintern* e a renegação do próprio autor,⁴⁶⁰ foi particularmente bem acolhido pelos estudantes e intelectuais que compunham maioritariamente a Nova Esquerda (Arato & Breines, 1979: 222-224). Leszek Kolakowski assinala que *História e Consciência de Classe* é atualmente “considerado um dos documentos teóricos mais importantes da história do marxismo” (Kolakowski, 1978b: 259).

Em segundo lugar, a publicação, entre 1956 e 1968, dos 41 volumes dos *Marx Engels Werke* disponibiliza várias obras fundamentais inéditas, nomeadamente os longuíssimos “manuscritos preparatórios” de *O Capital* (Endnotes, 2010: 82). Textos cruciais como o *Urtext* (cf. Marx, 1983/1858), os *Resultados* (cf. Marx, 1975/1864) e, sobretudo, os *Grundrisse* (cf. Marx, 2011b/1857-58) elucidam o “método” de Marx, esclarecem a “relação” do seu pensamento com Hegel (Endnotes, 2010: 82) e desmentem as “interpretações” dogmatizadas sob a batuta do *diamat* (Ibid.: 76).

Assim, na segunda metade da década de 1960, a recusa da leitura “superficial e redutora (...) de Marx” difundida e canonizada pelo “marxismo (...) tradicional” (Kurz, 2014b: 20) conduz à eclosão – principalmente na Alemanha e em França (Bidet, 2008: 372; Vincent, 2001c: 244), mas também na Itália e nos EUA (Jappe, 2006: 18) –, de “um conjunto de abordagens que foram (...) rotuladas como «teoria da forma-valor» (*value-form theory*)”

⁴⁵⁸ Cf. 7.7 para a exposição do conceito (postoniano) de marxismo tradicional.

⁴⁵⁹ A tradução inglesa apenas verá a luz do dia em 1971.

⁴⁶⁰ Era quase impossível encontrar exemplares da primeira edição da obra: “Para dar um exemplo extremo, mas revelador, antes da edição francesa os associados da revista jugoslava *Praxis* apenas dispunham de uma cópia” (Arato & Breines, 1979: 223).

(Endnotes, 2010: 72). Análises filológicas detalhadas impelem debates profícuos acerca das “subtilezas” da obra socioeconómica da maturidade de Marx e conferem uma nova vitalidade ao paradigma marxista com o cunho da heterodoxia (Ibid.: 72-73 e 81).⁴⁶¹

No panorama francófono, Jacques Camatte – o grande impulsionador da “revista *Invariance*, publicada pela primeira vez em 1968” (Ibid.: 76) – assume-se como um dos precursores mais relevantes da NCV (Jappe, 2014c: 34). À luz da sua reinterpretação dos *Resultados em Capital e Comunidade* (Endnotes, 2010: 77), Camatte rompe com o “marxismo tradicional” em termos da conceptualização do capitalismo (Homs, 2015: 5). O capital é definido através do recurso às noções marxianas de sujeito automático (Ibid.: 5n9) e “valor em processo” (Endnotes, 2010: 77). O modo de reprodução macrossocial hodierno consiste no processo incessante de auto-expansão do valor. Este sistema fetichista autonomiza-se do controlo consciente dos indivíduos e transforma-os em meros portadores da sua (ir)racionalidade tautológica.

Camatte percebe igualmente a centralidade da “categoria de subsunção real” (Endnotes, 2010: 77). O conteúdo material da (re)produção (tecnologia, técnica e ciências aplicadas) é afetado pela forma social do capital e, nessa medida, não representa uma categoria neutra ou transhistórica. De maneira análoga, as classes sociais – burguesia e proletariado – são *constituídas* funcionalmente pela lógica do valor. Essa é razão por que o autor descarta a agência operária como pretensão demiurgo do socialismo.

O principal problema de Camatte está associado à ênfase *unilateral* na identidade. Esta insuficiência impede-o de captar a *contradição* inerente ao modo de reprodução capitalista e a parcela de *não*-identidade presente na concretude: os seres humanos e a natureza jamais se deixam subsumir completamente na forma abstrata homogeneizadora. Camatte reifica a reificação, tornando-a total, e o pessimismo expectável condu-lo a adotar uma forma extrema de primitivismo em meados dos anos 70. Dado que o capital se apoderou com sucesso da realidade na sua inteireza, sendo agora a *verdadeira comunidade* fetichista, a única solução emancipatória – ou, melhor dizendo, derrotista – que o autor encontra é uma espécie de *life in the woods à la Thoreau*.

Fredy Perlman foi um pioneiro absoluto no tratamento do fetichismo no mundo anglo-saxónico. Em “Ensaio sobre o Fetichismo da Mercadoria” (1968) e “A Reprodução da Vida Quotidiana” (1969), o autor comete a proeza de resgatar a crítica categorial num contexto adverso dominado pelo marxismo tradicional da *Monthly Review* de Sweezy, Baran e Magdoff. Perlman consegue discernir o papel constitutivo e mediador da *prática quotidiana* reiterada na reprodução das relações sociais capitalistas, ou seja, do modo de vida social moderno enquanto *totalidade*.

Perlman estava em França na altura dos acontecimentos de Maio de 68, tendo absorvido algumas ideias da Internacional Situacionista. Foi responsável pela primeira tradução inglesa de *A Sociedade do Espetáculo* e, conforme se disse acima, pela tradução da obra seminal de Isaak Rubin. A sua trajetória intelectual é bastante similar à de Jacques Camatte *por causa* de Jacques Camatte: os intercâmbios com o teórico francês e a

⁴⁶¹ Segundo Jacques Bidet, estas “leituras que salientam o elemento dialético [em Marx, NM] (...) desempenharam um papel filosoficamente estimulante na crítica marxista do capitalismo, ajudando a superar as representações incompletas da relação capital – tanto a sua redução quantitativa à simples *extração* de um excedente como a sua representação formal, qualitativa [exclusivamente, NM] em termos de *dominação* [pessoal, NM]. Colocam em primeiro plano a problemática da *abstração* [real, NM], que demonstra o radicalismo potencial (...) da crítica da mercadoria e da *alienação* capitalista por parte de Marx” (Bidet, 2008: 374, *itálico no original*).

apropriação das suas teses pessimistas conduzirão Perlman a reorientar profundamente a sua teoria, no sentido da crítica primitivista da civilização, no final da década de 1970.

Outra influência francesa da NCV foi a Internacional Situacionista e, em especial, a obra de 1967 de Guy Debord intitulada *A Sociedade do Espetáculo* (cf. Kurz, 1988: 13; Kurz, 1997a: 1; Kurz, 1997b: 291). Debord manteve-se durante toda a sua vida “afastado dos circuitos universitários e mediáticos” e recusou também “ingressar nos jogos habituais da política” (Vincent, 2001c: 33-34). De acordo com Robert Kurz, o seu grande mérito foi ter levado a bom porto a “crítica da forma da mercadoria e da constituição fetichista moderna, de modo totalmente independente da Teoria Crítica” da Escola de Frankfurt (Kurz, 2007c: 61). Fê-lo, sobretudo, através do recurso ao conceito original de *espetáculo*.

Em Debord, o espetáculo é uma “forma particular de fetichismo” (Jappe, 1999: 17) subjacente à reprodução social no seu conjunto. O “estágio «espetacular»” do capitalismo remonta à década de 1920 do século passado, mas apenas “se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial” (Ibid.: 22-23). Se a “alienação” inerente ao capital acarretara “uma degradação do «ser» para o «ter»”, na sociedade do espetáculo verifica-se uma “degradação ulterior do «ter» para o «parecer»” (Ibid.: 19). O “vivido” quotidiano é amplamente substituído pela “contemplação passiva de imagens” (Ibid.). O “problema”, na perspetiva de Debord, é a “*independência* atingida por essas representações que escapam ao controlo dos homens e lhes falam sob a forma de monólogo” (Ibid.: 21, *itálico no original*). Embora nasçam da “prática coletiva”, comportam-se “como seres independentes” (Ibid.).

O espetáculo encontra no mundo “*mediático*” a manifestação evidente e “superficial” (Ibid.: 19, *itálico no original*). Porém, é *essencialmente* “a forma mais desenvolvida da sociedade baseada na produção” de “mercadorias” e da sua “tendência” para a “abstração” (Ibid.: 15 e 27). Nas palavras de Anselm Jappe, “o funcionamento dos meios de comunicação de massa” espelha a configuração da “sociedade de que fazem parte” (Ibid.: 19). À semelhança do valor, “a «imagem» e o «espetáculo» de que fala Debord” reduzem “a multiplicidade do real a uma única forma abstrata e igual” (Ibid.: 35). Jean-Marie Vincent remata que “o espetáculo (...) é (...) a penetração das relações mercantis no mundo das representações”, ou seja, “é o laço social” capitalista “mediatizado por imagens, que o aguçam e o acentuam enquanto relação que se desvincula dos seres humanos” (Vincent, 2001c: 34).⁴⁶²

Embora nunca utilize o termo trabalho abstrato, Debord percebe que no cerne da síntese social mercantil está um processo de abstração real face a todas as atividades concretas, de maneira que “cada momento individual do trabalho vivo «conta» apenas como *grandeza* de trabalho social homogeneizado” (Hemmens, 2019: 143-144, *itálico no original*). Além disso, o autor é um dos primeiros marxistas a apreender *negativamente* a abstração *espácio-temporal* da economia capitalista enquanto “esfera separada”, *desincrustada* (Jappe, 1999: 17; cf. Hemmens, 2019: 144). O espetáculo traduz o “reinado autocrático da economia” (Jappe, 1999: 25) numa civilização em que a “forma-mercadoria (...) deveio a categoria universal da mediação social” (Hemmens, 2019: 144), submetendo os indivíduos às suas “*leis*” de movimento inapeláveis (Jappe, 1999: 16, *itálico no original*). Na modernidade, “não são os seres humanos, mas uma forma (...) impessoal, abstrata e quantitativa que organiza a sociedade” (Hemmens, 2019: 144).

⁴⁶² Atente-se que, em Debord, o conceito de sociedade do espetáculo não se refere apenas ao capitalismo ocidental (espetacular difuso); ele abarca também o socialismo real (espetacular concentrado), pois *ambos* os modos de vida social são regidos pela “mercadoria” como forma geral dos produtos do trabalho (Jappe, 1999: 23).

Creio que o precedente fala por si quanto à radicalidade da teoria de Guy Debord. No entanto, esta atinge provavelmente o seu zénite na *crítica do trabalho tout court* (Ibid.: 137 e 138). Debord não se limita a denunciar a “exploração” dos operários, apontando baterias ao próprio trabalho “enquanto forma de atividade” irremediavelmente “alienante” que está na “origem da dominação social” (Ibid.: 145). A labuta mercantil é uma “experiência qualitativamente pobre caracterizada pela razão instrumental, pelo tédio, pelo conformismo, pela ausência de sentido e pela falta de identificação pessoal com o ato criativo” (Ibid.: 139). Acresce que o trabalho encerra “uma inversão entre o sujeito social e o seu objeto”, porquanto “os produtores, os supostos «fazedores», são de facto reduzidos (...) a nada mais do que objetos de leis económicas fora da sua alçada” (Ibid.: 145).

Perante este estado de coisas adverso, Debord propõe que um “movimento de massas” (Ibid.: 138) emancipatório suprima o “trabalho assalariado” (Ibid.: 140) e estabeleça, no seu lugar, “outras formas de atividade” (Ibid.: 138). Em especial, “a atividade criativa livre que esteve até hoje reservada à esfera artística separada deve ser generalizada ao conjunto da vida social” (Ibid.: 139-140). Paralelamente, devem ser instituídos “modos de síntese social” que permitam “uma discussão plenamente consciente e diretamente democrática entre os produtores acerca de como organizar”, utilizar e afetar os recursos disponíveis (Ibid.: 145).

Debord e a Internacional Situacionista “depositam uma fé” considerável “na auto-organização ou autogestão da classe operária em «soviets» ou «conselhos»” (Ibid.: 161). E é neste ponto que começam as aporias da posição de Guy Debord: por um lado, defende a abolição do trabalho, enquanto, por outro, reclama o exercício do poder para os operários *enquanto trabalhadores*. O proletariado “emerge (...) como o sujeito da história” revolucionário (Ibid.: 158) que deve paradoxalmente auto-abolir-se e auto-organizar-se para dirigir – enquanto proletariado – a sociedade comunista. Conforme salienta Robert Kurz, “em Debord, a crítica da forma fetichista (...) ainda estava mesclada com a práxis ideológica do paradigma da luta de classes” (Kurz, 2007c: 61) e com a correspondente ontologização da “forma sujeito” (Ibid.: 62). A “crítica marxiana do valor” – que retém a sua pertinência – coabita com vários resquícios problemáticos do marxismo tradicional (Jappe, 1999: 34-35).

Merece ainda uma palavra o estudo inovador de Roman Rosdolsky sobre os *Grundrisse*, intitulado *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, que foi publicado postumamente em 1968 (cf. Jappe, 2006: 18; Kurz, 2014b: 20; Regatieri, 2009: 48; Regatieri, 2010: 12; Vincent, 1976b: 1). Nesta obra, Rosdolsky procura relacionar os *Grundrisse* – até então largamente ignorados (Hoff, 2017: 78) – com a arquitetura da economia política da maturidade e, em particular, com a estrutura adotada em *O Capital* (Anderson, 1976: 129-130; Endnotes, 2010: 77). A sua discussão dos planos de Marx e do conceito de capital em geral mantém-se hoje em dia como uma das melhores sobre o assunto (cf. Anexo 1).

Destacam-se ainda as suas considerações acerca da teoria monetária e da teoria da crise, assim como uma longa digressão sobre os esquemas de reprodução do Livro Segundo. De acordo com Jan Hoff, “a monografia de Rosdolsky contribuiu para abrir novos horizontes temáticos aos diálogos germânicos com Marx nas décadas subsequentes e para a demarcação de importantes áreas de investigação” (Hoff, 2017: 76). Anselm Jappe partilha esta opinião, afirmando que todos “aqueles que, depois de 1968, descobriram a problemática do valor e do método em Marx reconheceram (...) o papel precursor de Rosdolsky” (Jappe, 2006: 129).

Final da década de 1960 (ii): a Nova Leitura de Marx

Jean-Marie Vincent realça que as aulas de “filosofia” e de “sociologia” ministradas por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer na universidade de Frankfurt proporcionaram aos seus alunos “a possibilidade de aceder (...) a um Marx que não é deformado pelo

materialismo dialético” engelsiano/leninista (Vincent, 2001c: 26). Assim, embora a primeira geração de frankfurtianos “tivesse em larga medida abandonado” a “crítica da economia política”, coube a alguns desses estudantes – nomeadamente, Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt e Hans-Jürgen Krahel (Endnotes, 2010: 83-84) – redescobrir a temática com lentes heterodoxas (Artous, 2009b: 22; Vincent, 2001c: 26) e, assim, “dar início” à chamada Nova Leitura de Marx (*Neue Marx-Lektüre*) (Endnotes, 2010: 84).

A reinterpretação vincadamente filológica desta corrente privilegia a “teoria do fetichismo” (Vincent, 1999a: 273), conferindo um papel absolutamente nuclear ao conceito de “abstração” real (Endnotes, 2010: 86). Os seus debates, na pegada de Rosdolsky, procuram aferir “a relação entre o desenvolvimento dialético das categorias em *O Capital* e a dialética hegeliana” (Ibid.). A abordagem estritamente *lógica* ao “método de Marx” contrasta abertamente com o “entendimento” lógico-histórico de Engels que ontologiza o valor (Ibid.; cf. Elbe, 2013: 14).

Ademais, a Nova Leitura estabelece “a diferença” abissal “entre a teoria do valor de Marx e aquela da economia política clássica” (Endnotes, 2010: 86; cf. Anexo 2). Estes autores afastam-se ainda das “concepções manipulativas e instrumentais do Estado” e da deificação do “movimento operário”, ou seja, de uma crítica do ponto de vista do trabalho (Elbe, 2013: 14). Gradualmente, a corrente consegue conquistar “o seu espaço nas instituições universitárias, nos centros de investigação e nas casas editoriais” da República Federal Alemã (Vincent, 1999a: 273).

O estatuto vanguardista da Nova Leitura de Marx é reconhecido pela NCV. Jean-Marie Vincent realça que estes autores “querem ir além de Marx, Horkheimer e Adorno, preocupando-se também em não ficar aquém deles” (Vincent, 2002b: 17). Moishe Postone salienta o mérito de Backhaus na crítica das interpretações ricardianas e engelsianas de Marx (Postone, 2003d/1993: 69n83 e 131). Por sua vez, Robert Kurz sustenta que esta corrente conta-se entre as poucas teorias que alcançaram o “nível categorial” da “*essência*” do modo de (re)produção capitalista (Kurz, 2007c: 60, *itálico nosso*) e discutiram “o problema da constituição fetichista sujeito-objeto” (Kurz, 2012b: 14). Note-se que a argumentação desenvolvida em *Dinheiro Sem Valor* é confrontada criticamente, a par e passo, com os postulados da Nova Leitura de Marx (cf. Kurz, 2014b: *passim*).

Em 1969, Hans-Georg Backhaus redige “o seu artigo mais conhecido e amplamente traduzido” (Bellofiore & Riva, 2018: 386), intitulado “Dialética da Forma-Valor”.⁴⁶³ As teses desenvolvidas nesse texto, “que pode ser considerado o documento fundador da (...) Nova Leitura de Marx” (Ibid.; cf. Hoff, 2017: 81), remontam ao ano de 1963, quando o jovem Backhaus se deparou “acidentalmente” na biblioteca da Universidade de Frankfurt “com uma primeira edição de *O Capital* bastante rara” e se apercebeu das “diferenças face à segunda edição”, sobretudo no que dizia respeito aos capítulos iniciais que discutiam a mercadoria, o valor, o trabalho abstrato e o dinheiro (Endnotes, 2010: 85).

A “teoria monetária do valor” de Backhaus (Ibid.: 90; cf. Bellofiore & Riva, 2018: 392; Elbe, 2013: 19) “fundamenta a constituição do dinheiro na relação social de produção” hodierna, ou seja, na “forma especificamente capitalista do trabalho” (Bellofiore & Riva, 2018: 389). Na perspetiva do autor, “o dispêndio privado de trabalho” *exclusivamente concreto* devém trabalho social “na esfera da circulação” (Ibid.: 396), isto é, ao ser equiparado como trabalho abstrato no *momento da troca* e “assumir a forma do dinheiro” (Ibid.: 389). Portanto, a “redução do trabalho concreto a trabalho abstrato” é “gerada pelo

⁴⁶³ Apesar de não ser citado nem referenciado no corpo do texto, estas breves observações sobre a teoria de Backhaus beneficiaram da leitura de Murray (2018a).

mercado” (Bidet, 2008: 373). Enquanto “forma social”, o valor resulta unicamente da “abstração real efetivada na troca” (Bellofiore & Riva, 2018: 389).

De acordo com Backhaus, o modo de (re)produção burguês possui um “caráter sensível-suprassensível”, na medida em que “formas económicas (...) perversas” – de caráter metafísico – levam a melhor sobre os seres humanos (Ibid.: 395). De facto, “não é o comportamento dos agentes que determina a lei do valor”, mas, ao invés, é esta que, na qualidade de “processo supra-individual” fetichista, logra impor-se “através” do entrechoque “dos agentes” (Ibid.: 393). Em síntese, a teoria de Backhaus reconduz a “autonomização das relações sociais capitalistas (...) à contradição entre o dispêndio privado de trabalho e o processo de socialização por meio da troca na forma da circulação monetária” (Ibid.: 389).

Os esforços de Hans-Georg Backhaus no sentido de colocar a crítica da economia política marxiana e o fetichismo no centro da análise do capitalismo são seguramente “meritórios” (Kurz, 2007c: 60). Todavia, a sua conceptualização do valor revela-se altamente problemática. Em vez de entendê-la como uma peculiaridade alienada *real* da modernidade mercantil, a noção *negativa* de uma substância laboral *socio-energética* tautológica, ativada *no interior* da esfera da produção, é rejeitada como se se tratasse de um mero erro teórico (Elbe, 2013: 14).

Paradoxalmente, na sua “teoria da forma-valor” – contraposta à pretensamente equivocada “teoria do valor-trabalho” (Bidet, 2008: 373) –, a “substância do valor” é uma forma *pura* obtida no momento da “troca” das mercadorias (Elbe, 2013: 20, *itálico nosso*). Backhaus tem razão quando diz que a *validação* do trabalho abstrato é efetuada pela troca na esfera da circulação, mas ignora a *origem* lógica desta categoria – e do valor que cria – no processo de *produção* enquanto *espaço-tempo abstrativo* (cf. 7.5.1).

Além disso, embora seja legítimo (e necessário) reagir à matematização acéfala da ciência económica *mainstream*, a sua preocupação *exclusiva* com questões qualitativas (Hoff, 2017: 204) – descurando o aspeto *quantitativo* do valor – acaba por redundar na negação *abstrata* da *economics*, e não na superação efetiva pretendida.⁴⁶⁴ Ambas as pechas referidas na argumentação de Backhaus acarretam implicações nefastas para a teorização da crise: o limite interno absoluto da acumulação é pura e simplesmente recusado (Kurz, 2012b: 14-15). Por último, refira-se que a crítica do Iluminismo é completamente ignorada pelo autor, algo que não deixa de ser estranho num aluno de Adorno e Horkheimer.⁴⁶⁵

Helmut Reichelt foi outro dos fundadores da Nova Leitura de Marx (Elbe, 2018: 367). O autor ocupa-se primariamente de “problemas relacionados com o método e o objeto da crítica da economia política” (Ibid.: 368). Reichelt enfatiza a “historicidade do objeto” (Ibid.: 371), atestada pelo facto de “apenas no capitalismo (...) a produção de mercadorias” ser “a forma universal” de mediação social (Ibid.: 373). De acordo com o autor, Marx “procura apreender a socialidade específica” burguesa através da “análise das formas” categoriais que lhe subjazem, mormente o “valor”, o “dinheiro”, o “trabalho” e o “capital” (Elbe, 2013: 18).

Quanto ao método, mediante análises que possuem frequentemente um “caráter (...) filológico” (Endnotes, 2010: 86), Reichelt prioriza uma interpretação “lógica” de *O Capital* (Bidet, 2008: 373) que pretende elucidar o modo de “exposição” adotado por Marx no desdobramento *dialético* das “formas do valor” (Elbe, 2013: 15). Em *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx* (1970), Reichelt identifica uma *homologia*

⁴⁶⁴ Quando Marx diz que a economia política clássica se ocupa, ainda que de modo imperfeito, do aspeto quantitativo do valor mas, ignora o caráter qualitativo *sui generis* do trabalho mercantil, isso não significa que os problemas quantitativos sejam irrelevantes.

⁴⁶⁵ Todas estas críticas aplicam-se, *ipsis verbis*, a Helmut Reichelt.

entre a “totalidade *real* das relações sociais” mercantis descritas na *magnum opus* de Marx e a filosofia idealista hegeliana (Endnotes, 2010: 82, *itálico nosso*).

Uma vez que partilha a interpretação adorniana, segundo a qual o método de Marx é *indissociável* do objeto de estudo a que é aplicado, Reichelt entende que a referida homologia só pode dever-se ao caráter *sui generis* do próprio modo de (re)produção capitalista. A “dialética das categorias” traduz a “compulsão” sistémica de um “*abstractum*” *suprassensível* – o processo de valorização do “valor” (Elbe, 2018: 371) – que, através de uma “inversão ontológica” fetichista, subsume a “vida material” (Endnotes, 2010: 88) e impõe “uma prioridade perversa da forma” alienada “face ao conteúdo” sensível (Ibid.: 93). Na modernidade, a “abstração” do valor não é um mero “ato mental”, mas, antes, uma “«abstração real» ou «prática» que as pessoas efetuam na *troca* sem terem conhecimento disso” (Ibid.: 89, *itálico nosso*).

Pode-se, pois, falar de “uma «identidade estrutural» entre a noção hegeliana de Espírito e o conceito marxiano de capital” (Elbe, 2018: 371). A “lógica do (...) capital”, enquanto “processo autodeterminado” (Endnotes, 2010: 87) que adquire “independência real” face “às intenções e necessidades dos atores” (Elbe, 2018: 368), assemelha-se “ao ir-além-de-si do Conceito na *Lógica* de Hegel” (Endnotes, 2010: 87). Em ambos os casos, o *concreto* – a Natureza e os seres humanos – é dominado por uma *idealidade* formal abstrata (Ibid.; cf. 5.2.5, 6.2.1 e 7.5.2.2). Portanto, o “processo de acumulação do capital (...) é o fundamento objetivo para a adequabilidade da exposição dialética” como método (Elbe, 2018: 371).

Refira-se, ainda, que Helmut Reichelt estabelece uma “distinção entre a teoria marxista e a teoria de Marx” (Elbe, 2013: 16). Em especial, o autor considera que “os comentários de Engels” são “largamente inadequados”, vulgarizadores e mistificadores (Ibid.: 15). De maneira análoga, o socialismo real é criticado por causa da sua “afirmação do trabalho” e da sua “identificação” da emancipação com a “acumulação” primitiva sob a égide “estatista” (Endnotes, 2010: 95). Em Reichelt, o “proletariado” cessa de ser apreendido como o demiurgo do comunismo (Ibid.: 93), na medida em que “a luta de classes (...) é (...) encarada como «imanente ao sistema»” (Ibid.: 97).

Nas palavras de Jappe, “Hans-Jürgen Krahel era um dos mais brilhantes alunos de Adorno” (Jappe, 2006: 171). A vida deste indivíduo multifacetado – teórico inovador, “orador” de excelência e líder estudantil (Maise, 2018: 335 e 337) – foi ceifada prematuramente aos 27 anos num acidente de automóvel. No longo ensaio intitulado “A lógica da essência na análise marxiana da mercadoria”, redigido originalmente em 1967 para um “seminário de Adorno” (Jappe, 2006: 171),⁴⁶⁶ Krahel procura “rastrear o papel da abstração na crítica da economia política de Marx e relacioná-lo com a lógica da essência” na filosofia “hegeliana” (Maise, 2018: 344).

O autor elucida a “violência” *impessoal* transversal às “formas de socialização do capitalismo avançado” (Ibid.: 343) e que é reconduzível à “proeminência totalitária e destrutiva da abstração” real “do valor” (Ibid.: 344). Segundo Krahel, o “valor” constituído pelo “trabalho abstrato” assume-se como “o verdadeiro sujeito do processo social” hodierno, dado que “a sua abstração devém uma força tangível” que obriga “o ser material e concreto” a conformar-se aos desígnios da “pura forma” fetichista (Ibid.). A ubiquidade insidiosa do capital consegue infiltrar-se mesmo no próprio eu e na “psique” dos “indivíduos” (Ibid.: 343). Ao introjetarem “as relações de dominação”, eles “são reduzidos a meras máscaras de caráter” ou portadores das categorias económicas (Ibid.: 340).

De acordo com esta perspetiva pioneira,

⁴⁶⁶ Incluído na coletânea póstuma *Constituição e Luta de Classes* (1971).

“Marx era um crítico da economia política, e não um economista político crítico. A teoria do valor de Marx não era uma versão radicalizada da teoria clássica ricardiana; era uma teoria da forma social do trabalho no capitalismo. O intuito revolucionário de Marx não era redistribuir o valor, mas abolir o valor como medida da riqueza e a mais-valia como finalidade da produção.” (Murray, 2018b: 2)

Um dos líderes mais proeminentes da União Estudantil Socialista Alemã (SDS), Hans-Jürgen Krahl participa ativamente nos protestos de 1968 em solo germânico (Jappe, 2006: 171; Maiso, 2018: 335). Sob a sua batuta, o movimento juvenil “antiautoritário” não se limita condenar a submissão “ao Estado, aos professores ou à opinião pública”, criticando também a “política tradicional” dos partidos de esquerda e as experiências do “socialismo” estatista (Ibid.: 339).

Na esteira de Adorno e Horkheimer, Krahl concebe “o trabalho teórico (...) como parte integrante” e imprescindível do “processo” de emancipação social (Ibid.: 336). Ademais, Krahl partilha o pessimismo dos frankfurtianos quanto ao estreitamento do “horizonte revolucionário” (Ibid.: 340). Porém, ao contrário de Backhaus e Reichelt, continua a pugnar por “formas” de “práxis” anticapitalista (Ibid.) assentes na “luta de classes” (Endnotes, 2010: 100).

No entanto, opondo-se em igual medida ao dogma leninista, Krahl defende que “a emancipação não pode ser o resultado de um processo histórico predeterminado, decorrente de mecanismos ou necessidades objetivos” (Maiso, 2018: 344). O problema reside precisamente na “constituição” não-teleológica de uma “subjetividade” política proletária passível de contestar eficazmente o “capitalismo” contemporâneo (Ibid.). Em Krahl, a crítica categorial do fetichismo coexiste, portanto, com uma “abordagem voluntarista” que destaca “os papéis da espontaneidade (...) e da vontade na transformação social” (Ibid.: 340).

Final da década de 1960 (iii): Colletti e Sohn-Rethel

Conforme certificam Anselm Jappe (2006: 18) e Jean-Marie Vincent (1973a: 22 e 306), o filósofo italiano Lucio Colletti é um predecessor NCV. Colletti antecipa dois postulados nucleares desta corrente de pensamento.⁴⁶⁷ Em primeiro lugar, na obra *Ideologia e Sociedade* (1969), é um pioneiro na redescoberta da “temática do trabalho abstrato e do fetichismo” (Jappe, 2006: 81). O autor analisa detalhadamente o conceito de trabalho abstrato, pois considera que nele reside a chave para entender a peculiaridade da teoria do valor marxiana. Opondo-se à interpretação mais comum nessa época – perfilhada por Paul Sweezy, por exemplo – que fazia do trabalho abstrato uma simples *generalização mental*, Colletti percebe que esta categoria envolve uma *redução* prática e uma abstração real de cariz *social* (Artous, 2009b: 21).

Em segundo lugar, no livro *O Marxismo e Hegel* (1969), Colletti estabelece a *identidade* entre as teorias do valor e do fetichismo de Marx (Ibid.). Foi provavelmente a primeira pessoa a fazê-lo depois de Isaak Rubin e, obviamente, sem ter conhecimento da obra do pensador russo, o que torna a sua intuição ainda mais brilhante. Além disso, chega independentemente a “conclusões próximas” daquelas da Nova Leitura de Marx germânica (Endnotes, 2010: 92). Na modernidade, uma forma suprassensível – o capital – subsume o mundo sensível em toda a sua extensão e autonomiza-se do controlo dos seres humanos. O modo de (re)produção burguês caracteriza-se pela *inversão* efetiva entre sujeito e predicado lógico e pela correspondente hipostasiação ou substantivação do abstrato.

Em suma, o capitalismo é uma sociedade de cabeça para baixo com traços marcadamente *metafísicos* e é esse facto que torna a filosofia *idealista* hegeliana adequada ao seu estudo. Assim, ao contrário do que defende o *diamat*, a (contradição) dialética não é uma

⁴⁶⁷ Cf. Machado (2014) para uma exposição detalhada do pensamento de Colletti.

qualidade ontológica da realidade física, biológica, social, etc., mas uma especificidade histórica da sociedade capitalista que traduz o seu carácter *alienado* enquanto *metafísica real*. A relevância da dialética como método decorre da absoluta excecionalidade do seu objeto de estudo: o movimento D – M – D’ do sujeito automático. De acordo com o veredito taxativo de Lucio Colletti, Hegel efetuou inadvertidamente a descrição *correta* de uma realidade *falsa*, invertida.

São também dois os principais problemas da teoria collettiana. Por um lado, o autor fica a meio do caminho na crítica do trabalho, porquanto a sua faceta concreta é naturalizada e equiparada à (re)produção material *tout court*. Logo, à semelhança do marxismo tradicional, Colletti preconiza que é preciso libertar o trabalho e não libertar-se *do* trabalho. Este deverá ser afetado e planificado racionalmente no socialismo. A “lei do tempo de trabalho” substituirá a “lei do valor” – entendida de maneira truncada como a “anarquia do mercado” – na regulação da produção. Por outro lado, a obsessão de Colletti em transformar o marxismo numa ciência análoga às ciências naturais “burguesas” conduzi-lo-á, na sequência do fracasso (inevitável) desse empreendimento, a abandonar o campo progressista e a aproximar-se da direita política.

Em *Trabalho Espiritual e Corporal* (1970), Alfred Sohn-Rethel oferece uma teoria poderosa da constituição social das formas de pensamento prevalentes no capitalismo.⁴⁶⁸ O autor descortina o sujeito transcendental kantiano na forma-mercadoria: este “não passa de uma expressão (...) cega da unidade ou igualdade (*sameness*) das coisas constituída através da troca” (Endnotes, 2010: 90). Por outras palavras, Sohn-Rethel demonstra que as chamadas categorias *a priori* “com que opera a epistemologia ocidental” (Jappe, 2006: 210) são *socialmente fundamentadas e historicamente específicas*.

Segundo o autor, existe uma *identidade* entre a abstração *real* presente na prática quotidiana reiterada – na síntese social efetuada pela *troca* mercantil – e a abstração *conceptual* que caracteriza o pensamento moderno, mormente na suas vertentes filosófica e científica (Jappe, 2010). Assim, as categorias da crítica da economia política marxiana exprimem *simultaneamente* formas de objetividade e de subjetividade social, ou seja, relações sociais particulares e formas de consciência (Bidet, 2008: 374).

O grande mérito de Sohn-Rethel consiste em ter discernido que a característica distintiva do capitalismo é a *abstração* que impõe às interações humanas. Embora o conceito estivesse presente em todos os autores apresentados nesta secção, Sohn-Rethel foi a primeira pessoa que “introduziu” explicitamente a *nomenclatura* de “abstração *real* no debate marxista” (Kurz, 2004a: 25, *itálico* nosso).

Porém, a sua teoria revela-se problemática na medida em que relega a origem da abstração real para a esfera da circulação. Se em Marx é o trabalho abstrato que confere aos produtos a sua objetividade de valor, ou seja, a substância do valor é constituída na esfera da produção, em Sohn-Rethel é a troca que surge como responsável pelo valor das mercadorias. Portanto, o autor “não vê que a abstração no ato de troca mais não faz do que dar cumprimento à abstração criada na produção” (Jappe, 2006: 210).

Acresce que o pensador germânico se mantém “inteiramente refém da ontologia do trabalho” (Kurz, 2004a: 26). Sohn-Rethel define o capitalismo como uma sociedade de *apropriação* baseada na exploração dos operários pela classe capitalista. O traço diferenciador do modo de (re)produção burguês não é o trabalho (abstrato), enquanto atividade socialmente mediadora e constitutiva, mas precisamente o facto de a síntese social *não ser*, aos seus olhos, efetuada pelo trabalho (!) e sim pelo processo de troca. Não é o

⁴⁶⁸ Cf. Machado (2013) para uma análise pormenorizada do pensamento de Sohn-Rethel.

trabalho abstrato e o valor que se impõem enquanto modo de *produção* dominante; é a lógica do *mercado* que invade a produção (ontologizada). O socialismo seria justamente uma sociedade de *produção* (!) liberta do constrangimento *exterior* do mercado.

Década de 1980: André Gorz

André Gorz representa um caso ímpar no conjunto dos autores discutidos na presente secção.⁴⁶⁹ Por um lado, desde meados da década de 1970 mas, sobretudo, desde os anos 80, é um *precursor* da NCV (cf. Jappe, 2013; Jappe, 2014c: 34). Por outro lado, na década de 2000, durante os seus últimos anos de vida, sofre uma *influência* decisiva da NCV que conduz à radicalização do seu anticapitalismo (cf. Gianinazzi, 2016: 331ss; Machado, 2016a: 293-299).

Em *Adeus ao Proletariado* (1980), *Os Caminhos do Paraíso* (1983) e *Metamorfoses do Trabalho* (1988), Gorz antecipa algumas ideias-chave da NCV, a saber: i) A historicidade do trabalho, i.e., o seu entendimento como forma de atividade socialmente sintética exclusiva da modernidade; ii) A noção de que o modo de (re)produção burguês, ao contrário das civilizações anteriores, assenta numa dominação *impessoal* ubíqua, pelo que não basta criticar a exploração da classe capitalista em nome do proletariado; iii) A crise do capitalismo provocada pela abolição da sua substância laboral, na sequência da 3ª Revolução Industrial; iv) A ideia de que a classe operária, enquanto sujeito *portador* do trabalho e da racionalidade económica, não prefigura *em si* uma subjetividade anti ou não-capitalista; v) A correspondente rejeição de um sujeito revolucionário apriorístico e predeterminado. O sofrimento e a não-identidade dos indivíduos são as únicas alavancas *concretas* da emancipação que, contudo, pode muito bem nunca acontecer.

Ao mesmo tempo, estas obras padecem várias lacunas, nomeadamente: i) Apenas na década de 2000 André Gorz subscreverá e fundamentará devidamente a tese do limite interno *absoluto* da acumulação de capital; ii) Somente neste período Gorz apreenderá a especulação financeira como *consequência* e não como causa da crise; iii) Apenas em *Ecologica* (2008) o autor abandonará a conceção aporética de uma “sociedade dual” e conceberá o (eventual) mundo pós-capitalista como superação prática da *globalidade* das categorias mercantis (trabalho, valor, dinheiro, mercado, Estado, etc.).

Finalmente, o conjunto da obra gorziana, inclusive aquela tardia, manifesta vários problemas: i) Uma inclinação para o ativismo imediatista; ii) Ao contrário de Camatte, de Rosdolsky, da Nova Leitura de Marx ou de Colletti, é patente a ausência de uma análise mais pormenorizada das categorias basilares da crítica da economia política marxiana da maturidade; iii) A inexistência de uma fundamentação rigorosa da teoria do fetichismo em moldes análogos à totalidade negativa de Vincent/Postone ou à constituição-fetice de Kurz (cf. 5.2.4, 5.2.5, 6.2.1, 6.2.3.3, 7.5.1 e 7.5.2); iv) A insuficiente teorização da prática e da mediação social; v) A carência de um aprofundamento da crítica do proletariado capaz de atingir a própria forma-sujeito moderna; vi) A inexistência da crítica do Iluminismo como (ir)racionalidade peculiar do capitalismo; vii) A deficiente atenção dedicada à dissociação sexualmente conotada.

A Nova Crítica do Valor: brevíssima visão panorâmica

Anselm Jappe situa o nascimento da NCV em meados da década de 1980, quando o francês Jean-Marie Vincent, o canadiano Moishe Postone e o alemão Robert Kurz chegam, “sem contacto entre si” e “por vezes literalmente, às mesmas conclusões” (Jappe, 2006: 18).⁴⁷⁰ Jappe está seguramente a pensar na tese de doutoramento de Postone (defendida em

⁴⁶⁹ Cf. Machado (2016a, 2016b, 2016c, 2017, 2018) para uma apresentação da teoria gorziana.

⁴⁷⁰ Nesta secção limitar-me-ei a mencionar alguns traços gerais da NCV, porquanto em 5.1, 6.1 e 7.1 serão tecidas considerações biobibliográficas sobre cada um dos autores estudados na 2ª Parte.

1983) – que dará origem ao premiado *Time, Labor, and Social Domination* (cf. Postone, 2003d/1993) –, no longo ensaio de Kurz intitulado “A Crise do Valor de Troca” (cf. Kurz, 2018a/1986) e na *magnum opus* de Vincent, *Critique du Travail* (cf. Vincent, 1987).⁴⁷¹

Em termos da sua autoimagem, só a teoria dos grupos germânicos Krisis e EXIT! – que têm em Robert Kurz o expoente máximo – constitui, *stricto sensu*, a crítica do valor (*wertkritik*) (Larsen *et al.*, 2014: xlv). Porém, ambos os coletivos reconhecem a estreita (cor)relação das suas teses com o pensamento de Postone. Roswitha Scholz afirma que o autor “é (...) um clássico da *crítica do valor fundamental*”, embora “nunca tenha usado esta expressão” (Scholz, 2014: 2, *itálico no original*; cf. Scholz, 2009; Scholz, 2017: 494). Jappe destaca as “semelhanças notáveis” entre o teórico canadiano e os seus congêneres alemães num vasto “conjunto de matérias” (Jappe, 2014c: 34).⁴⁷² O próprio Postone atesta os fortes “paralelismos e coincidências” do pensamento kurziano com a sua obra (Postone, 2012b: 384), tal como Kurz deteta uma “argumentação” em muitos aspetos “semelhante” em Postone (Kurz, 2004a: 38).

Quanto a Vincent, é considerado um *fellow traveller* da NCV (Jappe, 2006: 122). Por um lado, “abriu caminho para uma perspetiva acerca da crítica da economia política que coloca o acento tónico na teoria do fetichismo” (Hoff, 2017: 159), algo que o “aproxima da crítica do valor” (Jappe, 2006: 122). Todavia, por outro lado, ao contrário de Kurz (e de Postone), não entende a “luta de classes” como um fenómeno *completamente* imanente ao sistema capitalista, pelo que não renega o proletariado enquanto (pretens) sujeito emancipatório *apriorístico* (Jappe, 2014c: 34).

Na minha opinião, mais importante do que a autoimagem ou declarações de intenções quanto ao grau de parentesco intelectual é a afinidade substantiva (ou falta dela) entre as ideias dos três autores em questão. No decurso da exposição da 2ª Parte demonstrar-se-á à saciedade que as convergências superam largamente em número as divergências entre o pensamento de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz. Por isso, creio ser inteiramente legítimo falar de uma Nova Crítica do Valor enquanto corrente e corpus teórico *transnacional* detentor de um grau assinalável de coesão, consistência e coerência lógica.

Conforme salienta Joelton Nascimento, “a NCV (...) é uma tentativa de ir «com Marx, para além de Marx»” no desenvolvimento de “*uma nova teoria crítica do capitalismo*” (Nascimento, 2015a: 35, *itálico no original*). Subscrevendo a identidade entre as conceptualizações marxianas do valor e do fetichismo (Jappe, 2014a: 14), perfilhada pelas abordagens de Rubin e Colletti, esta corrente vai privilegiar a *crítica do trabalho* abstrato enquanto substância do capital e, nessa medida, enquanto categoria historicamente específica (Nascimento, 2015a: 37). É esta atividade alienada que possui um carácter socialmente *sintético* na modernidade, pois *constitui* o *valor* como forma basilar da riqueza e da *mediação* social burguesas. No entanto, a crítica de Vincent, Postone e Kurz não incide apenas sobre o lado abstrato da atividade laboral, abarcando também o *trabalho concreto* e o seu resultado – o *valor de uso*. A subsunção real do trabalho erige uma forma de (re)produção *material* – em termos técnicos, tecnológicos e científicos – peculiarmente capitalista. A digestão do concreto pela abstração real do sujeito automático imprime-lhe qualidades irracionais.

A NCV propõe uma poderosa teoria da constituição das formas de objetividade e de subjetividade social que captura a essência das relações de fetiche hodiernas e, ao mesmo tempo, supera a antinomia agência/estrutura que caracteriza a sociologia desde o nascimento

⁴⁷¹ Na verdade, os textos seminais de Vincent e Postone remontam à década de 1970: respetivamente, *Fétichisme et Société* (cf. Vincent, 1973a) e “Necessity, Labor and Time” (cf. Postone, 1978).

⁴⁷² Aabromeit (2014) e Czorny (2014) partilham esta leitura, embora salientem igualmente várias diferenças cruciais entre os postulados postonianos e kurzianos. Em contramão, Clément Homs defende que “Moishe Postone *não pertence* à crítica do valor (...), ainda que existam inegavelmente aspetos comuns muito importantes” (Homs, 2015: 1, *itálico nosso*).

da disciplina. A *prática* laboral *estruturante* constitui a mercadoria e o capital como formas espaço-temporais *objetivadas*. Ao fazê-lo, erige *inconscientemente* uma *matriz estruturada* predisposta a funcionar de modo quasi-independente da vontade dos seres humanos e que, por sua vez, constitui as modalidades sociais do ser, do agir e do pensar subjacentes à prática dos sujeitos. O trabalho opera como uma correia de transmissão: sem sabê-lo, através da sua prática coletiva quotidiana, os indivíduos fazem a sociedade, fazem-se na sociedade e são feitos pela sociedade. O capital(ismo) é, pois, *simultaneamente* a forma da reprodução macrosocial e o arcabouço apriorístico da subjetividade e das formas de consciência.

Em primeiro lugar, a reprodução da sociedade depende da acumulação de capital em escala sempre ampliada através do movimento *autotélico* $D - M - D'$. Este processo dinâmico fetichista subsume violentamente a realidade concreta e natural, transformando-a em mero vetor da forma social abstrata. Em segundo lugar, o rolo compressor da valorização impõe padrões de ação específicos às pessoas: autovenda para arranjar emprego, maximização da produtividade por unidade temporal na fábrica ou no escritório, compra de mercadorias para assegurar a subsistência, tempo livre como tempo de recuperação e ordenação rigorosa do universo simbólico – marcado por normas como a eficiência, a concorrência, a rapidez, a flexibilidade, a adaptabilidade, a frieza, o calculismo, a caução do crescimento pelo crescimento, etc. Finalmente, em terceiro lugar, a matriz do capital estabelece uma grelha abstrata de (auto)percepção, orientação e apreensão da realidade que submete tudo à mesma bitola uniformizadora *identitária* e negadora da particularidade qualitativa.

Os três autores estão cientes da crise do trabalho e do crescente desfasamento entre riqueza concreta e riqueza abstrata (Ibid.: 42), ou seja, do anacronismo do valor enquanto forma de riqueza constituída temporalmente pelo dispêndio abstrato de energia humana. Porém, cabe a Robert Kurz o mérito de desenvolver uma teoria abrangente acerca do limite interno absoluto da acumulação de capital. Na sequência da 3ª Revolução Industrial – aquela da microeletrónica –, a disseminação da automação provoca a contração em termos *absolutos* da força de trabalho *produtiva* empregada e, assim, assiste-se à progressiva desubstancialização do valor e à concomitante queda da *massa* de mais-valia social. O funcionamento contraditório e mistificador da concorrência recompensa com um sobrelucro temporário precisamente aqueles capitais individuais racionalizadores que contribuem inadvertidamente para a ruína do sistema no seu conjunto. Perante as dificuldades inultrapassáveis na economia real, o capital ingressa massivamente da esfera financeira, onde simula a sua acumulação através da formação de sucessivas bolhas especulativas: o capital *fictício* atinge proporções ciclópicas.

Em Vincent encontra-se uma breve discussão sobre o papel das relações de género – e, especialmente, do trabalho doméstico feminino na reprodução da força de trabalho – mas só em Kurz, nos escritos da década de 2000, elas são alçadas ao estatuto de essência do capitalismo. A matriz fetichista hodierna é co-constituída em igual medida pela lógica económica do trabalho abstrato e do valor, estruturalmente conotada como masculina, e pela dissociação sexualmente conotada como feminina de todas as atividades, momentos simbólicos e atributos psicossociais que não são representáveis na forma da mercadoria. Valor e dissociação pressupõem-se mutuamente, de maneira que o modo de (re)produção capitalista é uma totalidade quebrada.

Nas obras de Vincent, Postone e Kurz encontra-se, ainda, uma crítica devastadora da teoria marxista tradicional assente: i) Na ontologia e correspondente *afirmação* do trabalho (Jappe, 2014c: 26). Ao invés, a NCV advoga a abolição do trabalho enquanto forma de mediação social especificamente capitalista; ii) Na conceptualização exclusiva da dominação contemporânea em termos da exploração de classe (Ibid.). A NCV considera que esta leitura escamoteia a dominação impessoal, quasi-objetiva das abstrações reais mercantis; iii) Na

crítica dirigida unicamente às relações de *distribuição* burguesas efetivadas pelo *mercado* que, ao mesmo tempo, naturaliza o modo de *produção* industrial. De acordo com a NCV, as forças produtivas *materiais*, a forma de *organização* da produção e os *valores de uso* criados sob o espantilho do capital devem ser questionados quanto à sua (ir)racionalidade substantiva, o que, em muitos casos, implicará a necessidade da sua transformação radical (e.g. alimentos produzidos com substâncias cancerígenas) ou abolição (e.g. energia nuclear); iv) Na “visão da classe trabalhadora como demiurgo da história”, quer dizer, como sujeito revolucionário apriorístico responsável pela “superação do capitalismo” (Nascimento, 2015a: 40-41). Do ponto de vista da NCV, as classes burguesa e operária são *postas* pelo valor como polos funcionais indispensáveis à efetivação da sua lei, de sorte que a luta de classes é *imane*nte ao funcionamento do sistema capitalista. O portador do trabalho apenas poderá devir parte da solução anticapitalista *se* e quando reconhecer que é parte nuclear do problema e lutar pela *supressão* da forma social da sua atividade e pela sua auto-abolição como sujeito laboral.⁴⁷³

⁴⁷³ Jean-Marie Vincent representa uma exceção neste âmbito. Apesar de entender a precedência lógica do valor face à luta de classes e a constituição dos operários pelo universo socio-simbólico do capital, Vincent continua a vislumbrar no proletariado o agente *apriorístico* da emancipação.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 5 – O Marx obstinado: a teoria social de Jean-Marie Vincent⁴⁷⁴

5.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos

Jean-Marie Vincent nasceu em 6 de Março de 1934, em Nancy (Lubitz & Lubitz, 2004: 1). Viveu nesta cidade durante a sua infância e adolescência, sendo educado no seio de “uma família católica da média burguesia” (Lanuque, 2017: 1). O pai, Gaston Vincent, era um “industrial”, enquanto a mãe, Marguerite Dossman, “não exercia nenhuma profissão” (Ibid.). No início da década de 1950 Vincent foi para Paris, onde estuda ciência política na prestigiada Sorbonne (Lubitz & Lubitz, 2004: 1).

Pouco depois começa o seu périplo por organizações partidárias de índole trotskista. No final de 1952, adere ao Parti Communiste Internationaliste (PCI). Em 1955 é expulso do PCI e cria, com outros ex-membros, o pequeno Groupe Bolchevik-Léniniste (GBL). Em 1956, a maioria dos membros do GBL adere à Nouvelle Gauche (NG) que, em 1957, se funde com outras organizações para formar a Union de la Gauche Socialiste (UGS). Nesse mesmo ano Vincent casa-se com Dorothee Degreif. Jean-Marie Vincent contribui regularmente para o jornal da UGS, Tribune Marxiste, entre 1957 e 1960, no qual participam nomes ilustres como Edgar Morin ou Daniel Guérin (Lanuque, 2017: 1; Lubitz & Lubitz, 2004: 1).

Esta simpatia pelo trotskismo, que o acompanhará até ao final da vida, decorre daquele que entende ser o seu “rigor teórico e político” (Vincent, 1974b: 13). Em particular, Vincent considera que somente o trotskismo foi capaz de se opor “com veemência ao estalinismo sem nunca romper as amarras com a Revolução de Outubro e com o comunismo” (Vincent, 2005e: 59). Denis Berger, amigo pessoal de Vincent, corrobora a justificação citada: “Esta adesão ao trotskismo tinha, no seu entender, o mérito de unir uma crítica radical do estalinismo com uma fidelidade aos princípios do comunismo” (Berger, 2004: 1).⁴⁷⁵

O ano de 1960 assinala a adesão a uma nova organização: Vincent é um dos membros fundadores do Parti Socialiste Unifié (PSU). De acordo com a leitura do autor, o PSU englobava três grandes correntes: i) a tendência social-democrata ou reformista; ii) a tendência marxista ortodoxa; iii) a tendência “socialista revolucionária”, defensora da “herança trotskista” (Vincent, 1977c: 114n2), na qual, evidentemente, Vincent se integra (Lanuque, 2017: 1). Jean-Marie Vincent é “bastante ativo” na vida política do partido e torna-se editor da sua publicação oficial, intitulada Tribune Socialiste (Lubitz & Lubitz, 2004: 1). Escreve numerosos artigos para este jornal, sobretudo entre 1967 e 1971, período em que faz parte do comité nacional do PSU (Lanuque, 2017: 1).⁴⁷⁶

Em 1972, desiludido com a aproximação do PSU à social-democracia e, em particular, ao recém-criado Partido Socialista de Mitterrand, Vincent abandona a organização e adere à Ligue Communiste (Lubitz & Lubitz, 2004: 2), que devirá Ligue Communiste Révolutionnaire no ano seguinte (Lanuque, 2017: 1). A LCR representava “a secção francesa da Quarta Internacional” e tinha “crescido consideravelmente no rescaldo do Maio de 1968” (Lubitz & Lubitz, 2004: 2).

⁴⁷⁴ Apesar de não serem citados nem referenciados no texto, a redação do capítulo 5 beneficiou da leitura de: Artous (1996; 2004a), Homs (2015; 2016), Neumann (2012a), Vincent (1958; 1959; 1960; 1962a; 1964a; 1964b; 1965; 1968e; 1968f; 1972a; 1972b; 1972d; 1972e; 1973c; 1977a; 1990c; 1990l; 1992b; 1992c; 1992d; 1993b; 1993d; 1993f; 1994a; 1994d; 1994g; 1995c; 1995g; 1995h; 1996a; 1996b; 1996e; Vincent, 1997c; 1998a; 1998b; 1999b; 2003c; 2005d), Vincent & Binc (2004a; 2004b), Vincent & Negri (1991; 1992b), Vincent *et al.* (1968a; 1968c).

⁴⁷⁵ Já Antoine Artous diz o seguinte acerca do seu mentor: “Em termos políticos, Jean-Marie Vincent situa-se na linhagem do marxismo revolucionário que passa pelo Marx da Comuna de Paris, pela Revolução Russa de Outubro de 1917, por Rosa Luxemburgo, pela oposição de esquerda ao estalinismo, em particular aquela de Trotsky” (Artous, 2004c: 1).

⁴⁷⁶ Cf. Vincent (1963, 1966, 1968a, 1968c, 1968d, 1969a, 1969b, 1970a, 1970b, 1970c, 1971a, 1971b, 1971c, 1971d).

Jean-Marie Vincent participa, juntamente com dois economistas igualmente ligados à LCR, Pierre Salama e Jacques Valier, na criação da influente revista teórica *Critiques de l'économie politique*, publicada com a chancela da Maspero (Artous, 2004b: 2). Vincent integra o comité editorial da revista entre 1975 e 1979 (Lanuque, 2017: 2). Para além de introduzir a temática marxiana do valor e do fetichismo no panorama francófono, o coletivo agrupado em torno de *Critiques de l'économie politique* consegue trazer à luz do dia algumas obras fundamentais, nomeadamente a tradução da *Teoria* de Isaak Rubin (Artous, 2004b: 2) e de *Génese e Estrutura de O Capital*, de Roman Rosdosky (Artous, 2009b: 22-23).⁴⁷⁷

Em 1979, a União Soviética invade o Afeganistão e Vincent é um dos membros da LCR que condena esta ação, contrariando a posição oficial da direção partidária (Lanuque, 2017: 2). Em 1981, Jean-Marie Vincent acaba por abandonar a LCR, mas permanece um *fellow traveler* do movimento trotskista durante o resto da sua vida, contribuindo regularmente para outra revista teórica da organização chamada *Critique Communiste* (Lubitz & Lubitz, 2004: 2; cf. Artous, 2016: 1).

As décadas de 1960 e 1970 são também bastante férteis em termos académicos. Em 1961, Vincent obtém o grau de “doutor de 3º ciclo” em ciência política no Institut d'Études Politiques de Paris (Lanuque, 2017: 2). Na sua tese estuda “a formação de uma nova esquerda” na República Federal Alemã (Ibid.). Alguns anos depois o mundo académico francês seria abalado. Na sequência dos *événements* de Maio de 1968, é criado, no Outono desse mesmo ano, o Centro Universitário Experimental “no bosque de Vincennes, a leste de Paris” (Dosse, 1997: 141). Jean-Marie Vincent conta-se entre os professores contratados.

O objetivo desta instituição era criar “uma universidade completamente diferente da velha Sorbonne” (Ramos do Ó, 2018: 2) e, assim, apaziguar os ânimos dos estudantes revoltosos. Vincennes caracterizava-se pela informalidade das atividades letivas (Dosse, 1997: 141), pela “grande liberdade de pesquisa” (Ramos do Ó, 2018: 4) e pela assumida multidisciplinaridade (Ibid.: 3). Concebido para reformular o panorama gaulês no que se referia às ciências sociais e às humanidades (Dosse, 1997: 141), “este campus (...) isolado tornou-se o refúgio para os ativistas mais aguerridos de Maio” (Artous, 2009a: 142). Para além disso, François Dosse sustenta que Vincennes “simbolizou (...) o triunfo institucional do estruturalismo” (Dosse, 1997: 141). De facto, o corpo docente englobava uma série de nomes sonantes do (pós-)estruturalismo, tais como Foucault (presidente do departamento de filosofia), Althusser, Lacan, Badiou, Rancière ou Lyotard (Artous, 2009a: 147-148).

Não perfilhando esta orientação intelectual (cf. Vincent, 1974a, 1974b), a progressão académica de Vincent é dificultada. Os problemas redobram porque, com vista à obtenção do chamado “doutoramento de Estado” (*doctorat d'État*), grau importante para a carreira universitária (de certo modo similar à agregação), o autor vinha estudando há anos as teorias de Max Weber e dos membros da Escola de Frankfurt (Lanuque, 2017: 2).⁴⁷⁸ Esta longa investigação tem como resultado a defesa de uma tese em 1972, sob a orientação de François Châtelet, intitulada *Problèmes méthodologiques des sciences sociales contemporaines: Max Weber, l'Ecole de Francfort, le marxisme italien* (Ibid.).

Sucede que o repúdio da “sociologia anti-positivista de inspiração frankfurtiana” era bastante forte em França (Neumann, 2009: 187), razão pela qual “o departamento de sociologia” da reestruturada e rebatizada Universidade de Paris VIII, ainda situada em

⁴⁷⁷ Relembre-se que o livro de Rubin não tinha sido publicado na URSS desde 1928 e que a tradução inglesa só tinha surgido em 1972 (Artous, 2004b: 2).

⁴⁷⁸ A “proficiência na língua alemã”, que lhe permitia estudar estes autores em primeira mão, era uma herança da “juventude” passada na Lorena, onde a influência da cultura germânica fronteiriça era assinalável (Neumann, 2012b: 2).

Vincennes, “recusou a nomeação de Jean-Marie Vincent” como professor agregado (Neumann, 2009: 187n11; cf. Artous, 2009a: 143). No entanto, há males que vêm por bem: a referida reestruturação da instituição abriu uma vaga para a presidência do recém-criado departamento de ciências políticas, cargo que Vincent desempenhará até à sua aposentação em 2002 (Lubitz & Lubitz, 2004: 2).⁴⁷⁹

A década de 1970 marca, ainda, o verdadeiro desabrochar teórico de Jean-Marie Vincent. Na sua primeira obra, *Fétichisme et Société*, publicada em 1973 (cf. Quadro 5.1 para a listagem cronológica dos principais escritos de Vincent), o autor supera o “jogo de espelhos” (Artous, 2004b: 1) entre a “mecânica althusseriana” e o “humanismo marxista” que dominava a cena intelectual francesa (Artous, 2016: 1). Apesar das suas divergências, ambas as correntes partilhavam a rejeição da teoria do fetichismo marxiana (Artous, 2004b: 1).

Quadro 5.1 – Cronologia dos principais escritos de Vincent

Data	Título
1973	<i>Fétichisme et Société</i>
1975	“Le marxisme déformé et inachevé”
1976	<i>La théorie critique de l'école de francfort</i>
1977	“La domination du travail abstrait”
1979	<i>Les Mensonges de l'État</i>
1987	<i>Critique du Travail – Le faire et l'agir</i>
1990	“Liberté et Socialité”
1995	“Flexibilité du travail et plasticité humaine”
1995	“La légende du travail”
1997	“Privé et public: le privé contre l'individu”
1998	<i>Max Weber, ou la démocratie inachevée</i>
2001	“Les conditions de possibilité d'une sociologie critique”
2001	<i>Un Autre Marx – Après les marxismes</i>
2002	“Sociologie de l'économie et critique de l'économie politique”
2003	“Sciences sociales et superficie de la société”
2003	<i>Vers un nouvel anticapitalisme – Pour une politique d'émancipation</i> (com Michel Vakaloulis e Pierre Zarka)

No caso dos althusserianos, a aversão doentia à lógica hegeliana implicava descartar as passagens de Marx consagradas à análise das formas sociais de fetiche do capital, porque estas não passariam de resquícios *pré-científicos* herdados da teoria da alienação da juventude.⁴⁸⁰ No caso do marxismo humanista, a mesmíssima teoria da alienação dos *Manuscritos Económico-Filosóficos* é assumida como *autossuficiente*, de maneira que se perde de vista a *identidade* entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo na obra da maturidade de Marx que, por isso, são escamoteadas. No contexto francês, a originalidade de *Fétichisme et Société* jaz, então, no facto de o seu autor fazer “do fetichismo a ferramenta de leitura” da modernidade capitalista (Gianinazzi, 2012: 2).⁴⁸¹

⁴⁷⁹ Saliente-se que em 1980 a Universidade de Paris VIII será “desmantelada e transferida para Saint-Denis” (Ramos do Ó, 2018: 2).

⁴⁸⁰ Relembre-se que Althusser sugere aos leitores de *O Capital* que pulem o capítulo 1 da obra (Artous, 2009b: 18).

⁴⁸¹ O profundo conhecimento do pensamento de Lucio Colletti (Gianinazzi, 2012: 2) influenciou certamente esta posição de Jean-Marie Vincent, virtualmente inaudita em solo gaulês.

Num ensaio de 1975, chamado “Le marxisme déformé et inachevé”, Vincent leva a cabo uma das muitas análises críticas detalhadas das experiências do socialismo real. O autor considera que a URSS constitui uma ditadura *sobre* o proletariado que conserva grande parte das categorias mercantis. No seu segundo livro, *La théorie critique de l'école de francfort*, Vincent desempenha um importante papel pioneiro ao apresentar esta corrente, até então pouco conhecida, ao público francófono (Artous, 2004b: 2). Vincent “apaixona-se” pela primeira geração de frankurtianos (Berger, 2004: 1) e transforma-se no primeiro “especialista” francês do seu pensamento (Gianinazzi, 2012: 2).

O autor “descobre nos escritos de Adorno e dos seus companheiros uma atualização” de algumas “das teses mais originais de Marx” (Berger & Neumann, 2005: 15), em especial no que respeita à compreensão das “formas sociais” capitalistas, justamente “no momento em que Habermas vira às costas a toda a crítica da economia política e o marxismo doutrinário colapsa sobre si mesmo” (Neumann, 2012b: 3). Este livro comprova novamente que Vincent não se importa de remar contra a maré, nem de trilhar “um caminho (...) solitário” (Artous, 2016: 1).

Em *Les Mensonges de l'État*, de 1979, Vincent preconiza que o Estado é uma categoria historicamente específica *necessariamente* associada à produção generalizada de mercadorias. O modo de (re)produção capitalista é uma realidade inerentemente esquizoide: a constituição de uma esfera económica composta por múltiplos interesses privados antagonistas (“sociedade civil”) exige a constituição simultânea do Estado (e do direito) como instância capaz de codificar e mediar os intercâmbios dos portadores de mercadorias. O Estado é um mecanismo *abstrativo* porquanto o sujeito de direito é o reverso da medalha do sujeito que veicula o trabalho abstrato. Vincent insurge-se ainda contra a falsa autonomia da política, demonstrando que todos os seus meios de atuação pressupõem um processo de valorização bem-sucedido.

Ao longo da década de 1980, Jean-Marie Vincent dá seguimento à sua crítica radical do modo de (re)produção capitalista. O zénite destes desenvolvimentos teóricos é a publicação, em 1987, daquela que é considerada a sua *magnum opus*: *Critique du Travail – Le faire et l'agir* (Artous, 2004b: 3). A crítica da economia política marxiana e, em especial, a teoria do valor e do fetichismo (Lanuque, 2017: 2), que já tinha desempenhado um papel central em *Fétichisme et Société* (1973) e no ensaio “La domination du travail abstrait” (1977), é recuperada explicitamente e aperfeiçoada.

Segundo Vincent, o núcleo do fetichismo hodierno jaz na “*realidade*” invertida “do trabalho abstrato” e do valor que este produz (Jappe, 2014a: 12, *itálico no original*; cf. Aronowitz, 1991: xix; Bouquin, 2006: 83; Hai Hac, 2005 : 1). Trata-se de “abstrações reais” (Artous, 2004b: 8), ou seja, de “relações sociais” invulgares que constituem “formas abstratas” dotadas da “sua própria objetividade” (Artous, 2009a: 40) e que dominam os seres humanos (Artous, 2009b: 25-26). Portanto, em Jean-Marie Vincent “a teoria do fetichismo é (...) uma teoria das formas de constituição de objetividade social sob o efeito das relações de produção capitalistas”, quer dizer, versa sobre a criação de uma “objetividade” mercantil peculiar com um cariz “sensível-suprassensível” (Artous, 2004b: 6).⁴⁸²

Porém, Vincent não se limita a criticar o trabalho abstrato e o valor. A dimensão *concreta* da mercadoria (valor de uso) e do capital (processo de trabalho) não pode ser ontologizada: “Numa das suas interpretações mais poderosas e provocantes, Vincent (...)”

⁴⁸² Antoine Artous assinala que, “de modo geral, a referência à categoria marxiana de trabalho abstrato está simplesmente ausente das grandes figuras do marxismo heterodoxo (...) em França: Henri Lefebvre, François Châtelet, Pierre Naville, Lucien Goldmann (...) [E]sta ausência (...) decorre quase invariavelmente da incapacidade de entender o fetichismo como um elemento da teoria do valor” (Artous, 2009b: 20-21). Assim, torna-se bastante difícil abordar a “objetividade social” de maneira análoga à de Marx, conforme faz Vincent (Ibid.: 21).

problematiza o trabalho” concreto, “a ciência e a tecnologia, em vez de celebrá-los” (Aronowitz, 1991: xv). O conteúdo da (re)produção material moderna recebe a marca indelével das relações sociais capitalistas que lhe subjazem. Por conseguinte, a emancipação humana não virá da libertação do trabalho, mas da *abolição* dessa categoria *binomial* (Artous, 2004b: 3; Lanuque, 2017: 2). Todas estas temáticas abordadas em *Critique du Travail* serão retomadas, em 2001, noutra obra fundamental do autor: *Un Autre Marx – Après les marxismes* (Tosel, 2008: 69).

Na ótica de Alex Neumann, a publicação de *Critique du Travail* “inaugura um espaço de discussão” com André Gorz, Michael Löwy, correntes feministas e jovens académicos (Neumann, 2012b: 2). Será este ambiente intelectual efervescente – gravitando em torno do departamento de ciências políticas presidido por Vincent na Universidade de Paris VIII – que dará origem à revista *Futur Antérieur*, em 1990 (Ibid.). A revista é fundada por Jean-Marie Vincent, que a dirige “do primeiro ao último número” (Neumann & Sagradini, 2016: 2), em 1999, contando com a colaboração de Toni Negri e Denis Berger (Lanuque, 2017: 2). Esta publicação “animará os debates da esquerda crítica” francesa durante a década de 1990 (Neumann, 2012b: 2).

Importa salientar que a cooperação entre Vincent e Negri foi essencialmente circunstancial, pois, como refere André Gorz, “há um abismo” entre ambos em termos teóricos (Gorz, 2002a: 82). Na sequência das acusações de terrorismo, Negri exila-se em França, onde “Vincent acaba por lhe arranjar um cargo na Universidade de Paris VIII e um lugar na direção de *Futur Antérieur*” (Ibid.: 83). Este periódico assume-se assim como um “palco de confrontação e discussão entre múltiplas tendências” (Ibid.). Enquanto o *operaismo* de Negri sucumbe ao “imediatismo revolucionário”, escamoteando a identidade da “multidão” com as categorias capitalistas, a teoria crítica de Vincent “é mais sofisticada e complexa”, percebendo como o “capital influencia” a “socialidade” dos operários e, desse modo, dificulta a emancipação (Ibid.).

Esta e outras divergências de fundo conduzirão à rutura inevitável: o último número de *Futur Antérieur* sairá para os escaparates em 1999. Toni Negri e Jean-Marie Vincent abraçam projetos editoriais distintos no início da década de 2000. Negri associa-se à revista *Multitudes* criada por Yann Moulier Boutang (Neumann & Sagradini, 2016: 3). Por sua vez, Vincent funda, em 2001, o periódico *Variations – Revue internationale de théorie critique*, que dirige até à data da sua morte (Lanuque, 2017: 2; Neumann, 2012b: 2). Como o próprio nome indica, *Variations* inscreve-se conscientemente na tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt (Berger & Neumann, 2005: 10). A revista continua a ser publicada em 2020, sob a direção de Alex Neumann.

Voltando às monografias de Vincent, em 1998 o autor havia publicado *Max Weber, ou la démocratie inachevée*. Vincent empreende “uma releitura” do pensamento de Weber (Ibid.: 15), destacando a atualidade de conceitos como os de racionalização formal, dominação racional-legal, burocratização ou jaula de ferro para analisar o capitalismo contemporâneo. Para além disso, defende a fecundidade de um diálogo sério entre Marx e Weber.

Ainda no domínio da teoria sociológica, numa série de artigos redigidos nos seus últimos anos de vida – “*Les conditions de possibilité d’une sociologie critique*” (2001), “*Sociologie de l’économie et critique de l’économie politique*” (2002) e “*Sciences sociales et superficie de la société*” (2003) – Vincent defende a necessidade de (r)estabelecer uma sociologia crítica do modo de (re)produção capitalista. Esta deve ser uma rutura epistemológica e teórica com o *status quo* académico e, ao mesmo tempo, uma intervenção pública no sentido da emancipação.

No seu último livro, *Vers un nouvel anticapitalisme – Pour une politique d’émancipation* (2003), escrito em conjunto com Michel Vakaloulis e Pierre Zarka, Vincent

“propõe que se parta da vida quotidiana para alcançar uma transformação global”, na medida em que “o fantasma da onnipotência da grande política da conquista do poder ou do Estado bloqueia (...) a capacidade inventiva dos movimentos” emancipatórios (Neumann, 2012b: 6). Aproximando-se bastante das teses de Adorno e do seu amigo André Gorz, o autor sugere como ponto de ancoragem *concreto* da transformação revolucionária do capitalismo o *sofrimento* da “individualidade espartilhada (...) entre a sua vontade de viver e aquilo que a impede de viver” (Artous, 2016: 3).

Jean-Marie Vincent morre no dia 6 de Abril de 2004, na sequência de “complicações pós-operatórias imprevistas” (Artous, 2016: 1; cf. Lanuque, 2017: 2; Lubitz & Lubitz, 2004: 2). Aqueles que tiveram a felicidade de privar com Vincent ao longo dos anos retêm a imagem de um homem que corporizava “uma síntese rara entre o compromisso político e a distanciação crítica, entre a imaginação sociológica e o rigor conceptual” (Berger & Neumann, 2005: 9). Sempre fiel a si mesmo, em Vincent a “reflexão” do teórico alimentava as “preocupações” do militante anticapitalista e vice-versa (Artous, 2005: 1).

5.2 – A crítica da economia política: trabalho, valor e fetichismo

5.2.1 – A crítica da economia política marxiana: aceção, objeto de estudo e método

Constatou-se em 5.1 que Vincent foi um dos primeiros académicos franceses que procurou resgatar a crítica da economia política. O autor considera que se trata do núcleo fundamental da teoria marxiana e, nesse sentido, lamenta que tenha sido durante grande parte do século XX “um dos pontos fracos da reflexão socialista e revolucionária” (Vincent, 1976b: 1). Vincent salienta que a crítica da economia política não deve ser confundida com “a ciência positiva da economia” (Vincent, 1975a: 143), tanto na sua variante clássica quanto na sua vertente moderna como *economics*.

As razões para essa dissimilitude estão intimamente ligadas à dupla aceção da crítica da economia política de Marx. Em primeiro lugar, é uma “crítica da produção e da reprodução social” capitalistas (Vincent, 1976a: 79), quer dizer, “da economia como *lugar* onde se formam e se cristalizam relações sociais (...) que Marx qualifica de abstratas” (Vincent, 2001c: 72, *itálico nosso*). Marx almeja *destruir* as “ilusões objetivas sobre as quais se fundamentam as práticas sociais mais vincadas” (Vincent, 1987: 70). Deste modo,

“A crítica da economia política não tem, nem pode ter, por finalidade a construção de um corpo de afirmações ou de enunciados indiscutíveis acerca do domínio económico; ela procura evidenciar o *caráter problemático da própria realidade económica*, da sua *autonomização* em relação aos outros modos de atividade e em relação aos sujeitos-suportes.” (Ibid., *itálico nosso*)

Portanto, a crítica da realidade socioeconómica pretende evidenciar “a personificação das coisas e a reificação das relações sociais (...) nascidas das relações de produção” modernas, (Vincent, 1974a: 225), ou seja, “os diferentes fetichismos produzidos por um mundo invertido”. (Ibid.: 218). No coração desse “mundo de cabeça para baixo” jaz a “relação social de trabalho”, sendo por isso que ela está no “epicentro” da teoria de Marx (Vincent, 2001c: 239).

Em segundo lugar, a crítica da economia política é *ao mesmo tempo* a “desconstrução” da *economics* e o “desnudamento da sua incapacidade de captar aspetos fundamentais das relações sociais” capitalistas (Vincent, 1976a: 81). Não se trata da censura desta ou daquela “corrente teórica” (Vincent, 1987: 96) – clássica, marginalista, keynesiana, etc. –, mas da rejeição *em bloco* da “episteme” da *economics* (Vincent, 2001c: 71) em virtude do seu caráter mistificador, ideológico e, por vezes, apologético do *status quo*. A “elaboração

teórica” de Marx é, pois, “fruto de uma crítica epistemológica das teorias dominantes da sua época, das suas contradições internas, das suas relações com os fenómenos que pretendem expor e estudar”, sendo a partir desta “crítica imanente” que o autor constrói a sua própria teoria (Vincent, 1973a: 77).

Pode-se concluir que a crítica da economia política, na ótica de Jean-Marie Vincent, consiste na “crítica da valorização capitalista universal e da construção de relações cognitivas que resultam dela” (Vincent, 2001c: 35), isto é, na “crítica simultânea de relações sociais e de teorizações que as deixam escapar crendo apreendê-las” (Vincent, 1987: 96). Este empreendimento teórico de longo alcance “transcende” naturalmente as estreitas “fronteiras disciplinares” do mundo académico (Vincent, 1990g: 151).

A partir do foi exposto nos parágrafos precedentes, torna-se óbvio que Marx “não tinha (...) como objetivo a constituição de uma ontologia ou antropologia geral” (Vincent, 1973a: 221). Ao contrário do que sucedia em *A Ideologia Alemã*, por exemplo, onde ainda são tecidas “considerações gerais sobre a propriedade ou a divisão do trabalho” (Vincent, 2001c: 74), nas obras da maturidade o seu “objeto” é delimitado “de maneira rigorosa” (Vincent, 1974a: 224) e os seus esforços “convergem no estudo e decifração de um tipo de relação social” de (re)produção “historicamente específico” (Vincent, 1973a: 33).

Marx “estuda (...) uma formação económica e social particular, que possui as suas próprias contradições e as suas próprias leis de desenvolvimento” (Ibid.). Em síntese, a crítica da economia política é “a ciência específica da sociedade capitalista” (Vincent, 1974a: 218). Ela almeja elucidar “as condições de possibilidade e de funcionamento” do modo de (re)produção burguês (Vincent, 1973a: 78) e, em especial, “acercar-se (...) das determinações formais dos movimentos do capital e das suas metamorfoses enquanto manifestações da valorização, do valor que se valoriza” (Vincent, 2001c: 74).

Ora, “o modo de produção capitalista não pode ser compreendido se não for discernida a sua oposição, a sua diferença específica face ao passado” (Vincent, 1973a: 231). É justamente isso que Marx pretende fazer com as suas categorias, descritas pormenorizadamente na 1ª Parte da tese. As categorias da crítica da economia política são eminentemente *históricas*, quer dizer, são “conceitos” que “nascem como reprodução intelectual de uma determinada realidade” (Ibid.: 193n43). Em Marx, a “abstração científica” apenas possui “validade” no interior de um certo “quadro de referência” ou “objeto” de estudo específico (Ibid.: 192-193). Isto significa que as categorias não são passíveis de transposição para a análise de sociedades pré-capitalistas (Ibid.: 193n43).

Marx não aplica um método *exterior* ao seu objeto, mas procura expô-lo de modo *imanente*, nos seus próprios termos. O capital é uma *totalidade negativa*, quer dizer, constitui “o espírito do mundo, o verdadeiro sujeito que usurpa o lugar dos seres humanos” (Vincent, 2001c: 241).⁴⁸³ Logo, não se deve partir dos “indivíduos”, mas das “relações e laços” *macrossociais* (Vincent, 1973a: 317). É a precedência *real* deste todo peculiar alienado que impõe um método correspondente ao investigador: “Marx concebe o modo de *exposição*” das categorias “como a reprodução” no pensamento “do movimento real” do capital “*no seu conjunto*” (Ibid., *italico* nosso).

Na perspetiva de Marx, “a empiria (...) não oferece uma base sólida para a produção de conhecimentos”, pois os factos que se apresentam como *imediatos* são, na verdade, *mediados* e determinados “pelas abstrações reais do capital que se instilam (...) nos intercâmbios quotidianos dos indivíduos” (Vincent, 2001c: 241). Assim, o autor começa por descortinar as “forças reais” situadas na esfera da produção que se encontram por detrás do “movimento visível dos fenómenos” do mercado e que o “explicam” (Vincent, 1973a: 324).

⁴⁸³ Esta questão será aprofundada em 5.2.5, nomeadamente quando forem discutidas as afinidades eletivas entre a metafísica real capitalista e o idealismo especulativo hegeliano.

Evidentemente que a sequência do desdobramento dialético das categorias em *O Capital* não é arbitrária: ela visa justamente dar conta do cariz *sui generis* do capital enquanto *essência* que *aparece* em formas fenoménicas transmutadas. Marx avança desde a *essência* (trabalho abstrato, valor e mais-valia) do modo de (re)produção capitalista até à sua *aparência* ou forma de *manifestação* empírica (preços de produção, lucro e preços de mercado).

5.2.2 – Trabalho e capitalismo

5.2.2.1 – O trabalho como categoria moderna

Segundo Vincent, a ontologia do trabalho do marxismo “clássico” confunde um “pressuposto antropológico” – o facto de os seres humanos possuírem “necessariamente uma relação dinâmica com o seu ambiente” – com um “conteúdo historicamente específico e transitório” (Vincent, 1987: 30) desse intercâmbio com a natureza. Na verdade, o trabalho não é uma categoria “inevitável”, “evidente” ou “natural” (Vincent, 1994c: 65), que remontaria a “tempos imemoriais” (Vincent, 1996c: 1), mas sim “uma realidade completamente artificial (...): um produto humano, um produto da sociedade” moderna (Vincent, 1994c: 65). Em síntese, “o trabalho possui uma historicidade” (Vincent, 1996c: 1).

Isso é óbvio quando se analisa as sociedades pré-capitalistas. Estas não procuram “majorar o seu consumo e, portanto, a sua produção”; para além disso, “atribuem mais importância às atividades religiosas (...) e às diferentes formas de festividades do que à produção material propriamente dita” (Vincent, 1977b: 19). Em muitas sociedades pré-modernas, “a produção, no sentido que lhe é atribuído hoje em dia”, não constituía sequer “uma realidade palpável, distinta das outras manifestações da vida social” (Ibid.). Note-se, ainda, que, mesmo quando existe de maneira marginal, a mercadoria “não remete para o trabalho abstrato” (Vincent, 2001c: 84), pelo que não há nenhum valor económico.

Assim, é incorreto ler a história como “uma sucessão teleológica dos modos de produção”; de acordo com Vincent, o conceito de modo de *produção* aplica-se exclusivamente à “sociedade capitalista” (Vincent, 1990h: 165). Somente na modernidade existe uma esfera *económica desvinculada* como locus do trabalho:

“A predominância da economia – do trabalho sob a sua forma de trabalho mercantil – corresponde a um modo determinado de produção e não a condições antropológicas gerais (...). Mais precisamente, o surgimento de um nível económico autónomo, que constitui uma espécie de barreira com a qual se deparam as outras atividades sociais, é uma característica fundamental do capitalismo.” (Vincent, 1976a: 80)

O economicismo deve, pois, ser imputado ao capitalismo e não ao pensamento de Marx, que se limita a reproduzir teoricamente essa realidade peculiar marcada pela autonomia do económico e pela correspondente divisão da sociedade em várias esferas funcionais:

“Marx procurou (...) demonstrar que se estabelece uma relação específica entre um nível autonomizado da prática – a produção de bens materiais devinda produção de capital e de mais-valia – e os outros aspetos da prática social. A economia não é, portanto, uma manifestação transhistórica da produção e da reprodução da vida (...), mas uma estrutura própria da sociedade capitalista (daí a dificuldade em localizá-la tal e qual nas sociedades anteriores) que possui o seu complemento (...) nos níveis igualmente autonomizados por tabela: o político-jurídico e o ideológico”. (Vincent, 1979: 122-123)

Naturalmente que este estado de coisas é tudo menos pacífico para Marx, cujo intuito primordial é “criticar a autonomização das práticas económicas em relação às outras atividades sociais” (Vincent, 1999c: 6) e denunciar como fetichista “a objetividade primária da sociedade capitalista que faz da economia um substrato sobre o qual tudo se constrói” (Vincent, 1987: 105).⁴⁸⁴ Marx almeja, então, “elucidar em que circunstâncias um tipo de laço social historicamente específico pode conferir” este primado “às atividades económicas” (Vincent, 1999c: 6).

Esse laço social, como já se aludiu atrás, é justamente o trabalho. Não se trata de uma simples atividade técnico-material, mas de “uma *relação social*, uma disposição social específica de atividades” (Vincent, 2001c: 96, *itálico nosso*). O trabalho “é uma realidade social (...) que supera a combinação quadrangular de produtor imediato, instrumentos e objetos de trabalho, e produto”, pois a sua socialização envolve “processos” transversais “de valorização” (Vincent, 1987: 96). Na modernidade, a (re)produção “não tem como propósito o consumo imediato, mas a acumulação de valores” (Vincent, 1977b: 20).

Logo, “a generalidade do trabalho, a sua universalidade onnipresente na sociedade atual” remete-nos para a *síntese social* efetuada pelo trabalho abstrato e pelo valor, portanto, para uma (re)produção macrossocial homogeneizadora “onde a variedade” concreta das atividades “devém completamente secundária” (Ibid.: 23).⁴⁸⁵ Pode-se afirmar que “o trabalho (...) não é (...) um dado antropológico, mas uma atividade que põe valor e que, nessa medida, faz parte do capital e se encontra imbricada nos seus movimentos” (Vincent, 2001c: 74). Em suma, “a abstração do trabalho” é “uma configuração particular” – especificamente moderna – “do metabolismo homem-natureza” (Vincent, 1987: 140).

Resta acrescentar que o trabalho pressupõe a constituição histórica da mercadoria *força de trabalho* (Vincent, 1995e: 2). Por outras palavras, “apenas pode haver trabalho se existir troca entre a força de trabalho e a parte variável do capital”, e a concomitante “subordinação de uma grande parcela dos intercâmbios sociais a esta troca fundamental” (Ibid.: 7). O trabalhador assalariado (formalmente livre) da modernidade é o “prestador de um trabalho *realmente abstrato*, quer dizer, de uma força de trabalho que apenas tem valor fazendo-se abstração das suas características (...) específicas” (Vincent, 1979: 201, *itálico nosso*).

5.2.2.2 – Trabalho abstrato e trabalho concreto

Acabou-se de constatar que, segundo Vincent, o trabalho abstrato é a “descoberta fundamental” de Marx (Vincent, 1974a: 221) e a categoria-chave do capitalismo, desempenhando um “papel decisivo (...) nos mecanismos sociais e nos intercâmbios com o ambiente” natural (Vincent, 1981: 253). Importa precisar, agora, que não se trata de uma mera generalização mental, mas de uma redução prática social:

“O trabalho abstrato não é o fruto de uma simples operação intelectual (...). Na realidade, (...) corresponde a uma série de operações [sociais, NM] precisas – redução [prática, NM] da força de trabalho a uma mercadoria, transformação do trabalho morto ou cristalizado em capital, utilização da força de trabalho com vista a produzir (...) valores (...) e mais-valia. Aquilo que a produção e o mercado capitalistas colocam em relação (...) são (...) as atividades apreciadas somente pela sua capacidade de produzir mais-valia e de incrementar o capital.” (Vincent, 1977b: 24)

⁴⁸⁴ “Nesta perspetiva, é a própria noção de economia que, no fundo, deve ser colocada em questão” (Vincent, 1977b: 26).

⁴⁸⁵ Este assunto será retomado no item subsequente.

Esta matriz redutora apriorística provoca, como se sabe (cf. 1.1.2), a inversão fetichista entre trabalho concreto e trabalho abstrato: a produção não é regida “pela busca de valores de uso ou por uma lógica de consumo, mas antes por uma lógica da produção *pela produção* de valores” (Vincent, 2001c: 96, *itálico nosso*) conducente à reprodução alargada do capital (Vincent, 1977b: 20). Isto implica que “todas as atividades humanas estão fadadas” a degradar-se “em vetores de valor” (Vincent, 1994c: 66), ou seja, a produção de valores de uso devém um simples meio – ou mal necessário – para a maximização da produção e realização de mais-valia (Vincent, 1977b: 20).⁴⁸⁶ Neste sentido,

“O trabalho (...) não deve ser compreendido como aquilo a que se dedica imediatamente, isto é, como uma atividade [concreta, NM] transformadora. Deve, ao contrário, ser entendido como um conjunto de dispositivos sociais que captam atividades concretas para fazer delas o suporte do trabalho abstrato que alimenta o capital. (...) Este processo de desapossamento, renovado incessantemente, é o garante da dominação da objetividade social (...), da valorização sobre as práticas (mesmo muito afastadas das práticas económicas). Um mundo (...) suprassensível se superpõe de facto ao mundo sensível.” (Vincent, 2005b: 264-265)

Esta ideia basilar já tinha sido avançada por Vincent com mestria três décadas antes:

“[A] produção (...) desdobra-se numa produção simultânea de valor de uso e valor na qual este é primordial (...). Assim, as relações entre os homens e as suas condições naturais de existência – o metabolismo biossocial – (...) ou as relações intersubjetivas (...) são remetidas para segundo plano como simples suportes de processos de produção e distribuição de valores. É isto que permite a Marx falar da «inversão» das relações num mundo de cabeça para baixo onde o trabalho concreto devém a forma de manifestação do seu contrário, o trabalho humano abstrato.” (Vincent, 1974a: 222).

A inversão fetichista significa que esta “entidade abstrata” social impõe “as suas condições” aos operários, nomeadamente os “modos de inserção no mundo da produção” e os “modos de relações” que eles mantêm uns com os outros (Vincent, 1977b: 28). Ademais, consegue condicionar e *normalizar* as “modalidades (...) de exercício” de todas as atividades (Vincent, 1987: 140-141) em termos organizacionais, técnicos e tecnológicos. O operário torna-se “uma engrenagem da máquina de produção de lucro” (Vincent, 1977b: 25). Está-se perante uma forma peculiar de “dominação” social (Vincent, 1979: 202), na medida em que

“Os diferentes vendedores de força de trabalho, confrontados com *normas invioláveis e barreiras intransponíveis*, não são mais do que *órgãos-suportes* do trabalho social abstrato. Tudo se passa, conseqüentemente, como se o trabalho abstrato absorvesse o trabalho concreto, concedendo-lhe apenas uma *existência-alibi* a fim de facilitar a integração dos seres humanos nos seus movimentos de acumulação.” (Vincent, 1977b: 26, *itálico nosso*).

Pode-se falar de um “encarceramento no trabalho abstrato” (Ibid.: 45), isto é, numa forma social de fetiche que se volta contra os indivíduos “que lhe dão vida” (Ibid.: 24). Dado que a abstração real é perfeitamente “indiferente ao seu conteúdo, aos dispêndios concretos de energia e de inteligência” (Vincent, 1987: 103), esses dispêndios convertem-se numa atividade tautológica: o trabalho abstrato “é o seu próprio fim” (Vincent, 1974a: 222) no processo incessante de expansão do capital.

⁴⁸⁶ “A produção concreta é de certo modo o vetor de uma produção abstrata” (Vincent, 1977b: 20).

O trabalho morto, “objetivado no capital”, absorve continuamente e, por isso, domina o trabalho vivo (Vincent, 1977b: 24). Note-se, porém, que ambos os polos da antinomia são parte integrante do fetichismo “fundamentado na autonomização dos movimentos da valorização” (Vincent, 2001c: 96). Consequentemente, os seus *portadores* não passam de *personificações* das categorias económicas funcionais em que se decompõe a relação-capital:⁴⁸⁷ os trabalhadores assalariados são a personificação do “capital variável”, enquanto os capitalistas, na qualidade de “funcionários do capital”, são as máscaras de carácter do “capital constante” (Ibid.).⁴⁸⁸

5.2.3 – Problemas associados à leitura vincentiana da teoria do valor de Marx

Cabe a Jean-Marie Vincent o mérito inegável de ter sido uma das primeiras pessoas, em solo gaulês, a destacar a centralidade do trabalho abstrato e do valor na obra de Marx.⁴⁸⁹ No entanto, a sua leitura da teoria do valor marxiana não está isenta de problemas. Por um lado, o autor reconhece, conforme se viu em 5.2.2.2, que “o trabalho abstrato (...) é (...) o dispêndio de energia para alimentar o movimento das mercadorias e as metamorfoses do capital” (Vincent, 1977b: 28). Neste sentido, o trabalho abstrato é corretamente identificado como uma categoria *fisiológica* e socio-histórica: está-se perante o dispêndio autotélico de energia humana com vista a impelir o processo de acumulação do capital.

Porém, noutros trechos dos seus escritos, Vincent recusa perentoriamente “uma conceção (...) de valor que o reconduz a uma substância mensurada pelo tempo de trabalho” (Vincent, 2001c: 80). As aporias de Vincent são patentes na seguinte passagem: “o tempo de trabalho medido horariamente nunca foi o fundamento da teoria do valor. Marx diz outra coisa, a saber que os produtos do trabalho adquirem a forma-valor, que eles se representam numa mercadoria universal: o dinheiro” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 2). Em vez de uma teoria do valor-trabalho, o autor prefere falar de uma teoria da “forma-valor dos produtos do trabalho” (Vincent, 2003b: 1).

Não surpreende, por isso, que Vincent rejeite a *definição* marxiana do tempo de trabalho socialmente necessário – “a hora de trabalho não é uma média social” (Vincent & Gorz, 2012a/2000-2: 5) – e se refugie numa “conceção *qualitativa* do valor e da mais-valia” (Vincent, 2001c: 116, *itálico* nosso).⁴⁹⁰ Em entrevista com o autor, André Gorz procura alertá-lo para as insuficiências desta posição:

“A lei do valor tem por fundamento uma teoria do valor-trabalho na qual o «trabalho» designa o trabalho (...) abstrato, indiferenciado, indiferente ao seu conteúdo, desvinculável do seu provedor. Este trabalho «sem mais» é aquele da média dos trabalhadores e não de cada um deles, e como tal é suposto ser quantificável e mensurável em si mesmo: as noções de trabalho necessário e de mais-trabalho, sobre as quais repousa a teoria da exploração, implicam a necessidade dessa quantificação.” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 3)

⁴⁸⁷ Que é simultaneamente a “relação social de trabalho” (Vincent, 2001c: 96).

⁴⁸⁸ Esta é, na verdade, uma primeira aproximação (unilateral) à problemática, porquanto apenas é realçada a *identidade* dos indivíduos com as categorias capitalistas de que são portadores. Ver-se-á em 5.2.5.3 e 5.3 que, na ótica de Vincent, esta é somente metade da história, por assim dizer: o capital é uma realidade contraditória e, por isso, a unidade de identidade e *não-identidade*.

⁴⁸⁹ Que são indissociáveis do fetichismo (cf. 5.2.4).

⁴⁹⁰ Esta conceção tem também implicações funestas para o entendimento do conceito de preço de produção, dado que Vincent sucumbe à ladainha do célebre problema da transformação: “O facto de *Marx se ter equivocado* sobre a quantificação do valor (e dos *preços de produção*) não infirma a problemática qualitativa do valor e da mais-valia” (Vincent, 2009/1998: 115n1, *itálico* nosso). Este suposto equívoco foi devidamente desmontado e rebatido no Capítulo 3 (cf. 3.3.5).

Michel Husson salienta igualmente que “o abandono de uma teoria da *grandeza*” do valor “enfraquece consideravelmente a compreensão crítica do capitalismo” (Husson, 2005 : 2, *itálico nosso*). O valor tem certamente uma dimensão qualitativa, conforme realça Vincent, mas possui também uma dimensão *quantitativa*. Por exemplo, quando Marx censura a economia política clássica por se ter ocupado somente do lado quantitativo do valor, não sugere de maneira nenhuma que o aspeto quantitativo seja descurado.

Afinal de contas, a acumulação de capital tem de ser – e isto deveria ser autoevidente – acumulação de algo *substancial*; ora, a grandeza do valor (e da mais-valia) é determinada pela grandeza do *tempo* de trabalho *abstrato* e *socialmente necessário* efetivamente despendido pelos operários (cf. 1.1.2 e, sobretudo, 1.1.3). Esta combustão tautológica de energia humana é *posta socialmente* na modernidade como o fluido vital do capital. Sem um conceito socio-energético de conteúdo do valor, torna-se impossível fundamentar teoricamente a reprodução alargada do capital: o que cresce exatamente quando o capital se expande?

5.2.4 – O fetichismo

5.2.4.1 – Cristalização das práticas sociais e autonomização das relações de produção

Dado que se baseia no valor económico, a modernidade capitalista (re)produz “necessariamente” relações sociais de fetiche (Vincent, 1979: 95). Cria-se uma “segunda natureza” que se impõe aos agentes de modo quase irresistível (Vincent, 2005b: 264). Assiste-se à “autonomização das relações” sociais “de produção face àqueles que as colocam em movimento” (Vincent, 1973a: 239). Estas são “opacas” (Vincent, 1976a: 105) e possuem um “caráter coercivo” (Vincent, 1980: 3), de maneira que “pesam (...) como um manto de chumbo, como um poder estranho (...) porque (...) se sobrepõem aos homens que lhes servem de suportes” (Vincent, 1977d: 48). Em suma, “os indivíduos-mónadas (...) não controlam a sua prática social, quer dizer, a produção da sua própria vida” (Vincent, 1973a: 18).

Neste contexto, “a autonomização das relações de produção face aos trabalhadores (...) implica” evidentemente “a autonomização das formas sociais” (Vincent, 1979: 96). Pode-se falar da “violência simbólica e abstrata das formas” (Vincent, 1973a: 23), que adquirem uma existência quasi-independente (Ibid.: 34) através de um processo de “abstração social” (Ibid.: 336). Por outras palavras, as formas sociais “cristalizadas, fetichistas” (Vincent, 1973d: 71) são as “abstrações reais” que “dominam a vida” moderna: mercadoria, trabalho, valor e capital (Vincent, 1976a: 83).

Portanto, o fetichismo não é “uma *falsa* consciência”, mas “uma objetividade socialmente constituída” (Vincent & Balibar: 1995: 4, *itálico nosso*). Trata-se da objetividade social peculiar povoada por essas “abstrações reais” ou “formas de pensamento objetivas” (Vincent, 2001c: 99), que atuam “por detrás das costas dos seres humanos” (Vincent, 1984: 249). As categorias capitalistas são o resultado da “petrificação de certas práticas sociais” (Vincent, 2005b: 264; cf. Vincent, 1974a: 230), assim como da cristalização e solidificação de determinadas “representações sociais” (Vincent, 1987: 82). A realidade *sui generis* capitalista é, pois, marcada por “relações de subordinação do sensível ao suprassensível”, quer dizer, pela “reificação-valorização do suprassensível” e pela concomitante “degradação-desvalorização do sensível que (...) não passa de um suporte do valor que se autovaloriza” (Vincent, 1976a: 83-84).

5.2.4.2 – O trabalho e a socialização abstrata

Conforme se viu em 5.2.2.2, o trabalho abstrato está no cerne do fetichismo hodierno. De facto, “para além do fetichismo da mercadoria, há (...) um fetichismo do trabalho” que a

fabrica (Vincent, 1996c: 2), corporizado na “dominação de um laço social abstrato sobre indivíduos dissociados e mutilados” (Vincent, 1977b: 49). Esta dominação consiste na “transformação da objetivação do homem numa força que lhe devém estranha” (Vincent, 1973a: 309-310); em outros termos, o trabalho como “relação social desvincula-se (...) daqueles que o produzem para subordiná-los (...) ao seu movimento” (Vincent, 1995e: 6). O trabalho abstrato e o valor – as categorias nucleares do fim em si da acumulação de capital – criam um mundo invertido já descrito anteriormente:

“Elevando-se acima das atividades concretas, o valor devém uma espécie de objeto místico, escolástico-teológico que se alimenta de trabalho abstrato. Os homens que trabalham aparecem como simples órgãos do trabalho ou como encarnações de um valor que se autovaloriza. Trata-se de um mundo de cabeça para baixo, um mundo invertido, (...) um mundo onde as formas sociais e as categorias que as definem se opõem como entidades naturais aos membros da sociedade, sejam eles trabalhadores ou capitalistas.” (Vincent, 1973a: 310)

Na qualidade de “atividade humana direcionada para o valor”, o trabalho consegue influenciar decisivamente a “orientação” e a finalidade “da produção social”, tal como o correspondente processo de “afetação dos recursos humanos e materiais” (Vincent, 1987: 103). Vincent destaca, porém, a “ubiquidade” do trabalho como forma de “captação «quasi-objetiva» das atividades humanas” (Vincent, 2009/1998: 38), que não se cinge ao interior do processo de produção imediato, mas envolve uma *todo-abrangente* síntese social *abstrata*:

“[A] subsunção do trabalho (...) não envolve somente a submissão ao comando do capital na indústria, sendo mais fundamentalmente a submissão a processos abstratos de socialização. Trata-se, desde logo, da submissão ao conjunto de operações sociais que produzem o trabalho abstrato (constituição da força de trabalho, mercado de trabalho, forma-valor dos produtos de trabalho, etc.). Trata-se igualmente da submissão à tecnologia, na medida em que esta induz os modos de relação com os ambientes técnicos, os comportamentos e os modelos de ação, as posições no processo de trabalho e as relações com os outros. Trata-se, enfim, da submissão às formas de troca mercantil (...). Assim, é preciso compreender que a socialidade resultante não é feita [primariamente, NM] de relações humanas, mas de relações entre objetivações animadas e os seres humanos.” (Vincent, 1995e: 5-6)

Por conseguinte, conforme se verá em 5.2.4.3, mesmo as relações “intersubjetivas” quotidianas são preformadas, pautadas e infundidas, desde a raiz, pela *unilateralidade abstrativa* cristalizada nas “coisas sensíveis-suprassensíveis” (Vincent, 1987: 103) que pululam na “fantasmagoria social” do capitalismo (Ibid.: 82).

5.2.4.3 – O trabalho impregna o quotidiano, o simbólico e a (inter)subjetividade

Acabou de se aludir ao facto de o trabalho ser uma “realidade onnipresente” (Vincent, 1987: 143). O processo de valorização afeta sobremaneira “as atividades não-económicas, determinando os seus campos de intervenção e os limites das suas variações ao atribuir-lhes posições relativamente precisas no campo geral das práticas” (Vincent, 1999c: 6). Em especial, as relações sociais de (re)produção capitalistas conseguem apoderar-se “do espaço, da temporalidade e dos ritmos do quotidiano” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 33).

Por outras palavras, “a reprodução dilatada do capital subordina a reprodução da força de trabalho (...) mesmo em esferas aparentemente muito distanciadas da produção” (Vincent, 2005b: 269). Assim, o capital não se apropria somente do tempo de trabalho, mas também do

seu simétrico – o tempo de lazer e de recuperação (Vincent, 2003a: 26). Conforme salienta Vincent,

“Ao conceder o uso da sua força de trabalho, o assalariado abandona (...) o controlo de uma parte essencial do seu tempo, o que se reflete no tempo que lhe resta, seja tempo de recuperação ou tempo de lazer. A temporalidade social é, de facto, dominada pela divisão abstrata do tempo de trabalho, quer dizer, pelo trabalho socialmente necessário como atividade orientadora das outras atividades. Os indivíduos, quer queiram quer não, são obrigados a inserir os seus próprios ritmos vitais (...) nos dispositivos temporais que marcam o processo do devir abstrato do trabalho (os horários de trabalho e de transporte, a fixação da duração do trabalho, (...) a cronometragem, a duração do sono, a duração das férias, etc.).⁴⁹¹” (Vincent, 1995c: 2)

De acordo com o autor, o espaço – da produção, do consumo, e das “formas de vida” quotidianas (Vincent, 2005b: 269) – é igualmente “estruturado” pelo trabalho abstrato (Vincent, 1995c: 2). São os movimentos do valor que configuram, em primeira instância, esta *disposição, divisão e codificação* do espaço social:

“Os fluxos de valor imprimem-se no espaço como zonas de habitação, zonas de produção, lugares de lazer, mas também como circulação das mercadorias, dos seres humanos e das informações. De certa maneira, o espaço devém ele próprio abstrato e cativo da produção de valor, mesmo quando é espaço de lazer e de repouso (os lazers não são habitualmente gratuitos). (...) A utilização do espaço é em larga medida utilização de um espaço morto, reservado a atividades codificadas e rotuladas. É compartimentado e fragmentado, ainda que se tenha por ilimitado: é um campo de ação restritivo, repleto de barreiras e de impasses para a maioria dos seres humanos. É também um espaço de riscos: acidentes de trabalho, acidentes de circulação, expulsões do espaço habitado, degradação do ambiente, poluição, etc. Neste sentido, o espaço (...) é confinamento vital em numerosas circunstâncias.” (Ibid.)

No espaço-tempo do capital, os sujeitos são forçados a valorizar-se permanentemente: “Toda a gente (ou quase) é obrigada a curvar-se a uma compulsão de repetição universal; fazer-se valorizar, monetizar as suas atividades para conseguir aceder aos recursos materiais e simbólicos da sociedade” (Vincent, 1999a: 286). A teoria marxiana almeja precisamente “trazer à tona a ausência de liberdade escondida sob a máscara de liberdade, essa compulsão para agir mergulhando na (...) valorização”, que se estende ao domínio da vida quotidiana (Vincent, 2001c: 37).

Não existe rutura completa entre “trabalho e vida privada” (Vincent, 2001c: 255), em virtude da “precedência das relações sociais” de (re)produção capitalistas “e da sua cristalização face à imediatez *aparente* da intersubjetividade e das comunicações” dos indivíduos (Vincent, 1992e: 6, *italico* nosso). No contexto da “mercadorização universal” (Vincent, 2001c: 255), a “socialidade” hodierna engendra um “sonambulismo do quotidiano”, quer dizer, “uma miríade de vasos capilares que entrelaçam os indivíduos uns com os outros e com as coisas, segundo modalidades (...) particulares” adequadas à expansão do capital (Vincent, 1987: 61).

O indivíduo (sobre)vive em função do capital. Portanto, o trabalhador, nessa nudez e abstração, tem de planear a sua existência – em *todos* os aspetos – com vista a provar ser útil ao processo de combustão social e, assim, maximizar as hipóteses de ser empregado. Em

⁴⁹¹ Note-se, ainda, que “esta dominação do trabalho abstrato e da sua temporalidade linear abstrata é respaldada em dispositivos disciplinares tão essenciais quanto a escola como preparação para o trabalho e a prisão (para aqueles que recusam os constrangimentos do assalariamento)” (Vincent, 1995c : 2).

outros termos, a reprodução dos indivíduos como trabalhadores assalariados *pressupõe e põe* continuamente modos peculiares de ser, de agir e de pensar que se repercutem na forma *sociocultural* da vida cotidiana:

“É preciso conduzir a sua vida de maneira «racional», quer dizer, interiorizar os constrangimentos, submeter-se a uma organização estrita do tempo (tempo de trabalho, tempo de transporte, tempo de recuperação, tempo de lazer). É preciso manter um certo tipo de relações com os seus cônjuges, a sua família, os seus colegas de trabalho e os seus vizinhos em função desse imperativo fundamental – produzir-se e reproduzir-se enquanto provedores de força de trabalho. A vida dos indivíduos é marcada pela lógica da valorização, de maneira que as formas de vida (o vivido, o quotidiano) se adaptam às formas do valor, quer dizer, ao movimento das «coisas sociais» (...) e ao movimento da acumulação de capital, assim como às deslocções da produção social no espaço e no tempo.” (Vincent, 2001c: 231-232)

Portanto, *todas* as “formas de vida” quotidianas (Vincent, 1992e: 6) e de relações interpessoais, inclusive aquelas mais íntimas, estão *incrustadas* na síntese social *abstrata* do trabalho e do valor e, por isso, recebem a sua marca indelével:

“A centralidade do trabalho, o valor que se autovaloriza submetendo os outros valores [sociais e culturais, NM], impede, com efeito, a sua consideração como um [simples, NM] momento entre outros da vida quotidiana. Trata-se, ao invés, do ponto nodal em torno do qual se aglomeram e ganham (mais ou menos) consistência as restantes atividades. Lazeres, atividades cognitivas, relações afetivas, etc., apenas adquirem realidade em comparação (ou oposição) com o trabalho abstrato e a sua dinâmica totalizante ao nível social: devem tornar possível – e, nomeadamente, suportável – a sua tutela sobre as relações sociais e intersubjetivas. Em suma, essas atividades não se podem desenvolver autonomamente, quer dizer, encontrar em si mesmas os princípios da sua disposição e modulação, dado que se inserem nos mecanismos reguladores das trocas generalizadas de trabalho.” (Vincent, 1987: 141)

É legítimo afirmar que “as relações dos indivíduos (...) com os outros e consigo próprios são assim cada vez mais mediadas pela objetividade social *quotidiana*” do capital – “pelos seus códigos e ritmos” específicos (Vincent, 2001c: 255, *itálico* nosso). Consequentemente, na modernidade, o valor afeta o domínio simbólico e cultural (Vincent, 1995e: 4), tal como o imaginário, as representações e a identidade dos indivíduos. O trabalho abstrato é “inseparável” de uma determinada maneira de experimentar o “mundo” e a “vida”, *exprimindo-os* à sua imagem (Vincent, 1987: 142).

Na perspetiva de Vincent, “a abstração do trabalho” constitui a “forma privilegiada de experiência” das pessoas e, por conseguinte, atua como “um modo de *prejulgar* o sentido atribuído às relações vitais” (Ibid., *itálico* nosso). Por outras palavras, encerra um profundo sentido *simbólico* produzido sob a égide “de uma posição de valor permanente” (Vincent, 1995f: 6), portanto, “segundo o imaginário do dinheiro e do seu universo simbólico” (Vincent & Gorz, 2012a/2000-2: 3). Em síntese, “longe de ser pura produção económica”, o trabalho “é produção e reprodução da totalidade complexa das relações sociais” – das “formas de vida” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 33), de objetividade e de (inter)subjetividade sociais que caracterizam o capitalismo (Vincent, 2001c: 231).

5.2.4.4 – Totalidade negativa: o capital como sujeito automático

Verificou-se nos itens precedentes que, na ótica de Vincent, a modernidade é “essencialmente modelada” pela forma socialmente sintética do “trabalho geral abstrato” (Vincent, 1990g: 151). Ora, o modo de (re)produção capitalista assenta neste processo

tautológico de dispêndio de energia humana, ou seja, o trabalho abstrato é a *substância* do capital (cf. 1.1.2 e 1.1.5.2). Não surpreende, por isso, que o autor descreva o capital como “um imenso autômato social que impõe a sua dinâmica aos indivíduos, submetendo-os às leis de um verdadeiro maquinismo social” (Vincent, 1987: 31).

A sociedade capitalista é, historicamente, a primeira dotada de uma “dinâmica *sistêmica* cujo motor é a valorização” (Vincent, 1993c: 125, *itálico nosso*). O capitalismo constitui um sistema ou, mais exatamente, uma “*totalidade negativa*”, porque “a imbricação dos processos sociais” cria “uma sobreposição de constrangimentos (...) que pesam sobre todas as atividades” (Vincent, 1987: 130, *itálico nosso*). O “totalitarismo do valor” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 156), como “conjunto de operações redutoras” (Vincent, 2009/1998: 121), dá azo a uma “segunda natureza” munida de enorme “força coerciva” (Vincent, 1987: 130). A sociedade capitalista é, pois, “uma sociedade da abstração onde os indivíduos comunicam e pautam as suas trocas passando por automatismos sociais que escapam ao seu controlo” (Vincent, 1990g: 151).

Neste sentido, “a noção de mundo invertido não é metafórica para Marx” (Vincent, 1987: 32), visto que o capital é o “verdadeiro *sujeito* do processo de produção” hodierno (Vincent, 1979: 133, *itálico nosso*). Observa-se a inversão fetichista *real* entre sujeito e predicado lógico, razão pela qual Marx descreve

“a sociedade capitalista como um mundo (...) de cabeça para baixo (...) onde o Capital, na disposição das suas formas e das suas metamorfoses, se apresenta como o verdadeiro sujeito dos processos sociais e motor da socialidade. As formas sociais (enquanto formas de relações humanas) não aparecem na sua dependência face aos sujeitos portadores (indivíduos e grupos sociais), mas, pelo contrário, na sua autonomia e precedência face a esses sujeitos, visto que se dão a ver e a praticar como formas naturais e, por isso, obrigatórias. A predicação-qualificação das atividades a partir dos automatismos da valorização faz-se sujeito relativamente aos sujeitos [humanos, NM], reduzidos ao estatuto de predicados dos seus predicados.” (Vincent, 1987: 50)

Na medida em que “os sujeitos humanos (...) possuem apenas uma realidade secundária, derivada relativamente à consistência e à resistência do laço social de produção” (Vincent, 1977b: 29-30), cristalizado no capital como sujeito automático, não pode ser atribuído “à subjetividade dos capitalistas o papel principal na dinâmica da acumulação” (Vincent, 1990a: 13) e da concomitante dominação social. A “metafísica do capital (...) produz um mundo alucinado” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 5) regido por uma série de “mecanismos e automatismos” sociais (Vincent, 1987: 10) – “a generalidade abstrata das formas (valor, trabalho, mercadoria)” *suprassensíveis* (Vincent, 1974a: 252) – que se impõem à vontade de *todos* os agentes.⁴⁹²

5.2.4.5 – Fetichismo e ideologia

Vincent estabelece uma relação estreita entre o capital como forma social de fetichismo e a ideologia. Salientou-se em 5.2.1 que a *essência* do modo de (re)produção capitalista *aparece* ou manifesta-se através de um conjunto complexo de mediações empíricas. Por exemplo, a transformação dos valores em preços de produção e a formação de uma taxa média de lucro significa que, *aparentemente*, a ligação entre (mais-)trabalho e mais-valia é quebrada (cf. 3.3.3). Está-se perante “uma dicotomia fundamental da realidade da sociedade capitalista: as relações sociais dispõem-se de tal modo que *a sua manifestação é ao mesmo tempo dissimulação*” (Vincent, 1974a: 223, *itálico nosso*).

⁴⁹² A metafísica real do capital será analisada em 5.2.5.2.

Retomando o exemplo citado, embora essa ligação entre trabalho abstrato e valor se mantenha ao nível da economia no seu conjunto, e o dispêndio de energia humana continue a *predeterminar* a grandeza do bolo distribuído pela concorrência, isso é escamoteado pelos agentes nas suas atividades quotidianas (cf. 3.3.3.7). Portanto, “a valorização do capital assenta *essencialmente* na exploração”, ou seja, na “produção de mais-valia”, mas os “movimentos” mais salientes na *superfície do mercado* são as múltiplas “metamorfoses do dinheiro e do crédito”; cria-se assim a *ilusão objetiva* de que “o capital se pode engendrar a si mesmo”, transformando misteriosa e *imediatamente* dinheiro em mais dinheiro: D – D’ (Vincent, 2002c: 14, *itálico* nosso; cf. 3.7).

Na sequência do foi exposto, pode-se afirmar que “a ideologia (...) não é propriamente a manifestação de uma falsa consciência, mas um momento *unilateralmente autonomizado* das relações vividas em função das *cristalizações objetivas das práticas*” sociais (Vincent, 1974a: 234, *itálico* nosso). A ideologia “representa a fixação nos movimentos *aparentes* da economia e da sociedade, dessa *superfície animada* constituída pelo mundo encantado da mercadoria” (Vincent, 2002c: 14, *itálico* nosso). Não se trata de uma “expressão direta” e consciente dos interesses “da classe dominante”, mas da maneira como “os movimentos infinitos do valor que se autovaloriza” são apreendidos, representados ou “percebidos” pelos vários indivíduos (e classes) com base na sua *immediatez* empírica (Ibid.: 13-14).

A ideologia envolve ainda outro aspeto: a naturalização da sociedade capitalista. Isto porque “o fetichismo estabelece ao mesmo tempo relações sociais e *estruturas de representação* graças às quais a realidade capitalista aparece como «natural»”; as categorias burguesas – valor, trabalho, capital – são ontologizadas e *interiorizadas* pelos indivíduos (Vincent & Balibar: 1995: 7-8, *itálico* nosso). Por um lado, o capitalista, no papel de funcionário do capital, subordinará inteiramente a sua conduta à remoção dos entraves que se colocam ao rolo compressor do sujeito automático. Não lhe passará pela cabeça questionar a loucura da produção pela produção.

Por sua vez, o operário “foi socializado para devir provedor isolado de trabalho sem estar ciente das pressuposições sociais da sua atividade” (Vincent, 1996c: 1). Logo, os constrangimentos aviltantes decorrentes do capital como relação social são atribuídos *ideologicamente* a “condições técnicas gerais” ou a “variáveis económicas (...) incontornáveis” que, logicamente, devem ser aceites com toda a obviedade (Ibid.: 2). Acresce que o facto do trabalhador assalariado ser “um competidor no mercado de trabalho que não mantém vínculos de dependência pessoal com os dirigentes da empresa” (Vincent, 1990j: 218) reforça a sua ilusão de liberdade.

5.2.5 – A homologia entre o capital e a lógica especulativa hegeliana⁴⁹³

5.2.5.1 – A relação dialética entre finito e infinito em Hegel⁴⁹⁴

A filosofia idealista de Hegel argumenta que a realidade “é, em última instância, espiritual na sua forma” (H. Williams, 1989: 68). De acordo com o autor, o mundo é uma *totalidade* alicerçada no “*propósito* de uma essência intelectual intangível, imaterial e ubíqua” (Ibid.: 108, *itálico* nosso), que designa por *Ideia Absoluta*, Espírito Absoluto ou

⁴⁹³ Embora a tese acerca das afinidades eletivas entre a metafísica real capitalista e o idealismo de Hegel remonte às obras pioneiras de autores como Lucio Colletti (1979/1969), Helmut Reichelt (2013/1970), Hans-Jürgen Krahel (1978/1971) ou João Esteves da Silva (1975, 1976, 1978), o termo “homologia” foi cunhado por Christopher J. Arthur (2004).

⁴⁹⁴ É impossível fazer jus à complexidade da teoria hegeliana neste brevíssimo esboço. Cf. Copleston (1994: 159-247), Iber (2017), Taylor (1999) e Wartenberg (1999) para um desenvolvimento do raciocínio exposto neste item.

Deus (Blunden, 1997: 76). Atente-se que Hegel não nega a existência de uma realidade natural ou material, mas sustenta que a mesma – e aqui reside a sua originalidade – “deve exibir a estrutura lógica da Ideia” (Wartenberg, 1999: 120). Tanto a natureza como os seres humanos constituem *formas de “expressão”* desta entidade suprassensível, *ideal* (Blunden, 1997: 76, *itálico nosso*) que possui um cariz *realmente “conceptual”* (Rosenfield, 2017: 111, *itálico nosso*).

Portanto, são duas as asserções cruciais da filosofia hegeliana. *Em primeiro lugar*, o mundo finito *não é* autossubsistente (Colletti, 1979/1969: 7-8). Ele revela ser a mera *aparência* do infinito, da *essência* que *veicula* através da sua corporeidade (Ibid.: 14). Conforme salienta Glenn Magee, “os seres finitos são aquilo que são (...) em termos da sua afinidade (*relatedness*) com a Ideia” (Magee, 2010: 115-116), não passando, por isso, de *concretizações* da mesma (Ibid.: 100). Logo, a realidade *sensível* é ela própria e, simultaneamente, a forma de manifestação *necessária* da Ideia Absoluta, quer dizer, o *concreto tangível assume-se como a encarnação do abstrato intangível*.

Ao afirmar que a lógica conceptual é a “essência eterna” (Deus) por detrás das coisas finitas (Rosenfield, 2017: 116), Hegel “deifica” *literalmente* essa “lógica, fazendo dela a (...) força motriz de tudo” (Blunden, 1997: 76). O finito é, pois, *ideal* dado que a sua “*verdade*” jaz no seu *outro*: no infinito que *canaliza* (Magee, 2010: 116, *itálico no original*). O “mundo objetivo” exterior ao pensamento está “fundamentado conceptualmente”, sendo o resultado da objetivação ou *corporização* do Espírito Absoluto (Redding, 2017: 8). Para rematar: Hegel não diz que a realidade se esgota na Ideia, mas – atente-se na subtilidade – que “tudo o que existe deve conformar-se à estrutura” lógica “da Ideia” (Wartenberg, 1999: 109), devido ao facto de ser uma expressão desta.

Em segundo lugar, embora a Ideia Absoluta seja a “derradeira realidade”, a âncora de tudo o que existiu, existe e existirá, ela também não é autossuficiente (Magee, 2010: 115). Ou, dito de modo mais exato, é-o somente na medida em que incorpora em si o finito. Se infinito e finito fossem duas realidades *mutuamente exclusivas*, então, paradoxalmente, o infinito (Deus) seria “limitado por algo fora de si”: o finito (Taylor, 1999: 114). Tratar-se-ia de um infinito “espúrio” ou *falso* (James, 2007: 133) porque o seu domínio só começaria *para além* do finito. Assim, na ótica de Hegel, explica Charles Taylor,

“não podemos encarar o infinito como algo separado ou «além» do finito, tal como fazemos quando pensamos em Deus como vida infinita que existe além e independentemente de nós, seres finitos. Pois isto significaria que o infinito seria o outro [do finito, NM] e, portanto, restringido pelo finito. O infinito teria algo fora de si, o finito, e assim não seria verdadeiramente infinito. O verdadeiro infinito deve, pois, incluir o finito.” (Taylor, 1999: 114-115)

Ao incorporar o finito como “momento”, Deus deixa de ser limitado por ele e devém “verdadeira infinidade” (James, 2007: 134). Portanto, o “mundo” finito constitui “um momento *necessário*” do infinito: Deus é um “processo” *eterno* de encarnação da Ideia na realidade sensível, “e não (...) algo estático, acabado e completo” (Magee, 2010: 102, *itálico nosso*). A Ideia tem forçosa e *necessariamente* de se exprimir permanentemente na Natureza (Copleston, 1994: 172) e, de maneira mais adequada, na consciência dos seres humanos (Magee, 2010: 115).⁴⁹⁵ Dado que, em Hegel, Deus tem um cariz *literalmente ideal*, i.e.,

⁴⁹⁵ Na ótica do autor, “a Natureza e o espírito” humano são “os dois domínios concretos em que a Ideia existe” (Wartenberg, 1999: 110).

conceptual, lógico, evidentemente que a sua encarnação mais apropriada é o espírito humano.⁴⁹⁶

Por conseguinte, o Espírito Absoluto torna-se “efetivo (...) através da sua *particularização* nos espíritos das «suas» criaturas materiais finitas” (Redding, 2017: 7, *itálico nosso*). Note-se, porém, que não é o ser humano que pensa a Ideia Absoluta, mas, pelo contrário, *é a Ideia Absoluta que se faz pensar – ou se pensa a si mesma – através do ser humano*. Em especial, por meio do filósofo, porque este “fala a língua da Ideia, a Lógica” (Magee, 2010: 116). Deus *serve-se* da Humanidade para alcançar a “autoconsciência e, desse modo, a sua própria perfeição” (Redding, 2017: 7).

A “prioridade” conferida a Deus no esquema hegeliano não impede, portanto, que este precise de se corporizar “num conjunto efetivo de elementos materiais” e espirituais “que são a realização da própria Ideia” (Wartenberg, 1999: 109). Aliás, sendo uma *pura forma lógica*, consequentemente *vazia*, a Ideia Absoluta *carece de conteúdos específicos para conseguir inscrever-se no real*. Se o finito é a forma fenoménica *necessária* do infinito (Deus), então este não pode prescindir daquele. Chegou-se ao mesmíssimo resultado referido anteriormente: Hegel é idealista “não por negar a existência de um mundo objetivo, mas por insistir que a Ideia é a *verdade* desse mundo”, ou seja, que o finito é uma simples “expressão da Ideia” (Magee, 2010: 116, *itálico no original*).

Em jeito de conclusão, importa reter o seguinte: ao adotar a realidade natural e, acima de tudo, o espírito humano como formas de aparência, o infinito está *em si* no seu outro, continuando a ser idêntico a si mesmo nessa *particularização*. Manifestando-se continuamente na Natureza e na mente dos indivíduos, a Ideia devém *unidade-na-diferença*, ou seja, o universal infiltra-se no particular *sem perder a sua identidade essencial*.

Por seu turno, o finito é relegado para o papel subserviente de portador ou invólucro do infinito: em si e por si, o finito não é *verdadeiramente*, não possui uma realidade *efetiva*. Somente quando manifesta o infinito, e serve de veículo para o universal, é que o finito *vem a ser*. O finito é, pois, ideal. A essência do ser humano não é a sua corporalidade (tal como a essência da Natureza não é a sua materialidade), mas o ser etéreo, lógico da Ideia Absoluta que se faz pensar através de si.

5.2.5.2 – A metafísica real do capital

Jean-Marie Vincent faz uma leitura da filosofia hegeliana similar àquela apresentada no item precedente: “Hegel não procura negar abertamente a materialidade, mas afirmá-la em função daquilo que não é, fazê-la ingressar no infinito. Assim, o verdadeiro finito é definitivamente o finito no interior do infinito” (Vincent, 1973a: 307). Ora, segundo Vincent, este esquema filosófico não é uma absurdez saída da cabeça do filósofo germânico. A “lógica” metafísica de Hegel é fundamentável historicamente e explicável socialmente: constitui a descrição inadvertida da “realidade” capitalista (Ibid.: 311).

Na modernidade, existe, de facto, um infinito (capital) que se apodera do finito (realidade material e seres humanos), transformando-o na sua forma necessária de manifestação. Conforme se viu em 5.2.2.2, o trabalho concreto (particular) é a forma fenoménica do trabalho abstrato (universal), tal como o valor de uso (particular) é a forma de aparência do valor, uma substância homogênea (universal). Nas palavras de Vincent, “as hipóstases reais ou os processos de substantivação próprios da sociedade capitalista (...) fazem do concreto sensível (...) a manifestação fenoménica do universal abstrato” (Ibid.). Assim, a inversão entre sensível e suprassensível da filosofia hegeliana é “o reflexo de

⁴⁹⁶ “No Espírito (a esfera do espírito humano) o *Logos* regressa a si, no sentido em que se manifesta como aquilo que é essencialmente” (Copleston, 1994: 172).

inversões reais” sociais (Ibid.: 332), quer dizer, “a sua dialética do finito e do infinito é a dialética do mundo capitalista enquanto mundo invertido” (Vincent, 1975a: 134).

De acordo com Vincent, Marx apercebe-se desta “espécie de afinidade eletiva entre a dialética hegeliana” e o modo de (re)produção capitalista (Vincent, 2001c: 57). Na crítica da economia política da maturidade, o capitalismo é entendido e *exposto* “como uma realidade dialética no sentido pleno (...) do termo” (Vincent, 1976a: 82). À semelhança do “Espírito” Absoluto de Hegel, o capital “pode (...) ser analisado através das metamorfoses (...) que lhe conferem a capacidade de assimilar aquilo que, à partida, lhe parece exterior”, mormente “o valor de uso e o trabalho vivo” (Vincent, 1987: 99).⁴⁹⁷

Isto significa que a dialética, como *método*, está “profundamente ligada ao seu próprio objeto de estudo – a sociedade burguesa e o seu desenvolvimento” –, não sendo, por isso, passível de aplicação ao estudo de nenhuma outra realidade social ou natural (Vincent, 1973a: 318).⁴⁹⁸ Pode-se falar de uma *identidade* entre método e objeto na teoria marxiana, portanto, de uma *homologia* entre a dialética e a metafísica real do sujeito automático.

Marx aplica “a lógica hegeliana da identidade (...) às metamorfoses do valor” (Vincent, 1987: 71) porque o *idealismo conceptual* das formas abstratas que subsumem conteúdos qualitativos é “a expressão rigorosa” da realidade peculiar “da sociedade capitalista” (Vincent, 1976b: 2). Por outras palavras, as operações sociais do capital são “um processo comparável àquele de um conceito” (Vincent, 1974a: 229). O trabalho abstrato e o valor são “formas” sociais fetichistas “que violentam o conteúdo” sensível (Ibid.: 227), ou seja, que reduzem *praticamente* “a heterogeneidade à homogeneidade” (Ibid.: 219). O fetichismo “suprassensível” do valor “assimila as atividades humanas para negá-las na sua concretude” (Vincent, 1987: 100).

O processo *macrossocial* abstrativo erige uma totalidade negativa marcada pela quasi-independência das relações sociais (Vincent, 1973a: 338; Vincent, 1974a: 228), que “assumem a forma de relações lógicas entre categorias” (Vincent, 1973a: 335). Estas “categorias económicas, abstratas” (Vincent, 1976a: 122), numa bela metáfora usada por Vincent, “dançam uma espécie de ballet fantástico por detrás das costas da humanidade entregue a uma racionalidade irracional” (Vincent, 1973a: 335).

Conseguem *servir-se* “do comportamento e das volições de sujeitos (...) pretensamente livres” (Vincent, 1976a: 83) para levar a cabo a sua síntese social fantasmagórica porque, como matriz apriorística, “acham-se a falar aos homens, indicando-lhes aquilo que devem fazer” (Vincent, 1973a: 334). Em síntese, os indivíduos são dominados pelo “movimento autónomo” das categorias fetichistas burguesas, embora, na verdade, estas sejam o resultado paradoxal da sua prática reificada (Ibid.: 338).

5.2.5.3 – Limites da homologia: a não-identidade

A homologia entre o idealismo de Hegel e a metafísica real do capital possui, contudo, limites mais ou menos óbvios. Apesar das suas aspirações todo-abrangentes, a universalidade abstrata do capital, ao contrário daquela da Ideia da dialética hegeliana, é incapaz de subsumir na perfeição a realidade sensível e humana (Vincent, 1987: 101). O capitalismo não é uma totalidade *fechada* (Vincent, 1976a: 84), pois a sua “reprodução (...) opera-se (...) por meio do desequilíbrio, das contradições reais” (Vincent, 1973a: 337). De facto, a teoria de Marx “coloca (...) em evidência a coexistência contraditória das formas

⁴⁹⁷ “[A] processualidade lógica (na aceção de Hegel) que se apodera e enriquece de conteúdos (...) apresenta analogias com o formalismo do capital que incorpora os homens e a materialidade através das metamorfoses das formas [sociais, NM] do valor” (Vincent, 2001c: 78).

⁴⁹⁸ Logo, a superação prática do capitalismo, e a correspondente criação de “uma nova simbiose entre os seres humanos, os meios de produção e a natureza”, faria “desaparecer as contradições dialéticas engendradas” por essa forma de sociedade historicamente específica (Vincent, 1975a: 136).

(que regem as relações sociais) com os conteúdos que constituem a matéria dessas relações” (Vincent, 1974a: 222).

Em primeiro lugar, há sempre uma parcela de *não-identidade* entre o conteúdo material da produção e da riqueza e a lógica abstrata do valor: “As oposições valor de uso/valor (...) e trabalho concreto/abstrato (...) reproduzem-se incessantemente e numa escala alargada sob as formas mais diversas” (Vincent, 1973a: 337). Assim, a sociedade moderna é “o lugar de desequilíbrios e desordens incessantes (...) entre o mundo (...) suprassensível e o mundo sensível” (Vincent, 1987: 101), de “contradição” entre a (re)produção alargada do capital e o “processo físico” da (re)produção (Vincent, 1973a: 337).

Em segundo lugar, verifica-se também uma quota-parte de *não-identidade* entre os indivíduos (e os respetivos intercâmbios sociais, simbólicos e comunicativos) e o processo de valorização. O capital “não pode jamais absorver completamente a multiplicidade dos impulsos e das manifestações objetivas próprias dos seres humanos” (Vincent, 1975a: 136). Vincent destaca, por isso, “a incompatibilidade latente e recorrente entre o idealismo do valor (...) e a racionalidade (a determinação finita) das *interações concretas* entre os homens e dos *seus intercâmbios* com o mundo” (Vincent, 1987: 101, *italico nosso*).

Ademais, os seres humanos – e, especialmente, os operários – não coincidem completamente com o seu papel de *suportes* da síntese social abstrata. Ainda que não haja nenhuma necessidade teleológica envolvida, eles *podem* colocar em causa o fetichismo que, por ora, reproduzem *inconscientemente* através da sua práxis quotidiana alienada. Na ótica de Vincent, “o movimento (...) do capital” é, então, “uma totalização *parcial*, confrontada com uma oposição permanente e irreduzível” (Vincent, 1973a: 337, *italico no original*).

Pode-se concluir que, ao invés de Hegel, em Marx a dialética

“tem o seu ponto de chegada, não na satisfação do Espírito em si mesmo, mas na oposição – irresolvida e, por isso, real – entre um processo de valorização que nega as diferenças e pretende reduzir à mesma medida toda a heterogeneidade dos fenómenos sociais, por um lado, e um conjunto cada vez mais complexo de intercâmbios materiais e simbólicos entre os homens e a natureza, por outro” (Vincent, 1975a: 135-136)

Assim, na próxima secção, o binómio identidade/não-identidade será explorado aprofundadamente no que diz respeito: à (re)produção material (5.3.1), ao operário (5.3.2), ao sujeito (5.3.3) e à (des)razão moderna (5.3.4).

5.3 – Identidade *versus* não-identidade⁴⁹⁹

5.3.1 – (Re)produção material, técnica, tecnologia e valor de uso

5.3.1.1 – Identidade

Segundo Vincent, o intercâmbio material “entre o homem e a natureza” não é uma realidade imutável, mas, antes, um conjunto de “relações práticas” distintivas inseridas num

⁴⁹⁹ Estas noções são utilizadas no sentido em que foram cunhadas por Theodor W. Adorno (cf. Adorno 2009/1966). Será porventura proveitoso relembrar as seis aceções de não-identidade que Brian O'Connor discerne no pensamento do autor frankfurtiano: “(i) *Não-identidade como o «algo» material irreduzível de um juízo (...)*. (ii) *Não-identidade como desfasamento (non-fit) entre conceito e particular ou entre sujeito e objeto (...)*. (iii) *Não-identidade como designação alternativa para a contradição (...)*. (iv) *Não-identidade como experiência de ser obrigado a viver subordinado aos constrangimentos da totalidade social (...)*. (v) *Não-identidade como impulso para a liberdade (...)*. (vi) *Não-identidade como a contradição revelada mediante a crítica imanente*” (O'Connor, 2013: 80-81, *italico no original*). Em suma, “a ideia adorniana de (...) *não-idêntico* considera os espaços que os sistemas simplesmente não conseguem ocupar” (Ibid.: 15, *italico no original*).

“determinado modo de [re]produção” historicamente específico (Vincent, 1973a: 277). Neste sentido, o trabalho abstrato-concreto constitui a forma singularmente hodierna da “simbiose social” entre o ser humano e o ambiente que o rodeia (Vincent, 1974a: 245). Vincent salienta que tanto o trabalho abstrato como o trabalho *concreto* fazem parte da síntese social capitalista: “Os dois estão indissoluvelmente ligados” (Vincent, 1994c: 68).

O autor considera, pois, ser “obrigatório superar as oposições simples entre o mundo «enfeitado» do valor (...), por um lado, e o mundo «autêntico» dos metabolismos materiais e sensíveis, por outro” (Vincent, 1987: 112). O trabalho concreto não representa um suposto lado “bom”, visto que, no capitalismo, o grosso das atividades tangíveis “se converte em suporte do trabalho abstrato” (Vincent, 1994c: 68).⁵⁰⁰

A abstração real impõe ao trabalho concreto as suas “caraterísticas específicas” (Vincent, 1987: 112), de maneira que “a materialidade dos produtos e das atividades” é “sobredeterminada por construções sociais que têm toda a aparência de um universo solidificado”, quer dizer, pelo “fetichismo do capital, do dinheiro e do mercado” (Vincent, 2002c: 13). Em síntese, “os fluxos da produção e dos intercâmbios enquanto combinação material sensível de transformações e translações recebem a sua orientação e sentido dos códigos e signos que regem as relações mercantis entre equivalentes” (Vincent, 1987: 112).

Na sequência do que foi exposto, evidentemente que “a técnica (...) não pode ser entendida como um conjunto de procedimentos (...) neutros” (Ibid.: 65). Ao invés, constitui uma das “manifestações essenciais” das relações de (re)produção capitalistas (Ibid.: 66-67). A cristalização das relações sociais típicas da modernidade é responsável pela criação de um “sistema tecnológico” com configurações peculiares (Vincent, 1974a: 245). Logo, “não existe técnica em si, mas (...) um emprego capitalista de máquinas e uma utilização capitalista da ciência como força produtiva” (Vincent, 1977b: 32).

O modo de (re)produção comandado pelo capital é “uma combinação-imbricação de procedimentos materiais (...) com o processo sensível-suprassensível de valorização” (Vincent, 1987: 65). Visto que a (re)produção material se encontra submetida “à lógica do trabalho abstrato como relação social”, a técnica não é a “pura instrumentalidade” da “adequação” entre meios e fins substantivos, mas uma forma *predeterminada* “de abordar e de conhecer os processos (...) materiais” segundo as “representações” simbólicas (Ibid.: 108) e as “exigências sociais” veiculadas pelo valor (Vincent, 1977b: 32).

Isso é patente no ritmo avassalador dos avanços tecnológicos e científicos que caracteriza a sociedade moderna: “a rapidez do desenvolvimento tecnológico” não é explicável por “uma espécie de arrebatamento do progresso técnico” *per se*, mas pela “lógica económica de acumulação” subjacente a “todas as esferas de atividade” (Vincent, 2009/1998: 116-117). Vincent reforça esta ideia em *Critique du Travail*:

“A introdução de inovações tecnológicas não é função de uma eficiência mensurável na diminuição do caráter penoso do trabalho ou na maximização da satisfação das necessidades do maior número possível de pessoas, mas função da acumulação do capital, da sua rentabilidade e da reprodução do vínculo social de produção”. (Vincent, 1987: 66)

Como evidencia a passagem citada, está-se novamente perante a inversão fetichista entre sujeito e predicado lógico: “Não são os homens que utilizam os instrumentos de trabalho, é o sistema de máquinas e de técnicas que se apodera dos homens” (Vincent, 1977b: 33), incorporando-os na combustão social tautológica do capital. Os “dispositivos tecnológicos” são *concebidos* para funcionarem como mecanismos de *captação* da força de trabalho e colocá-la ao serviço da criação de “mais-valia” (Vincent, 1997a: 77).

⁵⁰⁰ “[O] trabalho concreto não é a verdade do trabalho abstrato” (Vincent, 1975a: 136).

A “dominação abstrata” moderna revela ser a “síntese dos poderes impessoais da valorização e da tecnologia” (Vincent, 1995f: 8). Pode-se falar de um “despotismo de fábrica” (Vincent, 1997a: 77), quer dizer, “a relação capital-trabalho cristaliza-se na maquinaria” (Vincent, 1987: 66) e num “modo” distintivo “de organização do trabalho” (Vincent, 1997a: 77). A “subsunção real” do trabalho (Ibid.; cf. 1.11.2.3) significa que o sujeito automático, por intermédio do aparato técnico-científico, consegue influenciar as modalidades *concretas* das atividades dos operários e o cariz das suas relações intersubjetivas no interior do processo de produção imediato, conforme explica o autor:

“As relações sociais [capitalistas, NM] funcionam nos e através dos sistemas de máquinas cujos fluxos são regrados pela produção e pela troca de valores. Elas adquirem, assim, a forma de disposições sistémicas que subordinam as relações inter-individuais e intersubjetivas. Neste contexto, (...) as práticas sociais não podem desenrolar-se livremente, sendo, ao invés, orientadas, dirigidas e canalizadas pela dinâmica corporizada nos sistemas de máquinas. (...) [A] técnica não releva de um crescimento e de uma proliferação cancerosos da «techné» original, mas antes de um modo de utilização específico (capitalista) da instrumentalidade, ele próprio função de um modo de organização específico das relações inter-humanas e das relações dos seres humanos com o mundo.” (Vincent, 1987: 85)

Se a forma da (re)produção material capitalista não é neutra, então o seu resultado – o valor de uso – também não pode sê-lo. Esta categoria “não é (...) assimilável à utilidade” *tout court* (Vincent, 2003b: 2), nem a um suposto “substrato natural (...) isento” de caracteres sociais (Vincent, 1973a: 18n4). Com efeito, o valor de uso é um dos *polos* da mercadoria e, por isso, *indissociável* dessa forma social. Trata-se de uma utilidade *social* especificamente moderna que consiste no “condicionamento” das qualidades naturais e sensíveis dos objetos para que possam devir “suportes” do valor (Vincent, 2003b: 2).

Sendo verdade que “o valor de uso é uma condição de possibilidade do valor” – pois constitui a sua forma de manifestação –, “ele próprio apenas pode ser produzido graças ao movimento dos valores” (Vincent, 1987: 112). Assim, os valores de uso não são *imediatamente* apropriáveis ou mobilizáveis para a “subversão revolucionária do capitalismo” (Vincent, 1977b: 27). Isto porque, embora não sucumbam completamente à *normalização* destrutiva fruto dos imperativos homogeneizadores da abstração real (cf. 5.3.1.2), refletem inelutavelmente nas suas qualidades *corpóreas* concretas a forma social de fetiche hodierna por detrás da sua produção.

5.3.1.2 – Não-identidade

Constatou-se no item anterior que o “processo de valorização” do valor – a reprodução ampliada do capital – permeia “todos os processos materiais de produção ou do metabolismo entre os homens e a natureza” (Vincent, 1977b: 13). Porém, ressalva Vincent, “não pode jamais fazê-los coincidir inteiramente com a sua própria disposição no espaço e no tempo”, ou seja, existe sempre uma parcela maior ou menor de *não-identidade*, visto que o formalismo da abstração real é incapaz de capturar *absolutamente* “a vida da sociedade” e dos seres humanos (Ibid.).

Portanto, fiel ao seu objeto de estudo, a crítica da economia política marxiana é a exposição dialética da existência *contraditória* do capital como *unidade* de identidade e não-identidade, como palco dos (des)ajustamentos “permanentes” entre a dimensão “suprassensível” do valor e a “face material sensível” da (re)produção macrosocial (Vincent, 2002c: 13). Vincent sumariza a questão nos seguintes termos:

“[E]sta exposição é simultaneamente crítica, colocação em evidência da incompletude deste processo de captação dos intercâmbios humanos que é a fuga para a frente do capital. A exposição descreve e reconstrói a dialética do capital, (...) ao mesmo tempo que (...) mostra que os processos aparentemente autossuficientes do capital não podem jamais libertar-se dos seus pressupostos substanciais ou dos seus conteúdos, *tropeçando neles quase em cada passo*. A materialidade *recalcitrante* das atividades e dos intercâmbios humanos não pode ser [completamente, NM] assimilada pelo (...) idealismo especulativo da dinâmica capitalista, impondo-lhe, pelo contrário, limites que apenas podem ser ultrapassados através de crises multiformes e recorrentes.” (Vincent, 1987: 51, *itálico nosso*)

Ao reproduzir-se, o capital reproduz “incessantemente”, em patamares históricos mais elevados, “as oposições entre” a idealidade formal “do processo de valorização” e os conteúdos “dos processos materiais-técnicos de produção e de intercâmbio” (Ibid.: 104). Por um lado, o trabalho abstrato não pode prescindir do trabalho concreto, nem subsumi-lo completamente, em virtude da parcela de não-identidade entre a forma social do valor e o conteúdo substantivo da (re)produção material.

De modo análogo, o valor não pode prescindir do valor de uso, nem subsumi-lo totalmente, em virtude da contradição *latente* entre riqueza abstrata e riqueza concreta. Estas “contradições insuperáveis” (Vincent, 1973a: 20) evidenciam então, claramente, que “o metabolismo entre os homens e a natureza (...) é uma realidade *irredutível*” *na sua plenitude* “à valorização e, conseqüentemente, um elemento fundamental de rutura dos movimentos dialéticos autonomizados do capital” (Vincent, 1976a: 149, *itálico nosso*).

5.3.2 – O operário

5.3.2.1 – Identidade

A identidade dos operários com o processo de valorização jaz no facto de a reprodução do capital ser ao mesmo tempo “a reprodução dos assalariados como capital variável” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 35). Com vista a assegurarem a sua sobrevivência, os trabalhadores travam um “combate para se fazer reconhecer pelo capital” (Vincent, 1996c: 5), isto é, têm de provar ser úteis à síntese social do sujeito automático. Portanto, são coagidos “a transformar as suas capacidades (...) na mercadoria força de trabalho e a fazer-se provedores de trabalho abstrato” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 35).

Só os seres humanos rentáveis – aqueles cujo consumo produtivo da respetiva força de trabalho cria uma mais-valia, desempenhando assim o papel de fluido vital do capital – são dignos de viver. No decurso deste processo, o operário adquire (temporariamente) o direito à subsistência *no interior* do mundo mercantil, reproduzindo-se a si mesmo *como operário*. Quando cria um valor equivalente àquele do cabaz de bens adquirido com o salário, o operário reproduz o valor da sua força de trabalho e, ao fazê-lo, reproduz-se como *parte variável do capital*. Está-se perante uma “subjetividade (...) necessariamente frágil (...), ameaçada em cada instante pela depreciação” (Vincent, 1996c: 5) e pela exclusão social, pois a venda efetiva da força de trabalho nunca está garantida de antemão (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 35).

A fecundação do capital é simultaneamente a reprodução dos “homens enquanto suportes das relações de produção, quer dizer, enquanto indivíduos *dissociados* por uma socialização” fragmentadora (Vincent, 1979: 46, *itálico nosso*). Vincent salienta que “os mecanismos da socialização típica” da modernidade “tendem” a despojar os operários “da sua força coletiva e a reproduzi-los como sujeitos impotentes face às suas próprias relações substantivadas” (Vincent, 1978: 75). Esta sociabilidade *associal* cria um *isolamento*

arraigado: Marx não apresenta a “submissão” dos operários aos “imperativos da acumulação do capital (...) como a submissão de um coletivo de trabalhadores solidários, mas como a submissão de uma coleção frouxa de possuidores individuais de uma força de trabalho” (Vincent, 1979: 50).

Evidentemente que, conforme se aludiu atrás, “o assalariamento não remete apenas para um modo de remuneração” – i.e., para uma forma de acesso aos meios de subsistência –, “sendo essencialmente um modo de *incorporação* (...) no capital” (Vincent, 1999d: 7-8, *itálico nosso*). Os operários entram no processo de produção imediato “como indivíduos isolados” (Vincent, 1979: 50) que não passam de engrenagens “de uma imensa maquinaria social destinada a captar uma grande parte das atividades humanas com vista a alimentar o capital nos seus movimentos de acumulação” (Vincent, 1999d: 8).

A forma social apriorística determina, em larga medida, as modalidades concretas das atividades quotidianas dos trabalhadores assalariados (Vincent, 1977b: 25), pelo que as suas ações *pressupõem* a introjeção dos constrangimentos impostos pela valorização. A *subjetividade* laboriosa é, antes de tudo, *identidade* com o trabalho abstrato:

“[O] trabalhador (...) tem de aceitar que o valor passa por ele e se exprime nele. É somente quando ele aparece suscetível de responder às exigências da valorização que é tido em conta como «fator humano» e como subjetividade. Mais precisamente, ele tem de demonstrar que a sua personalidade e a sua subjetividade se podem adaptar ao processo de trabalho, antes de lhe ver reconhecido o direito de (...) se exprimir no trabalho. Em outros termos, a submissão do trabalho ao processo de valorização surge como a condição e o fundamento das suas manifestações subjetivas e dos seus próprios modos de vida. A sua atividade é interiorização do valor, afastamento de si mesmo para poder devir um outro qualquer.” (Vincent, 1995e: 3)

O operário ideal é, pois, a personificação do autocontrolo e do autodomínio, recalcando o “sofrimento” (Ibid.: 4) em nome do triunfo na concorrência impiedosa do mercado laboral:

“O trabalhador (...) deve (...) exercer sobre si mesmo constrangimentos permanentes, opor-se frequentemente às suas próprias pulsões e reduzir progressivamente as expectativas em relação à vida e em relação à participação na sociedade. É preciso, em particular, domesticar os seus próprios sofrimentos fazendo passar a sua autoafirmação por séries sucessivas de autolimitações e autnegações nas suas relações com o outro e na sua busca de sentido. O trabalhador torna-se (...) um dispositivo de poder sobre si mesmo”. (Vincent, 1995c: 3).

Este autossacrifício ou autoimolação no altar do trabalho abstrato “nunca é permanente e totalmente aceite pelos explorados, que lhe resistem de maneiras bastante diversas” (Vincent, 1979: 46). Porém, a “mobilização” coletiva dos operários “realiza-se primariamente em torno de objetivos” ligados “às relações de distribuição” – aumento dos salários, “melhoria das condições de vida”, etc. (Ibid.: 55). Tanto os sindicatos quanto os partidos políticos constituídos historicamente pelos trabalhadores deixam passar em branco as “caraterísticas essenciais” das relações sociais de (re)produção capitalistas (Ibid.). Em suma, mesmo quando conseguem concertar coletivamente a sua intervenção, os operários “não colocam diretamente em questão os movimentos e as formas da valorização, na medida em que não interditam, mas, na verdade, pressupõem os processos de identificação com as relações capitalistas” (Vincent, 2001c: 75).

5.3.2.2 – Não-identidade

Apesar da identidade férrea descrita no item precedente, os indivíduos nunca aderem na perfeição aos moldes “estreitos que lhes estão reservados” (Vincent, 1976a: 85), quer dizer, não se reduzem “totalmente (...) ao papel de *máscaras de caráter*” (Vincent, 1997a: 78, *itálico no original*). Em especial, “os estratos dominados (...) não se conseguem identificar” completamente “com a valorização”, pois, ao contrário dos capitalistas, “são suas vítimas de uma forma ou de outra” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 156). A inserção na temporalidade opressiva do trabalho, a precariedade dos vínculos contratuais e o permanente risco de exclusão social tornam penosa a vida do operário:

“A atividade do trabalho socializa-o reforçando o seu isolamento e fazendo pairar constantemente sobre si a ameaça de expulsão da produção. De facto, ela confronta-o com uma socialidade incerta, com um espaço social onde deve estar sempre disposto a esbracejar para não se afundar e com uma temporalidade estranha que não lhe dá a possibilidade de estabilizar os seus próprios ritmos vitais. Para todos aqueles que são explorados e dominados, a socialidade como ambiente espaço-temporal (...) é qualquer coisa de veladamente hostil (...). Esta socialidade não é, portanto, um habitat confortável”. (Vincent, 2001b: 97)

O facto de os operários não serem inteiramente subsumíveis no capital (Vincent & Balibar: 1995: 11) atesta, por isso, a contraditoriedade do modo de (re)produção moderno. Vincent considera que a “simples existência” do proletariado como classe “coloca o sistema potencialmente em desequilíbrio”, (Vincent, 1973a: 314), porque os “trabalhadores coligados” seriam “suscetíveis de recusar a submissão aos imperativos” do valor (Vincent, 1978: 75). Embora não seja “independente das condições de produção e da reprodução do capital” (Vincent, 1976a: 84), medra “uma luta de classes subterrânea que o capitalismo arrasta consigo sem conseguir descartar” (Vincent, 1979: 53), impedindo-o de “funcionar em circuito fechado” (Vincent, 1973a: 314). Eis como o autor expõe a questão em *Les Mensonges de l'État*:

“[O] capital não é totalmente senhor da sua criação. Ao produzir e reproduzir o proletariado moderno, ele produz e reproduz, também inelutavelmente, a resistência operária, porque é incapaz de subordinar completamente os trabalhadores, conferir-lhes a plasticidade suficiente para transformá-los em simples fatores de produção (...). O trabalho não pode, portanto, ser reduzido a um simples dispêndio de energia, tal como a vida fora da produção (...) não pode ser reduzida a uma simples fase de recuperação. Por um lado, o operário é um simples suporte das relações de produção, enquanto, *por outro, ele supera os limites dessa situação procurando negar a sua condição de trabalhador assalariado através das reações mais diversas*”. (Vincent, 1979: 53, *itálico nosso*)

Portanto, não obstante o seu caráter *ambíguo*, a luta de classes impede o fechamento do sistema capitalista. Ela “nasce e renasce incessantemente da dinâmica dos automatismos sociais como uma maneira de os veicular, *mas também de os repudiar*” (Vincent, 1987: 18, *itálico nosso*). Da perspectiva dos operários, o conflito de classes pode ser tanto “luta pela valorização da força de trabalho” como “resistência aos imperativos da efetivação do valor” (Ibid.: 112).⁵⁰¹ Está-se perante uma *contradição* entre as relações sociais fetichistas e os indivíduos que as *efetivam* mediante a sua práxis alienada. O sujeito automático não pode

⁵⁰¹ “[O]s indivíduos podem pouco a pouco dar-se conta de que a sua vida não se destina a servir de meio para se submeter a papéis rígidos, a interações rotineiras que produzem ações largamente exo-determinadas, mas pode devir o seu próprio fim através da abertura aos outros e ao mundo” (Vincent, 1990f: 11).

prescindir dos seres humanos – a sua seiva vital – nem reduzi-los *inteiramente* ao estatuto de meros portadores do trabalho abstrato.

Esta contradição é patente no caso da rejeição crescente do trabalho. Segundo Vincent, o operário identifica-se “cada vez menos com o seu trabalho”, pois anseia “viver e agir de outra maneira” (Vincent, 1977b: 39; cf. Vincent, 1979: 223). Pode-se falar de uma “revolta contra a abstração” real (Vincent, 1977b: 46), de uma “alergia ao trabalho (...) destinada a disseminar-se nos tempos mais próximos” (Vincent, 1979: 202), visto que “muitos indivíduos têm dificuldade” em aceitá-lo “como via de autorrealização prescrita e delimitada de antemão” (Vincent, 1990f: 8).

As reivindicações de autonomia são inextricáveis da exigência de uma transformação *qualitativa* do tempo livre, que deve perder o estatuto degradado de tempo de recuperação e, assim, deixar de ser o simétrico do tempo de trabalho:

“A vida fora do trabalho, neste contexto, adquire mais importância para cada vez mais pessoas, devém uma esfera de autorrealização e de busca de sentido. A expressividade, as relações com outrem, o lazer deixam de surgir subordinados ao sucesso no trabalho e, pelo contrário, tornam-se autónomos. (...) Parece assim que está em vias de se desenvolver uma dialética mais complexa entre trabalho e tempo livre (...). O tempo livre (...) cessa de ser tempo de recuperação, devendo um momento essencial para a busca da autorrealização, porque constitui um período cuja duração é possível apropriar [e desfrutar, NM], (...) onde é possível exprimir-se e comunicar.” (Ibid.)

Apoiando-se num célebre estudo realizado por Rainer Zoll na Alemanha, Vincent frisa que esta desafeição pelo trabalho é particularmente vincada entre os jovens, que “procuram (...) outras vias para se realizar enquanto indivíduos” (Vincent, 1990k: 3).

5.3.3 – O sujeito

5.3.3.1 – Identidade

O sujeito é o produto *histórico* do processo de “individuação que surgiu com a sociedade burguesa” (Vincent, 1987: 33). Esta individualidade é, contudo, um presente envenenado pois a “*identidade* dos sujeitos” (Vincent, 1991c: 5, *itálico* nosso) é-lhes conferida pelo “mundo encantado da mercadoria” (Vincent, 2009/1998: 209). Por outras palavras, “os indivíduos percecionam essencialmente o mundo através do prisma do valor”, de maneira que “as relações que (...) mantêm com a sua subjetividade e com a objetividade” social são *constituídas* “a partir da *matriz*” *apriorística* dos vínculos “mercantis” (Ibid.: 261, *itálico* nosso). Vincent estabelece uma ligação direta entre o fetichismo e a forma-sujeito da modernidade:

“[O] indivíduo não controla a sua subjetividade, ainda que creia possuí-la tal como possui mercadorias (...). O indivíduo, aparentemente senhor de si mesmo, é um indivíduo que se submete ao reino da mercadoria e crê encontrar um sentido na atividade de valorização e na avaliação-apreciação dos seus semelhantes e de si mesmo segundo a lógica do valor. Ele mantém consigo e com o mundo relações utilitárias que conhecem o seu ponto culminante no enfeitamento da mercadoria (...). Ele deixa-se interpelar como subjetividade mercantil, quer dizer, faz da valorização um princípio de totalização da sua vida.” (Vincent & Balibar: 1995: 12)

O sujeito é livre para se mover somente no interior das fronteiras estreitamente delimitadas “por automatismos sociais, quer dizer, por «abstrações reais»” (Vincent, 2009/1998: 209); assim, “a independência pessoal apenas pode espriar-se nos espaços

abertos por uma série de dependências objetivas a que todos são submetidos” (Vincent, 2001c: 75). O “laço social capitalista” – trabalho abstrato/valor – consegue exercer uma “dominação sobre a intersubjetividade”, tal como “sobre as modalidades de interação e de ação” (Vincent, 1975b: 86-87). O fetichismo permeia, pois, os modos de ser, de agir e de pensar dos sujeitos, que devêm “exemplares, reproduções extraídas do mesmo molde” (Vincent, 1987: 34).

A “centralidade do trabalho” descrita em itens anteriores não significa apenas a obrigatoriedade de “trabalhar para viver” (Vincent, 1994c: 69), visto que a lógica da abstração insinua-se em todos os domínios da vida social (cf. 5.2.4.3). Isso tem repercussões na identidade e na conduta do sujeito. Vincent realça que “a identidade do indivíduo” – construída à imagem do valor – “é essencialmente a sua identidade profissional”, porque este “obtem o reconhecimento social em virtude da posição ocupada no campo da valorização” (Vincent, 2009/1998: 183-184). O sujeito deve, portanto, “investir os seus esforços” de forma metódica, dentro e *fora* do processo de produção imediato, no sentido de “vender-se bem, colocar toda a sua vida sob o signo (...) do triunfo profissional com vista a ascender na hierarquia social” (Vincent, 1994c: 69).⁵⁰²

Note-se, porém, que “este reconhecimento é, em si mesmo, transitório e efêmero” (Vincent, 2009/1998: 184), dado que os desígnios do capital são insondáveis: os vencedores de hoje poderão muito bem ser os perdedores de amanhã.⁵⁰³ Sob a bandeira da flexibilidade e da autodomesticação permanentes, o sujeito tem de provar, dia após dia, que o seu masoquismo não conhece limites e, assim, aplacar a ira da competitividade. Conforme se aludiu em 5.3.2.1, a “conduta (...) racional” do sujeito moderno é, pois, sinónima de submissão da sua vida “à ética do trabalho”, de “fazer do seu corpo e do seu espírito servidores do trabalho”;⁵⁰⁴ o indivíduo deve, por conseguinte, docilizar as suas pulsões e a sua “personalidade”, colocando-as ao serviço da finalidade autotélica do capital (Ibid.: 183).

Evidentemente, também “a posição ocupada (...) na vida privada e nas relações culturais é condicionada pela posição ocupada nos processos da valorização” (Vincent, 1995e: 4). Por um lado, na interação quotidiana registam-se “fenómenos (...) de apreciação-depreciação” simbólica “que são o eco ou o reflexo” do (in)sucesso obtido, a montante, “na vida profissional” (Ibid.). O triunfo económico não afeta somente a autoimagem do sujeito, mas igualmente a deferência, o respeito ou o prestígio que lhe são atribuídos pelos seus congéneres. Por outro lado, os horizontes dos indivíduos são decisivamente delimitados “por aquilo que se consegue alcançar na concorrência” e, em especial, “pelo dinheiro de que se dispõe” (Vincent, 2001c: 75). O nível de rendimento determina a quantidade e a qualidade dos bens e serviços que se conseguem adquirir numa sociedade mercantil.

A ubiquidade do valor – nas suas múltiplas manifestações: “mercadoria, dinheiro, preço, concorrência, capital, salário”, etc. – estrutura as formas da vida quotidiana (Vincent, 2001c: 75). Esta onnipresença do económico no social tem “efeitos perversos sobre as relações inter-individuais e a intersubjetividade” (Vincent, 1990e: 53), visto que os sujeitos se defrontam como “portadores (...) de valor”, quer dizer, “como indivíduos que têm lugar na sociedade em função dos valores que são capazes de produzir ou apropriar” (Vincent, 1994c: 66). De maneira previsível, sujeitos que necessitam de se valorizar em permanência – em termos económicos, culturais e simbólicos – não conseguem “proceder a intercâmbios e

⁵⁰² “Os ritmos de vida são ditados pelos ritmos de trabalho” (Vincent, 2001c: 75).

⁵⁰³ “[O] assujeitado ao capital, ameaçado em todo o instante pela desvalorização (...), deve envolver-se num combate pelo reconhecimento social” (Vincent, 2001c: 76). Noutro sítio, Vincent observa que “a catástrofe está sempre iminente, quer dizer, inscrita nas relações sociais mesmo quando não é visível” (Vincent, 2009/1998: 241).

⁵⁰⁴ Atente-se na influência da noção weberiana de racionalização formal.

comunicar em boas condições, na medida em que devem tratar os outros e a si mesmos como instrumentos de valorização” (Vincent, 1990e: 53).

Obviamente que estes indivíduos monádicos, solipsistas não interagem num vácuo, mas são o resultado da “socialização dissociadora” do capital (Vincent, 1987: 130). É ela que impõe a “distância” antagonista entre os seres humanos (Vincent, 2001c: 102) e que reduz os seus entrechoques a ligações fundamentalmente “pobres” (Vincent, 2001b: 96) e unilaterais de tipo instrumental-mercantil (Vincent & Balibar: 1995: 9).

Ainda mais importante é o facto de as ações dos sujeitos, aparentemente motivadas apenas pelo seu interesse próprio, serem na verdade *funcionais* no seio da (re)produção macrossocial do capital: “No contexto das relações sociais globais, as relações sociais dos seres humanos, i.e., os seus laços inter-individuais, *são uma espécie de materialização das relações abstratas supra-humanas dos capitais e das mercadorias*” (Vincent, 2009/1998: 263, *itálico nosso*). De modo paradoxal, embora glorifique o individualismo, “a sociedade” moderna “não é composta por indivíduos” livres, “mas *por relações*” *fetichistas* “que agem por intermédio” de sujeitos funcionais, sejam eles “capitalistas ou (...) trabalhadores assalariados” (Vincent, 2001c: 77, *itálico nosso*).

Portanto, o sujeito “é um instrumento de passagem na maior parte das suas manifestações, ou seja, um mero “meio de funcionamento das relações (...) entre as coisas” sociais (Vincent, 2009/1998: 263). Ele é *constituído socialmente* pela cristalização fetichista das categorias burguesas, que estabelecem apriorística e sub-repticiamente modos de ser e códigos de conduta que pautam a *forma* das interações quotidianas com os seus semelhantes sob a égide da valorização invasiva:

“[É] a intersubjetividade encerrada nas formas de interação *ossificadas* que o constitui como sujeito. Ainda que os indivíduos criem estabelecer relações uns com os outros que não devem a nada além de si próprios e dos intercâmbios que autorizam, eles submetem-se, na verdade, a modos sociais de organização e de apreciação das relações inter-individuais. As relações mercantis, as leis de avaliação penetram não apenas nos hábitos de consumo, mas também na maior parte dos processos de socialização. Desponta-se na sociedade aprendendo a valorizar-se num campo social descontínuo e desigual, (...) mas (...) estes processos de acesso (...) à expressividade, à vida social e à individuação são ao mesmo tempo processos de eliminação e de mutilação daquilo que pretendem instituir. (...) Desta forma, a socialização que funciona nos termos da teleologia avaliadora e valorizadora é um verdadeiro progresso no sentido da de-socialização, enquanto a individuação (...) é *submissão ao social como universal abstrato*.” (Vincent, 1987: 36, *itálico nosso*).

Em suma, o capitalismo veicula um processo de individuação *despersonalizante*, porquanto “o indivíduo que se realiza na ação, quer dizer, que faz de si mesmo valor”, tem de “evidenciar tudo aquilo que reforça a sua capacidade de se promover nos processos de concorrência avaliadora *em detrimento daquilo que (...) constitui a sua própria diversidade*” (Ibid.: 131, *itálico nosso*). Trata-se de um indivíduo *realmente abstrato*, na medida em que acentua *unilateralmente* e *faz seu* somente aquele conjunto *reduzido* de características que, num dado momento, é útil do ponto de vista do capital.⁵⁰⁵

Porém, a compulsão doentia para se valorizar *imposta* aos sujeitos pela socialização abstrata hodierna não é entendida por estes como um *momento* da valorização do capital, “que apenas oferece caricaturas de realização” pessoal (Vincent, 2009/1998: 241). O sujeito julga agir unicamente de acordo com o seu livre-arbítrio quando, na verdade, se submete a “realidades coletivas hipostasiadas” (Vincent, 1987: 131). Pode-se falar da “ilusão de

⁵⁰⁵ “[E]nquanto sujeitos, são sujeitos do capital” (Vincent, 2001c: 76).

liberdade” (Vincent, 2005b: 268) dos indivíduos que se moldam e adaptam às exigências do capital.

O cerne da questão é que, “produzindo e consumindo mercadorias, ninguém se interroga acerca daquilo que é e dos tipos de relações sociais em que participa”, de maneira que nas representações costumeiras dos agentes “existe apenas o homem em geral, transhistórico, e relações sociais que não passam de combinações de interações” ao sabor dos caprichos de cada um (Vincent, 2002a: 99). Estamos confrontados com um paradoxo, visto que “as atividades portadoras de socialidade e de socialização, como as relações de mercado e as atividades de trabalho, são consideradas por natureza combinações de atividades individuais subjetivamente livres” (Vincent, 1997b: 3-4). Nas palavras sinópticas de Vincent,

“os indivíduos devem adaptar-se a conjunturas económicas e sociais que mudam rapidamente e deixam pouco espaço para um distanciamento reflexivo face às condições do agir. Assim que a sua adaptação é bem-sucedida, os indivíduos atribuem-na facilmente aos seus méritos, escamoteando os dados objetivos (...) que a tornam possível. Ao invés, os fracassos são frequentemente atribuídos à insuficiência ou ausência das qualidades necessárias para se fazer valorizar na concorrência (...). Há assim subjetivação de relações objetivas e este quiproquó seve de suporte a sentimentos ilusórios (...) de liberdade (...) entre aqueles que se creem vencedores e, por outro lado, induz sentimentos de culpabilidade e de inferioridade entre aqueles que sabem ter sido deixados por sua conta. A livre empresa não é apenas um *slogan*, mas uma espécie de ponto de fixação psíquico da sociedade capitalista, uma justificação simbólica para os constrangimentos que é impreciso impor a si mesmo para ser um «vencedor» ou não ser um perdedor.” (Ibid.: 2)

Neste contexto, marcado pela grotesca “ocultação dos pressupostos sociais das atividades individuais” (Vincent, 2009/1998: 186), a ideologia atinge o seu paroxismo: a adaptação infundável, digna de Sísifo, à “hétero-determinação pelo valor” (Vincent, 2002a: 102) *é percebida como o zénite da liberdade individual*.

5.3.3.2 – Não-identidade

Aquilo que foi dito, em 5.3.2.2, acerca do operário aplica-se, *mutatis mutandis*, ao sujeito: este encerra uma parcela de não-identidade. Os seres humanos não podem ser plenamente reduzidos ao papel de “suportes (...) das relações de produção”, havendo, por isso, um “desfasamento permanente” entre os indivíduos e as “exigências do capital” (Vincent, 1973a: 20-21). A subjetividade transborda as fronteiras delimitadas pelas abstrações reais, isto é, contém “excedentes dificilmente assimiláveis” (Vincent, 1987: 112) pelos “movimentos da valorização” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 7).

A existência dos sujeitos encontra-se, portanto, ancorada numa *bipolaridade* estrutural: eles estão “cindidos” ou “divididos entre a adaptação aos constrangimentos sociais e a busca de relações livres” (Vincent, 2001c: 103). Assim, “indivíduo e sociedade, sujeito e objeto (...) estabelecem relações que possuem tanto de incoerência quanto de coerência, tanto de inconsistência quanto de consistência” (Vincent, 1987: 58). O caráter *irredutível* desta realidade bífida é destacado por Vincent no seguinte trecho:

“O indivíduo é tanto mónada (*isolat*) social, máscara de caráter e personalidade abstrata, quanto elo do laço (*rapport*) social, relação concreta (ainda que inconsciente durante a maior parte do tempo) com as suas pressuposições biossociais e realidade supra-funcional. Em suma, Marx abstém-se de aceitar as concepções que fazem dos seres humanos um material puramente maleável da entidade Sociedade. (...) Ele consegue assim pensar os vínculos (*rappports*) sociais e as relações (*relations*) dos suportes desses vínculos em termos de contradições-oposições irredutíveis.” (Vincent, 1974a: 241)

Em síntese, a subjetividade é “*duplicidade*”, quer dizer, “opressão e mutilação, por um lado, e protesto surdo, transgressão, não-coincidência, por outro” (Vincent & Balibar: 1995: 12, *itálico* nosso). Neste sentido, “a «normalidade» da sociedade é tudo menos ordeira”, pois cada sujeito depara-se com uma “vida quotidiana (...) múltipla (...), dividida entre espaços e temporalidades frequentemente opostos (...), espaço e tempo do trabalho abstrato (...), espaço e tempo de consumo-recuperação, espaço e tempo de afetividade, etc.” (Vincent, 1987: 37). Segundo Vincent, “todas estas cenas do quotidiano ecoam como notas desafinadas e dissonâncias” (Ibid.) potenciadoras da não-identidade.

Em especial, “os assalariados” são alvo, no dia-a-dia, da “violência do capital, (...) exercida sobre o seu corpo e o seu espírito no contexto (...) do consumo produtivo da sua força de trabalho” (Vincent, 2001c: 76). Como é óbvio, esta “violência inerente às relações sociais e às relações intersubjetivas” (Vincent, 1987: 128) despoleta o sofrimento dos sujeitos, “sentimentos difusos de mal-estar” (Vincent, 2002c: 19). Trata-se do sofrimento de quem “mente a si mesmo *vivendo uma vida que não se vive*” (Vincent & Gorz, 2012a/2000-2: 2, *itálico* no original).

Ora, conforme salienta o autor, “ninguém pode viver mal sem procurar viver melhor, sem acalantar a esperança de que a última palavra ainda não foi dita, sem desejar que uma sociedade melhor permita viver de outra forma o quotidiano” (Vincent, 2002a: 103). A superação do modo de (re)produção capitalista deverá partir da mobilização desta individualidade *ambígua* mas *sufredora* (Vincent, 1987: 37; Vincent, 1995c: 7), da *concertação* dos indivíduos concretos que querem “transformar as relações de trabalho” e os “modos de vida” que impedem a sua “autodeterminação” (Vincent, 2002a: 103). Isso significa contornar o “isolamento” endógeno ao funcionamento das “abstrações reais” (Vincent, 1995c: 7): se “de um lado está o valor”, do outro terão de estar todos “aqueles que recusam a modernidade” capitalista “e os valores da civilização engendrada pela valorização” (Vincent, 2002c: 21-22).

Vincent considera que há razões para estar cautelosamente otimista, pois os indivíduos “identificam-se cada vez mais dificilmente com as relações e práticas” estranhas “que se colam à sua pele” (Vincent, 1987: 39), ou seja, “suportam cada vez pior a sua redução (...) a engrenagens intercambiáveis do mecanismo de acumulação do capital” (Vincent, 1977d: 58). Por outro lado, o próprio sistema capitalista “tem de vencer cada vez mais obstáculos” para, através do processo de socialização, conseguir “produzir a muito custo as «personalidades» que lhe são indispensáveis” (Vincent, 1987: 37). A crise da subjetividade, ligada ao sofrimento dos indivíduos, e a crise da socialidade moderna “alimentam-se, pois, reciprocamente” (Ibid.). E podem constituir o ponto de partida para uma prática emancipatória.

5.3.4 – A (des)razão moderna

As categorias capitalistas exprimem simultaneamente determinadas relações sociais e *formas de pensamento* específicas. Assim, dado não ser “independente de seu emprego nas relações sociais” (Vincent, 2005b: 262), a razão moderna constituiu-se sob a égide do fetiche do capital: “O seu universalismo é aquele do valor” (Vincent, 1987: 143). Mais exatamente, trata-se de “formas de pensamento objetivas” que são (re)produzidas “socialmente e inconscientemente” (Vincent, 1973a: 18) pelo “movimento da valorização” (Vincent, 2001c: 12). A razão calculadora e instrumental “não é (...) a racionalidade em geral, mas uma racionalidade de sujeição à valorização” (Ibid.). Possui um “caráter unilateral” (Ibid.: 245), homogeneizador e *abstrato* que atesta a sua peculiaridade enquanto “racionalidade do trabalho abstrato” (Vincent, 1987: 143).

A razão “está assim encerrada num quadro rígido” apriorístico “que orienta e vicia” todas as suas operações (Vincent, 1973a: 19). Conforme realça Vincent, “ela não é utilizada

com vista a encontrar as soluções mais eficientes para os seres humanos e o metabolismo que mantêm com o seu ambiente, mas com vista a encontrar as soluções mais eficientes para a *produção de valores* e para a exploração da natureza” (Vincent, 2009/1998: 210, *italico* nosso). No seio desta “racionalidade irracional” colocada ao serviço das “abstrações reais” (Vincent, 2001c: 246), o pensamento abandona-se “aos automatismos de formalização (...) que lhe ditam aquilo que deve fazer” (Vincent, 1987: 86). O próprio conhecimento e “os saberes não têm o mesmo peso”, sendo apreciados “segundo a sua contribuição para a valorização como dinâmica social” (Vincent, 2001c: 38).

Obviamente que a estrita obediência às “exigências do capital” (Vincent, 2002c: 17) limita severamente “o campo das possibilidades” humanas (Vincent, 1987: 88). A “racionalidade de subsunção” dos indivíduos e da matéria natural impõe o “nivelamento das diferenças” qualitativas de acordo com “esquemas monológicos”: a indiferença violenta “dos processos de avaliação monetários” e dos critérios de rentabilidade económica é a “chave de interpretação das relações com os outros e com o mundo” (Vincent, 2009/1998: 184).

Esta universalidade *excludente* “qualifica prontamente como irracional tudo aquilo que não corresponde aos seus próprios critérios (a gratuidade, a dádiva, o não avaliável [...])” e, para além disso, “deprecia outras formas de racionalidade”, mormente “a inteligência intuitiva das situações” (Ibid.). De facto, ao nível individual,

“A conduta [formalmente, NM] racional exige (...) que se consagre uma parte importante da sua energia à eliminação daquilo que é incalculável e interesse espontâneo pelo outro, à exclusão daquilo que pode ser obtido através da reciprocidade, colocando no seu lugar as trocas de equivalentes abstratos e relegando para segundo plano os comportamentos afetivos.” (Ibid.: 184-185)

Conforme se viu em 5.3.2.1 e 5.3.3.1, a ação e o pensamento do sujeito são obcecados pelo controlo: “controlo da vida interior, controlo da temporalidade através da previdência e da previsão, assim como por meio da economia de tempo na realização das tarefas” e, finalmente, “controlo das relações com o mundo exterior”, nomeadamente por meio da “capacidade de adaptação às relações de mercado e às mudanças conjunturais” (Ibid.: 185).

O principal problema da razão abstrata capitalista é o despojamento das suas “capacidades” reflexivas – da faculdade de “pensar sobre si mesma” (Vincent, 1987: 13) – e, desse modo, a dificuldade extrema de apreender os seus *pressupostos* e *resultados* sociais. Em relação aos pressupostos sociais, os sujeitos são tipicamente incapazes de perceber a *pré-formação* de grande parte dos seus raciocínios quotidianos pela lógica identitária fetichista do valor:

“[O] exercício da razão (...) carece de distância relativamente àquilo que faz imediatamente, na medida em que não é acompanhado por uma verdadeira reflexividade em relação às suas condições sociais. A razão devém fetichista em face dos seus próprios usos [mercantis, NM], encontrando neles a sua própria justificação. Crê estar na plena posse dos objetos, sem se aperceber que, antes de ser manifestação das faculdades da inteligência em geral, é *manietada pelas lógicas da valorização subjacentes às suas atividades*, nomeadamente às operações de adaptação dos meios aos fins e de adaptação dos fins aos meios levadas a cabo pelo intelecto.” (Vincent, 2001c: 38-39, *italico* nosso)

Em relação aos resultados, evidentemente que esta cegueira quanto ao apriorismo da forma social reaparece quando os sujeitos são confrontados com as consequências nefastas da sua práxis alienada. A “violência” absurda e *evitável* que o “capital” exerce sobre a realidade é encarada como uma *fatalidade* e imputada à “natureza humana” (Ibid.: 245). A

(re)produção macrossocial (des)governada pela (ir)racionalidade empresarial abstrata está acima de qualquer suspeita e, por isso, pode guiar a Humanidade ao abismo:

“O quiproquó que faz tomar a racionalidade capitalista por uma racionalidade (...) universal e intemporal impede (...) que se interroge acerca do «Telos» do valor e do seu significado para as atividades humanas. (...) [H]averá [apenas, NM] indignação com o espírito (...) do lucro que prevalece em certos setores da sociedade, sem se inquirir mais profundamente aquilo que produz esse espírito. (...) Não é exagerado dizer que *o movimento de conjunto da valorização fica assim fora do alcance das reflexões coletivas*. Neste sentido, a totalização sistêmica é uma totalização cega (...) que avança muito rapidamente e sem freios para um futuro incerto, cheio de catástrofes (...) que podem perfeitamente conduzir à autodestruição da Humanidade.” (Vincent, 1993c: 126, *itálico nosso*).

A normalização do *impensado* – a subordinação da vida aos desígnios substantivamente *irracionais* do capital – torna *impensável* a única solução duradoura para os malefícios da modernidade: a superação prática do capitalismo e a concomitante abolição do trabalho, do valor e do dinheiro. A mera sugestão de que seria possível viver sem essas categorias é automaticamente acusada – atente-se na *nuance* da linguagem – de *não ser razoável*. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do modo de (re)produção capitalista. Assim, a razão vê-se crescentemente rebaixada ao papel de “adjuvante” legitimadora e efetivadora dos “constrangimentos” (Vincent, 1987: 13) loucos que o capital impõe aos seres humanos.

De modo análogo ao que sucede com a (re)produção material (cf. 5.3.1.2), o trabalhador assalariado (cf. 5.3.2.2) e o sujeito (cf. 5.3.3.2), também a razão moderna não coincide inteiramente com a (des)razão mercantil: “ela está encerrada nos limites da valorização, mas não se confunde, porém, totalmente com esta” (Vincent, 2009/1998: 210). Apesar das dificuldades hercúleas que se colocam no caminho da reflexividade, o sujeito *pensante* e *sofredor* tem sempre a “possibilidade de se distanciar relativamente à vida” quotidiana imediata e de se *interrogar* acerca das causas profundas do seu mal-estar (Ibid.).

O cerne do fetichismo, para recorrer a um célebre aforismo de Marx, é que os indivíduos “não sabem, mas fazem-no”. Se me for permitido o *détournement*, é legítimo afirmar que, caso consigam mobilizar a parcela de *não-identidade da sua razão*, os indivíduos poderão vir a sabê-lo e eventualmente, de modo consciente e coletivo, vir a deixar de fazê-lo. Poderão começar a viver e a pensar de maneira diferente.

Assim, o intuito de Vincent, tal como o de Marx, diga-se, não é rejeitar a razão *tout court*, mas separá-la “da sua utilização e do seu desenvolvimento nas condições capitalistas”, ou seja, emancipá-la da “sua dependência da valorização” (Vincent, 1975a: 125). Isso exige obviamente a *inserção* da razão “em condições” sociais “de exercício completamente diferentes” (Ibid.: 125-126). Por outras palavras, a superação da razão abstrata homogeneizadora é indissociável da superação da síntese social abstrata capitalista.

5.4 – A centralidade das relações de género na reprodução da força de trabalho

Na perspetiva de Jean-Marie Vincent, as relações de género são primordiais na modernidade, porquanto “estruturam uma grande parte das ações e interações que se produzem na sociedade, ao mesmo tempo que atribuem posições sociais aos indivíduos” (Vincent, 1995f: 3). A centralidade do trabalho abstrato *pressupõe* a reprodução da força de trabalho, que se efetua obviamente *fora* da esfera da produção (Vincent, 1995e: 4).

Assim, o surgimento histórico da economia capitalista foi acompanhado pela constituição de uma esfera doméstica apartada dos critérios de eficiência empresarial, cujas atividades foram delegadas nas mulheres: “A montante da produção de mercadorias, elas assumem (...) o essencial da reprodução da vida (...) e do trabalho doméstico, decisivos para a reprodução da força de trabalho” (Vincent, 2003d: 49). O reverso da medalha foi, durante muito tempo, a exclusão das mulheres das profissões assalariadas estruturalmente definidas como masculinas.

Portanto, o “poder abstrato” do valor *põe e pressupõe* continuamente um conjunto de “poderes concretos” associados à “hierarquização dos papéis” sexualmente conotados (Vincent, 1995f: 7).⁵⁰⁶ As relações patriarcais não se limitam “a impor uma divisão sexual do trabalho, fundamentando também uma estruturação *simbólica* do mundo em masculino e feminino” (Vincent, 2001c: 261, *itálico nosso*). Neste universo cindido, “a inferioridade social das mulheres é selada por um pretenso dado biológico insuperável, o seu papel na procriação, que serve de justificação” para a sua subordinação aos homens (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 39).

Apesar da sua “desvalorização” e subalternização sociais – ou, melhor, *por causa* delas –, as mulheres dão vários contributos “essenciais para a reprodução da força de trabalho global” (Ibid.), conforme aludi atrás. Em primeiro lugar, como mães, cabe-lhes a maioria das responsabilidades na educação dos filhos – “a futura força de trabalho” (Vincent, 1995c : 2). Em segundo lugar, as mulheres realizam grande parte do trabalho doméstico “extenuante” (cozinhar, limpar, etc.), aliviando conseqüentemente os homens dessas tarefas e deixando-os “disponíveis para o trabalho assalariado” (Ibid.; cf. Vincent, 1995f: 3-4). Obviamente que “se se quer triunfar (...) profissionalmente, vender de forma eficaz” a sua força de trabalho, “é preciso dispor de trabalho doméstico” que garanta a satisfação das necessidades quotidianas (Vincent, 1994c: 69).

Em terceiro lugar, visto que os “afetos” são frequentemente incompatíveis com a impiedade da esfera económica (Vincent, 2002c: 19), o lar funciona como um refúgio do guerreiro, “uma espécie de ilha (...) onde os constrangimentos da valorização são atenuados” (Vincent, 2003d: 49). Neste âmbito, compete às mulheres *lamber* as feridas emocionais e criar uma zona de conforto adequada ao repouso e à descontração do sujeito da concorrência (Ibid.).

Note-se que elas estão encarregadas da “gestão da afetividade *num clima de submissão à heterossexualidade masculina*” (Vincent, 2005e: 66, *itálico nosso*). As mulheres enfrentam, pois, “uma opressão específica, aquela (...) do seu corpo” (Vincent, 2001c: 261). Este é, antes de tudo, “recetáculo” passivo “da sexualidade masculina” (Vincent, 2003d: 46). Os seres humanos do género feminino “representam uma alteridade degradada para o género masculino, *objetos* de sujeição que se pode apreciar bastante na esfera privada, mas que não são verdadeiramente reconhecidos socialmente” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 40, *itálico nosso*).

A aparente “valorização da sua anatomia e dos seus órgãos sexuais” – nomeadamente, “na moda, na publicidade, na pornografia, na prostituição” (Ibid.) – é, na verdade, uma espécie de maldição. Por um lado, a sua “contrapartida”, como se referiu anteriormente, é “a desvalorização permanente e multiforme” das mulheres nos restantes “domínios da vida” (Ibid.). Por outro lado, as mulheres tornam-se estranhas na sua própria pele: são obrigadas a conformar-se “ao modelo de mulher desejável em praticamente todas as circunstâncias”, sob

⁵⁰⁶ Saliente-se que nesta e noutras passagens está implícita, em Vincent, a *derivação* da esfera (doméstica) feminina a partir da abstração real do trabalho e do valor. Constatar-se-á no capítulo 7 que, em Kurz, pelo contrário, a esfera masculina do trabalho abstrato e a esfera feminina (“dissociada”) das atividades reprodutivas são em igual medida *co-constitutivas* da totalidade capitalista. Elas *implicam-se mutuamente*, pelo não é possível *deduzir* (unilateralmente) uma a partir da outra.

pena de serem “votadas à estigmatização”, à violência masculina ou ao agravamento da invisibilidade social (Vincent, 2003d: 49).

A partir do que foi exposto nos parágrafos precedentes resulta evidente que, segundo Vincent, “a opressão das mulheres é (...) *a base* sobre a qual repousam as relações sociais de produção” capitalistas (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 39, *itálico no original*) e, em especial, a reprodução da mercadoria força de trabalho.⁵⁰⁷ A esfera económica do valor, conotada masculinamente, encontra o seu complemento necessário na esfera doméstica definida em termos socio-simbólicos como feminina. O espaço-tempo doméstico ocupa, porém, uma posição de subordinação, estando

“submetido (...) a uma *esfera masculina da valorização*. (...) O universo simbólico masculino marcado pelas temáticas da performance, da afirmação de si na concorrência com os outros, estrutura-se em oposição a um universo simbólico feminino que é uma espécie de imagem invertida, portanto, *um universo inferior* de que é preciso desvincular-se para participar plenamente na sociedade. O feminino não deve invadir as relações sociais [mercantis, NM] e impregnar as relações de trabalho, por exemplo. Pelo contrário, é preciso relegá-lo para as margens”. (Vincent, 2003d: 49, *itálico nosso*)

Esta dicotomia, que constitui simultaneamente uma hierarquização, não é desmentida pela entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho assalariado na segunda metade do século XX (sobretudo nos países ditos “desenvolvidos”). Como é óbvio, a masculinidade e a feminilidade não são realidades (exclusivamente) biológicas, mas construções socioculturais *historicamente específicas*. Isto significa que, ao devirem trabalhadoras assalariadas, as mulheres tiveram de “curvar-se ao universo masculino, aos seus hábitos e aos seus códigos” simbólicos (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 39). Foram forçadas a conduzir a sua vida de modo (ir)racional e a introjetar a heteronomia do capital. Tornaram-se, tal como os homens, sujeitos concorrenciais e portadoras do trabalho abstrato (cf. 5.3.2.1 e 5.3.3.1).

Para além disso, as assimetrias estruturais entre homens e mulheres persistem. Apesar da sua “emancipação jurídica” (Ibid.), de um modo geral as mulheres “ocupam os empregos mais subordinados e menos bem remunerados na fábrica, no escritório e na administração” (Vincent, 1995c : 2). Estão sobre-representadas no “trabalho precário” (Vincent, 2003d: 49) e têm probabilidades acrescidas de ficar desempregadas (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 39). Por último, a esmagadora maioria das mulheres é obrigada a suportar uma “dupla jornada de trabalho” (Vincent, 2003d: 49), acumulando a profissão com o grosso das tarefas domésticas.

Não causa espanto, por isso, a conclusão extraída por Jean-Marie Vincent em *Un Autre Marx*: “as mulheres são (...) a parcela da humanidade mais maltratada pela valorização e os seus dispositivos, ainda que sejam elementos estratégicos desta” (Vincent, 2001c: 261). Logo, “nenhum além do capitalismo ocorrerá sem que elas sejam libertadas, sem que as relações sociais de género sejam radicalmente subvertidas” (Vincent, 2005e: 66). A emancipação dos seres humanos exige que se ponha um fim “à dicotomia do masculino e do feminino”, retirando-lhes “a sua pátina de naturalidade, de fundamento «natural» das desigualdades” (Vincent, 2001c: 261). Urge reconduzir a “diferença sexual (...) às suas modalidades sociais de surgimento e perpetuação”, com vista a aboli-las praticamente (Ibid.).

⁵⁰⁷ “As mulheres constituem uma espécie de fundamento das relações sociais de produção capitalistas e da sua reprodução” (Vincent, 2005e: 66).

5.5 – Teoria da crise

5.5.1 – A 3ª Revolução Industrial não põe um limite interno absoluto ao capital

5.5.1.1 – A crise do trabalho é reconhecida...

É inquestionável que Jean-Marie Vincent reconhece a crise do nexos social moderno baseado no trabalho. Em 1987, na obra *Critique du Travail*, Vincent ainda defende uma posição de certo modo agnóstica: “O progresso técnico (...) não garante (...) que a criação de empregos será superior às supressões” (Vincent, 1987: 118). Todavia, oito anos depois, num ensaio intitulado “Flexibilité du travail et plasticité humaine”, o autor não deixa margem para dúvidas quando afirma que

“O capital apoiado na tecnociência destrói mais empregos do que aqueles que cria, expulsa e repele da produção e do setor dos serviços camadas cada vez mais numerosas. (...) O desemprego e o emprego precário tendem, assim, a inscrever-se [permanentemente, NM] nas relações sociais (...): os períodos de prosperidade económica apenas conseguem diminuir marginalmente o número de desempregados, enquanto as fases de recessão o fazem aumentar muito rapidamente.” (Vincent, 1995c : 5)

Neste contexto, o “desemprego” (Vincent, 1993c: 3) e o “não-emprego” devêm uma nova “forma de normalidade” (Vincent, 1995c : 5). Como é evidente, esta fatia da população incapaz de ingressar na “produção dos bens e serviços” mercantis é particularmente assolada pela “pauperização” (Vincent, 1990i: 190). A força de trabalho supranumerária é sinónima de “apartheid social” (Vincent & Negri, 1995: 1) que, em França, encontra no *banlieue* o seu caso paradigmático. Este liberta-se cada vez mais da sua conotação operária, representando, antes, o locus por excelência do excluído e do marginal:

“[N]a era pós-industrial, a noção de *banlieue* perde as suas características operárias, industriais (...) para passar a designar uma série de lugares de habitação que (...) constituem (...) cidades isoladas e ghettos. O *banlieue* devêm sinónimo de problema social e o principal ator na questão dos *banlieues* (...) já não é o proletariado mas o excluído.” (Ibid.).

Porém, a crise do vínculo social assente no trabalho assalariado, e os fenómenos concomitantes de exclusão e de “miséria profunda”, não dizem respeito apenas às zonas suburbanas multilateralmente segregadas, afetando igualmente “o conjunto das relações sociais” e “projetando-se nas cidades de uma maneira difusa e frequentemente dramática”, na sequência do desmantelamento das “antigas estruturas produtivas” (Ibid.). Em suma, segundo Vincent, “a sociedade capitalista deixou de ser um mecanismo bem oleado suscetível de integrar e absorver todos os seres humanos e de os transformar em suportes do trabalho e da mercadoria”, na medida em que “repele, expulsa e descarta como nunca o fez” (Vincent, 1995c : 6). No entanto, paradoxalmente, Vincent não considera que esta crise do trabalho assalariado coloca em xeque a reprodução alargada do capital, conforme se verá de seguida.

5.5.1.2 – ... E negada: a automação não implica o colapso

Tal como se constatou no item anterior, Jean-Marie Vincent afirma que a cientificização da produção suprime mais postos de trabalho do que aqueles que cria. Porém, ao mesmo tempo, *contradiz-se* e defende taxativamente que isso *não implica* a crise insanável do trabalho abstrato. Na sua ótica, “é preciso evitar uma previsão precipitada do desaparecimento do trabalho (...) na sequência da rápida expansão” das tecnologias da

informação, da “automação” e da “robotização” (Vincent, 1987: 146) promovida pela “3ª Revolução tecnológica” (Vincent, 1976b: 4).

Vincent concede que o “trabalho industrial clássico” tem diminuído, mas destaca que, em contrapartida, “o trabalho intelectual dependente (...) está em constante progressão” (Vincent, 1990b: 2). Sendo certo que “o pleno emprego pertence ao passado”, não se pode concluir que “o trabalho assalariado vá forçosamente regredir e de maneira uniforme em todos os países” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 5). De acordo com o autor, o ponto-chave é que “o capital (...) não pode ser conservado ou reproduzir-se numa escala ampliada sem absorver força de trabalho” (Vincent, 1977b: 31). O “sistema económico” capitalista continua, pois, “sedento de trabalho vivo” (Vincent, 1990b: 3).

Desta maneira, o intuito primordial da maquinaria e do progresso técnico-científico não seria a substituição *absoluta* da força de trabalho – pois isso “solaparia as próprias bases” do modo de (re)produção capitalista (Vincent, 1976b: 4) –, mas o aprimoramento da exploração dos proletários empregados:

“É verdade que se assiste a processos permanentemente renovados de substituição do trabalho vivo por máquinas em numerosos ramos de atividade. Mas concluir, a partir desse facto, que a «revolução científica e técnica» está em vias de tornar supérfluo o trabalho abstrato é um passo que não deve ser dado. (...) É com vista a (...) melhorar as condições de exploração da mão-de-obra que os capitalistas procedem a investimentos tecnológicos. O seu intuito não é *a priori* reduzir a massa total da força de trabalho, mesmo se são conduzidos a despedir trabalhadores num dado momento (...). A sua sede de mais-valia (...) apenas pode, pelo contrário, induzi-los a empregar o máximo de trabalhadores, uma vez cumpridas certas condições de rentabilidade. (...) A automação (...) não tem por finalidade suprimir o trabalho vivo, mas expandir a sua utilização de modo mais lucrativo.” (Vincent, 1977b: 30)

Há vários equívocos no raciocínio de Vincent que importa esclarecer. Todos eles remontam à deficiente compreensão do funcionamento da concorrência. Neste sentido, começarei por fazer uma breve recapitulação. Demonstrou-se em 1.11, 3.2 e 3.3.6 que a concorrência *intrasectorial* impele a inovação na modernidade: sempre que um capital individual, através da introdução de tecnologias mais produtivas, reduz os seus custos abaixo do nível médio vigente no seu ramo de negócio, ele consegue embolsar um *sobrelucro temporário*.

Porém, assim que essa inovação tecnológica se dissemina pelos seus concorrentes, o único resultado *permanente* é a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um certo tipo de mercadorias, logo uma redução do seu valor. Portanto, a concorrência *intrasectorial* recompensa os capitais mais eficientes e que, paradoxalmente, menos contribuem para a massa de valor e de mais-valia criada socialmente.⁵⁰⁸

Por sua vez, a concorrência *intersectorial* beneficia também os capitais dos ramos com composições orgânicas mais elevadas (e que, por isso, mobilizam em termos proporcionais menos força de trabalho). A redistribuição equitativa da massa de mais-valia social sob a forma de lucro médio, através da formação de preços de produção, traduz uma *drenagem* do valor excedente criado nos ramos mais trabalho-intensivos (cf. 3.3.3.4). A ligação entre dispêndio de (mais-)trabalho e lucro é *quebrada* ao nível dos capitais setoriais e individuais, apesar de ser reafirmada ao nível global e, assim, continuar a predeterminar a grandeza do bolo a ser distribuído.

⁵⁰⁸ Demonstrou-se no Capítulo 1 que o principal efeito secundário deste progresso técnico contínuo, assim que atinge as mercadorias do Departamento II adquiridas pelos operários com os seus salários, é a redução do valor da força de trabalho e o concomitante aumento da mais-valia relativa (cf. 1.11.1). Contudo, essa forma de extração da mais-valia possui limites bem definidos (cf. 1.16.1).

No entanto, esta relação entre trabalho abstrato e valor/mais-valia é tudo menos evidente para cada capital porque, em termos empíricos, o quinhão de lucro de que se apropria *não depende*, de facto, da grandeza da força de trabalho que emprega diretamente. Surge a ilusão *objetiva* de que o lucro não decorre do trabalho humano, em virtude do funcionamento mistificador da concorrência intra e intersectorial (cf. 3.3.3.7 e 3.5.4.1).

Vincent ignora os aspetos que acabei de mencionar e, por essa razão, não consegue apreender o capital como *contradição em processo*, para utilizar a célebre expressão de Marx presente nos *Grundrisse*. Por um lado, o capital estabelece, de facto, o tempo de trabalho como fonte e medida do valor; mas, por outro, ao promover um desenvolvimento ciclópico das forças produtivas, torna *superfluo* o dispêndio de energia humana e quebra progressivamente a ligação entre trabalho e *riqueza*. Abole o seu próprio fluido vital (cf. 1.16).

Assim, impõem-se dois reparos cruciais ao último trecho de Vincent que citei. Em primeiro lugar, *a automação tem efetivamente como objetivo suprimir o trabalho vivo*. É até constrangedor que Vincent não compreenda algo tão elementar, que decorre do próprio conceito em causa. A produção automatizada é aquela realizada *sem a intervenção dos seres humanos*.

Em segundo lugar, é precisamente a “sede de mais-valia” dos capitais *individuais* que os leva a prescindir do trabalho vivo: conforme salientei, a concorrência – tanto intra como intersectorial – atua de tal modo que recompensa os capitais mais eficientes, embora sejam aqueles que menos contribuem diretamente para a criação de mais-valia. Apesar de, no longo prazo, a automação e a robotização serem contraproducentes para o sistema no seu conjunto, *ambas são perfeitamente racionais do ponto de vista do capital individual*. A única forma que este tem de sobreviver e de *maximizar o quinhão de lucro de que se apropria* é por via da inovação.⁵⁰⁹ A concorrência *impõe* a adoção tecnologias racionalizadoras aos muitos capitais (cf. 3.5.4.1).

Vincent não se sai melhor quando procura demonstrar que o capital se encontra muitíssimo bem de saúde e se recomenda. Em *Les Mensoges de l'État*, o autor postula que “o «valor-trabalho» não desaparece diante da ofensiva das máquinas e dos computadores” porque o capital continua a precisar da força de trabalho para se valorizar (Vincent, 1979: 241). Esta falácia acabou de ser desmontada com recurso à noção de contradição em processo. Aquilo que me interessa, agora, e que também está implícito nesta passagem, é uma ideia que o autor recuperará duas décadas mais tarde, a saber: a tese de que a produção de valor não esbarrou com o seu limite histórico na sequência da 3ª Revolução Industrial. Numa entrevista com André Gorz, Vincent garante-nos que a “forma-valor” não está “em vias de desaparecer” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 2). E prossegue:

“Pelo contrário, assiste-se hoje em dia ao desenfreamento dos processos de valorização, sob a forma de avaliações de competências e de performances da força de trabalho, mais exatamente sob a forma de processos de valorização e desvalorização acelerados do trabalho flexível. (...) *O valor que supostamente desaparece*, ou está em vias de desaparecer, *dissemina-se monstruosamente!* A única coisa que se pode dizer é que os processos de valorização descolam-se progressivamente da relação com a materialidade da produção social.” (Ibid., itálico nosso)

⁵⁰⁹ Outra questão ignorada olímpicamente por Vincent é a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Com efeito, uma fatia assinalável dos empregos criados nas últimas décadas são manifestamente *improdutivos* do ponto de vista capitalista (cf. 2.7).

Nesta passagem são patentes dois erros crassos. Em primeiro lugar, o cálculo racional weberiano, implícito na frase inicial, não desmente a crise do trabalho abstrato e do valor. Nem a impede, obviamente. O asselvajamento das relações de produção capitalistas – traduzido nomeadamente na exacerbação da conduta racional, da calculabilidade e quantificação obsessivas ou do (auto)controlo rigorosíssimo – é justamente um corolário dos obstáculos crescentes enfrentados pelo processo de valorização.

Em segundo lugar, a negligência vincentiana do problema da *grandeza* do valor (cf. 5.2.3) faz-se sentir aqui perniciosamente. A persistência *qualitativa* do valor enquanto forma social que regula, cada vez mais dificilmente, a (re)produção macrosocial hodierna *não refuta* a crise crescente do seu conteúdo *quantitativo*: o tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário. Por outras palavras, o agravamento da dominação formal *anacrónica* do valor – refletido em fenómenos como o aumento da taxa de exploração, o regresso da mais-valia absoluta e o correspondente incremento da duração da jornada de trabalho, a insinuação da valorização em todos os poros da vida (inter)pessoal, etc. – *não atesta a pujança do capital*, mas pelo contrário, as *dificuldades* acrescidas da sua valorização no plano *quantitativo e substancial*.

5.5.2 – A crise como obstáculo repetidamente posto e o papel do proletariado

5.5.2.1 – A crise económica como barreira continuamente posta, superada e reposta

Se não se verifica, segundo Vincent, uma diminuição absoluta do seu universo substancial, em que consiste, afinal de contas, a crise do modo de (re)produção capitalista? Em vários momentos da sua obra, o autor menciona vários epifenómenos da crise económica, mormente: i) O agravamento das “desigualdades sociais” (Vincent, 2001c: 237) e do número dos seres humanos condenados à “miséria” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 31); ii) A intensificação dos conflitos bélicos em diversas regiões do globo (Ibid.); iii) A destruição acelerada do meio-ambiente e a delapidação dos recursos naturais (Vincent, 2001c: 237).

Porém, estes são apenas, conforme referi, *sintomas* das maleitas do capital. No que se refere ao comportamento da economia capitalista, Vincent assinala que, “a partir dos anos 70, a dinâmica de crescimento cede lugar a tendências económicas para a estagnação e a depressão” (Vincent, 1996c: 3). O autor atribui esta propensão para a crise ao “esgotamento do modelo fordista de acumulação, que teve como corolário a crise do Estado do Bem-Estar” (Vincent, 2002c: 15). No entanto, esse esgotamento não constitui uma barreira intransponível, porquanto está em vias de ser estabelecido “um novo modelo ou regime de acumulação” (Ibid.).

Através da flexibilização das relações laborais, o capital conseguirá provavelmente, ainda que “à custa de grandes sofrimentos” para os seres humanos, “instaurar um assalariamento (...) fragmentado e precarizado” (Vincent & Gorz, 2012b/2001: 5) e, assim, recolocar-se na senda do crescimento económico. Para além disso, assiste-se à “financeirização acentuada do capital em detrimento do capital industrial” (Vincent, 2002c: 15), que permite contrariar a queda da rentabilidade.

Este brevíssimo resumo da trajetória do modo de (re)produção capitalista nas últimas décadas captura na perfeição o cerne do entendimento vincentiano da crise económica: trata-se de uma barreira *cíclica* repetidamente posta, superada e reposta. Vincent admite, evidentemente, a dificuldade de “fazer passar tudo pelo buraco da agulha do trabalho abstrato” (Vincent, 1987: 120). Diz até que é cada vez mais árduo inserir “a dinâmica dos fluxos e dos intercâmbios económicos no espartilho da valorização” (Vincent, 2009/1998: 211-212).

Todavia, acrescenta que o capitalismo “não está encostado à parede” (Vincent, 1994e: 1), pois “não é confrontado com uma ameaça absoluta (...) de colapso, mas com tendências

sempre renovadas” de crise decorrentes do próprio processo de acumulação (Vincent, 1976a: 38-39, *itálico nosso*). Na sua perspectiva, assiste-se a “alternâncias de prosperidade e de crise no decurso das quais o capital produz e reproduz incessantemente os seus próprios limites, *ao mesmo tempo que os supera momentaneamente*” (Vincent, 1979: 119, *itálico nosso*). Vincent descreve estas crises periódicas de sobreacumulação (cf. 3.5.1) nos seguintes termos:

“Marx procura demonstrar que as crises periódicas se manifestam através de uma sobreprodução de capital, na medida em que o capital adicional, que ainda não foi transformado em capital industrial nessa fase do ciclo, não chega a ser empregado de maneira rentável (...). O único meio eficaz de combater esta *sobreacumulação* é a desvalorização de uma parte do capital social, conseguida geralmente mediante falências, liquidações, aquisições de empresas a baixo custo, quer dizer, por via do próprio processo de que crise que elimina (...) os pesos mortos.” (Ibid.: 117, *itálico nosso*)

Na ótica do autor, as crises de sobreacumulação traduzem as dificuldades temporárias da marcha do capital, mas, por outro lado, são providenciais para o “relançamento” da acumulação (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 161) ao destruírem “muitos dos capitais excedentários” (Vincent, 2001c: 258). Portanto, em Vincent a crise é expressamente *normalizada*, visto que a sua eclosão contém o gérmen da expansão ulterior: as “crises económicas (...) *fazem parte da normalidade* do capitalismo (...), dos métodos que ele emprega para se reorganizar e lançar a acumulação” (Vincent, 1994f: 1, *itálico nosso*).

Vincent discorda, pois, como seria de esperar, daqueles que diagnosticam “uma decadência cada vez mais agravada e linear do capitalismo”, porque não há “dificuldades de valorização (...) insuperáveis” (Vincent, 1979: 117). O autor considera mesmo um grotesco “contrassenso ver na obra marxiana da maturidade uma demonstração do fim inelutável (...) do capitalismo” (Vincent, 1987: 104), rejeitando liminarmente essa “tese anti-dialética da crise geral do capitalismo” (Vincent, 1979: 119).

Note-se que estes anticorpos face à teoria do colapso talvez ajudem a explicar, pelo menos em parte, as aporias de Vincent descritas em 5.5.1. O autor capta corretamente a crise do trabalho como vínculo social (aumento do desemprego, da exclusão social, etc.), mas nega absurda e contraditoriamente a crise do trabalho abstrato e do valor, pois isso implicaria postular o colapso do capitalismo em virtude das suas próprias leis quasi-objetivas.⁵¹⁰ O nó da questão, como se constatará no item subsequente, é que Vincent não consegue conceber a derrocada do capitalismo sem a intervenção *política* do proletariado.

5.5.2.2 – O colapso do capitalismo requer a ação política do proletariado

A crise cíclica “puramente económica” (Vincent, 1976a: 87) não põe uma barreira “insuperável” ao modo de (re)produção capitalista porque o elemento decisivo é a “ação política” do proletariado (Vincent, 1979: 166). O único fator que pode entrar definitivamente a “acumulação de capital” é a “luta de classes” (Vincent, 1976b: 3), nomeadamente a resistência da classe operária aos constrangimentos objetivos colocados à sua sobrevivência e autodeterminação: “A crise é crise verdadeira” apenas “quando os indivíduos e os grupos sociais experimentam as velhas formas de vida como insuportáveis e a monetarização das relações humanas como intolerável” (Vincent, 2001c: 262).

Em virtude da precariedade e “flexibilidade” laborais (Vincent, 1996c: 6), Vincent considera que o trabalho deixa de ser, para muitas pessoas, “uma realidade estável e palpável”, transformando-se numa “espécie de força móvel e imprevisível” de carácter

⁵¹⁰ Também a *subteorização* da substância e da grandeza do valor, mencionadas anteriormente, podem ajudar a entender as reticências de Vincent quanto à existência de um limite interno absoluto no que se refere à acumulação de capital.

heterónimo (Vincent, 1987: 148). Conforme se salientou em 5.3.2.2, os operários sentem na pele o carácter opressivo das suas relações quotidianas e, por conseguinte, começam a rejeitar a “velha ética produtivista do sucesso” económico (Vincent, 1979: 161) e os absurdos da “socialização” imposta pelo “trabalho abstrato” (Vincent, 1977b: 48).

Somente se esta “resistência” proletária for capaz de atingir os “centros de gravidade do sistema social” hodierno é que “a contradição entre relações de produção e forças produtivas” alcançará “o seu ponto de incandescência” (Vincent, 1979: 46-47). Por outras palavras, a “derrocada” do capitalismo (Vincent, 1973a: 240) exige impreterivelmente “ações coletivas conscientes” de cariz político e revolucionário (Vincent, 1979: 148). Segundo Vincent,

“A crise revolucionária (...) não possui uma origem essencialmente económica, sendo bastante mais a tradução de uma desestabilização das relações sociais de produção preparada pelo desgaste da hegemonia política e cultural [da burguesia, NM] (...) que torna cada vez mais difícil a reprodução do sistema no seu conjunto. Esta crise pode, portanto, ser produzida conscientemente, procurada conscientemente pela ação conjunta das massas”. (Ibid.: 47)

O colapso do modo de (re)produção capitalista é, pois, reduzido à mera *vontade subjetiva* da classe operária. Sem a intervenção proletária, o capitalismo prosseguirá a sua marcha triunfal até ao segundo advento de Cristo. Vincent conflui, assim, duas coisas bastante distintas: o fenecimento (objetivo) do capitalismo e a emancipação (consciente) das relações fetichistas. Foi demonstrada teoricamente na 1ª Parte a existência do limite interno absoluto da acumulação de capital, com base na teoria de Marx (cf. 1.16 e 3.5).

Ademais, tive o cuidado especial de salientar que a defesa do colapso inevitável do modo de (re)produção capitalista, em virtude das suas próprias *contradições internas*, não *significa* postular a transição *automática* para o socialismo; não deve, por isso, ser confundido com ela (cf. 3.5.5). Em suma, não é a crise terminal mas a emancipação humana que terá de ser o produto da ação coletiva e consciente. Porém, esta *não tem* forçosa, necessária ou teleologicamente de acontecer. E caso não ocorra, o desfecho – inscrito nos caracteres fetichistas quasi-objetivos do sujeito automático – só poderá ser um: a queda na barbárie. *Vincent rejeita o limite interno absoluto porque isso implicaria furtar ao proletariado o papel de coveiro do capitalismo.*

5.6 – O Estado e o direito

5.6.1 – As funções do Estado e do direito no modo de (re)produção capitalista

Vincent nega ao Estado e ao direito “todo o carácter supra-histórico ou supra-social” (Vincent, 1973a: 51), preconizando que a “teoria marxista” política e jurídica “é parte integrante da teoria do modo de produção capitalista” (Ibid.: 88). É o cariz peculiar das “relações” sociais “fundamentais” entretidas na esfera económica que exige “a autonomização das formas estatais”, quer dizer, a criação da “política como esfera particular de organização” (Vincent, 1979: 96). Por outras palavras, a “separação” de sociedade civil e Estado é um sintoma do fetichismo que assola a modernidade (Vincent, 1973a: 45).

No capitalismo, os indivíduos são incapazes de controlar a sua (re)produção material e social. Os laços sociais são estabelecidos apenas *indiretamente* através das relações quantitativas entre os produtos dos seus trabalhos trocados no mercado. Esta é a razão principal porque o Estado se constitui “independentemente dos indivíduos e dos grupos num conjunto de forças sociais autónomas” (Vincent, 1979: 127).

Como é fácil de perceber, a concorrência entre a miríade de interesses privados antagónicos da sociedade civil (economia) degeneraria rapidamente numa espécie de estado

de guerra hobbesiano se não existisse uma instância *mediadora* (Estado político) que codifica normativamente um conjunto de regras (direito) que enquadra os intercâmbios entre os portadores de mercadorias (sujeitos mercantis e de direito). Em síntese, compete ao Estado determinar e fazer cumprir as normas abstratas que presidem ao entrechoque das mónadas na sociedade civil.

Assim, a primeira função do Estado (e do direito) está intimamente associada ao processo de *circulação*. Conforme aludi atrás, num sistema mercantil, marcado pela divisão do trabalho, os produtores privados necessitam de trocar os seus produtos para se relacionar. É na qualidade de valor – de produto do trabalho abstrato – que uma mercadoria “entra em relação” com as demais mercadorias e, desse modo, permite que o seu produtor se relacione com os restantes produtores (Ibid.: 125). Atente-se na subtilidade: *são as mercadorias que estabelecem relações sociais diretas entre si* no mercado, enquanto os indivíduos são reduzidos ao papel de guardiães dessas mercadorias: “A circulação das mercadorias (...) aparece como um conjunto de *relações sociais entre coisas*, na qual os indivíduos não passam de portadores ou suportes” (Ibid., itálico nosso).

Evidentemente que o movimento perpétuo de troca das mercadorias, como valores, necessita do dinheiro como “equivalente geral” (Ibid.: 126; cf. 1.1.4). O facto de o dinheiro devir “o laço social por excelência (...) revela que a organização social” capitalista “consiste na organização de relações entre valores e *portadores de valores*” (Ibid., itálico nosso). Ora, a tese de Vincent, seguindo de perto Pachukanis (cf. 1977), é que o direito tem justamente como missão primordial avalizar a troca de equivalentes monetários. A equivalência abstrata das mercadorias intercambiadas exige a *igualdade jurídica* dos seus *portadores*.

Neste sentido, “pode-se (...) discernir a *ligação estreita entre a circulação* de mercadorias e do dinheiro, por um lado, *e a constituição de relações jurídicas*, por outro” (Vincent, 1979: 126, itálico nosso). Pois na base da igualdade *formal* dos sujeitos trocadores está a igualdade das mercadorias trocadas *como coisas de valor*. O *sujeito de direito* é o reverso da medalha do trabalho abstrato – da sua lógica homogeneizadora, indiferente, identitária e negadora da particularidade. Nos termos do autor, “o homem (...) desprovido das suas qualidades concretas devém portador” abstrato “de direitos” (Vincent, 1973a: 55).

Logo, à semelhança do capital, o Estado que emana o direito é igualmente um *mecanismo redutor abstrativo*:

“De maneira análoga ao capital, que elimina ou estandardiza as diferenças na vida económica para fazer circular equivalentes, o Estado reduz, de facto, a diversidade dos grupos sociais e dos indivíduos, cria o intermutável (...). Trata-se de uma máquina que produz a abstração, os homens abstratos necessários para suportar passivamente o poder ou representá-lo e servi-lo ativamente, mas também relações sociais abstratas que aprisionam os indivíduos e as suas vidas. (...) Os indivíduos e os grupos apenas estão ligados mutuamente, na maior parte do tempo, por laços que lhes são exteriores, os laços do mercado e da produção capitalistas, mas também (...) os laços tecidos pelas (...) instituições estatais.” (Vincent, 1979: 248)

Portanto, no desempenho desta primeira função, o Estado surge como um “complemento da *circulação* dos valores e das mercadorias” (Ibid.: 126, itálico nosso), como “uma mediação indispensável à troca universal de produtores privados, formalmente iguais” (Vincent, 1973a: 35). Em especial, cabe ao direito sancionar o “choque” destes “indivíduos independentes (...), mas submetidos inconscientemente à divisão do trabalho” (Ibid.). Assim, o direito é “uma cristalização historicamente específica de relações que os homens estabelecem entre si” e com os seus produtos, quer dizer, “a expressão de formas sociais que organizam o comportamento dos grupos sociais e dos indivíduos no (...) contexto capitalista” (Ibid.: 54). Não deve, por isso, ser confundido com os “privilégios da época feudal que estão

ligados diretamente ao emprego da violência e da coerção”, nem com o “«etos» da cidade antiga” (Ibid.: 35).

No que se refere à segunda função do Estado (e do direito), Jean-Marie Vincent salienta o “paralelismo estreito entre as relações jurídicas” (Ibid.: 54) e as “relações de produção” (Ibid.: 39, *itálico nosso*). O processo de circulação pressupõe obviamente o “processo de produção”, visto que a valorização depende da “apropriação da força de trabalho (e do seu valor de uso específico) pelo capital” (Vincent, 1979: 126). Consequentemente, o Estado não é apenas o “garante” das transações mercantis em geral, mas eminentemente “da livre venda da força de trabalho e (...) da sua utilização no processo de formação de valor” (Ibid.: 126-127).

A autopropriedade lockeana é o sustentáculo do modo de (re)produção capitalista, pelo que o sujeito de direito – o proprietário de mercadorias – é, antes de tudo, *proprietário de si*: “Os operários *devem ter o direito* de vender a sua força de trabalho (...) para que os capitalistas possam (...) fazer frutificar o capital” (Ibid.: 127, *itálico nosso*). Pode-se falar de uma *identidade* entre a forma-sujeito moderna e o trabalhador assalariado. O indivíduo é *livre* e detentor de direitos na medida em que *dispõe voluntariamente* da sua força de trabalho e *consegue* vendê-la no mercado, ingressando assim no processo de produção imediato capitalista como provedor de trabalho abstrato, como fluido vital do capital.

Desta maneira, aquela que foi apresentada em primeiro lugar é, na verdade, uma função derivada do Estado: “A primeira determinação – o Estado como organizador da liberdade e igualdade dos possuidores de mercadorias – revela-se (...) a expressão derivada (...) da segunda” determinação (Ibid.), a saber: o Estado no papel de “garante da relação salarial” (Vincent, 1990j: 218). Competiu-lhe, historicamente, ser um “instrumento de coerção e disciplina da força de trabalho” (Vincent, 1979: 127), despojando os seres humanos dos seus meios de produção e obrigando-os a interiorizar a nova função no processo de combustão social do capital (cf. 1.4.2.5 e 1.15). Esta função disciplinar nuclear estende-se até aos dias de hoje. O Estado, diz Jean-Marie Vincent, na sequência de Michel Foucault, “faz biopolítica, age sobre os espíritos e sobre os corpos para que estes estejam em condições de ocupar as suas posições nas relações e na produção sociais” (Vincent, 2002a: 97).

Por último, ressalve-se que a legislação estatal define quem merece viver e quem está condenado à “não-existência ou às trevas exteriores” ao sistema (Vincent, 1979: 248). Equiparando o ser humano ao sujeito jurídico, e ancorando os direitos deste no exercício de uma profissão assalariada – portanto, no dispêndio *efetivo* de energia ao serviço da valorização –, o Estado estipula concretamente quais os indivíduos que serão “apreciados ou depreciados, aceitados ou rejeitados” socialmente em consonância com os critérios irracionais do capital (Ibid.). Quem não trabalha, não come. Restam duas certezas ao excluído, ao imigrante ilegal e ao favelado: a morte e a administração repressiva do Estado (cf. 5.6.2.2).

5.6.2 – A falta de autonomia da política

5.6.2.1 – A política como parente pobre da economia

No período pós-2ª Guerra Mundial, na sequência da chamada “revolução keynesiana” (Vincent, 1979: 134), torna-se hegemónica na esquerda a tese da suposta “autonomia do Estado intervencionista” (Vincent, 1978: 96). De acordo com estas “ilusões keynesianas” (Vincent, 1979: 195), partilhadas por muitos autoproclamados marxistas, a política não estaria numa relação de dependência face aos “movimentos do capital” (Vincent, 1978: 96), mas, pelo contrário, o “Estado nacional” seria capaz de “ditar a sua marcha à acumulação” (Vincent, 1979: 195), impondo-se à “lei do valor” (Ibid.: 129) e à estrita “lógica do lucro” (Ibid.: 118). Eis como Vincent resume esta perspetiva:

“Crê-se (...) que todos os problemas do crescimento podem ser dominados conscientemente, quer dizer, que uma *política (...) voluntarista* ao nível estatal supera as dificuldades conjunturais (...) e estruturais (...). Mas, para sustentar (...) tais afirmações, é preciso (...) menosprezar a importância da produção [capitalista, NM], reduzi-la a um aspeto técnico, para não dizer secundário, da atividade social. Com efeito, é assim que se pode relativizar a lógica da valorização e apresentar os problemas a resolver como *simples problemas de equilíbrio, de ajustamento entre fluxos diversos* ou, ainda, como problemas de *utilização racional dos meios disponíveis* (os recursos escassos de que falam os economistas).” (Ibid.: 134, itálico nosso)

Portanto, existiria uma pretensa “exterioridade do Estado relativamente à posição do valor capitalista e uma possibilidade de subtrair a política à valorização sem mudar fundamentalmente as condições de produção” vigentes (Vincent, 1978: 96). Ora, essa exterioridade é tudo menos evidente (Vincent, 1979: 132), especialmente quando se toma em consideração as modalidades concretas de “imbricação” da política com as “formas económicas” (Vincent, 1978: 74).

Em primeiro lugar, o Estado não se pode furtar à “omnipresença (...) da valorização” (Vincent, 1999c: 6) porque o financiamento das suas atividades depende da “rentabilidade” obtida na esfera económica (Vincent, 1979: 132). A política anda a reboque do capital pois “um dos instrumentos mais importantes da intervenção estatal, o orçamento, depende dos resultados económicos e, mais precisamente, do rendimento nacional e da sua taxa de crescimento” (Ibid.: 156). Visto que *todas* as suas medidas têm de ser financiadas – através da tributação, conforme salienta Vincent, mas também do recurso aos mercados creditícios e à emissão de dívida pública –, o Estado não dispõe de mecanismos de atuação próprios.

A máquina governamental alimenta-se do valor *previamente criado* pela força de trabalho empregada pelos capitais produtivos. Logo, “a intervenção estatal” não ocorre “no vazio”, mas “é fundamentalmente intervenção-reflexo ou, mais exatamente, um conjunto de reações *pré-determinadas* por um ambiente” económico “não-estatal” (Ibid.: 142, itálico nosso). O ritmo da acumulação do capital – i.e., a “taxa de crescimento do PIB”, para falar economês – estabelece simultaneamente os “pressupostos” e os “limites” das políticas públicas (Ibid.: 123).

Assim, “ao contrário do que muita gente pensa”, a atuação do Estado “não pode ser uma série de decisões e atos arbitrários”, pois “integra-se” necessariamente na “dinâmica” da valorização do valor (Ibid.: 142). Ainda que essas decisões “pareçam ser o resultado” exclusivo dos caprichos de um agente “completamente soberano”, elas “recebem o seu impulso de estrangulamentos extrapolíticos” (Ibid.: 252).⁵¹¹ Para além disso, visto que os gastos do Estado são *improdutivos* em termos capitalistas, quer dizer, representam *deduções* da massa de mais-valia social, a sua grandeza nunca pode atingir proporções que coloquem em causa a reprodução alargada do capital (Vincent, 1978: 91).

Em segundo lugar, o Estado tem justamente como missão primordial, conforme se verificou em 5.6.1, “assegurar a continuidade” ordeira “da produção de mais-valia e de capital”, de maneira que a sua “intervenção” é pautada pelo intuito de “perpetuar a relação capital-trabalho e não uma atividade económica socialmente neutra” (Vincent, 1979: 132). Dado que o crescimento económico se insinua invariavelmente como o pináculo autoevidente e sacrossanto do *interesse geral*, as instituições governamentais burocráticas possuem “um campo de ação limitado” no seio de um “jogo social” viciado de antemão (Ibid.: 129). Só a ideologia impede a apreensão das regras absurdas desse jogo: o Estado deve alocar os

⁵¹¹ “Com efeito, não são os indivíduos desencarnados, completamente autónomos da teoria burguesa que aparecem ao nível da política e concorrem para a formação da opinião (e para a definição do interesse geral), mas, antes, indivíduos inseridos em processos de produção de mais-valia e modelados por estes” (Vincent, 1978: 75).

recursos financeiros limitados de que dispõe, decorrentes do processo *precedente* de acumulação do capital, com vista a *facilitar* o processo de acumulação *ulterior*. A autonomia manda cumprimentos...

As políticas estatais são, pois, “funcionais em relação à valorização” (Vincent, 1995f: 6). Trata-se de garantir o cumprimento dos requisitos mínimos indispensáveis à acumulação, “quer estes se apresentem como necessidade” de apoiar o (r)estabelecimento dos principais “equilíbrios [macro]económicos, quer se apresentem como necessidade de pacificar ou regular as relações entre as classes sociais, ou ainda como necessidade de fazer face aos problemas de formação, etc.” (Ibid.: 7). Compete ao Estado, para além disso, combater “os excessos da concorrência entre os capitalistas” e regularizar “as modalidades da exploração” da força de trabalho (Vincent, 1979: 133).

Sendo verdade que o Estado consegue, assim, compensar parcialmente “as falhas de certos automatismos económicos e monetários, nomeadamente através de transferências de mais-valia e de valor” entre os vários ramos de negócio (Vincent, 1978: 90), importa reter que, ao fazê-lo, “não supera as contradições” da sociedade capitalista (Vincent, 1979: 97). Na verdade “perpetua-as” (Ibid.), ou seja, “reprodu-las ao contribuir para mantê-las nos limites *compatíveis com a sobrevivência* do sistema no seu conjunto” (Vincent, 1973a: 108, *itálico nosso*).

Vincent parece-me, contudo, demasiado otimista neste trecho. Se o autor reconhece, e bem, noutro sítio que “a acumulação do capital não é uma pura repetição”, mas “possui uma dimensão histórica” (Vincent, 1979: 141), então as múltiplas contradições – entre indivíduo e sociedade, (re)produção material e forma social, etc. – são reproduzidas em patamares *cada vez mais elevados* e, por isso, agravam-se ao longo do tempo. Também aqui se torna patente o problema da negação do limite interno absoluto (cf. 5.5.2.2): contrariando a falta de autonomia da política *que já demonstrou*, Vincent faz entrar pela porta do cavalo esta capacidade milagrosa do Estado em manter *ad infinitum* as contradições no interior de “limites compatíveis” com a reprodução do modo de (re)produção capitalista.

Em último lugar, Jean-Marie Vincent dá conta dos “novos constrangimentos” (Vincent, 1978: 96) colocados pelo processo de “globalização” do capital (Vincent, 1996f: 3). A constituição, nas últimas décadas, de um “mercado mundial” crescentemente integrado e unificado fez “rebrilhar os espaços” económicos “nacionais, desestruturando-os e reestruturando-os ao combiná-los de maneira contraditória, assimétrica e desequilibrada” (Vincent, 1979: 11).

Neste contexto, “o Estado nacional devém um Estado transnacional” (Ibid.), ou seja, adquire uma função adicional importantíssima: aquela de “procurar a melhor inserção possível das empresas nacionais mais produtivas no seio da concorrência internacional do trabalho” (Vincent, 1978: 96). Ao mesmo tempo que procura (ingloriamente) resguardar o mercado doméstico. Vincent descreve esta tarefa delicada nos seguintes termos:

“O aparelho produtivo de uma grande potência industrial capitalista está dividido num setor exportador (...) dominado pelas formas multinacionais (...), por um lado, e num setor virado essencialmente para o mercado doméstico, por outro. Os interesses de ambos não são (...) idênticos (...). Mais exatamente, é preciso conciliar a reprodução nacional das relações de classe com a internacionalização crescente das relações de produção, quer dizer, transmitir ao sistema económico-social nacionalmente limitado as pressões do ambiente internacional sem colocar em risco a estabilidade relativa das relações de classe [e da economia doméstica, NM].” (Vincent, 1979: 11-12).

Exige-se, portanto, ao Estado que faça a quadratura do círculo, que agrade a gregos e troianos ou que dê uma no cravo e outra na ferradura, dependendo da metáfora que o leitor preferir. Uma vez que “o capital não se limita mais ao quadro nacional como quadro primário

e privilegiado da sua disposição e da sua posição de valor” (Vincent, 1996f: 3), o Estado “tem de curvar-se” (Vincent, 1978: 96) aos desígnios de “um comando capitalista dotado de ubiquidade e particularmente instável nas suas mudanças espaço-temporais” (Vincent, 1995d: 4). Porém, simultaneamente, tem de escudar as empresas domésticas incapazes de cumprir o padrão internacional de produtividade e que, por isso, estão impedidas de competir no mercado global, mantendo-as em respiração artificial.

5.6.2.2 – A administração repressiva do Estado

Durante os chamados Trinta Gloriosos registaram-se, sobretudo nos países ditos desenvolvidos, fortes taxas de crescimento económico que permitiram integrar milhões de pessoas na “dinâmica económica” do capital (Vincent, 1992a: 2) e, paralelamente, possibilitaram a expansão do Estado social. Porém, a partir da década de 1970 assiste-se à crise do Estado do Bem-Estar no ocidente (Vincent & Negri, 1990: 1), no decurso da crise económica recorrente e do correspondente aumento do desemprego. Vincent considera que o Estado-providência corre mesmo o risco de “desmantelamento” (Vincent, 1993a: 2), à medida que as “sociedades europeias” se transformam em “sociedades de exclusão” (Vincent, 1992a: 2).

A situação piora conforme se avança para a periferia do sistema capitalista: “Hoje em dia (...) o vínculo social” de trabalho “integra apenas uma parte” dos indivíduos, enquanto “os fenómenos de vagabundagem e de pauperização estão em plena expansão” (Ibid.). Em suma, “há cada vez mais seres humanos a viverem cada vez pior” (Ibid.). Note-se, de passagem, que a aporia vincentiana em torno da teoria da crise é onnipresente: o desemprego e a exclusão explodem, mas isso continua a não ser um sintoma de que se atingiu o limite interno absoluto do capital. No entanto, esta posição já foi devidamente criticada atrás (cf. 5.5.1.2).

Aquilo que quero salientar agora é o novo papel que o Estado desempenha, segundo Vincent, perante o agravamento generalizado das condições económicas e sociais. De acordo com o autor, “o Estado (...) devém (...) um elemento organizador de uma nova relação social de trabalho dominada pela flexibilidade e precariedade”, ficando encarregue de resolver os “problemas colocados pela passagem de estruturas de inclusão no trabalho normal para situações de expulsão mais ou menos temporárias desse mesmo trabalho” (Vincent, 1996d: 4). Neste contexto, “a política torna-se” crescentemente “gestão da crise” (Vincent, 1978: 97). Por um lado, é preciso levar as pessoas a aceitarem a sua situação deteriorada “como um mal menor” (Ibid.), criando-se pelo menos “a aparência de ordem na desordem estabelecida” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 15).

Por outro lado, é necessário responder ao previsível descontentamento: “o Estado trata as populações em dificuldades como populações que é preciso vigiar” (Vincent, 1996d: 4-5). Aos indivíduos recalcitrantes está reservado o Estado de exceção. Assiste-se à “repressão policial e judicial” e à “criminalização de estratos sociais inteiros” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 14). Estes devem servir de exemplo para os demais: “É preciso estigmatizar certos estratos como sendo naturalmente perigosos, nomeadamente os imigrantes e os jovens dos *banlieues*. (...) [O]s alvos privilegiados da repressão (...) devem tornar-se de maneira emblemática repelentes, uma espécie de lixeira onde é preciso não cair a todo o custo” (Ibid.).

Os países ricos convertem-se em oásis *murados* de valorização. Através do “fechamento autárcico” profundamente reacionário (Vincent, 1992a: 2) erigem-se “zonas de segurança que deixam em situação de exterioridade, isto é, de exclusão, todos aqueles que não interessam à valorização (...) do capital” (Vincent, 2002a: 98). A União Europeia é exemplar neste âmbito, assumindo-se como “um sindicato de defesa” de uma região “relativamente próspera” isolada das “pressões do mundo exterior” pelos “acordos de

Schengen” (Vincent, 1991b: 2). Será muito difícil, porém, conter as avalanches dos desesperados, conforme se pode ler nestas palavras proféticas de Vincent:

“Os Estados pós-coloniais do Sul (...) estão (...) diretamente ameaçados de implosão (...). Se milhões de pessoas se convencerem que não podem sobreviver no sítio onde se encontram, elas procurarão efetivamente encontrar, a todo o custo, outro lugar, expatriando-se para países longínquos em condições bastante aventureiras. As barreiras policiais habituais serão impotentes para conter as imigrações do desespero e será preciso recorrer a medidas repressivas (...) massivas que procurarão as suas justificações em discursos cada vez mais abertamente racistas”. (Vincent, 1993a: 7).

5.7 – Imperialismo

Embora venha a tornar-se bastante crítico do socialismo real (cf. 5.9.1), Vincent sustenta, ao longo da década de 1960, que a nuclearização da URSS e a Revolução Chinesa “transformaram consideravelmente o equilíbrio de forças” geopolítico após a 2ª Guerra Mundial (Vincent, 1968d: 1). No entanto, apesar de o bloco socialista ter impedido a consolidação de uma “pax americana” incontestada (Ibid.), os Estados Unidos, na qualidade de superpotência imperialista, procuraram durante este período minar o sucesso das “guerras de libertação nacional” nas ex-colônias europeias (Vincent, 1966: 2).

Assim, Jean-Marie Vincent defende que a esquerda francesa deve mobilizar-se e “manifestar a sua solidariedade” com os povos em luta (Ibid.). Em especial, “a causa vietnamita merece (...) o apoio do maior número possível de pessoas” (Vincent, 1968c: 2; cf. 1968d, 1969a). Não só em virtude da legitimidade inerente ao seu direito de autodeterminação, mas, também, porque a luta armada liderada por Ho Chi Minh demonstrou aos restantes “povos oprimidos” que “podem vencer os seus opressores” (Vincent, 1969b: 1).

Dada “a interdependência dos combates à escala internacional” (Vincent, 1969a: 2), Vincent considera que “a vitória do povo vietnamita pode abrir novas perspectivas à história mundial” (Vincent, 1968c: 2), multiplicando o poder das forças revolucionárias e debilitando aquele do imperialismo estado-unidense (Vincent, 1969a: 2). Fazendo suas as célebres palavras de Che Guevara, Vincent exorta a criação de “dois, três, muitos Vietnams” (Vincent, 1968d: 3). Na ótica do autor, “uma conjugação de frentes militares (Vietname, América Latina), políticas e económicas (em particular na Europa)” conseguiria transformar “a posição difícil do imperialismo em verdadeira remissão” (Ibid.).

Este breve resumo permite discernir que, nos anos 60, Jean-Marie Vincent perfilha o entendimento tradicional do (anti-)imperialismo no seio do marxismo. Esse entendimento sofre, contudo, modificações na teoria vincentiana da maturidade. O autor salienta que, no dealbar do século XXI, ao contrário do que sucedia no caso do “imperialismo clássico”, o imperialismo estado-unidense já não visa primariamente “conquistas territoriais”, mas assegurar um mínimo de estabilidade à economia capitalista global (Vincent, 2002a: 98).

Por via do autoproclamado “direito de ingerência” político-militar (Vincent & Negri, 1992a: 2), “o Império intervém” com o intuito de “melhorar as condições propícias à acumulação de capital à escala mundial” (Vincent, 2001c: 252). Ademais, na medida em que “as relações sociais capitalistas (...) produzem e reproduzem” crescentemente “a barbárie” (Vincent, 2005c: 19), sobretudo na periferia, os EUA dedicam-se a uma “gestão imperialista da crise” (Vincent & Negri, 1992a: 3) que procura “colocar em sentido os desmancha-prazeres” (Vincent, 2002a: 98) *expulsos* do processo de valorização rotineiro: “Estados párias, máfias, organizações terroristas, etc.” (Vincent, 2001c: 252).

Todavia, a tentativa de contenção dos estertores dos elos mais “fracos” (Vincent, 2002a: 98) do mercado mundial por parte do imperialismo policial enfrenta dificuldades de monta. Por um lado, “estas ações para impor um semblante de ordem internacional num mundo em desordem recorrente nem sempre produzem resultados convincentes” (Vincent,

2001c: 252). A “retórica dos direitos humanos” não evita que a pacificação da periferia semeie amiúde o caos, adicionado mais gasolina ao incêndio (Vincent, 2002a: 98), conforme atestam “os «danos colaterais» infligidos às populações civis” e “as destruições económicas” decorrentes das intervenções imperialistas (Vincent, 2001c: 252). Por outro lado, os Estados Unidos são, segundo Vincent, “um imperialismo declinante e histérico”, que se revela cada vez menos “capaz de controlar os problemas das zonas sensíveis do planeta e de garantir o respeito de certas regras (boas ou más)” (Vincent, 1991e: 2).

5.8 – Antissemitismo

5.8.1 – A concorrência gera indiferença, distância e violência

De acordo com Jean-Marie Vincent, “a produção de valores por indivíduos que neles se reconhecem e se perdem” é “ao mesmo tempo imunização contra o diverso e o heterogêneo” (Vincent, 1987: 137). Num mundo em que a síntese social é efetuada pelo “trabalho” abstrato e pelo “mercado” – ou seja, por “dispositivos sociais” *impessoais* – originam-se relações frias, calculistas (Vincent, 2009/1998: 281). Assim, a identidade férrea da máquina trituradora da valorização, que tiraniza o concreto, estende-se às relações interpessoais quotidianas sob a forma de *indiferença* e *violência*.

Em primeiro lugar, a “concorrência” gera “mais distância (...) do que proximidade” entre as pessoas (Ibid.). Do distanciamento nasce a “indiferença face ao sofrimento (...) do outro” (Vincent, 2002b: 15-16). O triunfo do sujeito concorrencial é incompatível com a compaixão, pois, como é sabido, *nice guys finish last*: “Para se orientar «racionalmente» na sociedade capitalista é necessário «jogar duro» (...), quer dizer, esmagar o outro para sair na frente, aceitando-se assim a banalização da barbárie” (Ibid.: 16).

Este comportamento impiedoso “alimenta-se de vidas que não se vivem” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 158), quer dizer, da “violência que os indivíduos infligem a si mesmos (...) para se afirmar na concorrência” (Vincent, 2002a: 99), das mil e uma “humilhações” diárias (Vincent, 2002b: 16) impostas pela “heteronomia dos indivíduos sob o condicionamento mercantil” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 158). O sujeito obrigado a ser “duro consigo próprio” será obviamente “duro com os outros” (Vincent, 2002a: 99).⁵¹²

A segunda consequência da concorrência é, então, a ubiquidade da *violência* nas relações sociais: “A violência está constantemente presente, quer se trate da violência «objetiva» das relações económicas, daquela dos aparelhos de dominação ou daquela das relações quotidianas assimétricas entre indivíduos desiguais” (Vincent, 2009/1998: 281). Isolado por uma socialização *de-socializante*, “rodeado de inimigos potenciais” e ameaçado em permanência pela desclassificação (Vincent, 2001b: 98), o sujeito não pode deixar de responder com “hostilidade”, mais ou menos velada, aos seus competidores (Vincent, 2009/1998: 281). Cada um por si e o mercado contra todos. Esta é regra de ouro da Humanidade que “vive (...) numa espécie de normalidade bárbara (ou barbárie ordinária) feita de brutalidade e incivilidade” (Vincent, 2008: 491).

5.8.2 – Nazismo e antissemitismo

5.8.2.1 – O Holocausto como apogeu da violência das relações sociais capitalistas

Jean-Marie Vincent considera que “os porquês (...) de Auschwitz ainda não foram plenamente entendidos e assimilados” (Vincent, 2008: 491). Apesar de os “crimes cometidos pelo regime nazi (...) contra os judeus da Europa” (Vincent, 2001a: 7) serem conhecidos e

⁵¹² “Os indivíduos não podem evitar sentir-se agredidos pela vida que são obrigados a levar e devêm, em consequência, eles próprios agressivos (...) face aos outros que lhe parecem ser estranhos” (Vincent, 2001b: 98).

estarem amplamente documentados, de um modo geral “o antissemitismo é reduzido a um conjunto de preconceitos utilizáveis por demagogos” (Ibid.: 1). Perde-se assim de vista a “posição central” ocupada pelo Holocausto no seio “da estratégia e da política nazis” (Ibid.: 7).

Na perspectiva de Vincent, “o antissemitismo nazi” representa, antes de tudo, “o ponto culminante (...) da violência” inscrita “nas relações sociais” capitalistas (Vincent, 2004: 24), exposta na secção anterior. Conforme se viu, no âmbito da “competição universal entre os indivíduos que se procuram valorizar”, as relações intersubjetivas “estão fortemente impregnadas de agressividade” (Ibid.). Não só cada indivíduo “é potencialmente o adversário do outro”, como, para além disso, “os homens e as mulheres são a todo o momento jogados borda fora como supérfluos” pelo processo de valorização (Vincent, 2001a: 1).

Ora, segundo o autor, é possível estabelecer um “vínculo (...) entre esta barbárie presente no quotidiano e a violência extrema (...) de Auschwitz” (Vincent, 2002b: 16). Ao violarem a realidade sensível, “os seres humanos e a natureza” através do seu rolo compressor identitário abstrato, “as relações sociais capitalistas” constituem “um terreno propício às manifestações de barbárie” (Vincent, 2004: 24-25). Nas palavras do autor, “quando o humano é apenas um material para a valorização, *tudo se torna possível*”, inclusive a “destruição industrial dos corpos” (Vincent, 2002b: 16, *itálico nosso*).

E não foram precisos monstros para levar a cabo esta tarefa hedionda, porquanto a “solução final” fez apelo aos mesmíssimos “mecanismos que produzem a agressão e a indiferença” no âmago do laço social hodierno (Vincent, 2001a: 1). O abismo de insensibilidade da lógica do trabalho abstrato redundava, para recorrer ao célebre conceito de Hannah Arendt, na “banalidade do mal”, de tal maneira que “os verdugos são *homens comuns que se dedicam ao seu trabalho* de destruição como se dedicariam a ocupações ordinárias” (Vincent, 2009/1998: 280, *itálico nosso*).⁵¹³ Conseguem fazê-lo pois, conforme se salientou em 5.8.1, o processo de socialização capitalista envolve simultaneamente a *de*-socialização. Acarreta a distância, a instrumentalização, a *coisificação* e, em última instância, a *rejeição* do Outro. Pode-se inclusive falar do “fascínio pela morte do outro” – simbólica ou literal – “como meio de afirmação” pessoal (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 160).

5.8.2.2 – Crise, ideologia e maniqueísmo: o judeu como bode expiatório

Vincent defende que a “violência ordinária” *latente* nas relações sociais capitalistas não se traduz (ainda) mais frequentemente na brutalidade homicida (e genocida) *efetiva* porque “há normas e códigos de comportamento que permitem tornar as relações inter-individuais suportáveis recalcando ou canalizando a agressividade prestes a exprimir-se na vida quotidiana” (Vincent, 2009/1998: 282). Porém, esse refreamento é muitas vezes abandonado na sequência de “crises sociais, políticas e económicas” (Vincent, 2001a: 2) que perturbam os “equilíbrios (...) frágeis” da socialização associal hodierna (Vincent, 2009/1998: 282).

Na ótica do autor, foi justamente isso que sucedeu na Alemanha nazi. Recorde-se que só nas décadas precedentes se havia consolidado no país o modo de (re)produção capitalista. Este processo de modernização foi bastante doloroso para vários grupos sociais, que continuaram agarrados “a um passado” comunitário “mais ou menos mítico” (Vincent,

⁵¹³ “Hitler e os nazis levaram a um elevado grau de perfeição a proscrição do pensamento (...). Deixa de ser preciso pensar a ação, bastando submeter-se-lhe tal como se submete à propaganda. Está-se assim perante *uma descerebração social que reforça as tendências operantes nas relações sociais capitalistas*: (...) a humildade submissa do pensamento face aos movimentos abstratos e ameaçadores do capital e da valorização. (...) [A] maquinaria nacional-socialista não substituiu a maquinaria capitalista, mas sobrepôs-se a esta procurando majorar a sua eficácia desumanizadora. (...) [O] nazismo não é um acidente da história, mas a atualização de virtualidades próprias da sociedade capitalista.” (Vincent, 2001a: 3-4, *itálico nosso*)

2001a: 2). A derrota na 1ª Guerra Mundial, as enormíssimas reparações de guerra, a hiperinflação e a Grande Depressão de 1929 agravaram a situação, mergulhando a Alemanha no caos.

Evidentemente que “a subversão dos mundos sociais familiares suscita a desorientação, aspirações a um regresso ao estado de coisas antigo e, conseqüentemente, reivindicações de ordem contra aquilo que aparece como perturbação e desordem” (Ibid.). Confrontados com os efeitos nefastos de “forças impessoais que os ultrapassam” (Vincent, 2009/1998: 240) – as abstrações reais do capital – e que “não conseguem explicar” (Vincent, 2001a: 2), os sujeitos ameaçados “reagem por meio da cólera e da raiva” (Vincent, 2009/1998: 240). E tornam-se suscetíveis de “ser conquistados por aqueles que lhes propõem inimigos míticos como autores da sua miséria e o regresso à normalidade através do estabelecimento de um regime de exceção” (Vincent, 2001a: 2). Vincent sintetiza o problema nos seguintes termos:

“Nas conjunturas em que os pontos de referência habituais se esbatem ou desaparecem, ouve-se de bom grado as vozes que elegem vítimas expiatórias, pretensamente responsáveis pelo mal do presente. Há assim uma ocasião para descarregar os sentimentos de frustração e de ódio sobre um grupo social deliberadamente transformado em figura do mal (...). Esta tendência (...) é tanto mais profunda quanto as relações sociais, dominadas por dispositivos e automatismos que lhes são exteriores, são opacas.” (Vincent, 2009/1998: 282)

A Alemanha dos anos 30 constitui o exemplo por excelência desta conjuntura histórica de crise(s). Note-se, ademais, que a escolha dos judeus pelos nazis como “bodes expiatórios” foi tudo menos acidental (Ibid.: 240). Isto porque o antissemitismo não é um mero “preconceito” contra os judeus, mas envolve uma *cosmovisão* maniqueísta – trata-se da grelha de interpretação *ideológica* “de um mundo simbólico rígido, dicotómico, cindido entre amigos e inimigos, e fechado a visões diferenciadas sobre a sociedade” (Vincent, 2001a: 8). Esta visão de mundo abrangente está ausente nas restantes formas de racismo e de perseguições étnico-religiosas.

No caso do antissemitismo, a dominação abstrata do valor é *projetada* (Vincent, 2009/1998: 240) em termos *biológicos* sobre o pretenso “judaísmo internacional” maquiavélico e conspiratório (Vincent, 2001a: 8). Esse mecanismo de projeção é patente na barbárie das “câmaras de gás”, que não se limitavam a ceifar “vidas”, mas aniquilavam também “*simbolicamente* aquilo de que os judeus eram portadores (...) – a alteridade” estranha (Ibid.: 3, *itálico* nosso). Para o antissemita, o judeu é a *encarnação* do “mal absoluto” na modernidade e, por isso, deve ser destruído sem contemplações (Vincent, 2009/1998: 280).

A grande conclusão, pelo menos na minha leitura, que Jean-Marie Vincent retira da ideologia antissemita é que a revolta “dos grupos e dos indivíduos oprimidos” nem sempre é emancipatória, podendo, aliás, ser profundamente reacionária (Vincent, 2001a: 5). Constata-se que

“São amiúde os estratos dominados (...) cujas posições e peso na dinâmica [social, NM] estão ameaçados (...) que elaboram ou reelaboram esquemas de interpretação [do mundo, NM] de tipo antissemita (...). Num clima de desespero social produz-se uma espécie de contraoperação cognitiva, a substituição de instrumentos relativamente flexíveis de conhecimento, capazes de ajudar a pensar de forma diferenciada, por um aparelho categorial rígido e simplificador, feito para justificar a discriminação, a agressão e, no final de contas, a destruição.” (Ibid.: 8)

As implicações são de longo alcance: “a participação de grandes massas em ações coletivas não se faz sempre com clareza”, de maneira que “componentes reacionárias (...) podem fazer boa vizinhança à busca de orientações concretas para superar a ordem existente” (Ibid.: 5). Isto acontece porque “os conhecimentos que se tem do mundo e da sociedade são” obviamente “produzidos socialmente” (Ibid.: 8). Ora, a realidade social capitalista, permeada pela opacidade ubíqua do fetichismo, presta-se a interpretações equivocadas de cunho ideológico que possuem o magnetismo da simplificação (nós vs. *eles*).

O antissemitismo assume-se precisamente como o caso “paradigmático” de digestão ideológica da crise do capital (Vincent, 2009/1998: 240), provando cada vez mais não ser um monopólio da extrema-direita. Não basta, portanto, fazer-lhe frente com um “antirracismo” assente no “universalismo e humanismo abstratos” porque este é incapaz de colocar em causa “os esquemas de interpretação da realidade próprios do antissemitismo” (Vincent, 2001a: 8). Nas palavras de Vincent, “a luta contra a barbárie antissemita” tem forçosamente de ser uma luta *contra* a ideologia e uma luta *a favor* da “inteligibilidade das relações inter-humanas” que consiga enfraquecer os dispositivos *sociocognitivos* perpetuadores dessa cosmovisão (Ibid.).

5.9 – O Socialismo real e o movimento operário

5.9.1 – Análise crítica da URSS

5.9.1.1 – A “contrarrevolução estalinista” e a consolidação da burocracia estatal

A análise do chamado socialismo real é provavelmente o aspeto da teoria de Jean-Marie Vincent que mais evidencia a influência do trotskismo. O autor considera que Revolução Russa de 1917 representou, de facto, um primeiro passo *correto* no sentido da superação do capitalismo (Vincent, 1975a: 116). Todavia, “o *comunismo* saído (...) da revolução de Outubro foi rapidamente destruído” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 177, *itálico nosso*) em resultado “da pressão internacional” das potências ocidentais e, sobretudo, da ação das “forças conservadoras no seu interior” (Vincent, 1974b: 9).

Em linha com as proposições de Trotsky, Vincent fala de uma “contrarrevolução estalinista” (Vincent, 1981: 1307) que travou “a transição para o socialismo” (Vincent, 1974b: 9). Vincent destaca “três episódios fundamentais” deste processo contrarrevolucionário, a saber: “a derrota da oposição de esquerda (...), a expropriação do proletariado e do campesinato aquando dos primeiros planos quinquenais e as depurações de massa dos anos 1934-1939” (Vincent, 1974a: 257-258). Visto que “a classe operária (...) não logra constituir-se definitivamente em classe dominante” (Vincent, 1981: 1307), não existe uma ditadura do proletariado. Em vez disso, é a burocracia partidária que assume o papel de “estrato dominante” (Vincent, 1973a: 216) e exerce uma autêntica “ditadura *sobre* o proletariado” (Vincent, 1981: 1308, *itálico nosso*).⁵¹⁴

A URSS estalinista assume, então, um “caráter híbrido” (Ibid.: 1307). Sendo indesmentível que as “relações de produção capitalistas foram desarticuladas” pela Revolução de 1917 (Vincent, 1975a: 112), por outro lado não foram instauradas novas “relações de produção” socialistas “estáveis” durante o período revolucionário (Ibid.: 112-113). É verdade que “o assalto do proletariado foi suficientemente forte para impedir a reprodução do capital enquanto capital” e para coletivizar os meios de produção (Ibid.: 112). Porém, embora a burguesia já não controle “os mecanismos da reprodução social” (Vincent,

⁵¹⁴ “O Estado soviético que dizia originalmente ser ditadura do proletariado, no sentido conferido por Marx ao termo, transformou-se pouco a pouco em ditadura do partido em nome do proletariado” (Vincent, 1973a: 57).

1981: 1307), continua a ser “uma minoria privilegiada (...) que decide (...) sobre a distribuição do trabalho social e sobre as modalidades da produção” (Vincent, 1981: 1308).

A “quasi-classe burocrática” (Vincent, 1973a: 215) utiliza a “coerção estatal” como “meio ordinário de regulação e de impulsão da totalidade das relações económicas e sociais” (Vincent, 1975a: 113). Assim, ao contrário do que defendia Marx, “em vez de ser reabsorvido na sociedade, o Estado tendeu de facto a absorvê-la” (Vincent, 1973a: 58).⁵¹⁵ Na União Soviética, assiste-se à “divinização da superestrutura estatal, transformada em demiurgo todo-poderoso, em criador e em finalidade” do processo de socialização (Ibid.: 28).

Evidentemente que o estatismo hipercentralizado replica “a impotência dos indivíduos-suportes face às relações de produção” vigente nas nações capitalistas (Vincent, 1976a: 106). Em outros termos, a dominação do sujeito automático é “substituída (...) por uma dominação estatal que se opõe” igualmente “aos trabalhadores como uma força (...) anónima” (Vincent, 1973a: 214). A máquina burocrática estalinista “acentua (...) a atomização política dos grupos sociais e dos indivíduos, procurando simultaneamente obter uma adesão quase total aos seus objetivos” (Vincent, 1979: 250). Isto significa que “a classe operária não é exortada, através da ação, a tomar a sua sorte nas próprias mãos, mas a confiar nas ordens presumivelmente infalíveis que apenas tem de seguir” (Vincent, 2001c: 154).⁵¹⁶

A vida quotidiana assente nesta “rotina policíesca e burocrática” (Vincent, 1981: 1305) encontrava obviamente a sua “justificação” no plano *ideológico* (Vincent, 1987: 126). A codificação do marxismo-leninismo como “ideologia dominante de uma grande parte do planeta” (Vincent, 1973a: 15), ao longo do século XX, serviu de alibi a “regimes opressivos e retrógrados” (Vincent, 1987: 126). Conseguiu fazê-lo deturpando a teoria marxiana (Vincent, 1973a: 27).

Enquanto Marx havia demonstrado que “as formas jurídicas e estatais” estão intimamente ligadas à sociedade capitalista moderna, sendo, por isso, historicamente específicas, os ideólogos estalinistas “tudo fizeram” para apresentá-las “como instrumentos de carácter técnico ou neutro” (Vincent, 1969c: 3). No lugar da superação prática do Estado e do direito foi colocada, então, a conceção grotesca do *fortalecimento* do “Estado socialista” e do “direito socialista” (Ibid.), consubstanciados num “estado de exceção permanente” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 178).

5.9.1.2 – O fetiche do trabalho e a falsa oposição mercado/planificação

Nenhum aspeto da ideologia estalinista terá sido porventura tão marcante quanto o “culto” (Vincent, 1981: 1309), a “teologia” (Vincent, 1973a: 16) ou o “fetiche” do trabalho (Vincent, 1972c: 217), que faz deste “uma espécie de elemento primeiro – supra-histórico – da organização social” (Vincent, 1987: 109).⁵¹⁷ O Estado onnipresente descrito em 5.9.1.1 é, portanto, um “Estado do trabalho” (Vincent, 1979: 15), quer dizer, uma entidade que organiza a sociedade “em torno (...) dos *provedores de trabalho abstrato*” (Vincent, 1987: 146, *itálico* nosso).⁵¹⁸ Assim, à semelhança do que sucede no modo de (re)produção capitalista, os indivíduos devem subordinar as suas atividades “a finalidades (...) abstratas e

⁵¹⁵ “O Estado hipertrofiou-se ao ponto de parecer absorver a sociedade na sua inteireza” (Vincent, 1975a: 113).

⁵¹⁶ “Na União Soviética, não é tolerada nenhuma expressão espontânea do proletariado; apesar de ser supostamente a classe dirigente, é-lhe ditado aquilo que deve pensar a cada instante” (Vincent, 2001c: 150-151).

⁵¹⁷ Atente-se que, ao contrário do que está implícito em vários trechos de Vincent, o fetiche do trabalho não é um fenómeno imputável exclusivamente ao estalinismo e à traição dos ideais que animaram a Revolução de Outubro. Esse fetiche encontra-se, desde logo, disseminado nos escritos e nas práticas de Lenine, o super-herói da Revolução, e dos demais líderes bolcheviques. Pode-se mesmo afirmar, sem risco de exagero, que a glorificação do trabalho forma o núcleo duro *ideológico* do movimento operário *em todas as suas manifestações históricas* (cf. 5.9.2).

⁵¹⁸ “[O] trabalhador não está muito longe do soldado e a ideologia dominante tende a interpretar a sociedade como um exército de trabalho” (Vincent, 1987: 145).

incontroladas” (Vincent, 1973a: 16). Porém, assinala Vincent, a URSS é mais papista do que o papa, levando a exaltação do produtivismo ao seu paroxismo:

“o trabalho e os seus méritos são louvados em termos que superam de longe aquilo que é habitual nos países capitalistas (...). A religião da energia e do esforço conjuga-se com (...) uma indiferença face aos resultados do trabalho (...), o que dá um toque de absurdez à sacralização de um proletariado pretensamente emancipado.” (Vincent, 2001c: 184-185)

O ídolo-trabalho atesta a ubiquidade do “fetichismo” nas “relações” sociais dos “países de leste” (Vincent, 1973a: 16). Ademais, visto que o trabalho é a substância do capital, o “paradoxo” é notório: “Está-se (...) perante (...) um movimento de emancipação que entende suprimir o capital conservando aquilo que o alimenta e que lhe dá a sua força, o trabalho tal como se desenvolveu depois da revolução industrial” (Vincent, 1987: 62-63). Este “ontologismo” (Vincent, 1973a: 16) implica o entendimento do assalariamento como o “fundamento” *positivo* “a partir do qual é possível reorganizar toda a sociedade” (Vincent, 1987: 62).

O equívoco é completo: as *formas de vida* modeladas pelo trabalho abstrato e pelo valor – mormente, “as relações intersubjetivas, (...) as formas de ação coletiva e individual, as condições habituais de realização de si por via da produção” – não representam aos olhos do marxismo-leninismo nada de intrinsecamente “problemático” (Ibid.: 63). A “subsunção real” da produção industrial é também escamoteada (Vincent, 2001c: 87), de maneira que a emancipação social é compreendida como uma “reapropriação” das forças produtivas atuais através da mera “nacionalização (...) dos meios de produção” (Ibid.: 15). Que não carecem, por isso, de nenhuma “transformação” (Vincent, 1987: 63) técnica, tecnológica ou organizacional.

No fundo, o foco do socialismo real incide sobre esfera da circulação, almejando apenas acabar com a “anarquia do mercado” (Vincent, 2001c: 11) por via da “afetação planificada do trabalho social (...) entre os vários ramos” de atividade (Vincent, 1987: 110). Não se reivindica “a supressão (...) do trabalho assalariado”, mas tão-somente a sua estrita “regulação” estatal (Ibid.: 146). Do mesmo modo que não se contesta os constrangimentos irracionais da forma-valor, mas apenas a apropriação jurídica da mais-valia pela classe capitalista. O direito de “disposição” sobre o “mais-trabalho” social é reclamado para a burocracia partidária (Ibid.: 109). Crê-se que caso o Estado determine a “repartição” dos investimentos em “meios de produção e força de trabalho”, bem como estabeleça as “proporções entre acumulação e consumo” (Ibid.: 144-145), a “lei do valor” terá desaparecido (Ibid.: 109-110).

Na verdade, o mercado é substituído pelo planeamento estatal enquanto mecanismo alocador dos recursos “*sem que as relações de trabalho sejam verdadeiramente colocadas em questão*” (Vincent, 2001c: 87, *italico nosso*). Assim, permanecem em vigor as “categorias mercantis” nucleares (Vincent, 1976a: 107), começando pela “forma-valor do trabalho” (Vincent, 1968b: 13). Isso acarreta obviamente a manutenção da “dominação do trabalho abstrato” (Vincent, 2001c: 170) como absurdo fim em si da (re)produção social. E é naturalmente conservada a “polarização das atividades humanas ao redor da (...) posição de valor” (Ibid.: 204).

Vincent observa que “nos autoproclamados sistemas socialistas subsiste toda uma série de leis de movimento ou de funcionamento do capitalismo” (Vincent, 1972c: 217), porquanto a vida social continua sob o controlo de “abstrações reais” (Vincent, 2001c: 19). Ademais, a planificação “organiza” a “submissão” dos operários “à reprodução das relações sociais” de valor que, em certa medida, é “comparável à subsunção real sob a égide do

capital” (Vincent, 2009/1998: 278). Neste sentido, “não é superado verdadeiramente o horizonte da exploração e da opressão” (Vincent, 1979: 15).

O trabalhador, e a sua atividade, encontram-se subordinados “à reprodução alargada dos meios de produção e de poder controlados burocraticamente pelo Estado-partido” (Vincent, 1987: 145). Os operários do bloco de leste apresentam, em razão disso, “semelhanças essenciais” com os operários dos países capitalistas ocidentais: “eles têm de fazer face (...) aos mesmos problemas sociais fundamentais, nomeadamente à perda de sentido das atividades individuais dominadas pelo trabalho abstrato num contexto onde as relações coletivas se manifestam como uma realidade coerciva e exterior” (Vincent, 2001c: 172).

5.9.1.3 – O colapso do socialismo real

A principal diferença entre os regimes do socialismo real e o modo de (re)produção capitalista ocidental é a *ausência* da concorrência entre a multiplicidade das unidades produtivas naquele e da correspondente “igualização das taxas de lucro” (Vincent, 1972c: 218).⁵¹⁹ A abolição do mercado sem a supressão do trabalho abstrato implica a permanência da “lei do valor” (Vincent, 1968b: 13) que, no entanto, atua “de modo modificado” (Vincent, 1975a: 111). Em particular, ela experimenta muitas dificuldades em funcionar sem o auxílio da concorrência para impor o tempo de trabalho socialmente necessário como norma reguladora *imprescindível* da produção de mercadorias.

O sucedâneo dessa automaticidade é o “cálculo” administrativo dos “planificadores” (Vincent, 2001c: 198). Os burocratas são “obrigados” a construir “indicadores” – desde a prosaica “contabilização das horas de trabalho” despendidas até índices “técnicos” e “financeiros” mais complexos – na tentativa (vã) de levar a bom porto uma “valorização” pelo menos “aproximada” dos *inputs* e dos *outputs* (Ibid.). Em suma, o socialismo de Estado está enredado numa impossibilidade lógica: quer planificar *conscientemente* a produção *fetichista* de valores.

Neste contexto, as “rigidezes normativas” impostas a partir de cima amplificam as irracionalidades inerentes à forma-valor, provocando nomeadamente a “hipertrofia do setor de bens de produção” e a “languidez do setor dos bens de consumo” (Vincent, 1991d: 7). Para além disso, “a planificação burocrática multiplica (...) os desequilíbrios (...) entre a produção e o consumo, (...) reproduzindo incessantemente penúrias e estrangulamentos” (Vincent, 1990d: 3). Paradoxalmente, a escassez de alguns bens essenciais coexiste com a desmedida de outros pois, sem o travão colocado pelo do tempo de trabalho socialmente necessário, a eficiência fica seriamente comprometida: “O modo de produção socialista de Estado (...) é um enorme desperdiçador de trabalho social” e de recursos (Vincent, 2001c: 204).

A amputação da concorrência nas economias domésticas teve como principal efeito secundário expectável a falta de competitividade no mercado mundial. Sobretudo “após a crise de 1974-1975” (Ibid.: 180), mesmo as economias mais desenvolvidas do bloco de leste, como a República Democrática Alemã ou a Checoslováquia (Vincent, 1990d: 2), começam irremediavelmente “a perder peso na concorrência (...) internacional” (Vincent, 2001c: 180). O atraso tecnológico face aos países ocidentais – em particular no que respeita ao desenvolvimento “da informática, da eletrónica, da robótica, etc.” – devem gritante no final da década de 1980 (Ibid.).

O colapso torna-se uma questão de tempo. Na perspetiva de Vincent, a “derrota” da URSS no domínio económico tem uma explicação inequívoca: apesar do seu elevado nível de fetichismo, “as abstrações reais do (...) capitalismo” demonstraram ser mais “eficazes” do

⁵¹⁹ Esta questão será devidamente aprofundada no capítulo 7.

que aquelas do “socialismo real” na promoção da “produção social” de valor e de *valor de uso* (Ibid.: 19). Este desfecho histórico é irreversível, porquanto “o regresso ao brejnevismo, ao maoísmo ou a qualquer outra variante do pós-estalinismo é, à luz dos acontecimentos de 1989, fortemente improvável” (Vincent, 1990d: 1).

Segundo Jean-Marie Vincent, nenhuma “crítica da economia política” digna desse nome pode, no presente, “passar sem uma crítica da economia política do «socialismo real»” (Vincent, 1994e: 1), ou seja, a esquerda tem de saber retirar as devidas ilações dessas experiências históricas essencialmente falhadas. Em especial, “a tradição marxista (...) deve ser interrogada acerca dos seus fracassos mais retumbantes, mormente acerca da sua incapacidade de se fazer teoria e prática da emancipação ao longo (...) do século XX” (Vincent, 1987: 124). Urge revisitar as numerosas revoluções socialistas com vista a explicar “o porquê de elas terem limitado o horizonte e o campo da transformação social, o porquê de elas terem tido como efeito novos impulsos no sentido da barbárie” (Vincent, 1990d: 9).

Conforme se expôs nas páginas precedentes, a resposta aventada pelo autor é que, nos países do socialismo real, as “relações sociais” burguesas “apenas foram parcialmente destruídas” (Vincent, 1976a: 105-106). Os inúmeros “resquícios capitalistas” – ao nível das “relações de produção”, dos “costumes” ou da “cultura” – constituíam “uma *componente essencial* da dinâmica” dessas sociedades (Vincent, 1973a: 67, *itálico nosso*). Assim, os regimes modelados à imagem da União Soviética não constituem verdadeiramente um novo modo de (re)produção macrossocial, mas são, antes, o sintoma de “um *bloqueio da transição* que se tinha iniciado no sentido de outro tipo de sociedade” (Vincent, 1976a: 107, *itálico nosso*).

A existência de numerosos traços capitalistas nas experiências do chamado socialismo real parece-me inegável. Porém, a tese vincentiana de que essas revoluções caminharam inicialmente em direção ao comunismo, mas, posteriormente, detiveram-se a meio do percurso, afigura-se-me questionável. Vincent tem razão quando afirma que os processos revolucionários rebentaram na periferia do sistema, quer dizer, “em países onde o desenvolvimento das relações burguesas-capitalistas era dificultado por formas e relações *pré-capitalistas*” (Vincent, 1991d: 7, *itálico nosso*). No entanto, equivoca-se ao concluir que as insurreições “representaram (...) momentos de crise e de *dissolução do capitalismo* nos seus elos mais fracos” (Vincent, 1975a: 113) que não foram levados até ao fim.

Vincent reconhece que essas sociedades assentavam ainda largamente em relações sociais pré-capitalistas e que, após as revoluções, a sua reprodução passou a basear-se num vasto arsenal de categorias mercantis – trabalho abstrato, valor, mercadoria, dinheiro, etc. Ora, não será mais lógico concluir que, apesar da sua retórica anticapitalista, os regimes do socialismo de Estado representaram, de facto, a *imposição do capitalismo* em países retardatários? Essa é justamente a tese da “modernização recuperadora” defendida por Robert Kurz e que será exposta pormenorizadamente no capítulo 7.

Em poucas palavras, longe de serem processos de decomposição das relações sociais capitalistas que, contudo, não deram origem a sociedades verdadeiramente comunistas (tese de Vincent), as revoluções leninistas e maoístas replicaram em circunstâncias históricas particulares, e num lapso de tempo muito mais concentrado, o *processo de acumulação primitiva do capital* descrito por Marx na sua *magnum opus*.⁵²⁰

Num elevado patamar de desenvolvimento e de unificação do mercado mundial, somente o Estado, sob a proteção relativa da *autarcia*, estava em condições de mobilizar os recursos necessários para a acumulação originária à escala nacional nas regiões atrasadas. O

⁵²⁰ Note-se que Vincent discerne isso, *en passant*, num trecho que, todavia, *não é representativo* da sua posição genérica: “as sociedades de leste (...) experimentaram uma entrada caótica, frequentemente traumática e letal, na modernidade, *percorrendo em poucas décadas um trajeto que outros países no ocidente tinham demorado séculos a atravessar*” (Vincent, 1990d: 4, *itálico nosso*).

socialismo real foi, pois, um caminho alternativo para o capitalismo e não uma suposta revolução comunista inacabada. As categorias capitalistas foram *impostas* de modo terrorista e não, como pensa Vincent, colocadas em causa de modo ambíguo ou incompleto.

5.9.2 – Os equívocos do movimento operário ocidental

5.9.2.1 – Reformismo: o fetiche do Estado de direito

Seria pouco sério imputar os problemas da teoria e da prática marxistas exclusivamente aos regimes do socialismo real. Após o falhanço das sublevações revolucionárias na Itália, na Alemanha e na Hungria, no final da década de 1910, os partidos social-democratas e comunistas ocidentais, assim como o grosso dos sindicatos, desempenharam consciente ou inconscientemente um papel largamente reformista. Estas organizações lutaram fundamentalmente pela inclusão *política* dos proletários na sociedade capitalista como *sujeitos de direito* maiores e vacinados.

O movimento operário torna-se assim, involuntariamente, “um dos elementos mais importantes da reprodução do laço social” de trabalho “e, portanto, da reprodução alargada do capital” (Vincent, 1978: 79). Sendo indesmentível que a reivindicação de direitos sociais e políticos para os provedores de trabalho abstrato melhorou, em muitos aspetos, as suas condições de vida, ela contribuiu também para a “legitimação do Estado, graças à inserção dos seus temas de reforma social nas práticas (...) de modernização-racionalização” do aparato político-jurídico hodierno (Ibid.).

Em suma, “torna-se cada vez mais difícil interrogar-se de maneira crítica acerca de uma democracia e de um Estado acolhidos com relativa benevolência” (Ibid.: 95). Assiste-se à “fetichização do Estado de direito” (Vincent, 1979: 11), que se torna aos olhos da esquerda, “senão uma instância neutra, pelo menos uma entidade ou organismo dotado de instrumentos imediatamente utilizáveis na gestão eficaz da economia e na transformação da sociedade” (Vincent, 1978: 95). A emancipação apresenta-se então, de maneira envergonhada, “como um aperfeiçoamento das funções de regulação estatal através da extensão das nacionalizações” (Ibid.). A “superação do Estado” tende a desaparecer dos horizontes do “movimento operário” (Vincent, 1999c: 8).

Para compor o ramalhete, as reivindicações de direitos económicos – aumento do salário, duração da jornada laboral, etc. – devêm progressivamente “funcionais” face à frutificação do capital, ou seja, surgem “como uma *variável dependente* do progresso económico” (Vincent, 1978: 80, *itálico nosso*). Em especial, o “sindicalismo de massas” funciona como o fiel da balança “que permite ajustar de maneira permanente a dinâmica salarial à dinâmica da acumulação” (Ibid.: 91). Note-se, ademais, que a normalização do assalariamento significa que a vida e, com efeito, a mera sobrevivência dos seres humanos fica definitivamente atrelada ao exercício de uma profissão e, neste sentido, à reprodução macrossocial do capital.

5.9.2.2 – Revolução: o fetiche do proletariado e do trabalho

A esquerda ocidental que mantém pretensões revolucionárias possui os seus próprios fetiches. O primeiro é a construção “messiânica” do proletariado como sujeito revolucionário responsável pela “redenção da humanidade” (Vincent, 1990f: 4).⁵²¹ A classe operária é

⁵²¹ Conforme já se aludiu no decurso deste capítulo, e como se verá mais detalhadamente em 5.10, Vincent não recusa o proletariado como (potencial) sujeito revolucionário capaz de instaurar uma sociedade pós-capitalista. O autor rejeita apenas esta noção exagerada, de cunho *teológico* e *teleológico*, que naturaliza o trabalho e ignora a forte parcela de *identidade* da classe operária com as categorias burguesas. A emancipação terá de passar pela mobilização da *não-identidade* dos operários com a sua função no capitalismo e pela *abolição* do trabalho.

supostamente *imune* às “pressões” da socialização capitalista (Vincent, 2001c: 12), razão pela qual grande parte dos ideólogos comunistas

“viram nela uma classe sofredora que não participa de maneira nenhuma na corrupção capitalista ou na degeneração dos laços sociais. Ela pode, portanto, ser decretada sujeito da história, consciência ativa no sentido da resolução dos problemas da sociedade a partir de uma compreensão perfeitamente adequada da história. (...) A hipóstase do sujeito coletivo substitui-se desta maneira à classe concreta, feita de grupos sociais e de indivíduos bastante distintos (...). Tranquilamente, o mundo complexo dos operários e dos trabalhadores assalariados é transformado numa espécie de entidade personalizada a que se atribui a possibilidade de decifrar (...) o sentido da história.” (Vincent, 1990f: 4)

Por conseguinte, os inúmeros “obstáculos que é preciso superar para (...) levar a cabo ações coletivas emancipatórias” são escamoteados ou, pelo menos, menorizados (Vincent, 2001c: 12). De maneira *teleológica*, defende-se que “as dificuldades da luta pelo socialismo serão forçosamente ultrapassadas, porque as perspectivas são claras e já estão inscritas no ser social de uma classe” omnisciente e onnipotente (Ibid.). Contra esta *religião do proletariado*,⁵²² que é e *deve ser* por definição anticapitalista, importa salientar que o caráter *imaculado* do proletariado desmente-se a si próprio assim que se percebe que os operários retiram largamente a sua *identidade* do trabalho que realizam subsumidos no capital (Vincent, 1990f: 5; cf. 5.3.2.1).

Os partidos comunistas e os sindicatos não entendem este problema porque partilham a *ontologização* do trabalho que já se tinha discutido no âmbito da ideologia marxista-leninista (cf. 5.9.1.2). A teologia do proletariado está, por isso, intimamente associada ao *fetichismo do trabalho*: “O movimento operário, tal como se cristalizou pouco a pouco nos séculos XIX e XX, consagra (...) um verdadeiro culto ao trabalho” (Ibid.), de tal modo que o “assalariamento” como forma de “regulação social” é assumido pacífica e *positivamente* (Ibid.: 6).

Está-se perante “uma redução problemática da individualidade”, na medida em que os seres humanos “são tomados em consideração” *pelas organizações revolucionárias* somente “enquanto vendedores (...) de força de trabalho” (Ibid.) que, por esse motivo, apenas podem entabular relações mútuas através dos “imperativos” *apriorísticos* do trabalho abstrato e do valor que se *sobrepõem* às “interações” concretas (Ibid.: 7). A “disciplina” fabril e a ética produtivista são introjetadas como ponto de referência “para a reorganização da sociedade” em termos supostamente comunistas (Vincent, 1987: 149).

A “crítica moralista” dirige-se exclusivamente à apropriação indevida da mais-valia pela classe capitalista (Ibid.: 62).⁵²³ De um modo geral, “os capitalistas não são encarados como funcionários do «capital» (...), quer dizer, agentes de maquinarias sociais abstratas, mas como parasitas de que facilmente se poderá desembaraçar” (Vincent, 2001c: 240). Consequentemente, “a crítica da exploração e da opressão no trabalho não exclui uma afirmação, pelo menos indireta, do trabalho abstrato na maior parte das iniciativas do movimento operário” (Vincent, 1987: 150).

Este fez-se, historicamente, “defensor do trabalho vivo, mas limitou-se a defendê-lo enquanto parte variável do capital e enquanto provedor de trabalho abstrato”, reclamando assim aquele que é o aspeto “mais cativo e menos vivo no agir dos assalariados” (Vincent, 1995f: 14). Porém, uma vez que ignora *ideologicamente* esse facto, consegue apresentar o

⁵²² Para usar um termo cunhado por André Gorz, amigo pessoal de Vincent.

⁵²³ “É preciso não se equivocar: Marx não reivindica para o trabalhador um direito ao produto integral do seu trabalho como fazem certas correntes socialistas” (Vincent, 2009/1998: 208-209).

trabalho como a categoria “destinada” a regenerar a sociedade: “É em torno do trabalho que tudo deverá passar” (Vincent, 1995e: 1).

Chega-se assim ao nó questão: justamente porque o trabalho constitui para o marxismo do movimento operário uma categoria *exterior* ao capital, e não a sua substância, a “subjetividade dos (...) portadores (...) do valor-trabalho” pode aparecer *imediatamente* como o demiurgo do socialismo, como “uma classe em si e para si que seria o agente histórico da transformação revolucionária em virtude da sua” mera “posição nas relações sociais” de produção modernas (Vincent, 2001c: 217).

Através de um “paradoxo espantoso” (Vincent, 1990f: 5), a socialização mutiladora da individualidade, quer dizer, a *redução* unilateral e *homogeneizadora* dos seres humanos a *suportes* do trabalho abstrato que Marx denuncia como o núcleo da loucura metafísica capitalista, é acolhida de braços abertos. Não só como pretensa alavanca unificadora e mobilizadora do proletariado revolucionário, mas também, pasme-se, na qualidade de “princípio de organização social” do comunismo (Ibid.).

Ao mesmo tempo, “as múltiplas ligações ao mundo e à sociedade, a participação em redes de intercomunicação, a inserção em relações afetivas, etc.”, cuja fruição plena o capital impede, são deliberadamente *secundarizadas* (Ibid.: 6) porque, lá está, *não encaixam* facilmente no mundo glorioso da *produção*. Replicando de modo grotesco a noção tipicamente capitalista “de práticas aprioristicamente homogêneas” em nome da “unidade” mecânica da “luta” classista, o movimento operário descarta a riqueza das “práticas quotidianas” (Ibid.).

Assim, escamoteia que não haverá revolução sem “a mobilização voluntária e conscientemente assumida em torno de objetivos elaborados de acordo com as experiências mais diversas (...), enquanto extensão e aprofundamento dos intercâmbios simbólicos” (Ibid.). Para Jean-Marie Vincent, a “unidade” da luta anticapitalista não é a simples “acumulação de forças imediatamente constatáveis” produzida “espontaneamente” pelo “mercado de trabalho”, mas a criação ativa de “relações novas entre os grupos e os indivíduos” (Ibid.).

5.10 – Emancipação

5.10.1 – Luta de classes: o papel imprescindível do proletariado na emancipação

5.10.1.1 – Classe operária, partido revolucionário e conselhos

Ao longo das décadas de 1960 e de 1970, Vincent é um militante ativo em vários partidos trotskistas (cf. 5.1). Na sua perspetiva, o “principal mérito” desta corrente político-teórica é “ter preservado” como objetivo máximo a “construção de um partido revolucionário que seja uma força material suscetível de romper os condicionamentos que se opõem à auto-organização dos operários nos seus conselhos” (Vincent, 1974a: 259). Este trecho revela duas coisas. Em primeiro lugar, em linha com a cartilha trotskista, a crítica vincentiana da degeneração burocrática estalinista não invalida a necessidade de uma organização partidária para efetivar a transição revolucionária para o comunismo.

Em segundo lugar, embora Vincent não subscreva, como se acabou de ver em 5.9.2.2, a deificação do proletariado, a sua veia trotskista impede-o obviamente de descartar a classe operária como sujeito revolucionário. Vincent censura ao marxismo tradicional a sua incapacidade de apreender a parcela de *identidade* do proletariado com as categorias capitalistas. Todavia, uma vez feito este (enorme) reparo, o autor procura salientar a quota-parte de *não-identidade* dos operários passível de ser mobilizada com fins emancipatórios (cf. 5.3.2.2 e 5.3.2.2).

Vincent defende que o comunismo “não possui nenhum caráter de irresistibilidade ou de automaticidade” (Vincent, 1973a: 241). Isto significa que “não poderá haver transformação da sociedade sem que os seres humanos intervenham de maneira determinada sobre o seu próprio agir, praticando as suas relações sociais de outra forma” (Vincent, 2009/1998: 266). Caso ocorra, a emancipação apenas poderá brotar da “luta de classes (...) ineliminável” (Vincent, 1979: 96) entre o “capital” e todos aqueles que são obrigados a “transformar-se em provedores de trabalho abstrato para ganhar a vida” (Vincent, 2005a: 21).

Apesar de o capitalismo procurar enclausurá-los no mundo das abstrações reais, os proletários recusam ser apenas a “parte variável do capital” (Vincent, 1979: 199), quer dizer, não se deixam reduzir pacificamente “ao (...) papel de suportes das relações” sociais capitalistas (Vincent, 1973a: 240). Perante a indignidade da sua vida quotidiana, os operários anseiam por um “futuro diferente” (Vincent, 1987: 44). A “individualidade” soffredora “está (...) à procura de outra socialidade, de uma socialidade que permita uma participação intensa e uma subjetividade (*quant-a-soi*) ciente das suas condições e implicações” (Ibid.).

A *consciência de classe* é uma condição indispensável para que os proletários sacudam a passividade e os seus anseios difusos de liberdade se materializem em ações coletivas anticapitalistas concretas:

“Para que a classe operária deixe de ser pura e simplesmente a parte variável do capital, objeto da organização capitalista do trabalho e função do valor que se autovaloriza, em suma, para que ela cesse de se reproduzir material e ideologicamente como trabalho vivo submetido ao trabalho morto, é preciso (...) que ela devesse *portadora de uma crítica política* de todas as formas ideológico-objetivas que pesam sobre a sociedade, desde a mercadoria até ao Estado, quer dizer, que ela *adquirir uma consciência de classe revolucionária*.” (Vincent, 1973a: 315, *itálico nosso*)

Esta consciência de classe desenvolve-se com base na “experiência acumulada pouco a pouco no seio das relações de produção capitalistas” (Vincent, 1976a: 84). Porém, Vincent ressalva que a abolição das “formas sociais” mercantis não poderá ser “o simples efeito da tomada de consciência”, mas, antes, “o resultado de um *processo de organização* voltado contra todas as formas de organização capitalista”, portanto, uma consequência do “*devir-organização* do proletariado” (Vincent, 1973a: 21, *itálico nosso*).

A espontaneidade operária é, pois, manifestamente insuficiente. Os trabalhadores têm de se organizar *institucionalmente* com vista a dotar-se dos “meios políticos e materiais” adequados “para enfrentar as (...) ofensivas do capital” (Vincent, 1973b: 79). A luta de classes movida pela classe operária deve plasmar-se numa “política revolucionária” que tem como corolário lógico a “construção do partido revolucionário” (Vincent, 1977c: 113).

A conceção de partido revolucionário deve, no entanto, ser profundamente repensada à luz das “experiências passadas” (Vincent, 1979: 59). A noção leninista/estalinista do partido que se assume como “a vanguarda perante as massas atrasadas” (Ibid.: 57), prescrevendo-lhes “as suas modalidades de intervenção, os seus temas de agitação e os seus objetivos de ação” (Vincent, 1978: 83), é inaceitável. O partido defendido por Vincent não é uma “organização que age por conta de uma classe operária” menorizada (Vincent, 1979: 57), mas um promotor, impulsionador e facilitador das “lutas de massas” pela autodeterminação (Ibid.: 61).

A libertação da classe operária será uma auto-libertação ou não será de todo, quer dizer, o proletariado tem de ser parte ativa na destruição do “Estado” e do “sistema da grande indústria capitalista” (Ibid.: 62). Nenhum órgão exterior pode substituir-se à auto-organização do proletariado com vista à sua *auto-abolição*. Não surpreende, por isso, que Vincent veja com bons olhos as ondas revolucionárias que varreram a Itália e Alemanha, entre 1918 e

1920 (Ibid.: 59), na medida em que estas privilegiaram os “conselhos de fábrica” como forma de “organização autónoma das massas” (Ibid.: 60; cf. Vincent, 1957).

Em suma, Jean-Marie Vincent reconhece que o partido constitui um “instrumento” *auxiliar* “indispensável” (Vincent, 1979: 61 e 62) à luta pela emancipação, em virtude da necessidade de institucionalizar “uma prática revolucionária que transcenda” e congregue “as manifestações mais imediatas de sofrimento e de revolta” dos operários (Vincent, 1977c: 124). Todavia, ele é apenas um *sucedâneo temporário* dos conselhos operários “cuja eclosão tem por missão favorecer” e cujo modo *democrático* de funcionamento deve “prefigurar” (Vincent, 1979: 177). É nos conselhos, e não no partido, que reside o “embrião real” do comunismo (Ibid.: 60).

Assim, Vincent relega explicitamente o partido para o papel de organização *incubadora* da “democracia operária” – consubstanciada no conselhismo – que será responsável pela administração da futura sociedade comunista (Ibid.: 177). O partido cumpre essa missão primordial, atuando como “fermento da revolução” (Ibid.: 61), se conseguir multiplicar “os intercâmbios internos dos seus membros” (Ibid.: 177) propiciadores de ações coletivas autónomas. Ademais, tem de permitir que os operários exerçam um escrutínio estreito sobre a sua organização rotineira (Vincent, 1979: 61) e assumam “um papel (...) importante” na sua “direção política efetiva” (Vincent, 1971b: 2), de modo a serem evitadas “degenerescências burocráticas” (Vincent, 1979: 61). Caso não consiga cumprir esta missão fundamental, o partido representará, na verdade, um “obstáculo” de monta para a “revolução socialista” (Ibid.).

Na ótica de Vincent, uma sociedade gerida democraticamente pelos conselhos permitiria reformular a política (Vincent, 1987: 92), ou seja, “recriá-la rompendo” a sua identidade com o poder “estatal” (Vincent, 1979: 16). O “objetivo” inegociável da revolução é a “destruição do Estado” e não o seu “reforço” paroxístico (Vincent, 1978: 101), tal como sucedeu em todas as experiências do socialismo real. Extirpada das formas de fetiche estatistas, “objetivamente cristalizadas por detrás das costas dos seres humanos”, a política poderia então “transformar-se completamente e devir reconstrução do tecido social, reinvenção da democracia direta” (Ibid.). O comunismo constituiria uma nova simbiose entre o “político” e o “social” pós-mercantil capaz de “reanimar os intercâmbios simbólicos e materiais dos homens, submetendo-os ao controlo de todos aqueles que agem” (Vincent, 1987: 91).

5.10.1.2 – A relação entre reforma e revolução

Importa agora perceber qual a relação que se estabelece entre reforma e revolução na obra de Jean-Marie Vincent. Segundo o autor, as múltiplas conquistas reformistas dos operários – “aumento dos salários, melhores condições de higiene, de segurança e de trabalho”, etc. (Vincent, 1979: 200) – têm obviamente um impacto positivo nas suas vidas. Se essas reformas forem entendidas como *fins em si*, então tratar-se-á simplesmente de “modificações parciais que não abalam os alicerces da sociedade” capitalista (Vincent, 1971d: 2).

No entanto, quando “os trabalhadores (...) se mobilizam e conquistam vitórias, ainda que modestas”, é admissível que eles tomem gradualmente “consciência da sua própria força” e consigam discernir os constrangimentos que lhes são impostos diariamente pelo capital (Vincent, 1979: 200). Por exemplo, “a ação reivindicativa mais elementar a propósito dos salários contém a *possibilidade* da sua *superação* no sentido de objetivos mais avançados” (Vincent, 1963: 1, *itálico nosso*). Por detrás do valor do salário jazem os *valores de uso* que ele permite adquirir e que constituem o verdadeiro interesse dos operários (Vincent, 1979: 200).

Quando se constata que muitas necessidades vitais reclamadas inicialmente na forma mercantil *não podem* ser satisfeitas nesse quadro, as reformas podem transformar-se rapidamente na reivindicação de “outras modalidades de organização da produção” e da distribuição da riqueza (Ibid.). A irracionalidade suprema de uma (re)produção social fetichista efetivada pela “valorização” pode, portanto, acabar por ser “posta em questão” *partindo-se de intentos moderados* (Ibid.).

Assim, de acordo com Vincent, o nó da questão é o seguinte: se as reformas, de índole económica ou política, versarem sobre condições “estruturais” e forem devidamente articuladas, quer dizer, inseridas como *momentos* numa “batalha” anticapitalista mais ampla, então a “luta pelas reformas” é simultaneamente uma “luta revolucionária” (Vincent, 1971d: 2). As reformas são entendidas como vitórias *parciais* que terão, forçosamente, de catapultar o combate empreendido pelo proletariado para a rutura *qualitativa* com o modo de (re)produção burguês (Vincent, 1963: 1), sob pena de todas essas conquistas serem revertidas. Pelo contrário, se as reformas permanecerem lampejos isolados, o seu único resultado será o reforço da normalidade capitalista.

Esta posição será essencialmente mantida por Vincent durante as décadas de 1980 e 1990. Em *Critique du Travail*, o autor reafirma que “não basta reivindicar melhores salários, melhores condições de trabalho e (...) de vida” (Vincent, 1987: 158). Estas “reivindicações” apenas poderão ser consideradas autenticamente “anticapitalistas” se forem integradas “em movimentos que visam a superação do trabalho assalariado, a ressocialização dos explorados e dos oprimidos” (Ibid.). Contudo, é num ensaio de 1996, intitulado “La déstabilisation du travail”, que Vincent sumariza o problema de modo concludente:

“As linhas precedentes não visam (...) acenar com o espectro do tudo ou nada. Não é defendido que as lutas, mesmo as mais elementares, contra a dominação do capital são inúteis. Tudo o que afrouxa os constrangimentos sobre o trabalho – como sejam as lutas pela diminuição da jornada laboral, as lutas por melhores remunerações, etc. – é bem-vindo e pode modificar as relações de força em benefício dos explorados, mas *nada disso é permanentemente adquirido*. Em outros termos, para não permanecerem encerradas nos limites da valorização capitalista, as lutas devem adotar um horizonte anticapitalista de *superação das relações de trabalho*. (...) [A] perspectiva que deve ser defendida não é aquela de um outro modo de valorização do trabalho através da planificação da economia, mas antes aquela do desaparecimento do trabalho assalariado e da *desvinculação das atividades humanas da reprodução do capital*.” (Vincent, 1996c: 10, *itálico nosso*)

5.10.2 – Luta de classes: perspectivas críticas nos últimos anos de vida

5.10.2.1 – O proletariado não se exime às categorias capitalistas

Nos escritos publicados nos seus últimos anos de vida, Jean-Marie Vincent adota uma postura mais crítica em relação aos horizontes emancipatórios da luta de classes e do proletariado. O autor salienta que “à extrema-esquerda (ou à esquerda) ninguém se pode furtar a um reexame das velhas certezas” (Vincent, 2003e: 13). Urge levar a cabo uma “autocrítica da maneira como foram pensados a modernidade capitalista e o anticapitalismo” pelo movimento operário no decurso do século XX (Vincent, 2001a: 4).

O primeiro aspeto digno de esclarecimento diz respeito ao entendimento das classes. Ao contrário do que professa a vulgata marxista, as classes *não são* “atores coletivos que intervêm *conscientemente* nas relações sociais”, mas, antes, “complexos de processos e de movimentos sociais” instáveis (Vincent, 2001c: 88, *itálico nosso*). Em especial, são “os *movimentos da valorização* que distribuem os indivíduos em posições e papéis e que os repartem por grupos sociais” (Vincent, 2005a: 28, *itálico nosso*).

Isso tem implicações de longo alcance para a *luta de classes*, que é *preformada* pelos limites estreitos da valorização: “as classes confrontam-se e afrontam-se, articulam-se mutuamente de múltiplas maneiras (...), mas é preciso notar que nestes intercâmbios elas sofrem sempre a *mediação do capital*, transmitindo os movimentos” deste e, ao mesmo tempo, “*adaptando-se-lhes*” (Vincent, 2001c: 89, *itálico nosso*). Conforme se realçou no capítulo 3, a classe capitalista e a classe operária são polos antagonistas *funcionais* da lei do valor (cf. 3.14.1). Em termos *lógicos*, o valor precede as classes e dita as modalidades das suas (inter)ações.

Neste sentido, a luta de classes faz parte do funcionamento *normal* do modo de (re)produção capitalista; ademais, ela é permeada, de cima a baixo, pela *opacidade heterónoma* do capital e, assim, não aponta *necessariamente* para a sua superação:

“É forçoso constatar (...) que os enfrentamentos sociais (ou a luta de classes) não podem acontecer na claridade. Nas práticas sociais, os elementos de heteronomia pesam mais fortemente que os elementos de autonomia. *A luta de classes é cega*, na medida em que se passa entre *funcionários do capital*, que transmitem as ordens e as orientações que eles pensam resultar das exigências da economia, e os *dominados*, que *não apreendem*, desde a origem, todos os detalhes do que se quer impor-lhes. *A luta de classes não cria por si mesma as condições de seu próprio desaparecimento porque não produz espontaneamente os conhecimentos necessários para esclarecer o funcionamento da sociedade capitalista.*” (Vincent, 2005b: 270, *itálico nosso*)

Esta *ininteligibilidade* impede “uma compreensão de conjunto (...) prática e teórica das relações sociais” pelo proletariado (Ibid.). Não surpreende, portanto, que as formas de existência capitalistas, “simultaneamente familiares e opacas”, tenham “todas as aparências de naturalidade e de horizonte insuperável” (Vincent, 2001c: 105). Por exemplo, “quando se é obrigado a vender a força de trabalho para sobreviver, é-se obrigado a reproduzir-se enquanto portador de trabalho abstrato e enquanto parte variável do capital” (Vincent, 2002b: 14), ou seja, os operários são compelidos aprioristicamente a envidar esforços no sentido de “vender a sua força de trabalho nas melhores condições possíveis” (Vincent, 2001c: 217).

A forma da vida quotidiana moderna está enraizada profundamente nas categorias burguesas: é preciso trabalhar para ganhar dinheiro e, assim, se poder adquirir os meios de subsistência que assumem a forma geral de mercadorias. Para além disso, esta reprodução dos seres humanos, degradados ao estatuto de portadores da força de trabalho encerrada no seu organismo, *pressupõe* a reprodução macrossocial do capital, isto é, presume um processo de valorização *bem-sucedido*. Que constitui “uma segunda natureza bastante poderosa” (Vincent, 2002b: 15).

Longe de ser “imune aos condicionamentos do capitalismo e da valorização”, o proletariado tende, com efeito, a interiorizá-los (Ibid.: 14) e, ainda mais grave, a naturalizá-los: a esmagadora “maioria” dos operários “vive” *insuspeitamente* “no interior da jaula de ferro de que falava Max Weber, que é uma espécie de prisão com dimensões sociais cuja chave não possuem” (Vincent, 2003d: 48). A conclusão que Vincent retira desse facto é bastante mais pessimista quando comparada com escritos anteriores (cf. 5.10.1): “Está (...) *excluído* que as *subjetividades* dos trabalhadores assalariados promovam *imediatamente* (...) uma oposição consequente e radical ao capital, apesar das múltiplas formas de resistência” (Vincent, 2001c: 217, *itálico nosso*).

Vincent considera que esta resistência – nomeadamente, “contra a intensificação do trabalho, contra o prolongamento da jornada laboral, contra a diminuição dos rendimentos, etc.” – é meramente episódica, “intermitente” (Vincent, 2001c: 89) e, acima de tudo, “cega enquanto continuar prisioneira das relações sociais de conhecimento dominadas pelo movimento da valorização” (Vincent, 2002b: 14). A prática coletiva emancipatória é

dificultada ulteriormente pela “concorrência entre os indivíduos e os grupos” (Vincent, 2001c: 89) que compõem a classe operária no seio do “mercado de trabalho”, o que torna a “solidariedade” uma exceção à regra (Vincent, 2002b: 14-15).

Mesmo quando conseguem romper o isolamento monádico concorrencial, os “instrumentos” institucionais que os proletários criam “para agir coletivamente (...) de maneira durável” são frequentemente contraproducentes (Vincent, 2001c: 90). Nas palavras de Vincent, eles tendem a “construir organizações exteriores a si mesmos”, onde procuram “segurança (...) e um mínimo de reconforto face aos sentimentos de impotência que os assolam” (Ibid.), mas que, na prática, são a continuação da alienação capitalista por outros meios.

Essa alienação é evidente na confiança cega depositada em “figuras carismáticas” e em “poderosas organizações burocráticas, tanto ao nível político quanto ao nível sindical” (Ibid.). Acresce que estas organizações não colocam geralmente em causa a “subordinação das formas de vida às formas da valorização”, representando tão-somente um corporativismo perfeitamente compatível com a reprodução ordeira do sistema no seu conjunto (Ibid.: 105-106).

Perante tudo aquilo que foi exposto nos parágrafos precedentes, é legítimo inferir que o Vincent tardio coloca o acento tónico na *identidade* da classe operária (e dos sujeitos que a compõem) com os modos de ser, de agir e de pensar típicos da modernidade capitalista.⁵²⁴ A não-identidade revela-se inconsequente porque se exprime mediante a resistência interrupta e fragmentada; que apenas é transcendida através do enredamento em formas institucionais (partidárias e sindicais) esclerosadas incapazes de levar a bom porto a crítica radical do capitalismo. A inércia teleológica do modo de (re)produção capitalista perpetua-o porque *todos os sujeitos*, sem prerrogativas, introjetam as suas categorias:

“Sem dúvida que a razão não se deixa jamais aprisionar completamente nas práticas utilitárias ao serviço da valorização, sendo amiúde impelida para outras relações entre os indivíduos e outras relações com as coisas. Mas os impulsos e as aspirações que vão nesse sentido não chegam a totalizar-se, a articular-se mutuamente. Permanecem descontínuos, fragmentários (...). Ao invés, as totalizações que se realizam sob a égide da valorização e na sombra das abstrações reais podem fazer-se contínuas, no seio da teleologia da acumulação de capital, teleologia tanto mais irresistível quanto não possui uma finalidade fixa nem consideração por aqueles que não a servem. Assim, *é perfeitamente descabido pensar que os movimentos da valorização e as suas diversas modulações técnicas produziram – em resultado de uma qualquer mão invisível – efeitos positivos, subjetividades virtualmente livres e que apenas desejariam colocar um fim à opressão que sofrem.*” (Vincent, 2001c: 39, *itálico nosso*)

⁵²⁴ Outra novidade é o facto de Vincent já não imputar a glorificação do proletariado exclusivamente ao movimento operário, mas também à teoria do próprio Marx. Em *Un Autre Marx*, Vincent diz-nos que o autor se equivocou ao colocar a classe operária num pedestal: “No fundo, Marx ilude-se e sucumbe a uma verdadeira petição de princípio quando atribui um elevado grau de expressividade e de consciencialização a um emaranhado de formas sociais e formas de vida como a classe operária (...). Ele sobrestima a capacidade dos grupos sociais e dos indivíduos oprimidos para romper tanto as estruturas cognitivas e culturais quanto as limitações das práticas sociais. (...) [P]ersiste nele uma tendência para simplificar e reduzir os problemas a resolver” (Vincent, 2001c: 106). Foi este pecado original de Marx que abriu a caixa de Pandora: “Ao adotar esta orientação, ele abriu a porta, ainda que involuntariamente, a construções mitológicas – mitologia da revolução, mitologia da consciência de classe proletária que deve discernir o sentido da história, mitologia do partido revolucionário enquanto encarnação privilegiada da consciência de classe. De facto, esta falha do dispositivo teórico marxiano está na origem de toda uma série de erros catastróficos do movimento operário e, sobretudo, do movimento comunista ao longo do século XX” (Ibid.: 108).

Face a este cenário sombrio, “é indispensável operar uma subversão indissolivelmente ligada a lutas políticas de um novo tipo”, quer dizer, torna-se urgente “ver, dizer e combater as relações sociais” capitalistas de modo inaudito (Ibid.).

5.10.2.2 – Reinventar as formas de ação e de organização coletiva

A ininteligibilidade ou opacidade do fetiche hodierno, descrita no item anterior, implica a necessidade de “travar uma verdadeira luta cognitiva para abalar as relações sociais de conhecimento” ideológicas, “fascinadas pela segunda natureza” capitalista, e desnaturalizar a “aparente imediatez” das categorias burguesas, cobertas por um manto de obviedade (Vincent, 2005b: 270). Esta contenda sociocognitiva tem como objetivo pôr a nu os múltiplos “mecanismos de captação” das atividades humanas pelo “trabalho morto” (Vincent, 2001c: 91) e, desse modo, denunciar a “desestabilização permanente da vida social e dos laços individuais” provocada pelo funcionamento do sujeito automático (Vincent, 2005a: 30).

Fazendo-a “passar pelo crivo da discussão coletiva” (Ibid.: 28), Vincent defende que “a produção de novos conhecimentos”, capazes de reconduzir o sofrimento ao fetichismo, “é inseparável da construção de novos laços sociais” entre as pessoas envolvidas (Vincent, 2001c: 91). Estas “novas relações de sociabilidade” (Vincent, 2005a: 28) podem ser o gérmen da “superação do isolamento, da concorrência e, sobretudo, da violência das relações inter-individuais” (Vincent, 2001c: 91), demonstrando a exequibilidade de “outra vida de cariz solidário” (Vincent, 2005a: 28).

Uma vez que, na sua perspetiva, as manifestações *imediatas* da *não-identidade* revelam ser um beco sem saída, pelas razões aventadas em 5.10.2.1, o Vincent tardio vê-se obrigado a apostar as suas fichas neste combate cognitivo que é alçado à condição de *mediação* indispensável para trazer à superfície o *sofrimento* recalcado, por um lado, e mobilizar a *não-identidade* dos *operários* de modo autenticamente *anticapitalista*, por outro. À totalização do capital deve, pois, opor-se a contra-totalização da *não-identidade desenterrada* pela batalha intelectual que almeja estabelecer “outras relações de comunicação entre os homens (no lugar das trocas de valores) e (...) outras relações com as condições da atividade social” (Vincent, 1974a: 253).

“Se o todo do capital, que não pode ser o todo das sociedades humanas, é, como diz Adorno, o «falso» (...), então a contra-totalização deve produzir uma tomada de consciência que traga à tona aquilo que é recalcado. Este recalque comporta as experiências afetivas, os sofrimentos suportados mas ignorados e as visões mais ou menos intuitivas sobre o social, desdenhadas e desprezadas, assim como a aspiração a relações sociais desembaraçadas da concorrência e dos conflitos ligados à valorização. É preciso evidenciar que por detrás da fachada, por detrás da dança dos indivíduos com os objetos sociais fetichizados (...), existe um mundo sensível que se quer afirmar contra o (...) supressensível e que quer viver plenamente. Esse mundo é certamente espartilhado e penetrado pela segunda natureza social, mas esta não pode jamais assimilá-lo completamente”. (Vincent, 2005a: 28)

O primeiro passo da “prática revolucionária” é, pois, o distanciamento crítico consciente dos “indivíduos” e das suas “subjetividades face ao processo de valorização” (Vincent, 2001c: 217). Trata-se de começar a construir “ligações libertas do unilateralismo” homogeneizador do valor e do trabalho abstrato (Vincent, 2005a: 32). Neste âmbito, a “ação coletiva” emancipatória não pode escamotear a “libertação individual”, devendo, pelo contrário, “alimentar-se dela” (Vincent, 2001c: 217). O anticapitalismo adquire um novo sentido porque “não é somente luta contra a exploração económica”, mas, antes de tudo, “luta pela afirmação de indivíduos associados” (Ibid.: 92).

Para ser bem-sucedida, a emancipação *simultânea* do indivíduo e da sociedade exige, então, “uma revolução copernicana no domínio da ação coletiva” (Vincent, 1995c : 6) e, em particular, a superação da “luta de classes administrada e rotineira que caracterizou largamente os conflitos sociais após a 2ª Guerra Mundial” (Vincent, 2005a: 30). Porém, Vincent não propõe a rejeição da luta de classes, mas a sua *reinvenção* (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 28). Nas palavras do autor,

“Ela não pode mais ser dirigida por grandes máquinas burocráticas que impõem palavras de ordem e instruções a partir de cima, que unificam, ao nivelar a sua diversidade, e alinham as ações comuns em torno da defesa quase exclusiva da mercadoria força de trabalho (a sua valorização contra a valorização do capital). A ação coletiva tem de se fazer síntese do múltiplo, integrar numerosas determinações do agir (...). A ação coletiva não pode (...) ignorar as relações que os indivíduos mantêm com o seu ambiente, as redes de interação nas quais estão inseridos, os contextos e as formas de vida onde desenvolvem as suas atividades. A formulação de objetivos coletivos deve ela própria ser fruto de elaborações complexas, de intercâmbios inter-individuais e de intercâmbios entre grupos para permitir que o maior número possível de pessoas se reveja nas mobilizações.” (Vincent, 1995c : 6)

Portanto, a peleja operária tem de se livrar do espalho burocrático de organizações partidárias e sindicais que se limitam a funcionar como departamento de marketing da força de trabalho, sem colocar realmente em causa as regras do jogo social capitalista. Nem se pode cingir aos problemas que o trabalhador enfrenta no interior do processo de produção, precisando de abarcar também os inúmeros constrangimentos que a sua existência individual multifacetada enfrenta na sociedade moderna.

Finalmente, a luta do proletariado não pode apartar-se das lutas feministas, estudantis e ecológicas (Vincent, 2005a: 30). A “síntese do múltiplo” de que fala Vincent no trecho supracitado requer que todos estes movimentos, partindo de pontos de vista “limitados” mas complementares, alarguem “incessantemente o seu horizonte” e se fundam num “movimento social” global (Ibid.). Somente um “movimento societal” dessa natureza conseguirá “dar início a processos de rutura progressiva” com as “abstrações” reais “do capital” (Ibid.: 32 e 28).

Apesar de declarar que “o partido operário está efetivamente morto” (Vincent, 2009/1998: 175), Vincent preconiza que um movimento abrangente continua a necessitar de um enquadramento institucional: “o movimento social tem de dispor (...) de organizações políticas prontas para agir no seu seio” (Vincent, 2005e: 67). Perante este facto incontornável, impõe-se que as “formas de representação” e das “associações políticas” sejam repensadas (Vincent, 2009/1998: 175). Não compete aos novos “partidos revolucionários” (Vincent, 2005e: 67) “substituir-se aos explorados e aos dominados e fazer as coisas em seu nome” (Vincent, 2001c: 15). A sua função é canalizar a “espontaneidade” dos oprimidos no sentido de “ações coletivas” com um grau mínimo de coesão (Ibid.).

As organizações políticas “não devem constituir-se como estados-maiores que conduzem as tropas para o combate, mas como organizações que contribuem para aumentar as capacidades de reflexão autónomas das massas” (Vincent, 2005e: 67). Isso depende intimamente da criação de “*espaços públicos autónomos*” que fomentem o debate e consigam “transformar as experiências isoladas em laço comum”, assim como “elaborar novos instrumentos de interpretação do mundo e da sociedade” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 21, *italico no original*). Eis como Vincent expõe a problemática em *Vers un nouvel anticapitalisme*:

“Para desenvolver capacidades reais de reflexão, os atores devem discutir as suas experiências, socializar os conhecimentos adquiridos acerca dos meios de luta e acerca do funcionamento das relações sociais. (...) Os debates em assembleias gerais, (...) os fóruns de discussão permanentes são outras tantas experiências que podem contribuir para a consolidação, estruturação e eficácia das ações e favorecer a emergência de novas práticas políticas. Porém, isso apenas será possível se as organizações políticas que pretendem estar do lado do movimento social não pesarem de maneira negativa sobre a politização ao procurarem mantê-la no quadro do jogo político institucional. (...) Pelo contrário, é preciso que as organizações políticas aceitem transformar-se, imergindo nas lutas e permitindo o desenvolvimento autónomo do movimento social”. (Ibid.: 11-12)

Em suma, o autor acredita que será possível “refazer a política” emancipatória, “de maneira democrática” e participativa (Ibid.: 138), através de “um condicionamento recíproco entre partido e movimento social” (Vincent, 2005e: 68). O mesmo raciocínio aplica-se, *mutatis mutandis*, à relação de estreita reciprocidade que, segundo Vincent, se estabelece entre teoria e prática revolucionária. Nem aquela se deve isolar numa torre de marfim, nem esta se deve julgar autossuficiente. O autor explica os perigos desses dois tipos de unilateralidade na seguinte passagem:

“A teoria é amiúde induzida a crer que encontrou a sua forma definitiva e que é preciso submeter-lhe as práticas para que estas obtenham sucesso. Esquece-se que ao arrogar essa autoridade entra numa lógica de dominação que tende a perpetuar no seio do movimento de emancipação a divisão do trabalho intelectual (...). Ao invés, a prática que despreza a teoria, ou lhe presta homenagem para não ter de se preocupar com ela, é vítima de um praticismo incapaz de libertar as práticas individuais e coletivas, empurrando-as, pelo contrário, para uma situação de subordinação ao mundo dominante.” (Ibid.: 67)

Estas falsas alternativas devem ser preteridas em benefício da “*unidade dinâmica* de teoria e prática” que, obviamente, “não pode deixar de ser conflituosa, porque elas devem incessantemente corrigir-se para vencer as suas rotinas e para que se abram novos campos à contestação e à crítica” (Ibid.: 67-68, *itálico* nosso). Vincent sugere que a reflexão e a práxis “devem interpenetrar-se de tal maneira que a teoria seja também prática e a prática seja também teórica” (Ibid.: 68). Se a “tensão permanente” entre ambas for suportada sabiamente, a fecundidade da relação será maximizada (Ibid.: 67)

5.10.3 – Negação determinada e transformação da (re)produção material e social

Jean-Marie Vincent considera que os contornos do hipotético comunismo futuro não podem ser deduzidos a partir da “pureza abstrata” de esquemas ideais ou de “planos elaborados no papel” (Vincent, 2005e: 71). Assim, “opor uma sociedade abstrata àquela existente” não é seguramente um caminho frutífero (Vincent, 1996f: 5). Dado que o objetivo (hercúleo) passa por libertar os seres humanos “de uma servidão que possui um conteúdo (...) preciso” (Vincent, 1962b: 184), a chave da emancipação social jaz, segundo Vincent, na noção hegeliana de “negação determinada” (Vincent, 1974a: 246).

É necessário “mostrar o papel exato desempenhado pelas abstrações” reais “na vida social” capitalista e opor-se-lhes em termos *concretos* (Vincent, 1979: 190). A “lógica” insidiosa da “valorização” tem de ser contestada nos “diferentes domínios” da vida social (Vincent, 2005e: 71). Portanto, a superação do modo de (re)produção capitalista “será feita de *muitas negações determinadas* de males que são eles próprios específicos”, de múltiplas “mutações das práticas e das relações sociais” (Vincent, 2001c: 235, *itálico* nosso). Por outras palavras, “não se trata de proclamar abstratamente a rutura com o capitalismo, mas de encetar

processos de rutura concretos em torno de problemas concretos” (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 28).⁵²⁵

Desengane-se, pois, quem anseia por um guia de instruções detalhado: “O futuro livre apenas pode ser esboçado *negativamente* e mostrado em função daquilo que *não deve* ou *não pode ser*” (Vincent, 1987: 131, *itálico* nosso). Ora, em primeiro lugar, conforme se referiu anteriormente (cf. 5.6, 5.9.1.1 e 5.9.2.1), o futuro não pode ser estatista. A emancipação requer a abolição do Estado, que não diz respeito apenas à destruição de “uma máquina coerciva”, mas fundamentalmente à transcendência da “separação entre sociedade civil e esfera do interesse geral” típica da modernidade capitalista esquizoide (Vincent, 1973a: 48). Através da sua “reinvenção” (Vincent, 2002a: 104), a política poderá tornar-se “autogoverno” dos indivíduos associados (Vincent, 1973a: 48).⁵²⁶

Em segundo lugar, a abolição do capital envolve a supressão do trabalho (cf. 5.2.2, 5.2.4 e 5.9.1.2). Isto porque o “trabalho assalariado e (...) abstrato” (Vincent, 1994c: 68) é o “alicerce da valorização” (Vincent, 1987: 152), constituindo, por isso, o âmago das relações sociais de fetiche burguesas. Porém, “não se trata somente de libertar a produção” dos constrangimentos da forma-valor – questão que retomarei mais abaixo –, “mas também de se libertar *da* produção, deixando de fazer dela o centro de gravidade das atividades sociais” (Ibid.: 32, *itálico* nosso).

O desenvolvimento técnico-científico permitirá relegar a produção para o estatuto “de momento subordinado no seio de um conjunto de atividades (...) polimórficas e multilaterais do ponto de vista dos indivíduos” (Ibid.; cf. Vincent, 1996c: 11-12). Tanto a “socialidade” como a “individualidade” (Vincent, 1987: 20) poderão, assim, encarnar noutro tipo de práticas regidas por lógicas inteiramente distintas, ou seja, “em modelos de ação que não estejam sob o signo da racionalidade (...) unilateral de adaptação dos meios aos fins” (Ibid.: 32). A sociedade comunista não será mais “um todo fundamentado em relações teleológicas” e utilitaristas (Ibid.).

Em terceiro lugar, a abolição do trabalho implica a transformação radical dos caracteres sociais e materiais da produção. No que se refere ao seu aspeto social, a produção deve ser redefinida “com vista a que deixe de ser produção de capital, de valores e de mais-valia” (Vincent, 2005e: 71). Extirpada dos “imperativos” subjacentes à “reprodução alargada” do capital (Vincent, 1979: 215), a criação de riqueza *concreta* assumirá a forma de “uma produção de bens e serviços” *não-mercantis* (Vincent, 2005e: 71) destinados a satisfazer as “necessidades (...) exprimidas coletivamente” pelos indivíduos associados (Vincent, 1979: 215).

Portanto, trata-se de “utilizar da melhor maneira possível” os vastos recursos e “saberes (...) disponíveis” (Ibid.), organizando os seus “fluxos” com base em “critérios” substantivos *sensíveis* (Vincent, Vakaloulis & Zarka, 2003: 169) estabelecidos pelas “formas múltiplas da razão” humana (Vincent, 2009/1998: 211), situadas nos antípodas da racionalidade abstrata unívoca do valor. A negação determinada está sempre em primeiro plano: antes de tudo, a práxis emancipatória tem de dissolver as “abstrações reais que regem a vida social (...) por detrás das volições individuais e das reações dos grupos” (Vincent, 1987: 70) sob a figura de uma “economia autonomizada” (Vincent, 2005e: 71).

O processo de negação consequente das categorias capitalistas construirá *simultaneamente* os aspetos institucionais tangíveis da produção comunista. É impossível antecipar os detalhes dessa nova organização porque se trata de uma questão essencialmente *prática*. Uma das poucas coisas que se pode afirmar é a necessidade imperiosa de fixar

⁵²⁵ Por isso, “o pensamento deve (...) evitar a tentação de fazer *tabula rasa* do passado (...). Juízos (...) brutais sem apelo tornam, de facto, impossível apreender o presente e o caminho para o futuro” (Vincent, 1991a: xxiii).

⁵²⁶ De acordo com o autor, a abolição do Estado envolve também a superação do direito (cf. Vincent, 1973a: 94) e a rejeição do nacionalismo (cf. Vincent, 1992f).

“outras regras de jogo para produção e distribuição” de riqueza (Vincent, 1979: 199), quer dizer, de instaurar “relações de produção cuja organização deixe de ser um poder estranho (...) e onde a direção e a utilização do progresso técnico são determinadas conscientemente” (Vincent, 1973a: 212).

Para além disso, o “desaparecimento da lei do valor” (Vincent, 1968b: 18) *não implica* a sua substituição pela “planificação central” burocrática que caracterizou todas as experiências do socialismo real (Vincent, 2005e: 71). É legítimo pugnar pela exequibilidade de “uma planificação assaz descentralizada” (Vincent *et al.*, 1968b: 257), assente em “múltiplos processos de concertação” e em “formas flexíveis e móveis de apropriação social” (Vincent, 2005e: 71) – numa palavra, baseada no “controlo político” direto “das massas sobre a marcha do conjunto (...) da sociedade” (Vincent *et al.*, 1968b: 257-258).

Não existem fórmulas mágicas, mas Vincent sugere que a noção marxiana de *general intellect*, exposta nos *Grundrisse*, oferece pistas interessantes quanto à eventual configuração da produção comunista. Marx observa que o “dispêndio de força física” se torna progressivamente *acessório* para a produção de riqueza (Vincent, 1993c: 124), mormente quando é comparado com a enorme força produtiva da ciência e da maquinaria (Vincent, 2009/1998: 211) que mobiliza sobretudo as “capacidades intelectuais e comunicacionais” dos seres humanos (Vincent, 1993c: 124).

Neste âmbito, “assiste-se (...) ao aparecimento descontínuo de um «*general intellect*», de uma espécie de inteligência coletiva em movimento na produção social” (Vincent, 2009/1998: 211), que se nutre das “relações de cooperação” entre os trabalhadores e dos “efeitos combinados dos diferentes dispositivos produtores de saberes” (Vincent, 1999c: 12). Sendo indesmentível que, por enquanto, este *general intellect* se encontra submetido ao capital, é razoável admitir que, uma vez libertado dessa tutela, ele poderia “devir um conjunto de processos (...) de concertação” entre atividades “múltiplas e interdependentes” capazes de efetivar uma síntese social alternativa, pós-mercantil (Vincent, 1993c: 130).

Embora não represente obviamente uma panaceia, Vincent defende que o aprofundamento da “lógica cooperativa e comunicacional” inerente à inteligência geral, criada involuntariamente pelo capital, seria passível de “transformar os contextos da ação e da interação” dos indivíduos associados (Ibid.) e de lhes “conferir (...) os meios para redefinirem as suas relações sociais” (Vincent, 1999c: 12-13).

No que se refere ao aspeto técnico-material da produção, não basta assumir o controlo coletivo das “forças produtivas” existentes, sendo impreterível “modificá-las consideravelmente” (Vincent, 1977b: 49). Visto que a (re)produção material moderna recebeu a marca indelével das relações sociais de valor (cf. 5.3.1.1), a sua subordinação a “orientações” sociais distintas provocará desejavelmente transformações profundas na configuração técnica dos meios de produção (Vincent, 1987: 68).

Em particular, urge estabelecer “uma nova simbiose entre os homens, o sistema de máquinas e o ambiente natural” (Vincent, 1977b: 49), nomeadamente através da criação de “novas tecnologias (...) aprazíveis e desopressoras” (Vincent, 1987: 87). O intuito derradeiro do desenvolvimento técnico-científico será libertar os seres humanos *da* produção, conforme se referiu atrás, e proporcionar-lhes a possibilidade de se dedicarem a uma vasta gama de atividades “extraeconómicas” (Vincent, 2009/1998: 123), não-instrumentais, “desde a arte até às diferentes atividades lúdicas” (Vincent, 1977b: 49).

Finalmente, em quarto lugar, como corolário lógico de tudo o que foi dito neste item, a emancipação é indissociável da “transformação das condições do agir e do próprio agir” (Vincent, 2001c: 232). O comunismo será a “elaboração prático-coletiva de novas categorias e formas sociais” (Vincent, 1987: 52) que enquadrarão “novas relações entre os indivíduos” (Vincent *et al.*, 1968b: 258). Para tal, é imprescindível desarmar “a lógica rígida que faz de

elementos espacial e temporalmente heterogêneos partes homogêneas e subordinadas da reprodução técnico-cultural do capital” (Vincent, 1987: 52).

Somente “intercâmbios materiais e simbólicos libertos dos constrangimentos (...) da reificação” (Ibid.) poderão criar individualidades *sociais* mutuamente enriquecedoras e uma forma de universalidade realmente respeitadora das particularidades:

“Trata-se, portanto, de libertar as subjetividades das prisões em que estão encarceradas pela valorização (...). As subjetividades devem, pouco a pouco, (...) superar as comunicações unilaterais, dominadas pelas preocupações com a posição do valor e com a autoafirmação nesse mundo. Elas devem enriquecer-se reciprocamente com a diversidade dos seus pontos de vista e dos seus juízos, com as semelhanças e as diferenças das suas atividades numa perspectiva de universalização que respeite as singularidades e se apoie nas suas complementaridades. Isto significa que os indivíduos devem reconhecer-se, para lá de qualquer mensuração (*measure*) social, a partir daquilo que fazem, são e devêm. Neste sentido, eles não devem permanecer (...) simples produtores de bens ou serviços”. (Vincent, 1996c: 11)

Na passagem citada transparece a *síntese* de duas concepções de liberdade: uma negativa e outra positiva. Por um lado, a liberdade resulta da abolição da coerção abstrata do valor. Por outro lado, ao contrário da noção “associal” de liberdade burguesa (Vincent, 1990f: 1), em que o Outro é sempre uma potencial ameaça à mónada concorrencial, no comunismo o indivíduo é livre justamente porque é *social*. O Outro constitui um *facilitador* da minha individualidade: “a liberdade é experimentação das relações com os outros, das redes de interação, das ligações sociais” (Ibid.), portanto, das “participações diferenciais no social” (Ibid.: 3).

Note-se, ainda, que esta visão não podia ser mais distante da ideologia de caserna vigente nos regimes do chamado socialismo real, pois “não se trata de nivelar ou alinhar todas as pessoas a partir de considerações igualitárias abstratas, mas, ao invés, de permitir a cada uma delas possuir ligações múltiplas e ricas com o mundo e com as outras, maximizando os seus intercâmbios” (Vincent, 2001c: 92).

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 6 – Com Marx contra o marxismo tradicional: a teoria social de Moishe Postone⁵²⁷

6.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos

Moishe Postone nasceu em 1942, em Vancouver (Dufour & Gheller, 2013: 133; Repères, 2013: 151), e “cresceu em Edmonton” (Sewell Jr., 2018: 155). A sua mãe tinha emigrado da Ucrânia para o Canadá na década de 1920, enquanto o seu pai, “um rabi ortodoxo moderno”, tinha deixado a Lituânia pouco tempo “antes da eclosão 2ª Guerra Mundial” (Ibid.). Segundo William Sewell Jr., seu amigo pessoal, Postone foi sempre um “judeu praticante, não obstante as suas inclinações seculares e racionalistas” (Ibid.).

No início dos anos 60 ingressa na Universidade de Chicago. Conforme salienta novamente Sewell Jr., naquela altura “todos os estudantes, durante os dois primeiros anos letivos, assistiam a uma vasta gama de cadeiras nucleares interdisciplinares (...) nas áreas das humanidades, ciências sociais, ciências da vida e ciências físicas” (Ibid.: 156). Em 1963, Moishe Postone conclui o bacharelato com um *major* em bioquímica e um *minor* em história (Ibid.; cf. Harms, 1999: 2; Lerner, 2018: 1; Postone, 2016c: 91).

Segue-se o mestrado na mesma universidade, onde obtém uma bolsa de quatro anos para realizar o programa pós-graduado de química. Todavia, “começa a ter dúvidas” vocacionais e consegue transferir a bolsa para o mestrado em história (Sewell Jr., 2018: 156). Embora tenha estudado também a Grécia antiga, a sua área de especialização incidia sobre a “história europeia moderna” (Postone, 2016c: 91). Postone terminou o mestrado no ano de 1967 (Harms, 1999: 2).

O autor confessa que foi durante este período que nasceu o seu interesse vincado pela “teoria social” (Postone, 2016c: 91). No entanto, apesar de se considerar “uma pessoa de esquerda” (Postone, 2011a: 1), o marxismo parecia-lhe essencialmente “antiquado, cru e positivista” (Postone, 2009c: 306), assim como incapaz de dar resposta aos “problemas” do presente (Postone, 2011a: 1; cf. Postone 2008b: 1).

Na verdade, sentia-se “muito mais atraído” pelas “críticas conservadoras da modernidade” que julgava, ao contrário do(s) marxismo(s), capazes de apreender plenamente os seus fundamentos (Postone, 2009c: 306; Postone, 2011a: 1). Por conseguinte, Postone procurava “combinar” as ideias de autores como Nietzsche, Dostoiévski, Simmel ou Weber com “uma política de esquerda” emancipatória (Postone, 2009c: 306; cf. Dufour & Gheller, 2013: 136).

Foram duas descobertas cruciais no final da década de 1960 que contribuíram decisivamente para a aproximação de Moishe Postone à teoria marxista. Em primeiro lugar, o autor admite que “um ponto de viragem para mim foi um artigo, «The Unknown Marx», escrito por Martin Nicolaus enquanto traduzia os *Grundrisse* em 1967” (Postone, 2008b: 1; cf. Postone, 2009c: 306). Até então, Postone “alinhava na ideia, bastante disseminada, de que o jovem Marx” dos *Manuscritos Económico-Filosóficos* “tinha algo a dizer, mas que posteriormente Marx se tornou um vitoriano e a sua teoria deveu petrificada” (Postone, 2008b: 1). O ensaio de Nicolaus demonstrava que os *Grundrisse* demoliam completamente este “esquema (...) assente na distinção entre um jovem Marx filósofo e um velho Marx cientificista (*scientistic*)” (Postone, 2011a: 2).

Nos anos seguintes, Postone procede ao estudo intensivo do livro. A tarefa foi dificultada pelo facto de o seu conhecimento da língua alemã ainda estar longe de ser o

⁵²⁷ Apesar de não serem citados nem referenciados no texto, a redação do capítulo 6 beneficiou da leitura de: Duarte (2015), Fraser (2012), Homs (2015), Neary (2004), Postone (1985c; 1990; 1992b; 1996; 2004b; 2009e; 2009g; 2012c; 2013a; 2013c; 2015b; 2016d; 2017a; 2017c; 2017e), Postone & Brick (1977), Postone, LiPuma & Calhoun (1993), Postone, Markovits & Benhabib (1986), Postone & Santner (2003), Postone & Traube (1985), Sanz & López (2007) e Scholz (2009).

melhor (Postone, 2016c: 91). Por isso, ser-lhe-ão imensamente úteis a tradução parcial de David McLellan, publicada em 1971, cujo estudo ocupa Postone durante “um Verão inteiro” (Ibid.), e, claro, a tradução integral de Nicolaus publicada em 1973. A obra era deveras “estimulante” porque “abria a possibilidade para um entendimento de Marx fundamentalmente diferente daquele do marxismo” tradicional (Postone, 2016c: 91), assim como oferecia “o ponto de partida para uma análise poderosa e sofisticada da sociedade moderna” (Postone, 2003d/1993: xi).

Em segundo lugar, a participação nos “movimentos estudantis” (Repères, 2013: 151) conduzirá Postone à descoberta da obra de Georg Lukács. Na sequência de um “protesto, em 1969, no edifício da Administração da Universidade” de Chicago (Lerner, 2018: 1), Postone criou e tutelou com um amigo um grupo de estudo intitulado “Hegel e Marx” (Postone, 2008b: 2). Decidiram ler “partes de *História e Consciência de Classe* que apenas estavam disponíveis em fotocópias” (Postone, 2009c: 306).⁵²⁸ Tal como os *Grundrisse*, Postone considerou este livro “uma revelação” e “um *tour de force* impressionante” (Postone, 2008b: 2).

Na sua perspetiva, Lukács “pegou em temas críticos da modernidade articulados por Nietzsche, Simmel e Weber” (Postone, 2009c: 306) – mormente, “a crítica da burocratização, do formalismo, do modelo dominante de ciência”, da “racionalização”, etc. – e incrustou-os na “análise da forma-mercadoria de Marx” (Postone, 2008b: 2 e 4). Para além disso, Lukács mostra que a mercadoria e as restantes categorias marxianas da maturidade “são *simultaneamente* formas do ser social e formas de consciência” (Postone, 2008b: 4, *itálico* nosso), quer dizer, “objetivas e subjetivas” (Postone, 2011a: 2), permitindo assim descartar “o esquema base-superestrutura” (Postone, 2008b: 4) e contextualizar o “pensamento (...) de maneira (...) não-funcionalista” (Postone, 2011a: 2). Em síntese, Lukács desbravou o caminho para um anticapitalismo suscetível de superar em radicalidade tanto as “críticas conservadoras” socio-filosóficas quanto o “reducionismo da classe operária” do marxismo tradicional (Postone, 2009c: 306).

No ano de 1969, Postone concluiu a parte letiva do seu doutoramento – conhecida por ABD (*all but dissertation*) nos EUA – em história na Universidade de Chicago (Sewell Jr., 2018: 156). A sua área de especialização era a história social e intelectual da modernidade europeia. Dada a inflexão marxista do seu pensamento, não surpreende que o autor tenha escolhido como tema da sua tese uma investigação da teoria de “Marx à luz dos *Grundrisse*” (Postone, 2016c: 91). No começo dos anos 70 muda-se para Nova Iorque, “onde planeia escrever a sua dissertação enquanto ensina a tempo parcial em várias faculdades da cidade” (Sewell Jr., 2018: 156).

Porém, um dos seus orientadores em Chicago, Gerhard Meyer, sugeriu-lhe que “passasse algum tempo na Alemanha”, pois “beneficiaria” certamente “do nível de discussão (...) bastante mais elevado do que nos Estados Unidos” em torno da obra marxiana (Postone, 2011a: 2; cf. Postone, 2009c: 306). Postone emigra então, em 1972, para Frankfurt, “o centro dos movimentos estudantis e políticos na Alemanha Ocidental” (Sewell Jr., 2018: 157). Originalmente planeava permanecer neste país somente durante um ano (Postone, 2016c: 92), mas acaba por ficar até 1983, data em que defende finalmente a sua tese (Postone, 1985a: 17; Repères, 2013: 151). É digno de nota que na Alemanha o doutoramento de Postone transita formalmente da história para o domínio disciplinar da sociologia.

A estadia prolongada é, pelo menos em parte, explicável pelo ambiente favorável que correspondeu às expectativas criadas por Meyer. Nos agradecimentos da sua *magnum opus*, Postone reconhecerá efetivamente ter tirado proveito da “atmosfera teórica geral” em Frankfurt e das “muitas discussões intensas com os meus amigos locais” (Postone,

⁵²⁸ A tradução inglesa será publicada em 1971.

2003d/1993: xi). Orientado em solo germânico por Iring Fetscher (Murray, 2018b: 1), Postone garante a subsistência com uma bolsa de estudos e, posteriormente, lecionando nas filiais da Universidade de Maryland localizadas nas bases do exército estado-unidense (Postone, 2016c: 92).

O primeiro resultado da sua pesquisa doutoral foi a publicação, em 1978, de um ensaio com 50 páginas, intitulado “Necessity, Labor, and Time” (vd. Quadro 6.1), na prestigiada revista acadêmica *Social Research*. Nele expõe vários aspetos que se tornarão centrais no seu pensamento das décadas subsequentes. Na ótica de Postone, a teoria de Marx não é uma crítica do capital do ponto de vista do trabalho, mas uma crítica *do* trabalho enquanto prática fetichista socialmente mediadora e constitutiva da modernidade. As formas sociais burguesas – mercadoria, valor, capital, etc. – (pre)dispõem um sistema de dominação totalizante, impessoal e quasi-objetivo.

Quadro 6.1 – Cronologia dos principais escritos de Postone

Data	Título
1975	“On Nicolaus’ «Introduction» to the <i>Grundrisse</i> ” (com Helmut Reinicke)
1978	“Necessity, Labor and Time: A Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism”
1980	“Anti-Semitism and National Socialism: Notes on the German Reaction to «Holocaust»”
1982	“Critical Pessimism and the Limits of Traditional Marxism” (com Barbara Brick)
1993	<i>Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory</i>
1998	“Rethinking Marx (in a Post-Marxist World)”
1999	“Contemporary Historical Transformations: Beyond Postindustrial Theory and Neo-Marxism”
2003	“Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism”
2003	“The Holocaust and the Trajectory of the Twentieth Century”
2004	“Critique and Historical Transformation”
2006	“History and Helplessness: Mass Mobilization and Contemporary Forms of Anticapitalism”
2008	“Marx after Marxism: An interview with Moishe Postone”
2009	“Labor and the Logic of Abstraction: An Interview”
2009	“Theorizing the Contemporary World: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey”
2012	“Marx and Modernity: Rethinking Labour, Capital, and Capitalism”
2012	“Thinking the Global Crisis”
2017	“The Current Crisis and the Anachronism of Value: A Marxian Reading”

Pela primeira vez, Postone apresenta a sua teoria acerca da dialética *temporal* caraterizadora do capitalismo. Por um lado, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas torna o trabalho crescentemente anacrônico, enquanto, por outro, a *necessidade* do dispêndio de tempo de trabalho abstrato é *reconstituída* pelo capital porque este é o conteúdo do valor. Todavia, a *contradição* entre (re)produção material e processo de valorização e, em especial, o aspeto não-idêntico do valor uso geram immanentemente a possibilidade de uma outra forma de vida social. A única diferença face aos escritos posteriores é que neste artigo

Postone ainda identifica a prática emancipatória com um sujeito revolucionário apriorístico: o proletariado.⁵²⁹

Exceção feita ao livro fundador de Lukács e, em certa medida, à primeira geração de frankfurtianos, as “leis económicas da evolução do capitalismo como modo de produção” (Anderson, 1976: 61) e o conceito nuclear de fetichismo foram negligenciados pelos nomes mais sonantes do marxismo ocidental (Jappe, 2006: 13).⁵³⁰ Assim, na sequência do que mencionei nos dois parágrafos pretéritos, facilmente se percebe que Postone foi um dos precursores no mundo anglo-saxónico da recuperação e reinterpretação da crítica da economia política de Marx, mormente da sua teoria do valor e do fetichismo.⁵³¹

Em 1980, Postone publica o influente artigo “Anti-Semitism and National Socialism” que será subsequentemente traduzido em várias línguas. Neste ensaio, o autor realça a centralidade do antissemitismo na Alemanha hitleriana e defende que o mesmo pode ser explicado satisfatoriamente com recurso às categorias marxianas. O modo de (re)produção capitalista é uma realidade peculiar: trata-se de uma essência que se manifesta num conjunto de formas fenoménicas, mas que se *oculta* e transfigura no próprio ato de aparecer. A teoria de Marx denuncia como ideológicas todas as formas de pensamento que se aferram às aparências categoriais mistificadoras burguesas.

Segundo Postone, o antissemitismo é uma ideologia porque apenas associa, de maneira truncada, o capitalismo ao dinheiro e ao capital financeiro, ao mesmo tempo que naturaliza o trabalho (concreto), a produção industrial e o capital produtivo. No seio deste anticapitalismo *fetichista*, a dominação abstrata do valor é personificada e, inclusive, biologizada na suposta conspiração mundial urdida pelos especuladores judeus que espoliam os trabalhadores honestos arianos. Esta leitura ideológica só admite uma saída: o extermínio em nome da salvação. Portanto, o antissemitismo não se traduz no mero ódio contra os judeus. Envolve uma cosmovisão maniqueísta que almeja explicar um mundo ameaçador para vários grupos sociais e, nesse sentido, distingue-se das demais formas de racismo.

Em 1982, no extenso artigo “Critical Pessimism and the Limits of Traditional Marxism”, redigido com Barbara Brick, Postone abandona explicitamente a noção do proletariado como sujeito emancipatório apriorístico. No ano seguinte, o autor defende finalmente a sua tese de doutoramento, intitulada *The Present as Necessity: Toward a Reinterpretation of the Marxian Critique of Labor and Time*, na J.W. Goethe-Universität, em Frankfurt (Repères, 2013: 151). Para além de Iring Fetscher, o seu orientador, o júri é composto por Heinz Steinert e Albrecht Wellmer. O manuscrito constitui a “versão

⁵²⁹ De facto, um aspeto intrigante da teoria de Postone é a sua invariância: “os seus argumentos acerca das especificidades históricas do capitalismo e acerca do antissemitismo moderno são de uma constância surpreendente. (...) [E]les permaneceram essencialmente inalterados desde a década de 1980” (Dufour & Gheller, 2013: 133-134).

⁵³⁰ “O «Marxismo Ocidental» (...) manteve sempre uma certa distância face à [crítica da, NM] economia política” (Therborn, 2008: 153).

⁵³¹ Juntamente com Arthur (1978), Elson (1979), Geras (1975), Pilling (1980) e Sayer (1979). No entanto, esta continua a ser, até aos dias de hoje, uma corrente subterrânea. O estado lastimável do marxismo anglo-saxónico é notório quando se analisam cronologicamente as suas principais figuras nos EUA. No período pós-2ª Guerra Mundial emergiu a revista *Monthly Review*, sob os auspícios de Paul Sweezy, Paul Baran e Harry Magdoff, que se afastou progressivamente da “teoria marxista do valor” e incorporou aspetos da *economics* keynesiana (Martineau, 2013: 18; cf. McLellan, 1998: 358), ao mesmo tempo que se empenhava na defesa dos regimes do socialismo real terceiro-mundistas, mormente do cubano e do chinês (Callinicos, 2008: 80). Se na década de 1970, sobretudo em terras de Sua Majestade, os neo-ricardianos de esquerda já tinham descartado a teoria de Marx como “irrelevante” para analisar “o comportamento real das economias capitalistas” (Ibid.: 87), na década seguinte o chamado marxismo analítico de Roemer, Elster e Olin Wright procura salvar ridiculamente a honra do convento através da apropriação do individualismo metodológico e da teoria das escolhas racionais, rejeitando em bloco a conceptualização marxiana do valor (Ibid.: 85-87).

preliminar” da sua *magnum opus* publicada 10 anos mais tarde (Postone, 2003d/1993: xi; cf. Sewell Jr., 2018: 157).

Recém-doutorado, Postone regressa a Chicago, onde, entre 1983 e 1987, trabalha como bolsheiro de pós-doutoramento num “instituto de pesquisa independente” chamado Center for Psychosocial Studies, mais tarde rebatizado Center for Transcultural Studies (Postone, 2016c: 93; cf. Postone, 2003d/1993: xi; Harms, 1999: 2; Lerner, 2018: 1). Craig Calhoun refere que a instituição estava a tentar expandir-se na área da “teoria social” e que essa foi a razão subjacente à contratação de ambos (Calhoun, 2012: 71).

Ao longo dos anos 80, Postone integra grupos de leitura com individualidades como o mencionado Calhoun, Nancy Fraser ou Charles Taylor (Ibid.: 70 e 72). Os membros reuniam-se presencialmente “três ou quatro vezes por ano”, mas as pessoas que viviam em Chicago encontravam-se obviamente mais vezes (Ibid.: 71). O objetivo consistia em que cada participante apresentasse um *paper* que depois era discutido por todos (Ibid.). Estudavam Marx, Bourdieu, Habermas e muitos outros pensadores sociais de craveira (Ibid.: 70-71).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o marxismo será gradualmente substituído “pelos pensamentos pós-marxista, pós-moderno, pós-estruturalista e neo-weberiano” como posição crítica “dominante” nos países anglo-saxónicos (Martineau, 2013: 21). Postone indica dois fatores que explicam a sua imunidade face a este movimento, sobretudo na variante pós-estruturalista. A primeira “razão”, puramente “contingente”, prende-se com o facto de “a receção maior do pós-estruturalismo nos EUA” ter ocorrido quando o autor vivia na Alemanha, onde a influência desta corrente “foi bastante mais fraca” (Postone, 2009c: 308).

A segunda razão diz respeito ao conteúdo substantivo das teorias em questão. Na ótica de Postone, o pós-estruturalismo foi fundamentalmente “uma resposta ao estruturalismo e também, de modo implícito, ao reducionismo de classe” (Ibid.: 309, *italico no original*) que apreendia o capitalismo exclusivamente em termos da propriedade privada dos meios de produção e da dominação direta exercida pela burguesia. Ora, Postone nunca perfilhara nenhuma destas posições: “Não tendo sido atraído por aquilo contra o qual o pós-estruturalismo reagia, este último acabou também por não suscitar o meu interesse” (Ibid.). Para além disso, grande parte dos aspetos pretensamente inovadores do pós-estruturalismo já tinham sido, na verdade, desenvolvidos de “modo muito mais eficaz” pela Escola de Frankfurt, cujas teorias Postone conhecia aprofundadamente e apreciava (Ibid.: 308).

Em 1987, Moishe Postone torna-se assistente no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, instituição onde permanecerá durante o resto da sua carreira (Lerner, 2018: 1).⁵³² No ano de 1991, Postone é promovido a professor auxiliar (*Associate Professor*), mas sem *tenure* (Repères, 2013: 152; Sewell Jr., 2018: 157). Todos os alunos das licenciaturas da Universidade de Chicago, sem exceção, têm de frequentar uma disciplina anual no campo da ciência social (Social Science Core). Postone deverá responsável por uma das três opções disciplinares – chamada Self, Culture and Society – colocadas à disposição dos estudantes (Postone, 2015a: 1-3).

Os autores lecionados são: Smith, Marx e Weber (Society); Durkheim, Lévi-Strauss, Sahlins, Foucault, Benjamin e Adorno (Culture); Freud, Marcuse, de Beauvoir e Fanon (Self). De acordo com o seu entendimento, “Self, Culture and Society é, em termos de conteúdo, acerca de teorias da constituição social: a constituição da sociedade pelos seres humanos, a constituição de sistemas simbólicos pelos seres humanos (...) e, finalmente, a constituição social e cultural do *self*” (Ibid.: 13). Postone tutelará esta cadeira até 2016 (Ibid.: 1).

⁵³² Sewell Jr. destaca o carácter invulgar desta carreira, pois Postone tinha 45 anos quando a iniciou (Sewell Jr. 2018: 157).

William Sewell Jr. salienta que Postone era um “organizador inveterado (...) de fóruns intelectuais” (Sewell Jr., 2018: 159). Assim, formou na Universidade de Chicago o denominado Social Theory Group, que se reunia duas vezes por ano e era uma continuação dos grupos de leitura iniciados quando estava no Center for Psychosocial Studies (Ibid.).⁵³³ Em 1992, a pedido de um conjunto de estudantes pós-graduados, Postone e Sewell Jr. criaram “um *workshop* interdisciplinar de teoria social bissemanal, onde eram discutidos *papers* e capítulos de tese dos alunos, juntamente com *papers* ocasionais de visitantes ou de membros do corpo docente” (Ibid.).

Postone trabalhava lentamente. Por isso, só em 1993 publica a versão amplamente reelaborada da sua tese de doutoramento (Murray, 2018b: 2). O livro intitula-se *Time, Labor, and Social Domination – A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Embora em 1996 a obra seja agraciada com o Theory Prize da American Sociological Association (Postone, 2016c: 90), Postone considera que esta teve um maior impacto “fora dos Estados Unidos” (Postone, 2014a: 58). De facto, o livro foi ulteriormente traduzido para alemão (2003), espanhol (2006), francês (2009), japonês (2012) e português (2014), estando igualmente a ser preparadas as versões chinesa e romena (Ibid.: 58n2).⁵³⁴

Time, Labor, and Social Domination pode ser encarado como uma releitura de *O Capital* à luz dos *Grundrisse*⁵³⁵ (Postone, 2009c: 307; cf. Dufour & Gheller, 2013: 139) que, para além disso, foi “influenciada” por Georg Lukács e pela Escola de Frankfurt (Postone, 2003d/1993: 15). Postone defende que o marxismo tradicional, assente na “crítica do mercado e da propriedade privada dos meios de produção do ponto de vista do trabalho e da produção” industrial, fracassou na proposta de “uma teoria crítica do capitalismo adequada” (Postone, 2014b: 9).

Este falhanço deve-se, sobretudo, à sua interpretação fundamentalmente equivocada de Marx, cuja teoria não versa primariamente sobre as “formas de exploração (...) *no interior* da sociedade moderna”, mas, ao invés, assume-se como uma “crítica” radical “da natureza da própria modernidade” no seu conjunto (Postone, 2003d/1993: 4, *itálico no original*). Neste sentido, a (re)interpretação postoniana vai deslocar o foco da “distribuição” (injusta) da mais-valia para a “questão da forma” social “da riqueza” e da *produção* “no capitalismo” (Murray, 2018b: 3).⁵³⁶

Postone realça “a especificidade histórica do trabalho” (Miller, 2004: 213) e do “valor” enquanto categorias socialmente sintéticas (Postone, 2009c: 307) que, ademais, são *fetichistas* na medida em que constituem “formas de dominação quasi-objetivas” (Postone, 2004a: 54). O autor dedica uma atenção especial aos seus caracteres temporais estruturantes da “dinâmica direcional” do modo de (re)produção capitalista (Postone, 2003d/1993: 5).⁵³⁷

⁵³³ Dois resultados palpáveis deste fórum teórico foram as obras coletivas *Habermas and the Public Sphere* (organização de Craig Calhoun) e *Bourdieu: Critical Perspectives* (organização de Moishe Postone, Edward LiPuma e Craig Calhoun) publicadas respetivamente em 1992 e 1993.

⁵³⁴ Ao longo da década de 2000 serão publicadas igualmente várias coletâneas dos seus ensaios em inglês, alemão, e espanhol: *Marx est-il devenu muet?: Face à la mondialisation* (2003); *Deutschland, die Linke und der Holocaust – Politische Interventionen* (2005); *Marx Reloaded: Repensar la teoría crítica del capitalismo* (2007); *History and Heteronomy: Critical Essays* (2009); *Critique du fétiche-capital: Le capitalisme, l’antisemitisme et la gauche* (2013).

⁵³⁵ Esse é, aliás, o título de um ensaio posterior do autor (cf. Postone, 2008c). Em 1975, quando vivia em Frankfurt submerso nas suas pesquisas doutorais, Postone já tinha chegado à conclusão que “[o]s *Grundrisse* são de suma importância para a reconstrução do pensamento marxiano. Falta-lhes a estrutura lógica coesa de *O Capital*, mas possuem um âmbito explicitamente mais abrangente que oferece profundidade e riqueza ao entendimento do desdobramento categorial da crítica da economia política” (Postone & Reinicke, 1975: 130).

⁵³⁶ Todavia, de acordo com esta interpretação, Postone advoga a *Aufhebung* emancipatória da modernidade capitalista, e não a sua rejeição romântica (cf. Postone, 2004a: 53; McLellan, 1993: 1009).

⁵³⁷ “Postone fez do tempo um elemento central da sua «reinterpretação» da teoria crítica «madura» de Marx” (Miller, 2004: 209).

Na ótica do autor, a interação entre trabalho concreto/trabalho abstrato e valor de uso/valor origina o denominado tempo histórico, que é uma forma peculiar de tempo concreto moderno. Trata-se do eixo ao longo do qual se move a unidade do tempo abstrato – a hora de trabalho socialmente necessário.

O aumento da produtividade material redefine continuamente o conteúdo substantivo da hora de trabalho social que, concomitantemente, é *reposta* como norma obrigatória reguladora da (re)produção macrossocial. Está-se perante aquilo que Postone designa por *treadmill dynamic*: com vista a cumprir os critérios de competitividade, os capitais individuais são compelidos a produzirem cada vez mais valores de uso numa hora para gerar, no longo prazo, a mesma massa de valor.⁵³⁸

A acumulação dos conhecimentos socialmente gerais e dos resultados do trabalho *passado* conduz ao desenvolvimento ciclópico das forças produtivas, nomeadamente da ciência e da maquinaria, tornando o dispêndio *presente* de trabalho humano crescentemente *anacrónico* e abrindo a possibilidade da sua superação *futura*. Porém, a sua necessidade é permanentemente reconstituída pelo capital, pois o trabalho representa a seiva vital do sujeito automático. Esta relação dialética entre passado, presente e futuro revela que “a categoria do capital é essencialmente temporal” (Postone, 2014b: 10). Encerra um “processo” contraditório “historicamente dinâmico” que distingue o modo de “vida social” hodierno (Ibid.).⁵³⁹

Time, Labor, and Social Domination e o vasto conjunto de ensaios que Postone redigiu até à data da sua morte apresentam várias semelhanças com uma corrente marxista minoritária no espaço anglo-saxónico que Christopher J. Arthur rotulou como “Nova Dialética” (cf. Arthur, 2004). Os seus nomes mais sonantes são, para além do próprio Arthur (cf. 1986; 2004), Patrick Murray⁵⁴⁰ (cf. 1988; 2016), Tony Smith (cf. 1990; 2006), Geert Reuten (cf. 2019; Reuten & Williams, 1989), Fred Moseley (cf. 2016; Moseley & Smith, 2014) e Robert Albritton (cf. 1999; 2007).⁵⁴¹

Embora não se trate de “uma tendência teórica unificada”, é seguro afirmar que “os seus proponentes (...) partilham” duas posições fundamentais (Kincaid, 2008: 385). Em primeiro lugar, a rejeição liminar do esquema base-superestrutura, tido como redutor, e dos dogmatismos associados ao Diamat soviético (Blackledge, 2010: 162; Martineau, 2013: 23). Em segundo lugar, a tentativa de reavivar e *atualizar* a crítica da economia política (Ibid.) através da reconstrução “lógica de *O Capital*” (Kincaid, 2008: 385). Por outras palavras, a Nova Dialética defende que, “com vista a compreender a organização e a exposição do argumento de *O Capital*, deve ser prestada uma atenção primordial aos elementos que Marx toma de empréstimo (...) à *Lógica* de Hegel” (Ibid.).

Esta redescoberta de Hegel tem servido para reformular a análise da “forma-valor” marxiana (Blackledge, 2010: 163), nomeadamente no que se refere ao seu “aspeto *qualitativo* e social” (Martineau, 2013: 27, *italico* nosso). Dada a identidade entre ambas, a reconceptualização do valor repercute-se automaticamente no entendimento do fetichismo.

⁵³⁸ A metáfora da passadeira rolante remete precisamente para o facto de ser preciso correr cada vez mais depressa para se manter no mesmo sítio.

⁵³⁹ Ademais, visto que Postone concebe a mercadoria e o capital como formas simultâneas de objetividade e subjetividade social, mediadas pelo trabalho, a sua abordagem permite “superar as dicotomias teóricas familiares de estrutura e ação, sentido e vida material” (Postone, 1998b: 56).

⁵⁴⁰ Amigo e interlocutor teórico de longa data de Moishe Postone, conforme este confessa nos agradecimentos de *Time, Labor, and Social Domination*: “Estou particularmente grato a Patrick Murray (...). Aprendi imenso com as nossas conversas contínuas” (Postone, 2003d/1993: xii).

⁵⁴¹ São também dignos de nota diversos artigos acerca da teoria marxista do valor e do fetichismo, destes e de outros autores, nas páginas das revistas *Capital & Class* e, sobretudo, *Historical Materialism* (Blackledge, 2010: 163; Martineau, 2013: 23). Esta última organizou números especiais sobre os principais livros de Postone (cf. Vol. 12, No. 3, 2004) e Arthur (cf. Vol. 13, No. 2, 2005).

As noções do trabalho, do valor e da troca como abstrações *reais* adquirem posições de destaque. Além do mais, Arthur (cf. 1993: 64-65; 2004: 7-9, 137; 153-154; 172), Murray (cf. 1988: 108, 216-219, 226, 228), Moseley (2014: 119 e 122) e Albritton (1999: 32-34; 2007: 85-86) reconhecem a *homologia* entre o capital e o Absoluto hegeliano e que, portanto, o modo de (re)produção burguês constitui uma sociedade efetivamente *metafísica*.⁵⁴²

Em 1995, Postone vê-lhe ser negada a promoção a professor auxiliar com *tenure*. A verdade é que, segundo William Sewell Jr., Postone foi sempre uma espécie de corpo estranho num Departamento de Sociologia “que dava pouca importância à teoria social e ainda menos ao marxismo” (Sewell Jr., 2018: 157). Um grupo de colegas protestou junto do reitor contra o que consideravam ser uma injustiça; este declarou levar o caso em consideração se outro departamento estivesse disposto a oferecer uma posição em condições análogas a Postone (Ibid.: 157-158). Ora, “poucas semanas depois, o Departamento de História votou esmagadoramente a favor da atribuição do cargo de professor auxiliar com *tenure* a Moishe” Postone (Ibid.: 158). A ironia é que, no ano seguinte, *Time, Labor, and Social Domination* será galardoado, conforme se mencionou atrás, com o Theory Prize da American Sociological Association.

Porém, o autor não obteve apenas o reconhecimento pela sua investigação. Em 1999 recebeu o prémio Llewellyn John and Harriet Manchester Quantrell que atestava a sua “excelência” como professor ao nível da licenciatura (Lerner, 2018: 2). Uma década depois ganhará o University of Chicago Faculty Award for Excellence in Graduate Teaching, sendo assim igualmente distinguida a qualidade do seu ensino ao nível do mestrado e do doutoramento. Postone confessa apreciar “bastante lecionar na Universidade” de Chicago por ser uma atividade recompensadora (Postone apud Harms, 1999: 2).

Em termos pedagógicos, especialmente na qualidade de responsável pela disciplina anual *Self, Culture and Society*, Postone rejeita que os teóricos sociais sejam estudados somente através de “referências secundárias”, pois é importante que os “alunos aprendam a lidar com os textos” desses autores (Postone, 2015a: 4). O professor deve estar ciente de que não ensina “verdades”, mas “argumentos” e que estes são por vezes “muito difíceis” (Ibid.: 23). Todavia, a sua missão é justamente, por um lado, ajudar os alunos a compreenderem a maneira como cada autor constrói um conjunto de categorias para sustentar os seus argumentos e, por outro, salientar a “coerência relativa” de cada teoria *antes* de criticá-la (Sartori, 2018: 166). Postone resume a sua abordagem pedagógica da seguinte forma:

“Nas ciências sociais, não se ensina um cânone na aceção das humanidades. Ensina-se teoria fundamental, que não é a mesma coisa que um cânone. Um teórico procura explicar um fenómeno. Ao lerem teoria, os alunos devem cientes do fenómeno que o teórico em causa tenta explicar, da maneira como o teórico procura abordar esse fenómeno e da razão por que desenvolve certos tipos de categorias para clarificá-lo. Se se ler teoria desta forma, as próprias categorias tornam-se: a) acessíveis a todos, b) algo que os alunos interiorizam, e c) algo que os alunos aprendem a identificar, que é uma competência. (...) Decifrar textos com os alunos, mostrar-lhes como alguém pensa e aquilo que faz com as suas categorias (...), torna-os muito mais cientes de um vasto conjunto de discursos nos quais participam.” (Postone, 2015a: 5)

Dada a enorme carga letiva, “a organização de múltiplos fóruns intelectuais (...), as muito requisitadas horas de atendimento aos alunos (...) e o seu trabalho crucial como membro do Conselho de Escola da Universidade de Chicago numa altura em que o currículo (...) estava a ser profundamente revisto”, as leituras e as pesquisas de Postone eram normalmente efetuadas durante as “primeiras horas da madrugada” (Sewell Jr., 2018: 160).

⁵⁴² Ao contrário de Tony Smith (cf. 1993), que rejeita esta leitura.

Segundo William Sewell Jr. o autor confidenciou-lhe que “era o silêncio total das horas que se seguiam à meia-noite que lhe permitia alcançar a concentração requerida para resolver os problemas intelectuais mais difíceis” (Ibid.).

Em 2003, Postone coeditou com Eric Santner a obra *Catastrophe and Meaning: The Holocaust and the Twentieth Century*, onde assina a introdução e um longo ensaio, intitulado “The Holocaust and the Trajectory of the Twentieth Century”, que desenvolve os argumentos apresentados no artigo seminal de 1980 sobre o tema (vd. Quadro 6.1 supra). Desde a sua origem, em 2009, o autor integrará o Center for Jewish Studies da Universidade de Chicago (Lerner, 2018: 1). Posteriormente, em 2012, participará na criação da independente Critical Theories of Antisemitism Network.

Em 2004, *Time, Labor, and Social Domination* foi tema de uma conferência, cujos *papers* foram publicados num número especial da revista *Historical Materialism* (Murray, 2018b: 1).⁵⁴³ No ano subsequente, Moishe Postone foi promovido a professor associado. Ministra colóquios avançados a estudantes de mestrado e doutoramento nos domínios da história do século XX, da Teoria Crítica, da teoria marxiana e das críticas da modernidade. Nesse mesmo ano tornou-se codiretor do Chicago Center for Contemporary Theory (Postone, 2014a: 57). Em 2012, Postone atingiu o topo da carreira docente como professor catedrático (Thomas E. Donnelley Professor) em História Moderna.

No final do ano pretérito organizara-se uma conferência para comemorar o vigésimo aniversário de um *workshop* interdisciplinar que congregava professores e alunos pós-graduados da Universidade de Chicago (Sewell Jr., 2018: 160). Decidiu-se criar uma nova revista, chamada *Critical Historical Studies*, com o intuito de promover, “alargar e aprofundar” este debate (Postone *et al.*, 2014: 1n1). Postone foi um dos fundadores do periódico, cujo primeiro número será publicado em 2014 com a chancela da University of Chicago Press, e ocupou o cargo de codiretor até à data da sua morte, no dia 19 de Março de 2018, na sequência de uma longa batalha com o cancro (Lerner, 2018: 1; Murray, 2018b: 1).

O seu amigo Andrew Sartori salienta que na “raiz” da teoria postoniana se encontrava “um profundo compromisso com a defesa (...) de um futuro” emancipatório “que valesse a pena” ser vivido pelos seres humanos (Sartori, 2018: 168). Embora na época do seu falecimento não estivesse “muito otimista acerca” das *probabilidades* “desse futuro”, Postone “manteve-se firme”, até ao fim, “na defesa dessa *possibilidade*” (Ibid., *itálico nosso*) contida no desenvolvimento histórico contraditório do modo de (re)produção capitalista.

Nos últimos anos de vida, Moishe Postone trabalhava num manuscrito que deixou inacabado. Tratava-se de um “guia de leitura de *O Capital*” precisamente intitulado *Capital – A Reading* (Sewell Jr., 2018: 161). De acordo com Sewell Jr., “enfraquecido (...) pelo tratamento rigoroso que a sua doença exigia”, Postone tinha entretanto abandonado “outros dois projetos que planeava há muito tempo – uma história (...) da tradição da teoria crítica, desde Lukács até Habermas,⁵⁴⁴ e uma análise das transformações do capitalismo desde os anos 70 e dos discursos socio-teóricos que as mesmas inspiraram” (Ibid.).

⁵⁴³ Quando é instado a avaliar o conteúdo das análises críticas apresentadas pelos participantes nesta conferência, Postone retorque: “Creio que alguns deles entenderam muito bem a minha obra. Outros, que vêm da tradição marxista britânica, não entenderam quase nada da minha obra, porque são como uma Igreja: primeiro tens de «acreditar», e aquilo em que tens de acreditar é na classe operária, deduzindo o resto a partir daí. Porém, eu não acredito na Igreja, não penso que seja assim que se deve fazer teoria crítica” (Postone, 2014a: 61).

⁵⁴⁴ No seu curriculum vitae, este projeto de livro era identificado com o título de *Critical Social Theory and Contemporary Historical Transformations*. Postone refere-se à estrutura do livro num ensaio incluído na coletânea *History and Heteronomy*: o capítulo 1 seria dedicado a Georg Lukács, o “precursor teórico mais importante da Teoria Crítica”; os capítulos 2, 3 e 4 seriam, respetivamente, sobre Horkheimer, Adorno e Marcuse; o capítulo 5 seria presumivelmente acerca de Habermas (Postone, 2009a: 52, 54 e 56). Nesse mesmo ensaio esclarece o intuito fundamental da obra: “Planeio escrever um livro sobre a trajetória histórica da Teoria

6.2 – Hegel, Marx e a dialética

6.2.1 – A homologia entre o *Geist* hegeliano e o capital

Com vista a superar “a dicotomia teórica clássica entre sujeito e objeto”, Hegel sustenta que “toda a realidade, tanto a natural como a social, (...) é constituída (...) pela prática (...) do *Geist*, o Sujeito histórico global” (Postone, 2003d/1993: 72). Conforme se constatou em 5.2.5, o Espírito Absoluto (Deus) toma a realidade humana e sensível como a sua forma de *manifestação*. O mundo finito é reduzido ao estatuto de *veículo* do infinito.⁵⁴⁵ Para cumprir esta função ele deve exibir a estrutura lógica da Ideia Absoluta: não são as suas qualidades corpóreas que caracterizam essencialmente o finito, mas, antes, a *idealidade* abstrata que canaliza. Em suma, a objetividade natural, a subjetividade dos seres humanos e o Espírito Absoluto partilham “a mesma substância” etérea, abstrata e homogênea – a Ideia (Ibid.).

Dado que é a *origem* desta substância comum *universal*, o *Geist* assume-se como o “Sujeito absoluto” (Ibid.: 156) ou como o “sujeito-objeto idêntico” (Ibid.: 72). Em Hegel a antinomia agência/estrutura é, pois, superada de modo *metafísico*, porque “tanto a objetividade como a subjetividade são constituídas pelo *Geist* à medida que se desdobra dialeticamente” (Ibid.). O Espírito Absoluto exprime-se na Natureza e, de modo mais adequado, *faz-se pensar* através da subjetividade humana. Assim, a realidade finita representa a mera forma fenoménica do *Geist*, devindo, por isso, *subsumida* no ser uniforme da “substância” infinita “que é ao mesmo tempo «Sujeito»” Absoluto (Ibid.).

Marx define o capital em termos bastante similares àqueles utilizados por Hegel para descrever o *Geist* (Ibid.: 85-86). No seio das “relações sociais” peculiares hodiernas (Ibid.: 75) o capital produz-se e reproduz-se como “substância automovida que é Sujeito” (Postone & Brick, 1982: 641). Esta fórmula lapidar encerra duas proposições basilares. Em primeiro lugar, Marx sublinha a existência de “um Sujeito histórico em sentido hegeliano” na modernidade, “mas não o identifica com nenhum grupo social” concreto, mormente o “proletariado” (Postone, 2003d/1993: 75). Ao invés, este Sujeito – ou sujeito-objeto idêntico – é situado “no conjunto complexo de relações sociais alienadas expresso pela categoria de capital” (Postone & Brick, 1982: 641).

Em segundo lugar, o Sujeito automático, quer dizer, o “valor que se autovaloriza” (Postone, 2003d/1993: 75), possui uma substância homogênea: o “trabalho humano abstrato” (Ibid.: 85). Isto significa que, no Marx maduro, a substância não é uma “hipostasiação teórica” atribuível aos devaneios do filósofo idealista, mas remete para “uma realidade social” singular (Ibid.). O trabalho abstrato é a categoria *mediadora* “da interação social no capitalismo” (Postone & Brick, 1982: 641). Trata-se de uma forma de “prática objetivadora” que *constitui* o valor e o capital como formas sociais historicamente específicas (Postone, 2003d/1993: 75).

Crítica (...) da Escola de Frankfurt (...). Pretendo contextualizar estas teorias sofisticadas (...) com referência aos padrões históricos de larga escala que se tornaram cada vez mais evidentes nas últimas décadas. (...) A preocupação deste projeto de livro prende-se, então, com a inter-relação complexa da teoria social com o seu contexto histórico enquanto objeto e propósito da sua investigação. (...) [S]erá um livro pequeno (aproximadamente 150-200 páginas) que apresentará um argumento histórico-teórico centrado-se num número limitado de autores e nas suas obras” (Ibid.: 49-50).

⁵⁴⁵ José Barata Moura assinala que “todas as teses hegelianas se desenvolvem dentro de um marco ontológico onde a Ideia e o Espírito Absoluto se apresentam como instâncias dominantes, estruturalmente reitoras do acontecer. (...) No fundo, para Hegel, o processo real é a manifestação do Espírito; o Todo de que importa dar conta é o Espírito, que num final momento sintético tudo conterà em si” (Moura, 1977: 58). Por outras palavras, “o real resolve-se no Espírito (...). A materialidade tem de rarefazer-se ou sublimar-se em espiritualidade para verdadeiramente poder cumprir o seu estatuto e vocação de momento transitório de uma oposição que a razão universal acabará por conciliar e integrar no seu próprio ser” (Ibid.: 59).

Ao empregar os conceitos hegelianos de Sujeito – com “s” maiúsculo – e de substância, Marx sugere, portanto, que “o capitalismo (...) é uma forma de vida social com atributos *metafísicos*” (Ibid.: 156, *itálico* nosso). Neste sentido, a vulgata marxista-leninista equivoca-se completamente, pois “Marx não inverte (...) os conceitos hegelianos de maneira «materialista»” (Ibid.: 74). Pelo contrário, o “núcleo racional” da dialética hegeliana é justamente o seu *idealismo* (Postone & Reinicke, 1975: 134), porquanto no coração do modo de (re)produção capitalista está, com efeito, um mecanismo formal abstrativo e homogeneizador (cf. 1.1.2).⁵⁴⁶

Logo, o infinito que se apodera do finito, e o converte na sua forma de manifestação, representa fielmente o funcionamento “da sociedade burguesa na sua abstração efetiva” (Ibid.: 139). Esta “realidade (...) abstrata” encarna em “categorias que parecem ter uma vida própria” (Ibid.: 133), instaurando “um modo de dominação social constituído por estruturas de relações sociais (...) alienadas” (Postone, 2003d/1993: 81), (re)criadas continuamente pela prática fetichista quotidiana. O jogo quasi-objetivo das categorias, de acordo com uma *lógica dialética* totalitária e apriorística, encontra a sua “validade social” na modernidade capitalista (Ibid.: 75).

Na perspectiva de Moishe Postone, a filosofia hegeliana sofre, porém, de um problema crucial. Os seus conceitos

“exprimem aspetos fundamentais da realidade capitalista, mas não os apreendem adequadamente. As categorias de Hegel não elucidam o capital enquanto Sujeito de um modo de produção alienado, nem analisam a dinâmica historicamente específica das formas impelidas pelas suas contradições particulares imanentes. Em vez disso, Hegel põe o *Geist* como Sujeito [transhistórico, NM] e a dialética como lei universal de movimento. Por outras palavras, (...) Hegel apreendeu, de facto, as formas sociais abstratas e contraditórias do capitalismo, *mas não na sua especificidade histórica.*” (Ibid.: 81, *itálico* no original)

Hegel é incapaz de perceber a alienação inerente à existência de um Sujeito abstrato metafísico e, para além disso, não o reconduz à categoria historicamente *inaudita* do capital. Analogamente, a realidade *social* dialética é entendida de modo *positivo* e supra-histórico, e não como sinal da *heteronomia* peculiarmente moderna (Postone & Reinicke, 1975: 138).

Deste modo, coube ao Marx da maturidade contextualizar “os conceitos de Hegel em termos das formas sociais da sociedade capitalista” (Postone, 2003d/1993: 81). Postone defende que *O Capital* deve ser lido “como um meta-comentário sobre Hegel” (Ibid.). Através do “desdobramento” das suas próprias “categorias”, Marx leva a cabo uma “crítica *imanente*” dos conceitos *homólogos* hegelianos, revelando “implicitamente o contexto socio-histórico específico de que eles são expressões” (Ibid., *itálico* nosso).

Por exemplo, o Sujeito “abstrato e supra-humano” (ou sujeito-objeto idêntico), que “não pode ser identificado com nenhum ator social” e que se desenvolve “no tempo de uma maneira que é independente da vontade” dos indivíduos (Ibid.: 76), é “historicamente determinado enquanto capital” (Postone & Brick, 1982: 641). Marx fundamenta assim em termos sociais o “Sujeito (...) automático” (Ibid.), demonstrando que este possui “validade” apenas e só no modo de (re)produção burguês (Postone, 2003d/1993: 76).

6.2.2 – A identidade entre método e objeto de estudo na crítica da economia política

Moishe Postone considera que foi nos *Grundrisse* que Marx “desenvolveu pela primeira vez as categorias da sua crítica” da economia política (Postone & Reinicke, 1975:

⁵⁴⁶ “Esta separação e oposição de idealismo e dialética em Hegel – aquele como irracional, «místico» e reacionário; esta como racional e progressista – é falsa” (Postone & Reinicke, 1975: 131).

130). A maneira como essas categorias são construídas e expostas tem profundas implicações metodológicas. Marx não aplica um método exterior à análise do capitalismo. A “dialética” revela ser o “traço” distintivo das “formas” contraditórias do “capital” (Postone & Harootunian, 2012: 37), isto é, da síntese social “efetivada” pelo “trabalho abstrato” (Postone & Reinicke, 1975: 139).

A (re)produção moderna obedece, de facto, a um “desenvolvimento dialético”, possuindo uma “lógica” identitária que é a “expressão real de relações sociais alienadas que são constituídas pela prática e, contudo, existem quasi-independentemente” das pessoas (Postone, 2003d/1993: 76; cf. Postone, 2009c: 316). É este carácter *realmente metafísico* do capitalismo que impõe ao investigador um método de pesquisa *sui generis*: a lógica dialética. Portanto, em Marx “a crítica é dialética porque demonstra sê-lo o seu objeto” de estudo (Postone & Brick, 1982: 643).⁵⁴⁷ Através da “crítica imanente”, procura-se expor uma formação social peculiar *nos seus próprios termos* (Postone, 2003d/1993: 142). Procedendo dessa maneira em *O Capital*, Marx fundamenta rigorosamente a historicidade da dialética como realidade social e como método:

“Ao escolher a mercadoria como ponto de partida, Marx situa o objeto da dialética na forma social historicamente específica da produção mercantil e, para além disso, situa historicamente a própria dialética. (...) [É] *rejeitada* (...) uma noção de dialética como método universalmente aplicável – ou, em outros termos, como a expressão adequada de uma realidade *indeterminada* cuja natureza essencial é contraditória. Ao invés, a dialética é apreendida como um conceito crítico que nasce com o aparecimento da forma-mercadoria e como o único método adequado a uma forma social determinada enquanto totalidade pela produção mercantil (i.e., a sociedade capitalista) com as suas contradições historicamente específicas.” (Postone & Reinicke, 1975: 135, *italico nosso*)

Pode-se concluir que, de acordo com a interpretação postoniana de Marx, a dialética é simultaneamente o modo de ser de um “objeto particular” – a sociedade capitalista – e o “modo de pensamento” utilizado para refletir sobre o seu funcionamento (Ibid.: 136). A historicidade do primeiro implica historicidade do segundo (Ibid.:135). O método dialético não pode ser “a base de uma ciência alternativa” (Postone & Harootunian, 2012: 37) – conforme pretende o *diamat* – porque carece de “validade” universal (Postone & Reinicke, 1975: 135) e, por isso, não é “passível de ser aplicado a vários objetos” de estudo (Postone & Brick, 1982: 643).⁵⁴⁸ Trata-se de “um método específico de um conteúdo específico” (Postone & Reinicke, 1975: 140).⁵⁴⁹

6.2.3 – Algumas implicações epistemológicas

6.2.3.1 – Prática, mediação e constituição social

A crítica da economia política explica “os traços caraterísticos da modernidade com referência a formas sociais historicamente específicas” (Postone, 2003d/1993: 4), nomeadamente a mercadoria, o valor (cf. 6.3) e o capital (cf. 6.4). Importa ressaltar que as categorias marxianas não são apenas “económicas”, mas, antes, “determinações do ser social” no seu conjunto (Ibid.: 18). Elas procuram apreender a (inter)-relação *intrínseca* das

⁵⁴⁷ Helmut Reichelt partilha esta posição: “uma «teoria dialética» enquanto método extraída destes conteúdos não pode ser explicada” (Reichelt, 1982: 166).

⁵⁴⁸ “[A] teoria marxiana não deve ser entendida como uma teoria universalmente aplicável, mas como a teoria crítica específica da sociedade capitalista” (Postone, 2003d/1993: 5).

⁵⁴⁹ Cf. Machado (2014) para uma discussão detalhada deste assunto.

“dimensões económicas, sociais e culturais” (Postone, 2007: 4) subjacentes ao modo de “vida” capitalista (Postone, 2012b: 382).⁵⁵⁰

Esse modo de existência societal condiciona as “formas” particulares de atividade, “riqueza e tempo” (Postone, 2003d/1993: 5), tal como a autoimagem dos indivíduos, o seu “entendimento da natureza” e as suas representações do “mundo social” (Ibid.: 179). Portanto, as categorias nucleares do modo de reprodução capitalista são *simultaneamente* objetivas e subjetivas (Ibid.:18), exprimindo um determinado tipo de relações sociais e de individualidade.

As categorias marxianas visam justamente dar conta desse facto e, assim, superar a antinomia agência/estrutura “que caracteriza a filosofia ocidental” (Postone, 2007: 1).⁵⁵¹ A resolução do imbróglio passa por apreender a mercadoria, o valor e o capital como “formas estruturadas de *prática*” (Postone, 2003d/1993: 73, *itálico* nosso). Em outros termos, Marx descortina o papel da “práxis humana” (Postone, 2007: 1) na *mediação* e *constituição* das “formas categoriais subjetivas-objetivas típicas do capitalismo” (Postone, 2003d/1993: 76).

Através da prática *reiterada* os indivíduos *constituem-se* e são *constituídos* como *sujeitos*; ademais, o trabalho abstrato dos sujeitos *objetiva-se*, *constituindo* socialmente o valor e o capital. Por sua vez, essas categorias formam um *sistema* de (pre)disposições que *estrutura* os modos de ser, de agir e de pensar dos sujeitos, assim como as configurações ulteriores de exercício do trabalho abstrato. Nas palavras de Postone, as “estruturas sociais” categoriais de tipo mercantil “constituem e ao mesmo tempo são constituídas pela prática” (Ibid.: 73). A subjetividade e a objetividade sociais pressupõem-se *mutuamente*, relacionando-se através da *mediação* da prática humana. Sujeito e objeto são *co-constituídos* pela *prática mediadora* do trabalho abstrato – a substância do capital (cf. 1.5.3.2).⁵⁵²

Impõem-se duas observações adicionais antes de concluir este item. Em primeiro lugar, Postone sustenta que “o trabalho constitui o mundo social (...) *tão-somente* da sociedade capitalista moderna” (Ibid.: 4, *itálico* nosso), quer dizer, é uma modalidade de prática mediadora “historicamente determinada” (Ibid.: 5; cf. 6.3.1). Em segundo lugar, o trabalho abstrato institui uma nova matriz de dominação impessoal ou “quasi-objetiva” (Ibid.). Embora as “relações sociais” burguesas, conforme se disse, sejam “constituídas por formas específicas de prática social”, elas acabam por tornar-se “quasi-independentes das pessoas envolvidas nessas práticas” (Ibid.: 3; cf. 6.3.1, 6.3.2, 6.4.3).

6.2.3.2 – Relações sociais e formas de pensamento: a reflexividade da teoria

Afirmar que as categorias capitalistas, constituídas pela prática, são objetivas e subjetivas significa, ainda, defender que elas são simultaneamente “determinações da forma social e da forma do *pensamento*” (Postone, 1976: 242, *itálico* nosso). De acordo com Postone, Marx adota uma “teoria social da consciência” (Postone, 2003d/1993: 77) ou “teoria socio-histórica do conhecimento” (Postone, 1985b: 239; cf. 1.5.3.2).

⁵⁵⁰ “Marx oferece-nos uma conceção de capital em que os fatores que normalmente pensamos estarem externamente relacionados com ele são vistos como co-elementos de uma única estrutura” (Ollman, 2003: 25). Assim, “a realidade é um todo *internamente relacionado* com dimensões temporais e espaciais” (Ibid.: 164, *itálico* nosso). Bertell Ollman oferece uma exposição detalhada da “filosofia das relações internas” de Marx na sua obra *Dance of the Dialectic* (cf. Ibid.: 23-56).

⁵⁵¹ A noção do capital como sujeito-objeto *idêntico*, apresentada em 6.2.1, já apontava implicitamente para a transcendência deste dualismo.

⁵⁵² Werner Bonefeld subscreve uma interpretação similar: “em vez de oferecer uma teoria económica alternativa, a sua crítica da economia política consiste, de facto, numa teoria da constituição social. Nesta perspetiva, a «problemática» nuclear da crítica de Marx (...) é: como é possível compreender a circunstância de que a prática social humana seja uma prática constitutiva e ao mesmo tempo os seres humanos pareçam ser dominados por abstrações preexistentes” (Bonefeld, 2001: 55).

Ao fazê-lo, subverte o “paradigma epistemológico” vigente, porquanto “o foco do problema do conhecimento deixa de incidir sobre o indivíduo (...) cognoscente” a-histórico “e a sua relação com o mundo exterior” (Postone, 2003d/1993: 77). Em vez disso, centra-se na “questão da relação entre formas de mediação sociais e formas de pensamento” *historicamente específicas* e socialmente *constituídas* (Ibid.).

Ora, esta “teoria crítica” do capitalismo que “assume” que os “modos de consciência” das pessoas “são socialmente formados tem de ser capaz de explicar a possibilidade da sua própria existência” (Ibid.: 143). A coerência lógica exige a *autorreflexividade* da teoria marxiana (Ibid.: 16) que, assim, deve “situar-se (...) historicamente por meio das mesmas categorias com que analisa o seu contexto social” (Ibid.: 5).

Demonstrou-se no capítulo 5 que a forma-valor não consegue subsumir na perfeição a realidade sensível, o que origina diversas contradições (entre (re)produção material e trabalho abstrato, entre riqueza concreta e riqueza abstrata, etc.) e comportamentos recalcitrantes dos indivíduos motivados pelo *sofrimento* que o capital lhes impõe (cf. 5.3). Logo, “o ponto de vista da crítica” – tanto teórica quanto prática – “é *imanente* ao seu objeto social”, encontrando-se “fundamentado no caráter *contraditório* da sociedade capitalista, que aponta para a possibilidade da sua negação histórica” (Ibid.: 140, *itálico nosso*).⁵⁵³ Em particular, o desenvolvimento técnico-científico promovido pelo capital torna anacrônica a mediação social efetuada pelo trabalho e permite antever a exequibilidade de um modo de vida regido por outros princípios (cf. 6.4.3, 6.4.4, 6.4.5 e 6.7).

6.2.3.3 – O capitalismo como totalidade negativa

Na perspectiva de Postone, o capitalismo representa “a primeira totalidade social” efetiva na história da humanidade (Postone & Reinicke, 1975: 136), avançando vários argumentos para corroborar esta asserção.⁵⁵⁴ Em primeiro lugar, trata-se de um modo de (re)produção “que é unificado no sentido em que se pode partir de um princípio singular, a mercadoria, e desdobrá-lo até abarcar o todo” (Postone, 2016a: 509). Está-se perante uma síntese (macros)social inaudita que pode, pois, “ser desenvolvida logicamente a partir de uma única forma estruturante abstrata” (Postone & Reinicke, 1975: 136).

Para além disso, a “formação social” burguesa “existe como totalidade social” porque “é constituída por uma «substância» social qualitativamente homogênea”: a prática mediadora do trabalho abstrato (Postone, 2003a: 87).⁵⁵⁵ Finalmente, a “dialética” contida no “duplo caráter do trabalho” (Postone & Brick, 1982: 639), marcada pela interação *contraditória* contínua, estruturada e *estruturante* entre concretude e abstração (Postone, 2018: 14; cf. Postone & Brick, 1982: 653), confere à sociedade moderna um *dinamismo* imanente enquanto *sistema* (Postone, 2003d/1993: 4 e 105).

⁵⁵³ Segundo Geert Reuten, “a exposição dialética (...) de uma totalidade social é imanente. Quer dizer, dispõe o sistema a partir da perspectiva dos princípios, normas e padrões da totalidade-objeto” (Reuten, 2014: 251). Noutro texto, o autor acrescenta que “uma crítica imanente assume a sua posição no interior do objeto de estudo, demonstrando as suas inconsistências e contradições internas. (...) Assim, *O Capital* (...) é uma exposição e crítica imanente de uma realidade social (capitalismo), tal como da expressão teórica das relações sociais capitalistas no discurso da economia política” (Reuten, 1998b: 284).

⁵⁵⁴ Esta é igualmente a posição de Helmut Reichelt: “a teoria de Marx (...) afirma claramente conceptualizar pela primeira vez algo que pode ser chamado totalidade social” (Reichelt, 1982: 167).

⁵⁵⁵ “Creio que a análise do raciocínio de Marx em *O Capital* coloca em questão a noção de que existem modos unificados de produção antes do surgimento histórico do capital (...). Não é possível encontrar algo análogo em outras formas de vida social (...). Nenhuma outra sociedade possui uma forma de mediação uniforme e homogênea, pelo que se torna bastante enganador falar de modos de produção anteriores” (Postone, 2016a: 509-510). A mesma tese já tinha sido avançada em *Time, Labor, and Social Domination*: “As outras formações sociais não são totalizadas: as suas relações sociais fundamentais não são qualitativamente homogêneas” (Postone, 2003d/1993: 79).

O desenvolvimento do capital, *no seu conjunto*, obedece a uma determinada *trajetória* histórica, unidirecional e *cumulativa*. Com efeito, “a sua forma particular de «crescimento» económico e o seu modo peculiar de produzir” (Ibid.: 4) acarretam *necessariamente* a reprodução ampliada: “os seus ciclos económicos não podem repetir-se” (Maiso & Maura, 2014: 278), sob pena do colapso global.⁵⁵⁶

Facilmente se perceberá que, segundo a interpretação postoniana de Marx, o todo é o *alvo* da censura. Isto porque a configuração “essencial” do capital como “totalidade social” é um sintoma evidente de “alienação” (Postone, 2003d/1993: 79). Conforme explica Facundo Nahuel Martín, leitor perspicaz de Postone,

“As relações sociais constituem uma totalidade unicamente na medida em que se encontram *reificadas*, quer dizer, na medida em que são regidas por um princípio mediador autonomizado que se reproduz e se impõe independentemente das vontades e aspirações dos indivíduos. (...) Postone concebe a totalidade (...) de forma crítica: como princípio estruturante de relações sociais reificadas”. (Martín, 2014: 41, *itálico no original*)

Em especial, como se verá ao longo deste capítulo, Postone considera que “a existência de uma dinâmica histórica” global constitui o zénite da “forma de heteronomia, de dominação temporal abstrata” caracterizadora da modernidade (Postone, 1998a: 382).

6.3 – A reformulação da crítica da economia política: a mercadoria como forma social

6.3.1 – A configuração qualitativa da síntese social moderna

6.3.1.1 – A mercadoria como ponto de partida da exposição de Marx

Em *Time, Labor, and Social Domination*, assim como nas dezenas de artigos que publicou ao longo da sua vida, Moishe Postone leva a cabo uma releitura das categorias marxianas contidas no Livro Primeiro de *O Capital* à luz dos preceitos teóricos dos *Grundrisse*. O autor justifica esta escolha com base no modo de exposição de Marx: na sua ótica, *O Capital* avança desde a “essência do capitalismo”, apresentada no Livro Primeiro, até à aparência ou forma de manifestação dessa essência na “superfície da sociedade” – fulcro do Livro Terceiro (Postone, 2003d/1993: 134).

Dado que as categorias da essência, na qualidade de “relações de produção” nucleares, predeterminam as “categorias da distribuição” (Ibid.: 23n23; cf. 3.3.3), a tentativa ambiciosa de refundação da crítica da economia política deve, naturalmente, começar pela análise das primeiras. Como é sabido, a exposição de Marx parte da mercadoria (cf. 1.1). Se for tomada em consideração a “especificidade histórica” de *todas* as categorias marxianas da maturidade (Ibid.: 138), torna-se evidente que Marx “analisa a mercadoria tal como existe na sociedade capitalista”, portanto, “como a forma historicamente específica e mais fundamental das relações sociais que caracterizam essa sociedade” (Postone, 1998b: 57).⁵⁵⁷

⁵⁵⁶ Por seu turno, as sociedades pré-modernas “não exibem” uma dinâmica “histórica imanente, necessária” (Postone, 2003d/1993: 79).

⁵⁵⁷ Karl Korsch também considera que se pode identificar um “princípio da especificação histórica” na obra de Marx, porquanto esta não analisa “as condições gerais de toda a vida social mas apenas a forma histórica específica que elas assumem na sociedade burguesa do presente” (Korsch, 2016/1938: 12 e 22). Richard Johnson apoia essa ideia: “*O Capital* (...) pode ser resumido no tema da *historicidade* do modo [de produção, NM] capitalista. *O Capital* é uma tentativa de demonstrar como este sistema de organização social nasceu, como e sob quais condições se mantém, por que não é mais eterno do que as formações [sociais, NM] que substituiu e como gera, no seio das suas estruturas, as condições para transformações ulteriores” (Johnson, 1982: 185, *itálico no original*).

Nas comunidades pré-modernas, a “troca” era limitada (Postone, 2003d/1993: 128) e, por isso, “a circulação das mercadorias e do dinheiro” não mediava a reprodução social no seu conjunto (Ibid.: 270-271). A existência da mercadoria como “forma social geral” dos produtos (Ibid.:128) *pressupõe* a mercadorização da “força de trabalho”, quer dizer, a constituição histórica do “trabalho assalariado” como norma para massa da população (Ibid.: 270). Somente a universalização do assalariamento institui um modo de vida mediado pelo “duplo caráter” do trabalho e, em especial, pela qualidade socialmente sintética do trabalho abstrato (Ibid.: 128).

Então, “a análise da mercadoria” – que Marx coloca no início da sua exposição – “pressupõe a categoria do capital” (Ibid.). Por outras palavras, “a existência do capitalismo é assumida desde o começo” (Ibid.).⁵⁵⁸ Postone explica que o “ponto de partida” da crítica da economia política “pressupõe o seu resultado” (Ibid.: 143) porque a exposição de Marx constitui um “desdobramento lógico” das categorias burguesas, e não a sua cronologia histórica (Ibid.: 271).

A plausibilidade da forma-mercadoria como “núcleo essencial do sistema” capitalista (Ibid.) – logo, como ponto de partida adequado – apenas pode ser comprovada no decurso da exposição *imanente* das restantes categorias (Postone, 2007: 6). Em Marx, “cada momento sucessivo desdobrado justifica *retroativamente* aquilo que o precedeu” (Ibid., *itálico nosso*). Falando em termos hegelianos, trata-se da *posição das pressuposições*, quer dizer, da *determinação* teórica das categorias *necessariamente* subjacentes à existência social da mercadoria como forma universal. A determinação consecutiva das pressuposições lógicas da forma-mercadoria, ao longo de *O Capital*, fundamenta-a *retrospectivamente*.

6.3.1.2 – A mercadoria é constituída pelo trabalho concreto-abstrato

De acordo com Postone, a mercadoria é o “princípio estruturante” da modernidade (Postone, 2003d/1993: 154). Portanto, “esta categoria não se refere apenas a um produto, mas também à forma social (...) fundamental” do capitalismo (Ibid.: 44), ou seja, à “forma objetivada das relações entre as pessoas e a natureza e umas com as outras” (Ibid.: 154). Enquanto “unidade não-idêntica” de valor de uso e valor (Ibid.: 139), a mercadoria é “*constituída* por um modo historicamente específico de *prática social*” igualmente dual – o trabalho (Ibid.: 44, *itálico nosso*).

Esse trabalho engloba “uma dimensão material e uma dimensão social” (Postone, 1998a: 385). Como já se sabe, o trabalho concreto, sensível objetiva-se em “valores de uso particulares” (Postone, 2003d/1993: 153). Trata-se de “uma atividade intencional que cambia a forma da matéria de maneira determinada na criação de um produto” específico (Postone & Reinicke, 1975: 143). Já o trabalho abstrato “constitui o valor” (Postone, 2003d/1993: 144) – uma forma de riqueza abstrata – e, ao fazê-lo, objetiva-se também nas “relações sociais” capitalistas (Ibid.: 153).⁵⁵⁹

⁵⁵⁸ Chris Arthur secunda esta posição: “se o ponto de partida de Marx for assumido como a universalidade da forma-mercadoria do produto do trabalho, então o seu procedimento consiste em demonstrar que uma condição necessária dessa universalidade é a existência de um sistema económico cujo único princípio regulador e finalidade é o valor, quer dizer, um sistema de produção capitalista. Assim, a mercadoria com que ele começa a sua exposição [no Livro Primeiro, NM] não pode ser um produto de uma forma de economia pré-capitalista; ao invés, ela deve ser considerada o elemento universal mais simples e imediato exibido pelo capital no seu processo de produção” (Arthur, 1997: 20). Assim como Martha Campbell: “todas as formas que Marx define em *O Capital* são implicações ou condições necessárias da universalidade da forma-mercadoria (...). A produção capitalista (...) é o processo que subjaz ao fenómeno de partida, a forma-mercadoria universal” (Campbell, 1993: 296). E Geert Reuten: “O ponto de partida da sua exposição é um conceito universal e abrangente, que se sugere possibilitar a apreensão da totalidade objetiva” (Reuten, 1998a: 105).

⁵⁵⁹ A função socialmente mediadora do trabalho abstrato e do valor será retomada em 6.3.1.3.

Postone salienta que o trabalho abstrato “não é meramente uma abstração conceptual”, mas uma categoria (de) prática que “exprime a natureza” peculiar da atividade “social” numa coletividade “determinada no seu conjunto pela produção mercantil” (Postone & Reinicke, 1975: 143). Está-se perante um “processo social real de abstração” (Postone, 2003d/1993: 152) que abarca “dois momentos” interligados: “a abstração face a todas as formas concretas e propriedades úteis” das múltiplas atividades humanas (Postone & Reinicke, 1975: 145) e a consequente “*redução*” destas “ao seu denominador comum como trabalho humano” *indiferenciado* (Postone, 2003d/1993: 189, *itálico nosso*).⁵⁶⁰

Evidentemente que trabalho concreto e abstrato não são “dois tipos distintos de trabalho”, mas “dois aspetos do mesmo trabalho” (Ibid.: 144). Conforme explica Postone,

“Visto da perspectiva da sociedade no seu conjunto, o trabalho concreto do indivíduo é particular e é *parte* de um *todo* qualitativamente heterogéneo; porém, como trabalho abstrato é um *momento* individuado de mediação social geral qualitativamente homogénea que constitui *uma totalidade social*. Esta dualidade de concreto e abstrato caracteriza a formação social capitalista.” (Ibid.: 152, *itálico no original*)

Logo, a mercadoria – a forma social “elementar” (Postone, 1998a: 385) e “abrangente” (Postone, 2003d/1993: 139) do modo de (re)produção capitalista – é *constituída* como um “todo” *contraditório* (Postone, 1998a: 385), ou seja, como uma “totalidade simultaneamente abstrata e concreta” (Postone, 2003d/1993: 351).

6.3.1.3 – Trabalho abstrato, valor e síntese social

Moishe Postone realça que há uma diferença crucial entre as comunidades pré-modernas e o modo de (re)produção capitalista no que se refere à forma da “riqueza social” (Postone, 2003d/1993: 25). Nas primeiras é produzida *riqueza material* por trabalhos exclusivamente *concretos*, irredutíveis e incomensuráveis. Obviamente que esta forma de riqueza “é uma função dos produtos criados, da sua quantidade e qualidade” específicas (Ibid.: 154).

Neste contexto, as atividades *materiais* (re)produtivas *não são* socialmente sintéticas e, ademais, a riqueza concreta “*não constitui* por si só as relações entre as pessoas” (Ibid., *itálico nosso*). Logo, quando a riqueza material é a “forma dominante de riqueza social” são necessárias “formas abertas de relações sociais” capazes de mediar a sua produção e distribuição (Ibid.). São estas relações de cariz pessoal e “qualitativamente particulares” que atribuem um “significado” aos “vários trabalhos” igualmente particulares (Ibid.: 150).

Ora, “o capitalismo assinala uma rutura (...) com todas as outras formas históricas de vida social” neste âmbito (Ibid.: 271). Na modernidade, o trabalho e a riqueza adquirem uma dimensão *social* “suplementar” *abstrata* (Postone & Brick, 1982: 635). Esta qualidade abstrata transforma o trabalho numa “atividade socialmente mediadora” (Postone, 2003d/1993: 150), ou seja, imprime-lhe “um carácter sintético historicamente específico” (Postone & Brick, 1982: 635). O trabalho abstrato *constitui* o valor como forma de riqueza peculiar e, ao mesmo tempo, como forma estruturada de mediação social. O traço distintivo do modo de (re)produção capitalista é, pois, a “constituição (...) das relações sociais (...) pelo trabalho” (Postone, 1998b: 59).

Portanto, embora Marx postule a “centralidade do trabalho” na modernidade (Postone, 2003d/1993: 385), isso não se deve ao facto de assumir que “a produção material enquanto tal é o aspeto mais importante da vida social ou a essência da sociedade humana” (Ibid.: 104). A

⁵⁶⁰ Assim, “todas as formas de trabalho e de produtos do trabalho tornam-se equivalentes” (Postone, 2003d/1993: 152-153).

prioridade lógica não é atribuída às “interações materiais entre os seres humanos e a natureza”, mas ao cariz da *reprodução social* (Ibid.: 157).

No capitalismo, “o trabalho não é apenas uma atividade produtiva” (Postone, 1985b: 238), quer dizer, um trabalho concreto que “se objetiva (...) em produtos materiais” (Postone, 2003d/1993: 157). Para além disso, e de modo mais basilar, caracteriza-se pelo seu “caráter peculiarmente abstrato e direccionalmente dinâmico” que constitui uma “forma” igualmente “abstrata de relações sociais” – o valor (Ibid.: 104-105). É este segundo aspeto, especificamente moderno, que confere ao “trabalho no capitalismo (...) um caráter socialmente sintético, ausente do trabalho noutras formações sociais” (Ibid.: 157).⁵⁶¹

Moishe Postone não hesita em afirmar que “o valor é a categoria distintiva da sociedade determinada pelo capital” (Postone & Reinicke, 1975: 145, *itálico no original*). Conforme mencionei atrás, na qualidade de resultado ou *objetivação* do trabalho abstrato, o valor exprime simultaneamente “uma forma historicamente específica de riqueza e de relações sociais” (Postone, 2003d/1993: 124; cf. Postone & Brick, 1982: 635).

No que diz respeito ao primeiro aspeto, o valor é uma forma de riqueza *temporal* e, por isso, autotélica (cf. 6.3.2) que fundamenta a “produção burguesa” (Postone, 1978: 746). Trata-se de um *apriorismo* que prescreve os caracteres técnicos, organizacionais e sociais das múltiplas unidades produtivas, pelo que é bastante mais abrangente do que “o «automatismo» do mercado autorregulado” (Ibid.: 747).

No que se refere ao segundo aspeto, dado que a reprodução macrossocial moderna está acoplada à reprodução alargada do capital – i.e., ao processo incessante de valorização do valor –, este fim em si repercute-se naturalmente na trama das relações sociais. Em especial, a “categoria totalizadora” (Postone, 2003d/1993: 271) do valor funciona como “*mediação* (...) geral objetivada” (Ibid.: 154, *itálico nosso*) da “interdependência social” (Postone, 1998b: 59), estabelecendo laços entre indivíduos e produtos de outra maneira dissociados.

Fá-lo, contudo, impondo-lhes modos de ser e de agir: a constituição do valor é sinónima da criação de “uma esfera social quasi-objetiva”, quer dizer, de “uma totalidade (...) que se opõe ao agregado dos indivíduos e dos grupos como um Outro abstrato” (Postone, 2003d/1993: 157). Por outras palavras, através da sua prática coletiva alienada, os indivíduos erigem inconscientemente “uma nova forma de dominação social” que os submete “a imperativos e constrangimentos estruturais impessoais” (Ibid.: 3-4; cf. 6.3.1.5).

Esta *coação* abstrata extravasa o âmbito estritamente económico porque, como se disse, o valor é uma “categoria da totalidade” (Ibid.: 154), deixando a sua marca indelével na generalidade das relações sociais “que caracterizam especificamente o capitalismo como *modo de vida*” (Ibid.: 24, *itálico nosso*). Por conseguinte, os horizontes dos sujeitos são rigorosamente delimitados pelas fronteiras da valorização que, no entanto, permanecem ocultas pelo mantra ideológico da (aparente) *liberdade*.

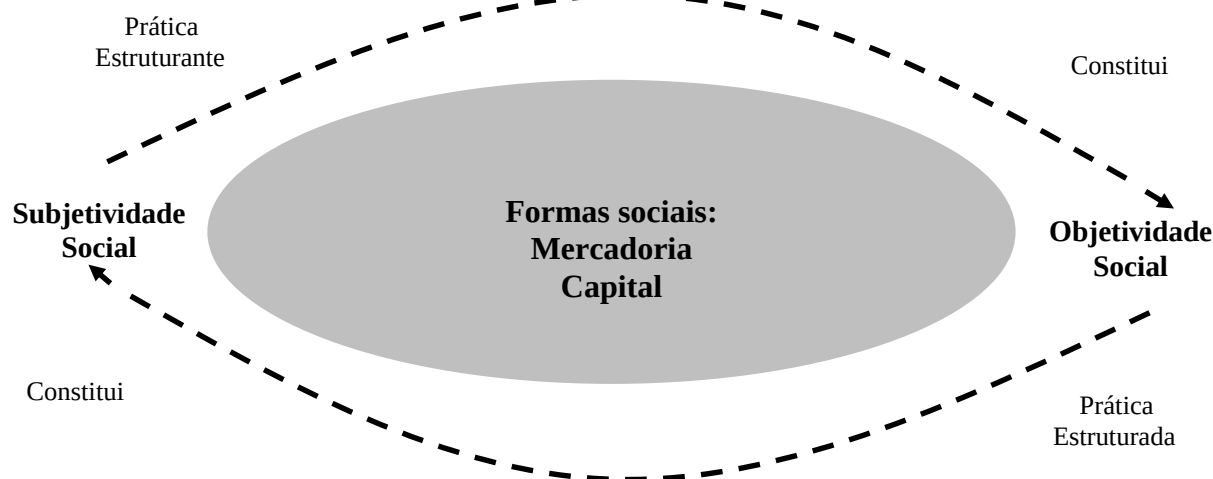
6.3.1.4 – A co-constituição da subjetividade e objetividade sociais pela prática

Segundo Moishe Postone, a mercadoria é uma “categoria de prática” (Postone, 1998b: 58), quer dizer, “uma forma socialmente constituída e constitutiva (...) de prática social” (Postone, 2003d/1993: 385, *itálico nosso*). Na condição de “forma estruturada e estruturante de prática” (Ibid.: 129) ela é “simultaneamente «subjetiva» e «objetiva»” (Ibid.: 385) – configura a *matriz* “da objetividade e da subjetividade sociais” (Scholz, 2014: 3). David McLellan constata pertinentemente que o entendimento postoniano da mercadoria permite superar “a dicotomia entre estrutura e ação, sentido e vida material” (McLellan, 1993: 1009).

⁵⁶¹ Num ensaio de 1975, Postone já havia salientado a “historicidade do trabalho proletário enquanto fonte da riqueza social, do valor” (Postone & Reinicke, 1975: 145).

Esse entendimento está alicerçado naquela que considero ser uma leitura essencialmente correta que Postone faz das “Teses sobre Feuerbach” (cf. Marx, 2007/1845).⁵⁶² As célebres “Teses” marxianas ensinam-nos que é necessário, por um lado, apreender o objeto (também) *subjetivamente*, i.e., como o resultado da prática humana ativa, *estruturante*. Por outro lado, sustentam que é preciso apreender o sujeito – as “ações, visões de mundo e disposições das pessoas” (Postone, 1998b: 58) – (também) *objetivamente*, i.e., como sendo condicionado pela cristalização ou sedimentação *estruturada* das práticas pretéritas (cf. Figura 6.1).

Figura 6.1 – A co-constituição da subjetividade e objetividade sociais pela prática



Portanto, a mediação da prática estruturante e estruturada *co-constitui* a subjetividade e a objetividade sociais. As formas sociais burguesas – nomeadamente, a mercadoria e o capital – são justamente o *processo* contínuo desta co-constituição. A prática historicamente específica – o trabalho abstrato/concreto – é estruturante, *constitutiva* das formas sociais da modernidade. E, ao mesmo tempo, é estruturada, *constituída* por essas formas categoriais, que padronizam, codificam e (pre)dispõem a sua estabilidade e recorrência.

Na medida em que as categorias capitalistas exprimem formas de objetividade e subjetividade social, relações sociais e formas de pensamento, está *implícita* na teoria postoniana uma crítica da *forma-sujeito* – que é forçosamente historicamente específica – e da *razão* abstrata moderna. Todavia, ao contrário de Jean-Marie Vincent (cf. 5.3.3; 5.3.4) e de Robert Kurz (cf. 7.5.4; 7.5.5), Moishe Postone tem relativamente pouco a dizer sobre ambos os assuntos.

No que se refere ao sujeito, Postone salienta que o “indivíduo” deve ser fundamentado “historicamente” (Postone, 2003d/1993: 273). Na sua ótica, as “formas de (...) subjetividade (...) características da sociedade moderna” estão intimamente associadas ao trabalho como forma de “mediação” social (Postone, 2004a: 69). Por outras palavras, foi o trabalho abstrato que “constituiu (...) o indivíduo burguês” (Postone, 1978: 752). Através da sua prática quotidiana, o operário não produz apenas valor e capital; concomitantemente, ele constitui-se e é constituído em permanência como *sujeito*.

O sujeito representa uma figura esquizoide, *duplicada* (Postone, 2007: 13) porquanto é o locus da “oposição (...) entre diferentes determinações” da individualidade social (Postone, 2003d/1993: 164). Por um lado, na qualidade de proprietários de mercadorias –

⁵⁶² E que apresenta bastantes convergências com a leitura do seu amigo Patrick Murray (cf. 1988).

sejam estas meios de produção ou força de trabalho – os indivíduos “são sujeitos livres de relações de dominação pessoal” e, portanto, *abstratamente* “iguais aos demais sujeitos” (Postone, 2007: 13). Agem aparentemente de acordo com as suas volições (Postone, 2003d/1993: 164).

Contudo, por outro lado, o livre-arbítrio tem rédea curta, já que as pessoas “são prisioneiras (*unfree*), condicionadas por formas sociais de dominação” objetivadas (Postone, 2007: 13; cf. 6.3.1.5). Os indivíduos encontram-se “submetidos a um sistema de compulsões e constrangimentos (...) que operam independentemente da sua vontade – e, neste sentido, são igualmente «objetos»” (Postone, 2003d/1993: 164).

Uma vez que o sujeito jurídico está ancorado no sujeito do trabalho, quer dizer, no exercício efetivo de uma profissão assalariada (cf. 4.2.4; 5.6.1), os proprietários de si debatem-se com uma ameaça adicional caso não consigam vender a sua força de trabalho: “não são considerados sujeitos” e, assim, enfrentam a exclusão social (Postone, 2007: 13). Ao supranumerário da valorização está reservado o mundo idílico do Estado de exceção e da administração repressiva (cf. 5.6.2.2).

No que se refere à razão, já se disse acima que as categorias marxianas são “determinações do modo de existência social que representam simultaneamente formas do ser social e formas *sociais* de consciência” (Postone, 1978: 762, *itálico nosso*).⁵⁶³ Há uma ligação *interna* entre as formas de *mediação* social e a racionalidade predominantes num dado momento histórico (Postone, 2004a: 69). As formas de pensamento são, pois, *constituídas* por um princípio abrangente de “síntese social” (Postone, 2003d/1993: 177), isto é, “as maneiras como as pessoas percebem e concebem o mundo na sociedade capitalista são moldadas pelas formas das suas relações sociais, entendidas como *formas estruturadas de prática social cotidiana*” (Ibid.: 176, *itálico nosso*).

Isto significa que também a razão moderna possui um laço estreito com a síntese social efetivada pelo trabalho e pelo valor no capitalismo. A imposição histórica de “um modo de mediação social que é abstrato, homogêneo e geral” (Ibid.: 366) foi acompanhada, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII, pelo surgimento de formas de pensamento igualmente *abstratas* nos domínios das ciências naturais, do direito, da economia, das representações coletivas e da vida quotidiana (Ibid.: 176, 179 e 273; cf. Machado, 2013).

Verifica-se uma correspondência *intrínseca* entre a constituição e “generalização das (...) relações sociais determinadas pela mercadoria” e a “forma específica de universalismo” abstrato que caracteriza a Razão iluminista (Postone, 1985b: 242). Segundo Postone, “as instituições, os valores e as visões de mundo” (Ibid.), do mesmo jeito que os “modos de ação social” (Postone, 2003d/1993: 273), da “civilização capitalista” (Postone, 1985b: 242) devem ser apreendidos “em termos do tipo de constituição social efetivado pelo trabalho” abstrato (Postone, 2003d/1993: 67).⁵⁶⁴ Por exemplo, a igualdade jurídica é o resultado e a pressuposição da identidade *homogeneizadora* estabelecida “entre objetos, trabalhos” e “proprietários de mercadoras” (Ibid.: 366).

Na ótica de Postone, “os ideais de razão, universalidade e justiça (...) não representam um momento não-capitalista” da modernidade que apenas careceria de aprofundamento (Ibid.: 66-67). Em especial, “a extensão dos princípios universalistas”, marcada pelas conquistas do movimento operário, “não (...) aponta para além da sociedade capitalista” porque “permanece vinculada à forma-valor de mediação” (Ibid.: 369). Ora, a

⁵⁶³ “As categorias marxianas expressam simultaneamente relações sociais particulares e formas de pensamento” (Postone, 1986: 308).

⁵⁶⁴ Kosmas Psychopedis salienta igualmente o entrelaçamento da “reprodução social” com os “valores” culturais “que vinculam os agentes” na modernidade capitalista, razão pela qual a crítica da economia política marxiana “encara os processos de geração desses valores e de constituição da sociedade como sendo um e o mesmo” (Psychopedis, 1992: 4).

universalidade abstrata mercantil/iluminista é por natureza avessa ao particular, tendendo a oprimir o sensível, o qualitativamente diverso, o *não-idêntico* (Postone, 1980b: 187).

De facto, a contradição “entre universalidade abstrata (valor) e particularidade qualitativa concreta (valor de uso)” está enraizada nas “formas estruturantes da modernidade” constituídas socialmente pelo trabalho (Postone & Harootunian, 2012: 30). Enquanto o horizonte capitalista não for superado, esta antinomia é irresolúvel: a “universalidade (...) homogênea” furiosamente identitária – do valor, do direito, do Estado, do sujeito, etc. – é *irreconciliável* com a “especificidade individual e grupal” (Postone, 2003d/1993: 366 e 369). Assim, um “movimento (...) emancipatório” terá de romper com a herança do “Iluminismo” e “lutar por uma nova forma de universalismo que englobe o particular” (Postone, 2016a: 509) e a “diferença”, em vez de negá-los (Postone, 1992a: 168).⁵⁶⁵

6.3.1.5 – Fetichismo: a dominação impessoal, quasi-objetiva

Postone destaca a ubiquidade do conceito de fetichismo na obra marxiana: “os três Livros de *O Capital* são em muitos aspetos um estudo do fetichismo mesmo quando o termo não é utilizado” (Postone, 2016a: 502). Esta centralidade explica-se pelo facto de as categorias capitalistas serem “formas reificadas de objetividade e subjetividade social” que oprimem os seres humanos (Postone, 2003d/1993: 16).

As sociedades pré-modernas assentavam em “relações de dependência pessoal”, de maneira que os “produtos” das atividades humanas eram “mediados socialmente por laços e normas tradicionais ou por relações abertas de poder” (Postone & Brick, 1982: 634). Ao invés, o modo de (re)produção capitalista apresenta-se como “um sistema de dominação abstrato (...) baseado em relações de dependência «objetiva»” (Ibid.).

O “*fundamento* essencial” desta dominação é a peculiaridade da (re)produção “social” moderna (Postone, 2003d/1993: 125-126, *italico* no original). O trabalho abstrato tece a sua teia *homogeneizadora* sobre o mundo sensível, aprisionando-o. Verifica-se “a subsunção do concreto no abstrato, a subsunção das relações das pessoas entre si e com a natureza” nas formas suprassensíveis do valor e do “capital” (Postone & Reinicke, 1975: 133).⁵⁶⁶

Visto que “a finalidade” derradeira “da produção no capitalismo não é os bens materiais criados (...), mas o valor, ou, mais exatamente, a mais-valia (...), uma finalidade puramente quantitativa” (Postone, 2003d/1993: 181) constituída por “uma forma abstrata de temporalidade” (Postone, 2003c: 103), gera-se uma “compulsão social” *sistémica* “cujo carácter impessoal, abstrato e objetivo é (...) inaudito” (Postone, 2003d/1993: 158-159). As “pessoas” são dominadas pela lógica apriorística “instrumental” e tautológica da “produção” (Ibid.: 125 e 180). Quer se trate de capitalistas ou de operários (Postone, 1999: 33), os indivíduos são submetidos aos “imperativos e constrangimentos estruturais” (Postone, 2003a: 95) do crescimento económico – eufemismo para a acumulação de capital – e da concomitante “produção pela produção” (Postone, 2003d/1993: 181).⁵⁶⁷

Portanto, é a *objetivação* de “uma forma historicamente específica de mediação social” (Ibid.: 181) – o trabalho abstrato – que cria pela primeira vez um “sistema” ou totalidade *negativa* (Ibid.: 158) e, ao fazê-lo, dá origem a “uma nova forma de dominação social” (Postone, 2003a: 95). É “em virtude das relações sociais” essenciais da modernidade “serem constituídas pelo trabalho” que elas assumem uma “forma objetivada” *sui generis*

⁵⁶⁵ Note-se que a “ênfase” *pós-moderna* igualmente *unilateral* colocada “na diferença, ou especificidade qualitativa, que tende a perder todo o sentido do geral e acaba por glorificar o particularismo”, *não resolve* a antinomia, limitando-se a *afirmar* o outro polo da mesma (Postone & Harootunian, 2012: 30).

⁵⁶⁶ Esta inversão entre concreto e abstrato, entre o “particular” e o “homogeneamente geral” (Postone, 2003d/1993: 154), é *real*, e não uma simples ilusão (cf. Postone, 1985b: 240; Postone, 2003a: 95).

⁵⁶⁷ “Em relação às formações sociais anteriores, as pessoas parecem ser autónomas; mas, na verdade, estão sujeitas a um sistema de dominação social” (Postone, 2003d/1993: 125).

(Postone, 2003d/1993: 154) – a forma-valor (Ibid.: 127) – e, assim, conseguem exercer uma “dominação abstrata” (Postone, 1985b: 238).

Deste modo, “embora a forma das relações sociais” capitalistas seja “constituída” pela “prática social, essas relações devêm quasi-independentes das pessoas que as constituem” (Postone, 1999: 33). O fetiche hodierno redundava, pois, “na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas *que essas mesmas pessoas constituem*” (Postone, 2003d/1993: 30, *italico nosso*). Não controlando conscientemente a sua atividade (re)produtiva, os sujeitos são dominados “pelos resultados dessa atividade” (Ibid.).

A “antinomia” que opõe o “indivíduo atomizado” à sociedade, e onde esta surge “como uma espécie de «super-sujeito»” (Ibid.: 32) ou “esfera de necessidade” inelutável, é a expressão palpável, a figura paradigmática da “dominação (...) impessoal” mencionada (Ibid.: 125). Em suma, ao contrário do que sucedia na era pré-moderna, “a dominação social no capitalismo não consiste, no seu nível mais elementar, na dominação” direta “de pessoas por outras pessoas” (Ibid.: 30).

Isto porque não está ancorada em nenhum grupo, “classe ou instituição” específicos (Ibid.: 159), nem é, por isso, “em última instância, uma função da propriedade privada (...) dos meios de produção pelos capitalistas” (Ibid.: 30). Fundamenta-se nas “formas sociais estruturantes universais da sociedade capitalista” – mormente, a mercadoria, o valor e o capital – que são “constituídas” pelo trabalho (Ibid.: 159), mas adquirem uma existência quasi-objetiva como fetiches ou forças alienadas que coagem os sujeitos (Ibid.: 30).

6.3.1.6 – Problemas associados à conceptualização postoniana do trabalho

A teorização postoniana do trabalho possui dois problemas fundamentais. O primeiro diz respeito à historicidade da categoria. O autor defende que a sua “abordagem rompe com toda a ontologia transhistórica (...) do trabalho” (Postone, 1999: 36). Porém, nem sempre é coerente na fundamentação do trabalho como categoria especificamente moderna. Em numerosas passagens contrapõe o (suposto) “trabalho nas outras sociedades” ao “trabalho no capitalismo” (Postone, 2003d/1993: 48, *italico nosso*).

Postone chega mesmo a afirmar que “alguma forma de trabalho é uma pré-condição necessária – uma *necessidade social* «natural» ou transhistórica – da existência social humana enquanto tal” (Ibid.: 161, *italico no original*). Está-se obviamente perante a *ontologização* do trabalho concreto, que é equiparado ao metabolismo com a natureza *tout court*: “O «trabalho concreto» refere-se ao facto de alguma forma (...) de atividade laboral mediar as interações dos seres humanos com a natureza em *todas* as sociedades” (Postone, 2009d: 38, *italico nosso*).⁵⁶⁸ De acordo com esta leitura, apenas o trabalho *abstrato* seria historicamente específico como forma de mediação social exclusiva do capitalismo.

Ora, conforme demonstrei à saciedade, o conceito ontológico de (re)produção *materialmente idêntica* – em termos técnicos, tecnológicos e organizacionais – é desprovido de sentido (cf. 1.5 e, em particular, 1.5.2; 1.6.4; Machado, 2017). O “processo de trabalho” concreto de Marx é a forma peculiar assumida pelo intercâmbio material com a natureza no capitalismo. Trata-se de uma (re)produção material cujos caracteres são determinados pela (re)produção *social* hodierna, isto é, moldados pelo processo de valorização. A subsunção real da (re)produção pelo capital cria uma configuração técnica – mormente *científica* – *dinâmica* completamente inaudita na história da Humanidade.

Por sua vez, nas sociedades pré-capitalistas, a (re)produção material obedecia a princípios tradicionais e, de modo decisivo, *não estava* embutida numa esfera *económica* autónoma. Para além disso, as múltiplas atividades (re)produtivas eram irredutivelmente

⁵⁶⁸ “[E]m Postone, (...) o trabalho (...) tem um momento ontológico, já que terá sido efetuado em todas as sociedades, como processo de metabolismo com a natureza” (Scholz, 2014: 13).

diversas, heterogêneas e incomensuráveis, não sendo subsumíveis num conceito abrangente como aquele de trabalho concreto. Por exemplo, a ideia de que as atividades domésticas dos escravos, a lavoura dos agricultores, a olaria dos artesãos ou as atividades comerciais dos metecos na Grécia Antiga representavam em igual medida “trabalho” seria perfeitamente incompreensível para todos envolvidos.

Postone acaba por reconhecer a insustentável leveza do trabalho concreto, *en passant*, no debate que se seguiu a uma palestra de 2006 intitulada “Rethinking the Critical Theory of Capitalism”. Embora a seguinte passagem esteja longe de ser representativa da sua posição, ela permite resolver as aporias elencadas:

“A categoria de «trabalho concreto» também existe apenas no capitalismo, no sentido em que se refere a uma vasta gama de atividades que noutras sociedades não eram vistas como similares. Elas eram encaradas como ontologicamente distintas umas das outras. Isto não significa que as pessoas não se envolvem nessas atividades, mas que as entendem de maneira diferente (...). Portanto, para analisar a sociedade pré-capitalista é necessário discernir as suas categorias estruturantes intrínsecas”. (Postone, 2006d: 15-16)

O trabalho não será seguramente uma dessas categorias porque pura e simplesmente *não existe*. Esta é a conclusão lógica que paira sobre os escritos postonianos, mas que o autor se furta teimosamente, uma e outra vez, a retirar. Postone limita-se quase sempre a preconizar que as sociedades pré-modernas não são constituídas pelo trabalho porque nelas não existe o trabalho *abstrato* como atividade socialmente mediadora. A isto seria preciso acrescentar: e porque o intercâmbio material entre os seres humanos e a natureza não assume a forma, igualmente historicamente específica, do trabalho *concreto*. Não há trabalho concreto sem trabalho abstrato e vice-versa.

O segundo equívoco prende-se com a definição de trabalho abstrato: Postone nega-lhe qualquer determinação *fisiológica*. Eis como o autor expõe a questão em *Time, Labor, and Social Domination*:

“[A]s definições de trabalho (...) abstrato oferecidas em *O Capital* (...) são bastante problemáticas. Parecem indicar que é um resíduo biológico, interpretável como dispêndio de energia humana fisiológica. (...) Porém, ao mesmo tempo, Marx afirma claramente que estamos perante uma categoria *social*. (...) Se (...) a categoria de trabalho humano abstrato é uma determinação social, então não pode ser uma categoria fisiológica. Ademais, (...) [se, NM] o valor é entendido como uma forma historicamente específica da riqueza social (...), a sua «substância social» não pode ser um resíduo natural transhistórico, comum ao trabalho em todas as formações sociais. (...) O problema passa, portanto, por superar a definição fisiológica de trabalho (...) abstrato oferecida por Marx”. (Postone, 2003d/1993: 144-145, *itálico no original*)

Postone parece não conseguir perceber que o *puro* dispêndio fisiológico de energia humana, nessa *abstração*, não é inocente nem, obviamente, transhistórico. O esforço físico concreto estava evidentemente pressuposto nas múltiplas atividades qualitativamente *irredutíveis* do mundo pré-moderno; mas só no capitalismo é *reduzido à generalidade* fisiológica e *posto socialmente* como trabalho abstrato (e como valor). A *abstração* real, efetuada pela matriz *apriorística* do capital, consiste justamente numa *redução* prática, *social* de cariz fetichista que isola *unilateralmente* esse aspeto das atividades humanas: o dispêndio de músculos, nervos e cérebro *sans phrase*. Que, ademais, devém *autotélico* (cf. 1.1.2 e, em especial, 1.1.2.4).

Neste sentido, conforme salienta David Adam, a “contradição” que Postone identifica entre a “análise do trabalho abstrato como dispêndio fisiológico e a especificidade histórica da teoria do valor de Marx” revela ser “completamente imaginária” (Adam, 2011: 1) e, portanto, facilmente rebatível:

“[O] sentido em que a categoria de «trabalho abstrato» pode ser entendida como histórica assenta *precisamente* no seu caráter puramente fisiológico. (...) O trabalho é tratado *meramente* como dispêndio fisiológico, dado que o capital é indiferente ao caráter concreto do processo de trabalho. (...) [A] dimensão histórica da análise do trabalho abstrato de Marx assenta – e não contradiz – no seu entendimento do trabalho abstrato como dispêndio puro e simples de trabalho humano.” (Ibid.: 10, *itálico no original*)

Em síntese, é justamente uma prática social peculiar, historicamente específica, que constitui a *combustão* humana como processo *socialmente sintético*: “o caráter abstrato fisiológico (...) devém o caráter social específico do trabalho” (Ibid.: 5). É a realidade capitalista que transpira absurdez por todos os poros, e não o conceito marxiano de trabalho abstrato.

O mais estranho é que Postone reconhece o trabalho abstrato como substância do capital (cf. 6.2.1), discerne a redução prática que está na sua base (cf. 6.3.1.2) e, em vários trechos, assinala ainda o facto de este ser efetivamente *despendido*. Por exemplo, na sua *magnum opus* é mencionado “o *dispêndio* de tempo de trabalho humano *abstrato na produção*” (Postone, 2003d/1993: 346, *itálico nosso*). De modo análogo, num ensaio de 1998, chamado “Rethinking Marx (in a Post-Marxist World)”, lê-se que “o valor é constituído *apenas* pelo dispêndio de tempo de trabalho humano” (Postone, 1998b: 60, *itálico nosso*). O artigo seminal de 1978, “Necessity, Labor and Time”, é igualmente taxativo: “um produto é *produzido* como mercadoria (...), quer dizer, adquire valor na sua produção, que é depois *realizado* na troca” (Postone, 1978: 758, *itálico no original*).

No que consiste, então, o *conteúdo* do trabalho abstrato despendido no processo de produção e que constitui o valor? Postone limita-se a contornar habilmente o problema e nunca oferece uma resposta. Porém, o valor não comporta apenas um aspeto qualitativo, mas também um aspeto *quantitativo*. Assim, quando discute o tempo de trabalho socialmente necessário, Postone faz entrar, conforme se verá, implícita e sub-repticiamente pela porta do cavalo o caráter fisiológico do trabalho que tanto horror lhe causara (cf. 6.3.2.1). Porque disso depende a sua análise ulterior da temporalidade multifacetada moderna, da mais-valia relativa e daquilo que designará por “*treadmill dynamic*” (cf. 6.4). O raciocínio do autor é, pois, eminentemente aporético.

O nó da questão pode ser enunciado do seguinte modo: se o valor tem uma dimensão *quantitativa*, ela tem de mensurar a *grandeza* de alguma coisa *substancial*. Ora, sem um conceito de “substância” socio-energético é impossível fundamentar coerentemente as variações na grandeza do valor produzido (Czorny, 2014: 6) e o conteúdo exato do trabalho abstrato torna-se nebuloso.

Do meu ponto de vista, a única solução possível é aquela que foi avançada nos parágrafos precedentes e, de modo mais detalhado, no capítulo 1 (cf. 1.1.2 e 1.1.3), a saber: o entendimento do trabalho abstrato como uma categoria simultaneamente social – logo, historicamente específica – e *fisiológica*. Nesta perspetiva, a grandeza do valor é medida pela *duração* do dispêndio de energia humana, quer dizer, pelo tempo de trabalho abstrato *efetivamente despendido* e que prova ser *socialmente necessário*, portanto, respeitador do padrão objetivo de produtividade difundido pela concorrência.

6.3.2 – A configuração quantitativa da síntese social capitalista

6.3.2.1 – O trabalho socialmente necessário

A grandeza do valor “não é uma função direta da quantidade de bens produzidos” (Postone, 2003d/1993: 188), mas do “dispendio de tempo de trabalho” (Postone & Brick, 1982: 635). Mais exatamente, o valor é medido pelo “tempo de trabalho *socialmente* médio ou *necessário*” (Postone, 1998b: 61, *itálico nosso*; cf. 1.1.3), que representa uma “forma” de temporalidade “abstrata” (Postone, 2003d/1993: 200).⁵⁶⁹

Obviamente que, sendo o valor “uma objetivação do trabalho abstrato” (Ibid.: 188), a sua grandeza *pressupõe* a “redução” das mercadorias e dos trabalhos que as produziram “a um (...) denominador comum” (Ibid.: 189). Por outras palavras, “o valor (...) é medido (...) em termos daquilo que todos” os atos produtivos “têm em comum, *independentemente da sua especificidade – o dispendio de trabalho*” *sans phrase* (Ibid.). Embora Postone não o diga *explicitamente*, parece evidente que esta característica partilhada por todos os trabalhos, fruto de uma *redução* social, só pode ser o dispendio *fisiológico* de energia humana, *abstraído* do seu conteúdo qualitativamente concreto

O facto de o tempo de trabalho socialmente necessário ser uma *média* “indica que o ponto de referência” na “determinação da grandeza do valor” não é o produtor isolado, mas “a sociedade no seu conjunto” (Ibid.: 190-191). A ação recíproca da multiplicidade dos produtores *constitui*, por detrás das suas costas, “uma norma externa *geral* que age reflexivamente sobre cada indivíduo” (Ibid.: 191, *itálico nosso*). Este padrão temporal regulador quasi-objetivo revela-se imperativo, obrigatório e inexorável: “é-se não apenas compelido a trocar os produtos do seu próprio trabalho para sobreviver, como também a produzir *num determinado ritmo* ditado pela norma do tempo de trabalho socialmente necessário” (Postone & Brick, 1982: 635, *itálico nosso*). Todos devem cumprir esta regra sob pena de serem eliminados do mercado (Postone, 1998b: 61).

A mediação literalmente sistemática do valor “exerce”, pois, “uma forma de compulsão” *impessoal* “sobre os produtores” (Postone & Brick, 1982: 635). O “tempo” social “abstrato” (Ibid.) configura uma “totalidade” (Postone, 2003d/1993: 191) que defronta os indivíduos “como uma necessidade exterior” (Postone, 1998b: 61). Não é a “tradição”, a “coerção (...) direta” ou a decisão consciente que determina a “finalidade” da produção e as modalidades da sua execução (Ibid.), mas uma forma de riqueza abstrata “*temporalmente*” constituída e *autorreferencial* (Postone & Brick, 1982: 635, *itálico nosso*) situada “fora do controlo humano” (Postone, 1998b: 62).

A vigência fetichista do tempo de trabalho socialmente necessário como categoria normalizadora da (re)produção hodierna força os indivíduos a adaptarem-se aos seus movimentos quasi-independentes (Postone & Brick, 1982: 635). O “particular” devém um simples “momento” do “abstrato-geral”, de maneira que se verifica a “subsunção” *crónica* dos operários no sistema tautológico do valor como “meros órgãos” do trabalho (Postone, 2003d/1993: 192).

Através da sua atividade estranhada quotidiana alimentam a máquina animada que os oprime com os ponteiros do relógio. Em síntese, o tempo de trabalho socialmente necessário, “enquanto forma de mediação” quantitativa universal da modernidade (Postone & Brick, 1982: 635), constitui “a dimensão *temporal* da dominação abstrata que caracteriza e estrutura as relações sociais alienadas no capitalismo” (Postone, 2003d/1993: 191, *itálico nosso*).

⁵⁶⁹ A constituição socio-histórica do tempo abstrato, *uniforme* será analisada em 6.3.2.3.

6.3.2.2 – A divergência entre valor e riqueza material

Constatou-se no item anterior que, ao contrário da riqueza concreta, sensível, que “é medida em termos da quantidade e qualidade dos produtos criados” (Ibid.: 193), o valor é uma forma de riqueza “temporal” homogênea (Ibid.: 194) medida exclusivamente pelo dispêndio de trabalho abstrato e socialmente necessário (Ibid.: 123). Enquanto “o aumento da produtividade”, por via do progresso técnico, “resulta” *sempre* “no incremento da riqueza material” criada, *independentemente* das variações na energia humana despendida (Ibid.: 194), “a produção de valor está necessariamente ligada ao dispêndio de trabalho humano imediato” (Ibid.: 195, *itálico no original*). Por exemplo, uma fábrica completamente automatizada produz imensa riqueza material *desprovida* de valor económico.⁵⁷⁰

A “diferença” entre ambas as formas de riqueza é, portanto, abissal e “tem implicações significativas (...) para a natureza da contradição fundamental do capitalismo” (Ibid.: 193). Postone observa que “o valor total gerado” num certo período laboral é uma grandeza “constante” (Ibid.). Numa hora de trabalho socialmente necessário é sempre criada a mesma *massa* de valor.⁵⁷¹ Assim, os únicos efeitos duradouros do acréscimo da produtividade material são o maior número de *valores de uso* produzidos e a *diminuição* do seu valor *unitário* (Ibid.).⁵⁷²

Considere-se o seguinte exemplo: seja o nível médio de produtividade no ramo de vestuário tal que em 1 hora se produzem 5 camisas com o valor total de 25 euros (e um correspondente valor unitário de 5 euros). Um capital inovador que consiga fabricar 10 camisas em 1 hora, diminuindo o seu valor *individual* para 2,5 euros, embolsará um sobrelucro (temporário) porque venderá cada camisa por 5 euros – o *valor de mercado* determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (cf. 3.2).

Contudo, assim que esse progresso técnico se difundir, e for imposto um novo patamar médio de produtividade, o único resultado *permanente* será a grandeza acrescida de *valores de uso* criada em 1 hora de trabalho socialmente necessário – 10 camisas – e a redução do seu valor *unitário*, de 5 para 2,5 euros. A massa de valor criada continuará, como antes, a cifrar-se nos 25 euros (10 camisas x 2,5 euros). Repõe-se o incentivo ao progresso técnico ulterior capaz de recompensar os pioneiros com um novo sobrelucro temporário.

O modo de (re)produção capitalista possui, então, um dinamismo sem precedentes, promovendo “níveis sempre crescentes de produtividade” *material* “com base (...) nos desenvolvimentos tecnológicos e na disseminação da aplicação da ciência à produção” (Ibid.: 197). Estes avanços técnico-científicos contínuos, mormente sob a forma da maquinaria e da automação, “*aumentam* enormemente a grandeza da riqueza material criada” (Ibid., *itálico no original*). No entanto, “não criam novo valor” (Ibid.: 196), quer dizer, “*não* aumentam a grandeza de valor gerada por unidade de tempo” (Ibid.: 197, *itálico no original*).

A “contradição básica” do capitalismo (Ibid.: 196), aludida acima, pode ser enunciada da seguinte maneira: por um lado, “o valor torna-se cada vez menos adequado como medida da riqueza” (Postone, 1978: 748), quer dizer, devem progressivamente “anacrónico em termos do” gigantesco “potencial criador de *riqueza material* das forças produtivas que origina” e que – este é o aspeto fulcral – “*não* conserva *nenhuma* relação significativa” com o dispêndio de trabalho (Postone, 2003d/1993: 197, *itálico nosso*).

⁵⁷⁰ Embora esse capital, por via da concorrência intersectorial, se consiga apropriar de uma parcela da mais-valia social criada *alhures* na economia sob a forma de lucro médio (cf. 3.3.3, 3.3.6 e 3.5.4).

⁵⁷¹ Essa grandeza só aumenta *temporariamente* – sob a forma de uma mais-valia extra ou sobrelucro – para os capitais inovadores com custos de produção inferiores à média setorial (cf. 1.11 e 3.2). Veja-se o exemplo apresentado no próximo parágrafo no corpo do texto.

⁵⁷² Porém, quando atinge os ramos que compõem o Departamento II e embaratece o cabaz de bens adquiridos pelos operários com os seus salários, o aumento da produtividade material incrementa *indiretamente* a massa de mais-valia *relativa* criada (cf. 1.11). No entanto, a mais-valia relativa possui limites bem definidos (cf. 1.16.1).

Por outro lado, o capitalismo é um “sistema de produção fundamentado no valor” (Ibid.) e, como tal, o trabalho abstrato (e socialmente necessário) representa o seu fluido vital. Assim, “*independentemente do grau de desenvolvimento*” das forças produtivas, o capital não pode prescindir da absorção de trabalho humano (Postone & Brick, 1982: 636, *itálico no original*). Coloca no horizonte a “possibilidade de uma nova formação social em que o trabalho humano imediato cessaria de ser a fonte social primária da riqueza” (Postone, 2003d/1993: 197) e, simultaneamente, *impede* a sua concretização *reconstituindo* em permanência “a necessidade do dispêndio de tempo de trabalho” como medida do valor (Postone, 1999: 33).⁵⁷³

6.3.2.3 – Tempo concreto e tempo abstrato

Na perspetiva de Moishe Postone, o tempo concreto caracteriza-se por ser uma “variável dependente”, quer dizer, uma *função* de “acontecimentos” precisos (Postone, 2003d/1993: 201). Estas temporalidades específicas estão intimamente ligadas “a ciclos naturais e periodicidades da vida humana, assim como a tarefas ou processos particulares” (Ibid.). Não obstante, Postone considera que “o tempo concreto é uma categoria mais ampla do que o tempo cíclico, pois existem concepções lineares de tempo que são essencialmente concretas, tais como a noção judaica da história, definida pelo Êxodo, o Exílio e o advento do Messias” (Ibid.). O facto a reter é que em *todas* as sociedades pré-modernas “as concepções dominantes de tempo eram aquelas de várias formas de tempo concreto: o tempo não era uma categoria autónoma, independente dos acontecimentos, pelo que podia ser determinado qualitativamente como bom ou mau, sagrado ou profano” (Ibid.).

Por sua vez, o tempo abstrato é uma “variável independente”, quer dizer, “constitui um (...) arcabouço no seio do qual ocorrem o movimento, os acontecimentos e a ação” (Ibid.: 202). Este tipo de tempo é “uniforme, contínuo, homogéneo” e, por isso, “divisível em unidades iguais, *constantes*, não-qualitativas”: horas, minutos, segundos, etc. (Ibid.: *itálico nosso*). Ao contrário da sua congénere concreta, a temporalidade abstrata é especificamente moderna, tendo-se tornado “dominante” somente “na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVII” (Ibid.). Neste sentido, o surgimento do tempo abstrato “pode ser relacionado” com a “disseminação” da forma-mercadoria e a “constituição” histórica de uma forma peculiar de “prática” socialmente sintética – o trabalho (Ibid.).

Apoiando-se numa vasta panóplia de literatura, Postone apresenta uma breve história da constituição social do tempo abstrato em *Time, Labor, and Social Domination*. As “unidades temporais invariáveis” e os “dispositivos técnicos” inventados para medi-las – mormente o relógio mecânico – *não explicam* a “origem” do tempo abstrato (Ibid.: 206). Pelo contrário, ambos *pressupõem* uma nova “organização da vida social” que torna a mensuração cronometricamente rigorosa do tempo imperativa (Ibid.: 207).

A partir do século XIV começa a surgir nos “centros urbanos europeus” uma “nova forma de relações sociais”, associada à “indústria têxtil”, que vai impor um tipo inaudito de “disciplina temporal” (Ibid.: 209). Postone salienta que este foi o primeiro ramo “a envolver-se na produção em larga escala destinada à exportação” (Ibid.). A coordenação das suas

⁵⁷³ Esta questão será abordada devidamente nos itens 6.4.3 e, sobretudo, 6.4.4.1, mas quero desde já salientar que o raciocínio de Postone, exposto no presente item, apresenta alguns problemas. O autor tende a colocar o acento tónico na reconstituição da hora de trabalho socialmente necessário como grandeza idêntica de valor. Ora, o aspeto-chave para a acumulação do capital é o *número* de horas de trabalho socialmente necessário despendidas na economia *no seu conjunto* e que representam *mais-trabalho*. Centrando-se quase exclusivamente na hora trabalho socialmente necessário – como unidade básica do tempo abstrato – e no sobrelucro efémero, a denominada “*treadmill dynamic*” ou “dialética de transformação e reconstituição” postoniana dá a entender que este processo de *reposição* do trabalho como medida da riqueza se pode estender *ad infinitum*, isto é, que o capital não possui um limite interno absoluto.

atividades quotidianas obedecia a uma racionalidade mercantil que prefigurava o etos empresarial capitalista:

“[N]a indústria têxtil havia uma separação estrita entre os comerciantes, por um lado, que forneciam a lã aos trabalhadores, recolhiam o tecido acabado e o vendiam, e os trabalhadores, por outro, que eram em grande número trabalhadores assalariados «puros», dispondo apenas da sua força de trabalho. O trabalho era geralmente feito em pequenas salas de trabalho que pertenciam aos mestres (...); estes possuíam ou arrendavam o equipamento, (...) recebiam a matéria-prima, pagavam os salários com o dinheiro obtido dos comerciantes têxteis e supervisionavam os trabalhadores contratados. Por outras palavras, o princípio organizacional da indústria têxtil medieval era uma forma primordial da relação capital-trabalho assalariado. Era uma forma de (...) produção controlada privadamente destinada à troca (isto é, ao lucro) (...) que, ao mesmo tempo, pressupôs e contribuiu para a crescente monetarização de alguns setores da sociedade medieval.” (Ibid.: 209-210)

Um dos elementos mais importantes era a organização racional do trabalho para incrementar a “produtividade”, que “foi constituída (...) como categoria social” nuclear (Ibid.: 210). Tratava-se de uma categoria “desconhecida” nas sociedades pré-capitalistas porque a maximização abstrata do *output* nunca norteara a (re)produção (Ibid.). A introdução da produtividade como princípio estruturante do trabalho “dependia, obviamente, do grau com que este podia ser disciplinado e coordenado de maneira regularizada” (Ibid.).

Consequentemente, em primeiro lugar, assistiu-se à difusão dos “sinos laborais, que assinalavam publicamente o começo e o final da jornada de trabalho, assim como os intervalos para as refeições” (Ibid.).⁵⁷⁴ A jornada laboral, cuja duração, até então, obedecia “a variações sazonais na duração da luz e da escuridão diárias”, torna-se um período com uma extensão “estandardizada” e dividida em “unidades temporais iguais” (Ibid.: 211).

Em segundo lugar, essas “unidades temporais servem de *medida* da atividade” realizada pelos operários (Ibid.: 209, *itálico no original*). Por outras palavras, começa a constituir-se socialmente uma “norma temporal «objetiva»” (Ibid.: 215) – o tempo de trabalho socialmente necessário – que “determina (...) a ação individual” (Ibid.: 214). Ao converter-se na “norma incontornável” (Ibid.: 211) das atividades humanas, o tempo abstrato consegue exercer uma “compulsão externa sobre os produtores” (Ibid.: 215) e, por isso, corporiza uma “nova forma de dominação” impessoal (Ibid.: 214).

A invenção do “relógio mecânico” na Europa Ocidental (Ibid.: 203), no segundo quartel do século XIV, e a sua difusão ulterior nos centros urbanos (Ibid.: 212), devem portanto ser inseridas num “processo sociocultural” abrangente que, por sua vez, ajudaram a moldar (Ibid.: 203) – “a emergência de uma nova forma de tempo (...) associada ao desenvolvimento da forma-mercadoria das relações sociais” (Ibid.: 211). Foi esta forma social nascente, baseada numa “prática” *realmente* abstrata (Ibid.: 212), que conferiu um “sentido social” (Ibid.: 211) às unidades temporais “comensuráveis, intercambiáveis e invariáveis” (Ibid.: 203). Em suma, o tempo abstrato e, em especial, “a hora de sessenta minutos” (Ibid.: 212) tornou-se “prevalente à medida que a forma-mercadoria deveio, pouco

⁵⁷⁴ Esta “preocupação crescente com o tempo” (Postone, 2003d/1993: 207) rapidamente extravasa o domínio estrito da produção, de maneira que a “vida cidadina” passa a ser “pautada pelos toques de uma vasta gama de sinos que assinalavam a abertura e o encerramento dos vários mercados, (...) reuniam diversas assembleias, marcavam o recolher obrigatório”, etc. (Ibid.: 208).

a pouco, a forma estruturante dominante da vida social no decurso dos séculos subsequentes” (Ibid.: 213).⁵⁷⁵

6.4 – A reformulação da crítica da economia política: o capital como forma social

6.4.1 – O dinheiro, a fórmula geral do capital e a dinâmica fetichista da modernidade

De acordo com Moishe Postone, Marx “desenvolve” a “categoria” de capital “dialeticamente a partir da mercadoria”, sugerindo assim que “as suas determinações básicas estão implícitas nessa forma social” (Postone, 2003d/1993: 263). Enquanto forma universal de “mediação social”, a mercadoria cria os produtores privados independentes típicos da modernidade que são incapazes de controlar a sua sociabilidade e, por isso, se relacionam através de um “sistema alienado (...) de dependência objetiva” (Ibid.: 264).

Ademais, a “dualidade” da mercadoria, como unidade contraditória de valor de uso e valor, é reconduzível ao caráter igualmente bífido do trabalho que a produz (Ibid.). A função socialmente sintética da dimensão abstrata do trabalho objetiva-se no valor, que, por seu turno, encontra no “dinheiro” a forma de “expressão manifesta exteriorizada” (Ibid.). Na ótica de Postone, em Marx o dinheiro representa justamente “uma ponte entre a sua análise da mercadoria e aquela do capital” (Ibid.: 265).

Através da introdução da sua fórmula geral, $D - M - D'$, Marx apresenta inicialmente o capital como uma soma de dinheiro que é valorizada através do consumo produtivo da força de trabalho humana (Ibid.: 268 e 281; cf. 1.4). Esta fórmula “implica” desde logo “crescimento incessante e direccionalidade” (Ibid.: 268). Em outros termos, a “determinação temporal” da “mais-valia” como riqueza abstrata autotélica (Postone & Brick, 1982: 636), *ilimitada* por “nenhuma referência (...) qualitativa” (Postone & Reinicke, 1975: 141), transforma o capital numa categoria intrinsecamente “dinâmica” (Postone, 2003d/1993: 269).⁵⁷⁶ Este dinamismo é particularmente vincado na extração da mais-valia *relativa*, que promove o revolucionamento ininterrupto das “condições técnicas e sociais do processo de trabalho” (Ibid.: 283; cf. 1.11 e 6.4.3).

O modo de (re)produção capitalista possui, pois, uma “lógica” peculiar de desenvolvimento espaço-temporal (Postone & Brick, 1982: 636, *itálico* nosso; cf. Postone, 2003d/1993: 387) que exhibe “as suas características” fundamentais (Ibid.: 263). Esta *essência* literalmente *enérgica* é o processo de “expansão” contínuo, insaciável e *tautológico* do valor constituído socialmente pelo tempo de trabalho abstrato (Ibid.: 269; cf. Postone & Reinicke, 1975: 141). A transformação de dinheiro em mais dinheiro ou valorização do valor, mediada pelo dispêndio de trabalho, é a “força-motriz” do capital (Postone, 2003d/1993: 268).

Assim, na modernidade, “a produção deixa de ser um meio para um fim substantivo, convertendo-se num momento de uma corrente incessante” (Postone, 1998b: 61). O princípio da *suficiência* pré-capitalista (cf. Gorz, 1989: 13-22; 109-126) cede lugar a “uma sociedade subordinada à produção pela produção” (Postone, 2003d/1993: 269). O capital, na qualidade de “substância automovida que é sujeito”, erige um “modo” universal “de compulsão e constrangimento abstratos” que obriga os indivíduos a sacrificarem a sua energia vital no altar da valorização (Ibid.). Apesar de ser constituído pela prática coletiva dos seres humanos, opõe-se-lhes como uma “*totalidade*” alienada, “*direccionalmente dinâmica*” (Ibid.: 272, *itálico* no original).

⁵⁷⁵ Conforme se verá em 6.4.3, “o tempo abstrato não é a única forma de tempo constituída na sociedade capitalista”, pois na modernidade “também é constituída uma forma peculiar de tempo concreto”: o tempo histórico (Postone, 2003d/1993: 216).

⁵⁷⁶ Assim, à semelhança do valor, o conceito marxiano de capital “delinea (...) uma categoria de mediação temporal” (Postone, 2008a: 1).

6.4.2 – A subsunção real da (re)produção e a crítica da sua dimensão concreta

A análise marxiana do processo de (re)produção capitalista é também um desdobramento da forma-mercadoria: tal como esta é “a unidade de valor de uso e valor”, logo de trabalho concreto e abstrato, a (re)produção baseada no capital é, por um lado, “processo de trabalho” ou criação de “riqueza material” e, por outro, processo de valorização ou “criação de valor” (Ibid.: 278-279). A inversão real entre concreto e abstrato, sensível e suprassensível que caracteriza o capitalismo (cf. 6.3.1.5) significa que o metabolismo material do ser humano com a Natureza “é simplesmente um meio” para a criação de valor (Ibid.: 280).

Da mesma maneira que o trabalho concreto é a forma de manifestação do trabalho abstrato, o denominado processo de trabalho marxiano representa “a *materialização* do processo de valorização” (Ibid.: 326, *itálico nosso*). O conceito de “subsunção real do trabalho” (Postone & Harootunian, 2012: 18) visa dar conta desta determinação da “forma material” da (re)produção pela “forma social” especificamente moderna (Postone, 1978: 759). Segundo Postone, o “processo de produção (...) deveio intrinsecamente capitalista” em termos dos seus carateres tecnológicos, científicos e organizacionais (Postone & Harootunian, 2012: 18).

Nas palavras do autor, “o capital molda o concreto” (Postone, 2016a: 511), quer dizer, constitui socialmente uma técnica adequada à produção de mais-valia (Postone, 1978: 757).⁵⁷⁷ As modalidades concretas de exercício dos trabalhos são *padronizadas* e *normalizadas* pela sujeição à mesma compulsão temporal quasi-objetiva: o “tempo de trabalho socialmente necessário” (Postone, 2003d/1993: 332).

A *obrigação* impreterível de cumprir este nível de produtividade fundamenta o processo *material* de trabalho na “economia de tempo”, que se converte numa “lei técnica do próprio processo de produção” (Ibid.). O “uso mais eficiente possível do trabalho humano” acarreta a sua organização “despótica” na realização de “tarefas crescentemente especializadas e fragmentadas” (Ibid.: 332-333).

É na grande indústria que “o capital vem a ser fiel ao seu conceito” (Ibid.: 336). Consequentemente, a “produção industrial” não é extrínseca em relação à “forma-valor” – nem, por isso, neutra – mas *corporiza* a sua dominação fetichista (Postone & Brick, 1982: 637). A “fábrica” constitui a “expressão física” ou *disposição* espácio-temporal do capital “como um autómato mecânico que é um *sujeito*, composto por vários órgãos conscientes (os operários) e inconscientes (os meios de produção), subordinados à sua força-motriz centralizada” (Postone, 2003d/1993: 345-346, *itálico nosso*).

Neste contexto, o ritmo do progresso técnico e as tecnologias adotadas são estipulados pelos “imperativos da acumulação de capital” (Postone, 1999: 21-22). Por exemplo, “a produção baseada na *maquinaria* é a forma do processo de trabalho adequada à produção de mais-valia *relativa*” no capitalismo maduro (Postone, 2003d/1993: 325-326, *itálico nosso*). Postone realça que o facto de a “máquina” ser “determinada formalmente (...) como capital constante” se reflete nas suas próprias configurações técnico-materiais, e não apenas no “propósito para que é utilizada” (Postone & Reinicke, 1975: 144).

Perante o que foi exposto nos parágrafos anteriores, resulta evidente que o “conteúdo” *material* está longe de ser um (suposto) lado bom da (re)produção e da riqueza modernas, passível de apropriação imediata (Ibid.: 145). Assim, “ao contrário do que poderia parecer no capítulo 1 de *O Capital*, o valor de uso (...) não é um substrato ontológico” intocado pela forma social (Postone, 2009c: 315). Porém, sendo indesmentível a subsunção da (re)produção material na (re)produção das relações sociais de valor, “a dimensão do valor de uso” conserva

⁵⁷⁷ “Marx analisa a forma material do processo de trabalho, a sua dimensão técnica, como sendo social e estruturada pelo capital” (Postone, 1985b: 236).

apesar de tudo “um momento não-idêntico” (Postone & Reinicke, 1975: 144), porquanto a realidade sensível jamais se deixa aprisionar completamente no princípio formal abstrato socialmente sintético (cf. 6.4.3 e, sobretudo, 6.7).

6.4.3 – A treadmill dynamic e o tempo histórico

6.4.3.1 – Aproximação à problemática

Constatou-se anteriormente que a forma-mercadoria (cf. 6.3) e a forma-capital (cf. 6.4.1 e 6.4.2) são unidades contraditórias da “dimensão de valor” – expressa nas categorias de “trabalho abstrato, (...) tempo abstrato” e processo de valorização – e da “dimensão de valor de uso” – expressa nas categorias de “trabalho concreto, (...) tempo concreto” e processo *material* de trabalho (Postone, 2003d/1993: 287). Na ótica de Postone, estes “dois momentos (...) são mutuamente determinantes de uma maneira que origina uma dinâmica dialética imanente” na modernidade (Ibid.).

Primeiro que tudo, convém relembrar a distinção crucial entre valor e riqueza material (cf. 6.3.2.2). Na qualidade de forma de riqueza abstrata, o valor está obrigatoriamente associado ao “dispêndio (...) de trabalho” abstrato, i.e., de energia humana *sans phrase* (Postone, 2004a: 67). Por sua vez, a grandeza da riqueza sensível produzida resulta do incremento da “produtividade” *material*, entendida como “produtividade do trabalho útil, concreto” (Ibid.).

Ao contrário do que sucede com o valor, a criação de valores de uso *não depende* do “dispêndio imediato de trabalho”, dado ser “determinada pela organização social da produção, pelo nível de desenvolvimento e aplicação da ciência e pelas competências adquiridas pela população trabalhadora” (Ibid.). Em suma, a produtividade *material* é uma “expressão” do nível geral de “conhecimento social” e do conjunto das “capacidades produtivas adquiridas pela humanidade” no decurso da história (Ibid.).

Começarei, então, a esboçar a interação de ambas as dimensões, procurando expor minuciosamente o raciocínio complexo de Postone.⁵⁷⁸ No capitalismo, é a forma social do valor que impele o aumento contínuo da produtividade e do número de valores de uso criados; a concorrência intrasectorial recompensa com uma mais-valia extra ou sobrelucro *temporário* os capitais inovadores que reduzem o seu preço de custo abaixo do preço de custo de mercado (cf. 1.11.1, 3.2 e 3.3.6). No *curto prazo*, os capitais vanguardistas conseguem gerar *efemeramente* uma grandeza suplementar de valor em cada unidade de tempo (abstrato) que compõe a jornada laboral.

Todavia, assim que essa inovação e o correspondente nível superior de produtividade se dissemina pelos restantes capitais, “a grandeza do valor regride ao seu nível de base” inicial (Ibid.: 59). Portanto, “o valor *total* gerado por uma hora de trabalho social permanece *constante*” (Postone, 2003d/1993: 288, *itálico nosso*), quer dizer, numa hora de trabalho médio ou socialmente necessário é criada sempre a *mesma* massa de valor.⁵⁷⁹ Os únicos resultados *permanentes* do aumento da produtividade são a quantidade acrescida de valores de uso criados e a redução do valor *unitário* das mercadorias (Ibid.).

Antes de avançar na exposição, considere-se este exemplo. No ramo do material de escritório, sob as condições *médias* de produção, é necessária 1 hora para fabricar 5 canetas com o valor total de 5 euros (e o valor unitário de 1 euro). Um capital que, através da introdução de uma nova tecnologia, é capaz de produzir 10 canetas em 1 hora consegue

⁵⁷⁸ Será inevitável uma certa dose de repetição neste e nos próximos itens. Para não comprometer o entendimento do leitor, a exposição será propositadamente minuciosa, procurando-se captar *todas* as subtilezas do argumento de Postone.

⁵⁷⁹ “A unidade do tempo (abstrato) permanece constante; a mesma unidade de tempo gera a mesma grandeza de valor” (Postone, 2017b: 11).

embolsar um *sobrelucro temporário* em cada caneta vendida, resultante da diferença entre o seu valor unitário *individual* (0,5 euros) e o valor unitário *de mercado* (1 euro) determinado pelo tempo de trabalho médio ou socialmente necessário.

Porém, tão logo a tecnologia inovadora se dissemina pelo ramo de negócio, esse nível de produtividade *material* é redefinido como o novo conteúdo, em termos de *valor de uso*, da hora de trabalho socialmente necessário e o sobrelucro desaparecerá. Em 1 hora de produção média serão agora fabricadas 10 canetas com o valor unitário de 50 cêntimos, pelo que a massa de valor global não sofre qualquer alteração ($10 \times 0,5 = 5$ euros). Os únicos resultados duradouros são o incremento dos valores de uso produzidos (10 em vez de 5 canetas) e o decréscimo do valor unitário de cada caneta (de 1 euro para 50 cêntimos), em virtude da redução para metade do tempo de trabalho requerido para a sua produção. É *reposto* o incentivo à inovação ulterior com vista à obtenção de um novo sobrelucro temporário.

São duas as implicações teóricas extraíveis deste exemplo. Em primeiro lugar, conforme se disse atrás, a variação da produtividade “não altera” duradouramente “o valor total gerado por unidade de tempo abstrato” (Ibid.: 288), ou seja, a massa de valor gerada “nessa hora” de trabalho socialmente necessário “permanece constante, independentemente do nível de produtividade” (Ibid.: 289). Isto porque, depois como antes, é despendido o *mesmo* quantum de trabalho, a medida imanente da riqueza abstrata.

No entanto, em segundo lugar, importa realçar que a produtividade material afeta, de facto, “a hora normativa de trabalho social” de outro modo (Ibid.: 288). Nas palavras de Postone, cada patamar geral de produtividade é sucessivamente “redefinido como nível de base do arcabouço de referência temporal abstrato, que funciona como norma obrigatória socialmente geral” (Ibid.: 350). Trocando por miúdos, é esse padrão universal de produtividade que determina o *número* de mercadorias que deverão ser produzidas (nas condições médias) numa *hora*. Ao multiplicar os valores de uso fabricados, cada surto de progresso técnico modifica o *conteúdo substantivo* da hora de trabalho socialmente necessário.

Esta alteração no polo do valor de uso repercute-se no polo do valor, pois “apenas a hora de trabalho que cumpre o padrão geral de trabalho socialmente necessário conta” realmente “como uma hora de trabalho social” (Ibid.: 288-289). O respeito dessa norma é imprescindível para gerar *efetivamente* a grandeza de valor ordinária, conforme observa Marcel Stoetzler: “Uma hora de trabalho gera «o seu» valor *abstrato* apenas quando o processo que ocorre *concretamente* nessa hora é executado de acordo com os padrões” técnico-científicos “de última geração” (Stoetzler, 2004: 270, *itálico no original*). Quem precisar de mais tempo para produzir o número de artigos preestabelecido socialmente e, por isso, tiver custos superiores, não será capaz de realizar inteiramente o valor *normal*.

Nesta altura é possível fazer um balanço provisório (e, em certa medida, antecipatório). Postone demonstra que o capital é uma forma social *dinâmica* assente na “determinação recíproca das duas dimensões do trabalho” (Postone, 2003d/1993: 289), tal como na interação de ambos os polos da riqueza burguesa (Ibid.). A forma-valor – mormente, através da concorrência intrasectorial e do mecanismo do sobrelucro temporário – explica o progresso técnico continuado expresso em níveis sempre crescentes de produtividade *material*. Por seu turno, “a constante temporal abstrata que determina o valor” – a *hora* de trabalho socialmente necessário – “é ela própria determinada pela dimensão do valor de uso” (Ibid.). Assim que se generaliza, cada patamar de produtividade *constitui* o novo conteúdo material *normativo* da hora social de trabalho que, desse modo, é continuamente *redefinida*.

O “paradoxo”, desde já evidente, pode ser enunciado da seguinte maneira: “a grandeza do valor é (...) uma função do dispêndio de trabalho medido por uma variável independente (tempo abstrato), mas, contudo”, essa “unidade de tempo constante” aparece *também* como “uma variável dependente (...) redefinida” pelas “alterações da produtividade”

(Ibid.). A solução de Postone para este imbróglio passará pela introdução de um eixo temporal *superordenado* – aquele do denominado *tempo histórico* – ao longo do qual *se move* a constante temporal abstrata. O tempo histórico captura a crescente *densificação* desta em termos de valor uso que torna 1 hora de trabalho socialmente necessário em 2030 *substantivamente* diferente de 1 hora de trabalho médio em 2020, por exemplo (cf. 6.4.3.3).

6.4.3.2 – A dialética de transformação e reconstituição

Verificou-se no item precedente que o progresso técnico garante um ganho efêmero aos capitais inovadores, mas que a sua generalização redefine “o tempo de trabalho socialmente médio” e, assim, “a grandeza do valor produzido por unidade de tempo” abstrato “regressa ao seu «nível de base» original” (Postone, 1998b: 63). Moishe Postone designa esta dinâmica por “efeito passadeira rolante” (*treadmill*) (Postone, 2003d/1993: 289, *itálico no original*). A “metáfora da passadeira rolante” refere-se ao facto de “ser preciso correr cada vez mais depressa apenas para se manter no mesmo sítio” (Sewell Jr., 2018: 162). Com efeito, a redeterminação sucessiva da hora social de trabalho obriga os capitais a produzirem *cada vez mais* valores de uso para gerarem a *mesma* grandeza de valor nesse período.

A *treadmill dynamic* pode, pois, ser entendida como “uma dialética de transformação e reconstituição” (Postone, 2003d/1993: 289). Por um lado, assiste-se a “transformações contínuas” das condições de “produção e, de modo mais geral, da vida social” (Postone, 2003b: 4). Por outro lado, essas “mudanças reconstituem o ponto de partida, quer dizer, a hora de trabalho social” e o nível de base de valor gerado por ela (Postone, 2003d/1993: 290). Em suma, a hora de trabalho socialmente necessário é *reimposta* como padrão objetivo regulador da (re)produção da sociedade capitalista no seu conjunto.

Concomitantemente, o tempo de trabalho é redeterminado como *fundamento* ineludível da riqueza abstrata – do valor. Essa é justamente a característica “imutável” da vida moderna (Postone, 2003a: 95), sempre posta e reposta: “independentemente do nível de produtividade” material alcançado, a síntese social “é em última instância efetivada pelo trabalho” (Postone, 1998b: 64). Embora a criação de riqueza material se *dissocie* crescentemente do dispêndio de energia humana e, por isso, o valor se torne anacrónico como medida da riqueza social, o capital não pode prescindir da absorção de trabalho vivo (Postone, 2003d/1993: 342).

Resta acrescentar que, apesar de a massa de valor horária acabar por retornar, uma e outra vez, ao seu nível normal, o sobrelucro *temporário* obtido no *curto prazo* pelos capitais vanguardistas dá origem a um progresso técnico-científico absolutamente frenético. Cada restabelecimento do nível de base da grandeza de valor gerada renova o incentivo ulterior à adoção de tecnologias mais eficientes. Assim, o “efeito passadeira rolante (*treadmill*) implica (...) uma sociedade *direccionalmente dinâmica*, que se exprime no impulso para níveis sempre crescentes de produtividade” (Ibid.: 290).

6.4.3.3 – O tempo histórico

No final do item 6.4.3.1 fez-se uma breve alusão ao aparente paradoxo que caracteriza a hora abstrata subjacente ao trabalho socialmente necessário: trata-se de uma variável independente que, contudo, revela uma dependência face ao nível de produtividade. Por um lado, esta “medida temporal abstrata (...) mantém-se constante” pois, evidentemente, nunca deixa de ser *uma hora* e porque o “valor total gerado” nesse período permanece inalterado (Ibid.: 292).

Por outro lado, “nem toda a hora de trabalho” despendido “conta” automaticamente “como hora social” formadora de valor (Ibid.). Conforme se viu (cf. 6.4.3.1), é o patamar de produtividade *material* que “determina o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir” cada “mercadoria” e, por conseguinte, o *conteúdo* substantivo de “uma hora de

trabalho social” (Ibid.). O respeito escrupuloso dessa norma de produtividade é uma condição *sine qua non* para gerar a grandeza horária de valor normal.

Ora, com o “desenvolvimento tecnológico, (...) a quantidade que se (...) *deve* produzir numa hora aumenta” (Murthy, 2009: 17, *itálico nosso*). A unidade temporal abstrata possui, então, um “conteúdo (...) cambiante” de valores de uso porque, graças ao incremento da produtividade, “torna-se mais «densa» em termos da massa de bens produzidos” (Postone, 2003d/1993: 292).

Feita esta recapitulação, está-se em posição de reformular o paradoxo de modo mais exato: “A constante temporal abstrata é (...) simultaneamente constante e inconstante. Em termos temporais abstratos, a hora de trabalho social permanece constante como medida do valor total produzido; em termos concretos, muda quando a produtividade” material “se altera” (Ibid.). O quebra-cabeças “não pode ser resolvido no interior do arcabouço do tempo abstrato newtoniano” (Ibid.). Ele apenas pode ser solucionado mediante a introdução de “outro tipo de tempo como padrão de referência *superordenado*” (Ibid., *itálico nosso*).

Trata-se de uma “forma de tempo concreto peculiar”, exclusiva da modernidade capitalista (Ibid.: 291-292), que o autor designa por “tempo histórico” (Murthy, 2009: 16). O tempo histórico “*exprime o movimento*” da unidade temporal abstrata (Postone, 2003d/1993: 293, *itálico no original*) em resultado da redefinição do seu conteúdo *concreto* provocada pelos incrementos consecutivos da produtividade. No trecho seguidamente citado, Postone explica o conceito de tempo histórico através da interação *dialética* entre as dimensões do valor e do valor de uso:

“A natureza da dialética é tal que gera uma pressão no sentido de níveis cada vez mais elevados de produtividade. Concomitantemente, o nível de produtividade recalibra a unidade temporal abstrata [a hora de trabalho socialmente necessário, NM] associada à dimensão do valor. (...) Por um lado, existe a pressão para transformações contínuas da produção, da organização, do conhecimento e, em última instância, da vida social. Por outro lado, a recalibração da unidade temporal abstrata – por exemplo, a hora – significa que ela é redefinida, empurrada para diante, por assim dizer, enquanto simultaneamente é reconstituída como uma hora. Como uma hora – como unidade temporal abstrata – é constante. Porém, como unidade que foi recalibrada, a unidade temporal moveu-se. (...) Este movimento do tempo é aquilo que designo por «tempo histórico». É (...) uma função da dimensão do valor de uso em interação com a dimensão do valor. Quer dizer, o tempo histórico é uma forma nova e distinta de tempo como variável dependente, de tempo concreto ou «substancial».” (Postone & Harootunian, 2012: 11)

Portanto, a unidade de tempo abstrato, embora permaneça uma hora e gere a mesma massa periódica de valor, *desloca-se* – é “empurrada”, como diz Postone – *ao longo do eixo do tempo histórico*, acompanhando o desenvolvimento *concreto* das forças produtivas da humanidade (Postone, 2012a: 338). A hora de trabalho socialmente necessária *move-se* porque o seu conteúdo sensível *normativo*, em termos da criação de *valores de uso*, é qualitativa e quantitativamente *distinto* nos anos n , $n + 1$, $n + 2$, $n + i$.⁵⁸⁰

Logo, a unidade-padrão temporal não é puramente abstrata, *vazia*, estática, pois *depende* ou é uma função do nível alcançado pela produtividade material; ora, a dependência

⁵⁸⁰ Marcel Stoetzler faz uma interpretação similar: “O aumento da produtividade [material, NM] torna a hora de trabalho social mais «densa» em termos da produção de bens. (...) O desenvolvimento da produtividade não altera a unidade temporal abstrata (uma hora tem sempre sessenta minutos) mas move-a «no tempo»: uma hora de tempo de trabalho [socialmente necessário, NM] hoje em dia (...) [e, NM] uma hora de trabalho [socialmente necessário, NM] há cinco anos (...) são duas horas *diferentes* em termos daquilo que acontece *qualitativamente*” e quantitativamente na dimensão do valor de uso (Stoetzler, 2004: 271, *itálico no original*).

é uma característica do tempo *concreto*.⁵⁸¹ Por outras palavras, o patamar de produtividade determina aquilo que *conta* como uma hora de trabalho socialmente necessário *num dado momento histórico*: “Os produtores não são apenas compelidos a produzir de acordo com uma norma temporal abstrata, mas têm de fazê-lo de maneira *historicamente adequada*: são forçados a «estar à altura do seu tempo»” (Postone, 2003d/1993: 301, itálico nosso).⁵⁸²

A hora de trabalho social é, pois, uma categoria eminentemente *dinâmica* que se modifica no decurso da *trajetória histórica*, quer dizer, do desenvolvimento *direcional* do modo de (re)produção capitalista. Creio não me enganar ao sugerir que *é esta evolução ou redefinição permanente do conteúdo material – portanto, da densidade – da hora de trabalho social ao longo do tempo que Postone designa por tempo histórico*. Este traduz o processo *contínuo* de “transformação social” associado às “mudanças permanentes do nível histórico de produtividade”, determinadas pelo “desenvolvimento da dimensão do valor de uso” (Ibid.: 296).

É agora possível precisar a dialética de transformação e reconstituição identificada em 6.4.3.2: ela resulta da interação entre o tempo histórico e o tempo abstrato. Por um lado, a “dinâmica” *totalizadora* do tempo histórico, assente na expansão continuada da “produtividade” material, ocasiona a *transformação* multifacetada da sociedade moderna (Ibid.: 294). Antes de tudo, “envolve mudanças permanentes” na configuração da “produção” e da “tecnologia”, assim como o fomento da “acumulação (...) de conhecimento” coletivo (Ibid.).

No entanto, o dinamismo revolucionário excede largamente o processo de (re)produção imediato, abarcando também “transformações (...) massivas do modo de vida (...) da maioria da população” que se refletem “nos padrões sociais de trabalho e de vida, na estrutura e distribuição das classes, na natureza do Estado e da política, na forma da família, no cariz da aprendizagem e da educação, nos meios de transporte e de comunicação, etc.” (Ibid.). Em último lugar, o ritmo avassalador do tempo histórico estabelece, ainda, “formas” específicas de “subjetividade, interações e valores sociais” (Ibid.).

Por outro lado, a dinâmica histórica moderna “implica a *reconstituição* permanente dos aspetos fundamentais do capitalismo” (Postone, 1998a: 385, itálico nosso). Em particular, *repõe* continuamente o “valor” como forma estruturante da riqueza e das “relações” sociais (Postone, 2003d/1993: 346). Portanto, embora seja recalibrado pelo tempo histórico, o “arcabouço do tempo abstrato” é *reconstituído* como norma obrigatória que *reestabelece* a *necessidade* do “dispêndio de trabalho humano” no *presente* (Ibid.: 346-347, itálico nosso), “independentemente do nível histórico da produtividade” (Ibid.: 296).

O “presente abstrato” é compulsivamente empurrado para diante pelo “tempo histórico” (Schuler, 1996: 190) de tal maneira que o trabalho é *(re)posto*, uma e outra vez, como princípio socialmente sintético e a massa colossal de riqueza material é aprisionada na camisa-de-forças do valor (Postone, 2003c: 103-104). Quase se poderia falar de uma espécie de eternização fetichista da temporalidade abstrata do “*valor (...) como presente*” (Postone, 2003d/1993: 296, itálico no original) incapaz de se emancipar do dispêndio de energia humana que a acumulação de tempo histórico – “o «trabalho morto» de Marx” (Postone, 2004a: 65) – torna anacrónico.

⁵⁸¹ “A temporalidade desta dinâmica não é apenas abstrata. Embora as mudanças da produtividade, na dimensão do valor de uso, não alterem a grandeza de valor produzido por unidade de tempo, elas alteram a determinação daquilo que conta como uma dada unidade de tempo” (Postone, 2005a: 76).

⁵⁸² “[A] produtividade acrescida não aumenta a grandeza de valor produzida numa hora de trabalho social, mas (...) redefine essa hora *historicamente*” (Postone, 2003d/1993: 346, itálico nosso).

Em suma, na modernidade a *transformação* brutal das condições materiais da (re)produção e da vida sociais está indissolúvelmente ligada à *reconstituição* das categorias burguesas nucleares. A sua poderosa dinâmica histórica “aponta crescentemente para além da necessidade do valor e, assim, do trabalho proletário, mas reconstitui essa mesma necessidade como condição de sobrevivência do capitalismo” (Ibid.: 64).

Portanto, “esta dialética envolve a acumulação do passado numa forma que implica a reconstrução continuada dos traços fundamentais do capitalismo como presente aparentemente necessário” (Postone, 2003c: 104). A acumulação do tempo histórico, quer dizer, o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas e científicas *coletivas* da humanidade, ocorre numa “forma *alienada*” (Ibid., *itálico nosso*). Neste sentido, “as pessoas constituem o tempo histórico” através da sua prática estruturante e estruturada, mas, em vez de disporem dele, encontram-se à sua mercê (Postone, 2004a: 65).

6.4.3.4 – A dinâmica histórica é exclusiva da modernidade capitalista

Tal como não há valor de uso sem valor (e vice-versa), também não há tempo histórico sem tempo abstrato. Ambos estão “dialecticamente inter-relacionados” (Postone, 2012a: 339) e, por isso, pressupõem-se mutuamente (Postone, 2003d/1993: 294-295). A sua *interseção* no tempo de trabalho socialmente necessário “exprime uma (...) compulsão objetiva e impessoal exercida sobre os indivíduos” que possui um cariz dinâmico, ou seja, “cujas determinações mudam historicamente” (Ibid.: 301). Logo, “tanto o tempo histórico quanto o tempo abstrato são constituídos como formas de dominação” social (Postone, 1998a: 385).

Esta “compulsão normativa temporal” (Postone, 2003d/1993: 301) significa que o “tipo de concretude” do tempo histórico é deveras “peculiar” (Murthy, 2009: 21) quando comparado com a temporalidade das “sociedades pré-capitalistas” (Ibid.: 22). Nestas o tempo concreto era “uma função dos fenómenos naturais e de atividades contingentes” particulares (Postone & Harootunian, 2012: 11). Já o tempo histórico moderno é concreto porque se trata de uma variável *dependente* do estado geral de desenvolvimento técnico-científico; porém, não está associado a acontecimentos naturais, simbólicos ou culturais específicos (estações do ano, festividades, etc.).

A sua “concretude (...) jaz num processo de incremento da produtividade” material que, contudo, é “*mediado* pelo tempo abstrato” (Murthy, 2009: 22, *itálico nosso*). Sem valor simplesmente “não existiria nenhuma dinâmica em passadeira rolante” (Ibid.: 21-22). Isso é comprovado pelo “longo período de milhares de anos quase estacionário em termos de desenvolvimento científico e tecnológico” que antecedeu o capitalismo (Postone, 2006d: 11). O tempo concreto pré-moderno era, pois, *estático*.

Somente o surgimento da forma-mercadoria e da forma-capital *constitui* uma “dialética complexa” entre (re)produção social e material, valor e valor de uso, tempo abstrato e tempo histórico (Postone, 1998a: 385), geradora de “pressões no sentido de aumentos contínuos da produtividade, que revolucionam constantemente a produção, a distribuição e, de modo mais geral, a vida social” (Postone & Harootunian, 2012: 19). Esta “dinâmica direcional (...) em aceleração” permanente é um traço exclusivo da “modernidade” (Ibid.: 10).

Por outras palavras, Postone fundamenta a existência de uma “lógica histórica” abrangente “nas formas sociais específicas” do capitalismo (Postone, 2003d/1993: 17), nomeadamente “na dualidade das relações sociais mediadas pelo trabalho” (Ibid.: 294). Em síntese, “*apenas a história da formação social capitalista – e não a história da humanidade enquanto tal – possui uma lógica imanente (...) que evidencia uma forma de necessidade histórica*” (Postone, 1978: 769, *itálico no original*).

Evidentemente que uma “totalidade social” (Postone, 2003d/1993: 297) que se desdobra ao longo do tempo, obedecendo a uma lógica “quasi-independente da vontade e intenções humanas” (Postone, 2003a: 95), é um sintoma de *alienação* (Postone, 1978: 768), conforme explica Moishe Postone:

“[A] existência de uma dinâmica histórica contínua significa que as pessoas não são agentes reais. Se as pessoas fossem agentes *reais*, não haveria nenhuma dinâmica. (...) [O]s seres humanos fazem a história, mas, por assim dizer, por detrás das suas costas, i.e., eles fazem a história criando estruturas que os compelem a agir de certas maneiras.” (Postone, 2008b: 4, *itálico no original*)

No entanto, não há razão para desesperar: a “«locomotiva» da história” (Postone, 2006d: 12) teve “um início” e, portanto, “pode ter um fim” (Postone, 2011a: 6). Numa eventual sociedade pós-capitalista, o tempo histórico poderia ser desacoplado da “produção baseada no tempo abstrato” e no valor, de tal maneira que “a história deixaria de ser uma dinâmica des governada” (Murthy, 2009: 23). Pela primeira vez, os indivíduos associados criariam conscientemente “a história em conjunto” (Ibid.; cf. 6.7).

6.4.4 – *Time, Labor, and Social Domination*: crise? Qual crise?

6.4.4.1 – *Contradição sem crise: o anacronismo do valor e do trabalho*

Conforme se verificou atrás, em *Time, Labor, and Social Domination* Moishe Postone identifica, no contexto da *treadmill dynamic*, uma divergência crescente entre riqueza material e valor. O papel preponderante da ciência aplicada significa que “a produção devém cada vez menos um processo de objetivação” do trabalho “individual”, tornando-se, ao invés, “cada vez mais objetivação do conhecimento coletivo acumulado da espécie humana” (Postone, 2003d/1993: 298).

Os aumentos consecutivos da produtividade material resultam desta “constituição e acumulação de um saber social geral (*general intellect*)” (Postone, 2011b: 12), ou seja, da “acumulação do tempo histórico”, e não “do dispêndio de trabalho humano imediato na produção” (Postone, 2003d/1993: 298). Portanto, ao promover o desenvolvimento ciclópico das forças produtivas, a “contradição básica” entre valor de uso e valor, assente na “dinâmica dialética” entre tempo histórico e tempo abstrato, abre de maneira imanente a “*possibilidade*” da *abolição* do trabalho como atividade socialmente sintética e do valor como forma de riqueza e de mediação social (Ibid.: 303, *itálico nosso*).

Todavia, no capitalismo, como se constatou em 6.4.3, “o tempo histórico é acumulado numa forma alienada” que “oprime os seres humanos” (Ibid.: 351). Assim, o “sistema baseado no valor (...) gera e, simultaneamente, *limita* a possibilidade histórica da sua própria superação por uma ordem social baseada na riqueza material” (Postone, 2005a: 75, *itálico nosso*). O modo de (re)produção capitalista “impele aumentos rápidos” do progresso técnico, mas “perpetua a necessidade do trabalho humano imediato no processo de produção, independentemente do grau de desenvolvimento tecnológico e de acumulação de riqueza material” (Postone, 2003d/1993: 302). Embora o “trabalho proletário” devenha “anacrônico” (Postone, 2011b: 12-13), “o arcabouço do valor é perpetuamente reconstituído” (Postone, 2003d/1993: 299).

Postone assinala que esta contradição continuamente (re)posta representa “o núcleo essencial da dialética marxiana entre forças e relações de produção” (Ibid.: 302). Ao contrário do que professa a interpretação tradicional, essa dialética *não* diz respeito à oposição entre a “distribuição” ou apropriação, cristalizada em categorias como o “mercado” e a “propriedade privada”, por um lado, e a “produção” industrial, entendida de modo associal e

transhistórico, por outro (Postone, 1998b: 67). Trata-se de uma dinâmica *intrínseca* ao “duplo caráter das formas sociais que constituem” a *produção* hodierna (Ibid.: 302):

“Se o valor é a categoria fundamental das relações sociais de produção capitalistas, e se a dimensão do valor de uso do trabalho engloba as forças de produção, então o capital pode ser entendido como estrutura alienada das relações de produção mediadas pelo trabalho que promove o desenvolvimento de forças de produção socialmente gerais, ao mesmo tempo que as incorpora como seus atributos. *A dialética de forças e relações de produção* – as determinações fundamentais que analisei como dialética de transformação e reconstituição – é, então, uma *dialética das duas dimensões do capital*, e não do capital e forças extrínsecas. Esta dialética está no cerne do capital como totalidade social dinâmica e contraditória.” (Ibid.: 351-352, *itálico no original*)

Referindo-se a *Time, Labor, and Social Domination*, Bruno Astarian observa com justeza ser “surpreendente que, num livro que afirma muitas vezes concentrar-se na contradição fundamental do capitalismo, as crises raramente sejam mencionadas” e, consequentemente, “não sejam objeto de nenhuma análise” teórica (Astarian, 2017: 187). Uma vez que o arcabouço do tempo e do trabalho abstratos é reconstituído “continuamente” sem problemas (Aabromeit, 2014: 5), a *treadmill dynamic* postoniana parece mesmo defender, pelo menos implicitamente, “a capacidade de expansão infinita do capital” (Astarian, 2017: 204). Com efeito, se “o sujeito automático jamais é bloqueado” (Ibid.), então a acumulação de capital não possui um “limite interno” absoluto (Scholz, 2014: 16).⁵⁸³

Gostaria de sugerir que esta lacuna se deve fundamentalmente ao facto de não existir em *Time, Labor, and Social Domination* – e, de um modo geral, nos escritos do autor até meados da década de 2000 – uma verdadeira *mediação* teórica entre a *treadmill dynamic* e a categoria de *mais-valia*, por um lado, e a *crise do trabalho*, por outro. Concentrando a sua atenção apenas no *valor*, Postone escamoteia que o *mais-trabalho* e a *mais-valia* são as verdadeiras categorias-chave para a acumulação.

Postone tem razão quando afirma que o valor global criado pela jornada laboral não se altera, porque em cada hora de trabalho socialmente necessário é sempre produzida a mesma grandeza de valor; contudo, esquece-se que o aumento da produtividade no Departamento II reduz o valor da força de trabalho e, dessa maneira, aumenta a parcela do *mais-trabalho* à custa da parcela do trabalho necessário. O reverso da medalha do progresso técnico faraónico ligado à *mais-valia* relativa é a propensão para empregar menos operários. A questão consiste em saber qual das duas tendências com efeitos contrários para a massa de *mais-valia* social prevalece num dado momento histórico à escala da economia do seu conjunto (cf. 1.16, 3.5 e, em especial, 7.6).

Dito de modo mais correto, Postone está *ciente* destes mecanismos associados à extração de *mais-valia relativa*, mas decide não incorporá-los na *treadmill dynamic*, mencionando *somente o primeiro* quando discute as implicações ecológicas nefastas do modo de (re)produção capitalista (cf. 6.4.4.2). Creio estar-se perante uma exclusão *voluntária* e consciente da *mais-valia* (relativa) dos raciocínios nucleares ligados à dialética de transformação e reconstituição que explica a ausência de uma teoria da crise em *Time, Labor, and Social Domination*. A decisão é, todavia, enigmática: Postone renega a *mais-valia* (relativa) porque *ainda não* aceita a crise estrutural do capital associada à *crise do trabalho* e à correspondente *estagnação* do valor *excedente* produzido (cf. 6.4.5) e, por isso, a categoria

⁵⁸³ A posição de Postone é, aliás, confrangedora: o autor não apresenta sequer uma noção *explícita* de crise *cíclica* como barreira repetidamente posta e ultrapassada. A *treadmill dynamic* simplesmente não prevê nenhum entrave à reprodução macrosocial do capital.

tem para si pouca relevância? Ou, pelo contrário, é a omissão da análise detalhada da mais-valia, por razões *desconhecidas*, que impede precisamente o autor de descortinar a *crise* latente na contradição entre processo de valorização e (re)produção material?

Em todo o caso, importa reter o seguinte: até ser atingido um certo patamar histórico, a mais-valia (relativa) aumenta de facto. É esse aumento da *massa* de mais-valia social que explica a expansão do modo de (re)produção capitalista, e não, como Postone dá repetidamente a entender em *Time, Labor, and Social Domination*, o ganho extra temporário obtido pelos capitais inovadores. No entanto, uma vez alcançado esse limiar que assinala uma rutura em termos *qualitativos* e *quantitativos*, a “contradição em processo” encerrada na forma-capital desemboca na sua crise *insanável*.

Demonstrou-se que a 3ª Revolução Industrial – baseada na difusão generalizada da informatização, da robotização e da automação – conduz à redução *absoluta* do número de trabalhadores produtivos empregados e, assim, da grandeza do mais-trabalho criador de mais-valia. O capital esbarra com o seu *limite interno* (cf. 1.16, 3.5 e 7.6). Estas questões apenas serão abordadas por Moishe Postone num conjunto de artigos redigidos e de entrevistas concedidas nos seus últimos anos de vida. O autor aceitará, finalmente, que se instalou *definitivamente* a crise do trabalho assalariado, o aumento galopante do desemprego e da exclusão social e o marasmo económico *irreversível*; mas continuará teimosamente a negar que isso redunde no colapso do capitalismo em virtude do seu limite interno absoluto (cf. 6.4.5).

6.4.4.2 – A destruição acelerada da natureza

Conforme mencionei no item precedente, Postone analisa a categoria de mais-valia relativa quando discute os problemas de índole ecológica associados ao modo de (re)produção capitalista. O autor começa por salientar que quando a “duração da jornada” laboral “é limitada” historicamente e, por isso, a extração de mais-valia absoluta se torna impossível, a única saída que resta ao capital é a “produção de «mais-valia relativa»” (Postone, 2003d/1993: 309; cf. 1.11).

Neste sentido, o “tempo de mais-trabalho” apenas pode ser aumentado à custa da redução do “tempo de trabalho necessário” (Ibid.). Isso é conseguido, naturalmente, através da “produtividade acrescida” nos ramos de negócio que compõem o Departamento II – impelida pela concorrência intrasectorial e pela respetiva busca do sobrelucro temporário – que reduz o valor do cabaz de bens adquirido com os salários dos operários e, assim, o valor da força de trabalho (Ibid.: 310).

A “relação” estreita que se estabelece, no capitalismo maduro, entre o padrão de “produtividade” material e a grandeza da mais-valia relativa, por um lado, e a obtenção de um sobrelucro por via da inovação, por outro, significa que o capital encerra uma “tendência imanente” para o desenvolvimento permanente das forças produtivas e para o incremento contínuo do nível de *output* (Ibid.).

Este crescimento *necessário* é agravado por outro fator: a mais-relativa não aumenta na mesma proporção que a subida da produtividade. Quanto menor já for a parcela do trabalho necessário, tanto maiores terão de ser os aumentos ulteriores da produtividade para lograr incrementos ínfimos da mais-valia (cf. 1.16.1). Eis como Postone coloca a questão:

“[A] *taxa* de incremento da massa de mais-valia criada por determinada porção de capital *cai* à medida que o nível de mais-trabalho aumenta. (...) [Q]uanto mais a grandeza de mais-valia gerada se aproximar do limite total do valor gerado [pela jornada laboral, NM] (...), mais difícil de torna diminuir ulteriormente o tempo de trabalho necessário por meio do aumento da produtividade [material, NM] e, conseqüentemente, aumentar a mais-valia [relativa, NM]. Isto (...) significa que quanto mais elevado for o nível geral

do tempo de mais-trabalho e, por isso, da produtividade, *tanto mais* a produtividade terá de ser aumentada ulteriormente”.⁵⁸⁴ (Ibid.: 310-311, *itálico nosso*)

A delapidação dos recursos naturais decorre “desta dinâmica particular (...) que gera aumentos na riqueza material superiores àqueles da mais-valia” num contexto histórico em que é *esta* e não aquela que constitui a forma da riqueza *social* (Ibid.: 311). A conservação da forma fetichista do valor significa que o *output* material tem de ser multiplicado desmesuradamente para gerar acréscimos homeopáticos mas *impreteríveis* da massa de mais-valia.

Portanto, “a acumulação de capital acarreta níveis *sempre crescentes* (...) da massa de produtos criados e, assim, da massa de matérias-primas consumidas” (Postone & Brick, 1982: 637, *itálico nosso*). A riqueza sensível não pode ser criada em quantidades *razoáveis*, estritamente *suficientes* para atender as necessidades *concretas* das pessoas, decididas coletivamente, pois, na modernidade, a riqueza material é uma mera portadora da riqueza abstrata (Postone, 2003d/1993: 312). Esta é por definição *ilimitada* e, para piorar as coisas, cresce a um ritmo cada vez mais *fracionário* daquele alcançado pela produtividade material (Postone & Brick, 1982: 637).

Logo, “a destruição acelerada da natureza não deve ser vista (...) como uma consequência do seu controlo e domínio crescentes pelos seres humanos” (Postone, 2003d/1993: 312), nem deve ser atribuída à tecnologia *tout court* (Ibid.: 313). A devastação ecológica resulta da dominação *capitalista* da natureza e de um processo de (re)produção técnico-material determinado pelo processo de *valorização*. O mundo sensível está atrelado à maquinaria social suprassensível do capital que o consome, digere e expele de maneira insaciável:

“O capital (...) consome a natureza material (...) como meio para alimentar a sua auto-expansão – quer dizer, como um meio para efetivar a extração (...) de tanto mais-trabalho da população operária quanto possível. Têm de ser consumidas quantidades sempre crescentes de matérias-primas, ainda que o resultado *não* seja um incremento proporcional na (...) mais-valia relativa (...). A relação entre seres humanos e natureza mediada pelo trabalho (...) adquire a forma de uma transformação *acelerada* de matérias-primas qualitativamente particulares em «matéria», em portadoras qualitativamente homogêneas de tempo [de trabalho, NM] objetivado.” (Ibid.: 312, *itálico nosso*)

Em suma, é a “determinação temporal” da mais-valia (Ibid.: 313), enquanto forma de riqueza e de mediação social fetichista constituída pelo dispêndio de trabalho, que explica o “tipo peculiar de crescimento” ou de “expansão económica” inerente à modernidade burguesa e que revela ser inimigo da biosfera (Ibid.: 312-313). Esta dinâmica suscita uma “tensão (...) entre as considerações ecológicas e os imperativos do valor” simplesmente *irresolúvel* no “arcabouço” do capitalismo (Ibid.: 313).⁵⁸⁵

Apesar das “consequências (...) ecológicas” atrozes, tanto a “subsistência” individual dos “trabalhadores assalariados” como a reprodução da sociedade estão coladas à função socialmente sintética do “trabalho” abstrato e, por conseguinte, à reprodução alargada do

⁵⁸⁴ “Aquilo que caracteriza a mais-valia relativa na ótica de Marx é que, quanto mais elevado for o nível geral de produtividade social, tanto maiores terão de ser os aumentos ulteriores de produtividade com vista a gerar um determinado aumento da mais-valia” (Postone, 2004a: 62-63).

⁵⁸⁵ Stoner e Melathopoulos consideram que este é um dos aspetos-chave do pensamento de Postone: “A teoria de Postone é importante porque (...) nos permite compreender de maneira mais clara a relação intrincada entre crescimento económico e degradação ecológica, e como essa relação está necessariamente associada à dominação social na sociedade capitalista moderna” (Stoner & Melathopoulos, 2015: 74).

“capital” (Ibid.). Somente a “abolição do valor” e o concomitante “estabelecimento de uma sociedade baseada na riqueza material, em que o aumento da produtividade resultaria num aumento correspondente” *proporcional* “da riqueza social”, permitiria erigir “uma forma de crescimento” *sensível* “bastante diferente do capitalista” (Ibid.: 314). A produção destinada ao uso e consumo específicos, conscientemente determinados, substituiria a produção pela produção.

6.4.5 – Últimos anos de vida: a crise estrutural do modo de (re)produção capitalista

6.4.5.1 – A crise do trabalho

Numa série de entrevistas e artigos tardios, Moishe Postone reconhece finalmente a “crise global” (Postone, 2013b: 2), de cariz “estrutural” (Postone, 2012d: 249), que aflige o capitalismo contemporâneo. Trata-se, antes de tudo, de uma “crise do trabalho” (Ibid.: 249; cf. Postone, 2013b: 3) e da “sociedade” nele “baseada” (Postone, 2012b: 396). O anacronismo do “trabalho criador de valor” manifesta-se hoje em dia através como “crescente *superfluidade* dos empregos e das pessoas que lhes estão associadas” (Postone, 1999: 38, *itálico nosso*), de maneira que o “proletariado” encolhe a olhos vistos (Postone, 2018: 23).

O engrossar das fileiras da “população supérflua” (Postone, 2012b: 389) é provocado pelo “próprio capital” (Postone, 2011a: 7) ao promover “o desenvolvimento de tecnologias produtivas *automatizadas* cada vez mais sofisticadas” (Postone, 1999: 29, *itálico nosso*; cf. Postone, 2008b: 8). Estes “processos de racionalização” (Postone, 2011a: 7) eliminam muito mais “empregos” nos países do Norte do que aqueles perdidos por via das deslocalizações (Postone, 2013b: 3). Por isso, “é um equívoco considerar o trabalho proletário uma grandeza fixa que é simplesmente exportada” (Postone, 2009c: 322).

Segundo Postone, em termos absolutos, à escala mundial, os níveis de assalariamento parecem estar a regredir *permanentemente* (Postone, 2012b: 388; cf. Postone, 2013b: 2). Nos Estados Unidos da América, o coração do sistema capitalista, o “encarceramento em massa” é porventura a expressão mais pífida da constituição de uma população excedentária (Postone, 2018: 20). Postone salienta que “se tomarmos em consideração a população que está na prisão e a incluirmos nos «desempregados», os níveis de desemprego (...) são tremendos” (Postone, 2014a: 62). Ao mesmo tempo, o “emprego precário” converte-se na nova normalidade para os sortudos cuja força de trabalho ainda é explorada (Postone, 2012b: 389).

Por sua vez, a situação nos chamados BRICS, as supostas tábuas de salvação do modo de (re)produção capitalista, também não é muito encorajadora. Embora “a classe operária” não “tenha deixado de crescer em todos os lugares” (Postone, 2013b: 10), Postone considera que na China, por exemplo, apontada como o novo eldorado, “o trabalho assalariado estagnou” (Postone, 2012b: 388), tendo cessado de crescer “por volta de 2004” (Postone, 2013b: 10; cf. Postone, 2011a: 7). Assim, “há uma crise prestes a chegar porque se esperava que um enorme segmento da população fosse absorvido no proletariado e isso não ocorreu”; ao invés, as grandes cidades “estão repletas de pessoas que foram expulsas das suas terras e que não conseguem integrar-se no mercado de trabalho” (Postone, 2013b: 10).

Quando se centra a atenção nas periferias do mercado mundial a situação torna-se absolutamente dramática:

“Os problemas que enfrentamos com a diminuição (...) do trabalho proletário à escala global são concomitantes do aumento gigantesco das *slum cities*, por ex., São Paulo, Cidade do México, Lagos. Cidades de vinte milhões de pessoas em que dezoito milhões vivem em barracas, ou seja, pessoas que não têm nenhuma hipótese de ser absorvidas por um aparelho industrial florescente.” (Postone, 2008b: 8)

Portanto, fatias enormes da população mundial, supranumerárias do ponto de vista da valorização, são obrigadas a viver em “bairros de lata” (Postone, 2012b: 389) e empurradas para a “economia informal” (Postone, 2018: 23) com vista a assegurar uma sobrevivência miserável ou uma morte lenta. Perante este cenário generalizado de “crise (...) do trabalho” (Postone, 2016a: 505), “existe o risco de que” o proletariado “se torne reacionário, como qualquer outra classe que se vê ameaçada” (Postone, 2013b: 8).

Com efeito, a “concorrência” exacerbada por “postos de trabalho” rarefeitos tem sido “um fator importante na génese da xenofobia” (Postone, 2012b: 396). A situação é agravada pelo facto de grande parte da esquerda continuar a *glorificar* o “trabalho proletário” e a acreditar que “é possível um regresso (...) ao pleno emprego industrial” (Postone, 2016a: 505). Estes agentes políticos “são num sentido bastante específico reacionários”, porquanto “têm os olhos postos num passado” mitificado “que não pode ser restabelecido” (Ibid.). Em vez disso, seria preciso começar a debater seriamente “como poderia ser” organizada “uma sociedade pós-capitalista” *para além do trabalho* (Postone, 2012b: 388).

6.4.5.2 – Estagnação da mais-valia produzida sem colapso económico

Nas últimas décadas, o termo “neoliberalismo” substituiu o “capitalismo” nas narrativas de muitos autoproclamados críticos do sistema vigente (Postone, 2016c: 95).⁵⁸⁶ O neoliberalismo seria uma cabala ideológica urdida perfidamente pela classe dominante que poderia perfeitamente ser descartada em favor do Estado do Bem-Estar dos Trinta Gloriosos (Ibid.). Por seu turno, Moishe Postone considera que “o fim (...) da configuração keynesiana-fordista do pós-guerra” foi “a expressão de uma crise secular da valorização” (Postone, 2017d: 51).

Em 1973 inaugurou-se “um período de instabilidade e crise” (Postone, 2012d: 230), que perdura até aos dias de hoje (Postone, 2012b: 388), cuja causa reside na “estagnação da produção de mais-valia” à escala mundial (Postone, 2017d: 51). O neoliberalismo representou, pois, uma autêntica fuga para a frente, assente na finaceirização, no capital fictício e na “dívida” (Postone, 2012d: 229; Postone, 2017d: 51), com o intuito de superar o marasmo económico.

Porém, o volume de crédito estratosférico que alimenta esta respiração artificial do capitalismo “pressupõe (...) que, num certo momento futuro, existirá suficiente riqueza” abstrata *real* para honrar as dívidas contraídas (Ibid.). Ora, “à medida que a produção de mais-valia estagna”, essa devém uma impossibilidade lógica (Ibid.). Na verdade, a “crise económica global” de 2007-2008 parece indicar que o capitalismo está a “entrar numa nova fase” irremediavelmente declinante (Postone, 2012d: 227).

É aqui que a porca torce o rabo e o raciocínio de Postone se torna aporético. Apesar do que foi exposto nos parágrafos anteriores e em 6.4.5.1, o autor *nega* o colapso do modo de (re)produção baseado no valor: “O facto de existir um limite para o capital não significa que o capital colapse. Em vez disso, o limite é uma curva assintótica, em que nos aproximamos cada vez mais do limite absoluto mas *nunca o alcançamos*” (Postone, 2016a: 504, *itálico* nosso). Em particular, a “crescente superfluidez” do trabalho “provoca” a sua crise, mas esta “não causa o colapso de todo o edifício” (Postone, 2016e: 12).

Torna-se difícil entender como é um “exército industrial de reserva” em *contínuo* crescimento (Ibid.) não acarreta, mais tarde ou mais cedo, a derrocada do capitalismo. Quando o contingente dos trabalhadores *produtivos* começa a diminuir em termos *absolutos*, isso implica necessariamente a redução da *massa* de mais-valia social, e não apenas a estagnação diagnosticada acima por Postone (cf. 1.16.3, 1.16.4 e 3.5.4).

⁵⁸⁶ “Da mesma maneira que, no final dos anos 60, a palavra «imperialismo» substituiu a palavra «capitalismo».” (Postone, 2016c: 95).

A aporia postoniana atinge o seu esplendor quando o autor, numa entrevista concedida em 2016, afirma que, “apesar de não ser um adepto das teorias da catástrofe”, a humanidade está claramente no “limiar” do “colapso social *total*” (Postone, 2016a: 515, *itálico nosso*). No entanto, apressa-se a acrescentar a seguinte observação enigmática:

“O capitalismo não colapsaria necessariamente em termos económicos, enquanto sistema de mediação social da riqueza. Mas a sociedade a que deu origem colapsaria. O resultado seria uma forma de vida social hobbesiana – brutal, sórdida e curta (pensemos em *Mad Max*) – ou controlada militarmente”. (Ibid.)

Postone coloca-se num beco sem saída conceptual, na medida em que a sua interpretação das categorias marxianas defende taxativamente que estas são *simultaneamente* económicas, sociais e culturais (cf. 6.2.3.1, 6.3.1.3 e 6.3.1.4). Logo, a noção de um pretenso colapso social *sem* um colapso económico é pura e simplesmente desprovida de sentido no referencial teórico construído pelo autor. Ou há colapso ou não há. *You can't have your cake and eat it*. A trilogia *Mad Max* invocada por Postone no trecho supracitado é, aliás, elucidativa neste âmbito. Convido o leitor que ainda não o fez a assistir aos filmes e a comprovar que a realidade apocalíptica ficcionada representa a queda na barbárie que se segue à derrocada da síntese social efetivada pelas categorias burguesas.

Creio que os raciocínios ziguezagueantes de Postone se devem a um certo pudor na forma como maneja o conceito de limite interno absoluto. Em última instância, Postone nunca abandona completamente a ideia de que o “cerne” da teoria da crise marxiana “é menos «provar» o colapso (...) inevitável do capitalismo do que descortinar a crescente disparidade entre aquilo que é e aquilo que poderia ser” (Postone, 2009f: 99). O autor não percebe que ambas as proposições são inextricáveis no pensamento de Marx.

6.5 – Antissemitismo

6.5.1 – Antissemitismo e nazismo

6.5.1.1 – Aproximação à problemática

Moishe Postone utiliza, conforme se verá no item subsequente, a sua reinterpretação da teoria marxiana para repensar o antissemitismo moderno, dedicando uma atenção especial à análise do Holocausto. O autor preconiza que o “o antissemitismo é (...) um momento” absolutamente “central (...) do Nacional-Socialismo” (Postone, 1980a: 98). Neste sentido, o Holocausto representa “uma das suas conclusões lógicas, e não apenas o seu epifenómeno mais terrível” (Ibid.: 104-105). A “ideologia” antisemita revela-se, pois, indispensável para entender “o programa de extermínio total” dos judeus durante a 2ª Guerra Mundial (Postone, 2003c: 87).

O pensamento racista tende habitualmente a considerar o Outro biologicamente inferior. Para além disso, “raramente (...) constitui um sistema completo que almeja explicar o mundo” (Postone, 2010: 1). O antissemitismo nazi, ao invés, distingue-se “pelo seu cariz sistemático”, quer dizer, almeja “explicar o mundo” – nomeadamente, “o declínio dos grupos sociais, valores e instituições tradicionais” na sequência da ascensão da modernidade capitalista (Postone, 1980a: 106-107).

Encerra uma *cosmovisão* “maniqueísta” (Ibid.: 106) na qual “os judeus (...) são (...) uma *anti-raça*” extremamente *poderosa* “responsável por processos históricos profundamente perigosos e destrutivos da «saúde» social dos outros povos” (Postone, 2003c: 89, *itálico no original*). Postone resume a questão do seguinte modo:

“[U]ma análise cuidadosa da visão de mundo do antissemitismo moderno revela que é uma forma de pensamento na qual o rápido desenvolvimento do capitalismo (...), com todas as suas ramificações sociais, é *personificado* e identificado com o judeu. Não se trata apenas de os judeus serem considerados os detentores do dinheiro, (...) mas de serem tidos como responsáveis pelas crises económicas e identificados com o conjunto de reestruturações e desarticulações sociais resultantes da rápida industrialização (...). Por outras palavras, a *dominação abstrata do capital*, que (...) apanhou as pessoas numa rede de forças dinâmicas que elas são incapazes de compreender, *deveio percecionada como a dominação do judaísmo internacional*.” (Postone, 1980a: 107, itálico nosso)

Portanto, está-se perante a personificação e, inclusive, a *biologização* do capital. A noção de que, através de uma “conspiração” global (Ibid.: 106), “os judeus controlam e manipulam o mundo” indica claramente que “o antissemitismo é diferente de outras formas de ódio racial” (Postone, 2012b: 393). Por isso, não pode ser simplesmente “subsumido nas categorias gerais de preconceito, discriminação e perseguição” (Postone, 1980a: 98).

6.5.1.2 – Explicação: a ideologia antissemita como anticapitalismo truncado

Foram apresentados no item anterior alguns elementos centrais do antissemitismo nazi. Porém, estes ainda carecem de explicação. Moishe Postone fá-lo com recurso à teoria marxiana do fetichismo e da ideologia, ilustrando assim a sua riqueza analítica. A peculiaridade do modo de (re)produção capitalista é que ele tem de *aparecer*, ou seja, a sua essência *manifesta-se* em formas fenoménicas que, ao mesmo tempo, *mascaram* essa essência (Ibid.: 108). Em Marx, a ideologia diz precisamente respeito “a formas de pensamento que permanecem presas às formas de manifestação” imediatas “das relações sociais capitalistas”; trata-se de “formas sistemáticas de reconhecimento equivocado” (*misrecognition*) incapazes de “distinguir (...) entre aquilo que é e aquilo que *parece ser*” (Postone, 2003c: 90, itálico nosso).

Constatou-se em 1.1.4 e 6.4.1 que “a tensão dialética entre o valor e o valor de uso” contida na forma social da mercadoria exige o seu desdobramento em mercadoria – “a forma *fenoménica* do valor de uso” – e dinheiro – “a forma *fenoménica* do valor” (Postone, 1980a: 109, itálico nosso). O “resultado” *ideológico* desta duplicação é o ofuscamento do cariz *social* da mercadoria como coisa *de valor*, produzida pela atividade socialmente sintética do trabalho abstrato, cuja grandeza se *exprime* no valor de troca, portanto no dinheiro (Ibid.).

A mercadoria “*parece* ser puramente material”, corpórea e concreta, enquanto a *abstração* do “valor” *parece* estar relacionada somente com o “dinheiro” (Ibid., itálico nosso). A antinomia *necessária* “entre abstrato e concreto” (Ibid.) *manifesta-se* de tal maneira que a mercadoria é percebida redutoramente como valor de uso, quer dizer, “como uma entidade” unicamente sensível, “e não como a objetivação de relações sociais mediadas” (Ibid.: 110).

Verificou-se igualmente em 1.5.2, 1.11.2.3 e 6.4.2 que o modo de (re)produção capitalista é a *unidade* de processo (material) de trabalho e processo de valorização. A maquinaria e a indústria são a *corporização* adequada da tautologia subjacente à extração de mais-valia. Todavia, de modo análogo ao que sucede no caso da mercadoria, a forma-capital afigura ideologicamente ser *extrínseca* à dimensão material da antinomia, ou seja, “*não parece* incluir a indústria e a tecnologia” (Ibid.: 112, itálico nosso).

O capital industrial é, pois, equiparado à (re)produção material *tout court*. Por um lado, “aparece (...) *como o descendente linear do trabalho artesanal «natural»*”, enquanto, por outro, é contraposto explicitamente ao “*capital financeiro «parasitário»*” (Ibid.: 110, itálico no original). O capital “portador de juros”, cujo negócio consiste no empréstimo de dinheiro e não na produção de mercadorias, sendo por isso mais facilmente associável à

abstração, é identificado com o capital *sans phrase* e converte-se na suposta raiz de todos os malefícios que assolam a sociedade moderna (Ibid.).

Moishe Postone sugere que no coração do Nacional-Socialismo se encontrava o entendimento ideológico do capitalismo descrito nos parágrafos anteriores. O nazismo representava, “em termos da sua autoimagem, (...) uma revolta” (Ibid.: 106) de índole “*anticapitalista*” deveras peculiar (Postone, 2003c: 91, *itálico nosso*). Essa revolta baseava-se no ataque unilateral ao polo abstrato das antinomias modernas (valor, dinheiro, capital financeiro) e na defesa intransigente do polo concreto (mercadoria, trabalho útil, capital industrial), pretensamente “«natural» ou ontologicamente humano” (Ibid.). Trata-se de um anticapitalismo *truncado* que, ao *hipostasiar* o concreto, não transcende realmente o horizonte das “relações sociais” burguesas (Postone, 1980a: 109).⁵⁸⁷

Para além disso, e chega-se assim, finalmente, ao núcleo antissemita da ideologia nazi, tanto a dimensão concreta quanto a dimensão abstrata são *biologizadas*: a primeira, supostamente “*não-capitalista*”, é personificada pela raça *ariana* e, em especial, pelo trabalhador honesto alemão; a segunda, identificada de modo redutor com o capitalismo, é personificada pelo *judeu* ocioso, dissimulado, pérfido e agiota que espolia o capital produtivo saudável (Postone, 2003d/1993: 174n115, *itálico nosso*). A *homologia* entre o jugo abstrato do valor e o poder ubíquo impalpável imputado pelo antissemitismo nazi à conspiração judaica mundial é impressionante:

“Quando se analisa as características específicas do poder atribuído aos judeus pelo antissemitismo moderno – abstração, intangibilidade, universalidade, mobilidade – é espantoso que todas elas sejam características da dimensão do valor das formas sociais estudadas por Marx.” (Postone, 1980a: 108)

Portanto, os judeus não eram apreendidos como meros “*representantes do capital*”, situação em que “os ataques teriam sido muito mais específicos em termos de classe” (Ibid.: 112, *itálico no original*). Ao invés, eram percebidos como a materialização *biológica* imediata ou “*personificação da dominação intangível, destrutiva, imensamente poderosa e internacional do capital enquanto forma social*” (Ibid., *itálico no original*).

A biologização mencionada e, em particular, a *naturalização* da dimensão concreta do capital permite perceber que a glorificação nazi de elementos à primeira vista “pré-modernos” (Postone, 2003c: 92), mormente “a ênfase positiva na «natureza», no sangue, no solo, no trabalho concreto e na *Gemeinschaft*”, é inteiramente *coerente* com a “glorificação do capital industrial e da tecnologia” moderna (Postone, 1980a: 110). Aos olhos do Nacional-Socialismo *todos* eles possuem uma afinidade eletiva e, por isso, constituem em igual medida o “lado” orgânico, “coisal” ou sensível da “oposição” (Postone, 2003c: 92). Em suma, “nesta forma de «anticapitalismo» fetichista, *tanto o sangue*” ariano “*como a máquina são vistos como contraprincípios concretos do abstrato*” incrustado no judaísmo (Postone, 1980a: 110, *itálico no original*).

Dado que a dominação abstrata do capital é “reconhecida equivocadamente” como uma consequência da “conspiração” transnacional (Postone, 2003c: 95) urdida pelos “judeus «biológicos»” (Postone, 1980b: 192), esta “ameaça histórico-mundial” tem de ser travada a todo o custo (Postone, 2006c: 27). O “arcabouço ideológico” antissemita nazi dita a destruição da cabala “para que o mundo possa ser salvo” do despotismo da abstração (Postone, 2003c: 95). Neste contexto, “a superação do capitalismo e dos seus efeitos sociais”

⁵⁸⁷ Como é óbvio, a emancipação social, quer dizer, “a superação real do abstrato – da dimensão do valor – envolve a superação histórica da própria antinomia, assim como de *cada um* dos seus termos” (Postone, 1980a: 112, *itálico no original*).

perniciosos torna-se sinónima da *eliminação física dos judeus* (Postone, 1980a: 112). O Holocausto representa a *conclusão lógica* do anticapitalismo fetichista ariano:

“[O] «anticapitalismo» nazi (...) estava intrinsecamente ligado à visão de mundo antissemita. Auschwitz ilustra essa relação. (...) Uma fábrica capitalista é um lugar onde é produzido valor, que «infelizmente» tem de assumir a forma da produção de bens. O concreto é produzido como veículo necessário do abstrato. Os campos de extermínio *não* eram uma versão terrível dessa fábrica, mas, ao invés, devem ser vistos como a sua *negação* grotesca, ariana e «anticapitalista». Auschwitz era uma fábrica para «destruir valor», i.e., para destruir as personificações do abstrato. A sua organização era aquela de um processo industrial diabólico cuja finalidade era «libertar» o concreto do abstrato. O primeiro passo consistia em desumanizar, quer dizer, arrancar a «máscara» de humanidade e revelar os judeus como aquilo que «realmente são» – (...) sombras, cifras, abstrações. O segundo passo consistia em erradicar essa abstração, transformando-a em fumaça. (...) Através deste feito o mundo deveria ser salvo da tirania do abstrato.” (Ibid.: 114, *itálico no original*)

Os “exemplos históricos de morticínio e genocídio” são abundantes, pelo que não é o “número de pessoas assassinadas ou do grau de sofrimento” infligido que singulariza o destino fatídico dos judeus (Ibid.: 105). Em vez disso, Postone considera que o Holocausto possui uma “*especificidade qualitativa*” (Ibid., *itálico no original*) estreitamente ligada à cosmovisão maniqueísta antissemita. Os nacional-socialistas não queriam subjugar os judeus mas pura e simplesmente “*exterminá-los*” (Postone, 2011a: 4, *itálico nosso*). Este extermínio, que constituía um *fim em si*, deveria ter sido *absoluto e incondicional*, pois era o único caminho para a salvação:

“O Holocausto foi caracterizado por um sentido de missão, pela relativa ausência de emoção e ódio imediato e, de modo mais relevante, pela sua aparente carência de funcionalidade. O extermínio dos judeus não foi um meio para outro fim. Eles não foram exterminados por razões militares, com vista a adquirir território violentamente (como sucedeu no caso dos nativos americanos ou dos tasmanianos) ou com vista a eliminar aqueles segmentos da população em torno dos quais se poderia cristalizar mais facilmente a resistência, de maneira a que os restantes pudessem ser explorados como hilotas (como sucedia no caso da política nazi face aos polacos e aos russos) (...). *O extermínio dos judeus deveria ter sido total e, para além disso, era o seu próprio fim – o extermínio pelo extermínio – um fim que adquiriu prioridade absoluta.*” (Postone, 1980a: 105, *itálico no original*)

Por exemplo, “nos últimos anos da guerra, quando os exércitos alemães estavam a ser esmagados pelo exército vermelho, uma proporção significativa dos veículos eram usados para transportar judeus para as câmaras de gás, em vez de darem apoio logístico” às linhas da frente (Ibid.). Perante “esta *especificidade qualitativa* do extermínio dos judeus europeus”, as explicações que fazem apelo “ao racismo, à burocracia, à repressão sexual ou à personalidade autoritária” (Ibid.: 105-106, *itálico no original*) são manifestamente insuficientes porque não conseguem dar conta satisfatoriamente da particularidade socio-histórica envolvida.

Na perspetiva de Postone, conforme se aludiu atrás, o antissemitismo alimenta-se de uma leitura *ideológica* da contradição entre concretude e abstração caracterizadora das formas sociais capitalistas que biologiza ambos os polos: “A oposição entre o concreto (...) e o abstrato devém oposição racial entre arianos e judeus” (Ibid.: 112). Assim, o antissemitismo nazi foi uma revolta *anticapitalista fetichista* contra a abstração projetada, corporizada *literalmente* nos judeus.

Resta analisar as “razões (...) múltiplas” por que os judeus serviram de bode expiatório (Ibid.: 113). Antes de tudo, “a longa história de antissemitismo na Europa” e o estereótipo que liga os “judeus ao dinheiro” são sobejamente familiares (Ibid.). A variante moderna do antissemitismo é uma “forma ideológica” (Postone, 2003c: 87) que se vai desenvolver durante o “último terço do século XIX” – um “período” marcado pela “rápida expansão” do modo de (re)produção capitalista e, simultaneamente, pela “emancipação política e civil dos judeus na Europa central” (Postone, 1980a: 113).

A penetração do capital em cada vez mais poros do tecido social teve um impacto brutal que comprometeu as relações de índole tradicional e afetou negativamente as vidas de muitas pessoas. Neste contexto, os judeus tornaram-se de certa maneira culpados por associação e vítimas da sua súbita notoriedade:

“Assistiu-se a uma autêntica explosão de judeus nas universidades, nas profissões liberais, no jornalismo, nas artes, no comércio a retalho, i.e., os judeus tornaram-se rapidamente visíveis na sociedade civil, *particularmente em esferas e profissões em expansão e que eram associadas à nova forma que a sociedade estava a adotar.*” (Ibid., *itálico nosso*)

Para além disso,

“Na Europa, (...) a nação não era somente uma entidade política, mas também uma entidade concreta, determinada por uma língua, história, tradições e religião comuns. (...) [N]a sequência da sua emancipação política, os judeus (...) eram cidadãos alemães ou franceses, mas não eram realmente alemães ou franceses. Pertenciam à nação abstratamente, mas raramente em termos concretos. A qualidade de abstração (...) tornou-se intimamente associada aos judeus. Num período em que o concreto deveio glorificado contra o abstrato, contra o «capitalismo» (...), esta converteu-se numa associação fatal.” (Ibid.)

Se os judeus, à semelhança do capital, eram “desenraizados, internacionais e abstratos” (Ibid.), isso apenas podia dever-se ao facto de ambos serem uma e a *mesma* entidade. A falácia é a muleta da ideologia. A experiência europeia ao longo da primeira metade do século XX, culminante na barbárie nazi, atesta que a ideologia antisemita é “particularmente perniciosa” (Ibid.) em virtude da sua “dimensão pseudo-emancipatória” (Postone, 2010: 1).

O antissemitismo oferece “uma visão de mundo abrangente que (...) dá voz a determinados modos de descontentamento anticapitalista de uma maneira que deixa o capitalismo incólume” (Postone, 1980a: 113). Como se isso não bastasse, alberga “uma missão resoluta”: “livrar o mundo” dos malefícios da abstração exterminando impiedosamente a sua suposta encarnação biológica: os judeus (Ibid.: 114).

6.5.2 – Antissemitismo contemporâneo

6.5.2.1 – A ideologia “anti-imperialista”: os EUA como personificação do capital

O antissemitismo contemporâneo, sobretudo aquele oriundo da esquerda, anda frequentemente de mãos dadas com um certo tipo de ideologia anti-imperialista. Assim, neste ítem, começarei por apresentar a denúncia que Postone faz da identificação reificante do capital com os Estados Unidos da América. O autor lembra que a Guerra Fria foi palco de um confronto dualista: um “campo” ou bloco era habitualmente criticado “de maneiras que serviam como ideologia legitimadora do outro” (Postone, 2006a: 95). O entendimento do

imperialismo não fugia à regra, pelo que apenas as intervenções ocidentais eram consideradas imperialistas pelo bloco socialista e vice-versa (Ibid.).

O fim da Guerra Fria não deu origem a um verdadeiro “internacionalismo” nem redirecionou a atenção da esquerda para o “todo” como “objeto” legítimo “da crítica”; ao invés, exacerbou a velha visão de mundo dualista (Ibid.: 95-96). Segundo Postone, “o antiamericanismo foi codificado como progressista” no seio do “novo anti-imperialismo” (Postone, 2013d: 87). Está em jogo uma autêntica “reificação mediante a qual o capital global e os EUA são completamente confluídos” (Postone, 2006d: 16).⁵⁸⁸

“No cerne deste neo-anti-imperialismo está um entendimento fetichista do desenvolvimento global – quer dizer, um entendimento concretista de processos históricos abstratos em termos políticos e de agência. *A dominação abstrata e dinâmica do capital deveio fetichizada ao nível global como aquela dos Estados Unidos* ou, em algumas variantes, dos Estados Unidos e Israel.” (Postone, 2006a: 96, *italico nosso*)

Curiosamente, este “maniqueísmo” ideológico (Ibid.: 97) assemelha-se bastante à “forma fascista de «anti-imperialismo»” que se desenvolveu nas décadas de 1930 e 1940, mormente na Alemanha nazi e no Japão (Postone, 2011a: 5). Postone observa que “as posições que hoje são ocupadas pelos Estados Unidos e Israel (...) eram” então “ocupadas pela Grã-Bretanha e pelos judeus” (Postone, 2013d: 88).⁵⁸⁹ Ao recuperar o “discurso da direita” fascista, grande parte da esquerda anti-imperialista contemporânea revela um entendimento *fetichista* do mundo análogo (Ibid.). O facto a reter é que “nem todas as formas anti-hegemónicas são” necessariamente “progressistas” (Postone, 2006d: 9).

A esmagadora maioria das respostas à segunda Guerra do Iraque demonstra que a esquerda não aprendeu esta lição. A sua “natureza desastrosa” não invalida aquele que deveria ter sido um “dilema” para quem se considera progressista (Postone, 2006a: 96): a tomada de posição concreta perante um conflito que opunha uma “potência imperialista” agressora e um “regime fascista brutal” (Postone, 2006d: 16).⁵⁹⁰ Convém ter presente que o “caráter opressivo” do regime iraquiano excedia “de longe” o registo criminoso dos “regimes militares assassinos no Chile e na Argentina nos anos 70 e 80”, apoiados pelos EUA (Postone, 2006a: 103).

Porém, a esquerda furtou-se a “uma análise política sustentada e crítica” do Baatismo, escamoteando todos os seus aspetos reacionários (Ibid.). A “mobilização contra a guerra” contornou o problema recorrendo à “forma esvaziada de dualismo” legado pela Guerra Fria (Postone, 2006d: 16). Ao mesmo tempo assinalou uma rutura profunda porque a oposição à agressão estado-unidense *não foi feita* “em nome de uma alternativa” emancipatória (Postone, 2006a: 103).

Enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970 a contestação do intervencionismo ianque “implicava o apoio *consciente* a lutas de libertação *consideradas progressistas*, hoje em dia a oposição à política” externa “americana” é tida como autossuficiente e *autojustificada* (Ibid.: 104, *italico nosso*). A busca de “possibilidades históricas” concretas de “negação determinada do capitalismo” (Ibid.), e da correspondente “transformação” social emancipatória, foi substituída pela “noção reificada de «resistência»”, de tal maneira que “tudo o que «resista» aos Estados Unidos devém conotado positivamente” (Postone, 2010: 6).

⁵⁸⁸ “Vivemos num momento em que o Estado americano e o governo americano se tornaram uma forma de fetiche” (Postone, 2008b: 9).

⁵⁸⁹ O caso de Israel será tratado detalhadamente em 6.5.2.2.

⁵⁹⁰ Postone salienta que “o facto de o partido Ba’ath ser apoiado pela União Soviética não o torna menos fascista” (Postone, 2006d: 16).

Esta perspetiva simplista e dicotómica torna as coisas aparentemente mais fáceis, pois o seu “único critério” é imediatamente aplicável a todas as situações geopolíticas: “se está contra os Estados Unidos, está do nosso lado” (Postone, 2011a: 10). No entanto, ela é um “sintoma” preocupante “do desamparo histórico de parte da esquerda”, quer dizer, da sua “incapacidade de propor algum imaginário acerca do que um futuro pós-capitalista poderia assemelhar-se” (Postone, 2010: 6). Afinal de contas, a impugnação – muitas vezes populista, demagógica e convenientemente autolegitimadora – do imperialismo norte-americano “é vista como um critério suficiente para ser de esquerda” (Postone, 2011a: 5).

Que caminho deveria, então, a esquerda ter percorrido após a invasão do Iraque em 2003? Postone defende que se exigia “um movimento de oposição à guerra americana que, simultaneamente, fosse um movimento pela transformação fundamental no Iraque e, de modo mais geral, no Médio Oriente” (Postone, 2006a: 103). Esse poderia ter sido o primeiro passo no sentido de “encontrar novas formas de verdadeira solidariedade internacional” (Postone, 2008b: 9) passíveis de romper “com os dualismos” herdados “do arcabouço da Guerra Fria” e, assim, de fundamentar uma “crítica” do capitalismo “com conteúdo emancipatório” (Postone, 2006a: 96).

De facto, “a reemergência de rivalidades imperialistas” – nomeadamente entre os EUA, a Rússia e a China – torna urgente a “redescoberta” destas “formas de internacionalismo não-dualistas”, sob pena de a esquerda “se converter, involuntariamente, no testa-de-ferro (*stalking horse*) para outros rivais aspirantes ao papel de potência hegemónica” (Ibid.: 110, *itálico no original*).

6.5.2.2 – A ideologia “antissionista”: Israel como personificação do capital

Na segunda metade do século XX, um antissionismo altamente ideológico e, muitas vezes, com contornos antisemitas, disseminou-se no seio da esquerda. A primeira variante deste antissionismo é perfilhada por certas “organizações comunistas” que se opõem “veementemente ao nacionalismo judeu, quer seja cultural ou político” (Postone, 2010: 2). Note-se que ela “não é necessariamente antisemita, mas rejeita a autoimagem coletiva dos judeus em nome do universalismo abstrato” e, por isso, revela ser francamente “inconsistente” e *ideológica*, na medida em que “está disposta a conceder autodeterminação nacional à maioria dos povos”, exceto “aos judeus” (Ibid.).

Por sua vez, a segunda forma de “antissionismo de esquerda” é “profundamente antisemita” (Ibid.: 3). Teve origem na União Soviética e, em especial, nos “julgamentos de fachada” do pós-Guerra (Ibid.). Ficou célebre a denominada “Conspiração dos Médicos”, em 1953, na qual um grupo de clínicos do Kremlin, na sua maioria judeus, foram acusados de estar a soldo da CIA para matar dirigentes soviéticos e o próprio Estaline.

No ano anterior grande parte dos “membros do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia” havia sido “julgada e depois fuzilada” na sequência de “acusações classicamente antisemitas: eram desenraizados, cosmopolitas e faziam parte de uma conspiração global” (Ibid.: 3). Embora a memória recente do Holocausto tenha obrigado os soviéticos a utilizar o termo “sionista”, a sua conotação era em tudo *idêntica* à do “judeu” empregado pelos antisemitas (Ibid.).

A terceira vertente de antissionismo, igualmente uma “forma codificada de antisemitismo” (Postone, 2009b: 2), “foi exportada para o Médio Oriente durante a Guerra Fria” (Postone, 2010: 3), nomeadamente após a Guerra dos Seis dias, em 1967 (Postone, 2016b: 6). Nas palavras de Postone, “a URSS estava furiosa com a derrota dos seus maiores Estados-clientes por Israel e começou a apoiar o movimento palestino” (Ibid.).

Uma parte essencial dessa batalha travou-se no campo das ideias: tanto a URSS como a RDA deram o seu aval a inúmeros motivos antisemitas sob a chancela eufemística do “antissionismo” anti-israelita (Ibid.). Infelizmente, “o nacionalismo árabe radical e (...) o

islamismo radical – que não são mais progressistas do que qualquer outra forma de nacionalismo radical” (Postone, 2009b: 2) – não se fizeram rogados e aproveitaram a “deixa” (Postone, 2016b: 6). Foi neste contexto que “nasceu a ideia” asquerosa “de que o sionismo” israelita “é igual ao nazismo” (Ibid.).

Nas décadas subsequentes, o antissemitismo encontrará terreno fértil no “declínio” económico “acentuado do mundo árabe” (Postone, 2006a: 100). Citando um relatório das Nações Unidas, Postone refere que o PIB *per capita* na maioria dos países muçulmanos regrediu para “um nível ligeiramente acima daquele da África subsaariana” (Ibid.). Com efeito, “mesmo na Arábia Saudita (...) o PIB *per capita* caiu de 24 000 dólares, no final da década de 1970, para 7 000 dólares, no começo deste século” (Ibid.). Por outras palavras, o “nacionalismo árabe” foi minado pela sua incapacidade de adaptação às “transformações globais” associadas à “era pós-fordista” do capitalismo (Ibid.).

Este “fracasso” originou um “vazio” que “foi preenchido por movimentos islamitas que almejam” precisamente “explicar o declínio aparentemente misterioso experimentado pelas pessoas no mundo árabe/muçulmano” (Ibid.: 100-101). Os “processos históricos” vorazes do modo de (re)produção capitalista e a sua forma de dominação abstrata serão, em consonância com o “arcabouço ideológico” do antissemitismo, projetados em “forças maléficas” *concretas* “exteriores” (Ibid.: 101). Israel constitui somente “a ponta do icebergue – uma conspiração global poderosa e perniciosa”, personificada pelos judeus, com o intuito de provocar “a miséria das massas árabes” (Ibid.).⁵⁹¹ Em suma,

“a disseminação de (...) formas antissemitas de islamismo (tais como a Irmandade Muçulmana egípcia e a sua ramificação palestiniiana, o Hamas) devem ser entendidas como alastramento de uma ideologia anticapitalista fetichizada que proclama explicar um mundo percecionado como ameaçador. Esta ideologia pode ter sido (...) exacerbada por Israel e pelas suas políticas, mas a sua ressonância está enraizada no declínio relativo do mundo árabe no contexto das transformações estruturais massivas associadas à transição do fordismo para o capitalismo global neoliberal. O resultado é um movimento anti-hegemónico profundamente reacionário e perigoso, nomeadamente para qualquer esperança de uma política progressista no mundo árabe/muçulmano.” (Ibid.: 101-102)

Finalmente, a quarta variante do antissionismo contemporâneo está intimamente ligada à repercussão do conflito israelo-árabe e, sobretudo, da Guerra dos Seis Dias, no imaginário da esquerda *ocidental*. Em relação à esquerda alemã, Postone sustenta que a “guerra de 1967” representa um ponto de “inflexão” (Postone, 1980a: 103) caracterizado por “um processo de inversão psicológica: os judeus, vitoriosos em vez de vítimas, foram identificados com o passado nazi, enquanto os palestinianos foram identificados como «judeus»” (Postone, 2003c: 100-101).

Postone considera particularmente “significativo que esta inversão *não* tenha sido despoletada pela expulsão ou sofrimento dos palestinianos, que, afinal de contas, haviam começado bastante antes de 1967”, mas, em vez disso, pela “«Blitzkrieg» triunfal dos israelitas” (Postone, 1980a: 104, *itálico no original*). Basicamente, “se os judeus não são vítimas e, portanto, são vencedores, e se os israelitas são brutais e racistas, então devem ser «nazis»” (Ibid.). A falácia está de volta como alibi da ideologia antissemita.

No seio da esquerda alemã, de uma maneira que seria irónica caso não fosse vil, “o (...) termo *sionismo* deveio” assim “conotado tão negativamente quanto o termo *nazismo*” (Postone, 2003c: 101). Como deve ser interpretada esta inversão ideológica grotesca?

⁵⁹¹ Portanto, Postone considera que “é um equívoco encarar esta onda de antissemitismo apenas como uma resposta aos Estados Unidos e a Israel. Esta redução empirista equivaleria a explicar o antissemitismo nazi simplesmente como uma reação ao Tratado de Versalhes” (Postone, 2006a: 99).

Postone sugere que “muitos alemães encenaram” *expiatoriamente* “o seu próprio passado no palco projetado do Médio Oriente”, quer dizer, “em virtude da identificação do sionismo com o nazismo, a luta contra o sionismo pôde tornar-se a expressão sucedânea da luta contra o passado nazi” (Ibid.) por que ansiavam há muito tempo (Postone, 1980a: 104).⁵⁹² Em síntese, “o passado recalcado foi conservado e continua a operar subterraneamente, ajudando a determinar o modo de lidar com o presente” (Ibid.).

A restante esquerda europeia aproveitou igualmente o conflito israelo-palestiniano para exorcizar os fantasmas do seu passado. Conforme observa Postone, “sempre que (...) a legitimidade de Israel é posta em causa”, recorre-se amiúde ao argumento de que os judeus “seriam simplesmente *colonizadores europeus* que (...) devem ser enviados para casa” (Postone, 2009b: 2, *itálico nosso*). De acordo com o autor, é extremamente “perverso” que os judeus, precisamente “o grupo mais perseguido e massacrado pelos europeus durante um milénio”, sejam identificados com o legado colonial do continente (Ibid.).

A razão para esta estratégia (subconsciente) é, contudo, evidente: “Ao identificar os judeus com o seu próprio passado criminoso, tais europeus conseguem fugir a lidar com essa pesada herança” (Ibid.). Não é por mero acaso que o “conflito israelo-palestiniano” se vê investido de uma enorme “carga emocional” que “extravasa os limites da análise política e crítica” (Postone, 2013d: 88-89). De resto, ao proceder deste modo, a esquerda europeia *recalca* simultaneamente a sua desorientação teórica desde a queda do muro de Berlim: “quanto mais impotente (...) se sente para lidar conceptualmente com o mundo, tanto mais se concentra” naquele “conflito” cuja solução parece ser óbvia por se tratar supostamente da “última luta anticolonial” (Postone, 2016b: 6).

O antissionismo da esquerda ocidental contemporânea converge na recuperação de inúmeros chavões “antissemitas” (Postone, 2003c: 101). Na sua ótica, os sionistas urdem uma “conspiração global, bastante poderosa e profundamente maléfica” (Ibid.) que é capaz, inclusive, de “determinar a política da superpotência americana” (Postone, 2013d: 89). Através do seu “lobby” em Washington (Postone, 2010: 4), os “judeus incrivelmente matreiros” seriam capazes de mexer os cordelinhos nos bastidores e manipular o fantoche imperialista ianque para atingir os seus próprios fins (Postone, 2016b: 6).

À semelhança do antissemitismo da primeira metade do século XX, o antissionismo da atualidade continua a percecionar ideologicamente “a dominação abstrata do capital – que sujeita as pessoas à compulsão de forças misteriosas que não conseguem perceber – como dominação do judaísmo internacional” que, agora, possui a sua ponta-de-lança em Israel (Postone, 2006a: 99). O leitor atento já terá reparado que se está perante uma ideologia elevada ao quadrado. Por um lado, conforme se viu atrás, a crítica do sionismo equipara-o explicitamente ao nazismo (e ao colonialismo), enquanto, por outro lado, socorre-se do *mesmíssimo arsenal semântico* antissemita – o poder atribuído aos sionistas é “abstrato, universal, global e intangível” (Ibid.) – *que o nazismo utilizara* nas suas diatribes contra os judeus.

Portanto, o “sionista” é genocida e racista como o *nazi* mas, ao mesmo tempo, não perde a sua faceta páfida, suja de *judeu* dissimulado, conspirador e todo-poderoso. Afinal de contas, parece que os nacional-socialistas, apesar de todos os seus defeitos (porque o antissionista não pactua com o fascismo, ora essa), deveria ter terminado o seu trabalho valeroso de extermínio. Ter-se-ia evitado assim a criação de *Israhell*, que é não só a personificação do capital, como a *encarnação* do mal em estado puro:

⁵⁹² A noção reificada de *resistência*, descrita em 6.5.2.1 no contexto do anti-imperialismo, desempenha aqui também um papel ideológico de relevo: aos olhos da esquerda alemã, “os palestinianos provaram ser «judeus melhores»” porque “eles resistiram” (Postone, 1980a: 104).

“A questão não é se a política de Israel pode ser criticada. A política de Israel deve ser criticada, especialmente a destinada a socavar qualquer possibilidade de um Estado palestino viável (...).⁵⁹³ No entanto, a crítica do «sionismo» prevalecente em muitos círculos anti-imperialistas vai além de uma crítica da política israelita. Ela atribui a Israel e aos «sionistas» uma *maldade única* e um poder de conspiração global. *Israel não é criticado como outros países são criticados – mas como a encarnação do que é profunda e fundamentalmente o mal*. Em suma, a representação de Israel e dos sionistas nesta forma de «antissionismo» «anti-imperialista» é essencialmente a mesma que a dos judeus no antissemitismo virulento que encontrou a sua expressão mais pura no nazismo. Em ambos os casos a «solução» é a mesma – a eliminação em nome da emancipação.” (Postone, 2009b: 1, *italico nosso*)

A ideologia antissemita une-se à ideologia anti-imperialista para criar uma mistura explosiva. Embora se apresente como discurso “anti-hegemónico”, constitui “uma forma fetichista e profundamente reacionária de anticapitalismo” (Postone, 2006a: 99). No seio deste imaginário ideológico, “a emancipação não implica mais a constituição de uma nova forma de vida social, mas a erradicação das origens do Mal mundial – o «sionismo» e os Estados Unidos” (Postone, 2013d: 93). Consequentemente, “a questão do antissemitismo – longe de ser uma questão secundária para a esquerda atual – permite distinguir as críticas do capitalismo que podem ser emancipatórias daquelas que são fundamentalmente reacionárias” (Ibid.: 94).

6.6 – O “marxismo tradicional” e o socialismo real

6.6.1 – Crítica do marxismo tradicional

6.6.1.1 – Ontologia do trabalho, classes e mercado

Na aceção postoniana, o conceito de “marxismo tradicional” denota um “conjunto partilhado de suposições fundamentais por teorias que, em outros níveis, podem opor-se mutuamente” (Postone, 1978: 739). O primeiro desses pressupostos refere-se ao entendimento “ontológico” do trabalho – esta categoria “constitui, determina e controla causalmente a vida social” em todos os tempos e lugares (Postone, 2003d/1993: 60). Neste sentido, a “produção industrial”, enquanto mera manifestação do suposto trabalho material a-histórico, é *de-socializada* e apreendida como “um processo” estritamente “técnico” (Postone & Brick, 1982: 631), “*independente*” do modo de (re)produção capitalista (Postone, 1978: 741, *italico nosso*).

Visto que a produção é paradoxalmente extrínseca ao capitalismo, o marxismo tradicional representa, em segundo lugar, uma “crítica” unilateral do “modo de *distribuição*” (Postone, 2003d/1993: 8, *italico no original*) da riqueza abstrata – e, sobretudo, da *mais-valia* – “*do ponto de vista do trabalho*” proletário naturalizado (Ibid.: 5, *italico no original*). A “essência do capitalismo” é localizada na esfera da circulação, nomeadamente no “mercado” e na “propriedade privada dos meios de produção” (Postone, 1978: 739). Não surpreende, por

⁵⁹³ “[A] direita israelita, digamos, exemplificada por Netanyahu, trata qualquer crítica de Israel como sendo antissemita. No que me diz respeito, isso é completamente ilegítimo” (Postone, 2016b: 6). Porém, sendo indesejável que “o governo israelita usa a acusação de antissemitismo para se escudar das críticas”, “isso não significa que o antissemitismo não seja um problema sério” (Postone, 2010: 1). Postone reforça esta ideia em “History and Helplessness”: “É certamente possível formular uma crítica fundamental dessas políticas [israelitas, NM] que não seja antissemita (...). Por outro lado, a crítica de Israel não deve cegar-nos acerca da existência, hoje em dia, de um antissemitismo disseminado e virulento no mundo árabe e muçulmano. (...) As expressões desta ideologia incluem a ideia – comum no Médio Oriente – de que apenas os judeus poderiam ter organizado o ataque ao World Trade Center e a ampla disseminação no mundo árabe dos *Protocolos dos Sábios de Sião*” (Postone, 2006a: 98).

isso, em terceiro lugar, que a “dominação social” seja atribuída redutoramente à “dominação de classe” *direta* assente no poder de disposição jurídica sobre o valor excedente criado (Postone, 1985b: 235).

Esta leitura geral repercute-se, em quarto lugar, numa teoria da crise equivocada. A contradição basilar da modernidade burguesa entre forças e relações de produção não é ancorada na determinação binomial antagônica do trabalho e da forma de riqueza (cf. 6.4.4.1.), mas na presumida “tensão estrutural” entre a esfera da produção *ontologizada* e as *relações de propriedade* que lhe são *exteriores* (Postone, 2003d/1993: 5-6), quer dizer, a “apropriação privada mediada socialmente pelo automatismo do mercado «autorregulado»” (Postone, 1978: 741).

A teoria marxista tradicional reflete-se, ainda, em quinto lugar, numa concepção ideológica de socialismo. Na medida em que o valor é interpretado apenas como uma “categoria de distribuição”, ou seja, enquanto mecanismo “regulador não-consciente (...) da distribuição social dos bens e serviços, do capital e do trabalho” (Ibid.: 740), a sua transcendência *não* envolve a “superação da forma” da atividade “que o constitui” socialmente (Postone & Brick, 1982: 632). Pelo contrário, o trabalho deve romper esse “véu” mistificador e “emergir abertamente” como “princípio regulador da sociedade” (Ibid.).

A ideologia stakhanovista encontra obviamente o seu Éden na “*autorrealização do proletariado*” (Ibid., *itálico no original*) – o sujeito revolucionário (Postone, 2013b: 3) responsável pela implantação de uma sociedade onde terá a missão patriótica, venerável e invejável de trabalhar incansavelmente ao serviço dos planos quinquenais.⁵⁹⁴ O “socialismo” é identificado “*essencialmente*” com a estatização dos meios de produção – portanto, com a simples modificação da forma da sua propriedade jurídica – e a correspondente “planificação económica” centralizada (Postone, 1978: 739, *itálico no original*).

Logo, o marxismo tradicional desemboca numa “noção de socialismo como continuação *linear* do modo de produção industrial” (Ibid.: 741, *itálico no original*), isto é, enquanto instauração de “um novo modo de administração política e regulação económica do *mesmo* modo de produção” (Postone & Brick, 1982: 631, *itálico no original*).⁵⁹⁵ Postone salienta que, “à primeira vista, isto parece paradoxal” porque “todos os marxistas clamam que a sua é uma teoria” crítica “da *produção social*” capitalista (Postone, 1978: 740, *itálico no original*). No entanto, esta autoimagem não resiste a uma “análise” cuidadosa da “interpretação marxista tradicional” durante o último século e meio (Ibid.).

Apesar das suas especificidades, o leninismo, o estalinismo, o trotskismo, o maoísmo, o Juche norte-coreano, o hoxhaísmo albanês, o guevarismo e a generalidade dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo partilham uma base *ideológica* idêntica que pode ser resumida da seguinte maneira:

“[O] termo «marxismo tradicional» refere-se (...) a todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho e que caracterizam essa sociedade essencialmente em termos das relações de classe, estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e por uma economia regulada pelo mercado. As relações de dominação são entendidas primariamente em termos da dominação de classe e da exploração. (...). O socialismo é entendido em termos da propriedade coletiva dos meios de produção e da planificação económica num contexto industrial. (...) No cerne de

⁵⁹⁴ Note-se que o “trabalho humano” será para todo o sempre “a origem da riqueza social” (Postone, 2003d/1993: 60).

⁵⁹⁵ “O socialismo vulgar (...) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição” (Marx, 2012/1875: 34).

todas as formas de marxismo tradicional está uma concepção transhistórica de trabalho.” (Postone, 2003d/1993: 7)

Portanto, “longe de ser uma teoria da superação do capitalismo, o marxismo tradicional”, nas suas inúmeras manifestações, “permanece preso à imediatez do modo de produção industrial determinado pelo capital”, limitando-se a criticar “o mercado e a propriedade privada” (Postone & Brick, 1976: 19).

6.6.1.2 – O Marx de Postone: crítica do trabalho e do fetichismo

Conforme se verificou no decurso deste capítulo, “as diferenças entre a crítica” da economia política “marxiana”, tal como é decifrada por Postone, e o “marxismo tradicional” são gigantescas, porquanto “grande parte do que é afirmado pelo segundo é negado pela primeira” (Postone, 2003d/1993: 388). O abismo “entre as interpretações «categorial» e «classista» das relações sociais fundamentais” da modernidade é desde logo patente na postura assumida face ao trabalho (Ibid.: 29).

Como se constatou no item precedente, a teoria marxista tradicional critica o capitalismo “do ponto de vista do trabalho” (Ibid.), elevando-o a “princípio estruturante” supra-histórico da “vida social” (Ibid.: 388). Em Marx, pelo contrário, “o trabalho é (...) socialmente constitutivo e determinante (...) *apenas* no capitalismo”, tratando-se, por isso, de uma categoria historicamente específica (Ibid.: 62, *itálico no original*) e fetichista que “é o *objeto da crítica*” (Ibid.: 6, *itálico no original*).⁵⁹⁶

A “implicação” alucinada da “posição tradicional” (Ibid.: 71) é que a substância do capital deve converter-se na suposta “base social da liberdade” no comunismo (Ibid.: 69), quer dizer, “o ser humano deve realizar-se plenamente como «mero trabalhador»” (Ibid.: 71). Por sua vez, Marx considerava o trabalho o cerne da opressão individual e, conseqüentemente, “encarava a superação do estatuto de «mero trabalhador» como uma pré-condição para a realização plena do ser humano” (Ibid.). Na ótica de Postone, isso permite inferir duas coisas. Em primeiro lugar, “*a superação do capitalismo tem de envolver uma transformação do modo de produção e não apenas do modo de distribuição existente*” (Postone, 1978: 745, *itálico no original*; cf. 6.7.3). Em segundo lugar, “o proletariado não é (...) o representante social de um possível futuro” pós-capitalista, mas a seiva vital do sujeito automático (Postone, 2003d/1993: 355).⁵⁹⁷

De acordo com Postone, o nó da questão reside no facto de o marxismo tradicional ser incapaz de discernir que “o intuito estratégico da teoria crítica de Marx não é apenas revelar a existência da exploração” dos operários (Ibid.: 316) e que, ademais, as “formas de dominação que caracterizam o capitalismo (...) não podem ser entendidas suficientemente em termos de relações de classe, enraizadas em relações de propriedade mediadas pelo mercado” (Ibid.: 6). Ao apresentar a “dinâmica complexa” da “forma-valor”, Marx almeja explicar a *alienação* subjacente às categorias *essenciais* do modo de vida hodierno (Ibid.: 316) (re)produzidas pelo cariz socialmente sintético e peculiarmente abstrativo do trabalho:

“[A] mercadoria e o capital – quer dizer, as formas quasi-objetivas de mediação social constituídas pelo trabalho no capitalismo – devem ser entendidas como (...) as relações sociais fundamentais dessa sociedade. Estas formas sociais impessoais e abstratas não (...) *ofuscam* (...) as «verdadeiras» relações sociais do capitalismo, quer dizer, as

⁵⁹⁶ Paradoxalmente, “a tradição marxista tratou geralmente de modo afirmativo precisamente o objeto da crítica na obra madura de Marx” (Postone, 2003d/1993: 17).

⁵⁹⁷ Este assunto será retomado mais abaixo, mas note-se, desde já, que Postone tende a escamotear as aporias do pensamento de Marx e a atribuí-las somente ao “marxismo tradicional”. Neste caso, torna-se ridículo sugerir que Marx *não* vislumbrava no proletariado o coveiro do capitalismo.

relações de classe; elas são as verdadeiras relações da sociedade capitalista, estruturando a sua trajetória dinâmica e a sua forma de produção.” (Ibid.: 6, *itálico no original*)

O primeiro grande problema da conceptualização de Postone é a defesa, explícita ou implícita, de que *todas* as suas proposições se encontram na obra de Marx (Astarian, 2017: 182). Ora, esse nem sempre é o caso, porque Postone não se limita a (re)interpretar a crítica da economia política marxiana, mas *desenvolve-a* em novas direções.

Um segundo problema, bastante mais grave, conforme assinala o seu amigo William Sewell Jr., reside no facto de o autor escamotear as “inconsistências nos textos de Marx” (Sewell Jr. 2018: 156) e atribuir os problemas teóricos exclusivamente às leituras equivocadas dos epígonos. Bruno Astarian coloca o dedo na ferida: “o Marx de Postone (...) nunca se contradiz” (Astarian, 2017: 189) e não possui nenhuma relação com os preceitos do marxismo “tradicional” (Ibid.: 182).

Na verdade, o pensamento de Marx é fértil em aporias e o marxismo tradicional encontra, com efeito, muitas das suas teses respaldadas nos escritos do teórico alemão, embora Postone se recuse a admiti-lo (Ibid.). Por exemplo, em Marx a historicidade do trabalho é ambígua (cf. 1.6). Para além disso, a crítica do trabalho enquanto atividade fetichista coexiste com uma crítica do capital “do ponto de vista do trabalho” – para utilizar o conceito de Postone – e com a noção do proletariado como demiurgo do socialismo (cf. 3.14.2.3).

Finalmente, um terceiro problema diz respeito à homogeneização produzida pelo conceito de marxismo tradicional: “Postone não distingue marxismos que, contudo, são bastante diferentes” (Galtier & Mercier, 2013: viii). Por um lado, creio que o conceito se revela adequado quando é aplicado a teóricos como Lenine, Dobb ou Sweezy que, respetivamente, glorificam a disciplina militar do trabalho, assimilam Marx à teoria clássica do valor ou procuram compatibilizá-lo com Keynes (cf. Postone, 2003d/1993: 43-120). Ademais, assenta que nem uma luva aos vários marxismos ortodoxos que devieram ideologia oficial de Estado no decurso do século XX mencionados no item anterior (estalinismo, maoísmo, etc.).

Todavia, por outro lado, parece-me abusivo e, inclusive, pouco profícuo colocar no mesmo saco (cf. Ibid.) pensadores como Colletti, Mattick ou Mandel que percebem claramente o cariz historicamente específico do trabalho abstrato e do valor enquanto categorias essenciais do modo de *produção* capitalista – assim como a redução prática fetichista que acarretam – e que entendem o socialismo como a (auto-)abolição do proletariado, do trabalho assalariado e da *produção* baseada no valor. Julgo que as dimensões do conceito de marxismo tradicional não se aplicam, pelo menos na sua inteireza, a diversas formas *heterodoxas* de pensamento marxista e que, por isso, Postone deveria ter sido mais cuidadoso na *concretização* dessa noção.

6.6.2 – Crítica do socialismo real

6.6.2.1 – O estatismo e a trajetória do século XX

Postone considera que as experiências do socialismo real devem ser entendidas no contexto dos “padrões históricos de larga escala” que caracterizaram os últimos 150 anos (Postone, 1998a: 379). No período de 60 anos que abarca o derradeiro quartel do século XIX (Postone, 1992a: 175) e o “primeiro terço” do século XX assistiu-se à “transição de uma configuração do capitalismo mais liberal para uma mais estatista” (Postone, 2005a: 70). Em especial, a 1.ª Guerra Mundial e a Revolução Russa marcam o início de uma época “de organização da vida social e económica centrada no Estado” (Ibid.).

O traço distintivo desta “trajetória” histórica é o seu alcance “global”: paulatinamente, nos “países capitalistas ocidentais”, nos recém-criados regimes que se autoproclamavam socialistas, nas “terras colonizadas” e nos “países descolonizados” a “política” adquire uma “*aparente primazia (...) sobre a economia*” (Ibid., *itálico nosso*). Postone sugere, pois, que tanto o “socialismo realmente existente” quanto “os sistemas do Bem-Estar” estabelecidos “no Ocidente” no segundo pós-guerra podem ser entendidos como “variações” da *mesma* “forma estatal intervencionista do capitalismo mundial” (Postone, 2003d/1993: 14n8).

No entanto, de acordo com Postone, o sucesso dos “métodos keynesianos” e do estatismo socialista foi a *consequência* e não a *causa* de “uma conjuntura particular do desenvolvimento capitalista” (Postone, 1999: 25), a saber: a “expansão prolongada da economia mundial” durante os Trinta Gloriosos (Postone, 2003d/1993: 13).⁵⁹⁸ Para além disso, a preponderância da política era apenas relativa, na medida em que a sua atuação se encontrava sujeita aos constrangimentos *apriorísticos* das categorias burguesas. Não foi suprimido, obviamente, o “padrão quasi-objetivo de desenvolvimento socioeconómico” subjacente ao valor, à mais-valia e à acumulação de capital (Postone, 1999: 25).

O ano de 1973 representa um ponto de inflexão (Postone, 1992a: 175): uma série de “crises” profundas “acabou com a era de prosperidade e de expansão económica do pós-guerra” (Postone, 2003d/1993: 13) e, ademais, conduziu à derrocada da configuração estatista do capitalismo (Postone, 1992a: 175), colocando a nu os “limites da capacidade” de “regulação da economia” pelas instituições governamentais (Postone, 2003d/1993: 13). Por outras palavras, “a tentativa de controlar a dinâmica histórica característica do capitalismo por meio do Estado (...) falhou” (Postone, 1998a: 379).

No Ocidente verificou-se o “declínio do Estado-Providência keynesiano”, enquanto no Leste ocorreu o “colapso dos Estados-partido burocráticos” (Postone, 1999: 4). O modo de (re)produção capitalista ingressou “num novo estágio histórico” (Postone, 1992a: 175), assumindo uma “configuração (...) global” de cariz “neoliberal” (Postone, 2005a: 70). Esta caracteriza-se pela “importância acrescida das redes e fluxos económicos *supranacionais* (em oposição aos *internacionais*) e por um (...) declínio da soberania económica nacional efetiva” (Postone, 1999: 3, *itálico no original*). Em suma, segundo Moishe Postone,

“O (...) colapso da União Soviética e do comunismo europeu (...) deve ser entendido no contexto de um desenvolvimento histórico mais abrangente (...), que acarretou o declínio do regime fordista assente em fortes Estados metropolitanos, empresas nacionais e sindicatos industriais (...). Se os primeiros dois terços deste século [XX, NM] foram marcados pela crescente intervenção e controlo dos processos socioeconómicos pelos Estados nacionais, no período inaugurado pela década de 1970 assistiu-se ao enfraquecimento, deterioração e – nos antigos países comunistas europeus – colapso dos regimes estatistas. Estes padrões foram gerais e abrangentes; não dependeram fundamentalmente dos partidos políticos ou dos indivíduos no poder. Assim, não podem ser entendidos adequadamente com referência a fatores e contingências locais.” (Postone, 1998a: 378-379)

Postone associa, então, a queda do socialismo real à “dinâmica global” (Postone, 1999: 4) e aos fortes “imperativos e constrangimentos estruturais gerais” que minaram o estatismo nas últimas décadas (Postone, 2005b: 70). Porém, nenhum desses constrangimentos é especificado. A análise postoniana da transição histórica do regime taylorista-keynesiano para o regime neoliberal de acumulação, e do concomitante colapso da URSS, é meramente *descritiva*. Salvo uma referência isolada, *en passant*, à “importância acrescida das tecnologias

⁵⁹⁸ Cf. Mattick (1978, 1981, 2010/1969) para uma argumentação similar a respeito do capitalismo ocidental. A expansão económica, impelida pela lucratividade acrescida, aconteceu *apesar* da intervenção estatal e não por causa dela.

eletrônicas” (Postone, 1999: 4), o autor não relaciona ambos os acontecimentos com a 3ª Revolução Industrial.

Ora, foi justamente o atraso técnico-científico e a ineficiência da indústria soviética que a tornou incapaz de competir no mercado mundial durante os anos 80 (cf. 7.8). Por outro lado, a fuga para a frente neoliberal nas nações capitalistas foi uma resposta aos efeitos nefastos da Revolução Microeletrônica – redução em termos *absolutos* do número de trabalhadores produtivos empregados – sobre a massa de mais-valia social. As dificuldades de valorização na economia real levaram o capital a simular a sua acumulação na esfera financeira através da explosão do capital fictício e da dívida e da formação de bolhas sucessivas (cf. 7.6).

6.6.2.2 – O socialismo real como processo de acumulação primitiva de capital

Constatou-se em 6.6.2.1 que, na ótica de Postone, as “economias de comando comunistas” (Postone, 2011a: 3) faziam, de facto, parte da “configuração histórica do capitalismo centrada no Estado” (Postone, 2006d: 15). A sua ascensão e colapso “acompanha a trajetória histórica global, aquela do apogeu e declínio do capitalismo fordista” e estatista (Postone, 2005b: 2). Agora, Postone concretiza que “essas sociedades não podem de todo ser consideradas pós-capitalistas” (Postone, 2003d/1993: 40n55) porque representam processos de “acumulação primitiva” sob a égide do “Estado” (Postone, 2006d: 15; cf. Postone & Harootunian, 2012: 32).

Legitimando-se ideologicamente como “construção do socialismo”, na verdade esses regimes levaram a cabo a “*constituição*” autárcica “do capital nacional” (Postone, 2006d: 15, *italico* nosso). De “forma rápida e brutal” (Postone, 2005b: 2) a URSS estalinista “recapitulou historicamente em algumas décadas (...) o que tinha demorado centenas de anos” na Europa Ocidental (Postone, 2006d: 15). Obviamente que isso exigiu “a criação de um proletariado” (Postone, 2008b: 7), e *não* a “abolição da classe operária” (Postone, 2006d: 15). Assistiu-se assim à imposição terrorista do trabalho assalariado e à sua “exploração” impiedosa (Postone, 2004a: 55), responsável por um “imenso sofrimento” (Postone, 2008b: 7).

É-se autorizado a falar de “capitalismo de Estado” porquanto “as relações de distribuição burguesas foram substituídas por um modo de administração estatal-burocrático”, mas as “relações de produção” (Postone, 2003d/1993: 393) e o “modo de produção determinado pelo capital” continuaram em vigor (Ibid.: 40; cf. Postone, 1978: 754; Postone & Brick, 1976: 21). O facto de a propriedade estatal ter tomado o lugar da propriedade privada e de a direção central ter preenchido o papel do mercado e da concorrência não implicou, pois, a superação das “compulsões” encerradas no forma-capital (Postone, 2003d/1993: 393).

Segundo Postone, “a planificação (...) não deve”, em si e por si, “ser oposta (...) ao mercado (...) como o princípio do socialismo” (Ibid.: 127) porque “tudo depende daquilo que está a ser planificado” (Postone, 2006d: 14), ou seja, da *forma* “como (...) as coisas são produzidas” (Postone & Brick, 1976: 16). Ora, “quando o valor permanece a forma” social “da riqueza”, a “planificação” encontra-se inevitavelmente “sujeita às exigências da dominação abstrata”, quasi-objetiva (Postone, 2003d/1993: 127) subjacente à reprodução alargada do capital.

Por outras palavras, a “dominação” impessoal subsiste, “mesmo na ausência de um expropriador privado, enquanto a riqueza social tiver a forma de dispêndio temporal abstrato de trabalho humano” (Postone & Brick, 1982: 639). Postone resume a questão da seguinte maneira:

“Estando alicerçada em última instância na dialética entre as dimensões do valor e do valor de uso, a necessidade de acumulação [do capital, NM] mantém-se em efetividade

mesmo na ausência do mercado e da propriedade privada. Esta compulsão cega é uma função da forma temporal da riqueza [abstrata, NM] e não apenas do modo de distribuição pelo mercado. Dada a existência continuada da riqueza na forma do dispêndio de tempo de trabalho objetivado, o crescimento económico terá de conservar a forma de acumulação de capital, assim como a estrutura da produção e do trabalho permanecerá determinada pela forma-valor.” (Ibid.: 640)

Pode-se concluir que, em retrospectiva, o cariz estatista do chamado socialismo real surge como a única estratégia passível de promover a acumulação originária de capital em “países «periféricos»” (Postone, 1978: 754) que procuravam “escapar dessa posição” (Postone, 2006d: 15). Apesar da sua autoimagem e retórica anticapitalista, a Revolução de Outubro – que serviria de “modelo” para sublevações ulteriores na China, no Vietname, etc. (Postone, 2008b: 7) – pode portanto ser encarada como uma “revolução *capitalista*” (Postone, 1978: 754, *itálico* nosso) que implantou as categorias nucleares burguesas em nações retardatárias. O protecionismo e a abolição da concorrência *interna* tinham por intuito permitir a participação na concorrência *global* (cf. 7.8).

Conforme salienta Moishe Postone, “num certo sentido, 1917 deve ser visto como a forma que 1789 assume no contexto” bastante mais desenvolvido e unificado “do mercado mundial do século XX, e não como a sua superação” (Ibid.: 755). Em derradeira instância, “o capitalismo ocidental e o socialismo soviético” foram “organizações alternativas da mesma forma geral de vida social” (Postone, 1999: 12).⁵⁹⁹ Consequentemente, o colapso do segundo não assinala o “fim do projeto socialista” e das aspirações emancipatórias da humanidade (Postone, 2006b: 4). Pelo contrário, a “noção” de um futuro “pós-capitalista” (Postone, 2003d/1993: 40) conserva a sua relevância justamente porque *não possui nenhuma relação* com “um projeto de constituição do capital ao nível nacional” (Postone, 2005b: 2).

6.7 – Emancipação social

“Não creio que estejamos próximos de uma situação pré-revolucionária, nem sequer de uma situação pré-pré-revolucionária” (Postone, 2008b: 8).

6.7.1 – Década de 1970: o proletariado como agente da revolução

6.7.1.1 – Da não-identidade do valor de uso à consciência de classe transcendente

Constatou-se no decurso deste capítulo que, na ótica de Moishe Postone, a sociedade capitalista é “inerentemente contraditória” em virtude da oposição entre valor e riqueza material (Postone, 1978: 765). Apesar da subsunção real, a técnica, a “tecnologia”, a “maquinaria” e a ciência não são jamais “totalmente” compatíveis com a lógica abstrata do capital (Ibid.: 777-778), de maneira que é legítimo falar de um momento “«*não-idêntico*» (...) da dimensão do valor de uso em que o trabalho e o conhecimento passados são preservados e acumulados” (Ibid.: 776, *itálico* nosso).

Postone considera que esta parcela de não-identidade da (re)produção material hodierna é o locus da “*possível negação*” do modo de (re)produção burguês (Ibid.: 765, *itálico* no original). Em virtude do entrelaçamento de objetividade e subjetividade social, mediado pela prática, a contradição mencionada não pode deixar de se repercutir, mais tarde ou mais cedo, nos indivíduos e na sua consciência. Assim, é certo que “a subjetividade formada socialmente sob o capitalismo” (Ibid.: 766-767) encerra “formas reificadas de

⁵⁹⁹ A URSS apenas poderá ser considerada “não-capitalista” se for pressuposto que “a propriedade privada é a característica distintiva do capitalismo” (Postone, 1999: 26).

consciência e de necessidades”, estreitamente ligadas ao valor, mas também engloba “necessidades distintas socialmente constituídas e historicamente cambiantes”, intimamente associadas às potencialidades da riqueza material (Ibid.: 765).

A alienação experimentada no exercício do trabalho abstrato, a possibilidade da sua abolição – imanentemente gerada e negada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas suscitado pelo capital – e a necessidade de uma individualidade mais recompensadora “representam as bases de formas de consciência opositoras, críticas e revolucionárias” (Ibid.). Estas formas de consciência anticapitalistas encarnarão na classe operária porque, ao longo da década de 1970, Postone ainda subscreve um dos postulados básicos do marxismo tradicional: a noção do proletariado como sujeito revolucionário responsável pela instauração do socialismo.

O autor distingue dois tipos de consciência de classe que exprimem “diferentes estágios” da trajetória histórica do capital (Ibid.: 782). A denominada “consciência *constitutiva de classe*”, predominante enquanto o trabalho continuar a desempenhar um papel socialmente sintético *necessário*, limita-se a questionar “as *condições* laborais e de remuneração” (Ibid., *itálico no original*). Nesta fase, as lutas do proletariado visam exclusivamente o reconhecimento dos seus membros como sujeitos de *pleno* direito e cidadãos no mundo do capital.

Por sua vez, a chamada consciência “*transcendente de classe*” faz incidir o foco da crítica sobre “o próprio trabalho” (Ibid., *itálico no original*), dependendo do cumprimento de dois requisitos histórico-sociais. Em primeiro lugar, no plano da “objetividade social” (Ibid.: 784), o progresso da “dimensão do valor de uso” das forças produtivas (Ibid.: 782) – e a correspondente “acumulação do tempo histórico” (Ibid.: 780) – terá de atingir um “patamar” em que o trabalho devesse crescentemente *anacrónico* (Ibid.: 782 e 784), deixando de existir uma relação significativa entre o dispêndio de energia humana e a massa da riqueza material criada.

Em segundo lugar, dado que no capitalismo o vínculo entre objetividade e subjetividade social é *constituído* precisamente pelo trabalho como prática *mediadora* (cf. 6.3.1.4), a sua *desnecessidade* poderá nessa situação ser apreendida pelos operários: “o trabalho que uma máquina poderia fazer surge como insatisfatório para os seres humanos” (Ibid.: 782). Em outros termos, o trabalho é *subjetivamente* experimentado como alienante e mutilador da individualidade *somente* no momento em que a sua abolição se torna *objetivamente* possível mas, contudo, é frustrada pelas relações sociais fetichistas burguesas. No seguinte trecho Postone expõe o seu raciocínio com clareza:

“A tese é que o trabalho criador de valor pode, ao nível das massas, ser diretamente experimentado como alienante (...) apenas quando é alcançado o limiar histórico em que esse trabalho devém socialmente anacrónico em termos do potencial acumulado na dimensão objetivada do valor de uso e, não obstante, é mantido (...) em virtude de o capitalismo necessitar que o trabalho produtor de valor continue a existir.” (Ibid.: 784, *itálico no original*).

A consciência de classe transcendente representa, portanto, “a dimensão *subjetiva* do momento não-idêntico” do valor uso (Ibid.: 780, *itálico nosso*) e, nesse sentido, “pode ser derivada da *imanência* da formação social” (Ibid.: 767, *itálico no original*).⁶⁰⁰ Ela refere-se à interiorização da contradição entre riqueza abstrata e riqueza concreta, assim como da oportunidade (pres)entida da sua superação *prática*.

⁶⁰⁰ “[O] capital implica a criação imanente da sua oposição (...), a possibilidade da sua *Aufhebung*” (Postone, 1976: 242).

O desfasamento entre aquilo que é e aquilo que poderia ser (Ibid.: 766) exprime-se como “necessidade popular de uma atividade significativa” não-alienada e como reivindicação da maximização do tempo livre enquanto condições indispensáveis de “autorrealização” pessoal (Ibid.: 785). E, obviamente, também através do “reconhecimento” que ambas exigem a transformação radical do “contexto” macrosocial adverso: a abolição do modo de (re)produção capitalista (Ibid.: 786 e 767).⁶⁰¹

6.7.1.2 – A revolução como auto-abolição do proletariado

Verificou-se no item anterior que, nos seus primeiros escritos, Postone elege a classe operária como sujeito coletivo responsável pela edificação do socialismo: a transformação das “relações de produção” exige “uma revolução por parte da «massa dos trabalhadores»” (Ibid.: 774). Todavia, o autor supera a teoria marxista tradicional – sobretudo na sua variante marxista-leninista – em dois aspetos importantes. Por um lado, consegue perceber que “Marx deriva as classes e (...) a propriedade da natureza do trabalho abstrato” e do valor, de pelo que a luta de classes não é o *prius* lógico da sua análise (Postone & Reinicke, 1975: 146).

Por outro lado, Postone enxerga que “o momento «não-idêntico» não pode ser (...) imediatamente identificado com o proletariado”, pois o “trabalho” que este realiza constitui “o elemento essencial do capital” (Postone, 1978: 765, *itálico no original*). Uma vez que o proletariado é “a *origem* do Sujeito” automático “alienado” (Ibid.: 782, *itálico no original*), a classe assume-se como uma condição *negativa*, quer dizer, “uma categoria de alienação” (Ibid.: 781). Neste sentido, “a consciência de classe revolucionária”, transcendente “apenas pode significar o desejo de se *auto-abolir*” através da negação concomitante do capital e da sua substância – o trabalho (Ibid., *itálico nosso*). Eis como Postone resume o processo de emancipação social conducente ao socialismo em 1975:

“A transformação socialista da sociedade não envolve, portanto, simplesmente a abolição da propriedade privada dos meios de produção, mas igualmente a transformação da organização da produção determinada pelo capital, de maneira que o tempo de trabalho (...) ponente de valor já não constitua a forma e a medida da riqueza. Isto implica a abolição material do trabalho proletário pelo proletariado. O proletariado (enquanto «classe» em geral) é uma categoria historicamente específica de alienação, (...) devendo ser apreendido como (...) o *não-ainda-Sujeito* – aquilo que constitui o Sujeito alienado (Capital) e que devém Sujeito derrubando o capital, e ao fazê-lo, abolindo esse trabalho, essencial para o capital, que define o próprio proletariado.” (Postone & Reinicke, 1975: 144, *itálico no original*)

⁶⁰¹ O raciocínio de Moishe Postone, segundo o qual só quando a contradição social entre valor e riqueza material se torna *objetivamente* vincada – dado o nível gigantesco de desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, mormente da automação – é que ela se pode manifestar *subjetivamente* na contestação teórica e prática do trabalho, é elegante e deveras apelativo. Porém, parece ser desmentido pela realidade socioeconómica dos últimos 30 ou 40 anos. Na sequência da Revolução Microeletrónica, que provocou a crise irreversível do trabalho (cf. 1.16 e 3.5), não se assistiu à sua contestação generalizada. Pelo contrário, na medida em que a subsistência dos indivíduos continua atrelada à forma-mercadoria e, por isso, ao exercício de uma profissão assalariada, quando o emprego se torna um “bem escasso” e quasi-aleatório, ele devém alvo de uma afeição *acrescida*. De acordo com Dominique Méda, diversos “inquéritos (...) revelam (...) que tanto os trabalhadores empregados como os desempregados atribuem ao exercício de um trabalho – por pior que seja – um conjunto de virtudes” (Méda, 2013: 65). Para além disso, “o aumento do desemprego e da precariedade tornam a posse de um emprego, independentemente dos seus malefícios, absolutamente desejável e a crítica do trabalho (...) cada vez mais improvável e delicada” (Ibid.: 68). Em suma, aquilo que Edward Granter diz acerca de André Gorz aplica-se igualmente ao Postone da década de 1970: “subestima o poder da ideologia do trabalho” (Granter, 2009: 134) no seio da classe operária e, inclusive, dos supranumerários da valorização.

As implicações deste programa radical, assente na superação do trabalho e na correlata “auto-abolição do proletariado” (Ibid.: 147),⁶⁰² são de longo alcance, conforme o autor salienta no ensaio “Necessity, Labor, and Time”: “*A questão mais importante para o socialismo não é, então, se existe uma classe capitalista, mas se ainda existe um proletariado*” (Postone, 1978: 753-754, *itálico no original*). Postone propõe que se aproveite (e transforme) o “enorme potencial produtivo desenvolvido pelo capitalismo” para, no lugar de “uma forma social baseada no tempo de trabalho *presente*, imediato”, instaurar uma forma de vida “baseada na plena utilização de uma *história* desprovida da alienação, tanto para a sociedade em geral como para o indivíduo” (Ibid.: 773 e 776, *itálico no original*). O “tempo disponível” substituiria assim o tempo de trabalho como categoria universal (Ibid.: 775).⁶⁰³

6.7.2 – Década de 1980: adeus ao proletariado

A partir da década de 1980, Moishe Postone vai extremar uma posição apresentada em 6.7.1.2 de tal modo que acabará por abandonar a noção do proletariado como sujeito revolucionário. O autor reafirma em inúmeras ocasiões que “o conflito de classes (...) é estruturado (...) pelas formas sociais da mercadoria e do capital” (Postone, 2003d/1993: 314). Logo, “embora (...) desempenhe um papel importante na (...) dinâmica do capitalismo, (...) não cria a totalidade nem dá origem à sua trajetória” histórica (Ibid.: 319). Pelo contrário, as classes são *postas* pelo todo apriorístico como os seus “momentos antagonistas” funcionais (Ibid.: 320).

Neste contexto, resulta evidente que “*tanto o proletariado como a classe capitalista estão ligados ao capital*”; porém – e aqui reside o nó da questão –, “aquele está-o de maneira mais vinculada”, na medida em que “é possível conceber a existência de capital sem capitalistas, mas não (...) sem trabalho criador de valor” (Ibid.: 357, *itálico no original*).⁶⁰⁴ O proletariado não pode ser “a classe que corporiza o socialismo” (Ibid.: 324) justamente porque é o “elemento essencial constitutivo” das “relações sociais capitalistas” (Ibid.: 357).⁶⁰⁵ Conforme se verá em 6.7.3, Postone não descarta a possibilidade do desenvolvimento *imanente* de uma consciência e de uma prática opostas, mas *ambas deixam de ser identificadas com um sujeito coletivo a priori*, mormente o proletariado.

No seio desta versão modificada da teoria postoniana, a luta de classes, do ponto de vista dos operários, reduz-se *exclusivamente* à “constituição, manutenção e melhoramento da sua (...) situação” *no interior* do arcabouço categorial mercantil (Ibid.: 324 e 371). A “ação coletiva” do proletariado como *sujeito*, sob a forma de organizações sindicais e partidárias, visou sobretudo desde meados do século XIX “ganhar algum controlo sobre as condições de venda da sua mercadoria” – a força de trabalho (Ibid.: 275).

Apesar de representarem uma alavanca “poderosa no sentido na democratização e humanização do capitalismo” (Ibid.: 324), os “conflitos (...) sobre horários e salários, (...) a natureza e intensidade do processo de trabalho, a aplicação da maquinaria, as condições de trabalho, os benefícios sociais e os direitos dos trabalhadores”, etc. (Ibid.: 318) são facetas “estruturalmente intrínsecas” ao sistema e, por isso, um “importante elemento” impulsionador da sua “dinâmica” (Ibid.: 36-37). Mediante as suas “ações” quotidianas, que *pressupõem* as

⁶⁰² “[O] resultado da revolução socialista é a abolição do trabalho proletário, e não a sua conservação e glorificação” (Postone, 1978: 763).

⁶⁰³ Nesta fase da sua trajetória intelectual e, em particular, com a noção de auto-abolição do proletariado e do trabalho que este realiza, Postone aproxima-se bastante da corrente de pensamento marxista conhecida por comunização (cf. Astarian, 2017; Astarian & Dauvé, 2015; Noys, 2011).

⁶⁰⁴ “[E]m termos estruturais, o proletariado é integral ao capitalismo, pelo que não corporiza a sua negação” (Postone, 1999: 29).

⁶⁰⁵ “Longe de representar a negação do valor, o proletariado constitui essencialmente esta forma de riqueza abstrata e homogênea” (Postone, 2003d/1993: 368).

categorias burguesas, “o proletariado – não porque o queira fazer – contribui para a disseminação temporal e espacial do capital” (Postone, 2008b: 3).

Ao lutar pelo seu reconhecimento enquanto sujeito proprietário da mercadoria força de trabalho, o operariado acabou por se *constituir* definitivamente como *classe* (Postone, 2003d/1993: 371) e, assim, auxiliar decisivamente a “transição do capitalismo liberal para aquele pós-liberal” (Ibid.: 275). Num certo sentido, somente “quando os operários são capazes de agir coletivamente como proprietários mercantis está” finalmente “montado o palco para a forma de produção adequada ao capital” (Ibid.: 318). A “*realização* do proletariado” como *sujeito* não acarreta a superação, mas a normalização do capitalismo (Ibid.: 324 e 275, *itálico* nosso), contrariamente àquilo que Postone defendia nos anos 70 (cf. 6.7.1.2).⁶⁰⁶

Isto significa que “não há uma continuidade linear entre as exigências (...) da classe operária subjacentes à sua constituição e afirmação histórica e as necessidades, exigências e conceções que apontam para além do capitalismo” (Ibid.: 37).⁶⁰⁷ As teorias marxistas tradicionais escamoteiam esse facto, (pressu)pondo acriticamente a noção do “proletariado” como “meta-Sujeito histórico” (Ibid.: 87) e sugerindo, “explícita ou implicitamente”, que a sua “autorrealização” e a *assertividade* do trabalho que executa são as condições da “*emancipação*” (Postone, 1985b: 235; cf. Postone & Brick, 1982: 642).

Na verdade, visto que o trabalho é a “base do capital”, e não a sua negação (Postone, 2003d/1993: 37), Postone defende que o processo emancipatório exige “a emergência histórica de autoimagens e subjetividades *pós-proletárias*” (Postone, 2012a: 342, *itálico* nosso) capazes de “colocar (...) em questão” essa atividade fetichista, bem como “a estrutura de constrangimentos objetivos que caracteriza o capitalismo” (Postone, 2003d/1993: 37). A insatisfação com o trabalho e o sofrimento que este impõe aos indivíduos serão, segundo o autor, as alavancas *concretas* da constituição social desta subjetividade anticapitalista “geral” e que, nessa medida, *extravasa* forçosamente o proletariado industrial e/ou produtivo (Postone, 2006d: 13).

É urgente promover o diálogo entre uma “variedade de lutas” e de “movimentos” cujos “imaginários” (Ibid.: 13-14) convergem na “possibilidade” de instaurar outro modo de (re)produção e de vida (Postone, 2003d/1993: 37). Em especial, é “preciso fazer da categoria do tempo uma questão política” nuclear, quer dizer, torná-la no “objeto” privilegiado das “revindicações” (Postone, 2011b: 9). A temporalidade abstrata do trabalho tem de ser contestada em nome de uma ordem societária assente na apropriação do “tempo histórico” e na simultânea maximização do tempo livre, autodeterminado (Postone, 2014a: 70-71).

Este movimento terá de ser tão transnacional quanto aquele do capital: o seu sucesso depende da criação de “uma nova forma de internacionalismo, que seja realmente internacional e não apenas uma soma de nacionalismos” (Postone, 2013b: 1). Postone é taxativo: “não pode haver tal coisa como o «pós-capitalismo em um único país»” (Postone, 2014a: 71). Todavia, o autor alerta que a superação do trabalho será por natureza uma tarefa “bastante difícil”, sobretudo num contexto de crise em que “os trabalhadores estão a ser encostados à parede” e a concorrência pelos empregos rarefeitos se exacerba (Postone, 2006d: 12; cf. Postone, 2008b: 8; Postone, 2016e: 13).

⁶⁰⁶ Relembre-se que o proletariado era então definido como o “não-ainda-Sujeito” que, ao devir sujeito, se auto-aboliria como classe e construiria o socialismo. Agora, Postone sustenta, quanto a mim corretamente, que a *afirmação* do proletariado como *sujeito* (coletivo) *não* conduz à sua abolição como *classe*. Está implícita no autor uma ideia que será devidamente aprofundada em Robert Kurz (cf. 7.5.4): a (auto-)abolição do proletariado e do capital exige a *negação* da própria forma do sujeito (do trabalho, de direito, etc.).

⁶⁰⁷ Na década de 1970, o próprio Postone assumia, de certa forma, essa linearidade entre consciência de classe “constitutiva” e consciência de classe “transcendente” (cf. 6.7.1.1).

Finalmente, importa esclarecer um equívoco frequente. Nas palavras de Viren Murthy, “é preciso ter cuidado e evitar concluir (...) que a rejeição de Postone do proletariado como sujeito” emancipatório apriorístico “implica a completa rejeição do papel da classe operária na negação do capitalismo” (Murthy, 2009: 29). Obviamente que um “movimento anticapitalista” não pode prescindir da “classe operária” (Postone, 2011a: 6-7).

No entanto, “os proletários têm de entender que apenas serão parte da solução na medida em que reconhecerem que são parte do problema” (Murthy, 2009: 29-30), na qualidade de agentes cuja prática alienada constitui o valor. Os operários necessitam de pensar *contra si mesmos* como *sujeitos-suportes* da valorização e devir, por assim dizer, *anti*-proletários que negam praticamente a sua própria condição negativa. Somente se lograrem fazê-lo conseguirão contribuir efetivamente para a superação do capitalismo.

6.7.3 – A negação determinada do capital

6.7.3.1 – A contradição entre valor/riqueza material fundamenta a oposição imanente

Acabou de se constatar que, a partir da década de 1980, Postone descarta a noção do proletariado como sujeito revolucionário *a priori*. Contudo, a fundamentação teórica da consciência e da prática opositoras do sistema capitalista revela-se bastante similar àquela dos anos 70 apresentada em 6.7.1.1. Postone firma de maneira *imanente* as possibilidades emancipatórias no “cariz contraditório” do modo de (re)produção burguês, nomeadamente nas “interações das duas dimensões do trabalho” e das respectivas formas de riqueza (Postone & Brick, 1982: 640).

No decurso da trajetória histórica dinâmica do capitalismo, assiste-se ao desenvolvimento estratosférico das forças produtivas. Em particular, “o gigantesco potencial criador de riqueza” concreta “da ciência e da tecnologia modernas” significa que o “valor”, assente no dispêndio tautológico de trabalho humano, “devém cada vez menos adequado como medida da «riqueza real» produzida” (Postone, 2003d/1993: 26).⁶⁰⁸

A *treadmill dynamic* acarreta “um desfasamento crescente entre as capacidades produtivas socialmente gerais (...) e a base valorativa da totalidade”, ou seja, “o trabalho proletário” torna-se “*potencialmente* anacrónico do ponto de vista da produção de riqueza material” (Ibid.: 359, *itálico nosso*).⁶⁰⁹ Esta devém “uma função da objetivação do tempo histórico” (Ibid.: 339), ainda que ele seja acumulado numa forma alienada (cf. 6.4.3 e 6.4.4).⁶¹⁰

De acordo com Postone, “a dialética de transformação e *reconstituição*” implica que “esta sociedade não evolui, nem pode evoluir, de maneira *quasi-automática* para uma forma de sociedade fundamentalmente distinta” (Ibid.: 359, *itálico nosso*). No entanto, o modo de (re)produção capitalista gera *imanentemente* a “*possibilidade* da sua negação determinada” (Postone & Brick, 1982: 643, *itálico nosso*).

Em primeiro lugar, conforme se mencionou nos parágrafos precedentes, o capitalismo é uma “totalidade contraditória” em virtude “do «duplo caráter» das formas sociais” hodiernas: valor de uso/valor, trabalho concreto/trabalho abstrato, processo de (re)produção material/processo de valorização, etc. (Ibid.: 642-643). Assim, através do “desdobramento”

⁶⁰⁸ Em “Necessity, Labor, and Time”, Postone já havia observado que “a produtividade desenvolveu-se de tal maneira que o valor se torna cada vez mais inadequado enquanto medida da riqueza” (Postone, 1978: 773).

⁶⁰⁹ Em 1978, o autor já tinha diagnosticado que “emerge uma tensão crescente entre a dimensão do valor enquanto tempo presente objetivado e aquele aspeto da dimensão do valor de uso – tempo passado preservado – que não é exprimível em termos de valor” (Postone, 1978: 777).

⁶¹⁰ Por isso, “o aspeto não-idêntico do valor de uso” é antes de tudo “temporal e não simplesmente material” (Alvarenga, 2009: 182).

dinâmico destas pares contradições (Ibid.: 643), é *objetivamente* gerada a *desnecessidade* de uma ordem social baseada no trabalho, no valor e no capital.

Em segundo lugar, as “categorias” burguesas são “formas” estruturantes e “estruturadas de prática” (Postone, 2003d/1993: 37; cf. 6.3.1.3 e 6.3.1.4). Isto significa que, dada a inter-relação de objetividade e subjetividade social *mediada* pela *prática* socialmente sintética do *trabalho* abstrato, o anacronismo deste pode ser apreendido pelos indivíduos. A “consciência crítica” (Ibid.) e a prática anticapitalista “são geradas socialmente a partir do interior do arcabouço do capitalismo” (Ibid.: 38). Quando se acentua a incongruência entre valor e riqueza material, a *noção* da irracionalidade da produção mercantil tem maiores hipóteses de emergir:

“É este desfasamento gerado estruturalmente entre aquilo que é e aquilo que poderia ser (...) que (...) oferece o fundamento imanente para a (...) própria crítica. (...) Esta crítica (...) está ancorada naquilo (...) que deveio possível – mas não pode ser realizado no seio da atual estrutura da vida social. (...) [A] possível realização da liberdade (...) acarreta a negação determinada da ordem existente. (...) O ponto de vista da crítica «negativa» (...) é, então, uma possibilidade concreta que emerge historicamente a partir do caráter contraditório da ordem presente”. (Ibid.: 360-361)

A passagem supracitada revela dois aspetos absolutamente fulcrais da posição de Moishe Postone. Por um lado, o autor estende a sua teoria *socio-histórica* da subjetividade às “formas de consciência (...) opostas”: os conceitos de “contradição” e de prática permitem que mesmo a “subjetividade crítica do seu próprio contexto” seja *constituída* socialmente (Ibid.: 38). Então, a teoria postoniana é logicamente coerente e “autorreflexiva” porque *consegue fundamentar a sua possibilidade de existência naquelas condições sociais que critica* (Ibid.). O crítico radical é uma eventualidade contida nas formas sociais burguesas, ou seja, que é explicável por esse contexto categorial. Não se trata de uma exceção associal e a-histórica cuja origem é insondável.⁶¹¹

Por outro lado, esta conceptualização denota a recusa liminar de que a “consciência revolucionária” possa “ser ancorada ontológica ou transcendentalmente (...) em elementos da vida social (...) *supostamente* (...) não-capitalistas” (Ibid., *itálico nosso*). Em outros termos, “a crítica é imanente na medida em que não julga aquilo que «é» com referência a um «deveria ser» (*ought*) transhistórico, quer dizer, uma posição conceptual exterior ao objeto, mas situa o «deveria ser» como possibilidade *imanente* ao desdobramento da” própria “totalidade” contraditória capitalista (Postone & Brick, 1982: 643, *itálico no original*).

Trocando por miúdos, a “transformação” revolucionária ocorrerá se e quando as pessoas “começarem a vislumbrar o que poderia ser” *com base nas contradições e oportunidades daquilo que é* (Postone, 2016a: 504-505). Em suma, o entendimento da emancipação como negação “determinada” indica que “qualquer ordem futura, mesmo uma fundamentalmente diferente do nosso presente, *apenas pode ser fundamentada nas tensões, possibilidades e lutas do presente*” (Postone, 1998a: 380, *itálico nosso*), nunca em esquemas utópicos *abstratos*.

Qual deverá ser, na ótica de Postone, o papel da teoria no âmbito desta crítica imanente? Antes de tudo, compete-lhe “analisar as estruturas de dominação abstrata” peculiares da modernidade e denunciar estas formas sociais de fetiche como as causas derradeiras da heteronomia caracterizadora do capitalismo (Postone, 2003d/1993: 127). Para além disso, tem de contrabalançar a tendência nefasta para o falso pragmatismo dos “ativistas” que somente querem “fazer algo” (Postone, 2014a: 60). Todavia, justamente

⁶¹¹ Conforme sucede nos casos da teoria estruturalista de Althusser e da teoria pós-estruturalista de Foucault, por exemplo.

porque sabe que não é autossuficiente nem onipotente, a teoria deve abster-se de providenciar um manual de instruções detalhado para a construção do socialismo e, em vez disso, procurar iluminar os becos sem saída de certas práticas pretensamente anticapitalistas:

“[U]m dos papéis desejáveis da teoria, e isto parece bastante modesto mas é deveras importante, é demonstrar quais os caminhos que estão claramente errados. (...) Portanto, uma das tarefas mais importantes da teoria tem talvez menos a ver com a indicação exata do caminho para a revolução do que com a elucidação dos caminhos que não conduzem à transformação emancipatória.” (Postone, 2016a: 510-511)

Abdicando conscientemente de aspirações megalómanas, Moishe Postone propõe que a teoria crítica seja essencialmente “um guia *negativo* (...) que possa dizer «isto não conduz a lado nenhum», ou «isto acarreta aquele perigo», ou «estas são algumas das consequências imprevistas»” das práticas opostas (Postone, 2009c: 330, *italico* nosso).

6.7.3.2 – Apropriação do tempo histórico e nova forma de vida social

Na perspectiva de Moishe Postone a “negação (...) determinada do capitalismo” envolverá a “apropriação do tempo histórico” (Postone, 2003d/1993: 358 e 363). A tarefa que se coloca à humanidade é, portanto, a “reapropriação” dos “poderes”, do “conhecimento” e das “capacidades socialmente gerais” que “foram constituídos historicamente numa forma alienada” – a saber, “como capital” (Ibid.: 31 e 357).

É patente que Postone recupera uma ideia avançada nos *Grundrisse*: “longe de conceber o socialismo como a vitória do trabalho vivo sobre o trabalho morto, Marx entende o trabalho morto (...) como o locus da possível emancipação” (Ibid.: 256). As “forças de produção” – nomeadamente a maquinaria e a automação – encerram um “*potencial emancipatório*”, porquanto, “uma vez libertas da sua forma determinada pelo capital, permitiriam abolir o trabalho alienado” (Postone & Brick, 1976: 20, *italico* no original).

A suplantação do capitalismo exige a superação da forma *social* fetichista da sua (re)produção (Postone, 2003d/1993: 28). Isso implica, antes de tudo, justamente “a *abolição*” do “trabalho e do seu caráter peculiar socialmente sintético” (Postone & Brick, 1982: 639, *italico* no original; cf. Postone, 1985b: 240; Postone, 2003d/1993: 198).⁶¹² E requer, obviamente, a “abolição do valor” constituído pelo trabalho como “forma” geral “de riqueza” e de mediação social (Ibid.: 27; Postone & Reinicke, 1975: 145).

Em suma, a prática emancipatória terá de suprimir o universalismo *abstrato* do capital enquanto “sistema de «dependência objetiva»” e de compulsão *temporal* omnipresente (Postone, 1985b: 237).⁶¹³ O socialismo será a “negação (...) da totalidade”, e jamais a sua “realização” (Postone, 2003d/1993: 79). Quando já não houver “relações fetichistas” de valor não haverá “dialética” nem, conseqüentemente, uma totalidade que se desdobra obedecendo a uma “lógica” alienada (Postone & Reinicke, 1975: 142 e 135).⁶¹⁴

⁶¹² “Nos *Grundrisse*, a superação (...) do trabalho proletário enquanto resultado da contradição crescente entre o trabalho vivo e o trabalho objetivado é apresentada como o momento essencial da superação do capitalismo” (Postone & Reinicke, 1975: 130-131, *italico* no original).

⁶¹³ Evidentemente que Postone não advoga a abolição do “tempo” abstrato ou “newtoniano” *tout court*, mas somente do seu caráter compulsório associado ao “tempo de trabalho socialmente necessário” como padrão normativo objetivo regulador da (re)produção (Postone, 2006d: 13). O autor defende que “é possível lidar com o tempo” abstrato “em termos descritivos, em vez de prescritivos” (Ibid.).

⁶¹⁴ Porém, note-se que, na obra de Postone, a abolição da *totalidade* equivale à supressão da universalidade *abstrata*, e não da universalidade em sentido lato. Ver-se-á mais adiante que o autor sustenta a possibilidade de constituição de uma nova forma de universalidade, respeitadora da particularidade e da diferença, numa sociedade pós-capitalista.

A abolição do trabalho, do valor e do capital permitiria instituir novas formas de vida, de mediação e de (re)produção social (Postone, 2003d/1993: 373; Postone & Brick, 1976: 14; Postone, 1978: 745). Uma vez que a criação de “riqueza deixaria de ser efetuada primariamente” pelo dispêndio de energia humana (Postone, 2003d/1993: 27; cf. Postone, 2012b: 389), a “riqueza material”, concreta reemergiria “como forma social da riqueza” (Postone & Brick, 1982: 638). Neste contexto, marcado pela ausência da *treadmill dynamic*, “o crescimento económico poderia então assumir um carácter distinto, na medida em que os aumentos da riqueza social corresponderiam *diretamente* aos aumentos do *output* material” (Ibid., *itálico nosso*).⁶¹⁵

Emancipadas dos “constrangimentos” absurdos “impostos” pelo capital (Postone, 2003d/1993: 393), as “questões acerca do tipo de bens produzidos, da sua distribuição e da natureza das necessidades que carecem de satisfação seriam decididas *conscientemente*” (Postone, 1985b: 241, *itálico nosso*).⁶¹⁶ Segundo Postone, a “mediação social” adquiriria, pois, uma configuração distinta assente em “formas (...) não-totalizadoras (...) de coordenação e regulação política” (Postone, 2003d/1993: 361 e 80; cf. Postone, 1998a: 382). A teoria marxiana desmente o Leviatã estalinista hipercentralizado, apontando, ao invés, para uma “institucionalização política *não*-estatista da sociedade socialista”, no seio da qual “as decisões (...) seriam tomadas democraticamente” (Postone, 1985b: 242, *itálico nosso*).

O estabelecimento de “um modo de produção tecnologicamente avançado liberto dos imperativos do valor” significaria que, “em vez de serem (...) subsumidas nas suas capacidades produtivas socialmente gerais, as pessoas” utilizá-las-iam “para benefício próprio” (Postone, 2003d/1993: 361). Nomeadamente, seria possível maximizar o “tempo «disponível»”, livre e autodeterminado da “população no seu conjunto” e de cada “indivíduo social” (Ibid.: 375-376). Logo, o socialismo não se limitaria a transformar radicalmente a “estrutura” e o “carácter” da (re)produção, mas promoveria também uma “relação” simbiótica mais harmoniosa entre tempo de atividade e tempo de ócio (Ibid.: 376).

Por último, a superação da “modernidade” capitalista implicaria forçosamente a transcendência daquela forma de razão e de sujeito “*abstratamente* universalista” (Ibid.: 18, *itálico nosso*) que se espalhou “como momento do modo de vida social estruturado pela mercadoria” (Ibid.: 368). Postone acredita ser legítimo pugnar por “outro tipo de generalidade que não seja homogênea (...) e, assim, não se oponha (...) à particularidade” (Ibid.: 367-368). Tratar-se-ia de constituir em conjunto “uma nova forma de universalidade” capaz de “encapsular a diferença” *sem esvaziá-la* (Postone, 2003c: 102), quer dizer, erigir uma “categoria” inaudita de “humanidade” reconhecedora e verdadeiramente respeitadora da “especificidade qualitativa” (Postone, 2006c: 22; cf. Postone, 2018: 26).

Segundo Postone, “o «mero trabalhador» deve tornar-se *«indivíduo social»* – alguém que incorpora em si o conhecimento e potencial humano desenvolvido e expresso pela primeira vez, numa forma alienada, na sociedade” (Postone, 1978: 752, *itálico no original*). Portanto, “a superação da oposição entre indivíduo e sociedade *não envolve* a subsunção daquele nesta” (Ibid., *itálico nosso*). A noção de “indivíduo social” representa a solução para a dicotomia antagónica entre universal e particular, pois “exprime a possibilidade de cada pessoa existir como um ser pleno e ricamente desenvolvido” (Postone, 2003d/1993: 32) no

⁶¹⁵ As consequências ecológicas benéficas desse facto são evidentes: “a produção (...) cessaria de ser (...) um fim em si mesma e passaria a destinar-se ao consumo social”; por conseguinte, “a dominação da Natureza deixaria de exigir a sua exploração brutal e destruição (...), manifestando-se, ao invés, numa regulação cíclica consciente da interação material entre a humanidade e a Natureza” (Postone, 1978: 779).

⁶¹⁶ Por exemplo, teria de ser criado um “modo de distribuição social” alternativo ao “sistema assalariado”, na medida em que deixaria de existir uma “relação necessária” entre o tempo de atividade individual e a massa de “riqueza material” criada (Postone, 2003d/1993: 365). O conhecido aforismo de Marx indica o caminho: “a cada um segundo suas necessidades” (Marx, 2012/1875: 33).

seio da sociedade que constitui *conscientemente* e que, por sua vez, o constitui sem negá-lo.⁶¹⁷

6.7.3.3 – Nova forma de (re)produção material

Os maiores problemas enfrentados pela reapropriação do tempo histórico e das capacidades produtivas gerais criadas sob o capitalismo dizem respeito à forma *material* da (re)produção. A subsunção real implica que os caracteres *concretos* das múltiplas atividades (re)produtivas são meras formas de manifestação do trabalho abstrato e, por isso, são moldados pelas exigências sujeito automático. Logo, também o seu resultado, o valor de uso, possui uma enorme parcela de *identidade* com a lógica abstrata do valor. Eis como Moishe Postone expõe a questão:

“A *produção industrial* é a *materialização do capital* e, enquanto tal, é a materialização *tanto* das forças *como* das relações de produção na sua interação dinâmica. (...) Enquanto momento da dialética do capital, a dimensão do valor de uso – aquela da acumulação do tempo histórico, do conhecimento e forças socialmente gerais – não é idêntica nem completamente independente da dimensão abstrata do valor; em vez disso, a dimensão do valor de uso é moldada pela dimensão abstrata do valor na sua interação mútua. Isto significa, por um lado, que embora a totalidade seja necessariamente alienada, não é unidimensional (...). Por outro lado, sugere que a forma em que a dimensão do valor de uso foi constituída historicamente não é independente do capital”. (Ibid.: 352, *itálico no original*)

O aparelho industrial e a maquinaria não são, pois, imediata e completamente apropriáveis na sua forma presente. De acordo com o autor, é preciso “separar (...) a dimensão emancipatória das possibilidades geradas pelo capitalismo das formas não ou anti-emancipatórias nas quais foram geradas” (Postone, 2009f: 106). Por um lado, a parcela de *não-identidade* da (re)produção concreta é suscetível de aproveitamento, de maneira a que “aquilo que foi constituído como dimensão alienada do valor de uso do trabalho social pudesse existir noutra forma” (Postone, 2003d/1993: 360).

Porém, a abolição do valor de uso, e a correspondente reapropriação do tempo histórico, envolve sobretudo a “transformação” radical das forças produtivas, ou seja, da “forma *material* da produção” (Postone, 1978: 748, *itálico nosso*), de sorte que “não apenas a finalidade da produção maquinal será diferente, como as próprias máquinas serão diferentes” (Postone & Reinicke, 1975: 144).⁶¹⁸ Este revolucionamento das disposições técnicas, tecnológicas e organizacionais equivale à superação do “modo de produção industrial” (Postone & Brick, 1976: 19; cf. Postone & Reinicke, 1975: 144; Postone & Brick, 1982: 639; Postone, 2003d/1993: 33).

Portanto, a abolição do trabalho não se refere somente à sua dimensão abstrata, mas também ao “*trabalho concreto feito pelo proletariado*” (Postone, 1978: 749, *itálico no original*). Segundo Postone, “as qualidades *específicas* do trabalho executado sob o capitalismo serão abolidas” (Postone & Reinicke, 1975: 143-144, *itálico nosso*), mormente a opressão, a unilateralidade, a fragmentação e o esvaziamento (Postone, 2003d/1993: 28; Postone, 2009c: 318). Consequentemente, a clivagem “entre trabalho manual intelectual” será suprimida (Postone, 1978: 751). Não através da “mera fusão dos dois polos antinômicos”

⁶¹⁷ Relembre-se a célebre passagem do *Manifesto* em que Marx define o comunismo como “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Marx & Engels, 2007/1848: 59).

⁶¹⁸ “É impossível, evidentemente, descrever as formas concretas de uma tecnologia nova, pois a invenção de maquinaria correspondente a novas relações de produção só começa a verificar-se quando essas relações se constituem realmente na prática (...) e se generalizam” (Bernardo, 1977b: 284).

existentes na modernidade burguesa, mas mediante “uma nova síntese” capaz de superar “cada um destes polos” (Ibid., *itálico nosso*).

Finalmente, a “transformação *qualitativa* (...) da estrutura da produção social” e do cariz das atividades individuais (Postone, 2003d/1993: 362, *itálico no original*) refletir-se-á na *inversão* da relação entre produção e consumo. No capitalismo, como é sabido, “a produção social” de mais-valia “*é um fim em si mesma, enquanto o indivíduo trabalha com vista a consumir*” – i.e., para obter um salário (Postone, 1978: 750, *itálico no original*). A “negação” determinada deste estado de coisas será uma associação “*em que a produção social*” de riqueza material “*se destina ao consumo*”, ou seja, à satisfação de necessidades concretas conscientemente deliberadas pelas pessoas, enquanto o exercício das atividades individuais “*é suficientemente satisfatório para ser um fim em si mesmo*” (Ibid., *itálico no original*).

6.7.3.4 – Súmula: contingência, necessidade e liberdade

Segundo a leitura de Moishe Postone, a teoria da história do Marx maduro não é linear nem teleológica. Nos milhares de anos que antecedem o capitalismo, as sociedades humanas representam outras tantas “histórias” de cariz “contingente” (Postone, 2003d/1993: 377). Carecendo de um desenvolvimento *dinâmico* e totalizador, os respetivos modos de existência são caracterizados pela enorme constância, quer dizer, por uma reprodução *cíclica* que apenas excecionalmente está sujeita a mudanças de fundo.

É com o advento do modo de (re)produção capitalista que surge um “movimento” da “História” – com “h” maiúsculo – regido por “uma dinâmica *necessária*, crescentemente global e direcional constituída por formas sociais alienadas” (Ibid., *itálico nosso*). Uma série de binómios *contraditórios* – valor de uso/valor, trabalho concreto/trabalho abstrato e processo de (re)produção material/processo de valorização – dá origem à denominada *treadmill dynamic* ou dialética de transformação e reconstituição. Esta encerra uma “relação” peculiar “entre passado, presente e futuro” (Ibid.).

Constatou-se no decurso deste capítulo que, na modernidade, “o tempo histórico objetivado é acumulado numa forma alienada” – o capital –, reconstituindo-se assim em permanência a necessidade do “presente” fetichista, ou seja, do dispêndio tautológico de força de trabalho humana socialmente sintético (Ibid.). Porém, através do revolucionamento contínuo das forças produtivas, dos atributos da (re)produção social e do modo de vida individual e coletivo, a “acumulação do passado (...) entra em tensão crescente com a necessidade do presente e torna possível um (...) futuro” emancipado (Postone, 2003c: 104; cf. Postone, 2004a: 65). Em outros termos, o próprio facto de esta “totalidade” ser “contraditória” aponta immanentemente para a sua *desnecessidade* porvindoura (Postone, 1978: 769).

A parcela de *não-identidade* do valor de uso abre a possibilidade de “apropriação da história” numa forma “não-alienada” (Postone, 2003d/1993: 377; Postone, 1978: 769) que conduza o anacronismo do trabalho às suas últimas consequências *abolindo-o*. As capacidades produtivas ciclópicas e os conhecimentos gerais adquiridos pela humanidade poderiam instituir, pela primeira vez, uma condição de “liberdade histórica” em que “os indivíduos associados fizessem a sua própria história” conscientemente e se emancipassem de formas de dominação temporais quasi-objetivas (Postone, 2003d/1993: 382).⁶¹⁹

⁶¹⁹ Impõe-se a seguinte chamada de atenção: “a liberdade histórica envolve a superação do trabalho alienado, da «segunda natureza» – quer dizer, da necessidade histórica” associada ao modo de (re)produção burguês (Postone, 1978: 769) Todavia, “não acarreta a superação da necessidade «natural» (...) pois a mediação entre os seres humanos e a Natureza continua a existir” (Ibid.). A abolição do trabalho consiste na supressão de uma forma específica de mediação do metabolismo com a Natureza, e não da mediação social *tout court* (que seria uma impossibilidade lógica).

Em suma, a interpretação postoniana de Marx preconiza que “*a história deve (...) ser entendida como um movimento desde a contingência*” pré-capitalista “*até uma necessidade*” especificamente moderna “*de cariz contraditório que torna a liberdade histórica*” pós-capitalista “*numa possibilidade*” (Postone, 1978: 769, itálico no original). Evidentemente que “a noção de um futuro fundamentalmente diferente enquanto *possibilidade* determinada imanente ao presente não deve ser confundida com a questão da *probabilidade* de uma transformação fundamental” (Postone, 1998a: 380, itálico no original). Conforme se denota na passagem que serve de epígrafe a esta secção, nos últimos anos de vida Postone revela-se bastante pessimista quanto à *efetivação* dessa possibilidade: ela é uma probabilidade remota.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 7 – Na senda do Marx esotérico: a teoria social de Robert Kurz⁶²⁰

“Quem traz a luz do conhecimento a um sistema de funcionamento cego sofre rejeição, difamação e hostilidade por parte daqueles que se agarram à pretensa segurança de categorias e estratégias de ação familiares”. (Böttcher, 2012: 2)

7.1 – Introdução: breves apontamentos biobibliográficos

Robert Kurz nasceu em 1943 na cidade de Nuremberga, “onde permaneceu a sua vida inteira” (Jappe, 2014b: 396).⁶²¹ Em termos políticos, o autor começa por militar no “movimento pacifista dos anos 60” (Barreira & Gomez, 2018a: 9). Posteriormente, participa na “revolta estudantil” germânica, que atinge o seu clímax em 1968, e nos amplos debates promovidos pela Nova Esquerda (Jappe, 2014b: 396). Embora tenha cursado História, Filosofia e Pedagogia, Kurz abandona os seus estudos “sem nenhum título académico” e assegura a subsistência exercendo profissões tão diversas como taxista (Botelho, 2009: 261) ou técnico no turno da noite de um periódico (Jappe, 2014c: 27; cf. Barreira & Gomez, 2018a: 9).

Moishe Postone relembra que, ao contrário do que sucedeu em França e nos Estados Unidos da América, a debacle do movimento estudantil na Alemanha não provocou o desaparecimento da Nova Esquerda, que “reteve a sua importância enquanto força social e cultural” ao longo do decénio subsequente (Postone, 1985c: 26). Um produto direto desta efervescência intelectual foi o surgimento, no início dos anos 70, dos denominados *K-Gruppen* – “pequenos partidos e organizações comunistas regionais” (Kurz, 2018a/1986: 45n4) de “orientação” predominantemente “maoísta” (Scholz, 2017: 476n1).⁶²²

À semelhança da maior parte dos futuros impulsionadores da Nova Crítica do Valor em solo germânico (Robinson, 2018: 784), Robert Kurz milita numa dessas organizações, a KABD (Liga Comunista dos Trabalhadores Alemães), durante vários anos (Kurz, 2018a/1986: 45n4). Porém, em 1978 rompe polemicamente com a KABD e publica a sua primeira obra, intitulada *Vanguarda ou retaguarda? – Uma Crítica da Decadência Política do Movimento Marxista-Leninista* (Barreira & Gomez, 2018a: 9).⁶²³

Almejando contrariar o “declínio” da “onda neomarxista” no Velho Continente e o avanço galopante das “abordagens pós-modernas”, especialmente na “esquerda académica” (Lohoff & Trenkle, 2018: 1), Kurz é um dos fundadores da publicação *Novo Fluxo* (*Neue Strömung*) no início da década de 1980 (Larsen *et al.*, 2014: xix). Ainda um epifenómeno do processo de “decomposição do movimento marxista-leninista” alemão (Barreira & Gomez, 2018a: 9; cf. Crítica Marxista, 2018b/1986: 132), esta revista de índole teórica congrega pessoas provenientes de várias organizações: sobretudo ex-membros dos *K-Gruppen* maoístas, mas também de partidos trotskistas e, inclusive, de um grupo influenciado pelo *operaísmo* (Larsen *et al.*, 2014: xix).

No ano de 1984 ocorre finalmente a “rutura” definitiva com o marxismo tradicional: Robert Kurz e outros dissidentes do *Novo Fluxo* criam “o fórum de discussão teórica *Initiative Marxistische Kritik*” (Barreira & Gomez, 2018a: 9). Em 1986 encontra-se nos escaparates o primeiro número da “revista” homónima *Marxistische Kritik* (*Crítica Marxista*)

⁶²⁰ Apesar de não serem citados nem referenciados no texto, a redação deste capítulo beneficiou da leitura de: Barreira & Gomez (2018b), Guigou & Wajnsztein (2004), Kurz (1998) e Ruiz (2017).

⁶²¹ As informações biográficas acerca de Kurz são escassas, pelo que, ao contrário do que sucedeu em 5.1 e 6.1, esta introdução versará quase exclusivamente sobre os aspetos nucleares do seu pensamento.

⁶²² Cf. Daprich (2013) para um estudo exaustivo dos *K-Gruppen*.

⁶²³ Não traduzida e uma autêntica raridade em alfarrabistas internautas.

(Ibid.; cf. Jappe, 2014c: 26). Nesse volume, Kurz assina um longo ensaio intitulado “A Crise do Valor de Troca” (vd. Quadro 7.1), onde expõe os fundamentos da sua teoria da crise, mormente a noção de um limite interno absoluto como barreira inultrapassável pelo capital.

Quadro 7.1 – Cronologia dos principais escritos de Robert Kurz⁶²⁴

Data	Título
1986	“A Crise do Valor de Troca: Força produtiva ciência, trabalho produtivo e reprodução capitalista”
1991	“A Honra Perdida do Trabalho – O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica”
1991	<i>O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial</i>
1993	<i>O Retorno de Potemkin – Capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha</i>
1993	“Dominação Sem Sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora”
1994	“O Fim da Política – Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria”
1995	“O Pós-marxismo e o Fetiche do Trabalho – Sobre a contradição histórica na teoria de Marx”
1995	“A Ascensão do Dinheiro aos Céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”
1997	<i>Os Últimos Combates</i>
1997	“Antieconomia e Antipolítica – Sobre a reformulação da emancipação social após o fim do «marxismo»”
1999	<i>Manifesto Contra o Trabalho (com Lohoff e Trenkle)</i>
2001	<i>Lire Marx – Les textes les plus importants de Karl Marx pour le XXI^e siècle</i>
2003	<i>A Guerra de Ordenamento Mundial – O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização</i>
2002	“Razão Sangrenta – 20 teses contra o chamado Iluminismo e os «valores ocidentais»”
2003	“Ontologia Negativa – As eminências pardas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade”
2003	“Tabula Rasa – Até onde é desejável, obrigatório ou lícito que vá a crítica ao Iluminismo?”
2004	“A Substância do Capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira parte.”
2004	<i>Com Todo o Vapor ao Colapso</i>
2005	“A Substância do Capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Segunda parte.”
2006	“A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (1 ^a série)”
2006	“A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (2 ^a Série)”
2007	“A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (3 ^a Série)”
2007	“Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria – O problema da práxis como <i>evergreen</i> de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas”
2010	“Não há Leviatã que vos salve – Teses para uma teoria crítica do Estado. Primeira parte”
2011	“Não há Leviatã que vos salve – Teses para uma teoria crítica do Estado. Segunda parte”
2012	<i>Dinheiro Sem Valor – Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política</i>
2015	<i>Poder Mundial e Dinheiro Mundial – Crônicas do capitalismo em declínio</i>

Provido de um “estilho brilhante, vigoroso e frequentemente polêmico” (Ibid.), o autor assume-se desde a origem como a “figura central” do grupo (Scholz, 2017: 477; cf. Larsen *et al.*, 2014: xi). No entanto, à margem do mundo acadêmico por opção própria (Barreira & Gomez, 2018a: 9), este “não possuía” virtualmente “nenhuma estrutura formal, funcionado através de círculos concêntricos: para além do comitê editorial” – radicado em

⁶²⁴ Três obras importantes de Robert Kurz não foram ainda traduzidas: *O Livro Negro do Capitalismo* (1999), *A Ideologia Anti-Alemã* (2003) e *O Capital Mundial* (2005). Cf. Anexo 3 para os índices detalhados desses livros.

Nuremberga –, “havia um círculo primário de colaboradores que se reuniam várias vezes por ano” e, finalmente, “conferências temáticas bianuais abertas ao público” (Jappe, 2014c: 27).

Todos os integrantes do coletivo *Crítica Marxista* partilham, na esteira de Adorno, a mesma posição crítica em relação ao imediatismo praticista e inconsequente, prevalecente no marxismo do movimento operário, que culmina na “hostilidade aberta à teoria” (*Crítica Marxista*, 2018a/1986: 125). Contrariando os epígonos, o grupo defende intransigentemente a legitimidade e a autonomia da “elaboração teórica” (Lohoff & Trenkle, 2018: 1). Do seu ponto de vista, a “reformulação bem-sucedida da oposição ao sistema” capitalista requer “uma teoria social crítica à altura do seu tempo”, capaz de superar as “abordagens anacrônicas” tradicionais (Ibid.).

É a partir da criação da revista *Crítica Marxista* que a teoria de Kurz e dos seus companheiros adota “o rótulo de «crítica do valor»” (*wertkritik*) (Kurz, 2012b: 3). O autor explica que a razão desta autoimagem se prende com a definição marxiana do capitalismo como um “modo de produção baseado no valor” (Ibid.). Assim, o grupo procura empreender uma crítica radical do “contexto basilar formal e funcional deste modo de produção *e de vida*, tal como (...) se apresenta nas categorias do trabalho abstrato, da forma do valor e da mercadoria, do dinheiro, do capital (valorização do valor como «sujeito automático»), do mercado e do Estado” (Ibid., *italico* nosso).

Aos seus olhos, esse espantoso categorial configura uma “relação fetichista autonomizada” (Ibid.) face aos seres humanos. Por conseguinte, não surpreende que, nos sete números de *Crítica Marxista* publicados autonomamente até 1989 (Jappe, 2014c: 26; Larsen *et al.*, 2014: xix),⁶²⁵ o projeto da “crítica da economia política de Marx”, plasmado nas suas teorias do “valor” e do “fetichismo”, seja alvo de apropriação e desenvolvimento e adquira uma importância fulcral (Lamas, 2011: 1; cf. Jappe, 2014c: 27).

Isso é evidente nos longos ensaios de Robert Kurz, publicados ao longo de 1987 nos números 2, 3 e 4 da revista, intitulados “A Dominação das Coisas Mortas” (duas partes) e “Trabalho Abstrato e Socialismo”. O autor denuncia o caráter *negativo* do trabalho abstrato como dispêndio autotélico de energia humana e a dominação impessoal que impõe (Lohoff & Trenkle, 2018: 4). Posteriormente, no artigo “O Fetiche da Luta de Classes”, redigido com Ernst Lohoff e publicado em 1989 no número 7 de *Crítica Marxista*, é atacada a prioridade (onto)lógica concedida pelo marxismo tradicional ao conflito classista. As classes não são “atores” sem pressupostos, mas “sujeitos coletivos (...) constituídos” socialmente “pelo movimento do valor” (Jappe, 2014d: 55). Dado que trabalho e capital são tão-somente “dois diferentes «estágios de agregação» da mesma substância” fetichista (Jappe, 2014c: 29), o proletariado – enquanto portador funcional do primeiro – não está misteriosamente acima da socialização burguesa nem é um sujeito “necessariamente fadado a superá-la” (Ibid.: 27).⁶²⁶

Nos ensaios “A Crise do Valor de Troca” (cf. Kurz, 2018a/1986), já aludido atrás, e “Tudo sob Controle no Navio a Pique” (cf. Kurz, 2018c/1989) é enunciada a teoria do limite interno inexorável do capital na sequência da denominada 3ª Revolução Industrial. A “microeletrônica” introduz um potencial de crise qualitativa e quantitativamente inaudito, porquanto a “automação” é eminentemente racionalizadora (Lohoff & Trenkle, 2018: 9). A sua disseminação acarreta a eliminação *absoluta* do trabalho vivo *produtivo* que, por sua vez, provoca a queda da “massa” de mais-valia social (Ibid.: 5). Todavia, o “colapso” do modo de (re)produção capitalista não conduz espontaneamente à “emancipação”: na ausência da intervenção coletiva consciente dos seres humanos, verificar-se-á apenas uma decomposição bárbarica das estruturas sociais (Jappe, 2014c: 27).

⁶²⁵ Ou, para usar termos atuais, em regime *do it yourself*.

⁶²⁶ Infelizmente, nenhum dos quatro artigos mencionados foi traduzido. Afortunadamente, estas questões são retomadas e devidamente aprofundadas em numerosos escritos posteriores já vertidos para português.

Data igualmente da década de 1980 (cf. Kurz, 1984) a “classificação” abrangente da modernidade “como um «sistema produtor de mercadorias», (...) que inclui tanto as sociedades capitalistas ocidentais como o «socialismo real»” (Lamas, 2011: 1). À luz da sua derrocada,⁶²⁷ a URSS será objeto de uma análise detalhada em *O Colapso da Modernização*. De acordo com a (re)interpretação de Kurz, as experiências do socialismo real foram, na verdade, episódios de modernização recuperadora na periferia atrasada do mercado mundial. Longe de superarem, esses regimes estatistas constituíram – sob a chancela ideológica do comunismo – as categorias capitalistas basilares através de um processo autárcico de acumulação primitiva.

Porém, substituindo-se completamente à concorrência, a direção central agravou as irracionalidades do capitalismo e suprimiu a dinâmica impulsionadora do progresso técnico, acabando por ser derrotada na concorrência global durante a década de 1980. O elo mais fraco quebrou em primeiro lugar, mas Kurz considera que é uma questão de tempo até o marasmo atingir os países ocidentais avançados: em vez da doença, morrerão da cura. A contradição em processo contida na microeletrônica implica a superfluidez da substância laboral do sujeito automático, pelo que ninguém será poupado. A crise é, na verdade, aquela da *modernização* enquanto modo de vida sobrejacente baseado na forma social fetichista do capital.

Esta obra de 1991 tem um enorme impacto, conforme atestam os 20 000 exemplares “rapidamente” vendidos na Alemanha (Jappe, 2014d: 53). A publicação imediata e bem-sucedida da tradução portuguesa no Brasil⁶²⁸ granjeia ao seu autor uma notoriedade internacional assinalável (Homs, 2015a: 1; Lamas, 2018: 16).⁶²⁹ De facto, Kurz torna-se “publicista autónomo e colaborador de vários jornais na Alemanha e em outros países” (Barreira & Gomez, 2018a: 9),⁶³⁰ conseguindo finalmente dedicar-se à teoria a tempo inteiro.

Em Dezembro de 1990, no seu número 8/9, a revista *Crítica Marxista* é rebatizada *Krisis – Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria* e encontra finalmente uma casa editorial formal (Grupo Krisis, 2003: 11; Jappe, 2014c: 26; Larsen *et al.*, 2014: xix). O núcleo duro dos membros do Grupo Krisis era, então, constituído por Robert Kurz, Peter Klein, Ernst Lohoff, Norbert Trenkle e Roswitha Scholz (Jappe, 2014c: 26) Nenhum deles pertencia ao mundo académico (Ibid.: 26-27).

A razão para a mudança de nome prende-se com o facto de o Grupo Krisis já não considerar a sua “posição (...) como «marxista»” na aceção corrente (Lohoff & Trenkle, 2018: 4). Continuando a reclamar a herança de Marx, pretendiam distanciar-se definitivamente do marxismo do movimento operário e dos inúmeros equívocos deste (Ibid.). Lohoff e Trenkle confessam que nessa altura, em face do colapso do socialismo real, acalentavam esperanças de que o “marxismo tradicional” fosse enterrado e cedesse lugar, na esquerda, a “uma renovação da crítica fundamental do capitalismo” capaz de colocar no horizonte “uma transformação social radical” (Ibid.: 4 e 5). Por outras palavras, almejavam que a velha crítica baseada nas “relações de classe” fosse amplamente substituída pela crítica do fetichismo e que a mesma despoletasse uma práxis autenticamente emancipatória; algo que, “infelizmente”, não aconteceu (Ibid.: 4 e 5).

⁶²⁷ Que, segundo Ernst Lohoff e Norbert Trenkle, já tinha sido prevista pelo grupo “em meados da década de 1980” com base na sua “teoria da crise” (Lohoff & Trenkle, 2018: 5).

⁶²⁸ No final dos anos 90, a tradução portuguesa tinha alcançado a 5ª edição. O livro foi recentemente traduzido para espanhol (2016) e italiano (2017).

⁶²⁹ A grande influência de Kurz no Brasil explica-se, em parte, pela publicação de *O Retorno de Potemkin* (1993) e de *Os Últimos Combates* (1997), que reforçaram o sucesso alcançado com *O Colapso da Modernização*. Além disso, o site <http://obeco.planetaclix.pt/>, sob os auspícios de José Neves e Boaventura Antunes em Lisboa, foi igualmente “crucial para a divulgação” da Nova Crítica do Valor no mundo lusófono (Nascimento, 2015a: 36; cf. Nascimento, 2014a: 8), disponibilizando centenas de textos sabiamente traduzidos.

⁶³⁰ Destaca-se, nomeadamente, a importante colaboração mensal com a *Folha de São Paulo* durante vários anos.

Deve salientar-se, contudo, que, ao contrário de Moishe Postone, Robert Kurz e o Grupo Krisis não absolvem completamente Marx do triste destino sofrido pela sua teoria na pena e na prática dos epígonos. Recorrendo novamente ao testemunho de Lohoff e Trenkle: “percebemos que as visões (...) do marxismo tradicional não remontavam simplesmente a uma interpretação errônea da obra de Marx, mas estavam, pelo menos parcialmente, contidas (...) nela” (Ibid.: 6). Na ótica da *Krisis*, pode-se falar de um “*duplo Marx*” em virtude da ambiguidade que perpassa “toda” a sua teoria (Lamas, 2011: 3, *itálico no original*).

É no livro *Lire Marx* (2001) que Kurz expõe esta noção de modo mais coerente. O denominado Marx *exotérico* é um defensor acérrimo da “modernização” que alça o “desenvolvimento das forças produtivas” materiais e/ou a “luta de classes” ao papel de motor(es) da “história” (Lohoff & Trenkle, 2018: 6). Além disso, o “trabalho” surge como uma categoria “positiva” e, inclusive, ontológica que deverá ser a âncora da emancipação (Ibid.). Neste âmbito, Marx apresenta-se como “um partidário do movimento operário que lutava pelo reconhecimento social *no interior*” da sociedade capitalista (Lamas, 2011: 3-4, *itálico no original*). O marxismo tradicional, nas suas múltiplas índoles (leninismo, estalinismo, trotskismo, maoísmo, etc.), apropriou-se sobretudo desta parcela teórica *exotérica*, transformando-a num dogma férreo (Larsen *et al.*, 2014: xlv).

Por outro lado, o chamado Marx *esotérico* é um “crítico do fetichismo (...) enquanto forma social inconsciente partilhada” por burgueses e operários (Lamas, 2011: 3). O seu foco incide, pois, sobre as categorias “básicas do modo de produção capitalista, nomeadamente mercadoria, valor, dinheiro e trabalho abstrato” (Jappe, 2014c: 27). De acordo com esta perspetiva, o capitalismo é uma “*totalidade negativa*” (Lamas, 2011: 3, *itálico no original*), quer dizer, um *sistema* de funcionamento cego cuja dominação é anónima e impessoal (Jappe, 2014c: 27).

A parcela teórica *esotérica* “envolve (...) uma crítica *categorial* do capitalismo” que, porém, “permanece inacabada no seio da obra de Marx” (Larsen *et al.*, 2014: xlv, *itálico nosso*). Robert Kurz e os restantes membros do Grupo Krisis rejeitam o Marx *exotérico* e assumem justamente a tarefa de desenvolver as proposições contidas no núcleo *esotérico* do seu pensamento, por considerarem que só este conserva a validade para analisar o capitalismo de crise contemporâneo. Consequentemente, nos escritos kurzianos há “continuidade e rutura em relação à teoria de Marx” (Lohoff & Trenkle, 2018: 7). A Crítica do Valor é uma crítica literalmente “radical” que ataca os fundamentos do modo de (re)produção capitalista, “e não apenas” a sua configuração “neoliberal” (Jappe, 2014c: 32).

Em “A Honra Perdida do Trabalho” (1991), “O Pós-marxismo e o Fetiche do Trabalho” (1995), *Manifesto Contra o Trabalho* (1999)⁶³¹ e “A Substância do Capital” (2004 e 2005),⁶³² o conceito de trabalho é sucessivamente alvo de uma (re)elaboração exaustiva. Kurz realça: i) A redução prática apriorística – simultaneamente social e fisiológica – envolvida no trabalho abstrato; ii) A tautologia do dispêndio de energia humana como absurdo fim em si socialmente sintético, na qualidade de substância do valor; iii) A indiferença da produção burguesa relativamente aos conteúdos qualitativos que se repercute negativamente nos caracteres *concretos* das atividades e dos produtos. Ademais, o trabalho constitui a *economia* como *espaço-tempo abstrato desincrustado* da valorização. Na perspetiva de Kurz, o “trabalho enquanto tal” é uma “forma” de atividade socialmente *mediadora* exclusiva da modernidade capitalista e, por isso, “historicamente específica” (Lohoff & Trenkle, 2018: 6; cf. Larsen *et al.*, 2014: xviii).⁶³³

⁶³¹ O *Manifesto* foi traduzido para espanhol (2002), francês (2002), português (2003) e italiano (2003).

⁶³² As duas longas partes que compõem o ensaio “A Substância do Capital” foram traduzidas e publicadas como livro em inglês (2016) e francês (2019).

⁶³³ Bruno Lamas salienta pertinentemente que na década de 1990 ainda subsiste uma certa ambiguidade em torno da historicidade do trabalho na obra de Robert Kurz, o que é atestado pela utilização frequente do termo

Em “A Ascensão do Dinheiro aos Céus” (1995), *Os Últimos Combates* (1997), *A Guerra de Ordenamento Mundial* (2003),⁶³⁴ *Com Todo o Vapor ao Colapso* (2004), “A Substância do Capital” (2004 e 2005), *Dinheiro Sem Valor* (2012) e *Poder Mundial e Dinheiro Mundial* (2015), Robert Kurz desenvolve pormenorizadamente a sua teoria da crise. Esta engloba, esquematicamente, os seguintes momentos: i) A “divergência” insanável entre “valor” e “riqueza (...) material”, em virtude da já mencionada eliminação do trabalho pela 3ª Revolução Industrial (Robinson, 2018: 792); ii) Essa de-substanciação do valor implica a queda da massa de mais-valia social e significa que foi atingido o limite interno absoluto do capital (Lamas, 2011: 6); iii) O funcionamento mistificador da concorrência explica e, na verdade, *impõe* a automação racionalizadora aos capitais individuais como estratégia de sobrevivência; iv) Na sequência da terciarização verifica-se o aumento *relativo* do trabalho improdutivo; v) Perante a incapacidade crescente de se valorizar na economia real, o capital lança-se furiosamente na esfera financeira, onde *simula* a sua acumulação sob a forma de capital fictício. No entanto, os artifícios especulativos apenas protelaram a manifestação da crise estrutural nos países do centro, conforme se comprovou em 2009.⁶³⁵

Em “O Fim da Política” (1994) e “Não há Leviatã que vos salve” (2010 e 2011), Kurz apresenta a sua posição acerca da instância político-jurídica. Os produtores privados independentes que compõem a sociedade capitalista necessitam de um conjunto de normas abstratas gerais capaz de amortecer o entretchoque dos seus interesses concorrenciais antagónicos. Ademais, compete ao Estado, enquanto capitalista coletivo ideal, velar pelo interesse geral e, em particular, assegurar o cumprimento dos pré-requisitos infraestruturais e institucionais da acumulação. Finalmente, a política carece de autonomia porque todas as suas medidas têm de ser financiadas, quer dizer, dependem da tributação de um processo de valorização levado a bom porto. A crise da economia é, portanto, a crise da política.

Em 1992, Roswitha Scholz publica, no número 12 da revista *Krisis*, o artigo seminal intitulado “O Valor é o Homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos” (cf. Scholz, 1996/1992). Neste ensaio propõe os rudimentos daquela que se tornará, na década de 2000, a teoria do valor-dissociação e que realça “a centralidade das relações de género” para a reprodução (macros)social do “capitalismo” (Larsen *et al.*, 2014: xxiv). Segundo Scholz, a modernidade assenta numa cisão de cariz sexual: “a esfera pública”, estruturalmente conotada como “*masculina*”, que engloba o “trabalho abstrato”, o capital e o “Estado”, (pressu)põe a “*dissociação*” da “esfera privada”, estruturalmente conotada como “*feminina*”, que encerra o trabalho doméstico, a educação dos filhos, os cuidados com os idosos, etc. (Robinson, 2018: 788, *italico* nosso).

Portanto, a (re)produção oficial das relações de “valor depende necessariamente da produção constante de um «outro» cindido, inscrito como feminino, no qual são externalizados todos” os momentos não exprimíveis em termos da “racionalidade mercantil” (Lohoff & Trenkle, 2018: 7), mas que se revelam as suas (pré-)condições *sine qua non*

“entre aspas” quando se refere às sociedades pré-modernas (Lamas, 2018: 21). Assim, “sendo certo que o estatuto eterno e ontológico do trabalho é (...) recusado e criticado, por outro lado, a categoria não deixa de aparecer como qualquer coisa de historicamente abrangente, aplicável com graus de validade diferentes nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas” (Ibid.: 21-22). Esta aporia é definitivamente resolvida – na minha opinião, de modo satisfatório – no último ensaio mencionado no começo deste parágrafo: “A Substância do Capital” (cf. Kurz, 2004a; 2005a; 2016/2004-05). Abordarei o assunto detalhadamente em 7.3, 7.4 e 7.5.1.

⁶³⁴ Este livro contém também uma teorização importantíssima e *original* do imperialismo. Todavia, a exposição adequada da argumentação rica e complexa de Kurz colidiria com os limites temporais e dimensionais impostos pela redação da presente tese. Conto, porém, analisar a questão num artigo futuro. Note-se, ainda, que a obra em causa foi parcialmente traduzida para francês (2018).

⁶³⁵ A teoria da crise kurziana será exposta exaustivamente em 7.6.

(Robinson, 2018: 788). O capitalismo é, pois, “uma totalidade (...) *quebrada* e incoerente que nunca pode bater certo” (Lamas, 2011: 7, *itálico nosso*). A dissociação é simultaneamente sinónima de hierarquização, porquanto o domínio feminino e os seus portadores são *subalternizados* socialmente. Scholz realça a “*conexão constitutiva interna* entre dominação masculina e sociedade capitalista” (Lohoff & Trenkle, 2018: 7, *itálico nosso*).

Conforme observa Robert Kurz, ao propor que “a moderna relação de género” seja entendida “como determinação (...) fundamental” da matriz burguesa, a autora introduz uma “modificação decisiva” na crítica do valor até então professada, estendendo-a “para lá da tematização do contexto da forma da economia política” em sentido estrito (Kurz, 2012b: 4). Porém, se Kurz aceitou sem reticências – de maneira surpreendente, pelo menos para Scholz (cf. 2017: 477) – esta transformação, o mesmo não sucedeu com os restantes membros do Grupo Krisis. Numa associação “predominantemente masculina”, a tese da autora gerou “conflitos intensos” a “nível conceptual” e “pessoal” (Lamas, 2011: 2).

Contrariando a *co-constituição* “dialética” da totalidade por valor e dissociação sugerida por Scholz, a maioria dos integrantes defendia que a dissociação devia ser derivada *unilateralmente* do valor e que, por isso, lhe estava “categorialmente subordinada” (Scholz, 2017: 478). Roswitha Scholz trilhou então um caminho solitário durante a década de 1990. Ao passo que os “críticos do valor androcêntricos” relegavam a dissociação para segundo plano, Robert Kurz, embora tivesse dado o seu aval à teoria, “estava (...) ocupado com o sem fim das suas próprias publicações” em outros campos (Ibid.). O resultado, nas palavras de Kurz, foi que “a crítica do valor e a crítica da dissociação foram-se desenrolando em paralelo e de um modo (...) *não mediado*” (Kurz, 2003c: 18, *itálico nosso*).

Após a publicação no número 27 da revista *Krisis*, em 2003, as querelas internas do grupo exacerbam-se (Larsen *et al.*, 2014: xlv).⁶³⁶ O volume incluía o artigo *Tabula Rasa*, onde Kurz aprofunda radicalmente a crítica do Iluminismo na esteira de Adorno e Horkheimer. Este artigo não foi bem recebido por vários companheiros, constituindo a gota de água que desencadeou a rutura da crítica do valor no espaço de língua alemã, em Abril de 2004 (Regatieri, 2009: 9; Regatieri, 2010: 11).⁶³⁷ Ernst Lohoff, Norbert Trenkle e Franz Schandl continuam ao leme da *Krisis*, enquanto Robert Kurz, Roswitha Scholz e Claus Peter Ortlieb encabeçam a criação do coletivo EXIT!, que edita a revista homónima EXIT! –

⁶³⁶ Robert Kurz fala mesmo de “conflitos violentos” (Kurz, 2012b: 5).

⁶³⁷ Fazendo fé, conforme Bruno Lamas, nas razões invocadas por Kurz nos longuíssimos textos polémicos “A Revolução das Boas Maneiras” e “Dead Men Writing”, ambos redigidos em 2004, o pomo da discórdia centrava-se em três questões principais: i) “a relação entre a teoria crítica do valor e do trabalho e os movimentos sociais” (Lamas, 2011: 3). Kurz continuava a defender a autonomia da teoria, enquanto Trenkle, Lohoff e Schandl prefeririam uma inflexão praticista da *Krisis*; ii) “os limites da crítica ao Iluminismo” (Ibid.). Kurz postulava a crítica impiedosa da “razão sangrenta” iluminista enquanto forma de (ir)racionalidade abstrata especificamente capitalista e enquanto princípio fetichista da identidade subjacente ao modo social de ser, agir e pensar do sujeito. Já os membros da *Krisis* residual quereriam refrear esta crítica no que se refere à categoria do sujeito; iii) “o culminar do conflito latente quanto à relevância teórica da questão do género e do patriarcado para a crítica do valor” (Ibid.; cf. Regatieri, 2010: 22). Robert Kurz, no seguimento de Roswitha Scholz, preconizava a inclusão da dissociação sexual na *essência* do modo de (re)produção capitalista como elemento co-constitutivo da matriz hodierna, algo a que Trenkle e Lohoff se oporiam. Observando de fora, e beneficiando do distanciamento conferido pelo tempo, a discórdia parece-me ter-se devido mais ao choque de personalidades e a desentendimentos pessoais do que a divergências teóricas substantivas. Pois quem analisar imparcialmente os textos recentes dos membros do Grupo Krisis – mormente aqueles de Lohoff, Trenkle e Lewed – constatará que existem muito mais pontos comuns – em termos da crítica da dissociação, do Iluminismo e do sujeito – do que discordâncias com a teorização análoga presente nas páginas da EXIT!. Curiosamente, as diferenças acentuam-se em vários aspetos da “crítica do valor fundamental” (Kurz & Lohoff, 2014: 53) original: teoria da crise, noção de capital fictício, conceito de trabalho (im)produtivo, método de exposição do capital(ismo), etc. (cf. Lohoff, 2017; Lohoff & Trenkle, 2014; Samol, 2013).

Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria (Barreira, 2015a: 7; Kurz, 2012b: 5; Maiso & Maura, 2014: 276).⁶³⁸

Sem abandonar as pretensões de “aprofundamento da crítica da economia política” do Marx esotérico e, nesse sentido, a “crítica” categorial “do valor, do trabalho e do fetichismo”, assim como a teoria da crise (Lamas, 2011: 3 e 6; cf. Grupo EXIT!, 2007: 3-4), o Grupo EXIT! incorpora na sua teoria como momento central a reflexão sobre a “relação de dissociação sexual” (Ibid.: 12). Esta incorporação converte a “crítica do valor” (*wertkritik*) em “crítica da dissociação-valor” (*Wert-Abspaltungskritik*) (Kurz, 2015: 9; cf. Jappe, 2014c: 34; Kurz, 2012b: 5; Regatieri, 2010: 21-22).⁶³⁹ É plenamente adotada a tese de Scholz acerca da co-constituição da matriz capitalista pelo valor e pela dissociação, e o modo de (re)produção hodierno passa a ser entendido explicitamente como “patriarcado produtor de mercadorias” (Larsen *et al.*, 2014: xxv; cf. Lamas, 2011: 6).

Em “Razão Sangrenta” (2002), “Ontologia Negativa” (2003), “Tabula Rasa” (2003), “A História Como Aporia” (2006; 2007) e “Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria” (2007), Kurz recupera e desenvolve os postulados apresentados em “Dominação Sem Sujeito” (1993). Na perspectiva do autor, a história da Humanidade pode ser lida como uma história das relações de fetiche, porquanto em cada civilização prevalece uma *ontologia negativa* capturada pelo conceito kurziano de *matriz social apriorística* (Lamas, 2018: 24). Qualquer matriz ou *constituição-fetiche* encerra ao mesmo tempo uma certa forma de reprodução (macros)social, de prática individual e de pensamento.

A matriz *a priori* da modernidade, que Kurz designa por *transcendental*, configura, tal como se disse atrás, uma totalidade quebrada. A sua reprodução é norteadada pelo “fetiche do valor/do capital” (Scholz, 2014: 20) e, simetricamente, pelo conjunto das “atividades” dissociadas que não são representáveis na lógica do “trabalho abstrato” e que devieram conotadas como femininas (Scholz, 2017: 483-484).⁶⁴⁰ Valor e dissociação “são mutuamente dependentes e mutuamente constitutivos” (Robinson, 2018: 789). Isto significa que “estão dialeticamente mediados”, pois “cada um deriva do outro” (Scholz, 2017: 498).⁶⁴¹ Assim, no capitalismo, a *dissociação-valor* é a “verdadeira metalógica” (Scholz, 2014: 20) ou “contexto social fundamental” (Scholz, 2017: 484). Trata-se de um “processo” dinâmico, e não de uma “estrutura estática” (Ibid.).

A constituição-fetiche transcendental (pre)dispõe ainda as formas de ação e de pensamento do sujeito (Kurz, 2012b: 4).⁶⁴² Este é uma categoria especificamente moderna (Lamas, 2018: 19). Enquanto portador do trabalho abstrato, “o sujeito individual põe em marcha o sujeito automático” da valorização (Regatieri, 2009: 84). O *bourgeois* da esfera económica é o alicerce do *citoyen* estatal igualmente abstrato – o sujeito jurídico.

⁶³⁸ Até hoje foram publicados 17 números da revista EXIT! (cf. <https://www.exit-online.org/>). Todos os artigos de Kurz e Scholz são prontamente vertidos para português através da tradução cuidada de Boaventura Antunes (com a colaboração, em alguns casos, de Lumir Nahodil) e divulgados *online* incansavelmente por José Neves (cf. http://www.obeco-online.org/exit_indice_geral.htm). Quanto à *Krisis*, publicou o seu derradeiro número – o trigésimo terceiro – em 2010 (Larsen *et al.*, 2014: xlvii). São adicionados textos individuais pontualmente na *homepage* da revista (cf. <http://www.krisis.org/>).

⁶³⁹ “Desde a fundação da EXIT! a crítica da dissociação-valor foi tomada mais a sério e passou a fazer parte da autoimagem do próprio grupo” (Scholz, 2017: 479).

⁶⁴⁰ A dissociação engloba ainda “os sentimentos, propriedades e atitudes” intimamente ligados a essas atividades – “sensualidade, emotividade, cuidado, etc.” – e que foram também imputados historicamente às mulheres (Scholz, 2017: 483). Por outras palavras, a dissociação abarca “tanto a dimensão psicológico-social como a cultural e simbólica” (Ibid.: 484).

⁶⁴¹ Consequentemente, “a dissociação não pode ser pensada (...) como algo abstratamente separado do valor e, portanto, como algo melhor, como fazem crer alguns feminismos de esquerda” (Scholz, 2017: 498). O Grupo EXIT! pugna pela “abolição tanto da esfera masculina como da feminina” (Robinson, 2018: 789).

⁶⁴² Ricardo Regatieri salienta que, em Kurz, o sujeito “é a forma na qual vivem e agem os indivíduos na matriz da constituição de fetiche capitalista” (Regatieri, 2010: 20).

Intrinsecamente ligada ao exercício de uma profissão assalariada, a subjetividade possui desde a sua origem histórica uma conotação masculina.

Evidentemente que, nas últimas décadas, as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho. Todavia, nesse papel são forçadas a envergar o mesmo uniforme psicossocial imposto aos homens (Ibid.: 83), ou seja, têm de adotar o comportamento androcêntrico pressuposto a todos os veículos do trabalho abstrato: eficiência, produtivismo, flexibilidade, concorrência feroz, calculismo, etc. Além disso, o reconhecimento das mulheres como sujeitos é precário, conforme atestam a sua “dupla socialização” (Robinson, 2018: 795),⁶⁴³ os níveis salariais médios mais baixos e a sub-representação em cargos de chefia.

Finalmente, no que se refere às formas de consciência social, Kurz leva a cabo “uma crítica radical” da “razão iluminista” que realça a sua historicidade (Kurz, 2012b: 4). Esta é entendida, por um lado, como grelha de perceção apriorística “baseada na abstração das qualidades sensíveis” dos objetos e dos seres humanos e, assim, “propensa à destruição do mundo” (Regatieri, 2010: 10). A desrazão hodierna, assente no princípio homogeneizador da identidade, é a manifestação “teórica” inconsciente “da abstração prática do valor” (Ibid.: 11). Por outro lado, o Iluminismo é “visto não como mero pensamento filosófico do século XVIII, mas enquanto expressão ideológica e legitimatória das categorias” subjacentes à “socialização negativa” burguesa (Lamas, 2018: 19-20; cf. Jappe, 2014c: 35).

Na segunda metade da década de 2000, Robert Kurz propõe-se fazer uma revisão e ampliar o material contido no ensaio “A Substância do Capital”, publicado na revista *EXIT!* (cf. Kurz, 2004a; Kurz 2005a; Kurz, 2016/2004-05). Este “livro de grande dimensão” deveria intitular-se *Trabalho Morto* (Kurz, 2012b: 1). Porém, o autor apercebe-se rapidamente que a almejada “reformulação da crítica economia política” marxiana (Jappe, 2014b: 400) é uma tarefa hercúlea morosa e que o seu conteúdo extravasa os limites de uma única obra, pelo que decide transformar *Trabalho Morto* numa série de monografias de menor dimensão (Kurz, 2014b: 11). *Dinheiro Sem Valor* (2012) foi o único desses livros que o autor conseguiu concluir, pouco tempo antes de falecer (Ortlieb, 2012: 4).

Apesar do carácter inacabado do projeto,⁶⁴⁴ na minha opinião *Dinheiro Sem Valor* representa o zénite do pensamento kurziano. Todas as linhas de raciocínio desenvolvidas desde o início do século XXI convergem, nesta obra monumental, sob a forma de uma teoria que prima pela sua abrangência e coerência interna. Apoiando-se na literatura antropológica e histórica relevante, Kurz evidencia que as sociedades pré-modernas assentavam numa matriz fetichista *transcendente* e que o seu modo de vida, regido pela religião, era inteiramente alheio ao trabalho e à economia. Ademais, o dinheiro pré-capitalista “não representava qualquer valor” económico e, por conseguinte, “desempenhava (...), como «objetividade sacrificial simbólica», um papel completamente diferente” na trama social (Ortlieb, 2012: 6). Todas estas categorias são, portanto, definitivamente desnaturalizadas.

Kurz demonstra que a transição para a modernidade na Europa Ocidental se deveu à revolução militar e à denominada economia política das armas de fogo. A produção dos canhões não podia ser efetuada artesanalmente num contexto agrário. A centralização das manufaturas e a monetarização dos impostos estatais colossais, requeridos pela nova maneira de fazer a guerra, conduziram à transformação qualitativa do dinheiro, assim como à constituição social do valor, do trabalho assalariado e de uma esfera económica desincrustada – em sentido polanyiano – enquanto espaço-tempo abstrato.

⁶⁴³ A maioria das mulheres acumula a profissão com as tarefas domésticas.

⁶⁴⁴ *Crise e Crítica* era o título provisório do livro que deveria seguir-se a *Dinheiro Sem Valor*. A obra conteria uma “reflexão sobre a teoria da crise no marxismo residual e no pós-marxismo” (Kurz, 2012b: 6). Dos 36 capítulos previstos, Kurz apenas redigiu 10 (cf. Kurz, 2012b; Kurz, 2013a).

O autor apresenta, ainda, uma teoria socioeconómica detalhada da constituição-fetice *transcendental* burguesa. As várias características do trabalho enquanto princípio socialmente sintético são expostas em detalhe, ao mesmo tempo que a dominação impessoal do capital é plenamente elucidada e fundamentada. Nas palavras de Scholz, Kurz consumou “de certo modo uma *capital turn*: já não é a forma da mercadoria que está no centro da crítica, mas forma do capital, o fetice do capital” (Scholz, 2014: 2).

A teoria da crise recebe também as pinceladas finais. Polemizando com a Nova Leitura de Marx, Kurz prova que o seu conceito negativo de substância permite deduzir consistentemente o limite interno absoluto da valorização. Por último, o autor ocupa-se de questões metodológicas associadas ao modo de exposição do capital(ismo): as relações entre lógico e histórico, por um lado, e entre o todo e as partes, por outro. O individualismo metodológico e o positivismo são criticados impiedosamente.

Robert Kurz faleceu no dia 18 de Julho de 2012, com 68 anos (Ortlieb, 2012: 1), “na sequência de um procedimento cirúrgico falhado” (Jappe, 2014b: 396). Roswitha Scholz, a sua companheira nos derradeiros anos, retém a imagem de uma pessoa para quem a teoria era uma “paixão” e uma *forma de vida* (Scholz, 2017: 481). Rejeitando a “falsa imediatez” ou “pseudoativismo” da esquerda (Jappe, 2014c: 36), Kurz defendeu permanentemente “a teoria como momento autónomo e constitutivo da emancipação social” (Ortlieb, 2012: 3). Todavia, nunca se refugiou na “contemplação” (Jappe, 2014c: 36) estéril: “O ponto de vista fulcral não é a filologia de Marx, mas a necessidade de uma explicação histórica dos processos sociais” (Kurz, 2014b: 10) com vista à sua *transformação*.

Exige-se nada menos do que uma “rutura” ontológica enquanto “desfetichização da sociedade” (Regatieri, 2010: 18-19). Conforme realça Claus Peter Ortlieb, “Robert Kurz não se cansou de chamar a atenção: o fetice do capital é feito pelos seres humanos e também pode ser por eles eliminado” (Ortlieb, 2012: 7). Para esse efeito, urge mobilizar a parcela de não-identidade do “indivíduo” sofredor que “não cabe no «invólucro» em que vive” como sujeito portador do trabalho e da valorização do valor (Regatieri, 2010: 20). Os “sofrimentos no e sob o capitalismo” (Böttcher, 2012: 1) podem devir ressentimento e agressividade anómica, mas também podem constituir a alavanca da libertação. Ao contrário do “colapso do capitalismo”, o processo emancipatório conducente ao comunismo não é automático (Robinson, 2018: 796). Requer a ação concertada e consciente dos seres humanos. Na sua ausência, o desfecho será a queda da Humanidade na “barbárie” (Ortlieb, 2012: 7).

Duas palavras finais sobre as limitações intrínsecas do estudo conduzido neste capítulo. Em primeiro lugar, descartei grande parte das cerca de três centenas de artigos jornalísticos assinados por Kurz e que se encontram em <http://obeco.planetaclix.pt/>.⁶⁴⁵ Dada a escassez de tempo que assombra o investigador como uma praga, fiz da necessidade uma virtude e acatei o conselho explícito dado por Kurz aos seus tradutores e/ou divulgadores: “os textos (...) de cunho jornalístico (...) não são tão importantes” quanto os “trabalhos teóricos maiores” onde se discutem os “contextos fundamentais” por detrás dos factos imediatos e que, por isso, devem ser considerados “prioritários” (Kurz, 2005b: 2).

Em segundo lugar, a referida falta de tempo – agravada pela dimensão excessiva da tese –, impossibilitou-me de digerir e transformar em secções coerentes as 100 páginas de extratos e notas que coligi acerca da teorização kurziana do imperialismo, do antisemitismo e da emancipação social. Embora importantes no seio do edifício conceptual do autor, estes assuntos são acessórios para o argumento geral desenvolvido na presente pesquisa. Todavia, pretendo colmatar futuramente as lacunas descritas através da redação de vários artigos.

⁶⁴⁵ A única exceção foi a consulta e utilização dos artigos breves presentes nas coletâneas *Os Últimos Combates* (Kurz, 1997) e *Com Todo o Vapor ao Colapso* (Kurz, 2004b).

7.2 – Fetichismo social: o conceito de constituição-fetiche/matriz *a priori*

De acordo com Robert Kurz, a história da Humanidade foi, até ao presente, uma “história de relações de fetiche” (Kurz, 2003b: 24) ou de diversas “metafísicas reais” (Kurz, 2007a: 2). Em cada civilização prevalece um certo princípio socialmente sintético que, por detrás das costas dos indivíduos, norteia a reprodução da sociedade no seu conjunto e enquadra normativamente o comportamento dos seus membros: aquilo que Kurz designa por *constituição-fetiche* (Kurz, 1993a: 31). O conceito sugere que “existe «algo»” na sociabilidade humana “que não é nem sujeito nem objeto, mas que plasma a subjetividade, a objetividade e a dominação como cega constituição formal” (Ibid.: 26 e 29). Esse “*tertium genus*” é o “*inconsciente*” socialmente *constituído* e *constitutivo* (Ibid.: 27, itálico no original).

Através da sua prática coletiva alienada, os indivíduos constituem inconscientemente “uma estrutura de inter-relações que depois os domina” (Homs, 2012: 151). Portanto, para além de “criadores”, eles são também “criaturas” de um sistema quasi-autonomizado (Ibid.: 193). Em outros termos, a cristalização das práticas pretéritas erige uma “matriz *a priori*” férrea (Kurz, 2007c: 17), quer dizer, uma configuração ou padrão normativo de ação que estrutura as práticas ulteriores, subordinando-as à reprodução da constelação fetichista, sem que os indivíduos tenham consciência disso. Assim, a matriz apriorística é, por sua vez, *constitutiva* das formas de objetividade, de subjetividade e de pensamento sociais predominantes numa determinada época.

Cada constituição-fetiche é, pois, um todo multidimensional que abarca “os aspetos da vida humana” na sua globalidade (Kurz, 1993a: 31). Em primeiro lugar, encerra uma “*forma universal de reprodução*” societal e material (Ibid.: 30, itálico no original). Neste contexto, conforme salienta Kurz,

“tanto as relações sociais, como o «processo de metabolismo com a natureza» (Marx), são regulados por um *meio constituído metafisicamente*, que contém uma *lógica própria*, de tal modo que os seres humanos não decidem «diretamente» em comum sobre a utilização das suas capacidades e recursos, mas estão fixados a essa matriz [social, NM] apriorística (...), mesmo que daí se engendrem contradições e sofrimentos horripilantes”. (Kurz, 2006b: 19, itálico no original, tradução modificada)

Em segundo lugar, a constituição-fetiche determina uma forma universal de subjetividade, pelo que os indivíduos estão enclausurados em modos de ser e de agir *pré-*estabelecidos que obedecem a “«regularidades» e códigos específicos” (Kurz, 1993a: 30).⁶⁴⁶ Mediante a sua prática reiterada quotidiana, efetivam uma lógica apriorística que os ultrapassa e que define as modalidades e as finalidades dessa prática.

⁶⁴⁶ Talvez fosse mais correto utilizar o termo “proto-subjetividade” porque, em Robert Kurz, a forma-sujeito é uma especificidade da modernidade capitalista – intimamente associada às formas da mercadoria, do capital, do trabalho e do direito –, não podendo, por isso, ser retroprojetada nas sociedades pré-modernas (cf. 7.5.4). Todavia, no ensaio de 1993 intitulado “Dominação sem Sujeito”, cujo raciocínio tenho acompanhado de perto nesta secção, a posição de Kurz ainda é aporética neste âmbito. Por um lado, Kurz situa o nascimento do sujeito nos primórdios longínquos da Humanidade, afirmando que “o homem torna-se sujeito no processo de sua formação em face da primeira natureza” (Kurz, 1993a: 31). Por outro lado, apressa-se a acrescentar que “a forma do sujeito, contudo, é a princípio fraca e *embrionária*”, percorrendo “uma longa e contraditória história de desenvolvimento” até se manifestar finalmente “em *forma pura* (...) no sistema produtor de mercadorias da modernidade” (Ibid., itálico nosso). Somente na década de 2000 a sua nomenclatura se tornará inequívoca e Kurz defenderá, então, que apenas é legítimo falar de *sujeitos* no modo de (re)produção capitalista, de maneira que quando aborda as formações pré-capitalistas caracteriza os seres humanos como *indivíduos*. Obviamente que aquilo que está em jogo são realidades *sociais* concretas e não um mero pedantismo terminológico, conforme se verá em 7.5.4.

Finalmente, em terceiro lugar, a cada constituição-fetichismo corresponde uma “forma universal de (...) consciência” com as respectivas “categorias” do pensamento (Ibid.: 31 e 30). A “matriz formal” *a priori* representa uma “grade universal de percepção” do “mundo”, da “natureza” e das “relações sociais entre os homens” (Ibid.: 30). Dado que é um indivíduo *social*, o ser humano raciocina sempre por intermédio das categorias *formatadas* pela matriz totalizadora fetichista.

Nessa medida, de maneira paradoxal, a razão genérica num certo período histórico foi, até aos dias de hoje, uma “forma *inconsciente* de consciência” (Ibid., *itálico* nosso). Ela escamoteia as irracionalidades substantivas associadas ao modo de “reprodução social” cego onde se encontra incrustada (Ibid.: 31 e 32). O indivíduo tem obviamente noção dos seus atos concretos, mas permanece inconsciente face ao fundamento estruturante da sua própria sociabilidade e da sua interação material com a natureza, ignorando o abismo de heteronomia que lhe é imposto pela constituição metafísica da sociedade.⁶⁴⁷ A razão e a conduta adaptam-se ao movimento do suprassensível pressuposto como autoevidente e que, por isso, é naturalizado.

Na sequência do que foi apresentado nos parágrafos precedentes, é possível concluir, provisoriamente, que a constituição-fetichismo é uma *matriz constituída inconscientemente* por uma forma de *prática* alienada socialmente sintética e que acaba por ganhar vida própria, convertendo-se num *apriorismo* totalizante *constitutivo*, em simultâneo, das formas objetivadas, (proto-)subjetivas e de consciência sociais prevalecentes num determinado tempo e lugar.

Nas palavras de Robert Kurz, “o fetichismo, por um lado, é algo produzido pelos próprios seres humanos mas que, por outro lado, não se manifesta como tal, senão como causa exterior de uma «constituição do mundo» objetiva” (Kurz, 2006b: 11). Em suma, trata-se de uma *totalidade* estruturante e estruturada de *predisposições* sociais, culturais, simbólicas, ideacionais e espaço-temporais que regem a reprodução da coletividade, dos grupos e dos indivíduos.

Constatar-se-á no decurso deste capítulo que, na ótica de Robert Kurz, o capitalismo representa uma “rutura” (Ibid.: 5) em relação a todas as civilizações anteriores. A sociedade moderna assenta na matriz *transcendental* do capital e na prática mediadora e constitutiva do trabalho (cf. 7.5.1 e 7.5.2), enquanto nas sociedades pré-capitalistas imperam matrizes *transcendentes* de cariz religioso baseadas em “rituais, personificações, tradições”, etc. (Kurz, 2013b/2001/2001: 39; cf. 7.3).

Porém, num “nível de abstração” teórico “mais elevado” – aquele providenciado pela noção de relações de fetichismo – é possível identificar “uma meta-qualidade essencial (...) negativa” (Kurz, 2006b: 5) *comum* às “sociedades pré-modernas” e “modernas” (Kurz, 2003b: 24). Ambas “são por igual «estranhamente heterodeterminadas» (...) através de uma *matriz apriorística autonomizada*” (Kurz, 2006b: 5, *itálico* no original). Por outras palavras, “nunca houve sociedades autoconscientes, que pudessem decidir livremente sobre a utilização das suas possibilidades”, mas somente civilizações norteadas por princípios “fetichistas” (Kurz, 2013b/2001/2001: 39).

O conceito de relações de fetichismo permite assim esboçar uma teoria da história situada nos antípodas da narrativa iluminista teleológica e apologista do suposto “progresso” (Kurz, 2006a: 2). De acordo com a conceção crítica proposta por Kurz, a história pode ser lida como a sucessão *não* teleológica de constituições-fetichismo que são outros tantos *modos de vida* social

⁶⁴⁷ Por exemplo, no modo de (re)produção capitalista, o sujeito típico tem naturalmente consciência dos múltiplos atos que realiza na sua vida quotidiana – produção de *x* sapatos na faceta de trabalhador, compra de *y* kg de batatas no papel de consumidor, investimento de *z* euros na função de capitalista, etc. –, mas é incapaz de apreender a síntese social que se efetua através desses atos por detrás das suas costas. E que os mesmos são, por isso, preformados pela matriz social apriorística do capital.

e de (re)produção: tribal, antigo, feudal, etc. (Kurz, 2003b: 24; Kurz, 2007b: 153-154).⁶⁴⁸ Portanto, longe de ser o Éden da liberdade que coroa a marcha triunfal da história, “o moderno sistema produtor de mercadorias, com a sua economia autonomizada irracionalmente, representa (...) apenas” cronologicamente “a última forma de fetichismo social” conhecida pela Humanidade (Kurz, 2013b/2001: 39; cf. Kurz, 1993a: 23).⁶⁴⁹

Note-se que, ao priorizar as relações de fetiche, Kurz confere precedência lógica à reprodução *social* em detrimento da (re)produção material, contrariando assim o chamado “materialismo histórico” (cf. 1.5 e, em especial, 1.5.3). O “processo de metabolismo com a natureza” (Kurz, 2007a: 2) é, antes de tudo, um “processo humano e *social*” (Kurz, 1994b: 2, *itálico nosso*). Logo, no seio de uma dada constituição-fetiche, esse intercâmbio material tem forçosamente de “passar por um *sistema cegamente pressuposto de codificação simbólica*”, ou seja, “necessita de uma forma social de *universalidade abstrata*” para poder efetivar-se (Ibid., *itálico no original*).

Assim, *nenhuma* constituição-fetiche histórica é explicável com recurso ao “esquema de base e superestrutura” porque não é possível deduzir “a universalidade abstrata” das “distintas codificações simbólicas fetichistas” (Ibid.) – que encerra “uma *relação de dominação*” eminentemente *social* (Kurz, 2006b: 11, *itálico no original*) – a partir “da pura e simples materialidade das forças produtivas” (Kurz, 1994b: 2). É a matriz *social* apriorística, quer dizer, a forma geral da reprodução *social*, que enquadra e determina o conteúdo material da (re)produção, e não o inverso.

7.3 – Sociedades pré-capitalistas

7.3.1 – Matriz religiosa, fetiche transcendente e personificação

Segundo Robert Kurz, as civilizações pré-modernas distinguem-se, em bloco, da modernidade capitalista em termos da “peculiaridade qualitativa da sua (...) socialização”, (Kurz, 2014b: 9). Nas sociedades primitivas, na Antiguidade e na Idade Média, a religião representava “a forma básica de mediação” (Kurz, 1994b: 2) das “relações reais” entre os seres humanos, determinando as modalidades concretas de “organização social”, assim como o modo de “reprodução” material (Kurz, 2014b: 65). As “formas religiosas” não eram “uma «questão de fé» subjetiva” (Ibid.: 67), nem um “mero sistema de crenças” (Ibid.: 365), mas “o momento de integração mais forte da *sociedade como cultura*” (Kurz, 2004b: 115, *itálico no original*).

É legítimo falar-se de uma “constituição” (Ibid.) ou “matriz religiosa” (Kurz, 2014b: 67) que “perpassava diretamente todos os aspetos da vida e unia a sociedade através de um conjunto de tradições fixas” (Kurz, 1994b: 3). As várias atividades individuais quotidianas e a multiplicidade dos objetos partilhavam o mesmo “caráter cultural” (Kurz, 2004b: 115). A síntese social pré-moderna estava, portanto, subsumida numa constituição-fetiche divina ou *transcendente*:

⁶⁴⁸ Obviamente que a teoria não deve deter-se neste plano mais geral. Kurz defende a necessidade de se realizarem investigações especializadas capazes de aferir as especificidades de todas as formações sociais: “as respetivas constituições do fetiche devem ser representadas dentro dos próprios termos históricos, isto é, em sua história de formação e ascensão, por um lado, e em sua história de declínio e decomposição, por outro” (Kurz, 1993a: 31; cf. Kurz, 2006a: 2).

⁶⁴⁹ Em linha com a conceção kurziana de história das relações de fetiche, na seguinte passagem de *A Ideologia Alemã* Marx realça justamente “o facto de que, no quadro de *certos modos de produção*, naturalmente independentes da vontade dos homens, haver sempre forças práticas que lhes são estranhas, independentes não só dos indivíduos isolados, mas também dos indivíduos na sua totalidade, que se situam (...) acima” deles (Marx & Engels, 1975/1845-46: 15, *itálico no original*).

“[A] essência dessa ordem universal religiosa (...) que subjaz, enquanto matriz, ao modo de vida (...) pré-capitalista (...), encontra-se ancorada num princípio *transcendente*, ou seja, num princípio para lá do mundo perceptível que (...) pode ser entendido, fundamentalmente, como essência divina; compreende o princípio ou o fundamento de todas as coisas, inclusive as do mundo visível”. (Kurz, 2014b: 67, *itálico nosso*)

Kurz denomina esta forma de fetiche transcendente porque, obviamente, “os deuses não se apresentam empiricamente” (Ibid.: 69). Porém, essas *projeções* do “espírito humano” (Ibid.) são dotadas de poderes *efetivos* de regulação social e é nessa exata medida que a matriz sagrada apriorística constitui uma “metafísica *real*” (Kurz, 2004a: 7, *itálico nosso*). A reprodução ordeira do modo de vida exige que o ser humano se legitime aos olhos do divino e conquiste as suas “boas graças” através da oferta de “sacrifícios” (Kurz, 2014b: 67). Enquanto cerne da “relação de reprodução” entretecida com o princípio transcendente (Kurz, 2006b: 7), a relação de sacrifício institui “um sistema de regras práticas baseado em tradições da mais diversa índole” (Kurz, 2014b: 67). Com efeito,

“Todas as regras para a vida no mundo – da caça aos moldes em que se desenrolam as relações de parentesco e as relações sociais mais abrangentes (incluindo a guerra), passando pela agricultura e pela metalurgia – derivam, em última instância, da relação transcendente com Deus e da relação de sacrifício a ela associada; (...) a referência transcendente (...) constitui a «metafísica real» da respetiva situação.” (Ibid.: 68)

Dado que a divindade é, pela sua própria natureza incorpórea, incapaz de aparecer imediatamente (Ibid.: 69), a sua “substância absoluta” suprassensível é “personificada”, ao longo da história, “sob a forma de vários representantes de Deus na terra (...), do deus-imperador ao *pater famílias*, passando pelo rei, entre outros” (Ibid.: 72). Portanto, no seio das relações de fetiche pré-modernas, estas figuras de autoridade são elas próprias e, “ao mesmo tempo, algo diferente, ou seja, corpos literalmente representativos do transcendente” (Ibid.: 73; cf. Kurz, 2006b: 20).⁶⁵⁰

Desta maneira, assiste-se à implementação de um “sistema de relações pessoais de dependência e obrigação” (Kurz, 2004a: 8) quer dizer, de uma “ordem universal hierárquica” (Kurz, 2014b: 67). Note-se, contudo, que estes tipos dominação direta “nunca decorrem de um cálculo pessoal (...) de interesses” ou de puras “relações de vontade” arbitrárias, mas dos caracteres peculiares da constituição-fetiche (Ibid.: 75), pelo que “quem exerce o poder tem sempre de se legitimar consoante os critérios do sistema de regras autonomizado” (Ibid.: 76).

Para além disso, a “emanação pessoal (...) do princípio divino” não é uma “via de sentido único” (Ibid.: 75 e 76). De facto, a “ordem hierárquica religiosa” origina “estruturas complexas de reciprocidade”, assim como “múltiplas relações mútuas de obrigação”, igualmente aplicáveis aos detentores do poder (Ibid.: 76). No contexto deste “emaranhado omnilateral de relações de obrigação pessoais” e “institucionais” vigora, na ótica de Kurz, “uma espécie de *principium individuationis*”: os deveres que vinculam bilateralmente “determinadas pessoas, grupos, associações regionais, profissões, cidades, templos, reis, etc.” possuem validade *exclusiva* no âmbito dessa “relação específica” (Ibid.: 77). Não existe, por conseguinte, “uma estrutura de obrigação «universalista», geral e abstrata” análoga ao direito moderno (Ibid.).

⁶⁵⁰ Logo, “as condições” sociais “pré-modernas são igualmente *mediadas*; apenas de outro modo, sendo que neste caso as próprias pessoas se tornam planos de projeção e assim representações da transcendência fetichista” (Kurz, 2004a: 8, *itálico nosso*).

7.3.2 – Sociedades sem economia e sem trabalho

A matriz religiosa que regia a reprodução das sociedades pré-modernas era uma totalidade una, indivisível e, por isso, completamente alheia ao “processo de diferenciação das esferas funcionais” que caracteriza a modernidade (Kurz, 1995b: 15). Conforme se mencionou no item anterior, a constituição-fetiche sagrada era um modo de vida ou *cultura* abrangente. A etimologia do termo é deveras reveladora: “o sentido da palavra latina *cultus*, que deu origem ao conceito, está ligado tanto a *plantação*, *agricultura* quanto a *serviço divino*, *sociabilidade*, *formação* e até mesmo *vestimenta*” (Kurz, 2004b: 114, itálico no original). Esta polissemia traduz o elevado grau “de integração das antigas sociedades agrárias” enquanto “modo de existência” coeso (Ibid.).

Na ótica de Kurz, “até ao limiar da industrialização” (Kurz, 2018b/1991: 50) a reprodução era um todo “coerente” em que “os atributos sociais hoje distintos para nós eram embutidos uns nos outros”, ou seja, “cada momento da vida estava de certo modo contido nos outros” (Kurz, 2004b: 114). Neste contexto, “as relações sociais não se separam entre si como *subsistemas com lógica própria*” (Ibid., itálico no original). Por exemplo, obviamente que as comunidades pré-capitalistas “tinham conflitos internos e externos, mas não «política»”, da mesma maneira que “tinham um «processo de metabolismo com a natureza» (...), mas não «economia»” (Kurz, 1994b: 1).

A última asserção parece especialmente caricata ao senso comum: estará Kurz a negar que estas sociedades se reproduzem materialmente? Longe disso. A questão é que “do facto, evidente, de as pessoas terem sempre de produzir” alimentos e objetos, para assegurar a sua subsistência, “*não* decorre automaticamente que esse estado de coisas seja, para elas, decisivo, e contenha em si uma *lógica própria*”, distintivamente *económica*, “definidora da sua sociedade e determinante de todos os outros momentos da vida” (Kurz, 2014b: 79, itálico nosso). A presença evidente da “produção material (...) nada nos diz” acerca das relações sociais que lhe subjazem (Ibid.: 81). Ora, são essas “determinações formais das situações relacionais” que “regulam as condições de reprodução material” (Ibid.).

Robert Kurz enuncia, portanto, duas proposições. Em primeiro lugar, reafirma que a reprodução social é o prius lógico que estipula o cariz da (re)produção física (cf. 7.2). Em segundo lugar, defende que a economia é especificamente moderna justamente porque se trata de uma realidade *social* ímpar. A *autonomização* da produção sob a forma de uma esfera funcional *económica*, norteadas por uma (ir)racionalidade própria, deve-se aos seus atributos *sociais* mercantis e *não* aos seus caracteres materiais em si e por si. *A economia é o espaço-tempo desvinculado posto e pressuposto pela acumulação de capital como fim em si, quer dizer, pela síntese macrosocial fetichista efetuada pelo trabalho abstrato e pelo valor* (cf. 7.5.1).

Visto que nenhuma destas categorias se encontra nas sociedades pré-modernas, é inteiramente plausível concluir que “a economia (...) pura e simplesmente não existia” (Ibid.: 83). Nestas condições, não havia também um conceito unívoco para classificar e subsumir atividades tão diferentes como “caçar e plantar, cozinhar e educar os filhos, cuidar dos idosos e proceder a ações rituais” (Kurz, 1997b: 273). Este facto justifica-se pela ausência *real* do trabalho – a prática económica *par excellence* – enquanto categoria social e da “generalidade abstrata correspondente” (Kurz, 2004a: 34).

As atividades eram vincadamente heterogéneas e regidas por lógicas irredutivelmente diversificadas, achando-se “enquadradas em complexos dispositivos de normas, configuradas por preceitos religiosos, tradições sociais e culturais, e estabelecendo obrigações recíprocas” (Grupo Krisis, 2003: 32). Elas eram incomensuráveis e, por isso, incomparáveis: “Cada atividade tinha o seu tempo e o seu lugar próprios” (Ibid.). Profundamente entrelaçadas “com os demais momentos” simbólicos do “processo vital”, não se registava uma “separação” rígida entre as várias práticas e aquilo que designaríamos hoje em dia por “tempo livre”

(Kurz, 1995b: 15; Kurz, 2018b/1991: 34n1). Essa é uma demarcação eminentemente hodierna.

Ao contrário do que sucede no capitalismo, o “dispêndio de energia humana” *sans phrase* não constituía a mediação socialmente sintética (Kurz, 2004a: 34), razão pela qual a duração temporal das atividades reprodutivas não era sequer contabilizada (Ibid.: 35). O seu ritmo lento obedecia a normas tradicionais imutáveis (Grupo Krisis, 2003: 50), de maneira que as “relações de *input-output* não podiam ter qualquer significado” instrumental “autónomo” (Kurz, 2014b: 67). O progresso técnico revelava-se frouxo e, em alguns casos, quasi-estacionário. Perante o que foi exposto, importa reter que, nas civilizações pré-modernas, a religião ocupava o lugar preenchido pela economia na modernidade como matriz social apriorística onde estava “*incrustada*” a reprodução material (Ibid.: 83-84, *italico nosso*).

7.3.3 – Dinheiro sem valor

A última obra de Kurz, *Dinheiro sem Valor*, contém uma importante teorização antropológica do fenómeno monetário. Em primeiro lugar, o autor ressalva que no mundo pré-moderno “a mercadoria e o dinheiro (...) se encontravam circunscritos a «interstícios», «nichos» ou «poros» sociais” (Ibid.: 54; cf. Kurz, 1994b: 2). Visto que a mercadoria não era, portanto, a forma universal dos produtos (Kurz, 2014b: 53), a “síntese social” não dependia da troca (Ibid.: 54), que constituía uma realidade francamente marginal.

Apoiando-se nas pesquisas de Karl Polanyi, Kurz sustenta que a alocação dos bens, a (re)produção material e a (re)produção social obedeciam a três padrões socioinstitucionais: reciprocidade, redistribuição e domesticidade (Ibid.: 93). No caso da reciprocidade, “os atos de dar e receber (...) não coincidem, nem obedecem a nenhum princípio abstrato de equivalência” (Ibid.). Por seu turno, “a redistribuição (...) pressupõe «um intermediário na pessoa do chefe ou de outro membro proeminente do grupo», que recebe e distribui os mantimentos” (Ibid.). Finalmente, a domesticidade consiste na produção para uso próprio no seio de um agregado familiar (Ibid.). As três formas de integração são alheias ao “cálculo económico” (Ibid.: 87).⁶⁵¹

Em segundo lugar, Kurz salienta que a dissimilitude entre as civilizações pré-capitalistas e burguesas, no que se refere ao binómio mercadoria/dinheiro, não diz respeito apenas ao grau da sua disseminação *quantitativa*. Na perspetiva de Kurz, é o todo, “como contexto formal” abrangente, que define o conteúdo concreto das categorias sociais (Ibid.: 60). Constituições-fetiche ou “contextos distintos (...) influenciam necessariamente a lógica do caso individual” de maneira desigual (Ibid.: 59). Assim, na matriz transcendente pré-capitalista a mercadoria e o dinheiro eram “algo completamente diferente, em termos *qualitativos*, daquilo que são” na matriz económica capitalista (Ibid.: 62, *italico nosso*).

De facto, o dinheiro surgiu historicamente “como uma realidade determinada de forma religiosa” (Ibid.: 85). Em 7.3.1 foi mencionado que a relação entre as pessoas e o poder divino era essencialmente “uma relação de sacrifício” (Ibid.). Tratando-se de uma prática simbólica, o “sacrifício humano” acabou por ser substituído pelo sacrifício de animais (Ibid.: 87) e, finalmente, pela oferenda de metais preciosos, “especialmente indicados” para esta função por serem “raros”, “difíceis de obter” e, conseqüentemente, objetos de “apreço” (Ibid.: 85).

É a partir da “relação” prototípica “do sacrifício e dos seus rituais” que vão ser instituídas, codificadas e reguladas as “relações (...) *cultuais*”, quer dizer “as relações pessoais e institucionais de *obrigação*” recíproca (Ibid.: 88, *italico nosso*). Nelas o dinheiro intervém primariamente como compensação ou “«meio de pagamento» sacro” (Ibid.: 87).

⁶⁵¹ Cf. Machado (2012a) para uma exposição detalhada das “formas de integração” polanyianas.

Gradualmente, em domínios limitados, esta moeda originariamente sagrada passa também a mediar o intercâmbio de certos bens (Ibid.: 91). Todavia, trata-se de “um dinheiro que, por assim dizer, ainda não o é”, pelo menos na aceção presente, porquanto não se afigura como a forma de manifestação do “valor” *económico* (Ibid.).

Este “dinheiro sem valor” (Ibid.: 58 e 99) *não representa*, portanto, “a expressão geral (...) de uma «síntese social» económica” (Ibid.: 91), quer dizer, da “universalidade” substancial “objetiva” associada ao “trabalho abstrato” e ao capital (Ibid.: 92 e 88).⁶⁵² Os *preços* pré-capitalistas são, em vez disso, equivalências particulares mais ou menos rígidas estabelecidas pelos costumes, tradições, etc., de maneira que “a compra e a venda” (Ibid.: 91) são “formas de práxis com um significado completamente diferente” (Ibid.: 85) da moderna realização da mais-valia.

Ademais, não havendo trabalho abstrato nem valor, não se pode falar de “produção de mercadorias e comércio em sentido moderno”, mesmo no caso dos “excedentes” destinados a serem intercambiados com outras comunidades (Ibid.: 92). Em rigor, estas transações não constituem socialmente uma troca ou processo de “circulação” (Ibid.: 123), pois a proto-mercadoria ainda é uma “forma de nicho” (Ibid.: 99), sem “existência autónoma” ou “lógica própria” (Ibid.: 92), incrustada numa “matriz de reprodução” de cunho religioso (Ibid.: 99).

7.4 – O processo de transição para o modo de (re)produção capitalista

7.4.1 – Aproximação à problemática

Em consonância com a sua conceção negativa e *não-teleológica* de história, apresentada na secção 7.2, Kurz defende que o advento do modo de (re)produção capitalista não foi uma etapa “inevitável, (...) nem (...) a única forma” social capaz de acelerar o “desenvolvimento das forças produtivas” – conforme preconiza a teoria marxista tradicional – “mas um dos maiores desastres imagináveis da história” da Humanidade (Kurz, 2013b/2001: 211).⁶⁵³ Kurz assevera que, “na baixa Idade Média, após a peste, ainda eram possíveis rumos (...) inteiramente distintos” (Kurz, 1997a: 7). Uma vez que o capitalismo *não tinha* de surgir necessariamente, é preciso identificar os fatores históricos e sociais que desencadearam a implantação da constituição-fetiche moderna.

Antes de tudo, Kurz considera importante rebater a tese de um certo materialismo histórico, segundo a qual o “ponto decisivo” para a ascensão do capitalismo foi a invenção da “máquina a vapor” e a “industrialização” subsequente (Kurz, 1997b: 240). Este raciocínio padece de uma “contradição gritante”, pois a “acumulação primitiva do capital” ocorreu “séculos antes da máquina a vapor” (Ibid.). Assim, para encontrar as “raízes” da forma social hodierna, é preciso “cavar mais fundo” (Ibid.).

Robert Kurz elenca, então, um conjunto de pré-condições necessárias, mas *não suficientes*, para explicar a génese da lógica económica autotélica. A primeira é a expropriação violenta dos camponeses que provocou o aparecimento “na Europa da Idade Média tardia de uma massa de pessoas desenraizadas e libertas de vínculos tradicionais” (Kurz, 2014b: 102; cf. Grupo Krisis, 2003: 45). Estes indivíduos estavam formalmente aptos e eram, na verdade, obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviverem. No entanto, o caso britânico, que serve de modelo para a análise de Marx em *O Capital* (cf. 1.4.2.5 e 1.15), não pode ser generalizado sem reticências (Kurz, 2014b: 101). Ademais, este

⁶⁵² Chris Arthur é igualmente taxativo: “sob as contingências operativas nas formas subdesenvolvidas de troca (...) existiria preço, com certeza, mas não ainda valores-trabalho” (Arthur, 1997: 12, *itálico no original*).

⁶⁵³ De modo análogo, mediante uma oposição prática e consciente “adequada”, o capitalismo poderia ter sido negado “em qualquer das fases” da sua evolução (Kurz, 2011b: 9). Porém, assim que “o sistema produtor de mercadorias” se impõe como “forma” social “universal” e subsume *realmente* a (re)produção, torna-se bastante difícil travá-lo antes “que se esgote e alcance os seus limites internos” (Kurz, 1997a: 8).

“pressuposto” não contém a *dinâmica* tautológica embrionária da “coisa em si” – da *produção* capitalista (Ibid.: 102).

Em segundo lugar, Kurz destaca o papel importantíssimo do “colonialismo” (Kurz, 1997b: 40). Por um lado, “o tráfico e o trabalho escravo” nas grandes plantações “impulsionaram o capitalismo agrário”, enquanto, por outro, as “matérias-primas” baratas alimentaram as manufaturas industriais nascentes (Ibid.). Em terceiro lugar, o autor refere a pertinência da tese weberiana acerca da afinidade eletiva entre a ética ascética protestante e o denominado espírito do capitalismo: em ambos os casos, o ganho económico é avalizado como fim em si no âmbito de uma conduta de vida racionalizada (Kurz, 2014b: 113).

Contudo, na ótica de Kurz, o aspeto “*decisivo*” para a eclosão do modo de (re)produção capitalista foi a denominada “revolução militar”, que conseguiu aglutinar as pré-condições mencionadas “num complexo global” (Ibid.: 102 e 114, *italico* nosso). Apoiando-se nas obras de Werner Sombart (cf. 2015), Geoffrey Parker (cf. 2013) e Karl Georg Zinn (cf. 1989), Kurz argumenta que “a invenção das armas de fogo” instaurou uma autêntica “economia de guerra” (Kurz, 1997b: 241; Kurz, 2002a: 1). O material bélico cessa de ser fabricável em termos artesanais e converte-se no protótipo das futuras indústrias capitalistas. Assiste-se à “transformação” *qualitativa* do dinheiro (Kurz, 2014b: 102): este começa a ser utilizado “para motivações inteiramente novas”, peculiarmente *económicas*, que haveriam de levar “à constituição original do capital” (Ibid.: 101). Está em jogo nada menos do que uma “rutura” igualmente “qualitativa” das “bases sociais” da reprodução (Ibid.: 102) e a concomitante “erosão das (...) relações de obrigação pessoal” características da matriz religiosa pré-moderna (Ibid.: 101). Vejamos como e porquê.

7.4.2 – A economia política das armas de fogo

7.4.2.1 – A revolução militar e o advento da modernidade

Conforme acabei de mencionar, segundo Robert Kurz existe uma estreita “conexão” entre a “revolução militar” e “a constituição capitalista primordial” (Ibid.: 102 e 103). Embora a pólvora já fosse conhecida, o nascimento das armas de fogo ocorre somente no segundo quartel do século XIV, na Europa (Kurz, 2002a: 3-4). Este avanço “destruiu as formas de dominação pré-capitalistas, visto que tornou militarmente ridícula a cavalaria feudal” (Kurz, 1997b: 241). A nova forma de conduzir a guerra inaugura uma “corrida armamentista” (Ibid.: 242) generalizada entre os “soberanos” que se debatem pela supremacia (Kurz, 2002a: 4).

Neste contexto, verifica-se o aperfeiçoamento contínuo dos “fuzis” e são criados “canhões cada vez maiores que conseguiam atirar para cada vez mais longe” (Ibid.). Estas inovações revolucionam completamente as “condições técnicas” e “organizacionais” da (re)produção social (Kurz, 2014b: 105). No seio da sociedade medieval, “o elmo, o escudo e a espada podiam praticamente ser produzidos por qualquer ferreiro de aldeia”, portanto, no seio de uma “organização (...) descentralizada de uma civilização agrária” (Kurz, 2002a: 5). Já o fabrico dos canhões, por seu turno, não podia ser efetuado em “pequenas oficinas” (Kurz, 1997b: 242) nem mediado pela “troca direta” (Kurz, 2002a: 7). Exigiu a constituição de “grandes instalações” centralizadas de cariz “proto-industrial” (Kurz, 2014b: 105) e a mediação de relações *monetárias* generalizadas e qualitativamente inauditas (Kurz, 2002a: 7; cf. 7.4.2.2). Kurz considera que esta foi a “matriz” embrionária da subsequente “industrialização do século XIX” (Kurz, 2002a: 5; Kurz, 1997b: 244).

A “logística da guerra” sofreu igualmente alterações profundas (Kurz, 2002a: 5). A mobilização intermitente de indivíduos para “campanhas” militares específicas foi substituída por “exércitos permanentes” (Kurz, 1997b: 242). Assistiu-se ao nascimento das “forças armadas” em sentido moderno, cujas fileiras engrossaram 1000% durante os séculos XVI e

XVII (Ibid.). Tanto os combatentes regulares como os mercenários “transformaram-se em «soldados», ou seja, em pessoas que recebem o «soldo»” (Ibid.: 243). Estes “assassinos profissionais (...) já não podiam recorrer a qualquer produção doméstica própria para se sustentarem” (Kurz, 2002a: 7), convertendo-se assim nos “primeiros «assalariados» modernos” que garantiam a sua subsistência “exclusivamente” através do “rendimento monetário” e do “consumo de mercadorias” (Kurz, 1997b: 243, tradução modificada). Os mercenários representavam, ademais, o “arquétipo do «trabalho abstrato»”, pois era-lhes “indiferente contra quem e a favor de quê se faz a guerra” (Kurz, 2002a: 8-9).

No topo da hierarquia militar, os “comandantes de exército” e, especialmente, os *condottieri* – quer dizer, “os caudilhos dos mercenários” (Ibid.: 7) – “foram os protótipos do empresariado moderno e de sua «prontidão ao risco»” (Kurz, 1997b: 244). O seu objetivo consistia em maximizar o produto resultante dos saques que depois seria transmutado na forma *monetária*. Obviamente que os “despojos” de “guerra” deveriam *idealmente* ser superiores aos seus “custos” (Ibid.: 243, tradução modificada). Para completar o quadro da racionalidade económica *in statu nascendi*, era comum os “generais” investirem os seus ganhos e tornarem-se “sócios do capital monetário e comercial” (Ibid.).

Este “complexo militar-industrial” (Kurz, 2014b: 108) e a respetiva “economia armamentista” alargaram imenso a esfera da reprodução mediada pelo “dinheiro” (Kurz, 2002a: 7). O “aparelho militar” era um autêntico sorvedouro dos “recursos da sociedade” (Ibid.: 6), competindo aos monarcas angariar as vastas somas requeridas pelo funcionamento dos exércitos em expansão e pela aquisição de material bélico dispendioso. Deste modo, a outra face da “economia das armas de fogo” foi o desenvolvimento concomitante do “Estado territorial moderno, que começa por ser «absolutista»” (Kurz, 2014b: 105 e 107-108), mormente na sua faceta tributária.

Visto que os despojos de guerra e os empréstimos contraídos “junto dos banqueiros” eram insuficientes para alimentar a “maquinaria” literalmente trituradora, “todas as relações hierárquicas de obrigação, contribuições, tributos”, etc. (Kurz, 2014b: 107), anteriormente pagos “em espécie” (Kurz, 1997b: 244), devêm agora impostos “brutalmente «monetizados»” (Kurz, 2014b: 107). As estimativas apontam para um aumento de 2200% da “carga fiscal (...) entre os séculos XV e XVIII” na Europa (Kurz, 2002a: 10).

A lógica económica do “aparelho militar” foi assim transposta para a vida quotidiana (Ibid.). Segundo Kurz, “o modo tradicional (...) de existência da população foi destruído” (Grupo Krisis, 2003: 46-47) à medida que as pessoas eram “obrigadas a «ganhar dinheiro» para poder pagar seus impostos ao Estado” (Kurz, 1997b: 244). Esta “coerção omnilateral” no sentido de se tornar sujeito *monetário* estimulou sobremaneira as atividades assalariadas e “constituiu um mercado que nunca existira” (Kurz, 2014b: 108).⁶⁵⁴ Portanto, nos primórdios da modernidade, Estado e mercado pressupõem-se e engendram-se *mutuamente* no contexto da revolução militar (Kurz, 1997b: 244).

7.4.2.2 – A transformação qualitativa do dinheiro

O aspeto-chave na transição da civilização pré-moderna para a sociedade capitalista é a “transformação *qualitativa* do (...) dinheiro” (Kurz, 2014b: 107, *itálico nosso*). A economia das armas de fogo, descrita no item pretérito, constitui o “protótipo de uma «economia» enquanto tal, no sentido moderno” (Ibid.: 105). Recorrendo explicitamente ao célebre conceito polanyiano, Kurz considera estar-se perante uma esfera “desvinculada” ou *desincrustada* face “a todas as outras áreas da vida” e que as subordina (Ibid.: 108). No seio deste espaço-tempo *abstraido*, “sem que os atores (...) tivessem consciência do alcance dos

⁶⁵⁴ “Obviamente, as pessoas não se deixaram introduzir de forma voluntária na nova economia monetária e armamentista”, pelo que “os poderes estatais centralizados tiveram de construir um aparato monstruoso de polícia e administração” (Kurz, 1997b: 244).

seus atos” (Ibid.), a *universalização* das relações monetárias confere ao dinheiro *qualidades inauditas* peculiares (Ibid.: 116).

Por um lado, devem progressivamente a “manifestação do valor que anteriormente nem sequer existira” (Ibid.: 102). Note-se que a “transmutação” do dinheiro “em mercadoria” antecede *historicamente* o valor (Ibid.: 118), ou seja, foi esta “mercadoria primordial que impôs a todos os objetos tocados pela sua lógica (...) a forma da mercadoria autonomizada” (Ibid.: 118).⁶⁵⁵ Por outro lado, a “fusão de canhões, Estado e dinheiro (...) conduziu ao nascimento do (...) fetiche do capital” (Ibid.: 108), porquanto o dinheiro se converte “num *fim-em-si* terreno (...) incessantemente em processo” (Ibid.: 116, *itálico nosso*).⁶⁵⁶

Pouco a pouco, a (ir)racionalidade económica emancipou-se da muleta militar. Segundo Kurz, “a insaciabilidade” abstrata “da forma foi-se desligando do seu fim” bélico “original” (Ibid.: 116) e “a fome de dinheiro dos regimes militares despóticos dos primórdios da Modernização transformou-se no princípio da «valorização do valor» que desde os primeiros anos do século XIX dava pelo nome de capitalismo” (Kurz, 2002a: 12). O móbil da (re)produção social passou a ser a “acumulação monetária pura e simples” (Ibid.: 8), verificando-se a multiplicação de “empresas privadas” racionalmente organizadas (Kurz, 2014b: 129), na aceção weberiana, e que “produziam, pela primeira vez, para um mercado anónimo” (Kurz, 2002a: 11).

Conforme se depreende daquilo que expus nesta secção, Robert Kurz apresenta uma solução engenhosa para a relação entre lógico e histórico na crítica da economia política marxiana. Em termos *lógicos*, do ponto de vista do modo de (re)produção capitalista *já estabelecido*, a forma-dinheiro é uma *consequência* da forma-mercadoria – o dinheiro é a forma de manifestação do *valor* das mercadorias (cf. 1.1.4). Por seu turno, em termos *históricos* o dinheiro, como achado ou artefacto, *antecede* o valor e o capital.

Primeiro, enquanto “«objetualidade do sacrifício» *simbólica* em relações de obrigação determinadas como sacras” (Kurz, 2014b: 100, *itálico nosso*). Depois, ainda no seio da matriz religiosa pré-moderna, enquanto dinheiro *sem valor* que medeia o intercâmbio de bens em nichos limitados (cf. 7.3.3). E finalmente, no contexto transitório da revolução militar, “enquanto protomercadoria” que, através da prática inconsciente que suscita, “foi transformando paulatinamente” os demais “produtos e objetos de uso em mercadorias” (Ibid.: 118).

Só então o dinheiro se assume como “objetualidade do valor”, embora os seus “contornos” ainda sejam nesta fase embrionária “pouco definidos” (Ibid.: 117). Na qualidade de representação material abstrata do valor *gradual* e *socialmente constituído* por via da generalização da troca e da produção mercantis, e que deveio um fim em si (Ibid.: 118), o dinheiro é o “*pressuposto* empírico-histórico do fetiche moderno do capital” (Ibid.: 100, *itálico nosso*).

Aquilo que se disse acerca da ligação entre dinheiro e valor aplica-se, *mutatis mutandis*, à relação entre circulação e produção. Em termos *lógicos*, do ponto de vista do capitalismo desenvolvido, o *trabalho abstrato*, o valor e a mais-valia são a *essência* categorial que se manifesta nas formas *fenoménicas* do preço, da concorrência, do lucro e do rendimento (cf. 3.13.3.1). Portanto, a produção tem prioridade e determina os caracteres do mercado. Em termos *históricos*, no período transitório, a relação apresenta-se originalmente de maneira *invertida* (Ibid.: 139).

De facto, a “transformação qualitativa do dinheiro” erige a “esfera da circulação (...) antes de o capital enquanto tal existir e «estar em processo» em todos os seus momentos” e,

⁶⁵⁵ Este assunto será retomado mais à frente.

⁶⁵⁶ Portanto, “foi (...) uma (...) força destrutiva que abriu caminho à modernização” (Kurz, 1997b: 241), ou seja, “a racionalidade abstrata da economia industrial moderna brotou dos canos das espingardas e dos canhões (...), e não do interesse pelo bem-estar da sociedade” (Kurz, 2002a: 8).

particularmente, sem que se tenha ainda “estabelecido um sistema de «trabalho abstrato»” (Ibid.: 125, *itálico nosso*). Esta circulação mercantil era precária e incapaz “de subsistir por si” (Ibid.: 132), precisamente porque o valor carecia de um sólido fundamento *substancial* (Ibid.: 130). A solução para o impasse foi a mercadorização da “força de trabalho” e a concomitante “constituição” do mercado laboral (Ibid.: 133-134).

Só assim estavam criadas as pré-condições necessárias para “a constituição da própria categoria (...) abstratamente universal do «trabalho»” assalariado (Ibid.: 110). Por outras palavras, segundo Kurz, foi o processo de circulação que *engendrou* o trabalho abstrato.⁶⁵⁷ A “abstração real” do dinheiro e da troca “enquanto (...) forma de práxis executada «automaticamente» alargou-se da circulação, *instável enquanto tal*, ao fabrico”, doravante a fundamentação “do todo” (Ibid.: 130-131, *itálico nosso*).

Verificou-se, então, a criação de “uma nova forma social” associada à “profunda transformação do processo produtivo” (Ibid.: 119 e 128). Importa reter que foi este processo de constituição do “trabalho abstrato”, como relação de *produção* geral, “que veio estabilizar a criatura monstruosa acabada (...) de eclodir da revolução militar, promovendo-a ao sistema autonomizado de síntese social” que dá pelo nome de capitalismo (Ibid.: 132).⁶⁵⁸

7.5 – Sociedades capitalistas

7.5.1 – O trabalho como princípio socialmente sintético fetichista

Na ótica de Robert Kurz, o trabalho não constitui “uma condição supra-histórica ou antropológica da existência” (Kurz, 2004b: 137), nem pode, por isso, ser equiparado ao “processo de metabolismo com a natureza” *tout court* (Kurz, 2011b: 25). Trata-se de uma “forma de mediação” *social* “exclusivamente (...) moderna” (Kurz, 1995b: 12; Kurz, 1999b/1991: 18) que envolve um processo prático *real* de abstração (Kurz, 2004a: 16). Está-se perante “o dispêndio abstrato” e *tautológico* “de energia humana” no espaço-tempo “funcional” *desvinculado* da “economia empresarial” (Kurz, 2004b: 137). Nesta secção serão apresentados os aspetos que, de acordo com Kurz, caracterizam o trabalho como forma de fetiche responsável pela síntese macrossocial contemporânea.

7.5.1.1 – O trabalho abstrato resulta de uma redução apriorística social e fisiológica

Kurz começa por salientar que o trabalho abstrato não é uma simples generalização mental (Kurz, 1997b: 273). Esta categoria representa, ao invés, uma “abstração real” (Kurz, 2013b/2001: 123) que resulta de um processo social de “*redução*” (Kurz, 2008: 31, *itálico nosso*). O modo de (re)produção capitalista encerra uma matriz ou “determinação essencial *apriorística*” abstrativa (Kurz, 2004a: 19, *itálico nosso*) que reduz as várias atividades à mesma substância universal homogênea – ao puro “dispêndio de nervo, músculo e cérebro” *constitutivo* do valor (Ibid.: 18; cf. 1.1.2).

Note-se que este “não é apenas um processo da esfera da circulação, mas da produção, que funciona de tal maneira que *abstrai praticamente* daquilo que fabrica numa forma concreta” (Kurz, 2016/2004-05: 193-194, *itálico no original*). Para além disso, o “dispêndio de energia humana” *sans phrase* (Kurz, 2014b: 131) não deve ser confundido com uma “substância natural *imediate*”, pois trata-se de uma “substância *social*” (Kurz, 2004a: 18,

⁶⁵⁷ Kurz diz-nos preto no branco que “foi (...) da mutação do dinheiro em mercadoria e da monetização abrangente que nasceu o «trabalho» universal, geral e abstrato” (Kurz, 2014b: 128).

⁶⁵⁸ “[E]m termos históricos (...), o «trabalho abstrato» e a objetualidade do valor (...) não são pressuposto, mas resultado (...) Mas depois de a relação do capital estar socialmente implementada e de o seu «movimento em si mesmo» estar determinado, o «trabalho abstrato» e a objetualidade universal do valor demonstram ser (...) um pressuposto lógico e fáctico” da reprodução social hodierna (Kurz, 2014b: 135-136).

itálico nosso), ou seja, de uma “abstração real *fisiológica* (...) constituída no plano *social*” pelo capital (Kurz, 2014b: 173, itálico nosso).

De modo fetichista, cada trabalho específico é *validado* socialmente somente como coparticipante do mesmo universo socio-energético qualitativamente indistinto (Kurz, 2008: 31). A pré-condição para esta equiparação dos trabalhos é a *separação* do “dispêndio de energia” do seu “conteúdo concreto” (Kurz, 2016/2004-05: 210), de sorte que “nada mais resta senão um «lúgubre» *materiatur*” (Kurz, 2014b: 131). Portanto, a “idealidade da forma negativa” ou matriz redutora burguesa estabelece “como essencial apenas esse (...) dispêndio enquanto tal”, *desvinculado* de todas as suas determinações tangíveis (Kurz, 2004a: 18), porque aquilo que interessa é a multiplicação da riqueza *abstrata* autotélica por meio da atividade *abstrata* igualmente tautológica:

“Para o «sujeito automático» do processo de valorização não importa se são produzidas calças ou granadas de mão; só é essencial que no ato ocorram processos de combustão físicos humanos (dispêndio de energia) que possam ser representados como um quantum de valor; um procedimento em si absolutamente absurdo. No entanto, esses processos de combustão acontecem realmente; o que é absurdo é apenas o facto de serem tratados e «representados» *independentemente* da sua forma concreta (...), o que acontece porque o objetivo social é precisamente essa «representação» fetichista. A *redução ao processo de combustão físico é uma abstração social*, mas (...) é também por isso uma abstração real.” (Ibid.: 18-19, itálico nosso, tradução modificada)

Kurz observa que “este abstrair da forma concreta do dispêndio” (Ibid.: 18), e a correspondente “redução” das atividades (re)produtivas ao “mero dispêndio de energia fisiológica” (Kurz, 2016/2004-05: 210), não é de jeito nenhum “transhistórico” (Kurz, 2004a: 18). Esta prática fetichista “apenas faz «sentido» no contexto da abstração real moderna” (Ibid.) e, portanto, no seio de uma matriz *económica* (Kurz, 2013b/2001: 123). O trabalho abstrato é, pois, *simultaneamente* fisiológico, social e historicamente específico (Kurz, 2016/2004-05: 195).

Obviamente que nas sociedades pré-capitalistas o esforço físico estava *pressuposto* na miríade de atividades irredutivelmente heterogêneas (Ibid.: 210). Todavia, só no capitalismo a generalidade fisiológica, quer dizer, o puro dispêndio de energia humana, é *posta* socialmente como trabalho abstrato (cf. 1.1.2.4). Conforme explica Robert Kurz, abstrair não é aqui sinónimo de invenção *ex nihilo*, mas de isolamento *unilateral* de uma certa parcela da realidade, conferindo-lhe um novo sentido socio-simbólico:

“[A] abstração real especificamente capitalista (...) isola o processo de combustão fisiológica, o «dispêndio de nervos, músculos, cérebro», da forma concreta deste dispêndio e «representa-o» para si separadamente. (...) «Abstração» [real, NM] não significa que é feito algo que não estava presente de antemão, mas que algo que já estava presente é isolado, removido do seu contexto e tornado num objeto para si mesmo. O capitalismo efetua esta operação, na prática, com o momento do dispêndio fisiológico de energia sempre presente nas expressões humanas vitais. Fá-lo desvinculando este momento do seu contexto (...) e tratando-o como uma abstração real.” (Ibid.: 193).

O modo de (re)produção capitalista é, assim, “um objeto abstrato-real” *social* “que dispõe (...) de um pano de fundo material (...) *energético*” (Kurz, 2014b: 132, itálico nosso). Por um lado, a grandeza do valor é uma função do “quantum *energético* de força de trabalho (...) despendida” num dado lapso temporal (Kurz, 2004a: 19, itálico nosso), pois “sem esta base física (...) não sobra nenhuma objetividade na objetividade de valor” (Kurz, 2016/2004-05: 209).

Por outro, a magnitude do valor é uma “*média social*” (Kurz, 2004a: 19, *italico nosso*), pelo que nem todo o trabalho efetivamente despendido em sentido fisiológico *conta* como trabalho social, mas somente aquele que respeita o padrão objetivado de produtividade difundido pela concorrência: o tempo de trabalho socialmente necessário. Embora a redução dos vários trabalhos à mesma substância energética uniforme seja o *pressuposto* da sua (co)mensurabilidade, só serão validados socialmente os dispêndios abstratos de força de trabalho cumpridores da bitola normativa temporal vigente num dado momento.⁶⁵⁹

7.5.1.2 – O trabalho abstrato como absurdo fim-em-si

A segunda determinação fundamental do trabalho abstrato constitui-o “como *fim-em-si*” ou “*tautologia social*” (Kurz, 2018b/1991: 63 e 64, *italico no original*). Sob a égide desta abstração real, a “sociedade” transforma-se numa “máquina” animada (Kurz, 1999b/1991: 21) ao serviço da produção pela produção: o importante não é “*aquilo que se faz*, mas sim que o *fazer*, enquanto tal, seja feito” (Grupo Krisis, 2003: 33, *italico no original*). Trata-se de um processo fetichista em que “o trabalho vivo produz *trabalho morto*, ou «valor» (...) que se manifesta na sua forma acabada como *dinheiro*”, quer dizer, como valor de troca (Kurz, 2018b/1991: 64-65, *italico no original*).⁶⁶⁰

Portanto, enquanto forma de aparência do “valor”, a categoria nuclear da matriz económica moderna (Kurz, 1999b/1991: 226), o dinheiro “é a encarnação do trabalho abstrato” (Ibid.: 71), ou seja, “a *manifestação* fulcral da essência” substancial apriorística (Kurz, 2014b: 30, *italico nosso*). O dinheiro não é um simples “*meio de pagamento*” que intervém na troca das mercadorias (Kurz, 1993b: 127, *italico no original*); ele é a expressão “*social*” da riqueza “abstrata” (Ibid.: 125, *italico no original*) e, “como *capital*”, corporiza o “fim-em-si irracional” da valorização (Ibid.: 128, *italico nosso*; Kurz, 2014b: 190).

Assim, sendo verdade que, em termos qualitativos, o “trabalho «produz» (...) novamente «trabalho»” (Kurz, 2018b/1991: 64), embora numa forma distinta, “no plano *quantitativo*, (...) o trabalho vivo produz (...) uma *massa crescente* de «trabalho» morto” (Ibid.: 67-68, *italico no original*). Por outras palavras,

⁶⁵⁹ Robert Kurz chama ainda a atenção para o seguinte aspeto importante: “O tempo abstrato não é a própria objetividade de valor, mas a medida dessa objetividade de valor. (...) O tempo abstrato é a medida, mas o objeto desta mensuração é o dispêndio de energia humana tornada abstrata. A substância não é a medida, mas aquilo que é mensurado, a energia físico-abstrata despendida em unidades de tempo” (Kurz, 2016/2004-5: 209).

⁶⁶⁰ Em 1.5.2.5, estabeleço uma distinção entre forma-valor (ou valor como forma social) e forma do valor (ou valor de troca). Contraponho o *conteúdo* técnico-material da (re)produção capitalista à sua *forma* social assente no processo de valorização. Seguidamente, defino o valor de troca, na qualidade de *forma de manifestação* do valor (isto é, da “forma-valor”), como *a forma de uma forma*. Em “A Substância do Capital”, Robert Kurz estabelece uma distinção *conceptual* análoga, mas *sem* recorrer ao *conteúdo técnico-material* da (re)produção no seu raciocínio. Porém, o argumento é bastante similar porque se apoia também no binómio essência/aparência. Kurz escreve justamente que é preciso distinguir a “forma da essência” (valor) da “forma da aparência” (valor de troca): “a forma social em si é a forma (...) valor no sentido da objetividade do valor da mercadoria (...), cujo valor foi «produzido» na esfera da produção. Esta forma essencial, (...) a «forma valor», «aparece» na forma secundária do valor de troca” no mercado (Kurz, 2004a: 52). O valor de troca é, por conseguinte, a “forma de uma forma” (Ibid.). Num artigo de 1987, intitulado “Trabalho Abstrato e Socialismo”, Kurz havia exposto um argumento complementar, assente na distinção *analítica* entre trabalho e valor, igualmente compatível com o que eu afirmei na 1ª Parte, nomeadamente que o trabalho é a causa efetiva ou a substância do valor, mas não tem *nem é valor* (cf. 1.4.2.3). O trecho relevante é citado na tese de José Valdo Barros Silva Júnior: “Se uma *distinção* entre o trabalho e o valor deve ser estabelecida, então o *valor* seria a *forma do trabalho*, e, portanto, o valor de troca seria a «*forma de uma forma*», em uma segunda potência. Em outras palavras: comparado ao conteúdo do trabalho vivo, o *valor é uma forma*; comparado à forma de manifestação do valor de troca ou da relação de troca entre duas mercadorias, o *valor é ele próprio o conteúdo*. Estamos tratando de um *duplo conceito de forma do valor*, que não foi explicitado enquanto tal por Marx” (Kurz apud Silva Júnior, 2010: 39n35, *italico no original*).

“O processo tautológico do trabalho abstrato apenas faz algum «sentido» na medida em que o fim-em-si do dispêndio de força de trabalho não se reproduz sempre ao mesmo nível (...), mas, pelo contrário, se vai reproduzindo num patamar cada vez mais elevado, enquanto «reprodução alargada» (...). O mecanismo interno desta reprodução (...) é (...) a «mais-valia», isto é, o facto de a força de trabalho viva (...) poder trazer à «representação» «mais trabalho» sob uma forma morta, «coagulada», do que ela própria «custou» sob essa forma.” (Ibid.: 66-67)

Em suma, a (re)produção macrosocial hodierna está atrelada à reprodução ampliada do capital (Kurz, 1993b: 128-129) e, nessa medida, ao “processo económico” autotético de “transformação” do “trabalho” em dinheiro (Kurz, 1997b: 129). Trabalho abstrato e capital são, por isso, diferentes estados de agregação da *mesma* substância socio-energética alienada, cujo movimento adquiriu um “caráter de fetiche social independente e de contexto abrangente dotado de uma força de lei própria e quase automática” (Kurz, 2014b: 32), porquanto os “indivíduos (...) são incapazes de organizar conscientemente sua própria sociabilidade” (Kurz, 1993b: 126).

7.5.1.3 – Indiferença face ao conteúdo sensível, trabalho concreto e valor de uso

Os dois aspetos do trabalho abstrato referidos nos itens anteriores – a “redução (...) do processo de produção a um puro e simples dispêndio de energia humana” (Kurz, 2011b: 26) e a posição do trabalho como absurdo fim-em-si (Kurz, 2018b/1991: 92) – geram um terceiro atributo fetichista: a “indiferença destrutiva” em relação ao “conteúdo material-concreto” ou “momento sensível” da reprodução (Ibid.: 90; Kurz, 2014b: 131; Kurz, 1995b: 14).

O capitalismo é “uma cega máquina *social* (...) cuja tendência vai no sentido de absorver o ser humano e a natureza, todo o mundo alcançável, no seu processo de movimento” irracional, “de o digerir e de o excretar” como encarnação do valor (Kurz, 2018b/1991: 91, *italico no original*). Convertido em *input* do rolo compressor abstrato, o universo sensível “é transformado e revirado” sem nenhuma consideração pelas “consequências (...) no plano material e qualitativo”, pois o móbil tautológico socialmente sintético “reside no ato de transformar e revirar *enquanto tal*, que tem de se representar num grau cada vez mais amplo, na sua forma morta, como dinheiro, e multiplicar-se («acumular») em ciclos sem fim” (Ibid.: 93, *italico nosso*).

A “reprodução material” efetivada pelas múltiplas atividades específicas “não existe por si mesma”, mas “aparece” como “«suporte» necessário da valorização” (Kurz, 2013a: 6; Kurz, 2017b: 33). Esta *subsunção* do sensível no suprassensível tem implicações de longo alcance. A “inversão” *real* entre concretude e abstração que caracteriza a matriz capitalista (Kurz, 2012a: 7) significa que “o chamado trabalho concreto é somente a *forma de manifestação* do trabalho abstrato” (Kurz, 2016/2004-05: 200, *italico no original*; cf. Kurz, 2014b: 131).⁶⁶¹

O trabalho concreto não é uma categoria “inocente” (Kurz, 2016/2004-05: 200), e muito menos transhistórica (Ibid.: 207; cf. Kurz, 1995b: 13), justamente porque constitui, paradoxalmente, a “expressão (...) de uma abstração real” (Kurz, 2017b: 33).⁶⁶² Kurz salienta

⁶⁶¹ Conforme já se referiu inúmeras vezes (cf. 1.1.2.1, por exemplo), trabalho concreto e abstrato não são dois trabalhos diferentes, mas sim “dois aspetos” ou polos contraditórios do “*mesmo*” processo de “dispêndio” de energia humana (Kurz, 2016/2004-5: 200 e 207, *italico nosso*; Kurz, 2014b: 183).

⁶⁶² Na década de 1980 e no início da década de 1990, Robert Kurz ainda entende o trabalho concreto como uma categoria ontológica. Em “A Crise do Valor de Troca” lê-se que o “processo de trabalho” é idêntico ao “processo metabólico entre o homem e a natureza” (Kurz, 2018a/1986: 19). Em “A Honra Perdida do Trabalho”, o autor continuará a falar da suposta “concretude do trabalho pré-capitalista” (Kurz, 2018b/1991: 52). Na obra *O Colapso da Modernização*, também publicada em 1991, Kurz afirma analogamente que nas sociedades pré-modernas “o *trabalho*, o seu produto e a apropriação deste ainda aparecem essencialmente em

que “o lado concreto não só *não pode ser separado do abstrato*, como até lhe está subordinado” (Kurz, 2004a: 56, *itálico nosso*). O trabalho concreto representa tão-somente o “modo (...) específico de o «trabalho abstrato» se apropriar da «matéria» natural” em cada ramo de atividade, incorporando-a na sua lógica autotélica (Ibid.: 17). Neste sentido, a irracionalidade da forma social deixa a sua marca indelével no “conteúdo e propósito” concretos da (re)produção (Kurz, 2016/2004-05: 200).⁶⁶³

O “modo de organização da produção”, os seus “critérios operacionais” e o “regulamento económico empresarial” quotidiano são *predeterminados* pela necessidade *normativa* de validar todas as práticas concretas como “dispêndio de força de trabalho abstrato puro e simples” (Kurz, 2004a: 55). De facto, a (pre)disposição técnico-material da *indústria* moderna é definida de alto a baixo pelo espaço-tempo *abstrato* do trabalho e do capital onde está *incrustada*.⁶⁶⁴

“A moldagem da produção em função da lógica do trabalho abstrato (...) diz respeito (...) ao «como» do próprio processo de trabalho (...). O espaço-tempo abstrato da economia empresarial requer uma adequação do «trabalho concreto» ao espaço abstrato e ao tempo abstrato de uma produção contínua infinita (...): «Tempo é dinheiro». Tal significa que (...) tem de ser negado e eliminado tudo o que de algum modo obstrua este fluxo contínuo de uma combustão otimizada de energia humana”. (Ibid.: 72).

Em resultado deste processo macrossocial onipotente, verifica-se a normalização, a padronização e a uniformização dos caracteres tangíveis da produção. Por conseguinte, o desenvolvimento científico e tecnológico, impelido pela concorrência entre os muitos capitais (Kurz, 2013b/2001: 17), é impregnado pelas relações sociais de fetiche burguesas (Kurz, 2012a: 6). A “tecnologia” não pode ser considerada “neutra”, pois a sua “forma” e “estrutura” material “obedece aos imperativos” da valorização do valor (Ibid.). Os “instrumentos de produção” são configurados *tecnicamente* para cumprir ao milissegundo os ditames do tempo de trabalho socialmente necessário (Kurz, 2016/2004-05: 200-201).

A indiferença face a todo o conteúdo sensível abrange igualmente as “necessidades humanas”, nomeadamente no interior do processo de produção, onde se assiste à “degradação” dos operários (Ibid.). É o trabalhador que se adapta obrigatoriamente ao ritmo da maquinaria e não o inverso, por exemplo. Finalmente, a violência da abstração refere-se ainda ao desrespeito do meio “ambiente” (Kurz, 2004a: 73), observando-se a destruição acelerada da biosfera através de trabalhos *concretos* dilapidatários dos recursos naturais e/ou poluentes. No capitalismo, as “forças produtivas” materiais são “sempre simultaneamente (...) forças destrutivas” do mundo (Kurz, 2012a: 6; cf. Kurz, 2018b/1991: 90).

Obviamente que o “trabalho concreto” provoca também “resultados irracionais” e nefastos a jusante: nas qualidades palpáveis dos bens de consumo produzidos sob a forma de *valores de uso* (Kurz, 2017b: 33). Esta categoria diz respeito a uma “utilidade *abstrata*”, vazia que relega a satisfação das “necessidades” humanas para segundo plano (Kurz, 2004a: 17, *itálico nosso*). Na sociedade capitalista, “os produtos (...) não são considerados

sua forma *concreta*”, concluindo taxativamente que, “na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que *incluísse o trabalho*” (Kurz, 1999b/1991: 21, *itálico nosso*). Esta posição começa a cambiar em “O Pós-Marxismo e o Fetiche do Trabalho” (cf. Kurz, 1995b) e no *Manifesto Contra o Trabalho*, onde se rejeita liminarmente a equiparação do trabalho (concreto) ao metabolismo material com a natureza (cf. Grupo Krisis, 2003: 31). A historicidade do trabalho concreto será fundamentada inequivocamente nas duas partes que compõem “A Substância do Capital” (cf. Kurz, 2004a; 2005a; 2016/2004-05), cujo raciocínio tenho acompanhado de perto nesta secção.

⁶⁶³ “[E]sta abstração real tinge (...) a transformação da matéria em termos concretos” (Kurz, 2004a: 56).

⁶⁶⁴ A noção da economia – o locus do trabalho – como espaço-tempo *abstrato* será abordada em detalhe no item 7.5.1.4.

simplesmente como bens úteis”, destinados a atender necessidades particulares estabelecidas conscientemente, “mas (...) como uma «gelatina de trabalho», isto é, como uma determinada quantidade abstrata de energia humana socialmente despendida” (Kurz & Trenkle, 1999: 2).

Neste contexto, em termos sociais, “um casaco (...) não é um casaco e o leite não é leite, mas ambos aparecem igualmente como objetivação de «trabalho abstrato»” (Kurz, 2012a: 6). Kurz sublinha que “o valor de uso social dos produtos consiste”, portanto, “em «representar»” a “mais-valia”, quer dizer, em servir de veículo ou *portador* corpóreo do valor excedente que permite *realizá-lo* no momento da “venda” das mercadorias (Kurz, 2004a: 70).

Este facto nuclear tem duas grandes implicações. Em primeiro lugar, o valor de uso não deve ser confundido com a “utilidade *concreta*, material ou imaterial” (Ibid., itálico nosso), nem pode, por isso, “reivindicar nenhum estatuto transhistórico” (Kurz, 2014b: 154). Constituindo um dos polos da mercadoria, o valor de uso é indissociável dessa forma social (Kurz, 2004a: 17).

Em segundo lugar, tanto a finalidade concreta da produção quanto o “conteúdo material” dos bens são afetados sobremaneira pela lógica apriorística da “valorização” (Ibid.: 71). Assim, “são descontinuadas produções destinadas” a suprir “necessidades elementares por falta de rentabilidade e solvabilidade, enquanto a produção de produtos destrutivos” – mormente, de todo o tipo de armamento – “é reforçada” (Ibid.).

Ademais, mesmo os “conteúdos” dos bens aparentemente não nocivos sofrem com a irracionalidade do “trabalho abstrato” e do valor (Ibid.). Desde a produção de “alimentos (...) desnaturados” que contêm substâncias cancerígenas até à construção de habitações com “materiais prejudiciais para a saúde” no sentido de reduzir os custos (Ibid.), “a determinação qualitativa abstrata (...) e negativa do valor de uso” presta-se ser preenchida por qualquer produto que sirva os interesses enlouquecidos do capital (Ibid.: 70).

7.5.1.4 – A economia como esfera funcional desincrustada: o espaço-tempo abstrato

O modo de reprodução capitalista encontra-se dividido “em esferas (...) funcionais” (Kurz, 2004a: 62). Esta disposição resultou da constituição *primordial* da economia como domínio *desincrustado* (Kurz, 2004b: 117-118; cf. Polanyi, 2000). Por um lado, “a usurpação do espaço social pela abstração real do valor e do trabalho abstrato criou o espaço funcional da economia empresarial desvinculado” (Kurz, 2004a: 58).⁶⁶⁵ Por outro, esta cisão “*implica o carácter separado*” das restantes “áreas da vida em esferas especializadas” (Ibid.: 62, itálico nosso) – a “política”, a “arte”, a “religião”, os chamados “tempos livres”, etc. (Kurz, 1995b: 14; Kurz, 2018b/1991: 49).⁶⁶⁶

Estabelece-se uma relação rigidamente hierarquizada porquanto a economia “se converte no centro” nevrálgico “que domina todas essas outras «esferas»” (Kurz, 2004a: 62). O “fim em si económico”, quer dizer, “o dinheiro tornado capital que retorna a si mesmo” na qualidade de “«sujeito automático» cego”, é o “pressuposto” tácito e a (pré-)condição *sine qua non* dos demais “*subsistemas*” sociais que, por isso, possuem “um mero significado secundário” (Kurz, 2004b: 118, itálico no original).

Neste sentido, a quarta dimensão do trabalho, enquanto atividade económica *par excellence*, refere-se ao seu carácter essencial como prática social *realmente abstraída*,

⁶⁶⁵ “Na medida em que essa «valorização do valor» (...) se cinde da vida, começa a surgir uma esfera funcional” económica “separada e independente, como um corpo estranho na sociedade” (Kurz, 2004b: 118).

⁶⁶⁶ Esta é apenas metade da história. Em 7.5.6 será analisada em pormenor a dissociação sexualmente conotada que, na perspetiva de Kurz, é *co-constitutiva da totalidade* capitalista em conjunto com o trabalho abstrato, estando portanto igualmente *pressuposta* na ulterior divisão funcional das múltiplas esferas sociais. Dito de outro modo: a dissociação das atividades “femininas” da lógica económica “masculina” do valor é a cisão *originária* de que dependem as diferenciações remanescentes (Estado, cultura, etc.). Para além disso, em 7.5.7 dedicarei uma atenção especial à esfera político-jurídica, demonstrando como ela está logicamente *implicada* nas formas sociais da mercadoria, do trabalho abstrato e do capital.

diferenciada – em termos espaciais, temporais e simbólicos – dos demais momentos da vida (Kurz, 1995b: 14; Kurz, 2018b/1991: 91). Na modernidade, ao contrário do que sucedia nas civilizações pré-capitalistas (cf. 7.3.2), a “produção” está rigorosamente demarcada da “residência”, da “vida conjugal”, do “acompanhamento dos filhos”, do lúdico ou da “cultura” (Kurz, 2004a: 58).

Para além de abstraída, a economia apresenta-se também *no seu interior* como um espaço abstrato. De facto, “um pavilhão de fábrica (...) não é apenas material”, mas sobretudo “um lugar social específico” determinado “essencialmente (...) pela sua função (...) como espaço da valorização do valor” (Ibid.: 57). É a “finalidade autotélica” apriorística abstrata “de transformação permanente de energia humana em dinheiro” (Grupo Krisis, 2003: 32) que imprime às unidades produtivas uma certa “forma” técnico-material e organizacional (Kurz, 2004a: 57) – fábrica, escritório, burocracia, etc.

Ademais, na esfera económica impera uma *temporalidade* abstrata: aquela do trabalho socialmente necessário e sintético. O capitalismo constitui, pois,

“uma forma de tempo (...) historicamente específica, (...) o tempo contínuo (...) abstrato do Universo mecânico de Newton (...). Em termos sociais, é a forma de tempo do descomedimento, isto é, um tempo ilimitado, indefinido, a nada ligado (...) que apenas serve a pretensão desmedida do «sujeito automático» (...) de uma incorporação infinita de energia humana abstrata, despendida na medida de unidades de tempo igualmente abstratas (segundos, minutos, horas de «trabalho» desvinculadas de qualquer conteúdo), ou seja, a transformação de todo o tempo de vida em tempo de trabalho. (...) [A] medida do tempo de um fim-em-si irracional (...) já não afere um movimento limitado (...) para um determinado fim ou processo, mas (...) funciona como uma correia de tempo [laboral, NM] infinitamente reacoplada a si mesma”. (Ibid.: 63-64)

Em síntese, “no local de trabalho, *apenas* pode ser gasta energia abstrata”, de maneira que “o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado”, transformando-se em “simples matéria-prima que tem de ser otimizada: «tempo é dinheiro»” (Grupo Krisis, 2003: 32, *itálico no original*). Dado que “cada segundo é contabilizado” (Ibid.), o tempo é *sofrido* quotidianamente pelos indivíduos como o mais poderoso dos capatazes. Desgraçadamente, o jugo não termina nos portões da fábrica ou do escritório porque o “tempo livre fordista” representa a continuação do “trabalho” por “outros meios”: o “ritmo” maquinal funciona como “impulso interiorizado (...) em todos os âmbitos” sociais e, por conseguinte, “a (...) recreação consome tanto a vida quanto o «trabalho»” (Kurz, 1997b: 363).

Uma vez que “ao espaço funcional (...) realmente abstratificado (...) corresponde um tempo igualmente (...) abstratificado” (Kurz, 2004a: 63), pode-se falar da constituição de um “*espaço-tempo*” abstrato peculiarmente “*social*” no modo de (re)produção capitalista, a saber: “o espaço-tempo específico do processo de valorização da economia empresarial, do trabalho abstrato” (Ibid.: 65-66, *itálico nosso*).

De acordo com Robert Kurz, no seu seio verifica-se “um processo de abstração triplo, real e prático” (Ibid.: 66). Em primeiro lugar, trata-se de um “espaço-tempo estranho” aos operários (Ibid.: 67). Estes necessitam de “abstrair de si mesmos”, ou seja, “têm de se apagar a si mesmos como seres humanos, para obedecer aos imperativos do trabalho” (Ibid.). O indivíduo devém uma “máquina de combustão social” ao serviço da criação de “valor e mais-valia” (Ibid.).

Em segundo lugar, a “cooperação” que se estabelece no decurso da produção entre os trabalhadores é puramente funcional e “estruturada pelo (...) processo de valorização” (Ibid.: 68). Sendo incapazes de definir “o conteúdo e a evolução do processo” produtivo, mesmo quando são obrigados a “cooperarem” (Ibid.) os operários afiguram-se como “concorrentes monádicos” (Ibid.) ou “unidades mutuamente isoladas de dispêndio de energia humana

abstrata” (Ibid.). Portanto, para além de abstraírem de si próprios, “os sujeitos funcionais do trabalho abstrato também têm de abstrair uns dos outros na prática” (Ibid.: 67).

Em terceiro lugar, a “objetividade social” apriorística da “indiferença” face aos conteúdos sensíveis, inscrita no ADN da produção burguesa (cf. 7.5.1.3), repercute-se em “sujeitos” igualmente “indiferentes” em relação à sua “atividade” e aos conteúdos “concretos” que transformam através dela (Ibid.: 69). Assim, a identificação dos indivíduos com o trabalho realizado depende quase sempre de fatores *extrínsecos* aos seus caracteres específicos: “por exemplo, da posição na hierarquia (...) ou do êxito de vendas, do orgulho do rendimento abstrato em unidades de tempo/quantidades de peças, (...) da «aura» do nome da empresa, etc.” (Ibid.).

7.5.1.5 – O tempo histórico

Robert Kurz estabelece uma distinção fundamental entre duas formas de temporalidade que caracterizam o modo de (re)produção capitalista, apoiando-se explicitamente na teoria de Moishe Postone (Ibid.: 75). Por um lado, como se disse no item precedente, “o tempo (...) abstrato (...) é a lógica temporal do processo de valorização” (Ibid.), ou seja, “o tempo (...) *sem história* do contínuo económico-empresarial desvinculado” (Ibid.: 74, *italico* nosso). No contexto deste fluxo newtoniano, “uma hora é sempre uma hora de tempo independente, sem conteúdo, sem qualidade, homogêneo” que mede o dispêndio de força de trabalho humana (Ibid.: 76).

Por outro lado, “o tempo histórico concreto (...) é a lógica temporal da *materialidade*” das forças produtivas desenvolvidas pela acumulação de capital no decurso da sua trajetória *direcional* e “*dinâmica*” (Ibid.: 75 e 77, *italico* nosso). Através da “subsunção real”, da “cientificização” e do correspondente aumento da “produtividade”, o “conteúdo materialmente indiferente” da (re)produção é permanentemente redefinido por detrás das costas dos indivíduos (Ibid.: 76 e 77).

Neste âmbito, “uma hora” de trabalho social “não é sempre a mesma hora” em termos da massa de valores uso criada e da mais-valia (relativa) que é possível extrair do contingente de operários rentavelmente empregáveis (Ibid.: 76). O capitalismo assume-se, pois, como “um processo histórico concreto cego, uma história irreversível de constituição, imposição e crise, que se manifesta em estádios de desenvolvimento *qualitativamente diferentes*” (Ibid.: 74-75, *italico* nosso).

De facto, *crise* é a palavra-chave: visto que o capitalismo não é o eterno retorno do mesmo, verifica-se uma “tensão” crescente “entre (...) a abstração do «trabalho» e do valor, por um lado, e o «desenvolvimento» de” forças produtivas “materiais promovido pelo próprio processo de valorização, por outro” (Ibid.: 75-76). Na sequência da Revolução Microeletrónica, a concorrência encarrega-se de disseminar pelos muitos capitais o recurso às tecnologias da informação, à robotização e, em especial, à automação.

Deste modo, segundo Kurz, o “tempo abstrato” – ou seja, a hora de trabalho socialmente necessário – é esvaziado do seu conteúdo socio-energético pela *cronologia* histórica (Ibid.: 77). O número de operários *produtivos* empregados e o quantum de “trabalho abstrato” despendido começam a declinar em termos *absolutos* (Ibid.: 79). Esta “desubstancialização do valor” assinala que o “limite” *interno* do capital foi alcançado (Ibid.).⁶⁶⁷

7.5.1.6 – O mercado como extensão lógica do trabalho

A “reprodução” macrossocial moderna é impossível “sob a forma da unidade imediata do processo de produção e consumo” (Kurz, 2018b/1991: 116-117). Os múltiplos produtores

⁶⁶⁷ O limite interno absoluto do capital será discutido em 7.6, quando for abordada a teorização kurziana da crise.

privados independentes criados pela divisão do trabalho necessitam de trocar as suas mercadorias para estabelecer laços recíprocos (Ibid.: 124; cf. 1.2). Neste sentido, embora constitua o “apriorismo substancial da socialização capitalista negativa” (Kurz, 2014b: 139), o trabalho abstrato precisa de se representar “no dinheiro como o seu próprio «outro»” (Kurz, 2018b/1991: 116; cf. 1.1.4).

O mercado surge então como a extensão lógica da síntese social efetuada pelo trabalho. É o locus da *realização* do valor, permitindo aferir “que grandeza do trabalho abstrato despendido individualmente como fração do trabalho abstrato social total é, de facto, «válida»”, ou seja, *socialmente necessária* (Kurz, 2016/2004-05: 204, itálico nosso). Robert Kurz resume a questão da seguinte maneira:

“Como componente integrante desta relação de [re]produção, a circulação (...) mede a grandeza da objetividade de valor socialmente válida e *presente de antemão* (...). A unidade de produção e circulação consiste, portanto, no facto de a produção ser essencialmente produção de valor (...) num processo real de abstração (o trabalho abstrato aparece como racionalidade económica aos produtores e aos seus objetos), enquanto a circulação determina a grandeza socialmente válida desta objetividade de valor «*realizando-a*» (a mercadoria é convertida em dinheiro).” (Ibid.: 198, itálico nosso)

Logo, “a produção e o mercado (...) são (...) momentos” sequenciais *internamente relacionados* “na metamorfose do capital enquanto (...) todo social apriorístico” (Kurz, 2014b: 155 e 154). A troca mercantil “*pressupõe que o trabalho abstrato tenha efetivamente sido despendido*” (Kurz, 2016/2004-05: 204, itálico no original). Por isso, a “produção” de mais-valia é a “essência” do modo de (re)produção capitalista, enquanto o mercado constitui a sua forma de “*aparência*” (Kurz, 2018b/1991: 124, itálico no original; cf. 3.13.3.1) – “não é outra coisa senão a «esfera de realização» da tautologia social (...), isto é, do *fim-em-si* da transformação de trabalho vivo em trabalho morto” (Ibid.: 118, itálico no original).

7.5.2 – A constituição-fetice capitalista

7.5.2.1 – Dominação sem sujeito: o capital como relação social quasi-automática

Na perspetiva de Robert Kurz, trabalho e capital são tão-somente dois “estados de agregação da mesma forma-fetice social” (Kurz & Trenkle, 1999: 2): o primeiro surge na “forma líquida” do trabalho vivo em ação, enquanto o segundo se representa na “forma coagulada” do “dinheiro” (Kurz, 2013b/2001: 124). A estreita relação entre ambas as categorias resulta evidente assim que se relembra que o trabalho abstrato é a “substância formadora do valor” e, nesse sentido, a “substância do capital” (Kurz, 2004a: 46).

Trata-se de uma “substância (...) *negativa*” que é ao mesmo tempo a “forma” abrangente da “socialização” hodierna igualmente “*negativa*” (Kurz, 2017b: 31, itálico no original; cf. Kurz, 2013b/2001: 125). Por outras palavras, na qualidade de “abstração real social”, o trabalho “constitui o *a priori* da reprodução capitalista *como totalidade*”, sendo a “força motriz” do processo de valorização (Kurz, 2004a: 14, 45 e 53, itálico nosso).

De facto, o “*fetice do capital*” (Kurz, 2018b/1991: 42, itálico no original), enquanto “complexo global (...) apriorístico” (Kurz, 2014b: 157), é a “relação (...) tautológica do trabalho social consigo próprio” (Kurz, 2018b/1991: 42), ou seja, “«valorização do valor» significa uma reacoplagem cibernética do valor a si mesmo, como uma espécie de máquina social” (Grupo EXIT!, 2007: 4). Mediante este processo “autorreferencial” (Kurz & Trenkle, 1999: 2), a matriz trituradora capitalista “transforma contínua e incessantemente, em escala ampliada, energia humana abstrata («trabalho») em dinheiro” (Kurz & Lohoff, 2014: 34-35).

Em Marx, o capital é definido explicitamente como uma “relação social” (Kurz, 2018b/1991: 71n2). No entanto, opondo-se à leitura marxista tradicional, Robert Kurz alerta

que não se trata da relação *pessoal*, sociologista entre a classe burguesa e a classe operária, nem da correspondente dominação *direta* desta por aquela. No modo de (re)produção capitalista, a “relação social” nuclear “é a referência fetichista e tautológica do trabalho abstrato posto como fim-em-si *consigo mesmo*” (Ibid., *itálico nosso*).

Por essa razão, Marx utiliza o termo aparentemente contraditório de “sujeito automático” para caracterizar o movimento autotético do capital (Kurz, 1993a: 8). Neste “*sistema*”, em que as atividades se autonomizam do controlo consciente dos seres humanos (Kurz, 1993b: 143 *itálico nosso*), a dominação social é eminentemente *impessoal*, “sem sujeito” (Kurz, 1999b/1991: 34), porquanto o locus da “heteronomia (...) não se resolve (...) em nenhuma subjetividade” (Kurz, 1993a: 8).

Pelo contrário, é o *apriorismo* cego e solipsista do “sujeito automático” que põe a classe capitalista e a classe operária como polos “funcionais” antagonistas da lei do valor (cf. 3.14.1), reduzindo os respetivos membros “a «máscaras de caráter» das categorias económicas” (Kurz, 2013b/2001: 49 e 50, tradução modificada). Os indivíduos assumem-se como meros “portadores de papéis sociais” pré-estabelecidos (Kurz, 2018b/1991: 71n2). Os capitalistas são “funcionários da acumulação de capital como fim em si” (Kurz, 2013b/2001: 49), cuja índole metafísica não comandam (Kurz, 1993a: 2), enquanto os proletários são *personificações* da força de trabalho.

Importa reter que, na ótica de Kurz, é o “fetiche sem sujeito” do capital “*que se manifesta nos sujeitos que agem*”, de tal maneira que, na prossecução dos seus “objetivos individuais”, estes efetivam inconscientemente “um objetivo totalmente diverso, supra-individual (...): o movimento” quasi-independente do processo de “valorização” (Ibid.: 9, *itálico no original*). Existe, pois, “uma forma-fetice *pressuposta* a todos os sujeitos” (Ibid., *itálico nosso*).

Obviamente que “quem age são sempre os próprios indivíduos” (Kurz, 2013b/2001: 213). Todavia, através da sua prática alienada reiterada, eles constituem uma *matriz* fetichista – o capitalismo – e, por seu turno, são “*constituídos* por essa realidade” *sistemática* (Kurz, 1993a: 5, *itálico nosso*), pré-dispositora das suas ações quotidianas ao aprisioná-las numa forma social abstrata (Kurz, 2013b/2001: 213). Portanto, “o sujeito não desaparece”, mas subsiste, em virtude da sua própria natureza, “como mero sujeito interno da constituição do fetiche” mercantil *impessoal*, executando aquela lógica apriorística que o constitui e, assim, o domina (Kurz, 1993a: 25).⁶⁶⁸

7.5.2.2 – Metafísica real: o idealismo como núcleo (ir)racional da dialética hegeliana

No coração do modo de (re)produção capitalista encontra-se uma matriz abstrativa que reduz praticamente “a diversidade do mundo” à mesma substância homogênea (Kurz, 2004a: 16). Verifica-se uma inversão grotesca entre concretude e abstração: “todos os nexos concretos e os objetos sensíveis contam apenas como expressão de uma abstração social” (Kurz, 2004b: 215). Que é também uma inversão entre particularidade e generalidade: “o geral (...) não é uma manifestação do particular”, mas, ao invés, é o “particular” que se assume como “uma manifestação da generalidade totalitária” do valor (Kurz, 2004a: 16; cf. 7.5.1).

Por meio do “trabalho abstrato”, o capital – uma entidade *suprassensível* – “deita a mão ao mundo material como um fantasma” (Ibid.: 12). Esta constituição-fetice é, pois, uma metafísica real, quer dizer, “uma metafísica que se tornou realidade palpável” (Grupo Krisis, 2003: 34). Simultaneamente é um *idealismo* efetivo (Kurz, 2004a: 12), na medida em que se assiste à subsunção violenta da realidade sensível num princípio *formal identitário* e *uniformizador* socialmente sintético.

⁶⁶⁸ Esta questão será retomada e aprofundada em 7.5.4.

Como se se tratasse de um *conceito*, a “*idealidade (...) negativa*” do binómio “valor/trabalho abstrato” (Ibid.: 13 *italico* nosso) *apaga* as especificidades dos seres humanos e dos seus produtos, uniformizando-os e nivelando-os: “as coisas terrenas empíricas não possuem uma existência independente, sendo antes a mera «expressão» da idealidade da forma” social “monística, absoluta” (Ibid.: 10). Em suma, a essência da sociedade moderna é “uma idealidade objetivada (...) por uma prática compulsiva” fetichista (Ibid.: 13).

Na sequência do que acaba de ser exposto nos parágrafos pretéritos, não causa estranheza que o entendimento da dialética hegeliana por parte de Robert Kurz seja similar aos de Jean-Marie Vincent e Moishe Postone (cf. 5.2.5 e 6.2.1). Segundo Kurz, “o idealismo formal da filosofia” de Hegel “pode ser decifrado” como a expressão inconsciente no pensamento do “princípio essencial do valor” enquanto “forma social de fetiche” (Ibid.: 11).⁶⁶⁹ Embora não utilize o termo, Kurz destaca a homologia entre o “espírito” hegeliano e o capital(ismo): em ambos os casos, está-se perante “um princípio da imanência da forma total em última instância determinante, do qual todas as coisas e relações apenas devem ser «formas de aparência»” (Ibid.: 10-11).

De facto, “na dialética positiva e afirmativa de Hegel todos os conteúdos e objetos (...) são postos na sua particularidade” somente como formas *fenoménicas* “do automovimento do «espírito do mundo»”, tal como na modernidade a concretude é a manifestação do movimento do “sujeito automático” (Kurz, 2010a: 16). De acordo com Kurz, a conclusão é evidente: não é a filosofia hegeliana que jaz de cabeça para baixo e que, por isso, precisaria de ser endireitada de modo “materialista”, conforme pretende o marxismo tradicional, mas é a própria realidade capitalista que é metafísica e, nesse sentido, se encontra *efetivamente invertida*, carecendo de uma transformação prática (Kurz, 2004a: 13; cf. Machado, 2014).

7.5.2.3 – A matriz transcendental

Como foi mencionado no item anterior, a matriz do capital é metafísica (Kurz, 2014b: 69). Porém, “torna-se real” (Ibid.) “de uma maneira nova face às antigas formações agrárias” (Grupo EXIT!, 2007: 5). Nela o apriorismo deixa de estar ancorado “no além”, ou seja, na “relação transcendente” com Deus, e encarna num princípio fetichista “intramundano” (Kurz, 2014b: 68). Na ótica de Robert Kurz, a “metafísica real” da modernidade é aquela “do trabalho e do valor” (Kurz, 2002b: 6; cf. Kurz, 2003c: 11; Kurz & Lohoff, 2014: 35). Trata-se de uma forma “paradoxal” de “transcendência *imanente*” (Kurz, 2006b: 21, *italico* nosso) que o autor designa por matriz “*transcendental*” (Kurz, 2014b: 68, *italico* nosso).

Em primeiro lugar, o apriorismo em questão é constituído por uma “substância” ao mesmo tempo “material” e “social”: o “trabalho”, na qualidade de “substância do capital,” é “o processo (...) através do qual” se afirma “no mundo terreno o princípio” suprassensível ou idealidade pura “da forma da metafísica real” (Kurz, 2004a: 11-12). Ao contrário da(s) *divindade(s)* nas civilizações pré-capitalistas – cuja disposição *etérea, celeste* é por definição impossível de determinar e que apenas aparece(m) *personificada(s)* num punhado de figuras-chave (rei, imperador, sacerdotes, etc.) –, a mediação-chave do trabalho está firmemente *inscrita* nos caracteres técnico-materiais, sociais e organizacionais da (re)produção moderna no seu conjunto.

Em segundo lugar, esta atividade socialmente sintética cria outra “abstração *real*”: o valor (Ibid.: 9, *italico* nosso). Embora seja o resultado de um “mecanismo de projeção social” (Ibid.) e, nessa medida, careça de tangibilidade corpórea (Kurz, 2014b: 68), o valor apresenta-se “ainda assim como uma relação social real e uma objetividade física” *palpável*

⁶⁶⁹ Tal como, de modo simétrico, “o materialismo substancial da física mecanicista” traduz “o mundo natural moldado e (...) «executado» por esse ditado da forma” (Kurz, 2004a: 11).

(Kurz, 2004a: 9) na forma fenoménica do “dinheiro” (Kurz, 2014b: 68). Um objeto concreto converte-se na “manifestação (...) terrena” (Ibid.) de um princípio fetichista abstrato (Ibid.: 70).

Visto que os seres humanos são incapazes de organizar conscientemente “a sua própria (...) socialização”, têm “de «representá-la» simbolicamente em um objeto externo” (Kurz, 1999b/1991: 221). Este “assume (...) um significado sobrenatural” e “adquire (...)”, apesar de sua banalidade material, *poder* sobre todos os membros” da “sociedade” através do seu movimento quasi-independente (Ibid., *itálico no original*). Está-se perante “uma forma *coisificada*, «objetivada»” de “mediação social” que, por isso, “já não necessita de uma instância transcendente *exterior ao mundo*, nem de mediadores pessoais como representantes dessa instância absoluta” (Kurz, 2004a: 9, *itálico nosso*).

Em suma, o “fetichismo outrora transcendente imigrou” (Kurz, 2014b: 68) para a realidade sensível, encarnando no “processo (...) impessoal” (Ibid.: 69-70) de “valorização do valor, imanente ao mundo” e tornado “forma de reprodução” (Kurz, 2006b: 21). Pode-se falar da *secularização* da metafísica (Kurz, 1993a: 24), ou seja, da “dissolução de toda a religião num movimento sacrificial terreno autonomizado: o fetichismo do capital” (Kurz, 2014b: 366) enquanto “reacoplamento” tautológico absurdo “do dinheiro a si mesmo” (Kurz, 2004a: 10).

O capitalismo constitui uma matriz “transcendental”, porquanto se trata “de uma «transcendência imanente» paradoxal, um princípio metafísico real abstrato que se manifesta de um modo empiricamente sensível” – no trabalho, nas mercadorias e no dinheiro – “e age de forma autónoma” (Kurz, 2014b: 70). Não só “o mundo sensível é degradado em manifestação do absoluto suprassensível” (Kurz, 2007a: 6), como este devém “o pressuposto mudo e objetivado (...) do conhecimento, do pensamento e da ação” (Kurz, 2014b: 68).

Conforme se verá em itens subsequentes, no seio da matriz apriorística moderna existe uma estreita *correspondência* entre as formas socioeconómicas do trabalho, do valor e do capital, por um lado, e as formas igualmente abstratas do sujeito (cf. 7.5.4), da razão iluminista (cf. 7.5.5) e da organização político-jurídica (cf. 7.5.7), por outro (Kurz, 2007c: 41). Para além disso, constatar-se-á que a lógica estruturalmente “masculina” do trabalho abstrato e aquela estruturalmente “feminina” da dissociação sexualmente conotada se implicam e pressupõem mutuamente, sendo em igual medida *co-constitutivas* da totalidade capitalista e das respetivas formas de objetividade e subjetividade social (cf. 7.5.6).

7.5.2.4 – Súmula: história (negativa) das relações de fetichismo

Robert Kurz considera que a história da Humanidade foi, até aos dias de hoje, uma “*ontologia negativa*” – a cronologia não-teleológica de constituições-fetichismo ou matrizes apriorísticas específicas (Kurz, 2003b: 26, *itálico no original*). O conceito de relações de fetichismo permite abarcar simultaneamente os pontos comuns e as diferenças essenciais entre as matrizes pré-capitalistas e burguesas. Por um lado, neste “nível de abstração” ou generalidade, “tanto as relações de reprodução pré-modernas como as modernas podem (...) ser designadas de «metafísicas reais»” (Kurz, 2006b: 22).

Por outro lado, essa constituição social metafísica e inconsciente “apresenta-se de modo fundamentalmente diferente” nas matrizes religiosas de cariz *transcendente* e nas matrizes económicas de índole *transcendental*. Nas primeiras, as “relações de relacionamento com Deus”, assim como os correspondentes laços sociais de obrigação e de sacrifício, são mediadas “*pessoalmente*”, enquanto nas segundas as “relações de valor” são mediadas de maneira quasi-*objetiva* pelo sujeito automático e pela sua substância laboral abstrata (Ibid.: 20, *itálico no original*).

Na perspetiva de Kurz, “apenas com um conceito de relações de fetichismo (...) se pode preservar a unidade de diferença e identidade, sem cair conceptualmente em uma ou outra

perspetiva unilateral” (Ibid.: 9). Este aspeto é de suma importância porque “a história das transições (...) de uma constituição histórica de fetiche para outra inclui sempre uma dialética de continuidade e descontinuidade ou «rutura»”, não existindo “um continuum puramente determinista, nem uma descontinuidade puramente contingente” (Kurz, 2007a: 20). O modo de (re)produção capitalista não constitui uma exceção neste âmbito, conforme assinala Kurz:

“[O] capitalismo teve (...) uma longa série de processos de transformação antes que pudesse sequer começar a funcionar «sobre os seus próprios fundamentos». Processos que incluem a revolução militar protomoderna, o protestantismo, o surgimento do absolutismo, o Iluminismo, etc. (...). Portanto, não há uma irrupção «repentina» do capitalismo, nem tão pouco uma continuidade evolutiva linear do seu «surgir».” (Ibid., tradução modificada)

É preciso evitar a *absolutização da continuidade*, típica da *economics*, que conhece o seu caso extremo na naturalização antropológica das categorias capitalistas, alçadas a “supostas condições supra-históricas da Humanidade que alegadamente constituiriam «o Homem» ou a sua «essência» enquanto tal” (Kurz, 2003b: 25). Bem como o reverso da medalha, isto é, “a *absolutização da descontinuidade* e da rutura” que “faz desaparecer o problema da mediação, sendo os processos de transição negados” (Kurz, 2007a: 24, *italico* nosso).

7.5.3 – Digressão: a relação entre o todo e as partes na exposição de *O Capital*

Na sua derradeira obra, *Dinheiro sem Valor*, Robert Kurz tece longas considerações metodológicas acerca da relação entre o todo e as partes na exposição de *O Capital*. Verificou-se em 7.5.2 que o modo de produção capitalista é um sistema ou *totalidade* negativa. Ora, dado que a *magnum opus* de Marx não constitui uma *história* do advento do capitalismo, mas a exposição “*lógica*” do “capital já formado”, o “processo global” é desde o começo do Livro Primeiro “o verdadeiro *pressuposto*” (Kurz, 2014b: 46, 135 e 28, *italico* nosso).

Porém, “a totalidade social do capital (...) não pode figurar *imediatamente* como tal na exposição teórica”, pois é impossível apresentar “tudo ao mesmo tempo” (Ibid.: 37 e 52, *italico* nosso). Neste sentido, a “reprodução teórico-mental” deste “todo” socio-histórico “complexo (...) apenas pode desenvolver-se gradualmente” através de “uma série sucessiva de determinações” categoriais (Ibid.: 37 e 52). Embora seja o “pressuposto” *real* da mercadoria, do valor e do capital individual, o *capital social* no seu conjunto surge na *exposição* – e apenas nela – como o “*resultado*” do desdobramento dialético dessas categorias (Ibid.: 37-38, *italico* nosso).

Mas note-se que, uma vez concluída a exposição no final do Livro Terceiro de *O Capital*, a *posição* da pressuposição, ou seja, a derivação dialética do “capital enquanto relação global” (Ibid.: 161), é simultaneamente a posição ou subsunção *retroativa* das inúmeras categorias, sem exceção, no seu “movimento” universal como *momentos* pertencentes a um “todo coeso” (Ibid.: 158 e 37). Torna-se igualmente óbvio que várias categorias *essenciais* – mormente, o trabalho abstrato, o valor e a mais-valia – apenas fazem sentido como “categorias da totalidade” (Ibid.: 28). Atente-se nas palavras de Robert Kurz:

“A totalidade da quantidade de trabalho despendida de forma «válida» (correspondente ao padrão de produtividade) nos capitais individuais agrega-se, por detrás das costas dos atores, a uma massa social total de valor ou mais-valia. E é só neste plano que os termos valor e mais-valia são válidos e reais em sentido rigoroso. O capital é aqui um todo social que, no entanto, tem de se realizar (...) através da mediação da produção e da concorrência de capitais individuais no mercado. A massa de valor global que é

produzida pelo trabalho global é representada pela massa global de mercadorias, independentemente da força de trabalho despendida nas mercadorias individuais.” (Ibid.: 162)

Esta passagem defende uma série postulados que me parecem ser relativamente pacíficos. A última frase citada indica que o tempo de trabalho socialmente necessário é uma *média* social que se abstrai do tempo efetivamente requerido por cada produtor para fabricar um certo tipo de mercadorias. Neste contexto, a “mercadoria individual” apresenta-se como o mero exemplar ou parte alíquota do capital-mercadoria *social* e da respetiva massa de valor que este corporiza (Ibid.: 151). Assim, “a energia de trabalho substancial despendida” a título “individual” é (ou não) validada como “parte do «trabalho global»” (Ibid.: 183 e 160).⁶⁷⁰

Ademais, conforme se verificou no capítulo 3 (cf. 3.3), só os preços de produção são desagregáveis sectorialmente e somente os preços de mercado possuem uma existência “individual”, enquanto “o valor é sempre relativo à totalidade da sociedade” (Ibid.: 163). Logo, a determinação do valor pelo tempo de trabalho *aparece* ao nível da mercadoria unitária sob a forma fenoménica do *preço*, isto é, como oscilação mutuamente compensatória dos preços de mercado em torno do preço de produção.

Este mecanismo remete para a distinção fulcral entre essência e aparência (cf. 3.13.3.1) caracterizadora da modernidade: “As manifestações empíricas imediatas, nas quais a sociedade capitalista se apresenta na sua superfície (...), não coincidem (...) com a lógica essencial do capital, mas são (...) transformadas por múltiplas mediações e modificações” (Kurz, 2013b/2001: 323). No entanto, o aspeto decisivo é que o todo nunca deixa de ser o *prius* “determinante”: “o capital global como essência transcendental” *aparece* necessariamente “no plano dos capitais individuais e da sua concorrência no mercado”, *preformando* e *balizando* os horizontes destes (Kurz, 2014b: 183 e 182).

Os problemas no argumento de Kurz surgem quando insinua em várias passagens, contrariando os trechos supracitados, que o modo de “exposição” adotado por Marx é incorreto pois “o «começo» na figura da análise da forma do valor”, no capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital*, conduz inevitavelmente “à armadilha do individualismo metodológico” (Ibid.: 152). A forma-capital é desenvolvida dialeticamente a partir da forma-mercadoria; “do ponto de vista do processo global, esta abordagem” revelar-se-ia fundamentalmente “errada”, porque “a essência (negativa) é o todo” (Ibid.: 151-152).

Assim, Kurz aponta três falhas ao método expositivo de Marx. Em primeiro lugar, a mercadoria é um simples “momento do capital”, pelo que “não pode ser o objeto mentalmente *isolado* de uma análise essencial” (Ibid.: 152, *itálico nosso*). Em segundo lugar, a “mercadoria *individual*” não encerra “a lógica da (...) relação” global do capital (Ibid.: 151-152, *itálico nosso*). Em terceiro lugar, o “capital *individual*” também não representa um “modelo” para o capital social no seu conjunto (Ibid.: 152, *itálico nosso*). Ao invés, é o

⁶⁷⁰ Estas asserções encontram apoio textual nas obras de Marx. No *Manuscrito Económico de 1861-63*, lê-se o seguinte: “O valor da mercadoria – que é o produto de uma esfera de produção particular – é determinado pelo trabalho requerido para produzir a quantidade total (...) das mercadorias pertencentes a essa esfera (...) e não pelo tempo de trabalho específico que cada capitalista individual (...) necessita” para produzir as mercadorias (Marx, 1989a/1861-63: 428, *itálico no original*). Noutra passagem acrescenta que “o valor de cada mercadoria individual numa esfera de produção particular” é “determinado pela *massa total do tempo de trabalho social* requerido pela [produção da, NM] *massa total de mercadorias desta esfera particular da produção social* e não (...) pelo tempo de trabalho que a mercadoria unitária custou ao seu produtor e vendedor *particular*” (Ibid.: 430, *itálico no original*). No Livro Terceiro de *O Capital*, Marx afirma analogamente que analisa “a lei do valor tal como ela se impõe não às mercadorias ou aos artigos individuais, mas aos produtos globais originados em cada uma das esferas específicas da produção social, autonomizadas pela divisão do trabalho” (Marx, 1986b/1894: 138).

processo “global”, na “qualidade” de matriz transcendental, que “determina” os caracteres das “mercadorias individuais” e dos “capitais individuais” (Ibid.).

O raciocínio de Kurz é eminentemente aporético. Ao contrário do que pretende o autor, a mercadoria do capítulo 1 do Livro Primeiro *não é* a mercadoria individual ou ideal-típica. Trata-se da forma social *universal* – especificamente capitalista – dos produtos do trabalho. O próprio termo “forma celular” (cf. 1.1.1) remete para a analogia com o organismo: obviamente que as células *pressupõem* o organismo (o todo).⁶⁷¹ Portanto, a forma-mercadoria pressupõe o capital (global) que, no entanto, terá de ser *posto* e *determinado* no decurso da exposição dos três Livros que compõem a *magnum opus* de Marx. Para além disso, no capítulo 4 do Livro Primeiro, Marx não desdobra dialeticamente o “capital individual”, mas o *capital* (produtivo) *em geral* (cf. Anexo 1), conforme indica o título escolhido para a secção 1: “A Fórmula Geral do Capital”. Os impasses levantados por Kurz em *Dinheiro sem Valor* são, por isso, *não-problemas*.

Julgo que o autor confunde duas questões distintas. Uma coisa é dizer – acertadamente – que a *totalidade* (negativa) do capital é o *prius real*, ou seja, a predisposição determinante da sociedade burguesa. Outra coisa é defender implicitamente em várias passagens – quanto a mim, de modo equivocado – que Marx *deveria* ter começado a sua exposição *direta* e *imediatamente* pelo processo global do capital, isto é, pelo plano macrosocial. Embora na modernidade o todo dialético seja o pressuposto efetivo das partes, justamente por causa da sua *complexidade* e abrangência a constituição-fetice não pode ser apreendida *de uma assentada*.

A reprodução do capital *no pensamento* exige que se comece a exposição com categorias *simples* e se avance progressivamente para categorias mais ricas. Em termos estritamente conceptuais, “sem uma explicação prévia das categorias de base – trabalho abstrato, valor, mercadoria, dinheiro – os raciocínios ulteriores não teriam sentido” (Jappe, 2006: 14) e seriam manifestamente incompreensíveis. Em suma, querer começar a *exposição* do todo pelo todo é um beco sem saída. Essa é, aliás, a razão por que Robert Kurz nunca concretiza qual seria, afinal de contas, a sua alternativa concreta ao método de apresentação adotado por Marx em *O Capital*.

7.5.4 – A forma do sujeito

7.5.4.1 – O sujeito como portador abstrato da ação social predeterminada

Através da prática coletiva socialmente mediadora e sintética do trabalho abstrato os seres humanos *constituem* o capital. Ao mesmo tempo, são *constituídos* como *sujeitos*-suporte do processo de valorização. Portanto, para além de ser a “forma universal” *objetivada* “de reprodução da sociedade” moderna, conforme se viu em 7.5.2, o “valor” é o princípio estruturante “inconsciente” subjacente às formas genéricas da subjetividade e do “pensamento” (Kurz, 1993a: 36; Kurz, 1997b: 27).

O sujeito representa, pois, “a forma que a relação de valor impõe aos indivíduos” (Kurz, 2003b: 4). Antes de tudo, encerra a configuração especificamente “capitalista do agir” (Kurz, 2005a: 22; cf. Kurz, 2003c: 17). O sujeito é o “portador (...) do trabalho abstrato e das

⁶⁷¹ Num artigo de 2008, intitulado “O Desvalor do Desconhecimento”, Kurz reconheceu explicitamente esse facto, interpretando o capítulo inicial de *O Capital* da seguinte maneira: “Se Marx aí analisa a gênese da forma do valor e, ao fazê-lo, formula a equação «x mercadoria a = y mercadoria b» com base no trabalho abstrato como «terceiro comum», trata-se da mercadoria como «forma celular», no sentido de uma figura conceptual para a reconstrução teórica da lógica social subjacente; não, porém, de uma determinação definitiva que pudesse ser aplicada cegamente a qualquer mercadoria individual empírica (...). A «forma celular» do 1º capítulo refere-se à lógica interna da reprodução capitalista como sistema global, cujas mediações apenas se tornam evidentes no decurso ulterior da argumentação” (Kurz, 2008: 8, *italico* nosso).

suas funções derivadas”, colocando “em movimento o «sujeito automático»” (Kurz, 2005a: 22) através de uma “ação social” *pré-estruturada* pela “*matriz a priori* da constituição fetichista” (Kurz, 2007c: 10, *italico no original*).

No seio desta emergem inconscientemente “«funções», códigos, condutas, etc.” quasi-espontâneos (Kurz, 1993a: 36) associados a “*padrões de ação* que parecem autoevidentes” e que, por isso, “não se submetem (...) a nenhuma reflexão” (Kurz, 2007c: 10, *italico no original*). Em outros termos, “as pessoas «agem antes de terem pensado»”, quer dizer, “elas agem em relações já constituídas e pré-estabelecidas” (Ibid.).

Por exemplo, na qualidade de portador da mercadoria força de trabalho, o operário tem de procurar vendê-la nas condições mais vantajosas para assegurar a sua sobrevivência. No interior do processo de produção, o tempo de trabalho socialmente necessário impõe-lhe a *maximização* da energia despendida durante um período diário pré-acordado. Por sua vez, enquanto funcionário do capital, o capitalista tem de forçar a produção de mais-valia e reinvestir continuamente o lucro obtido para manter o seu negócio.⁶⁷²

O capital molda os sujeitos funcionais ou máscaras de caráter à sua imagem (cf. 7.5.2). De facto, a “universalidade” *vazia, homogênea, unidimensional* (Kurz, 1994b: 9; Kurz, 1988: 3; Kurz, 2003c: 17; Kurz, 2010b: 38) da “forma do sujeito” é aquela do trabalho social que transformou os indivíduos em autómatos intercambiáveis (Kurz, 1994b: 9). De acordo com Kurz, o “homem” moderno é “um «sujeito» *realmente abstrato*, puramente exterior a todos os objetos naturais e sociais” (Kurz, 2013b/2001: 210; Kurz, 2014a: 19, *italico nosso*; cf. Kurz, 2003b: 6). À “indiferença da reprodução” social fetichista em relação a “todo o conteúdo sensível” corresponde a “indiferença mútua de homens abstratamente individualizados” (Kurz, 1993a: 41).

Este “sujeito do trabalho, do dinheiro e da concorrência” (Kurz, 2003b: 3) é o alicerce do sujeito jurídico. Os chamados direitos humanos dependem do exercício efetivo de uma profissão assalariada. Assim, os indivíduos têm de provar que a sua força de trabalho é útil ao processo de combustão tautológico do “sistema” capitalista, pois “só assim a” sua “existência está garantida” (Kurz, 2015: 75). Do ponto de vista da “rentabilidade económica” instrumental (Kurz, 1997b: 152), “toda a vida que não pode ser triturada pela «valorização do valor» é (...) uma vida «indigna»” (Kurz, 1999a: 8).

Logo, a forma moderna da subjetividade contém em si a *exclusão* social, especialmente no momento em que o modo de (re)produção burguês esbarra com o seu limite interno absoluto (cf. 7.6) e, por isso, a concorrência “*tem de produzir perdedores em massa*”: sujeitos laborais permanentemente sem emprego e sujeitos monetários desmonetizados (Kurz, 1999b/1991: 138, *italico no original*). Os seres humanos supérfluos devêm em termos práticos *não-sujeitos* à mercê da administração crescentemente repressiva do Estado, da miséria e da violência (cf. 7.5.7).

7.5.4.2 – A inconsciência em relação à forma social e a prisão do sujeito

O sujeito traduz “uma *identidade*” *negativa* “*entre forma de agir e forma de pensar* (...) mediante o «a priori tácito» da primeira” descrito no item pretérito (Kurz, 2007c: 10 e 15, *italico no original*). Por outras palavras, “os padrões de ação” gerados pelo trabalho abstrato e pelo capital “são quase *ontologicamente pressupostos* à reflexão” (Ibid.: 10, *italico no original*), de maneira que “quando pensa e age, o individuo” fá-lo “sempre” em

⁶⁷² Atente-se, ainda, que a ação político-jurídica do Estado tem como missão primordial assegurar o cumprimento das pré-condições institucionais e logísticas imprescindíveis para o “crescimento económico”, i.e., para a acumulação de capital (cf. 7.5.7). De facto, na constituição-fetice moderna, os benefícios ou desvantagens de “tudo” são aferidos “sistemicamente” em função daquilo que “é bom ou ruim para o capital” (Kurz, 1993b: 151). A “coisa pública” e o pretenso “bem comum” não se furtam, direta ou indiretamente, à influência dos critérios irracionais e violentos do valor.

consonância com as “condições” estabelecidas pela “constituição” fetichista (Kurz & Trenkle, 1999: 9).

A matriz transcendental hodierna produz, pois, uma forma universal de subjetividade igualmente *transcendental* e *apriorística* enquanto justaposição de agência e razão (Kurz, 1993a: 29-30). Esta é, contudo, uma consciência paradoxalmente “inconsciente” em duas acepções (Ibid.: 29). Em primeiro lugar, o sujeito “*não tem consciência*” da “*forma*” da reprodução social (Ibid.: 32, *itálico no original*), ou seja, não tem noção da síntese macrosocial que efetua irrefletidamente por meio da prática coletiva alienada.

Assim, apenas as suas ações *isoladas* quotidianas são conscientes no sentido bastante *limitado* de que o ser humano, ao contrário dos animais, não age por instinto, mas é capaz de pensar os seus atos específicos. No entanto, permanece fora dessa reflexão o contexto abrangente *a priori* de *todas* as suas práticas, “*cegamente pressuposto*” como uma fatalidade (Ibid.: 32, *itálico nosso*). Está-se perante “a incapacidade fundamental e estrutural de os membros da sociedade disporem de modo consciente de si mesmos e de suas próprias relações” (Kurz & Trenkle, 1999: 9).

Em segundo lugar, o próprio pensamento é eminentemente social e, por isso, na modernidade, a sua forma é constituída pela matriz do capital à sua semelhança. A consciência assume-se como uma grelha geral de “perceção (...) compulsória” (Kurz, 1993a: 35). Essa grade percetiva *abstrata* e as respetivas categorias *a priori* ordenadoras dos dados da experiência são acionadas *inconscientemente* de modo quasi-automático e aparentemente “natural” para apreender a realidade. O mesmo *princípio da identidade* é aplicado para classificar e subsumir o concreto sensível e o qualitativamente diverso. Kurz salienta que “isso vale tanto para o pensamento do senso comum quotidiano capitalista como para o pensamento da reflexão teórica” característica do Iluminismo (Kurz, 2007c: 10).⁶⁷³

Evidentemente que o fetichismo da forma-sujeito não abarca somente o modo de agir e de pensar, mas também o modo de ser, quer dizer, a “*auto-relação*” ou autoimagem dos indivíduos (Kurz, 1993a: 35, *itálico no original*). A célebre “dominação do homem pelo homem”, tão cara à vulgata marxista, deve ser entendida *literalmente* como “repressão interna (...), auto-reificação, autoviolação e autodisciplina” (Ibid.: 37). O *autodomínio* está inscrito na sua “estrutura sociopsíquica” (Kurz & Trenkle, 1999: 9), pelo que “o «eu» do sujeito (...) *se comporta consigo mesmo*” como matéria-prima do capital “e objetiva as próprias capacidades sob este aspeto” (Kurz, 1993a: 35, *itálico no original*). O *veículo* do trabalho é “rebaixado” ao estatuto de “máquina corporal” porque tem “*de ajustar maquinalmente o seu próprio corpo*” aos ditames da abstração real (Ibid.: 36, *itálico no original*).

Finalmente, importa ressaltar que o sujeito não tem noção das implicações da sua forma e, por conseguinte, crê ideologicamente ser livre. Na verdade, “a antiga submissão à tradição religiosa e às suas personificações é simplesmente substituída pela submissão (...) ao poder impessoal e coisificado do dinheiro e das suas «leis», (...) aceites como (...) naturais” (Kurz, 1994b: 9). Kurz observa pertinentemente que “o «silencioso *a priori*» (...) da valorização” – enquanto “lógica” totalitária do “modo de reprodução” capitalista (Kurz, 2010b: 38) – foi internalizado pelos sujeitos, devindo o *pressuposto* “historicamente” específico *constitutivo* “da sua vontade e da sua ação” (Kurz, 2014b: 156-157).

Apesar da arrogância, o “sujeito sobranceiro” burguês apenas “é «livre» (...) como executante do movimento determinado do fim-em-si do valor” (Kurz, 2002b: 10 e 12). Neste contexto, “as pessoas *não* «decidem»” obviamente “*sobre a forma social*” transcendental (Kurz, 2014b: 156, *itálico nosso*) – sendo impotentes perante as suas “leis compulsórias” (Kurz, 1994b: 9) –, mas limitam-se a deliberar “*no interior*” (Kurz & Trenkle, 1999: 9, *itálico*

⁶⁷³ Esta questão será retomada em 7.5.5.

nosso) do espaço-tempo funcional do “fetiche” (Kurz, 2003b: 4) e, assim, a lidar “com opções pré-cunhadas” pelo capital (Kurz & Lohoff, 2014: 46).⁶⁷⁴

Portanto, “todos os direitos e liberdades, toda a suposta autodeterminação e responsabilidade por si próprio (...) decorrem sempre (...) deste mudo apriorismo” (Kurz, 2002a: 13). O sujeito é livre para vender a sua força de trabalho e para fazer escolhas no “universo das mercadorias” de acordo com a sua “capacidade de pagamento” (Kurz, 2002b: 10).⁶⁷⁵ Caso não encontre comprador para as suas capacidades laborais, torna-se um fantasma que não cumpre os “critérios” do “ser humano” mercantil e é livre para passar fome (Ibid.).

Em suma, a forma moderna do sujeito é “negativamente social” (Kurz, 1988: 3) porque permanece “ditatorialmente presa ao dinheiro” (Kurz, 1994b: 9) e ao papel de portadora do “fim-em-si «desvinculado» (...) do trabalho abstrato” (Kurz, 2002a: 13). Logo, “a subjetividade não é o modo da libertação mas, pelo contrário, a forma do agrilhoamento do indivíduo” à constituição-fetiche (Kurz, 2003b: 6).

Embora não o saibam, enquanto “organizarem (...) o seu agir de acordo com a matriz” transcendental, os seres humanos executarão a lógica destrutiva do capital até ao seu “colapso” barbárico (Kurz, 2005a: 21, tradução modificada; cf. 7.6). Segundo Kurz, a única esperança emancipatória de travar este comboio desgovernado – se me for permitida a metáfora de Walter Benjamin – reside na *não-identidade* do indivíduo com a capa do sujeito.

7.5.4.3 – A não-identidade do indivíduo: contradição, sofrimento e emancipação

Robert Kurz rejeita liminarmente “a ontologia iluminista do sujeito” (Kurz, 2002a: 13) porque, conforme se verificou nos itens anteriores, considera que este é o produto da “socialização do valor” (Kurz, 2003b: 5) e, nessa medida, uma categoria exclusivamente moderna (Kurz, 2003c: 48; Kurz, 2018b/1991: 139). Assim, “é ao (...) indivíduo que assiste, de certo modo, um carácter supra-histórico” (Kurz, 2003b: 5). Porém, “não no sentido de um substrato imutável” ou “de uma «essência»” humana “ontológica”, mas como “relação” de *não-identidade* com a “forma social” prevalecente num dado momento (Ibid.).

Na aceção kurziana, a “individualidade” é então a “tensão entre os seres humanos particulares reais e sensíveis e a forma social que se encontra plasmada a fogo no interior dos mesmos, a «brecha» vivida com sofrimento, a falta de encaixe das necessidades e sensações dentro dessa casca obrigatória” do ser, do agir e do pensar (Ibid.). Portanto, também na modernidade, ao contrário do “uniforme” do sujeito que enverga (Ibid.: 3), o “indivíduo real” nunca se resume “por completo à (...) forma social (...) de fetiche” normativa (Ibid.: 5).

Dado o entrelaçamento *intrínseco* da reprodução macrosocial objetivada, do binómio subjetividade/individualidade e do pensamento no seio da matriz burguesa, a “contradição em processo” da reprodução capitalista – “da qual resultam as crises periódicas e, por fim, o «limite interno» absoluto” – não pode deixar de se repercutir sob a forma de “contradições internas” e “zonas de atrito” na “consciência” (Kurz, 2007c: 13). De facto, a “pré-condição” da “crítica” teórico-prática *autorreflexiva* do capitalismo é que os indivíduos não estejam inteiramente subsumidos nas “categorias” mercantis (Kurz & Trenkle, 1999: 5; cf. 6.2.3.2 e 6.7).

Nas palavras de Robert Kurz, “o ser humano tem sempre o defeito de poder pensar” *contra si mesmo* (Kurz, 2013b/2001: 12) *enquanto sujeito* portador do “sistema do trabalho abstrato e da sua forma valor” (Kurz, 2005a: 21), especialmente quando é confrontado com as irracionalidades substantivas desse sistema e com os *sofrimentos* palpáveis que ele lhe impõe.

⁶⁷⁴ A “ilusão do «livre-arbítrio» do moderno homem de dinheiro” escamoteia que “a liberdade da vontade só se pode mover no âmbito da forma-dinheiro e não tem nenhuma influência sobre as próprias leis dessa forma” (Kurz, 1993b: 127).

⁶⁷⁵ “O dinheiro (...) surge ao indivíduo abstrato (...) como o meio inconscientemente pressuposto pelo qual ele tem de afirmar o seu ego” (Kurz, 1988: 7).

Logo, a “pré-formação” da ação “não se realiza (...) como os automatismos físicos ou biológicos” porque, apesar do seu elevado grau de opacidade, “precisa de passar pela consciência” das pessoas (Kurz, 2007c: 13).⁶⁷⁶

A constituição-fetiche carece, pois, de fechamento ou “completude” (Kurz, 1993a: 44). Os “dilemas da autocontradição capitalista” manifestam-se numa “estrutura” igualmente “aporética” do “agir prático”, marcada pela “tensão permanente” entre os ditames fortemente acomodatórios da “segunda natureza” objetivada, por um lado, e “a consciência ou as experiências (...) negativas (...) nela contidas”, por outro (Kurz, 2007c: 13-14). A emancipação depende da mobilização e concertação dos indivíduos *sofredores* em torno da construção de um modo de vida social alternativo.

7.5.5 – A razão abstrata iluminista

7.5.5.1 – Racionalidade instrumental e princípio da identidade

A matriz transcendental do capital constitui também a forma do pensamento social predominante na modernidade. De facto, “o universalismo *abstrato* da razão” iluminista assume-se como o “reflexo da abstração real objetiva do dinheiro” (Kurz, 1999b/1991: 224, *itálico* nosso; cf. Sohn-Rethel, 1978/1970). Essa razão indiferente, homogeneizante e uniformizadora é socialmente *constituída* pelas *práticas* quotidianas num contexto mercantil. Por isso, é historicamente *específica*: representa a “grelha básica da reflexão e da ação” apenas no modo de (re)produção capitalista (Kurz, 2009b: 14).

Por um lado, é a “racionalidade instrumental imanente” ao processo autotético de “valorização” (Kurz, 2019/2003: 245 e 9). Recorrendo à nomenclatura weberiana, trata-se da pura racionalidade *formal* envolvida na adequação incessante dos “meios” ao “fim em si” pressuposto (Kurz, 1997b: 192), autonomizado e *substantivamente* “irracional” da acumulação de capital (Kurz, 2019/2003: 245). Neste redemoinho insaciável, “a natureza, assim como a sociedade e todos os seus objetos, são assimilados à abstração do valor” (Kurz, 2002b: 13). Este constrangimento sistémico, “desacoplado” das “necessidades humanas” (Kurz, 2019/2003: 245), conduz à “economificação (...) crescente do mundo” (Kurz, 2002b: 13) e transforma a “razão abstrata” subjacente numa verdadeira “desrazão” (Kurz, 1997b: 192 e 248).

Por outro lado, o próprio pensamento “conceptual” (Kurz, 1994a: 7) – plasmado na filosofia iluminista, na ciência e no “senso comum burguês” (Kurz, 2002b: 3) – é decalcado *inconscientemente* do princípio “formal” valorativo socialmente sintético (Kurz, 2009b: 14). Em especial, existe uma afinidade eletiva entre a “ciência natural moderna” e a “economia capitalista” (Kurz, 2004b: 232-233; cf. Kurz, 1993a: 31-32), atestada pela sua ascensão concomitante a partir do século XVII (Kurz, 1994a: 7).

Pode-se falar, no seguimento de Adorno, numa “*lógica identitária*” comum a ambas que subsume a realidade sensível numa “forma” apriorística “vazia” (Kurz, 2002b: 13, *itálico* no original; Kurz, 1994a: 8). Conforme se sabe, “na prática” social fetichista (Kurz, 2002b: 14), “tudo o que não couber” na “totalitária identidade (...) do dinheiro em processo” (Kurz, 1994a: 9) acaba “riscado” violentamente do mapa (Kurz, 2002b: 14). De modo homólogo, assevera Kurz, o “pensamento científico” herdeiro do Iluminismo funciona como “uma «máquina de identificação» conceptual”, ou seja, “«identifica» os objetos e fenómenos (...), sela-os com a sua abstração e não deixa nada sobre eles que não esteja incluído nela” (Kurz, 1994a: 7 e 8).

⁶⁷⁶ “[O] agir preformado pela matriz *a priori* nunca é a mera realização de uma mecânica interna do «sujeito automático»” (Kurz, 2007c: 14, *itálico* nosso).

Nos dois casos, trata-se de “medir conteúdos sensíveis de qualidade totalmente diferente com os mesmos critérios” abstratos “de uma lógica que se tornou independente” (Kurz, 1999b/1991: 217). A *idêntica* “dessensibilização e desestetização do mundo ocorre igualmente através do dinheiro e da ciência” enquanto facetas complementares da abstração real hodierna (Kurz, 1994a: 8): “À indiferença do dinheiro frente ao conteúdo das necessidades corresponde então a forma teórica do método científico positivista, aplicado a quaisquer conteúdos” (Kurz, 1999b/1991: 217, tradução modificada).

Como o leitor mais atento decerto já percebeu, Robert Kurz procede, na sequência de Alfred Sohn-Rethel (cf. Machado, 2013), à fundamentação histórica e social do sujeito transcendental kantiano. O portador de uma consciência *abstrata* (unidade da aperceção) que identifica e representa os dados da experiência num “espaço-tempo” *abstrato* de acordo com uma “grelha” categorial “*abstrata*” *a priori* é, na verdade, o sujeito-suporte do trabalho, do dinheiro e do capital típico da modernidade (Kurz, 1994a: 7-8, itálico nosso).

Obviamente que Kurz não defende a pura e simples rejeição do “pensamento conceptual”, que constitui “a única forma de reflexão alcançada” até aos dias de hoje, mas, em vez disso, a sua transformação profunda, indissociável da superação prática do seu contexto socio-histórico: o modo de (re)produção capitalista (Ibid.: 9). Somente a abolição do trabalho abstrato e do valor permitiria abolir a razão abstrata iluminista e substituí-la por uma “razão sensível” (Kurz, 1999b/1991: 224, itálico no original) que não violentasse as “coisas” nem as “relações” humanas procurando uniformizá-las (Kurz, 1994a: 9).

7.5.5.2 – O Iluminismo como ideologia legitimadora do capitalismo

Irracional na forma, porquanto “a razão (...) rebaixou-se à mera *racionalidade funcional*, ao serviço do processo de valorização do dinheiro” (Kurz, 1999b/1991: 224, itálico no original, tradução modificada), o pensamento iluminista é também frequentemente *ideológico* no conteúdo. Embora se apresentasse como um ataque impiedoso à “religião”, a filosofia das Luzes “não suprimiu” a metafísica, mas limitou-se a secularizá-la (Ibid.) caucionando a substituição da “constituição religiosa da sociedade pela metafísica real capitalista” (Kurz, 2019/2003: 291).

De facto, o Iluminismo acompanhou *pari passu* o desenvolvimento do capitalismo:

- i) Como “ideologia de imposição” da “moderna socialização pelo valor”, naturalizando as categorias burguesas e procurando tornar a crítica destas “literalmente impensável” (Kurz, 2002b: 3, 4 e 7);
- ii) Na qualidade de “ideologia (...) do progresso” que vê na civilização mercantil o patamar evolutivo mais elevado da Humanidade e o correspondente “fim da história” (Ibid.: 7);
- iii) Enquanto “ideologia de domesticação” dos seres humanos que devem aceitar doravante o maravilhoso destino de trabalhadores assalariados (Ibid.: 4).

A ontologia iluminista do trabalho, virtualmente transversal a *todas* as teorias sociais e orientações políticas dos últimos 300 anos (cf. Méda, 2010: 98-148), significa que o sujeito gastador de energia no espaço-tempo empresarial desvinculado, que concorre com as demais mónadas no mercado e que é obrigado a ganhar dinheiro para assegurar a sua subsistência – em suma, que se submete “ao imperativo objetivado da «segunda natureza»” fetichista – é *ideologicamente equiparado ao ser humano tout court* (Kurz, 2002b: 6-7 e 12). Nas palavras de Robert Kurz,

“O que a ideologia do Iluminismo faz passar pelo conceito único do indivíduo (...) é (...) o «Eu» abstrato, ou seja, a forma especificamente moderna da *individualidade abstrata*. Neste sentido, «indivíduo» significa já a forma sob a qual os seres humanos particulares

são pensados como sendo imediatamente idênticos com a relação social compulsiva: nomeadamente, como seres socialmente separados, societariamente atomizados que (...) apenas são capazes de se mediarem mutuamente através da forma de relação coisificada e morta do dinheiro.” (Kurz, 2003b: 3, *itálico no original*)

Esta equiparação redutora revela-se perversa e, inclusive, diabólica em virtude do seu carácter intrinsecamente excludente:

“A definição «do ser humano» como sujeito do valor (...) exclui socialmente da humanidade todos os indivíduos que, a título temporário ou definitivo, não (ou já não) possam atuar no âmbito do automovimento do «sujeito automático» e que, por conseguinte, (...) têm de ser considerados «supérfluos» e assim, em princípio, não-humanos.” (Kurz, 2002b: 9)

O sujeito jurídico vive na *sombra* do trabalhador assalariado, pelo que, em última instância, é “a concorrência” que “decide quem, quando e onde sai da categoria «Homem»” (Ibid.). Os mui-nobres direitos humanos redundam na “desumanização” prática “dos indivíduos não reproduzíveis de forma capitalista” (Ibid.).

7.5.6 – A dissociação sexualmente conotada

7.5.6.1 – A matriz sobrejacente da dissociação-valor

Na perspetiva de Robert Kurz, a constituição-fetice moderna não se resolve inteiramente no capital e no trabalho abstrato socialmente sintético. O autor reconhece a pertinência da “teoria da dissociação” sexualmente conotada de Roswitha Scholz⁶⁷⁷ (Kurz, 2010a: 7) e incorpora a “relação de género” no seio das “categorias capitalistas fundamentais” (Kurz, 2012a: 11). Ao contrário do que defende o feminismo pós-moderno, “o género não é simplesmente uma narrativa ou significante que pode ser desconstruído por meio de uma intervenção linguística, mas (...) uma estrutura de dominação com a sua própria história” (Robinson, 2018: 795).

Segundo Kurz, “a pretensão inerente à abstração do valor de subsumir totalmente o mundo (...) dos seres humanos e da natureza é (...) irrealizável” (Kurz & Lohoff, 2014: 53). Assim, a constituição da economia desincrustada só foi possível mediante a *dissociação* concomitante de vários “momentos da vida” – “materiais, psicossociais ou simbólico-culturais” – fulcrais para a “reprodução” social (Kurz, 2004b: 121-122; Kurz, 2007b: 164), mas que “não” são “representáveis sob a forma do valor” (Kurz, 2002b: 8) nem apreensíveis pela eficiência “abstrata empresarial da economização do tempo” (Grupo Krisis, 2003: 80).

Estes momentos que se furtam à “lógica” homogeneizante do “dinheiro” (Kurz, 1994a: 8) são “estruturalmente conotados como femininos” (Grupo EXIT!, 2004: 2) e, assim, devêm historicamente “delegados” nas “mulheres” (Kurz, 2007b: 164). Para além disso, uma vez que se encontram “dissociados da socialidade oficial” do valor, são “definidos como inferiores” (Kurz, 2012b: 4) e relegados para uma existência marginal enquanto pressuposto socialmente *invisível* (Kurz, 2002b: 8) ou “reverso «obscuro»” do capital (Kurz, 2012b: 4).

Esta “construção socio-histórica da «feminilidade»” (Kurz, 1994a: 8) envolve, pois, “a constituição de papéis sexuais específicos” (Kurz, 1997b: 28) claramente *hierarquizados* (Kurz, 1995b: 14). Por um lado, o “homem” surge como o *sujeito* “representante do trabalho

⁶⁷⁷ Exposta originalmente em 1992 no artigo “O Valor é o Homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos” (cf. Scholz, 1996/1992). A autora desenvolveu posteriormente a sua teoria em dois livros e em dezenas de ensaios (cf. <http://www.obeco-online.org/autores.htm> para as respetivas traduções portuguesas). A análise detalhada deste vasto corpo de literatura situa-se obviamente fora do âmbito da presente pesquisa. Limitar-me-ei a apresentar os principais aspetos da apropriação kurziana das teses de Scholz.

abstrato” no domínio económico *viril* da produção e da concorrência (Kurz, 1997b: 28). Por seu turno, a mulher converte-se “em «ente natural domesticado», no qual se descarrega tudo” aquilo (Ibid.) que “cai fora” dessa abstração real (Kurz, 1994a: 8).⁶⁷⁸

A manifestação mais visível da dissociação é a “esfera segregada” familiar (Grupo Krisis, 2003: 81). Esta é o locus do chamado “trabalho doméstico”, que abrange um conjunto de atividades quotidianas alheias à “forma da mercadoria” (Kurz, 1995b: 14), mas que se revelam indispensáveis para a reprodução da *força de trabalho*, mormente: cozinhar, lavar roupa, engomar, fazer limpezas, etc. (Kurz, 2004b: 241; Grupo Krisis, 2003: 39).

Além destas “tarefas concretas” materiais (Ibid.), as mulheres estão quase sempre encarregues das “relações imateriais” consubstanciadas no “amor” (Kurz & Lohoff, 2014: 53) e na “*dedicação afetiva*” (Kurz, 2004b: 241, *itálico no original*). Cabe-lhes “criar” no lar “uma atmosfera agradável”, quer dizer, um refúgio íntimo onde o guerreiro da “concorrência” possa recuperar das agruras sofridas no “espaço público capitalista” (Ibid.).⁶⁷⁹ A mesma dedicação emocional é aplicada à “educação dos filhos” e aos cuidados com “idosos” (Kurz & Lohoff, 2014: 53), portanto, à reprodução da força de trabalho *future* e ao amparo da força de trabalho cujo prazo de validade *expirou*.

Sendo indesmentível que o capitalismo “nunca teria podido funcionar sem esse espaço social segregado” (Grupo Krisis, 2003: 40), a “dissociação sexual” não diz respeito apenas à esfera doméstica da “privacidade burguesa” (Grupo EXIT!, 2007: 7). Trata-se de uma “relação” transversal a “todos os «domínios»” (Kurz, 2006a: 12) ou “planos” sociais hodiernos (Grupo EXIT!, 2004: 2). A dissociação é o “*pressuposto tácito*” do modo de (re)produção capitalista⁶⁸⁰ e, ao mesmo tempo, “o seu *resultado* específico” (Grupo Krisis, 2003: 40, *itálico nosso*). Por isso, é uma “determinação da essência” (Kurz, 2007c: 57) ou “categoria da totalidade, tal como a valorização e o «trabalho abstrato»” (Kurz, 2015: 74).

No seguimento de Scholz, Robert Kurz defende que valor e dissociação “são as duas faces da mesma medalha” (Kurz, 2006a: 12), quer dizer, representam *em igual medida* princípios ubíquos estruturantes, *co-constitutivos* da “matriz *a priori* socialmente *sobrejacente*” (Kurz, 2007c: 56, *itálico nosso*). Neste sentido, “o fetiche não é o valor só por si, do qual algo é dissociado, mas são o valor e a dissociação que constituem *em conjunto*, como *relação de valor-dissociação*, o fetiche específico da modernidade” (Kurz, 2006a: 12, *itálico nosso*; cf. Kurz, 2006b: 1-2; Kurz, 2007c: 50).

Em suma, “o sistema da economia desvinculada é (...) simultaneamente um sistema de «dissociação sexual»” e *vice-versa* (Kurz, 2015: 74).⁶⁸¹ Tanto a “abstração androcêntrica do valor” (Kurz, 2010b: 6) e “o «trabalho abstrato» (...) estruturalmente conotado como masculino” (Kurz, 2012a: 19), por um lado, quanto as demais “áreas da vida e momentos de relacionamento (afeto pessoal, sentimentos, etc.)” conotados como “femininos” (Kurz, 2004a: 58), por outro, *implicam-se mutuamente numa relação de dependência recíproca*. Somente a sua unidade “contraditória” (Kurz, 2007b: 164) permite “formar o conceito crítico da sociedade moderna” (Grupo EXIT!, 2007: 7).

A teoria da dissociação-valor representa “um conceito diferente do todo” (Kurz, 2017a: 18) porquanto nela, fazendo jus ao seu objeto, a “universalidade (...) negativa” do capital (Kurz, 2002b: 8) não predispõe “uma totalidade monística, (...) mas (...) uma totalidade quebrada, que em si não bate certo” (Kurz, 2005a: 22). Por outras palavras, o

⁶⁷⁸ A identidade sexual inerentemente masculina da forma-sujeito será abordada em 7.5.6.2.

⁶⁷⁹ No entanto, mesmo nesta esfera da “intimidade” é cada vez mais difícil distanciar-se completamente dos “imperativos sociais” fetichistas: “Os atores (...) nem sequer quando estão sozinhos podem abandonar o seu papel” (Kurz, 2012a: 8).

⁶⁸⁰ “O «sujeito automático» (...) tem (...) como pressuposto essencial uma determinada relação entre sexos” (Grupo EXIT!, 2007: 6).

⁶⁸¹ “A relação de valor é sempre ao mesmo tempo uma relação de dissociação” (Grupo EXIT!, 2004: 2).

universo abstrato da economia “não é um sistema fechado (...), apesar do seu totalitarismo” (Grupo EXIT!, 2004: 2), pois a relação-capital no seu conjunto apresenta-se “intrinsecamente fragmentada pela relação de dissociação sexual” (Kurz, 2008: 5; cf. Kurz, 2015: 74-75), “sem a qual não pode existir nem ser pensada” (Kurz, 2002b: 8). A matriz apriorística moderna é a “unidade dialética” (Kurz & Lohoff, 2014: 54) de identidade (valor) e não-identidade (dissociação) (cf. Scholz, 2009: 18).

Note-se, ainda, que a dissociação-valor, e não apenas o domínio económico desvinculado, constitui o verdadeiro pressuposto histórico da diferenciação funcional ulterior da modernidade em “esferas separadas, como a «política», a «arte e cultura», etc.” (Kurz, 1995b: 15; cf. Kurz, 2004b: 121-122; Kurz, 2007c: 42). Uma das principais esferas funcionais *derivadas* – a político-jurídica – será objeto de análise minuciosa no item 7.5.7.

7.5.6.2 – O sujeito social masculino e o objeto “natural” feminino

A constituição-fetice – a matriz apriorística da dissociação-valor – (pre)dispõe as formas de subjetividade e objetividade social. De facto, a própria “dicotomia sujeito-objeto” tipicamente iluminista traduz “uma *ocupação em termos sexuais*” (Kurz, 1993a: 35, itálico no original). O capitalismo “transformou a (...) massa de *homens* (...) em (...) *mónadas idênticas* detentoras “de força de trabalho” (Kurz, 1997b: 47, itálico no original). A forma-sujeito é desde a sua origem histórica conotada *masculinamente* (Kurz, 1993a: 35), pois possui uma estreita correspondência com o exercício do trabalho abstrato.

Ademais, este sujeito económico (“*bourgeois*”) é a âncora do *sujeito jurídico* (“*citoyen*”) e dos respetivos direitos do *Homem* (cf. 4.2.4; 5.6.1; 6.3.1.4). Assim, o indivíduo *abstrato*, homogéneo e sem qualidades descrito em 7.5.4 “é, na realidade, dotado de masculinidade” (Kurz, 2007b: 164). A “universalidade (...) formal” do “sujeito do valor” (Kurz, 2002b: 8 e 7) revela-se inerentemente androcêntrica (Kurz, 2007b: 164), quer dizer, “*um sujeito é um ator determinado estruturalmente pelo sexo masculino*” (Kurz, 1993a: 35, itálico no original).

Por sua vez, “a mulher (...) é (...) degradada a objeto” (Ibid.), surgindo como “ser compensatório” (Kurz, 1997b: 29) ou “figura *simetricamente invertida* (...) do sujeito do valor «masculino»” (Kurz, 2002b: 13, itálico nosso). É muitas vezes “acantonada” na “esfera privada e familiar” e, para além disso, vê-lhe serem atribuídos “pretensos «aspectos naturais»” (Kurz, 2007d: 532). Enquanto o homem acaba reduzido ao estatuto de “máquina social insensível”, a dissociação *projeta* na mulher um conjunto de qualidades que a transformam num “animal hipersensível” (Kurz, 1997b: 47). Robert Kurz resume a questão do seguinte modo:

“Ela deveria responder por tudo o que ele não mais podia sentir ou desfrutar: pelos sentimentos e pela dedicação afetiva, pela estética quotidiana e pela mobilização da sensualidade, enclausurada na prisão de segurança máxima da célula familiar modernizada em sua privacidade abstrata. Com isso, foram atribuídas à mulher (...) a imprevisibilidade e o capricho, a ausência de concentração e autodomínio, o cultivo da volutuosidade e a posse de uma sexualidade desenfreada”. (Ibid.)

Neste contexto, o homem estabelece uma relação contraditória de amor/ódio com a mulher. Por um lado, deseja, cobiça e anseia as “qualidades sensíveis” do seu Outro que, por isso, deve servi-lo “como «ente natural domesticado»” (Ibid.). Todavia, receia simultaneamente “essas qualidades” que devieram “algo estranho a si mesmo” (Ibid.). Necessita de recalá-las quotidianamente – violentando os seus sentidos, pulsões e corporalidade – por se tratarem de um estorvo que compromete o autodomínio requerido para vender eficazmente no mercado a sua força de trabalho e, sobretudo, para introjetar a “courage de abstração” e funcionar como robot animado no processo de produção (Ibid.).

O ódio *inconsciente* que sente pela sua situação, em virtude da violência que exerce sobre si mesmo enquanto ser humano sensível, é frequentemente deslocado para um *objeto* externo: a mulher. Por exemplo, depois de sofrer na pele as mil e uma humilhações diárias na fábrica ou no escritório, um homem chega a casa e descarrega as frustrações dando uma sova na esposa. As circunstâncias agravam-se perante “a crise epocal do «trabalho abstrato»” (cf. 1.16; 3.5; 5.5.1.1; 6.4.5; 7.6), que “é também”, como não podia deixar de ser, “a crise da masculinidade moderna” (Kurz, 2009b: 15) e da “relação entre os sexos” (Kurz, 1997b: 28-29). O resultado expectável é o “embrutecimento selvagem do patriarcado”, na medida em que a autoimagem laboral masculina moderna é ameaçada de extinção “sem que as estruturas e hierarquias patriarcais tenham desaparecido” (Scholz, 2017: 486).

7.5.6.3 – A “dupla socialização” das mulheres

A relação de dissociação não é desmentida pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho ao longo do século XX (Grupo Krisis, 2003: 41). Em primeiro lugar, na esfera económica elas são obrigadas a adotar os mesmos “traços” psicossociais imputados historicamente ao sujeito “masculino” (Kurz, 1995b: 15). O comportamento impiedoso e agressivo, tal como o “rigor”, o autocontrolo e a “*frieza emocional*”, são fundamentais “para subir na vida” profissional (Kurz, 2004b: 244, *itálico no original*). Tanto na concorrência quanto no processo de produção, a mulher age de acordo com a forma *pressuposta* de subjetividade social *androcêntrica* inerente à forma-valor (Kurz, 2002b: 8-9).⁶⁸²

Em segundo lugar, com a extensão do assalariamento emergiu uma figura “feminina esquizoide” (Grupo Krisis, 2003: 41), na medida em que a obtenção de um emprego “não significa que a sua responsabilização pelas atividades e relações no espaço da privacidade tenha sido suplantada e repartida por igual entre homens e mulheres” (Grupo EXIT!, 2007: 7). Pode-se falar da “dupla socialização” das mulheres (Kurz, 2010a: 30) que é, ao mesmo tempo, uma “dupla carga” (Kurz, 1997b: 361).

Por um lado, enfrentam “a mesma submissão ao ídolo trabalho, idêntica à dos homens”, enquanto, por outro, “mantendo-se intocada a estrutura da «dissociação»” (Grupo Krisis, 2003: 41), são desproporcionalmente responsáveis pela miríade de “atividades domésticas” e pela educação dos “filhos pequenos” (Kurz & Lohoff, 2014: 54). Com efeito, apenas “uma minoria de mulheres «mais bem pagas», (...) vencedoras no âmbito do apartheid social” (Grupo Krisis, 2003: 41), consegue eximir-se a esse fardo suplementar delegando-o a “empregadas domésticas (...) imigrantes, negras, desprivilegiadas” (Kurz, 2004b: 246).

Portanto, a matriz sobrejacente da dissociação-valor significa que o “reconhecimento” da mulher como *sujeito* na sociedade capitalista “deve ser mantido de forma imperfeita e incompleta” (Kurz, 2007b: 164). Nas palavras de Robert Kurz, “enquanto sujeito (...) monetário, está «dentro»”, mas “como portadora dos momentos e das áreas dissociadas da vida, está «fora»” da socialidade oficial abstrata (Kurz, 2002b: 8). Para além disso, as mulheres auferem “em média” salários inferiores aos dos homens e “raramente” alcançam “posições de chefia” (Grupo EXIT!, 2007: 7; cf. Kurz, 2004b: 242-243; Kurz, 2015: 75).

⁶⁸² De modo análogo, é perfeitamente possível que, em termos empíricos, alguns homens estejam encarregues dos momentos dissociados da reprodução social (trabalho doméstico, educação dos filhos, prestação de cuidados de enfermagem, assistência social, etc.). Nesses papéis, são forçados a assumir os traços psicossociais *femininos* imputados pela matriz sobrejacente (cf. Kurz & Lohoff, 2014: 54).

7.5.7 – O Estado e o direito

7.5.7.1 – A política como complemento necessário da economia

De acordo com Robert Kurz, a “política” não é um domínio “ontológico” ou transhistórico (Kurz, 1997b: 81), mas um traço “específico da modernidade” (Kurz, 1994b: 1). A constituição-fetiche capitalista engendra *necessariamente* a “economia” e a “política” (Kurz & Lohoff, 2014: 43) como “esferas funcionais” complementares da mediação social (Kurz, 1994b: 11). Por outras palavras, a “lógica” apriorística “da valorização” cinde-se “na estatalidade ou forma jurídica geral (...) e na «mão invisível» do mercado” (Kurz, 2010a: 19).

Deste modo, “ambos os momentos” da universalidade abstrata “apontam um para o outro e procedem um do outro” (Ibid.: 15; cf. Kurz, 1994b: 12), conforme explica Kurz:

“O mecanismo social objetivado da «mão invisível» precisa do poder de submissão política do Leviatã (...) e da forma jurídica geral dos «sujeitos», porque as mercadorias, na formulação (...) de Marx, «não podem ir para o mercado sem os seus guardiões», e estes últimos têm de agir em relações contratuais reguladas para poderem ser funcionários da legalidade [económica, NM] pseudo-natural. Inversamente, a estatalidade e a forma jurídica têm como seu próprio pressuposto (...) o «sujeito automático» da reprodução fetichista no seu conjunto, que lhes determina a moldura do «poder de decisão» e da juridificação.” (Kurz, 2010a: 15)

Portanto, política e economia representam tão-somente “os dois lados” da mesma forma de reprodução “social paradoxal, irracional e esquizofrénica” (Kurz, 2013b/2001: 165). Que se repercute na forma igualmente bipolar do sujeito: ao “*homo economicus*” ou “*bourgeois*” da sociedade civil corresponde, como a sua sombra, o “*homo politicus*” ou “*citoyen*” respaldado na autoridade do Leviatã (Ibid.). Neste contexto, a “estatalidade” é uma “componente *essencial* da relação de capital” e desempenha várias funções-chave (Kurz, 2010a: 1, *itálico* nosso).

Como se verá em 7.5.7.2, os portadores do trabalho abstrato têm de dispor livremente da sua força de trabalho para poderem transacioná-la no mercado. Isso implica o seu reconhecimento como sujeitos jurídicos iguais. Ademais, a socialização capitalista é peculiarmente *de-socializadora*, pelo que o inter-relacionamento de interesses privados antagónicos necessita de ser enquadrado por um conjunto de regras abstratas gerais – o direito – capaz de minimizar e dirimir os conflitos. Por último, o processo de produção e de acumulação do capital depende do cumprimento de uma série de pré-requisitos institucionais (infraestruturas, serviços, etc.) que, pela sua natureza, se situam fora da alçada dos agentes individuais e, assim, recaem sob a égide do Estado.

Antes de analisar estas funções impõe-se, contudo, uma chamada de atenção importante: a diferenciação da reprodução macrosocial hodierna nas esferas funcionais da economia e da política é, na verdade, uma cisão *derivada* que ocorre no interior do universo abstrato conotado *masculinamente*. Ela *pressupõe* e é *predisposta* pela matriz *sobrejacente* da dissociação-valor (Kurz, 2004b: 122; cf. 7.5.6.1). Em especial, a “atividade da mulher” no seio do espaço *doméstico* “antecede todas” as diferenciações “forjadas pela abstração viril” (Kurz, 1997b: 28).

A relação entre público e privado é, pois, eminentemente complexa no capitalismo. Por um lado, o lar é a esfera íntima da “privacidade” (Kurz, 2004b: 122), quer dizer, o “espaço sereno e acolchoado da «feminilidade»” que constitui um refúgio face ao mundo agreste “da concorrência e da esfera política” no espaço público “*masculino*” da socialidade oficial burguesa (Kurz, 1994b: 28, *itálico* no original). Todavia, alerta Kurz,

“Por outro lado, (...) ocorre também dentro dessa estrutura *masculina* oficial uma segunda cisão interna entre a esfera pública e a privada: a atividade [valorativa, NM] para o fim em si sem sujeito do sistema aparece aqui, de forma absurda, como a privacidade *masculina* do sujeito de interesse do capitalismo, o *homo economicus* e o ganhador de dinheiro, enquanto (...) a também masculina esfera complementar da política é definida como a esfera pública.” (Kurz, 2004b: 123, *italico no original*)

O modo de existência social capitalista comporta, então, uma esfera pública e duas esferas privadas. Aquela é a instância político-jurídica onde são discutidos e codificados normativamente os “assuntos gerais” (Kurz, 1994b: 28). Estas são, em primeiro lugar, a economia, ou seja, o domínio onde “o sujeito masculino da mercadoria” e do trabalho “segue os seus interesses monetários”; e, em segundo lugar, a esfera doméstica que abrange diversos “momentos da reprodução não apreensíveis sob a forma da mercadoria” e que, por isso, “são «dissociados»” (Ibid.) e conotados em termos psicossociais e simbólicos como femininos. Devido à hierarquização sexual constituída pela matriz transcendental, Kurz designa a economia dominante por “esfera privada I”, enquanto a instância doméstica subalternizada recebe a nomenclatura de “esfera privada II” (Ibid.).

7.5.7.2 – As funções da instância político-jurídica

A modernidade capitalista é estruturada pelo fetiche transcendental, de maneira que *não* existem indivíduos “conscientes da sua sociabilidade” que “se relacionam comunicativamente e decidem diretamente sobre a utilização de recursos sensíveis e materiais” (Kurz, 1994b: 12). Pelo contrário, dado que “os vários interesses” assumem a “forma” apriorística opaca da “mercadoria” (Ibid.), verifica-se “uma paradoxal insociabilidade dos indivíduos reais” (Kurz, 2013b/2001: 164) que, “enquanto sujeitos privados abstratos, relacionam-se entre si (...) através do dinheiro (a encarnação do trabalho abstrato)” (Kurz, 2018b/1991: 72).

A concorrência irrefreada entre estas mónadas económicas – os sujeitos do trabalho e do dinheiro – na sociedade civil conduziria rapidamente à guerra aberta se não existisse uma instância supra-individual (o Estado) responsável por codificar normas abstratas universalmente aplicáveis (o direito), suscetíveis de *regrar* as inter-relações quotidianas, e por arbitrar as disputas. A política, enquanto “esfera funcional”, é portanto uma necessidade “imane” ao modo de (re)produção capitalista (Kurz, 1994b: 12).

A sua primeira função diz respeito ao papel do direito – um “sistema de regras imperativas” (Ibid.) emanado da “burocracia estatal” (Kurz, 2018b/1991: 72) – como “concertação” de sujeitos isolados que são outros tantos interesses privados antagonistas (Kurz, 1994b: 12). O direito constitui “a forma geral-abstrata por meio da qual a sociedade produtora de mercadorias administra suas contradições irremediáveis” (Kurz & Trenkle, 1999: 11). A universalização da forma socialmente sintética da mercadoria significa que “todos os homens, sem exceção, (...) precisam de agir (...) como sujeitos (...) do direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais” (Kurz, 1997b: 96).

A forma-direito é a outra face da moeda da expansão das relações monetárias (Ibid.). Com efeito, é da troca de equivalentes que nasce a igualdade dos indivíduos trocadores: os guardiões das mercadorias assumem-se como “pessoas jurídicas” (Kurz, 2013b/2001: 164). Esta homogeneização dos portadores resulta da uniformização dos seus produtos promovida pelo “valor enquanto relação de produção e de circulação” (Kurz, 2003b: 10).

O sujeito jurídico consagra, então, “a *mónada* abstrata (...) da compra e da autovenda totais” (Kurz, 1988: 3, *italico no original*). “Autovenda” é a palavra-chave pois o proprietário de mercadorias é, antes de tudo, proprietário de si: dispõe livremente da sua força de trabalho e *deve* aliená-la no mercado para assegurar a subsistência. A liberdade consiste na “submissão *a priori* ao princípio” fetichista “capitalista da valorização” (Kurz, 2010a: 12).

Neste contexto, conforme tive oportunidade de frisar diversas vezes ao longo do presente capítulo, o “*homo economicus*” ou sujeito-suporte do trabalho abstrato é o fundamento impreterível do “*homo politicus*” (Kurz, 1997b: 58), quer dizer, “os seres humanos (...) apenas podem ser (...) pessoas tornando-se sujeitos da ação do fim em si social do automovimento do «sujeito automático» e só nesse sentido são também sujeitos jurídicos e cidadãos do Estado” (Kurz, 2010a: 12). De modo análogo, a igualdade abstrata dos *citoyens* é a expressão da subordinação *idêntica* dos *bourgeois* à roda trituratora do capital na esfera económica. Robert Kurz resume o nó da questão na seguinte passagem:

“[O] moderno universalismo ocidental é associado à «igualdade». (...) Mas (...) não passa de um conceito abstrato e, assim sendo, negativo. (...) [O]s indivíduos (...) apenas são «iguais» na medida em que se encontrem igualmente submetidos à forma do valor, sendo sujeitos da sua realização. O «ser humano enquanto tal» é o Homem meramente abstrato; o Homem, na medida em que pode ser sujeito do valor. É apenas a isso que se reporta o seu «reconhecimento» enquanto Homem, e é apenas neste sentido que ele pode possuir «direitos do Homem» universais e ser um sujeito jurídico no âmbito de estruturas estatais. Daí decorre que (...), fora do implacavelmente limitativo universo da forma do valor, ele deixa de ter qualquer semelhança com um ser humano, vendo-se reduzido ao patamar dos animais ou da vil matéria. A capacidade legal geral (...) encontra-se assim vinculada à capacidade de valorização, de trabalho, de venda, de financiamento ou, por uma palavra: à «rentabilidade» da existência”. (Kurz, 2003b: 8-9)

De acordo com a lógica empresarial moderna, o Homem – “enquanto (...) ser que (...) patenteia necessidades” sensíveis, psicossociais e interpessoais (Ibid.: 9) – é apenas a forma fenoménica da capacidade abstrata de dispêndio continuado de energia encerrada no seu organismo. Isso significa que a mera “existência física” não lhe granjeia o “reconhecimento” social e o correspondente direito de sobreviver (Ibid.: 10). Kurz salienta pertinentemente que “os indivíduos só se podem transformar em seres humanos e em sujeitos jurídicos após terem passado pelo (...) processo de seleção (...) «objetivo» (...) em função das leis da valorização e da situação no mercado” (Ibid.).

À medida que o “processo global” do capital, na sequência da 3ª Revolução Industrial (cf. 7.6), “vai cuspindo cada vez mais «supérfluos»” (Ibid.: 11), torna-se evidente que o trabalho assalariado devém um poderoso mecanismo de “exclusão” social (Ibid.: 13). As forças de trabalho inúteis do ponto de vista da expansão autotélica do valor convertem os seus veículos num “naco de carne” para canhão (Ibid.: 10), numa vida indigna de ser vivida. Neste sentido, o reverso simétrico da abstração laboral, “o universalismo jurídico (...) abstrato”, prova ser inteiramente “compatível (...) com a marginalização” de milhões de pessoas (Ibid.). Tal como as mercadorias invendáveis apodrecem nas prateleiras do supermercado, os supranumerários da valorização vegetam na indigência ou morrem de fome.

A segunda função da burocracia político-jurídica refere-se ao cumprimento dos pré-requisitos institucionais indispensáveis para a acumulação do capital. Uma vez que “nenhuma instância particular” dispõe de “dinheiro suficiente” para o seu financiamento, compete ao Estado mobilizar os “recursos” (Kurz, 1994b: 12-13) – canalizando as vastas somas necessárias através da tributação das empresas e das famílias e da emissão de dívida pública – para a construção dos “pressupostos infraestruturais” (Kurz, 1997b: 99) ou “condições gerais” do “processo de valorização” (Kurz, 1994b: 12) no seu conjunto enquanto “produção industrial cientificizada de mercadorias” (Kurz, 1997b: 99). Englobam-se na rubrica das infraestruturas, por exemplo, “a construção de rodovias e parte do sistema de tráfego, o abastecimento energético e a comunicação, (...) a canalização dos esgotos e o tratamento do lixo” (Ibid.).

É também uma incumbência estatal assumir a responsabilidade sobre um conjunto de atividades nucleares para a “sociedade como um todo” (Ibid.), mas que são inerentemente *improdutivas* em termos capitalistas (Kurz, 1994b: 12), de maneira que apenas podem assumir “a forma de serviços públicos” (Kurz, 1993b: 84). A listagem não exaustiva inclui, naturalmente, para além “das forças armadas, da polícia, justiça e administração pública tradicional” (Ibid.), as funções normalmente associadas ao chamado Estado-providência, mormente: “segurança social, serviço social e saúde” (Ibid., tradução modificada), assim como “a formação profissionalizante e a educação (escolas, universidades)” (Kurz, 1997b: 99), a criação de “institutos de pesquisa e bibliotecas” e a oferta de “transporte (...) urbano e interurbano” (Kurz, 1993b: 84).

Pode-se concluir que, “tanto como «árbitro» do conflito de interesses e depositário da forma jurídica, quanto como administrador das infraestruturas” e dos serviços públicos, o Estado desempenha o papel de “capitalista coletivo ideal” e, por conseguinte, a “política” revela-se um complemento “imprescindível” da economia no que toca à “aut mediação do sistema” (Kurz, 1994b: 13). Porém, em plena crise estrutural do modo de (re)produção capitalista, o Estado deverá progressivamente incapaz de financiar as suas funções sociais e tende a regressar ao seu núcleo repressivo na tentativa vã de manter os excluídos na ordem (cf. 7.5.7.4).

7.5.7.3 – A falta de autonomia do Estado e os limites da política

Embora complementares, os “polos” económico e estatal da modernidade “não são hierarquicamente iguais” (Kurz, 1997b: 102). Face ao “predomínio socialmente real do mercado” (Ibid.: 103), a “política” apresenta-se como um subsistema “de segunda ordem” (Kurz, 2004b: 119) e desprovido de “autonomia” (Kurz, 1997b: 107). Neste âmbito, “a forma” do valor “e a sua lei de movimento ficam fora do «livre-arbítrio» (...) da forma «política» da vontade” (Kurz, 1994b: 13) por se tratarem de um “*a priori*” tácito (Kurz, 2004b: 119).

Esta legalidade económica quasi-objetiva antecede, infunde e constrange a “comunicação” e a “discussão” dos *citoyens* em torno dos assuntos comuns (Kurz, 1994b: 16; Kurz, 2004b: 139), ou seja, “a valorização do dinheiro, o mercado e a concorrência criam alternativas irracionais que apenas *a posteriori* são trabalhadas pelos procedimentos democráticos” (Ibid.: 139-140). Uma vez que “a *inconsciência* de todos os envolvidos a respeito dos verdadeiros motivos e resultados” da sua sociabilidade “é já sempre pressuposta” nas decisões políticas (Kurz, 1994b: 18, *itálico* nosso), esse fetichismo insuspeitado não pode deixar de se repercutir nas normas “jurídicas conscientemente criadas” (Ibid.: 16).

O “caráter (...) dependente” da política é, ademais, ilustrado “pelo facto de (...) não dispor de nenhum meio próprio de influência”, porquanto “cada medida e cada instituição têm de ser «financiadas»” (Ibid.: 13 e 15). Ora, “o Estado não possui nenhuma faculdade” autónoma “de criação de dinheiro” (Kurz, 1997b: 103), de sorte que a angariação de “recursos” monetários depende de “processos” pretéritos “bem-sucedidos de valorização”, mediados pelo “mercado” (Kurz, 1994b: 15), que gerem dinheiro socialmente *válido*.

Por outras palavras, supõe a produção de uma massa de mais-valia na “sociedade civil”, pela força de trabalho empregada pelos capitais produtivos, que possa ser tributada ou tomada parcialmente de empréstimo em “quantidade suficiente” para atender as necessidades gerais sob a alçada do Leviatã (Kurz, 1997b: 103). Caso o Estado procure “chamar imediatamente a si a competência para a emissão” monetária, através da “rodagem das prensas da Casa da Moeda” e da correspondente criação de “dinheiro sem substância”, será punido, mais cedo ou mais tarde, “com a hiperinflação ruínosa para o sistema” (Kurz, 1994b: 15).

A pretensa “autonomia” da política é ainda “desmentida” (Ibid.) pela sua redução tendencial “cada vez mais aberta e unidimensional a *política económica*” (Ibid.: 11, itálico no original). O célebre interesse geral é definido de tal forma que “algo é bom” somente se for “útil «à economia de mercado»”: quase todos os debates inflamados no espaço público giram, na verdade, em torno de “saber como criar novos «postos de trabalho» e fomentar o crescimento”, que constituem virtudes autoevidentes (Ibid.). Recorrendo ao aforismo mordaz de Robert Kurz, é legítimo afirmar que “mesmo o neonazi já não fundamenta as suas exigências económicas em nome da raça, mas, pelo contrário, baseia o seu racismo em interesses económicos” (Ibid.).

Finalmente, “a coerência nacional (...) está sendo dissolvida pela «mão invisível»” (Kurz, 1999c: 1) do mercado mundial através do processo de “globalização do capital” (Kurz, 2007b: 153). Sob “a pressão” acentuada “da economia empresarial transnacional” (Kurz, 1999c: 9), verifica-se a “diluição do campo de atuação do Estado nacional” (Kurz, 2007b: 153), que “perde uma função regulativa após a outra” e, assim, “deixa de ser o «capitalista global ideal» no sentido clássico” (Kurz, 2015: 41).

Doravante, a “produção” globalizada rompe definitivamente “as fronteiras da economia nacional” (Kurz, 2004b: 28), conforme elucida Robert Kurz no seguinte trecho:

“A mesma empresa pode dividir seus negócios em nível global: a sede oficial (...) em Frankfurt, os negócios financeiros (...) em Londres, a conta operacional realizada por um time barato de processadores de dados eletrônicos na Índia, os produtos preliminares podem ser feitos por (...) «empregados por contrato temporário» na Hungria, as pesquisas (devido aos baixos impostos) operadas nos Estados Unidos, os lucros contabilizados em «paraísos fiscais» (...), etc. (...) [U]ma grande e crescente parte do mercado mundial não é mais em realidade um intercâmbio entre economias nacionais coerentes, mas parte de uma divisão de funções internas de corporações que agem no plano imediatamente global. (...) A economia empresarial que até agora se encontrava incorporada no espaço de regulação da economia nacional rompe-o e atua imediatamente no terreno do mercado mundial livre de regulação, logo para além da economia nacional.” (Kurz, 1999c: 3-4)

Neste contexto, o comércio mundial e os fluxos de investimento assumem “cada vez menos” a forma de “importação e exportação de mercadorias e de capital entre as economias nacionais” (Kurz, 1994b: 24). Em vez disso, “a importação e exportação de mercadorias e de capital são apenas formas fenoménicas de um capital total que se globaliza diretamente” e que, ao fazê-lo, diminui “radicalmente o espaço de ação da esfera política” (Ibid.). Não só o capital pode sempre deslocalizar-se para “onde a força de trabalho é mais barata” (Kurz, 2004b: 28), como, face à rentabilidade geral decrescente, as empresas procuram jogar “um Estado contra o outro” na tentativa de assegurar a “redução de custos” fiscais (Kurz, 1999c: 3).

7.5.7.4 – Crise da economia = crise do Estado: a administração repressiva da miséria

“Quem teoriza o mal menor já perdeu, ou já está do lado errado” (Kurz, 2011a: 41).

A “crise da economia” (Kurz, 1994b: 19), intimamente associada à “crise do trabalho” como atividade socialmente sintética (Grupo Krisis, 2003: 65; cf. 1.16, 3.5, 6.4.5 e 7.6), é ao mesmo tempo a “crise” irreversível “da política” (Kurz, 1994b: 19). Uma vez que o financiamento dos diversos serviços públicos depende da “cobrança de impostos” e do “sistema de títulos de crédito estatais” – portanto, da mais-valia gerada pelo mais-trabalho na

esfera económica (Kurz, 1993b: 85; cf. Kurz, 1997b: 104-105) –, “esgotado o processo de ampliação do capital, esgotam-se também as finanças do Estado” (Grupo Krisis, 2003: 66).

Nas palavras de Robert Kurz, “a «crise estrutural da sociedade do trabalho» conduz logicamente (...) à «crise estrutural da política»” (Kurz, 1994b: 23). Por um lado, as receitas fiscais caem à medida que “a valorização do capital (...) regride de ciclo a ciclo em todo o mundo” (Kurz, 1997b: 112). Por outro lado, os “custos sistémicos” sobem vertiginosamente “em termos absolutos” (Ibid.: 108) em virtude da explosão dos supranumerários que precisam de apoios sociais (Ibid.: 97-98) e da miríade de externalidades negativas (para falar economês), mormente de índole ecológica (Ibid.: 98), provocadas pela subsunção violenta da realidade sensível na camisa-de-forças do valor.

A pressão financeira colocada sobre o Estado devém simplesmente insustentável: a necessidade da sua intervenção agudiza-se no exato momento em que os seus proventos começam a minguar. Não se fazem omeletes sem ovos, pelo que se verifica a rápida “perda de funções” públicas e “o debate político sobre a distribuição de recursos torna-se o debate sobre a restrição de recursos” (Kurz, 1994b: 23-24). O Estado-providência “encolhe” ou, nas regiões perdedoras da concorrência global, é paulatinamente “liquidado” (Ibid.: 24), enquanto as infraestruturas colapsam por falta de manutenção e os novos investimentos são paralisados (Kurz, 1993b: 85).

Na modernidade, “é o fim em si irracional da valorização (...) que determina a satisfação das necessidades” dos indivíduos (Kurz, 2011a: 36). Assim, embora os “recursos” materiais, tecnológicos, científicos e os saberes sociais estejam amplamente “disponíveis” (Kurz, 2014b: 370), a “crise” económica terminal implica que as “necessidades de grande parte da população” deixam de ser atendidas (Kurz, 2011a: 36) e que esta lhe vê serem “negadas as condições de vida mais elementares” (Kurz, 2014b: 370).

As limitações “duríssimas” das “necessidades vitais” (Kurz, 2011a: 37) e a supressão de conquistas “civilizatórias” (Kurz, 1993b: 146) são apoiadas pelas “medidas coercivas e repressão direta do aparelho de Estado contra o material humano” excedentário (Kurz, 2011a: 37). De facto, perante o limite interno absoluto do capital e a concomitante “restrição orçamentária geral” (Kurz, 1993b: 146), o “Estado democrático” tende a reduzir-se ao seu “núcleo repressivo” e “a transformar-se em mero administrador da crise” (Grupo Krisis, 2003: 66).

Esta “administração de emergência” pragmatista “do sistema global em colapso” (Kurz, 1999b/1991: 191) degenera facilmente no “estado de exceção” (Kurz, 2011a: 34) e na “declaração de guerra contra todos aqueles que não conseguem mais viver dignamente sob o jugo da forma-mercadoria totalizada” (Kurz, 1997b: 31). A “administração violenta da miséria” (Kurz, 1999b/1991: 191) assume a forma de uma “burocracia” draconiana que “decide sobre o «valor da vida» do material humano, de acordo com a sua utilidade ou inutilidade prática para o *moribundo* fetiche do capital” (Kurz, 2014b: 370, *italico* nosso).

Em suma, assiste-se à “irrupção galopante da barbárie” (Kurz, 1997b: 31), porquanto o “estatismo terrorista (...) procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro” (Kurz, 1999b/1991: 191) e impor a “autorresponsabilidade” ao “sujeito isolado do mercado” (Kurz, 1993b: 146) justamente quando “os critérios da «riqueza abstrata» e do seu «sujeito automático»” não podem mais ser cumpridos (Kurz, 2011a: 34).

À medida que “o autossacrifício voluntário da energia vital, sob a forma da energia «de trabalho»”, devém “objetivamente impossível” para um número crescente de seres humanos excluídos (Kurz, 2014b: 369), o “direito deixa de ser válido” e “as pessoas jurídicas perdem todos os direitos formais”, doravante letra-morta (Kurz, 2011a: 34). Elas “ficam reduzidas a um pedaço de carne” (Ibid.) cuja vida supérflua do ponto de vista do capital pode ser *literalmente* sacrificada (Kurz, 2014b: 370) com “brutalidade ditatorial” pelo Leviatã (Kurz, 2011a: 34).

7.6 – Teoria da crise: o limite interno absoluto do capitalismo

“[O] capital assume formas que parecem completar a sua dominação (...) quando, na verdade, anunciam o seu colapso” (Schmidt, 1981: 58).

“Para a memória notoriamente breve dos homens socializados pelo mercado (onde se incluem há muito tempo os próprios teóricos da esquerda e ex-esquerda), tudo isso pode soar fantasioso, já que eles só hão-de «crer» na crise absoluta quando tiverem que procurar a comida no lixo ou quando estiverem sob o fogo da artilharia; e como são especialistas do recalque, talvez nem assim. Onde está o colapso por estes lados? – Perguntam eles com um sorriso mais ou menos acentuado.” (Kurz, 1995a: 28)

“Se assim tem sido, há-de ser por toda a eternidade” (Kurz, 2018c/1989: 97).

7.6.1 – A contradição contida na mais-valia relativa e a 3ª Revolução Industrial

O modo de (re)produção capitalista “não é o eterno retorno cíclico do mesmo, mas um processo histórico dinâmico” (Kurz, 2011b: 7; cf. Kurz, 1993b: 161) marcado por uma trajetória “irreversível com situações qualitativamente diversas” (Kurz, 2015: 39). Em particular, a extração de “mais-valia relativa” – típica do capitalismo maduro – revoluciona permanentemente as forças produtivas (Kurz, 1995a: 23). Ela é, como já se sabe (cf. 1.11, 3.2 e 3.3.6), o resultado inadvertido da busca do sobrelucro temporário por via da inovação capaz de reduzir os custos de produção dos capitais individuais abaixo dos custos médios setoriais. Recompensando paradoxalmente aqueles capitais cuja força de trabalho menos contribui para o bolo agregado da mais-valia social, a “concorrência” impele continuamente o progresso técnico (Kurz, 2018c/1989: 92) e, desse modo, o nível de “produtividade” material (Kurz, 2011b: 7).

Este desenvolvimento tecnológico e científico provoca dois efeitos de sinal contrário sobre a massa de mais-valia criada (Kurz, 2014b: 253). Por um lado, o aumento da produtividade contribui para a subida da taxa de “exploração” ao reduzir o valor da força de trabalho (Kurz, 2018a/1986: 51), sempre que atinge os ramos do Departamento II que produzem os meios de subsistência adquiridos pelos operários com os seus salários.

Por outro lado, provoca a queda do número de trabalhadores requeridos para produzir uma dada massa de mercadorias e, assim, diminui a *base* sobre a qual incide essa taxa acrescida. Através da “racionalização” que acarreta (Kurz, 1995a: 23), a extração de “mais-valia relativa, como cientificização da produção, inclui a tendência para a eliminação do trabalho produtivo imediato”, que constitui a “fonte” exclusiva do “valor” (Kurz, 2018a/1986: 51).

Tudo depende, pois, da influência de cada um dos fatores mencionados, ou seja, de qual deles exerce a pressão dominante: “Para apurar a quantidade social (...) de mais-valia (...) é decisiva a relação entre o aumento da mais-valia relativa por força de trabalho individual e o número de forças de trabalho que podem ser socialmente utilizadas em conformidade com o padrão de produtividade” (Kurz, 2011b: 16). É fácil antever que, por muito elevada que seja a taxa de exploração, caso o contingente de operários comece a contrair-se em termos *absolutos* na sequência do desenvolvimento das forças (híper)produtivas, a *massa* de mais-valia acabará também por regredir quando for ultrapassado um determinado limiar: “o aumento da mais-valia relativa por trabalhador

individual não adiantará nada, porque o número de trabalhadores (...) utilizáveis diminui muito” (Ibid.).

Pode ser enunciada a seguinte regra de ouro: a extração de mais-valia relativa apenas permitirá incrementar a massa de mais-valia da sociedade no seu conjunto enquanto o ritmo de *expansão do mercado e do nível de output* suplantará o grau de racionalização decorrente do desenvolvimento das forças produtivas materiais e, assim, o número de operários produtivos continuar a aumentar em termos *absolutos* (Kurz, 2018a/1986: 56).⁶⁸³ Nessa situação – e somente nela – o incremento global da *produção* compensará a redução *relativa* do contingente de operários explorados que resulta da subida da composição orgânica do capital (Kurz, 1995a: 23).⁶⁸⁴

Todavia, “o aumento de produtividade deve logicamente chegar a um ponto em que será dispensado mais trabalho abstrato do que poderá ser adicionalmente mobilizado ainda pela expansão dos mercados e da produção” (Kurz, 2011b: 16). Na ótica de Robert Kurz, esta rutura *qualitativa e quantitativa* é atingida historicamente com a eclosão da denominada 3ª Revolução Industrial na década de 1950, mas que “somente tomará impulso na segunda metade dos anos 1980” (Kurz, 2018a/1986: 57).⁶⁸⁵

Ela representa o culminar da “cientificização” efetiva do processo de produção (Ibid.: 37) e inaugura “um novo estágio” do capitalismo, porquanto a “microeletrônica (...) elimina não somente o trabalho vivo em tal ou qual técnica específica da produção, mas, (...) pela primeira vez, (...) transversalmente em *todos os ramos*” de negócio (Ibid.: 57, *itálico no original*). Eis como Kurz resume a questão:

“[A] microeletrônica, a computadorização e a «inteligência artificial» (...), diferentemente de todos os impulsos de inovação tecnológica anteriores desta dimensão, (...) têm pela primeira vez um puro potencial de automação que está longe de trazer, como ocorreu com a indústria automobilística fordista, uma perspectiva (...) para uma renovada capacidade de o capital absorver força de trabalho viva em grande escala. E é isso que distingue fundamentalmente as novas tecnologias de todas as épocas precedentes de industrialização na história capitalista.” (Kurz, 2018c/1989: 99).

Embora sejam criados “novos ramos” de negócio, “eles são de antemão, pela sua própria natureza”, pouco “intensivos em trabalho” (Kurz, 2018a/1986: 57). Assim, “colapsa a anterior compensação histórica” característica do fordismo (Ibid.), pois a ampliação de uma produção progressivamente *automatizada* agrava a racionalização, em vez de contrabalançá-la (Kurz, 1999b/1991: 165). Chega-se ao fim da linha: “o processo tautológico de reacoplamento do trabalho (...) a si próprio é irrevogavelmente empancado pelos potenciais científico-tecnológicos *por ele libertados*” (Kurz, 2018b/1991: 76, *itálico nosso*), ou seja, “a «força produtiva ciência» gerada cegamente *pelo próprio capitalismo* criou (...) no nível *substancial-material* potências que já não são compatíveis com as formas básicas” da sua “reprodução” social” (Kurz, 1999b/1991: 212, *itálico nosso*).

A “contradição entre *produtividade material* (...) e (...) *valor*” (Kurz, 2018a/1986: 17, *itálico no original*) exacerba-se à medida que a “produção de riqueza” se desliga aceleradamente do dispêndio de energia humana (Grupo Krisis, 2003: 13). A “crise da

⁶⁸³ Esta regra pode ser enunciada de um modo alternativo: a massa de mais-valia crescerá enquanto a inovação dos *produtos* suplantará a inovação dos *processos* produtivos (cf. 7.6.4.2).

⁶⁸⁴ Neste contexto, como é óbvio, a criação de cada posto de trabalho adicional torna-se progressivamente mais onerosa no que respeita ao volume de investimento exigido.

⁶⁸⁵ Relembre-se que o capitalismo conheceu “três grandes revoluções industriais”, nomeadamente: “a introdução do sistema fabril através da máquina a vapor no início do século XIX; a *automobilização* fordista através da produção em linha (...) na primeira metade do século XX; a revolução microeletrônica no limiar do século XXI” (Kurz, 2004b: 134-135, *itálico no original*).

sociedade do trabalho” (Kurz, 2004b: 18) indica que foi atingido o “limite interno absoluto do capital” (Kurz, 1993b: 162; cf. Grupo Krisis, 2003: 60; Kurz, 2014b: 235; Kurz, 2018a/1986: 17). Nas palavras de Kurz, “a acumulação (...) colapsa porque (...) é impossível empregar trabalho vivo suficiente nos níveis de produtividade e lucratividade” vigentes (Kurz, 2016/2004-05: 141).⁶⁸⁶ Obviamente,

“O colapso da relação de valor não começa apenas quando o último trabalhador for eliminado da produção imediata. Ele começa (...) no ponto histórico onde a relação geral entre a eliminação e a reabsorção do trabalho produtivo (...) começa a *se alterar*, ou seja, (...) no momento (...) onde (...) é eliminado *mais* trabalho produtivo imediato (...) do que é reabsorvido.” (Kurz, 2018a/1986: 62, *itálico no original*)

O “capitalismo” *informatizado* devém “incapaz de explorar” os seres humanos de acordo com os seus próprios critérios absurdos, assistindo-se à contração da “massa global do trabalho abstrato” (Kurz, 1999b/1991: 212). Porém, esta “abolição do trabalho” *no interior* do “invólucro do sistema produtor de mercadorias” não se apresenta “como pura alegria e felicidade” do tempo livre, mas sob a “forma negativa” da exclusão social e do pauperismo (Ibid.: 75). No lugar de um exército industrial de reserva, “que aumenta e diminui ciclicamente”, surge um exército permanente de supérfluos em alargamento: constitui-se “à escala mundial uma base qualitativamente nova de desemprego e subemprego em massa, que aumenta independentemente dos ciclos” económicos (Kurz, 2013a: 5; cf. Kurz, 2004b: 98; Kurz, 2018a/1986: 61).⁶⁸⁷

Impõem-se algumas observações adicionais de extrema importância para esclarecer dois equívocos, infelizmente frequentes, quando se discute a teoria da crise kurziana. Em primeiro lugar, ao contrário do “entendimento vulgar”, a noção de “colapso” não significa que o capitalismo é fulminado instantaneamente, tal “como um indivíduo cai morto (...) ao sofrer um enfarte grave do miocárdio” (Kurz, 2012b: 21). O modo de (re)produção capitalista é um “sistema (...) social que se formou e desenvolveu” ao longo de várias centenas de anos (Ibid.). De maneira análoga, embora mais curto, o seu perecimento “não deve ser pensado como um súbito e único ato” (Kurz, 2018a/1986: 62) – que “se impõe objetivamente em escala mundial de uma só vez” (Ibid.: 42) –, mas “como um processo histórico, toda uma época histórica de várias décadas” (Ibid.: 63).

Enquanto as crises pretéritas ainda foram crises de imposição ou de “crescimento” do capitalismo e que, por isso, apenas interrompiam “temporariamente o processo de acumulação”, Robert Kurz considera que a “crise dos anos 1970” é *qualitativamente* inaudita (Ibid.: 58-59), assinalando, na sequência da revolução microeletrónica, a entrada numa “época de dissolução” que se estenderá provavelmente durante “a primeira metade do século XXI” (Kurz, 2012b: 21) e quiçá mais além (Kurz, 2013b/2001: 258).

Assistir-se-á a uma espiral descendente viciosa: o limite interno absoluto promove a concorrência feroz dos muitos capitais pelo seu quinhão da mais-valia social em declínio, mas a única forma que estes têm de abocanhar uma fatia maior de lucro é justamente aumentando a sua produtividade material. Apesar de garantir efemeramente proventos superiores ao lucro médio (em queda) às empresas inovadoras, o progresso técnico frenético contribui para o encolhimento ulterior da massa de mais-valia porque expulsa mais e mais

⁶⁸⁶ “Se o capital tem a tendência imanente para consumir o máximo possível de força de trabalho, ele não pode objetivamente fazê-lo senão no nível de produtividade que a si mesmo impôs” (Kurz, 2013b/2001: 256).

⁶⁸⁷ Quando a “venda” da “força de trabalho deixa de ser a regra para passar a ser a exceção”, instala-se o “apartheid social” (Grupo Krisis, 2003: 17).

operários do processo de produção imediato, apressando o colapso do sistema no seu conjunto (cf. 3.5.4 e 7.6.3).

Paralelamente, um número sempre crescente de empresas revela-se incapaz de cumprir o padrão geral elevadíssimo de “produtividade” e é eliminado do mercado (Kurz, 1999b/1991: 212). Verifica-se a correspondente paralisação de “cada vez mais recursos materiais” (Ibid.) nos setores “industrial”, “agrícola” e dos transportes “por falta de rentabilidade” (Kurz, 2013a: 15), ao mesmo tempo que os operários despedidos são privados da “capacidade aquisitiva” requerida pela “satisfação de suas necessidades” no universo mercantil não superado (Kurz, 1999b/1991: 212). A falta de autonomia do Estado significa que a miríade de serviços públicos também sofre às mãos da insuficiente “capacidade de financiamento” (Kurz, 2013a: 15).

Em segundo lugar, urge desfazer outro mal-entendido comum no que se refere à teorização da crise preconizada por Robert Kurz:

“[N]ão é a tecnologia como tal que autonomamente teria efeito sobre as relações [sociais, NM] e seria a verdadeira razão para o seu revolucionamento. A racionalização, que leva à extinção do fogo do «trabalho abstrato», segue as mesmas leis que este; a libertação da força de trabalho supérflua constitui o reverso da sua subsunção ao capital. (...) [A] tecnologia (...) dá expressão à autocontradição interna do sistema. O capitalismo não esbarra num limite tecnológico dele independente, mas sim no seu próprio limite (económico) interno.” (Kurz, 2012a: 26)

Creio que Kurz não podia ser mais claro na passagem supracitada. É a forma *social* do *capital* e a respetiva imposição contraditória através da concorrência que *explica* o progresso técnico-científico faraónico. E é igualmente a lógica social alienada do valor que transforma a automação numa maldição de proporções bíblicas que se manifesta como *crise económica* insanável e *desemprego* galopante, indicando que os seres humanos não regulam conscientemente o seu intercâmbio material com a Natureza, nem dispõem do tempo libertado *negativamente*.

7.6.2 – O conceito negativo de substância e a queda da massa de mais-valia

Constatou-se no item precedente que o capitalismo alberga uma “autocontradição interna” (Kurz, 2013b/2001: 126) formulável nos seguintes termos: “por um lado, o fim-em-si da «riqueza abstrata» assenta única e exclusivamente no dispêndio cada vez maior de energia de trabalho humana, que (...) é a «substância do capital»”, enquanto, por outro, “o aumento constante das forças produtivas torna precisamente essa substância cada vez mais supérflua” (Kurz, 2014b: 234) ao substituí-la por “capital fixo cientificizado” (Grupo Krisis, 2003: 60). A 3ª Revolução Industrial assinala o ponto de viragem em que “a substância do trabalho diminui em termos absolutos” (Kurz, 2012b: 15).

A “contradição (...) entre a riqueza concreta e a riqueza abstrata” é aquela entre a “matéria” sensível que se exprime na “massa” crescente de valores de uso e a “forma” social do valor cujo conteúdo minguate é o trabalho (Kurz, 2014b: 225). Como é patente, neste raciocínio o conceito *negativo* de “substância”, que captura a “abstração real (...) «trabalho»” peculiarmente “capitalista”, e a teorização da “crise” estão estreitamente inter-relacionados (Kurz, 2012b: 15) e “condicionam-se mutuamente” (Kurz, 2016/2004-05: 120).

No papel de “substância do valor”, o trabalho abstrato constitui uma qualidade homogênea que apenas se distingue *quantitativamente* (Kurz, 2004a: 18). Ora, “para que algo possa ser aumentado ou diminuído, esse algo tem de ser substancialmente real” em termos “de conteúdos” (Ibid.). No espaço económico desvinculado da modernidade, o tempo newtoniano é justamente a *medida* de uma substância socio-energética – portanto, simultaneamente social e fisiológica – resultante de um processo prático *redutor*. A

(re)produção burguesa baseia-se no dispêndio tautológico *efetivo* de nervos, músculo e cérebro – de trabalho *sans phrase* (cf. 7.5.1.1).

Em Kurz, o “limite interno absoluto” do capital é, pois, apresentado como a “de-substancialização ou desvalorização do valor” (Kurz, 2016/2004-05: 211) na sequência do decréscimo da “massa de energia humana despendida” de maneira rentável (Ibid.: 143) e, assim, *pressupõe* “o conceito de substância” (Ibid.: 211). De facto, o autor considera que “sem o conceito de substancialidade negativa (...) não é possível desenvolver uma adequada teoria da crise” (Kurz, 2004a: 5).⁶⁸⁸

A conceptualização da crise exposta no decurso desta secção demonstrou que “o capital pode (...) continuar a valorizar-se enquanto a quantidade absoluta da força de trabalho socialmente despendida crescer” (Kurz, 2014b: 280). Neste sentido, embora ilustre a subida histórica da composição orgânica (Ibid.: 278), a chamada “lei da queda tendencial da taxa de lucro” do Livro Terceiro de *O Capital* “não expressa (...) o limite interno da valorização” (Ibid.: 277; cf. 3.5.3). A taxa de lucro é uma simples “expressão *relativa*” da rentabilidade (Ibid.: 278, *itálico nosso*), enquanto o aspeto decisivo “para o fim-em-si da «riqueza abstrata»” (Ibid.: 279) é a “massa *absoluta* (social) do lucro” (Ibid.: 278, *itálico nosso*).

Nas palavras de Kurz, “embora a taxa caia” inexoravelmente, “a massa pode” hipoteticamente “aumentar se o capital global crescer em conformidade” e conseguir absorver mais trabalhadores (Ibid.: 279). Logo, a de-substancialização do capital (Kurz, 2016/2004-05: 120) que põe uma barreira intransponível ao seu modo de (re)produção refere-se à queda da “massa de mais-valia” social provocada pela contração *absoluta* da força de trabalho *produtiva* empregada (Kurz, 2015: 109, *itálico nosso*; cf. Kurz, 2013b/2001: 255; Kurz, 2014b: 292; Kurz, 2017b: 39).

De maneira análoga, a causa última da crise não se encontra no “fenómeno superficial de um poder de compra carente das massas” (Kurz, 1997b: 328). Sendo indesmentível que se *manifesta* no mercado como um “problema” de realização, a origem da “falta de procura” solvente situa-se a montante da esfera da “circulação” (Kurz, 2016/2004-05: 206): ela é imputável “à insuficiente *produção social*” de novo valor e “*de mais-valia*” (Kurz, 2008: 24, *itálico no original*; cf. Kurz, 2014b: 234). Um processo de valorização bem-sucedido é a única fonte do dinheiro socialmente válido, sob a forma de salários e de rendimentos (lucro, juros e renda), que constitui o “poder de compra” (Kurz, 2008: 24).

Finalmente, a de-substancialização e a correspondente divergência entre valor e riqueza material é diretamente responsável pela “*crise ecológica*” porque acirra o “potencial destrutivo (...) do trabalho abstrato” (Kurz, 2018b/1991: 96-97, *itálico no original*). O século XX comprovou que a lógica cega e autotélica do capital é inerentemente inimiga da biosfera. Em virtude de, “graças ao aumento da produtividade, se produzir cada vez menos «valor» por produto e por capital empregue”, é imperativo ampliar desmesurada e continuamente o “modo de produção” em termos absolutos (Kurz, 1994b: 22).

Uma vez que é a mera portadora da riqueza abstrata, a riqueza concreta deve ser multiplicada em “progressão geométrica” para compensar as dificuldades engrandecidas da valorização (Ibid.). Portanto, é a “compulsão de incessante crescimento da «riqueza abstrata»” (Kurz, 2009b: 1) que conduz à produção pela produção e à destruição acelerada dos “fundamentos naturais comuns da humanidade” (Kurz, 1999b/1991: 190).

⁶⁸⁸ Por isso, não é mera coincidência que a *value-form theory*, apesar dos seus méritos na discussão filológica do valor e do fetichismo, recuse liminarmente as noções de substancialidade negativa e de um limite interno insuperável (cf., por exemplo, Arthur, 2004; Heinrich, 2012; Reuten, 2019). Entendendo o trabalho abstrato e o valor como formas puras *sem nenhum conteúdo substancial* e, ademais, como categorias exclusivas do *mercado* – isto é, ativadas somente no momento da troca –, a ideia do colapso do modo de (re)produção capitalista tem forçosamente de surgir como uma fantasia delirante.

A “crise do trabalho” descrita atrás vem agravar a “crise ecológica” (Kurz, 2018b/1991: 110-111). Apesar de ser incapaz de contrariar, em derradeira instância, o limite interno absoluto, o aumento contínuo da produtividade material por via da inovação tecnológica, e o respetivo incremento exponencial do nível de output, é a única arma concorrencial ao dispor dos capitais individuais para se apropriarem de uma parcela de mais-valia social superior ao lucro médio em declínio. Além disso, através “do «desgaste programado», a vida dos produtos é encurtada, e, simultaneamente, a indústria inventa novas necessidades grotescas e pueris” num esforço vão de vencer os efeitos dos seus próprios fundamentos fetichistas (Kurz, 1997b: 188).

As tentativas de resolver os problemas ecológicos pela via política *no interior* dos marcos do sistema capitalista estão fadadas ao insucesso. Robert Kurz enuncia essas aporias no seguinte trecho:

“[N]a chamada questão ecológica, o caráter (...) dependente da «política» se torna evidente; (...) a política só pode resolver problemas funcionais no interior da lógica do dinheiro, mas não problemas causados por essa lógica como tal. (...) Os fundamentos naturais são destruídos pela lógica abstrata do dinheiro; mas a reparação dos fundamentos naturais, por sua vez, custa dinheiro, que primeiro tem de ser «ganho». Para poder reparar as destruições causadas pelo dinheiro, a sociedade, portanto, tem de «ganhar» mais dinheiro e provocar mais destruições.” (Kurz, 1994b: 20)

O capitalismo verde é uma impossibilidade lógica, pelo que os diversos acordos climáticos internacionais e propostas como o chamado Green New Deal ou a economia circular, vendidos como panaceias, não passam, na melhor das hipóteses, de medidas paliativas que têm o condão embaraçoso de ignorar olímpicamente o cerne da questão. Confrontado com o abismo, até o ecologista mais empedernido continuará a batalhar pela sua subsistência atrelada à forma da mercadoria e a acreditar piamente que ela é compatível com a sobrevivência do planeta. Fiel à sua faceta esquizoide, o *bourgeois* dará o litro das 9 às 5 na fábrica ou no escritório e, depois de picar o ponto, o *citoyen* participará num protesto contra a poluição. A ideologia impedi-lo-á de se aperceber da contradição.

7.6.3 – A mistificação da concorrência

Embora o dispêndio de força de trabalho constitua o seu fluido vital, o capital esforça-se por todos os meios para aboli-la. É o funcionamento mistificador da concorrência que explica esta contradição *real* (Kurz, 2018a/1986: 64; cf. 3.3.3.7 e 3.5.4.1). Conforme se mostrou no capítulo 3, “a produção da mais-valia e sua realização na circulação (...) divergem” (Ibid.: 66) através da formação de preços de produção e de uma taxa geral de lucro. Neste contexto, “cada empresa individual não «realiza» (...) no mercado a mais-valia que criou dentro das suas quatro paredes”, mas, ao invés, “uma parte da mais-valia social total (...) definida através da concorrência” (Kurz, 2015: 77).

A concorrência intersectorial recompensa com o mesmo lucro médio os capitais que integram ramos de negócio com composições orgânicas elevadas e que, por isso, mobilizam proporcionalmente menos força de trabalho. Por sua vez, a concorrência intrasectorial gratifica com um sobrelucro temporário os capitais inovadores que privilegiam o capital fixo cientificizado e automatizado em detrimento do trabalho humano. Por via do progresso técnico racionalizador, “um capital individual” consegue fabricar mais mercadorias “com menos trabalho vivo” e, assim, “reduz os seus «custos» gerais” de produção abaixo dos custos médios setoriais (Kurz, 2018c/1989: 93) e embaratece “a sua oferta” (Kurz, 2015: 77).

Deste modo, incrementando a “produtividade” material e eliminando força de trabalho, esse capital “é «recompensado» com um lucro extra e maiores fatias do mercado” (Kurz, 2018a/1986: 68). Já um “capital que emprega mais trabalho (...) vivo (...) é

«castigado» (...) através da perda de fatias do mercado e da não realização da mais-valia produzida por ele” (Ibid.: 69). O paradoxo efetivo é o seguinte: “uma empresa consegue apropriar-se de uma parte tanto maior da mais-valia social (...) quanto mais contribuir para (...) esvaziar e socavar a produção de valor” (Kurz, 2015: 77-78).

O mercado beneficia “precisamente aqueles capitais” que “menos” alimentam o bolo *substancial* agregado e que, inclusive, promovem ativamente “o dismantelamento sistemático dessa substância” (Kurz, 2014b: 237-238). É esta “inversão” operada pela “concorrência” que “impede” os sujeitos envolvidos de apreender as “consequências” nefastas do “processo” de automação para a “reprodução social” no seu conjunto (Kurz, 2018a/1986: 69).

Ao nível dos capitais individuais e setoriais, o quinhão de lucro obtido não depende, de facto, do (mais-)trabalho posto em movimento, pelo que a de-substancialização “desaparece sem deixar rasto” (Ibid.: 65). No entanto, do ponto de vista do capital social *total*, o mais-trabalho da classe operária continua a ser a *única* fonte da massa de mais-valia (igual à massa de lucro) posteriormente redistribuída pela concorrência, de sorte que a progressiva eliminação do trabalho vivo acabará por se revelar absolutamente devastadora. A contradição irreparável entre produtividade *material* e criação de valor, mascarada ao nível microssocial pela existência dos capitais racionalizadores triunfantes, torna-se cristalina assim que se toma em consideração o nível macrossocial:

“O aumento da produtividade significa que menos energia humana cria mais produto material. Portanto, *a produtividade nunca aumenta o valor, mas sempre o diminui* (...). Quem afirma o contrário confunde o nível social com o nível da economia empresarial, ou a totalidade do capital com o capital individual. O capital individual que em primeiro lugar aumenta isoladamente a sua própria produtividade consegue uma vantagem na concorrência. Ele oferece os produtos individuais mais baratos, conseguindo (...) realizar (...) uma parte maior da massa de valor social. O que do ponto de vista da economia empresarial surge como lucro crescente (...) *conduz socialmente, no entanto, à diminuição do valor*”. (Kurz, 2011b: 14, itálico nosso, tradução modificada)

Na prossecução dos seus interesses particulares, os muitos capitais promovem a ruína do sistema ao abolirem a substância laboral da mais-valia: não o sabem nem querem, mas fazem-no. O florescimento estratosférico das “forças produtivas” põe em marcha o “colapso” económico e, por seu turno, a proximidade do “último fôlego” exacerba “o desenvolvimento técnico e científico” ulterior (Kurz, 2016/2004-05: 145).

O estertor do sujeito automático assemelha-se a “uma alucinada matilha de lobos lacerando um naco de carne (...) cada vez menor” (Kurz, 2018a/1986: 72), visto que “a acumulação de capitais individuais já não se baseia na expansão do capital em geral, resultando tão-só do sucesso relativo na disputa de uma massa” de mais-valia “*declinante* em nível global” (Kurz, 1993b: 29, itálico no original; cf. Kurz, 1997b: 68).⁶⁸⁹

Neste contexto caótico, “o estatuto de perdedor assume (...) um carácter *absoluto*” (Kurz, 2004b: 56, itálico no original), ou seja, empresas, regiões e países incapazes de cumprir o elevadíssimo padrão normativo de cientificização, produtividade e rentabilidade são *permanentemente* excluídos da socialização oficial capitalista (Kurz, 1993b: 66). Porém, enquanto existirem “ganhadores” no mercado mundial, ainda que em número decrescente, cria-se a ilusão de que as coisas não estão assim tão mal: bastaria imitar esses vencedores no seio da concorrência global para capturar a prosperidade esquiva (Kurz, 2018c/1989: 92).

⁶⁸⁹ “Quando o capital como um todo não mais se expande (...), a rentabilidade da produção [individual, NM] (...) só pode continuar crescendo *à custa de outros capitais*: «a concorrência se intensifica». A crescente busca pela «mais-valia extra» ou sobrelucro temporário devém “uma questão de sobrevivência” (Kurz, 2018c/1989: 92, itálico no original).

Já os ditos ganhadores apanham por tabela. O encolhimento da massa de mais-trabalho social restringe naturalmente o seu quinhão de lucro médio e, para além disso, as “zonas” derrotadas representam o “fim” preocupante de “mercados de exportação”, tanto para “bens de capital, matérias-primas e componentes”, como para bens de “consumo” (Kurz, 1993b: 52).

7.6.4 – A compensação histórica e os seus limites

7.6.4.1 – A expansão geográfica do modo de (re)produção capitalista

Até à década de 1970, a contradição contida na extração de mais-valia relativa foi ultrapassada – e sucessivamente *reposta* “numa escala cada vez maior” (Kurz, 2014b: 247) – através da “expansão interna e externa do capital como relação social de reprodução” (Ibid.: 258). Ambas atuaram como “mecanismo histórico de compensação” (Ibid.). A expansão externa refere-se ao alargamento “espacial” (Ibid.) ou “territorial” do capitalismo à medida que subsume paulatinamente “regiões, países” e “continentes inteiros” na sua lógica autotélica (Ibid.: 260) e transforma o planeta no “espaço global da valorização” (Ibid.: 259).

De facto, desde o período do “Renascimento até bem dentro do século XX”, assistiu-se à “*história da (...) afirmação*” (Kurz, 1994b: 5-6, *itálico no original*) ou “imposição” do capital como forma social (Kurz, 2014b: 258). A constituição do “mercado mundial” foi um processo pautado fundamentalmente por três etapas (Kurz, 2004b: 53). Na primeira fase, que abarca cerca de 450 anos desde o começo da “época dos descobrimentos” até meados “do século XIX”, verificou-se a acumulação primitiva de capital na Inglaterra, que se assumiu como a “ponta de lança” do movimento (Ibid.). Pouco a pouco emergiram outras “economias” ocidentais (Ibid.). No entanto, “o modo de produção” burguês “não havia (...) conseguido impor-se plenamente” em *nenhuma* delas, cuja reprodução era ainda amplamente agrária e de “subsistência” (Ibid.). A interconexão global através de uma “rede mundial de mercados” revelava-se bastante incipiente (Ibid.).

Na segunda fase, que engloba o centénio transcorrido até ao “final da 2ª Guerra Mundial”, surge um vasto conjunto de “novas economias nacionais” e o “modo de produção” baseado no valor apodera-se gradualmente da “totalidade” da reprodução “interna” dessas “sociedades” (Ibid.: 53-54). Paralelamente, “adensa-se a interligação” do globo, mas o “mercado” mundial continua a assumir-se como “um *espaço funcional secundário*” em face da primazia adquirida pelas “relações económicas” no seio dos mercados domésticos (Ibid.: 54, *itálico no original*).

Na terceira e derradeira fase, compreendida entre 1945 e o presente, as economias nacionais perdem definitivamente o seu estatuto relativamente autárquico à medida que “o mercado mundial ou grandes mercados regionais de carácter mundial” se convertem no “*espaço funcional imediato* de um número cada vez maior de sujeitos económicos” (Ibid., *itálico no original*). Aumenta a parcela “do comércio exterior no produto interno bruto” dos vários países (Ibid.) e verifica-se “a exportação intensiva de capital, ou seja, a *divisão internacional de processos de produção*” (Ibid.: 55, *itálico no original*), mormente sob a égide de empresas transnacionais. Esta desterritorialização resulta da “geração do *capital mundial*” finalmente fiel ao seu conceito (Ibid., *itálico no original*). Neste contexto, “constitui-se um padrão internacional” tendencialmente único de “produtividade e rentabilidade” que todas as empresas, sem exceção, devem cumprir sob pena de morte: a des-sincronia transforma-se na sincronização forçada do espaço-tempo do trabalho abstrato difundida pela concorrência global (Ibid.).

No vastíssimo período desde a implantação do modo de (re)produção capitalista até ao fim da prosperidade dos chamados Trinta Gloriosos, na década de 1970, a expansão geográfica da valorização – através da incorporação contínua de cada vez mais setores,

regiões e países – contribuiu para o crescimento absoluto do “número de efetivos da força de trabalho” (Kurz, 2014b: 259). Graças ao “aumento” da taxa de exploração permitido pelo desenvolvimento das forças produtivas associado à produção de mais-valia relativa, isso assegurou o incremento da “massa” de mais-valia social (Ibid.).

Todavia, este movimento de “expansão” não é infinito, estando fadado “a esgotar-se na medida em que o capital” devém “a relação de reprodução geral” (Ibid.: 260). Com efeito, “o mundo fordista do capitalismo acabado e total (...) submete a reprodução social à sua vazia determinação da forma, até aos últimos nichos e poros” (Kurz, 1988: 4). Hoje em dia não resta nenhum espaço virgem intocado pela lógica do valor e passível de subsunção ulterior.

7.6.4.2 – A expansão interna: inovação de processos versus inovação de produtos

Na perspetiva de Robert Kurz, “a segunda forma (...) do mecanismo histórico de compensação pode ser designada como «expansão interna» do capital” e está intimamente relacionada com a dialética entre “inovação de processos” e “inovação de produtos” (Kurz, 2014b: 261). Aquela contribui para a racionalização ao desenvolver as forças produtivas, enquanto esta contribui para a expansão da “produção” e, consequentemente, dos “mercados” e da “massa” de mais-trabalho absorvida (Kurz, 1995a: 24).

Logo, a contradição contida na extração de mais-valia relativa pode ser contrariada “enquanto os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos” superarem “os investimentos destinados ao desenvolvimento de novos procedimentos e à racionalização” (Ibid.). Por outras palavras, é preciso que “o aumento da produtividade seja *menor*” do que o ritmo de “ampliação dos mercados (...) por ele possibilitado” (Ibid.: 24-25, *italico nosso*).

Ora, durante largas dezenas de anos, foi justamente isso que se registou. Em particular, o capitalismo taylorista-fordista promoveu “inovações de produtos de uma índole nunca antes vista” (Kurz, 2014b: 263). Esta “escalada da quantidade de produtos materiais postos em circulação” provocou a “expansão” brutal do “mercado” (Kurz, 2018a/1986: 47) pois, em virtude da “diminuição” do seu “valor” unitário, “cada vez mais objetos” podiam ser comprados pela classe média e pelo proletariado (Ibid.: 49). O embaratecimento de uma vasta gama de “mercadorias”, na sequência do “salto” da “produtividade”, converteu-as “de bens de luxo (...) em bens para consumo de massas” (Kurz, 2014b: 263).

O automóvel individual – o símbolo por excelência da era fordista – exemplifica esta produção e consumo massivos capazes de recrutar exércitos laborais em permanente alargamento e, assim, de aumentar o lucro em termos absolutos:

“[A] expansão interna foi de molde a incrementar a massa de mais-valia (...): menos energia de trabalho por carro e, com isso, um menor contributo para a massa social do valor (...) – porém, em termos globais, um aumento de tal modo explosivo da produção de automóveis devido ao alargamento dos mercados que (...) foi afinal necessária, na totalidade, mais energia de trabalho e, assim, mais força de trabalho”. (Ibid.)

Até ao terceiro quartel século XX a contradição pôde, então, ser ultrapassada por via do “mecanismo de compensação” (Grupo Krisis, 2003: 60) descrito:

“[E]m cada novo patamar de produtividade, (...) por intermédio da extensão do mercado (...), o sistema acabava por absorver mais trabalho do que aquele que havia sido eliminado pelo processo de racionalização. Diminuía o dispêndio de força de trabalho por produto, mas em termos absolutos eram produzidos mais produtos (...). *Enquanto a inovação ao nível dos produtos superou a inovação ao nível dos processos, a contradição interna do sistema pôde traduzir-se num movimento de expansão.*” (Ibid.: 60-61, *italico nosso*)

Na sequência da “revolução microeletrônica (...) esta compensação” cessa de funcionar (Kurz, 2015: 78), dado que, “pela primeira vez, a inovação nos processos ultrapassa a inovação nos produtos” (Grupo Krisis, 2003: 62). Sob a pressão impiedosa da concorrência, a “robótica” e as “tecnologias” informáticas adotadas pelos muitos capitais “tornam o trabalho humano supérfluo” a uma cadência avassaladora (Ibid.). Assim,

“a terceira revolução industrial (...) deu por terminada a era fordista, (...) alterou as condições de valorização numa dimensão *qualitativamente nova*. (...) [O]s novos potenciais de racionalização são de tal modo profundos e abrangentes (cobrindo transversalmente todos os ramos da reprodução) que agora também o movimento de expansão «interna» do capital no plano do valor se detém.” (Kurz, 2014b: 265, *itálico nosso*)

Atente-se que as mercadorias recém-criadas continuam a embaratecer e a ingressar “no circuito do consumo de massas” (Ibid.: 266). Porém, o contexto modificado em sentido qualitativo carece de “um momento decisivo” (Ibid.), a saber: “o aumento da força produtiva” é de tal ordem que *impede* a absorção de “força de trabalho adicional” *suficiente* para “compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria” (Ibid.: 267).

Por outras palavras, os “saltos” consecutivos “da produtividade (...) superam” doravante o ritmo de “ampliação dos mercados de trabalho e das mercadorias” (Kurz, 1995a: 25), pelo que o nível de emprego “*produtivo* retrocede à escala global” (Ibid.: 27, *itálico nosso*). De nada serve o aumento da taxa de exploração quando a base a que é aplicada decresce absolutamente (Kurz, 2014b: 266). Uma vez que a queda da massa de mais-trabalho é sinónima da queda da “massa de mais-valia”, o capitalismo esbarrou no seu “limite interno” incontornável (Ibid.: 255).

7.6.5 – O aumento do trabalho improdutivo

Nem todo o trabalho despendido é produtivo em termos capitalistas, ou seja, criador de mais-valia (Kurz, 1995a: 8; Kurz, 2008: 26). Recordando aquilo que se disse no capítulo 2, somente é produtivo o trabalhador: adstrito à produção de mercadorias; assalariado; cuja força de trabalho é alienada a um capitalista e, assim, trocada por dinheiro como *capital*; empregado na produção e no transporte de bens ou em alguns serviços; e que está envolvido diretamente no processo de produção imediato (cf. 2.7.6).

Isso significa que uma proporção relevante da força de trabalho é improdutiva, mormente os trabalhadores: que transacionam serviços pessoais em troca de dinheiro como *rendimento*; empregados pelo Estado nas suas múltiplas vertentes; empregados na esfera da circulação, i.e., prestadores de serviços comerciais e financeiros; empregados na esfera da produção, mas que não estão diretamente associados ao processo de criação dessas mercadorias, executando tarefas que são outros tantos custos improdutivos (publicidade, marketing, limpezas, segurança, etc.); empregados na produção dos serviços que acabam de ser mencionados quando estes são organizados em negócios autónomos (cf. 2.7.6).

Robert Kurz começa por salientar que “o carácter do trabalho (...) improdutivo” apenas pode ser aferido analisando-se o “processo de reprodução do capital” no seu conjunto (Kurz, 1995a: 8). Isto porque, conforme mencionei no capítulo 2, é perfeitamente possível que capitais individuais *improdutivos* (e.g.: uma companhia de seguros) auferam proventos que, na verdade, são *deduções* da massa de lucro social, quer dizer, transferências de mais-valia criada alhures na economia. Logo, do ponto de vista do capital global eles representam *custos* que se repercutem negativamente sobre a acumulação (Ibid.: 9).

De acordo com Kurz, para além da eliminação *absoluta* do trabalho vivo descrita nos itens anteriores, tem-se verificado nas últimas décadas o incremento *relativo* incessante do trabalho improdutivo (Ibid.: 13). Nos países ditos desenvolvidos ocorreu uma enorme

expansão do setor terciário desde o final da 2ª Guerra Mundial. Ora, grande parte destas atividades não cria nenhuma mais-valia (Ibid.: 12).

Por exemplo, a colocação de determinados trabalhos sob a alçada de empresas independentes não altera o seu estatuto improdutivo. Se as limpezas ou a contabilidade de um certo capital passarem a ser realizadas por prestadores de serviços externos, elas continuarão a constituir “despesas gerais”, ou seja, “uma subtração da mais-valia conjunta” (Ibid.: 9). De igual modo, em linha com a teorização do capítulo 2, Kurz considera que os “serviços comerciais” (Kurz, 2004b: 30), o “comércio a retalho” e o “sistema” bancário, creditício e financeiro revelam-se pela sua natureza improdutivos, porquanto nada mais fazem do que “«mediar» as relações mercadoria-dinheiro” (Kurz, 1995a: 10) e precisam de “ser alimentados pela mais-valia industrial” (Kurz, 2004b: 30).

O nó da questão é que, na sua esmagadora maioria, os ramos “prestadores de serviços, ao contrário da produção industrial de mercadorias, não possuem nenhuma existência substancial ou monetária por si próprios, e portanto não podem ser fontes” originárias “de acumulação de capital” (Kurz, 1993b: 78). Eles são incapazes de induzir um “crescimento autossustentado” da economia (Ibid.: 83) porque “se encontram numa relação de dependência” (Ibid.: 78-79) face aos “rendimentos” gerados pelo “setor primário (...) e sobretudo” pelo “setor secundário” (Ibid.: 83). A terciarização, comumente apresentada como uma panaceia, afigura um peso adicional sobre a massa de mais-valia que é particularmente gravoso quando esta começa a declinar.

Além disso, o facto de o setor dos serviços ter inflado precisamente nos países capitalistas mais avançados demonstra que esta reestruturação do padrão de emprego foi “mediatizada (...) por uma *posição de vencedor*” na concorrência global (Ibid.: 87, *itálico no original*). Por outras palavras, o seu “pressuposto” é que a “indústria” doméstica, através da “competência exportadora”, ganhe “no mercado mundial as divisas que posteriormente podem ser gastas” na nutrição de serviços improdutivos (Ibid.).

Já se sabe que os gastos do Estado, financiados quer pela via fiscal quer pelos “empréstimos (...) obtidos nos mercados financeiros”, são sempre consumos improdutivos que drenam “a produção de mais-valia real do passado (impostos) ou do futuro (crédito)” (Kurz, 2009a: 6; cf. 2.7.5). Todavia, Robert Kurz relaciona também a intervenção estatal com outro tipo de trabalho improfícuo: aquele cuja produtividade “cai abaixo do nível social” e que, no “mercado mundial”, é determinado pelo patamar científico-tecnológico dos “países mais desenvolvidos” (Kurz, 1995a: 15). Os capitais com composições orgânicas menores e que, por isso, não conseguem cumprir esse padrão elevadíssimo de produtividade, são progressivamente aniquilados pela concorrência (Ibid.).

Neste sentido, muitos Estados-nação veem-se obrigados, por um lado, a erguer “barreiras alfandegárias” para “proteger a própria indústria subprodutiva” e o mercado doméstico “da concorrência estrangeira mais competitiva” (Ibid.: 15-16). Por outro lado, são forçados a aumentar “artificialmente” a competitividade das empresas exportadoras mediante “subvenções” e subsídios astronómicos (Ibid.: 16). Quanto mais retrógrado for o tecido empresarial de um dado país, tanto maiores terão de ser os créditos contraídos pelo Estado para apoiá-lo e, desse modo, protelar o “colapso” da economia (Ibid.). Portanto, autênticas “indústrias-fantasma” – *improdutivas* em termos capitalistas porque se revelam incapazes de cumprir o padrão normativo global de produtividade – sobrevivem *simuladamente* através da respiração artificial do Leviatã, cujo endividamento é, no entanto, insustentável (Ibid.).

7.6.6 – Subterfúgios que permitiram adiar temporariamente o limite interno absoluto

7.6.6.1 – O crédito como antecipação da mais-valia futura

Demonstrou-se à saciedade que o “dispêndio” de “trabalho” abstrato e socialmente necessário, por um lado, e o “dinheiro”, enquanto manifestação “do «valor» económico assim produzido”, por outro, estão intimamente ligados (Kurz, 1995a: 1, *itálico nosso*; cf. 1.1 e 1.3, por exemplo). Estas categorias são as “duas faces” da mesma medalha: o conteúdo e a forma do valor (Ibid.). Todavia, mediante uma das muitas contradições que caracterizam o modo de (re)produção capitalista, os “dois momentos” podem desvincular-se e “a multiplicação do dinheiro ocorre então mais rapidamente que a acumulação de «trabalho morto» abstratizado” (Ibid.). Este é o cerne dos diversos subterfúgios temporários que permitiram diferir o limite interno absoluto do capital.

O crédito constitui o primeiro desses expedientes. No decurso do século XX assiste-se à “crescente desproporção estrutural (...) entre o capital fixo cientificizado e a massa de trabalho”, em resultado do aumento da “composição «orgânica» do capital” social (Ibid.: 6). Sobem imparavelmente “os custos prévios para (...) poder aplicar de forma rentável a força de trabalho” (Kurz, 2009a: 1). Em linguagem corriqueira, a criação de cada emprego adicional torna-se cada vez mais onerosa em termos do investimento exigido em maquinaria e tecnologias de última geração.

Neste contexto, tanto os “lucros correntes” como as “reservas” geradas em ciclos pretéritos revelam-se incapazes de cobrir a aquisição impreterível de equipamento industrial (Kurz, 2014b: 296). Basicamente, os capitais próprios das empresas cessam de ser “suficientes” (Ibid.) para financiar progresso técnico-científico indispensável para singrarem na concorrência global (Kurz, 1995a: 5). Assim, estas são obrigadas a “recorrer (...) ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário” (Ibid.: 6). Obviamente que a “expansão do sistema de crédito” (Kurz, 2009a: 1) conduz ao aumento da parcela do “capital que rende juros” no seio da “reprodução geral” burguesa (Kurz, 1995a: 5).

Sendo verdade que o endividamento possibilitou a superação (efémera) dos entraves colocados à acumulação de capital, a sua universalização assinala uma rutura “qualitativa” e acaba por levantar novas dificuldades (Kurz, 2014b: 297). De facto, “quando o crédito (...) deixa de ser um fenómeno marginal (...) para se transformar no pressuposto central da produção (...), o eixo temporal da produção social de mais-valia desloca-se fundamentalmente do passado para o futuro” (Ibid.). Em vez dos ganhos pretéritos, é a massa de lucro *vindoura* – decorrente da “produção de mais-valia (...) ainda nem sequer iniciada e muito menos realizada” (Ibid.) – que terá de ser suficientemente grande para reembolsar as dívidas e os juros e, além disso, para alimentar a acumulação ulterior de capital (Ibid.: 297-298).

Essa é a razão por que Robert Kurz define o crédito como a “antecipação” (Kurz, 2003a: 9) ou “adiantamento de mais-valia” (Kurz, 2009a: 1). Na medida em que o capitalismo “suga por assim dizer o seu próprio futuro” (Kurz, 1995a: 6), o “potencial de crise” é evidente (Kurz, 2014b: 297). Para que as “cadeias de crédito”, sempre “mais longas e (...) delgadas” (Ibid.: 298), não se rompam, tem de ser *efetivamente* mobilizado um exército de trabalhadores suscetível de criar um “valor” excedente *real* (Kurz, 1995a: 6). Em outros termos, “o mecanismo só funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se” (Ibid.).

A situação agrava-se porque não são só as empresas que recorrem massivamente aos empréstimos para custear o seu “investimento” (Kurz, 2003a: 10). Hoje em dia, os “trabalhadores assalariados” também se endividam sob a forma do “crédito ao consumo” (Kurz, 2013b/2001: 326) – nomeadamente com vista à aquisição de bens duradouros – e do crédito à habitação. Ambos dependem diretamente de um processo de valorização bem-

sucedido (Ibid.: 326), pois a sua pressuposição “tácita” é que “a força de trabalho do devedor seja usada no circuito produtivo de capital” e que, desse modo, “ele possa pagar do seu salário tanto o reembolso” do principal “como o serviço dos juros” (Ibid.).⁶⁹⁰ Finalmente, o Estado “toma” igualmente “dinheiro emprestado dos mercados financeiros” para fazer face aos *faux frais* (Ibid.). A única proveniência *real* de receitas estatais para honrar os compromissos creditícios é a tributação dos “lucros” ou dos “rendimentos de trabalho” (Kurz, 2004b: 36).

Conforme realça Kurz,

“Em todos estes três casos, a conexão do crédito com o processo de reprodução real do capital pode romper-se (...). No caso do crédito ao consumo do trabalhador assalariado, (...) se ele ficar desempregado; no caso do Estado, se ele se endividar para além das receitas fiscais que é possível retirar da sociedade (...); mas sobretudo, no caso do próprio capital (...), quando o lucro obtido é menor do que a dívida a reembolsar.” (Ibid.: 326)

O problema é que, na atualidade, o sobre-endividamento não afeta apenas este ou aquele capital individual, mas economias inteiras. Do ponto de vista do sistema no seu conjunto, os créditos galopantes apenas seriam reembolsáveis se o “capital real total” aumentasse indefinidamente e, com isso, crescesse “em termos absolutos o número de trabalhadores” produtivos “utilizáveis” de modo rentável (Kurz, 2009a: 2). Só assim é que “o adiantamento de mais-valia futura” poderia ser pago – através da transformação de *todo* o dinheiro emprestado em *capital produtivo funcionante* e da correspondente *criação efetiva de mais-valia suficiente no presente* (Ibid.).

Historicamente, regista-se o contrário: a subida secular da composição orgânica do capital acarreta o declínio da taxa e, depois, da *massa* de lucro social, tornando a situação simplesmente insustentável:

“A contradição entre o sistema de crédito e a produção de mais-valia real atingiu (...) um ponto culminante no contexto da Terceira Revolução Industrial (...). A expansão do capital real total atinge os seus limites históricos, enquanto, simultaneamente, a «substância trabalho» produtiva de valor se derrete numa escala sem precedentes, com a nova qualidade da cientificização. (...) *A conexão entre o adiantamento amplamente antecipado da mais-valia futura na forma do crédito e a produção de mais-valia real é irrevogavelmente rasgada.* O que surge como uma devastadora *crise financeira é apenas a manifestação empírica da contradição amadurecida no nível (...) das relações reais de valor.*” (Ibid., *itálico nosso*)

A massa de mais-trabalho devém “demasiado anémica para poder continuar a honrar a massa de crédito acumulada a nível global” (Kurz, 2014b: 305). Numa tentativa desesperada de salvar o navio que se afunda, pagam-se empréstimos “malparados com novos créditos” (Kurz, 1995a: 4). A “não-coincidência” das categorias “trabalho abstrato e dinheiro” é assim maquilhada pelas instituições financeiras através de “uma montanha (...) crescente de dinheiro creditício «sem substância»” (Ibid.).⁶⁹¹

Porém, não se faz mais do que adiar a “hora da verdade”: as bolhas creditícias rebentam inevitavelmente porque provam ser mero valor *fictício* que não assenta em

⁶⁹⁰ No caso de ser um trabalhador improdutivo, a dependência do processo de valorização é indireta: o valor e a mais-valia, criados alhures na economia pelos operários produtivos, são redistribuídos pela concorrência e constituem a *única* fonte que alimenta a sua capacidade de pagamento dos empréstimos contraídos.

⁶⁹¹ A irrupção do dinheiro sem substância será analisada nos itens seguintes e, especialmente, em 7.6.6.4

“nenhuma base produtiva” real (Kurz, 2013b/2001: 326-327).⁶⁹² Dado o entrelaçamento dos muitos capitais, o “colapso do sistema de crédito” (Kurz, 2014b: 298), provocado pelo encolhimento absoluto de mais-valia, manifesta-se através de um efeito dominó de falências e da explosão do desemprego.

7.6.6.2 – O capital fictício e a simulação da acumulação

A “desvinculação entre trabalho e dinheiro” atinge o seu apogeu quando o crédito, em vez de ser investido “na produção (...) de mercadorias”, é aplicado especulativamente na esfera financeira (Kurz, 1995a: 4). As transações que envolvem “*títulos de propriedade* de ações”, obrigações e “imóveis” (Ibid., itálico no original), a vasta panóplia dos chamados produtos financeiros derivados (*forwards*, futuros, *swaps*, contratos a termo, etc.) ou a especulação com oscilações cambiais (Kurz, 1997b: 131-132) promovem “aumentos fictícios de valor” sem nenhuma relação “com os ganhos reais provenientes do consumo empresarial do trabalho abstrato” (Kurz, 1995a: 4). Por isso, estas somas astronómicas representam desde a origem “capital fictício” (Kurz, 2013b/2001: 327, itálico nosso).

Segundo Robert Kurz, a “simulação da valorização”, através da especulação alicerçada no “sistema de crédito” e nos “mercados bolsistas” (Grupo Krisis, 2003: 70), assume-se como a característica “central do capitalismo em crise” (Ibid.: 69). Num contexto altamente desfavorável, “o capital-dinheiro (...) que já não pode ser reinvestido de forma rentável na economia real (...) tem de se deslocar em força” (Ibid.: 70) para a “*superestrutura*” financeira “internacional” (Kurz, 1999b/1991: 200-201, itálico no original).⁶⁹³ Trata-se de um domínio “fantástico” (Ibid.: 201) onde o “*boom* puramente especulativo” do preço dos títulos impulsiona a “acumulação fictícia” (Kurz, 1995a: 28). O dinheiro parece possuir a capacidade mística de gerar “mais dinheiro” a partir de si mesmo (Kurz, 2018c/1989: 111-112).

Embora o sujeito automático esteja “cl clinicamente morto”, beneficia da “respiração artificial” proporcionada pela “expansão aparentemente autonomizada dos mercados financeiros” (Grupo Krisis, 2003: 72). Esse volume colossal de ativos insubstanciais consegue “sustentar” provisoriamente “uma parte notável da reprodução real e manter vivas empresas, produção e empregos” (Kurz, 1995a: 30). Por um lado, os rendimentos especulativos são um autêntico balão de oxigénio para as “grandes empresas” diretamente envolvidas nas artimanhas do movimento fetichista D – D’, permitindo-lhes equilibrar engenhosamente as suas contas (Kurz, 1997b: 132; cf. Kurz, 1995a: 30).

Por outro lado, uma parcela do capital fictício retroage indiretamente sobre a economia real. Por exemplo, sempre que um particular ou uma empresa utiliza os proventos obtidos com a venda das ações que possui para adquirir bens e serviços mercantis, esse dinheiro *sem substância* contribui para preservar *ilusoriamente* trabalhos *improdutivos*. Está-se perante uma procura *insolvente* que, contudo, alimenta vários ramos de negócio enquanto o balão de ar quente não se esvaziar (Ibid.: 29).

Cada vez mais “guiado (...) pela (...) incontrolada criação de «capital fictício»”, nas suas várias manifestações empíricas, o “processo de acumulação” prolonga-se “formalmente” durante “um certo período”, apesar da queda da massa social de mais-trabalho (Ibid.: 27). Por outras palavras, “a crise económica mundial vai sendo adiada pelo processo especulativo” sem paralelo na história do capitalismo (Grupo Krisis, 2003: 73).

No entanto, este “dinheiro, que aparentemente circula em quantidades infinitas, já não é «bom»” ou válido (Ibid.: 74), mas constitui uma mera “bolha financeira análoga” àquela “dos créditos tornados podres”, quer dizer, “uma falsa acumulação” (Kurz, 2013b/2001: 327).

⁶⁹² O conceito de capital fictício será explorado no item subsequente.

⁶⁹³ Portanto, de acordo com a teoria kurziana, a especulação e a insuflação dos mercados financeiros são as *consequências*, e não as causas, da crise económica na esfera produtiva “real”.

Mais cedo ou mais tarde essa bolha rebentará (Kurz, 1995a: 5), visto “o dinheiro só ser realmente capital porque e na medida em que compra e utiliza força de trabalho humana como capital «funcionante»” produtivo (Kurz, 2018c/1989: 112). O “*payday*” aproxima-se (Kurz, 1993b: 72) e a multiplicação desmesurada de dinheiro *espúrio* “independentemente da sua substância abstrata” (Kurz, 1995a: 2) será punida com a “*desvalorização*” geral (Ibid.: 30, *itálico nosso*).⁶⁹⁴ Os pretensos biliões nos ecrãs de computador esfumar-se-ão da noite para o dia.

7.6.6.3 – Os circuitos comerciais deficitários da Europa e do Pacífico

Os circuitos comerciais deficitários constituem outro subterfúgio que tem permitido amenizar os efeitos do limite interno absoluto. O primeiro desses fluxos unilaterais situa-se na Europa. Líder supremo em termos de cientificização da produção e de inovação, a Alemanha triunfa concorrencialmente sobre os “seus parceiros da Comunidade Europeia” e inunda-os “com mercadorias” baratas (Kurz, 1999b/1991: 198). Em resultado disso, virtualmente todas as nações do Velho Continente possuem um deficit da sua balança comercial com a Alemanha (Kurz, 1995a: 33).

O paradoxo pode ser enunciado da seguinte maneira: apesar do aparelho produtivo de vários países, sobretudo no sul da Europa, ser desmantelado por falta de competitividade e a sua “capacidade aquisitiva” ser “destruída”, as suas importações oriundas do espaço germânico continuam a aumentar (Kurz, 1999b/1991: 198). O imbróglio resolve-se quando se analisa o reverso da medalha: através do seu sistema financeiro, a Alemanha canaliza e empresta os “ganhos” obtidos com o gigantesco excedente comercial aos mesmíssimos países que derrota industrialmente, *financiando assim indiretamente as suas próprias exportações* (Ibid.). Esta via de sentido único é obviamente insustentável no longo prazo porque “a Alemanha tem de emprestar massas crescentes de capital monetário” às nações cuja procura solvente erradica através da concorrência no mercado (Kurz, 1995a: 33).

Por sua vez, o “circuito deficitário do Pacífico”, muito mais importante, “envolve o Leste asiático e os Estados Unidos” (Ibid.). A partir da década de 1960, a “base industrial” norte-americana começou a erodir-se de tal modo que a produção doméstica foi progressivamente substituída por “importações” (Ibid.: 34). Esse facto redundou num saldo “negativo” e em permanente expansão das suas trocas comerciais com o Japão, os chamados Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura), a Europa e, nas últimas duas décadas, “com os colossos Índia e China” (Kurz, 2015: 31).

Embora os salários reais dos trabalhadores estado-unidenses tenham “estagnado” desde o início dos anos 70, uma fatia assinalável deles possuía ações e habitação própria (Kurz, 2015: 29-30). Desta forma, o recente *boom* especulativo do mercado bolsista e do setor imobiliário (Ibid.: 30) gerou um “poder de compra” artificial (Kurz, 2004b: 51) que alimentou parcialmente o “milagre do consumo” improdutivo (Kurz, 2015: 30). O valor fictício acrescido dos títulos serviu de garantia nos créditos concedidos pelos bancos e as casas foram hipotecadas (Ibid.).

Paralelamente surgiu um circuito deficitário em moldes análogos ao mecanismo intraeuropeu descrito atrás. Os países do Extremo Oriente, sobretudo o Japão e a China, utilizam “uma parte considerável” dos fundos decorrentes do superavit comercial com os EUA para adquirir obrigações do tesouro ianques e, desse jeito, financiam “indiretamente (...) a própria máquina de exportação” (Kurz, 1999b/1991: 198).

Cria-se assim uma “dependência recíproca” (Kurz, 2015: 31). Por um lado, “os consumidores americanos (Estado e privados)” precisam de recorrer ao “endividamento monetário externo” para assegurar a sua reprodução (Ibid.). Por outro lado, as nações

⁶⁹⁴ Cf. 7.6.6.4 e 7.6.6.5.

industriais exportadoras necessitam do “*deficit*” comercial estado-unidense que, como uma “esponja” (Kurz, 1995a: 35), absorve “os fluxos excedentes globais de mercadorias” (Kurz, 2015: 31) e, nesse sentido, salvaguarda “milhões de empregos” (Kurz, 1995a: 35). Embora este circuito deficitário seja naturalmente inoportuno, pois origina “montanhas de dívidas impagáveis” (Kurz, 1999b/1991: 199), se os EUA não atuassem como “buraco negro” ou escoadouro insaciável (Kurz, 2015: 31), “a crise da economia mundial (...) já há muito (...) se teria manifestado” (Ibid.: 32).

Neste contexto, a “esperança” de que a China se converta no novo motor do crescimento económico global é completamente “ilusória” (Kurz, 2009b: 10). Em primeiro lugar, a intensa “diminuição” do emprego *produtivo* no Ocidente “não foi compensada (...) pela expansão fordista na Ásia” (Kurz, 1995a: 26). No caso da China, foram erguidas inúmeras “indústrias-fantasmas”, *improdutivas* “do ponto de vista do mercado mundial”, por meio de subvenções estatais (Ibid.; cf. 7.6.5).

De facto, “mais empregos industriais” não implicam por si só uma “maior criação real de valor” (Ibid.). Só é produtivo a atividade laboral que obedece ao padrão geral de produtividade ditado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Assim, “medido com base no *standard* global de produtividade, é bem possível que 100 ou 1000 operários de salários baixos e com relativamente pouco capital fixo produzam menos valor do que um único operário dotado de alta tecnologia e elevado capital fixo no mesmo sector” (Ibid.: 27). Além disso, o Extremo Oriente não está misteriosamente acima das leis do modo de (re)produção capitalista, nem escapará, por isso, aos efeitos racionalizadores resultantes da 3ª Revolução Industrial (cf. 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.4).

Por último, conforme se referiu anteriormente, “o crescimento recorde da China na primeira década do século XXI baseou-se 60% nas exportações, especialmente para os Estados Unidos”, no âmbito do circuito de “deficit unilateral no Pacífico” (Kurz, 2015: 88). Na sequência da Grande Recessão de 2007-2008, as exportações “caíram” substancialmente e as autoridades apenas conseguiram protelar os efeitos da crise canalizando créditos públicos e privados massivos “para investimentos em infraestruturas” e “para a especulação imobiliária” (Ibid.: 88-89).

Portanto, “o capitalismo de Estado chinês” forçou “o seu sistema bancário a fazer investimentos em ruínas na forma de cidades fantasmas, aeroportos fantasmas, fábricas fantasmas, etc., inflando a mãe de todas as bolhas imobiliárias” (Ibid.: 111). Através de uma “dívida” astronómica e da insuflação do balão de ar quente financeiro são conservados efemeramente ramos de negócio e “empregos (...) sem qualquer base real” (Ibid.: 109).

Essencialmente, procura-se ganhar tempo até que “a conjuntura económica de deficit unilateral do Pacífico” recupere e supere “o nível anterior” (Ibid.: 89). Todavia, “isso é extremamente improvável” (Ibid.). O “colapso” inevitável do circuito deficitário no médio prazo atingirá “fortemente os (...) segmentos de exportação” da economia chinesa (Kurz, 2009b: 13), pelo que “nada indica” que este país possa “trazer uma dinâmica de crescimento global” (Kurz, 2015: 88). Respeitando o padrão de produtividade e rentabilidade vigente, seria preciso aumentar em termos *absolutos* a mobilização de força de trabalho *produtiva* com vista a incrementar a *massa* de mais-valia social. Ora, os artifícios discutidos nas páginas precedentes são justamente *respostas* (inconscientes) a essa *impossibilidade lógica* causada pela revolução microeletrónica.

7.6.6.4 – Dinheiro sem substância, inflação e crise: um olhar sobre o século XX

A teoria monetária marxiana, que Robert Kurz subscreve, assenta na “definição negativa do «trabalho abstrato» como substância dos valores e, assim, (...) do dinheiro como universalidade social” fenoménica “dessa substância” (Kurz, 2014b: 189). Com vista a

cumprir a sua função nuclear de medida do valor, o dinheiro não pode ser “simbólico”, mas precisa de possuir o “caráter de mercadoria” (Ibid.).

Portanto, “o dinheiro expressa o valor de todas as outras mercadorias unicamente por intermédio da sua própria substância do valor” (Ibid.: 199), ou seja, do trabalho abstrato e socialmente necessário despendido na produção da mercadoria-dinheiro. Em suma, “para que se crie uma expressão do valor, ambos os lados” – as “muitas mercadorias” e o dinheiro como “forma autonomizada” do “valor puro” – “devem fazer parte da mesma substância” que os torna comensuráveis (Ibid.: 198).

Sendo indesmentível que “meros signos monetários” ocuparam “sistematicamente (...) o lugar do dinheiro real”, Kurz salienta que “a condição objetiva de possibilidade da validade dos sucedâneos funcionais do dinheiro” como meio de troca “continua a ser a sua «cobertura» por dinheiro” substancial *real* como encarnação do “valor, por muito toldado que este nexo (...) se apresente” (Ibid.: 197; cf. 1.1.4 e 1.3). Todavia, conforme se constatou na 1ª Parte, ao longo do século XX a própria emissão monetária desvinculou-se progressivamente do seu lastro metálico (cf. 3.9). Esta necessidade originalmente imposta pelas dificuldades do modo de (re)produção capitalista vai, segundo Kurz, acelerar a desvalorização geral sob a forma de inflação secular que ameaça tornar-se hiperinflação, inclusive nos países ditos desenvolvidos.

O autor procede a uma breve recapitulação cronológica que será exposta nos parágrafos subsequentes. Na 1ª Guerra Mundial, o Estado das nações beligerantes deixou de conseguir “financiar” as despesas correntes “com base nas suas receitas fiscais” (Ibid.: 300). Assim, obrigou “os seus bancos emissores a transferir-lhe diretamente sucedâneos de dinheiro (...) criados a partir do nada” (Ibid.). Uma vez terminado o conflito, o resultado foi a “inflação” e, nos países derrotados (mormente na Alemanha), a “hiperinflação” (Ibid.). Kurz salienta que “esta desvalorização” monetária constituiu um fenómeno inteiramente inaudito na história do capitalismo (Ibid.: 301).

A Grande Depressão, iniciada em 1929 e que se estendeu até ao fim dos anos 30, representou a “última” crise de “implantação do modo de produção” burguês (Kurz, 2019/2003: 11). Os custos sociais da crise e o regresso das “economias de guerra” (Kurz, 2011b: 7) provocaram rapidamente a “expansão das finanças estatais para além de todas as receitas reais”, mas a dívida pública foi alçada ao estatuto tranquilo de “normalidade” por John Maynard Keynes (Kurz, 1995a: 18). A “expansão keynesiana do crédito”, sobretudo na sua forma “estatal”, vai tornar a “inflação estrutural estável” num sintoma “omnipresente” do “trabalho improdutivo” (Ibid.: 20).

O capitalismo ainda se encontrava num “movimento (...) ascendente”, pelo que o “limite interno absoluto” só se fará sentir décadas depois (Kurz, 2019/2003: 11). A “crise económica mundial” foi superada graças às “novas indústrias fordistas” (Kurz, 2011b: 7) capazes de “absorver, em uma nova escala, enormes massas de força de trabalho vivo” (Kurz, 2018c/1989: 88-89). Registaram-se “taxas de crescimento sem precedentes” durante aquele período que ficou conhecido como os Trinta Gloriosos (Ibid.: 88).

Portanto, o “boom (...) económico” pós-2ª Guerra Mundial ocorreu “não porque o keynesianismo” intervencionista “funcionasse” – afinal, o Estado é um consumidor *improdutivo* de mais-valia –, “mas porque a acumulação de capital rendia por si mesma uma produção real de valor suficiente para poder cevar o *deficit spending*” (Kurz, 1997b: 328-329).⁶⁹⁵ O endividamento do Leviatã, herdado da Guerra e acolhido de bom grado, supria as insuficiências da tributação.

⁶⁹⁵ Paul Mattick teve a coragem (e o mérito) de defender esta heresia na década de 1960 (cf. Mattick, 2010/1969).

Caucionando a supremacia “industrial” dos EUA, a conferência de Bretton Woods, em 1944, lançou “as bases de uma ordem económica e monetária (...) sob a égide da *Pax Americana*” (Kurz, 2015: 25). O “dólar” assumiu o papel de “nova moeda de reserva e do comércio mundial” e foi a “única” divisa que conservou a conversibilidade direta em ouro (Ibid.). Porém, o “milagre” económico sob a batuta norte-americana revelou-se sol de pouca dura (Kurz, 2018c/1989: 89). Em meados da década de 1970, “a expansão extensiva do capital atinge o limite absoluto, enquanto a expansão intensiva da produção em massa fordista começa simultaneamente a se esgotar” (Ibid.: 90). A “crise do capital” como forma de reprodução social fetichista manifesta-se finalmente na sequência da revolução microeletrónica (Kurz, 2018b/1991: 132).

À medida que a superioridade “económica” estado-unidense era corroída e encolhia a sua “quota-parte na exportação de mercadorias e de capital (...), também o dólar perdia força e era cada vez mais trocado por ouro” (Kurz, 2015: 25-26). Ao mesmo tempo, a base metálica começava “a tornar-se um empecilho porque travava a expansão (...) do crédito” requerida para simular a acumulação (Kurz, 2014b: 298). Em 1973, Richard Nixon “viu-se obrigado a revogar” definitivamente “a convertibilidade do dólar em ouro” (Kurz, 2015: 26).

Pode-se falar de uma “de-substancialização” monetária (Kurz, 1995a: 19), porquanto “a criação de dinheiro sem fundamento substancial” pelas instituições financeiras se desvinculou “estruturalmente da criação de valor real” (Kurz, 2014b: 304). A dissociação “entre «trabalho» e dinheiro” significa que o segundo se consegue multiplicar mais depressa e independentemente do primeiro (Kurz, 1995a: 21). O “Estado” transformou-se no único “garante político” da geração “de papel-moeda e de dinheiro escritural pelos bancos emissores” (Kurz, 2014b: 299).

Neste contexto, aquele que era um “financiamento temporário (...) típico da economia de guerra (...) tornou-se (...) a condição (...) da reprodução social como tal”, que “é alimentada diretamente com volumes de moeda criados do nada”, a partir da “simples decisão estatal” (Kurz, 1995a: 21). O impensável foi normalizado, diria Edward Herman. De acordo com uma “perceção positivista” ideológica, o dinheiro *parece* “continuar a funcionar alegremente para lá de qualquer cobertura em ouro”, pelo que a teoria monetária de Marx não passaria de um “erro «substancialista»” (Kurz, 2014b: 302). Porém,

“A de-substancialização do dinheiro significa nada menos que a sua desvalorização efetiva, e portanto a perda de uma função monetária essencial: a de meio de conservação do valor. Por outras palavras: a conservação do valor através do dinheiro repousa (...) apenas sobre a convenção e a aceitação subjetiva, mas não mais sobre um fundamento objetivo. (...) Assim, o sistema desativou o seu próprio dispositivo interno de segurança. (...) A consequência lógica desta de-substancialização estrutural do dinheiro é necessariamente a inflação estrutural.” (Kurz, 1995a: 19-20)

De facto, esse tipo de inflação é comprovável empiricamente quando se comparam os níveis de preços dos séculos XIX e XX. Nos Estados Unidos da América, o custo de um “cabaz” de bens essenciais sofreu apenas um ligeiro aumento, de 100 para 108 dólares, entre os anos de 1790 e 1913; contudo, em 2008 o preço do “mesmo cabaz de produtos” tinha disparado para 2422 dólares (Kurz, 2014b: 303). O fenómeno foi particularmente incisivo desde a década de 1970, “quando a acumulação fordista esbarrou nos seus limites” e “o keynesianismo desembocou numa política” deliberadamente “inflacionista, com base no crédito público” (Kurz, 2011b: 8). Através do “dinheiro de crédito artificialmente criado, que na verdade não tem substância alguma”, procura-se fazer “pegar de novo o motor da acumulação real” (Kurz, 1999b/1991: 204).

O insucesso retumbante das medidas keynesianas sob a forma de estagflação conduziu, como se sabe, à denominada “revolução neoliberal” nos anos 80 (Kurz, 2011b: 8).

Todavia, a “política” generalizada “de desregulamentação” (Kurz, 2015: 91) revelou-se igualmente incapaz de mobilizar “força de trabalho adicional” e de estimular a criação *autêntica* de mais-valia (Kurz, 2014b: 304). Ao invés, o neoliberalismo cingiu-se a deslocar “o problema do crédito público para os mercados financeiros” internacionais (Kurz, 2011b: 8). Patamares estratosféricos de “endividamento” (Kurz, 2014b: 304) alimentaram gigantescas “bolhas financeiras que, durante mais de duas décadas”, geraram “uma acumulação virtual sem substância” (Kurz, 2015: 91). Neste contexto, “o abismo entre a produção real” e o capital *fictício*, fruto de uma valorização simulada, alcançou “dimensões (...) grotescas” (Kurz, 2014b: 304-305).

7.6.6.5 – A Grande Recessão de 2007-08: a caminho da desvalorização geral

O estouro da bolha das empresas *dot-com*, em 2001, foi o prenúncio do furacão que se avizinhava (Kurz, 2009b: 7). O “*crash* financeiro” de 2007-08 (Kurz, 2015: 110) e a subsequente Grande Recessão assinalam “um corte qualitativo” na trajetória histórica do modo de (re)produção capitalista (Kurz, 2012b: 2), pois, “pela primeira vez”, o marasmo adquiriu contornos verdadeiramente *globais* (Kurz, 2015: 110).

Dada a “interconexão” das várias economias, mediadas pelo mercado mundial, “a crise das hipotecas” despoletada pela falência do banco Lehman Brothers “tornou-se o catalisador do «colapso» há muito esperado do sistema global de crédito”, em virtude das “dívidas” monstruosas amontoadas durante os decénios precedentes (Kurz, 2009b: 9). Este rebentamento das “bolhas financeiras” e creditícias especulativas “traz à tona a falta de acumulação real” na sequência da “terceira revolução industrial” (Kurz, 2011b: 8). Foi a insuficiente massa de mais-valia à escala social que não permitiu honrar o serviço da dívida e desencadeou a crise monetária e financeira (Kurz, 2013b/2001: 327-328).⁶⁹⁶

Conforme Kurz salienta ironicamente, “do dia para a noite, o neoliberalismo” é descartado como “lixo ideológico” (Kurz, 2009b: 10), enquanto o recauchutado “keynesianismo” de emergência (Kurz, 2011b: 8) transfere o problema “de volta ao crédito estatal” (Kurz, 2009b: 12), ou seja, “a crise dos mercados financeiros é substituída pela crise das finanças públicas” (Kurz, 2011b: 8). Os pacotes de resgate e “programas de simulação” (Kurz, 2015: 92) oriundos dos “bancos centrais” mascaram a de-substancialização do capital com “liquidez” trapaceada (Kurz, 2009b: 8).

No entanto, a “competência” destas instituições para emitir moeda é “puramente formal”, já que “só a criação substancial de valor” pelo trabalho abstrato envolvido “na produção de mercadorias se pode expressar regularmente na forma de dinheiro” (Ibid.). Assim, esta inundação monetária “irregular” limitou-se, por um lado, a reforçar a acumulação quimérica através do movimento D – D’ na superestrutura financeira e imobiliária e, por outro, a criar uma “procura” que apenas “*aparentemente*” é “real” através de investimentos faraónicos em infraestruturas e programas de estímulo económico (Ibid., *itálico nosso*). Com efeito, a nova faceta do crédito público traduz-se

“numa paradoxal inversão da relação entre Estado e sociedade: já não é a sociedade que nutre o Estado, para que este cuide dos «assuntos gerais», mas pelo contrário é o Estado que deve alimentar a sociedade com o «capital fictício», para que esta possa manter-se na sua forma tornada obsoleta de sistema produtor de mercadorias.” (Kurz, 1995a: 18-19)

A “economia mundial” deveio completamente insubsistente (Kurz, 2009b: 8) porque a “reprodução real” se converteu no “apêndice” de uma enorme “bolha de «capital fictício»” onde “o crédito estatal e o capital monetário especulativo” interagem e se entrecruzam sob

⁶⁹⁶ Tal como tinha sido a rentabilidade exígua do capital produtivo a desviar somas astronómicas para a especulação no mercado bolsista e imobiliário.

“diversas formas fenoménicas” fetichistas (Kurz, 1995a: 29). Apesar das “medidas aventureiras” adotadas desde 2008 – nomeadamente pelas autoridades europeias, estado-unidenses e chinesas – “nada foi resolvido” porque a “enxurrada de dinheiro” (Kurz, 2015: 111-112) dos *lenders of last resort* não “representa nenhum valor *real* adicional, cuja falta foi” – relembre-se – “a causa objetiva” *original* da “crise financeira” (Kurz, 2009b: 10).

Na última década tem-se simulado “a acumulação capitalista com expedientes monetários” (Kurz, 1995a: 35), ou seja, com “dinheiro (...) criado diretamente do nada” (Kurz, 2009b: 11). Segundo Robert Kurz, “mais cedo ou mais tarde” esta “liquidez fictícia” será alvo de uma desvalorização geral (Kurz, 1995a: 35; cf. Kurz, 2004b: 100). A “reprodução” burguesa “será reconduzida à sua base real” acanhada mediante a “violenta contração das massas de dinheiro sem substância” (Kurz, 1995a: 35; cf. Kurz, 2011a: 11).

“Uma tal contração global (...) significaria (...) a anulação de todo o dinheiro e de todas as formas monetárias que não derivam do processo originário $D - M - D'$, mas do processo fictício de criação de valor $D - D'$. Esta anulação pode assumir a forma de inflação ou de deflação (ou mais provavelmente de um híbrido de ambas). (...) [É] lícito imaginar que inflação e deflação se apresentem em vários planos: por exemplo, inflação dos preços dos bens de consumo e dos bens de investimento, simultânea à deflação dos depósitos bancários, títulos da dívida pública, ações e imóveis.” (Kurz, 1995a: 37)

Caminha-se a passos largos para a “desvalorização *absoluta* do dinheiro” (Kurz, 2014b: 318, *itálico* nosso) em virtude da “diminuição histórica da substância de «trabalho abstrato»” explorável rentavelmente (Kurz, 1999b/1991: 205), quer dizer, daquilo que a moeda “supostamente representa” (Jappe, 2014b: 404). Vislumbra-se no horizonte o retorno a um “dinheiro sem valor” (Kurz, 2014b: 320). Porém, “já não como um meio meramente simbólico na base de relações de obrigação sólidas de caráter religioso”, conforme sucedia nas sociedades pré-modernas, “mas como catástrofe da substância do valor capitalista, ou seja, do sistema” insustentável baseado no dispêndio “abstrato” de energia humana (Ibid.).

7.7 – O “duplo Marx” e o marxismo do movimento operário

7.7.1 – Marx exotérico versus Marx esotérico

Ao contrário de Moishe Postone (cf. 6.6.1), Robert Kurz não absolve completamente Marx do destino que a sua obra conheceu nas mãos dos epígonos, pois “não é possível (...) incriminar os marxistas de simples «erro» (...) interpretativo” (Kurz, 1995b: 5). Na ótica do filósofo de Nuremberga, a teoria marxiana é eminentemente ambígua, abarcando duas linhas de raciocínio conflitantes e, inclusive, contraditórias (Kurz, 2013b/2001: 15; Kurz & Lohoff, 2014: 37). Assim, deve-se reconhecer a existência de um “*duplo Marx*” (Kurz, 2013b/2001: 25, *itálico* no original; cf. Kurz, 1995b: 6).

Em primeiro lugar, Kurz designa por Marx “exotérico” o fio argumentativo mais conhecido, mas menos radical. Em numerosos trechos da sua obra, Marx eleva o trabalho a categoria ontológica (Kurz & Lohoff, 2014: 37) e, do “ponto de vista do operário” (Kurz, 2013b/2001: 23), critica a injusta *distribuição* da mais-valia, quer dizer, a exploração mediante a apropriação do suposto “trabalho não-pago” pelos capitalistas (Kurz, 1995b: 8).

Naquela que pode essencialmente ser lida como “uma teoria legitimatória do «movimento operário»” (Kurz, 2018b/1991: 113-114n1), a “luta de classes” representa obviamente a alavanca emancipatória (Kurz, 1995b: 6), porquanto o proletariado é o sujeito revolucionário messiânico e redentor que corporiza o socialismo. Nesta faceta, Marx assume-se como um herdeiro do Iluminismo e da sua conceção teleológica da história que alardeia o progresso aos quatro ventos (Kurz, 2002b: 16-17; Kurz, 2003c: 21).

Em segundo lugar, Kurz denomina Marx “esotérico” o núcleo literalmente “radical” da sua teoria “que desce às raízes” da matriz transcendental contemporânea (Kurz, 1995b: 6). Esse âmago encerra “uma crítica muito mais profunda do capitalismo, (...) uma crítica *categórica* ou *categorial*” (Kurz, 2013b/2001: 23, *itálico no original*) que incide sobre o trabalho, a mercadoria, o valor, o dinheiro e o capital como formas basilares do “fetichismo social moderno” (Kurz & Lohoff, 2014: 37; cf. Kurz, 1995b: 6 e 8). De facto,

“O conceito central do Marx esotérico (...) é o conceito de «fetichismo». Marx mostra (...) que a aparente racionalidade da modernidade capitalista só representa (...) a [ir]racionalidade interna de um *sistema alucinado objetivado* (...). Na autonomização da chamada economia, na fetichização do trabalho, do valor e do dinheiro, opõe-se aos seres humanos a sua própria sociabilidade, enquanto poder alheio e externo. O escândalo consiste em que essa medonha, fantasmagórica e destruidora autonomização de coisas mortas e economificadas coagula numa obviedade axiomática. Com o seu conceito de fetiche, que ele também estende ao Estado, à política e à democracia, o Marx esotérico produz o que todo o grande descobridor produz nas coisas humanas: ele torna estranho, carecido de explicação e falso o aparentemente simples, o quotidiano, a «dimensão silenciosa» do óbvio.” (Kurz, 2013b/2001: 38-39, *itálico no original*)

No contexto da argumentação esotérica, as “classes” operária e burguesa deixam de ser o *prius* lógico da análise, quer dizer, “sujeitos” coletivos antagônicos “sem pressupostos”, para se converterem em “diferentes portadores funcionais da sua forma básica e histórica comum” (Kurz, 1995b: 8) – o processo incessante de valorização do valor que dá pelo nome de capital. Neste sentido, o proletariado perde a insondável pureza virginal que o Marx exotérico lhe atribui, sendo “inapelavelmente parte integrante e momento” *central* “da relação capitalista, (...) não o seu opositor predestinado” (Ibid.).

De acordo com Robert Kurz, a “renovação da teoria” marxiana não pode cingir-se a uma mera reinterpretação, mas exige a sua “*superação*” (Ibid.: 5, *itálico no original*). O primeiro passo nessa direção consiste em destrinçar o Marx esotérico, libertando-o do peso morto do Marx exotérico. Uma vez identificado claramente o núcleo de proposições da crítica da economia política que retém a sua validade para entender o capitalismo do século XXI, este deverá ser aproveitado como ponto de partida do desenvolvimento teórico ulterior (Ibid.: 7-8; Kurz, 2018b/1991: 114n1; Kurz & Lohoff, 2014: 37). Tal como se verificou no decurso do presente capítulo, a obra de Kurz é norteadada transversalmente por este preceito. O marxismo tradicional tomou o caminho inverso: sepultou o Marx esotérico e, ao mesmo tempo, esclerosou de maneira dogmática o Marx exotérico. Vejamos como.

7.7.2 – O marxismo tradicional

“«*Arbeit macht frei*» foi também o mote, nem sequer secreto, do movimento operário socialista” (Kurz, 2018b/1991: 57).

O “marxismo do movimento operário”, nomeadamente na sua variante dominante leninista, entende o trabalho como “essência supra-histórica do homem” (Kurz, 1999b/1991: 17). Nesta “perspetiva”, o “escândalo” não é o dispêndio tautológico e fetichista de músculos, nervo e cérebro, mas somente a “exploração” dos proletários “pelo capital” (Grupo Krisis, 2003: 35). O marxismo tradicional configura uma “*crítica*” da sociedade burguesa “do *ponto de vista* do trabalho” (Kurz, 2018b/1991: 32, *itálico no original*; cf. 6.6.1.1), porque este representaria um “contramodelo” (Kurz, 2004b: 137) ou “princípio pretensamente oposto ao capital” (Grupo Krisis, 2003: 35) e, por isso, seria a “alavanca da emancipação” (Kurz, 2004b: 137). Aos olhos da “esquerda política” (Grupo Krisis, 2003: 35), padecente do

Síndrome de Estocolmo, o socialismo não significa “libertar-se *do trabalho* (...), mas sim (...) libertar *esse mesmo trabalho*” (Kurz, 2011b: 27, *itálico no original*).

Está-se perante um equívoco completo, pois “a abstração trabalho não é o oposto mas o estado (...) agregado vivo do próprio capital” (Kurz, 2004b: 137; cf. 7.5.1). Ademais, uma vez que este atingiu o seu limite interno absoluto, caracterizado pela “supressão negativa” da respetiva substância laboral, a crítica “a partir de um ponto de vista ontológico do «trabalho»” ou da “classe trabalhadora” é perfeitamente inconsequente (Kurz, 1999b/1991: 213). Por essa razão, “a esquerda”, em “todos os seus matizes”, revela-se preocupantemente “incapaz de dar uma resposta” emancipatória “à crise” do modo de (re)produção capitalista (Ibid.).

O marxismo tradicional não se sai melhor na conceptualização da dominação hodierna. A “forma” de fetiche impessoal *sobrejacente* aos grupos evapora-se numa noção truncada de dominação *direta* associada à luta de classes como pretensão fundamento derradeiro da “socialização” (Ibid.: 45). A tese marxiana de que o capital é uma “relação social” é apreendida, de maneira redutora e sociologista, como o conflito entre a “parte (...) dominante da sociedade que (...) «é» ou representa o capital” e “a parcela (...) oprimida” (Kurz, 1995b: 8) – o “contrassujeito” apriorístico “ontologicamente fixado no «trabalho»” (Kurz, 2009c: 42) – que, através de um toque de varinha mágica, “nem «é» nem representa em si o capital” (Kurz, 1995b: 8). O resultado desta “subjetivação” da dominação, na aceção de “uma mera vontade de exploração da «classe dominante» de acordo com o seu «poder de disposição»” (Kurz, 2009c: 42), é que, “em vez de criticar o (...) capital, passou-se a criticar «os capitalistas»” (Kurz, 1999b/1991: 45).

O marxismo tradicional escamoteia a “*constituição social*” das “classes” pela matriz transcendental (Kurz, 2013b/2001: 45, *itálico no original*) que transforma a sua “luta” numa manifestação do “movimento *imanente* do (...) capitalismo” (Kurz, 2017b: 41, *itálico nosso*). Portanto, a “luta de classes” é a “expressão” de “interesses antagónicos no terreno social *comum* do sistema de produção de mercadorias” (Grupo Krisis, 2003: 35-36, *itálico nosso*). Trata-se da oposição entre “*sujeitos*” coletivos “*funcionais*” *no interior* da “forma-fetiche” tacitamente *pressuposta* como “pano de fundo” (Kurz, 1997b: 332, *itálico no original*).

Por outras palavras, burguesia e proletariado são categorias derivadas, quer dizer, *postas* pela lei do valor para assegurar a sua própria *efetivação* (Grupo Krisis, 2003: 36; cf. 3.14.1). O marxismo tradicional equivoca-se, pois, quando “declara” que o sujeito portador do trabalho abstrato é *em si* a “alavanca ontológica da emancipação” (Kurz, 2005a: 23). Até hoje o proletariado “*nunca* foi o agente” de um “processo” emancipatório dos seres humanos face às categorias mercantis (Grupo Krisis, 2003: 37, *itálico nosso*).

A imanência do conflito classista é atestada pela atuação do movimento operário, nas suas diversas vertentes, ao longo do século XX. Os partidos, sindicatos e demais associações trabalhadoras apreenderam geralmente “as formas elementares da socialização capitalista” – a saber, “trabalho abstrato, forma valor/mercadoria, dinheiro, mercado, Estado” – como categorias neutras e, inclusive, “positivas” (Kurz, 2004b: 136) que, por isso, não precisavam de ser superadas, carecendo tão-somente de uma diferente administração ou moderação *política* (Grupo EXIT!, 2007: 4). Consequentemente, tanto “o naufragado «socialismo real» burocrático de Estado do leste” e os “regimes de «libertação nacional» do sul” quanto o “movimento operário ocidental” fizeram ainda “parte da história da ascensão e imposição” do modo de (re)produção burguês (Ibid.: 9).

Por um lado, na URSS e nas chamadas democracias populares assistiu-se à mera estatização da economia, conservando-se intacta a “essência do capital”: o absurdo fim em si da valorização do valor (Kurz, 2014b: 336). Aquilo que se entendia por “socialismo” era, na verdade, “uma ideia de «capitalismo organizado» sem capitalistas” em que, através da “mudança das relações de propriedade jurídicas”, a “mais-valia” fosse “distribuída com

justiça” pelos “trabalhadores” (Kurz, 2003a: 6). Queria-se apenas eliminar a “apropriação” indevida “do «trabalho não-pago»”, perdendo-se assim de vista o “caráter sistémico fetichista da própria socialização pelo valor” (Kurz & Lohoff, 2014: 35).

Dado que a reprodução dessas nações ainda era em larga medida *pré-capitalista*, aquilo que se registou foi fundamentalmente um processo autárquico de acumulação primitiva do capital pela via estatista e, portanto, de *constituição* das categorias modernas (Kurz, 2018b/1991: 151). Sob a chancela ideológica do “comunismo”, revoluções de camponeses lideradas por pequeno-burgueses e intelectuais constituíram o capital, o trabalho assalariado e o proletariado (cf. 7.8).

Por outro lado, no Ocidente esse processo de acumulação originária já havia ocorrido. Assim, do ponto de vista do operariado, “a «luta de classes»” foi essencialmente um movimento de «luta pelo reconhecimento»” *legal* dos seus membros, “no terreno das categorias capitalistas”, (Kurz, 2009a: 13), como “sujeitos *integrais* e autónomos do processo de valorização” (Kurz, 2003a: 6, *itálico* nosso). De facto, no final do século XIX a “universalidade” da forma jurídica – complemento indispensável da forma-valor (cf. 5.6.1, 7.5.7.1 e 7.5.7.2) – ainda não era fiel ao seu conceito, porquanto “grande parte da população” se encontrava “excluída total ou parcialmente dos direitos burgueses”, sobretudo “no campo político” (Kurz, 2004b: 139).

O movimento operário priorizou, portanto, “a reivindicação por *igualdade política e liberdade*” (Ibid., *itálico* no original). Tratava-se de garantir com força de lei um conjunto de “direitos (...) e de gratificações” aos “trabalhadores assalariados” (Kurz, 2007c: 27), nomeadamente: o direito de voto, o direito de sindicalização, o direito à greve, a liberdade de reunião e de associação, a redução da jornada laboral, a revisão dos salários, a melhoria das condições de trabalho e a intervenção social do Estado (Kurz, 2003a: 6; Kurz, 2007c: 27).

O resultado tangível da luta de classes nos países ocidentais foi a inclusão dos proletários “como cidadãos «livres abstratos»” (Kurz, 2013b/2001: 165) e, desse modo, o seu reconhecimento na “forma-sujeito” que os “atava” indissolivelmente “ao sistema dominante” (Kurz, 2004b: 136). Nas palavras de Kurz, “a integração das massas na cidadania moderna era ao mesmo tempo um disciplinamento que estreitava a consciência e a ação nos moldes da sociedade capitalista” (Ibid.: 139). Logo, em vez de superar o modo de (re)produção burguês, o conflito classista contribuiu para o seu amadurecimento e completude, em particular “na esfera estatal e política” (Kurz, 2013b/2001: 165).

As “conquistas (...) imanes”, obtidas “contra os representantes oficiais tacanhos do capital”, foram outras tantas “condições” facilitadoras da conclusão categorial da modernidade (Kurz & Lohoff, 2014: 36). Longe de ser “o coveiro do capitalismo”, o movimento operário “representou a inquietação interna propulsora, o motor vital” inadvertido “para o desenvolvimento da socialização” do valor (Kurz, 2013b/2001: 18). No período pós-2ª Guerra mundial, este movimento “perdeu o seu impulso” precisamente porque havia sido “bem-sucedido” (Kurz, 2014a: 23) no cumprimento da missão histórica que se propôs: a ratificação plena dos operários como “sujeitos da mercadoria, do dinheiro e da cidadania estatal” (Kurz, 2007c: 27).⁶⁹⁷

Em suma, a “luta de classes” foi a expressão imane dos conflitos entre os portadores funcionais dos polos antagónicos da lei do valor e, simultaneamente, uma importante fonte de dinamismo na trajetória evolutiva da “modernização” durante a sua fase ascendente (Kurz, 1993b: 153). Na sequência da 3ª Revolução Industrial atingiu-se o limite inexorável do capitalismo (cf. 7.6). Ora, “a crise do *sistema referencial comum* a «capital e

⁶⁹⁷ Robert Kurz considera que os *événements* de Maio de 1968 constituem uma exceção nos países capitalistas avançados: “O sonho do Maio parisiense (...) pode ter sido inconsequente e difuso, mas foi o sonho de uma outra vida, para além da estupidez económica do mercado” (Kurz, 1997b: 302). Tratou-se de “um breve relance de olhos no quarto proibido, mas a porta logo foi cerrada” (Ibid.: 292).

trabalho” não pode deixar de se repercutir na “paralisia” gradual “da antiga luta de classes” (Kurz, 1997b: 334, *itálico no original*) que, enquanto contenda “distributiva (...) no interior do invólucro mercantil”, começa a rodar em falso (Kurz, 1993b: 192).

Obviamente que a “crise” agudizará as “agitações”, “conflitos” e “desavenças” (Ibid.). Porém, na medida em que os responsáveis governamentais, sindicais e patronais continuarem a insistir na execução dos “critérios insustentáveis do sistema” – clamando por postos de trabalho, crescimento económico e “dinheiro” –, a “luta social” revela-se desprovida de perspectivas emancipatórias, sendo incapaz de prevenir a “barbárie” (Ibid.). Quando o “emprego” e o “bolo de rendimentos monetários” que este reparte encolhem a olhos vistos, o sindicalismo operário degenera no corporativismo rasteiro e a “solidariedade” é mandada às malvas: “os clientes sindicais e seus funcionários se debatem como os passageiros de um navio naufragando em meio aos barcos salva-vidas” (Ibid.: 177).

7.8 – Socialismo real

7.8.1 – Modernização recuperadora

Na perspectiva de Robert Kurz, as experiências do denominado socialismo real não constituem um “contramodelo” em relação ao modo de (re)produção capitalista, mas uma expressão “*imane*nte” peculiar “da modernização burguesa” (Kurz, 2004b: 135, *itálico no original*). Sob a égide do Estado, o regime da União Soviética e os movimentos de libertação nacional do Sul levaram a cabo processos de “modernização” *retardatária* ou atrasada (Kurz, 1995b: 3; Kurz, 2015: 11), de índole “protocapitalista” (Kurz, 1999b/1991: 28), em regiões periféricas do “mercado mundial” (Grupo EXIT!, 2004: 1).

Portanto, aquilo que se apresentou como “socialismo” foi, na verdade, a “construção recuperadora do *capitalismo*” (Kurz, 1999b/1991: 56, *itálico no original*), quer dizer, a “*constituição* fetichista” da matriz transcendental da “dissociação-valor” (Kurz, 2007c: 27, *itálico nosso*) em sociedades cuja reprodução ainda assumia caracteres predominantemente *pré-capitalistas* (Kurz, 2004b: 13). A autoilusão permitiu que o “comunismo” se transformasse na “ideologia legitimadora” da “imposição” do moderno “sistema produtor de mercadorias” (Kurz, 1999b/1991: 50 e 48).

Tratava-se de erigir “uma base industrial independente (...) para poder participar” no comércio global “como sujeito nacional autónomo” (Kurz, 2019/2003: 12). Perante o “nível” comparativamente elevado das forças produtivas nos países capitalistas ocidentais e a “concorrência (...) muito avançada no mercado mundial”, estes novos surtos de “desenvolvimento *recuperador*” (Kurz, 1999b/1991: 35, *itálico no original*) foram obrigados a adotar os contornos de uma “economia de guerra” híper-protetcionista (Ibid.: 52).

A configuração estatista destinada a impulsionar a acumulação primitiva de capital recapitulou, “num intervalo assustadoramente breve de tempo”, o processo sangrento que havia demorado séculos na Europa Ocidental (Ibid.: 54; cf. 1.15). Esta concentração amplificou sobremaneira a violência e a brutalidade terroristas exercidas contra a população que era preciso domesticar (Ibid.: 35 e 54). Além disso, a autarcia significava que “o capital monetário (...) tinha de ser obtido exclusivamente” dentro de portas, facto que agravou a exploração impiedosa do “material humano” à disposição: os indivíduos foram transformados a ferro e fogo “em produtores de riqueza abstrata, isto é, em produtores de (...) mais-valia” (Ibid.: 56-57).

Em suma, assistiu-se à criação dos pressupostos do capital enquanto “relação social” (Kurz, 2007c: 28). A mercadorização da “força de trabalho” possibilitou a metamorfose de uma “população camponesa” de subsistência em operários assalariados (Kurz, 1984: 4) e, concomitantemente, constituiu o “trabalho abstrato” (Kurz, 2007c: 28) como dispêndio

autotético de energia humana socialmente sintético (Kurz, 1999b/1991: 18).⁶⁹⁸ Em vez de ser superada, a condição “operária” generalizou-se compulsivamente (Ibid.: 59). Os bens e serviços adquiriram a forma universal de “mercadorias” e o seu fabrico e distribuição passou a obedecer à “lei do valor” (Kurz, 1984: 4), ainda que de maneira modificada (cf. 7.8.2).

Independentemente da sua autoimagem ideológica, o socialismo real conservou “as categorias económicas” essenciais “da modernidade” (Kurz, 1995b: 2) burguesa elencadas – trabalho, valor, mais-valia – e as respetivas formas fenoménicas – dinheiro, “salário, preço e lucro” (Kurz, 1999b/1991: 25). Por isso, uma análise que transcenda a oposição *superficial* entre Estado e mercado conseguirá captar os “fundamentos comuns” ao socialismo de caserna e ao sistema de iniciativa privada (Ibid.: 16-17). Ambos partilham “uma lógica básica social mais profunda”, mormente a de serem uma “*sociedade do trabalho*” (Ibid.: 17, *italico no original*) e, por conseguinte, “um modo de produção *capitalista*” (Kurz, 1984: 4, *italico no original*).

7.8.2 – Produção de mercadorias sem concorrência amplifica as irracionalidades

Numa economia capitalista de mercado, “a *concorrência* (...) entre as unidades empresariais (...) pela realização da mais-valia” (Kurz, 1999b/1991: 71, *italico no original*) é a forma de manifestação das “leis” de movimento do capital e o veículo da sua imposição “coativa” (Ibid.: 224). Neste sentido, o “*princípio da concorrência*” (Ibid., *italico no original*) representa a “força-motriz” da “dinâmica social” (Ibid.: 72). Em especial, o mecanismo associado à extração de mais-valia relativa e à busca do sobrelucro temporário impele o “desenvolvimento” estratosférico das “forças produtivas” e da “cientificização” (Ibid.: 79). Para triunfarem no mercado, os muitos capitais são estruturalmente obrigados a adotar técnicas e tecnologias inovadoras de cariz racionalizador (Ibid.: 73 e 79).⁶⁹⁹

Por seu turno, o capitalismo de Estado do Leste e do Sul constitui a tentativa “absurda” de “planificação do mercado” (Kurz, 2018b/1991: 109), ou seja, de alocação consciente dos recursos com base na “produção (...) de mercadorias” insuperada (Kurz, 1999b/1991: 37). Portanto, procura-se “fazer a quadratura do círculo” e “agir conscientemente”, por meio do plano, conservando a derradeira causa da inconsciência social fetichista: um modo de *produzir* assente no “trabalho abstrato” e no “valor” (Kurz, 2018b/1991: 78-79; cf. Kurz, 2018a/1986: 80).

Segundo Robert Kurz, o aspeto crucial, que explica os problemas crescentes e a debacle do socialismo real, é que estes regimes eliminaram o “mecanismo funcional da *concorrência*” sem abolir o capital (Kurz, 1999b/1991: 65, *italico no original*). Na ausência dessa mola impulsora ficaram amarrados à extração de mais-valia absoluta e a um correspondente progresso técnico lento (Ibid.: 79). Neste contexto, o “aumento” modesto “da produtividade somente podia ser estimulado por.ucasses estatais e campanhas de propaganda morais” (Ibid.).⁷⁰⁰

Com o passar do tempo registou-se a “crescente invalidade social (...) do dispêndio de força de trabalho” no bloco soviético, porque o mesmo não cumpria o “padrão global de produtividade” (Ibid.). Incapaz de “acompanhar” o surto inovador associado à revolução

⁶⁹⁸ De facto, o socialismo real “transformou o trabalho abstrato numa religião secularizada” (Kurz, 1999b/1991: 19), conduzindo a produção pela produção – a “idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis” (Ibid.: 18) – ao seu paroxismo grotesco sob a forma do stakhanovismo.

⁶⁹⁹ Embora, no longo prazo, isso seja contraproducente para o sistema no seu conjunto, conforme se sublinhou em 7.6.

⁷⁰⁰ Obviamente que a “produtividade baixa” conduzia a “salários analogamente baixos” (Kurz, 1999b/1991: 116).

“microeletrônica”, o “socialismo real” acabou por ser definitivamente derrotado no “mercado mundial” pelas nações capitalistas ocidentais na década de 1980 (Ibid.: 123).

Note-se, ademais, que o colapso era “inevitável” (Ibid.: 79) pois, ao substituírem “a concorrência entre os participantes do mercado” pela intervenção reguladora “estatal”, amputaram um importante dispositivo corretor quasi-automático da produção mercantil (Ibid.: 76). Desse jeito, potenciaram as “tendências” negativas e levaram “ao extremo todas as irracionalidades” do capital (Ibid.: 94 e 95).

Em primeiro lugar, no capitalismo de livre iniciativa cada “unidade empresarial tem de explorar, sem consideração do conteúdo e das consequências, o máximo de trabalho” e matérias-primas” (Ibid.: 91). Porém, esta desmesura é parcialmente contrariada pelo funcionamento da concorrência: “apenas pode fazê-lo no nível social atual da produtividade” (Ibid.) que é imposto, por detrás das costas dos muitos capitais, pela “lei do tempo de trabalho socialmente necessário na média” para fabricar um certo tipo de mercadorias (Ibid.: 92).

No caso das economias de direção central estes *checks and balances* são seriamente comprometidos. Não só as “determinações subjetivas da burocracia” encarregues de efetivar normativamente o tempo de trabalho socialmente necessário – tarefa virtualmente “irrealizável” – carecem da automaticidade dinâmica da concorrência (Ibid.: 92-93), como, além disso, essas disposições burocráticas apenas conservam o primeiro imperativo referido: maximizar o gasto de trabalho e de recursos. Através de um “sistema” de incentivos, “remunerações” e penalizações, são favorecidas “aquelas unidades empresariais que produzem mais valor”, ou seja, que utilizam mais mão-de-obra na sua atividade (Ibid.: 93).

Verifica-se, então, uma “competição” bizarra “para ver quem é capaz de alcançar (...) o máximo de desperdício de força de trabalho e material”, dado que essas serão as firmas recompensadas pelo Estado (Ibid.: 93). Portanto, quando não é limitada pela ação da concorrência, a finalidade autotélica da riqueza abstrata gera absurdos paroxísticos. Por um lado, torna-se “quase impossível determinar burocraticamente o tempo de trabalho socialmente necessário”, enquanto, por outro, “esse tempo é (...) mantido num nível” artificialmente elevado pelo mecanismo de gratificação descrito (Ibid.). O pleno emprego no bloco soviético, celebrado com pompa e circunstância como uma façanha do Estado proletário, era garantido à custa da manutenção de um padrão de produtividade cada vez mais obsoleto e da disseminação cancerosa de “trabalho simplesmente improdutivo” (Ibid.: 81).

Em segundo lugar, numa economia de livre mercado a “concorrência” intersectorial preside ao estabelecimento de uma “taxa de lucro social” e de “preços de produção” (Ibid.: 98; cf. 3.3). Os capitais individuais com custos superiores aos custos médios setoriais serão incapazes de realizar o lucro médio e, se não melhorarem a sua competitividade, acabarão por ser eliminados do mercado. Este facto estimula o progresso técnico e a inovação permanentes.

Por sua vez, a “reprodução” macrossocial do “socialismo real” não dispõe desse “mecanismo” concorrencial que distribua os “recursos entre os diversos ramos” de negócio e permita aferir “a rentabilidade da produção” (Ibid.: 99). As conhecidas “dificuldades (...) do sistema” soviético “de formação de preços refletem a impossibilidade lógica (...) de realizar, por meio da subjetividade burocrática, uma transformação de valor em (...) preços de produção adequados” (Ibid.: 100). Nestas condições, tanto o preço de “custo” como o “lucro” necessitam de “ser fixados” pelo Estado, “caso a caso, em negociações com as empresas” (Ibid.).

Dada a “fome” fetichista “de um *input* abstrato máximo de material, força de trabalho e tempo de trabalho” supramencionada, os custos operacionais das “empresas” sobem imparavelmente (Ibid.). Uma vez que não é fixado, pela concorrência, um preço de custo de mercado que penalize as unidades industriais com custos individuais elevados e, portanto,

menos produtivas, “o nível de custo (...) social global” tende igualmente a crescer (Ibid.). Não existindo preços de produção válidos nem lucro médio, é impossível abocanhar um sobrelucro através da inovação; pelo contrário, *quanto mais trabalho se despende – e quanto maiores são os “custos” – tanto mais “valor” se obtém!*

Evidentemente que esta subida contínua dos valores individuais provocada pelo acréscimo dos respetivos custos teria de se repercutir na “elevação (...) do nível de preços”, gerando “uma pressão inflacionista” (Ibid.: 101, *itálico no original*). A solução encontrada foi “a subvenção permanente” e em escala “crescente dos preços por parte do Estado”, de maneira que “todos os preços” devam “preços políticos” (Ibid.: 102). Por outras palavras, mantêm-se os preços de mercado artificialmente baixos, mas paga-se às empresas a diferença face ao “valor verdadeiro” (Ibid.: 101). No longo prazo, a generalização desta medida “prepara o colapso das finanças públicas e do sistema monetário” (Ibid.: 103).

Finalmente, em terceiro lugar, se no capitalismo privado a oferta for superior à procura (solvente), então os preços de mercado serão inferiores ao preço de produção, pelo que o lucro será inferior ao lucro médio. Isso provocará um êxodo de capitais desse ramo, a diminuição correspondente da produção setorial e o restabelecimento tendencial do equilíbrio entre oferta e procura sociais. Sucede o inverso numa situação em que a oferta é inferior à procura (cf. 3.3.4).

Por seu turno, se – tal como acontece no socialismo real – toda a produção for imediatamente validada e remunerada pelo Estado, este dispositivo de compensação (automática) desaparece. Nesta situação, “uma extensa economia de escassez” (Ibid.: 111) coexiste com projetos faraónicos (muitas vezes inacabados) perfeitamente desnecessários. A gama e a quantidade de “bens de consumo quotidianos” à disposição da população é diminuta, sendo frequentes as “filas” à porta dos estabelecimentos comerciais e as listas de espera para adquirir bens duradouros, nomeadamente eletrodomésticos, automóveis, etc. (Ibid.: 117). Prolifera o *blat* – um sistema de “complicados negócios de troca em espécie (...) para obter as coisas mais banais” – e forma-se um “mercado negro” paralelo (Ibid.: 119). Assim, é indubitável que no período pós-2ª Guerra Mundial, apesar dos seus defeitos, o “princípio da concorrência” ocidental funcionou melhor do que a direção central do “socialismo de caserna” em termos da “produtividade” material promovida e da qualidade dos valores de uso criados (Ibid.: 131).

7.8.3 – A derrocada do socialismo real faz parte da crise global do capital

7.8.3.1 – A trajetória histórica ascendente da modernização

Na perspetiva de Robert Kurz, a modernização impôs-se através de “surtos descontínuos”, no espaço e no tempo (Kurz, 2007b: 163), de “acumulação primitiva” do capital (Kurz, 1999b/1991: 177). O traço “comum” destes processos foi “a expulsão violenta (...) dos (...) «produtores diretos», na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as «torturas» por eles sofridos ao serem forçados ao *status* moderno de trabalhadores assalariados” e de “sujeitos” jurídico-monetários (Ibid.).

À acumulação originária pioneira da Inglaterra, nos séculos XVI e XVII, seguiram-se aquelas dos demais países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América até bem dentro do século XIX (Ibid.). Tratou-se, pois, de um processo lento e que, ademais, graças à incipiência do aparato produtivo e da “cientificização”, permitiu a absorção das massas gigantescas de “força de trabalho viva” que eram despojadas do modo de subsistência tradicional (Ibid.: 177-178). Pouco a pouco, a extração de “mais-valia absoluta” cedeu lugar à “produção de «mais-valia relativa»” (Ibid.: 178), ou seja, a subsunção formal foi substituída pela subsunção real dos operários no capital, inerentemente dinâmica.

Mediante “fases de desenvolvimento que se seguiam uma à outra com velocidade cada vez maior, interrompidas apenas por breves «crises de imposição»” (Ibid.: 177), o modo de (re)produção capitalista desabrochou completamente sob a égide das nações ocidentais. Tirando partido da “vantagem histórica” concedida aos precursores, este bloco consolidou a sua posição dominante durante o “boom fordista da época pós-guerra”, cujo apetite por força de trabalho parecia inesgotável (Ibid.: 178). Este novo estágio submeteu os “últimos poros da reprodução social” às formas da mercadoria e do capital e, simultaneamente, “estabeleceu o mercado mundial (...) como ponto de referência obrigatório para todos os países” (Ibid.).

Em 1917, a União Soviética inaugurou, sob a bandeira ideológica do comunismo, a “*acumulação primitiva* (...) de natureza recuperadora” (Ibid.: 176, *italico no original*) descrita em 7.8.2. Dado o atraso enormíssimo em relação ao pelotão da frente, este processo “não estava mais em condições de adotar o passo relativamente lento com que se desenvolvera o sistema produtor de mercadorias na Europa Ocidental” (Ibid.: 179). Colocando o acento tônico no “elemento estatista”, a industrialização, a “lógica do capital” e a “máquina de trabalho abstrato” tiveram de ser impostas autoritariamente – “de forma quase militar” – num período muito mais reduzido (Ibid.).

Na medida em que o socialismo real *constituiu*, em vez de ultrapassar, as categorias nucleares burguesas (Kurz, 2007b: 165), “a Guerra Fria, como conflito sistémico” (Kurz, 2019/2003: 8) que opunha o “capitalismo privado” e o princípio “concorrencial”, de um lado, e o “capitalismo de Estado” e o “planeamento burocrático”, de outro (Ibid.: 56), foi na verdade “uma espécie de mal-entendido (...) entre duas fases históricas *não sincrónicas*” (Kurz, 1999b/1991: 179, *italico nosso*) da *mesmíssima* forma de reprodução social assente na “transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro” (Kurz, 1997b: 93). Tratava-se, em suma, da contenda “entre diferentes etapas (...) de modernização” (Ibid.: 80), isto é, “entre o centro capitalista ocidental e os historicamente atrasados da periferia” (Kurz, 2019/2003: 56).

A ultraperiferia que abarca o denominado “Terceiro Mundo” foi a última região do globo a ingressar no espaço-tempo moderno: “a maior parte da acumulação primitiva” ocorre “somente após a Segunda Guerra Mundial” (Kurz, 1999b/1991: 180), usualmente na sequência dos movimentos de libertação nacional conducentes à independência de ex-colónias. Porém, o seu desfasamento avassalador não era passível de ser ultrapassado, ainda que temporariamente, pelo processo de modernização recuperadora intentado.

Quando comparada com a época da experiência soviética, a situação destas nações era claramente mais desfavorável. Enfrentavam um modo de (re)produção burguês amadurecido, caracterizado por “um nível” superior de “desenvolvimento” e interpenetração do “mercado mundial” e por um padrão normativo de “produtividade” igualmente altíssimo (Ibid.). Os investimentos obrigatoriamente “capital-intensivos”, em virtude da composição orgânica social elevada (Ibid.: 158), e os seus pré-requisitos infraestruturais eram simplesmente incomportáveis “para a maioria dos países pobres” (Ibid.: 162).

Assim, impossibilitada a sua generalização, a “industrialização” assumiu-se como um fenómeno seletivo que abrangia apenas “algumas fábricas isoladas” destinadas à exportação de uma gama reduzida de produtos (Ibid.: 181). Pode-se falar de uma “sociedade (...) modernizada” fundamentalmente “em sentido negativo”, porquanto, do ponto de vista do grosso da população, “foram destruídas as estruturas” de vida “tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse o seu lugar” (Ibid.).

7.8.3.2 – O colapso da modernização

O padrão “sempre crescente” de “produtividade” nos países capitalistas avançados não podia deixar de se repercutir negativamente “nos processos recuperadores da acumulação primitiva” na periferia (Ibid.: 179). O “colapso” atingiu primeiramente as vastas regiões do

“Terceiro Mundo” que constituíam o elo mais fraco da cadeia concorrencial (Ibid.: 156; cf. Ibid.: 83). Hoje em dia, são essencialmente “sociedades pós-catastróficas” que apenas “estão ligadas à circulação sanguínea global do dinheiro por (...) poucas veias muito finas” (Ibid.: 156-157). A tragédia das “massas” de condenados da Terra não é a “exploração capitalista de seu trabalho (...), mas, ao contrário, a ausência dessa exploração” (Ibid.: 181). De facto, “a maioria da população mundial” deveio supérflua ou excedentária para o processo minguate de valorização e, assim, é composta por “sujeitos” monetários *desmonetizados*, obrigados a sobreviver “num leprosário social” (Ibid.: 182).

Seguiu-se, no início da década de 1990, o colapso do socialismo real. Estes regimes haviam construído uma “caricatura” do capitalismo (Kurz, 2018b/1991: 148), privando-o da “sua dinâmica interna” na forma da concorrência (Kurz, 1999b/1991: 79). Conforme se mencionou em 7.8.2, a acumulação estatista provou ser uma configuração menos eficiente e agravou as irracionalidades inerentes ao sujeito automático (Ibid.: 142). Incapaz de efetuar “a transição para a terceira revolução industrial (...), o capitalismo de Estado do Leste fracassou economicamente no mercado mundial” (Kurz, 2019/2003: 14), ou seja, foi vencido na luta concorrencial.

Kurz considera que o “paradigma” da modernização recuperadora, enquanto “nacionalização (...) das categorias capitalistas, (...) está historicamente esgotado” (Kurz, 2009c: 41). Todavia, apesar do disco riscado ideológico, isto não significa que tenha sido “substituído (...) um modelo social e económico errado por um modelo correto” – o mercado livre (Kurz, 1999b/1991: 133). A implosão da URSS é a “manifestação” do “limite” interno da “valorização do capital (...) no seu conjunto” (Kurz, 2015: 11).

Isto porque “o princípio da concorrência funciona bem demais” (Kurz, 1999b/1991: 132) e, ao desenvolver continuamente as “forças produtivas” materiais (Ibid.: 177), solapa os “fundamentos” (Ibid.: 83) do modo de (re)produção hodierno: o dispêndio de “trabalho abstrato”, o “valor” e a mais-valia (Kurz, 2018c/1989: 87). A “cientificização”, a computadorização, a informatização e, sobretudo, a robotização promovidas pela revolução microeletrónica transformam o *aparente* triunfo do capitalismo ocidental numa vitória de Pirro (Kurz, 1999b/1991: 83).

“Se o nível global da produtividade, e com ele o nível correspondente da rentabilidade, é tão alto (...) que «perder» significa, para um número cada vez maior de empresas, a exclusão do mercado e, portanto, a destruição de capital, acontece que em cada nova volta do processo de concorrência diminui a massa global da mais-valia disponível, que pode ser apropriada (...). Se a transferência de valor das regiões dos grandes perdedores (...) para os centros do mercado mundial (...) [se baseia, NM] na absorção *indireta* da mais-valia produzida em outros lugares, por parte da produtividade superior e inalcançável, é lógico que essa transferência (...) não pode continuar indefinidamente. Ao contrário, a cada paralisação de recursos numa região de perdedores que cai abaixo do nível exigido de rentabilidade diminui também a margem para outras transferências desse tipo.” (Ibid.: 192-193, *italico no original*)

Por outras palavras, o lucro médio e o sobrelucro dos capitais ocidentais racionalizadores são sempre absorções de mais-valia criada alhures na economia global. À medida que um número crescente de capitais, regiões e países se tornam perdedores *definitivos*, em vez de relativos, e são excluídos do mercado, o bolo agregado do lucro social que pode ser redistribuído pela concorrência diminui inexoravelmente. A transferência intersectorial de mais-valia encolhe em virtude da sua insuficiente *produção*. Assim, “depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente” (Ibid.: 192).

O nó do problema, em suma, é que a “automatização” representa uma rutura quantitativa e qualitativa que torna obsoleta, em termos absolutos, “a exploração abstrata de força de trabalho” (Ibid.: 178-179) e, dessa maneira, suprime a “substância” vital do capital (Ibid.: 177; cf. 7.6). Esta barreira inultrapassável começa também a fazer-se sentir no Ocidente, como atestam os elevados índices de desemprego, subemprego e pobreza. É a própria *modernização*, enquanto *matriz de reprodução* assente nas formas sociais fetichistas do capital e da mercadoria, que entra em derrocada e ameaça tornar-se decomposição barbárica (Kurz, 2018c/1989: 87).

3.^a Parte

**Em vez de uma conclusão, um novo começo:
Prolegómenos para uma (meta)teoria
socioeconómica crítica e reflexiva da modernidade
capitalista**

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Nota liminar

“[I]mportava menos ter êxito na tentativa do que ousá-la.”
(Durkheim, 2002: 246)

Quem defende a necessidade de uma reformulação paradigmática nas ciências sociais tem de demonstrar as insuficiências que afligem a conceptualização da modernidade nesse campo multidisciplinar. Assim, começarei por efetuar uma análise crítica imanente de diversos postulados fundamentais da *economics* (capítulo 8), da sociologia (capítulo 9) e da Nova Sociologia Económica (capítulo 10). A exposição das suas inconsistências internas pode, obviamente, contribuir para o seu refinamento ulterior, conforme prevê a segunda aceção ritzeriana de metateoria – prelúdio auxiliar de desenvolvimentos teóricos (Ritzer, 1988; Ritzer, 1990; Ritzer, 2001: 13-33; Ritzer 2007) – apresentada em β.4.

O capítulo 11 assinala a entrada num novo registo metateórico. Em consonância com a definição proposta por Alain Caillé e Frédéric Vandenberghe (Caillé & Vandenberghe, 2016: 39-47; Vandenberghe, 2008: 290-303), destilarei quatro princípios epistemológico-filosóficos que, à luz dos preceitos da crítica da economia política marxiana e dos proposições da NCV, deverão nortear as pesquisas futuras (apenas e só) sobre o modo de (re)produção capitalista (cf. 11.1; 11.2; 11.3; 11.4). Trata-se dos prolegómenos de uma (meta)teoria crítica e reflexiva da sociedade moderna.

Depois, salientarei várias afinidades eletivas entre a NCV e as ideias de Max Weber, Karl Polanyi e Pierre Bourdieu que poderão permitir a sua fusão numa teoria sobrejacente (cf. 11.5), tal como sustenta a terceira aceção ritzeriana (metateoria como integração). Por último, elucidarei os contornos de um potencial programa de investigação norteados pelas orientações (meta)teóricas preconizadas nesta tese (cf. 11.6).

Ainda que se trate de um primeiro passo singelo, tenho plena noção da ambição daquilo que proponho. Porém, comungo da opinião epigrafada de Émile Durkheim: mais do que ser (inteiramente) bem-sucedido no meu intento, o mais importante é ousá-lo e, quiçá, abrir a porta para terceiros. Sobretudo num contexto académico dominado pelo conformismo face ao *status quo* e pelo imediatismo positivista hostil à teorização social *tout court* como domínio de pesquisa autónomo legítimo.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 8 – *Economics*: análise crítica de alguns postulados centrais

“A crítica da economia política marxiana começa a pesquisa ali onde a *economics* termina, e isto é tão verdade hoje como alguma vez foi” (Reichelt, 1995: 79).

“The significance of Marx’s work is not the contribution it can make to bourgeois economics (...), but the contribution it can make to its dissolution.” (Clarke, 1994: 13)

“Depois de mais de três décadas de pós-guerra, durante as quais a maioria dos comentadores acreditou que as questões pendentes da teoria económica tinham sido resolvidas, a dúvida considerável voltou a permear o assunto. Na opinião de cada vez mais pessoas, a *economics* falhou de modo retumbante na tentativa de encontrar respostas coerentes aos problemas crescentes que a economia capitalista enfrenta em todo o mundo.” (Pilling, 1980: 1).

“Gostaria de chamar a atenção para outras questões que têm afligido e atormentado os teóricos económicos académicos, na medida em que eles estão sequer conscientes de que existe aqui um problema.” (Reichelt, 1995: 73)

“What is value? This is perhaps the most urgent, yet neglected, question of contemporary social theory. Despite the proliferating talk about «adding value», little thought is given to what is being added.” (Murray, 2016: 16)

“[O] valor é, no sentido forte, uma objetividade social constituída historicamente (...). As dificuldades surgem quando se trata de compreender que o valor, como forma de objetividade social específica de que os objetos trocados são expressão, (...) se constitui (...) na própria realidade e não apenas em pensamento”. (Silva, 2006: 83)

“Aquilo que está em questão na abstração da forma-valor não é, de modo algum, o mesmo tipo de abstração que a ciência natural emprega quando estuda a massa, por exemplo, e trata os corpos sob esta descrição independentemente das suas outras propriedades. Pois a massa é, de facto, uma dada propriedade desses corpos, inerente a cada um deles. Mas o valor é uma propriedade socialmente imputada”. (Arthur, 2004: 155)

“[L]e tout préexiste aux parties.” (Méda, 2010: 292)

8.1 – A teoria do valor marginalista

8.1.1 – Subjetivismo psicologista: utilidade e preço

Em face das várias aporias que a perpassam (cf. Anexo 2), a economia política clássica é alvo de numerosas críticas e gradualmente abandonada. Incorretamente equiparada às teorias de Smith e de Ricardo, a crítica da economia política marxiana é também descartada pela *mainstream economics* nascente. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX eclode a denominada revolução marginalista, associada a Stanley

Jevons, Léon Walras e Vilfredo Pareto, bem como à Escola Austríaca de Carl Menger, Eugen Böhm-Bawerk e Friedrich Wieser. Em poucas palavras, estes autores substituem o trabalho (abstrato) socialmente objetivado pelas apreciações subjetivas de utilidade como fator determinante do valor das mercadorias.

O marginalismo parte do “indivíduo solitário” e associal que tem de satisfazer “as suas necessidades com a ajuda de bens materiais disponíveis em (...) maior ou menor” quantidade (Rubin, 2018/1926: 440). Portanto, ao contrário de Marx, o foco da *economics* não incide sobre o estudo “das formas de riqueza social peculiares capitalistas, e da sua maneira de produção e reprodução”, mas sobre a análise da “ação humana em condições de escassez” (Bonefeld, 2014: 35; cf. Perlman, 1990/1968: ix-x).

Numa pretensa “economia natural”, composta por “indivíduos isolados” (Rubin, 2018/1926: 431), a “troca” mercantil é a “forma” basilar de “atividade” dos seus membros (Clarke, 1991: 189-190). Por outras palavras, “o indivíduo aproveitará a oportunidade de trocar se ao fazê-lo conseguir obter um aumento na soma das utilidades ao seu dispor” (Ibid.: 190). Atente-se que “as mercadorias (a sua produção e o seu consumo) não possuem qualquer existência social”, dado haver tão-somente “mercadorias isoladas e indivíduos solipsistas que procuram maximizar a sua utilidade” (Latouche, 2005: 117).

De acordo com a teoria marginalista, é a “utilidade” de um bem que lhe confere um certo “valor” (Bonefeld, 2015: 149; cf. Rubin, 2018/1926: 430). Quanto maior for o seu “grau de utilidade” aos olhos do consumidor, tanto maior será o seu preço (Latouche, 2005: 117). O aspeto decisivo não é a “utilidade total”, mas a denominada “utilidade marginal” (Clarke, 1991: 190), ou seja, aquela “da última unidade da oferta existente” (Rubin, 2018/1926: 432-433). Quanto mais escasso for um produto, tanto maior será a sua utilidade marginal e, consequentemente, “o preço que um indivíduo está disposto a pagar” (Clarke, 1991: 190).

A grandeza deste depende, pois, exclusivamente das apreciações utilitaristas de “benefícios (...) dos participantes (...) do mercado” (Kurz, 2014b: 203). Está-se perante um “valor *subjetivo*” que traduz “a importância que o indivíduo atribui a um item particular enquanto condição necessária para satisfazer as suas necessidades” (Rubin, 2018/1926: 431, *itálico no original*; cf. Clarke, 1991: 185). O valor é reconduzido a “meros atos de escolha” dos consumidores, “cujos pressuposto social e contexto condicionante desaparecem” (Kurz, 2014b: 186).

São vários os problemas desta conceptualização do valor. Em primeiro lugar, o marginalismo “transforma a forma-valor num tipo de psicofisiologia comparada das necessidades” (Vincent, 1973a: 224; cf. Vincent, 1987: 111), quer dizer, um tipo de “naturalismo de origem (...) *psicológica* substitui o estudo complexo dos *laços sociais* e das relações entre os homens, por um lado, e das relações que estes mantêm com o seu ambiente técnico e natural, por outro”, na civilização capitalista (Vincent, 1973a: 224, *itálico nosso*). À luz da teoria marginalista, “as forças-motrizas da economia são as experiências e motivações psicológicas de indivíduos isolados na faceta de consumidores” (Rubin, 2018/1926: 441).⁷⁰¹

Em segundo lugar, o conceito marxiano *negativo* de “substância objetiva do trabalho como pressuposto lógico” do valor (Kurz, 2014b: 137), que o constitui socialmente de modo fetichista por detrás das costas das pessoas (Prado, 2015: 72), é rejeitado liminarmente. Fiel ao seu melhor companheiro, o individualismo metodológico, a teoria marginalista perfilha uma conceção ideológica que reduz o “valor ao valor de troca, e este último ao preço empírico” (Kurz, 2014b: 137) derivado unicamente do “cálculo de utilidade puramente subjetivo dos participantes no mercado” (Kurz, 2017b: 34).

⁷⁰¹ Note-se, *en passant*, que o psicologismo caracteriza também o outro ramo da *mainstream economics* contemporânea: o keynesianismo assenta nas motivações psicológicas da ação do empresário individual (“propensões”, “preferências”, etc.). Este assunto será retomado em 8.2.1.

O economista neoclássico vislumbra no intercâmbio mercantil apenas “a relação quantitativa, a proporção em que os valores de uso se trocam”, escamoteando “a substancialidade qualitativa e social subjacente” (Prado, 2015: 72) das mercadorias como valores que se exprime na figura autonomizada do dinheiro – o trabalho abstrato. Neste sentido, “o «valor de troca» deixa de ser a forma” fenoménica “do «valor»” (Kurz, 2014b: 186), devindo autossubsistente e, nessa medida, perfeitamente incompreensível.⁷⁰²

Em terceiro lugar, o marginalismo converte a mercadoria numa forma supra-histórica ao definir o *preço* como a forma de *manifestação* autoevidente da *utilidade* (marginal). A forma *social* do valor, apreendida de modo truncado como *preço*, é ontologizada porquanto derivaria diretamente do conteúdo material da riqueza *tout court*. Na ótica do economista burguês, o facto de uma camisola valer 10 euros é tão *natural* como a sua composição corpórea enquanto coisa útil de lã que resguarda o ser humano do frio; aquela qualidade (*preço*) decorre *automaticamente* desta (*utilidade*). A escola marginalista revela, portanto, uma “incompetência intelectual” gritante – a incapacidade de “resolver conceptualmente a «forma dual» da riqueza” sensível/suprassensível capitalista que coexiste *contraditoriamente* (Backhaus, 1992: 72).⁷⁰³

Finalmente, em quarto lugar, “a capacidade explicativa das apreciações da utilidade marginal dos valores de uso é completamente nula” (Kurz, 2017b: 35), pois oculta a verdadeira “causa das mudanças nos preços”, ou seja, “o problema do valor” (Rubin, 2018/1926: 431). No modo de (re)produção capitalista, “os preços não são determinados por avaliações subjetivas” de utilidade, “mas, ao invés, são estas que emergem com base em preços determinados *previamente*” pelo dispêndio autotélico de trabalho abstrato ponente de valor (Ibid.: 438: *itálico nosso*).

A expressão fáctica das preferências ou necessidades *subjetivas* na modernidade é sempre *monetária*, porque os produtos requeridos pela subsistência humana assumem a forma universal de mercadorias que têm de ser *compradas*. Logo, o valor produzido e distribuído de antemão é o *pressuposto* da efetivação da *procura* dos consumidores, ou seja, do seu poder de compra. O consumo é determinado a montante pela produção.⁷⁰⁴ De maneira análoga, o lado da *oferta* é igualmente regulado pelos critérios irracionais da *rentabilidade* da riqueza abstrata e não “em função do grau das próprias necessidades” decididas conscientemente (Kurz, 2017b: 35).

A “produção” de “coisas” úteis encontra-se “subordinada à produção, apropriação e acumulação de mais-valia” (Clarke, 1991: 208). Ao entender redutoramente a economia à luz da troca individual e ao descrever a racionalidade subjacente à mesma em termos da maximização da *utilidade*, a teoria marginalista tem o condão de ignorar olímpicamente a verdadeira (ir)racionalidade do movimento D – M – D’ que caracteriza o capital: a valorização do valor enquanto forma social tautológica.

8.1.2 – Individualismo metodológico

Conforme se disse atrás, o “individualismo metodológico” é um dos pilares da *economics* (Méda, 2010: 221). Nesta ótica, a “sociedade” é “constituída” pela simples agregação de “átomos individuais”, sendo, por isso, “secundária em relação aos seus elementos” (Latouche, 2005: 33; cf. Méda, 2010: 218). O marginalismo parte do caso individual: o *homo economicus* “isolado maximizador da utilidade” (Clarke, 1991: 195) e “separado das condições (...) sociais” (Ollman, 2003: 103). A sua extensão lógica é a “troca

⁷⁰² Exceto na lengalenga da suposta convenção que permite superar os inconvenientes da troca direta.

⁷⁰³ Esta questão será devidamente aprofundada em 8.2.4

⁷⁰⁴ “[O]s seres humanos não apodem aparecer como demandantes nos mercados antes de terem deixado a pele primeiro no mercado de trabalho em nome do fim em si do sistema” (Kurz, 2017b: 36).

(...) entre dois indivíduos (...) que possuem diferentes conjuntos de bens” (Clarke, 1991: 210).

A teoria marginalista procura “demonstrar que os seus resultados essenciais podem ser alargados do caso do indivíduo isolado, que toma decisões subjetivas privadas acerca da gestão dos seus recursos escassos, ao caso de uma economia mercantil considerada no seu conjunto” (Ibid.: 195). Isso implica, *mutatis mutandis*, que a racionalidade da “relação elementar de troca” entre duas pessoas é igualmente válida para analisar “sistemas crescentemente complexos de produção, distribuição e troca” (Ibid.: 210). O raciocínio (falacioso) neoclássico que sustenta o edifício frágil da *economics* moderna pode ser enunciado nos seguintes termos:

“Se as funções de procura e oferta [individuais, NM] forem agregadas, as funções de procura e oferta totais podem ser especificadas. (...) [A] interação da oferta com a procura dará origem a um conjunto exclusivo de preços de mercado estáveis capazes de equilibrar todos os mercados através da equalização de oferta e procura. Estes preços correspondem às escolhas livres e racionais de todos os membros individuais da sociedade na prossecução das suas próprias soluções ótimas em condições de escassez.” (Ibid.: 190-191)

Em suma, a “sociedade é aquilo que é feito por muitos indivíduos funcionando simultaneamente” na prossecução autónoma dos seus interesses *no mercado* e “na ausência” de quaisquer “pressões (...) ou constrangimentos (...) significativos” (Ollman, 2003: 103). Este raciocínio está desde logo ferido de ideologia, porque se cinge à esfera da circulação e, assim, ofusca as relações essenciais no seio da esfera da produção (cf. 8.2.1). Porém, neste item quero sobretudo realçar que a “generalização” marginalista que explica o todo como a soma trivial das suas partes é “ilegítima” (Clarke, 1991: 210).

Em primeiro lugar, a “*propensity to truck, barter, and exchange*” natural, canonizada desde que foi postulada por Adam Smith, é uma ficção histórica amplamente desmentida pela investigação antropológica. Os intercâmbios (esporádicos) de bens não nascem entre indivíduos pertencentes à mesma comunidade, mas entre *diferentes* comunidades que trocam uma pequena porção excedentária dos seus produtos (cf. Polanyi, 1968b; Polanyi, 2000: 62-75, 309-317; Polanyi, Arensberg, & Pearson, 1957).⁷⁰⁵

Em segundo lugar, na troca elementar *mitológica* entre duas pessoas, de que parte a teoria marginalista, “as coisas são trocadas como objetos possuidores de utilidade” (Clarke, 1991: 211). Ora, “um sistema mercantil” desenvolvido “compreende (...) a troca” universal “de valores de uso por valores” (Ibid.), quer seja aquela dos bens de consumo por dinheiro, quer seja aquela de que dependem todas as outras: *o intercâmbio do valor de uso da mercadoria força de trabalho pelo valor equivalente ao cabaz de bens adquirido com os salários dos operários*.

Em terceiro lugar, na qualidade de valor, “uma mercadoria é necessariamente uma coisa” *social*, “de maneira que a troca apenas pode ser analisada como uma relação socialmente determinada em que *a racionalidade de cada troca individual depende da racionalidade do sistema de que faz parte*” (Ibid., *italico* nosso). O modo de (re)produção capitalista é uma totalidade negativa ou constituição-fetice de cariz *transcendental* (cf. 5.2, 6.2, 6.3, 6.4, 7.5.1, 7.5.2). O todo preexiste face às partes que o compõem e é algo bastante mais complexo do que a mera soma das mesmas.

⁷⁰⁵ A própria utilização do termo “troca” para designar essas transações suscita reservas porque, mesmo nos casos em que intervinha alguma forma de moeda, tratava-se de um dinheiro *sem valor* completamente distinto da sua contraparte moderna, que é a encarnação do valor criado pelo trabalho abstrato (cf. 7.3.3).

O capital global, dotado de uma dinâmica fetichista própria, subsume os capitais individuais, as classes sociais e os agentes da produção na sua lógica apriorística e impõe-lhes códigos de conduta pré-estabelecidos. Por exemplo, o ritmo frenético de inovação dos muitos capitais é explicado pela concorrência enquanto forma de manifestação das leis do capital social. Analogamente, a cronometragem precisa do tempo de trabalho e a maximização do dispêndio de energia dos operários é explicada pela atuação do tempo de trabalho socialmente necessário como padrão normativo regulador da produção capitalista.

8.1.3 – *Fórmula trinitária reloaded*

A versão mais grosseira da teoria neoclássica defende que a utilidade (marginal) dos “bens de consumo” final ou “bens de primeira ordem” explica a utilidade dos “bens de produção” ou “bens de ordem superior” que os fabricaram *a montante* (Rubin, 2018/1926: 433). Portanto, o preço dos chamados fatores produtivos é determinado pelo preço das mercadorias que ajudam a criar (Ibid.: 434 e 435). Tanto a utilidade como o respetivo valor dos bens de ordem superior seriam, pois, grandezas *derivadas* (Clarke, 1991: 191-192).

Contudo, pressentindo a incoerência desta suposta retroatividade, “versões mais sofisticadas do marginalismo” atribuem os preços dos fatores de produção – terra, trabalho e capital – à “sua *produtividade marginal*, que é a expressão monetária da sua contribuição marginal para a utilidade” dos bens de consumo que fabricam (Ibid.: 192, *itálico no original*). A relação cronológica correta entre produção e consumo é restabelecida e, assim, a coerência lógica de teoria aumenta *aparentemente*.

Apenas aparentemente, porque o leitor atento já se terá apercebido que esta conceptualização não passa de uma recauchutagem da chamada *fórmula trinitária* que Marx demolira completamente (cf. 3.12). Portanto, “cada fator (...) aufere um ganho” condizente com a sua coparticipação específica na “produção” de coisas úteis (Ibid.: 200). Por um lado, “a terra produz” uma utilidade marginal correspondente ao “valor” da “renda”, que é embolsada pelo proprietário fundiário (Colletti, 2011/1974: 157). Por seu turno, “o capital, entendido como máquinas e matérias-primas, produz” uma utilidade correspondente à grandeza monetária do “lucro”, que é embolsada pelo capitalista (Ibid.: 157-158). Por sua vez, a produtividade marginal do “trabalho”, quer dizer, o seu contributo *concreto* para os bens e serviços, exprime-se no valor do “salário” que remunera o operário (Ibid.: 158).

Em Marx, o valor é uma categoria “*histórico-social*” (Ibid., *itálico nosso*) – exclusiva do modo de (re)produção capitalista – que se decompõe e é distribuída em parcelas que são outras tantas categorias sociais. Na *economics* marginalista, pelo contrário, “salários, renda e lucros são (...) «preços» dos «fatores» de produção cooperantes, baseados em juízos subjetivos de utilidade” (Clarke, 1991: 222) e, nessa medida, dependentes somente da sua “escassez e produtividade *técnica*” (Ibid.: 199, *itálico nosso*). O conteúdo *material a-histórico* da (re)produção – apreendido no binómio produtividade/utilidade marginal – origina em si e por si as formas (de distribuição) mercantis eminentemente *sociais* que, além disso, *não são entendidas como tal* mas como categorias inscritas num domínio estritamente “físico-natural” (Colletti, 2011/1974: 158).

Importa reter que, à semelhança do que sucedia na fórmula trinitária primordial, a ligação nuclear entre (mais-)trabalho abstrato e valor/mais-valia é perdida de vista, facto que tem implicações devastadoras. Na crítica da economia política marxiana, o capital constitui uma *relação social* assente na mediação ubíqua do valor, de modo que “é impossível definir o lucro” – a forma de manifestação da mais-valia – independentemente da exploração funcional do trabalho assalariado (Clarke, 1991: 223), ao passo que na escola marginalista “o capital é reduzido aos simples meios de produção” materiais “sem nenhuma conotação social” (Colletti, 2011/1974: 162). Wieser, por exemplo, recorrendo ao supramencionado conceito de “«produtividade marginal» do capital”,

“estabelece os fundamentos do lucro na produtividade física do capital (...). Assim, o capital é definido em termos físicos como *capital económico natural*, quer dizer, como meios de produção [materiais, NM] (...) funcionando no interior do processo de reprodução económica. O lucro é então explicado como o contributo dado pelo capital económico natural à produção.” (Clarke, 1991: 222-223, *itálico no original*)

A utilização de ferramentas, instrumentos e máquinas – na sua faceta técnica e tecnológica – gera inerentemente, graças à obviedade que caracteriza a ignorância ideológica, um excedente monetário (Colletti, 2011/1974: 158). Porém, conforme salienta Fredy Perlman, o milagre da multiplicação do capital e o respetivo “cálculo detalhado dessa «produtividade»” *natural* é tão-somente uma das incontáveis fantasias que fazem “da «ciência» da Economia” a “religião da vida quotidiana” burguesa (Perlman, 2015: 39).

8.2 – Essência/aparência, forma social e fetichismo

8.2.1 – O foco ideológico no mercado

De um modo geral, a *economics* contemporânea tende a apreender “a produção (...) como algo exclusivamente «técnico»” (Kurz, 2016/2004-5: 208, *itálico nosso*) e que, nessa medida, constitui um objeto de estudo situado fora da sua alçada (cf. 8.2.2). Assim, esta ciência centra a atenção exclusivamente na análise dos fenómenos da esfera da “circulação” (Ibid.; cf. Kurz, 2015: 108). O “mercado” é concebido como um “instrumento racional” de alocação dos recursos e como o domínio das oportunidades para os indivíduos alcançarem a sua “autorrealização” na faceta de sujeitos económicos (Clarke, 1991: 196).

À boa maneira positivista, “idolatra” os “factos (...) imediatamente dados” (Lukács, 2003/1923: 70 e 74), não sendo capaz de “perceber o *caráter histórico*” dos mesmos (Ibid.: 73, *itálico no original*; cf. 8.2.3 e 8.2.4), nem a sua ligação interna com a essência subjacente. Nas palavras de Marcos Müller, a *economics* “toma as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas económicas em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais” (Müller, 1982: 4-5).

Allen Oakley secunda esta crítica: as “categorias” *superficiais* perceptíveis à vista desarmada – oferta, procura, preços de mercado, lucro, salário, escassez, etc. – são “consideradas componentes analíticas *suficientes* para um entendimento do sistema” capitalista (Oakley, 1984: 62, *itálico no original*). De facto, uma vez que, na sua ótica, “as categorias não são «formas de manifestação de relações essenciais», (...) a diferença entre essência e fenómeno” é um problema que nem sequer se coloca (Reichelt, 2013/1970: 103).

Ademais, o foco nas aparências do mercado é feito à luz do psicologismo e do individualismo metodológico mencionados anteriormente. O marginalismo adota o ponto de vista do consumidor que pretende maximizar a sua utilidade através dos bens adquiridos (cf. 8.1.1 e 8.1.2). O keynesianismo “analisa o processo capitalista global sempre (...) a partir da perspetiva do capitalista individual” (Ibid.: 133; cf. Pilling, 1980: 63), acabando por “reduzir a acumulação (...) a uma espécie de combinatória das vantagens e desvantagens do empresário” (Vincent, 1973a: 224). Em ambos os casos, os “processos” sociais “objetivados” (Kurz, 2019/2003: 283), associados ao “desenvolvimento estrutural” dinâmico “do capitalismo”, são ideologicamente transformados na “intemporal «psicologia dos agentes económicos»” (Kurz, 1997b: 181).

Ora, na verdade, o fundamento do modo de (re)produção burguês é o “irracional fim em si da *produção*” continuada de mais-valia (Kurz, 2017b: 36, *itálico nosso*). O mercado representa apenas o momento de “realização” deste valor excedente (Ibid.), isto é, da sua circulação e distribuição mediada pela concorrência. Na medida em que a essência do capital *aparece*, mas, ao mesmo tempo, *oculta-se* quando se exprime *distorcida* nos fenómenos do

mercado (cf. 3.13.3.1), as “categorias” imediatas da “vida quotidiana” (Reichelt, 2013/1970: 103), bem como “as representações espontâneas dos agentes” que lidam praticamente com as mesmas (Vincent, 1973a: 224), revelam-se “imprestáveis para captar” as leis de movimento do “processo global” da acumulação (Reichelt, 2013/1970: 103; cf. 3.13.3.2).

Neste sentido, aferrada às manifestações superficiais da esfera da circulação, a teoria da *economics* “está (...) dotada de lentes deformadas que, embora não a impeçam de ver, impedem-na de penetrar” até à raiz dos fenómenos (Vincent, 1973a: 224; cf. Lukács, 2003/1923: 71, 74-75). É por definição *ideológica* e, conseqüentemente, “permanece exterior ao seu objeto por ser incapaz de desenvolver as suas determinações categoriais a partir do seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado” (Müller, 1982: 4).⁷⁰⁶

A ideologia da ciência económica impossibilita-a de discernir que as “leis da troca” (Clarke, 1991: 234) são compreensíveis somente enquanto expressão contraditória do seu *alicerce* – a “forma social” da “produção” hodierna (Ibid.: 210). Além disso, ignora que as formas fenoménicas concorrenciais da produção burguesa – longe de serem o Éden da liberdade individual – estruturam “relações sociais particulares” fetichistas (Ibid.: 196). De facto, trata-se de um universo heterónimo que impõe sérios “constrangimentos” à conduta das pessoas (Ibid.).

8.2.2 – Produção entendida em termos técnico-naturais

De acordo com a *economics*, a produção é “um processo puramente técnico no qual fatores produtivos são empregados em certas proporções” para transformar “*inputs* materiais (...) em *outputs* materiais” (Ibid.: 191 e 222) ou, na terminologia marginalista, para converter “bens de ordem superior em bens de ordem inferior” (Ibid.: 198). Portanto, a disciplina “estuda o aspeto técnico da economia” em vez da sua “forma social específica” (Rubin, 2018/1926: 440), excluindo assim quaisquer “considerações” acerca do “arcabouço” das “relações sociais” capitalistas (Clarke, 1991: 193).

Incapaz de perceber o “vínculo” do conteúdo material da (re)produção e da riqueza hodiernas com a sua “forma social” peculiar, atribui as qualidades daquele às “propriedades naturais das coisas” (Rubin, 1987/1928: 41). Deste modo, “proclama oferecer uma ciência *natural* da dimensão económica”, alheando-se de todas as “disposições” societárias ou “institucionais” (Clarke, 1991: 202, *italico* nosso; cf. Vincent, 1976a: 80). Ao abstrair-se das “relações” inter-humanas, a *economics* incorre nas “Robinsonadas” que Marx denunciara: reduz a produção “a uma relação entre o homem *individual* e a natureza (...), quer dizer, a um facto *pré-social* ou *associal*” (Colletti, 1974b/1958: 6, *italico* no original).

Partindo “da psicologia e motivos de indivíduos isolados” (Rubin, 2018/1926: 440) e, além disso, apagando “todas as (...) formas e propósitos sociais constitutivos” da “produção capitalista” (Murray & Schuler, 2017: 134), esta é equiparada à pretensa “«atividade económica» *em geral*” (Rubin, 2018/1926: 441, *italico* nosso), de cariz “antropológico” ou transhistórico (Vincent, 1976a: 80). Patrick Murray designa o constructo *ficcional* do capitalismo como “produção” (material) “em geral” por “ilusão do económico” (Murray, 2003: 151). Através deste procedimento ideológico, “os fenómenos socioeconómicos são convertidos em elementos naturais-técnicos de consumo e produção sujeitos a «apreciação» (*appraisal*) psicológica” dos agentes (Rubin, 2018/1926: 440-441).

A ilusão do económico significa que o “processo de valorização” é reduzido ao “processo” de (re)produção material *tout court* (Colletti, 2011/1974: 155-156). Em outros termos, as “categorias histórico-sociais” burguesas são identificadas com as “categorias do

⁷⁰⁶ A *economics* “providencia nada mais do que uma formalização sistemática das formas fetichizadas de aparência das relações sociais capitalistas” (Clarke, 1991: 208).

processo de trabalho” – em sentido marxiano – “enquanto processo *tecnológico*” (Ibid.: 162, itálico nosso). O “capital” é subsumido no conceito de meios de produção materiais, ao passo que o “trabalho assalariado” é incorporado na noção de atividade (re)produtiva “em geral” (Ibid.: 156).

Mediante este raciocínio falacioso, “as condições sociais da produção” mercantil “são tomadas por coisas e as condições materiais” dessa “produção são compreendidas como o resultado da ação” *natural* “dos indivíduos” na prossecução dos seus interesses (Vincent, 1973a: 224). Está-se perante a “absolutização” do modo de (re)produção burguês, que, em vez de ser encarado como “uma determinada forma histórico-social assumida no curso do desenvolvimento da produção humana”, devém “a forma *natural eterna* da (...) produção” (Colletti, 2011/1974: 163, itálico nosso).

Por isso, paradoxalmente, “considera-se que a produção é uma área de interesse situada fora da alçada da *economics*” (Clarke, 1991: 191; cf. Colletti, 1974b/1958: 6-7). Ao invés, conforme se constatou em 8.2.1, a ciência deve centrar a sua atenção na análise do funcionamento do *mercado* – o locus do entrechoque das mónadas concorrenciais. A “força-motriz” da “economia” capitalista jaz justamente na esfera da circulação: no “consumo” (Rubin, 2018/1926: 440) e/ou nas propensões psicológicas que presidem às decisões de investimento dos empresários.

8.2.3 – As categorias capitalistas pressupostas e matematizadas não são explicadas

Verificou-se em 8.2.1 que a *mainstream economics* “toma os seus conceitos da «experiência quotidiana», lê-os a partir do «mundo empírico», contrabandeia-os para a teoria (...) como se «tivessem caído do céu»” (Backhaus, 2005: 21). O corolário lógico desta postura é a “aceitação acrítica” (Bonefeld, 2001: 54; cf. Bianchi, 1981: 129) e “irrefletida” das “categorias” capitalistas (Backhaus, 2005: 21). Estas são simplesmente *pressupostas* nos argumentos dos economistas “como premissas dadas” (Ibid.: 22), ou seja, como “formas prontas e acabadas” ontológicas que existiriam “desde sempre” (Ibid.: 21) e que, por isso, se furtam a uma fundamentação teórica rigorosa (Ibid.: 22).⁷⁰⁷

Por exemplo, a conceptualização convencional do “preço” presume, em vez de esclarecer, “a relação mercadoria-dinheiro” (Ibid.). De modo similar, a *economics* “pressupõe o «trabalho» e o «capital» como coisas ou fatores” produtivos “constituídos” materialmente (Bonefeld, 2001: 54). A teorização da disciplina é, pois, “quase exclusivamente instrumental e técnica”, limitando-se a converter essas pretensas “coisas” em “em variáveis matemáticas e modelos abstratos” com o intuito de quantificá-las e manipulá-las (Albritton, 1999: 15, itálico nosso; cf. Kurz, 2017b: 34-35).

Esta pseudociência “modelar quantitativa” (Backhaus, 1992: 77), confrangedoramente carente de “conceitos inteligíveis” (Ibid.: 56) na sua tentativa infrutífera de apreender a “estrutura social” matematicamente (Kurz, 2017b: 35), está completamente despreparada para investigar “problemas qualitativos” nucleares, nomeadamente “para explicar a génese das suas categorias” (Backhaus, 1992: 76). De facto, “ao devir” arrogantemente “uma *física social*, a *economics* (...) tornou-se cada vez mais abstrata (...), cada vez mais desencarnada e a-histórica” (Latouche, 2005: 99-100, itálico no original).

A naturalização das categorias burguesas, que conduz à “*naturalização do modo de produção capitalista*” (Murray, 1988: 121, itálico no original), decorre do facto de não serem consideradas “formas historicamente específicas de relações sociais” (Clarke, 1991: 195), mas “leis eternas” (Marx, 1985a/1847: 211), quer dizer, “instrumentos técnicos que facilitam a realização mais perfeita da racionalidade individual” (Clarke, 1991: 195). Uma vez que

⁷⁰⁷ “Keynes, assim como seus rivais neoclássicos ou neoliberais, não entendia a economia moderna como um processo histórico (...), mas como a forma de existência de categorias económicas atemporais” (Kurz, 1997b: 180-181).

“pressupõem aquilo que precisa de ser explicado” (Bonefeld, 2001: 54), os economistas “operam com conceitos essencialmente obscuros” (Backhaus, 2005: 26). Na sentença lapidar de Hans-Georg Backhaus, “a *economics* contemporânea apenas foi capaz de erigir a sua superestrutura quantitativa e parcialmente formalizada com base numa infraestrutura de conceitos totalmente irracionais e, portanto, «incompreensíveis»” (Backhaus, 1992: 61).

8.2.4 – A redução do valor ao preço e a sua subsunção na (re)produção material

Chegou a altura de recuperar o tratamento do conceito de valor, pois este representa provavelmente a epítome da irracionalidade mistificadora referida. Conforme se demonstrou na 1ª Parte, o pensamento marxiano assenta na distinção basilar entre conteúdo material e forma social da (re)produção. Com efeito, a exposição “ao longo dos três Livros de *O Capital*” é permanentemente estruturada por pares categoriais “que contrapõem valor de uso e valor”, trabalho concreto/abstrato, “processo de trabalho/processo de valorização, composição técnica do capital/composição orgânica do capital”, etc. (Murray, 1988: 232).

Neste contexto, o valor é inequivocamente definido como “a forma social” peculiar “da riqueza no *capitalismo*” e, ao mesmo tempo, como a forma de “mediação” socialmente *sintética* constituída pelo trabalho abstrato (Postone, 2003d/1993: 395, *itálico* nosso; cf. Geras, 1975: 294). A riqueza económica abstrata é uma função do “dispêndio” autotélico de força de “trabalho” humana, independentemente do nível de progresso técnico-científico (Postone, 2003d/1993: 397). Por conseguinte, deve ser diferenciada da “riqueza material” (Ibid.: 395; cf. Pilling, 1972: 286), que não depende necessariamente desse dispêndio, mas do estado geral de desenvolvimento das forças produtivas na sua faceta tecnológica sensível (maquinaria, automação, etc.).

Além disso, “Marx não tinha nenhum interesse *per se* (...) na afetação eficiente dos recursos”, nem na proposta de “uma teoria do preço isolada” de um contexto socio-histórico específico (Perlman, 1990/1968: xii). Tal como salienta Hans-Georg Backhaus, “a teoria do valor” marxiana “é desde a origem uma teoria do objeto” da crítica da economia política – o modo de (re)produção capitalista – “e não uma (...) teoria da *atividade* trocadora” subjetiva supostamente transhistórica (Backhaus, 2005: 26, *itálico* no original). Em suma, Marx não conceptualiza o valor no âmbito de uma “teoria do preço” truncada, “mas em termos da teoria do capital” como forma social de fetiche (Backhaus, 1992: 78, *itálico* no original).

Por seu turno, a *mainstream economics* “deixou de procurar explicar o «valor»” enquanto objetividade social (Kurz, 1993b: 65; cf. Kurz, 1999b/1991: 22), porque, aproveitando a deixa da “doutrina neoclássica”, defende que apenas existem “preços” ou valores *relativos* de troca (Kurz, 2014b: 175). Por outras palavras, o “valor” é “reduzido conceptualmente a meros preços” constituídos inteiramente *no mercado* (Kurz, 2016/2004-5: 208; cf. Pilling, 1972: 302).

Ademais, ao contrário da teoria marxiana, a *economics* ignora completamente a distinção entre conteúdo material e forma social da (re)produção hodierna – a diferença crucial entre “riqueza” sensível, quer dizer, “a soma dos objetos materiais” criados, “e *valor*, uma relação social específica do capitalismo” (Pilling, 1972: 286, *itálico* no original; cf. Postone, 2003d/1993: 395). Esta invisibilidade do “caráter bífido «concreto-abstrato» da riqueza” burguesa deve-se à incapacidade de descortinar “o caráter dual «concreto-abstrato» do trabalho”, uma das principais descobertas de Marx e a espinha dorsal da sua crítica da economia política (Backhaus, 1992: 72). Não dispondo do binómio categorial trabalho concreto/abstrato, a *economics* é impedida de discernir a “relação *interna*” entre

“mercadoria”, “dinheiro” e “capital” e de *integrá-los* numa teoria coerente (Ibid.: 72-73, *itálico nosso*).⁷⁰⁸

Como se não bastassem todos estes problemas, o *coup de grâce* da disciplina é a subsunção da forma social na (re)produção material enquanto tal.⁷⁰⁹ Robert Kurz observa que, apesar das suas querelas intermináveis, a “economia política clássica”, a escola “neoclássica” e o keynesianismo partilham a mesma abordagem ideológica (Kurz, 2014b: 224). Consideram que o capitalismo assenta tão-somente na “produção de conteúdo material, ao passo que a respetiva forma do valor abstrata” (Ibid.) – redutoramente equiparada ao “preço” (Pilling, 1972: 286, *itálico nosso*) – surge “como uma espécie de «forma *natural*» a-histórica “da reprodução social” (Kurz, 2014b: 225, *itálico nosso*).

A ciência económica “deshistoriciza o valor” ao transformá-lo num produto “da natureza” (Geras, 1975: 295).⁷¹⁰ Uma coisa útil é também inerentemente um *valor*, quer dizer, tem *naturalmente* um valor económico abstrato que se exprime num quantum de *dinheiro*. Logo, a reprodução material da sociedade assume *naturalmente* a forma da reprodução alargada do capital. Do ponto de vista da *economics*, a acumulação de capital é *indistinta* da acumulação de riqueza enquanto tal, i.e., de *bens dotados de propriedades úteis* destinados a satisfazer concretas (Murray, 2016: 2).

Não surpreende, por isso, em linha com os predicados da fórmula trinitária (cf. 3.12; 8.1.3), que o capital, indissociável “das máquinas e das matérias-primas” materiais, tenha “a prerrogativa de produzir lucro, quer dizer, um valor superior àquele que custaram ao capitalista quando foram compradas no mercado” (Colletti, 2011/1974: 167). Objetos físicos naturalizados intervêm na explicação ideológica uma categoria “*histórico-social*” (Ibid.: 165, *itálico no original*).

8.2.5 – A contradição micro/macroeconomia e a ocultação da totalidade fetichista

É possível identificar na *mainstream economics* “uma confusão” adicional “de ordem epistemológica em torno da noção de valor” (Martin & Ouellet, 2014: 17), que permanece “um enigma irresolvido” até aos dias de hoje (Ibid.: 13). No seio da divisão académica do trabalho estabelecida, compete à *microeconomia* ocupar-se da definição operacional do conceito de valor. Visto que nesta subdisciplina a escola marginalista possui uma hegemonia quase absoluta, é largamente consensual que “não pode existir tal coisa como um valor objetivo”, mas apenas valores de troca *subjetivos*, isto é, *preços* (Reichelt, 1995: 76).

Porém, “em todas as suas ponderações *macroeconómicas*”, a doutrina “pressupõe um valor absoluto, (...) abstrato, objetivo, adicionável, que, além disso, cresce, constituindo, portanto, um valor objetivo intertemporal” (Reichelt, 2013/1970: 15, *itálico nosso*). A *economics* é, pois, vítima de uma “autocontradição” (Reichelt, 1995: 77): este “valor objetivo, absoluto” que, à luz da teoria *microeconómica*, *não existe*, é contrabandeado e “«representado» como uma grandeza (...) em equações quantitativas” pela *macroeconomia* (Ibid.: 76), que, contudo, não consegue fundamentá-lo (Reichelt, 2013/1970: 15).

A “situação paradoxal” desta ciência esquizoide presta-se a ser enunciada da seguinte maneira: “por um lado, desenvolve métodos matemáticos complicados para calcular os movimentos dos preços e do dinheiro”, ao passo que, “por outro lado, se esqueceu de refletir

⁷⁰⁸ Por exemplo, o dinheiro não aparece como uma “instituição social” – a forma de manifestação *necessária* do valor produzido pelo trabalho abstrato socialmente sintético –, mas como uma convenção ou “instrumento técnico” que “nasce espontaneamente” dos “inconvenientes da troca direta” (Clarke, 1991: 198). Trata-se de um mero “signo” (Kurz, 2014b: 188) ou “objeto neutro” (Ibid.: 31) avalizado pelo Estado (Ibid.: 189). O suposto cariz autoevidente da categoria conduz à sua subteorização (Ibid.: 187; cf. Latouche, 2005: 24-32).

⁷⁰⁹ Já aludida em 8.1.3 quando se discutiu a reciclagem da chamada fórmula trinitária.

⁷¹⁰ O valor, apreendido apenas como preço, é “um facto natural pressuposto como evidente, sem necessidade de mais fundamentação teórica” (Kurz, 2014b: 188).

sobre aquilo que poderia constituir o objeto” qualitativo “dos seus cálculos” (Backhaus, 1980: 114). Obcecada com o rigor estatístico do ato de medir, não se interroga sobre aquilo que mensura: “Quantidades de quê?” (Ibid.). Está-se perante “a questão da «substância» do valor” que apenas Marx logrou decifrar satisfatoriamente (Ibid.; cf. 1.1.2 e 7.5.1). Sem a categoria trabalho abstrato – a substância socio-energética transcendental – é impossível fundamentar a noção de valor enquanto forma de *objetividade* social (Kurz, 2011a: 25; Kurz, 2014b: 188).

Além disso, desprovida do conceito de substância *negativa* apriorística, a ciência perde a “imagem da totalidade” capitalista (Lukács, 2003/1923: 228) como contexto *heterónomo* (Kurz, 2014b: 167). Essa pecha é mais notória no marginalismo: a substituição da economia “clássica” pela “neoclássica” acarretou o desaparecimento do “caráter transcendental da «mão invisível»” do mercado (Kurz, 2011a: 25). Por outras palavras, se as teorias de Smith e Ricardo ainda refletiam a influência compulsiva do todo sobre as mónadas concorrenciais, embora confinada à esfera da circulação e entendida de modo *positivo* e quasi-natural, Jevons, Menger e Cia., por sua vez, refugiam-se no individualismo metodológico paroxístico dos sujeitos trocadores inteiramente livres e racionais (Ibid.). Eis como Robert Kurz resume esta evolução teórico-epistemológica:

“A economia (...) consumou assim a passagem da reflexão afirmativa da objetivação apriorística real para a subjetivação das categorias aparentemente sem pressupostos e resolvida em mero cálculo. A «objetividade» económica não desapareceu simplesmente, mas o seu conceito reduziu-se a uma «lógica de ação» desse cálculo económico (...). O que restou da objetivação foi a «racionalidade» de um agir empírico e da sua análise, que deixou de refletir o contexto condicional [fetichista, NM] historicamente produzido, pressupondo-o (...) cegamente e negando qualquer determinação transcendental.” (Ibid.: 25-26)

No entanto, a ocultação do fetichismo não é apenas obra da cegueira ideológica marginalista, sendo transversal ao edifício teórico da *economics* no seu conjunto. Rejeitando “dogmaticamente que a «realidade económica»” moderna é peculiarmente “abstrata, porque, de acordo com a epistemologia empírica que subscreve, essa abstração” social quasi-objetiva “não pode existir” (Backhaus, 1992: 84), “o economista *sans phrase* ficará perplexo caso alguém sugira” – na pegada de Marx – “que o método da crítica da religião e da metafísica é adequado para a análise” das categorias burguesas (Backhaus, 2005: 18).

A crítica da economia política marxiana defende que a metodologia adotada tem de se adaptar à estrutura “*sui generis*” do seu “objeto” de estudo (Ibid.). Todavia, a ideia de que o capitalismo é um modo de (re)produção de índole metafísica (Ibid.) perpassado por “abstrações económicas reais” (Bonefeld, 2014: 25), quer dizer, por “formas” sociais “invertidas” (Bianchi, 1981: 129), e regido por “leis de movimento independentes” (Backhaus, 2005: 15) tem forçosamente de ser considerada escandalosa (Bonefeld, 2014: 25) pela *mainstream economics* refém do imediatismo positivista e do senso comum merceeiro.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Capítulo 9 – Sociologia: análise crítica de alguns postulados centrais

“No aspeto formalista da razão subjetiva, que o positivismo acentua, enfatiza-se a sua independência em relação ao conteúdo objetivo; no seu aspeto instrumental, que o pragmatismo acentua, enfatiza-se a sua capitulação perante o conteúdo heterónimo.” (Horkheimer, 2015: 27)

“[T]he statistics, measurements, and field studies of empirical sociology (...) are not rational enough. They become mystifying to the extent to which they are isolated from the truly concrete context which makes the facts and determines their function. This context is larger and other than that of the plants and shops investigated, of the towns and cities studied, of the areas and groups whose public opinion is polled or whose chance of survival is calculated. And it is also more real in the sense that it creates and determines the facts investigated, polled, and calculated. This real context in which the particular subjects obtain their real significance is definable only within a theory of society. For the factors in the facts are not immediate data of observation, measurement, and interrogation. They become data only in an analysis which is capable of identifying the structure that holds together the parts and processes of society and that determines their interrelation.

To say that this meta-context is the Society (with a capital «S») is to hypostatize the whole over and above the parts. But this hypostatization takes place in reality, is the reality, and the analysis can overcome it only by recognizing it and by comprehending its scope and its causes. Society is indeed the whole which exercises its independent power over the individuals, and this Society is no unidentifiable «ghost». It has its empirical hard core in the system of institutions, which are the established and frozen relationships among men. Abstraction from it falsifies the measurements, interrogations, and calculations – but falsifies them in a dimension which does not appear in the measurements, interrogations, and calculations, and which therefore does not conflict with them and does not disturb them. They retain their exactness, and are mystifying in their very exactness.” (Marcuse, 2007: 195)

9.1 – A problemática divisória *economics/sociologia*

Verificou-se no capítulo 8 que a *economics* marginalista entende a produção como uma realidade *técnica* e o mercado como uma realidade *natural* determinada pela escassez e pela maximização da utilidade individual. O seu silêncio sobre as relações *sociais* abriu um vazio que foi preenchido pela sociologia (Clarke, 1991: 202 e 207). Esta afirmação da sociologia enquanto ciência de pleno direito deve bastante ao trabalho do estado-unidense Talcott Parsons. Aproveitando a lacuna mencionada e as “limitações” óbvias que lhe estão associadas, o projeto parsoniano da década de 1930 assenta numa delimitação “rigorosa” da fronteira disciplinar entre *economics* e sociologia (Graça, 2008: 467-468).

Na ótica do autor, a “ciência económica” estuda os meios da “ação” humana, ao passo que a “sociologia” se ocupa das “finalidades” sociais dessa mesma “ação” (Graça, 2005: 114-115). Portanto, sem nunca colocar em causa a pertinência analítica da *mainstream economics*, Parsons reclama para a sociologia *in statu nascendi* um papel *complementar* na investigação do mundo contemporâneo (Graça, 2008: 468 e 482; cf. Clarke, 1991: 202). Dado que complementaridade é sinónima de imprescindibilidade, o incurável teórico norte-americano contribuiu para legitimar a existência autónoma da sociologia (Graça, 2008: 468).

Nos escritos da década de 1950, Parsons reafirma a validade de grande parte da teorização económica académica (Ibid.: 482-483; cf. Graça, 2012: 15), mormente aquela de Keynes, Schumpeter, Hicks e Kaldor (Graça, 2005: 116). Estes autores enunciam “verdades parciais” (Ibid.), ou seja, “cada economista tem razão à sua maneira e sob um ângulo limitado” (Ibid.: 117). No entanto, Parsons introduz um elemento novo na divisória disciplinar proposta: essas “verdades parciais” devem ser subsumidas numa “alegada metavisão sociológica” *sobrejacente* (Ibid.).

O autor defende agora a necessidade de uma leitura mais “geral” e “congruente”, capaz de tutelar a *economics* e as suas disputas conceptuais (Graça, 2008: 483). Tal como a economia é um subsistema do sistema social no seio do famoso esquema AGIL, também as respetivas ciências devem possuir uma relação hierárquica: a *economics* tem de ser enquadrada na metateoria mais abrangente da sociologia (Ibid.). Logo, “em lugar de se supor (...) uma sociologia «ao lado» da *economics*, “postula-se a pertinência e a viabilidade de um quadro sociológico «acima» dela” (Graça, 2012: 15).

Seja como for, João Carlos Graça entende que a divisória disciplinar advogada por Parsons não foi motivada primariamente por questões de índole epistemológica, teórica ou científica, mas por desígnios bastante mais prosaicos: a conquista de “espaço vital [sic.] académico para sociologia” (Graça, 2008: 484). Por outras palavras, Parsons reclamou uma coutada demarcada capaz de legitimar a ascensão da sociologia como disciplina autónoma e, naturalmente, de si mesmo como sociólogo (Ibid.: 484-485). Parece-me seguro dizer que foi bem-sucedido em ambos os intentos.

Werner Bonefeld salienta que esta separação disciplinar, hoje em dia firmemente enraizada, se revela problemática porque “nenhuma” das ciências “se preocupa com a *forma específica* da riqueza” burguesa ou “escrutina o modo” de (re)produção capitalista na sua faceta *social* (Bonefeld, 2016: 62, *itálico* nosso). Por um lado, “a sociologia considera a compreensão da forma monetária da riqueza social” – isto é, “da sua produção e distribuição, das suas leis de desenvolvimento” – uma matéria pertencente ao domínio da *economics* (Bonefeld, 2015: 150).

Assim, estuda “relações interpessoais” sem inquirir as “formas” socioeconómicas “objetivadas” subjacentes (Bonefeld, 2016: 61; cf. Shaw, 1985: 5). Em suma, a sociologia “analisa os factos sociais (...) e depois classifica os seus atributos (...) em modelos idealtípicos de interação (...), sem nunca se interrogar porque é que a sociedade organiza a sua reprodução sob a forma de categorias económicas” quasi-independentes como mercadoria, valor, trabalho e capital (Bonefeld, 2016: 61). Isso competiria supostamente ao seu Outro complementar.

Porém, conforme se constatou no capítulo 8, “a *economics* (...) também não presta atenção à *constituição social* das formas económicas” hodiernas (Bonefeld, 2015: 150, *itálico* nosso). A fúria quantificadora que almeja representar variáveis algebricamente “com precisão matemática”, e que serve de base à modelização e previsão macroeconómicas, é incapaz de discernir a essência profunda que explica os movimentos infindáveis dos preços e das mercadorias (Bonefeld, 2016: 61), a saber: a substancialidade negativa transcendental do trabalho abstrato e do valor como categorias socialmente sintéticas. A *economics* é a “ciência da relação” superficial “que as coisas económicas” *infundamentadas* “estabelecem entre si” (Ibid.), e não das relações sociais de fetiche entre as pessoas na modernidade capitalista (cf. Perlman, 1990/1968).

9.2 – Aparência e imediatez: a pressuposição cega das categorias capitalistas

A pertinência da teoria sociológica depende obviamente da sua adequabilidade, isto é, da sua capacidade de “fornecer esquemas explicativos” passíveis de elucidar o funcionamento das “sociedades contemporâneas” (Vincent, 1990e: 45). Aferida sob este

prisma, a imagem da sociologia é infelizmente pouco lisonjeira. O principal problema da disciplina consiste no facto de, regra geral, *não* conceptualizar “as categorias económicas como *formas sociais* historicamente específicas” (Bonefeld, 2015: 150, *itálico nosso*).⁷¹¹

Assim, “analisa as relações interpessoais (...) sem se interrogar porque é que a reprodução social” moderna “assume a forma” de um processo quasi-objetivo de valorização do valor, ou seja, “é regida por uma lógica económica (...) insaciável na sua prossecução do lucro” (Ibid.). Evidencia “bastantes dificuldades no tratamento da questão da temporalidade” *compulsiva* do capital (Postone, 2011b: 14) e, desse modo, não está talhada para apreender a “dinâmica (...) fundamental do nível macrossocial” (Vincent, 1990e: 46).

Além disso, a sociologia do trabalho e das organizações, por exemplo, julga autoevidente que “a existência social dos indivíduos” (Bonefeld, 2015: 150), degradados ao estatuto de “trabalhadores assalariados”, seja subsumida no movimento autotélico D – M – D’ e prontamente ameaçada quando o consumo da sua força de trabalho devém supérfluo do ponto de vista do capital (Vincent, 1996b: 9). É pura e simplesmente ignorado o papel peculiar do trabalho abstrato como dispositivo social de integração violenta dos operários no rolo compressor suprassensível (Vincent, 2003d: 55).

Passa despercebida a inversão *real* fetichista que faz das atividades laborais concretas, no âmbito das “relações de produção” burguesas, “o suporte do seu contrário, o trabalho abstrato” criador de mais-valia (Ibid.). Na matriz redutora apriorística do capital, a “materialidade” – quer dizer, “os seres humanos, a sua subjetividade, a sua sensibilidade” – representa apenas “um substrato secundário” ou forma de manifestação das “abstrações sociais” mercantis (Ibid.). Todavia, à semelhança da *economics*, a sociologia revela-se “incapaz (...) de separar estes dois níveis de análise” (Ibid.): o conteúdo material e a forma social da (re)produção.

Não obstante a proliferação de várias abordagens alternativas e/ou críticas, o positivismo continua a ser a corrente dominante no seio da sociologia académica (Smart, 2014: xi, 152 e 154). Importando, adaptando e aplicando os métodos das ciências naturais ao estudo das coletividades humanas, a investigação sociológica *mainstream* detém-se na “superfície” fenoménica do modo de (re)produção capitalista (Postone, 2011b: 14) e, por isso, “a sua essência nem sequer é aflorada” (Kurz, 2014b: 322). Mediante a “aliança” perniciosa “entre o empirismo e a matematização” que caracteriza o credo positivista, as “observações tomadas na sua *immediatez*” são tidas como (autos)uficientes para explicar a realidade social (Vincent, 2003d: 39, *itálico nosso*).

As “fraquezas analíticas” (Postone, 2011b: 14) deste procedimento são evidentes: move-se “operativamente num mundo composto por factos empíricos cuja *constituição*” social “não toma em consideração” (Kurz, 2014b: 352, *itálico nosso*). Por outras palavras, o “pensamento positivista (...) reconhece apenas factos imediatos, dissociados do seu contexto social mundial e do seu devir histórico” (Kurz, 2015: 87; cf. Kurz, 2014b: 209). Limita-se a estudar “propriedades (...) acidentais” do capitalismo (Ibid.: 322), multiplicando as recolhas de “dados” *isolados* acerca das “ações, interações, atitudes, opiniões” (Vincent, 2003d: 52), rendimentos, profissões, habilitações escolares, etc. dos indivíduos (Bonefeld, 2016: 62).

Neste sentido, a “sociologia empírica” não tem noção de que os “factos” obtidos através dos seus “questionários” (Vincent, 1973a: 350) não representam “os elementos derradeiros” da realidade inter-humana (Vincent, 2009/1998: 245). Eles são condicionados por “abstrações sociais objetivas” (Vincent, 1973a: 350), nomeadamente pela “configuração e

⁷¹¹ Esta postura problemática que *de*-socializa as relações económicas, partilhada pela chamada Nova Sociologia Económica, será devidamente criticada no capítulo 10.

estruturação” do capital global (Vincent, 2009/1998: 245) como matriz apriorística. Os factos são, na verdade, “formas de manifestação (...) de uma dinâmica” profunda essencial marcada por “contradições internas” (Kurz, 2014b: 209). Tal como a *economics*, a sociologia positivista atém-se às aparências fenoménicas burguesas e, assim, é igualmente *ideológica*.

Porém, a insuficiência mencionada não é apanágio exclusivo do positivismo. As restantes correntes sociológicas – fenomenologia, interacionismo simbólico, individualismo metodológico, estrutural-funcionalismo, etc. – também se limitam, de um modo geral, a analisar as formas categoriais imediatas do capitalismo, algo que é patente no “caráter (...) descritivo” e “tautológico” de “muitas pesquisas” empíricas, bem como no cariz “apologético” de uma fatia substancial da teoria social (Vincent, 1990e: 46).

Esta última é necessariamente “solidária daquilo que não consegue compreender” porque permanece invisível, ou seja, cegamente *pressuposto*, nas suas elucubrações pseudocientíficas: a essência do “vínculo social” capitalista (Ibid.). Apesar do seu “elevado grau (...) de formalização”, os “conhecimentos” sociológicos “não deixam de ser conhecimentos produtores de desconhecimento (*méconnaissance*) (...) acerca dos danos consideráveis que a valorização inflige aos seres humanos”, conferindo implicitamente à “sociedade atual” uma “máscara de normalidade” (Vincent, 2002c: 18).

A matriz transcendental do capital constitui socialmente as formas de pensamento modernas, incluindo a teoria sociológica. Isto significa que a lógica identitária do valor “já está contida *a priori* na forma de pensar, no modo de pensar e nos próprios conceitos” utilizados pelos sujeitos – os sociólogos não fogem à regra – para apreender e representar o mundo onde vivem (Kurz, 2007c: 12). Esta consciência científica eminentemente abstrativa, homogeneizadora e instrumental constrói um edifício teórico “categorialmente afirmativo” (Kurz, 2014b: 352) porque se sente como um peixe na água do oceano “sensível-suprassensível” do valor (Vincent, 2002c: 18).

Sem ter noção disso, os sociólogos *naturalizam* as formas sociais de fetiche (Kurz, 2007c: 12), pois “as redes de comunicação” quotidianas “nas quais estão inseridos (...) respiram ao ritmo das transformações da mercadorização” (Vincent, 2002c: 18). A sua “elaboração teórica” assume-se “como *mera reprodução* no pensamento “*das categorias ontologizadas*” (Kurz, 2007c: 17, *itálico no original*). A geração de conhecimentos é inextricável da “aceitação acrítica dos factos da sociedade burguesa” (Pilling, 1980: 81). Logo, a sociologia é também “*ideológica*” (Kurz, 2007c: 22, *itálico no original*) na segunda aceção marxiana do termo: como “legitimação” apriorística (Ibid.: 12) da “ontologia” negativa “capitalista *pressuposta*” (Ibid.: 22, *itálico nosso*).

Nas palavras de Jean-Marie Vincent, a “indiferença da ciência em relação aos propósitos e aos valores humanos é”, portanto, “uma ilusão” perigosa (Vincent, 2003d: 39). A alegada neutralidade axiológica da sociologia traduz, na verdade, “a pseudoneutralidade do objeto” irrefletidamente presumido – o modo de (re)produção capitalista – e, por isso, apresenta-se “invariavelmente como a afirmação” ideacional “do mesmo” (Kurz, 2014b: 322). A proclamada “objetividade da ciência revela ser nada mais do que a dependência da subjetividade” do investigador “relativamente a uma objetividade” social “irreconhecível e em relação a constrangimentos ignorados” (Vincent, 1976a: 138).

Ao contrário da “teoria crítica” (Kurz, 2007c: 17), as várias “ideologias concorrentes” (Kurz, 1993b: 25) da “teoria tradicional”⁷¹² sociológica (Vincent, 2003d: 39) são incapazes de fundamentar socialmente as suas ideias, ou seja, completamente alheias às exigências de (autor)reflexividade (Vincent, 2003d: 39). Cingem-se a debater acriticamente no interior das

⁷¹² Em sentido horkheimeriano (cf. Horkheimer, 2002: 188-243).

fronteiras estritamente delimitadas pelo “sistema categorial de referência” – partilhado e pressuposto como autoevidente – “de uma economização e capitalização abstratas do mundo” (Kurz, 1993b: 24-25).

Para além de naturalizadas, as formas sociais mercantis são projetadas em “toda a história da humanidade” (Kurz, 2013b: 25; cf. Kurz, 2014b: 352). A investigação socio-histórica procura então descobrir “como eram o «trabalho», a «nação», a «política», o «valor», o «mercado», o «direito», o «sujeito» etc. no antigo Egito, entre os celtas ou na Idade Média cristã; ou (...) que aspeto terão as mesmas categorias no futuro” (Kurz, 2007b: 159). O *homo faber* constitui provavelmente o exemplo mais gritante desta postura: “nos últimos cento e cinquenta anos”, virtualmente “todas as teorias sociais e correntes políticas foram dominadas” (Grupo Krisis, 2003: 27) por uma autêntica “religião do «trabalho»” enquanto “sistema de coordenadas comum” (Kurz, 1997b: 272).

9.3 – Mercadorização e instrumentalização do conhecimento

As insuficiências da sociologia criticadas na secção pretérita são amplificadas pela transformação da disciplina – sobretudo desde a segunda metade do século XX – em “engenharia social”, quer dizer, em “conhecimento especializado (*expertise*) colocado ao serviço dos poderes públicos (...) e das empresas” (Vincent, 1993f: 1). A “produção” de saberes é crescentemente subordinada a “avaliações de tipo económico” com vista à sua eventual mercadorização, de maneira que “a lógica da descoberta científica deve submeter-se à lógica do mercado” (Vincent, 2005a: 26).

Quando os “conhecimentos” não são direta ou indiretamente “comercializáveis” na esfera económica, necessitam de se legitimar através da sua potencial aplicação prática na esfera política (Vincent, 2009/1998: 267). Por outras palavras, as ciências sociais são instrumentalizadas pelo Estado – o seu principal financiador – com o intuito de otimizar a administração cada vez mais repressiva dos indivíduos e de formular políticas capazes de pacificar os inúmeros focos de atrito.⁷¹³ Jean-Marie Vincent resume esta relação tóxica da seguinte maneira:

“[P]rocura-se fazer delas essencialmente peritagem (*expertise*) social. Isso é especialmente verdade no caso da sociologia, que conheceu um grande desenvolvimento depois da 2ª Guerra Mundial nos países ocidentais em virtude da aliança que muitos dos seus representantes celebraram com o Estado Providência. (...) [T]rata-se de uma aliança (...) que permitiu (...) a expansão de uma sociologia empírica da integração social e das disfunções passíveis de entravá-la. O preço pago por essa aliança (...) foi uma miopia impressionante face aos aspetos fundamentais das relações sociais [capitalistas, NM]. Os poderes públicos não exigem aos sociólogos conhecimentos multilaterais e aprofundados sobre uma sociedade em plena evolução, mas somente saberes limitados acerca das patologias sociais, dos desequilíbrios e mal-estares setoriais (...) e, bem entendido, receitas para intervir com um mínimo de eficácia. (...) Mas depois do fim das taxas de crescimento económico elevadas nos países ocidentais, esta abordagem revela ser incoerente e discutível. A «administração social» dos poderes estabelecidos deixou de ter como objetivo a integração do máximo de estratos sociais, mas, pelo contrário, fazer face às situações de emergência ao menor custo. A investigação sociológica tende a tornar-se assim observação e descrição da desordem urbana com vista a encontrar os meios de restaurar a ordem ou uma aparência de ordem.” (Ibid.: 267-269)

Portanto, de modo utilitarista, o Estado deseja saber como é possível garantir eficazmente a integração dos indivíduos na máquina trituradora do sujeito automático e, quando essa opção deixa de estar em cima da mesa, como é que pode conter a revolta, a

⁷¹³ Cf. Turner & Chubin (2020) para uma análise incisiva da instrumentalização e mercantilização da ciência.

exclusão e a desordem sociais. Os órgãos públicos de amparo à investigação refletem naturalmente esta postura dos seus poderes titulares e, assim, privilegiam os projetos de pesquisa que contribuem para o funcionamento suavizado do capitalismo e das suas instituições, em detrimento daqueles que pretendem estudar criticamente os fundamentos desse modo de vida social fetichista.

Neste contexto altamente desfavorável, a sociologia teórica e a sociologia crítica “são empurradas para as margens do mundo intelectual”, à medida que a academia perde “as suas capacidades reflexivas” (Ibid.: 267; cf. Vincent, 2005a: 26). Segundo Vincent, a disciplina “definha porque não se ocupa (...) daquele que deveria ser o seu campo de ação essencial” – a denúncia do “economicismo generalizado de uma sociedade” substantivamente irracional (Vincent, 2009/1998: 269). Limita-se a identificar os “sintomas” da “crise” estrutural contemporânea, enquanto a sua “origem” permanece um segredo guardado a sete chaves (Vincent, 2001b: 93).

9.4 – A antinomia agência/estrutura

9.4.1 – A prevalência contemporânea do individualismo metodológico

Após o fim da hegemonia estrutural-funcionalista, em meados da década de 1960, “a sociologia (...) é de modo predominante uma sociologia da ação” (Vincent, 1973a: 341), visto que incorporou o individualismo metodológico “e as hipóteses de base da *economics*, sem sempre se dar conta disso” (Méda, 2010: 279). Enquanto a *economics* “sucumbe à ilusão de ser capaz de deduzir a macroeconomia das ações racionais” dos sujeitos, “a sociologia (...) quer basear o seu conceito de sociedade” inteiramente “em ações inteligíveis” (Reichelt, 2007: 49).⁷¹⁴

Portanto, a reciclagem truncada e vulgarizada da sociologia compreensiva weberiana – cujo caso paradigmático é o de Raymond Boudon – defende que o entendimento da “intencionalidade da ação (...) constitui a pedra angular” da disciplina (Vincent, 1973a: 341). Ora, importa desde já frisar que “as relações dos agentes não se esgotam” obviamente “nas suas representações” e, além disso, em virtude da opacidade da ideologia e das formas de fetiche hodiernas, “essas representações” – das motivações, intenções, racionalidade, etc. da ação – “não refletem fielmente as relações sociais” subjacentes (Vincent, 2001c: 230).

As versões extremas do individualismo metodológico “concebem os atores (...) aprioristicamente e independentemente da sua constituição social” (Postone, 2003d/1993: 320n27). Na medida em que “as relações sociais são tratadas como extrínsecas” aos indivíduos (Ibid.), “aquilo que constitui esses mesmos atores”, mas que não se mostra à sua “percepção limitada” empírica – a saber, o “processo global” do capital –, “desaparece num mundo composto por factos imediatos” (Kurz, 2014b: 159). Em suma, a ação das mônadas concorrenciais é “observada isoladamente (...) sem que se tenha em conta, em simultâneo, o contexto social e histórico, que é o único em que” ela “existe” (Ibid.: 55).

Porém, o postulado menos unilateral e, por isso, mais pacífico, no outro extremo do espectro de que “o indivíduo é ponto de passagem obrigatório para todas as relações sociais” revela-se igualmente insatisfatório (Vincent, 2001c: 129). Isto porque não indica “como deve ser concebida a presença do individual no social e do social no individual, não ilumina as lógicas de desenvolvimento e de historicidade operantes em ambos, e não esclarece as modalidades da sua imbricação nas sequências de interação e nas práticas” (Ibid.). É escamoteada a “coagulação” *heterónoma* da prática socialmente sintética (Ibid.) numa

⁷¹⁴ “Tal como o sistema da «riqueza abstrata» se dissolve no «cálculo económico», o sistema de relações sociais (...) dissolve-se no «agir social» intencional, em última instância na subjetivação” (Kurz, 2011a: 26).

“estrutura” categorial espaço-temporalmente “dinâmica” (Postone, 2003d/1993: 320n27) – o processo tautológico de acumulação do capital.

Explicitados sumariamente os extremos, chegou a altura de analisar a posição intermédia, que é de longe a mais habitual, embora também não lhe assista nenhuma virtude. Nesta perspetiva, “a «ação» consciente surge como verdadeiro ponto de partida” da teoria (Kurz, 2011a: 26), quer dizer, como a categoria “essencial e constitutiva” (Kurz, 2014b: 29). A modalidade moderada do individualismo metodológico “consiste”, então, “em pretender expor e explicar uma lógica abrangente e determinante para um todo com base no caso individual e isolado, que (...) figura como «modelo»” (Ibid.: 55).

A totalidade não passa do mero somatório das partes que a compõem: a “sociedade” é “constituída por uma multiplicidade de intercâmbios entre os atores”, de tal maneira que “o todo é determinado pelos critérios que presidem a esses intercâmbios” *micro*sociais (Vincent, 1973a: 341). A justaposição dos casos individuais *ideal-típicos* (Kurz, 2011a: 27), nessa simplicidade *imediate*, gera uma certa forma de coletividade. Por assim dizer, esta abordagem vira o bico ao prego: em vez de derivar as “ações” sociais dos “sujeitos” modernos do “contexto transcendental objetivado” *real* do capital, deduz as “estruturas” *a-históricas* – e redutoramente “percebidas” como “instituições” – a partir “das ações” *incondicionadas* “dos sujeitos” (Ibid.: 26).

É concedida a eventual existência de “efeitos imprevistos das ações ao nível global”, mas é descartada “qualquer instância objetiva *apriorística* e abrangente” (Kurz, 2011a: 26, *italico* nosso). Logo, “há nas ciências sociais” *mainstream*, “e em especial na sociologia” da ação individualista, “um ponto cego: o laço social e a sua configuração específica” na modernidade “capitalista” (Vincent, 2001c: 129) enquanto “totalidade (...) negativa” *objetivada*, ou seja, transcendentalmente *constituída* e *constitutiva* graças à prática supra-individual *fetichista* e socialmente *mediadora* do trabalho abstrato (Kurz, 2014b: 29).

Neste âmbito, “a sociologia apresenta-se” predominantemente como uma coleção “de estudos parciais, como uma acumulação de dados cujo estatuto e significado relativamente aos problemas de conjunto não são inteiramente claros” (Vincent, 1976a: 135-136). O estado de coisas é de tal modo calamitoso que mesmo um opositor confesso da *grand theory* como Charles Wright Mills se manifesta preocupado pelo facto de que “os homens da ciência (...) já não procuram apreender a realidade como um todo”, contentando-se em analisar “fragmentos confusos das realidades em que os seres humanos vivem” (Mills, 2000: 16).

No entanto, manda a verdade que se diga que o funcionalismo, o estruturalismo e a teoria dos sistemas não se saem melhor na definição do modo de (re)produção capitalista. Conforme salienta Moishe Postone, essas correntes sociológicas “assemelham-se àquelas formas de materialismo que Marx havia criticado nas Teses sobre Feuerbach por não serem capazes de apreender a dimensão subjetiva da vida” social “nem entender a prática como socialmente constitutiva” das categorias mercantis (Postone, 2003d/1993: 320n27). A sua conceptualização nuclear de *estrutura* é *a-histórica*, rígida, *estática*, imutável e, nessa medida, não está vocacionada para capturar a trajetória direccionalmente *dinâmica* associada à extração de mais-valia e à sua reconversão contínua – em escala obrigatoriamente ampliada – em capital.

Acresce que a autonomização das relações sociais face ao controlo consciente dos seres humanos, consubstanciada numa forma de dominação *impessoal*, quasi-objetiva, não é apreendida como o “resultado histórico (...) lamentável” do fetichismo especificamente burguês, mas é, ao invés, *naturalizada* “como princípio (...) da sociabilização humana” *tout court* (Kurz, 1993a: 13). Finalmente, a sua noção de sistema é vazia “em termos de conteúdo”, mostrando-se insuscetível de captar a matriz capitalista no seu conjunto enquanto “formação histórica” ou “modo (...) de vida”, bem como de perceber que os subsistemas – “economia”, “política”, “cultura”, etc. – dessa “totalidade concreta” negativa estão

internamente relacionados e, portanto, não representam “domínios (...) mutuamente extrínsecos”, estanques e autocontidos (Kurz, 2011a: 28).

9.4.2 – A historicidade e a decifração da antinomia

Moishe Postone assinala que o principal problema da antinomia agência/estrutura, “em grande parte da teoria social” do século XX, é que esta se exprime amiúde como “uma espécie de *a priori* metodológico” resumido na oposição individualismo *versus* holismo (Postone, 1999: 48). À semelhança da *economics*, que almeja analisar a economia *em geral*, a sociologia conceptualiza a sociedade “em termos ontológicos” ou “transhistóricos” e, assim, tende a “ofuscar” a raiz desta antítese na realidade concreta de um modo de vida peculiar (Ibid.).

O individualismo e o holismo metodológicos partilham a mesma abstracção problemática em relação à “formação historicamente específica «na» qual se pensa e se age” na modernidade (Kurz, 2007c: 22). A sua teorização parte, no primeiro caso, da suposta “«ação» ou «subjetividade» *em si mesma*” e, no segundo caso, da pretensa “«estrutura» ou «objetividade» *em si mesma*” (Ibid., itálico nosso). Portanto, “*ora* se gaba a autonomia dos atores” (Vincent, 2001b: 95, itálico no original) e a sua “liberdade”, em última instância incondicionada (Postone, 2003d/1993: 320n27), “*ora* se insiste nos limites” incontornáveis “das ações humanas” (Vincent, 2001b: 94, itálico no original) em face da “necessidade objetiva exterior” (Postone, 2003d/1993: 320n27).

Nas palavras de Robert Kurz,

“tanto a teoria da estrutura como a teoria da ação permanecem coladas, de forma igualmente unilateral, às contradições da constituição fetichista. Ou bem o nível da ação é eliminado em sua autonomia, e a ação é transformada positivamente em mera «função» de um processo estrutural autonomizado ou quase natural; ou bem, inversamente, o nível estrutural da matriz *a priori* é eliminado, e a ação é transformada numa soma de atos de vontade, intencionalidades e interações. Ambas as formas de abordagem são inteira e igualmente ideológicas e consequentemente afirmativas (...), sem poderem alcançar a constituição fetichista que está na sua base.” (Kurz, 2007c: 23-24, tradução modificada)

Moishe Postone secunda este diagnóstico, realçando que a teoria da ação e o estruturalismo ignoram a *co*-constituição das formas de subjetividade e de objetividade social hodiernas pela prática *alienada* mediadora e sintética do trabalho abstrato:

“Ambas as abordagens carecem de uma noção de estruturas historicamente específicas de relações sociais como formas estruturadas [e estruturantes, NM] de prática que são alienadas (logo, quasi-independentes) (...), que constituem e são constituídas pela ação social. Por outras palavras, nenhuma posição elucida a especificidade histórica das relações sociais capitalistas, do capitalismo como forma de vida.” (Postone, 2003d/1993: 320n27)

Em suma, as duas perspectivas sociológicas concorrentes não se apercebem de que a dicotomia sujeito/objeto é um sintoma peculiar do capital como forma social de fetiche (Kurz, 2011a: 28). O “sujeito dotado de vontade” (Bauman, 2010: 78), ou seja, o indivíduo económico e jurídico *abstrato*, que defronta uma estrutura social *objetivada* igualmente abstrata e direcionalmente dinâmica representam “facetas historicamente excepcionais da vida moderna” (Postone, 1999: 48) que carecem de explicação (Bauman, 2010: 78; cf. Kurz, 1988: 6).

A antinomia é decifrada quando, no quadro da crítica da economia política marxiana, se supera a unilateralidade da “oposição clássica entre *teoria da estrutura* e *teoria da ação*”

(Kurz, 2007c: 21, *italico no original*). Em vez de discorrerem sobre a “«vida social» em geral” (Postone, 1999: 48), Marx e a NCV fundamentam o binómio agência/estrutura em termos históricos na peculiaridade da “constituição fetichista” burguesa (Kurz, 2007c: 22; cf. 1.5.3, 6.3.1.4, 7.2 e 7.5). No modo de (re)produção capitalista, “a objetividade e a subjetividade social” estão “intrinsecamente relacionadas” (Postone, 2003d/1993: 398) em “formas” categoriais “de mediação social” – mercadoria, valor, capital – “constituídas por formas (...) de prática” especificamente modernas (Postone, 1998b: 69).

A dicotomia sujeito/objeto é *mediada pelo trabalho abstrato* e, assim, contextualizada histórico-socialmente, como se pode ler em “Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria”:

“[A]s categorias de sujeito e objeto pertencem estritamente (...) ao moderno patriarcado produtor de mercadorias; nestes conceitos reflete-se o paradoxo da constituição fetichista, segundo a qual todas as ações [laborais, NM] têm de passar pela consciência e consequentemente também pelas determinações da vontade. Mas essa vontade e, por conseguinte, também o agir, encontram-se simultaneamente numa forma *a priori*, sempre já encontrada. Essa forma ou matriz *a priori*, por seu lado, volta (...) a surgir através da ação humana, mas os seus resultados autonomizaram-se inconscientemente numa impenetrável estrutura autónoma frente aos agentes.” (Kurz, 2007c: 22)

No ensaio “Ontologia Negativa”, Robert Kurz remata que “a dialética sujeito-objeto (...) é (...) o circuito da agregação em que os indivíduos se alienam (...) *pela sua própria atuação, constituindo*” socialmente, “em degraus cada vez mais altos” do movimento D – M – D’, “*um resultado que os domina*, (...) sob a forma de uma objetividade aparentemente exterior” (Kurz, 2003b: 6, *italico nosso*). Por meio da sua prática coletiva *inconsciente*, os sujeitos *fazem* a sociedade, *fazem-se* na sociedade e *são feitos* pela sociedade *simultaneamente*. Logo, a heteronomia não diz respeito apenas à estrutura objetivada do capital, mas afeta também a forma universal da atividade e a própria forma do sujeito que age.

No entanto, esta totalidade estruturada e estruturante é contraditória, estando longe de erigir um sistema fechado. Gera imanentemente a *não-identidade* (nomeadamente, entre valor e riqueza material, entre as exigências da acumulação de capital e a necessidade de preservação do meio ambiente, etc.) e o *sofrimento* dos indivíduos sensíveis que não cabem no seu uniforme abstrato. A oposição emancipatória é, pois, uma *possibilidade* contida no desenvolvimento histórico de um modo de (re)produção *quebrado* e que jamais pode bater certo (cf. 5.3, 5.10, 6.7 e 7.5.4.3).

9.5 – A miséria do pós-modernismo

Na década de 1970, graças ao trabalho de pensadores francófonos como Jacques Derrida, Jean-François Lyotard ou Jean Baudrillard, o estruturalismo cede lugar ao pós-modernismo como corrente filosófica dominante. A partir dos anos 80, as abordagens pós-modernas conquistam também uma posição de destaque nas ciências sociais e humanas, particularmente entre autores que se julgam críticos do *status quo* e denunciam vários fenómenos perniciosos da sociedade capitalista (Postone, 2012d: 228; Postone *et al.*, 2014: 1).

No entanto, conforme se verá nesta secção, a denominada *cultural turn* aposta as suas fichas quase inteiramente na desconstrução de práticas *discursivas* opressivas e, por conseguinte, acarreta um empobrecimento da teorização das relações socioeconómicas mercantis. Ademais, a sua oposição radical ao conceito de totalidade, conduzida sob a bandeira do anti-essencialismo, provoca o desaparecimento do capitalismo como todo

negativo *real*. A sistematicidade não passaria de um devaneio das grandes narrativas encabeçadas pelo marxismo.

9.5.1 – A redução da realidade social às práticas discursivas

A teoria pós-moderna possui, sem dúvida, o mérito de reconhecer “a importância (...) da linguagem” (Kurz, 2014a: 15). Esta não representa “um meio neutro, mas sim um momento do ser social e da sua historicidade” (Ibid.). Logo, o capitalismo, como modo de vida ou de existência, constitui uma “forma de linguagem” especificamente moderna – com os seus códigos, “conceitos e significados” – que transparece nas “relações” quotidianas e, de maneira mais formalizada, no vasto domínio disciplinar da “ciência” (Ibid.).

Compete obviamente à teoria crítica “descodificar” e “combater” aqueles “regulamentos linguísticos” reificados que são a expressão de “relações” sociais fetichistas, bem como propor novos “conceitos” e categorias suscetíveis de assimilar a totalidade concreta do capital (Ibid.: 15-16). No entanto, o pensamento pós-moderno revela-se deveras problemático em virtude da sua “afirmação” radical “de que a linguagem é o *único* constituinte da realidade” (Ibid.: 16, *italico* nosso). Alex Callinicos assinala que se está perante “uma forma de idealismo linguístico, (...) segundo a qual o mundo, em vez de existir independentemente das maneiras como falamos acerca dele, é construído” plenamente “pelo discurso” (Callinicos, 2013: 277).

Visto que “todas as relações” (Kurz, 2014a: 16) foram reduzidas a “práticas discursivas” (Kurz, 2007c: 57), a “linguagem” deixou de ser “um momento co-constituente das relações históricas” e converteu-se numa “objetualidade” ubíqua “que dissolveu em si” os demais “objetos” (Kurz, 2014a: 16). Desapareceu o conceito de “formação social histórica” (Ibid.), quer dizer, a ontologia “*negativa*” peculiar do modo de (re)produção capitalista (Kurz, 2007c: 57, *italico* nosso), subsistindo “apenas campos linguísticos nos quais se comunica sobre algo” (Kurz, 2014a: 16) e onde se defrontam discursos antagónicos (Ibid.: 8).⁷¹⁵

O pós-modernismo está, então, “completamente desarmado” em termos conceptuais e analíticos (Postone, 2011b: 14) porque, conforme se demonstrou ao longo desta pesquisa, “os problemas que afligem o mundo contemporâneo não podem ser apreendidos adequadamente sem um interesse renovado” na crítica da “economia política” (Postone *et al.*, 2014: 1). Na sua cruzada contra o “economicismo” (Postone, 2011b: 14) – entendido *exclusivamente* como uma narrativa ideológica que pode ser facilmente contrariada por uma narrativa alternativa⁷¹⁶ –, a teoria pós-moderna negligencia as “condições estruturais sociais e económicas” heterónomas da modernidade burguesa (Smart, 2005: 258; cf. Kurz, 2015: 105).

Equiparando o capital a um “objeto cultural-linguístico” (Kurz, 2014a: 16), estas abordagens são incapazes de oferecer uma crítica categorial da “crise atual” (Postone, 2011b: 14). Apesar de existir “um certo grau de poder reificante associado à linguagem” instrumental e identitária hodierna, “falta-lhe o dinamismo e a coerção brutal da autorreprodução” ligada ao processo sistemático de valorização (Albritton, 1999: 27). Assim, “uma *«linguistic turn»* que converte o capitalismo em nada mais do que um jogo de linguagem ou uma prática discursiva entre outras não compreende rigorosamente nada da ontologia peculiar do capital” (Ibid.). A “socialização pelo valor” assenta em “abstrações reais” (Kurz & Lohoff, 2014: 47). O universo substancial fetichista do “trabalho” é “o produto de 500 anos de história”, e não o

⁷¹⁵ Um problema adicional da “desconstrução pós-moderna” dos “produtos do discurso” é o seu relativismo extremo que zomba do conceito de verdade (Kurz & Lohoff, 2014: 47). Nas palavras de Kurz, “tudo é incerto, (...), já não há qualquer verdade, nem sequer uma verdade historicamente limitada. Só o relativismo deve ser agora absoluto. Nesta determinação formal de que a verdade será (...) uma pura questão de poder, (...) o conteúdo parece tornar-se arbitrário” (Kurz, 2014a: 8).

⁷¹⁶ Na verdade, “o poder reificante peculiar do capital sugere que a linguagem económica é muito mais moldada pela lógica do capital do que o inverso” (Albritton, 1999: 27).

resultado de “um discurso nebuloso qualquer” (Ibid.). Este modo de vida alienado não pode ser abolido mediante “mudanças discursivas superficiais, mas somente através de transformações sociais de fundo” (Ibid.).

9.5.2 – O desaparecimento da totalidade negativa real do capital

Para além do forte pendor linguístico, o outro “denominador comum” das “principais figuras” pós-modernas é a sua “hostilidade incessante” face ao *conceito* de “totalidade” (Jay, 1984: 515). Estes autores percebem que a noção de uma matriz sistemática dinâmica implica “uma forma de heteronomia” (Postone, 2011a: 6). Fiéis à sua abordagem *comunicacional*, querem contornar o problema – que consideram apenas *discursivo* – rejeitando simplesmente as teorias macrosociais ou “grandes narrativas” (Kurz & Lohoff, 2014: 49), que seriam em si e por si formas de expressão simbólicas *totalitárias*.

Por outras palavras, não conseguem discernir que há uma relação estreita entre a abordagem epistemológica/metodológica das “grandes teorias” – nomeadamente, a crítica da economia política de Marx – “e o seu objeto social real” (Kurz, 2013b: 16). Logo, “faz-se de conta que o momento violentador (...) da universalidade abstrata não se encontra na forma social” do capital, “mas tão-somente na sua reflexão teórica” supostamente equivocada (Kurz & Lohoff, 2014: 49). Neste sentido, “a palavra de ordem da «guerra à totalidade»” representa “uma impostura”, porquanto “o princípio real repressivo” e “fetichista do valor” não é “atacado” (Kurz, 2002b: 27). Critica-se “as *teorias* universalistas, mas não o *universalismo real* objetivado (...) da forma de reprodução” burguesa (Ibid.: 24, *italico no original*).

Nega-se “a existência efetiva de estruturas e dinâmicas históricas” (Postone, 1999: 5), de maneira que “o funcionamento do capitalismo” (Postone, 2011a: 6), enquanto matriz abstrativa, homogeneizadora e identitária (Postone, 1998a: 383), “é ofuscado” (Postone, 2011a: 6). A sua constituição-fetice apriorística dissolve-se em “microconflitos particulares” de ordem discursiva entre *agentes* antagonistas (Kurz, 2015: 12; cf. Postone, 2006d: 12). Ora, a ontologia negativa mercantil não deixa de levar a melhor sobre os seres humanos só porque é ignorada “conceptualmente e porque não queremos mais olhar na sua direção” (Kurz, 2013b: 16).

Portanto, “em nome do empoderamento das pessoas” (Postone, 2011a: 6), o pós-modernismo acaba por reforçar a sua impotência, na medida em que invisibiliza as “dimensões centrais da dominação no mundo moderno” (Postone, 1998a: 383), a saber: o conjunto de “constrangimentos” sociais impostos pela “lógica” alienada do “capitalismo” (Postone, 2011a: 6). Denunciando o conceito de todo, esta corrente crê contribuir para a emancipação humana, quando, na verdade, deixa a matriz transcendental *real* incólume. Ademais, desprezando o “estudo de processos (...) históricos de larga escala”, revela-se insuscetível de “delinear os contornos daquela que se tornou uma crise global sistémica” no início do século XXI (Postone, 2012d: 228).

Acresce que a censura da noção de totalidade é feita sob a égide do “anti-essencialismo” (Kurz & Lohoff, 2014: 48) que abdica da “diferença entre essência e aparência” (Kurz, 2010b: 36) e, assim, é inadequado para investigar as “determinações da forma histórica concreta do capitalismo” (Kurz, 2007c: 56). Na ótica da teoria pós-moderna, existem somente fenómenos superficiais (Craib, 1985: 156), pelo que carece de sentido procurar descortinar um nível oculto e unificador por detrás “da pluralidade das aparências” (Jay, 1984: 522). À semelhança do todo, a essência não passaria de um devaneio de certos discursos errados.

O pensamento pós-moderno é, pois, por definição *ideológico*. Cingindo-se à análise da “particularidade (...) *imediata*” (Kurz, 2010b: 36, *italico nosso*), escamoteia o universo “substancial” negativo do “valor”, da mais-valia e do capital constituído socialmente pelo trabalho abstrato (Kurz & Lohoff, 2014: 48; cf. Kurz, 2012a: 3), bem como as suas

mediações necessárias com as categorias empíricas (Kurz, 2010b: 36). Nestas condições, a crítica limita-se a descrever “sintomas” de problemas cuja raiz que não consegue vislumbrar e muito menos fundamentar teoricamente (Ibid.: 37).

Capítulo 10 – Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica

“The objectivity of value, however, will not go away because we fail to acknowledge it.” (Murray, 2016: 42)

Karl Polanyi é comumente considerado um dos precursores mais importantes da sociologia económica contemporânea e, em particular, da denominada Nova Sociologia Económica (NSE) encabeçada por Mark Granovetter e Richard Swedberg (cf. Machado, 2010). Por isso, faz sentido que uma crítica imanente desse campo disciplinar, ainda que breve, comece por analisar os principais conceitos do teórico húngaro (secção 10.1). Apresentarei a abordagem substantivista do autor – assente na institucionalização da (re)produção material de acordo com certas formas de integração sociais – e sua tese central acerca da desincrustação da economia capitalista, que se autonomiza do controlo consciente dos seres humanos.

De seguida, na secção 10.2, examinarei duas questões nucleares que abalam os alicerces da NSE. Em primeiro lugar, demonstrarei que a apropriação e canonização do conceito de *embeddedness* por Mark Granovetter se revela problemática, porque, ao contrário da aceção original polanyiana, é insuscetível de captar a especificidade histórica do capitalismo e, ademais, acarreta a *de*-socialização das relações económicas. Em segundo lugar, elucidarei que a conceptualização do modo de (re)produção burguês preconizada por Neil Fligstein comete a proeza de ignorar olímpicamente a sua forma social. O processo de valorização e a dinâmica tautológica fetichista subjacente ao processo de acumulação de capital são *pressupostos* como condições exógenas da ação económica.

10.1 – A sociologia económica polanyiana⁷¹⁷

10.1.1 – A abordagem substantivista e a desincrustação da economia capitalista

De acordo com a abordagem substantivista de Karl Polanyi, a economia é, antes de tudo, um processo de (re)produção técnico-material (Stanfield, 1990: 203). Traduz a dependência supra-histórica do ser humano face à Natureza para garantir a sobrevivência, ou seja, refere-se ao intercâmbio com seu ambiente físico que lhe providencia o conjunto dos bens requeridos para satisfazer as suas necessidades. Porém, a economia é simultaneamente enquadrada por um certo padrão de relações sociais. Os indivíduos contam com a cooperação dos seus congéneres para assegurar a subsistência, de sorte que o metabolismo material é sempre revestido por uma forma institucional específica “em diferentes épocas e locais” (Polanyi, 1968b: 148; cf. Polanyi, 1977d: 31).⁷¹⁸

Polanyi designa por formas de integração os “padrões” institucionais *macrossociais* que determinam “a maneira como a economia adquire unidade e estabilidade, i.e., a interdependência e a recorrência das suas partes” (Polanyi, 1968b: 148-149). O autor identifica quatro formas de integração fundamentais. De modo sucinto, a *reciprocidade* consiste em “movimentos” de objetos “entre pontos correlativos de grupos simétricos” (Ibid.). A *redistribuição* designa “movimentos de apropriação” direta de bens e a sua realocação por uma autoridade centralizada (Ibid.). A *domesticidade* (*householding*) assenta na “produção para uso próprio”, caracterizando-se pela autossuficiência (Polanyi, 2000: 73). Finalmente, a *troca* refere-se às transações bidirecionais de mercadorias e dinheiro, orientadas exclusivamente para o ganho monetário, sob a égide de um mercado abrangente (Polanyi 1968b: 148-149).

⁷¹⁷ Esta secção baseia-se largamente nas reflexões presentes em Machado (2010; 2012a; 2012b).

⁷¹⁸ Atente-se na semelhança entre esta conceptualização polanyiana do económico e a noção marxiana de modo de (re)produção como unidade de conteúdo material e forma social.

Portanto, a reciprocidade obedece ao princípio institucional da *simetria*, a redistribuição requer um certo grau de *centralidade* (Polanyi, 1977a: 35-36), a domesticidade envolve o fechamento em *autarcia* (Polanyi 1957: 79) e a troca exige a existência de um *sistema de mercados* formadores de preços (Polanyi, 1977a: 35-36). Contrariando o individualismo metodológico, Polanyi sustenta que a mera agregação dos comportamentos individuais em questão não produz esses padrões institucionais, mas, na verdade, *pressupõem-nos*. Por exemplo, o comportamento recíprocativo das pessoas integra a economia apenas se existirem estruturas simetricamente organizadas, tais como grupos de parentesco. A (pre)disposição e a efetividade das formas de integração são, pois, um produto social, quer dizer, resultam da ação coletiva dos seres humanos em situações estruturadas (Polanyi 1968b:150; Polanyi 1977a: 37).

A predominância de uma configuração socioinstitucional depende da sua capacidade de realizar a afetação do solo e das tarefas. As civilizações primitivas são regidas pela reciprocidade porque a integração da terra e do trabalho na economia é feita por meio dos vínculos consanguíneos. Os impérios antigos são primariamente redistributivos, embora possa haver trocas esporádicas nas suas margens, porquanto compete ao templo e/ou ao palácio afetar os terrenos e organizar as várias atividades (re)produtivas. Na sociedade feudal, os laços de fidelidade determinam o destino dos campos e do trabalho servil que lhes está adstrito (Polanyi 1968b: 155-156; Polanyi 1977a: 42-43). Somente no capitalismo “a terra e os alimentos passaram a ser mobilizados através da troca mercantil”, ao passo que “o trabalho” deveio uma “mercadoria livre para ser adquirida (comprada) no mercado” (Polanyi 1968b: 156).

Em Karl Polanyi, o sistema de “mercado autorregulável” é, portanto, uma realidade historicamente recente (Polanyi, 2000: 92). Trata-se da forma social peculiar da economia na modernidade que introduz um tipo de heteronomia inaudito. Enquanto nas civilizações pré-capitalistas a economia se encontrava *incrustada* na sociedade, isto é, não representava uma esfera autónoma (Ibid.: 92-93), a constituição da troca mercantil como forma de integração acarretou a criação de “uma «esfera económica» (...) perfeitamente delimitada das outras instituições” sociais (Polanyi, 1968a: 63) e, em especial, “do sistema político e governativo” (Polanyi, 1957: 68). Mediante esta *desincrustação*, a economia “obtem uma autonomia que a investe com leis próprias” (Ibid.). O “mecanismo de mercado” subordina “o resto da sociedade” ao seu movimento, moldando-a à sua imagem,⁷¹⁹ e transforma-se no “fator determinante” da “vida” coletiva (Polanyi, 1968a: 63).

A obra polanyiana possui o mérito de realçar a excecionalidade do capitalismo na história da humanidade. O autor húngaro critica duramente os antropólogos da escola formalista por projetarem as categorias ligadas à troca mercantil – relação instrumental entre meios e fins, ganho monetário como motivação da ação, o binómio maximização/escassez, etc. – nas civilizações pré-modernas (Machado, 2012b: 172). Esses investigadores incorrem na denominada falácia economicista, ou seja, “na identificação artificial da economia com a sua forma de mercado” (Polanyi, 1968b: 142).

O principal problema da teoria de Polanyi reside na sua definição truncada do modo de (re)produção burguês, *à la economics*, como um sistema interligado de mercados formadores de preços (*price making markets*) regulado pelo mecanismo da oferta e da procura. O sujeito automático é assim reduzido à esfera da circulação que, conforme se demonstrou inúmeras vezes no decurso da presente pesquisa, não passa da mera manifestação fenoménica da produção capitalista e das relações sociais a ela associadas. A função socialmente sintética e mediadora da dimensão abstrata do trabalho é ignorada, ao passo que

⁷¹⁹ “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que *uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado*” (Polanyi, 2000: 77, *itálico nosso*).

a sua dimensão concreta é ontologizada e equiparada ao metabolismo material com a Natureza *tout court*.

10.1.2 – Comércio, dinheiro e mercado(s)

As insuficiências da antropologia formalista que, como acabei de referir, naturaliza a economia mercantil, são, segundo Polanyi, evidentes no seu tratamento do comércio, do dinheiro e dos mercados. Considera-se que estas categorias são um triunvirato inseparável, quando, na verdade: i) A moeda e os intercâmbios são elementos institucionais bastante mais antigos do que os mercados; ii) Mesmo nas sociedades pré-modernas onde existem mercados, estes não assumem a configuração de um sistema totalizante e unificado. De facto, os “mercados locais” e o “comércio” esporádico não representavam “protótipos em pequena escala que acabaram por evoluir para a forma assumida pela economia mundial da era moderna” (Polanyi 1977b: 125). Estas instituições obedeciam a lógicas completamente distintas no seio de economias integradas pela reciprocidade e/ou pela redistribuição.

Polanyi começa por analisar o comércio. Trata-se originalmente de expedições descontínuas destinadas a adquirir itens particulares que não estão disponíveis num determinado lugar e onde as perspectivas de ganho económico não desempenham nenhum papel (Polanyi 1968b: 158-159, 162; Polanyi, 1977e: 81-82, 90-92). Os intercâmbios surgem nas margens das comunidades, ou seja, o comércio externo antecede o comércio doméstico; portanto, trata-se de atividades intergrupais quase sempre alheias à figura do comerciante individual (Polanyi 1968b: 159; Polanyi, 1977e: 81-82).

Em consonância com as formas de integração, Polanyi distingue três tipos nucleares de comércio. O comércio de dádivas (*gift trade*) – a forma mais incipiente – liga os parceiros em relações obrigatórias de reciprocidade (Polanyi 1968b: 163-164; Polanyi 1977e: 94). O comércio administrado (*administered trade*) assenta em órgãos políticos ou semipolíticos estáveis, sendo o interesse de importação determinante em ambos os lados. A coleta dos bens destinados à exportação e a distribuição dos itens importados são competências exclusivas da autoridade central. Note-se que apenas um conjunto restrito de produtos assume a forma de mercadorias e pode efetivamente ser intercambiado (Polanyi 1968b: 164-65; Polanyi, 1977e: 94-95). Por sua vez, no comércio mercantil (*market trade*), a troca (*exchange*) é a forma de integração que preside ao relacionamento dos parceiros. A gama dos bens e serviços transacionáveis é virtualmente ilimitada e a organização das atividades comerciais assenta inteiramente na prossecução do lucro (Polanyi, 1968b: 165-166; Polanyi, 1977e: 95-96).

No que toca ao fenómeno monetário, Karl Polanyi contrapõe o dinheiro “para todos os fins” (*all-purpose money*) moderno (Polanyi, 1968b: 166) – em que 1 euro, por hipótese, pode ser utilizado como meio de troca, meio de pagamento, reserva de valor e unidade de conta⁷²⁰ – ao dinheiro “para fins específicos” (*special-purpose money*) das sociedades primitivas e arcaicas, onde vários objetos cumpriam funções distintas (Ibid.; Polanyi, 1968c:178-179; Polanyi, 1977c: 97-99). O autor resume a questão nos seguintes termos:

“Diferentes tipos de objetos eram empregues em diferentes utilizações do dinheiro; e esses usos estavam instituídos diferentemente uns dos outros. As implicações disto são de longo alcance. Não existia, por exemplo, nenhuma contradição envolvida no facto de se «pagar» com um meio que não podia ser usado para comprar, nem em empregar objetos como «padrão» [de preços, NM], que por sua vez não podiam ser usados como meios de troca.” (Polanyi, 1968b:169)

Isto acontecia porque o dinheiro não sancionava transações económicas utilitaristas, na aceção contemporânea do termo. Ao invés, estava incrustado em *obrigações* de cariz

⁷²⁰ Polanyi escamoteia a forma decisiva do dinheiro moderno: o dinheiro como *capital*.

religioso ou político, sendo estas que estipulavam os desígnios, a quantidade e a qualidade dos objetos monetários, bem como o momento em que deviam mudar de mãos (Ibid.: 166-167; Polanyi, 1968c: 181, 183).

Em último lugar, a existência de mercados não implica necessariamente a presença de um sistema de mercado autorregulado. De facto, ao longo da história da pré-moderna, encontram-se nas mais diversas civilizações mercados locais com preços fixos integrados por instituições reciprocadoras e redistributivas (Neale 1957: 371). Os preços – ou, melhor dizendo, as equivalências – eram grandezas rigidamente fixadas pelo costume ou pela autoridade (proto-)política (Polanyi 1968b: 157-158, 172; cf. Polanyi 1977e). Foi apenas a ascensão do capitalismo que universalizou a forma da mercadoria e, ao fazê-lo, constituiu uma economia de mercado sujeita ao livre jogo da oferta e da procura.⁷²¹ O aspeto-chave deste processo foi a destruição das condições tradicionais de subsistência e o concomitante assalariamento dos indivíduos através de criação de um mercado de trabalho (Polanyi, 2000: 90ss).

10.2 – A Nova Sociologia Económica

A única certeza acerca da NSE é a incerteza. Ocupando uma “posição instável e imprecisa (...) entre a economia e a sociologia” (Graça, 2005: 112), a disciplina autodefine-se (propositadamente?) recorrendo a “fórmulas genéricas muitíssimo evasivas” (Ibid.: 119). Por exemplo, Neil Smelser e Richard Swedberg descrevem-na como “o estudo dos factos económicos da perspetiva e no âmbito do quadro de referência sociológico” (Ibid.: 118). Pouco ou nada se depreende desta definição vazia. Quando se junta à equação a “preocupação de legitimação institucional” (Ibid.: 120), fica-se com a sensação de que “é sociologia económica (...) aquilo que se revelar conveniente ir reconhecendo como tal” (Ibid.: 119).

Não obstante, a partir da leitura dos textos das suas figuras de proa, creio ser possível destilar uma preocupação transversal mais concreta: a NSE procura elucidar as condicionantes “sociais” *exteriores* dos “mercados” – misteriosamente associais – que influenciam a ação económica quotidiana dos agentes no capitalismo. Considera-se a análise da “*economics* neoclássica” insatisfatória (Sparsam, 2016: 6) justamente por negligenciar essa *rede* contextual normativa. No entanto, apesar de criticar “alguns (...) pressupostos” (Graça, 2005: 111) julgados irrealistas (Sparsam, 2016: 6), a NSE apressa-se a moderar a ambição, provavelmente em face da sua própria precariedade disciplinar. Recuperando o projeto parsoniano da década de 1930, não pretende substituir a “teorização produzida pela economia académica”, mas apenas complementá-la e, desse jeito, aperfeiçoá-la (Graça, 2012: 20; cf. Graça, 2005: 111).

10.2.1 – *Embeddedness*: Granovetter versus Polanyi

Na sequência da publicação do artigo seminal de Mark Granovetter intitulado “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness” (cf. Granovetter, 1985), a NSE elegeu a incrustação como uma das suas noções nucleares. Todavia, tratou-se de uma apropriação seletiva que se “demarcou” conscientemente da aceção polanyiana (Graça, 2012: 16). Enquanto na obra de Karl Polanyi o conceito surge associado a um nível macrosocial e é utilizado para evidenciar o carácter excecional da economia capitalista de mercado – que se encontra *desincrustada* –, na NSE a categoria aparece normalmente ligada aos níveis meso e microssocial e é usada para defender que todas as economias – incluindo a

⁷²¹ Note-se, contudo, que Karl Polanyi não se opõe à mercadorização *per se*. O teórico húngaro contesta apenas o estatuto mercantil (supostamente) *fictício* do trabalho, do dinheiro e da terra (Polanyi, 2000: 94).

capitalista – estão incrustadas em *redes* de relações *interpessoais* (Machado, 2010; cf. Swedberg, 2006: 4).

Richard Swedberg assinala que a divergência se prende o intuito granovetteriano de corrigir um problema grave que supostamente feriria o conceito original: Polanyi não se teria apercebido que a tese da *desincrustação* implicava a *de*-socialização das relações económicas modernas (Swedberg, 1997: 165; Swedberg, 2004: 317). Esta crítica assenta num profundo mal-entendido. É inegável que subsiste um certo grau de ambiguidade em várias passagens da obra polanyiana que parecem indicar que “economia” e “sociedade” são duas regiões distintas. Por exemplo, em *A Grande Transformação* lê-se que, no capitalismo, “em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico” (Polanyi, 2000: 77, tradução modificada).

Porém, são muito mais numerosos – e consistentes com o arcabouço *institucionalista* do autor – os excertos que entendem a economia como uma esfera societal. O mesmíssimo livro refere explicitamente “a separação institucional da *sociedade* em esferas *económica* e política” provocada pela “existência de um mercado autorregulável” (Ibid.: 92, itálico nosso). O nó da questão é que Polanyi tem o cuidado de distinguir conceptualmente *institucionalização* e *incrustação*. A economia é *sempre* um processo instituído. Assim, a troca mercantil, enquanto forma de integração, constitui um padrão institucional específico – um sistema de mercados formadores de preços –, mas é precisamente o funcionamento quasi-automático desse mecanismo institucional que conduz à *desincrustação* da economia. Em Karl Polanyi,⁷²² a *desincrustação da economia capitalista resulta da sua forma socioinstitucional de fetiche*.

Portanto, a interpretação granovetteriana e swedberguiana do conceito polanyiano de *(dis)embeddedness* está errada. Ademais, ao contrário do que sustenta a NSE, as ações económicas burguesas não são “sociais” porque estão inseridas em *redes* de relações interpessoais. Este foco exclusivo nos níveis micro e meso das interações quotidianas ignora a precedência *real* da matriz transcendental. Na verdade, a ação económica é eminentemente social porque as categorias totalizantes que a enquadram – trabalho abstrato, valor e capital – constituem a *forma social* peculiar da *modernidade*. As relações mercantis *alienadas*, pervertidas são as relações sociais por excelência no modo de vida capitalista. Embora se restrinja à esfera da circulação, Polanyi está bastante mais próximo do que a NSE de captar a peculiaridade do fetichismo contemporâneo, assente na autonomização *efetiva* das relações socioeconómicas face ao controlo dos seres humanos.

Resta acrescentar que se está perante um *textbook case* de projeção psicanalítica, pois a NSE padece inconscientemente da maleita que imputa a Polanyi: a *de*-socialização da economia. Conforme se verá no item subsequente, a disciplina considera que o mercado inexplicavelmente *associal* – e equiparado redutoramente ao económico *tout court* – se encontra incrustado em *redes* estruturadas de laços inter-humanos. Os comportamentos individuais mercantis *não*-sociais (cálculo racional, eficiência, maximização, concorrência, prossecução do lucro, etc.) seriam pretensamente enquadrados por “relações sociais” de índole distinta: simbólicas, culturais, normativas, ideacionais, etc. Postula-se assim a exterioridade *ontológica* de “economia” e “sociedade”. Esta conceptualização deixa a NSE desarmada teoricamente diante das mistificações ideológicas da *economics*. Vejamos porquê.

10.2.2 – De-socialização do mercado e pressuposição das categorias capitalistas

Aproveitando a deixa de Mark Granovetter, na NSE o “social” é amiúde separado do económico (Calnitsky, 2014: 574), como se se tratassem de lógicas “distintas de organização” (Bonefeld, 2015: 149). O “mercado associal” é simplesmente pressuposto e “depois

⁷²² Como em Marx, diga-se.

inconfortavelmente rodeado pela sociedade” na qual se encontra incrustado (Calnitsky, 2014: 566; cf. Krippner, 2001: 776). Portanto, a disciplina não se preocupa com o funcionamento do mercado per se – essa é uma tarefa da *economics* – mas tão-somente com os seus “constrangimentos” *exteriores* rotulados como *sociais* (Sparsam, 2016: 7). Esta abordagem padece de vários problemas.

Em primeiro lugar, a economia capitalista é equiparada de modo truncado ao mercado. Ao absolutizar ideologicamente a esfera da circulação, a NSE toma a parte pelo todo: “a interação económica é identificada com a interação no mercado e a economia é confluída num sistema interligado de mercados” (Ibid.: 11). Não se percebe que a concorrência é a forma de manifestação distorcida da essência subjacente: a “estrutura” dinâmica das “relações sociais” *de produção* “capitalistas” (Calnitsky, 2014: 580).⁷²³ São as relações historicamente específicas de valor que “definem o cariz dos processos de mercado” e moldam normativamente as interações (Ibid.: 581).

Em segundo lugar, as categorias burguesas fundamentais (trabalho, valor, dinheiro, capital) são *pressupostas* porque seriam “*económicas*”, ou seja, *não-sociais*. A NSE é incapaz de discernir que as relações mercantis são um tipo peculiar e fetichista de *relações sociais* e, ademais, aquelas *dominantes* no capitalismo. Reduzindo “o conceito de relações sociais a relações pessoais, frequentemente diádicas, tais como amizades, contactos e outros laços” (Ibid.: 567), a disciplina ofusca o verdadeiro contexto da (re)produção hodierna. A ação económica quotidiana está subsumida na *universalidade* fetichista do valor que chicoteia os indivíduos com o tempo de trabalho socialmente necessário e impõe a “maximização do lucro” e a “acumulação” de capital, “*independentemente* da presença simultânea de motivos” de outra natureza (Sparsam, 2016: 7, *itálico nosso*).

Incrivelmente, *nenhum* destes fatores faz parte da “teoria explicativa” da NSE (Ibid.). Nas palavras acutilantes de Jan Sparsam,

“não são confrontadas as causas que induzem os comportamentos gerais dos atores económicos nas economias capitalistas: como compradores, produtores, trabalhadores, investidores, etc. Ademais, os modos de funcionamento que formam a subestrutura *inintencional* destas disposições da ação económica não são teorizados: a orientação para o lucro, o (re)investimento, o dinheiro (como encarnação da riqueza), as relações de propriedade e a concorrência.” (Ibid.: 11, *itálico nosso*)

Estes “aspetos”, que traduzem a forma social peculiar da (re)produção moderna, “são simplesmente *pressupostos*” como factos *económicos* autoevidentes, não sendo, pois, “abordados diretamente como objetos de pesquisa da sociologia económica” (Ibid., *itálico nosso*). O caso extremo da cegueira ideológica é provavelmente o de Neil Fligstein que, em *The Architecture of Markets* (cf. Fligstein, 2002), propõe que a “maximização do lucro” seja substituída pela “eficácia” como fator explicativo da conduta dos muitos capitais (Sparsam, 2016: 9).

A eficácia significa que “as empresas almejam garantir a sua sobrevivência nos mercados” (Ibid.). Essa sobrevivência depende da obtenção de “preços” adequados, mas Fligstein não perde tempo a investigar “a base desses preços” (Ibid.: 10). Se o fizesse, seria obrigado a constatar que “os preços que permitem a sobrevivência de uma empresa têm – pelo menos no longo prazo – de conter o lucro médio” e que esse lucro, antes de poder ser apropriado no mercado, tem de ser produzido pelo (mais-)trabalho (Ibid.). Em suma, a “lucratividade” é nebulosa e sub-repticiamente “pressuposta como condição *exógena* da ação económica nas economias modernas” por Fligstein, “mas não constitui o objeto” da sua autoproclamada “análise sociológica” (Ibid., *itálico nosso*).

⁷²³ Este primeiro problema é partilhado por Karl Polanyi, conforme referi em 10.1.1.

Em terceiro lugar, a NSE sofre de um individualismo metodológico incapacitante, porque “a economia” – indistinta do mercado – “é frequentemente reduzida às relações entre os agentes” (Vincent, 2001b: 93). Tudo o que se disse em 9.4.1 sobre a sociologia aplica-se, *mutatis mutandis*, à NSE. O próprio Mark Granovetter reconhece esta insuficiência da sua teoria: “Tive pouco a dizer relativamente à influência das circunstâncias históricas ou macroestruturais mais abrangentes (...), pelo que não preconizo esta análise para responder a questões em larga escala referentes à natureza da sociedade moderna” (Granovetter, 1985: 506).

A precedência lógica *real* da matriz transcendental e os constrangimentos que “a pulsão central conducente à acumulação de capital” impõe aos níveis meso e microssocial da (re)produção são escamoteados (Calnitsky, 2014: 586). A economia “associal” é um instrumento “neutro” que facilita a “satisfação” das “necessidades” do “indivíduo isolado” e, por isso, é a “extensão” lógica da (inter)ação dessas mónadas (Ibid.: 585-586). Vistos sob este prisma, os mercados são “simplesmente um conjunto de instituições que acomodam um conjunto de necessidades predeterminadas, que em si mesmas não são objeto de análise” (Ibid.: 585) em termos da especificidade das “circunstâncias socio-históricas subjacentes” (Ibid.: 586).

Não ocorrerá a nenhum sociólogo económico, por mais crítica que seja a sua postura face à *economics*, questionar que a reprodução material da sociedade apenas é possível se for, simultaneamente, uma reprodução alargada do capital – vulgo “crescimento económico” –, nem que os indivíduos tenham de competir no mercado de trabalho para assegurar a sua sobrevivência. Afinal de contas, para quê indagar a necessidade irracional de vender a força de trabalho e de ancorar a reprodução social ao dispêndio tautológico de energia humana, quando se pode fazer descobertas tão interessantes de outra índole, como o facto de o operário não se limitar a trabalhar, mas também travar amizade com alguns colegas? Se se tornar supérfluo do ponto de vista da valorização, trará amizade com o assistente social ou com o polícia.

10.2.3 – Súmula: o fracasso da NSE

Conforme salienta Jan Sparsam, a NSE foi malsucedida na sua tentativa nuclear de “conceber os factos económicos como factos sociais” (Sparsam, 2016: 11). Demonstrou-se no decurso da presente investigação que “as categorias económicas” burguesas “são fundamentalmente categorias sociais”, isto é, socialmente constituídas (Bonefeld, 2015: 152). Porém, a NSE entende-as como condições *técnico-naturais exógenas* da ação económica que, por isso, carecem de uma teoria adequada:

“[N]ão existe na sociologia uma teorização dos grandes dispositivos ou disposições [sociais, NM] abstratos da economia (mercado, dinheiro, capital, etc.). Nos textos de sociologia económica, eles são reconduzidos a mecanismos técnicos ou funcionais, o que oculta as suas determinações sociais, nomeadamente a sua dependência relativamente ao movimento universal da valorização (subordinação das atividades humanas ao valor económico, a um valor económico desvinculado dos seus substratos humanos [...]).” (Vincent, 2001b: 93-94).

Pode-se dizer que “a sociologia económica é (...) uma disciplina em busca de um objeto de estudo” (Bonefeld, 2015: 151). A sistemática “omissão explicativa das *dinâmicas capitalistas*” resulta numa grotesca “despreparação analítica para investigar as especificidades das economias” contemporâneas (Sparsam, 2016: 6 e 11, *italico no original*) e o seu modo de (re)produção peculiar. É impossível apreender o traço distintivo das relações sociais modernas sem dar conta do fetichismo e da reificação subjacentes.

Neste âmbito, o afastamento da aceção original do conceito de *(dis)embeddedness* revelou-se fatal. A ambiguidade de algumas passagens polanyianas a respeito da desocialização da economia – juntamente com a confusão granovetteriana entre institucionalização e incrustação – serviu de pretexto para a NSE invisibilizar a autonomização fetichista das relações sociais capitalistas sob a forma de uma economia desincrustada. Professando um individualismo metodológico que se atém ao horizonte micro/meso, escapa-lhe a prioridade *real* da matriz macrossocial do capital. Os seus teóricos “não chegam a discernir que as disposições e os dispositivos da valorização se cristalizam em abstrações sociais por detrás das costas das práticas, impondo-lhes quadros pré-estabelecidos reproduzidos continuamente pelas próprias práticas” (Vincent, 2001b: 94).

Capítulo 11 – Conclusão: princípios básicos de uma (meta)teoria crítica e reflexiva do capitalismo

“[A]s fronteiras disciplinares ou os *pedigrees* das ideias são menos importantes do que a fecundidade analítica das mesmas” (Graça, 2005: 126).

“[I]t matters little *where* the theories come from; what counts is whether they make sense and whether they help us understand, explain, and make predictions about the social world.” (Ritzer, 2001: 14, *itálico no original*).

“É importante que se não coloque o método absolutamente face ao seu objeto, antes o método da sociologia tem de estar em viva relação com esse objeto, tem, tanto quanto possível, de ser desenvolvido a partir do objeto” (Adorno, 2013: 133).

Depois de terem sido analisados criticamente vários postulados nucleares da *economics* (capítulo 8), da sociologia (capítulo 9) e da NSE (capítulo 10), chegou a altura de entrar em terreno metateórico *stricto sensu*. Conforme mencionei na Nota liminar que serve de introito à 3ª Parte, trata-se, em consonância com a definição de Alain Caillé e Frédéric Vandenberghe (cf. Caillé & Vandenberghe, 2016: 39-47; Vandenberghe, 2008: 290-303), de expor os princípios filosófico-epistemológicos basilares que, à luz do corpus da NCV, devem nortear a elaboração teórica sobre o modo de (re)produção capitalista. Portanto, destilarei orientações metodológicas acerca de um objeto de estudo (historicamente) específico, quer dizer, que são válidas apenas e só para a análise desta formação social e, por isso, não são generalizáveis a outras áreas de investigação.

Dado o cariz assumidamente preliminar da minha pesquisa e os óbvios limites dimensionais da sua forma (tese académica), limitar-me-ei a salientar quatro princípios: a necessidade de recuperar e aprofundar a crítica categorial marxiana (11.1); a imperiosidade de desenvolver uma *grand theory* especial para analisar o capitalismo, porque este modo de vida é uma totalidade negativa transcendental (11.2); a imprescindibilidade de resolver a antinomia agência/estrutura através do papel socialmente mediador e constitutivo do trabalho abstrato (11.3); a exigência de autorreflexividade como condição *sine qua non* da coerência da teoria crítica (11.4).

Seguidamente, evidenciarei alguns pontos de contacto entre o paradigma da NCV e as ideias de Max Weber, Karl Polanyi e Pierre Bourdieu (11.5). Estas convergências podem permitir a sua integração numa perspetiva sobrejacente, tal como prevê a terceira aceção ritzeriana de metateoria (cf. Ritzer, 1990: 4; Ritzer, 2007: 2965). Finalmente, apresentarei algumas pistas acerca do que poderá ser um programa de investigação futuro guiado pelos preceitos (meta)teóricos defendidos nesta dissertação (11.6).

11.1 – Recuperação e aprofundamento da crítica categorial marxiana

A ascensão do “desconstrutivismo pós-moderno” nas últimas décadas (Kurz, 1997b: 195) foi acompanhada pelo desaparecimento da “crítica da economia política” (Ibid.: 310). Robert Kurz observa que, “juntamente com o marxismo do movimento operário”, de facto obsoleto, “foi enterrada também a crítica marxiana do fetiche e da forma” social do capital, “erroneamente confundida com aquele e inteiramente incompreendida” (Kurz, 2002b: 23). Paradoxalmente, a agudização da crise do modo de (re)produção burguês significou também a crise da “teoria crítica” (Kurz, 1997b: 310; cf. Martin & Ouellet, 2014).

As “ciências sociais e humanas”, em grande medida despreparadas teoricamente para responder à nova conjuntura histórica, “sucumbiram a uma espécie de palavrório sem sentido” (Kurz, 1997b: 310) que apenas deseja “brincar a bel-prazer” com “textos”, discursos e narrativas (Ibid.: 195). É certo que, não obstante Derrida & Cia., a investigação académica continuou a compilar “uma quantidade monumental de informações” relevantes, mas “falta” a este manancial “a visão de conjunto”, ou seja, “o horizonte teórico de uma crítica radical da sociedade (...) que permita ordenar os resultados da pesquisa histórico-cultural” empírica (Ibid.: 19-20). Em suma, a maleita é enunciável lapidarmente: muitos factos, pouca teoria.

Perante este estado de coisas, é necessário “proceder a uma rutura epistemológica” (Vincent, 1999a: 284) por meio de “uma nova síntese” (Postone, 1996: 427) ou “paradigma” capaz de revolucionar a teoria social (Kurz, 2003c: 1). A NCV declara explicitamente a sua intenção de levar a cabo essa “reformulação paradigmática abrangente da crítica social” (Kurz, 2012b: 5) consentânea com as circunstâncias históricas atuais (Kurz, 1997b: 17). A corrente considera o “*conteúdo*” da sua teoria literalmente radical (Kurz, 2017a: 7, *itálico no original*; cf. Kurz, 1997b: 25), porquanto incide sobre os fundamentos da modernidade: é uma crítica da “constituição” das relações de “fetiche” capitalistas (Kurz, 2002b: 18; cf. Vincent, 1993f: 2). Ela almeja ser “desestabilização de tudo aquilo que tende a «ontologizar» o social” mercantil (Vincent, 2009/1998: 270).⁷²⁴

Obviamente que nenhum paradigma é criado *ex nihilo*, e a NCV não foge à regra. Verificou-se na 2ª Parte que Vincent, Postone e Kurz defendem a renovação do diálogo com a crítica da economia política marxiana, bem como o seu aprimoramento ulterior (Kurz, 2014a: 3; Postone, 1998a: 370; Vincent, 2001b: 100; Vincent, 2001c: 131). Urge resgatar o núcleo “esotérico” da sua teoria (Kurz, 2013b: 37), ou seja, justamente aqueles “momentos” largamente “renegados” durante o século XX e que “não” foram “desenvolvidos coerentemente pelo próprio Marx” (Kurz, 1993a: 38; cf. Postone, 2017d: 40).

Esses aspetos indispensáveis, porque mantêm a sua relevância no presente, são o “continente sombrio” da conceptualização do “fetichismo” hodierno (Kurz, 1993a: 20) e a estreitamente associada teoria do valor. Ambas abrem caminho à “*crítica categorial*”, ou seja, ao questionamento radical das “categorias capitalistas” vitais (Kurz, 2007c: 19, *itálico no original*; cf. Kurz, 2013b: 40), usualmente pressupostas como autoevidentes:

“[A]s ciências económicas, e com elas todas as outras ciências sociais plenamente desenvolvidas (que hoje estão definitivamente degradadas a simples ciências auxiliares, para não dizer polícias teóricas auxiliares das ciências económicas), não têm as categorias capitalistas de trabalho, valor, mercadoria, dinheiro, mercado, Estado, política, etc. como *objeto*, mas sim como *pressuposto cego* do seu raciocínio «científico». A forma de sujeito da troca de mercadorias, a transformação de força de trabalho em dinheiro e de capital-dinheiro em mais-valia (lucro) não é questionada no seu «quê» e «porquê», mas apenas no seu «como» funcional, tal como os cientistas só analisam o «como» das chamadas leis naturais. A primeira dificuldade na crítica categórica do capitalismo consiste, portanto, em retirar essas categorias do seu estatuto de obviedade tácita, tornando-as explícitas e só assim criticáveis.” (Ibid.: 37, *itálico no original*)

O primeiro princípio metateórico formulável a partir dos preceitos da NCV diz então respeito à necessidade de revisitar e aprofundar a crítica categorial do Marx maduro e, assim, “superar (...) aquela zona tabu de perguntas que não se fazem” (Ibid.). Neste âmbito, a “teoria social” deve ser uma “teoria das *formas* históricas” específicas do modo de (re)produção capitalista (Postone & Reinicke, 1975: 137, *itálico no original*), nomeadamente

⁷²⁴ “A teoria crítica (...) vai até às últimas consequências ou deixa de o ser” (Kurz, 2008: 5).

das “relações de trabalho” (Vincent, 1973a: 349) e de “valor” (Postone, 2003d/1993: 89).⁷²⁵ No cerne da teoria crítica revigorada encontra-se, como se disse atrás, o “conceito de *fetichismo*” nas suas múltiplas expressões: “fetiche da mercadoria”, do “trabalho”, do “dinheiro”, do “capital”, do “direito”, do “Estado” (Kurz, 1997b: 25, *itálico no original*) e da “forma da subjetividade” (Kurz, 2013b: 24).

As categorias elencadas constituem “disposições e (...) dispositivos abstratos” que são outros tantos “automatismos sociais, relações sociais autonomizadas face aos seus suportes e que organizam a sua própria reprodução apresentando-se como uma «segunda natureza»” heterónoma (Vincent, 2001b: 94). A tese da NCV é que “elas (...) apreendem os aspetos nucleares da sociedade capitalista e da sua dinâmica” (Postone, 1998a: 382). Por conseguinte, “não se trata (...) de meras definições do pensamento (teórico, científico), mas sim de categorias reais da reprodução e do modo de vida social, que voltam a emergir na teoria como conceitos” (Kurz, 2013b: 23).

A “teoria da crise” marxiana é uma extensão lógica da crítica categorial que deve igualmente ser aprofundada (Ibid.: 253). A premência de “um confronto teórico com a «totalidade concreta»” (Kurz, 2012b: 8) do capital “global” (Postone, 1998a: 370) é reforçada pela sua “crise” estrutural no começo do século XXI (Kurz, 2013b: 40).⁷²⁶ É preciso esmiuçar a trajetória histórica da acumulação e “examinar (...) detalhadamente como a terceira revolução industrial da microeletrónica levou (...) ao limite interno absoluto” do capitalismo (Ibid.: 258; cf. Grupo EXIT!, 2007: 11). A crítica não pode recuar apavorada perante o risco real do pior cenário – a queda na barbárie (Kurz, 1993b: 191, *itálico no original*). As consequências catastróficas da socialização negativa burguesa para os seres humanos têm de ser reconhecidas e enfrentadas. No mundo académico, porém, “a crise é menos analisada do que recalcada e negada” (Kurz, 2013b: 258).

11.2 – A precedência real da totalidade negativa do capital

Constatou-se no decurso da 2ª Parte que a NCV “não se dedica a considerações metodológicas de maneira abstrata, mas desenvolve a sua própria abordagem a um objeto específico” (Jappe, 2014b: 401). As categorias mercantis elencadas em 11.1 fazem parte de um todo coeso internamente relacionado (Kurz, 2014b: 257). Assim, o segundo princípio metateórico prescreve que se apreenda a “sistematicidade” (Vincent, 2002c: 20) do modo de (re)produção capitalista enquanto “totalidade” *negativa* (Postone, 1998a: 383). Em vez de ser afirmada ou neutralizada, a matriz valorativa é obrigatoriamente o alvo da “crítica” (Ibid.) por se tratar de uma “realidade heterónoma” (Postone, 2003a: 88) associada a “formas historicamente específicas de relações sociais” (Postone, 1998a: 383).

Para esse efeito, a NCV oferece “uma complexa teoria da constituição social” (Postone, 1985b: 244). Na modernidade, o trabalho constitui uma forma de fetiche dinâmica – o capital – caracterizada pela “oposição entre uma dimensão abstrata universal, objetiva e regrada (*lawlike*) e uma dimensão particular, «coisal»” (Postone, 2003d/1993: 224). Por seu turno, o sistema contraditório da valorização assim erigido inconscientemente condiciona os agentes, moldando “a prática e o pensamento à sua imagem” (Ibid.; cf. Postone, 1985b: 244).⁷²⁷

Importa reter que “a síntese social (...) através do «trabalho abstrato» e da forma (...) do capital (...) institui um contexto total que é mais e algo qualitativamente diferente do caso isolado do agir (...) ou da sua mera agregação exterior” (Kurz, 2011a: 27). O capital “global”

⁷²⁵ Pode-se falar de uma “ruptura categorial histórica entre as sociedades pré-modernas e o capitalismo” (Kurz, 2014b: 352).

⁷²⁶ “A crise categorial exige (...) uma crítica categorial” (Grupo EXIT!, 2007: 11, *itálico no original*).

⁷²⁷ A co-constituição das formas de objetividade e subjetividade social mediada pelo trabalho será retomada em 11.3.

(Kurz, 2014b: 29) é dotado de uma “*qualidade própria*” sobrejacente (Kurz, 2011a: 20, itálico no original) que se impõe às “micro-«unidades» reprodutivas” (Kurz, 2014b: 29) – os muitos capitais – e aos sujeitos, subsumindo-as na sua lógica apriorística.⁷²⁸ Neste sentido, “o agir” tem de “ser explicado a partir do” seu “contexto” transcendental (Kurz, 2011a: 27). Por outras palavras,

“não se pode compreender a sociedade burguesa a partir da ação dos indivíduos (o comportamento racional, a adequação aos fins), mas [somente, NM] a partir do seu acionamento (*leur être agi*). Crendo agir de acordo com a sua própria vontade, os indivíduos são na realidade movidos, dirigidos e controlados pelas relações sociais que escapam ao seu controlo.” (Vincent, 1973a: 333)

Revestido pela forma-sujeito, o indivíduo é tendencialmente reduzido ao estatuto de “máscara de caráter” ou mero “suporte” de um processo autotélico que o ultrapassa (Ibid.). Evidentemente que “existe sempre uma atividade consciente e inteligente dos homens nas suas relações mútuas e com a natureza (...), mas as finalidades” tácitas da prática socialmente sintética e mediadora “provêm (...) de um imenso mecanismo que esmaga tudo à sua passagem (o Juggernaut, o Capital)” (Ibid.: 334).

Dada a afinidade eletiva entre método e objeto advogada pela NCV, a constituição-fetice tem de refletir necessariamente na forma da teoria. Esta deve ser uma crítica *imane*nte que almeja dar conta da “totalidade concreta do desenvolvimento histórico-social” burguês (Kurz, 2017a: 17).⁷²⁹ A revolução paradigmática proposta consiste, portanto, numa nova “*grande teoria negativa*” passível de se estender “a todos os níveis da reflexão e a todas as áreas da vida” e de abranger “tanto as categorias mais abstratas como as formas culturais e simbólicas e o quotidiano” (Kurz, 2002b: 2, itálico nosso).

Note-se, porém, que o capitalismo não é um sistema “estaticamente circular” – o eterno retorno do mesmo –, mas possui um “caráter” eminentemente “dinâmico” (Postone, 1985b: 245), na medida em que assenta em “formas sociais (...) contraditórias” (Postone, 2003d/1993: 224). Essa contraditoriedade dialética (Kurz, 2013a: 31) alimenta-se dos “pontos (...) de fricção entre o geral e o particular” (Vincent, 2005d: 51), entre o suprassensível e o sensível, entre a dominação das coisas mortas e o sofrimento que ela impõe aos seres humanos. O modo de (re)produção hodierno gera, pois, *imanentemente* a não-identidade e a “possibilidade” de oposição (Postone, 2003d/1993: 89). Este apeto é fulcral para a (auto)reflexividade da teoria crítica, isto é, para a sua capacidade de se fundamentar por meio daquelas “categorias” socio-históricas que denuncia (Ibid.: 90).⁷³⁰

11.3 – Trabalho, mediação e constituição social

“Marx's writings still represent the most significant single fund of ideas that can be drawn upon in seeking to illuminate problems of agency and structure” (Giddens, 1990: 53).

“Marx and his dialectical approach (...) can be seen as encompassing the micro-macro and agency-structure theories” (Ritzer, 2007: 2964).

⁷²⁸ “O «todo» não é meramente a soma de elementos particulares, mas, ao invés, possui uma qualidade própria” (Jappe, 2014b: 401).

⁷²⁹ Kurz acrescenta: “mesmo se este nunca pode ser completamente reproduzido intelectualmente” (Kurz, 2017a: 17). Em outros termos, os conceitos são incapazes de replicar na sua plenitude a complexidade (qualitativa) do real. Está-se perante um dos postulados básicos da primeira geração de frankfurtianos, nomeadamente de Theodor W. Adorno (cf. 2009/1966; 2013).

⁷³⁰ A reflexividade da (teoria) crítica – um aspeto-chave da NCV – será devidamente abordada em 11.4

Na perspectiva da NCV, a conceptualização crítica do capitalismo tem de elucidar coerentemente “as mediações entre singular, particular e geral” (Vincent, 2005d : 51). Isso é conseguido quando a teoria captura “a constituição recíproca de determinadas formas de prática social e estrutura social” historicamente específicas (Postone, 2003d/1993: 305). Mediante a sua “prática” grupal estruturante, “os seres humanos *constituem*” formas sociais objetivadas (Ibid.: 218, *itálico nosso*). Logo, as “categorias” mercantis são “formas de prática” sedimentada (Postone, 2009c: 328).⁷³¹ Em paralelo, os sujeitos que agem são *constituídos* por essa estrutura de “relações sociais” alienadas (Postone, 1998a: 384).

Vistas sob este prisma, as categorias capitalistas exprimem “formas de vida” simultaneamente “objetivas” e “subjetivas” (Postone, 2003a: 79). Nas palavras de Postone, “a objetividade e subjetividade sociais” são “dimensões intrinsecamente relacionadas” e co-constituídas “por formas” estruturantes e “estruturadas de prática” (Postone, 2003d/1993: 218; cf. Postone, 2012b: 385). O terceiro princípio metateórico enuncia, então, que a antinomia agência/estrutura pode ser superada através da teorização do trabalho como forma de práxis socialmente mediadora, “constitutiva e constituída” (Postone, 2003d/1993: 220).

Por um lado, o trabalho abstrato constitui o valor como “forma temporal” peculiar (Postone, 2017b: 11) que medeia universalmente “as relações das pessoas umas com as outras e com a natureza” no modo de (re)produção burguês (Postone, 2003d/1993: 220). A ação coletiva dos indivíduos erige inconscientemente (Kurz, 2013a: 12) uma mediação quasi-automática (Postone, 2017b: 11) regida por “«leis» aparentemente «naturais»” (Kurz, 2013a: 12). É legítimo falar do predomínio de uma “socialização negativa e cega” (Ibid.), pois, sob a batuta do processo de valorização, as relações sociais de “fetiche (...) *objetivadas*” (Kurz, 2003b: 28, *itálico nosso*) autonomizam-se das “pessoas” envolvidas nas “práticas” laborais que as constituíram a montante (Postone, 2017b: 11).

Por outro lado, a “ação social” dos sujeitos (Postone, 1999: 37) “é ela própria transcendentalmente *constituída* e preformada” pela matriz apriorística (Kurz, 2013a: 11, *itálico nosso*; cf. Kurz, 2004a: 44). O trabalho encontra-se *subsumido* no contexto formal do “capital” (Postone, 1999: 37) que (re)cria inadvertidamente em permanência e, nessa medida, a prática quotidiana é tudo menos “contingente” (Kurz, 2013a: 11). Ela está ancorada “num universo social simbólico pré-constituído e em esquemas recorrentes de comportamentos (...) dependentes do sistema e da cultura da valorização” (Vincent, 2001b: 95).

Como se depreende deste excerto de Jean-Marie Vincent, que Robert Kurz secunda, “o valor não é (...) uma mera categoria económica”, mas o “princípio (...) geral” socialmente sintético da modernidade (Kurz & Lohoff, 2014: 40). Moishe Postone acrescenta que se trata de uma “intersecção constituída, historicamente específica de cultura e sociedade, sentido e vida material” (Postone, 1998b: 70). A sua influência extravasa, pois, a “esfera da produção (...) onde é gerado” (Postone, 2003d/1993: 390). Eis como Vincent resume o nó da questão:

“[O]s laços sociais (...) passam por mediações (...) como o mercado e as trocas de valores. As relações inter-individuais e intersubjetivas, apesar da sua aparente imediatez, são de facto profundamente mediadas pelos mecanismos da valorização nas suas manifestações e nas suas orientações mais significativas. A forma-valor que se impõe ao trabalho (...) e aos produtos do trabalho tende, com efeito, a estender o seu domínio a todas as formas sociais e formas de vida. As atividades mais diversas são como que polarizadas e fascinadas pelo jogo da valorização. Sempre que alguém se associa, comunica, se exprime, procura uma relação afetiva ou tenta ser reconhecido por uma norma social, esse alguém é em maior ou menor grau conduzido a introduzir nessas formas de atividade ou de relações elementos de avaliação ou de apreciação marcados

⁷³¹ “[A] práxis não se opõe simplesmente às estruturas, sendo também constitutiva das mesmas” (Postone, 2003a: 79).

pelo valor mercantil como referente geral dos intercâmbios sociais e inter-individuais.” (Vincent, 2001c: 129-130)

Portanto, a “vontade” do sujeito abstrato “não é (...) imediata”, incondicionada, “mas sim (...) mediada pelo contexto formal da máquina de fim em si” (Kurz, 2013a: 20), o mesmo se passando com as “relações intersubjetivas” (Vincent, 2001b: 95).⁷³² A opacidade da forma social de fetiche do capital “não permite que os indivíduos e os grupos (...) discirnam as implicações e os resultados daquilo que fazem e que são levados a fazer” (Ibid.: 96). Assim, a “reprodução material e social (...) confronta-os como poder estranho e aparentemente exterior, em formas” objetivadas “inconscientes surgidas através das consequências não tomadas em consideração do seu agir” (Kurz, 2013a: 12).

Em suma, à luz da NCV, o modo de (re)produção capitalista é um “sistema social quasi-objetivo” (Postone, 1998b: 63) – portanto, fetichista – no qual “formas de prática” especificamente modernas “constituem «estruturas» (mercadoria, capital) que, por sua vez, são constitutivas das práticas” (Postone, 1999: 37). Esta interpretação da realidade permite superar “as posições unilaterais que partem (...) das estruturas sem apreender a sua constituição social, assim como as posições que”, inversamente, “realçam o processo de constituição social de uma maneira que dissolve as estruturas de mediação em agregados de práticas presentes” (Postone, 2003d/1993: 398).

Conforme explica Postone, a antinomia agência/estrutura é desta maneira resolvida através de

“uma teoria (...) da constituição, por formas determinadas de prática social [o trabalho abstrato, NM], de uma forma de mediação social historicamente específica [o valor, NM] que está no cerne da sociedade capitalista e que é constitutiva de formas de objetividade e subjetividade social. (...) [A]s práticas sociais historicamente determinadas e as estruturas sociais historicamente específicas são *mutuamente constitutivas*. Ao analisar as estruturas e instituições historicamente dinâmicas da sociedade capitalista em termos de uma forma de mediação constituída pelo trabalho, a teoria (...) atribui uma realidade social quasi-independente a essas estruturas e, simultaneamente, considera-as socialmente constituídas (por formas de prática social que, por sua vez, são moldadas por essas estruturas).” (Ibid., *itálico nosso*)

Em “A Substância do Capital”, Robert Kurz sublinha igualmente a *co*-constituição fetichista de ação social e matriz transcendental em duas passagens que merecem ser citadas na sua inteireza. Eis a primeira:

“[T]odas as manifestações, categorias e processos sociais (...) remontam a ações (...) humanas (...). Tudo o que (...) acontece, incluindo a objetivação da «segunda natureza», é determinado por ações e decisões. (...) Mas (...) as ações (...) constituem uma conexão em cadeia, de modo que uma vez executadas já não podem ser revertidas. E nesta medida todas as ações encontram-se sempre ligadas aos resultados de ações anteriores e por estas condicionadas. Enquanto a sociedade humana não chegar a uma consciência própria como «associação de indivíduos livres», (...) as conexões em cadeia sempre voltam a adensar-se em *padrões de ação cegos*, na *matriz* de uma «segunda natureza» que se autonomiza face aos indivíduos e se apresenta como uma «coisa exterior». Em termos gerais, isto poderia ser designado por constituição de fetiche (...). Uma semelhante matriz é (...) um *modo de vida e de produção*; (...) poder-se-ia também falar de um

⁷³² “[A] vontade dos suportes da ação (...) está presa no contexto funcional pressuposto; ou seja, ela é *a priori* determinada quanto à forma” e “fetichisticamente constituída”, porquanto os indivíduos são constrangidos a “viver miseravelmente a sua vida sob o ditame da valorização e ver aí a única forma possível de reprodução pessoal” (Kurz, 2013a: 12-13).

campo histórico. (...) [U]ma vez constituído um tal campo, este limita a contingência, que fica reduzida às possibilidades no interior da sua matriz.” (Kurz, 2005a: 17-18, itálico no original, tradução modificada)

Na segunda passagem extraída do referido ensaio, um pouco mais adiante, lê-se que

“a constituição desta objetivação das categorias (...) é de facto determinada pelas ações humanas e levada a cabo pelas ações humanas; (...) não pelas ações e sua intencionalidade *imediatamente*, mas pelo facto de estas mesmas ações, num processo incontrolado, terem feito primeiro uma matriz, um padrão de ação, que se objetivou nas categorias sociais e deu lugar a uma dinâmica de contradição autonomizada; e na medida em que o posterior agir se realiza *nestas categorias e de acordo com esta matriz*, os seres humanos, sem disso estarem conscientes e sem sobre isso terem controlo, põem eles próprios em movimento o motor categorial da autocontradição (...) até serem atingidos pelos respetivos resultados. O «sujeito automático» não é outra coisa senão o automovimento das categorias reais capitalistas, que foram criadas pelos seres humanos inconscientemente e que se movimentam de modo autonomizado precisamente porque os indivíduos realizam a sua vida nessas categorias (...) e buscam a todo o custo a sua felicidade correspondendo às exigências produzidas por esta matriz.” (Ibid.: 21, itálico no original, tradução modificada)

Pode-se concluir que o capitalismo não é um todo monolítico, mas um sistema constituído e constitutivo, simultaneamente objetivo e subjetivo. Formas subjetivas de prática (alienada) estruturante – o trabalho abstrato coletivo – constituem formas sociais objetivadas (valor, mercadoria, capital), que, por seu turno, constituem aprioristicamente o sujeito que age. A universalidade abstrata da constituição-fetiche abarca ao mesmo tempo as formas da (re)produção macrosocial, da subjetividade e do pensamento. Neste âmbito, o trabalho funciona como uma espécie de correia de transmissão: através da sua mediação socialmente sintética, os indivíduos *fazem* a sociedade, *fazem-se* na sociedade e *são feitos* pela sociedade.

11.4 – Contradição e não-identidade: a reflexividade da teoria crítica

“To adapt a famous saying of Marx’s, human beings make theories not in circumstances of their own choosing – and this is reflected in the very construction of these theories.” (Callinicos, 2013: 7)

Immanuel Kant tem razão quando defende que “não há acesso imediato” à realidade, “pois este é sempre mediado pelas categorias” do entendimento, ou seja, “apenas conseguimos tornar inteligíveis as várias formas de *inputs* sensoriais porque dispomos destas gavetas (*boxes*) onde arrumá-las” (Postone, 2015a: 17). O filósofo germânico equivoca-se, contudo, ao considerar que essa estrutura da aperceção subjetiva é supra-histórica, ontologicamente “pré-existente” (Postone, 2003d/1993: 223). Para manter a metáfora, não vislumbra que “as gavetas são sociais” em termos da sua origem (Postone, 2015a: 17).

Os primeiros teóricos a apontar esta insuficiência foram Émile Durkheim (cf. 2002) e, no campo marxista, Alfred Sohn-Rethel (cf. 1978/1970; 1995/1937; 2010; Machado, 2013). No entanto, a noção de que o pensamento humano é socialmente constituído e que, por isso, “as categorias de apreensão do mundo e as normas da ação” quotidiana estão estreitamente “associadas” (Postone, 2003d/1993: 219), já se encontrava em Marx (cf. 1.5.3) e foi, como se constatou, desenvolvida pela NCV (cf. 5.3.4; 6.3.1.4; 7.5.5). Esta tese implica que “as formas de consciência e o próprio modo da sua constituição variam historicamente” (Ibid.: 259, itálico no original).

Na modernidade, onde a síntese social é mediada pelo “trabalho” abstrato (Ibid.), os modos de entendimento estão “intrinsecamente” ligados às “formas sociais” mercantis (Postone, 2003a: 80). Congregando subjetividade e objetividade social, a matriz apriorística do capital “é simultaneamente forma de existência (...) e de pensamento” (Kurz, 2017a: 9; cf. Kurz, 1997b: 27), pelo que as categorias burguesas “expressam (...) relações sociais particulares” e moldes intelectivos (Postone, 1986: 308).

Robert Kurz observa que a “consciência” do sujeito “amarrada à forma do valor” é constituída como figura “objetivada anterior a toda a reflexão própria” sob a égide do princípio da identidade homogeneizador, “cegamente” pressuposto e irrefletido “enquanto tal” (Kurz, 2003b: 7). As “ações” conscientes do dia-a-dia são, portanto, processadas (Ibid.) por este “pré-conhecimento” ou “estrutura pré-consciente da consciência (...) formada socialmente” (Postone, 2003d/1993: 218, *itálico nosso*).

À luz desta perspectiva percebe-se que “a produção de conhecimento não é uma simples atividade derivada das capacidades intelectuais dos indivíduos” (Vincent, 2008: 491), nem “um processo de pura descoberta da verdade (...) desenvolvido em perfeito sossego” (Kurz, 2014a: 2). Com efeito, “todo o saber” é “histórico-socialmente” constituído (Ibid.: 1). A constituição é especialmente vinculada no caso das teorias sociais: elas estão indissociavelmente ligadas ao contexto “que pretendem conhecer” (Vincent, 2001b: 91). Os seus “argumentos”, postulados e conceitos “são atravessados por pressupostos, condicionamentos e motivações mais ou menos conscientes” (Kurz, 2014a: 2). Kurz salienta que “mesmo a teoria (...) aparentemente mais abstrata” é “sempre (...) expressão de um tempo, de uma determinada situação histórica, que penetra todos os conteúdos” (Ibid.: 13).⁷³³

É neste ponto que se levanta o problema da “*reflexividade*” do pensamento *antissistema* (Vincent, 1990e: 45, *itálico nosso*). Nas palavras de Moishe Postone, “uma teoria crítica da sociedade” capitalista “que assume que os seres humanos – e, portanto, os seus modos de consciência – são socialmente formados deve ser capaz de se explicar a si própria” (Postone & Brick, 1982: 643) recorrendo às “mesmas categorias que utiliza para tentar apreender” esse modo de (re)produção (Postone, 1998a: 380; cf. Postone, 2003d/1993: 87).

O crítico radical não pode, à maneira do estruturalismo althusseriano ou do pós-estruturalismo foucaultiano, eximir-se misteriosamente à constituição social daquilo que “interroga e coloca em questão” (Vincent, 2009/1998: 197).⁷³⁴ Logo, o quarto princípio metateórico refere-se à necessidade da teoria ser “autorreflexiva” para ser logicamente coerente (Postone, 1998a: 380) e válida (Kurz, 2014a: 14). Deve fundamentar o seu “ponto de vista” opositor (Kurz, 2006a: 2) “como possibilidade *imane*nte ao seu próprio contexto” (Postone, 2017a: 142, *itálico nosso*; cf. Kurz, 2010a: 5; Vincent, 2001b: 92).

Por outras palavras, a crítica “tem de mostrar que a sociedade de que faz parte não é um todo (...) unidimensional” (Postone, 2004b: 170), mas um sistema dialético e, por conseguinte, *contraditório* (Postone, 2017a: 142). O facto de o capitalismo ser um modo de vida permeado por múltiplas contradições categoriais permite alicerçar uma teoria “crítica autorreflexiva”, quer dizer, firmemente ancorada no seu ambiente social e, ao mesmo tempo, capaz de se distanciar dele explorando as suas incongruências imanentes (Postone, 1998b: 54; cf. Postone & Reinicke, 1975: 130).

Assim, “um dos aspetos mais poderosos” da teoria advogada pela NCV “é que se situa como um aspeto historicamente específico daquilo que examina” (Postone & Brick,

⁷³³ Vincent assinala que “isto (...) é mascarado pelos vários tipos de formalização científica quando reduzem o problema da produção do conhecimento a construções lógicas, descontextualizando os processos do pensamento” (Vincent, 2008: 492).

⁷³⁴ A absolutização das “estruturas” ou do “poder” coloca sub-repticiamente a oposição – a começar por aquela do teórico (pós-)estruturalista – fora ou acima da sociedade (cf. Postone, 2015a: 19).

1982: 643). Não adotando “um ponto de vista exterior ao seu objeto” (Ibid.) nem cedendo a quaisquer reivindicações de “verdade supra-histórica” (Kurz, 2013a: 25), a sua teoria é, como se verá, “epistemologicamente consistente” (Postone & Brick, 1982: 643). Esta posição contrasta com a maioria do pensamento sociológico e filosófico, cuja autoimagem implícita é a de uma “exceção” asséptica inexplicável que paira no Olimpo ideacional “acima da interação das formas sociais e das formas de consciência que analisa” (Ibid.).

De acordo com a NCV, a contraditoriedade das categorias socioeconómicas burguesas é, então, “a pré-condição (...) da existência da própria crítica” (Postone, 2003d/1993: 88). Ora, o capitalismo de crise do início do século XXI acentua essas contradições, nomeadamente aquela “entre relações” sociais “de produção e forças produtivas” (Vincent, 1973a: 256). Tanto o “limite interno absoluto” da acumulação de capital (Kurz, 2012b: 5) como a correspondente “obsolescência do trabalho abstrato” (Kurz, 2013a: 26) manifestam-se sob a forma de recessões cada vez mais graves e duradouras e de níveis de desemprego elevados. É impossível que estes (e outros) fenómenos escapem ao “campo de visão” (Kurz, 2012b: 5) dos indivíduos e que a teoria crítica não procure explicá-los devidamente. Pode-se dizer que “crítica categorial e crise categorial condicionam-se reciprocamente” (Kurz, 2004a: 79).⁷³⁵

Portanto, o facto de as categorias serem simultaneamente formas de subjetividade e objetividade social significa que os indivíduos – incluindo, obviamente, os teóricos críticos – se encontram imersos na contraditoriedade do capital e, apesar da opacidade da sua prática, podem tomar consciência das múltiplas contradições que povoam a sua vida quotidiana: entre o desenvolvimento estratosférico das forças produtivas materiais e a (des)necessidade do dispêndio tautológico de energia humana *sans phrase* socialmente sintético, entre as exigências do “crescimento económico” e a destruição da biosfera, etc.

Ademais, estas contradições sociais geram intrinsecamente a “não-identidade” (Postone, 2004b: 170-171; cf. Postone, 2003d/1993: 88) de indivíduos sofrendores, i.e., a “insatisfação” – inicialmente difusa – “com a vida tal como é atualmente vivida” (Postone *et al.*, 2014: 2). De facto, “integrados em relações sociais movidas pelas (...) abstrações reais do capital”, eles passam diariamente por “experiências dolorosas e desestabilizadoras” que os colocam “em desacordo e em combate consigo próprios” (Vincent, 2003d: 53). Conforme salienta Jean-Marie Vincent,

“Para participar efetivamente na dinâmica social, é preciso aceitar as dificuldades de ser provocadas pela adaptação às relações sociais [capitalistas, NM], quer dizer, ingressar numa socialidade (...) que acarreta forçosamente insatisfações, frustrações e sofrimentos. As relações sociais produzem em permanência desvios entre os grupos e os indivíduos; elas codificam as linguagens e os idiomas das relações-comunicações, mas não conseguem fazer com que se fale completamente da maneira exigida. Elas constituem-se em ditadura sobre a temporalidade, ocupam todos os terrenos, (...) mas ao mesmo tempo esta presença é contrariada pelas ausências que cria, pelos vazios e lacunas que suscita. Há uma espécie de duplicidade, um avesso e um direito do social, do individual e da intersubjetividade nas suas modalidades mais diversas, nas suas imbricações mais estreitas, nas suas dimensões múltiplas. O social, o intersubjetivo e o individual são ao mesmo tempo unidade e presença, mas também cisão, disparidade e dessincronização. Neste sentido, as relações sociais não podem ser descritas como uma totalidade orgânica e expressiva onde reina a harmonia entre o todo e as partes, mas antes como um todo

⁷³⁵ “A nova posição teórica da «EXIT!» seria incompleta se não pudesse explicar-se a si mesma. O que significa a exigência de determinar a própria posição histórica. Não somos mais inteligentes que os nossos antecessores na crítica do capitalismo, mas encontramos-nos numa outra situação histórica, mais avançada” (Grupo EXIT!, 2007: 9).

complexo e estruturado (...) no qual os desequilíbrios e as assimetrias de desenvolvimento são permanentes.” (Vincent, 2001c: 130-131)

A corporalidade sensível, inteligível e emocional dos seres humanos jamais coincide completamente com o uniforme subjetivo abstrato que enverga. O indivíduo concreto *sofre* necessariamente na pele a violência heterónoma da matriz transcendental – conforme atestam os números elevados de depressões, esgotamentos, insónias, etc., bem como o consumo desenfreado de álcool, tabaco, cafeína e outras substâncias psicotrópicas – e esse mal-estar pode constituir a alavanca tangível da *não*-identidade, do questionamento dos seus papéis rotineiros e da eventual procura da emancipação coletiva face aos constrangimentos que lhe são impostos.

Em suma, as contradições sociais *reais* capitalistas, a *não*-identidade imanente e o sofrimento individual permitem fundamentar *reflexivamente* uma teoria crítica da modernidade mercantil. Este aspeto é indispensável para a sua coerência lógica, porque, como se disse atrás, “a teoria não pode defender que as pessoas são social/histórica/culturalmente formadas e depois, implicitamente, encarar-se como uma exceção às suas próprias pressuposições” (Postone, 2009c: 325). Além disso, “este momento historicamente reflexivo” representa um importante traço distintivo da “investigação crítica” quando comparada com a “maior parte dos paradigmas nas ciências humanas, quer sejam estruturais ou anti-fundacionais” (Postone, 2012d: 228).

O pensamento crítico nos moldes preconizados pela NCV está ciente “da especificidade histórica das suas categorias e da sua própria forma teórica” (Postone, 2003d/1993: 398). Ele é inevitavelmente *negação determinada*:

“A crítica (...) está presa negativamente ao seu lugar histórico, pois faz da formação social pertencente a esse lugar e da relação de dominação correspondente o objeto da sua negação (...). O que significa (...) que a crítica apenas pode ser uma crítica determinada, (...) radicalidade contra a constituição da forma social dominante”. (Kurz, 2004a: 2-3)

Demonstrando a irracionalidade substantiva do modo de (re)produção capitalista e reconduzindo o sofrimento individual às “relações de trabalho” moldadas pelo processo de “valorização” e à “monetarização” da vida quotidiana (Vincent, 2001b: 99), a teoria crítica pode abalar os alicerces das “formas sociais” hodiernas (Vincent, 2002c: 24) e, assim, contribuir para a “emancipação humana” (Postone *et al.*, 2014: 2; cf. Postone, 1998a: 380). O agravamento das contradições categoriais oferece um terreno fértil para o aprofundamento do diálogo mutuamente fecundador entre teoria e práxis revolucionária (Vincent, 2002c: 25; cf. Vincent, 2005a: 31).⁷³⁶

Com o intuito de facilitar a prática transformadora coletiva, a crítica radical é imanente numa segunda aceção. Ela não contrapõe ao capitalismo um esquema utópico *abstrato*. Julga-o a partir das possibilidades emancipatórias – por exemplo, a abolição do trabalho permitida pelo desenvolvimento das forças produtivas – inerentemente geradas e *frustradas* por essa forma de vida dialética. Portanto, o “ponto de vista da crítica” (Postone, 2003d/1993: 88) não se fundamenta num “«deveria ser» (*ought*) transcendente”, quer dizer, “exterior ao seu objeto”, mas, ao invés, situa “esse «deveria ser» (...) como possibilidade imanente à sociedade atual” (Ibid.: 87-88; cf. Vincent, 2001b: 99). Por outras palavras, revela o “potencial” contido no “efetivo” (Postone, 2003d/1993: 89).

⁷³⁶ “A crítica pretende colocar um fim tanto aos bloqueios teóricos quanto aos bloqueios práticos, a fim de tornar possíveis intervenções dos seres humanos sobre a sua própria socialidade e sobre a reprodução social” (Vincent, 2001c: 132).

11.5 – Pontos de contacto entre a NCV e outras teorias sociais⁷³⁷

A tentativa de promover sinergias entre a NCV e outras teorias sociais é duplamente justificada. Em primeiro lugar, a revolução paradigmática almejada pela NCV não está acabada (Kurz, 2005b: 3), nem é, aliás, “suscetível de ser fechada” (Kurz, 2012b: 5). Sob pena de se esclerosar dogmaticamente, tem de estar aberta a contributos exteriores relevantes. Em segundo lugar, a “crítica” categorial marxista, embora fundamental e indispensável, “é apenas uma etapa no sentido da crítica das práticas e das formas sociais” burguesas (Vincent, 2001c: 231).

Assim, as “mediações” entre o nível sobrejacente da matriz transcendental e a pluralidade de “planos e domínios” concretos empíricos devem ser aprofundadas (Scholz, 2009: 21). Para esse efeito é frequentemente necessário “recorrer a «teorias de fora»” (Ibid.), como sejam a “psicologia social”, a “psicanálise” (Scholz, 2017: 492) ou a “sociologia não-crítica” (Vincent, 2001b: 93). A NCV “está consciente da sua própria limitação” e, por conseguinte, “sabe reconhecer a «verdade»” de outras teorias e de outros campos disciplinares (Scholz, 2017: 491-492), “levando a sério os materiais que produzem” (Vincent, 2001b: 100).

Sem nunca esquecer a advertência de Jean-Marie Vincent acerca de “sínteses ecléticas” despropositadas e do “relacionamento de temáticas” incompatíveis (Vincent, 2001c: 132), nesta secção apresentarei sucintamente os aspetos-chave do pensamento de Max Weber (11.5.1), Karl Polanyi (11.5.2) e Pierre Bourdieu (11.5.3).⁷³⁸ No decurso da exposição ressaltarão – pelo menos, assim espero – alguns pontos de contacto entre as suas teorias e aquelas de Marx e da NCV.

11.5.1 – Max Weber: a (ir)racionalidade formal da modernidade capitalista

Na opinião de Moishe Postone, a “teoria social clássica” é “suficientemente rica e complexa para que a sua releitura e reformulação consiga ajudar a iluminar os traços gerais do (...) universo social” contemporâneo (Postone, 1998b: 45). Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber descortinaram com clareza diversos “aspetos negativos do desenvolvimento da sociedade moderna” (Postone, 2003d/1993: 41). Postone destaca:

“[A] análise de Simmel do fosso crescente entre a riqueza da «cultura objetiva» e a reativa estreiteza da cultura individual, subjetiva; a investigação de Durkheim acerca do aumento da anomia com a suplantação da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a análise de Weber da racionalização de todas as esferas da vida social”. (Postone, 1978: 755)

O afastamento consciente deste triunvirato em relação às teses de Marx deve ser entendido no contexto da Segunda Internacional dominada pelo marxismo engelsiano. Postone defende que os autores clássicos da sociologia académica rejeitaram a teoria marxista *tradicional* sobretudo porque consideravam a sua noção (truncada) de capitalismo, centrada na “propriedade privada” dos meios de produção, nas “relações (...) de classe” e no “mercado”, incapaz de capturar os “traços essenciais” da modernidade (Postone, 2003d/1993: 41).⁷³⁹ Além disso, a sua conceção estatista de socialismo acentuaria, em vez de superar, as maleitas socioculturais identificadas nas obras destes pensadores (Postone, 1978: 755-56).

⁷³⁷ A Escola de Frankfurt não será mencionada nesta secção porque a sua afinidade com a NCV já foi elucidada na Introdução da 2.ª Parte.

⁷³⁸ O item sobre Polanyi será brevíssimo porque já introduzi as suas categorias nucleares em 10.1.

⁷³⁹ Relembre-se que, nessa época, ainda eram desconhecidas obras marxianas fundamentais como os *Manuscritos Económico-Filosóficos*, *A Ideologia Alemã*, os *Grundrisse*, o *Manuscrito Económico de 1861-63* e os *Resultados*. Este facto ajuda a explicar (parcialmente) a relativa invisibilidade do Marx “esotérico”, tanto para os marxistas tradicionais como para os clássicos da sociologia.

Portanto, apesar de ignorarem a teoria do valor e do fetichismo do Marx *esotérico*, Durkheim, Simmel e Weber partilham a oposição ao marxismo do movimento operário, bem como “análises pessimistas” do modo de vida capitalista (Ibid.: 755) que, de muitas maneiras, são consonantes com os preceitos da NCV. Um novo paradigma (meta)teórico “abrangente” beneficiaria, pois, da incorporação dessas “críticas” sociológicas dos malefícios do processo de modernização (Postone, 2003d/1993: 41). Por razões de espaço, neste item limitar-me-ei a abordar Max Weber.

Moishe Postone considera que “Weber é um dos teóricos sociais mais importantes” do último século e meio (Postone, 2015a: 20). Jean-Marie Vincent acrescenta que os seus “méritos” não se restringem ao “domínio” sociológico, onde foi canonizado, pois a sua “obra” eminentemente multidisciplinar abarca áreas “bastantes diversas: filosofia, história, economia política, direito, etc.” (Vincent, 1959: 1046). A preocupação transversal do pensamento weberiano é a tentativa de evidenciar as peculiaridades históricas e as “caraterísticas essenciais” (Vincent, 1973a: 145) do “capitalismo” tal como se desenvolveu na “sociedade burguesa ocidental” (Ibid.: 147).

No entendimento do autor, a *racionalização* é a “caraterística dominante” da modernidade (Ferreira *et al.*, 1995: 134). Weber dedu-la a partir do conceito de ação racional por referência aos fins, em que “o indivíduo calcula (...) os meios adequados a um fim”, assim como “os resultados prováveis de um determinado ato” (Giddens, 2005: 213). A preocupação exclusiva do agente prende-se com a “eficácia” da sua ação (Ferreira *et al.*, 1995: 166), ou seja, é preciso encontrar os meios adequados para cada fim particular. Está-se perante um tipo vazio de razão *instrumental*, porquanto não existe nenhum valor ético geral capaz de orientar a escolha dos meios e/ou dos fins sucedâneos (Vandenberghe, 2008: 101).

No arcabouço teórico weberiano a racionalização denomina, então, o processo social de “ampliação” progressiva do âmbito da ação racional por referência aos fins (Aron, 2000: 449) até abarcar “as esferas da vida humana” no seu conjunto (Vincent, 1973a: 168). A noção apreende a tendência histórica para que todas as coisas sejam calculáveis e quantificáveis (Kim, 2012: 9). Tanto a economia mercantil como a burocracia organizacional e política são inerentemente avaliadoras, homogeneizadoras, abstratas (Aron, 2000: 449).

É evidente que a racionalização weberiana não diz respeito apenas à orientação da ação individual, mas sobretudo a um processo macrosocial (Ritzer, 2010: 136). O autor designa por racionalidade *formal* a sedimentação ou objetivação da ação racional por referência aos fins em certas estruturas sociais. Uma vez constituída, esta razão abstrata (pre)disposta ordena aprioristicamente a ação num padrão sistemático que visa maximizar a “calculabilidade” dos “meios”, a “previsibilidade” dos fins (Vandenberghe, 2008: 103) e, desse modo, a “eficácia” e o “rendimento” em todas as esferas sociais (Freund, 2003: 19). A racionalidade formal “está inscrita na estrutura social” hodierna “e confronta os indivíduos como algo que lhes é exterior” (Brubaker apud Ritzer, 2010: 137), impondo-lhes comportamentos instrumentais.

O zénite deste tipo de (des)razão é a lógica da “economia capitalista” (Vincent, 1973a: 166). Weber consegue perceber que o fundamento derradeiro da mesma “não é a propriedade privada, nem o mercado, nem a livre empresa” (Postone, 2015a: 20). A (re)produção do capital depende, por um lado, da “organização racional do trabalho” (Vincent, 1973a: 166), quer dizer, da “quantificação” estrita “das atividades” individuais (Ibid.: 168), e, por outro, da “prossecução sempre renovada do lucro” (Postone, 2015a: 20) enquanto “movimento geral e irresistível” (Vincent, 1973a: 168).

Em suma, Max Weber defende que a racionalidade formal é uma especificidade da modernidade burguesa que se revela nociva para os seres humanos, porquanto é

“substantivamente irrazoável”, ou seja, eticamente *indiferente* (Vandenberghe, 2008: 103). Sob a sua égide, “normas impessoais” tomam o lugar das “normas (...) morais” na regulação da “vida social” (Ibid.: 104). Em nome da eficiência técnica e económica (Giddens, 2005: 251), o seu proceder instrumental “assume sem mais as finalidades sociais imediatamente postas” – mormente, a acumulação de capital – e cinge-se a aperfeiçoar “incessantemente os meios” para atingir esse fim em si inquestionável (Vincent, 1973a: 168).

Trata-se de uma racionalidade “fria e implacável” (Vandenberghe, 2008: 103) que reduz a “liberdade de ação” pessoal (Giddens, 2005: 251) à medida que o “mundo social” devém crescentemente “um mundo de servidão e de submissão às forças criadas pelos homens, mas que escapam ao seu controlo” (Vincent, 1973a: 168; cf. Ibid.: 201). Esta grelha percetiva uniformizada e uniformizadora encontra a sua corporização institucional *par excellence* na organização burocrática (Ritzer, 2010: 136). É constituída uma autêntica “jaula de ferro” onde o indivíduo se vê transformado num mero “funcionário”, num ser mutilado que se limita a desempenhar “estritamente o seu cargo” de acordo com os “imperativos de uma razão anónima” (Ferreira *et al.*, 1995: 135).

A teoria weberiana padece, no entanto, de alguns problemas. Em primeiro lugar, considera o argumentário marginalista/neoclássico essencialmente válido para explicar o modo de “funcionamento da economia capitalista” (Vincent, 1973a: 167; cf. Latouche, 2005: 104). Em segundo lugar, a sociologia compreensiva, pelo menos tal como é exposta nos seus escritos de índole epistemológica, sucumbe ao “individualismo metodológico” (Ibid.; cf. Colletti, 1974b/1958: 37-44). Conforme salienta Vincent, “hostil à tradição hegeliana, Weber recusa” por princípio à “teoria” a possibilidade de “discernir os fenómenos sociais na sua totalidade” (Vincent, 1973a: 187). Existiriam apenas “totalidades parciais e puramente conceptuais” (Ibid.: 188).

Porém, como se viu, Weber realça vários traços nucleares da totalidade negativa *real* capitalista. A chave para decifrar este enigma é que, nos seus estudos histórico-empíricos, “Max Weber não faz aquilo que diz fazer” (Latouche, 2005: 104), ou seja, não respeita os seus próprios preceitos epistémicos. De acordo com Serge Latouche, “o indivíduo acerca do qual ele teoriza” é o ser humano “socializado (...) e que faz a história tal como é feito pela história”, de maneira que as suas “análises fascinantes” denotam “muito mais um holismo implícito do que um individualismo metodológico explícito” (Ibid.: 104-105). Isso permite-lhe tirar “conclusões que em certos aspetos se aproximam (...) de Marx” (Giddens, 2005: 324).⁷⁴⁰

Ao contrário de Marx, contudo, Weber não estabelece uma distinção entre forma social e conteúdo material da (re)produção, nem reconduz a dominação impessoal hodierna à constituição do valor, como categoria socialmente sintética e mediadora basilar, pelo trabalho abstrato (Vincent, 1973a: 169; Vincent, 1991a: xxix).⁷⁴¹ Ademais, “enquanto, para Marx, a dinâmica do sistema capitalista contém as possibilidades da sua própria superação” (Vincent, 1973a: 167), Weber, por seu turno, “não obstante as suas observações críticas violentas, arrogou-se em defensor” fatalista “do sistema económico e social atual” (Ibid.: 111) porque não vislumbrava nenhuma hipótese de “superação” prática desse modo de vida (Ibid.: 167).

Be that as it may, concordo inteiramente com Jean-Marie Vincent quanto à pertinência da “sociologia weberiana” para estudar os “problemas mais difíceis do mundo moderno” (Ibid.: 111) e no que se refere à necessidade de promover um “diálogo” entre a mesma e a tradição marxista heterodoxa (Vincent, 2009/1998: 222). Com efeito, “Marx questionado por Weber é outro Marx; Weber confrontado pelo pensamento marxiano chega

⁷⁴⁰ “As pesquisas empíricas de Weber (históricas, em particular) são (...) perfeitamente compatíveis, após alguns retoques, com a interpretação marxista da evolução social” (Vincent, 1973a: 167).

⁷⁴¹ Apesar de intuir o papel primordial da constituição da mercadoria força de trabalho, i.e., do sujeito laboral e jurídico formalmente livre.

mais longe do que seria capaz sozinho” (Ibid.). Em síntese, “Weber deve ser uma parte integrante de qualquer reflexão sobre a emancipação da socialidade” mercantil (Vincent, 1991a: xxix).

11.5.2 – Karl Polanyi: a autonomização das relações sociais capitalistas

A teoria polanyiana já foi exposta em 10.1, pelo que irei apenas relembrar duas ideias principais. Em primeiro lugar, a perspectiva institucionalista do autor húngaro assenta na demarcação conceptual do económico em sentido material e social. A economia substantiva diz respeito ao intercâmbio *tecnológico-material* entre os seres humanos e Natureza, ao passo que as denominadas formas de integração denotam os padrões *socioinstitucionais* que revestem esse processo.

A troca mercantil é uma forma de integração especificamente moderna, ou seja, só o capitalismo conhece um sistema de mercados formadores de preços. Entregue ao jogo da oferta e da procura, o mercado autorregulado constitui uma esfera económica desvinculada ou *desincrustada* do resto da sociedade. Por outras palavras, está-se perante a autonomização alienada das relações socioeconómicas face ao controlo consciente dos seres humanos.

Esta conceptualização apresenta afinidades óbvias com as críticas categoriais do Marx esotérico e da NCV. Conforme tive oportunidade de demonstrar, ambas colocam o acento tónico nas formas sociais de fetiche hodiernas. O grande problema de Polanyi consiste em cingir a sua análise do modo de (re)produção burguês à esfera da circulação. O autor ignora que o mercado, enquanto locus da *realização* da mais-valia, é tão-somente a manifestação fenoménica das relações de *produção essenciais* situadas a montante. Tal como Weber, ontologiza o trabalho e é incapaz de percepcionar a função socialmente sintética da sua dimensão abstrata.

Em segundo lugar, a obra polanyiana abarca uma poderosa teorização antropológica das civilizações pré-capitalistas. Nestas sociedades, a reciprocidade e/ou a redistribuição eram as formas de integração predominantes. As relações quotidianas não tinham como móbil o ganho monetário e as trocas marginais de bens ocorriam entre diferentes comunidades. Polanyi desnaturaliza, ainda que *imperfeitamente*, a forma-mercadoria. Evidencia que o elemento-chave para a sua universalização foi a mercadorização da força de trabalho, do dinheiro e da terra. O autor designa este trio categorial por mercadorias *fictícias*, mas não contesta o carácter mercantil dos restantes bens e serviços. Este conceito representa, portanto, o aspeto mais frágil da argumentação polanyiana, pois, como se demonstrou em inúmeras ocasiões na presente pesquisa, “*nada* é «naturalmente» uma mercadoria” (Postone, 2009f: 97, *itálico* nosso) ou, se se quiser manter a sua nomenclatura, *todas* as mercadorias são *fictícias*.

É legítimo concluir que as teorias de Karl Polanyi e da NCV são parcialmente compatíveis e, por isso, passíveis de se enriquecerem mutuamente. O cerne das suas abordagens reside na crítica do fetichismo social mercantil. De facto, salienta Robert Albritton, “a «desincrustação do económico» (...) é simplesmente uma expressão mais imagética” e “metafórica” daquela “reificação” das relações sociais burguesas descrita por Marx (Albritton, 1999: 15-16).

Além disso, ao assinalarem magistralmente a rutura ontológica entre as sociedades pré-modernas e capitalistas, os estudos polanyianos de cariz histórico-antropológico abriram pioneiramente a porta à desnaturalização da economia *tout court* (Kurz, 2014b: 113). Não surpreende, portanto, que o diálogo crítico com esses escritos tenha ocupado uma posição de destaque no seio da NCV (cf. Homs, 2012; Jappe, 2006: 223-236; Kurz, 2014b: 82-84, 93ss, 108-113). Apenas se pode desejar (e recomendar) que esse debate proveitoso não seja desmerecido em pesquisas futuras.

11.5.3 – Pierre Bourdieu: o *habitus* e a constituição recíproca de prática e estrutura

A obra de Pierre Bourdieu procura ultrapassar a antinomia entre “objetivismo” e “subjetivismo” que caracteriza a teoria social moderna (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 3; cf. King, 2005: 221).⁷⁴² O autor considera estas posições extremas simetricamente *unilaterais* e, nessa medida, incapazes de analisar “de modo adequado” a sociedade contemporânea (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 3).

Por um lado, a teoria da ação da “fenomenologia” e do “individualismo metodológico” captura apenas o caráter constitutivo da “prática” (Ibid.: 4), entendendo “as estruturas” sociais “meramente como as consequências não antecipadas dos atores individuais” incondicionados (Callinicos, 2013: 295). Por sua vez, as perspectivas epistemológicas holistas, nomeadamente “o estruturalismo (...) e o estrutural-funcionalismo”, apreendem exclusivamente o caráter constituído da “prática” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 4), reduzindo “os agentes aos efeitos das estruturas” (Callinicos, 2013: 295).

Bourdieu advoga, então, uma posição intermédia, isto é, suscetível de relacionar intrinsecamente agência e estrutura (King, 2005: 221). Na ótica do pensador francês, “a vida social (...) deve ser entendida em termos que façam justiça tanto às estruturas objetivas materiais, sociais e culturais quanto às práticas e experiências constitutivas dos indivíduos e dos grupos” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 3). A chave para esta revolução teórica é conceito de *habitus*:

“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins (...), objetivamente «reguladas» e «regulares» (...), coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” (Bourdieu, 2009/1980: 87, *itálico no original*)

Na teoria bourdieusiana, as estruturas são “estruturantes” e “estruturadas” porque “elas moldam e são moldadas pela prática social” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 4). Portanto, a noção de *habitus* traduz, nas palavras do autor, uma “*dialética (...) da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade*” mediada pela prática quotidiana dos indivíduos (Bourdieu, 2002/1972: 163, *itálico no original*).

Trata-se de conceber a vida coletiva como “a interação *mutuamente constitutiva* de estruturas (...) e ações através da qual as estruturas sociais e o conhecimento encarnado (*embodied*) (logo, situado) dessas estruturas produzem orientações de ação duradouras que, por sua vez, são constitutivas de estruturas sociais” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 4, *itálico nosso*). Por conseguinte, o *habitus* configura “um sistema de disposições” simultaneamente objetivas e subjetivas, ou seja, representa “a interseção dinâmica de estrutura e ação, sociedade e indivíduo” (Ibid.: 3; cf. King, 2005: 222).

Este conceito permite também que Bourdieu intua as relações sociais de fetiche. O *habitus* alberga “um sistema de esquemas generativos (...) que (...) funcionam num plano *inconsciente*” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 3, *itálico nosso*) e que, através da interiorização da exterioridade descrita acima, impõem “certas disposições ao indivíduo” (King, 2005: 223). Logo, Bourdieu dá conta da existência de “estruturas objetivas (...) capazes de guiar e constranger as suas práticas ou as suas representações” (Callinicos, 2013: 291), bem como da reprodução dessas estruturas através da práxis humana reiterada (King, 2005: 223) na prossecução de “fins” sociais *prescritos* e *pressupostos* (Callinicos, 2013: 297).

⁷⁴² Exposta criticamente em 9.4.

Moishe Postone reconhece explicitamente a afinidade entre a sua reinterpretação da crítica da economia política marxiana e a “teoria sofisticada” de Pierre Bourdieu (Postone, 2003d/1993: 42). Em ambos os casos, afiança o autor canadiano, é realçada a “relação mutuamente constitutiva entre estrutura social e formas quotidianas de prática” (Ibid.), que estão, por isso, *internamente* ligadas. Portanto, “as ações” coletivas “dos agentes sociais (...) constituem” e são constituídas por um sistema dinâmico, “embora” esses sujeitos “possam não estar cientes da sua existência” (Postone, 1998b: 63n20). O grande problema de Bourdieu consiste em tratar a prática, a mediação e a co-constituição sociais *em geral* ou, pelo menos, sem associá-las diretamente às respetivas categorias capitalistas historicamente específicas (trabalho abstrato, valor, capital, etc.) conforme faz a NCV.⁷⁴³

11.6 – Pistas para investigações futuras

Espero ter conseguido demonstrar nesta tese que a crítica da economia política de Marx e os seus desenvolvimentos nas penas de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz providenciam uma teoria crítica abrangente da modernidade capitalista como modo de vida social fetichista. Esse vasto corpus conceptual pode, portanto, servir de ponto de partida para um programa de investigação multidisciplinar futuro, cujos traços gerais passarei a apresentar.

Em primeiro lugar, as relações de género receberam uma atenção marginal ao longo desta pesquisa (cf. 5.4 e 7.5.6) que contrasta com a sua centralidade no modo de (re)produção capitalista e com a correspondente importância que lhes é atribuída pelo Grupo EXIT!. Assim, seria interessante explorar o pensamento de Roswitha Scholz (cf. 2011), a proponente original da teoria do valor-dissociação, e proceder a uma análise comparada com outras figuras do feminismo crítico.⁷⁴⁴

Destaco Frigga Haug (cf. 2015a; 2015b) e a denominada Social Reproduction Theory ligada a Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner, Susan Ferguson, Nancy Fraser e Veronica Beechey (cf. Bhattacharya, 2017). Na verdade, creio que se justifica mesmo uma história intelectual monográfica – que, tanto quanto sei, não existe – capaz de dar conta das riquíssimas tradições alemã, anglo-saxónica, francesa e italiana do feminismo marxista.

Em segundo lugar, a instância político-jurídica também se encontra relativamente subteorizada na presente tese (cf. capítulo 4; 5.6; 7.5.7). Impõe-se, antes de tudo, revisitar os numerosos escritos marxianos sobre o assunto (cf. Artous, 2016b/1999). Posteriormente, seria proveitoso estudar autores marxistas clássicos que aprimoraram a *Teoria Geral* de Evgeny Pachukanis (cf. 1977). Estou a pensar em Bernard Edelman (cf. 1976), Michel Miaille (cf. 2005), Robert Fine (cf. 2002) e China Miéville (cf. 2005), bem como no denominado “Debate da Derivação” do Estado em solo germânico (cf. Bonnet & Piva, 2017; Holloway & Picciotto, 1978).

Existe também uma forte tradição brasileira de teoria crítica do direito – virtualmente desconhecida além-fronteiras – associada aos nomes de Márcio Bilharinho Naves (cf. 2000; 2014), Alysson Mascaro (cf. 2013; 2014), Celso Kashiura Júnior (2009) e Joelton Nascimento (cf. 2012; 2014b). Em linha com as proposições da NCV, as contribuições do vasto conjunto de autores elencados permitem desontologizar o direito (e o Estado) como categoria socio-histórica e, simultaneamente, questionar as teorizações predominantes no direito como disciplina académica (naturalismo, positivismo, funcionalismo, etc.).

⁷⁴³ Outro ponto de contacto entre ambas as perspetivas, que não foi explorado neste item, é a defesa intransigente da reflexividade da teoria. Pierre Bourdieu entende “os cientistas como parte e produto do seu universo social” (Postone, LiPuma & Calhoun, 1993: 3), de modo que os “sociólogos” têm de conseguir fundamentar “rigorosamente a sua própria posição” teórica (King, 2005: 221).

⁷⁴⁴ Jéssica Menegatti (cf. 2019) e Clara Navarro Ruiz (cf. 2019) defenderam recentemente teses académicas que vão nessa direção.

Em terceiro lugar, a crítica devastadora da *mainstream economics* iniciada no capítulo 8 carece evidentemente de aprofundamento. Embora me tenha concentrado sobretudo na variante marginalista/neoclássica, a vertente keynesiana também tem de ser incluída num projeto de investigação dessa natureza. Tratar-se-ia de demonstrar que as teses de Jevons (cf. 1996), Marshall (cf. 2013), Pareto (cf. 1996), Walras (cf. 1996), Menger (cf. 2004), Böhm-Bawerk (cf. 1930), Robbins (cf. 1945), Keynes (cf. 1996), Hicks (cf. 1978) e Samuelson (cf. 1997) são ideológicas (em sentido marxiano), logicamente inconsistentes e empiricamente insustentáveis. Para levar a cabo esta atualização da crítica da economia política, a teoria da NCV deve ser complementada com as contribuições indispensáveis de Paul Mattick (cf. 2010/1969), Rolando Astarita (cf. 2004; 2012), Simon Clarke (cf. 1988; 1991), Howard Nicholas (cf. 2011), Geoff Pilling (cf. 1986), Pierre Salama (cf. 1980) ou Richard Wolff & Stephen Resnick (cf. 2012).⁷⁴⁵

Em quarto lugar, seria profícuo pesquisar a receção de Marx pelos poucos sociólogos académicos que procuraram apreender a sua obra na sua inteireza: Ferdinand Tönnies (cf. 2012), Raymond Aron (cf. 2000; 2002), Alvin Gouldner (cf. 1993), Anthony Giddens (cf. 1981; 1989; 2005), Jeffrey Alexander (cf. 1982) e Frédéric Vandenberghe (cf. 2008). Tratar-se-ia de aferir em que medida esses autores conseguiram superar, ainda que parcialmente, o foco exclusivo na parcela exotérica da teoria de Marx prevalente na sua disciplina e discutir alguns aspetos do seu núcleo radical esotérico.

Em quinto lugar, ainda no domínio sociológico, a teoria da constituição das formas de subjetividade e objetividade social da NCV possui claras afinidades com as abordagens praxeológicas de Pierre Bourdieu (cf. 2002/1972; 2009/1980; 11.5.3) e de Anthony Giddens (cf. 1984; 1990), bem como com a sociologia dialética de Michel Freitag (cf. 1986a; 1986b; Fillion, 2014). A NCV permite fundamentar historicamente essas perspetivas, reconduzindo a mediação social moderna ao valor constituído pelo trabalho abstrato enquanto atividade socialmente sintética. Por seu turno, o triunvirato referido possibilita uma maior concretização das dimensões simbólicas, culturais e intersubjetivas da vida quotidiana estruturada pelo capital.⁷⁴⁶

Obviamente que a teorização da constituição do *self* não pode passar sem a psicanálise freudiana e as suas noções centrais de inconsciente e pulsões (cf. Freud, 2001a, 2001b; Reich, 1972, 1988; Fromm, 1966, 1969, 1974, 1992; Marcuse, 1998). Ademais, no capitalismo tardio assiste-se à irrupção do narcisismo (cf. Jappe, 2019; Lasch, 1984, 1991). Por último, a raiz social das categorias kantianas do conhecimento (cf. Kant, 1983) pode ser explorada com recurso aos escritos de Émile Durkheim (cf. 2002), Alfred Sohn-Rethel (cf. 1978/1970; 1995/1937; 2010), Pierre Bourdieu (cf. 2007/1979) e da NCV.

Em sexto lugar, há um claríssimo ponto de contacto ulterior entre a NCV e uma parte substancial da teoria social académica: a conceptualização das formas de dominação típicas da modernidade capitalista como *impessoais*. No caso da sociologia clássica, Émile Durkheim salienta a objetividade e a coerção dos factos sociais (cf. 2004) e das representações coletivas (cf. 2002), Max Weber destaca a racionalização e a burocratização inerentes ao capitalismo (cf. 2004a; 2004b) e Georg Simmel ilumina a reificação associada à economia monetária (cf. 2004), bem como a dessensibilização provocada pela vida nas grandes cidades (cf. Frisby & Featherstone, 1997).

No âmbito da sociologia económica, Karl Polanyi identifica a desincrustação do mercado autorregulado (cf. 2000). Por seu turno, a teoria crítica da Escola de Frankfurt

⁷⁴⁵ Não quis sobrecarregar o parágrafo com referências bibliográficas, mas a estes podem juntar-se outros autores igualmente nucleares: Eleutério Prado, Claus Germer, Guglielmo Carchedi, Michael Roberts, Alan Freeman, Andrew Kliman, Geert Reutman, Ben Fine, Ernest Mandel, etc.

⁷⁴⁶ Num nível fenomenológico-empírico superficial, as teorias de Schutz (cf. 1967), Mead (cf. 1972), Goffman (cf. 2002) e Michael Polanyi (cf. 2009) também poderão ser coadjuvantes preciosas.

denuncia o princípio da identidade violentamente homogeneizador (cf. Adorno, 2009/1966), a racionalidade instrumental da ação e do pensamento (cf. Horkheimer, 2015) e os constrangimentos sistémicos ligados ao dinheiro e ao poder estatal (cf. Habermas, 1984; 1987). Refira-se, ainda, Michel Foucault, que descortina uma microfísica ubíqua do poder disciplinar (cf. 1998; 2018), e Zygmunt Bauman, que defende uma sociologia crítica assente no estudo das relações socioeconómicas de dependência objetiva, i.e., da “segunda natureza” mercantil (cf. 2010). Uma história monográfica do conceito de dominação impessoal providenciaria um estudo comparado das várias aceções mencionadas e poderia, eventualmente, dar azo a uma metateoria sobrejacente das relações de fetiche contemporâneas como totalidade *concreta*.

A elucidação da dominação impessoal hodierna tem de se estender à crítica do trabalho concreto, da produção industrial e do valor de uso, porque, em virtude da sua subsunção real no capital, adquirem uma configuração material nociva (cf. 1.5.2; 1.6; 5.3.1; 6.4.2; 7.5.1.3). Seria útil conjugar a conceptualização da NCV neste âmbito com as reflexões de várias críticas canónicas do trinómio tecnologia/técnica/ciência *moderna*. Tenho em mente as teorias de Günther Anders (cf. 2011a; 2011b), Lewis Mumford (cf. 1955; 1967; 1970), Jacques Ellul (cf. 1964; 1977), Ivan Illich (cf. 1975) e Andrew Feenberg (cf. 1999; 2002).

A subordinação da (re)produção macrossocial e material ao movimento tautológico do sujeito automático é igualmente sinónima de normalização: é criado um espaço-tempo abstrato tendencialmente uniformizado (cf. 6.3.2; 7.5.1.4) e, além disso, a interação de valor de uso e valor origina uma trajetória histórica dinâmica em permanente aceleração (cf. 6.4.3; 7.5.1.5; 7.6). Também neste aspeto as proposições da NCV podem nutrir e nutrir-se com as ideias de Henri Lefebvre (cf. 1991), David Harvey (cf. 1985a; 1985b; 2001), Guy Debord (cf. 2012), Richard Biernacki (cf. 1995), Anson Rabinbach (cf. 1990), Hartmut Rosa (cf. 2013), Reinhart Koselleck (cf. 2003; 2009) e Jonathan Crary (cf. 2013).

Em sétimo lugar, a teoria da crise da NCV possui uma enorme capacidade explicativa que pode ser devidamente explorada. Ela ancora fenómenos como a deterioração das condições laborais (cf. Kovács, 2002, 2005; Sennett, 2001) e o aumento estrutural do desemprego (cf. Brynjolfsson & McAfee, 2011; De Masi, 2000; Rifkin, 1995) na desubstancialização do valor provocada pela 3ª Revolução Industrial (cf. 6.4.3; 6.4.4; 6.4.5; 7.6).

Além disso, as noções de capital como contradição em processo e de limite interno absoluto permitem ultrapassar o entendimento truncado da Grande Recessão de 2007-08, cujas mazelas perduram até aos dias de hoje, como mera crise da superestrutura financeira e especulativa. Na verdade, a acumulação foi interrompida em virtude da lucratividade decrescente da economia *real* que, depois, se repercutiu empiricamente na quebra das cadeias de crédito e na desvalorização do capital fictício (cf. 7.6.6.5; Lohoff & Trenkle, 2014).⁷⁴⁷ Esta leitura em contracorrente, que apresenta algumas semelhanças com as teorias de Tom Thomas (cf. 2004; 2009; 2011), Michael Roberts (cf. 2016), Heiko Feldner & Fabio Vighi (cf. 2015), dá seguimento às inquietações sociológicas quanto a um possível fim de época levantadas por Wolfgang Streeck (cf. 2016), Immanuel Wallerstein, Randall Collins, Michael Mann, Georgi Derluguian e Craig Calhoun (cf. Wallerstein *et al.*, 2013).

Note-se, ainda, que o desfasamento entre valor e riqueza material, juntamente com indiferença daquela forma social abstrata face a todo o conteúdo sensível, degrada a Natureza ao estatuto de *input* que deve ser continuamente triturado, digerido e expelido a um ritmo crescente pela lógica vazia e tautológica do capital (cf. 6.4.4.2) As dificuldades enfrentadas pelo processo de valorização agravam, pois, a crise ecológica e permitem fundamentá-la nas

⁷⁴⁷ Tal como tinha sido originalmente a rentabilidade minguante do capital funcionante na esfera produtiva a motivar a sua fuga maciça para a superestrutura financeira, onde simulou a sua acumulação sob a forma de capital fictício. A especulação é a *consequência*, e não a causa, da crise do modo de (re)produção burguês.

relações *essenciais* alienadas do modo de (re)produção burguês (cf. 7.6.2). Assim, tanto a crítica da economia política de Marx como o paradigma da NCV prestam-se a elucidar a destruição acelerada contemporânea do meio ambiente (cf. Cunha, 2015; Gomez, 2010; Gorz, 1980, 1994, 2010; Moore, 2014; Muiño, 2017; Stoner & Melathopoulos, 2015; Yates, 2011).

Em oitavo lugar, é possível estabelecer um diálogo entre a NCV e os domínios disciplinares da antropologia e da história. Desde logo, seria interessante aprofundar a tese kurziana acerca do papel primordial da economia política das armas de fogo no nascimento do capitalismo (cf. 7.4), nomeadamente através da análise (da receção) das obras citadas pelo filósofo social germânico em *Dinheiro sem Valor* (cf. McNeill, 1982; Parker, 2013; Sombart, 2015; Tilly, 1990; Zinn, 1989). Note-se que outros autores defendem posições similares que merecem ser exploradas (cf. Hall, 1987; Mann, 1992; Reyna, 2005; Way, 2014). A tese da revolução militar pode (e deve) ser complementada com as demais explicações canónicas do surgimento da modernidade capitalista (cf. Aston & Philpin, 1995; Beaud, 1987; Biernacki, 1995; Brenner, 1977; Castel, 2003; Dobb, 1950; Lachmann, 2000; Heilbroner & Milberg, 2012; Hirschman, 1997; Hobsbawm, 1989, 1995, 1996, 1999; Holton, 1985; Perelman, 2000; Polanyi, 2000; Rabinbach, 1990; Steinfeld, 1991; Thompson, 1966, 1993; Wallerstein, 1974, 1980, 1989, 2011; Weber, 1961, 2016; Wolf, 2010; Wood, 2002).⁷⁴⁸

Finalmente, creio ser possível comprovar a rutura ontológica entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas recorrendo à literatura histórica e antropológica relevante. Tratar-se-ia de desnaturalizar as categorias burguesas, isto é, de demonstrar a ausência do valor, da troca, do mercado e – esta é sem dúvida a tese mais polémica – do trabalho e da própria economia como esfera demarcável no mundo pré-moderno (cf. Bischoff, 1995; Chamoux, 2001; Freyssenet, 1999; Homs, 2012; Latouche, 2005; Machado, 2017).

O primeiro passo consiste em reconhecer, na senda de Robert Bellah (cf. 2011), Mircea Eliade (cf. 1965) e Max Weber (cf. Gerth & Wright Mills, 1946: 267-359; Weber, 1951; 1958; 1967; 2004a: 279-418), a centralidade da religião – do “fetiche transcendente” na aceção kurziana – em formas socialmente sintéticas regidas por lógicas inteiramente distintas da mercantil. Porém, embora divirjam em bloco do modo de vida capitalista, as diversas civilizações humanas pré-modernas baseavam-se em relações de fetiche particulares, pelo que é impossível erigir uma teoria social geral e universalmente aplicável. Aquilo que se exige é, ao invés, a construção de uma “teoria social-histórica *específica*” (Homs, 2012: 149, *itálico nosso*) para cada tipo de sociedade e, por conseguinte, para cada tipo de constituição-fetiche que a estrutura.

No que se refere às civilizações tribais ou primitivas, são incontornáveis as pesquisas de Marcel Mauss (cf. 2003), Bronislaw Malinowski (cf. 2002), Karl Polanyi (cf. Dalton, 1968), Marshall Sahlins (cf. 1972; 2008; 2017) e Pierre Clastres (cf. 1974). Em relação à Antiguidade Clássica, a “falácia economicista” (Polanyi, 1968b: 142) pode ser superada com a ajuda de Moses Finley (cf. 1999), Jean-Pierre Vernant (cf. 2007), Pierre Vidal-Naquet (cf. Austin & Vidal-Naquet, 1986), Max Weber (cf. 1994; 2013), Paul Veyne (cf. 1990), Ciro Flamarion Cardoso (cf. 2011) e Keith Hopkins (cf. 1978). No que diz respeito à Idade Média europeia, a ontologização do económico pode ser desmistificada a partir das importantes contribuições de Jacques Le Goff (cf. 2004; 2007; 2010), Alain Guerreau (cf. 1980; 2001a; 2001b), Jérôme Baschet (cf. 2006) e Aron Gurevich (cf. 1985).

⁷⁴⁸ A NCV reconhece explicitamente a pertinência das teses de Weber e de Polanyi, por exemplo. Além disso, a afinidade com obra de Rabinbach é, na minha opinião, por demais evidente.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Posfácio literário

“«Já acabou, Tonio Kröger?»
«Não, mas não vou dizer mais nada.»”

Thomas Mann, *Tonio Kröger*

“ – Fora das horas de trabalho é livre de fazer o que bem lhe apeteça – disse ele – mas não me venha agora falar nisto! Vamos, vá trabalhar.
– Não – disse Ana, pausadamente.
Amadis franziu o sobrolho e passou a mão pelos cabelos ruços, com um gesto nervoso.
– É formidável, se pensarmos em todos esses tipos que se matam a trabalhar para nada! – disse Ana. – Que passam oito horas por dia metidos num escritório: que são capazes de passar oito horas por dia metidos num escritório!
– Também tem sido capaz – disse Amadis.
– Não me venha com o que tenho sido ou não capaz! Ou julga que não é possível compreender como as coisas são, mesmo depois de se ter passado a vida a ser enrabado?”

Boris Vian, *O Outono em Pequim*

“Uma das coisas estranhas e fantásticas que recordo foi a permanência dos hábitos da nossa ordem social, apesar dos primeiros acontecimentos de uma série que faria, mais tarde, cair abruptamente essa mesma ordem.”

H.G. Wells, *A Guerra dos Mundos*

“O pressentimento de uma libertação definitiva não é refutado pelo facto de, no dia seguinte, o cativo continuar sem modificações ou se agravar, ou até ter sido expressamente declarado que não terminará nunca. Tudo isto, pelo contrário, pode ser uma condição necessária da libertação definitiva.”

Franz Kafka, *Antologia de Páginas Íntimas*

“Impacientes en una reunión porque Bioy no llegaba a tiempo, Borges les dijo a los nerviosos: «Hay dos cosas seguras: una que Adolfo llegará; otra, que llegará tarde. Cuanto más tarde sea, más segura es su llegada; si llegara ahora, quizá no llegue.»”

Enrique Vila-Matas, “Bioy Casares, año 101”

“«Don't you sometimes despair?» he asked.
Dr. MacPhail shook his head. «We don't despair», he said, «because we know that things don't necessarily *have* to be as bad as in fact they've always been.»

«We know that they can be a great deal better», Susila added.”

Aldous Huxley, *Island*

Anexos

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Anexo 1

Os planos de *O Capital*, o “capital em geral” e a concorrência

A1.1 – A distinção entre capital em geral e concorrência (muitos capitais)

No ensaio biobibliográfico que serve de Introdução à 1ª Parte, constatou-se que os escritos da década de 1840 lidam sobretudo com problemas do mercado ou da esfera da circulação, pois Marx “considera a concorrência como o mecanismo crucial para a explicação de uma vasta gama de fenómenos” (Heinrich, 1989: 64). Viu-se, igualmente, que essa situação muda a partir dos *Grundrisse* e que, doravante, Marx localiza a essência do capitalismo no seu modo de *produção* peculiar. A esfera da circulação não faz mais do que executar (de maneira pouco transparente e, inclusive, mistificadora) as leis imanentes à esfera da produção. Esta é a raiz da distinção analítica que Marx estabelece entre dois níveis de abstração: aqueles do “capital em geral” e da concorrência entre os “muitos capitais”.

O capital em geral refere-se, em primeiro lugar, à “quintessência” (Fineschi, 2014: 145), quer dizer, à “*essência*” ou propriedade universal do capital (Dussel, 1985: 34, *itálico no original*) que, portanto, é *comum* a todos os capitais (Shortall, 1994: 445): a *produção* de mais-valia. Para além disso, diz respeito ao “capital social total” *antes* da sua particularização em capitais setoriais e individuais (Fineschi, 2014: 145). Fred Moseley sumariza assim ambas as dimensões do capital em geral:

“O *capital em geral* é definido por Marx como *aquelas propriedades que são comuns a todos os capitais* e que distinguem o capital das simples mercadorias ou dinheiro e de todas as outras formas de riqueza. A propriedade comum (ou universal) mais importante de todos os capitais, que é analisada no nível de abstração do capital em geral, é a *produção de mais-valia* (...). (...) [O] nível de abstração do capital em geral diz respeito à mais-valia total produzida pelo capital total da sociedade no seu conjunto. (Moseley, 2014: 116, *itálico no original*)

Por sua vez, “a principal questão abordada no nível de abstração da *concorrência* é a *distribuição da mais-valia*” no mercado (Ibid., *itálico no original*). O capital social *manifesta-se* necessariamente como muitos capitais em luta pela apropriação de um quinhão da riqueza abstrata produzida socialmente. A concorrência no mercado impõe as mesmas leis coercivas a todos os capitais (nomeadamente, o tempo de trabalho socialmente necessário) e, dessa maneira, garante a reprodução agregada do capital. No entanto, Marx sustenta que “a concorrência (...) *executa* (...) as leis do capital, mas (...) *não explica* essas leis” (Heinrich, 2016: 101, *itálico nosso*).

Em suma, embora o capital (em geral) tenha de se particularizar para se poder *efetivar*, a sua “lei universal” (Fineschi, 2014: 146) – a produção de mais-valia ou valorização do valor – “subsiste (...) no seio dos capitais individuais” (Shortall, 1994: 445).⁷⁴⁹ Os muitos capitais em competição são o veículo ou forma de manifestação do capital global, ou seja, o *nível de abstração da concorrência é determinado pelo nível de abstração do capital em geral*.

As implicações metodológicas e expositivas são evidentes: “Marx realça (...) a necessidade de uma investigação (...) do capital em geral *antes* da investigação do capital nas suas formas específicas”, assim como “a necessidade de uma investigação (...) da mais-valia (...) *antes* da investigação das suas formas específicas” – lucro, juros, renda fundiária, etc. (Zelený, 1980: 105, *itálico nosso*).⁷⁵⁰

⁷⁴⁹ Em termos hegelianos, o capital é um “universal concreto” ou uma “unidade-na-diferença”.

⁷⁵⁰ Para além disso, como se viu no Capítulo 3 (cf. 3.3 e 3.5.4.1), a concorrência é mistificadora: a formação de preços de produção e de uma taxa média de lucro obscurece a ligação entre (mais-)trabalho e mais-valia. Assim,

A1.2 – Análise cronológica dos planos de *O Capital*

A1.2.1 – 1857-59: *Grundrisse* e *Para a Crítica da Economia Política*

No momento em que inicia a redação dos *Grundrisse*, Marx ainda não tinha determinado a estrutura geral da sua *Crítica da Economia Política*. Com efeito, o autor batalhava para “organizar as suas investigações numa teoria crítica coerente e lógica” (Oakley, 1983: 54). Allen Oakley identificou nada menos do que 11 planos, tanto no manuscrito da obra como na correspondência de Marx, no período compreendido entre 1857 e 1859 (cf. Ibid.). Obviamente que a análise detalhada de todos estes planos está fora do âmbito desta investigação, pelo que o meu foco incidirá apenas sobre os principais.

No primeiro plano contido nos *Grundrisse*, Marx revela a intenção de começar a sua exposição pela “produção em geral”, i.e., pela análise de “categorias a-históricas”, antes de chegar ao estudo das categorias especificamente hodiernas (Ibid.: 59). Este intuito é abandonado a partir do segundo plano, onde Marx assume taxativamente que “o objeto da crítica deve ser a produção (...) *capitalista* (...) desde o início” (Ibid., *itálico no original*).

No terceiro plano, Marx preconiza uma estrutura composta por seis secções:

Quadro A.1 – Terceiro plano da Crítica da Economia Política (*Grundrisse*)

A.	Capital
B.	Propriedade Fundiária
C.	Trabalho Assalariado
D.	O Estado
E.	Comércio Exterior
F.	Mercado Mundial

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Oakley (1983: 60-61 e 79).

À análise do Capital devem seguir-se aquelas da Propriedade Fundiária, do Trabalho Assalariado, do Estado, do Comércio Exterior e do Mercado Mundial. Numa carta endereçada a Lassalle em 22 de Fevereiro de 1858 (cf. Marx & Engels, 1968: 70 [Marx a Lassalle, 22/02/1858]), as seis secções mencionadas transformam-se noutros tantos Livros. Esta estrutura fundamental de 6 Livros acompanhará Marx nos seguintes. A partir de outra carta dirigida a Lassalle (Ibid.: 76 [Marx a Lassalle, 11/03/1858]) e de uma carta endereçada a Engels (Ibid.: 77-81 [Marx a Engels, 02/04/1858]), é possível explicitar ainda a subdivisão do *Livro I*, sobre o capital (vd. Quadro A.2 na página seguinte).

Como se denota, Marx planeia que a Parte 1 do Livro I se situe no nível de abstração do capital em geral. Após dois capítulos introdutórios (sobre a mercadoria e o dinheiro), deverão ser escarpelizados o processo de produção do capital, o processo de circulação do capital e a unidade de ambos, ou seja, capital, lucro e juros. A Parte 2 assinala a transição para o segundo nível de abstração: a análise da “*concorrência* ou ação recíproca dos muitos capitais” (Ibid.: 77 *itálico no original*). Finalmente, nas Partes 3 e 4 do Livro I serão estudados, respetivamente, o crédito, “onde o capital aparece como um elemento geral frente aos capitais individuais”, e o capital por ações (Ibid.).

com a noção de capital em geral, Marx pretende também abstrair inicialmente desta influência perturbadora (superficial) e centrar-se naquilo que lhe subjaz: o processo de produção do capital. Recorde-se que a concorrência afeta a (re)distribuição da massa de mais-valia social, sob a forma de lucro médio, mas é incapaz de modificar a sua grandeza agregada predeterminada na esfera da produção.

Quadro A.2 – Plano de seis Livros de 1858

Livro I	Capital
	Parte 1 – Capital em geral
	Capítulo 1 – Valor (Mercadoria)
	Capítulo 2 – Dinheiro
	Capítulo 3 – Capital
	Secção (1) Processo de produção do capital
	Secção (2) Processo de circulação do capital
	Secção (3) Unidade de ambos, ou capital, lucro e juros
	Parte 2 – Concorrência ou muitos capitais
	Parte 3 – Crédito
	Parte 4 – Capital por ações
Livro II	Propriedade Fundiária
Livro III	Trabalho Assalariado
Livro IV	O Estado
Livro V	Comércio Exterior
Livro VI	Mercado Mundial e Crises

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Oakley (1983: 66-67 e 80) e Oakley (1984: 157).

Na carta a Lassalle já mencionada, Marx esclarece que o grau de detalhe dos Livros não será uniforme: os três primeiros Livros – Capital, Propriedade Fundiária e Trabalho Assalariado – constituem o núcleo duro da sua Crítica da Economia Política e, por isso, deverão ser alvo de um desenvolvimento pormenorizado. Por seu turno, nos três últimos Livros, necessariamente mais breves, Marx pretende esboçar apenas os traços principais dos assuntos em questão (cf. Ibid.: 76 [Marx a Lassalle, 11/03/1858]).

Kogan considera que no manuscrito dos *Grundrisse* Marx é plenamente fiel a este plano, de maneira que a exposição da sua teoria se inscreve inteiramente no nível de abstração do capital em geral (cf. Kogan, 1987: 45). Roman Rosdolsky secunda esta ideia, defendendo que os *Grundrisse* abordam apenas as três secções do Capítulo 3 da Parte 1 do Livro I: processo de produção do capital, processo de circulação do capital, e capital, lucro e juros (Rosdolsky, 2001/1968: 30).

A comparação destas secções de 1857-58 com as suas versões finais – os futuros três volumes de *O Capital* – é bastante elucidativa. Nos *Grundrisse* “estão totalmente (ou quase totalmente) ausentes (...) os temas (...) da divisão do trabalho e da cooperação, da acumulação primitiva, (...) etc.” (Ibid.: 29) que farão parte do Livro Primeiro de *O Capital*, em 1867. De modo análogo, prima pela ausência “tudo o que se refere ao salário e a suas formas, à jornada de trabalho, às formas de exploração praticadas pelo capital e à legislação trabalhista, ou seja, justamente os temas que (...) teriam sido incluídos, conforme o plano inicial, no «Livro sobre o trabalho assalariado»” (Ibid.).

Existe igualmente uma diferença colossal entre a secção dos *Grundrisse* dedicada à circulação do capital e o Livro Segundo da *magnum opus*:

”[N]a primeira obra encontramos apenas o material que corresponde aproximadamente aos capítulos V e VII-XV desse segundo tomo. Assim, falta nos *Grundrisse* não só a análise da circulação do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria,

mas também o exame (...) da reprodução e circulação do capital social global (secção III do segundo tomo).” (Ibid.: 29-30)

Finalmente, nos *Grundrisse* Marx aborda apenas “marginalmente” alguns problemas respeitantes à secção I do subsequente Livro Terceiro de *O Capital* (Ibid.: 30). Assim, são completamente omitidos os temas que virão a formar as secções II-VI do Livro Terceiro de *O Capital*. A razão para isso é clara: de acordo com o plano de 1858, a concorrência (preços de produção e taxa média de lucro⁷⁵¹), o capital comercial, o sistema creditício e a renda fundiária pertenciam às Partes 2-4 do Livro I e ao Livro II (Ibid.: 30 e 53; vd. Quadro A.2 *supra*).

Impõem-se duas observações conclusivas:

- i) Os *Grundrisse* assinalam uma inflexão do pensamento de Marx no que toca ao mercado e, em especial, à concorrência (Heinrich, 1989: 64). Ao contrário dos seus escritos ricardianos do final da década de 1840, a concorrência é agora entendida como a “forma de manifestação das leis do capital” (Ibid.: 65), i.e., como a forma de aparência necessária das leis internas essenciais da *produção* capitalista. Deste modo, a distinção entre o “capital em geral” e os “muitos capitais” em concorrência mútua – basilar na estrutura do Livro I do plano de 1858 – é justamente a “primeira tentativa de conceptualizar” esta diferença entre essência e aparência (Ibid.).
- ii) O plano de 6 Livros de 1858 será reafirmado em duas ocasiões no ano seguinte: numa carta dirigida a Joseph Weydemeyer (cf. Marx & Engels, 1968: 84 [Marx a Weydemeyer, 01/02/1859]) e no famoso prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*: “Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial*” (Marx, 1982a/1959: 23, *itálico no original*). Constatou-se na Introdução biobibliográfica da 1ª Parte da tese que esta obra, de 1859, engloba apenas os Capítulos 1 (mercadoria) e 2 (dinheiro) da Parte 1 do Livro I desse plano.

A1.2.2 – O Manuscrito Económico de 1861-63 (e as Teorias da Mais-Valia)

No *Manuscrito Económico de 1861-63* Marx começou, como já se sabe, por redigir um longo rascunho do futuro Livro Primeiro de *O Capital*. Kogan considera que, nesta parte do *Manuscrito*, em que analisa o processo de produção do capital, Marx se move inteiramente no nível do capital em geral: a mais-valia é analisada em estado puro, quer dizer, independentemente das suas formas de manifestação empíricas e do “movimento da concorrência” (Kogan, 1987: 46).

Durante o ano de 1862, Marx escreve a parte do manuscrito que ficou conhecida por *Teorias da Mais-Valia*. No decurso desta redação o projeto marxiano sofre duas alterações importantíssimas. Em primeiro lugar, numa carta a Kugelmann, Marx revela ter mudado o título do seu projeto, mas reafirma que o escopo da obra se atém ao capital em geral:

“[A] obra aparecerá (...) com o título de *O Capital*, e «Para a Crítica da Economia Política» aparecerá apenas como subtítulo (...) [A] obra compreende somente aquilo que deveria constituir o terceiro capítulo da primeira parte: «O capital em geral». Não se inclui, pois, nem a concorrência dos capitais nem o crédito. Este volume (...) é (...) a quintessência, e o desenvolvimento do que vem a seguir poderia ser facilmente realizado por outros com base no que já foi escrito.” (Marx & Engels, 1968: 102 [Marx a Kugelmann, 28/12/1862])

⁷⁵¹ Estas categorias, de resto, ainda não tinham sido desenvolvidas por Marx na altura em que redige os *Grundrisse*, conforme se viu na Introdução biobibliográfica da 1ª Parte.

Este breve trecho oferece mais perguntas do que respostas. A única certeza absoluta é que o Capítulo 3 do plano de 1858 assumiu proporções faraônicas, pelo que Marx apercebe-se de que a exposição devida desses conteúdos exige nada menos do que três volumes: os futuros três Livros de *O Capital* (Kogan, 1987: 49 e 59). No entanto, aqui começam as dúvidas.

Por um lado, o facto de Marx remeter o termo “Crítica da Economia Política” para o subtítulo parece indicar que o plano de 6 Livros – cujo título era justamente esse – foi abandonado em benefício dos três Livros de *O Capital*.⁷⁵² Se o plano de 6 Livros se mantivesse, porque é que o título geral do projeto passaria a ser o subtítulo apenas do Livro sobre o Capital?

Por outro lado, o final da última frase – “o que vem a seguir poderia ser facilmente realizado por outros com base no que já foi escrito” – parece indicar que Marx não abandonou o plano de 1858, mas remete a sua concretização – isto é, a redação das Partes 2, 3 e 4 do Livro I e dos restantes 5 volumes sobre a Propriedade Fundiária, o Trabalho Assalariado, o Estado, o Comércio Exterior e o Mercado Mundial – para outros pesquisadores futuros não especificados.⁷⁵³

Em segundo lugar, tal como se viu na Introdução biobibliográfica, foi durante o processo de escrita das *Teorias* que Marx desenvolveu originalmente as suas categorias de preço de produção e taxa média de lucro. Estas categorias já traduzem naturalmente o funcionamento da concorrência e, portanto, extravasam os limites do capital em geral:

“Ao desenvolver a sua teorização da transformação qualitativa e quantitativa da mais-valia em lucro e, com isso, a transformação dos valores em preços de produção e a formação de uma taxa geral de lucro, Marx teve de introduzir explicitamente a questão da concorrência entre os «muitos capitais». Foi apenas em termos da ação recíproca de vários capitais que Marx conseguiu mostrar como as leis internas do modo de produção capitalista aparecem necessariamente na superfície da economia (...) em movimentos de preços, lucro, juro e assim por diante.” (Shortall, 1994: 438)

Mercê destes novos avanços categoriais, num plano de Janeiro de 1863, onde indica a estrutura do Livro Terceiro de *O Capital*, Marx toma consciência de que “a rubrica «capital em geral» é incapaz de abranger as análises requeridas para abordar a parte dedicada (...) ao lucro” (Oakley, 1983: 92; cf. Rosdolsky, 2001/1968: 33-34). Por outras palavras, a exposição cabal do estabelecimento da taxa média de lucro exige que se leve em linha de conta os “muitos capitais setoriais com diferentes composições” e os “efeitos da concorrência entre esses capitais” (Oakley, 1983: 92; cf. Heinrich, 1989: 70-71).

Neste sentido, conforme salienta Michael Heinrich, o *Manuscrito Económico de 1861-63* “constitui a ligação vital entre os *Grundrisse* e *O Capital*” (Ibid.: 64), pois marca o momento em que Marx interioriza que não é possível expor todo o conteúdo planeado no nível de abstração do capital em geral. Na exposição do processo global da produção capitalista (o ulterior Livro Terceiro de *O Capital*), em especial, a separação do lucro (médio) e da concorrência simplesmente não é “viável” (Oakley, 1983: 92). As formas de manifestação e *distribuição* da mais-valia – lucro, juros e renda fundiária – são indissociáveis do funcionamento da concorrência entre a multiplicidade dos capitais.

A1.2.3 – A redação final de *O Capital*

Em Março de 1865 Marx celebrou um contrato com um editor de Hamburgo com vista à publicação de *O Capital* (Ibid.: 94). A divisão da obra em quatro Livros fixou-se

⁷⁵² Quatro, se for incluído o volume das *Teorias da Mais-Valia*.

⁷⁵³ Esta questão será retomada em A1.3.

definitivamente, conforme atesta a correspondência endereçada ao doutor Kugelmann (cf. Marx & Engels, 1968: 120 [Marx a Kugelmann, 13/10/1866]). Essa estrutura encontra-se sumarizada no Quadro A.3. Numa carta dirigida a Engels, datada de Julho de 1865, Marx dá a entender que o plano de 6 Livros de 1858 foi abandonado, afirmando que em *O Capital* “todas as questões ficam resolvidas” em termos teóricos (Ibid.: 115 [Marx a Engels, 31/07/1865]). Já se sabe que, em virtude dos problemas de saúde, Marx acabou por publicar somente o Livro Primeiro de *O Capital* em Setembro de 1867 (Oakley, 1983: 97).

Quadro A.3 – Plano de quatro livros de *O Capital*

Livro Primeiro	Processo de Produção do Capital
Livro Segundo	Processo de Circulação do Capital
Livro Terceiro	Formas do Processo no seu Conjunto (ou O Processo Global da Produção Capitalista)
Livro Quarto	<i>Teorias da Mais-Valia</i>

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Oakley (1983: 95).

Roman Rosdolsky argumenta, de modo persuasivo, que no Livro Primeiro a teoria de Marx se situa inteiramente no nível de abstração do capital em geral.⁷⁵⁴ Dado que na concorrência – um fenómeno de mercado – as leis fundamentais capitalistas se apresentam de modo “invertido”, Marx começa por analisar as “leis imanentes” ao capital em geral, i.e., o capital isento das influências perturbadoras da concorrência entre os muitos capitais (Rosdolsky, 2001/1968: 51). Rosdolsky sumariza a questão nos seguintes termos:

“O que se revela como sendo comum a todos os capitais é sua propriedade de expandir seu valor, o facto de que eles se apropriam (...) da mais-valia gerada no processo capitalista de produção. Por isso, a análise do «capital em geral» deve começar pela investigação do processo de produção. Deve demonstrar como o dinheiro «ultrapassa sua simples determinação como dinheiro» e se converte em capital; como o consumo do trabalho humano engendra mais-valia; finalmente, como a produção dessa mais-valia permite a reprodução do capital (...). Tudo isso pode ser estudado sem que seja necessário levar em conta a existência de diversos capitais ou as diferenças entre eles. Pois, qualquer que seja a forma como os diversos capitais individuais distribuem entre si a mais-valia criada no processo de produção, esses capitais «nunca podem repartir mais do que a mais-valia total (...)». (...) Portanto, se compreendemos a premissa fundamental da relação do capital – a relação entre capital e trabalho e o papel da mais-valia como motor da produção capitalista –, devemos partir não da «pluralidade de capitais», mas sim do capital, ou do «capital de toda a sociedade», ou seja, do «capital em geral».” (Ibid.: 52)

Neste sentido, o Livro Primeiro é igualmente acerca do capital social agregado, e não de um suposto capital individual ideal-típico.⁷⁵⁵ Várias evidências textuais corroboram esta leitura: i) No capítulo IV, Marx introduz a “fórmula geral” do capital, que enquadra todos os desenvolvimentos teóricos ulteriores (mais-valia absoluta, relativa, etc.); ii) O capítulo XXIII, que é o clímax da argumentação, enuncia a “lei geral da acumulação capitalista”; iii) A categoria tempo de trabalho socialmente necessário é uma *média* social que, portanto, nunca

⁷⁵⁴ A análise nos parágrafos subsequentes do nível de abstração dos três Livros de *O Capital* possui um cariz preliminar, pois não é inteiramente consensual. As várias interpretações serão apresentadas na secção A1.3.

⁷⁵⁵ Ao contrário do que sustenta Michael Heinrich, por exemplo (cf. Heinrich, 2016: 108).

se pode referir apenas ao capital individual; iv) De modo análogo, a mais-valia relativa não depende da atuação do capital isolado, mas do aumento da produtividade nos vários ramos que produzem meios de subsistência.

Todavia, como o leitor já terá percebido, os itens iii) e iv) elencados colocam um problema à interpretação de Rosdolsky: o tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia relativa pressupõem a concorrência *intrasectorial*.⁷⁵⁶ Assim, será mais exato dizer que no Livro Primeiro Marx abstrai-se da concorrência *intersectorial*. É justamente isso que faz Ernest Mandel ao salientar que “Marx examina as relações entre capital e trabalho em geral, abstraindo os efeitos da concorrência entre os capitalistas sobre a distribuição da mais-valia” (Mandel, 1982/1976: 30), ou seja, abstraindo-se “do problema da equalização da taxa de lucro (...) justamente para poder isolar e demonstrar as leis da produção (...) mercantil *capitalista* na sua forma mais fundamental e «pura»” (Ibid.: 31, *itálico no original*).⁷⁵⁷

A interpretação habitual preconiza que o Livro Segundo de *O Capital* também se situa no nível de abstração do capital em geral (cf. Gorender, 1996: 26; Rosdolsky, 2001/1968: 52). No entanto, embora me pareça essencialmente correta, esta leitura necessita de alguns reparos adicionais. Felton Shortall observa pertinentemente que o Livro Segundo lida com a “particularização do «capital em geral»” (Shortall, 1994: 447). Na exposição dos três circuitos do capital industrial, Marx revela que,

“para sustentar-se enquanto valor em auto-expansão, o capital deve mover-se continuamente entre a produção e a circulação, visto que o mais-trabalho extraído no processo de produção apenas pode ser realizado e validado como mais-valia no ato da troca. Este movimento exige que o capital assuma e descarte três formas específicas; nomeadamente, capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo.” (Ibid.)

Portanto, do ponto de vista da sua circulação, o capital global encontra-se sempre particularizado – em qualquer momento – nas formas de capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo. Ademais, relembra Roberto Fineschi, o Livro Segundo constitui uma nova formulação do conceito de capital em geral, na medida em que “inclui a acumulação e uma primeira análise dos muitos capitais” (Fineschi, 2014: 151). Contudo, “a concorrência continua a ser excluída, porque estes muitos capitais não interagem «livremente»; a sua interação é tomada em consideração apenas para estabelecer as proporções mútuas” – em termos de valor e valor de uso – “que são necessárias para alcançar a reprodução social total” (Ibid.: 151-152).

Este aspeto é bastante importante: a inter-relação entre os muitos capitais é *implicitamente* introduzida no Livro Segundo, mas a sua concorrência é completa e *conscientemente* escamoteada. Nos chamados esquemas de reprodução, trata-se sobretudo de definir as condições de proporcionalidade entre os dois Departamentos que garantem a reprodução macrosocial; ou seja, o foco de Marx incide exclusivamente sobre a realização *abstrata* da mais-valia.

Finalmente, Marx inscreve o Livro Terceiro de *O Capital* no nível de abstração da *concorrência* entre os muitos capitais (Mandel, 1982/1976: 29).⁷⁵⁸ Nas palavras de Alex Callinicos,

⁷⁵⁶ É importante lembrar que a mais-valia relativa é uma espécie de efeito secundário da procura da mais-valia extra (ou sobrelucro, nos termos do Livro Terceiro), por via do progresso técnico, no Departamento II. Esta inovação reduz o valor dos meios de subsistência e, desse modo, o valor da força de trabalho.

⁷⁵⁷ A abstração da concorrência *intersectorial* é patente na hipótese de que as mercadorias são vendidas pelos seus valores e não pelos seus preços de produção (Rosdolsky, 2001/1968: 56).

⁷⁵⁸ Segundo Rosdolsky, este novo nível de abstração permite resolver “problemas que nas etapas anteriores da investigação apareciam insinuados” (Rosdolsky, 2001/1968: 56). É possível, por exemplo, conciliar a

“É apenas na secção II do Livro Terceiro, quando expõe a formação da taxa geral de lucro através dos fluxos entre os ramos com diversas composições [orgânicas, NM] do capital, que ele põe explicitamente as *diferenças* entre os capitais. O capital social agregado permanece o objeto de estudo de Marx, mas agora ele mune-se das ferramentas conceptuais necessárias para analisar o seu fracionamento (na medida em que a mais-valia é dividida em lucro industrial e comercial, juro, renda, etc.) e a sua individualização enquanto unidades concorrentes de capital.” (Callinicos, 2014: 153, *italico no original*)

Assim, Marx expõe “a distribuição (...) da mais-valia” (Mandel, 1982/1976: 30) através do exame da “concorrência entre os capitais concretos” (Gorender, 1996: 26). Pode-se, pois, falar de “singularidade” (Shortall, 1994: 450) ou *individualização* do capital, na medida em que o capital social é apresentado como uma *totalidade* que se *manifesta* na miríade de capitais *individuais* distintos: capitais com diferentes composições orgânicas; capitais produtivos e improdutivos; capitais industriais, comerciais e portadores de juros, etc.⁷⁵⁹ Cada um destes capitais distingue-se pela “função específica” que desempenha na sociedade moderna e pela “modalidade” concreta “de apropriação da mais-valia” (Gorender, 1996: 26).

A1.3 – O plano de 6 Livros foi abandonado?

Existe uma controvérsia na literatura secundária que pode ser resumida na pergunta: qual a relação existente entre os 3 Livros de *O Capital* que foram publicados e o plano original, de 1858, da *Crítica da Economia Política* em 6 Livros? (Oakley, 1983: 62 e 105). Ao longo das últimas décadas foram oferecidas três respostas principais (Ibid.: 106). Em primeiro lugar, há autores que defendem que o plano de 6 Livros nunca foi abandonado. Maximilien Rubel preconiza que os 3 Livros de *O Capital* correspondem apenas ao Livro I do plano de 1858 (Rubel, 1968b: ciii). Face às proporções híper-ambiciosas que o projeto assumiu, Marx simplesmente não teve tempo, saúde nem condições materiais para escrever os demais volumes, resignando-se a redigir somente o Livro sobre o capital (Ibid.: xcvi e cxv).⁷⁶⁰

Enrique Dussel perfilha a tese de Rubel, mas afiança que os 3 Livros que compõem *O Capital* dizem respeito somente à Parte 1 do Livro I do plano original.⁷⁶¹ Está-se perante

“a primeira de quatro partes do seu tratado previsto sobre o capital (as restantes seriam sobre a concorrência, o crédito e o capital por ações), que seria o primeiro de seis tratados (os restantes abordariam a renda, o salário, o Estado, as relações internacionais e o mercado mundial). Tudo isto (...) continua a ser o «plano» fundamental da sua obra. *O Capital* é apenas o começo.” (Dussel, 2001: 18)

No entanto, Dussel sustenta que houve uma alteração crucial no que se refere ao nível de abstração. A necessidade de introduzir as categorias de lucro médio e preço de produção,

determinação geral do valor pelo tempo de trabalho (abstrato e socialmente necessário) com a equalização tendencial das taxas de lucro dos vários capitais.

⁷⁵⁹ Constatar-se-á na 2ª Parte que a “estrutura lógica” de *O Capital* – e, no caso concreto, a dialética de universalidade, particularidade e singularidade – “foi altamente influenciada pela Lógica do Conceito de Hegel” (Moseley, 2014: 117).

⁷⁶⁰ Martin Nicolaus partilha esta opinião, mas identifica uma alteração: a absorção das Partes 2-4 do Livro I do plano de 1858 no Livro Terceiro de *O Capital* editado postumamente por Engels (Nicolaus, 1993/1973: 54 e 58).

⁷⁶¹ Posição em tudo idêntica à de Kogan (1987: 32-33). Aos 3 Livros de *O Capital*, que expõem a teoria do valor e da mais-valia, deveriam seguir-se “estudos especiais” sobre as restantes categorias do plano de 1858 (Ibid.: 30). Os ditos estudos especiais situar-se-iam num nível de abstração mais *concreto* (Ibid.: 31) e, assim, complementariam a “teoria geral do capitalismo” exposta em *O Capital* (Ibid.: 32).

assim como a teoria da renda fundiária, significa que *O Capital* se situa num “nível de abstração mais concreto” do que aquele previsto inicialmente: Marx abandona o ponto de vista do capital em geral e passa a expor o “conceito de capital” (Dussel, 2006: 6-7).⁷⁶²

Cabe a A. M. Kogan o mérito de apresentar, no meu entendimento, o argumento mais forte subjacente à tese de que o plano de 1858 nunca foi descartado:

“Se Marx tivesse renunciado à divisão da teoria geral do capitalismo assente no plano de seis livros, evidentemente que deveria tê-lo mencionado (especialmente no prefácio de *O Capital*), com vista a precaver o erro do leitor conhecedor do plano de seis livros previamente anunciado no prefácio de (...) *Para Crítica da Economia Política* [de 1859, NM]. E Marx nada escreveu a esse respeito em nenhum dos três prefácios que publicará em edições sucessivas de *O Capital*.” (Kogan, 1987: 62)

Este argumento é logicamente coerente: a alteração do plano de fundo previamente enunciado teria provavelmente suscitado algum tipo de comentário ou reação por parte de Marx. Ao invés, a manutenção do plano não implicaria, necessariamente, esclarecimentos adicionais. Todavia, mesmo que Marx não tenha abandonado o esquema dos 6 Livros, parece-me evidente que se apercebeu, em determinada altura, que nunca conseguiria concretizá-lo.

Em segundo lugar, há autores que sustentam que Marx fez uma alteração significativa ao seu projeto e acabou por adotar um plano de 4 Livros.⁷⁶³ De acordo com Roman Rosdolsky, o principal proponente desta tese, nos anos de 1863 e 1864 Marx “abandonou a intenção de tratar separadamente a concorrência, o sistema de crédito e o capital dividido em ações”, ou seja, as Partes 2-4 do Livro I do plano de 1858 (Rosdolsky, 2001/1968: 28). Esses temas são subsumidos no futuro Livro Terceiro de *O Capital*, que assinala a transição entre níveis de abstração: do capital em geral – nos Livros Primeiro e Segundo de *O Capital* – para a concorrência entre os muitos capitais (Ibid.: 58).

Para além disso, Rosdolsky defende que, entre os anos de 1864 e 1865, Marx adotou definitivamente um novo plano (Ibid.: 37). A grande “modificação (...) consistiu em que o livro II (sobre a propriedade da terra) foi incorporado ao terceiro tomo da obra definitiva, enquanto o tema do livro III (sobre o trabalho assalariado) encontrou lugar na penúltima secção do primeiro tomo” (Ibid.: 58). O Quadro A.4 (vd. página seguinte) contrapõe o plano de 6 Livros de 1858 a este (suposto) plano de 4 Livros. Importa reter que, na ótica de Rosdolsky, “Marx nunca abandonou definitivamente os últimos três dos seis livros planeados” (Ibid.: 58) – acerca do Estado, do Comércio Exterior e do Mercado Mundial –, embora se tenha revelado incapaz de redigi-los (Ibid.: 37).⁷⁶⁴

Finalmente, em terceiro lugar, há autores que defendem que, a partir de 1863, Marx mudou radicalmente de ideias e abandonou completamente o plano de 6 Livros. A exposição crítica do modo de produção capitalista na sua *totalidade* seria exequível nos três Livros que compõem *O Capital*. Neste sentido, *O Capital* pode ser interpretado como uma “obra definitiva”, apesar de inacabada (Oakley, 1983: 107, *italico no original*).

⁷⁶² Portanto, ao contrário da interpretação mais comum, Dussel considera que o Livro Terceiro de *O Capital* ainda não se situa no nível de abstração da concorrência entre os muitos capitais, embora algumas dessas temáticas tenham sido antecipadas por Marx. O “conceito de capital” ocuparia uma posição intermédia entre o capital em geral e a concorrência.

⁷⁶³ 5 Livros se forem contabilizadas as *Teorias da Mais-Valia*.

⁷⁶⁴ Ernest Mandel mantém uma posição bastante similar à de Rosdolsky, mas considera que os três volumes derradeiros se situariam fora da alçada de *O Capital stricto sensu*: “Marx mantinha a intenção de complementar *O Capital* com livros sobre o Estado, sobre o comércio externo e sobre o mercado mundial e as crises, embora colocasse esses problemas claramente de fora do plano final de *O Capital*” (Mandel, 1982/1976: 30-31).

Quadro A.4 – Plano de 6 Livros e plano de *O Capital*

Plano inicial em 6 livros (1858)		Plano de <i>O Capital</i>	
Livro I	Capital		
	Parte 1 – Capital em geral		
	Secção (1) Processo de produção do capital	Livro I	O processo de produção do capital
			1) Mercadoria e dinheiro
			2) Transformação do dinheiro em capital
			3 – 5) Mais-valia absoluta e relativa
			6) Salário
			7) Processo de acumulação
	Secção (2) Processo de circulação do capital	Livro II	O processo de circulação do capital
	Secção (3) Unidade de ambos, ou capital, lucro e juros	Livro III	O processo global da produção capitalista
	Parte 2 – Concorrência ou muitos capitais		1-3) Lucro e taxa de lucro
	Parte 3 – Crédito		4) Capital comercial
	Parte 4 – Capital por ações		5) Juros e crédito
Livro II	Propriedade Fundiária		6) Renda fundiária
Livro III	Trabalho Assalariado		7) Rendimento e as suas fontes
Livro IV	O Estado ----->		
Livro V	Comércio Exterior ----->		
Livro VI	Mercado Mundial e Crises ----->		

Fonte: Adaptado, com algumas modificações, de Rosdolsky (2001/1968: 60).

Michael Heinrich é um dos principais defensores desta interpretação. Na perspetiva de Heinrich, Marx segue o plano de 6 Livros entre os anos de 1857 e 1863, norteado pela distinção metodológica basilar entre capital em geral e concorrência (Heinrich, 2016: 93). Todavia, no final do *Manuscrito de 1861-63* “torna-se evidente que o conceito metodológico de «capital em geral» (...) não é exequível” (Ibid.: 104). Assim, no *Manuscrito Económico de 1863-65*, “embora Marx continue a distinguir entre as leis internas do capital e a sua execução através da concorrência, já não existe uma parte separada na sua exposição que abstraia completamente dos capitais individuais” em competição mútua (Heinrich, 2007: 196).

Portanto, o ano de 1863 marca uma rutura na trajetória intelectual de Marx: o autor toma a decisão de redigir uma obra intitulada *O Capital*, que não possui uma correspondência direta com o livro sobre o capital do plano inicial de 1858 em virtude das diferenças metodológicas e expositivas colossais (Heinrich, 1989: 74).⁷⁶⁵ Doravante, o binómio capital em geral/muitos capitais (concorrência) é substituído pelo binómio capital social total/capital

⁷⁶⁵ Apesar disso, Heinrich é obrigado a reconhecer que *O Capital* reterá a divisão tripartida originalmente destinada à secção do capital em geral: processo de produção, processo de circulação e processo global (cf. Heinrich, 2016: 107).

individual, que constitui o “novo princípio estrutural da análise” (Heinrich, 2016: 121) nos três Livros de *O Capital*. Heinrich sugere que Marx expõe “em primeiro lugar (...) o capital individual e depois a constituição dos capitais individuais no capital social total, juntamente com o efeito retroativo do capital social total sobre o movimento dos capitais individuais” (Heinrich, 1989: 76).⁷⁶⁶

Helmut Reichelt também preconiza que Marx abandonou o plano de 6 Livros, mas, ao contrário de Heinrich, sustenta que *O Capital* “representa (...) a execução apenas da primeira secção dessa concepção original do ano de 1857: a saber, o desenvolvimento do «conceito geral do capital»” (Reichelt, 2013/1970: 83-84). No entanto, a renúncia dos restantes volumes não se trata de uma “abreviação”, porquanto Marx chegou à conclusão que o conceito geral do capital, exposto nos três tomos da sua *magnum opus*, era “uma forma perfeitamente adequada de dar conta de todo o material” (Ibid.: 84).

Em linha com as (pro)posições de Reichelt, Vitaly Vygodsky defende que Marx abdicou da “ideia de escrever seis livros” e limitou-se a redigir somente “a primeira secção do primeiro livro, (...) sobre o «Capital em geral»” (Vygodsky, 1965: 111). Contudo, em oposição a Reichelt, Vygodsky afirma que Marx acabaria por incluir em *O Capital* “muitos dos problemas que deveriam na verdade ser o objeto das secções subsequentes do primeiro livro e de outros volumes da sua obra sobre a economia” (Ibid.).⁷⁶⁷

Em jeito de balanço, pode-se dizer, na sequência de Allen Oakley, que o estatuto dos 3 Livros de *O Capital* em relação ao plano original de 6 Livros, esboçado em 1858, é “inconclusivo” (Oakley, 2007: 91). Não é possível afirmar, com inteira certeza, que Marx continuou a planear escrever cinco Livros adicionais, embora essa tese também não possa ser infirmada taxativamente (Ibid.). Segundo Oakley, as evidências textuais revelam uma clara “tendência para o aumento da abrangência de *O Capital per se*”; porém, o “significado derradeiro desta tendência não é claro” (Oakley: 1983: 110, *italico no original*).

Por exemplo, embora a renda fundiária e o trabalho assalariado não constassem originalmente no plano do livro sobre o capital, a sua presença, respetivamente, nos Livros Terceiro e Primeiro de *O Capital* não invalida que Marx planeasse tratar os temas mais detalhadamente em Livros subsequentes autónomos; com efeito, há passagens que parecem apontar nesse sentido (Ibid.: 112-113). No entanto, é possível encontrar passagens que apontam no sentido inverso: Marx refere-se a *O Capital* como um “todo artístico” implicitamente “autossuficiente” (Ibid.: 114). À luz destas evidências contraditórias, qualquer conclusão tem de ser, repita-se, forçosamente “inconclusiva” (Ibid.).

⁷⁶⁶ Esta questão será debatida em pormenor no Capítulo 7, mas atente-se no individualismo metodológico do autor: se em Marx é o capital social – o *prius* teórico-metodológico – que se decompõe e singulariza nos capitais individuais, em Heinrich são os capitais individuais que se juntam para constituir o capital social global.

⁷⁶⁷ Refira-se, ainda, a interpretação de Roberto Fineschi: Marx abandonou, em determinada altura, o plano original de 1858 e decidiu concentrar-se exclusivamente no capital em geral; assim, todos os tópicos que ultrapassam esse nível de abstração servem apenas de “ilustrações” (Fineschi, 2014: 155).

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Anexo 2

Marx e a economia política clássica

A2.1 – Introdução

Simon Clarke sublinha que “a maioria dos críticos de Marx (...) assimilam-no à economia política clássica, e depois condenam ambos ao mesmo destino” (Clarke, 1991: 94): o caixote do lixo da história. Evidentemente que o confronto *crítico* com o pensamento dos autores clássicos foi crucial para o desenvolvimento da sua própria teoria (Vygodsky, 1965: 106). No entanto, impõem-se duas observações. Em primeiro lugar, como decerto terá ficado claro ao longo da 1ª Parte, “a análise de Marx começa no ponto em que a economia política burguesa chegou a um beco sem saída” (Ibid.: 69).

Em segundo lugar, e muito mais importante, a teoria marxiana do valor resolve as antinomias da economia clássica, mas não é uma mera extensão da mesma, representando uma “rutura e a contraposição de um ponto de vista completamente diferente” (Bianchi, 1981: 114). Marx não se limita a corrigir “a falta ou a insuficiência deste ou daquele aspeto”; a sua crítica incide sobre “*os próprios pressupostos*” que fundamentam a ciência económica precedente (Ibid.: 23, *itálico no original*).

Tanto Adam Smith como David Ricardo conseguiram intuir a relação entre trabalho e *grandeza* do valor. Nas palavras de Lucio Colletti,

“a economia política, ainda que de modo incompleto, descobriu que aquilo que se apresenta como valor da mercadoria é nada mais do que o trabalho humano despendido na produção dessa mesma mercadoria. Todavia, (...) a economia política não colocou o problema que para Marx é preliminar e fundamental: porque é que em determinadas condições histórico-sociais, o tempo de trabalho empregado para produzir uma coisa se apresenta como uma característica objetiva da própria coisa, isto é, como *valor da coisa*; ou, em outros termos, porque é que o produto do trabalho assume a forma de *mercadoria*.” (Colletti, 2011/1974: 30-31, *itálico no original*)

Portanto, os clássicos foram incapazes de descortinar a especificidade da *forma social* hodierna que, assim, deveio naturalizada. O valor foi elevado ao estatuto de categoria transhistórica, em vez de ser percecionado como o resultado peculiar das relações sociais de produção capitalistas (Best, 2010: 59). Consequentemente, Smith e Ricardo escamotearam o cariz *qualitativo* do trabalho criador de valor – coube a Marx a descoberta da categoria trabalho abstrato.

Falar de trabalho abstrato e de valor é, no contexto do pensamento marxiano, conforme foi frisado em diversas ocasiões, sinónimo de fetichismo. A teoria do valor-trabalho do autor é *simultaneamente* uma teoria da *autonomização* das relações sociais. Segundo Marx, “a forma feiticista das mercadorias generaliza-se a todas as categorias económicas da produção capitalista, é a própria essência delas, e as relações sociais (...) na sua totalidade aparecem”, portanto, “animadas de vida própria” (Bianchi, 1981: 117). Sem surpresas, embora esta problemática seja imprescindível para entender a modernidade, ela “está completamente ausente” nas obras dos clássicos (Ibid.: 116-117).

Finalmente ver-se-á que Smith e Ricardo se revelaram incapazes de resolver duas questões nucleares: explicar a origem de um valor excedente sem violar o postulado da troca de equivalentes (algo que Marx consegue fazer com recurso à categoria força de trabalho); conciliar a determinação do valor pelo tempo de trabalho com a igualização dos lucros em ramos de negócio que colocam em ação proporções distintas de trabalho vivo (problema solucionado por Marx através da categoria preço de produção).

A2.2 – Forma social, trabalho concreto/abstrato e fetichismo

O primeiro aspeto que deve ser salientado é que a economia política clássica entendia a forma-mercadoria de modo *transhistórico*. Assim, “a existência da produção generalizada de mercadorias (...) foi assumida axiomáticamente” (Pilling, 1980: 74) como um fenómeno “autoevidente” e que, por isso, “não exige qualquer prova especial” (Vygodsky, 1965: 41) de natureza teórica ou empírica. Em síntese, “os produtos do trabalho, os bens, (...) são *naturalmente* mercadorias” (Bianchi, 1981: 25, *italico no original*).

Para além disso, Smith e Ricardo não apreendem corretamente as subtilezas da forma-mercadoria. É verdade que logram diferenciar o valor de uso do valor *de troca* (Pilling, 1972: 297), mas não estabelecem a distinção crucial entre valor de troca e valor, quer dizer, não percebem que o valor de troca é a *forma de manifestação* necessária do valor. Um problema adicional, bastante mais grave, é que os autores não retiram as devidas “implicações” (Ibid.) dessa natureza bífida da mercadoria. A relação inerentemente *contraditória* entre o “conteúdo material” da riqueza (valor de uso) e o seu “invólucro social” (valor) é totalmente ignorada (Vygodsky, 1965: 47; cf. Bianchi, 1981: 25).

Que a riqueza tenha de assumir uma segunda pele fetichista para ser desfrutada socialmente apresenta-se, aos seus olhos, como uma obviedade trivial, conforme Marx escreve neste trecho a respeito de Ricardo:

“O facto de que há contradições contidas no *capital*, nós somos os últimos a negar. Nosso objetivo é, na verdade, desenvolvê-las completamente. Ricardo, entretanto, *não as desenvolve*, mas se livra delas ao considerar o valor (...) como indiferente para a formação da riqueza [capitalista, NM]. Em outras palavras, ele sustenta que em uma sociedade baseada no valor (...) não existem as contradições às quais essa forma de riqueza é compelida com o desenvolvimento das forças produtivas, (...) que em tal sociedade um crescimento do valor não é necessário para garantir o crescimento da riqueza [material, NM] e, conseqüentemente, que o valor como a forma de riqueza [abstrata, NM] não afeta de modo algum essa própria riqueza [concreta, NM] e seu desenvolvimento”. (Marx, 2011b/1857-58: 280, *italico no original*)

A “*indiferença*” do valor “para com o conteúdo de valor de uso” (Bianchi, 1981: 26, *italico no original*) converte-se por artes mágicas no seu simétrico. O valor – repito, percecionado de modo *truncado* como valor de troca, como *dinheiro* – não passaria de um “véu” ou instrumento “contabilístico” conveniente para facilitar a troca dos valores uso, que seriam evidentemente o verdadeiro objetivo da produção capitalista! Note-se, *en passant*, que esta ainda é uma posição bastante comum hoje em dia no seio da *economics* académica. A contradição entre matéria natural e forma social que, segundo Marx, está no cerne do limite interno absoluto do sistema produtor de mercadorias, é pura e simplesmente declarada não existente. *E é assim*, diria Kurt Vonnegut.

Outra falha crassa da economia política clássica prende-se com a questão de não reconduzir a índole dual das mercadorias ao cariz igualmente *bífido do trabalho* que as produz. Neste sentido, “Smith (...) não tem (...) nenhuma clareza teórica acerca da natureza e do caráter do «trabalho» que está na origem do valor” (Ibid.: 46). De maneira análoga, “a teoria ricardiana do valor” assenta na produção *tout court*, ou seja, “o dispêndio de tempo de trabalho é considerado *independentemente da forma social*”, pelo que a criação de valor aparece “como uma característica *técnica* do processo de produção” (Clarke, 1991: 100, *italico nosso*).

Vitaly Vygodsky salienta igualmente esta incapacidade de reconhecer o “caráter historicamente específico do trabalho criador de valor” e, portanto, de estabelecer uma

diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato (Vygodsky, 1965: 10). Dado que se limitou “a determinar a grandeza do valor pelo tempo de trabalho”, Ricardo “não compreendeu o aspeto mais importante da teoria do valor-trabalho – *a qualidade especial do trabalho que cria valor*” (Ibid.: 11, *itálico nosso*). As aporias do pensamento ricardiano são sumarizadas na perfeição por Geoff Pilling:

“A economia política, na pessoa de Ricardo, vislumbrou o trabalho como medida da grandeza do valor, preocupando-se quase exclusivamente com o aspeto quantitativo do valor – quer dizer, com as relações de troca quantitativas particulares entre as mercadorias. Não conseguiu perceber que quando tratava a diferença entre os vários tipos de trabalho num sentido *quantitativo*, a sua unidade *qualitativa* estava implícita – quer dizer, a sua redução a trabalho *abstrato*.” (Pilling, 1980: 33, *itálico no original*).

Sem “uma investigação adequada do tipo (...) de trabalho que cria valor” (Ibid.: 31) perde-se de vista o fundamento da “realidade social do capital” (Bianchi, 1981: 28). Logo, a categoria trabalho abstrato constitui seguramente uma das principais razões por que é impossível assimilar a teoria do valor de Marx àquela de Ricardo:

“O núcleo central da investigação marxista sobre o valor, e o ponto nodal de diferença entre esta investigação e a investigação clássica, é constituído pelo problema do «trabalho abstrato», ou seja pela sua função histórica e pelo seu papel específico no processo de produção capitalista. (...) [O] trabalho «humano» que se representa nos valores (...) é (...) «abstrato», trabalho social igual, e (...) tal caráter de «abstração» do trabalho não é um dado natural, mas um resultado histórico, que recebe o seu acabamento no âmbito de determinadas e específicas relações de produção, precisamente as capitalistas.” (Ibid.: 101-102)

Esta diferença concernente à interpretação *qualitativa* do valor tem repercussões no seu entendimento *quantitativo*. Em Marx, a grandeza do valor, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, *pressupõe* a redução prática das várias atividades à mesma substância homogênea, indiferenciada. Ademais, a grandeza do valor não é estabelecida, *à la* Ricardo, pelo “tempo de trabalho individual” (Clarke, 1991: 96) despendido por cada produtor particular, mas pelo tempo de “trabalho *médio*” (Bianchi, 1981: 29, *itálico nosso*) *social* requerido para a produção de certo tipo de mercadorias (Clarke, 1991: 101). *O dispêndio de trabalho que se situe abaixo desse padrão objetivo de produtividade não conta como formador de valor.*

A inexistência nos clássicos de uma diferenciação entre trabalho concreto e abstrato, e da distinção correspondente “entre o que Marx chama processo laboral e processo de valorização” (Bianchi, 1981: 70), significa que estes escamoteiam o caráter fetichista das relações sociais capitalistas. Por sua vez, a teoria marxiana não se limita a demonstrar “a determinação do valor (...) na base do tempo de trabalho” abstrato e socialmente necessário; ela expõe a “autonomização” do processo de valorização e a consequente *automaticidade* das relações económicas (Ibid.: 60).

A identidade entre as teorias do valor e do fetichismo no seio do pensamento de Marx (Kliman, 2000: 96) permite-lhe desvendar a (ir)racionalidade subjacente à modernidade capitalista, inteiramente movida pela “produção de *riqueza abstrata*” (Bianchi, 1981: 60, *itálico nosso*). Por outras palavras, “Marx é capaz de definir o capitalismo como um sistema em que a única finalidade da produção é incrementar o valor (...) ilimitadamente”, de maneira que “toda a atividade humana é subordinada a um propósito não-humano”

(Kolakowski, 1978a: 264). Assim, “a comunidade no seu conjunto é (...) escravizada (...) por abstrações que se apresentam como um poder externo, alienado” (Ibid.).

Em suma, aquilo que Marx propõe, e que o coloca nos antípodas das posições assumidas por Adam Smith e David Ricardo, é “uma teoria da constituição das formas de objetividade” social tipicamente modernas (Silva, 1976: 36). Marx oferece uma “explicação das categorias económicas como «perversões» ou «inversões»” reais (Backhaus, 2005: 13) que dominam os seres humanos. Na medida em que a sociedade burguesa possui um cariz *sui generis*, apresentando-se como uma realidade “subvertida, «do avesso»” (Bianchi, 1981: 117), o “problema central” da teoria marxiana é constituído pela “crítica das abstrações” reais (Krahl, 1978/1971: 103).

A2.3 – A origem do valor excedente: “valor do trabalho”, força de trabalho e mais-valia

Tanto Smith como Ricardo são incapazes de explicar a origem de um valor excedente em conformidade com a troca de equivalentes. A principal razão desta insuficiência prende-se com a ausência da categoria força de trabalho: a mercadoria bastante especial que, como sabemos, o operário vende ao capitalista e cujo *valor de uso* consiste precisamente no *trabalho em ação* criador de valor.

No que se refere a Smith, este enreda-se numa aporia ao falar de um suposto “valor do trabalho” que determinaria o valor das mercadorias produzidas (Bianchi, 1981: 42). O autor postula simplesmente, sem nunca fundamentar devidamente essa asserção em termos teóricos, que o dispêndio de um dado quantum de trabalho no fabrico de certas mercadorias permite obter *misteriosamente* um ganho no momento da venda das mercadorias.

Recorrendo às suas categorias, o “trabalho comandado”, quer dizer, a quantidade de trabalho adquirida como contrapartida da alienação das mercadorias (na prática, a quantia de dinheiro), é *sempre* superior ao “trabalho contido” nessas mercadorias – o salário (Ibid.: 42-43). Visto que *identifica* o valor produzido pelo operário com o valor do salário (i.e., com o valor da força de trabalho), Smith não consegue elucidar como é possível a existência de um valor excedente sem violar a troca de equivalentes, refugiando-se no axioma: o “trabalho comandado” excede o “trabalho contido” *porque sim*.⁷⁶⁸

A aporia de Ricardo é em tudo similar àquela de Smith: “a falta de distinção entre trabalho e força de trabalho” (Ibid.: 65) condu-lo a procurar determinar o suposto *valor do trabalho* (Ibid.: 76). Neste sentido, o salário – entendido como valor do trabalho – aparece-lhe como uma grandeza equivalente ao *valor total* criado pelo trabalho vivo durante o processo de produção imediato (Ibid.: 79). Evidentemente que a diferença entre as duas parcelas – trabalho necessário e mais-trabalho – que compõem a jornada laboral é obliterada, tal como a relação decisiva entre mais-trabalho e mais-valia (Ibid.).

Coube a Marx, como sabemos, o mérito de transcender a expressão “irracional” do valor do trabalho utilizada pela economia clássica (Ibid.: 78), demonstrando que “aquilo que o operário vende não é o seu trabalho mas a sua força de trabalho” (Kolakowski, 1978a: 264), ou seja, uma *mercadoria* encerrada na sua corporalidade (Bianchi, 1981: 47). É justamente a diferença entre o *valor* dessa mercadoria e o valor criado pelo consumo produtivo do seu *valor de uso* – o trabalho vivo em ação – que permite deduzir a origem de um valor excedente de um modo que não viola o postulado da troca de equivalentes:

“A categoria «força de trabalho como mercadoria» pressupõe que seja estabelecida uma distinção entre o seu valor e o seu valor de uso, que seja entendido que o capitalista, à semelhança de qualquer compra, adquire o valor de uso desta mercadoria e paga o seu

⁷⁶⁸ Para além disso, atente-se que “o trabalho posto como medida de valor aparece ele mesmo como um valor (...): isto conduz ao círculo vicioso de fazer de um valor a medida do valor” (Bianchi, 1981: 120). Marx dirá que o trabalho cria valor, mas *não é nem tem* valor.

valor. (...) A diferença entre o valor que foi criado pelo uso da força de trabalho (...) e o valor da própria força de trabalho constitui a mais-valia. Assim, Marx, ao distinguir entre o valor de uso e o valor da mercadoria força de trabalho, foi capaz de explicar a mais-valia de acordo com a lei do valor.” (Vygotsky, 1965: 14)

Pode-se concluir que o trabalho não é uma mercadoria, mas “o valor de uso da mercadoria” que o operário aliena ao capitalista (Ibid.: 54). Consequentemente carece de sentido falar em “trabalho pago” porque aquilo que é remunerado é a mercadoria força de trabalho e não o trabalho realizado.⁷⁶⁹ O valor dessa mercadoria é equivalente àquele dos meios de subsistência requeridos para a manutenção do organismo do seu *portador* num nível de vitalidade apropriado ao dispêndio abstrato continuado de energia. A mais-valia decorre tão-somente do facto de esse valor e o valor que o trabalho é capaz de criar, uma vez posto a funcionar no processo de produção, serem duas grandezas completamente distintas e sem nenhuma relação direta.

A2.4 – Tempo de trabalho, valor e equalização das taxas de lucro

Vimos que a concorrência, mediante a formação de uma taxa geral de lucro, contradiz à *primeira vista* a determinação do valor pelo tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário (cf. 3.3). Este problema revelar-se-á insolúvel no quadro economia política clássica e, em particular, contribuirá decisivamente para a dissolução da “escola ricardiana” (Callinicos, 2014: 90).

O dilema é fácil de enunciar. Por um lado, “se as mercadorias se trocassem de acordo com o trabalho requerido para produzi-las, então a taxa de lucro variaria de indústria para indústria dependendo (...) das condições de produção” (Ibid.: 85), mormente das suas composições orgânicas, isto é, do facto de serem mais ou menos trabalho-intensivas. Por outro lado, “se (...) é assumido que os capitais fluem entre diferentes ramos até que seja formada uma taxa geral de lucro que igualiza os retornos, então as mercadorias não podem ser trocadas de acordo com o [tempo de, NM] trabalho requerido pela sua produção (Ibid.).

São três os *pressupostos* da teoria ricardiana do valor que não lhe permitem dar uma resposta satisfatória a este dilema. Em primeiro lugar, a ausência da “distinção entre valor (...) e a sua forma fenoménica, o valor de troca” (Bianchi, 1981: 119), mencionada em A5.2, faz-se sentir de modo especialmente pernicioso neste ponto-chave: os preços (“naturais”) são assimilados aos valores (Pilling, 1972: 295). Em segundo lugar, a inexistência da categoria mais-valia implica que ela seja subsumida na categoria lucro, quando, na verdade, o lucro é uma forma fenoménica *mediada* da mais-valia (Sayer, 1979: 127). Em terceiro lugar, o individualismo metodológico de Ricardo (Bianchi, 1981: 105) escamoteia o holismo *real* do capital, que se trata de uma totalidade *negativa apriorística* que se impõe às suas partes.

Tendo em conta estes três pressupostos, é completamente estranha a Ricardo a noção de que o *valor* pode efetivamente ser determinado pelo tempo de trabalho despendido ao *nível macrossocial* e, simultaneamente, *manifestar-se* ou decompor-se em *preços de produção* setoriais (e individuais) que, mediante a concorrência, redistribuem equitativamente a mais-valia produzida sob a forma de *lucro médio*. E que, por essa razão, não coincidem com os respetivos valores setoriais (e individuais) determinados pelo volume de trabalho vivo realmente colocado em movimento por cada capital particular.⁷⁷⁰

Deste modo, confrontado com a tendência empírica para a equalização das taxas de lucro, Ricardo conclui (equivocadamente) que os valores – indistintos dos “preços naturais” –

⁷⁶⁹ Assim como carece de sentido falar em “trabalho não-pago” (cf. 1.4.2.3).

⁷⁷⁰ No entanto, caso ainda fosse necessário repeti-lo, a ligação entre (mais-)trabalho e (mais-)valor é mantida obviamente ao nível da economia no seu conjunto e predetermina a grandeza agregada do bolo a ser distribuído.

deixam de ser determinados exclusivamente pelo tempo de trabalho (Ibid.: 87). Em outros termos, Ricardo é

“obrigado a abandonar a sua teoria do valor, precisamente na tentativa de a salvar; (...) verificando que a existência de uma taxa geral de lucro, em vez de corresponder à determinação do valor mediante o tempo de trabalho, *prima facie* aqui se contradiz, ao tornar os preços [de produção, NM] diferentes dos seus valores, ele procura eliminar esta contradição tendendo a identificar preços e valores”. (Ibid.: 88)

Neste contexto, “o lucro aparece determinado por leis próprias, sem mais nenhum ponto de contacto” evidente “com a precedente lei do valor” (Ibid.), quer dizer, com o trabalho despendido pelos operários (Ibid.: 87). Ricardo revelou-se incapaz de perceber que a *produção* e a *(re)distribuição* de mais-valia são dois processos distintos (Clarke, 1991: 139), e que embora o primeiro *predefina* o segundo, fá-lo por via de um “conjunto secundário complexo” de *mediações* (Shortall, 1994: 66) na esfera da circulação efetivadas pela concorrência entre os muitos capitais.

Importa reter que as distorções *necessárias* introduzidas pela concorrência apenas contradizem *aparentemente* a teoria do valor-trabalho (Vygodsky, 1975: 18). Coube a Marx, então, resolver “a inconsistência *aparente* dos dois princípios” que compõem o dilema mencionado anteriormente (Callinicos, 2014: 93, *italico* nosso), conforme sublinha Marina Bianchi:

“A verificação da diferença dos preços dos valores não impede (...) Marx de afirmar, ao mesmo tempo, que a massa global do lucro, embora diversamente distribuída entre as diferentes indústrias, é sempre determinada pela massa total de mais-valia produzida, e esta última por sua vez, necessariamente, segundo a lei do valor, pela massa fornecida de mais-trabalho. (...) [O]s valores, embora através da sua modificação como preços [de produção e de mercado, NM], continuam a ser determinados pela precedente formulação do valor segundo o tempo de trabalho.” (Bianchi, 1981: 127-128)

Em suma, visto que “o lucro total do sistema é sempre determinado pela mais-valia total enquanto mais-trabalho”, a teoria marxiana do valor-trabalho “continua, portanto, a ser válida e a constituir o centro real donde partem as efetivas variações dos preços”; de tal modo que “o lucro médio e os preços de produção não seriam sequer compreensíveis senão se partisse dos valores” (Ibid.: 89).

Anexo 3

Índices de três obras não traduzidas de Robert Kurz⁷⁷¹

A3.1 – *O Livro Negro do Capitalismo – Um canto de despedida da economia de mercado*
(816 pp.)

Introdução à nova edição de 2009 – Do fim do socialismo de Estado em 1989 à crise do capital mundial em 2009 (traduzido)

Prólogo (traduzido)

Modernização e pobreza em massa (traduzido)

A economia de mercado cria pobreza

A teia da miséria e a teia da revolta

O nascimento do mercado mundial do espírito do absolutismo

A utopia negra da concorrência total (traduzido)

Uma sociedade de monstros

Vícios privados, benefícios públicos

A Mulher como Cadela do Homem

A Mão Invisível

A maior felicidade possível para o maior número possível

A Revolta na Bounty

A história da primeira revolução industrial (traduzido)

A racionalidade da economia de empresa

Moinhos satânicos

Destruidores de máquinas

A lei da população: desapareci da terra!

Emancipação social ou revolução nacional do cidadão do estado?

A escola dominical social-democrata do liberalismo

Livre-câmbio e nacionalismo atrasado

⁷⁷¹ Os índices foram retirados de: <http://www.obeco-online.org/robertkurz.html>.

A lei do equilíbrio e o sistema industrial de bola de neve

O sistema dos impérios nacionais

O Estado pai

A mentira fundadora e a grande depressão

A lei da actividade estatal crescente

Absolutismo socialista

Couraçados e nacionalismo de pilhagem

Precisamente bananas

A biologização da sociedade mundial

A luta pela vida

Raça humana e higiene da reprodução

Luta racista e conspiração mundial

A comunidade da descendência alemã

O socialismo dos vertebrados superiores

A história da segunda revolução industrial

A catástrofe primordial do século XX

Henry Ford e o nascimento da sociedade automobilizada

A racionalização do ser humano

Crise da economia mundial

Ditaduras e “guerra dos mundos”

Estado do trabalho e socialismo autoritário

O sonho perdido do furor capitalista

A Fábrica Negativa de Auschwitz (traduzido)

Abrir buracos e construir pirâmides: a revolução keynesiana

O sistema das democracias totalitárias do mercado mundial

Ruínas novas em folha

O mercado totalitário

Mobilização total

O capitalismo do lazer totalitário

A Democracia Totalitária (traduzido)

O curto Verão do milagre económico

Destruição do mundo e crise de consciência

A história da terceira revolução industrial

Visões da automação

A racionalização acabada do ser humano

O Estado demite-se

A última cruzada do liberalismo

A nova pobreza em massa

A miragem da sociedade de prestação de serviços

Capitalismo de casino: o dinheiro fica sem trabalho

O Fim da Economia Nacional (traduzido)

Os demónios acordam

Epílogo

A3.2 – A Ideologia Anti-Alemã – Do antifascismo ao imperialismo de crise: crítica da novíssima essência sectária alemã de esquerda nos seus profetas teóricos (316 pp.)

Prefácio (traduzido)

O que é anti-alemão – O embrutecimento do Iluminismo e a razão de crise burguesa como produtos do apodrecimento da esquerda da modernização

Duas espécies de crítica do valor: Auschwitz e a última divisão das esquerdas

A desordem capitalista como “civilização”

Salvai o capitalismo de si mesmo! A lógica paradoxal da conversão da esquerda

Da “decadência da natureza” ao “aproveitamento”: metafísica do progresso iluminista

A consciência infeliz do marxismo do movimento operário: crítica do valor como perda da timidez

Economia política da deshistorização: a lenda da “superação negativa” do capitalismo

Singularidade e universalidade da modernização: a discussão sobre o estatuto histórico dos crimes nacional-socialistas

A metafísica da nação: um objecto inteiramente alemão

A Longa Marcha para o Oeste

Império teutónico. Um combate de fantasmas

Crítica do capitalismo nunca mais

O sujeito é o valor – Os machos brancos do iluminismo em acção

O sujeito ocidental masculino e branco (OMB) da modernidade

Aporia e apologética da forma do sujeito

O idealismo lógico do sujeito da circulação

Sujeito do valor e “essência alemã”

Os horrores da igualdade

A apoteose do indivíduo abstracto

American way of life e capitalismo renano

Consumo de mercadorias como vida verdadeira em falso

O marxismo do trabalho do valor anti-alemão

O colonialismo de crise dos valores ocidentais

Homens “autênticos”, mulheres “autênticas”. O sujeito sexual e a dissociação do valor

O estado de Israel como substituto metafísico

A falsa imediação – Sobre o método da ideologia anti-alemã

A mistificação do capital

A mistificação da crise

A mistificação da crítica

O positivismo da falsa imediação

Teoria e empiria

A ausência de história como metafísica da história

O reducionismo crítico da ideologia

Lógica identitária como processo de imputação denunciatória

Uma falsa crítica dos políticos

A3.3 – O capital mundial – Globalização e Limites Intrínsecos do Moderno Sistema Produtor de Mercadorias (480 pp.)

O mundo afinal é uma mercadoria

O discurso da globalização acrítico e meramente moralista

A embalagem enganadora da “segunda modernização”

Profetas e curandeiros da globalização

A crítica da globalização sem pés para andar

O capitalismo como sistema mundial

As fases preliminares da globalização: história e teoria do mercado mundial na época das economias nacionais

Mercado mundial, economia nacional e relação de dissociação sexual

Um conceito reduzido do sistema mundial

Mercado mundial e auto-contradição interna do capitalismo

O teorema das vantagens comparativas

Campeonato mundial de exportação em vez de divisão internacional do trabalho

A exportação de capital e os conglomerados multinacionais

A crise mundial da sociedade mercantil

A globalização como nova qualidade negativa do sistema mundial

A caminho da economia empresarial transnacional

A destruição das economias nacionais e o fim do "capitalista colectivo ideal"

A economia globalizada e a forma nacional do dinheiro (moeda)

Outsourcing com baixos salários e colapso do desenvolvimento recuperador: duas faces da mesma moeda

Campanhas de localização até perder o hábito

Um fantasma da ópera do mercado mundial

Renegação e realidade da transnacionalização da crise capitalista em números e factos

Circulando na contra-mão da história

O capital mantém-se em casa?

Tríade contra a globalização?

Nada de novo debaixo do sol desde a 1ª Guerra Mundial?

O novo capital financeiro

O capitalismo de crise global e a economia das bolhas financeiras

Sobre-acumulação estrutural: do fordismo à economia das bolhas financeiras globais

Da bolha das acções à bolha do imobiliário e vice-versa: a reciclagem do capital fictício na economia real

Nascimento e ascensão histórica do capital financeiro

Shareholder value: do velho capital financeiro ao novo

Investment-Fonds e desregulamentação: estruturas e tendências da economia de bolhas

Fusionite: A grande farra

As manhas da crítica reduzida do capitalismo

Dissolução do corporatismo fordista, inversão da lógica de crise e novo anti-semitismo

O fim da Alemanha-S.A.

Crítica do capitalismo duplamente reduzida: a metamorfose neopequeno-burguesa do marxismo tradicional

Anti-semitismo estrutural

A ilusão do estado e a nostalgia nacional

O desastre do discurso da regulação política

Não passar do espaço nacional

A ilusão do primado da política

Nostalgia keynesiana

A teoria da regulação em ponto morto histórico

Administração da crise nacional e capitalismo de crise transnacional

PAGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Referências bibliográficas

- Aabromeit, Richard (2014), “Valor sem crise – Crise sem valor? Sobre a ausência de uma teoria da crise em Moishe Postone”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/aabromeit-2016.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Adam, David (2011), “Postone’s «Resolution» of Marx’s Imaginary Contradiction – On the revision of the concept of «abstract labor»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/artc2ba-sobre-postone-d-adam.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Adorno, Theodor W. (2009/1966), *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, Theodor W. (2013), *Lições de Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Albritton, Robert (1999), *Dialectics and Deconstruction in Political Economy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Albritton, Robert (2007), *Economics Transformed – Discovering the Brilliance of Marx*. Londres & Ann Arbor: Pluto Press.
- Alexander, Jeffrey C. (1982), *Theoretical Logic in Sociology, Volume Two. The Antinomies of Classical Thought: Marx and Durkheim*. Berkeley: University of California Press.
- Alexander, Jeffrey C. (1989), *Structure and Meaning – Relinking Classical Sociology*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Alvarenga, Raphael (2009), “Do aspeto não-idêntico do valor de uso – Moishe Postone e a questão do sujeito”, in *Sinal de Menos*, No. 2, pp. 179-184.
- Anders, Günther (2011a), *La Obsolescencia del Hombre (Volumen I) – Sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial*. Valência: Pre-Textos.
- Anders, Günther (2011b), *La Obsolescencia del Hombre (Volumen II) – Sobre la destrucción de la vida en la época de la tercera revolución industrial*. Valência: Pre-Textos.
- Anderson, Perry (1976), *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Porto: Edições Afrontamento.
- Antonio, Robert J. (2003), “Karl Marx”, in Ritzer, George (Org.), *The Blackwell Companion to Major Classical Social Theorists*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 93-131.
- Arato, Andrew & Breines, Paul (1979), *The Young Lukács and the Origins of Western Marxism*. Nova Iorque: The Seabury Press.
- Aron, Raymond (2000), *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 5ª Edição.
- Aron, Raymond (2002), *Le Marxisme de Marx*. Paris: Editions de Fallois.
- Aronowitz, Stanley (1991), “Preface”, in Vincent, Jean-Marie, *Abstract Labour: A Critique*. Nova Iorque: St. Martin’s Press, pp. xi-xxi.
- Arriaza, Esther Barahona (2006), “Categorías y modelos en la Dialéctica negativa de Th. W. Adorno: crítica al pensamiento idéntico”, in *LOGOS. Anales del Seminario de Metafísica*, Vol. 39, pp. 203-233.
- Arthur, Christopher J. (1978), “Labour: Marx’s Concrete Universal”, in *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, Vol. 21, No. 1-4, pp. 87-103.
- Arthur, Christopher J. (1986), *Dialectics of Labour: Marx and his Relation to Hegel*. Oxford: Basil Blackwell. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/dialectics-of-labor-c-arthur.pdf>. (Consultado em: 10/03/2016)
- Arthur, Christopher J. (1993), “Hegel’s Logic and Marx’s Capital”, in Mosely, Fred (Org.), *Marx’s Method in Capital – A Reexamination*. Nova Jérícia: Humanities Press, pp. 63-87.

- Arthur, Christopher J. (1997), “Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic”, in Moseley, Fred & Campbell, Martha (Orgs.), *New Investigations of Marx’s Method*. Nova Iorque: Humanity Books, pp. 9-37.
- Arthur, Christopher J. (2004), *The New Dialectic and Marx’s Capital*. Leiden & Boston: Brill.
- Arthur, Christopher J. & Reuten, Geert (1998), “Marx’s *Capital II*, The Circulation of Capital: General Introduction”, in Arthur, Christopher J. & Reuten, Geert (Orgs.), *The Circulation of Capital – Essays on Volume Two of Marx’s Capital*. Houndmills: Macmillan/Nova Iorque: St. Martin’s Press, pp. 1-16.
- Artous, Antoine (1996), “En réponse à Jean-Marie Vincent”, in *Critique Communiste*, No. 145. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/resposta-do-artous-ao-artc2ba-de-vinc-sobre-mandel.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Artous, Antoine (2004a), “Jean-Marie Vincent, un penseur obstiné”, in *Critique Communiste*, No. 173. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/artous-jm-vincent-un-penseur.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Artous, Antoine (2004b), “Le marxisme comme théorie critique”, in *Critique Communiste*, No. 173. Disponível em: http://www.preavis.org/breche-numerique/IMG/pdf/ARTOUS_marxisme-theorie-critique_CC173.pdf. (Consultado em: 30/07/2016)
- Artous, Antoine (2004c), “Retour sur le marxisme révolutionnaire”, in *Critique Communiste*, No. 173. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/artous-retour-sur-le-marxisme.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Artous, Antoine (2005), “État, «biopouvoir», émancipation”. Comunicação apresentada no Colóquio: “Jean-Marie Vincent, un théoricien critique”, Paris, Universidade de Paris VIII, 27/05/2005. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/comunicac3a7c3a3o-artous-em-pdf.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Artous, Antoine (2009a), “O mundo do trabalho e o marxismo”, in *IHU On-Line*, No. 316, pp. 36-40.
- Artous, Antoine (2009b), “Préface”, in Roubine, Isaak I., *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*. Paris: Éditions Syllepse, pp. 13-29.
- Artous, Antoine (2016a), “Jean-Marie Vincent”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/outra-bio-jmv-a-artous.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Artous, Antoine (2016b/1999), *Marx, el Estado y la política*. Barcelona: Sylone.
- Astarian, Bruno (2017), *L’Abolition de la valeur*. Genebra e Paris: Entremonde.
- Astarian, Bruno & Dauvé, Gilles (2015), *Everything Must Go! – The Abolition of Value*. Berkeley: LBCBooks.
- Astarita, Rolando (2004), *Valor, Mercado Mundial y Globalización*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas.
- Astarita, Rolando (2012), *Keynes, poskeynesianos y keynesianos neoclássicos – Apuntes de economía política*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial. 2ª Reimpressão.
- Aston, T. H. & Philpin, C. H. E. (Orgs.) (1995), *The Brenner Debate –Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 4ª Reimpressão.

- Austin M. M. & Vidal-Naquet, P. (1986), *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. Londres: Batsford Academic and Educational. 2ª Edição. 2ª Reimpressão.
- Backhaus, Hans-Georg (1980), “On the Dialectics of the Value-Form”, in *Thesis Eleven*, Vol. 1, No. 1, pp. 99-120.
- Backhaus, Hans-Georg (1992), “Between Philosophy and Social Science: Marxian Social Economy as Critical Theory”, in Bonefeld, Werner; Gunn, Richard & Psychopedis, Kosmas (Orgs.), *Open Marxism, Volume I – Dialectics and History*. Londres: Pluto Press, pp. 54-92.
- Backhaus, Hans-Georg (2005), “Some Aspects of Marx’s Concept of Critique in the Context of his Economic-Philosophical Theory”, in Bonefeld, Werner & Psychopedis, Kosmas (Orgs.), *Human Dignity – Social Autonomy and the Critique of Capitalism*. Aldershot & Burlington: Ashgate, pp. 13-29.
- Baert, Patrick (2006), “Social theory and the social sciences”, in Delanty, Gerard (Org.), *Handbook of Contemporary European Social Theory*. Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. 14-24.
- Banaji, Jairus (1979), “From the Commodity to Capital: Hegel’s Dialectic in Marx’s *Capital*”, in Elson, Diane (Org.), *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. Londres: CSE Books/Nova Jérícia: Humanities Press, pp. 14-45.
- Baran, Paul A. & Sweezy, Paul M. (1968), *Monopoly Capital – An Essay on the American Economic and Social Order*. Nova Iorque & Londres: Monthly Review Press.
- Barbosa, Gabriel Oliveira (2010), *Marx e a Inflação – Uma interpretação do fenómeno com base na teoria do valor-trabalho*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Tese de Mestrado em Desenvolvimento Económico.
- Barreira, Marcos (2015a). “Apresentação”, in Kurz, Robert, *Poder Mundial e Dinheiro Mundial – Crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 7-8.
- Barreira, Marcos (2015b), “Isaak Rubin e György Lukács – As origens da «leitura crítica» de Marx na década de 1920”, in *Sinal de Menos*, No. 11, Vol. 2, pp. 169-213.
- Barreira, Marcos & Gomez, André Villar (2018a), “Apresentação”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 9-13.
- Barreira, Marcos & Gomez, André Villar (2018b), “Pós-escrito”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 132-133.
- Barrow, Clyde W. (1993), *Critical Theories of the State – Marxist, Neo-Marxist, Post-Marxist*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Baschet, Jérôme (2006), *La Civilisation Féodale – De l’an mil à la colonisation de l’Amérique*. Paris: Éditions Flammarion. 3ª Edição.
- Basso, Pietro (2003), *Modern Times, Ancient Hours – Working Lives in the Twenty-first Century*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Bauman, Zygmunt (2010), *Towards a Critical Sociology – An essay on common sense and emancipation*. Nova Iorque: Routledge. 2ª Edição.
- Bavaresco, Agemir (2017), “Idealismo da infinitude hegeliana e fetichismo da finitude marxiana”, in Bavaresco, Agemir; Pertille, José Pinheiro; Miranda, Marloren Lopes & Tauchen, Jair (Orgs.), *Leituras da Lógica de Hegel*. Porto Alegre: Editora Fi, pp. 35-58.
- Beaud, Michel (1987), *História do capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bellah, Robert N. (2011), *Religion in Human Evolution – From the Paleolithic to the Axial Age*. Cambridge: Harvard University Press.

- Bellofiore, Riccardo (2004), “Marx and the Macro-monetary Foundation of Microeconomics”, in Taylor, Nicola & Bellofiore, Riccardo (Orgs.), *The Constitution of Capital – Essays on Volume I of Marx’s Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 170-210.
- Bellofiore, Riccardo (2014), “Lost in Translation? Once Again on the Marx-Hegel Connection”, in Moseley, Fred & Smith, Tony (Orgs.), *Marx’s Capital and Hegel’s Logic – A Reexamination*. Leiden & Boston: Brill, pp. 164-188.
- Bellofiore, Riccardo (2016), “Marx after Hegel: Capital as Totality and the Centrality of Production”, in *Crisis & Critique*, Vol. 3, No. 3, pp. 31-64.
- Bellofiore, Riccardo & Riva, Tommaso Redolfi (2018), “Hans-Georg Backhaus: The Critique of Premonetary Theories of Value and the Perverted Forms of Economic Reality”, in Best, Beverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 1: Key Texts and Contributions to a Critical Theory of Society*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 386-401.
- Berger, Denis (2004), “Jean-Marie Vincent”, in *Le Monde*, 10/04/2004. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/bio-em-multitudes-d-berger.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Berger, Denis & Neumann, Alex (2005), “Penser la libération. Pour Jean-Marie Vincent”, in *Variations*, No. 5, pp. 9-18.
- Bernardo, João (1977a), *Marx crítico de Marx – Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”*, Volume I. Porto: Edições Afrontamento.
- Bernardo, João (1977b), *Marx crítico de Marx – Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”*, Volume III. Porto: Edições Afrontamento.
- Bernardo, João (1991), *Dialética da Prática e da Ideologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Best, Beverley (2010), *Marx and the Dynamic of the Capital Formation – An Aesthetics of Political Economy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Best, Beverley (2015), “Distilling a Value Theory of Ideology from Volume Three of *Capital*”, in *Historical Materialism*, Vol. 23, No. 3, pp. 101-141.
- Bhattacharya, Tithi (Org.) (2017), *Social Reproduction Theory – Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto Press.
- Bianchi, Marina (1981), *A Teoria do Valor (dos clássicos a Marx)*. Lisboa: Edições 70.
- Bidet, Jacques (2008), “New Interpretations of *Capital*”, in Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (Orgs.), *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden & Boston: Brill, pp. 369-383.
- Biernacki, Richard (1995), *The Fabrication of Labor: Germany and Britain, 1640-1914*. Berkeley: University of California Press.
- Bihr, Alain (2010), *La Logique Méconnue du Capital*. Lausanne: Éditions Page Deux.
- Bischoff, Manfred (1995), “L’humanité a-t-elle toujours «travaillé»?”, in *Théologiques*, Vol. 3, No. 2, pp. 45-69.
- Blackledge, Paul (2010), “Marx in the Anglophone World”, in *Socialism and Democracy*, Vol. 24, No. 3, pp. 160-168.
- Blaug, Mark (2001), “No History of Ideas, Please, We’re Economists”, in *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, pp. 145-164.
- Blunden, Andy (1997), “The Meaning of Hegel’s Logic”. Disponível: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/01/the-meaning-of-hegels-logic-a-blunden.pdf>. (Consultado em: 07/01/2018)
- Böhm-Bawerk, Eugen V. (1930), *The Positive Theory of Capital*. Nova Iorque: G. E. Stechert & Co.
- Bonefeld, Werner (2001), “*Kapital* and its subtitle: a note on the meaning of critique”, in *Capital & Class*, No. 75, pp. 53-63.

- Bonefeld, Werner (2014), *Critical Theory and the Critique of Political Economy – On subversion and negative reason*. Nova Iorque: Bloomsbury.
- Bonefeld, Werner (2015), “Letter to the Editor: On Economic Sociology and the Critique of Society”, in *Journal of Economics and Political Economy*, Vol. 2, No. 1, pp. 149-153.
- Bonefeld, Werner (2016), “Negative dialectics and the critique of economic objectivity”, in *History of the Human Sciences*, Vol. 29, No. 2, pp. 60-76.
- Bonnet, Alberto & Piva, Adrián (Orgs.) (2017), *Estado y Capital – El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta.
- Botelho, Maurílio Lima (2009), *Crise da Sociedade do Trabalho – Teorias em Conflito*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- Böttcher, Herbert (2012), “Elogio de Robert Kurz”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/bc3b6ttcher-2012.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Bottomore, Tom (2010), *Theories of Modern Capitalism*. Nova Iorque: Routledge. 2ª Edição.
- Bouquin, Stephen (2006), “Domination au travail, ou domination du travail abstrait? – La contribution de Jean-Marie Vincent à une sociologie critique du travail”, in *Variations*, No. 8, pp. 76-89.
- Bourdieu, Pierre (2002/1972), *Esboço de uma Teoria da Prática (Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila)*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2007/1979), *A Distinção – Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: EDUSP/Porto Alegre: Editora Zouk.
- Bourdieu, Pierre (2009/1980), *O Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bowman, Curtis (1997), “Odysseus and the Siren Call of Reason: The Frankfurt School Critique of Enlightenment”, in *Other Voices*, Vol. 1, No.1. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2020/02/critique-of-enlightenment-c-bowman.pdf>. (Consultado em: 13/02/2020)
- Brenner, Robert (1977), “The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism”, in *New Left Review*, No. 1/104, pp. 25-92.
- Brewer, Anthony (1984), *A guide to Marx's Capital*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brynjolfsson, Erik & McAfee, Andrew (2011), *Race Against The Machine – How the Digital Revolution is Accelerating Innovation, Driving Productivity, and Irreversibly Transforming Employment and the Economy*. Lexington: Digital Frontier Press.
- Bukharin, Nikolai I. (1972/1924), “Imperialism and the Accumulation of Capital”, in Luxemburg, Rosa & Bukharin, Nikolai I., *The Accumulation of Capital – An Anti-Critique/Imperialism and the Accumulation of Capital*. Nova Iorque & Londres: Monthly Review Press, pp. 151-270.
- Caillé, Alain & Vandenberghe, Frédéric (2016), *Pour Une Nouvelle Sociologie Classique*. Lormont: Le Bord de L'eau.
- Calhoun, Craig (2012), “Craig Calhoun”, in Nickel, Patricia Mooney (Org.), *North American Critical Theory after Postmodernism – Contemporary Dialogues*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 62-87.
- Callinicos, Alex (2008), “Whither Anglo-Saxon Marxism?”, in Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (Orgs.), *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden & Boston: Brill, pp. 79-94.
- Callinicos, Alex (2013), *Social Theory – A Historical Introduction*. Cambridge: Polity Press. 2ª Edição. 7ª Reimpressão.

- Callinicos, Alex (2014), *Deciphering Capital – Marx's Capital and its destiny*. Londres: Bookmarks Publications.
- Calnitsky, David (2014), "Economic sociology as disequilibrium economics: a contribution to the critique of the new economic sociology", in *The Sociological Review*, Vol. 62, pp. 565-592.
- Camic, Charles (1993), "Talmudic exegesis or identification with the aggressor?", in *The American Sociologist*, Vol. 24, No. 2, pp. 63-65.
- Camic, Charles (1998), "Introduction: Classical Sociology Theory as a Field of Research", in Camic, Charles (Org.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 1-10. 1ª Reimpressão.
- Camic, Charles & Gross, Neil (1998), "Contemporary Developments in Sociological Theory: Current Projects and Conditions of Possibility", in *Annual Review of Sociology*, Vol. 24, pp. 453-476.
- Camic, Charles & Gross, Neil (2002), "Alvin Gouldner and the Sociology of Ideas: Lessons from «Enter Plato»", in *The Sociological Quarterly*, Vol. 43, No. 1, pp. 97-110.
- Camic, Charles & Gross, Neil (2004), "The New Sociology of Ideas", in Blau, Judith R. (Org.), *The Blackwell Companion to Sociology*. Malden, Oxford & Carlton: Blackwell Publishing, pp. 236-249. 2ª Edição.
- Campbell, Martha (1993), "The Commodity as «Characteristic Form»", in Blackwell, Ron; Chatha, Jaspal & Nell, Edward J. (Orgs.), *Economics as Worldly Philosophy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 269-302.
- Campbell, Martha (2002a), "Rent and Landed Property", in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 228-245.
- Campbell, Martha (2002b), "The Credit System", in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 212-227.
- Carcanholo, Reinaldo A. (s.d.), "A Categoria Marxista de Trabalho Produtivo". Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1220&title=A%20Categoria%20Marxista%20de%20Trabalho%20Produtivo>. (Consultado em: 18/10/2015)
- Carchedi, Guglielmo (1991), *Frontiers of Political Economy*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Cardoso, Ciro Flamarion (2011), "Existiu uma «Economia Romana»?", in *Phoînix*, Vol. 17, No. 1, pp. 15-36.
- Carnoy, Martin (1984), *The State and Political Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- Castel, Robert (2003), *From Manual Workers to Wage Laborers – Transformation of the Social Question*. New Brunswick & Londres: Transaction Publishers.
- Cerqueira, Hugo E. A. da Gama (2010), "David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels", in *Economia*, Vol. 11, No. 1, pp. 199-215.
- Cerqueira, Hugo E. A. da Gama (2015), "Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx", in *Revista de Economia Política*, Vol. 35, No. 4, pp. 825-844.
- Chamoux, Marie-Noëlle (2001), "Sociétés avec et sans concept de travail", in *Sociologie du Travail*, Hors série, Vol. 36, pp. 57-71.
- Chauí, Marilena (2008), *O que é Ideologia?*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª Edição. 9ª Reimpressão.
- Clarke, Simon (1988), *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State*. Aldershot: Edward Elgar.
- Clarke, Simon (1991), *Marx, Marginalism and Modern Sociology – From Adam Smith to Max Weber*. Houndmills: Macmillan 2ª Edição.

- Clarke, Simon (1994), *Marx's Theory of Crisis*. Nova Iorque: St Martin's Press.
- Clastres, Pierre (1974), *La société contre l'état – Recherches d'anthropologie politique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Cleaver, Harry (2000), *Reading Capital Politically*. Edimburgo & São Francisco: AK Press/Leeds: Anti/Theses. 2ª Edição.
- Colletti, Lucio (1974a/1969), “Bernstein and the Marxism of the Second International”, in Colletti, Lucio, *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 45-108.
- Colletti, Lucio (1974b/1958), “Marxism as a Sociology”, in Colletti, Lucio, *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 3-44.
- Colletti, Lucio (1975), “Marxism and the Dialectic”, in *New Left Review*, No. 1/93, pp. 3-29.
- Colletti, Lucio (1979/1969), *Marxism and Hegel*. Londres: Verso.
- Colletti, Lucio (1992), “Introduction”, in Marx, Karl, *Early Writings*. Londres: Penguin Books, pp. 7-56. 2ª Edição.
- Colletti, Lucio (2011/1974), *Il paradosso del Capitale – Marx e il primo libro in tredici lezioni inedite*. Roma: Liberal Edizioni.
- Cooney, Brendan (2009-11), “Kapital, Volume 3”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/kapital-3-brendan-cooney-2009-11.pdf>. (Consultado em: 17/04/2016)
- Cooney, Brendan (2014), “Abstraction, Abstract Labor and Ilyenkov”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/03/artc2ba-sobre-abstrac3a7c3a3o-ilyenkov-etc-b-cooney.pdf>. (Consultado em: 21/03/2018)
- Copleston, Frederick (1994), *A History of Philosophy, Volume VII – Modern Philosophy: From the Post-Kantian Idealists to Marx, Kierkegaard, and Nietzsche*. Nova Iorque: Image Books.
- Corazza, Gentil (1996), “O Todo e as Partes: Uma Introdução ao Método da Economia Política”, in *Estudos Econômicos*, Vol. 26, No. Especial, pp. 35-50.
- Corrigan, Philip; Ramsay, Harvie & Sayer, Derek (1978), *Socialist Construction and Marxist Theory – Bolshevism and its Critique*. Londres: The Macmillan Press.
- Craib, Ian (1985), *Modern Social Theory – From Parsons to Habermas*. Brighton: Wheatsheaf Books. 1ª Reimpressão.
- Crary, Jonathan (2013), *24/7 – Late Capitalism and the Ends of Sleep*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Crítica Marxista (2018a/1986), “Crítica Marxista 1 – Editorial”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 125-132.
- Crítica Marxista (2018b/1986), “Pós-escrito”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 132-133.
- Cunha, Daniel (2015), “The Anthropocene as Fetishism”, in *Mediations*, Vol. 28, No. 2, pp. 65-77.
- Czorny, Bernd (2014), “Ernst Lohoff e o individualismo metodológico”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/artc2ba-czorny-substanc-etc.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Dalton, George (Org.) (1968), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press.
- Dapprich, Matthias (2013), *The historical development of West Germany's new left from a politico-theoretical perspective with particular emphasis on the Marxistische Gruppe and Maoist K-Gruppen*. Glasgow: University of Glasgow. Tese de Doutorado.
- De Brunhoff, Suzanne (1976), *Marx on Money*. Nova Iorque: Urizen Books.

- De Brunhoff, Suzanne (1998), “Money, Interest and Finance in Marx’s *Capital*”, in Bellofiore, Riccardo (Org.), *Marxian Economics: A Reappraisal – Essays on Volume III of Capital. Volume 1: Method, Value and Money*. Houndmills: Macmillan, pp. 176-188.
- De Masi, Domenico (2000), *O Futuro do Trabalho – Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/ Brasília: Editora UnB. 5ª Edição.
- Debord, Guy (2012), *A Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Antígona.
- Delanty, Gerard (2006), “Introduction – Social theory in Europe today”, in Delanty, Gerard (Org.), *Handbook of Contemporary European Social Theory*. Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. xvi-xxv.
- Dobb, Maurice (1950), *Studies in the Development of Capitalism*. Londres: Routledge & Kegan Paul. 4ª Impressão.
- Dosse, François (1997), *History of Structuralism, Volume 2: The Sign Sets, 1967 – Present*. Minneapolis & Londres: University of Minnesota Press.
- Draper, Hal (2011), *Karl Marx’s Theory of Revolution. Volume 1: State and Bureaucracy*. Deli: Aakar Books.
- Duarte, Cláudio Roberto (2009), “A superação do trabalho em Marx – Em busca do tempo não-perdido”, in *Sinal de Menos*, No. 9, pp. 26-67.
- Duarte, Cláudio Roberto (2015), “A Potência do Abstrato – Resenha com questões para o livro de Moishe Postone”, in *Sinal de Menos*, No. 11, Vol. 2, pp. 70-122.
- Dufour, Frédérick Guillaume & Gheller, Frantz (2013), “Moishe Postone”, in Martineau, Jonathan (Org.), *Marxisme anglo-saxon: figures contemporaines – De Perry Anderson à David McNally*. Montréal: Lux Éditeur, pp. 133-165.
- Durkheim, Émile (2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa – O Sistema Totémico na Austrália*. Oeiras: Celta Editora.
- Durkheim, Émile (2004), *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença. 9ª Edição.
- Dussel, Enrique (1985), *La producción teórica de Marx – Un comentario a los Grundrisse*. Cidade do México: Siglo XXI.
- Dussel, Enrique (1990), *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana – Un comentario a la tercera y cuarta redacción de “El Capital”*. Cidade do México: Siglo XXI.
- Dussel, Enrique (1993), *Las metáforas teológicas de Marx*. Estella: Editorial Verbo Divino.
- Dussel, Enrique (2001), “The Four Drafts of *Capital*: Toward a New Interpretation of the Dialectical Thought of Marx”, in *Rethinking Marxism*, Vol. 13, No. 1, pp. 10-26.
- Dussel, Enrique (2006), “Kategorie”. Disponível em: <http://enriquedussel.com/txt/KATEGORIE.pdf>. (Consultado em: 04/02/2016)
- Echeverría, Rafael (1978), “Critique of Marx’s 1857 Introduction”, in *Economy and Society*, Vol. 7, No. 4, pp. 333-366.
- Economakis, George (2010), “Differential Rent, Market Values and «False» Social Value: Some Implications”, in *Critique: Journal of Socialist Theory*, Vol. 38, No. 2, pp. 253-266.
- Edelman, Bernard (1976), *O Direito Captado pela Fotografia (Elementos para uma Teoria Marxista do Direito)*. Coimbra: Centelha.
- Elbe, Ingo (2013), “Between Marx, Marxism, and Marxisms – Ways of Reading Marx’s Theory”. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/?pdf=2941>. (Consultado em: 07/01/2018)
- Elbe, Ingo (2018), “Helmut Reichelt and the New Reading of Marx”, in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School*

- Critical Theory. Volume 1: Key Texts and Contributions to a Critical Theory of Society*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 367-401.
- Eldred, Michael & Roth, Mike (2008/1978), *Guide to Marx's Capital*. Londres: CSE Books. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/guide-to-marxs-capital-m-eldred-m-roth.pdf>. (Consultado em: 17/04/2016)
- Eliade, Mircea (1965), *Le sacré et le profane*. Paris: Gallimard.
- Elias, Norbert (2008), *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70. 3ª Edição.
- Elson, Diane (Org.) (1979), *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. Londres: CSE Books/Nova Jérícia: Humanities Press.
- Ellul, Jacques (1964), *The Technological Society*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Ellul, Jacques (1977), *Le Système Technicien*. Paris: Calmann-Lévy.
- Endnotes (2010), "Communisation and Value-Form Theory", in *Endnotes*, No. 2, pp. 68-105.
- Fausto, Ruy (1987a), *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª Edição.
- Fausto, Ruy (1987b), *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fausto, Ruy (2002), *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, Tomo III. São Paulo: Editora 34.
- Feenberg, Andrew (1999), *Questioning Technology*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Feenberg, Andrew (2002), *Transforming Technology – A Critical Theory Revisited*. Oxford: Oxford University Press.
- Feldner, Heiko & Vighi, Fabio (2015), *Critical Theory and the Crisis of Contemporary Capitalism*. Nova Iorque: Bloomsbury.
- Femia, Joseph (2007), "Western Marxism", in Glaser, Daryl & Walker, David M. (Orgs.), *Twentieth-Century Marxism – A Global Introduction*. Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. 95-117.
- Ferreira, José Maria Carvalho et al. (1995), *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Filion, Jean-François (2014), "Prolégomènes à une analyse comparative de la sociologie dialectique de Freitag et de la Wertkritik", in Martin, Eric & Ouellet, Maxime (Orgs.), *La tyrannie de la valeur: débats pour le renouvellement de la théorie critique*. Montréal: Les Éditions Écosociété, pp. 235-265.
- Fine, Ben (1979), "On Marx's Theory of Agricultural Rent", in *Economy and Society*, Vol. 8, No. 3, pp. 241-278.
- Fine, Ben (1980), *Economic Theory and Ideology*. Londres: Edward Arnold.
- Fine, Ben (1986), "Banking Capital and the Theory of Interest", in *Science & Society*, Vol. 49, No. 4, pp. 387-413.
- Fine, Ben & Saad Filho, Alfredo (2004), *Marx's Capital*. Londres & Sterling: Pluto Press. 4ª Edição.
- Fine, Bob (2002), *Democracy and the Rule of Law – Marx's Critique of the Legal Form*. Nova Jérícia: The Blackburn Press.
- Fineschi, Roberto (2014), "On Hegel's Methodological Legacy in Marx", in Moseley, Fred & Smith, Tony (Orgs.), *Marx's Capital and Hegel's Logic – A Reexamination*. Leiden & Boston: Brill, pp. 140-163.
- Finley, Moses (1999), *The Ancient Economy*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press. 3ª Edição.
- Fligstein, Neil (2002), *The Architecture of Markets – An Economic Sociology of Twenty-First Century Capitalist Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Foley, Duncan (2005), "Marx's Theory of Money in Historical Perspective", in Moseley, Fred (Org.), *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 36-49.

- Foucault, Michel (1998), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 13ª Edição.
- Foucault, Michel (2018), *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70.
- Fox, John (1985), *Understanding Capital, Volume II – A Reader's Guide*. Toronto: Progress Books. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/understanding-capital-vol-ii-j-fox.pdf>. (Consultado em: 17/04/2016)
- Fraser, Nancy (2012), “Nancy Fraser”, in Nickel, Patricia Mooney (Org.), *North American Critical Theory after Postmodernism – Contemporary Dialogues*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 155-172.
- Freitag, Michel (1986a), *Dialectique et société, Tome I – Introduction à une théorie générale du Symbolique*. Montréal: Éditions coopératives Albert Saint-Martin. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/freitag_michel/freitag_michel.html. (Consultado em: 20/06/2011)
- Freitag, Michel (1986b), *Dialectique et société, Tome II – Culture, pouvoir, contrôle. Les modes de reproduction formels de la société*. Montréal: Éditions coopératives Albert Saint-Martin. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/freitag_michel/freitag_michel.html. (Consultado em: 20/06/2011)
- Freud, Sigmund (2001a), “Beyond the Pleasure Principle”, in *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Volume XVIII (1920-1922)*. Londres: Vintage Books, pp. 1-64.
- Freud, Sigmund (2001b), “The Ego and the Id”, in *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Volume XIX (1923-1925)*. Londres: Vintage Books, pp. 1-66.
- Freund, Julien (2003), *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 5ª Edição.
- Freyssenet, Michel (1999), “Invention, centralité et fin du travail”. Disponível em: <http://freyssenet.com/files/Invention,%20centralite%CC%81%20et%20fin%20du%20travail.pdf>. (Consultado em: 08/02/2017)
- Frickel, Scott & Gross, Neil (2005), “A General Theory of Scientific/Intellectual Movements”, in *American Sociological Review*, Vol. 70, No. 2, pp. 204-232.
- Frisby, David & Featherstone, Mike (Orgs.) (1997), *Simmel on Culture*. Londres: SAGE Publications.
- Fromm, Erich (1966), *The Sane Society*. Nova Iorque: Fawcett World Library. 3ª Edição.
- Fromm, Erich (1969), *Escape From Freedom*. Nova Iorque: Avon Books.
- Fromm, Erich (1974), *The Anatomy of Human Destructiveness*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston. 3ª Impressão
- Fromm, Erich (1992), *A Descoberta do Inconsciente Social – Contribuição ao Redirecionamento da Psicanálise*. São Paulo: Editora Manole.
- Galtier, Olivier & Mercier, Luc (2013), “Présentation”, in Postone, Moishe, *Critique du fétiche-capital – Le capitalisme, l'antisémitisme et la gauche*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. v-xxvii.
- Geras, Norman (1975), “Marx and the Critique of Political Economy”, in Blackburn, Robin (Org.), *Ideology in Social Science – Readings in Critical Theory*. Londres: Fontana, pp. 284-305.
- Geras, Norman (2005), “Essência e Aparência: A Análise da Mercadoria em Marx”, in Cohn, Gabriel (Org.), *Sociologia – Para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, pp. 189-221.

- Germer, Claus (2005), “The Commodity Nature of Money in Marx’s Theory”, in Moseley, Fred (Org.), *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 21-35.
- Gerth, H. H. & Wright Mills, C. (Orgs.) (1946), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Gianinazzi, Willy (2012), “Vivre une vie qui ne se vit pas. Quand Jean-Marie Vincent et André Gorz débattaient de valeur et subjectivité (2000-2002) ”, in *Variations*, No. 17. Disponível em: <https://variations.revues.org/pdf/354>. (Consultado em: 31/07/2016)
- Gianinazzi, Willy (2016), *André Gorz – Une Vie*. Paris: Éditions La Découverte.
- Giddens, Anthony (1981), *A Contemporary Critique of Historical Materialism, Vol. 1: Power, Property and the State*. Berkeley: University of California Press.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society – Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony (1986), *Sociology – A brief but critical introduction*. Houndmills: Macmillan Education. 2ª Edição.
- Giddens, Anthony (1989), *The Nation-State and Violence – Volume Two of A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Cambridge: Polity Press. 2ª Reimpressão.
- Giddens, Anthony (1990), *Central Problems in Social Theory – Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Houndmills: Palgrave Macmillan. 4ª Reimpressão.
- Giddens, Anthony (2005), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença. 6ª Edição.
- Goffman, Erving (2002), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. 10ª Edição.
- Gomez, André Villar (2010), *Revolução Tecnológica e Capitalismo: Tópicos sobre a destruição e a criação de uma outra natureza*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Serviço Social.
- Gontijo, Cláudio (2013), “A dialética da transformação de valores em preços”, in *Economia e Sociedade*, Vol. 22, No. 1 (47), pp. 1-41.
- Gordon, Peter E. (2012), “What is Intellectual History? – A frankly partisan introduction to a frequently misunderstood field”. *The Harvard Colloquium for Intellectual History*. Disponível em: http://history.fas.harvard.edu/people/faculty/documents/What%20is_Intell_History%20PGordon%20Mar2012.pdf. (Consultado em: 07/04/2014)
- Gorender, Jacob (1982), “Introdução”, in Marx, Karl, *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e as suas Fontes: A Economia Vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, pp. vii-xxiii.
- Gorender, Jacob (1996), “Apresentação”, in Marx, Karl, *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, pp. 5-70.
- Gorz, André (1969/1959), *Historia y Enajenación*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Gorz, André (1980), *Ecology as Politics*. Montréal: Black Rose Books.
- Gorz, André (1985), *Paths to Paradise – On the Liberation from Work*. Londres e Sydney: Pluto Press.
- Gorz, André (1989), *Critique of Economic Reason*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Gorz, André (1994), *Capitalism, Socialism, Ecology*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Gorz, André (2002a), “Écologie et Socialisme”, in *Ecologie et Politique*, No. 24, pp. 71-95.
- Gorz, André (2010), *Ecologica*. Londres, Nova Iorque e Calcutá: Seagull Books.
- Gouldner, Alvin (1993), *The Two Marxisms – Contradictions and Anomalies in the Development of Theory*. Houndmills & Londres: The Macmillan Press. 1ª Reimpressão.

- Graça, João Carlos (2005), “Afimal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 73, pp. 111-129.
- Graça, João Carlos (2008), “The Economics–Sociology Divide: The Cost of Parsons as an Academic «Social Entrepreneur»”, in *Journal of Classical Sociology*, Vol. 8, No. 4, pp. 467-490.
- Graça, João Carlos (2012), “Acerca da instabilidade da condição da sociologia económica”, in *Análise Social*, Vol. 47, No. 1 (2012), pp. 4-27.
- Granovetter, Mark (1985), “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”, in *The American Journal of Sociology*, Vol. 91, No. 3, pp. 481-510.
- Granter, Edward (2009), *Critical Social Theory and the End of Work*. Farnham e Burlington: Ashgate.
- Grespan, Jorge (2002), “A dialética do avesso”, in *Crítica Marxista*, No. 14, pp. 26-47.
- Grossman, Henryk (1979), *Ensayos sobre la Teoría de las Crisis – Dialéctica y metodología en “El Capital”*. Cidade do México: Ediciones Passado y Presente.
- Grossman, Henryk (1992/1929), *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System – Being also a Theory of Crises*. Londres: Pluto Press.
- Grupo EXIT! (2004), “EXIT! – Auto-apresentação programática”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/exit-2004.pdf>. (Consultado em: 26/10/2018)
- Grupo EXIT! (2007), “Crítica do capitalismo para o século XXI – Com Marx para além de Marx: o projeto teórico do Grupo «EXIT!»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/exit-2007.pdf>. (Consultado em: 26/10/2018)
- Grupo Krisis (2003), *Manifesto Contra o Trabalho*. Lisboa: Antígona.
- Gerreau, Alain (1980), *Le féodalisme, un horizon théorique*. Paris: Le Sycomore.
- Guerreau, Alain (2001a), “Avant le marché, les marchés: en Europe, XIIIe-XVIIIe siècle (note critique)”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 56^e année, No. 6, pp. 1129-1175.
- Guerreau, Alain (2001b), *L’avenir d’un passé incertain: Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle?*. Paris: Le Seuil.
- Guerrero, Diego (2010), *Un resumen completo de El Capital de Marx*. Madrid: Maia Ediciones. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/20118.pdf>. (Consultado em: 02/02/2016)
- Guigou, Jacques & Wajnsztein, Jacques (2004), *L’évanescence de la valeur – Une présentation critique du Groupe Krisis*. Paris: L’Harmattan.
- Gurevich, Aron (1985), *Categories of Medieval Culture*. Londres : Routledge & Kegan Paul.
- Habermas, Jürgen (1984), *The Theory of Communicative Action, Volume One. Reason and the Rationalization of Society*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, Jürgen (1987), *The Theory of Communicative Action, Volume Two. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Boston: Beacon Press.
- Hai Hac, Tran (2005), “Critique de la valeur-travail: forme valeur, abstraction réelle et le concept de la monnaie”. Comunicação apresentada no Colóquio: “Jean-Marie Vincent, un théoricien critique”, Paris, Universidade de Paris VIII, 27/05/2005. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/imp-tran-hai-hac-comunicac3a7c3a3o-vincent.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Hall, John A. (1987), “War and the Rise of the West”, in Creighton, Colin & Shaw, Martin (Orgs.), *The Sociology of War and Peace*. Houndmills: The Macmillan Press, pp. 37-53.
- Harms, William (1999), “Moishe Postone, Associate Professor in History”, in *The University of Chicago Chronicle*, Vol. 18, No. 17. Disponível em:

<https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-w-harms.pdf>.

(Consultado em: 31/10/2018)

- Harrington, Austin (2005a), "Conclusion – Social Theory for the Twenty-First Century", in Harrington, Austin (Org.), *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 313-316.
- Harrington, Austin (2005b), "Introduction – What is Social Theory?", in Harrington, Austin (Org.), *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-15.
- Harvey, David (1985a), *Consciousness and the Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harvey, David (1985b), *The Urbanization of Capital*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harvey, David (2001), *Spaces of Capital – Towards a Critical Geography*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Harvey, David (2006), *The Limits to Capital*. Londres & Nova Iorque: Verso. 3ª Edição.
- Harvey, David (2010a), *A Companion to Marx's Capital*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Harvey, David (2010b), *The Enigma of Capital – And the Crises of Capitalism*. Londres: Profile Books.
- Haug, Frigga (2015a), "Gender relations", in Mojab, Shahrzad (Org.), *Marxism and Feminism*. Londres: Zed Books, pp. 33-75.
- Haug, Frigga (2015b), "The Marx within feminism", in Mojab, Shahrzad (Org.), *Marxism and Feminism*. Londres: Zed Books, pp. 76-101.
- Heilbroner, Robert & Milberg, William (2012), *The Making of Economic Society*. Nova Jérсия: Pearson. 13ª Edição.
- Heinrich, Michael (1989), "Capital in general and the structure of Marx's Capital", in *Capital & Class*, No. 38, pp. 63-79.
- Heinrich, Michael (1997), "Engels' Edition of the Third Volume of «Capital» and Marx's Original Manuscript", in *Science & Society*, Vol. 60, No. 4, pp. 452-466.
- Heinrich, Michael (2007), "Review of Karl Marx, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie, Dritter Band*", in *Historical Materialism*, Vol. 15, No. 4, pp. 195-210.
- Heinrich, Michael (2011), "Desarrollo y ambivalencias de la teoría económica de Marx", in *LOGOS. Anales del Seminario de Metafísica*, Vol. 44, pp. 35-50.
- Heinrich, Michael (2012), *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Heinrich, Michael (2013), "Uma coisa com qualidades transcendentais: O dinheiro como relação social no capitalismo", in *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, No. 35, pp. 121-128.
- Heinrich, Michael (2016), "«Capital» after MEGA: Discontinuities, Interruptions, and New Beginnings", in *Crisis & Critique*, Vol. 3, No. 3, pp. 92-138.
- Held, David (2004), *Introduction to Critical Theory – Horkheimer to Habermas*. Cambridge: Polity Press. 2ª Edição. 4ª Reimpressão.
- Hemmens, Alastair (2019), *The Critique of Work in Modern French Thought – From Charles Fourier to Guy Debord*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Hicks, J. R. (1978), *Value and Capital – An Inquiry into some Fundamental Principles of Economic Theory*. Oxford: Clarendon Press. 2ª Edição. 10ª Reimpressão.
- Hilferding, Rudolf (1981/1910), *Finance Capital – A study of the latest phase of capitalist development*. Londres & Boston: Routledge & Kegan Paul.
- Hirschman, Albert O. (1997), *The Passions and the Interests – Political Arguments for Capitalism before Its Triumph*. Princeton: Princeton University Press. 2ª Edição.
- Hobsbawm, Eric J. (1989), *The Age of Empire, 1875-1914*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Hobsbawm, Eric J. (1995), *The Age of Capital, 1848-1875*. Londres: Abacus. 9ª Reimpressão.

- Hobsbawm, Eric J. (1996), *The Age of Revolution, 1789-1848*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Hobsbawm, Eric J. (1999), *Industry and Empire – From 1750 to the Present Day*. Londres: Penguin Books.
- Hoff, Jan (2017), *Marx Worldwide – On the Development of the International Discourse on Marx since 1965*. Leiden & Boston: Brill.
- Holloway, John & Picciotto, Sol (Orgs.) (1978), *State and Capital – A Marxist Debate*. Londres: Edward Arnold.
- Holton, R. J. (1985), *The Transition from Feudalism to Capitalism*. [s.l.]: Macmillan Education.
- Homs, Clément (2012), “A la recherche du reflet (à jamais) perdu de l’économie dans les sociétés précapitalistes – Pour une critique de l’anthropologie économique. 1^{ère} partie: Critique du substantivisme économique de Karl Polanyi”, in *Sortir de l’économie*, No. 4, pp. 140-194.
- Homs, Clément (2015a), “Algumas divergências entre Moishe Postone e a «Wertkritik»”, in *O Olho da História*, No. 21. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/inicio/wp-content/uploads/2015/06/21homs.pdf>. (Consultado em 17/10/2015)
- Homs, Clément (2015b), “Les vases vides font toujours beaucoup de bruit – De quelques coups de griffes dans la masse informe et confuse d’une certaine réception de la critique de la valeur en France, 1^{ère} partie”. Disponível em: http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/Les_vases_vides_font_toujours_beaucoup_de_bruit_1ere_partie_Entretien_Clement_Homs_Nicolas_Basset_mars_2015_1.pdf. (Consultado em: 24/07/2016)
- Homs, Clément (2016), “Les vases vides font toujours beaucoup de bruit – A propos de certaines incompréhensions au sujet du «Marx exotérique» et du «Marx ésotérique», 2^{ème} partie”. Disponível em: http://data.over-blog-kiwi.com/1/48/88/48/20151222/ob_f79d23_les-vases-vides-font-toujours-beaucoup.pdf. (Consultado em: 24/07/2016)
- Hopkins, Keith (1978), *Conquerors and Slaves – Sociological Studies in Roman History, Volume 1*. Londres: Cambridge University Press.
- Horkheimer, Max (2002), *Critical Theory – Selected Essays*. Nova Iorque: Continuum.
- Horkheimer, Max (2015), *O Eclipse da Razão*. Lisboa: Antígona.
- Horverak, Oyvind (1988), “Marx’s view of competition and price determination”, in *History of Political Economy*, Vol. 20, No. 2, pp. 275-297.
- Husson, Michel (2005), “Forme et mesure de la valeur”. Comunicação apresentada no Colóquio: “Jean-Marie Vincent, un théoricien critique”, Paris, Universidade de Paris VIII, 27/05/2005. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/artc2ba-forme-et-mesure-de-la-valeur-m-husson.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Iber, Christian (2017), “O que Hegel propriamente quer com sua *Ciência da Lógica*? – Uma pequena introdução à Lógica de Hegel”, in Bavaresco, Agemir; Pertille, José Pinheiro; Miranda, Marloren Lopes & Tauchen, Jair (Orgs.), *Leituras da Lógica de Hegel*. Porto Alegre: Editora Fi, pp. 77-99.
- Ilyenkov, Evald (1982), *The Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx’s Capital*. Moscovo: Progress Publishers. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/dialectics-of-abstract-and-concrete-e-ilyenkov.pdf>. (Consultado em: 18/03/2017)
- Illich, Ivan (1975), *Tools for Conviviality*. Glasgow: Fontana/Collins.
- Itoh, Makoto (1988), *The Basic Theory of Capitalism – The Forms and Substance of the Capitalist Economy*. Houndmills & Londres: The Macmillan Press.

- Itoh, Makoto & Lapavistas, Costas (1999), *Political Economy of Money and Finance*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Itoh, Makoto & Yokokawa, Nobuharu (1979), “Marx’s Theory of Market-Value”, in Elson, Diane (Org.), *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. Londres: CSE Books/Nova Jérsea: Humanities Press, pp. 102-114.
- Jacobi, Otto, Bergmann, Joachim & Mueller-Jentsch, Walter (1975), “Problems in Marxist Theories of Inflation”, in *Kapitalistate*, No. 3, pp. 107-125.
- James, David (2007), *Hegel: A Guide for the Perplexed*. Londres: Continuum.
- Jappe, Anselm (1999), *Guy Debord*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jappe, Anselm (2006), *As Aventuras da Mercadoria – Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona.
- Jappe, Anselm (2010), “Pourquoi lire Sohn-Rethel aujourd’hui?”, in Sohn-Rethel, Alfred, *La pensée-marchandise*. Broissieux: Éditions du Croquant, pp. 7-38.
- Jappe, Anselm (2013), “André Gorz et la critique de la valeur”, in Caillé, Alain & Fourel, Christophe (Orgs.), *Sortir du capitalisme – Le scénario Gorz*. Lormont: Le Bord de L’eau, pp. 161-169.
- Jappe, Anselm (2014a), “Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria”, in *Limiar*, Vol. 1, No. 2, pp. 1-16.
- Jappe, Anselm (2014b), “Kurz, a Journey into Capitalism’s Heart of Darkness”, in *Historical Materialism*, Vol. 22, No. 3-4, pp. 395-407.
- Jappe, Anselm (2014c), “Towards a History of the Critique of Value”, in *Capitalism Nature Socialism*, Vol. 25, No. 2, pp. 25-37.
- Jappe, Anselm (2014d), “Une histoire de la critique de la valeur à travers les écrits de Robert Kurz”, in Martin, Eric & Ouellet, Maxime (Orgs.), *La tyrannie de la valeur: débats pour le renouvellement de la théorie critique*. Montréal: Les Éditions Écosociété, pp. 52-66.
- Jappe, Anselm (2017), *The Writing on the Wall – On the Decomposition of Capitalism and Its Critics*. Winchester & Washington: Zero Books.
- Jappe, Anselm (2018), “The Spectacle and the Culture Industry, the Transcendence of Art and the Autonomy of Art: Some Parallels between Theodor Adorno’s and Guy Debord’s Critical Concepts”, in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 3: Contexts*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 1285-1301.
- Jappe, Anselm (2019), *A Sociedade Autofágica – Capitalismo, Desmesura e Autodestruição*. Lisboa: Antígona.
- Jay, Martin (1984), *Marxism and Totality – The Adventures of a Concept from Lukács to Habermas*. Berkeley: University of California Press.
- Jay, Martin (2010), *Fin de Siècle Socialism and Other Essays*. Nova Iorque: Routledge. 2ª Edição.
- Jevons, W. Stanley (1996), *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Jessop, Bob (1982), *The Capitalist State – Marxist Theories and Methods*. Oxford: Martin Robertson.
- Johnson, Richard (1982), “Reading for the best Marx: history-writing and historical abstraction”, in Johnson, Richard et al. (Orgs.), *Making Histories: Studies in History Writing and Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 153-201.
- Jones, Robert Alun (1998), “The Other Durkheim: History and Theory in the Treatment of Classical Sociological Thought”, in Camic, Charles (Org.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 142-172. 1ª Reimpressão.

- Kant, Immanuel (1983), *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural. 2ª Edição.
- Kashiura Júnior, Celso Naoto (2009), *Crítica da Igualdade Jurídica: Contribuição ao Pensamento Jurídico Marxista*. São Paulo: Quartier Latin.
- Kellner, Douglas (1984), *Herbert Marcuse and the Crisis of Marxism*. Houndmills: Macmillan.
- Kellner, Douglas (1989), *Critical Theory, Marxism and Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Kellner, Douglas (2005), “Western Marxism”, in Harrington, Austin (Org.), *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 154-174.
- Kemple, Thomas M. (2006), “Founders, classics, and canons in the formation of social theory”, in Delanty, Gerard (Org.), *Handbook of Contemporary European Social Theory*. Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. 3-13.
- Keynes, John Maynard (1996), *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Kim, Sung Ho (2012), “Max Weber”, in Zalta, Edward N. (Org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/weber-kim-sep.pdf>. (29/10/2017)
- Kincaid, Jim (2008), “The New Dialectic”, in Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (Orgs.), *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden & Boston: Brill, pp. 385-411.
- King, Anthony (2005), “Structure and Agency”, in Harrington, Austin (Org.), *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 215-232.
- Kliman, Andrew (1998), “Value, Exchange Value and the Internal Consistency of Volume III of *Capital*: A Refutation of Refutations”, in Bellofiore, Riccardo (Org.), *Marxian Economics: A Reappraisal – Essays on Volume III of Capital. Volume 2: Profit, Prices and Dynamics*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 29-42.
- Kliman, Andrew (2000), “Marx’s Concept of Intrinsic Value”, in *Historical Materialism*, Vol. 6, No. 1, pp. 89-113.
- Kliman, Andrew (2001), “The Reproduction Schemes as an Unbalanced Growth Model”. Disponível em: <http://akliman.squarespace.com/writings/Reprod.%20schemes%20web.doc>. (Consultado em: 07/02/2016)
- Kliman, Andrew (2007), *Reclaiming Marx’s «Capital» – A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Plymouth: Lexington Books.
- Kliman, Andrew (2012), *The Failure of Capitalist Production – Underlying Causes of the Great Recession*. Londres: Pluto Press.
- Kliman, Andrew & McGlone, Ted (1988), “The Transformation non-problem and the non-transformation problem”, in *Capital & Class*, No. 35, pp. 56-83.
- Kliman, Andrew & McGlone, Ted (1999), “A Temporal Single-system Interpretation of Marx’s Value Theory”, in *Review of Political Economy*, Vol. 11, No. 1, pp. 33-59.
- Kogan, A. M. (1987), *En el Laboratorio Creador de Carlos Marx – Plan de las investigaciones económicas de 1857-59 e de “El Capital”*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos.
- Kolakowski, Leszek (1978a), *Main Currents of Marxism – Its Rise, Growth and Dissolution. Volume I: The Founders*. Oxford: Clarendon Press.
- Kolakowski, Leszek (1978b), *Main Currents of Marxism – Its Rise, Growth and Dissolution. Volume III: The Breakdown*. Oxford: Clarendon Press.
- Korsch, Karl (2016/1938), *Karl Marx*. Leiden & Boston: Brill.
- Koselleck, Reinhart (2003), *Aceleración, Prognosis y Secularización*. Valência: Pre-Textos.
- Koselleck, Reinhart (2009), “Is There an Acceleration of History?”, in Rosa, Hartmut & Scheuerman, William E. (Orgs.), *High-Speed Society – Social Acceleration, Power,*

- and Modernity*. University Park: The Pennsylvania State University Press, pp 113-134.
- Kosík, Karel (1976), *Dialectics of the Concrete – A Study on the Problems of Man and World*. Dordrecht & Boston: D. Reidel Publishing Company.
- Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego – Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- Kovács, Ilona (Org.) (2005), *Felxibilidade de Emprego – Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Krahl, Hans-Jürgen (1970), “Contribución al curso sobre Crítica de la Economía Política”. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/79758262/KRAHL-H-J-Curso-de-economia-politica>. (Consultado em: 18/05/2017)
- Krahl, Hans Jürgen (1978/1971), *Costituzione e Lotta di Classe*. Milão: Jaca Book. 2ª Edição.
- Krippner, Greta (2001), “The Elusive Market. Embeddedness and the Paradigm of Economic Sociology”, in *Theory and Society*, Vol. 30, pp. 775-810.
- Kuhn, Thomas (1992), *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Kurz, Robert (1984), “O Objetivo Socialista e o Novo Movimento Operário – Para uma crítica do modo de produção soviético”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1984.pdf>. (Consultado em: 26/10/2018)
- Kurz, Robert (1988), “Esplendor e Miséria do Anti-Autoritarismo – Tópicos para a história ideal e real da «Nova Esquerda»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1988.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1993a), “Dominação sem Sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1993a.pdf>. (Consultado em: 26/10/2018)
- Kurz, Robert (1993b), *O Retorno de Potemkin – Capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha*. São Paulo: Paz e Terra.
- Kurz, Robert (1994a), “Identidade Zero”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/07/kurz-1994a.pdf>. (Consultado em: 13/07/2019)
- Kurz, Robert (1994b), “O Fim da Política – Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1994.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1995a), “A Ascensão do Dinheiro aos Céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1995a.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1995b), “O Pós-marxismo e o Fetiche do Trabalho – Sobre a contradição histórica na teoria de Marx”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1995b.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1997a), “Antieconomia e Antipolítica – Sobre a reformulação da emancipação social após o fim do «marxismo»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1997.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1997b), *Os Últimos Combates*. Petrópolis: Editora Vozes. 2ª Edição.

- Kurz, Robert (1998), “Economia Política do Anti-semitismo – O pequeno-aburguesamento da pós-modernidade e o regresso da utopia do dinheiro de Silvio Gesell”, in Clemesha, Arlene, *Marxismo e Judaísmo – História de uma relação difícil*. São Paulo: Boitempo. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1998.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (1999a), “A Fábrica Negativa de Auschwitz – Fragmento do *Schwarzbuch Kapitalismus*”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/02/kurz-1999.pdf>. (Consultado em: 12/02/2019)
- Kurz, Robert (1999b/1991), *O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 5ª Edição Revista.
- Kurz, Robert (1999c), “O Fim da Economia Nacional – Fragmento do *Schwarzbuch Kapitalismus*”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/11/kurz-1999b.pdf>. (Consultado em: 09/11/2018)
- Kurz, Robert (2002a), “O Estouro da Modernidade, com Tostões e Canhões – Inovação com armas de fogo, expansão pela guerra: Uma olhada à pré-história do trabalho abstrato”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2002b.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (2002b), “Razão Sangrenta – 20 teses contra o chamado Iluminismo e os «valores ocidentais»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2002c.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (2003a), “As Perfídias do Capital Financeiro – 1ª Parte: Limites internos da acumulação, crítica reduzida do capitalismo e síndrome anti-semita”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2003b.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (2003b), “Ontologia Negativa – As eminências pardas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2003d.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (2003c), “Tabula Rasa – Até onde é desejável, obrigatório ou lícito que vá a crítica ao Iluminismo?”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2003e.pdf>. (Consultado em: 27/10/2018)
- Kurz, Robert (2004a), “A Substância do Capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira parte: A qualidade histórico-social negativa da abstração «trabalho»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2004b.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2004b), *Com Todo o Vapor ao Colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Rio de Janeiro: Pazulin. 1ª Reimpressão.
- Kurz, Robert (2005a), “A Substância do Capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Segunda parte: O fracasso das teorias da crise do marxismo da ontologia do trabalho e as barreiras ideológicas contra a continuação do desenvolvimento da crítica radical do capitalismo”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2005b.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)

- Kurz, Robert (2005b), “Carta Aberta à Mailing List de Tradutoras e Tradutores”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2005c.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2006a), “A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (1ª Série)”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2006a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2006b), “A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (2ª Série)”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2006b.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2007a), “A História Como Aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (3ª Série)”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2007a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2007b), “A Rutura Ontológica – Antes do início de uma outra história mundial”, in Cevasco, Maria Elisa & Ohata, Milton (Orgs.), *Um Crítico na Periferia do Capitalismo – Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 153-167.
- Kurz, Robert (2007c), “Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria – O problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2007c.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2007d), “La femme comme chienne de l’homme”, in *Illusio*, No. 4/5, pp. 525-536.
- Kurz, Robert (2008), “O Desvalor do Desconhecimento – «Crítica do valor» truncada como ideologia de legitimação de uma nova pequena-burguesia digital”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/07/kurz-2008b.pdf>. (Consultado em: 10/07/2019)
- Kurz, Robert (2009a), “A Rutura Estrutural do Capital e o Papel da Crítica Categorical”, in *Shift*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2009a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2009b), “O Livro Negro do Capitalismo. Introdução à nova edição de 2009 – Do fim do socialismo de Estado em 1989 à crise do capital mundial em 2009”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/02/kurz-2009.pdf>. (Consultado em: 12/02/2019)
- Kurz, Robert (2009c), “Os Assassinos de Crianças de Gaza – Uma operação «chumbo derretido» para corações sensíveis”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2009b.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2010a), “Não há Leviatã que vos Salve – Teses para uma teoria crítica do Estado. Primeira parte”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2010a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2010b), “Vendedores de Almas – Como a crítica da sociedade das mercadorias se torna ela própria uma mercadoria”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/07/kurz-2010c.pdf>. (Consultado em: 10/07/2019)

- Kurz, Robert (2011a), “Não há Leviatã que vos Salve – Teses para uma teoria crítica do Estado. Segunda parte”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2011a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2011b), *Vies et Mort du Capitalisme* Paris: Éditions Lignes.
- Kurz, Robert (2012a), “A Indústria Cultural no Século XXI – Sobre a atualidade da concepção de Adorno e Horkheimer”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2012a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2012b), “Crise e Crítica – O limite interno do capital e as fases do definimento do marxismo. Um fragmento. Primeira parte”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2012b.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2013a), “Crise e Crítica – O limite interno do capital e as fases do definimento do marxismo. Um fragmento. Segunda parte”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2013a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2013b/2001), *Lire Marx – Les textes les plus importants de Karl Marx pour le XX^e siècle*. Paris: Les Balustres. 2ª Edição.
- Kurz, Robert (2014a), “A Luta pela Verdade – Notas sobre o mandamento pós-moderno de relativismo na teoria crítica da sociedade. Um fragmento”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2014a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2014b), *Dinheiro sem Valor – Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona.
- Kurz, Robert (2015), *Poder Mundial e Dinheiro Mundial – Crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Kurz, Robert (2016/2004-05), *The Substance of Capital*. Londres: Chronos Publications.
- Kurz, Robert (2017a), “Dissidência Preguiçosa – As características da síndrome de oposição destrutiva na teoria crítica”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2017a.pdf>. (Consultado em: 28/10/2018)
- Kurz, Robert (2017b), “Marx 2000 – La importancia de una teoría dada por muerta para el siglo XXI”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 8/9, pp. 28-45.
- Kurz, Robert (2018a/1986), “A Crise do Valor de Troca: Força produtiva ciência, trabalho produtivo e reprodução capitalista”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 15-82.
- Kurz, Robert (2018b/1991), *A Honra Perdida do Trabalho – O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica*. Lisboa: Antígona.
- Kurz, Robert (2018c/1989), “Tudo sob Controle no Navio a Pique: superacumulação, crise da dívida e «política»”, in Kurz, Robert, *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 83-124.
- Kurz, Robert (2019/2003), *A Guerra de Ordenamento Mundial – O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*. Disponível em: http://obeco-online.org/a_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf. (Consultado em: 30/06/2019)
- Kurz, Robert & Lohoff, Ernst (2014), “O que é a Crítica do Valor?”, in Nascimento, Joelton (Org.), *Introdução à Nova Crítica do Valor*. São Paulo: Perse, pp. 33-71.
- Kurz, Robert & Trenkle, Norbert (1999), “A Superação do Trabalho: um olhar alternativo para além do capitalismo”. Disponível em:

- <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/07/kurz-trenkle-1999-por.pdf>.
(Consultado em: 07/07/2019)
- Lachmann, Richard (2000), *Capitalists in Spite of Themselves – Elite Conflict and Economic Transitions in Early Modern Europe*. Nova Iorque & Oxford: Oxford University Press.
- Lamas, Bruno (2007), “O capitalismo como sociedade do trabalho – Resumo introdutório de uma definição essencial do capitalismo”. Disponível em: http://www.academia.edu/8266708/O_capitalismo_como_sociedade_do_trabalho. [Re sumo introdut% C3% B3rio de uma defini% C3% A7% C3% A3o essencial do capita lismo](http://www.academia.edu/8266708/O_capitalismo_como_sociedade_do_trabalho). (Consultado em: 18/10/2015)
- Lamas, Bruno (2011), “Apresentação dos ensaios «O Valor é o Homem» e «O Tabu da Abstração», de Roswitha Scholz”. Disponível em: <http://www.academia.edu/8266822/Apresenta% C3% A7% C3% A3o dos ensaios O V alor % C3% A9 o Homem e O Tabu da Abstrac% C3% A7% C3% A3o de Roswith a Scholz> (29/04/2018)
- Lamas, Bruno (2018), “Prefácio”, in Kurz, Robet, *A Honra Perdida do Trabalho – O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica*. Lisboa: Antígona, pp. 5-25.
- Lanuque, Jean-Guillaume (2017), “Vincent, Jean-Marie dit Vincent Valette”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/imp-artc2ba-j-m-v-j-lanuque.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Larrain, Jorge (1979), *The Concept of Ideology*. Londres: Hutchinson & Co. Publishers.
- Larrain, Jorge (1983), *Marxism and Ideology*. Londres & Basingtoke: The Macmillan Press.
- Larrain, Jorge (1991a), “Ideology”, in Bottomore, Tom (Org.), *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Blackwell, pp. 247-252. 2ª Edição.
- Larrain, Jorge (1991b), “Stuart Hall and the Marxist Concept of Ideology”, in *Theory, Culture & Society*, Vol. 8, pp. 1-28.
- Larsen, Neil et al. (2014), “Introduction”, in Larsen, Neil et al. (Orgs.), *Marxism and the Critique of Value*. Chicago: MCM’ Publishing, pp. ix-li.
- Lasch, Christopher (1984), *The Minimal Self – Psychic Survival in Troubled Times*. Nova Iorque & Londres: W. W. Norton & Company.
- Lasch, Christopher (1991), *The Culture of Narcissism – American Life in an Age of Diminishing Expectations*. Nova Iorque & Londres: W. W. Norton & Company. 2ª Edição.
- Latouche, Serge (2005), *L’invention de l’économie*. Paris: Albin Michel.
- Le Goff, Jacques (2004), *A Bolsa e a Vida – Economia e Religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense. 2ª Edição. 3ª Reimpressão.
- Le Goff, Jacques (2007), *O Deus da Idade Média – Conversas com Jean-Luc Pouthier*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Le Goff, Jacques (2010), *Le Moyen Âge et l’argent – Essai d’anthropologie historique*. [s.l.]: Perrin.
- Lebowitz, Michael A. (2003), *Beyond Capital – Marx’s Political Economy of the Working-Class*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2ª Edição.
- Lee, Chai-on (1998), “The Distinction between Social Value, Individual Value, Market Value and Market Price in Volume III of *Capital*”, in Bellofiore, Riccardo (Org.), *Marxian Economics: A Reappraisal – Essays on Volume III of Capital. Volume 2: Profit, Prices and Dynamics*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 86-100.
- Lefebvre, Henri (1982), *The Sociology of Marx*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell.
- Lerner, Louise (2018), “Moishe Postone, leading interpreter of Marx and scholar of European intellectual history, 1942-2018”. Disponível em:

- <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-l-lermer.pdf>.
(Consultado em: 31/10/2018)
- Levine, Donald N. (1998), “Simmel Reappraised: Old Images, New Scholarship”, in Camic, Charles (Org.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 173-207. 1ª Reimpressão.
- Levine, Donald N. (2015), *Social Theory as a Vocation – Genres of Theory Work in Sociology*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Lianos, Theodore P. (1987), “Marx on the Rate of Interest”, in *Review of Radical Political Economics*, Vol. 19, No. 3, pp. 34-55.
- Lipietz, Alain (1979), *Crise et inflation: pourquoi?*. Paris: François Maspero.
- Lipietz, Alain (1985), *The Enchanted World – Inflation, Credit and the World Crisis*. Londres: Verso.
- Lohoff, Ernst (2017), “Dois livros – dois pontos de vista. Para a discussão sobre A grande desvalorização e Dinheiro sem valor”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/lohoff-2017.pdf>.
(Consultado em: 31/10/2018)
- Lohoff, Ernst & Trenkle, Norbert (2014), *La grande dévalorisation: Pourquoi la spéculation et la dette de l’Etat ne sont pas les causes de la crise*. Paris: Post Éditions.
- Lohoff, Ernst & Trenkle, Norbert (2018), “É preciso uma nova perspectiva de emancipação social – Conversa com Ernst Lohoff e Norbert Trenkle (grupo Krisis) sobre a crítica de valor, a crise fundamental do capitalismo e o crescente irracionalismo social”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/11/lohoff-trenkle-2018.pdf>. (Consultado em: 24/11/2018)
- Lovejoy, Arthur O. (1938), “The Historiography of Ideas”, in *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 78, No. 4, pp. 529-543.
- Lovejoy, Arthur O. (2001/1936), *The Great Chain of Being*. Cambridge e Londres: Harvard University Press. 22ª Ed.
- Lubitz, Wolfgang & Lubitz, Petra (2004), “Jean-Marie Vincent”. Disponível em: http://www.trotskyana.net/Trotskyists/Bio-Bibliographies/bio-bibl_vincent.pdf.
(Consultado em: 23/07/2016)
- Lukács, Georg (2003/1923), *História e Consciência de Classe – Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Luxemburg, Rosa (2003/1913), *The Accumulation of Capital*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2010), “Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 90, pp. 71-94.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2012a), “Formas de integração e «triade mercantil»: o carácter não ontológico do mercado na análise institucional de Karl Polanyi”, in *Teoria & Sociedade*, Vol. 20, No. 2, pp. 116-155.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2012b), “Karl Polanyi e o «Grande Debate» entre substantivistas e formalistas na antropologia económica”, in *Economia e Sociedade*, Vol. 21, No. 1, pp. 165-195.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2013), “O Dinheiro do Espírito e o Deus das Mercadorias – A abstracção real segundo Sohn-Rethel”, in *Sinal de Menos*, No. 9, pp. 187-224.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2014), “Da Metafísica do Capital: Revisitando Lucio Colletti”, in *Sinal de Menos*, No. 10, pp. 28-68.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2016a), “A obra gorziana da década de 2000 e a sua relação com a Nova Crítica do Valor”, in *Revista Pós Ciências Sociais*, Vol. 13, No. 25, pp. 277-304.

- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2016b), “De Marx a Illich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970”, in *Análise Social*, Vol. 51, No. 2 (219), pp. 240-273.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2016c), “Três vivas ao proletariado! – Para uma contextualização da obra gorziana da década de 1960”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 31, No. 91.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2017), “A «invenção do trabalho»: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche”, in *Caderno CRH*, Vol. 30, No. 81, pp. 453-478.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2018), “À espera de Godot? – Emancipação e sujeito revolucionário na obra de André Gorz”, in Barata, André; Carmo, Renato Miguel do & Oliveira, Catarina Sales (Orgs.), *Emancipação – O Futuro de uma Ideia Política*. Lisboa: Documenta, pp. 67-87.
- Magee, Glenn Alexander (2010), *The Hegel Dictionary*. Londres & Nova Iorque: Continuum.
- Maiso, Jordi (2018), “Hans-Jürgen Krahle: Social Constitution and Class Struggle”, in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 1: Key Texts and Contributions to a Critical Theory of Society*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 335-350.
- Maiso, Jordi & Maura, Eduardo (2014), “Crítica de la economía política más allá del marxismo tradicional: Moishe Postone y Robert Kurz”, in *Isegoría – Revista de Filosofía Moral y Política*, No. 50, pp. 269-284.
- Malinowski, Bronislaw (2002), *Argonauts of the Western Pacific – An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Londres: Routledge. 9ª Reimpressão.
- Mandel, Ernest (1971a), *Marxist Economic Theory*, Volume I. Nova Iorque & Londres: Monthly Review Press.
- Mandel, Ernest (1971b), *The Formation of the Economic Thought of Marx – 1843 to Capital*, Volume I. Nova Iorque & Londres: Monthly Review Press.
- Mandel, Ernest (1976), *Late Capitalism*. Londres: New Left Books. 2ª Impressão.
- Mandel, Ernest (1982/1976), “Introduction”, in Marx, Karl, *Capital – A Critique of Political Economy, Volume I*. Londres: Penguin Books, pp. 11-86. 2ª Reimpressão.
- Mandel, Ernest (1991/1981), “Introduction”, in Marx, Karl, *Capital – A Critique of Political Economy, Volume III*. Londres: Penguin Books, pp. 9-90. 2ª Edição.
- Mandel, Ernest (1992/1978), “Introduction”, in Marx, Karl, *Capital – A Critique of Political Economy, Volume II*. Londres: Penguin Books, pp. 11-79. 2ª Edição.
- Mann, Michael (1992), *States, War and Capitalism – Studies in Political Sociology*. Oxford & Cambridge: Blackwell. 1ª Reimpressão.
- Marcuse, Herbert (1955), *Reason and Revolution – Hegel and the Rise of Social Theory*. Londres: Routledge & Kegan Paul. 2ª Edição.
- Marcuse, Herbert (1998), *Eros and Civilization – A Philosophical Inquiry into Freud*. Londres: Routledge. 3ª Edição.
- Marcuse, Herbert (2007), *One-Dimensional Man – Studies in the ideology of advanced industrial society*. Londres & Nova Iorque: Routledge. 3ª Edição. 2ª Reimpressão.
- Marshall, Alfred (2013), *Principles of Economics*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 8ª Edição.
- Martin, Eric & Ouellet, Maxime (2014), “Introduction – La crise du capitalisme est aussi la crise de l’anticapitalisme”, in Martin, Eric & Ouellet, Maxime (Orgs.), *La tyrannie de la valeur: débats pour le renouvellement de la théorie critique*. Montréal: Les Éditions Écosociété, pp. 7-51.

- Martín, Facundo Nahuel (2014), *Marx de vuelta – Hacia una teoría crítica de la modernidad*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo.
- Martineau, Jonathan (2013), “Introduction – La dynamique contemporaine du matérialisme historique anglo-saxon”, in Martineau, Jonathan (Org.), *Marxisme anglo-saxon: figures contemporaines – De Perry Anderson à David McNally*. Montréal: Lux Éditeur, pp. 5-32.
- Marx, Karl (1975/1864), *Capítulo Inédito d’ O Capital – Resultados do Processo de Produção Imediato*. Porto: Publicações Escorpião.
- Marx, Karl (1976/1867), “The Commodity” [capítulo 1 da 1ª Edição alemã de *O Capital*], in Dragstedt, Albert (Org.), *Value: Studies by Karl Marx*. Londres: New Park Publications. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/the-commodity-1st-chptr-1st-ed-k.pdf>. (Consultado em: 10/03/2016)
- Marx, Karl (1978/1867), “The Value-Form” [Anexo da 1ª Edição alemã de *O Capital*], in *Capital & Class*, No. 4, pp. 134-150.
- Marx, Karl (1980/1863), *Teorías Sobre La Plusvalía I – Tomo IV de El Capital*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, Karl (1982a/1959), “Para a Crítica da Economia Política”, in Marx, Karl, *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e as suas Fontes: A Economia Vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 1-132.
- Marx, Karl (1982b/1863), “O Rendimento e as suas Fontes: A Economia Vulgar”, in Marx, Karl, *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e as suas Fontes: A Economia Vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 187-240.
- Marx, Karl (1982c/1847), “Trabalho Assalariado e Capital”, in Marx, Karl, & Engels, Friedrich, *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, Tomo 1. Lisboa: Edições Avante!, pp. 151-177.
- Marx, Karl (1983/1858), “Fragmento da Versão Primitiva da «Contribuição à Crítica da Economia Política»”, in Marx, Karl, *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 233-327. 2ª Edição.
- Marx, Karl (1985a/1847), *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global Editora.
- Marx, Karl (1985b/1885), *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural. 2ª Edição.
- Marx, Karl (1986a/1894), *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista*, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural. 2ª Edição.
- Marx, Karl (1986b/1894), *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista*, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural. 2ª Edição.
- Marx, Karl (1988/1861-63), *Economic Manuscript of 1861-63*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 30. Londres: Lawrence & Wishart.
- Marx, Karl (1989a/1861-63), *Economic Manuscript of 1861-63 (Continuation)*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 31. Londres: Lawrence & Wishart.
- Marx, Karl (1989b/1861-63), *Economic Manuscript of 1861-63 (Continuation)*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 32. Londres: Lawrence & Wishart.
- Marx, Karl (1989c/1881), “Drafts to the Letter to Vera Zasulich”, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 24. Londres: Lawrence & Wishart, pp. 346-369.
- Marx, Karl (1989d/1881), “Letter to Vera Zasulich” in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 24. Londres: Lawrence & Wishart, pp. 370-371.
- Marx, Karl (1991/1861-63), *Economic Manuscript of 1861-63 (Continuation)*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 33. Londres: Lawrence & Wishart.

- Marx, Karl (1992/1844), “Excerpts from James Mill’s *Elements of Political Economy*”, in Marx, Karl, *Early Writings*. Londres: Penguin Books, pp. 259-278. 2ª Edição.
- Marx, Karl (1993/1844), “Manuscritos Económico-Filosóficos”, in Marx, Karl, *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, pp. 95-262.
- Marx, Karl (1994/1861-63), *Economic Manuscript of 1861-63 (Conclusion)*, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *Collected Works*, Volume 34. Londres: Lawrence & Wishart.
- Marx, Karl (1996a/1867), *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital*, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural. 3ª Edição.
- Marx, Karl (1996b/1867), *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital*, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural. 3ª Edição.
- Marx, Karl (1996c/1865), “Salário, Preço e Lucro”, in Marx, Karl, *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital*, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, pp. 72-119.
- Marx, Karl (2002/1881), “«Notes» on Adolph Wagner”, in Carver, Terrell (Org.), *Marx: Later Political Writings*. Cambridge & Nova Iorque: Cambridge University Press, pp. 227-257. 2ª Reimpressão.
- Marx, Karl (2007/1845), “Marx sobre Feuerbach”, in Marx, Karl & Engels, Friedrich, *A Ideologia Alemã – Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 537-539.
- Marx, Karl (2009a/1845), “Sobre o Livro de F. List *O Sistema Nacional da Economia Política*”, in Marx, Karl, *Crítica do Nacionalismo Económico*. Lisboa: Antígona, pp. 35-108.
- Marx, Karl (2009b/1848), “Discurso sobre a Questão do Comércio Livre”, in Marx, Karl, *Crítica do Nacionalismo Económico*. Lisboa: Antígona, pp. 109-139.
- Marx, Karl (2011a/1881), “Glosas Marginais ao «Tratado de Economia Política», de Adolfo Wagner”, in *Serviço Social em Revista*, Vol. 3, No. 2, pp. 170-179.
- Marx, Karl (2011b/1857-58), *Grundrisse: Manuscritos Económicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, Karl (2012/1875), *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/marx-critica-prg-gotha-boitempo-pag-n-origin.pdf>. (Consultado em: 10/03/2016)
- Marx, Karl (2015/1864-65), *Marx’s Economic Manuscript of 1864-65*. Leiden & Boston: Brill.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich (1968), *Cartas sobre el Capital*. Barcelona: Edima – Edición de Materiales.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich (1974/1845-46), *A Ideologia Alemã – Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*, Volume I. Lisboa: Editorial Presença.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich (1975/1845-46), *A Ideologia Alemã – Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*, Volume II. Lisboa: Editorial Presença.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich (2007/1848), *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial. 5ª Reimpressão.

- Marx, Karl & Engels, Friedrich, (2011/1845), *A Sagrada Família, ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª Edição revista.
- Mascaro, Alysson Leandro (2013), *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mascaro, Alysson Leandro (2014), *Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Atlas. 4ª Edição.
- Mattick, Paul (1972), “Samuelson's «Transformation» of Marxism into Bourgeois Economics”, in *Science & Society*, Vol. 36, No. 3, pp. 258-273.
- Mattick, Paul (1978), *Economics, Politics, and the Age of Inflation*. Nova Iorque: M.E. Sharpe Inc. Disponível em: <https://libcom.org/files/Paul%20Mattick%20Economics%20Politics%20and%20The%20Age%20of%20Inflation.pdf>. (Consultado em: 01/06/2016)
- Mattick, Paul (1981), *Economic Crisis and Crisis Theory*. Londres: The Merlin Press. Disponível em: <https://libcom.org/files/Paul%20Mattick%20Economic%20Crisis%20and%20Crisis%20Theory.pdf>. (Consultado em: 06/06/2016)
- Mattick, Paul (1983), *Marxism – Last Refuge of the Bourgeoisie?*. Nova Iorque: M.E. Sharpe Inc./Londres: The Merlin Press.
- Mattick, Paul (2010/1969), *Marx & Keynes – Os Limites da Economia Mista*. Lisboa: Antígona.
- Mattick Jr., Paul (1992), “Aspects of the Value-Price Problem”, in *International Journal of Political Economy*, Vol. 21, No. 4, pp. 9-66.
- Mattick Jr., Paul (1997), “Theory as Critique: On the Argument in *Capital*”, in Moseley, Fred & Campbell, Martha (Orgs.), *New Investigations of Marx's Method*. Nova Iorque: Humanity Books, pp. 66-88.
- Mattick Jr., Paul (2011), *Business as Usual – The Economic Crisis and the Failure of Capitalism*. Londres: Reaktion Books.
- Mauss, Marcel (2003), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- McGlone, Ted & Kliman, Andrew (2004), “The Duality of Labour”, in Freeman, Alan; Kliman, Andrew & Wells, Julian (Orgs.), *The New Value Controversy and the Foundation of Economics*. Cheltenham & Northampton: Edward Elgar, pp. 135-150.
- McLellan, David (1970), *Marx before Marxism*. Londres: Macmillan.
- McLellan, David (1992), *The Thought of Karl Marx*. Londres & Basingtoke: Papermac. 2ª Edição. 7ª Reimpressão.
- McLellan, David (1993), “Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory. By Moishe Postone”, in *The American Political Science Review*, Vol. 87, No. 4, p. 1009.
- McLellan, David (1998), *Marxism after Marx – An Introduction*. Houndmills: Macmillan. 3ª Edição.
- McNeill, William H. (1982), *The Pursuit of Power – Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Meacci, Ferdinando (1998), “Fictitious Capital and Crises”, in Bellofiore, Riccardo (Org.), *Marxian Economics: A Reappraisal – Essays on Volume III of Capital. Volume 1: Method, Value and Money*. Houndmills: Macmillan, pp. 189-204.
- Mead, George H. (1972), *Mind, Self, and Society*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press. 18ª Impressão.
- Méda, Dominique (2010), *Le travail – Une valeur en voie de disparation?* Paris: Flammarion. 2ª Edição.
- Méda, Dominique (2013), “La réduction de l'emprise du travail et son partage constituent-elles encore un objectif réalisable?”, in Caillé, Alain & Fourel, Christophe (orgs.), *Sortir du Capitalisme: Le Scénario Gorz*. Lormont: Le Bord de L'eau, pp. 59-69.

- Menegatti, Jéssica (2019), *Mulher sem valor: o pensamento de Roswitha Scholz para a crítica radical do capitalismo e das relações de gênero*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Mestrado em Filosofia.
- Menger, Carl (2004), *Principles of Economics*. [s.l.]: The Ludwig von Mises Institute.
- Mepham, John (1994), “The Theory of Ideology in *Capital*”, in Eagleton, Terry (Org.). *Ideology*. Londres & Nova Iorque: Longman, pp. 211-237.
- Miaille, Michel (2005), *Introdução Crítica ao Direito*. Lisboa: Editorial Estampa. 3ª Edição.
- Miéville, China (2005), *Between Equal Rights – A Marxist Theory of International Law*. Leiden & Boston: Brill.
- Miller, Karen (2004), “The Question of Time in Postone’s *Time, Labor, and social Domination*”, in *Historical Materialism*, Vol. 12, No. 3, pp. 209-237.
- Mills, Charles Wright (2000), *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press. 3ª Edição.
- Mirrlees, Tanner (2019), “Ideology”, in Diamanti, Jeff; Pendakis, Andrew & Szeman, Imre (Orgs.), *The Bloomsbury Companion to Marx*. Londres: Bloomsbury Academic, pp. 327-333.
- Moore, Jason W. (2014), “The Value of Everything? Work, Capital, and Historical Nature in the Capitalist World-Ecology”, in *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 37, No. 3-4, pp. 245-292.
- Moseley, Fred (1993), “Marx’s Logical Method and the «Transformation Problem»”, in Mosely, Fred (Org.), *Marx’s Method in Capital – A Reexamination*. Nova Jérícia: Humanities Press, pp. 157-183.
- Moseley, Fred (1997), “The Development of Marx’s Theory of the Distribution of Surplus-Value”, in Moseley, Fred & Campbell, Martha (Orgs.), *New Investigations of Marx’s Method*. Nova Iorque: Humanity Books, pp. 121-149.
- Moseley, Fred (1998), “Marx’s Reproduction Schemes and Smith’s Dogma”, in Arthur, Christopher J. & Reuten, Geert (Orgs.), *The Circulation of Capital – Essays on Volume Two of Marx’s Capital*. Houndmills: Macmillan/Nova Iorque: St. Martin’s Press, pp. 159-185.
- Moseley, Fred (1999), “Marx’s Concept of Prices of Production: Long-run Center-of-gravity prices”. Disponível em: <http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/ope/archive/0704/att-0354/01-lrcgprices.doc>. (Consultado em: 15/04/2016)
- Moseley, Fred (2002), “Hostile Brothers: Marx’s theory of the distribution of surplus-value in Volume III of *Capital*”, in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx’s Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 65-101.
- Moseley, Fred (2014), “The Universal and the Particulars in Hegel’s *Logic* and Marx’s *Capital*”, in Moseley, Fred & Smith, Tony (Orgs.), *Marx’s Capital and Hegel’s Logic – A Reexamination*. Leiden & Boston: Brill, pp. 115-139.
- Moseley, Fred (2015), “Introduction”, in Marx, Karl, *Marx’s Economic Manuscript of 1864-65*. Leiden & Boston: Brill, pp. 1-44.
- Moseley, Fred (2016), *Money and Totality – A Macro-Monetary Interpretation of Marx’s Logic in Capital and the End of the «Transformation Problem»*. Leiden & Boston: Brill.
- Moseley, Fred & Smith, Tony (Orgs.) (2014), *Marx’s Capital and Hegel’s Logic – A Reexamination*. Leiden & Boston: Brill.
- Moura, José Barata (1977), *Totalidade e Contradição – Acerca da Dialética*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Muiño, Emilio Santiago (2017), “Releyendo a Marx Ante el Siglo de la Gran Prueba: Fetichismo, Termodinámica y Crisis Socioecológica”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 8/9, pp. 389-418.
- Müller, Marcos Lutz (1982), “Exposição e Método Dialético em «O Capital»”, in *Boletim SEAF*, No. 2. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>. (Consultado em 19/01/2017)
- Mumford, Lewis (1955), *Technics and Civilization*. Londres: Routledge & Kegan Paul- 7ª Impressão.
- Mumford, Lewis (1967), *The Myth of the Machine – Technics and Human Development*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich Inc.
- Mumford, Lewis (1970), *The Myth of the Machine – The Pentagon of Power*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich Inc.
- Murray, Patrick (1988), *Marx's Theory of Scientific Knowledge*. Atlantic Highlands: Humanities Press International.
- Murray, Patrick (2002), “The Illusion of the Economic – The Trinity Formula and the «religion of everyday life»”, in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 246-272.
- Murray, Patrick (2003), “Things Fall Apart: Historical and Systematic Dialectics and the Critique of Political Economy”, in Albritton, Robert & Simoulidis, John (Orgs.), *New Dialectics and Political Economy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 150-172.
- Murray, Patrick (2005), “Money as Displaced Social Form: Why Value cannot be Independent of Price”, in Moseley, Fred (Org.), *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 50-64.
- Murray, Patrick (2016), *The Mismeasure of Wealth – Essays on Marx and Social Form*. Leiden & Boston: Brill.
- Murray, Patrick (2018a), “Critical Theory and the Critique of Political Economy: From Critical Political Economy to the Critique of Political Economy”, in Best, Beverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 2: Themes*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 764-782.
- Murray, Patrick (2018b), “Moishe Postone (1942-2018)”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/obituc3a1rio-postone-p-murray.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Murray, Patrick & Schuler, Jeanne (2017), “Social Form and the «Purely Social»: On the Kind of Sociality Involved in Value”, in Krier, Dan & Worrell Mark P. (Orgs.), *The Social Ontology of Capitalism*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 121-141.
- Murthy, Viren (2009), “Introduction – Reconfiguring Historical Time: Moishe Postone’s Interpretation of Marx”, in Postone, Moishe, *History and Heteronomy: Critical Essays*. Tóquio: The University of Tokyo Center for Philosophy, pp. 9-30.
- Musto, Marcello (2010), “The Formation of Marx's Critique of Political Economy: From the Studies of 1843 to the *Grundrisse*”, in *Socialism and Democracy*, Vol. 24, No. 2, pp. 66-100.
- Napoleoni, Claudio (1980), *O Valor na Ciência Económica*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nascimento, Joelton (s.d.), “O dinheiro como poder social”. Disponível em: http://www.academia.edu/7842773/O_dinheiro_como_poder_social (Consultado em: 10/07/2015).
- Nascimento, Joelton (2012), *O Averso do Capital – Ensaio sobre o Direito e a Crítica da Economia Política*. São Paulo: PerSe.

- Nascimento, Joelton (2014a), “Apresentação”, in Nascimento, Joelton (Org.), *Introdução à Nova Crítica do Valor*. São Paulo: PerSe, pp. 7-8.
- Nascimento, Joelton (2014b), *Crítica do Valor e Crítica do Direito*. São Paulo: PerSe.
- Nascimento, Joelton (2015a), “Anticapitalismo para o século XXI – Um breve panorama da nova crítica do valor”, in *Sinal de Menos*, No. 11, Vol. 1, pp. 23-50.
- Nascimento, Joelton (2015b), “Com Pachukanis, para além de Pachukanis: direito, dialética da forma-valor e crítica do trabalho”, in *Verinotio*, No. 19, pp. 79-90.
- Naves, Márcio Bilharinho (2000), *Marxismo e Direito – Um Estudo Sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Naves, Márcio Bilharinho (2014), *A Questão do Direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Editorial.
- Neale, Walter C. (1957), “The Market in Theory and History”, in Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad & Pearson, Harry (Orgs.), *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery, pp. 357-372.
- Neary, Michael (2004), “Travels in Moishe Postone’s Social Universe: A Contribution to a Critique of Political Cosmology”, in *Historical Materialism*, Vol. 12, No. 3, pp. 239-260.
- Nelson, Anita (1999), *Marx’s Concept of Money – The God of Commodities*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Neto, João Machado Borges (2002), *Duplo Caráter do Trabalho, Valor e Economia Capitalista*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Economia.
- Netto, José Paulo (1985), “Introdução”, in Marx, Karl, *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global Editora, pp. 9-32.
- Netto, José Paulo (2011), *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Neumann, Alexander (2009), “L’expérience, le concept, l’imprévu – La sociologie de l’École de Francfort”, in *Multitudes*, No. 39, pp. 184-189.
- Neumann, Alexander (2012a), “Critique du travail, vingt-cinq ans après. Préface à la réédition”, in Vincent, Jean-Marie, *Critique du Travail – Le faire et l’agir*. Paris: La 4^{ème} Génération Editions, pp. 5-10.
- Neumann, Alexander (2012b), “Dans le labyrinthe du Minotaure – Critique du travail. Le faire et l’agir, 25 ans après”, in *Variations*, No. 17. Disponível em: <https://variations.revues.org/pdf/432>. (Consultado em: 31/07/2016)
- Neumann, Alexander & Sagradini, Lucia (2016), “Recommencer – À nos lectrices et lecteurs”, in *Variations*, No. 19. Disponível em: <https://variations.revues.org/pdf/772>. (Consultado em: 31/07/2016)
- Nicholas, Howard (2011), *Marx’s Theory of Price and its Modern Rivals*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Nicolaus, Martin (1993/1973), “Foreword”, in Marx, Karl, *Grundrisse – Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*. Londres: Penguin Books, pp. 7-63. 2^a Edição.
- Noys, Benjamin (Org.) (2011), *Communization and its Discontents: Contestation, Critique, and Contemporary Struggles*. Nova Iorque: Autonomedia.
- Oakley, Allen (1983), *The Making of Marx’s Critical Theory – A Bibliographical Analysis*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Oakley, Allen (1984), *Marx’s Critique of Political Economy – Intellectual Sources and Evolution, Volume I: 1844 to 1860*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Oakley, Allen (1985), *Marx’s Critique of Political Economy – Intellectual Sources and Evolution, Volume II: 1861 to 1863*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

- Oakley, Allen (2007), “What is *Capital*?”, in *History of Economics Review*, Vol. 45, pp. 82-94.
- O’Connor, Brian (2013), *Adorno*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ollman, Bertell (1968), “Marx’s Use of «Class»”, in *American Journal of Sociology*, Vol. 73, No. 5, pp. 573-580.
- Ollman, Bertell (1973), “State as a Value Relation”, in *Kapitalistate*, No. 2, pp. 53-59.
- Ollman, Bertell (1996), *Alienation – Marx’s Concept of Man in Capitalist Society*. Cambridge: Cambridge University Press. 2ª Edição. 10ª Reimpressão.
- Ollman, Bertell (2003), *Dance of the Dialectic – Steps in Marx’s Method*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- Ortlieb, Claus Peter (2012), “Em memória de Robert Kurz”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/ortlieb-2012.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Pachukanis, Evgueni (1977), *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Coimbra: Centelha.
- Pareto, Vilfredo (1996), *Manual de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Parker, Geoffrey (2013), *The Military Revolution – Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. 2ª Edição. 18ª Reimpressão.
- Parsons, Talcott (1949), *The Structure of Social Action – A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers*. Glencoe: The Free Press. 2ª Edição.
- Perelman, Michael (1987), *Marx’s Crises Theory – Scarcity, Labor, and Finance*. Nova Iorque, Wesport & Londres: Praeger.
- Perelman, Michael (2000), *The Invention of Capitalism – Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*. Durham & Londres: Duke University Press.
- Perlman, Fredy (1990/1968), “Introduction: Commodity Fetishism”, in Rubin, Isaak Illich, *Essays on Marx’s Theory of Value*. Montréal e Nova Iorque: Black Rose Books, pp. ix-xxxviii. 4ª Edição.
- Perlman, Fredy (1992), *Anything Can Happen*. Londres: Phoenix Press.
- Perlman, Fredy (2015), *A Reprodução da Vida Quotidiana e Outros Escritos*. [s.l.]: Textos Subterrâneos.
- Petrovic, Gajo (1991), “Alienation”, in Bottomore, Tom (Org.), *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Blackwell, pp. 11-16. 2ª Edição.
- Pilling, Geoff (1972), “The law of value in Ricardo and Marx”, in *Economy and Society*, Vol. 1, No. 3, pp. 281-307.
- Pilling, Geoff (1980), *Marx’s Capital – Philosophy and Political Economy*. Londres: Routledge & Kegan Paul. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/marxs-capital-philosophy-and-political-economy-g-pilling.pdf>. (Consultado em: 05/01/2017)
- Pilling, Geoff (1986), *The Crisis of Keynesian Economics – A Marxist View*. Londres: Croom Helm. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/pilling/works/keynes/index.htm> (Consultado em: 27/04/2020)
- Pogrebinschi, Thamy (2009), *O enigma do político – Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Polanyi, Karl (1957), “Aristotle Discovers the Economy”, in Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad & Pearson, Harry (Orgs.), *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery, pp. 64-94.

- Polanyi, Karl (1968a), "Our Obsolete Market Mentality", in Dalton, George (Org.), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, pp. 59-77.
- Polanyi, Karl (1968b), "The Economy as Instituted Process", in Dalton, George (Org.), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, pp. 139-174.
- Polanyi, Karl (1968c), "The Semantics of Money-Uses", in Dalton, George (Org.), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, pp. 175-203.
- Polanyi, Karl (1977a), "Forms of Integration and Supporting Structures". in Polanyi, Karl; Pearson, Harry (Org.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 35-43.
- Polanyi, Karl (1977b), "Market Elements and Market Origins", in Polanyi, Karl; Pearson, Harry (Org.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp.123-142.
- Polanyi, Karl (1977c), "Money Objects and Money Uses", in Polanyi, Karl; Pearson, Harry (Org.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 97-121.
- Polanyi, Karl (1977d), "The Two Meanings of Economic", in Polanyi, Karl; Pearson, Harry (Org.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 19-34.
- Polanyi, Karl (1977e), "Traders and Trade", Polanyi, Karl; Pearson, Harry (Org.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 81-96.
- Polanyi, Karl (2000), *A Grande Transformação – As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 9ª Edição.
- Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad & Pearson, Harry (Orgs.) (1957), *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery.
- Polanyi, Michael (2009), *The Tacit Dimension*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press.
- Postone, Moishe (1976), "Review of Helmut Reinicke, *Revolt im bürgerliche Erbe: Gebrauschwert und Mikrologie*. Giessen-Lollar; Achenbach Verlag, 1975", in *Telos*, No. 29, pp. 239-245.
- Postone, Moishe (1978), "Necessity, Labor and Time: A Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism", in *Social Research*, Vol. 45, No. 4, pp. 739-788.
- Postone, Moishe (1980a) "Anti-Semitism and National Socialism: Notes on the German Reaction to «Holocaust»", in *New German Critique*, No. 19, pp. 97-115.
- Postone, Moishe (1980b), "Review of H. Broder and M. Lange (Orgs.), *Fremd im eigenen Land*", in *New German Critique*, No. 20, pp. 187-193.
- Postone, Moishe (1985a), "Bitburg: May 5, 1985 and After – A Letter to the West German Left", in *Radical America*, Vol. 19, No. 5, pp. 10-17.
- Postone, Moishe (1985b), "Jean Cohen on Marxian Critical Theory", in *Theory and Society*, Vol. 14, No. 2, pp. 233-246.
- Postone, Moishe (1985c), "Theses on Fassbinder, Anti-Semitism, and Germany: A Frankfurt Autumn, 1985", in *Radical America*, Vol. 19, No. 5, pp. 24-33.
- Postone, Moishe (1986), "Anti-Semitism and National Socialism", in Rabinbach, Anson & Zipes, Jack (Orgs.), *Germans and Jews since the Holocaust – The Changing Situation in West Germany*. Nova Iorque: Homes and Meier, pp. 302-317.
- Postone, Moishe (1990), "History and Critical Social Theory", in *Contemporary Sociology*, Vol. 19, No. 2, pp. 170-176.
- Postone, Moishe (1992a), "Political Theory and Historical Analysis", in Calhoun, Craig (Org.), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: The MIT Press, pp. 164-177.
- Postone, Moishe (1992b), "Review of Zygmunt Bauman, *Modernity and the Holocaust*", in *The American Journal of Sociology*, Vol. 97, No. 5, pp. 1521-1523.

- Postone, Moishe (1996), "Review of Ronald Aronson, *After Marxism*, and Antonio Callari, Stephen Cullenberg, and Carole C. Biewener (Orgs.), *Marxism in the Postmodern Age*", in *Contemporary Sociology*, Vol. 25, No. 3, pp. 425-427.
- Postone, Moishe (1998a), "Deconstruction as Social Critique: Derrida on Marx and the New World Order", in *History and Theory*, Vol. 37, No. 3, pp. 370-387.
- Postone, Moishe (1998b), "Rethinking Marx (in a Post-Marxist World)", in Camic, Charles (Org.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 45-80. 1ª Reimpressão.
- Postone, Moishe (1999), "Contemporary Historical Transformations: Beyond Postindustrial Theory and Neo-Marxism", in *Current Perspectives in Social Theory*, Vol. 19, pp. 3-53.
- Postone, Moishe (2003a), "Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism", in Albritton, Robert & Simoulidis, John (Orgs.), *New Dialectics and Political Economy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 78-100.
- Postone, Moishe (2003b), "Quelle valeur a le travail?", in Postone, Moishe, *Marx est-il devenu muet? – Face à la mondialisation*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube. Disponível em: http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/Quelle_valeur_a_le_travail_conference_de_Moishe_Postone_Berlin_2000.pdf. (Consultado em: 27/03/2014)
- Postone, Moishe (2003c), "The Holocaust and the Trajectory of the Twentieth Century", in Postone, Moishe & Santner, Eric (Orgs.), *Catastrophe and Meaning – The Holocaust and the Twentieth Century*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, pp. 81-114.
- Postone, Moishe (2003d/1993), *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Nova Iorque & Cambridge: Cambridge University Press. 2ª Edição.
- Postone, Moishe (2004a), "Critique and Historical Transformation", in *Historical Materialism*, Vol. 12, No. 3, pp. 53-72.
- Postone, Moishe (2004b), "Critique, State, and Economy", in Rush, Fred (Org.), *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 165-193.
- Postone, Moishe (2005a), "Critical Social Theory and the Contemporary World", in *International Journal of Politics, Culture, and Society*, Vol. 19, No. 1-2, pp. 69-79.
- Postone, Moishe (2005b), "Interview de Moishe Postone publiée dans *Yarim*, Istanbul, février 2005". Disponível em: <http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/InterviewdeMoishePostonePubliedansYarim.pdf>. (Consultado em: 27/03/2014)
- Postone, Moishe (2006a), "History and Helplessness: Mass Mobilization and Contemporary Forms of Anticapitalism", in *Public Culture*, Vol. 18, No. 1, pp. 93-110.
- Postone, Moishe (2006b), "Prólogo a la Edición Española", in Postone, Moishe, *Tiempo, trabajo y dominación social – Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid & Barcelona: Marcial Pons, pp. 2-5. Disponível em: http://minhateca.com.br/moreira-oliveira/TIEMPO*2c+TRABAJO+Y+DOMINACION+SOCIAL+%28POSTONE%29.11749779.pdf. (Consultado em: 04/01/2015)
- Postone, Moishe (2006c), "Reflections on Jewish History as General History: Hannah Arendt's *Eichmann in Jerusalem*", in Gross, Raphael & Weiss, Yfaat (Orgs.), *Jüdische Geschichte als Allgemeine Geschichte*, Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht. Disponível em: <http://platypus1917.org/wp-content/uploads/2014/01/postonearendt073105.doc>. (Consultado em 04/01/2015)

- Postone, Moishe (2006d), “Rethinking the Critical Theory of Capitalism”, in *Principia Dialectica*, No. 2. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2006-d.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2007), “Critical Theory, Philosophy, and History”. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/126469597/Critical-Theory-Philosophy-and-History-Moishe-Postone#scribd>. (Consultado em 04/01/2015)
- Postone, Moishe (2008a), “History and the Critique of Capitalism”, in *Cahiers Parisiens/Parisian Notebooks*, Vol. 4. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2008-a.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2008b), “Marx after Marxism: An interview with Moishe Postone”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2008-b.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2008c), “Rethinking *Capital* in Light of the *Grundrisse*”, in Musto, Marcello (Org.), *Karl Marx’s Grundrisse - Foundations of the critique of political economy 150 years later*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 120-137.
- Postone, Moishe (2009a), “Critical Theory and the Twentieth Century”, in Postone, Moishe, *History and Heteronomy: Critical Essays*. Tóquio: The University of Tokyo Center for Philosophy, pp. 49-61.
- Postone, Moishe (2009b), “Hamburgo, 2009 – Um Outro Outono Alemão”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2009-b.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2009c), “Labor and the Logic of Abstraction: An Interview”, in *South Atlantic Quarterly*, Vol. 108, No. 2, pp. 305-330.
- Postone, Moishe (2009d), “Rethinking Marx’s Critical Theory”, in Postone, Moishe, *History and Heteronomy: Critical Essays*. Tóquio: The University of Tokyo Center for Philosophy, pp. 31-47.
- Postone, Moishe (2009e), “Théorie critique et réflexivité historique”, in Fischbach, Franck (Org.), *Relire Le Capital*. Paris: Presses Universitaires de France. Disponível em: <http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/Moishe Postone - Theorie critique et r-flexivit- historique.pdf>. (Consultado em: 04/01/2015)
- Postone, Moishe (2009f), “Theorizing the Contemporary World: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey”, in Postone, Moishe, *History and Heteronomy: Critical Essays*. Tóquio: The University of Tokyo Center for Philosophy, pp. 85-107.
- Postone, Moishe (2009g), “The Subject and Social Theory: Marx and Lukács on Hegel”, in Chitty, Andrew & McIvor, Martin (Orgs.), *Karl Marx and Contemporary Philosophy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 205-220.
- Postone, Moishe (2010), “Zionism, anti-semitism and the left”, in *Solidarity*, Vol. 3, No. 166, Fevereiro/2010, pp. 21-22. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2010.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2011a), “Interview with Moishe Postone: «Critique and Dogmatism»”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2011a.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2011b), “Repenser la critique du capitalisme à partir de la domination sociale du temps et du travail”, in *Les Mondes du Travail*, No. 9-10, pp. 5-15.
- Postone, Moishe (2012a), “Marx and Modernity: Rethinking Labour, Capital, and Capitalism”, in *Frontiers of History in China*, Vol. 7, No. 3, pp. 330-343.

- Postone, Moishe (2012b), “Para una Teoría Crítica del Presente: En Conversación com Moishe Postone sobre las Nuevas Lecturas de Marx, la Crisis y el Antisemitismo”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 4, pp. 376-403.
- Postone, Moishe (2012c), “The Critical Theory of Capitalism”. Disponível em: <http://www.setcrit.net/wp-content/uploads/2012/10/The-Critical-Theory-of-Capitalism.pdf>. (Consultado em: 04/09/2014).
- Postone, Moishe (2012d), “Thinking the Global Crisis”, in *South Atlantic Quarterly*, Vol. 111, No. 2, pp. 227-249.
- Postone, Moishe (2013a), “Dialogue avec Moishe Postone”, in Postone, Moishe, *Critique du fétiche-capital – Le capitalisme, l’antisémitisme et la gauche*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 129-149.
- Postone, Moishe (2013b), “Estoy intentando recuperar un concepto de capital que creo que los movimientos sociales han perdido”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2013-b.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2013c), “Hemos llegado a la crisis del empleo en la sociedad”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2013-c.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)
- Postone, Moishe (2013d), “Les antinomies de la modernité capitaliste. Réflexions sur l’histoire, la Shoah et la gauche”, in Postone, Moishe, *Critique du fétiche-capital – Le capitalisme, l’antisémitisme et la gauche*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 57-94.
- Postone, Moishe (2014a), “Habría que organizarse bajo una idea que fuese mucho más que la distribución colectiva de los bienes y servicios – Una conversación con Moishe Postone”, in *Encrucijadas – Revista Crítica de Ciencias Sociales*, No. 8, pp. 57-73.
- Postone, Moishe (2014b), *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Postone, Moishe (2015a), “Behind our Backs: Moishe Postone in Conversation”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2019/07/postone-2015a.pdf>. (Consultado em: 31/07/2019)
- Postone, Moishe (2015b), “The Task of Critical Theory Today: Rethinking the Critique of Capitalism and its Futures”, in *Current Perspectives in Social Theory*, Vol. 33, pp. 3-28.
- Postone, Moishe (2016a), “An interview with Moishe Postone: That capital has limits does not mean that it will collapse”, in *Crisis & Critique*, Vol. 3, No. 3, pp. 500-517.
- Postone, Moishe (2016b), “Anti-semitism and reactionary anti-capitalism”, in *Solidarity*, No. 407, pp. 6-7.
- Postone, Moishe (2016c), “Conversa com Moishe Postone”, in *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, No. 22, pp. 89-99.
- Postone, Moishe (2016d), “Repensando o capitalismo e seus futuros”, in *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, No. 22, pp. 76-88.
- Postone, Moishe (2016e), “Work, time, and the working class”, in *Solidarity*, No. 410, pp. 12-13.
- Postone, Moishe (2017a), “Critical Theory and the Historical Transformations of Capitalist Modernity”, in Thompson, Michael J. (Org.), *The Palgrave Handbook of Critical Theory*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 137-163.
- Postone, Moishe (2017b), “La tarea de la teoría crítica hoy: Repensar la crisis del capitalismo y sus futuros”, in *Herramienta*, No. 60. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-2017b.pdf>. (Consultado em: 24/10/2018)

- Postone, Moishe (2017c), “Marx, temporality and modernity”, in Liu, Joyce C. H. & Murthy, Viren (Orgs.), *East-Asian Marxisms and Their Trajectories*. Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. 29-48.
- Postone, Moishe (2017d), “The Current Crisis and the Anachronism of Value: A Marxian Reading”, in *Continental Thought & Theory: A Journal on Intellectual Freedom*, Vol. 1, No. 4, pp. 38-54.
- Postone, Moishe (2017e), “The Dualisms of Capitalist Modernity – Reflections on History, the Holocaust, and Antisemitism”, in Jacobs, Jack (Org.), *Jews and Leftist Politics – Judaism, Israel, Antisemitism, and Gender*. Cambridge & Nova Iorque: Cambridge University Press, pp. 43-66.
- Postone, Moishe (2018), “Entrevista – Moishe Postone”, in *Margem Esquerda*, No. 31, pp. 11-27.
- Postone, Moishe & Brick, Barbara (1976), “Introduction – Friedrich Pollock and the «Primacy of the Political»: A Critical Reexamination”, in *International Journal of Politics*, Vol. 6, No. 3, pp. 3-28.
- Postone, Moishe & Brick, Barbara (1977), “Introduction”, in *International Journal of Politics*, Vol. 7, No. 2, pp. 3-8.
- Postone, Moishe & Brick, Barbara (1982), “Critical Pessimism and the Limits of Traditional Marxism”, in *Theory and Society*, Vol. 11, No.5, pp. 617-658.
- Postone, Moishe & Harootunian, Harry (2012), “Exigency of Time: A Conversation with Harry Harootunian and Moishe Postone”, in *Concentric: Literary and Cultural Studies*, Vol. 38, No. 2, pp. 7-43.
- Postone, Moishe; Goswami, Manu; Sartori, Andrew & Sewell Jr., William H. (2014), “Introducing Critical Historical Studies”, in *Critical Historical Studies*, Vol. 1, No. 1, pp. 1-3.
- Postone, Moishe; LiPuma, Edward & Calhoun, Craig (1993), “Introduction: Bourdieu and Social Theory”, in Calhoun, Craig; LiPuma, Edward & Postone, Moishe (Orgs.), *Bourdieu: Critical Perspectives*. Cambridge: Polity Press, pp. 1-13.
- Postone, Moishe; Markovits, Andrei S. & Benhabib, Seyla (1986), “Rainer Werner Fassbinder’s *Garbage, the City and Death*: Renewed Antagonisms in the Complex Relationship between Jews and Germans in the Federal Republic of Germany”, in *New German Critique*, No. 38, pp. 3-27.
- Postone, Moishe & Reinicke, Helmut (1975), “On Nicolaus’ «Introduction» to the *Grundrisse*”, in *Telos*, No. 22, pp. 130-148.
- Postone, Moishe & Santner, Eric (2003), “Introduction: Catastrophe and Meaning”, in Postone, Moishe & Santner, Eric (Orgs.), *Catastrophe and Meaning – The Holocaust and the Twentieth Century*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, pp. 1-14.
- Postone, Moishe & Traube, Elizabeth (1985), “*Indiana Jones and the Temple of Doom*: The Return of the Repressed”, in *Jump Cut: A Review of Contemporary Media*, No. 30, pp. 12-14.
Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/postone-traube-1985.pdf>.
(Consultado em: 24/10/2018)
- Prado, Eleutério (s.d.), “Dinheiro: Medida dos Valores e Padrão dos Preços”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/artc2ba-dinheiro-medida-valores-e-prado.pdf>. (Consultado em: 03/01/2017)
- Prado, Eleutério (2007), “Formação de Preços como Processo Complexo”, in *Estudos Econômicos*, Vol. 37, No. 4, pp. 745-769.

- Prado, Eleutério (2011), “Da crise e da inflação – uma abordagem marxista”. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/09/baixar-aula-8-cc3b3pia.pdf>. (Consultado em: 14/07/2016)
- Prado, Eleutério (2013), “Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível”, in *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, No. 35, pp. 129-152.
- Prado, Eleutério (2015), “Economia Política: os descaminhos da crítica”, in *Revista Outubro*, No. 23, pp. 59-90.
- Prado, Eleutério (2016), “Do dinheiro-ouro ao dinheiro fictício”. Disponível em: <https://eleuterioprado.wordpress.com/2016/09/17/dinheiro-ficticio-ii/do-dinheiro-ouro-ao-dinheiro-ficticio/>. (Consultado em: 23/09/2016)
- Psychopedis, Kosmas (1992), “Dialectical Theory: Problems of Reconstruction”, in Bonefeld, Werner; Gunn, Richard & Psychopedis, Kosmas (Orgs.), *Open Marxism, Volume I – Dialectics and History*. Londres: Pluto Press, pp. 1-53.
- Rabinbach, Anson (1990), *The Human Motor – Energy, Fatigue, and the Origins of Modernity*. Nova Iorque: Basic Books.
- Ramirez, Miguel D. (2009), “Marx’s Theory of Ground Rent: A Critical Assessment”, in *Contributions to Political Economy*, Vol. 28, No. 1, pp. 71-91.
- Ramos, Alejandro (1999), “Value and Price of Production: New Evidence on Marx’s Transformation Procedure”, in *International Journal of Political Economy*, Vol. 28, No. 4, pp. 55-81.
- Ramos do Ó, Jorge (2018), “Vincennes, o desejo de aprender na universidade e as nossas vidas”, in *Público*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2020/01/artc2ba-sobre-paris-viii.pdf>. (Consultado em: 26/01/2020)
- Ramtin, Ramin (1991), *Capitalism and Automation – Revolution in Technology and Capitalist Breakdown*. Londres & Concord: Pluto Press.
- Redding, Paul (2017), “Georg Wilhelm Friedrich Hegel”, in Zalta, Edward N. (Org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/01/hegel-stanford-university.pdf>. (Consultado em: 14/01/2018)
- Regatieri, Ricardo (2009), *Negatividade e Ruptura – Configurações da crítica de Robert Kurz*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Mestrado em Sociologia.
- Regatieri, Ricardo (2010), “Introdução”, in Kurz, Robert, *Razão Sangrenta – Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, pp. 9-23.
- Reich, Wilhelm (1972), *Sex-Pol – Essays, 1929-1934*. Nova Iorque: Random House.
- Reich, Wilhelm (1988), *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes. 2ª Edição.
- Reichelt, Helmut (1982), “From the Frankfurt School to Value-Form Analysis”, in *Thesis Eleven*, Vol. 4, No. 1, pp. 166-169.
- Reichelt, Helmut (1995), “Why did Marx Conceal his Dialectical Method?”, in Bonefeld, Werner et al. (Orgs.), *Open Marxism, Volume III – Emancipating Marx*. Londres & Ann Arbor: Pluto Press, pp. 40-83.
- Reichelt, Helmut (2005), “Social Reality as Appearance: Some Notes on Marx’s Conception of Reality”, in Bonefeld, Werner & Psychopedis, Kosmas (Orgs.), *Human Dignity – Social Autonomy and the Critique of Capitalism*. Aldershot & Burlington: Ashgate, pp. 31-67.
- Reichelt, Helmut (2007), “Marx’s Critique of Economic Categories: Reflections on the Problem of Validity in the Dialectical Method of Presentation in *Capital*”, in *Historical Materialism*, Vol. 15, No. 4, pp. 3-52.

- Reichelt, Helmut (2013/1970), *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Repères Biographiques (2013), in Postone, Moishe, *Critique du fétiche-capital – Le capitalisme, l'antisémitisme et la gauche*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 151-154.
- Reuten, Geert (1998a), "Dialectical Method", in Davis, John B.; Hands, D. Wade & Mäki, Uskali (Orgs.), *The Handbook of Economic Methodology*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 103-107.
- Reuten, Geert (1998b), "Marx's Method", in Davis, John B.; Hands, D. Wade & Mäki, Uskali (Orgs.), *The Handbook of Economic Methodology*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 283-287.
- Reuten, Geert (1998c), "The Status of Marx's Reproduction Schemes: Conventional or Dialectical Logic?", in Arthur, Christopher J. & Reuten, Geert (Orgs.), *The Circulation of Capital – Essays on Volume Two of Marx's Capital*. Houndmills: Macmillan/Nova Iorque: St. Martin's Press, pp. 187-229.
- Reuten, Geert (2002), "Marx's Capital III, The Culmination of Capital: General Introduction", in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 1-15.
- Reuten, Geert (2003), "On «Becoming Necessary» in an Organic Systematic Dialectic: The Case of Creeping Inflation", in Albritton, Robert & Simoulidis, John (Orgs.), *New Dialectics and Political Economy*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 42-59.
- Reuten, Geert (2004), "Productive Force and the Degree of Intensity of Labour: Marx's Concepts and Formalizations in the Middle Part of Capital I", in Taylor, Nicola & Bellofiore, Riccardo (Orgs.), *The Constitution of Capital – Essays on Volume I of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 117-145.
- Reuten, Geert (2014), "An Outline of the Systematic-Dialectical Method: Scientific and Political Significance", in Moseley, Fred & Smith, Tony (Orgs.), *Marx's Capital and Hegel's Logic – A Reexamination*. Leiden & Boston: Brill, pp. 243-268.
- Reuten, Geert (2019), *The unity of the capitalist economy and state – A systematic-dialectical exposition of the capitalist system*. Leiden & Boston: Brill.
- Reuten, Geert & Williams, Michael (1989), *Value-Form and the State – The tendencies of accumulation and the determination of economic policy in capitalist society*. Londres & Nova Iorque : Routledge.
- Reyna, S. P. (2005), "The Force of Two Logics: Predatory and Capital Accumulation in the Making of the Great Leviathan, 1415–1763", in Reyna, S. P. & Downs, R. E. (Orgs.), *Deadly Developments – Capitalism, States and War*. Amesterdão: Gordon and Breach Publishers, pp. 22-67.
- Rifkin, Jeremy (1995), *The End of Work – The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*. Nova Iorque: Tarcher/Putnam.
- Ritzer, George (1988), "Sociological Metatheory: A Defense of a Subfield by a Delineation of Its Parameters", in *Sociological Theory*, Vol. 6, No. 2, pp. 187-200.
- Ritzer, George (1990), "Metatheorizing in Sociology", in *Sociological Forum*, Vol. 5, No. 1, pp. 3-15.
- Ritzer, George (2001), *Explorations in Social Theory – From Metatheorizing to Rationalization*. Londres: SAGE Publications.
- Ritzer, George (2007), "Metatheory", in Ritzer, George (Org.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden & Oxford: Blackwell Publishing, pp. 2964-2967.

- Ritzer, George (2010), *Sociological Theory*. Nova Iorque: McGraw-Hill. 8ª Edição.
- Robbins, Lionel (1945), *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. 2ª Edição. Londres: Macmillan & Co.
- Roberts, Michael (2016), *The Long Depression – How it Happened, Why it Happened and What Happens Next*. Chicago: Haymarket Books.
- Robinson, Josh (2018), “The Critique of Value and the Crisis of Capitalist Society”, in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 2: Themes*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 783-798.
- Robles-Baez, Mario L. (2004), “On the Abstraction of Labour as a Social Determination”, in Freeman, Alan; Liman, Andrew & Wells, Julian (Orgs.), *The New Value Controversy and the Foundation of Economics*. Cheltenham & Northampton: Edward Elgar, pp. 151-165.
- Rosa, Hartmut (2013), *Social Acceleration – A New Theory of Modernity*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Rosdolsky, Roman (2001/1968), *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Rosenfield, Denis Lerrer (2017), “Deus e o Absoluto”, in Bavaresco, Agemir; Pertille, José Pinheiro; Miranda, Marloren Lopes & Tauchen, Jair (Orgs.), *Leituras da Lógica de Hegel*. Porto Alegre: Editora Fi, pp. 101-120.
- Rubel, Maximilien (1968a), “Avertissement”, in Marx, Karl, *Œuvres – Économie II*. Paris: Gallimard, pp. ix-xv.
- Rubel, Maximilien (1968b), “Introduction”, in Marx, Karl, *Œuvres – Économie II*. Paris: Gallimard, pp. xvii-cxxxii.
- Rubel, Maximilien (1980), *Marx – Life and Works*. Londres & Basingstoke: Macmillan.
- Rubin, Isaak Illich (1978/1927), “Abstract Labour and Value in Marx’s System”, in *Capital & Class*, No. 5, pp. 109-139.
- Rubin, Isaak Illich (1987/1928), *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis.
- Rubin, Isaak Illich (1990/1928), *Essays on Marx’s Theory of Value*. Montréal e Nova Iorque: Black Rose Books. 4ª Edição.
- Rubin, Isaak Illich (2018/1926), “The Austrian School”, in Day, Richard B. & Gaido, Daniel F. (Orgs.), *Responses to Marx’s Capital – From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden & Boston: Brill, pp. 429-447.
- Ruiz, Clara Navarro (2017), “El Tablero Áureo – Consideraciones sobre la teoría del valor en Robert Kurz”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 8/9, pp. 256-284.
- Ruiz, Clara Navarro (2019), *Mientras caemos – Fundamentos para una crítica interseccional del capitalismo a partir de sus límites como sistema civilizatorio*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de Doutoramento em Filosofia.
- Saad Filho, Alfredo (1997), “Re-reading both Hegel and Marx: The «new dialectics» and the method of Capital”, in *Revista de Economia Política*, Vol. 17, No. 1, pp. 107-120.
- Saad Filho, Alfredo (2000), “Inflation theory: A critical literature review and a new research agenda”, in *Research in Political Economy*, Vol. 18, pp. 335-362.
- Saad Filho, Alfredo (2001), “Valores e preços de produção: uma releitura de Marx”, in *Análise Econômica*, No. 36, pp. 5-24.
- Saad Filho, Alfredo (2002), *The Value of Marx – Political Economy for Contemporary Capitalism*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Safatle, Vladimir (2016), *Reler Marx hoje*. Disponível em: http://www.academia.edu/26777289/Curso_integral_-_Reler_Marx_hoje_2016. (Consultado em: 05/11/2016)
- Sahlins, Marshall (1972), *Las Sociedades Tribales*. Barcelona: Editorial Labor.

- Sahlins, Marshall (2008), *The Western Illusion of Human Nature: With Reflections on the Long History of Hierarchy, Equality, and the Sublimation of Anarchy in the West, and Comparative Notes on Other Conceptions of the Human Condition*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- Sahlins, Marshall (2017), *Stone Age Economics*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Salama, Pierre (1980), *Sobre o Valor – Elementos para uma Crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Salama, Pierre & Valier, Jacques (1991/1973), *Una introducción a la economía política*. Cidade do México: Ediciones Era. 7ª Reimpressão.
- Samol, Peter (2013), “Um Descaminho Teórico – A estranha versão do conceito de «trabalho improdutivo» em Robert Kurz e como sua resposta às críticas aprofundou a confusão”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/samol-2013.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Samuelson, Paul (1997), *Fundamentos da Análise Econômica*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Sánchez, Juan José (1998), “Introducción. Sentido y alcance de *Dialéctica de la Ilustración*”, in Horkheimer, Max & Adorno, Theodor W., *Dialéctica de la Ilustración – Fragmentos filosóficos*. Madrid: Editorial Trotta, pp. 9-44. 3ª Edição.
- Sanjuán, César Ruiz (2010), *Crítica y Dialéctica – La cuestión del método en el pensamiento de Marx*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de Doutorado em Filosofia.
- Sanz, Alberto Riesco & López, Jorge Garcia (2007), “Prefacio – Marx, mas allá del marxismo”, in Postone, Moishe, *Marx Reloaded – Repensar la teoría crítica del capitalismo*. Madrid: Traficantes de Sueños, pp. 9-32.
- Sartori, Andrew (2013), “Global Intellectual History and the History of Political Economy”, in Moyn, Samuel & Sartori, Andrew (Orgs.), *Global Intellectual History*. Nova Iorque: Columbia University Press, pp. 110-133.
- Sartori, Andrew (2018), “Remembering Moishe Postone II”, in *Critical Historical Studies*, Vol. 5, No. 2, pp. 165-168.
- Savran, Sungur & Tonak, E. Ahmet (1999), “Productive and Unproductive Labour: An Attempt at Clarification and Classification”, in *Capital & Class*, No. 68, pp. 113-152.
- Sayer, Derek (1979), *Marx's Method – Ideology, Science and Critique in Capital*. Sussex: The Harvester Press/Nova Jérsea: Humanities Press.
- Sayer, Derek (1987), *The Violence of Abstraction – The Analytic Foundations of Historical Materialism*. Oxford & Nova Iorque: Basil Blackwell.
- Sayer, Derek (1991), *Capitalism and Modernity – An Excursus on Marx and Weber*. Londres: Routledge.
- Sayers, Sean (2011), *Marx and Alienation – Essays on Hegelian Themes*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Schecter, Darrow (2007), *The History of the Left from Marx to the Present – Theoretical Perspectives*. Londres & Nova Iorque: Continuum.
- Schefold, Bertram (1998), “The Relation between the Rate of Profit and the Rate of Interest: A Reassessment after the Publication of Marx's Manuscript of the Third Volume of *Das Kapital*”, in Bellofiore, Riccardo (Org.), *Marxian Economics: A Reappraisal – Essays on Volume III of Capital. Volume 1: Method, Value and Money*. Houndmills: Macmillan, pp. 127-144.
- Schmidt, Alfred (1968), “On the Concept of Knowledge in the Criticism of Political Economy”, in *Karl Marx 1818/1968*. Bad Godesberg: Inter Nationes, pp. 92-102.
- Schmidt, Alfred (1971), *The Concept of Nature in Marx*. Londres: New Left Books.

- Schmidt, Alfred (1981), *History and Structure – An Essay on Hegelian-Marxist and Structuralist Theories of History*. Cambridge: The MIT Press.
- Scholz, Roswitha (1996/1992), “O Valor é o Homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”, in *Novos Estudos – CEBRAP*, No. 45, pp. 15-36.
- Scholz, Roswitha (2009), “Forma Social e Totalidade Concreta – Na urgência de um realismo dialético hoje”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/scholz-2009.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Scholz, Roswitha (2011), *O Sexo do Capitalismo – Teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do capital*. Disponível em: http://www.obeco-online.org/livro_sexo_capitalismo.htm (Consultado em: 27/04/2020)
- Scholz, Roswitha (2014), “Após Postone – Sobre a necessidade de transformação da «crítica do valor fundamental». Moishe Postone e Robert Kurz em comparação – e a crítica da dissociação-valor”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/0-imp-apc3b3s-postone-r-scholz.pdf>. (Consultado em: 31/10/2018)
- Scholz, Roswitha (2017), “Escisión del valor, género y crisis del capitalismo – Entrevista con Roswitha Scholz”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 8/9, pp. 475-502.
- Scholz, Roswitha (2018), “Feminist Critical Theory and the Problem of (Counter)Enlightenment in the Decay of Capitalist Patriarchy”, in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O’Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 3: Contexts*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 1520-1533.
- Schuler, Jeanne (1996), “Moishe Postone – Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory”, in *Telos*, No. 96, pp. 181-192.
- Schutz, Alfred (1967), *The Phenomenology of the Social World*. [s.l.]: Northwestern University Press.
- Sennet, Richard (2001), *A Corrosão do Carácter – As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sewell Jr., William H. (2018), “Remembering Moishe Postone”, in *Critical Historical Studies*, Vol. 5, No. 2, pp. 155-164.
- Shaikh, Anwar (2016), *Capitalism – Competition, Conflict, Crises*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Shaw, Martin (1985), “Introduction: Sociology and the Crisis of Marxism”, in Shaw, Martin (Org.), *Marxist Sociology Revisited – Critical Assessments*. Houndmills: The Macmillan Press, pp. 1-20.
- Shortall, Felton C. (1994), *The Incomplete Marx*. Aldershot: Avebury.
- Sica, Alan (1998), “Acclaiming the Reclaimers: The Trials of Writing Sociology’s History”, in Camic, Charles (Org.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 282-298. 1ª Reimpressão.
- Silva, João Esteves da (1975), *Para uma Teoria da História – De Althusser a Marx*, 1º Volume. Lisboa: Diabril.
- Silva, João Esteves da (1976), *Para uma Teoria da História – De Althusser a Marx*, 2º Volume. Lisboa: Diabril.
- Silva, João Esteves da (1978), “Hegel e Marx – A dialética e o problema da inversão”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/hegel-e-marx-j-esteves-da-silva.pdf>. (Consultado em: 18/03/2017)
- Silva, João Esteves da (2006), “A realidade da abstração”, in *Crítica Marxista*, No. 23, pp. 79-96.

- Silva Júnior, José Valdo Barros (2010), *O Fetichismo: Para uma Crítica Radical do Trabalho Abstrato-Concreto – Investigações sobre a teoria do valor em Marx*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Tese de Mestrado em Filosofia.
- Simmel, Georg (2004), *The Philosophy of Money*. Londres & nova Iorque: Routledge. 3ª Edição.
- Skinner, Quentin (1969), “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, in *History and Theory*, Vol. 8, No. 1, pp. 3-53.
- Smart, Barry (2005), “Modernity and Postmodernity: Part I”, in Harrington, Austin (Org.), *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 252-272.
- Smart, Barry (2014), *Sociology, Phenomenology and Marxian Analysis – A Critical Discussion of the Theory and Practice of a Science of Society*. Londres & Nova Iorque: Routledge. 2ª Edição.
- Smelser, Neil J. & Warner, R. Stephen (1976), *Sociological Theory: Historical and Formal*. Morristown: General Learning Press.
- Smith, Tony (1990), *The logic of Marx’s Capital – Replies to Hegelian Criticisms*. Albany: State University of New York Press.
- Smith, Tony (1993), “Marx’s *Capital* and Hegelian Dialectical Logic”, in Mosely, Fred (Org.), *Marx’s Method in Capital – A Reexamination*. Nova Jérícia: Humanities Press, pp. 15-36.
- Smith, Tony (2002), “Surplus Profits from Innovation – A missing level in *Capital III*?”, in Campbell, Martha & Reuten, Geert (Orgs.), *The Culmination of Capital – Essays on Volume III of Marx’s Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 149-173.
- Smith, Tony (2006), *Globalisation – A Systematic Marxian Account*. Leiden & Boston: Brill.
- Sohn-Rethel, Alfred (1978/1970), *Intellectual and Manual Labour – A Critique of Epistemology*. Londres: The Macmillan Press Ltd.
- Sohn-Rethel, Alfred (1995/1937), “Para a liquidação crítica do apriorismo. Uma pesquisa materialista (Março-Abril 1937)”, in Sohn-Rethel, Alfred, *Trabalho Espiritual e Corporal – Para a Epistemologia da História Ocidental*, pp. 93-126. Disponível em: <http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/sohn-rethel-1.pdf>. Consultado em: 07/01/2012)
- Sohn-Rethel, Alfred (2010), *La pensée-marchandise*. Broissieux: Éditions du Croquant.
- Sombart, Werner (2015), *Guerra e Capitalismo*. Milão: Mimesis.
- Sotiropoulos, Dimitris P., Milios, John & Lapatsioras, Spyros (2013), *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis – Demystifying Finance*. Abingdon & Nova Iorque: Routledge.
- Southgate, Beverley (2003), “Intellectual history/history of ideas”, in Berger, Stefan; Feldner, Heiko & Passmore, Kevin (Orgs.), *Writing History – Theory and Practice*. Londres: Hodder Arnold, pp. 243-260.
- Sparsam, Jan (2016), “Understanding the «Economic» in New Economic Sociology”, in *Economic Sociology – The European Electronic Newsletter*, Vol. 18, No. 1, pp. 6-15.
- Stanfield, J. R. (1990), “Karl Polanyi and Contemporary Economic Thought”, in Polanyi-Levitt, Kari (Org.), *The Life and Work of Karl Polanyi*. Montréal: Black Rose Books. pp. 195-207.
- Steiner, Philippe (2000), “Marx et la Sociologie Économique”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Nouvelle Série, Vol. 108, pp. 57-77.
- Steinfeld, Robert J. (1991), *The Invention of Free Labor – The Employment Relation in English and American Law and Culture, 1350-1870*. Chapel Hill & Londres: The University of North Carolina Press.

- Stoetzler, Marcel (2004), "Postone's Marx: A Theorist of Modern Society, Its Social Movements and Its Imprisonment by Abstract Labour", in *Historical Materialism*, Vol. 12, No. 3, pp. 261-283.
- Stoetzler, Marcel (2018), "Dialectic of Enlightenment. Philosophical Fragments", in Best, Berverley; Bonefeld, Werner & O'Kane, Chris (Orgs.), *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory. Volume 1: Key Texts and Contributions to a Critical Theory of Society*. Los Angeles: SAGE Publications, pp. 142-160.
- Stoner, Alexander M. & Melathopoulos, Andony (2015), *Freedom in the Anthropocene – Twentieth-Century Helplessness in the Face of Climate Change*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Streeck, Wolfgang (2016), *How Will Capitalism End? – Essays on a Failing System*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Swedberg, Richard (1997), "New Economic Sociology: What Has Been Accomplished, What Is Ahead?", in *Acta Sociologica*, Vol. 40, pp. 161-182.
- Swedberg, Richard (2003), *Principles of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- Swedberg, Richard (2004), "What has been Accomplished in New Economic Sociology and Where is it Heading?", in *Archives Européennes de Sociologie*, Vol. 45, No. 3, pp. 317-330.
- Swedberg, Richard (2006), "The Toolkit of Economic Sociology", *SOCIUS Working Papers*, No. 4/2006.
- Sweezy, Paul M. (1962/1946) *The Theory of Capitalist Development – Principles of Marxian Political Economy*. Londres: Dennis Dobson Limited. 3ª Reimpressão.
- Swingewood, Alan (1984), *A Short History of Sociological Thought*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Taylor, Charles (1999), *Hegel*. Cambridge: Cambridge University Press. 12ª Reimpressão.
- Taylor, Nicola & Bellofiore, Riccardo (2004), "Marx's *Capital I*, The Constitution of Capital: General Introduction", in Taylor, Nicola & Bellofiore, Riccardo (Orgs.), *The Constitution of Capital – Essays on Volume I of Marx's Capital*. Houndmills & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 1-34.
- Therborn, Göran (2008), *From Marxism to Post-Marxism?* Londres: Verso.
- Thomas, Paul (1999), "Critical reception: Marx then and now", in Carver, Terrell (Org.), *The Cambridge Companion to Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 23-54. 6ª Reimpressão.
- Thomas, Tom (1999), *L'hégémonie du capital financier et sa critique*. Paris: Editions Albatroz.
- Thomas, Tom (2004), *La crise chronique ou le stade sénile du capitalisme*. Bruxelas: Contradictions.
- Thomas, Tom (2006), *Conscience et lute de classe*. Bruxelas: Contradictions.
- Thomas, Tom (2008), *Les communistes et le travail théorique aujourd'hui*. Bruxelas: Contradictions.
- Thomas, Tom (2009), *La crise. Laquelle? Et après?*. Bruxelas: Contradictions.
- Thomas, Tom (2011), *Etatisme contre libéralisme? – C'est toujours le capitalisme*. Bruxelas: Contradictions.
- Thompson, E. P. (1966), *The Making of the English Working Class*. Nova Iorque : Vintage Books.
- Thompson, E. P. (1993), *Customs in Common*. Londres : Penguin Books
- Tilly, Charles (1990), *Coercion, Capital, and European States, A.D 990-1990*. Cambridge: Basil Blackwell.
- Tombazos, Stavros (2004), "Fétichisme et mondialisation", in *Variations*, No. 3, pp. 27-50.

- Tombazos, Stavros (2014), *Time in Marx – The Categories of Time in Marx's Capital*. Leiden & Boston: Brill.
- Tönnies, Ferdinand (2012), *Karl Marx – Sa vie et son œuvre*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Toscano, Alberto (2008), "The Open Secret of Real Abstraction", in *Rethinking Marxism*, Vol. 20, No. 2, pp. 273-287.
- Tosel, André (1999/1974), "Le Développement du Marxisme en Europe Occidentale Depuis 1917", in Belaval, Yvon (Org.), *Histoire de la Philosophie*, III, Vol. 2. Paris: Gallimard, pp. 902-1045.
- Tosel, André (2002), "Marx et les abstractions", in *Archives de Philosophie*, No. 65, pp. 311-334.
- Tosel, André (2008), "The Development of Marxism: From the End of Marxism-Leninism to a Thousand Marxisms – France-Italy, 1975-2005", in Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (Orgs.), *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden & Boston: Brill, pp. 39-78.
- Trenkle, Norbert (2014/1998), "O que é o valor? A que se deve a crise?", in Nascimento, Joelton (Org.), *Introdução à Nova Crítica do Valor*. São Paulo: PerSe, pp. 17-32.
- Trigilia, Carlo (2002), *Economic Sociology – State, Market, and Society in Modern Capitalism*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Turner, Bryan S. (2003), "Preface to the new edition", in Löwith, Karl, *Max Weber and Karl Marx*. Londres: Routledge, pp. 1-32. 2ª Edição.
- Turner, Jonathan H. (1990), "The Misuse and Use of Metatheory", in *Sociological Forum*, Vol. 5, No. 1, pp. 37-53.
- Turner, Stephen (1998), "Who's Afraid of the History of Sociology?", in *Swiss Journal of Sociology*, Vol. 24, No. 1, pp. 3-10.
- Turner, Stephen (2004), "The Maturity of Social Theory", in Camic, Charles & Joas, Hans (Orgs.), *The Dialogical Turn – New Roles for Sociology in the Postdisciplinary Age*. Lanham: Rowman & Littlefield, pp. 141-170.
- Turner, Stephen P. & Chubin, Daryl E. (2020), "The Changing Temptations of Science", in *Issues in Science and Technology*, Vol. XXXVI, No. 3, pp. 40-46.
- Vandenbergh, Frédéric (2008), *A Philosophical History of German Sociology*. Londres: Routledge.
- Vaneigem, Raoul (1998), *Banalidades de Base*. Lisboa: Frenesi. 3ª Edição.
- Vázquez, Adolfo Sánchez (1980), *Filosofía de la Praxis*. Cidade do México: Grijalbo. 3ª Edição.
- Vela, Alfonso Galileo García (2011), "Trabajo concreto y valor de uso – Ontología o especificidad histórica?", in *Bajo el Volcán*, Vol. 10, No. 16, pp. 53-64.
- Vernant, Jean-Pierre (2007), "Mythe et pensée chez les Grecs", in *Œuvres, I – Religions, Rationalités, Politique*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 239-558.
- Veyne, Paul (1990), *Bread and Circuses – Historical Sociology and Political Pluralism*. Londres: Penguin Books.
- Vincent, Jean-Marie (1957), "Gramsci (Antonio), Opere. 8 vol.", in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 7, No. 4, pp. 933-935.
- Vincent, Jean-Marie (1958), "Handbuch des Soziologie... Hrsg von Werner Ziegenfuss", in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 8, No. 3, pp. 682-683.
- Vincent, Jean-Marie (1959), "Weber (Max), Gesammelte politische Schriften. Zweite, erweiterte Auflage", in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 9, No. 4, pp. 1046-1047.
- Vincent, Jean-Marie (1960), "Dahrendorf (Ralf), Soziale Klassen und Klassenkonflikt", in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 10, No. 1, pp. 197-198.

- Vincent, Jean-Marie (1962a), “Dahrendorf (Ralf), Gesellschaft und Freiheit. Zur soziologischen Analyse der Gegenwart”, in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 12, No. 4, p. 992.
- Vincent, Jean-Marie (1962b), “Gramsci (Antonio), Œuvres choisis”, in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 12, No. 1, pp. 183-188.
- Vincent, Jean-Marie (1963), “Action syndicale et action politique”, in *Tribune Socialiste*, No. 146. Disponible em: http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1963/04/63-04-06-VINCENT-Synd_polit.pdf. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1964a), “The Left in France”, in *New Left Review*, No. 1/26, pp. 42-44.
- Vincent, Jean-Marie (1964b), “West Germany: The Reactionary Democracy”, in *Socialist Register*, Vol. 1, pp. 68-81.
- Vincent, Jean-Marie (1965), “East Germany Between Past and Future”, in *Socialist Register*, Vol. 2, pp. 45-61.
- Vincent, Jean-Marie (1966), “Vers une nouvelle étape de l’escalade”, in *Tribune Socialiste*, No. 295. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/2015/06/66-10-01-Vincent.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1968a), “Affrontements à Berlin-Ouest”, in *Tribune Socialiste*, No. 362. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1968/02/68-02-29-AffrontementBerlin.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1968b), “Avant-propos”, in *Les Cahiers du Centre d’Études Socialistes*, No. 82-87, pp. 9-18.
- Vincent, Jean-Marie (1968c), “Le Vietnam nous concerne toujours”, in *Tribune Socialiste*, No. 370. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1968/03/68-05-02-Vincent.pdf>.
- Vincent, Jean-Marie (1968d), “Les limites de la puissance impérialiste”, in *Tribune Socialiste*, No. 365. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1968/03/68-03-21-Imperialisme.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1968e), “Les aventures de la planification en Allemagne de l’Est – Exposé introductif”, in *Les Cahiers du Centre d’Études Socialistes*, No. 82-87, pp. 173-190.
- Vincent, Jean-Marie (1968f), “The PCF and its History”, in *New Left Review*, No. 1/52, pp. 39-46.
- Vincent, Jean-Marie (1969a), “Battre les agresseurs du Vietnam”, in *Tribune Socialiste*, No. 429. Disponible em: http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1969/11/69-11-13-VIETNAM_Vincent.pdf. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1969b), “La lutte de Ho Chi Minh”, in *Tribune Socialiste*, No. 420. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1969/09/69-09-11-HoChiMinh.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1969c), “Présentation”, in Pasukanis, Evgeni B., *La théorie générale du droit et le marxisme*. Paris: Etudes et Documentation Internationales, pp. 3-8.
- Vincent, Jean-Marie (1970a), “Impasses et virtuosités”, in *Tribune Socialiste*, No. 451. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1970/04/70-04-23-Luttes-universitaires.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1970b), “La crise de l’U.N.E.F. et l’avenir du mouvement”, in *Tribune Socialiste*, No. 473. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1970/11/70-11-19-CRISE-UNEF.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)

- Vincent, Jean-Marie (1970c), “Le choix du P.S.U.”, in *Tribune Socialiste*, No. 461. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1970/07/70-07-02-CHOIX-DU-PSU.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1971a), “L’avant-garde des O.S.”, in *Tribune Socialiste*, No. 496. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1971/05/71-05-13-avant-garde-OS-Vincent.pdf> (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1971b), “La vrai et la fausse polémique”, in *Tribune Socialiste*, No. 484. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/2014/05/71-02-11-VINCENT-polemique.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1971c), “Le couvercle de la marmite”, in *Tribune Socialiste*, No. 490. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1971/03/71-03-25-Couvercle-marmite.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1971d), “Qui se ressemble s’assemble”, in *Tribune Socialiste*, No. 479. Disponible em: <http://www.institut-tribune-socialiste.fr/wp-content/uploads/1971/01/71-01-07-VINCENT-Qui-se-ressemble.pdf>. (Consultado em: 17/07/2016)
- Vincent, Jean-Marie (1972a), “Georges Lapassade et René Lourau, Clefs pour la sociologie, Seghers, 1971”, in *L’Homme et la société*, No. 23, p. 215.
- Vincent, Jean-Marie (1972b), “Guy Dohquois, Pour l’histoire, Anthropos, 1971”, in *L’Homme et la société*, No. 23, pp. 216-217.
- Vincent, Jean-Marie (1972c), “Pierre Naville, Le salaire socialiste, Anthropos, 1970”, in *L’Homme et la société*, No. 23, pp. 217-218.
- Vincent, Jean-Marie (1972d), “Pierre Broué, Révolution en Allemagne (1917-1923), Éditions de Minuit, 1971”, in *L’Homme et la société*, No. 23, pp. 215-216.
- Vincent, Jean-Marie (1972e), “Vladimir Boukovsky, une nouvelle maladie mentale en URSS: l’opposition, Seuil, 1971”, in *L’Homme et la société*, No. 23, p. 215.
- Vincent, Jean-Marie (1973a), *Fétichisme et Société*. Paris: Éditions Anthropos.
- Vincent, Jean-Marie (1973b), “Les grèves sauvages et la lutte politique en Allemagne Occidentale”, in *Quatrième Internationale*, nouvelle série, No. 9-10, pp. 77-79.
- Vincent, Jean-Marie (1973c), “Hommage à Serge Mallet”, in *L’Homme et la société*, No. 29-30, pp. 307-308.
- Vincent, Jean-Marie (1973d), “Sur l’histoire du trotskysme”, in *Quatrième Internationale*, nouvelle série, No. 7-8, pp. 70-71.
- Vincent, Jean-Marie (1974a), “Le théoricisme et sa rectification”, in Vincent, Jean-Marie et al., *Contre Althusser*. Paris: Union Générale d’Éditions, pp. 215-259.
- Vincent, Jean-Marie (1974b), “Préface”, in Vincent, Jean-Marie et al., *Contre Althusser*. Paris: Union Générale d’Éditions, pp. 7-13.
- Vincent, Jean-Marie (1975a), “Le marxisme déformé et inachevé”, in Colletti, Lucio & Vincent, Jean-Marie, *Politique et philosophie, suivi de Le marxisme déformé et inachevé*. Paris: Éditions Galilée, pp. 105-146.
- Vincent, Jean-Marie (1975b), “Sur un épouvantail nommé désir”, in *Critique Communiste*, No. 2, pp. 84-90.
- Vincent, Jean-Marie (1976a), *La théorie critique de l’école de francfort*. Paris: Éditions Galilée.
- Vincent, Jean-Marie (1976b), “Vers un renouveau du marxisme en économie”, in *Le Monde Diplomatique*, Novembro/1976. Disponible em:

- <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/artc2ba-j-m-v-sobre-rosdolsky.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1977a), “Avant-propos”, in Berger, Denis; Weber, Henri & Vincent, Jean-Marie, *La V^e République à bout de souffle*. Paris: Éditions Galilée, pp. 9-11.
- Vincent, Jean-Marie (1977b), “La domination du travail abstrait”, in *Critiques de l'économie politique*, nouvelle série, No. 1, pp. 19-49.
- Vincent, Jean-Marie (1977c), “Le PSU et l'action révolutionnaire”, in *Critique Communiste*, No. 13, pp. 111-126.
- Vincent, Jean-Marie (1977d), “Les transformations de la société française et la lutte des classes”, in Berger, Denis; Weber, Henri & Vincent, Jean-Marie, *La V^e République à bout de souffle*. Paris: Éditions Galilée, pp. 13-65.
- Vincent, Jean-Marie (1978), “Le stalinisme ou la pétrification de la politique”, in Vincent, Jean-Marie & Birnbaum, Pierre (Orgs.), *Critique des Pratiques Politiques*. Paris: Éditions Galilée, pp. 73-101.
- Vincent, Jean-Marie (1979), *Les Mensonges de l'État*. Paris: Éditions Le Sycomore.
- Vincent, Jean-Marie (1980), “De l'Etat de droit à l'Etat-gendarme”, in *Le Monde Diplomatique*, Janeiro/1980. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/artc2ba-j-m-v-direito.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1981), “Las contradicciones del socialismo «real»”, in *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 43, No. 3, pp. 1305-1315.
- Vincent, Jean-Marie (1984), “Action et Communication”, in *L'Année sociologique*, Vol. 34, pp. 241-253.
- Vincent, Jean-Marie (1987), *Critique du Travail – Le faire et l'agir*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Vincent, Jean-Marie (1990a), “Acumulação do capital”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, p. 13.
- Vincent, Jean-Marie (1990b), “Capital et technoscience”, in *Futur Antérieur*, No. 3. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/4-capital-et-technoscience-jm-vincent-fa3.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1990c), “Infra-estrutura/superstrutura”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, p. 131-132.
- Vincent, Jean-Marie (1990d), “La fin de la pensée cuirassée”, in *Futur Antérieur*, No. 1. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/2-la-fin-de-la-pensc3a9e-cuirassc3a9e-jm-vincent-fa1.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1990e), “La sociologie en contre-point”, in *L'Homme et la société*, No. 97, pp. 45-57.
- Vincent, Jean-Marie (1990f), “Liberté et Socialité”, in *Futur Antérieur*, No. 2. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/3-libertc3a9-et-socialitc3a9-jm-vincent-fa2.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1990g), “Marx (Karl)”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, pp. 151-152.
- Vincent, Jean-Marie (1990h), “Modo de produção”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, p. 165.
- Vincent, Jean-Marie (1990i), “Pauperização”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, p. 190.
- Vincent, Jean-Marie (1990j), “Salário”, in Boudon, Raymond *et al.* (Orgs.), *Dicionário de Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, p. 218.

- Vincent, Jean-Marie (1990k), “Vers un nouveau modèle culturel”, in *Futur Antérieur*, No. 1. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/1-vers-une-nouveau-modc3a8le-culturel-jm-vincent-fa1.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1990l), “Un vainqueur surestimé: le marché capitaliste”, in *Futur Antérieur*, No. 4. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/5a-un-vainqueur-surestimc3a9-jm-vincent-fa4.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1991a), *Abstract Labour: A Critique*. Nova Iorque: St. Martin’s Press.
- Vincent, Jean-Marie (1991b), “L’Europe sans flamme”, in *Futur Antérieur*, No. 7. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/7-leurope-sans-flamme-jm-vincent-fa7.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1991c), “Le Sujet et l’individu”, in *Futur Antérieur*, Numéro spécial. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/45-le-sujet-et-lindividu-jm-vincent-faespecial.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1991d), “Marx, la religion du quotidien et de la modernité”, in *Futur Antérieur*, No. 8. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/8-la-religion-de-le-quotidien-jm-vincent-fa8.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1991e), “Pensée critique et catastrophe ordinaire”, in *Futur Antérieur*, No. 5. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/6-pensc3a9e-critique-jm-vincent-fa5.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1992a), “De te fabula narratur”, in *Futur Antérieur*, No. 12-13. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/15-de-te-fabula-narratur-jm-vincent-fa12-13.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1992b), “Juger selon Hannah Arendt”, in *Futur Antérieur*, No. 11. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/13-juger-selon-hannah-arendt-jm-vincent-fa11.pdf>. (Consultado em: 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1992c), “La dégradation de la politique”, in *Futur Antérieur*, No. 9. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/9-la-degradation-de-la-politique-jm-vincent-fa9.pdf> . (Consultado em : 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1992d), “Le fantasme de l’immigration”, in *Futur Antérieur*, No. 10. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/11-le-fantasme-de-limmigration-jm-vincent-fa10.pdf>. (Consultado em: 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1992e), “Poïesis, praxis et communication – Sur la théorie sociale d’Habermas”, in *Futur Antérieur*, No. 11. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/12-poiesis-praxis-jm-vincent-fa11.pdf>. (Consultado em: 19/09/2019)
- Vincent, Jean-Marie (1992f), “Yougoslavie: la barbarie nationaliste”, in *Futur Antérieur*, No. 14. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/16-yougoslavie-nationalisme-jm-vincent-fa14.pdf>. (Consultado em: 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1993a), “Construire l’Europe et la Politique Autrement”, in *Futur Antérieur*, No. 15. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/18a-construire-leurope-et-la-politique-jm-vincent-fa15.pdf>. (Consultado em 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1993b), “L’Europe en péril”, in *Futur Antérieur*, No. 18. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/20-leurope-en-peril-jm-vincent-fa18.pdf>. (Consultado em: 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1993c), “Les automatismes sociaux et le «general intellect»”, in *Futur Antérieur*, No. 16, pp. 121-130.

- Vincent, Jean-Marie (1993d), “Les déchirements de l’unité”, in *Futur Antérieur*, No. 17. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/19-les-dc3a9chirements-de-lunitc3a9-jm-vincent-fa17.pdf>. (Consultado em : 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1993e), “Les Enarques et la Politique”, in *Futur Antérieur*, No. 15. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/17-les-enarques-et-la-politique-jm-vincent-fa15.pdf>. (Consultado em: 19/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1993f), “Sociologies en temps de crise”, in *Futur Antérieur*, No. 19-20. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/21-sociologies-en-temps-de-crise-jm-vincent-fa19-20.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994a), “Après les élections: l’Allemagne comme une force encore tranquille”, in *Futur Antérieur*, No. 23-24. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/26-aprc3a8s-les-elections-jm-vincent-fa23-24.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994b), “Discours sur l’égalité entre les hommes”, in *Futur Antérieur*, No. 22. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/24-discours-sours-legalite-jm-vincent-fa22.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994c), “Liberar la producción, pero también liberarse de la producción”, in *Viento Sur*, No. 17, pp. 65-74.
- Vincent, Jean-Marie (1994d), “Lire Schelling autrement”, in *Futur Antérieur*, No. 22. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/23-lire-schelling-jm-vincent-fa22.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994e), “Pour une reprise de la critique de l’économie politique”, in *Futur Antérieur*, Numéro spécial. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/48-critique-de-lc3a9conomie-politique-jm-vincent-faespecial.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994f), “Séismes”, in *Futur Antérieur*, No. 22. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/22-sc3a9ismes-jm-vincent-fa22.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1994g), “Théorie allemande et pratique française de la liberté”, in *Futur Antérieur*, No. 22. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/25-thc3a9orie-allemande-jm-vincent-fa22.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995a), “Au-delà de l’Etat nation”, in *Futur Antérieur*, No. 27. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/28-au-delc3a0-de-lc3a9tat-nation-jm-vincent-fa27.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995b), “Contre le Front National”, in *Futur Antérieur*, No. 28. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/29-contre-le-front-national-jm-vincent-fa28.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995c), “Flexibilité du travail et plasticité humaine”, in Bidet, Jacques & Texier, Jacques (Orgs.), *La crise du travail*. Paris: Presses Universitaires de France. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/jm-vincent-flexibilite-du-travail.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995d), “La dégradation de la politique sous Mitterrand”, in *Futur Antérieur*, No. 28. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/30-la-degradation-de-la-politique-jm-vincent-fa28.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995e), “La légende du travail”, in Cours-Salies, Pierre (Org.), *La liberté du travail*. Paris: Éditions Syllepse. Disponible em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/jmv-la-legende-du-travail.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)

- Vincent, Jean-Marie (1995f), “Les méandres du pouvoir – De la domination à la liberté”, in *Futur Antérieur*, No. 25-26. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/27-les-mc3a9andres-du-pouvoir-jm-vincent-fa25-26.pdf>. (Consultado em: 28/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995g), “Mitterrand le liquidateur”, in *Futur Antérieur*, No. 31-32. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/32-mitterrand-jm-vincent-fa30-31-32.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1995h), “Parodies”, in *Futur Antérieur*, No. 29. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/31-parodies-jm-vincent-fa29.pdf>. (Consultado em: 01/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996a), “Bassesse et discrédit”, in *Futur Antérieur*, No. 38. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/38-bassesse-et-discredit-jm-vincent-fa38.pdf>. (Consultado em: 01/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996b), “Critique de l’expertise sociale”, in *Futur Antérieur*, No. 33-34. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/34-critique-de-lexpertise-social-jm-vincent-fa33-34.pdf>. (Consultado em: 01/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996c), “La déstabilisation du travail”, in *Futur Antérieur*, No. 35-36. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/35-la-destabilisation-du-travail-jm-vincent-fa35-36.pdf>. (Consultado em: 01/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996d), “L’Europe n’est pas encore l’Europe”, in *Futur Antérieur*, No. 37. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/37-leurope-nest-pas-jm-vincent-fa37.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996e), “Les révélations de Saint-Bernard”, in *Futur Antérieur*, No. 37. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/36-les-revelations-jm-vincent-fa37.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1996f), “Les voies de la démocratie”, in *Futur Antérieur*, No. 38. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/39-les-voies-de-la-democratie-jm-vincent-fa38.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1997a), “Destruir los gérmenes de pasividad en la sociedad...”, in *Viento Sur*, No. 35, pp. 72-79.
- Vincent, Jean-Marie (1997b), “Privé et public: le privé contre l’individu”, in *Futur Antérieur*, No. 39-40. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/40-privc3a9-et-publique-jm-vincent-fa39-40.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1997c), “Théorie critique et républicanisme kantien – Habermas vs Adorno et au-delà”, in *Futur Antérieur*, No. 41-42. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/41-thc3a9orie-critique-jm-vincent-fa41-42.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1998a), “Contre la valeur travail”, in *Futur Antérieur*, No. 43. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/42-contre-la-valeur-travail-jm-vincent-fa43.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1998b), “Les grèves étudiantes en Allemagne”, in *Futur Antérieur*, No. 43. Disponible em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/43-les-greves-etudiantes-jm-vincent-fa43.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie (1999a), “Les métamorphoses de la sociologie allemande après 1945”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. 107, pp. 263-288.
- Vincent, Jean-Marie (1999b), “La société de Niklas Luhmann”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. 107, pp. 355-367.
- Vincent, Jean-Marie (1999c), “Préface”, in Artous, Antoine, *Marx, l’État et la Politique*. Paris: Éditions Syllepse, pp. 5-14.

- Vincent, Jean-Marie (1999d), “Sortir du travail”, in Vakaloulis, Michel (Org.), *Travail salarié et conflit social*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 7-18.
- Vincent, Jean-Marie (2001a), “Auschwitz et la suite”, in *Variations*, No. 2. Disponível em : <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/jm-vincent-auschwitz-et-la-suite.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (2001b), “Les conditions de possibilité d’une sociologie critique”, in *Contretemps*, No. 1, pp. 91-100.
- Vincent, Jean-Marie (2001c), *Un Autre Marx – Après les marxismes*. Lausanne: Editions Page Deux.
- Vincent, Jean-Marie (2002a), “Dépérissement de l’État et émancipation sociale”, in *Contretemps*, No. 3, pp. 94-104.
- Vincent, Jean-Marie (2002b), *Pensar en Tiempos de Barbarie – La Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt*. Santiago do Chile: Universidad ARCIS.
- Vincent, Jean-Marie (2002c), “Sociologie de l’économie et critique de l’économie politique”, in *Variations*, No. 3, pp. 9-26.
- Vincent, Jean-Marie (2003a), “La Barbarie Ordinaire – A propos de l’appropriation du capital”, in *À l’Encontre*, No. 13-14, pp. 26-27.
- Vincent, Jean-Marie (2003b), “Le monde inhumaine de la valeur, selon Marx”, in *L’Humanité*, 23/06/2003. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/resenha-de-vincent-ao-livro-hai-hac.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (2003c), “Nouveaux regards sur l’héritage critique d’Adorno”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/heritage-de-lecole-de-frankfurt-j-m-vincent.pdf>. (Consultado em: 01/09/2018)
- Vincent, Jean-Marie (2003d), “Sciences sociales et superficie de la société”, in *Variations*, No. 4, pp. 39-56.
- Vincent, Jean-Marie (2003e), “Une étape de la guerre sociale”, in *À l’Encontre*, No. 13-14, pp. 12-13.
- Vincent, Jean-Marie (2004), “Sociologie d’Adorno”, in Binc, Alain & Vincent, Jean-Marie (Orgs.), *La Postérité de l’École de Francfort*. Paris: Éditions Syllepse, pp. 21-38.
- Vincent, Jean-Marie (2005a), “Guerre sociale, mouvement social, mouvement sociétal”, in *Variations*, No. 5, pp. 21-32.
- Vincent, Jean-Marie (2005b), “Jürgen Habermas e o trabalho”, in Mercure, Daniel & Spurk, Jan (Orgs.), *O Trabalho na História do Pensamento Ocidental*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 259-273.
- Vincent, Jean-Marie (2005c), “La barbarie des rapports sociaux”, in *Variations*, No. 5, pp. 19-20.
- Vincent, Jean-Marie (2005d), “La théorie critique n’a pas dit son dernier mot”, in *Variations*, No. 6, pp. 48-53.
- Vincent, Jean-Marie (2005e), “Le trotskysme dans l’histoire”, in *Carré Rouge*, No. 34, pp. 59-71.
- Vincent, Jean-Marie (2008), “Adorno and Marx”, in Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (Orgs.), *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden & Boston: Brill, pp. 489-501.
- Vincent, Jean-Marie (2009/1998), *Max Weber, ou la démocratie inachevée*. Paris: Le Félin Poche.
- Vincent, Jean-Marie & Balibar, Etienne (1995), “Débat sur le fétichisme de la marchandise entre Jean-Marie Vincent et Etienne Balibar”, in *Critique Communiste*, No. 140. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/09/debate-com-vincent-sobre-fetichismo-da-mercadoria.pdf>. (Consultado em: 30/09/2018)

- Vincent, Jean-Marie & Binc, Alain (2004a), “Conclusion”, in Binc, Alain & Vincent, Jean-Marie (Orgs.), *La Postérité de l'École de Francfort*. Paris: Éditions Syllepse, pp. 265-266.
- Vincent, Jean-Marie & Binc, Alain (2004b), “Introduction”, in Binc, Alain & Vincent, Jean-Marie (Orgs.), *La Postérité de l'École de Francfort*. Paris: Éditions Syllepse, pp. 11-17.
- Vincent, Jean-Marie & Gorz, André (2012a/2000-2), “Correspondance”, in *Variations*, No. 17. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/9-1-correspondc3aancia-gorz-vincent-pdf-2000-2002.pdf>. (Consultado em 12/12/2014)
- Vincent, Jean-Marie & Gorz, André (2012b/2001), “Dialogue avec André Gorz”, in *Variations*, No. 17. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/10-dic3a1logo-vincent-gorz-pdf-2012-2001.pdf>. (Consultado em 12/12/2014)
- Vincent, Jean-Marie & Negri, Toni (1990), “Espace politique neutralisé et nouvelle représentation”, in *Futur Antérieur*, No. 4. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/5b-espace-politique-jm-vincent-fa4.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie & Negri, Toni (1991), “La pensée affaiblie”, in *Futur Antérieur*, Numéro spécial. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/44-la-pensee-jm-vincent-faespecial.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie & Negri, Toni (1992a), “Los Angeles, l'Europe de Maastricht et le nouvel ordre mondial”, in *Futur Antérieur*, No. 12-13. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/14-los-angeles-leurope-jm-vincent-fa12-13.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie & Negri, Toni (1992b), “Paradoxes autour du travail”, in *Futur Antérieur*, No. 10. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/10-paradoxes-autour-du-travail-jm-vincent-fa10.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie & Negri, Toni (1995), “Banlieue et ville: un regard philosophique”, in *Futur Antérieur*, No. 31-32. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/33-banlieue-et-ville-jm-vincent-fa30-31-32.pdf>. (Consultado em: 17/10/2018)
- Vincent, Jean-Marie; Vakaloulis, Michel & Zarka, Pierre (2003), *Vers un nouvel anticapitalisme – Pour une politique d'émancipation*. Paris: Édition du Félin.
- Vincent, Jean-Marie et al. (1968a), “Les aventures de la planification en Allemagne de l'Est – Discussion”, in *Les Cahiers du Centre d'Études Socialistes*, No. 82-87, pp. 191-198.
- Vincent, Jean-Marie et al. (1968b), “Table ronde: La Tchécoslovaquie et les nouvelles perspectives du socialisme”, in *L'Homme et la société*, No. 10, pp. 229-260.
- Vincent, Jean-Marie et al. (1968c), “Table ronde: Pourquoi les étudiants? - 2^{ème} réunion tenue le 11 juin”, in *L'Homme et la société*, No. 8, pp. 25-43.
- Vygodsky, Vitaly (1965), *The Story of a Great Discovery – How Karl Marx wrote “Capital”*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/12-story-vygodsky.pdf>. (Consultado em: 17/04/2016)
- Vygodsky, Vitaly (1975), *The Everlasting Significance of Marx's Capital*. Moscovo: Novosti Press Agency Publishing House. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/significance-of-k-v-vygodsky.pdf>. (Consultado em: 17/04/2016)

- Wallerstein, Immanuel (1974), *The Modern World-System I – Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova Iorque: Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1980), *The Modern World-System II – Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1989), *The Modern World-System III – The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Nova Iorque: Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (2011), *The Modern World-System IV – Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Wallerstein, Immanuel et al. (2013), *Does Capitalism Have a Future?*. Oxford: Oxford University Press.
- Wallis, Steven E. (2010), “Toward a Science of Metatheory”, in *Integral Review*, Vol. 6, No. 3, pp. 73-120.
- Walras, Léon (1996), *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Wartenberg, Thomas E. (1999), “Hegel's idealism: The logic of conceptuality”, in Beiser, Frederick C. (Org.), *The Cambridge Companion to Hegel*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 102-129. 6ª Reimpressão.
- Way, Peter (2014), “Class-Warfare: Primitive Accumulation, Military Revolution and the British War-Worker”, in Linden, Marcel van der & Roth, Karl Heinz (Orgs.), *Beyond Marx – Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Leiden & Boston: Brill, pp. 65-87.
- Weber, Max (1951), *The Religion of China – Confucianism and Taoism*. Glencoe: The Free Press.
- Weber, Max (1958), *The Religion of India – The Sociology of Hinduism and Buddhism*. Glencoe: The Free Press.
- Weber, Max (1961), *General Economic History*. Nova Iorque: Collier Books
- Weber, Max (1967), *Ancient Judaism*. Nova Iorque: The Free Press.
- Weber, Max (1994), *História Agrária Romana*. São Paulo Martins Fontes.
- Weber, Max (2004a), *Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva*, Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Weber, Max (2004b), *Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva*, Volume 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Weber, Max (2013), *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Weber, Max (2016), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Queluz de Baixo: Editorial Presença. 9ª Edição.
- Williams, Howard (1989), *Hegel, Heraclitus and Marx's Dialectic*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.
- Williams, Sam (s.d.), “Value Theory, the Transformation Problem and Crisis Theory”. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/art-trans-s-williams.pdf>. (Consultado em: 13/07/2016)
- Wolf, Eric R. (2010), *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press. 3ª Edição.
- Wolff, Richard D. & Resnick, Stephen A. (2012), *Contending Economic Theories: Neoclassical, Keynesian, and Marxian*. Cambridge & Londres: The MIT Press.

- Wood, Ellen Meiksins (2002), *The Origin of Capitalism – A Longer View*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Yates, Michelle (2011), “The Human-As-Waste, the Labor Theory of Value and Disposability in Contemporary Capitalism”, in *Antipode*, Vol. 43, No. 5, pp. 1679-1695.
- Zafirovski, Milan (2001), *Exchange, Action, and Social Structure – Elements of Economic Sociology*. Westport: Greenwood Press.
- Zeitlin, Irving M. (1968), *Ideology and the Development of Sociological Theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Zelený, Jindrich (1980), *The Logic of Marx*. Oxford: Basil Blackwell.
- Zilbersheid, Uri (2004), “The Vicissitudes of the Idea of the Abolition of Labour In Marx's Teachings – Can the Idea be Revived?”, in *Critique: Journal of Socialist Theory*, Vol. 32, No. 1, pp. 115-150.
- Zinn, Karl Georg (1989), *Kanonen und Pest: Über die Ursprünge der Neuzeit im 14. und 15. Jahrhundert*. Opladen: Westdeutscher Verlag.